

Universidade de Lisboa
FACULDADE DE LETRAS

Departamento de História



**AS VICISSITUDES DO SISTEMA ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE NA 2.^a
METADE DO SÉCULO XIX – HESITAÇÕES, EQUÍLIBRIOS E
PRECARIEDADES**

Casimiro Jorge Simões Rodrigues

Doutoramento em História
História de África

Lisboa
2007

Universidade de Lisboa
FACULDADE DE LETRAS

Departamento de História



AS VICISSITUDES DO SISTEMA ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE NA 2.^a
METADE DO SÉCULO XIX – HESITAÇÕES, EQUÍLIBRIOS E
PRECARIEDADES

Casimiro Jorge Simões Rodrigues

Orientação: Professora Doutora Isabel Castro Henriques

Doutoramento em História

História de África

2007

Resumo

Esta dissertação descreve as raízes do processo de implementação do sistema escolar de tipo europeu na segunda metade do século XIX, nos territórios que viriam a configurar Moçambique. Analisa os mecanismos africanos, no domínio educativo e cultural, que se confrontam com os ideais europeus de “instrução”. Distingue os interesses divergentes de colonizados e colonizadores, mostrando compromissos, possibilidades, expectativas, conflitos e equilíbrios gerados durante este processo.

Identificam-se escolas e outras estruturas educativas visando difundir uma “instrução” de matriz europeia no território, apresentam-se as teorias educativas defendidas pelos colonizadores e as formas de recepção africanas.

A criação de estabelecimentos de ensino, durante a segunda metade do século XIX, espalhados pelas diferentes regiões “moçambicanas”, apesar das dificuldades inerentes à situação de Portugal, país pobre e marginal na Europa em que se integra, fundamenta a tese que este trabalho defende, de que as raízes educativas e da instrução em Moçambique, assim como a difusão da língua portuguesa, têm raízes no século XIX.

Aos interesses religiosos, económicos, da exploração dos recursos e trabalho dos colonialistas juntam-se o preconceito e a desvalorização dos africanos, para os dominar, interesses servidos por uma educação entendida como acção global, dominadora, discriminatória. Foi um processo que, nesse período, conheceu uma evolução, desde as primeiras intenções de implementação de uma instrução liberal de matriz iluminista até à construção de um sistema educativo abertamente desigual, opressivo, selectivo.

A dissertação apresenta duas partes. Na primeira, visando a contextualização do tema, são apresentadas, panoramicamente, as principais características da sociedade moçambicana da época. Na segunda, com base na análise da documentação recolhida, descrevem-se, com o detalhe possível, as diferentes facetas que configuraram a tentativa de implantação de um sistema de ensino e instrução em Moçambique no século XIX, dando conta da evolução que esse sistema foi sofrendo ao longo das cerca de cinco décadas visadas.

Abstract

This dissertation describes the roots of the European Scholar Scheme's implementation process in the territories that would constitute Mozambique. It analyses the African mechanisms in the educational and cultural areas, which contrasts to the European ideals of "instruction". It distinguishes the divergent interests of colonisers and colonised, showing the commitments, possibilities, expectations, conflicts and balances generated during this process.

Schools and educational structures are identified to seek the diffusion of a European matrix "instruction" in the territory, the theories defended by the colonisers and the ways in which African received them are presented.

The creation of teaching establishments, during the second half of the 19th century, spread throughout the different "Mozambican" regions – despite the difficulties inherent to the situation in Portugal, a poor and marginalised country in Europe in which it is integrated – is the basis for the thesis that this work defends, that the educational and instructional roots in Mozambique, as well as the diffusion of the Portuguese language, have their roots in the 19th Century.

Added to the religious and economic interests for the exploitation of the resources and work that the colonisers had, is the prejudice and devaluation towards the Africans, in order to dominate them, interests that are served by an education seen as a global, dominating, discriminating action. It was a process that, in that period, experienced an evolution, from the first intentions to implement a liberal instruction of an illuminist matrix, to the construction of an educational system openly unequal, oppressive and selective.

The dissertation is presented in two parts. The first aims to contextualise the theme, presenting panoramically the main characteristics of Mozambican society at the time. The second part, based on the analysis of the gathered documentation, describes, using the level of detail available, the different sides that configured in the attempt of implementing a teaching and instructional system in the 19th century, giving a notion of the evolution that the system suffered throughout the approximate five decades studied.

Ao meu pai, António dos Santos Rodrigues.

A Maria de Jesus Gomes da Silva, pela arte de conservar a luz da esperança.

Aos companheiros incondicionais e de sempre, Isabel, Inês e Jorge Vieira Rodrigues.

Agradecimentos

Correndo o risco de cometer a injustiça de omitir o nome de algum dos muitos colaboradores e amigos com cujo apoio contei ao longo dos últimos anos, não posso, porém, deixar de mencionar o meu agradecimento a um conjunto de pessoas sem as quais a realização deste trabalho não teria sido possível.

À Professora Doutora Isabel Castro Henriques, pelo apoio e orientação, encorajamento, entusiasmo e espírito de abertura em todos os momentos.

Ao Prof. Doutor Alfredo Margarido, criador de letras e cores, palavras e formas, sentidos e tons, “pour l’éclairement”.

Aos Dr. Carlos Brito, Dr.^a Sónia Nicolau e Professor Doutor Manuel Costa, pela sua inestimável colaboração, intermináveis conversas, assíduo apoio e sólido companheirismo.

À Professora Doutora Margarita Correia pelas leituras atentas, observações sempre pertinentes e inexcedível amizade que entendeu dispensar-me.

Ao Arquivo Histórico de Moçambique, com especial destaque para o Dr. António Sopa, pelo seu auxílio e disponibilidade, orientando e facultando o acesso à documentação preciosamente conservada nessa casa que habita.

Ao Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, com cujos membros tive o privilégio de trabalhar e aprender.

À U.F.I.C.S. (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais) da mesma Universidade, a quem prestei modesta colaboração e de cujos membros recebi inestimável entusiasmo e empenho científico.

À Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e seus diversos departamentos, responsáveis e docentes, nos vários domínios, com quem vivi uma intensa colaboração e de quem guardo uma generosa e genuína vontade de partilhar experiências.

A todos os moçambicanos com quem trabalhei e convivi – poetas, escritores, historiadores, linguistas, estudiosos da literatura, arqueólogos, artistas, homens de cultura ou apenas cidadãos comuns em que pude afortunadamente reconhecer um novo tempo e uma nova realidade, por me mostrarem como, quotidianamente, de forma tenaz e paciente, se edifica e sedimenta um imenso País.

Ao Instituto Camões por me ter proporcionado a possibilidade de trabalhar como leitor de Língua e Cultura Portuguesa em Moçambique e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo apoio concedido no ano de 1998 para pesquisa.

Ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores pelo apoio e incentivo dispensados e pela amizade e interesse constantes, de todos os colegas.

Índice

1. Introdução	1
I. Parte – Moçambique na 2ª metade do século XIX	7
2. Território e população	9
2.1. Cultura, costumes e valores africanos	16
2.2. História africana e sua aprendizagem	29
2.3. Educação em África e iniciação para a vida	33
2.4. A arte da guerra na África Oriental – africanos e portugueses. A diplomacia do conflito	43
2.5. A religião árabe – religião e comércio	59
2.6. Os banéanos e o conhecimento das práticas comerciais	65
3. A soberania portuguesa e a relação dos africanos com os colonialistas	71
3.1. Objectivos, projectos, acções da presença portuguesa	71
3.1.1. O desconhecimento do território pelo ocupante colonial	75
3.1.2. Os prazos da coroa	81
3.1.3. Os africanos como instrumentos das forças coloniais	82
3.1.4. Colonização e salubridade no território	84
3.2. Economia – Entre o mundo africano e as necessidades portuguesas	90
3.2.1. Transportes, vias e comunicações	96
3.2.2. Os africanos e o serviço militar compelido – uma socialização forçada	104
3.3. Administração colonial: intenções, confrontos, limitações	111
3.3.1. Organização administrativa	112
3.3.2. Crime e castigo – as diferentes concepções do direito e da justiça	116
3.3.3. O normativo social europeu e a marginalidade em África	124
3.3.4. Emigração europeia – um desejo adiado	131
3.3.5. Nas fronteiras da identidade – «europeização» e «cafrealização»	137
3.3.6. Degredados e sentenciados	141
3.3.7. Relações dos portugueses com os africanos	144
3.3.8. Relações entre colonialistas europeus	150
4. A economia e o trabalho em África	165
4.1. Educar pelo trabalho	177
4.2. Da escravatura ao trabalho forçado. Os «trabalhadores livres» e a «liberdade de trabalho»	179
4.3. Das resistências ao fim da escravatura à «educação pelo trabalho»	185
4.4. Aprender a servir o mercado laboral – dos “ <i>Libres engagés</i> ” à emigração para a África do Sul	194
4.5. Ensino e labor – a instrução para servir o colonizador	197

5. Os focos de influência portuguesa – centros de tipo urbano	199
5.1. A sobrevivência dos núcleos urbanos	202
5.2. Principais núcleos populacionais	207
5.3. Relações com os africanos	223
5.4. Actividades económicas: agricultura e comércio	225
5.5. Condições de higiene e salubridade	229
5.6. Funcionamento das instituições	231
5.7. Núcleos de escravatura	235
6. Síntese da I Parte	237
II Parte – A construção do sistema escolar	239
7. Educar, instruir e civilizar – ideologia, projectos e práticas portuguesas	241
7.1. A Instrução no Reino na 2. ^a metade do séc. XIX	241
7.2. Métodos e práticas de ensino	259
8. Educação: Missão Civilizadora, formas de actuação, estruturas e sistemas	265
8.1. A «visão do negro» e as possibilidades da sua educação	266
8.2. A ideia de «instrução» para os negros	274
9. Educação, ensino e instrução na Província de Moçambique	281
9.1. A escola ou “o voo curto da civilização” – os discursos sobre a importância da educação	281
9.2. A «Escola» como símbolo de soberania	288
9.3. «Escola» e «Missão Civilizadora» – discursos e práticas no terreno	294
9.4. Ensinar e aprender. Políticas educativas e instrução	306
9.5. A criação de escolas. Medidas legislativas, vicissitudes e acções reais	308
9.6. O Conselho Inspector de Instrução Pública de Moçambique – as aptidões para a docência e os normativos escolares	333
9.7. Despesas com a Instrução	336
9.8. O Boletim Oficial da Província e a “Instrução”	340
10. A Escola e o quotidiano – Administração e burocracia	345
10.1. Colocação de professores e outros aspectos de funcionamento	345
10.2. Recrutamento e captação de alunos	348
10.3. Calendário escolar	350
10.4. Horário – (tempo(s) de aprendizagem)	355
10.5. Recursos materiais – Edifícios/estruturas da Escola	356
10.6. Câmaras e comissões municipais – intervenções na Escola e na Educação ...	367
11. Professores – qualificações, competências e desempenho	373
11.1. Docência e acumulação de funções	384
11.2. Qualificações dos professores e habilitações para o ensino	399
11.3. Os professores e as relações com a tutela	403
11.4. A Assiduidade dos professores – Faltas por doença	407
11.5. Mobilidade. Estabilidade e cessação de funções docentes	421
11.6. O poder local e os professores	434

11.7. Docentes e pessoal auxiliar	437
11.8. Motivação e empenhamento dos professores – Conflitos e contradições ...	437
12. Perspectivas sobre a educação na Província	449
13. Alunos	457
13.1. Assiduidade, frequência e especificidades	457
13.2. Caracterização dos alunos: género, idade, “raça”, religião, naturalidade e aproveitamento	514
14. Expectativas e comportamentos com a educação	521
14.1. A instrução e a relação com os pais e família	525
15. Métodos de ensino e aprendizagem dos alunos	539
15.1. Matérias leccionadas aos estudantes do sexo masculino e feminino	541
15.2. Recursos materiais para o ensino	546
15.3. Livros e manuais escolares utilizados no território	561
16. O registo dos alunos no contexto da administração escolar	573
17. A Escola Principal de Moçambique – do projecto à realidade	575
18. “Escola de Artes e Ofícios de Moçambique” – análise de uma instituição	589
18.1. A Escola de Artes e Ofícios e as linhas gerais da sua evolução	589
18.2. A Instituição: expectativas e realidades	602
18.3. Orçamentos e verbas para funcionamento	614
19. Língua portuguesa e línguas africanas: relações, confrontos e coabitações	623
19.1. Divulgação da língua portuguesa – jornais, clubes e associações	623
19.2. Mecanismos africanos de apropriação da língua do colonizador	633
19.3. As relações com as línguas africanas	635
19.4. As línguas africanas enquanto objectos de estudo	646
19.5. A língua portuguesa entre os outros idiomas europeus em África	650
20. Religiões e missões	653
20.1. Instituições católicas	653
20.2. Protestantismo cristão	711
21. Conclusão	721
Bibliografia	735

Índice dos gráficos

Gráfico 1 – Lourenço Marques – Frequências média e máxima nos anos de 1861, 66 a 68, 70, 71, 73, 80 a 87, 89, 92 a 98	481
Gráfico 2 - Frequência de alunas - Instituto Rainha D. Amélia (1895-98-99-1900)	483
Gráfico 3 – Lourenço Marques – Frequências média e máxima nos anos de 1857, 66, 69 a 71, 75, 76, 80, 84 a 96, 99.....	483
Gráfico 3a – Inhambane – sexo feminino. Média de alunas – 1863-69-70-71-80	485
Gráfico 4 – Sofala – Masculino. Frequências média e máxima nos anos de 1858, 60 a 62, 65, 70, 72, 73, 77, 80, 82 a 91	498
Gráfico 5 – Chiloane – masculino. Frequências média e máxima nos anos de 1881 a 91	489
Gráfico 6 – Chiloane – sexo feminino. Média de frequência (1884-1890)	491
Gráfico 7 – Sofala – Média de alunas (1884 a 87, 1890, 1891)	493
Gráfico 8 – Quelimane – Frequências média e máxima nos anos de 1859, 60, 66, 74 a 76, 78, 82, 84 a 97, 1900	494
Gráfico 9 – Quelimane - sexo feminino. Média de Frequência - 1859-1860-1865-1866-1884 a 1897 -1900	496
Gráfico 10 – Tete – Feminino. Frequências média e máxima nos anos de 1857, 58, 62, 83 a 89, 92, 93, 95	497
Gráfico 11 – Tete – Masculino. Frequências média e máxima nos anos de 1857 a 66, 68 a 74, 80 a 89, 92 a 96	498
Gráfico 12 – Zumbo – Total. Frequências média e máxima nos anos de 1891 a 95	499
Gráfico 13 – Angoche - Frequências média e máxima nos anos de 1878 na 81 – 83 a 94	500
Gráfico 14 – Moçambique - Frequências média e máxima nos anos de 1857 a 60. 65 a 67, 71 a 74. 83 a 96	503
Gráfico 15 – Moçambique – sexo masculino. Movimento de alunos nas várias escolas. 1867 a 1880. 1866 a 1887. 1871 a 1874. 1883 a 1896	503
Gráfico 16 – Moçambique – sexo masculino. Alunos na Escola Principal. Anos de 1857, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 83	504
Gráfico 17 – Moçambique - sexo feminino. Média de Frequência (1883 a 1896)	504
Gráfico 18 – Terras Firms - Frequências média e máxima nos anos de 1883 a 1886	505
Gráfico 19 – Cabo Delgado - Ibo - Frequências média e máxima nos anos de 1859, 61 a 62, 64 a 67, 69 a 74, 77, 81 a 94	509
Gráfico 20 - Cabo Delgado/Ibo - Média de frequência do sexo feminino (1882-1893).....	510
Gráfico 21 – Lourenço Marques – Frequência por meses nos anos estudados	511
Gráfico 22 – Inhambane - Frequência por meses nos anos estudados	511
Gráfico 23 – Sofala - Frequência por meses nos anos estudados	512
Gráfico 25 – Moçambique - Frequência por meses nos anos estudados	512
Gráfico 26 – Cabo Delgado-Ibo - Frequência por meses nos anos estudados	512
Gráfico 27 – Mossuril - Frequência por meses nos anos estudados	512
Gráfico 28 – Terras Firms - Frequência por meses nos anos estudados	512

Gráfico 29 – Tete - Frequência por meses nos anos estudados.....	513
Gráfico 30 – Zumbo - Frequência por meses nos anos estudados	513
Gráfico 31 – Quelimane - Frequência por meses nos anos estudados	513
Gráfico 32 – Chiloane - Frequência por meses nos anos estudados	513
Gráfico 33 – Sofala. Frequência por meses ao longo dos períodos estudados	513
Gráfico 34 – Lourenço Marques – Frequência por idades (1881, 1882, 1886, 1887)	516
Gráfico 35 – Inhambane TT – Frequência total de ambos os sexos por idade (1876, 1884, 1885, 1887, 1888, 1889, 1890)	516
Gráfico 36 – Quelimane - Frequência total de ambos os sexos por idade (1875, 1876, 1878, 1882, 1884 a 1887, 1893 a 1897)	516
Gráfico 37 – Tete - Frequência total de ambos os sexos por idade (1883 a 1885, 1887 a 1889).....	516
Gráfico 38 – Frequência de estudantes por religião em várias regiões (Mossuril, Moçambique, Quelimane, Chiloane, Inhambane, Lourenço Marques)	517
Gráfico 39 – Frequências por naturalidade – Lourenço Marques, Inhambane, Chiloane, Angoche, Moçambique, Cabo Delgado	519
Gráfico 40 – Classificações em “Aproveitamento” – Inhambane masculino, Inhambane feminino, Chiloane feminino, Angoche.....	546
Gráfico 41 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique – “Raças” - 1878 a 1890	599
Gráfico 42 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique – Origens dos alunos – 1878-1890	602
Gráfico 43 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique – Alunos pensionistas e porcionistas – 1878 a 1890	607
Gráfico 43 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique – Instrução à entrada	610
Gráfico 44 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique - Profissões - 1878-1890	620
Gráfico 45 – Missões Católicas na Província de Moçambique - Frequência total de alunos por “adultos” e “crianças” – 1898	693
Gráfico 46 – Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais na Província da Moçambique Movimento Movimento de alunos por “raças” – 1898	693
Gráfico 47 – Movimento das Escolas Católicas Missionárias e Paroquias na Província de Moçambique – movimento mensal de alunos por “raças” – 1898	697
Gráfico 48 – Movimento de Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais na Província de Moçambique. Total de alunos em cada estabelecimento – 1898	708
Gráfico 49 – Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais na Província da Moçambique Movimento Total de alunos em cada estabelecimento – 1898	709
Gráfico 50 – Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais na Província da Moçambique Movimento Total de alunos em cada estabelecimento por “Raças” – 1898	710

Abreviaturas

A.H.M. – Arquivo Histórico de Moçambique

B.O. – Boletim Oficial

Gov. – Governo

Dist. – Distrito

Doc(s). – documento(s)

m. – maço

P.G.G. – Portaria do Governo-Geral

P.P. – Portaria Provincial

P.G.E. _ Portaria do Governo Eclesiástico

N. S. – Nossa Senhor/a

1. Introdução

O presente trabalho procura responder a duas questões fundamentais que percorrem a história de Moçambique:

- Houve uma rede de instrução pública no território de Moçambique anteriormente ao século XX?
- Será que as raízes da identidade e da cultura de Moçambique são criadas com o século XX e o desenvolvimento da educação e instrução, ou têm raízes mais profundas?

A investigação que desenvolvi em Moçambique, na Universidade Eduardo Mondlane, como Leitor do Instituto Camões, suscitou-me o interesse por esta relação entre a educação/instrução e o colonialismo português no território de Moçambique na segunda metade do século XIX, uma vez que os estudos que existiam apontavam como início do desenvolvimento formal da instrução/educação o princípio do século XX. A história de Moçambique e da identidade moçambicana estão intrinsecamente ligadas à instrução e educação dos povos que o habitam e que o reconhecem como espaço comum e nacional.

Esta tese procura fazer um trabalho de pesquisa, recolha e análise da documentação manuscrita e impressa da segunda metade do século XIX, dando especial realce ao acervo existente no país, no Arquivo Histórico de Moçambique, articulando a informação com as fontes portuguesas. Pretende-se contribuir para o conhecimento da formação do estado moçambicano enquanto território colonizado pelos portugueses.

Perante a vastidão da pesquisa houve que impor balizas temporais e espaciais, fazer opções, sacrificando alguns elementos, mas a dimensão do trabalho assim o obrigava. O objecto de análise e de trabalho para esta tese, após muitas hesitações, porque a temática era de facto imensa e aliciante, focou-se na instrução em Moçambique entre 1850 a 1900.

Com a «instrução» dotam-se os indivíduos de conhecimentos novos, ensinando-lhes o que é considerado útil ou indispensável conhecer. A instrução relaciona-se com o saber – comportando aspectos de uma visão científica e cultural determinada –, com a transmissão de conhecimentos, seu desenvolvimento e aplicação. Estes últimos permitem novas competências, aptidões, ambições e para elas concorrem noções de carácter geral, cultura,

educação, erudição, sendo transmitidas pela língua e educação formal. A instrução que se ministra espelha a visão que se tem do Outro, o seu objecto.

O «ensino» surge como um treino, implicando assim uma transferência de conhecimento e de valores. Neste acto de ensinar está, normalmente, incluído o conceito de «adestramento» como forma de conduzir os indivíduos a uma formação que deles conscientemente se pretende. Pela educação procura-se introduzir uma dada civilidade. Todos os povos educam os seus elementos, socializam-nos, para que se integrem e façam parte da dinâmica social que permite aos povos perdurarem e continuarem a existir. Trata-se de um processo de adaptação de um indivíduo à sociedade, à colectividade ou da integração de uma criança na vida em grupo, incorporando-a na comunidade – dotando-a de um papel a desempenhar. Este processo complexo constrói a identidade.

A «identidade» é o conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa, grupo ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la. A consciência da persistência da própria personalidade. O conjunto de características, de dados próprios e exclusivos de uma pessoa ou grupo, que permitem o seu reconhecimento como tal. Assim a instrução/educação é uma componente fundamental da identidade; daí a sua importância como objecto de estudo e análise em Moçambique.

O conceito de «civilização», nos séculos XIX e XX europeus, representa o que se entende por estado de adiantamento e cultura social. Pretender «civilizar» equivale a fazer sair do estado de barbárie, promovendo o que se consideram melhoramentos do ponto de vista moral, intelectual e industrial. O acto ou efeito de «civilizar» visa a integração no conjunto de aspectos peculiares da vida intelectual, artística, moral ou material de uma época, de uma região, de um país ou de uma sociedade.

A educação moçambicana tem uma História e a História de Moçambique precisa dela. Nelas se cruzam muitos aspectos que permitem compreender o papel, influências mútuas e relações recíprocas da «Escola» e da Sociedade. Os fundamentos históricos da actividade educativa na colónia moçambicana representam pedras basilares na construção de uma cultura nacional. É este contributo que se pretende averiguar neste trabalho, incidindo numa região com uma enorme dimensão e com singularidades que derivam da sua situação geográfica e integração no quadro mundial da época.

A educação/instrução tem como eixo estruturante a língua, neste caso a portuguesa. A apropriação da língua e cultura portuguesas pelos africanos envolveu várias etapas, embora

sejam muitos os autores que valorizam primordial ou mesmo unicamente o século XX (com especial incidência nos anos do Estado Novo). Considerei a possibilidade de procurar raízes mais profundas que a documentação estudada parecia indicar e conhecer os caminhos da língua portuguesa no século XIX no território moçambicano e quais os esforços que existiram para a sua divulgação. Para o efeito privilegiei a pesquisa e o conhecimento da instrução formal no território, isto é, as medidas, leis e acções que o governo português tomou e pôs em prática neste período tendo como objectivo a instrução dos povos da região.

No domínio das fontes e metodologia, privilegiei as fontes primárias moçambicanas. Estas constituem o acervo documental manuscrito nuclear e até agora inédito em que esta investigação se alicerça. Após esta recolha houve que fazer o tratamento e análise dos dados. Estes foram complementados com fontes impressas, estudos, trabalhos e bibliografia específica. Esta opção assume importância particular perante a dispersão observada na bibliografia estudada sobre a instrução na colónia/província de Moçambique. A instrução, na segunda metade do século XIX, é frequentemente classificada como insignificante ou inexistente, pelo menos sem significativa importância tanto do ponto de vista do colonizador, como do colonizado.

A perspectiva crítica de características, objectivos e finalidades da educação ao longo da segunda metade do século XIX no território que viria a configurar Moçambique pressupõe o conhecimento de diversas concepções pedagógicas e sua articulação com as sociedades que habitavam o território moçambicano ao longo do período estudado, descortinando a articulação entre “instrução”, “educação”, “escola” e “doutrinas pedagógicas”, por um lado, e, por outro, as características do poder colonial, dos povos da Província e das suas concepções e viver social. Trata-se, afinal, de analisar a educação em Moçambique como um processo dinâmico em permanente (des)construção.

A criação de uma «educação» de tipo europeu em África – ou a sua tentativa – requer um olhar multidisciplinar sobre todo o processo. Daí a importância da abordagem, ainda que sumária, de algumas especificidades económicas, sociais e políticas, culturais e de mentalidade das sociedades em que se desenrolam os esforços educativos, às quais se dirigem as medidas de difusão da «Instrução» e que determinam, por sua vez, os percursos por ela tomados.

A história de África cruza a visão africana com a tradição europeia. Abre vastos campos de estudo que impõem uma historiografia empenhada no esclarecimento de muitas questões

multidisciplinares diversificadas e igualmente valiosas.¹ A Europa deteve a capacidade de dispor da sua própria história sem precisar de reconhecer que também os outros a têm, independentemente dos seus recursos e das suas modalidades.²

Na história de Moçambique existe certamente a consciência dos outros e dos próprios, dos europeus, portugueses, indianos e dos africanos, que são muitos outros. O Ocidente formulou a ideia de um continente africano imutável e encerrado a qualquer dinâmica, terra que os europeus tinham resgatado para a Civilização integrando-o na História.³ Neste último caso, trata-se, antes, de uma construção que o Ocidente elaborou, visando despojá-lo do direito a dispor de uma história própria.⁴ De uma identidade plural e legítima.

Em África, a entrada da educação de matriz europeia lidará com realidades bem específicas e distintas daquelas que ela própria comporta. Na educação ocidental, como em tantos outros domínios, é significativa a herança dos gregos. Ao paradigma de «homem homérico» – heróico, valoroso, guerreiro –, foi-se juntando o ideal de homem em plena harmonia e domínio de si, como ser individual mas, de igual modo, enquanto cidadão fiel ao Estado. Assim, para além da «aprendizagem formal», da escola e do «pedagogo», o Estado obrigará ao conhecimento efectivo das leis e a com elas viver. Neste quadro, surge então a *Polis* como centro de aprendizagem. Do labor grego aliado ao direito romano e à herança judaico-cristã nasceram muitos dos alicerces da actividade educativa futura.⁵

Com a Revolução Francesa, a «Escola» é proclamada laica, democrática e liberal. Também gratuita. Na base de 1789, o espírito das «luzes», e era ele que abria agora os caminhos para a ideia de construção de um «sistema de instrução pública». O ensino estatiza-se, seculariza-se. Tornado obrigatório, quer-se universal. A «escola» é nuclear no triunfo da Revolução. «Fábrica» de cidadãos e de ideologia.

¹ “Apesar de historiadores como Fernand Braudel terem conseguido imprimir uma nova dinâmica de interpretação histórica com as noções de interdependência, integração e relacionamento de espaços na economia mundo; e de ser sobejamente conhecida a presença do valor do trabalho e riqueza Africanos por exemplo no comércio transatlântico, continua a imperar esta marginalização da contribuição Africana.” Lopes, 1995, p. 22. Também importa o reconhecimento de uma série de matérias estudadas na história africana ou para ela concorrendo de forma eficaz – as línguas, registos orais, actividades económicas. Birmingham, 1995, pp. 31-50.

² “Durante séculos, alguns círculos científicos opinavam que a África não tinha história. Caso, por exemplo, do eminente filósofo alemão do século XIX, Hegel (1770-1831), que considerava a “África de Continente sem história”, alegando a ausência de fontes escritas do seu passado. O seu livro *Filosofia da História*, escrito com base nas suas conferências proferidas na Universidade de Berlim (1822-1831), contém afirmações de que “a África não é um continente histórico”, pois “os povos negros são incapazes de se desenvolver e receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje”. Difuila, 1995, pp. 51-52.

“If the trade and practices of transatlantic slavery were carefully philosophically constructed on the alleged sub-humanity of the African “race”, the practice of colonialism was parallelly predicated on a metaphysical denial of the historicity of African existence. (...)”. Eze, 1998, p 215. Ver também Ngoenha, 1993, p. 124;

³ M'bokolo, tomo I, 2003, pp. 28-29.

⁴ O cinema foi – é – um dos meios privilegiados para a difusão de uma certa imagem de África e dos africanos: terra “apresentada como o continente da pouca razão da natureza”, avessa ao progresso, inviabilizando a criação de culturas específicas, estigmatizando o africano, física e mentalmente, valorizando o branco num processo em que, em última análise, avulta a profunda ignorância de europeus e americanos em relação a África e suas especificidades. Margarido, 2003, pp. 105-121. Sobre a historiografia colonial e as formas através das quais esta procurou despojar os africanos da sua própria história – nas formas de escrita, na elaboração de mitos, na desvalorização do Outro, ver: Henriques, 1997, pp. 83 e ss.

⁵ Importante para compreender a ligação das concepções do mundo antigo com as que virarão na idade Média a obra, de certo modo complementar a *Paideia, A Formação do Homem Grego* do mesmo autor Jaeger, *Cristianismo Primitivo e Paideia Grega*, Coleção Perfil, História das Ideias e do Pensamento, edições 70, Lisboa, 2002.

A herança francesa perdurará,⁶ na educação, como em outras áreas, ao longo do agitado séc. XIX, de outras revoluções; constituições; parlamentos; liberalismos – políticos e económicos. Teóricos a mais ou práticos a menos. Os ideais burgueses triunfantes adaptam dessa herança os aspectos que lhes são mais caros. Do enorme alfobre teórico retira-se o que convém às práticas burguesas, às suas necessidades. Arrumam-se crianças e mulheres em locais apropriados, na grande fábrica da vida. Brevemente os estudiosos inaugurarão o amplo debate entre «instrução» e «educação». A luta contra o analfabetismo é bandeira de vários países. Os ritmos diferentes. Como os das economias, do poder, das religiões.

No século XIX, a educação desenrola-se, pois, num mundo que experimenta profundas e rápidas transformações.⁷

A «escola» – pensada, melhorada, apetrechada – desempenha no espírito liberal um papel nuclear em ordem ao desenvolvimento, ao conhecimento científico, ao progresso e como fundamento do próprio liberalismo. É também um requisito fundamental para a expansão do «positivismo» triunfante no séc. XIX.

A «escola» seria local privilegiado para o tratamento de valores morais, racionais básicos, que podem ser objecto de transmissão e, por outro lado, deveria cumprir-lhe a preservação da própria consciência moral dos alunos. Também nela se deveria aprender a liberdade e a necessária disciplina para a atingir.

A economia europeia precisa de matérias-primas e mão-de-obra. A gigantesca fábrica que é o Mundo necessita de servidores bem adestrados. Para os territórios coloniais europeus, a discussão em torno da «instrução» acentua, ainda mais, estas prioridades. O impulso de criação para o desenvolvimento e progresso das sociedades necessita, acima de tudo, de enquadramento e controlo; mais do que qualquer apelo, mesmo que fugaz, da liberdade. A política educativa dos Estados resulta das necessidades dos que dominam, no seu tempo, na sua época. As Escolas, a Educação, a Instrução são a expressão de uma organização político-administrativa do Estado Português.

A recolha, sistematização e descrição de testemunhos históricos da actividade educativa permite um outro conhecimento do passado e uma consciencialização para a importância da inventariação dos principais aspectos que marcaram a evolução educativa moçambicana,

⁶ Por exemplo constituindo a base do que certos autores apelidam «ensino liberal». A. C. Grayling entende-o como “(...) o ensino que inclui literatura, história e apreciação das artes, atribuindo-lhes um peso igual ao que é dado às matérias científicas e práticas.” Para o mesmo autor, a educação dos nossos dias “(...) distorce o objectivo da instrução, visando o desenvolvimento dos indivíduos não como fins em si, mas como instrumentos do processo económico.” Grayling, 2002, pp. 187-189.

⁷ “A época contemporânea propôs também – em pedagogia – um face a face mais explícito e radical entre instrução e trabalho, que se afirmaram como momentos centrais da ação pedagógica e da projeção educativa. A instrução afirmou-se como direito universal e como tarefa social. O trabalho é bem verdade que se impôs como dever social, mas, antes ainda, como atividade específica do homem. As duas frentes se interligaram, mas dialeticamente, dando lugar a uma série de problemas que resultam típicos da contemporaneidade.” Cambi, 1999, p. 394.

esclarecendo o desenvolvimento do panorama educativo através do levantamento, consideração e estudo de fontes que, muitas vezes, não mereceram a devida atenção, quando não terão sido mesmo totalmente ignoradas.

Esta tese é constituída por duas partes. A primeira parte é dedicada à caracterização do território moçambicano no século XIX tanto ao nível físico como populacional, a relação portuguesa com as populações e a soberania, projectos e acções de Portugal como potência colonizadora; a economia e administração do território; núcleos de influência portuguesa e o seu desenvolvimento; Moçambique como foco do interesse estratégico do capitalismo europeu. A segunda parte é dedicada à instrução e educação no território na segunda metade do século XIX, iniciando-se com a contextualização da educação no Reino e sistematizando todo o trabalho de pesquisa sobre a instrução em Moçambique naquele período, respondendo à questão inicialmente formulada.

O segundo volume integra vários anexos, a saber: listagem de professores referidos na documentação (anexo A); documentação seleccionada para exemplificar os materiais utilizados na composição do presente trabalho ou confirmar a tese defendida (anexo B); imagens ilustrativas de alguns aspectos do quotidiano da época ou de materiais utilizados (anexo C); diferentes mapas globais e parcelares relativos a Moçambique (anexo D). Os documentos apresentados constituem apenas uma amostra do acervo documental consultado.

Relativamente à grafia utilizada para designação de etnias e lugares decidiu-se adoptar designações africanas empregues em Moçambique procurando considerar as recomendações resultantes do esforço para a padronização das línguas moçambicanas efectuados por especialistas deste País.

I PARTE
Moçambique na 2ª metade do século XIX

2. Território e população

“Espreitei entre as vozes e entendi: os governantes me queriam transformar num herói nacional. Me embrulhavam em glória. Já tinham posto a correr que eu morrera em combate contra o ocupante colonial. Agora queriam os meus restos mortais. Ou melhor, os meus restos imortais. Precisavam de um da minha raça, tribo e região. Para contentar discórdias, equilibrar as descontentações.”

Mia Couto, *A Varanda do Frangipani*, Maputo, Ed. Ndjira, 1996, p. 14

As fronteiras do território que actualmente corresponde a Moçambique foram estabelecidas, à semelhança de muitos outros países africanos, ao longo do século XIX e, como tal, sujeitas às contingências resultantes dos interesses coloniais.⁸ Os seus 77 1125 km² espraíam-se junto ao Índico ao longo de 2 795 km de costa e dispendo no interior de uma fronteira terrestre com 3 784 km, tendo como latitude e longitude máximas, respectivamente, 1 865 e 1 030 km.

A Província é atravessada pelo trópico de Capricórnio na altura de Inhambane, ocupando a parte sul da zona tórrida e parte da zona temperada do sul. Por se encontrar predominantemente na zona tropical prevalecem estes climas. O extremo sul situa-se na zona temperada, mas não muito longe do trópico de Capricórnio. A temperatura regista médias mais elevadas a norte, 26° C, diminuindo para sul 22° C, correspondendo ao afastamento do Equador. A sua humidade relativa, maior no litoral que no interior, varia entre os 70% e os 80%. A pluviosidade regista os valores máximos no litoral central (entre 1 300 e 1 400 mm anuais) e diminui para o litoral sul (800 mm anuais) e litoral norte (1 000 mm anuais), registando-se um aumento nas zonas altas (até 1 000 m). O território está sujeito às monções, marítima e pluviosa de Outubro a Março, e terrestre e seca de Abril a Setembro.

A costa é recortada por muitas baías e inclui um número elevado de ilhas. Bastante irregular, é, desde a Ponta do Ouro até Moçambique, na sua maior parte arenosa, passando depois a predominantemente rochosa e coralífera.⁹

⁸ Ver *Anexo A*, mapas 10 e 11, pp. 12 e 13.

⁹ Boléo, 1950, p. 22.

O território é atravessado por numerosos rios que correm para o Índico, sujeitos a regime periódico de chuvas, registando cheias de Janeiro a Março.¹⁰ Os mais importantes são o *Rovuma*, que estabelece a fronteira norte, com 630 Km, e seus tributários – *Lugenda*, *Messinge*, *Luchulingo*, entre outros; o *Lúrio*, que nasce no monte Malema e tem mais de 1 000 km de extensão e seus afluentes *Nualo*, *Malema*, *Lalaua*, *Muenda*, *Rururamana* e *Niorenga*; o *Zambeze* entra em Moçambique no Zumbo e daí percorre 850 km formando um imenso delta com seus braços (*Luabo de Oeste*, *Luabo de Este*, *Melambe*, *Chinde*, *rio dos Bons Sinais* ou *Quáqua* ou *de Quelimane*) e seus afluentes, na margem direita *Panhame*, *Luenha*, *Sangadze*; *Zânguè*, e na margem esquerda, *Aruângua Grande*, *Luía*, *Mavuzi*, *Ruvubue*, *Chire* entre outros; *Save*; *Limpopo*, que atravessa os Libombos e seus afluentes, *rio dos Elefantes*, *Nuanetze*, e *Chegane*. Com menor importância temos: *Messalo*, *Montepuez*, *Melúli*, *Ligonha*, *Rarara*, *Licungo*, *Pungué*, *Buzi*, *Govuro*, *Inharrime*, *Incomati*, *Matola*, *Umbelúzi*, *Maputo*, entre outros.

Dos seus lagos importa destacar o *Niassa*, com 36 800 km²; o *Chirua*, salgado; o *Chiuta*, prolongando-se pelo *Amaramba*, com 56 km de comprimento por 4 a 16 de largura.

Do ponto de vista do relevo, destacam-se as montanhas do interior com alturas superiores a 1 000 m ocupando áreas reduzidas da Zambézia e Chimoio; planaltos elevados a norte, que decrescem para sul dos 1 000 aos 200 m; grandes planícies litorais de extensão variável, normalmente abaixo dos 200 metros, com as suas maiores larguras em Gaza e Inhambane. Como alinhamentos orográficos principais temos: a *cadeia dos Libombos* na fronteira com a África do Sul e Suazilândia; a *escarpa de Manica e Sofala* entre os rios Pungué e Buzi; *Miranga* (na serra da Gorongosa) e *Chimanimani*; os *planaltos da Marávia-Angónia* a norte de Tete descendo até ao vale do Zambeze; os montes *Chire-Namúlia* desde Milange até Ribáuè; as montanhas *Maniamba-Amaramba*, rodeando o lago Niassa.

Predominam florestas e estepes espalhadas por diversas zonas.

Várias populações coexistem no espaço moçambicano. Os povos que o habitam actualmente incluem-se maioritariamente no grande grupo dos Bantu, que povoa quase toda a África a Sul do Saara.¹¹

A norte do Zambeze, a partir do Rovuma, e da costa para o interior, situam-se quatro etnias que ofereceram grande resistência à penetração colonial.

¹⁰ Como assinala Boléo, “O sistema hidrográfico da Colónia de Moçambique é complexo e abundante. Todavia tal complexidade atenua-se se soubermos que grande parte das linhas de água assinaladas nos mapas são de curso temporário, e, por isso, de importância reduzida.” Boléo, 1950, p. 75.

¹¹ A descrição que se segue baseia-se na fornecida por Pélissier, 1994, pp. 35-40. Outras descrições com mapas em Rita-Ferreira, 1950 e 1975.

Os Swahilis, que ocupam, antes de mais, as feitorias costeiras entre Quionga e Quelimane, se bem que encontremos igualmente pequenas colónias muito mais a Sul. De religião islâmica, dedicaram-se a actividades comerciais, essencialmente o tráfico de escravos e com este estabeleceram várias alianças internacionais.

Os Makhuwa -Lomwes, agrupados em muitos regulados, parcialmente islamizados (principalmente os Makhuwa da costa), lidaram simultaneamente com Swahilis e Portugueses, fornecendo escravos, como mercenários e inimigos.

Os Macondes no planalto a Sul do Rovuma, agricultores e guerreiros.

Os Yao a Oeste do Lugenda, agricultores e artífices que se envolveriam no tráfico de escravos procedendo a depredações nos povos vizinhos. Em contacto comercial com os Swahilis adoptaram, adaptando-o, o Islão.

No Norte de Moçambique existe ainda um ramo do grupo Marave, a leste do lago Niassa os Nhanjas e alguns núcleos de Ngunis, ou melhor, de Angunizados.

O Eixo Zambeziano, do mar para o interior, outras vezes designado genericamente como Complexo Zambeziano ou, de maneira mais restritiva, dos Povos do Baixo Zambeze, compreende, sobre um fundo Marave, a Norte, e Chona, a Sul, numerosos e variados contributos (Makhuwas-Lomwes, Swahilis, etc.) e formam um conjunto mais ou menos mestiço. Encontramos aqui também os Sena¹² e os Chuabo (Xuwabo) Ainda, a Norte de Tete, os Maraves orientais e os *Angonis* na fronteira do Malawi.¹³

A Sul do Zambeze, os Chonas, herdeiros de povos ligados ao Estado dos Muenemutapa. No início do século XIX, sofreram as invasões dos Nguni. O Reino do Barué, reconstituído efémera e tardiamente, procurou catalizar toda a resistência a Sul do Zambeze, mas falhou. Acabariam tributários do estado de Gaza.

Os Nguni, cujo centro do seu império se situava em Gaza, manter-se-iam independentes até 1895. Gaza, estado multinacional (Chonas no Norte, Tsongas e Angunizados no Sul), seria o núcleo da resistência do Barué.

Os Tsongas no Sul de Moçambique. Agricultores e pastores vivendo sob influência dos seus senhores ou vizinhos Nguni e dos Portugueses, a sua vivência é marcada pelo fluxo migratório para a África do Sul.

¹² “O termo por que são conhecidos não é de origem banto. Junod considera-os Maganjas (portanto oriundos da margem esquerda do Zambeze e de *stock* Marave) cruzados com Barués, Tsongas e Podzos. Não se pode, pois, dizer que exista qualquer grupo ou subgrupo sena como entidade étnica: são uma mistura de vários grupos que tomaram a designação dada por estrangeiros à terra. Os clãs mais frequentes são: Bande e Marunga (do norte e oeste); Tembo, Chilendje e Makate (de origem Bárue e Tsonga); Thambu, Chawu, Muwera, Mbadzo (de origem pozo); Nyangombe, Simboti, Duwo (de origem Teve).” Rita-Ferreira, Lisboa, 1950, p. 55.

¹³ Referindo-se aos povos do Baixo Zambeze Rita-Ferreira caracteriza-os: “Na verdade, o vale e o delta do Zambeze têm relações bastante estreitas com a divisão étnica: não só ali se entrecrocavam duas organizações sócio-culturais distintas (as matriarcais do norte e as patriarcais do sul) como constituíram uma excelente via de penetração e, consequentemente, de difusão cultural para numerosos povos exóticos (Indonésios, Persas, Árabes, Portugueses, etc.), que, quiçá por milénios, vêm percorrendo a costa oriental africana.” Rita-Ferreira, 1950, p. 51. Nota sobre os achikunda que são escravos trazidos pelos portugueses de variados locais da África Central e Oriental. *Id., ibid.*, p. 52.

Os Chopi, na região de Inhambane, dedicando-se à agricultura, foram implacavelmente perseguidos pelos Nguni e Angunizados de Gaza. Para o fim do século, constituiriam, a par dos Tsongas, o núcleo do corpo de trabalhadores para a África do Sul.

Os Bitongas, por vezes classificados conjuntamente com os Chopi.¹⁴

As descrições dos povos e gentes que ocupam Moçambique são de uma maneira geral similares, havendo pequenas diferenças pontuais. O que interessa relevar é a efectiva multiplicidade de etnias e povos que se cruzam ou vivem neste espaço.

As exigências científicas do século XIX implicam classificações que, no caso dos povos africanos, raramente podem ser precisas,¹⁵ nomeadamente quando o pano de fundo é o do «tribalismo» enquanto invenção bem sucedida para os europeus, tendo em vista uma mais fácil administração.¹⁶ Os diversos autores coevos contribuíram para essa padronização, «invenção».¹⁷

Interessa ao poder a distinção e classificação dos povos em etnias, muitas vezes estabelecidas de forma artificial. Apesar de o uso do termo «etnia» apenas se enraizar no início do século XX¹⁸ considera os vários povos numa perspectiva marcadamente estática e não considerando o contexto histórico.¹⁹ Estas classificações servem os interesses dos que

¹⁴ Os “inventários”, mais ou menos precisos, sucedem-se ao longo do tempo. Pereira Cabral agrupa os indígenas de Moçambique em obra publicada em 1934, no que chama “grupos ou sub-raças”. Cabral, 1934, pp. 3-4. No *Atlas Missionário Português*, de 1962, temos uma inventariação em «agrupamentos étnicos». *Atlas Missionário Português*, 1962, p. 93. Estes agrupamentos são, por sua vez, arrumados num conjunto de grupos linguísticos. *Id., ibid.*, p. 97-99. Referindo-se à década de 60 do século XX, Garcia fornece outra inventariação. Garcia, 2003, pp. 98-100.

¹⁵ Século XIX que é herdeiro, por sua vez, de uma evolução registada nas centúrias anteriores, em que a sistematização e os meios de a construir se vão estabelecendo, o que recorda a reflexão de Foucault: “Pode-se apreender agora qual seja a unidade sólida e cerrada da linguagem na experiência clássica. É ela que, mercê do jogo de uma designação articulada, introduz a semelhança na relação proposicional, isto é, num sistema de identidades e de diferenças tal como é fundado pelo verbo *ser* e manifestado pela rede dos *nomes*. A tarefa fundamental do «discurso» clássico *consiste em atribuir um nome às coisas e por esse nome nomear o ser delas*. Durante dois séculos, o discurso ocidental foi o lugar da ontologia. Quando esse discurso nomeava o ser de toda a representação em geral, era a própria filosofia, ou seja, teoria do conhecimento e análise das ideias. Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e dispunha a rede de uma língua «perfeita» sobre todo o campo da representação, era ciência, ou seja, nomenclatura e taxinomia.” Foucault, 1988, pp. 173-174.

¹⁶ Davidson, 2000, p. 104.

¹⁷ Vilhena, 1910, pp. 15 e ss. Por exemplo, o autor procura caracterizar o que denomina «áreas de produção», norteado pela preocupação de fornecer elementos que, na data em que escreve, permitam proceder ao aproveitamento da mão-de-obra indígena. Começa por esclarecer que não pretende entrar em grandes discussões sobre etnografia que considera complicadas e objecto de acesa discussão, logo passando a nomear os povos das diversas regiões com o intuito de apurar as possibilidades do seu aproveitamento económico. Essas áreas vão desfilar: *território da Companhia do Nyassa*; a de *Moçambique-Angoche*; a *baixa Zambézia*, a *alta Zambézia*; *Beira-Manica*; *Inhambane*; *Gaza e Lourenço Marques*.

¹⁸ Segundo Carlos Serra: “Essa sistematização zoológizante e taxidermizante da «etnografia administrativa» (de resto lenta), a qual na fase da ocupação militar é muitas vezes obra de militares portugueses, está intimamente ligada a quatro tipos de poder indissociáveis e fundamentais na «montagem» e na institucionalização dos aparelhos do Estado colonial (...)” a que chama o “fisco-poder”, conhecimento dos potenciais contribuintes para os impostos existentes (de palhora e mussoko); o “**corpo-poder**: conhecimento estatístico laboral, procurando conhecer a mão-de-obra disponível; o “**bio-poder**: conhecimento estatístico dos movimentos “biológicos» das populações: fluxos populacionais, mortalidade, casamentos, nível de saúde, duração da vida, etc. Este tipo de poder desenvolve-se especialmente a partir dos anos 30”; o “**psico-poder**”: ou “conhecimento e sistematização dos aparelhos e práticas culturais rurais visando a administração da justiça, a formação de cidadãos obedientes e «tribalizados», o fornecimento de noções básicas de português, história de Portugal, “aritmética”, etc., em especial para funcionários negros subalternos. As escolas estatais e missionárias numa primeira fase, as missionárias numa segunda (sobretudo a partir dos anos 40) têm a seu cargo as tarefas fundamentais deste tipo de poder, que as segundas conjugam com o estudo, a gramaticalização e a escrita das línguas locais.” Serra, 1997, pp. 136-137.

¹⁹ “De um modo geral tudo se passa nos textos de História e de Etnologia do Século XX como se os grupos sociais invocados para séculos anteriores sempre tivessem existido como tais, como se as “etnias” não nascessem, crescessem e morressem, como se o nascimento da etnia (etnização) e da etnicidade (eticização) não fosse de per si um objecto de estudo histórico, resultante directamente ou não de outras problemáticas tratadas como, por exemplo, a produção para o comércio de longa distância, formação de espaços políticos supralinhageiros e de territórios identitários subsequentes.” Medeiros, 2003, p. 86. Sobre idêntica temática ver Medeiros, 1997, pp. 81 e ss. Também Elikia

querem transformarem os africanos.²⁰ Liesegang avança com uma definição de grupo étnico como

(...) um grupo dentro de uma sociedade ou formação social maior, mas pode ser representado em várias sociedades ou formações sociais. Os membros do grupo étnico têm uma origem regional ou até genealógica comum (muitas vezes só supostamente). O grupo distingue-se por características culturais (vestido, língua, hábitos alimentares, religião), ou raciais, ou através de uma identidade histórica específica. Com o surgimento de novos estados ou formações sociais não estatais redefinem-se geralmente também as unidades étnicas na base de características culturais, raciais, alianças políticas que surgem na altura. Por isso o surgimento de um novo estado leva geralmente também à definição de novas unidades étnicas. Fora destas situações, a identidade étnica transmite-se geralmente de pais a filhos, é hereditária, portanto uma característica atribuída pela sociedade e não conseguida através do esforço ou actividades individuais. Unidades étnicas fazem parte do sistema cognitivo de indivíduos e grupos e ocupam certos espaços sócio-económicos e sócio-políticos.²¹

Essa complexidade em estabelecer diferenças etnográficas ante a história dos povos está, para certos autores, bem patente em Lourenço Marques e na atracção que a região exerceu, ao longo do tempo, sobre as diversas populações. Os vários grupos étnicos não se isolavam, encerrando-se em si próprios, mas inseriam-se em «cadeias de sociedades»,²² sendo frequentes os contactos entre as diversas comunidades.²³

Com o colonialismo, o interesse em estabelecer divisões rígidas em etnias serviria os objectivos estratégicos de dominação – classificando, dividindo para reinar, mecanismo de

M'bokolo destaca a questão das «etnias». Segundo ele, “(...) no quadro de outro registo – o das relações com os povos africanos – este conceito de “raça” é um dos principais ingredientes do conceito de “etnia”, variante tanto do conceito de “raça” como do de “nação”. Este conceito de “etnia” operou inicialmente na sua expressão mais dura que se apoia quase exclusivamente nos critérios mais duvidosos da antropologia física (altura, índice cefálico, fisionomia, cor da pele...), que se pensa determinarem os caracteres culturais, as formas de organização social e política, as culturas materiais assim como, é claro, a adaptabilidade às civilizações consideradas “superiores”. M'bokolo, 2003, pp. 51-52.

²⁰ “No percurso antropológico clássico, os Africanos são lidos como evacuados da História, como não sujeitos à contradição e à diferença, como blocos humanos essenciais «tribos», como grandes unidades sintéticas onde a vida natural e a harmonia são a norma e a história é o acidente, o invariável e o patológico. Eles são durkheimianamente, irremediavelmente, pavlovianamente submersos na tribo e na tradição. E é nessa condição homeostática que são classificados. E aqueles que os classificam são também, muitas vezes, entomólogos. Por outras palavras, é como insectos estranhos ou exóticos que frequentemente os Africanos são classificados.” Serra, 1997, p. 91. Acrescenta o autor que “A etnia, termo criado no século XIX pelo zoólogo Vacher de Lapouge, serve para designar contrastivamente e muitas vezes negativamente os outros povos. A alteridade torna-se inferioridade.” *Id. Ibid.*, p. 95. E esclarece: “Ninguém se etniciza porque é preciso etnicizar-se. Não existe uma substância chamada etnicidade que actue nos seres humanos como espírito do vinho ou o flogístico, a modos de um êmbolo. Qualquer etnicidade (momento identitário relacional que inclui e exclui) responde a necessidades sociais concretas: defesa, conquista, privação, emigração, independência, ascensão social, etc. A gramática das diferenças, da repulsão/atracção, a formulação da alteridade do Outro e a produção dos símbolos distintivos e de fronteira nascem daí, é a partir de fenómenos como os indicados que os seres humanos produzem a «crença subjectiva numa origem comum», crença que tem, frequentemente se não principalmente, uma origem política. Não é na comunidade em si, *ab initio*, não é na posse de atributos étnicos, não é na etnia que reside a etnicidade, mas no processo de formulação, sempre problemático e questionável, da crença subjectiva na origem comum. Eis uma concepção esquecida e bem heurística, em meu entender, de Max Weber.” *Id., ibid.*, p. 109.

²¹ Liesegang, 1986a, pp. 34-35.

²² Amselle, 1998a, p. 75. O autor frisa a quebra das «cadeias de sociedades» em virtude dos novos factores – alteração de correntes comerciais, fim das guerras escravagistas intra-africanas, implantação de paz colonial. *Id., ibid.*, p. 76.

²³ “(...) (1) as comunidades domésticas de agricultores não viviam em redomas fechadas, elas relacionavam-se entre si, por vezes a longas distâncias, para trocar produtos da sua actividade agrícola, da caça e da produção artesanal; por essas ocasiões, era óbvio que observassem e confrontassem “usos e costumes” diferentes; (2) até final do século XIX, houve movimentos migratórios importantes em toda esta região de África, que muitas vezes deixaram marcas profundas nas instituições e costumes de que nos ocupamos.” Medeiros, 1985, p. 6. O autor foca as diferentes formas como os bens provenientes do comércio do Índico produziram transformações (poucas) nas sociedades matrilineares do norte em aspectos como as compensações matrimoniais, e as alterações verificadas nas sociedades patrilineares do sul.

todo o poder.²⁴ No século XIX a ciência acabaria por contribuir para «etnicizar» África.²⁵ Os «especialistas» correspondiam, com os seus estudos, àquelas que eram as necessidades dos governos coloniais.²⁶ Ao imobilizar os africanos em grupos que podiam ser «inequivocamente» identificados e caracterizados, criava-se um mundo mais fácil de comparar, classificar, menorizar e, finalmente, de transformar/resgatar.²⁷

Algumas autocríticas circulando entre portugueses, no final do século XIX, baseiam-se na ideia de que estes não teriam apreendido a utilidade das modernas teorias dos “filósofos naturalistas”, entre os quais se destacaria Darwin e a suas leis da selecção das espécies, que, na concorrência vital, faria valer o direito do mais forte, aspecto que os políticos ingleses aplicariam, usando “essas leis superiores que derivam da essência dos factos e da sucessão e natureza das cousas”, ao contrário dos seus adversários portugueses, cuja prática parecia desconhecer os fundamentos filosóficos da acção britânica.²⁸

Ao conceito étnico ligar-se-ia, com o triunfo do colonialismo, a noção de «tradição».²⁹ Os portugueses, de resto, procurarão jogar com ambos, ora ampliando-os artificialmente, ora destruindo as veleidades de afirmação dos particularismos existentes;³⁰ jogando com as suas diferenças.³¹ A identificação dos povos, a sua mobilidade, os seus contactos permanentes recomendam certa prudência ao estudioso.³² As fronteiras políticas definidas pelos

²⁴ Amselle, 1998a, pp. 77-78. “As guerras tribais não opõem, assim, a tradição e a modernidade. Traduzem pelo contrário a existência de um conflito eminentemente contemporâneo entre a forma colonial do estado e a distribuição colonial das etnias.” *Id.*, *ibid.*, p. 79. Sobre as questões de «etnia» veja-se uma referência a outros casos em Guichaoua, 1998, pp. 99-104. Ainda sobre a distinção «tribo» e «etnia» e a emergência histórica destes conceitos na sua relação com o colonialismo veja-se a breve síntese de Amselle, 1998b, pp. 141-142.

²⁵ Depois de referir o séc. XIX e as teorias evolucionistas de Darwin, as análises que defendem a passagem por vários estádios até se chegar à civilização, chegar-se-ia ao “(...) fixismo étnico, introduzido pelo colonialismo, punha assim termo à indistinção e aos sincretismos originários das sociedades africanas e abria caminho ao essencialismo étnico, em que a curiosidade e o conhecimento do «outro» africano justificava a sua exclusão ideológica.” Areia, 2000, pp. 377-384.

²⁶ “Antes dos etnólogos, já os administradores coloniais tinham aplicado estes princípios de ordem, catalogado as populações e, sobretudo, identificado territórios e nomes sobre os quais não houvesse equívocos. Era-lhes pois necessário debruçarem-se sobre as línguas, os hábitos, os costumes «indígenas» e improvisarem comportamentos de linguista ou de etnógrafo, tendo em vista a administração e a política colonial.” Dozon, 1998, p. 262.

²⁷ “(...) De facto, facilmente cremos que a África é um mosaico étnico e, ao dizer isto, julgamos estar a tocar a sua essência, a sua autenticidade, ou que tal imagem remete para a sua realidade pré-colonial. Essa crença é totalmente inexacta. Pelo contrário, foi a colonização que imobilizou e cristalizou as sociedades africanas sob a etiqueta étnica, que as identificou e sobre elas elaborou mapas, em função das suas exigências administrativas e económicas. Apercebemo-nos hoje que numerosas entidades étnicas não tinham equivalentes reais no universo pré-colonial, ou melhor que as sociedades que eram supostas corresponder-lhes não se identificavam com os nomes e os territórios que lhes eram então dados; apercebemo-nos ainda que outros modos de identificação colectiva e de integração social estavam em obra, seguindo as circunstâncias históricas, de ordem política (edificação ou expansão de um Estado), económica (especialização económica regional, redes comerciais) ou meramente social (deslocamento de populações, migrações originadoras de mudanças de identidade). De resto, é frequentemente a propósito destes grupos caracterizados somente pelos seus sistemas familiares (em oposição aos que possuem igualmente um sistema político) que a noção de etnia é particularmente problemática. (...)” *Id.*, *ibid.*, p. 263.

²⁸ Leme, 1897, p. 24. Perante as ameaças sobre Lourenço Marques, o autor acaba por, como pretendia, realçar a utilidade do exército, “Salvou-nos as colónias e salvou-as há sempre, porque os seus bríos tradicionais não se trophiarão nunca.” *Id. Ibid.*, p. 42.

²⁹ “A noção de “civilizações tradicionais”, mesmo se dispondo em bloco de um crédito maior, não é em nada mais adaptada do que o conceito de “África pré-colonial”. Começa hoje a ver-se que a “invenção da tradição” (E. Hobsbawm e T. Ranger), fenómeno que não é exclusivamente africano, foi o resultado de um processo complexo para o qual concorrem as obras clássicas da etnologia, as elites políticas e intelectuais africanas e a maior parte das próprias sociedades africanas.” M’bokolo, Elikia, 2003, p. 9.

³⁰ “Aquando da estruturação do Estado colonial, 1890-1920, a territorialização e a divisão político-administrativa observadas, visavam institucionalizar os particularismos sócio-culturais e políticos. Deste modo, pôde o Estado desorganizar a reconstituição das unidades políticas africanas e fragilizar a resistência contra o poder colonial. (...)” Magode, 1996, p. 14.

³¹ “Aquando da estruturação do Estado colonial, 1890-1920, a territorialização e a divisão político-administrativa observadas, visavam institucionalizar os particularismos sócio-culturais e políticos. Deste modo, pôde o Estado desorganizar a reconstituição das unidades políticas africanas e fragilizar a resistência contra o poder colonial. (...)” Magode, 1996, p. 14.

³² “Em Cabo Delgado, com maior representatividade no planalto de Mueda, está estabelecida a etnia maconde, A Oeste do planalto de Mueda, entre os rios Lugenda e Rovuma, é identificável o território dos a-yao; Com uma dimensão que se estende desde a parte norte da

colonizadores comportam diferentes estados étnicos, num processo em que a definição das nacionalidades, em África, e os Estados nacionais são anteriores à existência da nação.³³

No que se refere a Moçambique, levanta-se a questão em torno da importância real e do significado proto-nacionalista das guerras contra os portugueses de meados do século, nomeadamente qual o seu significado e extensão em termos de formação da que viria a constituir-se como nova nação africana.³⁴

Questionam-se aspectos como a própria «tradição», onde se reconhecem muitas práticas que resultaram de processos evolutivos, da adaptação às condições naturais, à ocupação do espaço, aos desafios da Natureza. Contrapõe-se a “tradição” construída pelo poder colonial, que se adaptaria essencialmente a estes.³⁵ Este debate leva a que alguns autores considerem que o tradicional é um “mito da sociedade”.³⁶

Quem detém, de facto, o poder na segunda metade do século XIX? Efectivamente os africanos, que dominam até muito perto do final do século, início do seguinte, e na maior parte do território. Controlam o interior. Mantêm as suas estruturas de funcionamento – económico, social, político. Entre eles existe uma hierarquia de poder que inclui dominantes e dominados, ordenados em função das capacidades militares, de força (pelo número de homens, pela sua capacidade de mobilização), desde logo, e como seria natural, nas relações inter-africanas, exercendo o poder em função de grupos que impõem as suas normas, princípios e convicções, sem que, naturalmente, os grupos dominantes estejam isentos de influências que partem dos dominados. Nos relacionamentos entre povos, os processos nunca

Zambézia, província de Nampula e por uma extensa área de cabo Delgado, localiza-se o domínio dos makhua-lomué, o maior grupo etno-linguístico do país; ao longo do vale do Zambeze fixa-se o complexo social do baixo Zambeze, formado pelos grupos sócio-culturais chuabo, sena, Tsonga tawara, nyungué; ao Território de Manica e Sofala, nota-se a presença do complexo social shona-karanga, formado pelos maniko, os teve, karanga e os ndau; Ao Sul do rio Save, distinguem-se o grupo sócio-cultural dos tsonga (os changane, ronga e tswa) os chopi e ba-Tsonga.” Magode e Khan, 1996.

³³ *Id., ibid.*, p. 40.

³⁴ José Capela analisa a obra de Péliissier relativamente a Moçambique e ao que descreve como seus objectivos, a saber: sublinhar a penetração europeia e influência num conjunto de povos que serão forçados a entrar na esfera colonial; evidenciar o aparecimento de uma nação; demonstração do carácter violento da ocupação-colonização portuguesa com as suas especificidades. Afirma que em meados do século, na Zambézia: “Se as guerras são anticoloniais, se são já manifestação de protonacionalismo ou, pelo menos, de pré-nacionalismo, a sua intensificação, em meados do século, é, de facto, um marco. Na verdade, essas guerras nada têm de nacionalistas e vão mesmo no sentido contrário ao do nacionalismo. (...)”. Capela, 1993, p. 221. E acrescenta que “(...) os zambezianos, inicialmente, não lutaram contra a ocupação, até porque os portugueses não pretendiam ocupar, mas tão-somente circular com o comércio. (...)”. *Id., ibid.*. Lembra ainda que em 1824 em todo o Moçambique apenas existiam 43 portugueses de Portugal. Capela, 1992a, p. 76.

³⁵ “As in other parts of southern Africa at the time, a reconstitution of “traditionnal” structures was a key element in modes of governance for the “native” community. Even peoples such as the Makonde in northern Mozambique who had lived historically without chiefs had a “tradition” of chieftaincy created for them by the colonial officials, who handpicked collaborators to fill the positions.” Marshall, 1993, p. 55. A autora realça a importância desta reconstrução da «tradição» em torno da terra. A soberania colonial exercendo-se sobre comunidades em que a terra era posse do grupo. As tribos com os seus «chefes» representando o poder colonial eram uma forma de contribuir para que os proprietários individuais e as suas possibilidades de produzir livremente para o mercado se diluam na comunidade. “This construction of the “native” allowed a characterization of the African population as “idle children” needing moral regulation and served to legitimize the growing labour demands by the state. A particular working up of “native” and “traditional” served to reorganize a whole dispensation of land and labour.” *Id., ibid.*, p. 56.

³⁶ Veja-se Mazula, 1995, pp. 65 e ss. O autor define alguns conceitos e situa o ponto de partida de uma certa direcção antropológica portuguesa no séc. XIX a partir da qual as necessidades económicas e políticas dos portugueses implicam toda uma nova política colonial legitimando o trabalho obrigatório e supostamente substituindo a mão de obra escrava. Segundo o mesmo autor, a antropologia, “pelo menos até às independências dos povos africanos colonizados” teria sido “um «discurso do Ocidente (e somente do Ocidente) sobre o outro» para o conhecimento do universo cultural do colonizado de forma a, pragmaticamente, facilitar a penetração colonial mas avaliando sempre a cultura do outro a partir da cultura europeia. *Id., ibid.*, p. 93. Entre os preconceitos formados, conta-se a visão da criança africana, de orientação psicológica, não dada à reflexão, com limites ou mesmo impossível de civilizar. *Id., ibid.*, pp. 95-96.

se traduzem em vitórias ou derrotas totais. O domínio nunca é absoluto. Desde logo, porque os vencedores têm de aproveitar as potencialidades dos povos que dominam. Enquanto se lhes impõem, também se lhes adaptam. Já da parte dos vencidos, importa considerar a adaptação aos méritos do seu oponente tendo em vista a sobrevivência ou a obtenção de possíveis vantagens.

Os europeus na África Oriental no século XIX são um grupo claramente minoritário e muito reduzido, tendo pretensões de dominar e intervir graças à tecnologia e às técnicas que possuem. As relações afro-europeias dependem do contexto africano, sendo os europeus naquela zona utilizados como elemento de ponderação para o equilíbrio ou desequilíbrio das complexas e frágeis relações entre africanos, procurando estes, conscientes e orgulhosos dos seus costumes, da sua autonomia e ciosos dos seus interesses, capitalizar em seu proveito as oportunidades abertas pela dinâmica de cada momento específico. E é neste pano de fundo – em que os portugueses são, a maior parte das vezes, actores muito marginais – que se desenrolam as expectativas e pretensões dos protagonistas africanos. Os portugueses aproveitam estas fissuras, disputas e conflitos, pelo menos quando tal lhes é possível ou quando o acaso deixa em aberto a oportunidade de intervir.

2.1. Cultura, costumes e valores africanos

“Sacanéca era orador, e discorria bem. (...) Lastimava os europeus, coitados! Não valia a pena de ser branco para andar sempre carregado de febres, sem comer, a queixar-se do paiz, que era excelente, saudável, e onde ninguém os chamara. Se havia algumas moléstias eram as que os brancos tinham trazido de suas terras, cujos vestígios escondiam cuidadosamente debaixo do fato; d’outra forma, com tanto calor, andariam como elles pretos, á fresca, nus. Desconfiava que os brancos não tinham família, e só assim explicava a mania que elles tinham de ir para aquellas terras, sem mulheres que os tratassem nas suas doenças. Elles, os pretos, nunca tinham pensado em ir para outros paizes, ainda que fossem melhores, por que isso importaria abandono dos seus pães e mães, mulheres e filhos.”

José Joaquim Ferreira, *Recordações da expedição da Zambézia em 1869, precedida de uma carta de Augusto de Castilho*, Elvas, Typographia Progresso, 2ª edição, 1891, p. 29-30.

O colonizador europeu subestima e desconhece as culturas e os valores dos africanos como o valor da honra, a determinação das sociedades, a resistência ao sofrimento.³⁷ Nessa

³⁷ Iliffe, 1999, pp. 11-14.

desvalorização e ignorância, não atribui sequer um sistema de crenças e valores à maior parte das populações, considera-as prontas a evangelizar porque gentílicas.

Em Sofala, no ano de 1888, o Governador português explica que não existiram cerimónias de culto católicas por não haver quem as pudesse celebrar e por ser a religião cristã ali a mais descurada. Das diferentes seitas que existem no local – persas, bathiás, gentios e mouros –, apenas os últimos dispunham de templos com práticas religiosas e arregimentação de seguidores.³⁸

Os africanos exibem, em cada local, manifestações culturais e próprias de que não abdicam. Nas danças *mapiko*, os ritos são formas de promover o bem-estar da comunidade das pessoas que existem por detrás das máscaras e para além delas.³⁹ As práticas rituais visam especialmente o objectivo de atingir a harmonia do grupo.⁴⁰

Alguns europeus preferirão notar o que consideram as dificuldades de «abstracção» dos negros como um entrave à evangelização, conceito que advém de uma análise dos termos empregues pelas línguas cafres comparadas com as europeias.⁴¹ Quanto maior é a diferença que as manifestações culturais, como a música, apresentam em relação às normas e cânones europeus, mais o discurso do colonizador as desvaloriza.⁴²

Os costumes africanos são observados com atenção estratégica. Renato Baptista, em 1892, cita os casamentos cafreais, em que os homens têm várias mulheres e em que as raparigas são compradas por dinheiro ou fazenda, e aproveita para referir a noção de «virgindade», que em algumas regiões apenas é considerada a da rapariga que ainda não teve filhos.⁴³ Já entre os Tsongas existem aspectos específicos que rodeiam o casamento.⁴⁴ A celebração divide-se em duas partes: a festa do *lobola* e a sua entrega, e o *thloma* ou transporte da noiva para a aldeia do noivo.⁴⁵ Segue-se uma série de cerimónias variando em função das diversas famílias.⁴⁶ O casamento é, essencialmente, uma cerimónia comunitária.⁴⁷

³⁸ B.O., 22/09/1888, nº 39, p. 585.

³⁹ “(...) everybody except the small children already knew and pretende to keep was that behind the dancer’s mask, that conventionalised mask representing a being from an alien spirit-world, was an ordinary human face.” Harries, 1974, vol. II, p. 218.

⁴⁰ “Other societies use other methods, but the universal desire to maintain harmony cannot be questioned.” *Id. Ibid.*, p. 220.

⁴¹ “A língua tetense é mui pobre em termos abstractos. Por isso, é bastante difficil fazer entender aos cafres as noções que pertencem ao dominio da abstracção.

Em geral, há poucos conceitos para exprimir as ideias de virtude, de religião, de justiça, as *faculdades* da alma, os sentidos do corpo, etc.

Os pretos concebem facilmente ideias concretas, como uadidi, bom; muñgóno, pequeno; muntú, pessoa, etc.; mas das cousas concretas passar ás ideias mais sublimes e ellegadas, como bondade, pequenez, humanidade, etc., eis uma difficuldade quasi invencível!” Courtois, 1899b, p. 15.

⁴² “Ao ouvir as phrases das suas cantigas, algumas vezes indefinidamente prolongadas, póde concluir-se que os pretos conhecem pouco a quantidade, o accentto, a medida e mais regras da versificação.” Courtois, 1899b, pp. 207.

⁴³ Baptista, 1892, p. 24.

⁴⁴ “*Ku lobola* significa comprar em casamento. *Ku lobota* (causativo derivado do verbo) quer dizer que um pai reclama uma soma de dinheiro do pretendente à sua filha. *Lobolo* ou *ndjobolo* ou *bukosi* (dote) é a soma paga, bois, enxadas ou libras esterlinas. (...)”⁴⁴ Junod, 1917, p. 98.

⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 103.

⁴⁶ *Id. Ibid.*, p. 109.

⁴⁷ *Id. Ibid.*, p. 116.

Para a sensibilidade europeia não é fácil aceitar as especificidades da educação africana, apesar das observações interessadas de diversos aventureiros como Diocleciano Fernandes das Neves, que, nos seus registos, contribui inequivocamente para um conhecimento mais esclarecido da vivência africana.⁴⁸

Para Rita-Ferreira, por exemplo, a possível formação de uma pequena burguesia em África teria sido prejudicada pelas “pesadas obrigações de solidariedade para com a família extensa e as temidas acusações de poderes de feitiçaria anti-social, que frequentemente vitimavam os mais afortunados e invejados.”⁴⁹

Mas não eram objectivos humanitários a motivar os autores que, nos finais do século XIX, procuravam descortinar aspectos de vida comuns aos indígenas (mesmo quando salvaguardando a existência de respectivas diferenças). Não os move, na maioria dos casos, a pura curiosidade científica ou uma atitude filantrópica, antes o objectivo claro de conhecer rudimentos das culturas, de modo a tornar mais eficaz o domínio e exploração de mão-de-obra. Este desiderato compele a reunir informações sobre os laços e obrigações interfamiliares entre os africanos e a poligamia, sobre a propriedade e formas de domínio, sobre os tipos de equilíbrio estabelecidos, os rituais de restabelecimento do poder e da comunidade, as cerimónias que acompanham os indivíduos do nascimento à morte celebradas com música e batuques. Só conhecendo o *modus vivendi* dos povos africanos é que o poder colonial português o poderá alterar, substituindo-o, transformando-o ou eliminando-o.

O olhar português regista, em muitas regiões de Moçambique,⁵⁰ a poligamia e as cerimónias matrimoniais, aspectos da sucessão e testamento, bem como laços de família, a propriedade do solo e o uso da terra (do régulo, mas para usufruto de todos), o regime político e a justiça, as provas do ferro em brasa, da água quente e do veneno ou «muavi» (por vezes exercido com animais), a espionagem “corrente entre todos os povos africanos”, o culto dos espíritos dos antepassados (*muzimos* ou *vagimos*), os *pondoros* ou adivinhos, curandeiros que, “de mistura com grosseiras e estúpidas superstições applicam alguns simples de provada efficacia”⁵¹, nascimento celebrado por batuques assim como a morte e enterros aliados a choros, os batuques omnipresentes na guerra, no choro, no luar, diferentes para homens e mulheres.

⁴⁸ Veja-se Capela, 1994, p. 14.

⁴⁹ Rita-Ferreira, 1982, p. 172.

⁵⁰ Caso concreto dos habitantes da zona de Tete e sena e de Sofala até ao save e a sul, a Lourenço Marques. *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, ..., 1902, p. 84.

⁵¹ *Id. Ibid.*, p. 85.

A poligamia é estruturante da organização social africana e das relações de domínio na comunidade, geradora de lealdades e conflitos.⁵² H. Junod considera que, para o combate à poligamia, devia ser utilizada a carga fiscal: a imposição do imposto de palhota sobrecarregaria os polígamos, em virtude de cada mulher habitar, por direito, a sua respectiva cubata. Sublinha a resistência da sociedade tribal a acabar com este tipo de relação, admitindo que, mesmo convertido, o africano engane o seu missionário, apresentando-se como monógamo mas levando vida contrária.⁵³ A poligamia tem implicações sociais e económicas estruturantes, como a filiação, a hierarquia entre mulheres, a subsistência e a divisão do trabalho, coerentes com a própria na sociedade tribal.⁵⁴ Qualquer intervenção neste domínio por parte do dominador ou do evangelizador origina uma sequência de desequilíbrios e hiatos sociais.

De importância primordial em África é o culto dos antepassados – mais importante que o próprio Criador, raramente intervindo nas questões dos homens –, recorrendo-se à feitiçaria como forma de contactar os ancestrais.⁵⁵ O *gagão* – conjunto de ossos de animais selvagens e domésticos – deve ser consultado antes de qualquer acontecimento importante, informa Diocleciano das Neves, em tom jocoso, não deixando, no entanto, de comparar que tal

(...) como os católicos têm os seus santos óleos, com que purificam a alma, também os pretos têm os seus, que só são válidos quando aplicados pelos seus sacerdotes – os gagaístas. Com a diferença, porém, dos católicos se contentarem de purificar o corpo e a alma somente no baptismo e nos perigos das enfermidades, enquanto os pretos socorrem-se deles muitas vezes.⁵⁶

A morte entre os africanos é um assunto em que os europeus dificilmente podem intervir. Em Tete, informação de fins de 1874 comunica que não é fácil averiguar o número dos falecidos pretos por não haver registo mortuário, pois nem os parentes dos falecidos deles dão parte, ocultando os cadáveres, que enterram de noite ou abandonam em lugares ocultos, quase sempre nas cavernas dos rochedos.⁵⁷

⁵² Sobre a poligamia e o cinismo com que os europeus a encaravam veja-se Vilhena, 1994, p. 511-516. A autora realça as reacções da sociedade portuguesa, respectivamente em Lisboa e nos Açores à chegada dos exilados e de Moçambique e das mulheres de Ngungunyane (que acabariam enviadas para S. Tomé). Havia que manter as aparências “(...) sendo os Açores uma terra de grande religiosidade e pureza (salvaguardada e assegurada pelas casas de prostituição...), o governo não poderia permitir uma tal promiscuidade. A separação foi, pois, uma operação de limpeza, imposta pela moral tradicional. Digamos a propósito termos a notícia de que, nos Açores, os prisioneiros africanos eram levados, regularmente, às casas de prostituição da cidade de Angra do Heroísmo.” *Id.*, *ibid.*, p. 514.

⁵³ Junod, 1917, p. 261.

⁵⁴ Junod foca alguns dos seus aspectos «positivos» “o respeito pelos mais velhos, o sentimento da unidade da família, o hábito do auxílio mútuo e a prontidão em repartirem a comida uns com os outros.” Pelo que aconselha a que estas virtudes sejam conservadas na «aldeia Cristã». *Id. Ibid.*, p. 310.

⁵⁵ “A crença de que o poder espiritual advinha apenas dos antepassados mortos, com os quais só era possível comunicar sacrificando cabeças de gado, era particularmente forte no seio dos povos patriarcais da África Meridional. Um antigo antropólogo missionário chamou «ancestrologia» à religião Tsonga do sul de Moçambique”. Iliffe, 1999, p. 159.

⁵⁶ Neves e Rocha, 1987, p. 25.

⁵⁷ BO, 20/02/1875, nº 8, p. 46.

As cerimónias e rituais desempenham um papel importante na coesão das diferentes comunidades africanas, transmitidas através das gerações integram a educação dos jovens, sendo a caça uma actividade imprescindível para os africanos. Refere Rita-Ferreira, relativamente aos Tsonga, que a caça está presente nas fórmulas esotéricas e nas suas referências aos animais, no conhecimento do mato, nas técnicas que empregam.⁵⁸

A música constitui um importante elemento na formação e quotidiano dos africanos.⁵⁹ O estudo e análise da criação musical permitem também observar a sua evolução, acompanhando as alterações que se vão registando em cada sociedade.⁶⁰ Já em finais do século XVIII, Lacerda e Almeida tecia algumas considerações sobre a música dos cafres produzida pelos tambores, “(...) essa horrenda e enfadonha trovoadas, acompanhada de salvas, de horrisonos gritos e palmadas de uma multidão de cafres de todos os sexos e idades, representava a ruína do universo.”⁶¹ Isto não o impede de registar a alegria dos indígenas para quem

(...) um ramo, uma palha, um pau, lança, flexa e outra qualquer bagatella serve de meio termo para a dança; e devo crer que elles manejam estas cousas com muita destreza, arte e galanteria, pois attrahiam a attenção dos espectadores, que com repetidas palmadas e vivas os applaudiam e davam a conhecer a sua alegria e satisfação de espanto.⁶²

Para os Chopi a participação na orquestra e no corpo de bailado faz parte da formação dos jovens desde a adolescência. A música tem, entre eles, uma importância social considerável.⁶³ Entre eles a música assumiu um papel determinante: “(...) os xilofones dos Chopi e Vendas são afinados na escala heptatónica, ao passo que as canções tsongas e vangunes usam a escala pentatónica.”⁶⁴ Os Chopi usam ainda uma gama de outros instrumentos musicais: cabaças (*sibembe*), matracas (*njele*), tambores (*ngoma*), arcos de fricção (*chibvelani*), flautas de bambu (*ximveca*), arcos com cabaça de ressonância (*xitende*).⁶⁵ Para uma diversidade de povos africanos é a música, a melodia, que acompanha os actos mais triviais e é ela que ajuda a suportar as tarefas penosas. Renato Baptista, em 1891, explica que

⁵⁸ Rita-Ferreira, 1982, p. 152.

⁵⁹ “A etnomusicologia, como um campo das humanidades, contribui com os seus conhecimentos para a compreensão do homem através da expressão musical.” Mukuna, 1989, p. 23.

⁶⁰ “(...) as culturas não são estáticas. É impossível falar de música africana, de música folclórica ou de qualquer outra coisa que seja constante durante a história.” Kubik, 1989, p. 30.

⁶¹ Almeida, 1889, p. 13.

⁶² *Id. Ibid.*, p. 14.

⁶³ Rita-Ferreira, 1982, p. 197.

⁶⁴ *Id. Ibid.*, p. 98.

⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 107.

o “(...) preto raras vezes trabalha sem cantar, e é cantando e dansando que solemniza não só as suas festas como as suas desgraças.”⁶⁶

Refere-se Ayres de Soveral às danças dos negros, a que são muito dados, como sendo “além de monotonas e aborrecidas porque teem apenas por musica o barulho d’um batuque”, também são “indecentes pelos requebros e posições dos dançantes.”⁶⁷

A dança e o batuque são sempre alvo de considerações, uma vez que chocam frontalmente com o “puritanismo” europeu, manifestando o corpo que este é obrigado a ocultar. Na formação do jovem africano, o corpo ocupa um lugar natural no meio em que vive. Exige cuidado e prática correspondentes à sua função nuclear para obtenção das necessidades da comunidade. O corpo é um instrumento que comunica entre os vivos e com os mortos, espelhando sentimentos, manifestando plenamente atitudes e estados de espírito.

Descansando em Maxixe, as tropas portuguesas assistem a um batuque, “(...) uma dança selvagem em que os pretos fazem ao mesmo tempo os seus exercícios de guerra, armados de azagaias e de escudos, dando pulos e saltos que acompanham com berreiro infernal”. Os batuques, marginalmente, são também afectados pela influência europeia, festejando-se “(...) noites inteiras, como as de Santo António, S. João e S. Pedro, que os pretos também festejam, provavelmente em resultado das missões.”⁶⁸ Os batuques contribuem para preservar, a seu modo, a individualidade dos que neles participam.

Formas de comunicação exercendo-se dentro da comunidade e, por vezes, dela para os outros, como testemunhou em 1869, na Zambézia, o batalhão expedicionário de Moçambique organizado na Índia e saído de Quelimane a 7 de Agosto desse ano, acabado de chegar à povoação de Interre, assistindo a um *batuque de guerra*, festejando a chegada com aguardente, cantos africanos, e danças.⁶⁹

O Makhuwa é amante da dança e do batuque, assinala Eduardo Lupi referindo a existência de diferenças entre as danças no interior e no litoral, e de verdadeiras “sociedades de batuques”, especialmente na costa, mas também no interior.⁷⁰ Os instrumentos musicais são variados: rebeca monocórdia; flauta de bambu; *palapata* ou corno de antílope que serve de corneta; roca – pedrinhas numa cabaça fechada; guiseiros – com cápsulas de frutos.⁷¹

⁶⁶ Baptista, 1892, p. 25.

⁶⁷ Soveral, 1887, p. 20.

⁶⁸ A Campanha D’Africa contada por um sargento, 1896, p. 52.

⁶⁹ Ferreira, *Recordações da expedição da Zambézia em 1869, ..., 1891*, p. 20.

⁷⁰ Lupi, 1907, pp. 106-107.

⁷¹ Costa, 1902, p. 108.

Os batuques marcam as diversas etapas da vida cafre, desde a circuncisão até outros momentos decisivos da comunidade.⁷² Desempenham, em África, outras tantas formas de integração natural da criança na sua comunidade.⁷³ Acompanham os diversos momentos significantes da vida social.

O século XIX terá um impacto significativo sobre os ecossistemas africanos. As exigências da economia mundial a isso conduziram. Incentivando a exploração dos recursos naturais de África os europeus, paradoxalmente, lançarão sobre os africanos o ónus da depredação.

Os espaços da região moçambicana e a sua configuração no domínio dos recursos animais e vegetais são objecto de alterações que então se intensificam. Não se trata de começar nesse período a sua exploração, mas da intensificação do seu uso. A política dos homens implica e actua sobre a própria natureza. O conhecimento da flora constitui um requisito fundamental na formação prática dos jovens. A função de “curandeiro” implicava um domínio da natureza e especialização em que os africanos confiavam, sobretudo constatando as dificuldades dos portugueses em obter condições de saúde satisfatórias. Era dos seus próprios recursos e práticas que dependiam e precisavam de conservar.

Jeronymo Romero nota, em 1856, e referindo-se a Cabo Delgado, que não existe ali

(...) nem botica, nem boticario, nem cirurgião. O importante ramo do serviço de saúde é dirigido por curandeiros cafreais, que applicam para cada enfermidade certos e determinados medicamentos, cuja manipulação é feita por elles, de raizes, folhas, flores e succos de plantas de que conhecem a virtude, fazendo de tudo grande segredo.⁷⁴

Diocleciano das Neves, em 1860, vê o chefe dos carregadores que o acompanham adoecer com a maleita a que os africanos chamam “matonice grande”. Seria salvo, no último momento, pelo quinino que o patrão transportava. Contudo, os negros dispunham de um vomitório eficaz feito de uma raiz por eles conhecida, que devia, no entanto, ser prontamente ministrado para obviar à morte.⁷⁵

⁷² Mesmo que adoptando religiões do exterior. “E como a esta gente alegre tudo serve de pretexto para este divertimento predileto poucos dias se passam em que não haja batuques ou a propósito da lua nova (m'canari), ou de casamentos, alguns dos quaes se celebram nas mesquitas com contracto escrito, (arrusse), ou de morte (licrinca), ou de principio ou fim do ramadan (iti e mojicoco), etc. Os pretos mojosos fazem amiude ainda um outro batuque (macheia) para extração do – maluco – das mulheres, para o que costuma intervir um dos seus sacerdotes (malimo) que com umas quantas rezas conjura o mal. (...)”. Borges, 1912, p. 61.

⁷³ “African children perhaps differ from their European counterparts in that they have completely untrammelled access to the stimulating world of music and dance. The movements of the African dance, in their infinite variety, offer the best possible physical exercise for growing bodies. No teacher or dancing-master is needed: the children join in naturally, following the steps of adults or other children. Dancing and music are also a means of transmitting the culture of a people and of performing together as a group.” Fafunwa, 1982, p. 13.

⁷⁴ Romero, 1856, p. 33.

⁷⁵ Explicação de Ilídio Rocha, em nota, onde acrescenta que desta doença morriam muitos europeus em Lourenço Marques, até que Júlio Pio dos Santos, cirurgião militar no local, estuda a mortífera febre, e “(...) desde que dela teve verdadeiro conhecimento, nunca mais lhe faleceu no hospital nenhum soldado da *matonice grande*; porque apenas observava em um enfermo os sintomas da terrível moléstia, mandava tratá-lo por um preto, que tinha ao seu serviço, expressamente para este fim.” Neves e Rocha, 1987, p. 48.

Os próprios europeus, apesar do uso de quinino, não enjeitam o recurso a outras soluções indígenas, como realça o facultativo naval Alexandre Almeida, em texto escrito em 1869, tanto mais que faltam médicos e medicamentos. Ressalta o facto de “as panaceias” africanas serem objecto de um conhecimento escondido ao europeu, nas quais se costuma empregar

(...) simultaneamente tratamento interno e externo; servindo-se das escarificações como meio de tornar mais facil a absorpção dos principios medicamentosos contidos nas plantas d'elles sós, na maior parte, conhecidas por suas propriedades, e que, pisadas e reduzidas a massa, collocam sobre as partes doentes. Curas ha realmente admiraveis, effectuadas por estes individuos.⁷⁶

Na vila de Tete, em 1885, as classes ricas tratam-se em suas casas, enquanto as pobres recorrem aos “mésinheiros cafreaes”, e fora da vila cada um tem de se tratar como puder.⁷⁷ A medicina e os fármacos dividem-se entre as práticas de cura europeias e as cafreaes, conforme as circunstâncias o ditarem. Em 1887, o Governador de Angoche lamenta a fraca casa que serve de enfermaria e as más condições que requerem urgentemente a construção de uma nova. Dos recursos médicos só usam empregados do governo e praças

(...) por que os pretos não ligam importância alguma aos nossos clinicos, e os mouros e banianes tambem não têm muita tendência para elles.

A exorbitância da tabella dos medicamentos de pharmacia, nos differentes districtos, é o pesadello constante dos empregados. Uma qualquer doença é a sua ruína completa.⁷⁸

O Governador de Sofala, em 1887, lembra que os recursos médicos apenas são aproveitados pelos europeus e algumas pessoas a eles ligadas já que

(...) o preto prefere os *cuscucheiros* com as suas ceremonias e raízes cafreaes. E diga-se para verdade dos factos, que alguns brancos tambem recorrem ao *cuscucheiro* de preferência aos enfermeiros encarregados da clínica.⁷⁹

Em relatório relativo a Sofala e ao ano económico de 1887-88, o Governador de Distrito explica que o estado de assistência na doença é ali muito deficiente, apenas existindo um facultativo, sendo usual a falta de farmacêutico. Considera urgente o envio de enfermeiros para os pontos em que, nessa data, existiam comandos e postos militares, para que a população se não veja constrangida a recorrer, unicamente, aos curandeiros.⁸⁰

Lamenta o residente chefe de Gaza, em 1888, que os indígenas só recorram aos medicamentos dos europeus, uma vez esgotados os dos seus curandeiros ou em doenças em

⁷⁶ *Do Clima e das Doenças da Província de Moçambique ...* 1883, p. 562-563.

⁷⁷ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 491.

⁷⁸ *B.O.*, 5/09/1887, nº 45, p. 509.

⁷⁹ *B.O.*, 24/09/1887, nº 39, p. 438.

⁸⁰ *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 414.

que os medicamentos são feitos mediante aplicação externa.⁸¹ O valor do conhecimento curativo de muitas plantas, em Gaza, na época de Ngungunyane, era reconhecido pelos próprios médicos europeus.⁸²

O estado de assistência na saúde em Cabo Delgado é, em 1882, muito precário, por falta de estruturas e pessoal adequado e, por isso, a população tem de “recorrer aos *tábibos*, curandeiros mouros e cafreais”.⁸³ No mesmo local, lamenta o Governador de Distrito, em 1889, que, por a enfermaria não dispor de quartos para os oficiais e empregados, além de não haver farmacêutico, prescindiam muitas vezes da medicina ocidental recorrendo “(...) ao tratamento cafreial, visto os seus parcos vencimentos não lhes permitir o pagar as visitas do medico.”⁸⁴

Na região de Sofala, em 1892, Renato Baptista menciona a higiene oral cuidada dos africanos, sublinhando a alvura e regularidade da dentição, sendo usual a lavagem dos dentes todas as manhãs e depois das refeições.⁸⁵ A expedição assiste na povoação do régulo Unguaranguara à realização de um grande batuque para “tirar varias doenças” do corpo da filha, Zevira.⁸⁶ Nota a resistência física do “indígena”, sendo as doenças mais comuns as bexigas e a sarna.⁸⁷ Afirma que “as preocupações mórbidas do espírito” parecem influir na saúde.⁸⁸ Elogia um penso admiravelmente feito por um curandeiro indígena, usando pedaços de cana ligados entre si, a um homem que disparara acidentalmente uma espingarda num braço.⁸⁹

Entre os Tswa as doenças mais comuns, agravadas “pela mal-nutrição crónica” eram combatidas por “médicos-mágicos” e “herbanários” que empregavam unicamente as propriedades terapêuticas das plantas.⁹⁰

Para os africanos, a sua instrução contempla o conhecimento da Natureza e nela confiam para o alívio de maleitas físicas e mentais.

⁸¹ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 87.

⁸² “Todavia possuíam, envolvido na superstição, um vasto conhecimento do valor curativo de muitas plantas. O adivinho era também um especializado herbanário. O Dr. Liengme informa que, nesta ciência das plantas, as mulheres eram as mais dotadas. Conheciam uma terapêutica racional que se aplicava a cada caso ou a cada órgão. Utilizavam folhas, flores ou raízes, que funcionavam como purgativos, vomitivos, homeostáticos, afrodisíacos... E assim conseguiam estancar hemorragias, acalmar dores, evitar infecções, fazer baixar a febre... Só quando os seus tratamentos se revelavam ineficazes, eles recorriam então ao médico.” Vilhena, 1996, p. 92.

⁸³ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 79.

⁸⁴ B.O., 29 e Setembro, nº 39, p. 591.

⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 24.

⁸⁶ Relatório do tenente Veiga da Cunha in Baptista, 1892, p. 68.

⁸⁷ *Id. Ibid.*, p. 74.

⁸⁸ *Id. Ibid.*, 1892, p. 76.

⁸⁹ *Id. Ibid.*, 1892, p. 78.

⁹⁰ Rita-Ferreira, 1975, p. 59.

As formas de caça utilizadas harmonizam-se com a tecnologia existente em cada período. Renato Baptista, em 1892, cita Frei João dos Santos e a sua *Etiópia Oriental*, para descrever como se matava em outros tempos a caça que, fugindo das inundações se concentra num sítio alto, tornando mais fácil a sua captura, forma ainda usada no seu tempo pelos cafres para caçar.⁹¹

O marfim representou um incentivo poderoso no incremento da caça ao elefante. Em 1842 descrevem-se “(...) planícies com soberbas pastagens, onde se encontram manadas de milhares d’elefantes e abadas (...).⁹² Experimenta-se um processo em que as armas de fogo teriam possibilitado uma “profissionalização completa” e provocado a escassez em finais do século XIX.⁹³

O Governador de Lourenço Marques, já em 1859, alertava sobre a tendência dos novos tempos para acabar ou rarear o marfim perante as centenas de caçadores existentes e a necessidade de procurar novas formas de riqueza como a agricultura.⁹⁴

O número de elefantes foi diminuindo no Sul de Moçambique, de forma que em 1860, ao sul do Limpopo, deixava de ser rentável a sua exploração, continuando, no entanto, a norte do mesmo rio a actividade dos grandes caçadores até que em 1875 já eram raros a sul do Save. O impacto da exploração ilimitada dos recursos africanos sobre a economia da região é significativo e segundo Liesegang teria sido “(...) provavelmente por isso que, muito cedo, começou o trabalho migratório entre a zona de Lourenço Marques e o Natal, que por sua vez permitiria aos comerciantes de Lourenço Marques sobreviver.”⁹⁵

Em 1880, Joaquim José Machado expõe à Sociedade de Geografia a sua preocupação com a escassez de marfim, sendo muito pequenos os dentes que chegam ao mercado e citando Livingstone que avaliava a morte, em África, de 20 000 elefantes por ano, tornando previsível a extinção do produto,⁹⁶ pelo que propõe que a administração imponha épocas de caça e outras medidas de conservação.⁹⁷ Acrescenta ainda a necessidade de estabelecer regras para o aproveitamento das florestas, para que se não percam com cortes indiscriminados.⁹⁸

No distrito de Tete, em 1885, a população explora, “por si, ou por conta alheia” a caça do elefante.⁹⁹

⁹¹ Baptista, 1892, p. 47.

⁹² *Diccionario Geografico das Colónias Portuguesas ... por um Flaviense*, 1842, p. 17.

⁹³ Rita-Ferreira indica para a região compreendida ente o Save e o Maputo, no período que medeia entre 1500-1900, um abate que teria excedido amplamente um milhão. Rita-Ferreira, 1982, p. 153-155.

⁹⁴ Andrade, 1867, p. 10.

⁹⁵ Liesegang, 1995, p. 33.

⁹⁶ Machado, 1881, p. 28.

⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 28.

⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 30.

⁹⁹ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 491.

Em 1887, o Governador do distrito de Sofala aponta que a caça aos grandes animais, como o elefante e o hipopótamo, pelo marfim valioso, vinha rareando por serem poucos os elefantes encontrados – ainda se matando muitos búfalos, pelas suas peles –, existindo já somente 60 caçadores que exercem a sua actividade ocasionalmente no prazo de Cheringoma.¹⁰⁰

Em 1888, o residente chefe de Gaza, José Casaleiro Rodrigues, esclarece que já pouco marfim se encontra e esse é o que resulta da licença que o Ngungunyane dá aos seus caçadores para abate de elefantes. Também vão faltando a ponta de abada e peles de animais.¹⁰¹

Nos anos 90 e na região de Tete, a caça, abundante nas décadas anteriores, está em vias de extinção.¹⁰² A economia transforma-se, adapta-se. A escassez de marfim leva os comerciantes a arrendar os prazos e as companhias de grandes capitais entram em acção. A alteração dos recursos e as transformações económicas conduzem à desvalorização do caçador, à emigração para as minas sul-africanas ou plantações da Rodésia e África do Sul.¹⁰³

À medida que caminhamos para o fim do século, a escassez dos produtos africanos é explicada, segundo os europeus, “pela maneira barbara porque o preto os tem explorado”.¹⁰⁴ Em 1892 o marfim de elefante começava a ser escasso, abundando o de “cavalo-marinho”.¹⁰⁵ Esta ideia de depredação dos recursos de África causada pelos próprios africanos prevaleceu até aos nossos dias.

Conhecer a Natureza implica respeitá-la e identificar os seus perigos. Mesmo os pequenos espaços urbanos vivem em contacto estreito com os condicionalismos da Natureza. No *Boletim Oficial*, na rubrica de «Ocorrências extraordinárias», registam-se incidentes fatais entre homens e animais que, pela amostra colhida na publicação, não deveriam ser invulgares. Muitos acidentes provocados pelos próprios homens que, nas suas actividades e deslocações quotidianas entram em contacto com os animais.¹⁰⁶

A maioria das ocorrências e incidentes referem, contudo, episódios sucedidos nos limites de povoações ou em que existem europeus. O contacto estreito com a natureza

¹⁰⁰ B.O., 24/09/1887, nº 39, p. 439.

¹⁰¹ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 85.

¹⁰² Liesegang, 1991, p. 52.

¹⁰³ Id., *Ibid.*, p. 54.

¹⁰⁴ Castel-Branco, 1891, p. 62.

¹⁰⁵ Id., *Ibid.*, p. 188. Ver também Baptista, 1892, p. 50.

¹⁰⁶ Caso de um “preto” liberto que é devorado por um tubarão em Moçambique. B.O., 22/05/1875, nº 21, p. 126. Ou em Sofala, no dia 3 de Março de 1878, foi morto na praia o “preto” Comissa de 24 anos de idade, pelo tubarão, quando se encontrava a pescar. B.O., 20/05/1878, nº 20, p. 112. No comando militar de Inharrime, em Fevereiro de 1890 foi morto um indígena por um tubarão quando atravessava o rio Paellela. B.O., 12/04/1890, nº 15, p. 183. No comando militar do Sungo, em Maio de 1893 chega a notícia não confirmada de que teria sido morto por um búfalo um dos irmãos do rebelde Motontora enquanto caçava. B.O., 9/09/1893, nº 36, p. 538. No comando militar de Milange, em Março de 1895 um indígena é morto na jurisdição do comando de Milange por um rinoceronte B.O., 12/10/1895, nº 42, p. 387.

africana mostra a fraca intensidade que a influência europeia tinha para além dos centros urbanos. Em 20 de Janeiro de 1863 é publicada uma relação das vítimas feitas pelo crocodilo nas imediações da vila de Tete no ano anterior, cinquenta e oito pessoas de todas as idades. Acrescentam-se observações, em 1863, assinadas por João Leocadio Botelho Torreado, tenente do 2º batalhão de caçadores, sobre o crocodilo:

“Os indígenas chamam a este animal Inhacôco que significa lagarto. Se se tivessem apontado o numero de victimas que sabemos foram feitas a pequena distancia fora da villa o seu numero aumentaria mais 30 por cento. Houveram tambem cinco ferimentos.”¹⁰⁷

A presença de felinos perto de locais ditos urbanos mostra a estreita relação entre os diferentes espaços. Em Tete, entre 16 de Março e 15 de Abril de 1875, os leões devoram dois pretos que estavam trabalhando.¹⁰⁸ Em Quelimane, Novembro de 1882, um tigre foi morto pelo presidente da câmara junto da casa da viúva de Manoel Velloso da Rocha, após ter ferido com pouca gravidade dois negros serviçais.¹⁰⁹

Os europeus e as suas armas não representam protecção eficaz aos que para eles trabalham. No mês de Julho de 1890, o comandante militar de Sena, José Justinianno da Camara Lomelino, anota que apareciam leões em prazos do comando devorando “muitíssimos pretos”. Chegaram mesmo até perto da vila fazendo duas mortes nos prazos Sórce e Suhaceréra. Estes foram mortos pelo administrador dos prazos, João de Oliveira Pegado, numa montaria em que ele ia “à frente dos pretos” e aproveita para gabar-lhe a coragem.¹¹⁰

O território, antes dominado pelos grandes animais, começa a ter nos humanos concorrentes para esse domínio.

Vivendo em contacto directo com a natureza, as crianças africanas dependem em boa parte do conhecimento dos seus perigos e potencialidades. Calamidades naturais, como as

¹⁰⁷ B.O., 6/06/1863, nº 21, p. 101.

¹⁰⁸ BO, 22/05/1875, nº 21, p. 125.

¹⁰⁹ B.O., 6/01/1883, nº 1, p. 3.

¹¹⁰ B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 386. Sucodem-se as referências aos ataques de felinos nos mais variados locais. No comando militar do Massingir, em 1890, foi morto um leão em Chirongue que feriu gravemente dois pretos. B.O., 12/04/1890, nº 15, p. 182. Em Janeiro de 1891, seis leões lançam o pânico no continente fronteiro ao presídio de Bazaruto que motivou montaria dos pretos para os matar; B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 170; Continuariam a ser mortos leões no mês seguinte. Terminaria no mês subsequente; B.O., 18/07/1891, nº 29, p. 390; Em Fevereiro de 1891, na região do Zumbo, no Tanhame, prazos Rocico e Tengura vinham aparecendo muitos leões que devoram pessoas. B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 401; Em Maio de 1891 são mortos pelo tigre dois “pretos” sendo um apanhado a 500 metros da residência do comando quando de manhã vinha com seis colegas. B.O., 26/09/1891, nº 39, p. 409.

Foi morto um tigre nas proximidades da vila de Manica em 13 de Março de 1890. B.O., 17/03/1890, nº 20, p. 233; dois outros, no mês de Julho de 1890, na povoação ne suas imediações. B.O., 25/10/1890, nº 43, p. 462. B.O., 16/08/1890, nº 33, p. 366.

No comando militar do Chilomo, em Setembro de 1893 um indígena foi devorado por um tigre. B.O., 9/12/1893, nº 49, p. 695; No comando militar de Chicoca, em 12 de Dezembro de 1893 um soldado foi devorado pelo leão na Cachomba. B.O., 18/08/1894, nº 33, p. 437; Em Fevereiro de 1894 são devorados quatro indivíduos pelos leões. B.O., 20/10/1894, nº 42, p. 546; No Infusse, em 11/04/1890. B.O., 31/05/1890, nº 22, p. 251; Em Abril de 1895 os naturais de Ampapa mataram dois leões. B.O., 26/10/1895, nº 43, p. 413.

pragas de gafanhotos, afectam as populações e os seus meios económicos,¹¹¹ como é o caso dos anos de 1894 e 1895.¹¹²

Também a flora é objecto de depredação. A escassez de certas espécies é, uma vez mais, atribuída à exploração irracional feita pelos africanos. A criação de necessidades de consumo nos africanos que as potências coloniais tentaram e conseguiram em grande parte introduzir, tantas vezes apontada como urgência do capitalismo europeu, parece ser ignorada dos discursos conservacionistas dos ocidentais.

Em 1887 o Governador do distrito de Quelimane lamenta que as muitas matas existentes e produzindo excelentes madeiras continuem, apesar da legislação que proíbe o seu corte, a ser exploradas por colonos e arrendatários dos prazos por falta de pessoal para fiscalização.¹¹³ Em 1888, o Governador do distrito de Sofala conta que as madeiras para construção já se não encontram, no Bazaruto, senão a grandes distâncias, facto de que culpa os negros pelo corte indiscriminado de árvores, grandes ou pequenas, destruindo as barreiras naturais que impediam os terrenos do litoral da invasão do mar.¹¹⁴

Em 1892 refere-se à exploração da borracha, adiantando que ela é muito abundante e que se está a exportar amplamente, lamentando-se que “(...) a exploração barbara do gentio já tem exterminado a trepadeira que a dá nos prazos Madali, S. Paulo e n’outros.(...)”¹¹⁵

O conhecimento dos diversos exemplares da flora africana, que era componente integrante do conjunto de conhecimentos que os africanos sempre transmitiram entre gerações, vai ser alterado com a entrada do insaciável comércio ocidental. As exigências dos europeus introduziram elementos de desequilíbrio nas formas de exploração de vários produtos e mesmo a sua extinção.

¹¹¹ A 21 de Dezembro de 1894 passou uma nuvem de gafanhotos em Tete estragando as sementeiras. *B.O.*, 18/08/1894, nº 33, p. 437; Em 24 a praga chega ao Zumbo depois de haver estado em diversos prazos. *B.O.*, 18/08/1894, nº 33, p. 437; Os gafanhotos retrocederiam em Março espalhando-se pelos prazos entre a vila e Cachomba danificando as sementeiras o que augurava fracas colheitas. *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 563.

¹¹² No comando militar do Chilomo, em 27 de Março de 1894, um bando de gafanhotos destruía a maior parte do milho grosso que estava nas vagens. *B.O.*, 21/09/1895, nº 38, p. 364; No comando militar de Milange, em Fevereiro de 1895 continuam a ser destruídas as sementeiras pelos insectos. *B.O.*, 14/09/1895, nº 37, p. 354; Em Março de 1895 regista-se já o aparecimento de algum milho mas existe a consciência de que a colheita será escassa por causa dos gafanhotos. *B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387; No comando da maganja d’Além Chire, em Fevereiro de 1895 o comandante militar, tenente Alfredo da Silva Mendes observa que a colheita foi muito afectada. *B.O.*, 14/09/1895, nº 37, p. 354; No comando militar de Inharrime, em Maio de 1895 as colheitas de amendoim e mantimento foram escassas por causa dos gafanhotos e chuva no tempo próprio. *B.O.*, 4/01/1896, nº 1, p. 11; Em Quelimane, as notícias dos boletins telegráficos em Outubro de 1895 de diversos locais referem-se a nuvens de gafanhotos enormes. Também em Tete eles vinham aparecendo e recebiam-se danos nas colheitas. *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182.

¹¹³ *B.O.*, 1/07/1887, nº 40, p. 447.

¹¹⁴ *B.O.*, 22/09/1888, nº 39, p. 584.

¹¹⁵ Castel-Branco, 1891, p. 194-195.

2.2. História africana e sua aprendizagem

A memória histórica, transmitida através da oralidade e reforçada pelo culto dos antepassados, é um importante factor de construção da identidade cultural africana. Os relatos traduzem uma visão de si e dos outros.¹¹⁶ Mecanismo de conservação da identidade e sobrevivência das culturas, a oralidade representa, em África como noutras regiões não alfabetizadas, um factor de coesão. Os povos da região da África Oriental que viria a constituir Moçambique, ao longo das suas deslocações, da fixação em determinadas regiões, através das soluções operadas para superar os desafios do meio, nas suas formas específicas e diferenciadas de regular as relações sociais, na cooperação e no confronto, trilharam uma história plena de marcos e vestígios que sobrevivem sob diversas formas, na sua memória, como uma argamassa construída ao longo dos séculos.¹¹⁷

O discurso colonial sobre a história local revela a crença na superioridade ocidental, mesmo quando ela contraria os escritos dos europeus que contactaram as sociedades africanas antes do século XIX, notando que os

(...) grandes impérios em que nos fallam os nossos chronistas e viajantes, coevos da época das descobertas e conquistas, eram antes agrupamentos pouco estáveis que em breve se desfizeram; e, embora esteja hoje demonstrado que os *bantu* d'esses tempos gosavam de um estado de organização politica e social e de uma perfeição de industrias superiores ás de hoje, a verdade é que nunca subiram acima do nível médio dos povos selvagens, nem deixaram de si vestígios denunciadores de uma civilização avançada e privativa.¹¹⁸

O europeu oitocentista descreve o africano como ser «apátrida»; sem história, administração, organização ou mesmo religião, considera-o primitivo.

A história africana, segundo os europeus, identificar-se-ia-se com a «ausência de tradições», apenas “(...) a mesma civilização rudimentar, a mesma animalidade degradante. (...)”, tomando como certo que as “(...) raças do centro e sul quasi não teem historia.”. Apesar de algumas excepções “mais duradouras, mais progressivas” ainda que de curta “vida

¹¹⁶ Sobre o papel e especificidade da oralidade na transmissão de conhecimento notamos as reflexões de Georges Steiner: “«Foi um professor excelente, mas não publicou»: eis o remate de uma macabra anedota de Harvard sobre a inaptidão de Jesus de Nazaré para a docência universitária. A anedota aponta para um aspecto importante. Nem Sócrates nem Jesus entregaram os seus ensinamentos à palavra escrita. (...)”

Não é hiperbólico afirmar que Sócrates e Jesus ocupam uma posição central na nossa civilização. As narrativas de paixão inspiradas pelas suas mortes deram origem ao alfabeto interior, aos reconhecimentos codificados de grande parte da nossa linguagem moral, filosófica e teológica. (...)” Steiner, 2005, p. 36.

¹¹⁷ As contradições arrastar-se-iam até aos nossos dias. “O Estado de Moçambique independente tinha ido buscar alguns dos seus antecedentes nos impérios de Mutapa, Marave e de Gaza, bem como alguns outros estados e na resistência contra o colonialismo. Isso criou problemas para a historiografia académica que se mostrou dividida e não avançou muito no estudo dos estados precoloniais. (Muitos estavam também pouco interessados nesta temática). Para alguns, os principais protagonistas de uma tradição de exploração e não serviriam como heróis para um Moçambique baseado no ideal de igualdade. Viram também que com a inclusão destes estados na linha ancestral do estado moçambicano aqueles que colaboravam com os portugueses passariam a ser traidores. Pensou-se que tanto os resistentes como os colaboradores ficaram no seu modo de vida à mesma distância do Moçambique moderno ou tentaram resolver os mesmos problemas por vias diferentes. Uma outra problemática era a representatividade regional porque estudar Gaza sem destacar igualmente Makombe, Kghupula, Mataka e outros na Zambézia, Cabo Delgado e Tete seria desprezar as tradições de muitas regiões de Moçambique.” Liesegang, 1986a, p. 78.

¹¹⁸ Vilhena, 1910, p. 85.

histórica”, “(...) pode dizer-se, que a historia politica da Africa tão antiga como o mundo, se reduz ao facto, resalva feita das duas civilisações do norte, á historia da invasão e domínio das raças estranhas, ou sejam d’origem semítica ou ariana.” África teria recebido exclusivamente do exterior os grandes benefícios, primeiramente dos europeus e, na sua ausência, até dos próprios árabes, já que estes últimos terão representado “(...) um grande progresso sobre o estado das raças negras fetichistas, e a maioria dos viajantes affirma, que os africanos sectários do propheta se isentam d’algumas das principaes causas de degradação da sua raça; (...)”¹¹⁹

Henri Junod, em publicação de 1896, reportando-se à história da tribo tsonga¹²⁰ e do clã ronga em particular, foca a questão das fontes indígenas e das tradições orais conservadas pelos mais velhos referindo-se às *genealogias* em que designações como Tembe, Maputo, Mfumo, Cossa, Nkuna eram, de facto, ancestrais dos reis existentes e provavelmente de uma boa parte da tribo, cada um apresentando-se como seu descendente e usando os seus nomes como nomes de família.¹²¹ A memória genealógica contribui para o reforço da identidade, juntando-se-lhe a complexa circunstância de alguns chefes «invasores» haverem submetido populações previamente existentes.¹²² O autor assinala as invasões nguni como importante elemento a considerar no estudo dos Tsongas, uma vez que aqueles se esforçarão por suplantar os costumes Tsonga substituindo-os pelos dos Zulus, tarefa que, segundo o autor, quase conseguiriam completar mudando a aparência de muitos aspectos da vida dos Tsonga. Junod propõe a reconstituição da antiga ordem de coisas, tentando proceder à desmontagem da forma como a influência zulu operou na realidade anterior, apurando quais os costumes “nacionais” pré-existent.¹²³ Os novos senhores transportam uma cultura que origina uma série de mudanças nos seus vassallos pelo mimetismo destes últimos no sentido de a eles se assemelhar, por exemplo, ao adoptarem o vestuário imitando os recentes invasores.¹²⁴ Apesar de a tribo tsonga se haver mantido essencialmente agrícola e, segundo o autor, dispor de pouco instinto guerreiro, os seus batalhões formaram os grupos que seguiam na frente dos conflitos recebendo o nome honroso de *mabunandhela* ou «os que abrem o caminho»,

¹¹⁹ Garcia, 1901, pp. 10-15.

¹²⁰ Junod, Henri A., *A Vida de uma Tribo Sul-Africana*, I – A vida social, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. “Esta palavra Tsonga tomou-se alcunha injuriosa a qual, na boca do Zulo, era quasi sempre o equivalente de escravo e era aplicada a toda a raça Tsonga; os Tsongas não gostam muito d’esta palavra mas não conhecemos outra que a substitua. (...) Um outro nome muito usado entre a população branca para designar os Tsongas é a palavra *Shangaan*.” *Id.*, *ibid.*, p. 15.

¹²¹ Junod, 1896a, p. 8.

¹²² *Id. Ibid.*, pp. 9-10. Ainda analisa a questão da formação de «genealogias» entre os Tsonga em Junod, 1917, p. 25. Também sobre a importância das tradições orais e alguns dos seus condicionalismos veja-se Liesegang, 1992a, p. 40.

¹²³ *Id. Ibid.*, p. 16. O autor é, de resto, de opinião que com a prisão de Ngungunyane, “(...) o procedimento despótico dos Zulos findou, substituindo-o a Administração Portuguesa bastante vantajosa para a tribo Tsonga”. Junod, 1917, p. 28.

¹²⁴ Junod, 1896a, p. 17.

integrando as características guerreiras dos dominadores.¹²⁵ Para ilustrar o carácter de Tsonga e Zulus, assinala o interesse de comparar as respectivas festas nacionais, sendo a segunda essencialmente uma grande demonstração militar e de exaltação do chefe, diferindo da primeira, de carácter inteiramente pacífico. Também, se os Tsonga têm menor predisposição guerreira, são extremamente inclinados para o comércio – característica que facilita as suas relações com os europeus por via de quem procuram obter objectos úteis.¹²⁶

O papel da oralidade é fundamental na transmissão e conservação de ideias, costumes e práticas.¹²⁷ Está bem presente no que podemos considerar a «socialização primária» das crianças. Segundo sublinham diversos autores, o facto de não existir «literatura escrita» não significa que não existe «literatura», nem pode fazer esquecer o papel dessa «literatura oral» no quadro da educação familiar das crianças.¹²⁸ Diversos provérbios changanas referem-se à importância da educação da criança de tenra idade.¹²⁹

Os africanos não podem ser despojados da sua História e da reflexão que empreendem sobre si próprios e sobre o meio em que vivem, da pura actividade mental e reflexão sobre as condições específicas de vida. Muitos autores realçam a noção de «força vital» como determinante no quadro do pensamento africano.¹³⁰ A extrapolação desta «força vital» para

¹²⁵ *Id. Ibid.*, p. 19.

¹²⁶ *Id. Ibid.*, p. 20.

¹²⁷ “O que caracteriza e predomina numa tradição oral é o medo de esquecer. (...) O espírito está de tal maneira preocupado em preservar, que é incapaz de uma atitude crítica. Ao contrário, na tradição escrita, graças ao recurso do suporte material, pode-se libertar a memória, à qual finalmente pode permitir-se esquecer, excluir provisoriamente, por em causa, interrogar, estando certa de poder encontrar, caso necessite, as suas aquisições anteriores.” Ngoenha, 1993.

¹²⁸ É a ideia do Padre Armando Ribeiro quando observa “(...) se não temos literatura escrita não podemos dizer que não haja literatura. Sim. Apesar de pouco conhecida, podemos falar com verdade de literatura africana: literatura oral e popular, espontaneamente nascida, fielmente conservada, religiosamente transmitida de geração em geração e, ao longo dos séculos, enriquecida com novos temas, novas obras, novas criações.” Ribeiro, 1989, p. V. E esclarece ainda: “É que a prática de contar contos não é apenas um agradável passatempo mas também uma instituição clânica, digamos mesmo, uma escola familiar, pois é aí que a criança aprende as regras de educação e respeito, recebe a primeira noção do dever, começa a conhecer e a integrar-se na sociedade no meio da qual tem de viver, respeitando suas leis, evitando seus tabus, sujeitando-se às suas exigências. E por isso, cada velha que, à noite, se rodeia de miúdos para lhes contar as coisas de antanho, pode ser considerada a educadora nata da tribo, a defensora dos costumes ancestrais, a heroína que mantém acesa a chama do passado.” *Id., ibid.*, p. VI.

¹²⁹ Vários exemplos de carácter pedagógico se colhem, a título exemplificativo, em Ribeiro, 1989: 158 – KU TLULA KA MHALA KU LETELA N̄WANA WA LE NDZENI (O salto do antílope ensina a criança no ventre), p. 34; 268 – MHUNTI YI THLANGISA A N̄WANA (A gazela ensina a cria a brincar), p. 58; 398 – N̄WANA L'A NGA RIVALI NDLELA YA MAMANA WA YENA (O ratinho não esquece os caminhos de sua mãe), p. 85; 529 – VA TIRHA HI VUMBA RA HÁ TSAKAMA (Trabalha-se o barro enquanto está molhado), p. 114; 575 – XIKUMBA VA SONGA XA HÁ TSAKAMA (Dobra-se a pele enquanto está verde), p. 125 e de socialização 309 – MUVUTUSI WA NDLELA O FANELA KU KOMBISIWA (A quem pergunta o caminho deve ser-lhe mostrado), p. 67; 315 – NAWU I NKHAYI (A lei é a vara), p. 68; 387 – NYARHI YI VUTISIMA KA VA LE MAHLWENI (Pelo búfalo pergunta-se aos da frente), p. 83;

¹³⁰ Ernst Jacob refere como marco na visão sobre os africanos a publicação da obra de Tempels, *A Filosofia Banto*, em 1945, que segundo aquele autor faria “(...) desaparecer irrevogavelmente a antiga imagem do «selvagem». Jacob, s.d., p. 97.

Ainda sobre Tempels, Severino Ngoenha afirma que: “A sua tese principal é que o comportamento do Bantu deve ser compreendido como um comportamento racional, que se apoia sobre um sistema de pensamento coerente.” Ngoenha, 1993.

Para diversos autores Tempels representa um ponto de partida. “(...) The focus of the discussion was whether African peoples could *have* or *do* philosophy. But this was only the surface issue. The Deeper and more pressing question was whether African were fully human as defined by the reigning Greek-cum-European philosophical-anthropological paradigm centered around the notion of “rationality.” Outlaw, 1998, p. 24.

Ainda sobre Tempels ver Eze, 1998, p 217 e ss. Entre outros aspectos o autor destaca a importância que assumiria o título da sua obra - “(...) the volcanical historical significance of “Tempels” work is not necessarily located in its intentions. It is located elsewhere – in the title of the book; specifically the author’s explicit use of the term “philosophy” to characterize an intellectual product associated with the Africa. Whereas the anthropologist spoke of “savage mentality”, or “primitive thought”, Tempels spoke of *philosophy*; and because philosophy, to the western mind, is the honorific term symbolizing the highest exercise of the faculty of reason, the book’s title amounted to an admission of the existence of an African reason, and hence – following this logocentric European logic – African humanity. This notion flew in the face of the entire intellectual edifice of slavery and colonialism which was built precisely on the negation of this possibility.” Eze, 1998, p 217.

outros domínios é uma permanência.¹³¹ Feridas, doenças, fadiga são resultado da diminuição dessa «força vital», ainda que causadas por elementos exteriores.¹³² Segundo Tempels, o africano, contrariamente ao europeu, não concebe a separação de “ser” do seu atributo de “força”. Ambos são componentes complementares, inseparáveis, não podendo ser concebidos isoladamente.¹³³ Fazem parte da criação da identidade africana,¹³⁴ identidade que está indissoluvelmente ligada ao conceito de «força vital», reflectido em todos os rituais e cerimónias, acabando por marcar a relação dos africanos com essa realidade a que se chamaria «colonialismo».¹³⁵ Este facto é uma das explicações que os leva a optar por determinadas formas de governo e a rejeitar certas práticas coloniais.¹³⁶

Os africanos conservaram por via oral testemunhos da reflexão filosófica que foram experimentando ao longo do tempo, partindo das suas próprias experiências, das suas necessidades, da auto-preservação e das grandes interrogações que são mais ou menos comuns a todos os homens.¹³⁷ Neste domínio, a memória dos «mais velhos» ocupou o lugar dos livros,¹³⁸ o que confere ao respeito pelos anciãos e à sua função de autênticos repositórios da memória um significado de preservação da autêntica base identitária.

¹³¹ “Force, the potent life, vital energy are the object of prayers and invocations to God, to the spirits and to the dead, as well as of all that is usually called magic, sorcery or magical remedies. (...)”

What we brand as magic is, in their eyes, nothing but setting to work natural forces placed at the disposal of man by God to strengthen man’s vital energy”. Tempels, 1998, p 429.

¹³² “This explains what has, indeed, been true, that the thing which most inhibits pagans from conversion to Christianity and from giving up magical rites is the fear of attenuating this vital energy through ceasing to have recourse to the natural powers which sustain it.” *Id. Ibid.*, p 430.

¹³³ “Whom we think in terms of the concept “being”, they use the concept “force”, Where we see concrete beings, they see concrete forces. When we say that “beings” are differentiated by their essence or nature, Bantu say that “forces” differ in their essence or nature. They hold that there is the divine force, celestial or terrestrial forces, human forces, animal forces, vegetable and even material or mineral forces.” *Id. Ibid.*, p 431.

¹³⁴ Azevedo, 1963, p. 91.

¹³⁵ Eze, 1998, p 213.

Ainda sobre a ideia de “colonialismo” e a sua vertente de “encontro” bem como o balanço destas realidades importa ver Césaire, 1998, p 222. Apesar de reconhecer benefícios no facto de culturas diversas comunicarem e transmitirem informação entre si, acaba por concluir: “The truth is that I have said something very different: to wit, that the great historical tragedy of Africa has been not so much that it was too late in making contact with the rest of the world, as the manner in which that contact was brought about; that Europe began to “propagate” at a time when it had fallen into the hands of the most unscrupulous financiers and captains of industry; that it was our misfortune to encounter that particular Europe on our path, and that Europe is responsible before the human community for the highest heap of corpses in history.” *Id. Ibid.*, p 226.

¹³⁶ “But man is not suspended in thin air. He lives on his land, where he finds himself to be sovereign vital force, ruling the land and all that lives on it: man, animal, or plant. The eldest of a group or of a clan is, for Bantu, by Divine law the sustaining link of life, binding ancestors and their descendants. It is he who “reinforces” the life of his people and of all inferior forces, animal, vegetable and inorganic, that exist, grow, or live on the foundation which he provides for the welfare of his people. The true chief, then, following the original conception and political set up of clan peoples, is the father, the master, the king; he is the source of all vestful living; he is a God himself. This explains what the Bantu mean when they protest against the nomination of a chief, by government intervention, who is not able, by reason of his vital force, to be the link binding dead and living.” *Id. Ibid.*, p 434.

¹³⁷ “(...) The fragments of philosophical reflections, ideas and world-views transmitted to us through the formulas of wise-sayings, through proverbs, stories, sócio-political organizations, mythology, through religious doctrines and practices did not originate from a vacuum. They are evidences of deep philosophical reflections by some gifted individual thinkers who were the African philosophers of the past, the African counterparts of Socrates, Plato, Aristotle, Descartes, Kant, Hegel, etc. (...)”. Omeregbe, 1998, p. 5.

¹³⁸ Omeregbe, 1998, p. 7. O autor chama a atenção para a necessidade de trabalhos de campo, de entrevistas junto dos mais velhos das comunidades.

2.3. Educação em África e iniciação para a vida

Sem entendermos as formas de educação existentes, dificilmente entenderemos o pano de fundo sobre o qual actuou a instrução europeia e a verdadeira natureza que enformava o conflito entre duas ou várias mundividências. É esse entendimento que permite a apreensão, a cada momento, dos vários conflitos, equilíbrios e precariedades que marcaram a presença de portugueses e africanos em Moçambique na segunda metade do séc. XIX.

Antes do Cristianismo ou do Islão, os africanos dispunham das suas próprias formas de educação visando preparar os jovens para a vida nas sociedades. Como nota Fafunwa:

Whatever may be the sceptic's view, educational historians know too well that even when a system is transferred in its purest form from one cultural environment to another there is bound to be a change due to certain cultural, social and or economic imperatives. In any case no study of the history of education in Africa is complete or meaningful without adequate knowledge of the traditional or indigenous educational system prevalent in Africa prior to the introduction of Islam and Christianity.

As we have stated elsewhere, every society, whether simple or complex, has its own system for training and educating its youth, and education for the good life has been one of the most persistent concerns of men throughout history. However, the goal of education and the method of approach may differ from place to place, nation to nation, and people to people.¹³⁹

Esta educação visa metas fundamentais para a integração na sociedade africana, desenvolvimento das capacidades físicas, do carácter; respeito pelos mais velhos e pelas autoridades, preparação para o trabalho no quadro da comunidade, sentimento de pertença e participação nesta última, preservação da herança cultural,¹⁴⁰ num percurso «global» em que, ao longo do crescimento, a criança aprende aspectos da história da sua família e da comunidade em que está inserida.¹⁴¹ Um processo em que outros membros da família, além da mãe, desempenham papéis definidos e em que as crianças se agrupam segundo idades ou afinidades.

Entre os Makhuwa existe um conjunto de preceitos que são veiculados aos jovens e que os devem acompanhar ao longo da sua vida. Extraídos de uma sabedoria que resulta do contacto com o mundo natural, eles representam linhas de rumo na vida dos homens. Moldados por provérbios ou frases, encerram sempre uma moral e um saber. Precavam contra a ignorância dos que desprezam os sinais: “Aquele que cuidava conhecer a toca da

¹³⁹ Fafunwa, 1982, p. 9.

¹⁴⁰ *Id. Ibid.*, pp. 12-13.

¹⁴¹ “In the African conception, education strives to make the individual pass from his status of an absolute individual to that of an integrated member of the society, to make him lose the illusion of happiness in the state of isolation so that he may accede to true happiness by being open to others, not for personal benefit but in order to create with everybody a new reality transcending individuals, namely the community. In other words, education aims at making man an integral entity, indivisible in himself, a distinct entity but not separated from others, an entity in unity not only with other men but also with the whole of nature, that is the ground, water, fire, light, etc. ...It is, finally, a question of making man pass from the situation of the individual to the social situation aimed at and finally to that of cosmic participation.” *Id. Ibid.*, p. 16.

árvore onde as abelhas fabricavam o Mel enxotou o passarinho-do-mel”¹⁴², o que não estuda ou pondera com atenção os assuntos; o desprezo pelo conhecimento dos outros: “aquele que diz «Estou a avisar-te» é porque te conhece”¹⁴³; a precipitação e soberba dos homens, pois “Se o dizer fosse fazer, o pensar seria saber”.¹⁴⁴ Assim se veiculam aspectos fundamentais da socialização. Ainda que não dispondo de escrita, os «mestres» ensinavam aos jovens: nomes antigos e modernos dos chefes e sua história; designações de rios, animais selvagens, montanhas, plantas medicinais, objectos de uso doméstico e quotidiano, uso das armas, arte da guerra, valentia e coragem, histórias de conflitos, deveres para com pais, família e chefes; para com mulheres e filhos; danças e vida espiritual.¹⁴⁵

O respeito pelo «mais velho» é uma característica geral na África Oriental. A experiência acumulada ao longo da vida é um factor relevante e imprescindível para a comunidade. De resto, o próprio facto de se haver sido bem sucedido através das contingências de uma longa existência representa um triunfo e um sucesso que confere um certo poder e tutela sobre os restantes.¹⁴⁶

O “conflito de gerações” a que se refere John Illife é algo que, independentemente da maior ou menor felicidade do termo empregue pelo autor, expressa uma realidade que assenta no predomínio e hegemonia dos mais velhos. O poder dos anciãos marca grande parte do funcionamento da sociedade tradicional mas, simultaneamente, tolhe e cerceia a iniciativa dos mais novos. A socialização que veiculam é um garante de sobrevivência mas, de igual modo, uma fonte de conflito.

A educação das crianças nesta região é construída junto dos pais e familiares e conhece um momento importante aquando da *iniciação*. Esta representa o momento em que as crianças entrarão no mundo dos adultos, conduzidos pela experiência dos mais velhos. Na sua educação, o conhecimento das práticas sexuais é transmitido como um conteúdo integrante da vida do adulto. Numa sociedade em que o homem tem de conhecer a Natureza de que depende estreita e naturalmente, o sexo tem um lugar natural no relacionamento comunitário.

As formas de tratamento e respeito para com os outros são ministradas aos aprendizes, de modo que a sua socialização satisfaça o padrão dos adultos seja no género «feminino», como no «masculino». A educação das meninas é, à semelhança do Ocidente, específica nas sociedades locais.¹⁴⁷

¹⁴² *Provérbios Macuas*, 1982, p. 44 e 154.

¹⁴³ *Id. Ibid.*, pp. 48 e 65.

¹⁴⁴ *Id. Ibid.*, p. 48 e 264.

¹⁴⁵ Vilhena, 1996, p. 89. A mesma autoria salienta a importância das *estórias* na formação de crianças e jovens. *Id., ibid.*, p. 90.

¹⁴⁶ *Id. Ibid.*, pp. 9-27. “Age is very important to Africans. It confers economic and social privileges, particularly as far as the distribution of prey, rewards and wealth are concerned.” *Id., ibid.*, p. 12.

¹⁴⁷ Azevedo, 1963, p. 85.

Nos Tauaras de Moçambique, ocupando a área da margem sul do Zambeze até á fronteira com a Rodésia e do rio Messenguézi até Chicoa e Changara, a

(...) relação entre pais e filhos, reais ou classificatórios (*baba-muana*), é marcada por um manter de distâncias e forte exercício de autoridade por parte dos primeiros, e por uma marcada subalternidade e obediência no que respeita aos segundos. (...) Ao contrário do que acontece com o pai, junto do qual a atitude é de uma certa contenção, ao pé do avô (ou da avó) um rapaz sente-se sempre à vontade.

As dúvidas “(...) relativas ao sexo não são nunca debatidas com o pai ou a mãe, mas sim com um *sekulu* ou *mbuia*, que dão explicações sobre estes e outros problemas.”¹⁴⁸

Os diversos mecanismos educativos existentes entre os africanos são dotados de grande complexidade e visam objectivos precisos no quadro da integração social e da preservação dos grupos:

A educação revelou-se um processo de socialização rigidamente controlado entre os povos de Moçambique. No sul patrilinear e bem assim no norte matrilinear, o processo de educação terminava com os rituais de iniciação determinados pela comunidade, cujo controlo era muitas vezes um aspecto importante do poder político dentro da comunidade. Mas a educação implicava também associações de grupos de iguais. Estes podiam, à semelhança dos escalões etários dos Angunes, ser rigorosamente controlados pelos chefes, ou associações autónomas menos rigidamente controladas, como as sociedades *nomis* dos Senas.¹⁴⁹

Em diversos povos do território é praticada a circuncisão¹⁵⁰ e dela decorrem laços de solidariedade que irão permanecer no futuro. Esta é uma cerimónia extremamente importante para a integração formal na vida adulta.¹⁵¹

Através da iniciação toda uma carga cultural se transmite de geração para geração.¹⁵² Trata-se de um conjunto de ritos complexos que marcam a entrada do jovem na maturidade. Nas palavras de Miranda Santos,

(...) a iniciação corresponde a uma quase «aprendizagem sistemática» (escola) dos usos e costumes, dos conhecimentos e das técnicas, dos ritos e dos mitos, numa palavra da *sabedoria* do grupo. Há quem lhe chame, por incidência da perspectiva sociológica, socialização e quem lhe chame, por insuficiente rigor, aculturação. Em perspectiva actual a ganhar operacionalidade, dir-se-ia mais rigorosamente, sociogénese ou

¹⁴⁸ Oliveira, 1973, p. 35.

¹⁴⁹ Olivier e Fage, 1980, p. 382.

¹⁵⁰ Simões Alberto define circuncisão como “Rito de passagem a que são sujeitos os nativos do sexo masculino antes de atingir a puberdade. Também é designado por Fanação (...)”. Alberto, 1965a, pp. 185-186.

¹⁵¹ Rita-Ferreira, 1982, p. 158.

¹⁵² “Desta sucessão rítmica, e da transmissão de geração para geração da responsabilidade de produzir para si, para os velhos que já produziram e para os novos que hão-de vir a produzir e a substituí-los nessa tarefa, nasceu essa continuidade que liga os antepassados às gerações vindouras, continuidade que é expressa, por um lado, nas regras de filiação e, por outro, nas formas religiosas do culto dos antepassados e nas formas ritualizadas da passagem do saber, dos costumes e da lei, através de cerimónias apropriadas, em particular durante os ritos de iniciação dos adolescentes.” Medeiros, 1985, p. 3.

desenvolvimento da capacidade de interagir adentro do grupo de pertença e/ou de referência.¹⁵³

Nela estão presentes componentes como a do «sagrado», da «morte» e da «sexualidade». A iniciação integra-se num processo de aprendizagem que, para além da teoria, é fundamentalmente prático e ligado ao meio.¹⁵⁴ Insere-se em toda uma concepção global que implica a iniciação sexual, a revelação de mitos, segredos, genealogias, significado das instituições sociais, políticas e religiosas, ética pessoal e social, técnicas de caça e pesca, agricultura e artesanato, através do qual o jovem conhece o que se considera necessário para que atinja a sua maturidade e autonomia. A tradição oral, a história dos grupos, as relações com o mundo invisível, a consciencialização da autoridade dos anciãos, a fidelidade aos conhecimentos, ritos e costumes complementam a actividade educativa.¹⁵⁵

A iniciação é de tal forma importante que implica a escolha de novos nomes para os indivíduos. H. Junod explica que os nomes de nascimento são abandonados “geralmente na circuncisão ou na idade da puberdade nas famílias onde o costume da circuncisão desapareceu”.¹⁵⁶

Entre os Tsonga, os primeiros anos da infância a caminho de se tornar um rapaz, dos três aos quatro, são passados com os avós e em contacto com a natureza, na guarda de cabras, brincando, jogando, aprendendo a “sciência do campo”.¹⁵⁷ A guarda das cabras segue até aos dez, onze anos, altura em que passam à dos bois.¹⁵⁸ É o período de caça, pequeno furto, e conhecimento do meio e dos “(...) nomes indígenas de todos estes seres e seus habitos” adquirindo “uma grande soma de conhecimentos durante estes anos.”¹⁵⁹

A escola de circuncisão (*Ngoma*) abre com intervalos de quatro ou cinco anos e a ela devem ser enviados rapazes dos dez a dezasseis anos.¹⁶⁰ Marca um rito de separação em que se abandona a vida infantil. Segue-se o afastamento ou sequestro à sociedade pelo período de

¹⁵³ Santos, 1988, p. 12. O mesmo autor esclarece: “Por outras palavras, em perspectiva psicosociológica a iniciação, não pelo rito, discutível enquanto visto de fora é variável, mas pelo mito, realidade fundamental em qualquer grupo, porque constitui a base de toda e qualquer personalidade e é o factor decisivo para o seu desenvolvimento. Com efeito, a iniciação é um dos processos mais enriquecedores e uma das manifestações mais típicas da interacção humana, na vertente da interacção personalidade-cultura.” *Id., ibid.*, p. 14.

¹⁵⁴ “O ensino não é só teórico, mas vivo e experimental, pois devem praticar na selva, rio e acampamento todo o ensino explicado pelos mestres. Esta pedagogia, baseada em teoria e prática, foi experimentada durante séculos. É comunitária, o grupo ouve, comprova e realiza as práticas e experiências. A escola dos ritos de puberdade concretiza uma das experiências pedagógicas mais interessantes.” Altuna, 1985, p. 291.

¹⁵⁵ *Id., ibid.*, p. 293. “Esta escola marca a pessoa para sempre. Graças a ela, a criança se fez homem, pode alterar com os homens, as mulheres admiram-no e aceitam-no e fica preparado para apoiar a comunidade, ser útil à solidariedade comunitária e assegurar a continuidade vital fecunda entre o mundo invisível e o visível. A mutação-crescimento da sua força vital entusiasma o iniciado.” *Id., ibid.*, p. 294.

¹⁵⁶ Junod, 1917, p. 38.

¹⁵⁷ Refere Junod que os seus jogos são muito numerosos e visam diversos fins, como a aquisição de coragem. *Id. Ibid.*, p. 63.

¹⁵⁸ *Id. Ibid.*, p. 60.

¹⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 63.

¹⁶⁰ *Id. Ibid.*, p. 71. Rita-Ferreira, 1950, p. 30.

três meses, no *sungi*, «recinto dos mistérios».¹⁶¹ Com os suplícios da iniciação os candidatos aprendem a suportar o sofrimento através de seis provas principais “(...) pancada, frio, fome, comida insulsa, castigos e morte”.¹⁶² Segue-se a instrução do *Ngoma*, sendo os discípulos conduzidos “ao local que serve de aula onde se ensina a fórmula (*nau-milau*, lei, prescrição), em cujo centro se eleva uma árvore à qual o «pai», que sempre exerce as funções de instrutor especial, trepa e faz a sua prédica aos rapazes.”¹⁶³

Seguir-se-ão os ritos de agregação em “(...) que os rapazes são postos em comunicação com o seu antepassado que representa a família, começando assim a ser admitidos na vida entre os adultos da tribu.” Depois a dança *Mayiwayimane*, em que os rapazes são mascarados de forma a não serem reconhecidos. Finalmente, é a vez da prova que precede o último dia e que consiste em não permitir que os iniciados durmam. Termina com uma “procissão” no dia do encerramento.¹⁶⁴

A forma de educar tradicional, disciplinadora, apresenta as suas «vantagens», mesmo para observadores europeus.¹⁶⁵ Complementada com outros ritos como o «costume do sonho erótico», o furar das orelhas, o *Gangisa* de “ganga – escolha da amante” e a vida sexual pré-nupcial,¹⁶⁶ inculcam-se nos jovens os costumes da comunidade e, desse modo, acentua-se a sua pertença a ela.

Entre os Chopi, as circuncisões realizam-se no tempo fresco para mais rápida cicatrização das feridas. Depois de um período de reclusão de três meses e após queima dos abrigos, os jovens lavam-se e envergam novas roupagens, a que se seguem as danças com acompanhamento das *timbilas*.¹⁶⁷

Nos Tswa de Vilanculos, a circuncisão ocorre entre os 10 e 12 anos.¹⁶⁸

Já os Chonas, contrariamente a Sotos, «Angunes» e Tsongas

(...) não têm sistema de classes de idade, nem escolas de circuncisão. Quase sempre os rapazes de uma região constroem uma povoação temporária para onde convidam as raparigas da sua idade, a fim de elegerem a respectiva «mulher». Os rapazes caçam e

¹⁶¹ Junod, 1917, p. 73. Aí estarão o pai e mãe do Ngoma “(...) dois homens que estão especialmente encarregados da escola. Ao «pai» compete uma tarefa difícil: a manutenção da disciplina e a aplicação dos castigos, etc.” *Id.*, *ibid.*, p. 76.

¹⁶² *Id. Ibid.*, p. 77.

¹⁶³ *Id. Ibid.*, p. 81. Para o autor esta acção “(...) nada tem de elevado, e as fórmulas são mais uma colecção de palavras esotéricas do que propriamente um exercício intelectual instrutivo” sendo a caça a “única coisa útil que aprendem no Ngoma”. *Id. Ibid.*, p. 84.

¹⁶⁴ *Id. Ibid.*, pp. 86-88.

¹⁶⁵ Como refere Junod, “Temos nós alguma coisa a aprender no Ngoma? Umas cento e setenta mil crianças pretas frequentam actualmente as nossas escolas... mais ou menos regularmente. Centenas de homens estão empregados nos nossos Institutos Normais. Seremos sempre tão bem sucedidos nesta grande obra educadora? Os resultados não são completamente satisfatórios porque a maior parte das crianças não está na escola o tempo suficiente para aprender capazmente. Logo que adquirem alguns conhecimentos de leitura e escrita, deixam-nas ir para as cidades ganhar dinheiro. O professor pode por qualquer forma dizer, elas escapam-se... Devemos confessar que não podemos superintender n’elas tão bem como o Pai da Circuncisão... O Ngoma mostra-nos, no entanto, que uma estrita disciplina é absolutamente necessário manter entre os rapazes indígenas e que devemos tratar com eles, sem asperezas mas também sem deixar de os conter com mão firme.” *Id. Ibid.*, p. 89.

¹⁶⁶ *Id. Ibid.*, pp. 90 e ss. Observa o autor que os “indígenas quando se convertem, depressa aceitam a nossa divisa de moralidade; mas a cópula é muito frequente entre estes e tanto assim que este acto é justamente considerado como o pecado africano!” *Id. Ibid.*, p. 93.

¹⁶⁷ Rita-Ferreira, 1975, p. 101.

¹⁶⁸ Rita-Ferreira, 1950, p. 33.

pescam, as raparigas cozinham; embora todos regressem à casa dos pais logo que se aproxima a noite, a aliança entre cada par é reconhecida publicamente e muitas vezes conduz ao casamento.¹⁶⁹

Entre os Podzos da circunscrição de Marromeu, na margem direita do Zambeze, os pêlos do corpo são rapados, assinalando os ritos de passagem e não se pratica a circuncisão. Também entre os Senas ela se não executa.¹⁷⁰ Nos Maraves, a iniciação também a não contempla e a integração na idade adulta é feita por via da filiação no *nhau*, «irmandade maçónica», dançando com máscaras nos funerais e nas iniciações femininas.¹⁷¹

Para o grupo Makhuwa-Lomwe, os rapazes passam por três fases na iniciação: circuncisão (*mamarrava*), transição (*namuakwa*), ensino (*vera*), e confirmação final:

As cerimónias são trienais ou quadrienais e nelas tomam parte todos os rapazes entre os oito e os dez anos de idade. Realizam-se entre o término das colheitas e o início da época das chuvas. São determinadas pelo chefe tribal, depois de ouvido o *namassoma*, especialista da circuncisão. O pai de cada iniciado procura-lhe um padrinho pertencente ao mesmo *nihimo*.¹⁷²

Na fase da formação, o grupo de mestres *alipaolaka* transmite ensinamentos consuetudinários aos iniciados que, na última fase, recebem o seu nome definitivo. Em diversas destas cerimónias de iniciação proporcionam-se explicações em relação a aspectos da sexualidade, deveres dos esposos, entre si e para com os outros parentes.

Pela iniciação dá-se a passagem à idade adulta, uma maioridade acompanhada pela consciência da sua própria identidade, do seu lugar na comunidade. A partir desse momento, o indivíduo integra-se nas práticas cerimoniais e sociais, nascendo “para o povo”.¹⁷³ Das várias etapas da iniciação destaca-se a fase da «instrução» em que o jovem é iniciado na “(...) sabedoria popular, na tradição, na história do povo e nas leis e normas de procedimento na sociedade.” Aprende, de igual modo, a comportar-se como adulto.¹⁷⁴ A «instrução» comporta outros ensinamentos úteis ligados à caça, certas actividades artesanais, a aprendizagem de como enterrar os mortos, as proibições rituais – abstinência de certos alimentos, formas de

¹⁶⁹ *Id. Ibid.*, p. 43

¹⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 55.

¹⁷¹ *Id. Ibid.*, p. 66. Simões Alberto descreve a dança do Nhau efectuada de noite e a que não podem assistir estranhos. Executada por homens mascarados de forma a não serem reconhecidos pelas mulheres, agrupa dançarinos que, em cada região, pertencem a sociedades secretas de que só os iniciados podem tomar parte na dança. “(...) Durante a sua execução os bailarinos entoam canções humorísticas de grande licenciosidade, criticando aspectos da vida tribal, sem pouparem vizinhos ou estranhos, incluindo as próprias autoridades administrativas.” Alberto, 1965, p. 214.

¹⁷² Rita-Ferreira, 1975, p. 220.

¹⁷³ Martinez, 1989, pp. 109 e ss. Refere o mesmo autor que “(...) ritos de iniciação são, em primeiro lugar, ritos de separação, com os quais o indivíduo abandona o seu anterior estado social, a infância; em segundo lugar, são ritos liminares, pelos quais o indivíduo vive uma particular transformação da sua personalidade em clima de separação física e social; e, em terceiro lugar, são ritos de incorporação na situação normal da sociedade, pelas quais o iniciado, ao deixar atrás de si o período marginal e ambíguo, se agrega à vida social, na nova condição de adulto, membro da comunidade para todos os efeitos.” *Id. Ibid.*, pp. 110-111.

¹⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 120.

tratamento a dispensar aos outros membros adultos da comunidade.¹⁷⁵ A imposição de um novo nome consagra a sua nova situação social.¹⁷⁶

Nos Makhuwa-Lomwe, a circuncisão é obrigatória, mas não existe uma idade fixa para que seja executada, estabelecendo-se, aquando da cerimónia, fortes laços de solidariedade entre os participantes.¹⁷⁷

Para os Maganjas da Costa, no litoral a norte e noroeste de Moçambique, a *nluga* ou *luga* é a designação usada para a cerimónia de iniciação dos rapazes.¹⁷⁸ Os rapazes, *mópi*, sujeitam-se à circuncisão em qualquer idade, havendo casos de adultos que a ela se submetem, em lugar tão secreto quanto possível. Pela cerimónia os rapazes passam da categoria de *mópi* à de *apalé* (circuncidados).¹⁷⁹ São-lhes ministrados ensinamentos de natureza e higiene sexual, deveres para com esposos e outros membros da comunidade.¹⁸⁰

Entre os Yao (também designados por Ajaua), a iniciação masculina realizava-se anualmente no final da estação seca, com rapazes de sete a doze anos, em cerimónia organizada pelo *Xehe*.¹⁸¹ A circuncisão decorria no mato, em local onde os iniciandos deveriam permanecer dois meses, até à cicatrização.¹⁸² As cerimónias de iniciação *unhago*, organizadas pelos régulos, incluem, as dos rapazes *lupanda*, entre os 7 e os 11 anos, a reclusão e circuncisão.¹⁸³

Nos Makonde a circuncisão ocorre entre os 10 e os 16 anos, incluindo um período de reclusão de três meses com ritual pirolátrico e as danças de máscaras, *mapico*. Cada chefe de povoação tem a capacidade de organizar as cerimónias.¹⁸⁴ Os homens, imitando “(...) o sexo contrário serviam-se de ritos da circuncisão para transmitir aos adolescentes todos os elementos da cultura masculina. Esses segredos simbolizavam-se pelo *mapiko*, a dança de máscaras que tinha como função essencial intimidar as mulheres.”

Entre os Nguni, a maturidade dos homens é assinalada por cerimónias, segundo inventaria Rita-Ferreira: “(...) perfuração dos lóbulos auriculares, *qhumbuza*; celebração da primeira ejaculação seminal nocturna, *ukuthomba kwomfana*; incorporação no regimento, *ukubuthwa*.” A circuncisão foi abolida por Chaka.¹⁸⁵

¹⁷⁵ *Id. Ibid.*, pp. 129-130.

¹⁷⁶ *Id. Ibid.*, p. 128.

¹⁷⁷ Rita-Ferreira, 1950, p. 72.

¹⁷⁸ Dias, 1965, p. 17.

¹⁷⁹ *Id. Ibid.*, p. 19.

¹⁸⁰ *Id. Ibid.*, p. 20.

¹⁸¹ Rita-Ferreira, 1975, p. 246.

¹⁸² *Id. Ibid.*, p. 247.

¹⁸³ Rita-Ferreira, 1950, p. 76.

¹⁸⁴ *Id. Ibid.*, p. 80.

¹⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 18. Os ritos de circuncisão segundo H. Junod teriam acabado entre os Zulos, após Chaka, e por não serem convenientes ao novo sistema militar. Junod, 1917, p. 69.

Nos Suaíle (Swahili), a circuncisão para os rapazes é imprescindível.¹⁸⁶

H. Junod salienta a oposição frontal entre duas concepções: a ocidental, individualista; e a africana, colectivista. Para ele, o único modo de lidar com a situação seria a criação de “convicções individuais nas consciências (...)”.¹⁸⁷ Esta observação denota a existência de duas formas de educar bastante diferentes – centradas na comunidade ou no indivíduo.

Para as raparigas, a iniciação também é crucial e as cerimónias variam, mais uma vez, segundo os povos. Entre os Tsongas, as meninas imitam nos seus passatempos, as actividades das mães – corte de lenha, cozinha, entre outras. Daí o uso de bonecas e a brincadeira de amamentação.¹⁸⁸ O aparecimento da menstruação é conotado com o crescimento. A proximidade da nubilidade conduz a uma iniciação das meninas, sendo então instruídas em assuntos sexuais e exortadas à polidez para com os adultos.¹⁸⁹ Recrutadas em Agosto, as candidatas

(...) são alistadas ou «prometidas» por ocasião dos primeiros cultivos. No ano seguinte e naquele mesmo mês, o ciclo é completado pela grande dança, *txuruvula*, o último rito pelo qual as iniciadas se libertam, como serpentes da pele, da sua imaturidade infantil semelhante à esterilidade da época fria. Por isso empunham ramos de *tsekatseki* (Dodoma viscosa, L.) que simboliza o «corte do ano» talvez porque os frutos do último ano e as flores do novo ano aparecem na mesma planta.¹⁹⁰

Entre os Tswa, a iniciação das raparigas contempla rituais de carácter fálico, sendo a virgindade reconhecida pelas roupas nupciais.¹⁹¹

Na sociedade chewa, as raparigas submetem-se igualmente a determinadas cerimónias que as devem conduzir à vida adulta. O primeiro rito de puberdade, *chinamwali chachingono*, surge com a primeira menstruação. A rapariga permanece num período de margem, onde se podem reconhecer ritos de separação e agregação bem marcados. A verdadeira iniciação, *chimamwali chachikulo*, tem carácter público e colectivo. A organizadora *namkungwi* recebe informação sobre as mulheres solteiras ou casadas, entregues por familiares para se submeterem à cerimónia. Segundo Rita-Ferreira, o

(...) *chinamwali chachikulo* possui características manifestamente educativas: além dos habituais ensinamentos sobre as obrigações da mulher casada, pertence ao ritual as participantes serem insultadas, escarnecidas e mesmo agredidas, sobretudo quando criam fama de serem indolentes e menos respeitadoras. Pode ser repetido em qualquer altura da

¹⁸⁶ Rita-Ferreira, 1950, p. 84.

¹⁸⁷ Rita-Ferreira, 1975, p. 252-253.

¹⁸⁸ Junod, 1917, p. 162.

¹⁸⁹ *Id. Ibid.*, p. 165 e ss.

¹⁹⁰ Rita-Ferreira, 1975, p. 105.

¹⁹¹ Rita-Ferreira, 1950, p. 33.

vida da mulher desde que o marido se queixe à *sankhulo* que a sua consorte não cumpre com os deveres conjugais.¹⁹²

Entre os Makhuwa-Lomwes, as meninas passam por três fases na sua iniciação: antepuberdade, puberdade e primeira gravidez. Aí se transmitem “(...) valores, costumes, práticas e crenças da cultura tradicional.”¹⁹³ Na iniciação feminina, *emuáli*, após a primeira menstruação e sob orientação da madrinha, *mole*, a rapariga é colocada em período de margem e recebe ensinamentos de ordem sexual. Entre os Achirimas pratica-se o desfloramento artificial, do mesmo modo que entre os Lomwe.¹⁹⁴ As meninas entre os Maganjas da Costa são submetidas a uma cerimónia de iniciação também designada por *emuali*.¹⁹⁵

Também nas meninas Makhuwa de diversas regiões do Niassa a iniciação consagra a modificação do relacionamento com a mãe, que até esse momento lhe ministra um conjunto de conhecimentos básicos – falar, andar, ser mulher –, aspectos que só serão completados com a iniciação formal que a prepara para a incorporação no mundo dos adultos e para a relevante função da maternidade.¹⁹⁶ É obrigatório que a menina já seja menstruada. Numa primeira fase, a mestra principal e outras cinco mestras acompanhadas da madrinha fornecem ensinamentos à jovem, em sua casa, ao longo de vários dias, mas durante a noite. O ensino comporta alguns temas fundamentais: explicação da natureza e significado da menstruação, relacionamento com os outros membros da comunidade, vestuário, alimentação, trabalhos caseiros, entre outros.¹⁹⁷ Numa segunda fase, formal, a instrução é ministrada às jovens, agrupadas para o efeito, comportando ensinamentos sobre vida sexual, tarefas caseiras, cultivo dos campos, colaboração na edificação de casas, vida social, ritos e festas, viagens e participação nos funerais, casamento (a efectuar com homens fora da sua linhagem), higiene íntima.¹⁹⁸ Receberão um novo nome anunciado no encerramento da iniciação.¹⁹⁹

Nos Yao, as raparigas submetiam-se a uma iniciação em três fases, começando antes da puberdade, acompanhadas da sua madrinha, *nkamusi*, e “com desfloramento ritual, feito pela

¹⁹² Rita-Ferreira, 1975, p. 196.

¹⁹³ *Id. Ibid.*, p. 219.

¹⁹⁴ Rita-Ferreira, 1950, p. 72.

¹⁹⁵ Dias, 1965, p. 17.

¹⁹⁶ Martinez, 1989, p. 138.

¹⁹⁷ *Id. Ibid.*, pp. 140-141.

¹⁹⁸ *Id. Ibid.*, p. 143.

¹⁹⁹ *Id. Ibid.*, p. 149. O mesmo autor lembra o valor educativo da iniciação com os «banhos de purificação»; a destruição simbólica do passado da criança pelo fogo; a circuncisão nos rapazes e a incisão nas raparigas como o mesmo significado de ruptura com um estado anterior; imposição de novo nome; gestos, mímica e dança com significados simbólicos; conhecimento de histórias, lendas, enigmas, cânticos provérbios, sentenças; a música como forma de mais facilmente assimilar os ensinamentos. *Id. Ibid.*, pp. 153-154.

atelesi, terminava a iniciação *xiputo*. Parece que outrora se praticava a clitoridectomia, caindo esta em desuso, nos princípios do século, devido à elevada mortalidade.”²⁰⁰

Nos Maravi a iniciação feminina, *chinamuáli*, efectua-se após a puberdade com um período de margem e instruções várias no domínio da sexualidade.²⁰¹

Já nos Makonde, a iniciação das raparigas *chiputo* regista-se antes da puberdade. Após um período de semi-reclusão de um a três meses é rompido artificialmente o hímen.²⁰²

Entre os Senas, a

(...) escola de iniciação masculina, *nkhuentye*, compreendia um período de margem mas não incluía a circuncisão. Mais complexos, prolongados e espectaculares eram os ritos da puberdade feminina. A distensão dos grandes lábios, com óleo de rícino, fazia parte da preparação das jovens para a vida adulta.²⁰³

Homens e mulheres encontram, através das várias formas de socialização o seu lugar na sociedade e a adaptação ao meio.

Analisando as qualidades das habitações indígenas que favorecem a salubridade, o relatório do facultativo de 1ª classe Patrício Dias da Silva, sobre a peste no Chinde, descreve a lógica da ordenação do espaço que os africanos empreendem:

Nas povoações de pretos as palhotas estão bem separadas umas das outras, raramente vivem mais que duas pessoas em cada casa; os indígenas teem o habito de lançar o lixo para longe da povoação e não guardar os dejectos dentro das casas. O mobiliário e roupas estão reduzidos a um mínimo indispensavel. Nelles a sua mesma miséria e estado primitivo põe-nos ao abrigo dos grandes contágios.²⁰⁴

Compreende a superioridade das palhotas em relação ao meio

(...) e todos os que teem viajado no interior da Africa conhecem, por experiência, quanto uma palhota é fresca, arejada e superior a qualquer barraca de madeira, de madeira e zinco, ou mesmo de alvenaria de tijolo de paredes pouco espessas.²⁰⁵

Ivens e Capelo registam no diário de viagem umas quantas recomendações para enfrentar a febre – uso continuado de quinino, determinadas roupas, cuidado com a água ingerida, abstenção quase total de vinho (com excepção para o “pombé”, se disponível), cuidados com a alimentação e com a habitação que deve ser “à moda do gentio”, permitindo boa circulação do ar e frescura.²⁰⁶ Optam pelo abandono da tenda de lona a favor da “barraca

²⁰⁰ Rita-Ferreira, 1975, p. 249.

²⁰¹ Rita-Ferreira, 1950, p. 66.

²⁰² *Id. Ibid.*, p. 80.

²⁰³ Rita-Ferreira, 1975, p. 59.

²⁰⁴ *Relatório do Serviço de Saúde da província de Moçambique – Anno de 1905 –1907*, p. 41.

²⁰⁵ Diniz, 1890, p. 11.

²⁰⁶ Capelo e Ivens, vol. 2, pp. 46-48.

de folhas africana”, mais resistente e adequada para enfrentar a humidade nocturna permitindo melhor arejamento e protecção contra a chuva.²⁰⁷

Os africanos possuem um conhecimento significativo das possibilidades terapêuticas de muitas plantas indígenas a que recorrem.²⁰⁸ A farmacognosia nativa inclui: plantas com propriedades afrodisíacas (*Banku*), para cefaleias (*Chicumbite*), biliarziose vesical ou intestinal (*Chidzeze*), dores de cabeça ou outras (*Chimbangala*), expectorante para bronquite (*Chimbari*), bilharziose vesical (*Chiropa*), afodisíaca (*Diambira*), analgésico geral e antipirético (*Fucuta*), sedativo nervoso (*Nhakanana*, associação de quatro essências vegetais – *Jengueia*, *Muturukua*, *Nhakamutu*, *Nhakanana*), antipirético e sedativo (*Kukuzua* misturada com *Missiquiri*), afrodisíaco (*Kumbanzou*), conjuntivite e hemeralpia (*Mandua*), incontinência gástrica (Manjerico africano ou *Nhacarombo*), tónico cardíaco (*Messototo* e *Mutondo*), diversos (*Mpumburur*), afrodisíaco (*M’pupu*), cólicas abdominais ou dores intestinais (*Muangalala*), analgésico (*Mucossa*), sífilis (*Mulumbe-Lembe*), cólicas abdominais em especial infantis (*Mungulahué*), tonificação geral do organismo e convalescença (*Munzúdio*), sífilis (*Mussacasse*), diversos (*Mutsuashua*), purgativo (*Nhacafuta*), diversos (*Nhacassoto*), doenças do útero (*Nhagauakaua*), analgésico (*Nhagombe*), vários (*Nhakamutu*), cólicas abdominais (*Nhamedina*), afrodisíaco (*Nhancânia*), hérnias (*Nhautumbo*), diarreia (*Nhazádia*), mordedura de cobras (*Nhembansane*), bilharziose vesical e intestinal (*Pundapué*), prisão de ventre (*Tseshua*), afrodisíaco (*Vutia*).²⁰⁹ Este corpo de conhecimentos transmitidos pela educação africana visa a sobrevivência dos povos e estende-se do domínio sanitário ao social.

2.4. A arte da guerra na África Oriental – africanos e portugueses. A diplomacia do conflito

Sendo os portugueses um elemento invasor, estranho, exógeno ao precário equilíbrio da região, provocam conflitos, relacionamentos e alianças com os diferentes povos do território, passando a constituir mais uma peça a considerar no “equilíbrio de poderes regional”.

Se a extensão territorial é um obstáculo ao domínio europeu, é-o, de igual modo, a heterogeneidade de povos, línguas e costumes. Quando os portugueses procuravam, de algum modo, exercer domínio sobre certas áreas de Moçambique e seus habitantes, estes resistiam,

²⁰⁷ *Id. Ibid.*, pp. 25-26.

²⁰⁸ Alberto, 1965a, p. 190.

²⁰⁹ *Id., Ibid.*, pp. 174, 181, 182, 183, 188, 193, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 220, 226, 227.

reagiam de várias formas ao desejado controlo português, prestando falsas informações, aliando-se pontualmente contra o inimigo considerado comum, internando-se no território, mobilizando-se. Acções que ainda debilitavam mais o ilusório domínio português.²¹⁰ Mesmo no litoral e nos diversos portos da região, a debilidade e ausência de autoridade portuguesa é uma constante.²¹¹

Em 1887, o Governador de Distrito de Lourenço Marques explica que um dos factores que não permite dados precisos sobre a população reside no facto de, sendo o arrolamento feito com o fim de cobrar tributo, os indígenas não fornecerem as informações correctas.²¹²

A organização política e militar dos africanos, ao contrário das concepções mais frequentes dos europeus, tinha um grau de elaboração que lhes permitia tirar proveito das alianças, recuos ou avanços do poder colonial em diferentes conjunturas. Em 1889, no Chire, aguardava-se o desfecho das disputas dos europeus: “Os régulos em geral tinham as bandeiras guardadas, é forçoso confessá-lo, e não as içavam por saberem o que ia pelo Chire, e quererem ver quem ganhava a partida.”²¹³

Usar os portugueses como força de desequilíbrio é uma estratégia conjuntural frequente. É o caso de Muzilla, quando pediu socorro aos portugueses, prestando-se para lutar com o seu irmão Mawewe.²¹⁴

A debilidade da presença portuguesa obrigava a uma série de compromissos e a uma constante acção diplomática em várias frentes e aprendizagem das práticas locais, incluindo presentes e concessões simbolizando deferência para com os opositores. A negociação era, normalmente, a primeira fase do contacto.

A polidez é uma característica essencial nas relações entre os africanos e a compreensão dos costumes indígenas é fundamental para a presença portuguesa. A polidez obrigava à apresentação de presentes. Estes tornam-se um valioso recurso nas relações diplomáticas e devem ser usados com habilidade.

Onofre de Andrade, Governador de Lourenço Marques, envia uma embaixada ao Chaka, que transporta os essenciais presentes, *saguates*.²¹⁵ E os ofertados aproveitam para aumentar as suas exigências. A 13 de Março de 1861, seria Chaka a exigir tributo,

²¹⁰ Machado, 1855, p. 11.

²¹¹ *Id. Ibid.*, p. 13.

²¹² *B.O.*, 22/01/1887, nº 4, p. 30.

²¹³ Coutinho, s.d., p. 171.

²¹⁴ Andrade, 1867, p. 21.

²¹⁵ “É costume entre os cafres não receberem embaixada sem que o embaixador lhes leve um presente (*saguete*), por isso fiz entregar ao cabo Sequeira um *saguete* que em meu nome entregasse a Maueva, e depois lhe dissesse: que o governo portuguez não podia deixar de extranhar o seu procedimento, e de lhe mandar perguntar qual a causa porque nos hostilizava; que queríamos viver bem com os vizinhos, e para este fim sempre que tivessem alguma justa queixa a fazer, lhes dariamos a devida reparação; mas que não podíamos soffrer que os súbditos da coroa portugueza fossem por elles hostilizados, ou que fosse prejudicado o nosso commercio”. Andrade, 1867, p. 16-17.

especialmente em calçado e “pago por cabeça, devendo cada mulher grávida pagar duas cabeças”, ou seria feita guerra.²¹⁶

Em Chicomo, Ngungunyane envia embaixada ao coronel Galhardo propondo a paz, comprometendo-se ao pagamento de indemnizações, entrega dos régulos Nwamantibyana (Mamatibejana) e Mahazule, presentes de marfim, dinheiro, entre outros. Serão recusados, por se entender que constituem manobra dilatória, visto que ele mais não pretendia que ganhar tempo para concentrar as suas forças.²¹⁷ Ainda assim, são enviados emissários portugueses ao potentado com intenção de verificar se se pretendia cumprir as promessas. Os europeus são recebidos com um aparato impressionante de grande número de homens com aparência guerreira, precedidos pelo feiticeiro, vestindo a rigor, procurando impressionar os recém-chegados.²¹⁸ Podia ouvir-se, igualmente, um “hymno guerreiro de effeito surprehendente”, acentuado pela ostentação de riqueza de Ngungunyane.²¹⁹ Diplomacia é também encenação, «pose». A arte da guerra é também a arte da exibição e a diplomacia potencia-a.

Tacto e astúcia aprendem-se nas relações práticas com os diferentes povos africanos. Na expedição à Maxanga, em 1856, chefiada por Filipe da Costa Corrêa e transportando carta do Governador do Distrito, Francisco Duarte de Oliveira Rego, contacta o Manukusse por causa de um seu homem que teria ferido um negro-forro, sob protecção portuguesa. Em vinte dias chegou ao Manukusse, que o mandou hospedar-se numa das povoações. O jogo diplomático começa. Foi cumprimentar imediatamente Manukusse, que não correspondeu “conforme o seu estillo antigo”, mostrando-se antes muito irado por causa das “intrigas” do filho de Matiri, o alegado causador de todo o problema. Este mal-estar só lhe permitiu receber os europeus ao cabo de dez dias. A sua estratégia contempla duas componentes: protelar, manipulando o tempo; ignorar as pretensões do adversário, mostrar controle da situação. Seguem-se as manobras políticas e demonstrações de interesses. Manukusse mostra que tem um enorme poder, porque domina “gente é como formigas, e gafanhotos que nunca pode acabar por vocês”. Os filhos de Manukusse começaram a “falar a favor” dos portugueses, levando-o a mudar de opinião. Manukusse fez entrega de Muxinuse (filho de Matiri). Ordenou que viessem as fazendas: noventa peças de fato, uma caixinha cheia com coral grosso, mungaz, coral fino, matombé. Acaba mandando matar um boi capado e entregando um dente de marfim grosso em sinal de amizade, com o que despede os forasteiros.²²⁰

²¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 18.

²¹⁷ *A Campanha D’Africa contada por um sargento*, 1896, p. 75-76.

²¹⁸ *Id. Ibid.*, p. 76.

²¹⁹ *Id. Ibid.*, p. 78.

²²⁰ Sofala, 25 de Março de 1856, *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, caixa 8.17, m. 1 (10), doc 1. Contém alguns aspectos curiosos relativos às cerimónias realizadas.

A rede de laços estabelecida entre os régulos obedece a uma estratégia que: comporta uma hierarquização importante; limita a acção dos europeus; torna complexo o quadro em que os portugueses agem. A teia de alianças no território não tinha nada de «primitiva» e muito dificilmente os portugueses compreendem a sua complexidade.

Na expedição às terras da Mugova, em carta dirigida ao Governador do Distrito pelo Alferes Filipe da Costa Corrêa, descreve a sua missão de, correspondendo à ordem verbal de 27 de Abril de 1863, dirigir-se para aquelas “terras da Coroa” e expulsar os «vátuas» que não fossem da comitiva de Marugamisse devendo, em caso de resistência, participar o ocorrido.

O Alferes encontra-se com Marugamisse, informando-o de que nas povoações que o Governo lhe havia destinado, nas terras da Coroa, não eram consentidos mais que 24 «vátuas». A comitiva de Marugamisse era de 47; por isso, vinte e três devem abandonar o local dirigindo-se para outras quaisquer terras. Foi obedecido num clima de grande tensão. Concluía-se, de momento, um jogo complexo marcado por dissimulações, negociação e dúvidas.²²¹

O conhecimento dos costumes indígenas de um certo tenente Miranda, envolvido na campanha contra o Ngungunyane, que dispunha de muitas informações sobre os usos dos «vátuas» e *amabulandlela*, não eram vulgares “mesmo entre officiaes da guarnição e muito menos nos expedicionários”. Para este estatuto também teria concorrido a ideia que Ngungunyane formara de que ele era filho de *Muambaxeca* ou Diocleciano das Neves – crença que, espalhando-se entre os povos do Bilene, lhe teria angariado o respeito e a deferência entre os africanos.²²²

O domínio da diplomacia não se circunscreve a situações específicas de ameaça de guerra, pois existem gestos de educação e cortesia que obrigam os europeus, como o de nunca atravessar uma povoação senão a pé para não ofender as comunidades.²²³

Mas é a guerra a forçar, de forma paradoxal, o conhecimento mútuo e a observação continuada entre as forças que se combatem. Renato Baptista relata a boa recepção de que foi alvo em 1891, seguindo pelas povoações de Xirmando, Materi, Apanja, Mundurazo, Marondi, Faténguè, Muramboéche, Xibiche, Mutinguime e Umguranguare. Presenteara os locais com três garrafas de aguardente e pedira gente para o serviço, almadias para o rio e caçadores.

²²¹ Carta dirigida ao governador do distrito pelo alferes Filipe da Costa Corrêa. Sofala, 3 de Maio de 1863, *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, caixa 8.17, m. 1 (11), doc 1.

²²² *A Campanha D’Africa contada por um sargento*, 1896, p. 124.

²²³ Castel-Branco, 1891, p. 55.

Segue para Utari, onde os habitantes da povoação já se mostram desconfiados, respondendo com evasivas.²²⁴

Ao longo dos contactos observam-se aspectos cerimoniais e a etiqueta africana como narra, em 1891, Veiga da Cunha, quando se achou pela primeira vez,

(...) no meio de uma verdadeira corte cafre, onde a mais pura etiqueta indígena era observada a rigor. O Mexaméja, de bella presença, physionomia intelligente, feições de europeu, aspecto imponente, de uma velhice respeitável, apparentava as maneiras de um grande senhor, e era cercado das maiores deferências e de manifestações de profundo respeito.²²⁵

Os rituais e etiquetas africanas muito sofisticados e diferentes das europeias escapavam a um olhar preconceituoso e menos atento. Em 1899, Mouzinho expressava a sua desconfiança escrevendo que era

(...) muito difficil, se não impossivel, a qualquer europeu, mesmo quando vive entre os indigenas durante muitos annos, fazer a mínima ideia das suas disposições que, parecendo por vezes sinceramente pacificas, não passam de um disfarce com que encobrem preparativos de revolta.²²⁶

A «pacificação» do território aconteceria somente nas primeiras décadas do século XX. À incapacidade portuguesa opôs-se a tenacidade das diferentes forças africanas. Simplismos à parte, é indesmentível a «resistência» de inspiração islâmica mas, de igual modo, de matriz genuinamente africana.

A arte de fazer a guerra é muitas vezes apresentada como modelo de eficácia que a prática comprovou com o exemplo dos Zulus e de Chaka (1787-1828), em que pontificavam a visão estratégica e organização militar concretizadas na criação de um exército permanente dividido em regimentos *impi* comandados por *indunas*.²²⁷ Os portugueses reconhecem nos diferentes povos indígenas a arte da guerra – o valor guerreiro. Falta de “civilização” pode não ser de “engenho” como assinala Onofre de Andrade a respeito de Muzilla²²⁸

Para os europeus e a sua concepção de luta, importa desvalorizar a estratégia do inimigo que, em ordem à vitória, utiliza as armas que melhor domina. Na sua opinião sobre os makhuwa na guerra, o comandante de flotilha, 2º tenente Eduardo do Couto Lupi, em Março de 1898, refere-se-lhes como “bestialmente ignorantes”, “supersticiosos”, “ladrões”, “sanguinários”, “covardes”, “sem dignidade” e “(...) os mais vis que tenho encontrado na costa, os mais baixos de que tenho ouvido fallar a quem tem penetrado no interior.” Mas as razões de tanto ressentimento e violência nesta caracterização ressaltam a dificuldade e

²²⁴ Baptista, 1892, p. 8.

²²⁵ Relatório do tenente Veiga da Cunha in Baptista, 1892, p. 80.

²²⁶ Mouzinho, 1899, p. 87. Nos mesmos termos se lhes refere Ayres de Ornellas, 1902, p. 14.

²²⁷ Jacob, s.d., p. 70.

²²⁸ Andrade, 1867, p. 23.

frustração de os combater e às formas que empregam na luta obrigando os europeus a defrontar “guerrículas, assaltos, traições e morticínios cuja historia avulta nos copiadoreis d’offícios dos governadores e commandantes militares de Angoche.”²²⁹ No mesmo relatório apontam-se os recursos utilizados na região para protecção de ataques, não se usando fortificações apesar da designação de “aringas” que se atribui aos acampamentos, pois mesmo “(...) as povoações não são compactas. O que sempre buscam pelo menos os régulos, é construir as suas palhotas próximo d’um bocado de matto mais denso: é o recurso contra os ataques.”²³⁰

Eduardo Augusto Ferreira da Costa, referindo-se à campanha de 1895 e em instruções para o “serviço de campanha em Africa”, enumera os factores a ter em conta: natureza do terreno; táctica dos “selvagens”; superioridade numérica do inimigo. Ao terreno, normalmente difícil para os europeus, juntam-se a acção de surpresa, as qualidades físicas do oponente e a sua “organização primitiva”, movendo-se com rapidez e desembaraço. Num cenário em que não existem vastos campos de tiro.²³¹ Impera a “técnica de guerrilha”, em pequenos grupos, extremamente móveis que atacam os portugueses, acompanhando os ataques com gritos aterradores.

Os europeus reconhecem a necessidade de manter uma formação unida e fechada, precavendo a possibilidade de aproximação do inimigo a curtas distâncias. Têm de contar com as reacções de medo provocadas pelos guerreiros africanos atacando “sempre por surpresas” e “em massa”, “o seu aspecto feroz”, os “gritos e vociferações” que provocam terror em quem não está habituado, ressaltando-se a importância da preparação dos oficiais, para que os seus homens não sucumbam perante esta guerra psicológica. No terreno africano, há que contar com as limitações da cavalaria, a importância das patrulhas de auxiliares indígenas compostas de “gente escolhida”, a importância das informações dos espões, as “melhores”, apesar de costumadamente serem “noticias exageradas e por vezes contradictorias, contudo, interrogados com cuidado e brandura, sem os assustar com palavras

²²⁹ “Folheando esses longos contos raro se acha menção do combate bem disputado; sempre a «guerra á macua», com a enorme desproporção de forças, as surpresas do quarto de alva e as depredações e roubos, terminando pela fuga ao menor indicio de retorno offensivo. (...)” *B.O.*, 21/05/1898, nº 21, p. 231.

²³⁰ *Id. Ibid.*

²³¹ Explica, tecendo considerações genéricas, que: “O africano, abyssinio ou zulu, solanez ou vatua, emprega sempre a mesma táctica: combate em massa e os seus esforços decisivos são dados pelo choque, pela luta corpo a corpo. O fogo é para elle um accessorio, um meio de começar a acção, preparando o desenvolvimento das suas massas. Cada exercito compõe-se de vários corpos ou *mangas* – por corrupção *mangas* – mas o effectivo d’estas é extremamente variável. No caso de encontro com o inimigo, uma das mangas, a vanguarda (póde-se-lhe chamar assim) ataca de frente, uma ou duas das outras procuram envolver os flancos do adversário, finalmente, a ultima, verdadeira guarda da retaguarda, serve para completar e apoiar a acção das outras. O número de *manga* é variável, como variável é o seu effectivo, mas a táctica, nos povos viris de Africa, affecta invariavelmente esta forma.” *Relatório apresentado ao Commando Geral do Estado Maior pelo capitão do mesmo corpo Eduardo Augusto Ferreira da Costa acerca da Missão desempenhada em Moçambique de Janeiro a Dezembro de 1895, durante a Campanha*, pp. 172-173. Sobre a campanha de 1895 ver: Telo, 2004. Particularmente interessante é a análise que o autor faz às inovações técnicas de armamento que, nesta altura, acompanham os portugueses. Nomeadamente no domínio das novas capacidades de fogo das armas portuguesas. Também uma chamada de atenção importante para o facto de as tácticas utilizadas remontarem, na sua base ao império dos Zulus não se verificando uma adaptação à evolução das novas armas de fogo. *Id., ibid.*, pp. 20 e ss.

ásperas e acareando-os” é possível conhecer notícias atempadas sobre os movimentos do inimigo. Também os ajuntamentos indígenas devem ser cuidadosamente observados, sempre com prudência e percebendo que a presença de mulheres e crianças denuncia, provavelmente, intenções pacíficas.²³² O elemento «surpresa», a cilada, é frequentemente usado pelos africanos e obriga os europeus a redobrada atenção aos “ajuntamentos de indígenas” – mesmo quando se presume que devem ser pacíficos, pois é necessário estar sempre de sobreaviso.²³³

O factor «surpresa» foi também sentido pelos portugueses na luta contra os homens de Ngungunyane, tendo observado “que os malditos saíam debaixo do chão, pois, quando menos se esperava, surgiam como por encanto.”²³⁴

Às tropas brancas apeadas estão vedadas as grandes marchas – 25 quilómetros num dia é um marco extraordinário e aponta-se para uma estimativa, mais real, de 18,²³⁵ o que é mais uma desvantagem perante a extrema mobilidade africana. No estacionamento das tropas em bivaques, é aconselhável formar em combate, prevendo a prática frequente dos indígenas atacarem ao amanhecer.²³⁶ Esta táctica habitual dos africanos recomenda aos europeus o estacionamento em formação de combate, em quadrado.²³⁷

Também se valoriza a acuidade de sentidos dos africanos que integram as forças coloniais, que os utilizam para a vigilância nocturna em postos mistos, com soldados brancos.²³⁸ A forma de combate mais comum em África seria a do “combate de encontro”, em que os indígenas atacam uma coluna em marcha.²³⁹ Recomenda-se muito cuidado com o envenenamento das águas, devendo sempre os charcos e poços encontrados nos caminhos ser examinados por um médico.²⁴⁰ Não é, portanto, unicamente por razões higiénicas que os portugueses recebem estas instruções mas, também, porque é vulgar os indígenas envenenarem as águas.²⁴¹ Os africanos dominam plenamente as tácticas de guerrilha.

As campanhas em África apresentam diferentes dificuldades, decorrentes da natureza especial do terreno, da táctica empregue pelos africanos, da sua capacidade de mobilização e do número elevado de combatentes. Por outro lado, as condições do terreno, quase sempre “matoso ou pantanoso”, dificultam a marcha, sobretudo a europeus, e favorece as acções de surpresa em que a qualidade física, a organização “primitiva” e a rapidez e desembaraço dos

²³² *Relatório apresentado ao Commando Geral do estado Maior pelo capitão do mesmo corpo Eduardo Augusto Ferreira da Costa acerca da Missão desempenhada em Moçambique de Janeiro a Dezembro de 1895, durante a Campanha*, p. 174.

²³³ *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África ...*, 1896, p. 7.

²³⁴ *A Campanha D'África contada por um sargento*, 1896, p. 53.

²³⁵ *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África ...*, 1896, p. 176.

²³⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 182.

²³⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 13.

²³⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 183.

²³⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 184.

²⁴⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 188.

²⁴¹ *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África por ...*, 1896, p. 18.

africanos parece conceder-lhes vantagem, panorama a que se acrescenta a ausência quase total de grandes campos de tiro. A tática do africano adequa-se às condições objectivas do terreno – o combate em massa, choque e luta corpo a corpo, sendo normalmente para eles o fogo das armas de que disponham um meio de começar a acção.²⁴² Isto obriga os colonialistas a estarem sempre prontos para ataques oriundos de todas as direcções, forçando-os a concentrar-se de forma a poderem disparar em todos os rumos. Entre os métodos do inimigo, o ar feroz e os gritos inspiram particular terror nos soldados, “embora não justificado”.²⁴³

Os dispositivos defensivos dos africanos eram objecto de atenção especial. Na região de Mandlhacazi, distrito de Gaza, os povos dispunham de povoações fortificadas com estaca e palissadas (*Khokholo*), o equivalente das aringas da Zambézia.²⁴⁴

Também os espões desempenham papel importante. São uma das faces da estratégia que os Nguni desenvolveram para o domínio e a guerra. Ngungunyane dispunha dos seus, como os que o tenente Miranda aprisionara, fornecendo-lhe informações sobre as intenções do seu amo.²⁴⁵

Na campanha contra o Ngungunyane, dois monhés que seguiam “debaixo da bandeira dos portugueses” são, a dado passo, presos. Recaía sobre eles a suspeita de haverem tentado envenenar as águas em Chicomo, onde a expedição deveria passar; acabaram por confessar que o Ngungunyane lhes prometera 300 libras para que envenenassem a água.²⁴⁶

A construção de instalações para os militares em movimento exigia, mais uma vez, o concurso dos africanos. Durante a campanha contra o Ngungunyane, a construção de instalações em Chicomo reclamava o trabalho dos negros. Lamentavam-se os militares da pouca vontade e das tentativas de fuga por parte dos negros que ajudavam ao levantamento de construções para um forte, barracas, pequena enfermaria, paiol para munições, curral para gado e palissadas.²⁴⁷

Durante os preparativos para a campanha de Marraquene, os portugueses queixam-se de que os auxiliares do Maputo, em que haviam pensado para assegurar a defesa, quando chamados à Catembe, os enganavam fugindo para as suas terras, seguros da impunidade com que o faziam.²⁴⁸ Era necessário mostrar aos africanos que os portugueses podiam “combater e vencer no mato”. Contudo, também existiam “(...) muitos brancos para quem essa

²⁴² *Id.*, *Ibid.*, p. 5.

²⁴³ *Id.*, *Ibid.*, p. 6.

²⁴⁴ Ver Liesegang, 1974, vol. 1, pp. 303-320. O autor estuda o clã khambane que seria destruído pelos vátuas em 1889. As fortificações situavam-se em locais denominados *Khokholwene* ou *cocolene* segundo fontes portuguesas. Avulta a sua utilidade defensiva ainda que pudessem desempenhar outras funções. *Id.*, *ibid.*, p. 304.

²⁴⁵ Mouzinho de Albuquerque em *A Campanha D'Africa contada por um sargento*, 1896, p. 126.

²⁴⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 68.

²⁴⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 72.

²⁴⁸ Ornellas, Couceiro, Costa e Albuquerque, 1897, p. 3.

demonstração era igualmente precisa”.²⁴⁹ Os chamados “fiéis da Matolla e Moamba” e os reforços que deveriam representar para os colonialistas apenas podiam, no entanto, ser considerados como tal depois de batidos os “rebeldes”.²⁵⁰

A guerra contra o Ngungunyane é, em muitos aspectos, paradigmática quanto aos perigos que os europeus esperavam enfrentar. O plano de ocupações previa demonstração de força, ocupação de posições estratégicas e estabelecimento de postos fortificados nas fronteiras e no interior do território. Se possível, dever-se-ia atacar e aniquilar o inimigo, cortar e dificultar as comunicações no país, ameaçar as regiões rebeldes para aceitação da autoridade portuguesa e fomentar a rebelião por parte dos descontentes.²⁵¹

A guerra faz parte do processo diplomático, como fim ou início. Os que não sendo “vátuas legítimos” e que por eles foram submetidos ou escravizados faziam parte integrante do jogo de guerra, contando os portugueses com as motivações destes para não intervir ou mesmo para se juntar às forças europeias. Os equilíbrios tecidos são extremamente delicados. Quando em Maio terminava a primeira parte das operações na região da Magaia, Namantibyane (Zichacha) e Mahazule retiraram. Na Matola, o régulo Sigaúl mantinha-se neutral declarando-se, formalmente, fiel aos portugueses sem, no entanto, se comprometer. O régulo Magunduana, na Muamba, simulava igualmente estar ao lado dos portugueses mas, como “homem esperto e sabido”, ia mantendo relações com Ngungunyane e mantinha emissários dele junto a si. Aliado do régulo da Muamba era o da Cherinda, que dispunha de forças de combate escassas. O régulo da Manhiça, desde que ali fora criado um posto, deveria alinhar junto dos portugueses. Mais a norte, no Intimane, vários pequenos régulos – Chichuco e Mancunéne a oeste, Chibanza (secretário) e Banguini ao centro, Mapajanhana e Capulana a leste “(...) viviam debaixo de um tal respeito e medo do Gungunhana, que nem sequer o nome lhe ousavam pronunciar” e eram-lhe fiéis.²⁵² Contudo, entre os que ocultamente odiariam Ngungunyane, os portugueses acreditavam contar com Mapanhana e Chibanza.²⁵³

Estabelecidos em Chivanavane os portugueses esperavam que os contactos com alguns régulos resultassem na obtenção de aliados. Faziam-no, contudo, sem grandes ilusões pois não tinham neles muita confiança e sabiam que, caso fossem derrotados, eles prontamente se assumiriam como inimigos declarados. Mas poderiam, ainda assim, ser úteis em serviços vários: abertura de caminhos, fornecimento de mantimentos, informações, permitindo a

²⁴⁹ *Id. Ibid.*, p.6.

²⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 7.

²⁵¹ *Id. Ibid.*, p. 48-49.

²⁵² *Id. Ibid.*, p. 71.

²⁵³ *Id. Ibid.*, p. 72.

passagem das forças. Procurava-se igualmente que estas pequenas colaborações, numa segunda fase, os tornassem inimigos do Ngungunyane.²⁵⁴

Já no estado da Cocine, em que vários pequenos régulos obedecem a Chonguella Manavi, vassalo do Ngungunyane, procuraram os portugueses ganhar alguma influência. Estabeleceram um posto em que disfarçadamente colocaram material de guerra, preocupando-se em não hostilizar os habitantes. Por seu lado, os homens de Ngungunyane aplicavam também a sua diplomacia tentando criar obstáculos aos colonialistas. O êxito da sua tarefa traduzia-se na existência de muitos “dissidentes” que se uniam a Namantibyane, estabelecido em Magule. Aí, Ngungunyane preparava as suas forças e no seu “curral”, a norte, ia dialogando com os portugueses.²⁵⁵

A guerra integra o processo negocial com os seus silêncios, desenvolvimentos e rupturas. As conversações de Mandlakazi não avançavam pela posição dúbia de Ngungunyane. Na primeira *banja* os portugueses apresentaram as exigências do seu governo: entrega dos régulos rebeldes, pagamento de tributo de 10 000 libras anuais, não impedir a cobrança de licenças aos negociantes «baneanes» e «mouros» das terras de Gaza, abertura das estradas carreiteiras que fossem solicitadas, não impedir o estabelecimento de linhas telegráficas e construção de postos fortificados.

Sucedem-se as rondas negociais. Na primeira reunião, Ngungunyane parecia anuir. Nas seguintes, e ainda que não negando negociar, recusou a entrega dos régulos, ponto em que se mostraria irredutível, apesar dos esforços dos portugueses.²⁵⁶ Nem mesmo a circunstância de estes poderem passar de ameaçados a ameaçadores o demoviam. Ganhava tempo e esperava encontrar aliados eficazes nas dificuldades do país e do clima. Não se demoveria, nem mesmo quando do ultimato para entrega dos rebeldes Namantibyane e Mahazule em oito dias ou de dois reféns, os seus *tinduna* Zaba e Manhune, sob pena da invasão de Gaza. A 14 de Setembro expirava o prazo; a 15 fazia-se uma incursão além Chicomo.²⁵⁷

O comboio de carros saído a 25 de Setembro da Cumbana chegava reduzido a metade, perdendo seis dos doze carros por deserção dos carreiros negros. Mas a 4 de Novembro seguia a “gloriosíssima” expedição a Mandlakazi.²⁵⁸

Os portugueses observam atentamente a organização militar do inimigo – *mangas* (regimentos) divididas em *mabange* (companhias) por sua vez repartidas em *chimujane* (secções).²⁵⁹

²⁵⁴ *Id. Ibid.*

²⁵⁵ *Id. Ibid.*, p. 76.

²⁵⁶ *Id. Ibid.*, pp. 170-171.

²⁵⁷ *Id. Ibid.*, p. 172-173.

²⁵⁸ *Id. Ibid.*, p. 189.

A expedição partia para Chicomo, entrando no acampamento às 5 horas da tarde de dia 10, com 154 carregadores, dos quais 121 fugiriam nessa noite. Caminharam até atingir a povoação do missionário suíço Liengme, onde foram encontrados cunhetes de Martini, pensos com sangue, que demonstrariam o apoio prestado por ele aos indígenas e revelaria a confiança que nele depositava o Ngungunyane, que o havia entretanto encarregado de acompanhar as mulheres e bagagens para a Mananga, no alto Bilene.²⁶⁰ Liengme e a Missão Suíça eram já anteriormente objecto de desconfiança por parte dos portugueses, que o consideravam afeiçoado a Zichacha,²⁶¹ embora tivessem desvalorizado a importância da sua influência.²⁶²

Os próprios europeus estranharam a passividade e facilidade com que, em Chayimite, puderam controlar a situação, fuzilando o Quito e o Manhune, apreendendo armas e marfim encontrados no Kraal e aprisionando alguns inimigos.²⁶³

Existe a permanente necessidade de enfrentar diferentes formas de atrito por parte dos africanos. No sul, explica Ayres d'Ornellas,

(...) com a belicosa raça landim constitue a *grande guerra*. Nos namarraes tínhamos a verdadeira *guerra de guerrilhas*: inimigo invisível no matto, combates prolongados por fuzilaria incessante um dia inteiro, três combates n'uma semana sem se ver um preto, impossibilidade de alcançar um resultado decisivo. É uma luta de *desgaste*.

No sul é o contrário: As planícies immensas, o aberto do matto facilitam os movimentos, o inimigo ataca a descoberto procurando a decisão na luta corpo a corpo. E uma batalha decide a questão.”²⁶⁴

Ayres d'Ornellas elogia Magigwane, antigo chefe de guerra de Ngungunyane, pela sua coragem e pelo modo como soube morrer no decurso das operações, pela sua actividade e instinto militar, exemplificando com o “golpe de vista militar” com que escolheu a posição de Emkhontweni (Macontene), ideal para a táctica indígena ainda que tenha acabado por não produzir bons resultados práticos.²⁶⁵

No domínio da guerra, os Ngunis e o Estado de Gaza revestem-se de um duplo valor, real e simbólico. Os angunizados também eram designados *machanganas*, palavra que tem a sua origem em Sochangana (Manukusse), chefe zulu fundador do reino de Gaza. Por ele haviam sido conquistados e aproveitados para o trabalho.²⁶⁶ Os assuntos militares são tratados pelo capitão-mor da guerra, capitão, *cazembe*, e capitão-mor (político). Os que estão próximos

²⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 194.

²⁶⁰ *Id. Ibid.*, pp. 225-228.

²⁶¹ Carta de António Enes a José d'Almeida pub. em *As Campanhas de Moçambique em 1895, 1947*, pp. 98-99.

²⁶² Caso de José d'Almeida que em 27 de Junho de 1895 o classificava como pobre homem que apesar de haver oferecido a sua ajuda para contactar o Ngungunyane de nada serviria pois que: “Os vatuas em nada o attendem, e até para lhe ouvirem a missa *pedem, no fim, pagamento!*” *Id. Ibid.*, pp. 100-101.

²⁶³ Ornellas, Couceiro, Costa e Albuquerque, 1897, p. 240.

²⁶⁴ Ornellas, 1902, p. 15.

²⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 16.

²⁶⁶ Vilhena, 1996, p. 24.

do régulo permitem-lhe, com a sua coadjuvação, manter a suserania de duas tribos diferentes.²⁶⁷

É necessária ordem do régulo para entrar em guerra. Lupi critica os que concedem demasiada importância à feitiçaria no processo de tomada de decisões no âmbito militar já que “(...) o preto não é tão falto de raciocínio.”²⁶⁸ Os assuntos são estudados longamente com os conselheiros militares e só posteriormente é requisitada a participação dos feiticeiros “(...) intimados a conseguirem determinados resultados.”²⁶⁹ Adivinhando o que se quer ver adivinhado, ilustram o delicado jogo em que participam. A terça-feira é o dia em que se “levanta a guerra”, devendo ser guardada a castidade e a proibição de rapar o cabelo enquanto dura a campanha.²⁷⁰

Vigora um largo sistema de alianças baseado na comunidade de origem das tribos. Os prisioneiros homens são mortos e as cabeças pregadas em estacas; mulheres e crianças são escravizadas e repartidas; a presa é de quem a faz.²⁷¹

A submissão do filho de Manukusse, Muzilla, uma vez vencida a luta de sucessão com seu irmão, por tratado de vassalagem de Lourenço Marques, a 2 de Dezembro de 1861, foi uma das bases para possibilitar o fortalecimento de relações e influência dos portugueses junto do régulo – casos de Onofre Paiva de Andrade, José Casaleiro d’Alegria Rodrigues, Joaquim Thomaz da Fonseca e Diocleciano Fernandes das Neves. Com a sucessão de Ngungunyane, uma embaixada do régulo deslocar-se-ia a Lisboa em 11 de Outubro de 1885 para renovação de vassalagem; a 20 de Maio de 1886, tomava posse José Casaleiro d’Alegria Rodrigues, firmando-se a influência portuguesa possível em Gaza.²⁷² Para ela muito contribuíram as relações frequentemente dúbias e equívocas com os «vátuas».

A fundação do Estado de Gaza criara uma nova configuração no domínio dos poderes na colónia.²⁷³ Aos povos dominados a sul do Save os Nguni chamavam *amahlonga*, escravos.²⁷⁴

Os Nguni eram um autêntico referencial para a própria ideia e imagem dos povos africanos então criada pelos europeus. Escreve-se em 1842, que em

(...) 1823 os Vatuas da costa de Natal invadirão o interior desta colónia; e então principiou nella o infame trafico da escravatura, comprando os Portuguezes os escravos

²⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 132.

²⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 134.

²⁶⁹ *Id. Ibid.*, p. 134.

²⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 135.

²⁷¹ *Id. Ibid.*, p. 136.

²⁷² *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa ...*, 1890, p. 26.

²⁷³ Sobre a formação do Estado de Gaza, “(...) um dos maiores estados africanos na Africa Austral, talvez mesmo o maior no séc. XIX, pelo menos em termos de extensão, e mesmo relativamente grande ao nível de Africa (...)” e acrescenta que dos “(...) cerca de três milhões de habitantes de Moçambique por volta de 1890-1900, menos de um milhão deve ter vivido dentro do Estado de Gaza (...)”, veja-se Liesegang, 1986a, pp. 8 e ss..

²⁷⁴ Com excepção dos Chopi. Rita-Ferreira, 1975, p. 45.

aos Vatuas, e vendendo-os aos Franceses, que frequentavam o porto! O paiz ficou devastado; milhares e milhares de Negros foram mortos ou apanhados pelos invasores; e o resto tem continuado a morrer de fome; porque o terreno se tornou inculto e quasi deshabitado; e hoje os régulos apanham os seus próprios súbditos, para os venderem; e muitos destes se vendem a si mesmos para se alimentarem.²⁷⁵

Transfere-se assim a responsabilidade de acções condenáveis, de forma exclusiva, para os próprios africanos.

Outras vezes o paternalismo/tutela transparece do discurso dos responsáveis pela administração:

o Musila é um bom preto; muitos portuguezes teem sobre elle consideravel influencia, elle deve recordar-se de que prestou vassallagem ao Rei de Portugal, e de certo receberia com toda a consideração um emissario portuguez que provavelmente encontraria facilidade em resolver, para nossa conveniencia e a bem do desenvolvimento da civilisação, as questões relativas aos prazos da Zambezia e de Sofalla, e ao seguro estabelecimento das communicações da costa de Sofalla com o interior, e á nomeação de um residente portuguez junto a este regulo. Um titulo ou um posto que lhe fosse conferido pelo Governo de Sua Magestade, e uma pensão inherente a este título, aplanariam qualquer difficuldade.²⁷⁶

O Governador do distrito de Sofala afirma, em 1887, que os antigos donos de terras as foram abandonando por “terror dos vatuas” e que “(...) assim tem sido abandonada grande parte d’este districto pelos europeus que vêem hoje, como se nota em Mambone, os seus antigos escravos elevados á cathegoria de régulos, que se sujeitaram ao potentado Muzila.”²⁷⁷

São os «vátuas» apresentados como a causa absoluta da falta de produção dos povos dominados e da vida miserável que levariam para não serem por eles espoliados, numa atitude de terror ante o Ngungunyane.²⁷⁸

No relatório do distrito de Sofala de 1887-1888, refere-se que os Nguni continuam a causar enorme instabilidade no prazo Cheringoma que deveria ser abrangido pelo controlo do comando militar do Aruangua. Este, contudo, não estende a sua acção além dos limites da praia. Fora deles “(...) são as leis cafreaes que imperam, e Gungunhana o único juiz.” Por esta razão ainda aí não foi feito recenseamento.²⁷⁹ O comando militar do Aruangua, cuja sede é no prazo de Cheringoma, tem a sua soberania limitada pela acção dos «vátuas».²⁸⁰

Neste mesmo comando militar, em Julho de 1889, constata-se que os «vátuas» que “infestavam” as povoações partiram para a Maxanga para se reunirem com as gentes do

²⁷⁵ *Diccionario Geografico das Colónias Portuguesas ...c. por um Flaviense*, 1842, p. 18.

²⁷⁶ *Manica: comunicação e proposta do sócio Joaquim Carlos Paiva d'Andrada e parecer da Comissão Africana da Sociedade de geographia*, 1882, pp. 5-6.

²⁷⁷ *B.O.*, 24/09/1887, nº 39, p. 437.

²⁷⁸ Enes, 1946, p. 23.

²⁷⁹ *B.O.*, 22/09/1888, nº 39, p. 584.

²⁸⁰ *Id. Ibid.*, p. 584.

régulo. Apenas esporadicamente aparece um ou outro fugindo, ao que parece, do seu régulo, cometendo pequenas extorsões sempre que as populações lhes não fazem frente.²⁸¹

Augusto de Castilho refere-se ao problema do Ngungunyane afirmando que fora

(...) um grande erro auctorisar a mudança da residencia d'elle do Mussurise para o Bilene. Na primitiva povoação, no alto Save, achava-se elle muito mais proximo da fronteira actual dos territorios portuguezes, e por conseguinte com mais restrictas faculdades de expansão do seu dominio. No Bilene, pelo contrario, está elle em um centro importante de commercio, que elle explora entre tribus de landins facilmente assimilaveis (...).

Frisa a depredação dos «vátuas» sobre os povos autóctones aquando das suas deambulações pelo território.²⁸²

Refira-se que Ngungunyane é merecedor da admiração de diversos europeus que exaltam o seu génio e capacidade de acção – quer se trate de elogios sinceros ou de uma forma de valorizar as acções militares dos próprios portugueses, exaltando o inimigo contra quem se dirigiram.²⁸³ Admiração extensível, mesmo que com ressentimento, à sua acção diplomática, que acaba, em última instância, por engrandecer a acção dos próprios portugueses,²⁸⁴ ainda quando consegue, de forma mais ou menos directa, criar desinteligências e conflitos entre os colonialistas.²⁸⁵ Finalmente, não deixa de ser valorizado, para os portugueses, pensar que seriam defensores dos outros povos africanos mais fragilizados, dos tiranos que os subjugavam e exploravam. Este é, de resto, um argumento recorrentemente utilizado contra os que de forma permanente ou conjuntural, são identificados como inimigos dos portugueses.²⁸⁶

²⁸¹ B.O., 7/09/1889, n.º 36, p. 557.

²⁸² Castilho, 1895, p. 203.

²⁸³ “Na sua astuta previdência, que não lera Machiavel, mas que instinctivamente o seguia, pensou o Gungunhana que lhe seria útil fingir-se vassallo da coroa portugueza, pelo menos, enquanto se não firmava no poder e não cingia bem na sua garra de tigre os povos que seu pae lhe legara. Podia mesmo levantar-se algum conflicto com os régulos seus vassallos e a intervenção dos portuguezes não seria para desdenhar. O Mundagaz sabia bem a historia de seu tio Mahueva, derrotado pelo Muzilla, graças ao auxilio do governador de Lourenço Marques.” Junior, 1896, p. 86.

²⁸⁴ “Explorava habilmente as ambições que o cercavam, procurava segurar-se á preponderância das companhias inglezas, sem se malquistar connosco, guardava soffregamente as libras dos inglezes e os presentes de Portugal, recebia affavelmente o conselheiro Almeida (residente portuguez), e o dr. Schultz (residente da *South Africa*), acceitava das mãos dos portuguezes a Snider e das mãos dos inglezes a Martini e guardava com igual agrado a farda de coronel de 2ª linha que os portuguezes lhe offereceram e o sabre de punho de ouro com que os inglezes o brindaram. E nas horas de embriaguez e de lubricidade, poderoso, requestado, tranquillo, como não havia de rir de uns e d'outros o Sardanapalo negro!” *Id. Ibid.*, p. 122.

²⁸⁵ Como acontece entre António Enes e o conselheiro José Joaquim de Almeida, secretário do Governo dos territórios da Companhia de Moçambique quando Ngungunyane exige a presença no Manjacaze deste último sugerindo que com ele haviam sido combinados compromissos a assumir por parte do governo português e nunca satisfeitos posteriormente. Compromissos com os quais António Enes não concordava, o que estabeleceria uma relação de desconfiança entre os portugueses. Necessitando da influência de José de Almeida junto do Ngungunyane mas parecendo-lhe que aquele privilegiava os interesses da Companhia de que era funcionário em detrimento do Estado, Enes tenta manipulá-lo o mais habilmente possível da forma que descreve por várias vezes ao longo do ano de 1895 em Ennes, 2002, pp. 112-114; 117; 151-155; 207-209; 212-219; 255-259; 277; 416-417.

²⁸⁶ Para além da eventual violência de certos actores de África, a «diabolização» de africanos exhibe, de resto, outras motivações em que avultam exemplos como “(...) a história-padrão dos Zulus e do *Mfecane* revela mais acerca da historiografia do século XX do que acerca da história de África do século XIX: um Chaka despótico, Zulus sedentos de sangue, violência implacável de Negros contra Negros, migrações e despovoamento das regiões do interior – imagens perfeitamente adequadas às ideologias discriminatórias da minoria branca sul-africana.” Reader, 2002, p. 474.

De qualquer modo, os «vátuas» encarnam na perfeição a ideia do «inimigo principal» que justificaria atenção redobrada, quer das autoridades da colónia, quer por parte dos decisores, na Metrópole.²⁸⁷ A mobilização de meios empreendida pelos portugueses tem relação directa com o perigo nguni,²⁸⁸ mas também com a necessidade de restituir aos portugueses os brios perdidos com o Ultimatum de 1890,²⁸⁹ através da acção, em força, de novos homens providenciais para uma nação que deles estava bem necessitada,²⁹⁰ numa lógica em que “(...) a força física atribuída aos africanos é também utilizada para pôr em evidência as condições difíceis em que eram obrigados a trabalhar – para incluir a África no mundo civilizado – os heróis portugueses.”²⁹¹

A ideia dos «vátuas» é composta e exposta pelos europeus no pressuposto de que

(...) as raças negras que povoam a província são muito variadas; mas entre ellas destacam-se os vatuas e landins que sobre os outros levam grande vantagem *physica* e *intellectual*; superioridade aliás reconhecida pelo restante gentio, que os trata com medo.”²⁹² Trata-se de um povo que tem a sua ascendência na “(...) altiva origem de luctadores, orgulhosos como leões e crueis como hyenas, vem d’aquella raça de cafres excepcionaes, o sangue e a historia d’esses que, da sua estirpe, foram os últimos a cair vencidos.”²⁹³

Quando lhes é conveniente, podem os portugueses descrever o inimigo como dominador e mestre na guerra (por exemplo na pessoa do Ngungunyane) e até se lhe reconhece uma história, aptidão guerreira, valor no combate, eficácia na oposição, domínio real, enaltecendo-se também a sua superior organização militar,²⁹⁴ transparecendo a ideia de que com o vátua, “o chamado de puro-sangue Zulu”, não se pode contar senão para a guerra,²⁹⁵ nunca

²⁸⁷ Os “vátuas” representam uma força militar organizada e temível, “(...) entre o rio Zambeze e os sertões de Lourenço Marques, (...) frente às forças militares portuguesas apresentavam-se para o combate em formações cerradas, cada uma constituída por cerca de 500 homens armados de rodela e azagaia, uma espécie de lança de cabo curto e ponta de ferro espalmada e de forma lanceolada, utilizando ainda espingardas em número variável e de vários sistemas. Estas formações, pela sua organização e disciplina, tanto em combate, como na aproximação ao inimigo, revelavam uma certa estrutura militar.” Paralta, 1989, p. 412.

²⁸⁸ “Se nos combates na África ocidental não se regista a mesma mobilização de recursos, tal se deve à necessidade de impedir que os ingleses utilizem Gungunhana e a força dos “vátuas” para reduzir a autoridade dos portugueses.” Henriques, 2002, p. 92.

²⁸⁹ “As vitórias desse fim de século em Moçambique reforçaram, após a humilhação diante do implacável leão inglês, a crença dos nossos destinos coloniais, dando-nos a convicção de que, afinal, tínhamos dentes e não éramos a nação moribunda de que falara uma vez o nosso rude inimigo, o marquês de Salisbury: o colonialismo luso podia ter acabado na mesma altura em que se desmoronaram os restos do Império Espanhol, ou seja, em 1898. (...)” Medina, 1994, vol. IX, p. 239.

²⁹⁰ Casos de António Enes, António José de Araújo na defesa de Lourenço Marques (1894), José Ribeiro Júnior e Caldas Xavier em Marracuene, (1895), Freire de Andrade no Incomati (1895), Paiva Couceiro em Magul (1895), Eduardo Galhardo na campanha contra os Vátuas (1895), Mouzinho de Albuquerque na campanha contra os Vátuas e contra os Namarrais (1895 e 1896-1897, respectivamente, campanha de Gaza (1897), Gomes da Costa na operação contra o Magigwane, (1897), Eduardo Ferreira da Costa (1897), João de Azevedo Coutinho na operação em Maganja da Costa (1898), Seabra Lacerda na expedição a Lourenço Marques (1901), entre outros. Sobre a acção militar destes homens em Moçambique e os seus reflexos na metrópole Ver: Medina, 1994, vol. IX, pp. 230-262. Mais especificamente sobre António Enes e Mouzinho de Albuquerque: Afonso, 1994a, vol. IX, pp. 251-255 e Afonso, 1994b, vol. IX, pp. 255-262.

²⁹¹ Henriques, 2004a, pp. 95-96. A mesma autora refere: “Quando se dão os primeiros confrontos armados na região de Lourenço Marques, em 1894, verifica-se imediatamente uma denúncia antropológica e estética, que salienta os caracteres específicos do corpo de Gungunhana, cujo volume físico parece intimidar os portugueses, que o transformam rapidamente em monstro. Cria-se por isso um paralelismo entre a bestialidade física e a bestialidade do comportamento político. Podemos afirmar que as campanhas do sul de Moçambique constituíram, na história desta “crise discreta” que serve de fio condutor a este estudo, um agente privilegiado, devido à figura do próprio Gungunhana que nos aparece quase como um duplicado masculino da famosa hotentote que tanto espantou Paris, em 1815.” *Id. Ibid.*, p. 292.

²⁹² Castel-Branco, 1891, p. 158.

²⁹³ Aspectos que indiciam o facto de os europeus privilegiarem, na sua análise sobre os povos autóctones, os aspectos militares e a agressividade. Junior, 1896, p. 109.

²⁹⁴ Toscano e Quintinha, 1930, p. 94.

²⁹⁵ *Id. Ibid.*, p. 85.

esquecendo o medo que Ngungunyane inspirava nos povos negros e que os europeus estratégica e frequentemente registam.²⁹⁶

Paiva de Andrade, em conferência publicada no Boletim Oficial no ano de 1888, caracteriza os «vátuas» como “orgulhosos”, “guerreiros”,

(...) entre os povos que elles conquistam considerados de raça traiçoeira, por causa das surpresas e ardis de guerra que com elles teem usado; (...)” mas, na opinião do autor, de carácter “nobre”, “elevado”, e “(...) capazes das maiores dedicações e escravos de um dever que reconhecem ou de uma palavra que deram.”²⁹⁷

David Rodrigues traçou um retrato sobre a realidade moçambicana em que os Nguni controlavam a situação, exercendo domínio em toda a região ao sul do Save enquanto os arrendatários dos prazos se limitavam a defender os seus interesses; já em Manica os régulos queixavam-se de haver sido abandonados pelos portugueses, porque estes promoveriam vassalagens que se tornavam nulas por causa do abandono a que os vassallos eram posteriormente votados.²⁹⁸ A 12 de Outubro de 1885, dois enviados de Ngungunyane assinam, em Lisboa, um termo de vassalagem, em que uma das cláusulas institui o residente chefe, delegado do governo junto do potentado.²⁹⁹ Pouco depois era publicado regulamento para o residente chefe e seus subordinados, que deviam ser colocados também junto de outros chefes menores, sem que, contudo, aí fossem instaladas forças militares.³⁰⁰ Em 1893, Enes contestará a importância da presença do residente junto do Ngungunyane.³⁰¹

Alguns autores sublinham a importância da influência dos Nguni na organização política e militar dos povos com que contactaram, tendo aperfeiçoado

(...) notavelmente a organização politica e militar das tribus com quem conviveram, e que utilisavam nas suas guerras, como gente que abre caminho, *mabuingella*. É costume designar esses povos por *vatualisados*, e o mais perfeito exemplo d'esta qualidade é o

²⁹⁶ *A Campanha D'Africa contada por um sargento*, 1896, p. 64.

²⁹⁷ *B.O.*, 17 de Março de 1888, n.º 11, p. 192.

²⁹⁸ Rodrigues, 1910, pp. 23 e segs. Também em relação às funções do residente explica Ayres de Ornellas: “Não se podendo pois pensar em empregar a força, recorreu-se ao protectorado politico em 1885, estabelecendo-se um residente no Mussurize. Aos residentes se recommendava especialmente que attendessem que o paiz e seus habitantes não podiam mudar rapidamente os habitos inveterados, mas que a sua acção exercida por modo paciente, persistente e tenaz iria modificando suavemente a índole, os costumes e os processos cafreaes, até o ponto de se identificarem com as normas da civilisação preparando-os para aceitarem as formulas regulares da nossa administração e *para que o governo podesse vir a ter sem abalos o domínio completo no paiz onde então se estabelecia o protectorado*.” Ornellas, 1902, p. 5, (itálico do autor).

²⁹⁹ Rodrigues, 1910, p. 29.

³⁰⁰ *Id. Ibid.*, p. 30.

³⁰¹ “Fora do quadro pessoal do comando militar do Limpopo, figura um funcionário intitulado *residente junto do régulo Gungunhana*, que ganha 1:800\$000 réis, e parece que deve ter junto a si um ou dois de quatro intérpretes, a 360\$000 réis cada um, que estão inscritos no mesmo artigo. A esse *residente* costuma o orgulhoso régulo chamar *secretário*. Pode-se conservá-lo? Deve-se conservá-lo? Formular esta pergunta equivale a perguntar qual deve ser a fórmula das relações da autoridade pública com o filho do Muzila.” Enes, 1946, p. 171. Volta a reafirmar as dificuldades do residente e as duvidosas condições com que desempenha as suas funções, mais parecendo um secretário do vátua. *Id. Ibid.*, p. 178. A mesma ideia é novamente por ele expressa quando exemplifica com o que considera a inutilidade do cargo na representação da autoridade portuguesa: “(...) No desempenho desta obrigação mostrou-se exímio o canarim, antigo professor de instrução primária da família do Muzila, que lá estava ao tempo da revolta; ninguém deu nunca pela existência dele senão o escrivão de fazenda do distrito. (...)” Enes, 2002, p. 44. Sobre a situação noutros locais em que os africanos se sublevavam ou levantavam problemas explica: “(...) Os residentes no Maputo e na Bela Vista, tinham-se também retirado; apenas se conservavam junto do régulo a professora de instrução primária e a irmã, e conservavam-se por artes que as não ilustravam como funcionárias nem como mulheres.” *Id. Ibid.*, p. 45.

landim, que ainda hoje forma a parte mais numerosa e a mais hábil das forças indígenas da Província. Também nos *macuácuas* os vestígios da influência vatua são manifestos.³⁰²

Segundo H. Junod, o carácter dos Tsongas era o das “famílias normais Bantus, quer dizer: gente vivendo pacificamente, e só ocasionalmente contendendo com os seus vizinhos”. Pelo que a sua destreza militar lhes teria sido incutida pelos Zulus, “(...) que lhes ensinaram a arte de combater durante o último século, colocando-os na frente das suas batalhas e chamando-lhes “Mabuyndlela”, “o que abre caminho”³⁰³ Na guerra entre os Tsonga, detecta-se uma série de ritos – misto de antigos costumes Tsongas e novos usos Zulus, como os *ritos nacionais* –, pois a família luta pela sua salvação – os *guba* e *gila*, em que a coragem individual ou colectiva é o valor exaltado; junta *ritos protectores*; *tabus de guerra*; e a partilha da carne dos bois no regresso da batalha.³⁰⁴

Ngungunyane tornar-se-ia um perigo demasiado forte para os interesses portugueses numa altura em que a conjuntura internacional exigia acção que se materializará nas campanhas contra o «Leão de Gaza».³⁰⁵ O destino de Ngungunyane nos Açores é simbólico.³⁰⁶

2.5. A influência Árabe – religião e comércio

“(...) Seria o fim. Seria mas não é, porque sem que o notássemos, perdidos a acompanhar as linhas do bordado no pano grosso, demos uma volta completa, e em vez de ir de um ponto ao outro voltámos à partida. E Makkah, estando onde devia estar, está também numa certa casa do bairro pobre de Macaripe, na Ilha de Moçambique, que é onde se iniciou a longa viagem. Será que foi erro do bordador, partida e destino no mesmo lugar? Confundindo a realidade direita do percurso com o círculo das suas ideias? Longe disso, porque com o artifício quis Jamal mostrar que era necessário ir e voltar para que tudo ganhasse sentido e ele pudesse ser um haji, um fiel que visitou a Cidade.”

João Paulo Borges Coelho, «O pano encantado», in *Setentrião*, Lisboa, Ed. Caminho, outras margens, 2005

³⁰² Vilhena, 1910, p. 23. O mesmo autor define *landim* como considerando-se “(...) nobre, votado à carreira das armas e repugna-lhe trabalhar a terra. Dá bons soldados e ocupa-se principalmente na caça e na criação de gados.” *Id. Ibid.*, p. 21; Refere Pires de Lima: “A esses vatualizados davam, nas expedições, a guarda avançada para *abrir o caminho*. Daí lhes veio o nome de *Mabuinguelas*. É a estes vatualizados de orelha furada, guerreiros e belicosos, aos Mabuinguelas, que nós hoje chamamos Landins.” Lima, 1943, p. 76. Liesegang designa-os por “amabulndlela”, “os tsonga (landins) que abriram o caminho, ou falando poeticamente, batiam o capim alto de manhã para evitar que o orvalho molhasse o senhor nguni que passasse.” Liesegang, 1986a, p. 35.

³⁰³ Junod, 1917, p. 33.

³⁰⁴ *Id. Ibid.*, p. 431-432.

³⁰⁵ Situação bem patente quando, “(...) depois do tratado de 1891 com a Inglaterra, Gungunhana, com as suas ameaças, impertinências e perseguições às etnias não vátuas e a prática de actos de rebeldia, embora não declarada, criava grandes embaraços à administração portuguesa. Além disso, o seu procedimento desacreditava-nos perante o conceito das nações estrangeiras. Gungunhana constituía um estorvo que era preciso eliminar.” Paralta, 1989, p. 413.

³⁰⁶ “Os homens foram submetidos a uma alfabetização e catequese intensas, já em língua portuguesa, e os três mais novos aprendiam português; mesmo Molungo, o mais velho, conseguia recitar o Ave Maria. Conservam-se de Ngungunyane provas caligráficas, cópias de regulamentos militares, de maneira que podemos assumir que o seu professor tenha sido um sargento. Em relação às mulheres não há referência a esforços semelhantes.” Liesegang, 1986a, p. 70.

Os árabes desde há muitos séculos que transmitiam a cultura islâmica, a religião, a escrita e a agricultura em África, embora os europeus tentassem limitar a influência árabe à guerra, ao comércio e à escravatura.³⁰⁷ A rápida difusão da sua cultura em vastas regiões de Moçambique deriva de algumas idiossincrasias de que é portadora, como a circuncisão e a poligamia, que encaixava perfeitamente na estrutura social africana.³⁰⁸

Sendo a influência islâmica importante, preocupa os portugueses. A 10 de Outubro de 1885, o chefe do serviço de saúde, Manoel Rodrigues Pereira de Carvalho, encarregado de analisar as qualidades terapêuticas do rio Muitiquite no norte explica que em todas as povoações dessa região “(...) domina o elemento musulmano com as suas egrejas, escolas usos e costumes (...)”³⁰⁹

O comandante militar do *Moginquale e suas dependências*, em Dezembro de 1893, refere que a religião predominante é a maometana e que muito se sentia a falta dum missionário pela grande quantidade de crianças cujos pais desejam baptizar.³¹⁰

Enes refere, em 1893, que poucos são em Moçambique os estabelecimentos de catequização que se possam comparar com as missões. No entanto, o maometismo teimava em avançar utilizando meios mais adaptados “à organização psíquica e fisiológica das raças negras” e de carácter mais prático.³¹¹ Sublinha que os povos africanos têm que passar por diversos períodos até chegar àquele em que podem ser cristãos convictos.³¹²

O retrato dos islamizados, forjado pelos portugueses, descreve um perigo duplo – a sublevação militar e a ameaça comercial. O Marave que, no norte, combatia os portugueses, dispara contra eles, utilizando as Snyder que os árabes lhe haviam fornecido. O Marave e o Xequé da Quitangonha, Mollid Vollay tratam de igual para igual com o governo português.

³⁰⁷ Castel-Branco, 1891, p. 158.

³⁰⁸ Nas tentativas de sistematização de pontos de contacto entre o Islão que chegou e as práticas tradicionais africanas avultam, como conjuntos de intersecção plena, a poligamia, a circuncisão (com seguimento de nome muçulmano, no primeiro caso e sem ele, no segundo). Uma série de outros aspectos podem ser inventariados, como o fez Peirone – independentemente dos objectivos que enformam a sua análise e que abrangem vários aspectos da vida das comunidades, a saber “Crenças e culto”, “Moral”, “Lei”, “Educação”, “Ritos de passagem”, “Vida material”, “Vida social”. Peirone, 1967, pp. 185 e ss. Sobre os objectivos de proselitismo do autor é esclarecedora a leitura das «sugestões» que elabora no final da obra, depois da tentativa de “(...) conhecimento da alma ajaua não apenas *por fora*, mas *por dentro* (...)”. *Id. Ibid.*, pp. 195-198.

³⁰⁹ *Id. Ibid.*, p. 341.

³¹⁰ *B.O.*, 11/02/1893, nº 6, p. 97.

³¹¹ “(...) As práticas reduzem-se a ir à mesquita em dias festivos, porque as próprias orações da manhã e da tarde são dispensadas, não beber bebidas alcoólicas, não comer carne, usar sempre a calote e a cabaia brancas. Evidentemente, uma religião que se reduz a estas noções e a estes preceitos não chega a ser uma religião, e quase não tem acção disciplinar e educativa; todavia, prepara para uma doutrinação mais compreensiva, a que efectivamente são sujeitos os monhés que recebem instrução literária. A catequese muçulmana, ao menos a que pude analisar em Moçambique, tem graduações adaptadas às circunstâncias dos catequisandos. Aos analfabetos, aos homens de ganhar, que não têm tempo nem teriam resignação para estudar o Koran, quase não impõe senão manifestações formais de adesão; mas chama os filhos desses mesmos grosseiros adeptos às escolas, quase sempre abertas ao ar livre, escolas sem coacção, onde eles são iniciados e se iniciam uns aos outros, a brincar, em doutrinas do Islão que seus pais ignoram. Em Inhambane muitas vezes fui alvoroçar essas alegres ninhadas de crentes dando-lhes alguma rupia para repartirem entre si, e não podia abster-me de as comparar mentalmente com os bandos de crianças engoiadas, que tantas vezes tenho visto emparedadas em escolas sombrias, tremendo diante da fécula de façanhudos pedagogos. Ora, eu não pretendo inculcar à propaganda cristã os modelos de propaganda muçulmana; mas, coincidindo o contraste dos processos que uma e outra empregam com o contraste dos resultados que esta e aquela obtêm, afigura-se-me que a coincidência tem algum valor instrutivo.” Enes, 1946, p. 215.

³¹² “As leis naturais não admitem saltos nem transições bruscas.” *Id. Ibid.*, p. 216.

Para obviar a esta situação, o Governador-Geral começara por prender cinco suspeitos, um europeu, dois canarins, dois mouros proclamando o estado de sítio. Em Dezembro de 1896, na mesma campanha contra os Namarraes, junto à baía do Mokambo, pretensamente respondendo a alguns tiros, os portugueses queimam diversas palhotas, entre as quais uma mesquita.³¹³

O retrato dos negociantes “mouros” feito pelos portugueses, explica a extensão das dificuldades e estorvo que representavam com as suas lojas no mato, comercializando pólvora, muitos exercendo a actividade de negreiros e esquivando-se ao pagamento de imposto, claramente integrados no mosaico africano.³¹⁴ José Larcher, em 1898, chama a atenção para a necessidade de atrair os adeptos do Islão na Província de Moçambique, defendendo uma política que não se dirija contra qualquer religião, antes exerça propaganda “(...) livre de toda a violencia e d’aquellas conversões e baptismos em massa, que nunca converteram nem baptisaram ninguém.”³¹⁵ Segundo o mesmo autor, a ideia de pátria sempre é neles “nebulosa e imperfeita”.³¹⁶

Eduardo Lupi defende a ideia de que a ameaça islâmica não é tão intensa como por vezes se apresenta, já que, explica, a sua penetração para o interior é diminuta, residindo essencialmente nos portos do litoral, abundando as escolas de “*muinhé*”, a par das mesquitas e vestuário típico de gente arabizada na vila de António Enes ou na ilha de Angoche. Fora desses centros, essa influência esbater-se-ia, passando a rarear escolas, mesquitas, sendo o Alcorão mal conhecido e a cabaia e cofio apenas usados como traje de luxo.³¹⁷ Curiosamente, o autor usará contra os *muinhés* argumentos que são empregues, normalmente, contra os portugueses – o makhuwa dispensa-os nas suas transacções; não admira, compreende ou conhece a sua religião; conserva-se afastado dele por se lembrar da perseguição que sofreu; despreza-o por não viver no interior. Mas ainda sobre eles adianta que “(...) são nossos inimigos irreductiveis, mantendo contra os portugueses os mais arreigados sentimentos de hostilidade: teem-nos e hão de sempre ter, o velho ódio de raça, o secular odio de crença. (...)”³¹⁸

Também no domínio da instrução o Islão exerceu a sua influência, nomeadamente através da criação de escolas corânicas.³¹⁹ Como refere Brazão Mazula, em certas regiões

³¹³ *Id. Ibid.*, 1897, p. 36.

³¹⁴ *A Campanha contra os Namarraes...*, 1897, p. 6.

³¹⁵ Larcher, 1898, p. 9.

³¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 10.

³¹⁷ Lupi, 1907, p. 176.

³¹⁸ *Id. Ibid.*, pp. 179.

³¹⁹ Mazula, 1995, p. 127.

(...) o islamismo conseguiu estabelecer escolas corânicas, que funcionaram ao lado das grandes mesquitas, ensinando o Alcorão e, provavelmente, com um sistema de ensino em árabe. Sabe-se que, na reorganização do ensino de 1868 para as Colónias, empreendida por Rebelo da Silva, então Ministro da Marinha e Ultramar, constava o árabe entre as três línguas optativas nas escolas principais de instrução secundária”.

A língua é aqui nuclear.³²⁰ Além do kiswahili, língua franca na África Oriental, destaca-se a influência da língua árabe sobre o Ciyao e o Emakhuwa.³²¹

Nas escolas corânicas rentabiliza-se a compatibilidade com certas formas de vida africanas e que até à actualidade “(...) desempenharam papel essencial na propagação e protecção do Islamismo, na preservação de uma identidade local específica e na criação de uma cultura contra-colonial.”³²²

Em Fevereiro de 1885, Serpa Pinto alerta para o perigo que constitui o facto de a norte da Província se manterem relações estreitas com Zanzibar nos domínios comercial e político, tanto mais “perigosas” porquanto “os sovas e gente rica mandam já filhos e sobrinhos a educar a Zanzibar onde aprendem a ler e escrever o kissuaili com caracteres árabes”.³²³ Nas regiões vizinhas do rio Lurio “(...) sente-se que nada temos nem influencia, nem respeito nem auctoridade, e mais parecem terras árabes do que a parte mais importante e mais interessante do districto de Moçambique”.³²⁴

A escrita arábica tornou-se fundamental em grande parte da África oriental nos âmbitos religioso, político e comercial, enquanto a língua *kiswahili* aí se tornava franca.³²⁵

A existência de escolas corânicas em diversas regiões constitui pretexto para lembrar aos portugueses a importância de contrabalançar a situação com o reforço da presença europeia e os valores por ela veiculados. Os lamentos, contudo, pouco mais podem produzir que a simples constatação de uma influência islâmica enraizada e difícil de combater.

Com a expansão das «línguas da praia» ou *kiswahili*, algumas alterações se vão introduzindo entre os africanos, sem que estes tenham deixado de, por sua vez, influenciar a

³²⁰ “O árabe permanece como língua litúrgica dos muçulmanos e o Alcorão não é susceptível de ser recitado em tradução. Assim há normalmente uma influência do árabe nas outras línguas dos países islâmicos, mais nítida nas regiões próximas dos estados árabes e naquelas que, alguma vez, conheceram a dominação árabe. (...)” Farinha, 1971, p. 11. O mesmo autor regista que em Moçambique “(...) os «mualimos», ou mestres da religião islâmica, utilizam exemplares do Alcorão em árabe e em suaíli nas suas predicções.” Farinha, 1973, p. 7.

³²¹ *Id. Ibid.*, p. 17.

³²² Garcia, 2003, p. 280. O seu principal objectivo continua a ser a integração do indivíduo na sociedade islâmica; difundindo os valores de base do Islão, o ensino muçulmano é assim, por excelência, um agente de sociabilização num sistema social que se reclama da religião do Profeta. Em Moçambique e na Guiné-Bissau, o ensino corânico consiste numa aprendizagem do Alcorão em Árabe, verbalmente ou através da escrita em caracteres arábicos numa pequena tábua, para, depois, os alunos poderem decorar os versículos que repetem inúmeras vezes. Mas muitos não chegam sequer a aprender a ler e escrever. Porém, o estudo do Alcorão não é o único objectivo da formação. (...)” *Id. Ibid.* “Nas comunidades muçulmanas, a escola alcorânica introduziu um novo elemento na educação tradicional. Ensinou a ler e a escrever em árabe e ajudou a iniciar os seus alunos no mundo cultural da costa suaíli e, por conseguinte, nas vantagens do alargamento dos contactos e do comércio. A autoridade tradicional vigiava de perto.” Olivier e Fage, 1980, p. 382.

³²³ *B.O.*, 17/10/1885, nº 42, p. 338.

³²⁴ *Id. Ibid.*, p. 339.

³²⁵ Rita-Ferreira, 1989, p. 302.

cultura com que contactavam,³²⁶ sem que as suas marcas desapareçam no contacto com a cultura de matriz arábica, antes adaptando-a.

João de Azevedo Coutinho, quando se refere aos muçulmanos e ao problema da “instrução”, salienta que o

(...) que até certo ponto explica o ascendente incontestável, em dadas regiões africanas, da religião muçulmana e dos homens negros que a professam, sobre os seus iguais em cor e muitas vezes em raça, é a instrução que eles recebem.

Não existe de facto uma povoação de muçulmanos negros, em que não se encontre uma escola, e não haja um professor «monhé» que ministra ensino aos pequenos negros.

Todos sabem ler, ao menos, no Alcorão e todos contraem hábitos de relativa higiene e asseio que os outros negros, por completo ignoram ou desprezam.³²⁷

O Islão comporta uma determinada «disciplina». Os preceitos religiosos implicam uma dada organização, sistematizada num conjunto de regras, mas a implementação desses princípios é feita de forma variável, particularmente quando adoptada pelos africanos,³²⁸ cumprindo estes algumas obrigações, conservam aspectos como, por exemplo, as suas crenças animistas.³²⁹

O Islamismo apresenta importantes especificidades que contribuíram para a sua difusão e uma capacidade de adaptação aos usos de muitos povos da África Oriental.³³⁰ Importa igualmente considerar a eficácia dos centros de difusão do Islamismo, a relação favorável entre determinadas instituições muçulmanas e as tradicionais instituições nativas, a inexistente discriminação racial no “igualitarismo étnico muçulmano”, o dinamismo dos “comerciantes árabes, arabizados, muçulmanizados, mouros, marabus, de diversas confrarias”

³²⁶ “Durante os ritos da puberdade os rapazes passaram a ser submetidos à circuncisão, agora à maneira árabe; as raparigas eram enclausuradas a partir da adolescência e eram obrigadas a permanecer virgens até ao casamento; a religião de Maomé influenciou outras cerimónias da sociedade africana local que, por sua vez, introduziu no Islão práticas mágicas africanas, o culto dos antepassados, etc.” Medeiros, 1985, p. 10. Segundo o mesmo autor, exceptuando o “(...) período dramático do tráfico de escravos (século XVIII e XIX), as sociedades matrilineares impuseram sempre o seu ponto de vista naquelas e (noutras) questões, o que preservou a mulher da clausura oriental e de outras regras patriarcais.” *Id. Ibid.*, p. 11.

³²⁷ Coutinho, s.d., p. 67.

³²⁸ Diversos autores assinalam que o saldo seria uma espécie de «maometanismo primitivo» contendo limitações alimentares simples – proibição do consumo de carne de porco, autorizando a poligamia, e encorajando a adopção de certos factores externos como o uso de barbas, cabaia comprida e *muti*.

³²⁹ “(...) Se se teve razão em salientar a relativa “simplicidade” do Islão e a sua maior adaptabilidade às culturas das terras africanas, tal não permite concluir que as conversões fossem rápidas e maciças nesta fase inicial. Para Raymond Mauny: “O Islão (...) era uma religião simples, fácil de adaptar por um negro, já preparado para aceitar porque circunciso e polígamo em geral, e constituía um seguro sobre a vida e a liberdade, o que não era de desprezar numa época em que era não somente lícito, mas meritório para os muçulmanos, declarar guerra santa às comunidades pagãs. De resto nada impedia, uma vez satisfeitas as práticas exteriores, que os novos convertidos conservassem as suas crenças animistas” *Id. Ibid.*, p.520.

Estas “práticas exteriores” eram as obrigações - os “cinco pilares” - reconhecidos por todos os muçulmanos:

- A sahada ou declaração pública (“Não há outro deus além de Alah e Muhammmad é o seu profeta”); - A salat ou oração ritual recitada cinco vezes por dia; - O jejum do ramadão, uma vez por ano; - O zakat ou esmola para prover às necessidades dos pobres e dos órfãos; - O hadj ou peregrinação a Meca, uma vez na vida, no caso de se possuir os meios para tal.” M’bokolo, 2003, p. 133. Sobre o mesmo assunto veja-se Gonçalves, 1958, p. 26.

³³⁰ Entre os mouros ou proto-muçulmanos com uma prática mais ortodoxa e dispostos ao longo do litoral norte; os monhés ou muçulmanos, essencialmente comerciantes, oriundos da Índia e Paquistão em várias regiões – Quelimane, Beira e Inhambane; uma outra comunidade procedente de uma fixação inicial na África do Sul mais presente no final do século no sul de Moçambique; os Ajauas que quando convertidos ao Islão mantêm, na sua essência, muitas marcas da sua vida anterior à adopção das cerimónias e usos islâmicos. “(...) Aqueles povos não procuravam o domínio territorial. Ocupavam as ilhas, onde encontravam abrigo das invasões dos “cafres guerreiros” do continente, iniciando depois o comércio com a Costa e ao longo desta, bem como com a Arábia e a Índia. O encontro de culturas deu origem a uma mestiçagem que, sendo africana, possuía traços distintos da massa autóctone, sendo esta a solicitar aos comerciantes que trouxessem rapazes para casarem com as suas filhas. (...)”. Garcia, 2003, p. 279.

e a “concessão de certas dignidades «eclesiásticas» ou “o «prestígio do balandrau»”, que são, entre outros, aspectos que favorecem a difusão da doutrina em África.³³¹

No início do século XIX, acentuar-se-iam as vantagens da missionação islâmica e

(...) se é certo que o movimento de missionação de todas as confissões religiosas se desenvolveu também de um modo notável, não é menos certo que ele em pouco veio contrariar a acção religiosa do islam, pois é sabido que o negro aceita muito mais facilmente a sua doutrina como mais conforme às suas primitivas instituições e usos, mais acessível por material, mais prática por mais simples e fácil”,

o que acabaria por redundar num

(...) recrudescimento em todas as suas manifestações, independentemente do exercício do domínio territorial; difusão da religião por toda a costa e continente até aos lagos e à bacia do Lugenda, com a consequente adopção da instrução, dos usos e dos costumes; largo cruzamento com o indígena sobretudo na costa; formação de uma camada de indivíduos mestiços com porção variável de sangue árabe, mais instruídos e mais rigorosos observadores da religião, os quaes assumem lugar importante entre os indígenas.³³²

O Islamismo não escapa, em certas regiões de Moçambique, a uma influência local que parece alterar alguns dos aspectos básicos da sua prática ortodoxa. Nas regiões do Lurio, Pemba, Quissanga, Ibo, Mocimboa, os “índios mouros” possuem mesquitas e cemitérios para uso exclusivo, religiosos que vêm da Índia, seguindo estritamente as normas do Alcorão, abstendo-se de determinados alimentos e do vinho; já os indígenas, professando a mesma religião, fá-lo-ão separadamente e as suas mesquitas

(...) não passam de palhotas maticadas destinadas exclusivamente a esse fim, sem forma alguma exterior do templo; seguem as práticas do islam com menor rigor, muitos d’elles bebendo vinho, e as reuniões nas mesquitas são menos frequentes que entre os índios, as rezas e leituras dos livros santos menos completas e perfeitas pela ignorância em que a maior parte está das línguas árabe e guzerate ou falta dos mesmos livros. A mesquita é mesmo, antes um lugar de reunião e de ociosidade do que um lugar santo.³³³

³³¹ *Id. Ibid.*, pp. 68 e ss. A esses factores, junta José Júlio Gonçalves, baseando-se num documento da Santa Inquisição de Goa, *edital contra as práticas pagãs dos cristãos de Moçambique, portugueses, canarins e cafres* (1771) o facto de o cristianismo estar absolutamente cafrealizado e sujeito às influências de feitiços e formas africanas de devoção, o que jogaria a favor do islamismo. *Id. Ibid.*, pp. 211-212. Entre as especificidades da organização religiosa islâmica que facilitam, por seu turno, a adaptação dos africanos conta-se “(...) a inexistência de uma classe sacerdotal entre os muçulmanos, ao invés do que sucede entre os cristãos, permite uma maior maleabilidade nas práticas rituais e na interpretação do Texto Sagrado, o que explica a tolerância muçulmana em relação às práticas animistas das populações de certas zonas da África Negra.” Farinha, 1971, pp. 11-12. O mesmo autor lembra que “(...) a distinção entre povos árabes e muçulmanos surge hoje muito nítida. Os primeiros são os detentores da língua árabe e consideram-se os herdeiros da cultura tradicional de expressão arábica.” *Id. Ibid.*, p. 10.

³³² Vilhena, 1910, p. 179.

³³³ *Id. Ibid.*, p. 184. No entanto esclarece que a influência do islamismo se processa também pela instrução, por vezes através do swahili em caracteres arábicos e à leitura dos livros da religião. Instrução cuja difusão está a cargo dos xerifes. Swahili que, de resto, é língua franca na costa, de Angola para o norte. “Um dos resultados sensíveis da influência islâmica é precisamente a difusão da instrução e a necessidade que hoje tem todos os chefes de se instruírem e fazerem instruir os seus próximos na escripta e leitura, para o que chamam muitas vezes gente da costa. É vulgar manterem relações entre si, e com as auctoridades pela escripta, o que se não dá para o sul da província onde os chefes são por completo illetrados. *Id. Ibid.*, p. 185.

De um modo geral, quer o Islamismo quer o Cristianismo foram adaptados pelos africanos à sua própria cultura “(...) onde séculos de desenvolvimento interno haviam preparado ambientes sociais propícios à sua recepção e posterior adaptação”.³³⁴

Sob a influência dos chefes de caravanas procedentes de Zanzibar, diversos núcleos costeiros formaram-se no litoral moçambicano. Mantêm contacto com centros homólogos nas costas suaílis, e ligam-se aos africanos através dos mecanismos do casamento e clientelismo.³³⁵

No distrito de Cabo Delgado, os representantes da Igreja Católica são criticados por exigirem aos africanos

(...) quantias, que elles nunca possuiram, para os casarem, baptisarem seus filhos, ou lhes prestarem os derradeiros serviços, que os vivos, e mui principalmente os ministros da religião, têm o restricto dever de tributar aos mortos.

«E d'ahi resulta abraçarem os negros (entrando nesse numero quasi todos os escravos dos christãos) á religião mahometana, cujos sectarios, sem lhes exigirem a minima retribuição, os *fanam* ou circumcidam com grande pompa, mas sempre no sertão e longe da acção da auctoridade. Para esse fim tocam os mouros, em certa epocha do anno, uma especie de gaita, cujo toque é conhecido pelos negros, que fogem logo - para o mato, aonde ficam muitos, e outros só de lá regressam passados mezes. (...) «E como os negros não sabem discriminar, entre homens e religião, julgam a catholica mui inferior á mahometana; para o que concorre tambem uma razão mui poderosa entre elles: a sagacidade dos mouros em fazer persuadir ás negras, que o negro incircumciso não é homem, aguçando assim o desprezo daquellas, contra os que não seguem as practicas do mahometismo.»³³⁶

As lendas e costumes presentes no Norte de Moçambique reflectem também a influência islâmica.³³⁷

2.6. Os banéanes e o conhecimento das práticas comerciais

Os banéanes em Moçambique, de origem hindu e jaina, assinalaram a sua presença no território através do controlo da actividade comercial.

Acúrsio das Neves, referindo, em 1830, que o comércio entre Moçambique e Portugal é praticamente nulo e que com a Ásia se encontra muito enfraquecido,³³⁸ situa a entrada dos

³³⁴ Iliffe, 1999, p. 55. O autor considera como principais tópicos do que classifica como a «sociedade de colonização» na África Oriental: “a colonização da terra, o controlo da natureza, a expansão das populações e a consolidação das sociedades”. *Id. Ibid.*, p. 129.

³³⁵ Newitt, 1997, p. 247.

³³⁶ Machado, 1855, p. 17.

³³⁷ O que se prolonga no tempo, já que segundo vários autores portugueses e em função das preocupações da época específica em que escrevem, deveria ser objecto de preocupação uma vez que tal “(...) influência é altamente nociva para o nosso prestígio, pois, moralmente, os indígenas sofrem muito mais influência dos monhés do que dos Portugueses.” Lima, 1943, p. 56.

³³⁸ Neves, 1830, p. 292.

baneanos no comércio de Moçambique no ano de 1687.³³⁹ No balanço sobre as actividades destes últimos refere que o país

(...) em geral não seria prejudicado, se os Banianes se fixassem, e domiciliassem nelle, porque ahi ficavão os capitaes, mas o que elles fazião era tirar-lhe a substancia, e transportalla para a sua pátria. Hoje he necessário considerar estes homens com vistas mui diversas; porque são quasi os únicos agentes das permutações do paiz, e não há nacionaes que na sua falta os podessem substituir.³⁴⁰

Também sobre essa mesma comunidade, Manuel Ribeiro menciona negativamente a *rua dos baneanos* na cidade de Moçambique, “foco de infecção e de dinheiro”, juntando que a entrada recente de franceses e outros estrangeiros limita a sua actividade comercial - compra de fazendas no local e a sua venda por grosso e a retalho.³⁴¹

Os portugueses frisam que os baneanos controlam o comércio e fazem-no em proveito da sua terra de origem e contra os interesses europeus. Normalmente culpam os asiáticos por todos os males da economia da colónia de Moçambique: “Compare-se o rendimento e prosperidade da província de Angola, onde não há traficantes asiáticos com o commercio enfesado e rachitico dos mouros, banianes, bathiás e parses em Moçambique.”³⁴² Também a essa “praga da provincia de Moçambique” se refere Serpa Pinto em 1885, já que, ao contrário dos europeus, abdicam de todo o conforto material, ainda que não abandonando “a idêa da mãe patria”, para onde enviam os seus lucros na mira de os gozar posteriormente. Os negociantes da Índia, “(...) sejam baneanos, sejam batiás, parses ou mouros” encontrar-se-iam, pois, em situação completamente diferente dos europeus.³⁴³

Para o Governador de Distrito de Inhambane, em 1889, o problema do comércio reside no facto de ser inteiramente controlado pelos mercadores asiáticos, que tudo absorvem, nada despendendo, fazendo “terrível concorrência” ao comércio europeu, que com eles não pode competir. Isso explica que as casas europeias em Inhambane não vão além das feitorias francesas, uma casa holandesa e as de Figueira, Guita, Miguel Augusto da Silva, Artilheiro, Roza e Assumpção.³⁴⁴

Em 1891, registam-se algumas transformações no comércio. O uso de carregadores por conta dos colonialistas vinha cedendo lugar ao “comércio livre do preto”, organizado em caravanas interceptadas pelos negociantes europeus que as esperam e conduzem os viajantes à casa comercial que servem, alojando-os em locais próprios, alimentando-os, presenteando-os com aguardente, cobertores, pólvora e outros bens enquanto decorrem as negociações. Este

³³⁹ *Id. Ibid.*, p. 299.

³⁴⁰ *Id. Ibid.*, p. 301.

³⁴¹ Ribeiro, 1882, p. 17.

³⁴² Lapa, Ferreri e Castro, 1889, p. 29.

³⁴³ *B.O.*, 17/10/1885, nº 42, p. 337.

³⁴⁴ *B.O.*, 8 de Março de 1890, nº 10, p. 130.

foi um expediente encontrado para contornar as dificuldades com carregadores e percursos,³⁴⁵ assim como relativamente à concorrência com os asiáticos.³⁴⁶

Também Perry da Camara alude aos *baneanes* e *batiás* como elementos que inviabilizavam o desenvolvimento do distrito.³⁴⁷ Vivendo miseravelmente, em muito baixas condições, fornecem-se directamente da Índia e concorrem entre si num jogo de que o europeu fica excluído. Não tencionando fixar-se, regressam ao seu país com a riqueza arrecadada. De forma um pouco paradoxal, alguns autores defendem que o português acaba por constituir uma alternativa aos dois principais tipos de comerciantes, os asiáticos, astutos e económicos, e os outros europeus, ilustrados, ricos e activos. A sua vantagem residiria nas pretensas melhores relações com os negros e numa maior resistência climática relativamente aos povos do norte, o que permitiria algumas rápidas fortunas.³⁴⁸

Ayres de Soveral deixa-nos a sua opinião sobre baneanes e negros referindo que na cidade de Moçambique e contrastando com a agradável aparência geral de ruas e edifícios “(...) cada casa de baneane, parse ou mouro, é um foco de infecção, e felizes dos habitantes de Moçambique quando chegar o dia em que façam aos baneanes o que fizeram aos pretos, expulsando-os do bairro europeu.”³⁴⁹

Os asiáticos são responsáveis por uma boa parte da actividade comercial em diversas localidades. Em Maio de 1890, a Mala Real Portuguesa tocou Tungue, pela primeira vez, o que, segundo o comandante militar, alferes José Gonçalves Barriga, “fazia uma grande falta e transtorno ao commercio”³⁵⁰ e, no mês seguinte, descreve o comércio como animadíssimo, tendo-se já estabelecido na vila 14 negociantes, esperando-se dois do Ibo, um de Moçambique e uma feitoria francesa.³⁵¹ No mesmo comando militar da Baía de Tungue em Palma, no mês de Março de 1891, refere-se a animação do comércio com a chegada de Zanzibar, a fim de se estabelecerem na vila, dos negociantes Hirju Mereally, Abdullá Allakariá, Jaffer Mereally, Rahimutula Allakariá e Mangy Grelam.³⁵² O negócio continua muito vivo em Maio desse

³⁴⁵ Castel-Branco, 1891, p. 58.

³⁴⁶ Agrupados sob o termo monhés que “(...) englobava tanto os *baneanes*, hinduístas, originários majoritariamente do Guzarate, quanto os *mouros*, seguidores do islã, quer fossem eles omanitas ou originários da Índia sob domínio britânico.” Zamparoni, 2000, pp. 192. Segundo o mesmo autor, os hinduístas não disporiam de quaisquer edifícios dedicados ao culto religioso enquanto os “maometanos, em sua maioria sunitas” erigiram a suas próprias custas uma mesquita na Rua da Gávea em 1887. *Id. Ibid.*, p. 210.

³⁴⁷ Camara, 1893, p. 11.

³⁴⁸ Castel-Branco, 1891, p. 60-61. Referindo-se aos banianes, Rita-Ferreira salienta como factores de vantagem concorrencial que redundava em preços muito competitivos: as “nulas exigências em matéria de conforto”; a “maior resistência contra a malária”; atingindo os mais remotos locais, vivendo conjuntamente com as populações e dominando as suas línguas. Rita-Ferreira, 1989, pp. 309.

³⁴⁹ Soveral, 1887, p. 13.

³⁵⁰ B.O., 21 de Junho de 1890, nº 25, p. 278.

³⁵¹ B.O., 19/07/1890, nº 29, p. 324.

³⁵² B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 178.

ano, mas a alfândega não pode obter maiores rendimentos, porque falta a carreira de vapores para Zanzibar, onde a maior parte dos negociantes têm os seus agentes principais.³⁵³

O Governador de Cabo Delgado menciona, nesse mesmo ano, que o comércio estava mais enérgico, apesar de se continuar a sentir a falta de carreira regular de paquetes, que prejudicava os negociantes já sem produtos para trocar com os indígenas.³⁵⁴

Corria o mês de Dezembro de 1893 quando, no comando militar do Rovuma, se foi estabelecer, em Coanuno, um mouro, caixeiro de Simba Ibraimo de Palma, e alguns outros negociantes de Palma e Mikindane.³⁵⁵

Tendo em vista o sonho de «nacionalização» do comércio do interior e para desalojar o comerciante asiático, havia mesmo quem advogasse a necessidade de um acordo com o governo inglês, por ser dessa nacionalidade a maioria dos asiáticos da Índia inglesa.³⁵⁶

Coexistem, apesar de tudo, diversas opiniões sobre o verdadeiro papel das comunidades asiáticas. Em 1893, António Enes salienta a sua actividade e as vantagens naturais de que dispõem relativamente a toda a concorrência, constituindo “(...) *maçonarias* dentro da liberdade e da concorrência mercantis; ajudam-se, fazem costas uns aos outros, empreendem operações em comum.”³⁵⁷ Considera-os, no entanto, necessários e úteis.³⁵⁸

Não seriam a administração e a legislação produzida a modificar de forma decisiva as condições de vida em Moçambique na segunda metade do século XIX, porque assim como

(...) não foram as medidas administrativas que acabaram com a escravatura e com o seu tráfico, também não foram elas que proporcionaram a instalação do estado colonial moderno em Moçambique. O primeiro executor dessa transição foi o capital de plantação que se precipitou sobre o terreno quando a circunstância internacional exigia a sua “ocupação”, isto é, a uma colonização efectiva.³⁵⁹

As mudanças de final de século na região acabariam por não afectar seriamente a actividade destes negociantes exímios e dotados de uma adaptabilidade a novas situações que constituiu vantagem importante. A partir de 1895 e mercê das leis do Transvaal, limitadoras para a comunidade indiana, muitos dos seus membros deslocam-se para Moçambique, onde, apesar da segregação a que eram votados, a situação lhes seria um pouco mais favorável.³⁶⁰

³⁵³ B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 297.

³⁵⁴ B.O., 23/05/1891, nº 21, p. 207; B.O., 29/09/1891, nº 39, p. 593.

³⁵⁵ B.O., 7/02/1894, nº 7, p. 81.

³⁵⁶ Ornellas, 1902, p. 20. Esclarece ainda o autor que: “É do isolamento no matto, livre de concorrência, livre sobretudo de qualquer fiscalização que o monhé ou baniane tira os seus maiores lucros.” *Id. Ibid.*, p. 22.

³⁵⁷ *Id. Ibid.*, p. 53.

³⁵⁸ *Id. Ibid.*, p. 58.

³⁵⁹ Capela, José, «Moçambique no Século XIX» in *o Império Africano (Séculos XIX-XX)*, 2000, p. 128.

³⁶⁰ Zamparoni, 2000, pp. 193. O mesmo autor, baseando-se no censo de 1894 aponta para Lourenço Marques a existência de 245 *indianos*. Baseado no mesmo censo refere ainda a existência de uma pequena comunidade “marginalizada” chinesa em Lourenço Marques de 36 adultos homens, uma mulher e duas crianças chinesas. *Id. Ibid.*, p. 200.

A educação do baneane privilegiava a experiência e a prática, aspectos a que aliava a abertura à mudança e a adaptação a novas situações. O «ensino rigoroso e sistemático» recebido desde a infância, a destreza em matérias como a aritmética e o cálculo mental permitiam-lhes estabelecer com facilidade “câmbios e equivalências entre diferentes pesos e medidas, achar percentagens, calcular taxas de juro ou avaliar rapidamente ganhos e perdas numa operação mental”. Às capacidades de domínio da escrita e cálculo somavam-se os conhecimentos da experiência resultante da observação e participação nas actividades familiares, num processo em que simultaneamente se prepara a actividade profissional do comerciante baneane.³⁶¹ Os mercadores baneanes e os muçulmanos procuravam transmitir preceitos das suas religiões em «escolas» apropriadas, segundo determinadas regras, pois

(...) os baneanes limitavam o ensino às crianças indianas pertencentes à sua própria casta, enquanto os muçulmanos de Moçambique encaravam a educação nas mesquitas e nas *madraças* - as escolas corânicas – como um veículo poderoso e de certa forma popular, ainda que bem disciplinado e regulamentado, para a conversão do maior número de crianças e adultos negros.³⁶²

³⁶¹ Antunes, 2001, p. 296 e ss. e p. 371. O autor assinala ainda a necessidade de conhecer “(...) as leis básicas por que se regia o comércio africano, o qual, não obstante proporcionar lucros elevados, comportava igualmente enormes riscos.” *Id. Ibid.*, p. 302.

³⁶² “À semelhança das *madraças* localizadas na costa suaíli a norte do Cabo Delgado, as escolas corânicas que existiram nas povoações subordinadas ao sultanato de Angoxe, ou nos aglomerados islamizados mais importantes, como Sangage, Quitangonha, e Sancul, deveria aprender-se, para além da explicação e interpretação do Livro sagrado e das leis e regras da vida quotidiana, algumas noções básicas da língua árabe para recitar o Alcorão e os rudimentos da matemática. (...)”. Antunes, 2001, p. 296 e ss. O mesmo autor assinala ainda a necessidade de conhecer “(...) as leis básicas por que se regia o comércio africano, o qual, não obstante proporcionar lucros elevados, comportava igualmente enormes riscos.” *Id., ibid.*, p. 351.

3. A soberania portuguesa e a relação dos africanos com os colonialistas

3.1. Objectivos, projectos, acções da presença portuguesa

Perante os limites e dificuldades da soberania portuguesa, o recurso aos africanos para assegurar as necessidades dos europeus era fundamental. A dependência era quase total, tanto ao nível alimentar, como nas deslocações e na segurança. Estes núcleos – de «europeus» improvisados, com fracas infra-estruturas de apoio, escassas possibilidades de defesa, vivendo nos limites da dependência – eram tolerados na medida em que se adequassem aos interesses africanos, lhes fossem úteis. Manobráveis.

A imagem que circula na Metrópole quanto às possessões ultramarinas é, a maior parte das vezes, superficial. Uma ideia muito imprecisa quanto à realidade das possessões africanas. Na única referência que faz a Moçambique, uma enciclopédia para uso escolar de meados do século XIX descreve, de forma optimista, que o governo da colónia “domina em todo o território compreendido entre a Bahia de Lourenço Marques, e o Cabo-delgado.”³⁶³

Ainda que não exclusivas dos portugueses, a propaganda, a mitificação, a irracionalidade e o simplismo estão presentes em muitas ideias da época sobre as colónias. As informações veiculadas pelos estrangeiros sobre o domínio dos portugueses e o bom acolhimento que os primeiros pretensamente receberiam na colónia constituem a justificação para o enaltecimento feito pelos escritores lusitanos às qualidades e merecimento das acções de Portugal.³⁶⁴

Joaquim Mendes de Vasconcellos e Cirne, referindo-se à precariedade dos portugueses nas primeiras décadas do século XIX, na região da ilha de Moçambique, explica que os sertões estão subordinados a reinos independentes que fazem continuamente guerra à capital, exigindo presentes dos moradores e roubando as fazendas que transitam.³⁶⁵

As opiniões sobre a política de alianças dos portugueses com poderosos locais dividem-se. Mesmo quando reconhecendo a utilidade de tais expedientes, muitos relatores não deixam de revelar certa apreensão perante a perspectiva ameaçadora dos grandes poderes que se vão formando. Sobre as vantagens e desvantagens dessas alianças alerta-se, frequentemente, para os perigos da “(...) *politica*, que durante muito tempo prevaleceu, de se servir dos *capitães*-

³⁶³ *Encyclopedia das Escolas d'Instrução Primaria...* 1857, p. 273.

³⁶⁴ *Id.*, *Ibid.*, 1857, p. 285.

³⁶⁵ Cirne, 1890, p. 6.

móres e musungos, como porta-bandeiras da nossa nacionalidade, sertões a dentro de Moçambique”.³⁶⁶

Mesmo as formalidades com que se celebram as alianças não deixam de denotar um carácter meramente simbólico. Numa relação nominal dos Xeques e Capitães-mores do distrito de Angoche em 1886, estes são descritos pelo seu nome, localidade, influência pessoal, data das nomeações e condições a que se obrigaram. Dos 37 Xeques que teriam anuído a auxiliar os portugueses, apenas dois deles, Mucussa-muno, residente na localidade de Nagulué, e o Capitão-mor Amade Amudá se comprometeram a defender o governo com a sua gente armada, recebendo bandeira para ser hasteada na sua povoação. Os Xeques dividem-se em categorias quanto à influência que possuiriam, respectivamente: “pouca”, “alguma”, “bastante”, “grande”.³⁶⁷

Transferido para o lugar de Governador de Cabo Delgado em Abril de 1889, João Manuel Guerreiro de Amorim, em Agosto, inventaria as dificuldades encontradas, como a de exercer qualquer poder a partir de uma ilha e o facto de os portugueses apenas disporem de autoridade em Mocimboa e Palma, a que acresce a falta de estradas e comunicações seguras com o interior, insegurança para o comércio e sujeição às “impertinências” dos régulos e potentados. Soma-lhes a ineficácia perante o “contrabando”, a escassa força militar, a necessidade de várias reparações, de hospital e barcos a vapor. Isto, apesar de haver “(...) no districto, umas auctoridades, conhecidas com os nomes de capitães-móres e sargentos-móres (...)”,³⁶⁸

Em Inhambane, no ano de 1890, e já decorridos dois anos após o fim dos capitães-mores, o Governador de Distrito explica que os indígenas continuavam a neles reconhecer os seus chefes – conhecedores dos costumes e línguas cafreais – e a eles recorrer antes de o contactar.³⁶⁹

Em 1885, o Governador do distrito de Tete, major Luiz Joaquim Vieira Braga, lembra que, mesmo parecendo boas as relações com os régulos, dificilmente deles se consegue qualquer serviço ou colaboração,³⁷⁰ apesar da imprescindibilidade do auxílio de cabos e régulos para abertura de estradas e outras tarefas.³⁷¹

Uma vez que as forças portuguesas eram débeis, procede-se à distribuição de cargos pelos régulos – capitão-mor ou xeque “segundo seus desejos ou conforme a tradição”, para

³⁶⁶ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 130.

³⁶⁷ A lista completa xeques é assinada pelo Governador Interino Paulo Julio, major. Secretaria do Gov. Dist. Angoche, 4/01/1886, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 3 (4), doc. 1.

³⁶⁸ *B.O.*, 30/09/1889, nº 39, p. 590.

³⁶⁹ *B.O.*, 8/03/1890, nº 10, p. 130.

³⁷⁰ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 493.

³⁷¹ *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317.

além dos ajudantes que aqueles propunham aos portugueses.³⁷² Às nomeações sucediam-se, muitas vezes, os excessos contra quem os havia nomeado, o que deixava apenas como forma de castigo a aplicar-lhes o expediente de lançar contra eles outros régulos e tentar exonerá-los.³⁷³

Na opinião de David Rodrigues, no distrito de Moçambique nunca teriam existido régulos poderosos, mas a ausência de brancos fortalecia-os.³⁷⁴ Obrigavam-se os portugueses a, para fazer valer direitos acordados, intervir junto dos poderes locais como lhes era possível, tentando provocar discórdias entre estes.³⁷⁵

Em 1891, Renato Baptista, em expedição a partir da Beira, declara ter observado «vátuas» a receber tributos e a distribuir bandeiras nacionais, alertando para que não deveriam os portugueses equivocar-se, porquanto tais manifestações não visariam senão valer aos mesmos a possibilidade de, sob influência dos coloniais, tranquilamente arrecadarem as suas receitas e obterem rapazes e raparigas.³⁷⁶ O mesmo autor inclui na sua obra um relatório do tenente Veiga da Cunha, facultativo da expedição, incumbido do serviço sanitário e que, perante a oportunidade de estudar a vida em África e aproveitando a sua competência médica, elaborou um registo escrito. Sobre os régulos na região de Sofala assinala a sua independência, não pagando tributo, indiferentes às necessidades da expedição, impondo contratos com condições humilhantes e só temendo o Ngungunyane. Refere as relações com as gentes de Unguaranguara, marcadas por intermináveis discussões perante a mais pequena questão, exigindo que os pagamentos de qualquer serviço fossem sempre feitos adiantadamente, fornecendo cada régulo dois carregadores por quatro braças de pano a cada um.³⁷⁷ Os «vátuas» exigem de Mexamedja pesados tributos, humilhando-o, e a bandeira portuguesa é uma forma de Ngungunyane afirmar o seu poder.³⁷⁸

Nas fontes coevas são frequentes as notas de lamento sobre a antiga grandiosidade da nação e a posterior decadência das possessões portuguesas, onde os habitantes continuam a esperar por algo que não encontra resposta por parte da Metrópole. Resposta reclamada pelo estado de localidades como Moçambique, que, da grandeza de outrora, mais não eram, no estado actual, que “miseráveis aldeias”.³⁷⁹ O papel de Portugal em Moçambique caracterizar-

³⁷² Rodrigues, 1910, p. 48.

³⁷³ *Id. Ibid.*, p. 51.

³⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 49.

³⁷⁵ *Id. Ibid.*, pp. 40-41.

³⁷⁶ Baptista, 1892, p. 6.

³⁷⁷ Relatório do tenente Veiga da Cunha in Baptista, 1892, p. 64.

³⁷⁸ *Id. Ibid.*, p. 83-84.

³⁷⁹ Machado, 1855, pp. 2-3.

se-ia pela incapacidade de controlar, dominar e de povoar, tardando o povoamento por famílias europeias.³⁸⁰

Os colonialistas desconhecem o território em várias das suas regiões, ainda que não muito afastadas dos centros principais. Serpa Pinto, na qualidade de chefe da expedição científica Pinheiro Chagas nota, em Fevereiro de 1885, na região da Matibane, que é esse “(...) paiz tão pouco conhecido ainda que tão próximo (...) da capital da provincia”.³⁸¹ De resto, um aspecto que será frequentemente sublinhado por diversos autores ao longo do século reside no carácter vago das informações disponíveis quanto à dimensão da superfície de Moçambique.³⁸²

A ocupação pacífica, em 1855, do arquipélago de Bazaruto e o reconhecimento do potentado Maurere merecem na Metrópole o agrado mas também a prudência nas relações com os vizinhos.³⁸³ A situação era, neste ano, muito frágil, quando Manukusse dominava do Maputo ao Zambeze. Mesmo nas zonas que formalmente eram controladas pelos portugueses, a autoridade era questionada por distúrbios e revoltas frequentes, casos das guerras da Zambézia em 1850, 52, 55, e novas revoltas em 1857, 58.³⁸⁴ Em 1865 estariam reabertas as hostilidades com o Bonga, que se recusava a pagar o imposto do *mussoco* ao arrendatário do prazo. Em Massangano, o Governador Miguel de Gouveia e as suas forças seriam massacrados. O mesmo viria a acontecer a uma expedição organizada a partir da Metrópole em 1868. No ano seguinte, o major Oliveira Queiroz, a caminho de Massangano, seria atacado em Bandar e obrigado a retirar. Ainda em 22 de Novembro desse ano, chegaria a Massangano uma força comandada pelo major António Tavares de Almeida que, após alguns dias de refrega, não consegue dominar os africanos. Incapazes de subjugar o Bonga, os portugueses conformam-se assinando, em 1876, a paz, considerada indigna por Castilho.³⁸⁵ E os conflitos reacender-se-iam. Ao Bonga Inhamisinga, falecido em 1886, sucederia Chatára que, no ano seguinte, ataca as forças de Manuel António, no Luenha.³⁸⁶

Na década de 70 as posições portuguesas eram extremamente fracas e a sua manutenção dependia da correspondente importância comercial.³⁸⁷

³⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 28.

³⁸¹ *B.O.*, 17/10/1885, nº 42, p. 336.

³⁸² Oliveira Martins *O Brasil e as colónias portuguesas*; a *Geographia Geral* de Raposo Botelho; a *Revue Militaire Étrangère*, de 1895; refere informações de alguns africanistas. Junior, 1896, pp. 91-92.

³⁸³ Paço, 19/06/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., pp. 267-268.

³⁸⁴ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...*, 1902, p. 120.

³⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 125.

³⁸⁶ *Id. Ibid.*, p. 130.

³⁸⁷ Covane, 1989, p. 529. Referindo-se a Lourenço Marques assinala que as formações políticas africanas «dominadas» pelos portugueses não passavam de relações de conveniência e o pagamento de tributo pelos africanos era “(...) assumido pelos chefes «vassallos» não como um dever, mas sim como uma modalidade especial de comércio ou de troca de presentes.” A influência dos europeus sobre o «hinterland» de Lourenço Marques e Inhambane era muito limitada. *Id.*, *ibid.*, p. 530.

Em 1873, Sá da Bandeira, em jeito de balanço sobre as colónias, defende que, apesar de tudo, todas teriam vindo a melhorar na legislação, no aumento do número de municipalidades, na instituição dos prazos da coroa, na ocupação das ilhas de Bazaruto, do porto de Angoche e abertura dos portos de Moçambique a naturais e estrangeiros.³⁸⁸ Em 1882, também Manuel Ribeiro sublinha a necessidade de mudar a capital da ilha de Moçambique para continuar a colonização. A manutenção naquele local, “afastados do continente”, esquecendo os outros portos da colónia, faria perigar a posição global portuguesa, encontrando-se, afinal, as autoridades afastadas dos povos que deveriam administrar.³⁸⁹

Por altura da morte de Muzilla, em 1884, a situação portuguesa no distrito de Sofala limitava-se à posse da fortaleza de S. Caetano e à das ilhas de Chiloane e Bazaruto.³⁹⁰

O Governador de Distrito de Cabo Delgado refere os muitos pontos em que a soberania portuguesa se não exerce para o interior, nomeadamente no lago Niassa onde não existem autoridades “(...) nem tão pouco uma missão evangélica portuguesa, vivendo sobre si no estado selvagem as tribus *macua*, *maconde*, *mujaua*, *muiza*, *mafite* e outras de mistura, principalmente no litoral, com o elemento mouro.”³⁹¹ Do imenso território que constitui o distrito apenas está ocupada uma série de pontos do litoral, já que no interior se não encontram escolas, missionários, igrejas,

(...) nem tão pouco essas autoridades, régulos mais ou menos poderosos, cheques, &, na mor parte de raça árabe e macua, tem educação adequada, ou conhecem as nossas leis, ou possuem os princípios (mais vulgares de administração ou outra instrução, que os torne aptos para os cargos que exercem, e ainda carecem do prestígio para se fazerem respeitar e obedecer: não merecem confiança.³⁹²

3.1.1. O desconhecimento do território pelo ocupante colonial

Na segunda metade do século XIX, amplas extensões de Moçambique permanecem totalmente ignoradas pelos europeus.

A 31 de Maio de 1854, o requerimento do Dr. Jacques Nicolau de Salis Celerina, Físico-Mor de Moçambique (transferido entretanto para Angola), tem o objectivo de efectuar uma expedição científica de exploração dos sertões entre as costas oriental e ocidental. Recebe parecer favorável, sendo-lhe concedido o pagamento de vencimentos no período correspondente a essa expedição, contagem para efeito de tempo de serviço, a

³⁸⁸ Bandeira, 1873, p. 115-117. Segundo a definição de “colónia” que considera, observa que só as ilhas de Porto Santo, Madeira, Açores e Brasil é que o terão sido verdadeiramente. Definição baseada no *Webster, Dictionary*, New York, 1830, “«Colónia é um corpo de povo transportado da sua patria para um paiz remoto, para o cultivar e habitar, ficando sujeito á jurisdição da mãe pátria.»”. *Id., Ibid.*, p. 116.

³⁸⁹ Ribeiro, 1882, pp. 21-23. Voltará a defender esta ideia de mudança para uma nova capital servindo os vastíssimos territórios da “África zambeziana” assinalando que a sua localização no início dos anos 80 mais não era que a de um entreposto comercial. *Id., Ibid.*, p. 35-36.

³⁹⁰ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 124.

³⁹¹ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 77.

³⁹² *Id., Ibid.*, p. 77.

disponibilização de alguns indivíduos que o acompanhem e dos necessários instrumentos de observação.³⁹³

Joaquim José Machado explica, em 1880, a necessidade imperiosa de ocupar pontos no interior – Manica, Quiteve, margens do Niassa – por causa da concorrência europeia. Acrescenta certos pontos da costa – Mokambo, Fernão Veloso, Pemba.³⁹⁴ Alerta também para o prejuízo resultante de a rede de rios e canais da Zambézia não ser aproveitada convenientemente como via de circulação.³⁹⁵

Em 1880, A. F. Nogueira lembra que os portugueses não deviam atrasar-se perante os vários países europeus que se haviam lançado em expedições através de exploradores, na fundação de estações científicas e comerciais, no estudo das línguas e recurso às missões.³⁹⁶

Cinco anos antes, em Portugal, fundara-se a Sociedade de Geografia com apoio de Andrade Corvo e Luciano Cordeiro, agrupando uma elite de professores do ensino superior, membros civis e militares, de profissões liberais, comerciantes, industriais, que procuravam despertar a opinião pública para os problemas imperiais, organizando viagens de exploração, designadamente a de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1877-1880).

A conjuntura internacional forçava a «exploração» de África. Melhores equipamentos, benefícios do quinino, meios de transporte adaptados, melhoria das comunicações com a Europa e a angariação dos necessários meios financeiros favoreciam novos empreendimentos.³⁹⁷ Apoiados nas ideias nascidas da revolução industrial, no positivismo triunfante e na crença da superioridade europeia e da sua missão. A tudo isto somava-se ainda um conjunto de novas condições técnicas – telégrafo, caminho-de-ferro, novas armas e possibilidades na luta contra as doenças tropicais.³⁹⁸ A Conferência de Berlim de 1884 torna imperativa essa “exploração”.³⁹⁹

³⁹³ 31 de Maio de 1854. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., pp. 36-37 e pp. 177-179. São estabelecidas algumas condições: o estudo de serranias e montanhas; planícies; observações meteorológicas; registo dos nomes dos povos das regiões visitadas; suas correspondentes “nações”; fertilidade dos terrenos; força numérica e formas de guerrear; costumes, agricultura, comércio, indústria, estado de civilização; itinerários com indicação da duração de viagens; notícias sobre produtos; colecções de espécies.

³⁹⁴ Machado, 1881, pp. 28-29.

³⁹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 31.

³⁹⁶ Nogueira, 1880, p. 11.

³⁹⁷ Santos, 1989, p. 487. A autora percorre as várias expedições efectuadas na segunda metade do século XIX e salienta determinados momentos da conjuntura internacional como, por exemplo, uma segunda arrancada expansionista a partir de 1870-1876, ou o incremento que se segue à Conferência de Berlim em 1884.

³⁹⁸ Telo, 1994, p. 200.

³⁹⁹ Conferência de Berlim de que resultam “(...) três importantes consequências para Portugal: a) retira-lhe o controlo sobre a foz do Congo, deixando-lhe só um pequeno enclave em Cabinda; b) recusa o direito histórico como critério de ocupação de território e estabelece o princípio da livre navegação dos rios internacionais, o que afecta não só o Congo, como o Zambeze e o Rovuma na zona litoral portuguesa; c) confirma internacionalmente a França e a Alemanha como potências coloniais, o que cria pela primeira vez a possibilidade teórica de um sistema de alianças alternativo à Inglaterra em África.” *Id.*, *ibid.*, p. 206.

“(...) As obras dos exploradores reflectiam o sentimento de apropriação não apenas do «outro», mas também do seu espaço, do mesmo modo que o interesse pelas ciências geográficas era inseparável da urgência em controlar o conhecimento dos territórios, numa época em que se avançava na ocupação militar de cada colónia.” Lucas, 1993, p. 309. Neste sentido opina igualmente Carlos Medeiros, mesmo considerando o etnocentrismo corrente na época ou algumas situações particulares e certas observações que apontam para uma abertura a alguns aspectos culturais dos outros: “(...) Haverá que fazer aqui também uma referência ao modo como os nossos exploradores encaravam as populações

Em 15 de Setembro de 1881, o comandante da Estação Naval da costa oriental de África, a bordo da canhoneira Mandovi, António Marques da Silva, referindo-se à inexistência de algumas informações básicas para a navegação, nota que é “(...) tão extensa, são tantas as duvidas e está ainda tão mal estudada a bahia de Lourenço Marques” que se torna “(...) difficil da carta d’Owen tirar marcações, que dêem resultados satisfactorios (...)”.⁴⁰⁰ No entanto, no relatório do Governador de Lourenço Marques de 1882, é ainda considerada o único trabalho publicado de que os navegantes se podem servir para entrar na baía.⁴⁰¹

A autoridade portuguesa lamenta que das vias fluviais se conheçam apenas as fozes e uma muito pequena extensão do seu percurso, assim como a falta de dados estatísticos, de bons funcionários e de organização eficaz.⁴⁰²

São as relações comerciais com o interior e a obtenção de conhecimentos geográficos “que forneçam subsídios seguros e fidedignos” que se declaram como motivações para a expedição do início dos anos 80, orientada por António Maria Cardoso e dirigida às terras dominadas pelo régulo Muzilla, estudando a região e inteirando-se das suas condições económicas, comerciais e políticas.⁴⁰³

Em 1886, tentando colmatar o atraso português no conhecimento do território que alegadamente dominava, a Sociedade de Geografia de Lisboa procura decidir o tipo de explorações a efectuar.⁴⁰⁴ É essa orientação que conduz ao financiamento a grandes e mediatizadas expedições de travessia do continente ou, alternativamente, ao apoio a explorações de carácter regional, limitadas no espaço mas mais intensivas,⁴⁰⁵ as primeiras, de “grande reconhecimento” e travessia, e as segundas, de carácter “regional”, parcelares, lentas, graduais, sucessivas, de zona para zona.⁴⁰⁶ Joaquim Machado declarava que escolheria as últimas, por achar que o governo não optaria, simultaneamente, por explorações gerais e parciais.⁴⁰⁷

africanas com as quais entravam em contacto; Conscientes dos progressos técnicos da civilização europeia, encarando-as como povos que, pela ordem natural das coisas, deveriam ser subjugados, assumem, na maior parte das vezes, atitudes etnocéntricas e de incompreensão pelos seus padrões culturais. (...)” Medeiros, 1994, vol. IX, p.197.

⁴⁰⁰ B.O., 25/02/1895, nº 9, p. 90.

⁴⁰¹ B.O., 11/03/1882, nº 12, p. 115.

⁴⁰² B.O., 18/02/1882, nº 8, pp. 83-85.

⁴⁰³ P. G. G. nº 246. B.O., 2/09/1882, nº 37, pp. 278.

⁴⁰⁴ Lucas, 1993, pp. 308-309.

⁴⁰⁵ Sobre a evolução das ideias e práticas da travessia de África – por europeus ou a seu mando – veja-se: Santos, 1978, pp. 183 e ss. A autora salvaguarda aquando do tratamento da travessia organizada por Francisco Honorato da Costa e os seus pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, chegando a Tete em 1811: “Degredados, aventureiros, pombeiros, escravos, homens de ciência e soldados tinham pago um elevado preço de fracassos e de mortes ignoradas. A travessia da África era uma vitória bem cara, mas ainda assim foram os reinos negros que a facultaram.” *Id., ibid.*, pp. 200-201. Sobre a mesma temática: Medeiros, 1994, pp.189-198

⁴⁰⁶ *Comunicação Reservada – Novas explorações africanas. Parecer da Comissão africana sobre a proposta e offerecimento do Exmo. Consocio, Carlos de Mello*, 1886, p. 7.

⁴⁰⁷ Radulet, 2000, pp. 41-45. Sobre a importância dos engenheiros civis e militares no conhecimento das regiões africanas, nomeadamente o seu papel nos caminhos-de-ferro e em expedições de obras públicas e a necessidade da Sociedade de Geografia de Lisboa em optar pela

Ainda em 1887, Alfredo Augusto Caldas Xavier, Joaquim Xavier Machado e Miguel Victorino Garcia apresentam proposta de expedição à Sociedade de Geografia para estabelecer relações entre o vale do Cafué e o Zambeze,⁴⁰⁸ com um itinerário que seguiria da Baía dos Tigres até Quelimane e orçada em 30 contos de réis.⁴⁰⁹

No parecer da Comissão Africana sobre a nova expedição que visava secundar as de Serpa Pinto, Capelo e Ivens, analisam-se novamente os dois processos de exploração possíveis, reconhecendo que, apesar das longas travessias colherem na opinião pública uma grande aceitação e estimularem o interesse nacional, o modelo das explorações parcelares possibilitaria a recolha de mais dados, pelo que se conclui não ceder ao sentimentalismo, porquanto o momento histórico impunha que se passasse dos “traços gerais para os particulares”, imediatamente utilizáveis. O perigo da propaganda externa com o objectivo de diminuir Portugal havia outrora tornado necessárias “explorações ruidosas”, como as de Serpa Pinto, Capelo e Ivens. Contudo, a nova fase impunha outras necessidades: passar à especialidade – mais científica e menos «popular», maior intensidade de exploração, indagando como desbravar terrenos, inventariando os produtos indígenas ou os aclimatáveis, conhecendo os recursos naturais, as possibilidades de aclimação de brancos, os tipos de administração a introduzir, as formas de viação, os meios de exercício da soberania, os cursos de rios e afluentes, linhas de água, a geologia. Acima de tudo, impunha-se saber com precisão o que «pertencia» aos portugueses.⁴¹⁰

Na própria colónia intentam-se acções no sentido de conhecer as várias regiões. No relatório do Governador de Distrito de Sofala de 1887, consta haverem sido realizadas as seguintes explorações: a de Sofala, a 28 de Agosto de 1886, dirigida pelo major Paiva de Andrada; a 30 de Maio de 1887, a dos alemães Albert Dorrbeckes e Luís Kauffman; e a 23 de Junho, a do inglês Richard David Brown, as últimas merecendo “algum reparo do governo”.⁴¹¹

Em 1889, Joaquim Machado lembra, em conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, a importância e necessidade de fixar com urgência o limite do território português de

proposta mais racional considerando as opções disponíveis – grandes travessias ou explorações parciais – sem chocar a opinião pública receptiva à espectacularidade das travessias ver: Santos, 1986, pp. 113-122. Sobre o mesmo assunto: Santos, 1978, pp 356 e ss.

Importa reter a observação de Elikia M'Bokolo “Il est évident, à quelque moment qu'on considère ces explorations, que les Africains n'avaient pas le sentiment d'être «explorés» ou «découverts». Les sources africaines d'une histoire des relations des Africains aux explorateurs sont difficiles à trouver et une telle histoire reste entièrement à écrire. On peut néanmoins suggérer des hypothèses et distinguer plusieurs cas de figures.» M'bokolo, 1992, p. 244.

⁴⁰⁸ *Novas Explorações Africanas – comunicação de uma proposta dos srs. Alfredo Augusto Caldas Xavier, S. S. G. L., Joaquim Emygdio Xavier Machado e Miguel Victorino Pereira Garcia. Parecer da Comissão Africana*, 1887.

⁴⁰⁹ *Id.*, *ibid.*, p.4.

⁴¹⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 5 e segs.

⁴¹¹ *B.O.*, 24/09/1887, nº 39, p. 440.

Lourenço Marques para o norte do rio Incomati.⁴¹² Nesse mesmo ano, num texto preocupado em demonstrar a prioridade portuguesa na penetração da Zambézia, explica-se, que a política portuguesa na África Oriental se reduz a dois pontos simples: ocupação do Zambeze e zonas adjacentes, e ligação entre costa ocidental e costa oriental.⁴¹³

A necessidade de reconhecer os territórios da colónia prolonga-se no tempo. Perry da Camara, em 1893, aconselha a Companhia do Niassa a proceder ao envio de uma expedição comandada por pessoa “conhecedora do paiz e principalmente dos indígenas”, tanto mais que assinala serem pouco conhecidos os caminhos da terra e menos ainda os dos rios.⁴¹⁴

Eduardo Augusto Ferreira da Costa, em 1895, tenta ultrapassar uma série de dificuldades no desempenho da sua missão de reconhecer os caminhos da Maxixe ao Inharrime, recomendando ao governo do distrito a sua reparação, em caso de necessidade, averiguar também a possibilidade de deslocação de pessoal e material de guerra, estudar os transportes de gado, força militar, bagagens, mantimentos e munições, entre outros aspectos.⁴¹⁵

Em 1897, o mesmo expedicionário lembrava a necessidade de dinamizar campanhas geográficas em instruções dirigidas ao capitão-mor da Macuana, ordenando o estudo do M’kubure e do Lurio, activando os caminhos para o sertão pelos vales do Lurio e do Likungo, do M’kubure e Mluli.⁴¹⁶ Salienta, nessa data, que a geografia da Província está ainda no seu começo, escasseando informações sobre o interior. Refere alguns relatórios de oficiais em serviço ao interior: alferes Andrade (viagem ao Itaculo); alferes Rocha (viagem à Muaja); e ele próprio, Eduardo da Costa (viagem ao M’chulipo); ou os estudos executados pelo tenente Lupi. Defende que os conhecimentos geográficos devem ser acompanhados por informações de carácter etnográfico. Entendia ainda ser necessário, em 1898, criar uma missão para percorrer as grandes artérias fluviais do distrito. Frisa a importância de elaborar estatísticas, um trabalho pouco desenvolvido até então.⁴¹⁷

Em 1901, era o conde de Penha Garcia a lamentar que o plano de união das duas costas se houvesse malogrado, tendo-se desprezado a «acção» de Portugal e a sua missão ao “civilizar o preto boçal e hostil”.⁴¹⁸ As dificuldades já haviam levado homens como Carlos Testa, em publicação de 1880, a sublinhar o que considerava a necessidade de cooperação

⁴¹² Machado, 1889b, p.24.

⁴¹³ *Política Portuguesa na África – Memoria Histórica e Política*, 1889, p. 6.

⁴¹⁴ Camara, 1893, p. 24-25.

⁴¹⁵ *Relatório apresentado ao Commando Geral do estado Maior pelo capitão do mesmo corpo Eduardo Augusto Ferreira da Costa acerca da Missão desempenhada em Moçambique de Janeiro a Dezembro de 1895*, pp. 106-107.

⁴¹⁶ Costa, 1902, p. 13.

⁴¹⁷ *Id.*, *ibid.*, pp. 50-51.

⁴¹⁸ Garcia, 1901, p. 30.

entre Portugal e Inglaterra no quadro da missão dos estados europeus em África enquanto representantes da “civilização europeia”⁴¹⁹

As fontes portuguesas preocupam-se em narrar, naturalmente, as expedições europeias (sempre na estreita e delicada dependência de intérpretes, guias, carregadores), tendendo a esquecer que a descoberta dos trilhos, dos caminhos, das ligações era algo que fazia parte do quotidiano dos viajantes africanos, assim como pareciam omitir que as aldeias aparentemente isoladas do interior eram pontos de passagem de forasteiros do continente – a quem se forneciam mantimentos (a bem ou a mal) e de quem, muitas vezes, os habitantes se escondiam temendo violências e extorsões –, pelo que o seu isolamento não seria tão absoluto e real mas, muitas vezes, produto da necessidade de defesa e preservação.

A pressão dos últimos decénios do século XIX leva os portugueses a efectuar registos de viagens que teriam objectivos estratégicos, neles avultando a justificação de que seria legítima a pretensão de domínio sobre regiões nunca demandadas ou raramente visitadas e, quando o foram, por não europeus. É um problema do foro ideológico, propagandístico, dos portugueses, mas também, assinala-se, da maior parte desses aventureiros que conquistavam fama na Europa como «descobridores» de regiões que eram há muito do conhecimento, naturalmente, dos africanos.

A reunião de materiais informativos sobre a Província, com carácter mais ou menos sistemático, não foi um processo particularmente célere. Os perigos resultantes da crescente coacção internacional expunham os limites da real influência portuguesa sobre territórios que reclamava sob seu domínio. Mas o conhecimento, com alguma precisão, das vias fluviais – mesmo das que mais directamente interessavam aos pontos costeiros ocupados – constitui um processo lento, gradual e, na maior parte dos casos, sem acção muito planeada. Por exemplo, o rio Incomati seria explorado em 1871 pelos oficiais da canhoneira de guerra *Marianna*.⁴²⁰ No distrito de Lourenço Marques estavam apenas parcialmente estudados alguns rios como o Inhampura, da Magaia, o Umbeluzi e o Maputo.⁴²¹ No distrito de Sofala, o rio Buzi seria explorado em 1885 pelo 1º tenente da armada, Fronteira, comandante da canhoneira Quanza.⁴²²

As considerações dos vários autores sobre a constituição de jornadas para o conhecimento da Província traduzem a limitada ocupação e ilustram a distância do «mito» à realidade.

⁴¹⁹ Testa, 1880, p. 31.

⁴²⁰ Lapa e Ferreri, 1889, p. 46.

⁴²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 61.

⁴²² *Id.*, *ibid.*, p. 89.

3.1.2. Os prazos da coroa

A instituição dos prazos da coroa e sua manutenção ao longo do séc. XIX espelham também, em grande parte, a força das estruturas africanas. Os prazos exibem muitas especificidades e resultam de uma adaptação das necessidades europeias à realidade local.⁴²³

Nas primeiras décadas do século XIX, Xavier Botelho refere 100 prazos – 54 em Tete, 31 em Sena e 15 em Quelimane.⁴²⁴ Em 1858 existiriam 142 prazos em Tete, 25 em Sofala, 32 em Sena.⁴²⁵

Sobre a instituição dos prazos e a sua utilização como forma de administração pelos portugueses, uma compilação de 1890, em pleno período de pressões inglesas, assinala que, avassalando os territórios, Portugal não deixava de “conservar ao seu lado o indígena, não lhe contrariando os hábitos menos bárbaros, e ganhando a sua afeição”.⁴²⁶ Numa linha ideológica semelhante, procura explicar-se a instituição dos capitães-mores, ganhando a simpatia dos indígenas sem lhes alterar bruscamente instituições e costumes, antes respeitando os seus chefes, ganhando a sua influência junto das populações e transformando o seu poder despótico, uma vez submissos aos europeus «dominadores». Também civilizando-os e trazendo-os “ao grémio do cristianismo”,⁴²⁷ fase necessária, até à introdução gradual dos comandos militares em substituição dos capitães-mores que deveria, pelas mesmas razões, ser feita de forma faseada.

O relatório de inspecção de Francisco de Aragão e Mello, realizado a alguns prazos, em 1911, foca o facto de se haver decretado por diversas ocasiões a sua extinção: 1838, decretos de 6 e 28 de Novembro de Sá da Bandeira; decreto de 22 de Dezembro de 1854, substituindo todas as obrigações pessoais dos colonos e habitantes livres por um imposto único de 1\$600 réis por palhota, embora a portaria provincial de 12 de Dezembro de 1867 atribuísse a cobrança do imposto por arrematação mantendo, na prática, o antigo senhorio; o decreto de 27 de Outubro de 1870, voltando a decretar a extinção dos prazos; Augusto de Castilho entre 1885 e 1888, estabelecendo a administração directa do Estado em alguns prazos, vendo-se, no entanto, obrigado a manter a cobrança do *mussoco* por arrematação trienal; António Enes, a 18 de Novembro de 1890, introduziria mudanças no regime dos prazos, mas seriam feitas pelo

⁴²³ Sobre a instituição dos «prazos da Coroa» veja-se: Capela, 1995; ainda sobre a sua evolução, Santos, vol. III, 1989, pp. 392-393.

⁴²⁴ Botelho, 1835, p. 266.

⁴²⁵ Botelho, 1921, p. 31.

⁴²⁶ *Memória e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territórios de Machona e Nyassa – 1890*, 1890, p. 23.

⁴²⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 24.

governo novas prorrogações por períodos de seis a trinta e cinco anos.⁴²⁸ De entre as obrigações dos arrendatários – cobrança de impostos: *mussoco*, imposto de palhota; manutenção em cultura regular de uma determinada área de terreno figura também a de criar “(...) escolas-oficinas nos prazos cuja população exceda uma certa cifra; e, duma maneira geral, a assegurar aos colonos a protecção e tutela inerentes a regimes desta espécie”.⁴²⁹

A sucessiva legislação reflecte a impossibilidade e o fracasso dos portugueses de extinguirem efectivamente os prazos e simbolizam a sua resistência como formas em que prevalece a cultura africana e o domínio efectivo dos africanos.

Na Zambézia, os senhores dos prazos ditavam a lei.⁴³⁰ As denúncias quanto aos abusos praticados pelos *prazeiros* naquela região, apesar de fundadas, esbarravam com as debilidades do país colonizador e com a sua necessidade de com eles contemporizar. Esses abusos estavam tão enraizados nos moradores que foram resistindo às críticas e às sucessivas leis para acabar com o regime do sistema dos prazos⁴³¹ o que culmina com o decreto assinado por António Enes em 18 de Novembro de 1890, estipulando: a manutenção dos prazos da coroa como circunscrições territoriais; a conservação do imposto de capitação para os indígenas dos prazos (metade em dinheiro e metade em trabalho); a cobrança do imposto por arrendamento; obrigação do arrendatário em aforar e cultivar parte do prazo; permitir ao arrendatário que distribua trabalho aos colonos além do que corresponda ao imposto; considerar os arrendatários agentes da autoridade, devendo estes, quando estrangeiros, delegar as suas atribuições num português.⁴³²

3.1.3. Os africanos como instrumentos das forças coloniais

Os contingentes africanos desempenharam um papel significativo no quadro das forças armadas congregadas para o domínio colonial. Também neste campo, a dependência em

⁴²⁸ *Regime dos Prazos da Zambézia – Relatório apresentado ao Conselho Colonial...*, 1916, pp. 24-28. Segundo o relatório de 1915 a sua maior parte encontrava-se, nessa altura, arrendada a companhias e a maioria dos contratos – que haviam sido sucessivamente prorrogados – valeria até 1932. *Id.*, *Ibid.*, p. 5.

⁴²⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 6. Ainda a este respeito e quanto aos objectivos pretendidos acrescenta: “Obrigado a exercitar os seus braços e o seu espírito nessa agricultura e indústrias, esplêndidas escolas profissionais, e forçado a um contacto permanente com o branco, o indígena está absolutamente submetido, dócil, hábil, prático em diversos mesteres manuais e mecânicos; e fixado à terra, porque, também, o conhecimento íntimo da população, a responsabilidade das autoridades cafreais pelos actos dos seus subordinados produziu, neste particular, resultados muito apreciáveis inigualados em qualquer outra colónia portuguesa.” *Id.*, *Ibid.*, p. 10.

⁴³⁰ “Na segunda metade do século XIX, mantendo-se integralmente o sistema, surgiram senhorios de especial poderio que alimentaram grande agitação por toda a Zambézia. Essas unidades senhoriais foram consideradas por muitos autores como “estados secundários”: o dos Pereira da Macanga na actual província de Tete, do último quartel do século XVIII até à ocupação, pela Companhia da Zambézia, em 1902; os Cruz, ou Bongas, de Massangano, cuja aringa se situava na confluência do rio Luenha com o Zambeze 1849-1888); Manuel António de Sousa, o “Gouveia”, que dominou o Bárue: a Gorongosa (1854-1891); a República Militar da Maganja da Costa estabelecida sobre o prazo de que fora titular João Bonifácio Alves da Silva, o conquistador de Angoche (1862-1898).” Capela, 2000a, pp. 122-123.

⁴³¹ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...*, 1902, pp. 36-50.

⁴³² Papagno, 1980, p. 51. As tentativas para acabar com o regime dos prazos e os correspondentes fracassos que as acompanharam esbarravam com as resistências do liberalismo português, segundo Giuseppe Papagno, escassamente liberal”. *Id.*, *Ibid.*, p. 85.

relação aos africanos era assinalável.⁴³³ A política portuguesa está bem ilustrada quando se argumenta, em Março de 1854, em referência à Zambézia com

(...) a desinteligência que existe entre as autoridades portuguezas, e alguns Regulos poderosos que alli habitam os quaes, tendo antigamente concorrido para a defeza das terras da coroa, hoje, ou são indifferentes, ou tomam parte nas aggressões que algumas tribus cafres praticam contra os habitantes d'aquellas terras, o que, segundo consta, é em grande parte devido ás guerras injustas que alguns moradores d'aquelles territorios, com reprehensivel, ou antes criminosa ambição, têm promovido contra os mesmos Régulos; (...).⁴³⁴

A expressão *mozungos*, «senhores», foi a “(...) designação encontrada pelos naturais da Zambézia para identificarem todos quantos exerceram algum tipo de senhorio.”⁴³⁵ Também os capitães-mores e sargentos-mores e seu respectivo poder subsistiriam ao longo do tempo, tornando-se a partir da sua acção enquanto agentes da conquista e ocupação portuguesa nos «grandes potentados» da literatura coeva, até finais do século XIX e à chegada das grandes companhias à Zambézia.⁴³⁶

Em 1880, era um pequeno destacamento, em Cabo Delgado, que deveria assegurar a força pública. Dois anos depois, o Governador de Distrito propõe que, para prevenir casos de insubordinação e manter a disciplina, a maior parte dos oficiais, oficiais inferiores e soldados sejam europeus, devendo apenas o restante da força ser composta por indígenas.⁴³⁷

Serão as dificuldades dos portugueses e a sua fraqueza em termos demográficos e militares a legitimar certas posições políticas que advogam a tomada urgente, no final do século, de uma actuação baseada na força, apresentando-se o reforço militar como a única solução para o domínio que sempre fugira aos portugueses, invocando alegadas políticas erradas do passado e cimentando uma nova ideologia que permita o controlo efectivo da situação. Em 1893, António Enes critica as fracas estruturas que têm sido concedidas para apoio ao exército português e que o impediam de desempenhar uma função que considera

⁴³³ Explica M'Bokolo «Au Mozambique, une expérience de colonisation agricole par des soldats, tentée dans les années 1850, avait échoué comme en Angola. Dans les deux décennies suivantes, on essaya de nouveau d'importer des soldats, sans beaucoup de succès : du Portugal en 1864 et 1869 ; de Goa en 1869. On se résolut finalement à faire venir des hommes d'autres territoires africains : en 1879, plus de 500 Angolais débarquèrent pour être stationnés à Moçambique et à Tete. Ils avaient signé des contrats de cinq ans ; beaucoup allaient, sous la contrainte ou livrés à eux-mêmes, servir pendant vingt ans ou davantage. A l'époque de la Conférence de Berlin, l'armée coloniale ne comptait que 1400 soldats. Les hommes de troupes (*cipaïos*) venaient de toutes origines : prisonniers et déserteurs portugais, Goanais, Angolais et Mozambicains. Sous des titres pompeux (*capitão mor*, *sargento mor*), les cadres étaient de moins en moins portugais : il s'agissait le plus souvent de commerçants (swahili, goanais, métis...) qui cumulaient des charges militaires et des trafics peu licites, ou encore de chefs bantu enrégimentés pour calcul et par intérêt. Ce fut l'extrême fin du XIXe siècle que, devant la crante d'une mainmise anglaise, des renforts – 7000 hommes peut-être – furent expédiés du Portugal (douze expéditions de 1894 à 1901).», M'Bokolo, 1992, p. 292.

⁴³⁴ Tudo culminando com a concessão de uma amnistia a Pedro Caetano Pereira, o “Choutama” e ao seu rival Joaquim José da Cruz “Joaquim da Bamba”. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 16.

⁴³⁵ “Mozungos eram, consequentemente, além dos portugueses originários da Europa, brasileiros, goeses e os filhos de todos estes geralmente havidos com mulheres naturais da terra. Mas também negros quando se alancoravam a chefes guerreiros ou sucediam no poder a brancos ou mestiços. (...)”. Capela, 1995, p. 103-104.

A falta de europeus traduzia-se, de resto, na valorização das *donas*, senhores goeses, mestiços e negros. Capela, 1993, p. 12.

⁴³⁶ Veja-se Capela, 1995, pp. 139 e ss.

⁴³⁷ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 81.

essencial na Província.⁴³⁸ Classifica as forças irregulares locais como mais apropriadas para as guerras cafreais.⁴³⁹

As relações de forças em Moçambique tendem a modificar-se no final do século XIX. Introduzem-se novas relações entre os europeus e uma diversidade de estados africanos que haviam vivido em independência.⁴⁴⁰

3.1.4. Colonização e salubridade no território

Muitos dos entraves que inviabilizavam as tentativas de colonização eram, para além das dificuldades ou possibilidades específicas de cada nação colonizadora, as que resultavam de especificidades do continente africano, afectando, em primeiro lugar, os próprios africanos: endemias tropicais, paludismo, parasitoses intestinais, doença do sono.⁴⁴¹

Os funcionários da Província – designadamente os professores – são afectados por moléstias que diminuem o seu rendimento e assiduidade, comportando gastos para a administração. As difíceis condições climatéricas, de salubridade e habitabilidade são, na segunda metade do século XIX, entraves à colonização de Moçambique, bem como a falta de meios adequados ao tratamento de diversas moléstias e as fracas infra-estruturas sanitárias existentes.

Em relatório de 1 de Janeiro de 1846, o Dr. Jacques de Salis di Celerina,⁴⁴² focando as diversas moléstias em Moçambique, lembra os efeitos perniciosos dos excessos cometidos com alimentos indigestos e temperos estimulantes, a irregularidade na alimentação, marcada pelo excesso ou pela escassez, banquetes, comidas fora de horas, a perda de noites ao jogo, característica dos habitantes e a que se entregariam facilmente os que arribavam de novo. Desregramento especialmente usual nos militares que abusavam do álcool e da comida “imunda” dos bazares, não hesitando no desfrute das bebidas alcoólicas derivadas do caju.⁴⁴³

⁴³⁸ Enes, 1946, p. 111-112.

⁴³⁹ “A experiência do corpo expedicionário a Moçambique acabou com a lenda comodista, nunca autorizada pela nossa história colonial, de que esses países, que os brancos conquistaram, só por negros podem agora ser defendidos.” *Id.*, *Ibid.*, p. 113. O autor espraia, nas páginas seguintes, a sua análise às deficientes condições de que a força militar dispõe na província defendendo uma mudança importante neste domínio.

⁴⁴⁰ “Os quinze anos que vão entre 1880 e 1895 constituem um período de transição na história de Moçambique. De início, a estrutura administrativa da colónia estava virada essencialmente para o comércio de oleaginosas, borracha e marfim, e vastas zonas que hoje fazem parte de Moçambique encontravam-se independentes do poder colonial. Estados africanos e distritos coloniais coexistiam, não porque isso fosse declaradamente à política dos governadores dos distritos e governadores gerais de Moçambique, mas porque os estados africanos mantinham-se suficientemente fortes para defenderem a sua independência.

As alianças e os laços de dependência que por vezes se criavam não significavam uma dependência permanente.” Liesegang, 1986b, p. 7.

⁴⁴¹ Ribeiro, 1961, p. 12.

Doença do sono causada por um tripanossoma transmitido pela mosca tsé-tsé, provocando “(...) uma febre irregular, uma hipertrofia de todos os gânglios, um grande baço e mais tarde perturbações nervosas encefálicas que causam a sonolência que lhe deu o nome. Na ausência de tratamento, a sua evolução é mortal.” Sourmia e Ruffie, 1986, pp. 205-206.

Ainda à mosca tsé-tsé se referem abundantemente Capelo e Ivens, vol. 2, pp. 31 e ss. Renato Baptista, em 1892 lembra o primeiro contacto que, na região do Busi experimentara com a mosca tsé-tsé e confirma a opinião de Capelo e Ivens de que as moscas se encontram, normalmente, em locais onde existem elefantes. Baptista, 1892, p. 50.

⁴⁴² Esboço sobre as Moléstias da Costa Oriental d’Africa, *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 1846, pp. 43-72.

⁴⁴³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 49-50.

Em Outubro de 1856, o cirurgião de segunda classe da Província de Moçambique, Caetano Florêncio Collaço, residente em Inhambane, reclama algumas providências sanitárias – a remessa de uma botica e lâminas de pus vacínico, o dessecamento dos pântanos de Inhambane, a construção de um cemitério em local apropriado.⁴⁴⁴

Publica-se durante o ano de 1866 o Regulamento do serviço médico-militar da Província de Moçambique. Dez anos depois, o chefe do serviço de saúde, Pedro Sérgio da Costa Viana e Andrade, convida os pais de família e quem queira aproveitar os benefícios da vacinação contra as bexigas.⁴⁴⁵

Claro que, independentemente do fraco uso dos avanços técnicos disponíveis na época, as dificuldades dos portugueses derivavam também de outras limitações, como se depreende da declaração do chefe do serviço de saúde, Manoel Rodrigues Pereira de Carvalho, encarregado, em Outubro de 1885, de estudar as qualidades das águas de certo rio e correspondente aplicação em doentes para ali eventualmente deslocados:

Com os poucos ou nenhuns conhecimentos práticos que tenho sobre tal especialidade, e eguaes meios de que dispunha a pharmacia, pois julgo que a caixa de reagentes de que agora me servi é a mesma que já serviu ás duas analyses anteriores, estando por isso quasi todos alterados, verifiquei que os reagentes empregados davam as mesmas reacções com uma ou outra excepção devidas talvez a ser esta analyse feita longe das nascentes.⁴⁴⁶

O tratamento das “maleitas” representa despesas significativas para a Coroa e implica o controlo das situações de enfermidade. Em circular nº 56, datada de 1867, o Rei informa o Governador-Geral da Província que não lhe é permitido confirmar licenças para tratamento de doenças de oficiais e funcionários públicos destinadas a tratamento no Reino sem que nestas haja sido declarado que deles “periga a vida”, pela Junta de Saúde no acto da inspecção.⁴⁴⁷

Em 1878, por Circular do Ministério da Saúde nº 127, do Paço, datada de 5 de Julho, salienta-se a necessidade que a Junta de Saúde Naval tem de dispor de suficientes esclarecimentos que lhe permitam emitir parecer sobre as doenças dos funcionários civis e militares, que os levam a regressar ao Reino pelas licenças arbitradas pela Junta, uma vez que muitos desses funcionários chegam a Lisboa “muito melhorados das doenças que motivaram a sua saída do ultramar”, o que leva a que esses esclarecimentos sejam muito importantes para fixar o tempo necessário para um correcto tratamento das causas que motivaram a sua necessidade de mudança de ares.⁴⁴⁸

No mesmo ano, na Circular nº 136, explicita-se que foi verificado e

⁴⁴⁴ Paço, 18/06/1857. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 426.

⁴⁴⁵ B.O., 13/03/1876, nº 11, p. 50.

⁴⁴⁶ B.O., 17/10/1885, nº 42, p. 341.

⁴⁴⁷ B.O., 6/04/1867, nº 14, p. 57.

⁴⁴⁸ B.O., 4/11/1878, p. 253.

observado em diferentes lugares pantanosos que o sulphato de quinino muitas vezes preserva da acção dos miasmas palustres os individuos que com regularidade fazem uso d'este medicamento, ou modifica essa acção tornando menos graves as doenças provenientes de taes exalações,

pelo que se determina que as juntas de saúde das províncias ultramarinas indiquem aos governadores algumas das localidades em que as febres intermitentes são mais frequentes de modo a experimentar a acção profiláctica daquela substância. Deve o sulfato de quinino ser fornecido e dividido em doses de três decigramas, providenciando-se tantas porções quantos os indivíduos que compõem a metade do número das mencionadas praças e guardas. Em caso de dificuldade da sua obtenção no mercado, deve-se assegurar a sua substituição em doses apropriadas por alguma preparação farmacológica de casca de quina, sendo preferida a de vinho quinado. Deverão ainda as juntas de saúde instruir os visados quanto ao modo de se assegurar o tratamento quotidiano a ser aplicado antes da primeira refeição dos indivíduos que a ele tenham de ser submetidos.⁴⁴⁹

António Enes, em 1893, porque as enfermidades representam enormes despesas para a fazenda pública, foca o problema do dispêndio com as viagens, por doença, devido ao pouco cuidado com que se observa a saúde de empregados que se destinam ao Ultramar.⁴⁵⁰

A 19 de Março de 1895, em Lourenço Marques, legisla-se sobre as doenças dos funcionários públicos tentando precaver os prejuízos para o Estado.⁴⁵¹ Tanto mais que era

(...) necessario reprimir o abuso, frequente n'esta provincia, de allegarem os funcionarios publicos doenças ficticias, ou curaveis na Africa, para se eximirem ao serviço, para irem ao reino á custa do estado, e até para desobedecerem aos superiores e esquivarem-se a castigos; Tendo sido inuteis todas as ordens dadas, todas as recommendações feitas ás juntas de inspecção sanitarias, no sentido de cohibir esse abuso, tão nocivo para o serviço quanto despendioso para a fazenda; (...),

pelo que se conclui que nem todos os europeus podem aclimatar-se a África havendo que averiguar as condições de saúde dos que pretendam aí desempenhar cargos.⁴⁵²

A organização do serviço geral de saúde parte do regulamento do serviço médico-militar de Moçambique de 1866, sofrendo pequenas alterações em 1868, substituído sucessivamente pelo decreto de 2 de Dezembro de 1869 e pelo de 13 de Julho de 1895. O último é a base do regulamento de 25 de Fevereiro de 1896.⁴⁵³ Neste regulamento, em que se pretende melhorar serviços e uniformizar processos em todos os distritos, prevê-se a

⁴⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 252-253.

⁴⁵⁰ “Metade dos funcionários que vêm da África a Lisboa e voltam de Lisboa a África, uns não deviam vir, outros não mais deviam voltar, alguns nunca deviam ter ido.” Enes, 1946, p. 189.

⁴⁵¹ *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 16-18.

⁴⁵² *Id.*, *Ibid.*, p. 16.

⁴⁵³ *Regulamento do Serviço de Saúde da Província de Moçambique aprovado por portaria provincial nº 62-A de 25 de Fevereiro de 1896*, 1896, p. 3.

realização de tarefas que contribuam para o conhecimento da realidade da Província.⁴⁵⁴ Analisam-se, entre outros aspectos, o pessoal que compõe o serviço, quadros, condições de admissão dos facultativos e farmacêuticos, promoção, vencimentos, reformas, chefias, deveres dos farmacêuticos, serviço sanitário dos portos, dos corpos militares, dos facultativos e farmacêuticos em comissão no Ultramar, das inspecções do serviço de saúde.

João de Azevedo Coutinho, por volta de 1855, e com a ironia que lhe é pródiga, lembra que não existia na cidade de Moçambique qualquer dentista mas apenas “(...) um enfermeiro canarim (que) também, aplicava o famoso espírito de cravo a *esmo*.”⁴⁵⁵

Ferreira Ribeiro, na sessão da Sociedade de Geografia de 13 de Dezembro de 1880, falando sobre o clima de África, distinguiria “aclimação individual” e “aclimação de família ou de raça”. Referindo fundamentar-se em estatísticas, achava difícil “constituir família e impossível implantar a raça”, pois “não existiam na Africa famílias europeas em terceira geração.”⁴⁵⁶ Joaquim Machado, consideraria exagerada esta opinião, referindo que se morre ali como em outros locais, com a diferença de não existirem lá recursos para combate às doenças. Lembra que muito se poderia fazer, com pouco trabalho, para melhorar a insalubridade em muitos pontos – exemplificando com Lourenço Marques, onde a expedição de obras públicas anulou um pântano –, ou melhorando as condições dos hospitais de Moçambique, Quelimane, Tete.⁴⁵⁷

Joaquim Machado em outra comunicação na Sociedade de Geografia, no ano de 1895, lembra que em África são muito acentuadas as rivalidades de terra em terra e recorre-se muito ao “clima” como arma de descrédito, pois

(...) quando se constitue qualquer nova povoação, as já existentes tratam de a desacreditar e com mais violencia quanto mais probabilidades ella tenha de prosperar. É curioso observar como os habitantes julgam a sua localidade possuidora d’excellentes dons naturaes, que recusam admittir nas outras, pelo menos em tão alto grau.⁴⁵⁸

Em 1907, o chefe interino do serviço de saúde, Jayme Julião de Andrade Redondo, enumera, em relatório relativo a 1905, o que considera as condições de salubridade de uma região: os trabalhos de saneamento para melhoria das condições de higiene; as boas ou más condições da vida doméstica; alterações climatéricas frequentes nos climas quentes.⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ Primeira parte, capítulo I, “8º A coordenação e publicação de estatísticas medicas, relatórios e estudos de aclimação, colonisação e ethnographia.” *Id. Ibid.*, p. 8.

⁴⁵⁵ João de Azevedo Coutinho, *Memórias de Um Velho Marinheiro e Soldado de África*, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d., p. 69. Sobre a acção, carácter e capacidade de observação de Azevedo Coutinho para além de certos paralelismos interessantes entre a sua narração e a obra de Emílio de San Bruno, *A Zambeziana*, veja-se: Capela, 1995, p. 128 e ss.

⁴⁵⁶ Machado, 1881, p. 13.

⁴⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 14-15.

⁴⁵⁸ Machado, 1895, p. 23.

⁴⁵⁹ *Relatório do Serviço de Saúde da província de Moçambique – Anno de 1905 – 1907*, p. 5.

Argumenta que para o paludismo⁴⁶⁰ já existem explicações de carácter científico que a prática tardava em aproveitar.⁴⁶¹ Alguns autores apresentam o álcool como um complemento do quinino: “Realmente, no dia seguinte, quis mandar um pequeno presente de rum ao Paiva de Andrade que o não tinha e que era, ao tempo, indispensável conducto do habitual quinino.”⁴⁶²

São vários os que apontam como solução para a necessidade de povoamento o recurso a famílias europeias, mas a má reputação do clima funciona como travão a tal desígnio. Joaquim Machado, comentando a falta de brancos em Moçambique “(...) além dos que pertencem ao funcionalismo publico e dos degradados, e sendo certo que só do convívio com o branco pode o negro tirar resultado da sua civilização (...)”, considera urgente combater em Portugal o medo do clima de África revelando todos os relatórios e informações disponíveis através da Sociedade de Geografia.⁴⁶³

A forma como se divulgava a incidência das doenças sobre os europeus em África constituía uma «lâmina de dois gumes»: por um lado, ela traduzia situações reais – riscos efectivos de contrair maleitas crónicas; o peso da morte; as dificuldades do “clima” – e, por outro lado, constituía obstáculo à propaganda que procurava atrair interesses de colonização para África, subestimava esta idade do “quinino”, traçava um panorama desolador na tentativa de esboçar planos de migração de populações da Metrópole para locais que ficavam sendo conhecidos, pelos relatos que à Metrópole chegavam, como centros de doença e morte. Enquanto se acreditava nas potencialidades de uma emigração europeia dirigida para África, haveria que evitar as informações, então correntes, de que esta era uma terra desencorajadora.⁴⁶⁴

A lista de doenças mais comuns de África que afectam essencialmente os europeus é extensa: febres, inflamações, miasmas “paludosos”, moléstias endémicas – febres palustres,

⁴⁶⁰ O século XIX regista os primeiros esforços no combate à malária em África. Caventou e Pelletier isolam, em 1820, o quinino, a partir da casca da quinquina colocando o produto à disposição dos exércitos coloniais. Beuprthuy estabelecerá a ligação do mosquito na transmissão da febre amarela e malária e por volta de 1870 vulgarizam-se os mosquiteiros nas habitações e nos capacetes coloniais. Em 1880, Laveran, médico do exército francês, estuda a doença nos militares identificando o *plasmodium* e relaciona os ciclos de reprodução do protozoário com as fases e ataques febris dos doentes. Os estudos de Manson e Ross em 1898 e da equipa italiana de Grass, em 1899, identificam o papel importante dos mosquitos fêmeas do género *Anopheles*. Definitivamente se liga a doença aos terrenos pantanosos. Contudo, posteriormente, seriam identificadas várias espécies de *plasmodium*, o que complicava a situação: *P. malariae* responsável pelas febres quartãs; *P. vivax*, *P. ovale*, *P. falciparum*, agente das febres terças, responsável pelos ataques mortais. Sourmia e Ruffie, 1986, pp. 181 e ss.

⁴⁶¹ “Verdade é que já se vae derramando no espírito do publico a idéa de que as doenças palustres são provenientes da picada de uma variedade de mosquitos, mas infelizmente este conhecimento não está sufficientemente vulgarizado, e, por isso, pequeno é o numero d’aquelles que fazem uso do mosquiteiro, objecto tão útil nestas terras, e que para muitos ainda hoje é considerado um artigo de luxo.” *Relatório do Serviço de Saúde da província de Moçambique – Anno de 1905 – 1907*, p. 6.

⁴⁶² Coutinho, s.d., p. 110.

⁴⁶³ Machado, 1881, p. 8. De qualquer maneira as doenças são uma preocupação constante. Ayres de Ornellas, em publicação de 1887 esclarece: “Conheço effectivamente em alguns portos de Moçambique indivíduos com uma saude de ferro, apresentando uma cara com esplendida cor, mas esses são verdadeiras excepções, e estas excepções são muito mais raras na ilha de Moçambique, onde não só os europeus, mas os proprios indigenas, andam sempre com febres”. Soveral, 1887, p. 12.

⁴⁶⁴ Alexandre Norberto Correia Pinto de Almeida, em 1883, refere a mortalidade das crianças, especialmente brancas, até aos 14 anos. *Do Clima e das Doenças da Província de Moçambique – comprehendendo diversas notícias sobre a Topographia, Meteorologia, Pathologia e Therapeutica; por diferentes médicos navaes e por outros que pertenceram ao quadro de saúde da mesma província*, 1883, p. 19.

disenterias derivadas da elevada temperatura, humidade, condições higiénicas. O tratamento faz-se recorrendo ao sulfato de quinino mas, de igual modo, com recurso a produtos locais.⁴⁶⁵ Outras doenças comuns são as febres intermitentes e endémicas, disenterias, varíola, sarna, sífilis, embora muitas destas também eram endémicas na Metrópole.⁴⁶⁶

Vê-se como actua a convicção dos benefícios resultantes das mudanças de ares no comportamento e saúde dos indivíduos, pois “(...) em todas as doenças chronicas dos climas quentes, tem a experiencia demonstrado que aquelle recurso é o unico, empregado opportunamente, que as pode curar ou, pelo menos, impedir o progresso de taes doenças.” O que não diminui um certo pessimismo quando se refere, no “(...) que respeita aos europeus não cremos que possam considerar-se acclimados na rigorosa significação da palavra, isto é, que cheguem ás condições relativamente boas dos natuaes.”⁴⁶⁷

Já em 1909, no *Estudo para o Estabelecimento de um Sanatório na Província de Moçambique*, enumeram-se as principais transformações fisiológicas a que estão sujeitos os europeus que emigram para as regiões tropicais num “clima onda a natureza poz pretos e não brancos”,⁴⁶⁸ apesar do aumento da população branca nos últimos quinze anos, especialmente em Lourenço Marques, Beira, Chinde, Macequece, Chibuto, Chai-Chai, Porto Amélia, Ressano Garcia entre outras localidades. O europeu poderá adaptar-se “sem, comtudo, chegar a conseguir uma verdadeira acclimação”, pelo que existem duas formas de combater os efeitos nefastos do clima: repatriando os doentes ou transportando-os para um sanatório de altitude. Deveria ser construído um estabelecimento em local adequado e salubre, respondendo à crescente importância da Província, ao maior número existente de europeus como funcionários do Estado ou emigrantes, à longa duração das viagens, às grandes despesas e prejuízos resultantes dos regressos antecipados.⁴⁶⁹

Em 1910, o grande problema ainda consiste em conservar a saúde das crianças europeias, especialmente as que têm falta de recursos. A solução estaria em medidas como a criação de uma enfermaria para crianças no Hospital Rainha D.^a Amélia e o estabelecimento no Transvaal de uma estação de Verão, enquanto na Província não existisse um sanatório, tendo o chefe de saúde escolhido, após vários estudos, e para “mudar de ares”, pelo seu clima,

⁴⁶⁵ *Id. Ibid.*, pp. 19-20.

⁴⁶⁶ *Id. Ibid.*, pp. 19 e segs.

⁴⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 72-73.

Sucedem-se os problemas relacionadas com a saúde ou a falta dela. Por portaria nº 422, de Setembro de 1892, é apresentado um parecer elaborado por uma comissão que refere medidas a tomar perante a varíola e a *cholera morbidus* de que, segundo o documento, alguns casos têm aparecido na capital de Moçambique, receando o facto das relações marítimas e comerciais daquela praça com a Europa serem cada vez mais frequentes. *B.O.*, 10/09/1892, nº 37, p. 402; No Comando Militar do Moginqual e suas dependências, em Janeiro de 1891, regista-se que não há, no local, pessoa habilitada para proceder à administração da vacina. *B.O.*, 18/04/1891, nº 16, p. 162; No Bazaruto, em Agosto de 1890 grassa epidemia de sarna entre praças e presos que, a custo, se conseguirá debelar. *B.O.*, 20/12/1890, nº 51, p. 537; Em 2 de Dezembro de 1890 começou a vacina no presídio do arquipélago. *B.O.*, 4/04/1890, nº 14, p. 14.

⁴⁶⁸ Azevedo, 1909, p. 10.

⁴⁶⁹ *Id. Ibid.*, 1909, pp. 5-7.

alimentação e preço das habitações, Middelburg, para onde os pais que o desejassem poderiam enviar os filhos.⁴⁷⁰ A experiência realizada com o envio de crianças para aquele local resultaria no aumento de peso e melhoria do seu aspecto, mas suscitaria problemas pela discriminação que fora efectuada entre europeus e asiáticos, negros e mulatos.⁴⁷¹

Especificamente quanto às doenças e ao seu impacto sobre os africanos, elaboram-se os discursos convenientes. Ainda antes de reconhecer as deficiências da assistência possibilitada pelos europeus, a começar na que podem prestar a si próprios, procura-se nos negros, exclusivamente, a causa das desgraças que os afligem. O Governador do distrito de Sofala escreve em 1888 que aí “(...) do maior numero de óbitos que se deram, não foram conhecidas as doenças, porque os pretos é raro recorrerem aos nossos clínicos e medicamentos, dando a preferência aos dos seus cuscucheiros e inhamussos;” apesar de tudo salvaguardando que “os nossos medicamentos, também, são caros e pouco ao alcance dos seus haveres.”⁴⁷² Situação semelhante em outros locais, como no distrito de Cabo Delgado, em 1882, onde as autoridades lamentam que os negros quase nunca façam participação dos óbitos, facto que atesta a marginalidade do poder colonial no quotidiano africano.⁴⁷³

À medida que caminhamos para o final do século XIX, também se vai esboçando um discurso que visa legitimar e sistematizar a exploração do trabalho dos africanos, como única alternativa à “fragilidade do organismo dos brancos”, discurso que estaria na base de certas ideias defendidas por António Enes e pelos que com ele preparavam a estratégia portuguesa.⁴⁷⁴

3.2. Economia – Entre o mundo africano e as necessidades portuguesas

Arlindo Chilundo destaca várias fases na economia moçambicana: a do ouro (1505-1693/5), a do marfim (1693/5-1750), a dos escravos (1750-1840/60) e, a partir de 1860, a das oleaginosas.⁴⁷⁵ A utilização dos circuitos comerciais por parte dos europeus e a tentativa de captar as actividades dos africanos para seu benefício é tanto mais importante quanto o

⁴⁷⁰ Andrade, Vol. V, 1910, p. 272-273.

⁴⁷¹ Existiram protestos dos habitantes de Lourenço Marques por só haverem sido enviadas crianças filhas de europeus excluindo os de indianos portugueses e de brancos e pretas. Freire de Andrade defende as opções tomadas com a existência de “animadversão pronunciada nas colónias inglesas da Africa do Sul” contra “a convivência com os individuos de côr” e, pretensamente, por a mudança de ares não ser tão necessária para as crianças excluídas. Andrade, vol. V, 1910, p. 275.

⁴⁷² B.O., 22/09/1888, nº 39, p. 585.

⁴⁷³ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 77.

⁴⁷⁴ Henriques, 2004a, p. 29. Da mesma autora ver Henriques, 1997, pp 75 e ss.

⁴⁷⁵ Chilundo, 1989, p. 511. Segundo o mesmo autor, nesta altura “(...) começava a era de produção agrícola para o comércio pondo-se, assim, em causa a pura troca, o comércio, como única fonte de riquezas e acumulação.” *Id.*, *Ibid.*, 512.

domínio directo é difícil.⁴⁷⁶ Os grandes lucros do comércio são objecto de apropriação, como o marfim. Também do tráfico negreiro que continuou e persistiu antes, durante, e à margem das proibições legais. Com as correspondentes consequências em termos de despovoamento dos territórios e da inviabilização das actividades produtivas. Também produzindo alterações políticas e formação de novos territórios sociais e entidades étnicas nas regiões afectadas pelo tráfico.⁴⁷⁷

A eficaz exploração dos rendimentos da colónia por parte do Reino foi muito lenta. Só nos anos 50 se procederia à instalação de estruturas alfandegárias em diversas localidades que, desse modo, quebravam o centralismo aduaneiro da Ilha de Moçambique - Ibo, Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques. Dois anos depois, eram dispendidos 64 000 réis na compra de quatro prensas novas para o selo das fazendas despachadas nas alfândegas do Ibo, Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques.⁴⁷⁸ Em 1854 – e para afastar acusações de comércio de escravatura no local, considera-se a necessidade de regular o comércio de Angoche através do estabelecimento de uma casa fiscal.⁴⁷⁹

Para alguns autores, a escravatura e a incúria dos portugueses originavam o subaproveitamento de enormes riquezas, como as madeiras de Quelimane, “(...) tal é o abandono e o desleixo a que estão reduzidas as fontes de riqueza daquele magnifico districto!”⁴⁸⁰

Em 1853 surge a proposta para a criação de uma Companhia denominada Luso-Africana-Oriental.⁴⁸¹ A ideia de formação de uma Companhia percorre toda a segunda metade do século XIX, entendendo-se que uma instituição com este cariz, à semelhança das congéneres britânicas, iria desenvolver e dominar o território.

Em 1856, perante a atribuição de um subsídio mensal de 3500\$000 réis para as despesas da administração da Província de Moçambique, o Governo de Sua Majestade aproveita para lembrar que a décima predial, nunca cobrada na Província até então deveria passar a sê-lo, bem como a décima industrial.⁴⁸² De qualquer modo esperando

⁴⁷⁶ Sobre a utilização, na segunda metade do século XIX, das estruturas existentes do comércio africano e afro-português em Angola veja-se: Henriques, 2000, pp. 72 e ss..

⁴⁷⁷ Caso do norte de Moçambique estudado por Medeiros, 2002, pp. 211-231.

⁴⁷⁸ Lisboa, 14 de Outubro de 1854. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, n.º 1 (1854) – n.º 8 (1867), p. 89.

⁴⁷⁹ Lisboa, 3 de Março de 1854. *Id.*, *Ibid.*, p. 179-181. Noutro momento, o exclusivo de Moçambique sobre os outros distritos é classificado como “odioso”. *Id.*, *Ibid.*, p. 338.

⁴⁸⁰ Machado, 1855, p. 10.

⁴⁸¹ Lisboa, 11 de Outubro de 1853. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, n.º 1 (1854) – n.º 8 (1867), pp. 53-62. Prevêm-se transferências de uma série de direitos para a Companhia por 99 anos. Entre as suas obrigações o art.º 14.º estipula a obrigação de “Estabelecer aulas.” Segue-se declaração de “Voto em separado do Conselheiro Visconde de Almeida Garrett”, *Id.*, *Ibid.*, pp. 62-63. “Bases para um Contracto ou Carta da proposta Companhia de Moçambique”, *Id.*, *Ibid.*, pp. 63-72.

⁴⁸² Paço, 17/12/1856, *Id.*, *Ibid.*, pp. 337-339. Também é curioso o discurso oficial adoptado: “(...) deve o Governador Geral da provincia, se ainda o não tiver feito, mandar immediatamente proceder, não admitindo nem attendendo frívolos pretextos com que na mesma Provincia se está sempre disposto a pretender demonstrar a inexequibilidade de certas providencias, logo que se veja n’ellas o pensamento de provocar o trabalho e a introdução de necessidades sociaes, contra que reage a sua habitual indolencia.” *Id.*, *Ibid.*, p. 338.

(...) que elle Governador geral, em conformidade com o que lhe fica dito, procurará occorrer ás principaes necessidades da Província, com os proprios recursos d'ella, propondo a criação de outros que julgue convenientes, a fim de que se não torne a pedir que pelo Thesouro de Portugal lhe sejam suppridos soccorros pecuniários.”⁴⁸³

Em 1867, Levy Maria Jordão chama a atenção para o problema que reside no facto de as despesas de todas as colónias serem pagas por uma só delas, e ainda se pretender que elas, de toda a sua despesa, disponibilizassem uma verba para as despesas da Metrópole,⁴⁸⁴ esquecendo-se, segundo o autor, de que as colónias ainda servem de “exutorio á escoria da Metrópole”, sobrecarregando-as com o sustento dos degredados, inclusivamente com as passagens de regresso à Metrópole após cumprimento da pena, com que tenta civilizá-los.⁴⁸⁵ Naquele mesmo ano, as receitas e despesas apresentam um deficit de 56176\$607. A sua tese baseia-se no estudo de dados que mostram que a receita das colónias tem aumentado enquanto a sua despesa vem diminuindo e que o deficit das colónias derivaria do tratamento dado pela Metrópole. Propõe que as receitas e despesas das colónias sejam incluídas no orçamento geral do Estado à semelhança das outras províncias do Reino devendo o deficit recair sobre todos.⁴⁸⁶

Sublinham-se as deficiências do comércio e comunicações dos portugueses, em 1880, apontados como obstáculos ao desenvolvimento, “a restricção como systema, a ficticia protecção em logar da livre concorrencia.”⁴⁸⁷

Em comunicação à Sociedade de Geografia, de Dezembro de 1880, Joaquim José Machado refere que os consumidores em África já existiam: os indígenas. Era preciso chegar a eles, havendo, para os aproveitar, que abrir vias de comunicação e estabelecer relações com o interior. Embora existissem na Província, casas comerciais francesas, inglesas, alemãs e holandesas, existiam muito poucas portuguesas.⁴⁸⁸ Aventa a hipótese de benefícios fiscais para atrair a fixação de nacionais.⁴⁸⁹ Em sessão posterior, de 22 de Dezembro, repete e demonstra que o comércio em Moçambique era quase todo estrangeiro.⁴⁹⁰

Joaquim Machado alerta para a necessidade de abertura de agências do Banco Ultramarino em Quelimane e Lourenço Marques, que garantam crédito necessário para subsidiar a agricultura através de “quintas regionais”, para remunerar o trabalho dos agrónomos, garantir prémios a culturas e criação de animais domésticos ou outros. Sugere

⁴⁸³ Paço, 17/12/1856, *Id.*, *Ibid.*, p. 339.

⁴⁸⁴ Referindo a obra de Levy Jordão, Rita-Ferreira aponta como negativo o pagamento pelo orçamento de Moçambique das “chamadas «despesas de soberania»”. Rita-Ferreira, 1989, p. 335.

⁴⁸⁵ Jordão, 1867, p. 12.

⁴⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

⁴⁸⁷ Testa, 1880, p. 27.

⁴⁸⁸ Machado, 1881, p. 21.

⁴⁸⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

⁴⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 26.

também o regime inglês, que consiste em obter dinheiro tributando as palhotas e, ainda, cobrando por cada palmeira e cajueiro, árvores de que os indígenas extraem uma bebida que muito apreciavam.⁴⁹¹

Negociantes na vila do Parapato, sentindo-se prejudicados nos seus interesses, escrevem, em 1890, ao Governo-geral. Declarando-se o governo português defensor da liberdade de comércio, nunca esperariam que, como acabara de acontecer, fosse proibido o negócio no interior do distrito. Forneceram-se de fazendas em grandes quantidades no início do ano, para poderem demandar o interior em busca de mercadorias e géneros que na vila “nunca é de esperar que cheguem”, mas a ordem de proibição apanhara-os desprevenidos, alguns mesmo, já no sertão. Ficando com as mercadorias por transaccionar e com falta de armazéns apropriados na vila, argumentam que o trabalho é o seu ganho e que quanto mais trabalharem, mais lucram. Com esse objectivo se arriscam a viagens longas e aos “rigores do clima mortífero d’Africa”. É a perspectiva de lucros razoáveis que os atrai à vila, especialmente por ter casas sucursais no interior, “onde o ganho é maior”, e não é justo que o governo, defensor da liberdade de comércio em todas as suas possessões, proíba o comércio no interior. O argumento de que os que faziam este comércio no interior “roubavam os pretos” e, em consequência, existiam hostilidades e guerra, não teria razão de ser, visto que não faz sentido roubar pessoas “em cujas mãos está a sua vida e haveres, como acontece quando se está no interior”. Além de que noutros locais em que há continuamente guerrilhas contra os negros, não consta que o governo português tenha proibido o comércio mas, pelo contrário, facilitado essa mesma actividade “(...) com o fim de tornar manso o preto selvagem (...)”.⁴⁹²

Os problemas económicos necessitariam de soluções de carácter global que tardavam. Em Novembro de 1890, os membros da Comissão Africana da Sociedade de Geografia estudam as propostas apresentadas por Joaquim Machado a 11 desse mês.⁴⁹³ Alvitram em resultado da sua análise, o estabelecimento de carreiras de navegação regular da barra do Zambeze a «Quebra Bassa» e do fim das cachoeiras à vila do Zumbo, a abertura de estrada para trânsito fácil ao longo das referidas cachoeiras, a construção de linhas telegráficas – tocando Quelimane, lago Nyassa, Tete, Zumbo, Manica, Beira, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques, proceder ao estudo das linhas-férreas de penetração: de Inhambane à fronteira de Zoutpansberg (Transvaal); da Beira a um ponto do alto Sanhati, e nos vales do Chire e

⁴⁹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 30.

⁴⁹² Documento assinado pelo gerente da casa Augusto Fabre e filhos, Selimand Mangy e onze assinaturas em árabe. Parapato, 10 de Julho de 1890, A.H.M., *Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 1 (13), doc. 1.

⁴⁹³ *Melhoramentos na província de Moçambique: consulta e propostas*, 1890.

Zambeze, a promoção da formação de empresas nacionais a quem as conceder, a promoção da emigração de gente portuguesa, o reconhecimento de lugares no território de Mashona e no distrito de Inhambane para a instalação de colónias europeias, a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques à fronteira do Mussuate; levar à prática meios que permitam urgentemente o desenvolvimento de Lourenço Marques.⁴⁹⁴

O “preto” usa ainda a enxada cafreal e cultiva a terra em pequena escala, apenas para a sua família. Também os europeus recusam este ramo de actividade por não o considerarem rentável por falta de consumidores. Os principais produtos são milho grosso e fino, amendoim, batata-doce, mandioca, feijão pequeno, muito pouco arroz, trigo e abóbora.⁴⁹⁵

Descrevendo a situação no norte de Moçambique, em 1893, o major Perry Câmara refere ⁴⁹⁶que, no interior, as aldeias indígenas são de pouca importância, ao contrário das costeiras: Lurio, Pemba, Arimba, Montepuez, Quissanga, Lumbo ou Olumboa, Pangane, Tungue, Fumbo, Querimba, Matemo, Ibo, destacando a primazia desta última.⁴⁹⁷ Salienta a necessidade de combate ao «contrabando», no norte da colónia, através de embarcações adequadas.⁴⁹⁸

António Enes, em 1893, sublinha que a colónia necessita de capital e, conseqüentemente, de estrangeiros, mal-grado o “amor-próprio e pátrio”.⁴⁹⁹ Dois anos depois, Joaquim Machado aponta a falta de capital como grande problema para o aproveitamento de Moçambique.⁵⁰⁰ O problema da penúria de “cabedais” é frequentemente retomado.⁵⁰¹

Na cobrança de impostos, a eficácia só pode melhorar através do êxito da força empregue pelo colonizador. Por portaria do Governo-geral nº 149 de 9 de Maio de 1896 determina-se que, sendo muito baixo o valor do imposto de palhota cobrado nesse momento, deverá passar a ser pago: 2\$500 réis ou meia libra por palhota nos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Moçambique; 7\$500 réis ou libra e meia em ouro na área da cidade de Lourenço Marques; no distrito de Inhambane, durante dois anos, 1\$350 réis; ficam exceptuados os territórios dos régulos Panda, Zavalla e todos os que não pagaram imposto

⁴⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁹⁵ *B.O.*, 30/08/1890, nº 35, p. 385.

⁴⁹⁶ Câmara, 1893, p. 2.

⁴⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*, pp. 3-5.

⁴⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 29.

⁴⁹⁹ Enes, 1946, p. 59.

⁵⁰⁰ Machado, 1895, p. 10.

⁵⁰¹ Veja-se: Coelho, 2000, pp. 118. Refere para o final do século e das chamadas «campanhas de pacificação» a incapacidade de investimento de capital português na província, a que se juntavam os custos da campanha militar, a fraca implantação, a ameaça inglesa, aspectos que estariam na base da política então adoptada caracterizada pela abertura ao capital estrangeiro, através de concessões a companhias, e a exportação de mão-de-obra para corresponder às necessidades das vizinhas África do Sul e Rodésia do Sul.

“antes das ultimas victorias alcançadas pelas tropas portuguesas contra as forças do Gungunhana”, sendo aí o imposto anual de 1\$500 réis ou meia libra em ouro por palhota.⁵⁰²

No final do séc. XIX, o porto de Lourenço Marques continua a revelar imensas dificuldades que derivam da inadequação das suas instalações às tarefas que lhe cabiam. O general Silvério Augusto Pereira da Silva chega em 1897 com projectos de remodelação.⁵⁰³ Era necessária uma ponte de descarga de mercadorias e um terreno junto à alfândega da cidade para depósito dos artigos, com telheiros e armazéns para os guardar,⁵⁰⁴ para que as mercadorias deixassem de ficar expostas a intempéries e roubos. Os engenheiros Parreira e Vasconcellos e Sá preparam os trabalhos que o Governo autorizaria em Abril de 1897 sob a direcção de Silvério Silva.⁵⁰⁵

Na opinião de alguns autores estrangeiros, a fiscalidade portuguesa asfixiava as iniciativas empresariais de capitalistas nacionais e adventícios. Assim se abafava a iniciativa de importantes empreendedores com as elevadas taxas e impostos sobre as importações e exportações, responsabilizando-se essa política fiscal pelo baixo número de negociantes na colónia.⁵⁰⁶

A miragem dos minérios ganharia importância enquanto motivação para alguns empreendimentos. O interesse pela exploração da presumida riqueza mineral de Moçambique perpassa nas preocupações de vários analistas. Minas apontadas e registadas nas regiões de Lourenço Marques, Sofala, Manica, nos sertões da Zambézia e em outros locais começam a atrair estrangeiros e a colocar em causa os interesses económicos e mesmo a soberania portuguesa tanto mais que

(...) a invasão européa de exploradores e mineiros começa a assignalar-se em todas as direcções e a ultrapassar o que podemos e devemos considerar como a fronteira da provincia. A tendencia de muitos, se não de todos esses audazes aventureiros é a de estabelecer intelligencia com os chefes indígenas, de preferencia a realisar-a com as distantes auctoridades portuguesas.⁵⁰⁷

Em texto assinado por Henrique de Barros Gomes é focado o perigo da burocracia no caso da legislação mineira, que explicava que os mineiros de diversas proveniências avançassem preferindo contactar directamente Umbandine, régulo do Mussuate, na concessão de terrenos situados a leste dos Libombos, ignorando os portugueses, o que releva a necessidade de assentar em Moçambique bases idênticas às da legislação do Transvaal.⁵⁰⁸

⁵⁰² B.O., 9/05/1895, n° 19, p. 179.

⁵⁰³ Silva, 1901.

⁵⁰⁴ Id., *Ibid.*, p.9.

⁵⁰⁵ Id., *Ibid.*, pp. 10-11.

⁵⁰⁶ Johnston, *The Colonization of Africa*, s.d., pp. 55-56.

⁵⁰⁷ *Relatório e Decreto acerca da Exploração de pedras e metaes preciosos na provincia de Moçambique...* 1888, p. 9.

⁵⁰⁸ Id. *Ibid.*, p. 10.

À medida que caminhamos para o final do século XIX, a África do Sul exerce maior influência sobre Moçambique, de que aproveita a mão-de-obra. Por volta de 1900, apenas cerca de um quarto dos investimentos eram de capital português.⁵⁰⁹ O panorama reflectia-se nas dificuldades de ocupação nacional.

3.2.1. Transportes, vias e comunicações

Em Cabo Delgado, no ano de 1882, são os negros que asseguram o transporte por via terrestre, carregando uma média de 25 Kg, sendo o pagamento de uma braça de algodão cru ou 200 réis por cada dia de marcha pelo mato.⁵¹⁰ Em Angoche, são usadas, em 1888, as “costas dos pretos” com preço variável, mas rondando 100 réis diários, desde que “(...) não seja para maxila.”⁵¹¹ Em 1888 os carregadores transportam igual peso contra o pagamento diário de uma braça e meia de algodão ou 200 a 300 réis diários.⁵¹² Em Sofala, no ano de 1887, o transporte fluvial faz-se em embarcações alugadas a seus donos mediante pagamento combinado em qualquer ocasião.

Pelas vias terrestres o carregamento é assegurado pelos africanos, que “(...) conduzem as cargas em volume e pezo proporcionados às suas forças”. O pagamento do governo às expedições consistia em três peças de fazenda cafreal por mês e comida ou 60 réis diários e alimentação a cada homem. Os negociantes pagavam muito mais e por ajuste variável.⁵¹³ Pela necessidade e dureza dos serviços a prestar, os carregadores dispunham de poder para rentabilizar a prestação dos seus serviços através da exigência de pagamento diário e de estabelecimento de condições, como o tipo de alimentação a receber. As tarefas que desempenhavam não eram, certamente, empreitadas para «indolentes»... ou portugueses.

A 20 de Fevereiro de 1885, o chefe da expedição científica Pinheiro Chagas, de Moçambique ao Ibo, Alexandre Serpa Pinto, explica em relatório⁵¹⁴ que lhe foi sempre difícil obter mais de 20 a 30 carregadores, “(...) que pediam exorbitantes pagamentos, e d’isso proveio em parte as nossas misérias.”⁵¹⁵ Em 1886, Manoel Rodrigues Pereira de Carvalho, viajando pela Zambézia, assinala a sua dependência em relação aos carregadores e elogia a

⁵⁰⁹ Marshall, 1993, p. 48.

⁵¹⁰ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 83.

⁵¹¹ *B.O.*, 6/10/1888, nº 40, p. 609.

⁵¹² *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 599.

⁵¹³ *B.O.*, 24/09/1887, nº 39, p. 440.

⁵¹⁴ *B.O.*, 17/10/1885, nº 42, pp. 335-340.

⁵¹⁵ *Id. Ibid.*, p. 336.

acção decidida destes quando encontram dificuldades no troço entre Conceição e Quelimane.⁵¹⁶

No distrito de Tete, segundo o relatório do ano económico de 1887-88, entre aquela vila e o Zumbo e para qualquer parte longe de rios navegáveis, os “homens supprem a falta de bestas de carga.” A machila destinava-se aos viajantes distintos. Os carregadores recebem pesos proporcionais à sua robustez pelo que um corpo de tropa, em viagem, carece de quase tantos carregadores quantos os soldados. A *tsé-tsé* levanta sérios obstáculos à utilização de animais no transporte de viajantes, bagagens e mercadorias. Contudo, não é raro, “(...) até sem causa justificada, (...) verem-se os viajantes abandonados pelos carregadores e pelos machilleiros, obrigados a deixar no caminho o mais precioso de suas bagagens que podem não tornar a encontrar, se perto não arranjam outros carregadores.”⁵¹⁷

Também em Gaza, no ano de 1888, os transportes são assegurados pelos carregamentos, às costas, a cargo dos negros.⁵¹⁸

A angariação de carregadores e o ajuste do serviço são considerados aspectos fundamentais para o viajante europeu em África.⁵¹⁹ As rações, pagas em alimentos, devem ser distribuídas pelos chefes para evitar desordens e reclamações. O olhar europeu define-se com as recomendações formuladas aos viajantes oficiais. Ao viajar, deve o europeu ser pródigo em oferendas nos locais de paragem, tendo em consideração que a ideia que do viajante farão as populações depende deste cuidado, já que as notícias de “boca em boca” circulam com enorme rapidez em África. Um dos factores que bem impressionaria os africanos consistia em mostrar o europeu, antecipadamente, as remunerações que pretende efectuar.⁵²⁰ As marchas diárias oscilam entre 12 e 25 quilómetros. São poucas as alturas em que os africanos podem negociar as condições de trabalho – esta é uma delas.

No regresso da expedição de Renato Baptista, algumas cargas são recusadas por carregadores contratados em Beia, Jôbo e Unguaruanguara, com a alegação do excesso de peso, ainda que, segundo ele, inferior a 30 Kg. Acrescenta, de resto, que a gente

⁵¹⁶ “Descendo da machilla no único bocado de terreno que a maré não tardaria a invadir, e sem saber como os carregadores se tirariam de tal dificuldade, vi contudo pelo sangue frio com que encaravam a situação que conseguiram vencer tal obstáculo. Voltar para traz era já impossível e o único recurso era subir para o mangal em quanto a maré não descesse. Effectivamente sem um único machado, com alguns troncos que ali se encontravam e com casca de arvores servindo de cordas depressa improvisaram uma ponte que conseguiu passar de machilla. Ninguém, embora dotado de melhor intelligencia, conseguiria com tão poucos meios e em tão pouco tempo igual resultado.” *B.O.*, 6/09/1886, nº 45, p. 550.

⁵¹⁷ *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 416. Ainda sobre a machila, já na primeira década do séc. XX, as “(...) pessoas de representação e haveres usam tambem fazerem-se transportar em machilas que pretos robustos, devidamente adestrados, carregam, deslizando velósamente pelos caminhos, proporcionando assim transporte tão cómodo e rápido, como não é fácil imaginar-se. Por esta maneira consegue-se fazer viagens de quarenta ou cincoenta kilometros em sete ou oito horas de marcha continuada em que a recua de pretos regula o reveso por um modo hábil, sem atrazos na andadura nem solavancos nas mudanças.” Borges, 1912, p. 76.

⁵¹⁸ *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 88.

⁵¹⁹ Castel-Branco, 1891, p. 52-53.

⁵²⁰ *Id. Ibid.*, p. 53.

Uruanguara suscita questões a propósito das coisas mais insignificantes.⁵²¹ O mesmo autor descreve Sofala, nesse ano, como uma terra decadente, em que é difícil encontrar carregadores, ou porque muitos emigraram, ou porque, pura e simplesmente, não obedecem à autoridade.⁵²² Na região do Busi, a expedição enfrenta dificuldades para assegurar a alimentação dos carreteiros. Chovera de tal forma que as barracas de lona exigiam, cada uma, dois carregadores para o transporte. À gente da Mucaranga foi tentado comprar a maior quantidade de farinha que permitisse saciar “aquela elasticidade de estômago que caracteriza os negros.” Os chefes das *inçacas* viriam pouco mais tarde pedir farinha para acalmar a fome, uma vez que o produto escasseava, pelo que não houve outro remédio senão dar-lha com “algumas pauladas, que ainda mais eficazmente contribuíram para acalmar a ruidosa exaltação.” Continuando viagem para Gômani, chegaram à Mucaranga, onde a expedição obteve carregadores para substituir os que adoeceram.⁵²³ Perto de Unguaranguara referem-se as discussões com os carregadores num episódio em que, tentando chegar-se

(...) a um accordo constituíram uma scena interminável e na realidade bem vergonhosa para nós; nem sequer como de iguaes eram os termos do nosso contrato; eram elles que queriam dominar, propor-nos as exigências mais absurdas, revelando sempre uma desconfiança absoluta das garantias dos nossos contratos.⁵²⁴

O domínio do território passa pela existência de vias de comunicação controladas por portugueses. Em 1885, no distrito de Tete, o Governador explica que somente um caminho-de-ferro ligando Quelimane ao Zumbo poderia modificar a situação que faz “dos homens bestas de carga” e obriga os viajantes a transitar acorados em almadias no Zambeze.⁵²⁵ No *Cachomba*, ponto importante daquele rio, entre Tete e Zumbo, o percurso é retomado depois de interrompido por cachoeiras, obrigando então ao transporte das mercadorias por indígenas, “á cabeça”.⁵²⁶

Em 1890, a mudança de residência de Ngungunyane obriga o residente-chefe Casaleiro Rodrigues, que o seguirá, a solicitar 250 carregadores de Sofala para o transporte das suas bagagens. Com dificuldade se reuniriam 230 e muitos deles, depois de recrutados, aproveitavam a noite para desertar.⁵²⁷

O pagamento adiantado nem sempre garante a correspondente prestação de serviços. Em Cumbana, a 9 de Julho de 1895, o Coronel Galhardo lamenta a fuga de 147 carregadores,

⁵²¹ Baptista, 1892, p. 63.

⁵²² *Id. Ibid.*, p. 20.

⁵²³ *Id. Ibid.*, p. 58.

⁵²⁴ *Relatório do tenente Veiga da Cunha* in Baptista, 1892, p. 69.

⁵²⁵ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 493.

⁵²⁶ *Id. Ibid.*, p. 493.

⁵²⁷ Vilhena, 1996, p. 132.

de entre os 800 que haviam sido arregimentados, homens e mulheres, de Inharrime, depois de haverem recebido pagamento.⁵²⁸

Em 15 de Março de 1894 são fornecidos e pagos pelo comando da Maganja Além Chire 14 marinheiros ao alferes Lopes Pereira, a caminho de Tete, por lhe terem fugido todos os tripulantes que o acompanharam da Mopêa.⁵²⁹

A imposição aos negros de longos períodos de ausência da sua região e de trabalho forçado provoca a constante fuga e desconfiança relativamente aos ajustes feitos pelos portugueses. Sobre as relações com os africanos e as tentativas de obtenção do seu imprescindível auxílio, no distrito de Inhambane, chamados pelos comandantes militares,

(...) os negros apresentam-se, embora de má vontade, e sempre em debito do contingente nomeado; se, porém, o serviço se demorar por mais de dez a quinze dias podemos ter a certeza de os ver fugir em massa, impotentes para prevenir a deserção que se realisa com a maior facilidade, pelo coberto do paiz e pelo conhecimento que elles têm de uma região onde nós, por mais habituados a percorrel-a, nos desorientâmos a cada passo. Para impedir estas deserções seria necessario castigar com rigor povoações inteiras, e nas nossas leis não há preceitos sufficientes.⁵³⁰

A melhoria das comunicações e o esforço para abrir por terra a ligação de Angola com Moçambique foi uma preocupação dominante na segunda metade do século XIX.⁵³¹

As contrariedades começavam, contudo, no âmbito das ligações internas da colónia. A dificuldade de comunicações regulares acentuava o isolamento de cada localidade. A ausência de estradas, boas ou más, ressalta o papel dos negros como “bestas de carga” – ou “*homens-machinas*” percorrendo os “atalhos por entre selvas intransitáveis e seculares.”⁵³² As dificuldades que os colonialistas experimentam no domínio das comunicações tornam de imprescindível necessidade o recurso aos africanos para assegurar o transporte.

À distância da Província em relação à Metrópole somam-se as dificuldades de comunicações no interior da primeira. A Província é constituída por diferentes regiões afastadas entre si e dificultando uma qualquer eficaz acção unitária nos âmbitos político, institucional ou económico. Em 1856, após o decreto de 14 de Outubro que estipula a constituição da Junta Geral de Distrito na Província, entre as consultas deste órgão prevêm-se as relativas às “(...) estradas carreiteiras que primeiro se devem abrir, e os meios pecuniários para taes obras.”⁵³³

⁵²⁸ Carta do Coronel Galhardo a António Ennes pub. em *As Campanhas de Moçambique em 1895 ...* 947, pp. 117-120.

⁵²⁹ *B.O.*, 9 de Junho de 1894, nº 23, p. 305.

⁵³⁰ Ayres de Ornellas, Henrique Couceiro, Eduardo da Costa, Mousinho de Albuquerque, *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, 1897, pp. 129-130.

⁵³¹ Lisboa, 11 de Outubro de 1853. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 60.

⁵³² Machado, 1855, p. 19.

⁵³³ Paço, 11 /11/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 316.

O uso das vias fluviais não era suficiente para a criação de comunicações regulares. Mesmo os grandes rios ficavam sujeitos às estações, à escassez da água em certos períodos ou a cataratas, que eram obstáculo poderoso. A solução estava na abertura de estradas, construção de caminhos-de-ferro e linhas telegráficas, estruturas que, por sua vez, exigiam capital.⁵³⁴

Havia que tentar rentabilizar e tornar viáveis as comunicações internas entre os diversos pontos da colónia usando as ligações internacionais que a demandavam. Em 1853 e a propósito do início do estabelecimento de uma Companhia para Moçambique, a Luso-Africana-Oriental, descreve-se que

(...) há hoje estabelecida uma linha de vapores mensaes entre Inglaterra e o Cabo da Boa-Esperança, donde partem outros vapores, que tocando em alguns dos portos da colonia do Cabo, vão em cinco dias a Porto Natal; e que existindo as linhas de vapores, que navegam entre vários portos da Ásia e Suez, tocando todos em Aden, há uma lacuna a preencher entre esta ultima Cidade e Porto Natal; o que poderia fazer-se tocando os vapores nos portos de Natal, Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Quelimane, Moçambique, Ibo, Zanzibar, e Aden.

Sendo provavel que por esta linha viriam a servir-se, em grande parte, na sua correspondência para a Europa, e para a América Septentrional, as Ilhas Mauricia e de Bourbon, e os estabelecimentos francezes de Madagáscar, Cómoro e Nossibé, e que tambem de Bombaim conduziria algumas vezes a correspondência por via de Aden, para os portos da Africa Oriental: além d'estas linhas marítimas poderia, talvez, estabelecer-se a navegação por vapor em alguns dos rios da Província.⁵³⁵

Em 1855 refere-se que Alfredo Duprat, árbitro português da Comissão Mista Portuguesa e Britânica, comunicou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a necessidade de se promover, conjuntamente com o Governo dos Transvaal Boers, a abertura de uma estrada entre o seu território e a Província de Moçambique, facto a que se acrescenta que

(...) conviria substituir nas Possessões Portuguezas de Africa o emprego de escravos no transporte de generos pelo dos carros = wagons = usados pelos mesmos Boers, offerecendo-se a mandar para cada uma das ditas Possessões, tanto orientaes como occidentaes, um d'aquelles carros completo para servir de modelo; e sendo incontestável que o desenvolvimento e prosperidade do commercio depende essencialmente da facilidade das communicações, e da commodidade e barateza dos transportes (...).

Seria ordenada a abertura da referida estrada entre o território dos Transvaal Boers e Inhambane ou Lourenço Marques.⁵³⁶

Neste mesmo ano, institui-se um vice-cônsul em Aden, e outro em Zanzibar, acrescentando-se que não haviam frutificado as tentativas para que em Londres se conseguisse que a Companhia da navegação a vapor entre Inglaterra, Cabo da Boa Esperança

⁵³⁴ Fage, 1997, pp. 408-409.

⁵³⁵ Lisboa, 11/09/1853, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 60.

⁵³⁶ Paço, 10 /03/1855, *Id.*, *Ibid.*, p. 133. A mesma oportunidade de substituição do transporte empregando escravos pelo de waggons usados pelos boers do Transvaal, determinará o envio, para a província de Angola, de um carro daquele tipo. *Id.*, *Ibid.*, pp. 140-141.

e Porto Natal, se prolongasse até Moçambique, de forma a utilizar aquelas nomeações para melhorar as comunicações entre a Província de Moçambique e Lisboa.⁵³⁷

Segundo Liesegang, na década de 70, em Lourenço Marques, registam-se modificações na navegação e, na seguinte, já ali são recebidos navios a vapor oriundos de diferentes empresas de navegação.⁵³⁸

Na segunda metade do século XIX, Joaquim Machado explica que o caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transvaal significará combate à mosca tsé-tsé que, na sua convicção pessoal, se alimentaria do sangue dos grandes animais selvagens, podendo ser combatida através da cultura e da caça. Este facto confirmaria a importância da empresa, para a qual solicita o apoio da Sociedade de Geografia. Compara ainda os dois traçados propostos – Pretória/Lourenço Marques e Pretória/Durban e conclui pelo primeiro. Aponta-lhe os benefícios: as vantagens relativamente à navegação, a menor distância, a orografia do país e outros aspectos técnicos, para além dos custos de 19 contos por quilómetro e, portanto, inferiores aos dos caminhos-de-ferro europeus.⁵³⁹ Além disso, operar-se-ia uma autêntica mudança na região e aproveitar-se-iam outros meios de comunicação a empreender, nomeadamente o canal do Quáqua ligando o Zambeze e o rio de Quelimane, aproveitamento dos rios nas ligações com o interior, superando as partes não navegáveis com curtas extensões de caminhos-de-ferro. Lembra as necessárias linhas telegráficas: as já existentes, da barra à vila de Quelimane, e as que seria indispensável criar – primeiro, a de Quelimane a Moçambique; segundo, de Quelimane a Tete; terceiro, do Zambeze e Chire para o Niassa; quarto, de Inhambane para Lourenço Marques. Estas linhas, aliadas ao cabo submarino que toca Lourenço Marques e Moçambique, assegurariam que a Província ficaria ligada à Europa. Sobre o pessoal necessário para os trabalhos, expõe a dificuldade em recrutá-lo, pois os potenciais trabalhadores exigiam do governo pensão para as suas famílias em caso de morte, pretensão não satisfeita, mesmo tendo recorrido às seguradoras, que não corresponderam. Esclarece, contudo, que na expedição de obras públicas que liderou a Moçambique não se verificou uma única morte.⁵⁴⁰

⁵³⁷ Tanto mais que se considera que “(...) á falta de comunicações entre ella e a Metropole; porque d’essa mesma falta procede a do conhecimento de muitas circumstancias, que, ignoradas, ou tardiamente conhecidas, influem essencialmente sobre a adopção de providencias, tanto para melhorar o seu governo e administração, como para desenvolver o seu commercio e outras fontes de riqueza (...)”. 31 de Outubro de 1855. *Id.*, *Ibid.*, p. 209.

⁵³⁸ Liesegang, 1995, p. 48 e ss.. Contendo tabelas de entrada e saída de navios relativas a 1824, 1825, 1826, 1850 a 1852, e 1861.

⁵³⁹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 4-5.

⁵⁴⁰ *Id.*, *Ibid.*, pp. 6-7. Sobre a expedição de Joaquim Machado e correspondente organização ver Santos, 1978, p. 295.

No distrito de Lourenço Marques, em fins dos anos 80, existem apenas três estradas: a da vila para a Ponta Vermelha, 3 quilómetros de extensão, iniciada em Abril de 1877; a do Incomáti, por via da Matola; a do Transvaal, por via de Tembe.⁵⁴¹

A navegação pelo Zambeze não estava também isenta de escolhos. Sobre a dificuldade de sulcar o enorme rio, pelos anos 80, João de Azevedo Coutinho assinala a existência de diversas ilhas, permanentes ou formando-se para desaparecer posteriormente, enquanto outras surgem em locais diferentes, sendo por isso a navegação muito difícil e sujeitando os navios a encalhes frequentes.⁵⁴²

Em 1885 o Governador do distrito de Tete explica que naquela região os caminhos se limitam aos “trilhos cafreas” e que mesmo estes acabam por desaparecer, por falta de conservação apesar de caber aos arrendatários dos prazos a sua manutenção.⁵⁴³

Em 1889, Joaquim Machado, na Sociedade de Geografia de Lisboa, analisa as intenções de expansão e ocupação inglesas e a oportuna criação do distrito do Zumbo, reconhecendo, de igual modo, a fraca acção desenvolvida por Portugal no vastíssimo território da Zambézia, ao longo de três séculos.⁵⁴⁴ Propõe um verdadeiro programa estruturante da presença portuguesa: o estabelecimento de carreiras de navegação regular entre a barra do Zambeze, as cachoeiras de «Quebra Bassa» e o Zumbo, a abertura de estrada paralela ao longo das referidas cachoeiras, o estabelecimento de linhas telegráficas entre Quelimane, Nyassa, Tete, Zumbo, Manica, Beira, Sofala, Inhambane, Lourenço Marques, a formação de empresas nacionais para construção da linha férrea de Inhambane a Zoutpansberg (Transvaal) e outra da Beira a um ponto do alto Sanhati, a promoção da emigração portuguesa para o território, o reconhecimento de lugares na Mashona e Inhambane para o estabelecimento de colónias europeias.⁵⁴⁵ Noutra proposta, expõe a necessidade de reocupação de um lugar nas margens do Inhampura (região ocupada em 1883 onde se estabelecera Diocleciano Fernandes das Neves mas descurada após a sua morte).⁵⁴⁶ Propõe, ainda, a formação de uma empresa para a navegação dos rios de Lourenço Marques, a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques à fronteira do Mussuate, a criação de meios para o desenvolvimento da população portuguesa na localidade, e opõe-se à manutenção do centro administrativo na ilha

⁵⁴¹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 64.

⁵⁴² Acrescenta a título de curiosidade que as primeiras embarcações a navegar o Zambeze teriam sido os pequenos escaleres a vapor «Pioneer» e «Ma Robert» de Livingstone, transportados desarmados de Quelimane para lá pelo Quaqua (1858-1861); em 1876 navegavam precariamente as lanchas de guerra portuguesas «Tete» e «Sena», de rodas e armadas, quase não passando a foz do rio, que acabariam desarmadas no ano seguinte; em 1889 foram para o Zambeze as lanchas «Cherim», «Marave» e «Cuama». Tentar-se-ia transportar para lá de “Caroabassa” a «Marave», em 1892, o que fracassou por não haver sido possível fazê-la passar os rápidos montada; em 1898, transportada por terra e via fluvial foi lançada a «Constance» do major inglês Gibson, primeiro navio a navegar acima de Quebrabassa e abaixo de «Victoria Falls». Coutinho, s.d., p. 97.

⁵⁴³ B.O., 25/09/1885, nº 8, p. 493.

⁵⁴⁴ Machado, 1889a, p. 15.

⁵⁴⁵ Id., *Ibid.*, p. 18.

⁵⁴⁶ Id., *Ibid.*, pp. 31-33.

de Moçambique, já que também mudara a situação anterior em que aquela cidade fora importante entreposto comercial – o que impunha a organização administrativa da Província.

Também Augusto de Castilho refere que, no domínio das comunicações, a situação se mantivera extremamente deficiente e explica que nos

(...) tempos que duraram até 1873, não era raro estar-se em Moçambique, cinco, seis e nove longos meses sem se saber o que se passava em Lisboa, ao passo que em volta de nós e muito perto, linhas diversas de navegação a vapor faziam já um serviço de malas indiscutivelmente superior.⁵⁴⁷

Lembra que em 1879 foi lançado o cabo telegráfico submarino de Natal a Lourenço Marques, de Aden a Zanzibar e de Moçambique a Lourenço Marques, depois de recordar,

(...) com saudade, a entrada do primeiro paquete regular, o *Natal* da Companhia Union, que no fim da tarde de 5 de março de 1873, e em viagem de Natal a Zanzibar, começou a tocar mensal e regularmente em Moçambique. Desde então ficámos ali com as duas vias de comunicação, pelo sul e pelo norte, as quaes nunca mais deixaram de servir-nos e se foram successivamente aperfeiçoando, em commodidades, rapidez de viagens e sua frequencia.⁵⁴⁸

No relatório de 1887-88, o Governador de Distrito explica que são muito limitados os transportes de mercadorias, encarecendo os preços pelas despesas e prejuízos suportados pelos donos, pois “(...) há tresentos e tantos annos se viaja e se transportam as mercadorias pelos processos cafreaes, sem que a almadia tenha sido substituída pelos barcos a vapor.”⁵⁴⁹

Fazendo o elogio a Mouzinho de Albuquerque, Ayres d’Ornellas – para fazer notar que ele próprio deixara 300 km de estradas carreteiras – foca a importância dessas vias enquanto instrumentos de domínio e “domesticação dos selvagens”.⁵⁵⁰

Em 1893, no distrito de Cabo Delgado, os transportes de géneros por terra são assegurados “às costas dos pretos” mediante pagamento variável. Os marítimos são viabilizados pelos pequenos paquetes da *Deutsche Ost-Afrika-Linie*. As comunicações com Moçambique fazem-se através de uma lancha à vela contratada pelo governo, sendo caracterizadas pela irregularidade e incerteza.⁵⁵¹

Em 1895, o Director Geral dos Correios da Metrópole, Madeira Pinto, comunicando com António Enes, pede-lhe que explique se haveria vantagem no envio semanal por Lourenço Marques da correspondência para Quelimane, Beira e Moçambique. Acrescenta que não se dispõe na Metrópole de informações seguras sobre os meios de transporte entre Lourenço Marques e os portos do norte da Província, para além dos previstos em contrato

⁵⁴⁷ Castilho, 1895, p. 145.

⁵⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 146.

⁵⁴⁹ *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 415.

⁵⁵⁰ Ornellas, 1902, p. 13.

⁵⁵¹ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 634.

com a Companhia Alemã, uma vez que esta apenas faz serviço mensal. Este facto leva a sugerir que as expedições semanais por via de Londres e Pretória poderiam adiantar a correspondência aos portos do norte caso as partidas de Lourenço Marques para esses portos fossem frequentes.⁵⁵²

De resto, no domínio dos correios, a 13 de Março de 1895, em Lourenço Marques, legislação assinada pelo comissário régio António Enes determina uma série de melhoramentos para o seu funcionamento.⁵⁵³

Em 1902 explica-se que a geografia africana “está ainda na infância”, especialmente nos territórios portugueses.⁵⁵⁴ Focam-se as dificuldades de navegação para grandes navios, especialmente no Zambeze.⁵⁵⁵ Durante séculos, a navegação no rio fez-se em pequenos barcos de fabrico indígena, mais do que em grandes almadias.⁵⁵⁶

Apesar de lenta, a modernização e multiplicidade de transportes disponíveis com o exterior aumentará nas últimas décadas do séc. XIX, e, com esse aumento, a correspondente integração de certas produções da colónia, no vasto quadro do comércio mundial. Simultaneamente proporcionariam alguns meios que favoreceriam as pretensões ao exercício de uma política colonial progressivamente mais eficaz.⁵⁵⁷

3.2.2. Os africanos e o serviço militar compelido – uma socialização forçada

Os africanos eram essenciais para assegurar o domínio militar europeu. Não era fácil para os portugueses assegurar contingentes militares. Para David Rodrigues, em publicação de 1910,⁵⁵⁸ preocupado em ilustrar a evolução militar em Moçambique, foi Rebello da Silva quem definiu a “theoria da assimilação”, promulgando, em 1869, um projecto de reorganização das forças ultramarinas. As antigas companhias foram organizadas em batalhões de caçadores, tendo como resultado o aumento do número de oficiais superiores. António Enes viria a suprimir estes batalhões, substituindo-os por companhias. O autor fala sobre os negros e a sua posição perante o serviço militar, lembrando que eles

⁵⁵² Carta de Madeira Pinto a António Ennes pub. em *As Campanhas de Moçambique em 1895*, 1947, pp. 111-112.

⁵⁵³ *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 14-15.

⁵⁵⁴ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, 1902, p. 31.

⁵⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 34.

⁵⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 35.

⁵⁵⁷ “Outro factor na transformação de Moçambique foi a modernização dos portos marítimos e a construção de vias férreas. A abertura do canal do Suez, em 1869, facilitou enormemente a ligação de Moçambique com a Europa, nomeadamente a sua introdução no comércio mundial das oleaginosas. Em 1874 estava aberta a estrada de Lourenço Marques à África do Sul. Em 1879 foi assinado um tratado com a Inglaterra para a construção do porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques que viria a ligar-se ao Transval em 1895. Em 1879, a atracação do cabo submarino em Lourenço Marques e na Ilha de Moçambique possibilitou uma ligação com Lisboa susceptível de facilitar uma melhor execução da política colonial. Em 1881 constituiu-se a Empresa Nacional de Navegação que estabeleceu as ligações marítimas com as colónias africanas. Em 1896 ficou concluída a linha de caminho de ferro Beira-Machipanda, na fronteira com a colónia britânica.” Capela, 2000a, p. 131.

⁵⁵⁸ Rodrigues, 1910, p. 2.

(...) nunca se offereceram como voluntarios para o serviço militar, porque detestaram sempre, não só os rigores da sua disciplina, mas também os estapafúrdios capacetes á allemã que lhe punham na cabeça e os mal feitos e incommodos butes em que lhe mettião os pés. Os que por vadios e ladrões a esse serviço eram obrigados, em breve adquiriam a sua liberdade com uma simples deserção.⁵⁵⁹

Apesar da necessidade de quadros indígenas, a situação não era de molde a tornar muito fácil o seu recrutamento e manutenção na instituição militar, chegando a recorrer-se “(...) á troca de pretos entre Angola e Moçambique, que pelos oceanos não podiam desertar (...)”.⁵⁶⁰ O desenraizamento dos africanos é uma estratégia eficaz e recorrente. O isolamento em relação ao território de que eram naturais, das suas famílias, das suas referências, poderia constituir um antídoto para a deserção.

David Rodrigues baseia-se nos preceitos estabelecidos na legislação de Rebello da Silva para a criticar. Nela se declarava a necessidade de não usar meios violentos, extorsões ou vexames e de reprimir os funcionários locais que os pratiquem.⁵⁶¹ O facto de, em Portugal, existir a convicção de que os funcionários coloniais eram tiranos, somado ao corte de lugares para comissões de militares no Ultramar por Rebello da Silva, teriam levado a que as colónias ficassem sem autoridade.⁵⁶² Defende que os efeitos da lei de 1868 não tardariam a fazer-se sentir, por exemplo, na difícil situação vivida por Augusto de Castilho, cercado por régulos pretensamente amigos, em Lourenço Marques.⁵⁶³

As posições dos africanos, assumindo uma enorme variedade de formas de resistência à prestação de serviço militar e à colaboração com os colonialistas, são constantes. Entre elas regista-se o falhanço do recrutamento regional “com pretos apanhados a cordel”,⁵⁶⁴ pelo que, mesmo após algumas medidas – criação do regimento de infantaria do Ultramar em 1876; envio de companhias de polícia civil para Quelimane e Inhambane em 1878; envio de mais dois batalhões de caçadores para Tete e Lourenço Marques, em 1879 –, os efectivos continuavam escassos e disseminados por diversos serviços.⁵⁶⁵ As dificuldades vão-se sucedendo em Tete, Sofala, Quelimane, Angoche, entre outros locais. E a situação fora das sedes dos distritos, no interior, não seria melhor – uma autoridade sem força nem prestígio, incapaz de defesa “mesmo contra as feras”.⁵⁶⁶ As dificuldades motivavam negociações com os régulos, tentando fazer valer o seu prestígio, nomeando-os funcionários e concedendo-lhes o cargo de capitão ou de sargento-mor. Eram os portugueses obrigados a conceder atribuições

⁵⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 5.

⁵⁶⁰ *Id. Ibid.*, p. 6.

⁵⁶¹ *Id. Ibid.*, p. 9-10.

⁵⁶² *Id. Ibid.*, p. 11.

⁵⁶³ *Id. Ibid.*, p. 13.

⁵⁶⁴ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 16.

⁵⁶⁶ *Id. Ibid.*, pp. 17-18.

e poderes, contribuindo para um aumento do prestígio dos régulos, que acabava por retirar importância aos próprios europeus e colocá-los na sua dependência, pelo que era frequente que fosse usado contra a «autoridade» o poder que à sua custa haviam ganho.⁵⁶⁷ No início dos anos 90, a falta de efectivos aliada à dispersão da força militar em pequenos e minúsculos destacamentos explicam o estado de decadência da autoridade portuguesa.⁵⁶⁸

A perspectiva de prestação de serviço militar sob as ordens dos colonizadores não agradava aos africanos. O alferes Rodrigues da Silva, comandante militar de Sofala, anota, em 31 de Agosto de 1890, que a maior parte dos pretos das terras da coroa da vila abandonam as povoações e internam-se no sertão, em grande medida, por receio de serem apanhados para soldados.⁵⁶⁹ Em Junho de 1891 lamenta o comandante militar de Aruangua que “todos os pretos que aqui estavam de serviço tem fugido assim que os mandem apresentar ao corpo expedicionário”.⁵⁷⁰

O valor das companhias indígenas é reconhecido, nomeadamente na superioridade da marcha, embora haja a necessidade do seu enquadramento.⁵⁷¹

A 18 de Maio de 1895, António Enes promulga alteração de uniformes de modo que sejam mais adequados ao clima, mais económicos e conformes aos hábitos dos soldados indígenas.⁵⁷²

As classes de alistamento dos indígenas dividem-se em voluntários, contratados, compelidos e recrutados.⁵⁷³ Para se alistar como voluntário é necessário o conhecimento do candidato pela autoridade ou pelo chefe indígena.⁵⁷⁴ Em caso de deserção, o chefe terá de apresentá-lo ou entregar um seu substituto.⁵⁷⁵ Já a categoria de alistamento designada por “compelidos” inclui os que foram forçados ao alistamento por serem considerados vadios, os que se ausentaram das terras dos seus chefes naturais para se estabelecerem com outros chefes

⁵⁶⁷ *Id. Ibid.*, pp. 23-24.

⁵⁶⁸ *Id. Ibid.*, pp. 35.

⁵⁶⁹ *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557.

⁵⁷⁰ *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 442. Em 1886-87 o Governador do distrito na Zambézia salienta, em relatório, a “negação que a maior parte dos indígenas sente pelo serviço das armas.” *B.O.*, 24/03/1888, nº 45, p. 212. O africano emigra facilmente para a África do Sul mas evita a capital da Província porque “(...) receia que o façam alistar no exercito, a cujo serviço tem horror, apesar de ser dotado d’instinctos guerreiros.” *B.O.*, 22/01/1887, nº 4, p. 30.

No relatório do Governador do distrito de Tete de 1887-88 alude-se ao reduzido número de oficiais e à indisciplina dos cabos e soldados Também à repugnância que no distrito existe pelo serviço militar. Já quanto aos cipaio ou “tropas de guerrilha” refere que eles não servem para o serviço de guerra senão quando haja o que roubar, que é o “(...) móvel que mais os impele” muitos acabando por desaparecer com os armamentos. Juntam-se como factores negativos, a permanência em exercício por mais tempo do que o previsto e a privação de pagamento regular durante muitos meses. *Id.*, *Ibid.*, p. 415.

Para o residente chefe de Gaza, em 1888, os desertores do batalhão de caçadores 4 eram um verdadeiro problema. Naturais de Moçambique e do Ibo fugiam para as suas terras. Lembra-se ainda de um expediente para obviar ao problema, “(...) mas o meio recorda epochas antigas e para fins tão immoraes, que me não atrevo a propol-o; apesar de ainda há poucos annos em Chiloane o uzarem para evitar a fuga dos criminosos, a gonilha.” *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 86.

⁵⁷¹ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁷² *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, p. 48.

⁵⁷³ Artigo 16º do «Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas da Província de Moçambique aprovado por portaria nº 859-A de 30 de Novembro de 1904», 1904, p. 9.

⁵⁷⁴ Artigo 18º, *Id. Ibid.*, p. 9.

⁵⁷⁵ Artigo 20º, *Id. Ibid.*, p. 10.

sem autorização e os considerados “perigosos para a política indígena”.⁵⁷⁶ Especificam-se as autoridades competentes para proceder ao recrutamento, nomeadamente, comandantes dos Depósitos de Recrutas, capitães-mores, comandantes militares, administradores de concelho, de circunscrição, civil de terras e de prazo explorado por conta do Governo, intendentes e residentes do Governo e agentes de autoridade nos prazos arrendados onde não haja autoridade administrativa imediatamente inferior ao governador do distrito com jurisdição territorial.⁵⁷⁷ Recomenda-se às autoridades a obtenção de mancebos mercê do recurso aos chefes indígenas e a utilização “de persuasão, não recorrendo a violências.”⁵⁷⁸ Arregimentar é uma forma de educar.

O recrutamento deveria, teoricamente, considerar, em cada distrito, a população existente, o grau de relutância dos indígenas em relação ao serviço militar, a distância das povoações à fronteira e facilidade dos mancebos passarem a território estrangeiro, bem como o estágio de civilização e submissão das populações, entre outros.⁵⁷⁹ Cada autoridade deverá enviar à Secretaria Militar do distrito respectivo uma relação das chefias indígenas com a indicação da população que lhe é submissa.⁵⁸⁰ A violência só deverá ser usada como último recurso e após autorização dos governadores dos distritos.⁵⁸¹ Os prémios aos chefes indígenas deverão ser pagos na sede dos Depósitos de Recrutas.⁵⁸² Sobre normas a observar no registo dos mancebos, prevê-se a existência de coluna de observações para indicar casos de fuga antes do alistamento, deserção, incapacidade para o serviço, morte, entre outros.⁵⁸³ Às praças será atribuída uma de duas classificações: regular (com castigos inferiores a 15 dias de prisão) e mau para as restantes.⁵⁸⁴

A malha da rede que visa o controlo dos africanos foi-se aperfeiçoando. Os regulamentos de natureza militar valem pelos meios e objectivos que apresentam para os fins específicos da sua alçada militar mas denotam, de igual modo, a intenção global de domínio da sociedade africana, mediante o recurso aos próprios africanos. A sua utilização como militares representa um meio de socialização forçada nos costumes europeus.

⁵⁷⁶ Artigos 21º e 22º, *Id. Ibid.*

⁵⁷⁷ Artigo 27º, *Id. Ibid.*, pp. 11 e 12.

⁵⁷⁸ Artigo 32º, *Id. Ibid.*, p. 13.

⁵⁷⁹ Artigo 33º, *Id. Ibid.*

⁵⁸⁰ Artigo 35º, *Id. Ibid.*

⁵⁸¹ Artigo 37º, *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁸² Artigo 41º, *Id. Ibid.*

⁵⁸³ Artigo 55º, *Id. Ibid.*, p. 17.

⁵⁸⁴ Artigo 71º, *Id. Ibid.*, p. 22.

Nas Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África, publicadas em 1896, estipulam-se procedimentos quanto a marchas, estacionamento, combate.⁵⁸⁵ Também o imprescindível recurso às tropas auxiliares indígenas quando subordinadas a um oficial experiente. Nas acções de segurança, a “agudeza dos sentidos dos indígenas tornam muito próprias para o serviço as tropas auxiliares indígenas”, mas, “como nem sempre se pode ter confiança na sua vigilância”, deve-se constituir o posto, de noite, de maneira mista, com soldados brancos.⁵⁸⁶

Os auxiliares podem ser usados como carregadores ou como serviçais, não recebendo, neste caso, qualquer arma. O oficial que os dirige deve ser conhecedor dos seus hábitos gerais e “quanto possível da sua língua”.⁵⁸⁷ Como auxiliares, são ainda necessários intérpretes de confiança.⁵⁸⁸

Claro que os auxiliares que acompanham os portugueses fazem-no conscientes dos ganhos que podem obter, como em várias incursões que protagonizam quando os portugueses se dirigiam ao Ngungunyane, já que nessas

(...) sortidas ia-se apreendendo todo o gado que se encontrava, e os nossos auxiliares saqueavam a vontade as povoações, vindo sempre muito contentes com o que traziam, esteiras, louça de barro e outros objectos de uso, comestíveis, tabaco, tudo que podiam apanhar, e certo é que para nada mais serviam, a não ser o perseguirem os vencidos, no que bem affirmavam a sua natural vocação do roubo e cobardia que os caracterisava.⁵⁸⁹

O discurso sobre os africanos revela em muitas passagens a desconfiança quanto às suas motivações e, em especial, à sua lealdade.

A necessidade absoluta de recurso aos africanos – apesar do carácter paradoxal da sua participação, da diversidade de interesses que a poderiam justificar, da precariedade dos laços estabelecidos – força o contacto entre diferentes tecnologias e concepções militares. A guerra também comporta contactos culturais. Na Maxixe, durante a campanha contra o Ngungunyane, são os pretos carregadores que levam as mochilas das praças e as bagagens dos oficiais.⁵⁹⁰ Trata-se de uma tarefa extenuante, pelo que não é invulgar que os carregadores vão caindo de cansaço ao longo dos percursos.⁵⁹¹ São eles também que buscam o mato para acender as lareiras.⁵⁹²

⁵⁸⁵ *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em Africa por Portaria nº 346 de 27 de Agosto de 1896*, 1896, p. 6. Elaboradas pelo capitão de estado maior Eduardo Costa em 1895 e mandadas pôr em execução pelo coronel Galhardo. São publicadas a 27 de Agosto de 1896 com a assinatura de Ayres d’Omellas.

⁵⁸⁶ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁸⁷ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁸⁸ *Id. Ibid.*, p. 18.

⁵⁸⁹ *A Campanha D’Africa contada por um sargento*, 1896, p. 86.

⁵⁹⁰ *Id. Ibid.*, p. 53.

⁵⁹¹ *Id. Ibid.*, p. 66.

⁵⁹² *Id. Ibid.*, p. 54.

Em 1896, na campanha contra os Namarraes, queixam-se os portugueses da má vontade dos carreiros indígenas e da sua responsabilidade pelo agravamento da já difícil marcha do comboio.⁵⁹³ Os *macambuzes* (boieiros indígenas) levavam os carros a encalhar de encontro às árvores, propositadamente, para roubar as cargas.⁵⁹⁴

Os portugueses encenavam cerimónias como o içar da bandeira e apresentar armas, pela manhã, como meio de impressionar quem assistia, pois “impunha respeito aos pretos”.⁵⁹⁵

As tropas de africanos representam o grosso do contingente disponível para a defesa do território. No início do séc. XX, a consciencialização plena dos portugueses quanto a esta realidade e as experiências recolhidas no passado recente conduzem à produção de normativos progressivamente cuidados. Nos sucessivos regulamentos prevêem-se incentivos para os militares africanos e seus familiares, mas a natureza refractária dos africanos em relação ao serviço militar dos europeus infere-se das infracções descritas. A deserção é um exemplo claro, bem como a responsabilização dos régulos em relação aos homens que indicaram para alistamento.

Estes normativos mostram, sobretudo, que, para a preparação e estruturação da máquina colonial, não se haviam desprezado alguns ensinamentos retirados da problemática relação com os povos africanos ao longo da segunda metade do séc. XIX. O *Regulamento de Recrutamento das Forças Indígenas*, publicado em 1904, procura proceder ao seu enquadramento. Aí se prevêem alguns estímulos ao alistamento, tais como a isenção do imposto de palhota para os pais dos que prestarem serviço militar, e a de duas pessoas em relação ao pagamento do *mussoco*, a isenção extensível ao número de anos que tiverem servido, a sua disponibilidade, após o fim do serviço militar, sempre que necessário e a preferência da sua contratação como cipaio e em empregos públicos.⁵⁹⁶ Prevê-se a possibilidade de viverem com as suas famílias nas palhotas, afastadas de tabernas, cantinas ou outros locais onde se vendam bebidas inebriantes.⁵⁹⁷

Devem os comandantes promover o cultivo do terreno pelas praças indígenas⁵⁹⁸ e usar do maior rigor para as praças europeias que se intrometerem com as famílias destes.⁵⁹⁹ Os indígenas serão agrupados por naturalidades, localidade ou crença religiosa.⁶⁰⁰

⁵⁹³ *A Campanha contra os Namarraes...* 1897, p. 10.

⁵⁹⁴ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁵⁹⁵ *A Campanha D'Africa contada por um sargento*, 1896, p. 72.

⁵⁹⁶ Artigos 5º e 6º do «Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas da Província de Moçambique aprovado por portaria nº 859-A de 30 de Novembro de 1904», 1904, p. 6.

⁵⁹⁷ Artigo 11º, *Id. Ibid.*, p. 7.

⁵⁹⁸ Artigo 13º, *Id. Ibid.*, p. 8.

⁵⁹⁹ Artigo 14º, *Id. Ibid.*, p. 7.

⁶⁰⁰ Artigo 15º, *Id. Ibid.*, p. 9.

O estabelecimento de legislação contendo sanções disciplinares e inventariando infracções denota uma maior sistematização dos propósitos de controlo, independentemente da sua eficácia real. O *Regulamento das Forças Indígenas*, de 1906, estabelece a dispensa do serviço militar para indígenas empregados do Estado que tenham curso nas escolas ou institutos de educação, que estejam matriculados em qualquer escola devidamente autorizada e para serviçais contratados enquanto durarem os seus contratos.⁶⁰¹ São preferidos em empregos como cipaio remunerados ou para empregos públicos.⁶⁰² À semelhança do *Regulamento de 1904*, nas classes de alistamento constam voluntários, recrutados, compelidos, refractários e desertores.⁶⁰³

Estes regulamentos culminam um conjunto de experiências anteriores em que o enquadramento dos africanos como militares era muito difícil. Na campanha contra os Namarraes, sob o comando de Ayres de Ornellas, os portugueses obtêm de Itoculo, régulo makhuwa, a promessa de cedência de 200 auxiliares de que só apareceram, no momento combinado, em Natule, 30.⁶⁰⁴ O comandante militar do Chicomo lamenta-se em Novembro de 1893 por ser muito difícil obter cipaio dos régulos do comando e por os que se apresentam fugirem.⁶⁰⁵

Um outro aspecto importante a considerar é o da «traição». Na mesma campanha de 1896 existe, por parte dos portugueses, a convicção de que o inimigo – os Namarraes, Marave, Abula de Matibane, Forelay, Ibraimo e sultão de Angoche – recebera informações de Moçambique, para além da existência de um corneteiro na expedição que, pelos “toques de requinta” que efectuava, demonstrou estar do lado do oposto.⁶⁰⁶ Não é de estranhar, logo nos primeiros dias de movimento, a constatação de cumplicidade entre os diversos habitantes locais, os mouros avassalados e os maravistas, contra os portugueses.⁶⁰⁷ Fala-se de conivência entre os rebeldes do continente e os seus aliados da cidade.⁶⁰⁸

Eduardo da Costa, em 1898, analisa os efectivos no distrito e quanto ao recrutamento, defende que os indígenas “(...) saiam de preferência dos aguerridos *mábuingella* do Incomati e Limpopo, em vez de provirem dos humildes *bitongas* e *midongues* de Inhambane, que,

⁶⁰¹ Artº 3º do «Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas da Província de Moçambique aprovado por portaria nº 571-A de 14 de Julho de 1906», Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1906, p. 6.

⁶⁰² Artº 9º, *Id. Ibid.*, p. 7.

⁶⁰³ Artº 12º, *Id. Ibid.*, p. 7.

⁶⁰⁴ *A Campanha contra os Namarraes...* 1897, p. 7.

⁶⁰⁵ *B.O.*, 11/03/1893, nº 10, p. 151.

⁶⁰⁶ *Id. Ibid.*, p. 12.

⁶⁰⁷ *Id. Ibid.*, p. 13.

⁶⁰⁸ *Id. Ibid.*, p. 14.

ainda assim, não teem provado mal”.⁶⁰⁹ Sobre o papel militar dos negros ao serviço do colonizador é ainda esclarecedor:

Os quadros das tropas indigenas são europeus, o que se justifica. Contudo, sou de opinião que há vantagem em arranjar bons officiaes inferiores indigenas, pois o *quadro* branco, de conjuncto com as suas qualidades, apresenta o gravíssimo inconveniente de anullar, pela sua presença, a velocidade e a resistência dos negros em marcha.

Claro está, que os inferiores indigenas só devem ser considerados graduados da gente da sua raça e a nomeação destes deve recahir sobre praças antigas, bem comportadas, com experiência e intelligencia da guerra, e comprovada bravura. Em compensação, pode-se e deve-se “dispensar *estudos*, que são exigidos aos sargentos europeus.”⁶¹⁰

O caso da revolta da Maganja da Costa é um exemplo das flutuações dos interesses e que resultaria da evolução dos *achikunda*, escravos armados que vinham servindo os senhores do Zambeze há séculos.⁶¹¹ Os achikunda são um caso singular e muito interessante do valor dos africanos enquanto militares e da sua capacidade de adaptação às circunstâncias adversas ou conjunturais. Seriam

(...) oriundos dos guerreiros-escravos ao serviço dos senhores dos prazos da Coroa que se estendiam de Tete ao Oceano Índico. À margem das suas funções de carácter militar e de se haverem transformado em grandes caçadores de elefantes, desempenharam importante papel na organização de caravanas comerciais a distantes regiões. Vieram a constituir posteriormente comunidades políticas independentes que se estendem por vastíssima área, em Moçambique, Rodésia, Zâmbia e Malawi.

Recrutados entre diversos grupos étnicos: Senas, Chewas, Nsengas, Manganjas, Zezuros, Barwes, Chipetas, Bisas, Yao, Makhuwa, etc., num “(...) grupo de escravos libertos na área de Tete em 1856 distinguiram-se vinte e um grupos étnicos distintos.”⁶¹² Disponham de muitas regalias: terras, armas, mulheres, missangas, tecido, gado, direito de caça e saque.⁶¹³

3.3. Administração colonial: intenções, confrontos, limitações

“- O senhor não imagina! Isto ainda hoje está um pouco atrasado, e olhe que estamos em 189... Se Você tratar bem os moleques moabixos, ou os machileiros, eles perdem lhe o medo e não lhe têm respeito nenhum. Esta gente só conhece a força como sistema de mando. Começam imediatamente a fazer lhe partidas, não lhe aparecem quando Você os chamar, embebedam-se continuamente, fogem lhe a toda a

⁶⁰⁹ Costa, 1902, pp. 17 a 19.

⁶¹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

⁶¹¹ “O binómio ocupação-resistência monopoliza as atenções da historiografia da colonização do vale do Zambeze no século XIX. E a esse binómio têm sido reduzidos os conflitos belicosos que aí se multiplicaram. (...)”

No caso da Maganja da Costa, como veremos, a ocupação foi a do colonialismo que, finalmente, não se dispensava de áreas geográficas para a sua fixação e expansão. No respeitante aos até então ocupantes do território verifica-se que, no início dos conflitos, eles estão do lado dos exploradores que se mantêm na tradição do senhorio antigo. Quando se cansam desta exploração, ou dos seus abusos, tentam abrigar-se sob a tutela do estado colonial. Só quando este se decide pela sua destruição é que lhe resistem. Mas não todos. Pois que, entretanto, tinham-se fraccionado e alguns deles combateram ao lado dos portugueses contra os companheiros da véspera.” Capela, 1992b, pp. 14-15.

⁶¹² Rita-Ferreira, 1975, p. 157.

⁶¹³ *Id.*, *Ibid.*, p. 59.

hora para os batuques que a pretaria faz a propósito de tudo, e Você chega a não ter uma camisa para vestir, uma tina de água para tomar banho, uma sopa para comer...”

Emílio de San Bruno, *Zambeziana – scenas da vida colonial*, 1927, p. 103.

3.3.1. Organização administrativa

A organização administrativa da Província vive com dificuldades, falta de pessoal qualificado, fraca estrutura para funcionamento mínimo, escassez de meios. A administração necessitava de combater resistências arraigadas nas formas de vida da Província e que remetiam para o aproveitamento da exploração negra.

Em 1856, a administração central ordena que se constitua a Junta Geral de Distrito, composta por treze procuradores: dois do Ibo; três de Moçambique; dois de Quelimane; um de Sena; dois de Tete; e um, respectivamente, de Sofala, de Inhambane, de Lourenço Marques.⁶¹⁴

Augusto de Castilho analisa as causas do atraso das colónias, explicando que “a nossa administração ultramarina se manifestava por jactos”, aspecto a que soma a acção nefasta da vaidade, dos vícios e da ignorância quanto ao que fazem os outros,⁶¹⁵ assim como a sua escolha dos homens para os cargos, privilegiando os “influentes”.⁶¹⁶ São apontadas como soluções, tanto para Portugal como para as restantes potências coloniais, a realização de conferências periódicas com as outras potências, a atenção para o estabelecimento da rede de caminhos-de-ferro em África, o regime de navegação dos rios, o comércio de pólvora e armas, o regime pautal, as linhas telegráficas terrestres e os correios interiores e a política com os indígenas.⁶¹⁷

A distância e a morosidade das comunicações conduziam, muitas vezes, a abusos que certos agentes se atreviam a cometer “(...) por confiarem que a distancia a que se encontravam da metropole, e os meios de prepotência que podiam empregar, tornariam impossivel que o Governo fosse sabedor dos seus abusos (...)”.⁶¹⁸

A escolha dos homens adequados para o desempenho de funções administrativas representa um problema, como já reconhece Sá da Bandeira ao focar o cuidado que deve ser

⁶¹⁴ Paço, 11/11/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 316.

⁶¹⁵ Castilho, 1895, pp. 174-175.

⁶¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 176.

⁶¹⁷ Castilho, 1895, pp. 182 e ss.

⁶¹⁸ Razões que estiveram na base de redefinição de um regulamento proposto em 10 de Dezembro de 1851, para investigação da conduta dos empregados nas províncias ultramarinas, atendendo a diversos factores como o de “(...) o estado actual das nossas comunicações com as Províncias Ultramarinas não comporta que as syndicancias sejam commettidas a juizes mandados do Reinno, os quaes, estranhos a todas as relações de superioridade ou dependência, de afeição ou ódio com os syndicandos, seriam aliás os mais proprios e competentes para taes diligencias (...)”. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), pp. 10-11.

dispensado à selecção dos governadores, aspecto relativamente ao qual confessa, ele próprio, algumas vezes se haver enganado.⁶¹⁹

O decreto de 1 de Dezembro de 1869 estabelece a organização administrativa da Província, prevendo a existência de Governador-Geral, governadores dos distritos, conselho do governo, conselho da Província ou tribunal administrativo, Junta da Fazenda, os distritos, tutelando os comandantes militares e uma delegação da Junta da Fazenda.

Também Manuel Ribeiro, em 1882, realça a necessidade de colocar em Moçambique homens zelosos “sem estarem sob a acção de influencias locais”. De resto, aponta a administração ultramarina como causa principal do atraso da colónia, a que junta a falta de iniciativa particular.⁶²⁰

Mas as diferenças entre as intenções e as realidades são inúmeras. No relatório do Governador de Distrito de Tete, no ano económico de 1887-88, menciona-se que se arrecada apenas uma quarta parte do que seria devido pelo produto das décimas que era anteriormente arrolado. Muitos contribuintes estavam em dívida há anos, vivendo nos prazos, em que não eram incomodados, já que o governo não dispunha dos necessários empregados para essa tarefa.⁶²¹

Os agentes ou intermediários locais são, simultaneamente, auxiliares e obstáculos ao cumprimento das obrigações. No mesmo relato de 1887-88, advoga-se a substituição dos capitães-mores e sargentos-mores por europeus, menos sujeitos às influências locais, aspecto particularmente importante quando lhes cabe a obrigação de julgar as causas indígenas. Onde não chega a influência dos capitães-mores, fica o governo dependente dos arrendatários dos prazos, únicos capazes de angariar homens e a quem as populações reconhecem como autoridades. Acabar com esta situação só parecia possível com o fim do arrendamento dos prazos, substituindo-os por residentes oficiais com capacidade de cobrar o *mussoco* e encaminhar queixas para o governo. Contudo, o próprio Governador de Tete reconhece ter já recomendado certos indivíduos para capitães-mores, pois “(...) não tinha outro meio de remediar a falta de auctoridades (...)”⁶²²

Em 1889 existem 9 distritos: Cabo Delgado, Moçambique, Angoche, Quelimane, Sofala, Inhambane, Lourenço Marques e, no interior, Tete e Manica.⁶²³ Os distritos de Angoche e Manica não tomam, nesse ano, parte da representação nacional por não constarem como terras de primeira categoria no ano de 1852 aquando da formação dos círculos. Existem

⁶¹⁹ Bandeira, 1873, p. 106.

⁶²⁰ Ribeiro, 1882, p. 17.

⁶²¹ B.O., 6/07/1889, nº 27, p. 414.

⁶²² *Id.*, *Ibid.*, p. 418.

⁶²³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 89.

cinco comarcas judiciais: Moçambique, Quelimane, Tete, Inhambane, Lourenço Marques. Eclesiasticamente, a Província constitui uma prelazia.⁶²⁴ A população adventícia compõe-se, para além de africanos – Mujojos (das Comores), Swahilis (de Zanzibar), antigos escravos das regiões do interior, mestiços descendentes de portugueses ou “índios” de Goa, povos muçulmanos da costa –, de asiáticos – indianos portugueses e ingleses, persas, banianes, mouros, gentios, batias – e europeus – portugueses e elementos de feitorias (franceses, holandeses, ingleses, alemães, suíços).⁶²⁵

Os dez distritos de Moçambique em 1892, agora incluindo o Zumbo, ainda não estão, nesta altura, divididos em concelhos e só nas sedes de distrito é possível encontrar instituições municipais. Os oficiais chefiavam os comandos de distrito e nos prazos da coroa e capitania-mores “dominam quasi puros os costumes indígenas”, bem como nas terras de régulos e xeques avassalados que apenas pagam à autoridade portuguesa, quando o fazem, um tributo.⁶²⁶

No que respeita a obras públicas, vários autores apresentam a data de 1877 como a dos primeiros empreendimentos de vulto com o envio de uma expedição de Lisboa, comandada pelo engenheiro director Joaquim José Machado, que realizaria uma série de trabalhos de engenharia durante os três anos de permanência em Moçambique.⁶²⁷

Eduardo Lupi assinala que as movimentações indígenas e o nomadismo destas populações levam a que as informações cartográficas com a sua localização estejam permanentemente desactualizadas.⁶²⁸ O facto dificultava a cobrança de impostos ou qualquer diligência que o Reino pretendesse integrar nos núcleos urbanos.

Em relatório de Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, de 25 de Novembro de 1889, critica-se a forma como no distrito de Lourenço Marques a cobrança do imposto de palhota era feita, visto que o cobrador arrolava, como entendia, as palhotas das povoações. Desta fazia entrega ao escrivão da fazenda, que recebia a importância cobrada à qual deduzia dez por cento para pagamento ao arrolador. Embora fosse um sistema mais favorável que o da cobrança pelos capitães-mores, era ainda muito lesivo para os interesses coloniais, tanto mais que o arrolador podia desculpar-se com as condições próprias de África, argumentando que as palhotas omissas do caderno foram erigidas depois de arroladas as restantes. Estas manobras advêm da falta de pessoal qualificado, das ameaças frequentes dos forçados contribuintes ou,

⁶²⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 90.

⁶²⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 92.

⁶²⁶ Castel-Branco, 1891, p. 157. O capítulo versando Moçambique terá sido revisto por Augusto Castilho e pelo tenente coronel Joaquim José Lapa.

⁶²⁷ Lapa e Ferreri, 1889, p. 93.

⁶²⁸ Lupi, 1907, pp. 127.

ao invés, das exigências dos cobradores aos régulos e cabos, consideradas inaceitáveis e gerando problemas de insubordinação.⁶²⁹

A cobrança de contribuições era feita com atraso considerável. No comando militar de Inharrime, em Outubro de 1893, concluiu-se o arrolamento para a arrecadação do imposto de palhotas de 1891 nos régulos de aquém-Inharrime e começou nos Chopi.⁶³⁰ Fez-se em Março de 1893 a colecta relativa ao ano de 1890 no régulo Guilundú, de além-Inharrime.⁶³¹ A 10 de Setembro de 1893, o comandante militar de Inharrime, tenente Manuel Luiz Alves, entregou a *cambaia* e a bandeira ao régulo da Zavala, dando-lhe posse das terras, ficando o alferes adjunto Jeronymo Garção com doze praças e oito cipaio para proceder ao arrolamento e cobrança de palhotas e decidir *milandos*.⁶³² Só em Março de 1894 se começou a cobrança do imposto de palhota referente ao régulo Inhacongo e ao ano de 1892.⁶³³

A falta de quadros funcionando como elementos eficazes a coadjuvar a administração é mais um aspecto que acentua a sujeição em relação aos africanos. A falta de pessoal qualitativa e quantitativamente habilitado não é exclusiva de altos cargos da administração. Em Cabo Delgado, em 1889, o Governador de Distrito salienta o diminuto número de empregados e a defeituosa organização dos serviços.⁶³⁴

Em Inhambane, em consequência do decreto de 20 de Dezembro de 1888 que criava os comandos militares, acabou-se com os capitães-mores, “verdadeiros senhores feudais”, segundo o Governador de Distrito, que acentua que a extinção só se deveria verificar quando estivesse assegurado o funcionamento do novo sistema, tendo sucedido que acabou por ficar o distrito sem capitães-mores nem comandantes militares.⁶³⁵ Os interesses do Estado são lesados pela existência de formas de corrupção baseadas no nepotismo e no tráfico de influências.⁶³⁶

Apesar destas debilidades, existem mecanismos de controlo administrativo que se formalizam através das denúncias sobre funcionários da administração da colónia, de actos ilícitos e participações em negócios de escravos,⁶³⁷ de corrupção institucionalizada,⁶³⁸ ou do facto de correntemente se referir a riqueza dos Governadores quando terminavam o seu

⁶²⁹ B.O., 8/03/1890, nº 10, p. 129.

⁶³⁰ B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 717.

⁶³¹ B.O., 4/11/1893, nº 44, p. 626.

⁶³² *Id.*, *Ibid.*, p. 626.

⁶³³ B.O., 23/06/1894, nº 25, p. 332.

⁶³⁴ B.O., 29/09/1882, nº 39, p. 591.

⁶³⁵ B.O., 8/03/1890, nº 10, p. 129.

⁶³⁶ Pélissier, que sublinha a precariedade das posições portuguesas em Moçambique chama, no entanto, a atenção para este facto: “Não vamos deixar-nos impressionar indevidamente por uma daquelas costumeiras jeremíadas dos funcionários portugueses, que tinham por capricho pintar a situação com tintas negras à sua chegada para melhor a alindar à partida; (...)”. Pélissier, 1994, p. 462.

⁶³⁷ Machado, 1854.

⁶³⁸ Andrade, 1867, p. 21.

mandato.⁶³⁹ A necessidade de assegurar os mecanismos de sindicância eficaz aos governadores é opinião expressa nas mais diversas fontes.⁶⁴⁰

Numa rara comparação com o panorama interno português a que os governadores não são geralmente muito dados, o de Inhambane, em 1889, refere que um dos problemas que aí se verificam é o pagamento muito beneficiado de certos proprietários e industriais em virtude do relacionamento privilegiado que mantêm com os vogais das juntas que procedem à colecta, no entanto acrescenta lucidamente que aqueles

(...) inconvenientes é que não podem facilmente ser remediados visto que em Portugal é facto vulgaríssimo haver grandes proprietários e industriaes que pagam uma insignificância em relação aos seus haveres, ao passo que o pequeno proprietário e industrial é sobrecarregado com uma enorme collecta.⁶⁴¹

Esta corrupção alimenta-se da burocracia. Em 1893, António Enes apresenta exemplos da ineficácia e do marasmo causado pela burocracia, esse grande inimigo do desenvolvimento⁶⁴² que os portugueses transportam para onde quer que se desloquem. Acusa ainda o Estado de sugar os recursos dos particulares e inviabilizar, desse modo, toda e qualquer iniciativa.⁶⁴³

A ignorância que grassa na Metrópole relativamente à realidade da colónia lesa toda a administração. Em carta de Outubro de 1901 a José Ferreira, Augusto de Castilho salienta a necessidade de conservar e utilizar os conhecimentos de quem dominava verdadeiramente a realidade colonial, devendo o governo depositar confiança nos governadores do Ultramar.

Ayres d'Ornellas critica duramente a administração colonial a quem aponta a pouca influência no território, municípios sem vereadores e receitas, oficiais sem soldados, professores sem escolas e discípulos, igrejas sem padres, saúde sem médicos, obras públicas sem obras, muito decreto, papelada e palavreado sem receitas.⁶⁴⁴ Críticas a que junta muitas outras, aos políticos, ao Terreiro do Paço, por exemplo, num texto que, convém não o esquecer, se destina a proceder ao elogio de Mouzinho de Albuquerque e ao longo do qual são ressaltadas as suas qualidades pessoais e militares. O autor inscreve-se entre os vários que, nestes novos tempos, não reconhecem quaisquer méritos nas escolas e alunos, nos serviços religiosos, nos órgãos locais, advogando o pragmatismo da acção contra o vazio das palavras.

3.3.2. Crime e castigo – as diferentes concepções de direito e justiça

⁶³⁹ Martins, 1887, p. 224.

⁶⁴⁰ Paço, 8/03/1855, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 131.

⁶⁴¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 129.

⁶⁴² Dá como exemplo o oferecimento de uma casa comercial portuguesa para estabelecer uma ligação do Zambeze com o rio dos Bons Sinais que se gorou por falta de resposta da administração. Enes, 1946, pp. 32-33.

⁶⁴³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 34-35.

⁶⁴⁴ Ornellas, 1902, p. 26.

Entre os africanos, a justiça dispunha de preceitos de tal forma enraizados que havia que tentar encontrar formas de proceder à inculcação dos valores europeus, muitas vezes completamente estranhos às diferentes sociedades africanas. Estes valores poder-se-iam transmitir através da difusão da instrução.

As expressões de autoridade e manifestações do poder através da aplicação da justiça preocupavam os portugueses. A sua aplicação era fortemente condicionada ao que eram os sistemas africanos, que existiam e funcionavam – independentemente dos juízos de valor quanto à sua natureza, eficácia e, menos ainda, das análises em termos comparativos com as metodologias europeias. Era com esses sistemas antigos – dinâmicos, em maior ou menor grau – que os africanos se regulavam. A influência portuguesa – diminuta – acabava por convidar a uma conformação com as normas em uso e ao seu conhecimento apesar das observações jocosas e escarnecedoras ou, por vezes, admirando a lógica interna dos sistemas e a sua utilidade na regulação das comunidades africanas.

Os normativos europeus, como códigos exportados, jamais seriam concebidos como formas de ordenar as relações entre indivíduos que sempre dispuseram dos seus meios de regulação próprios. Se o direito visa a regulamentação das relações dos indivíduos em cada sociedade e seu sistema de valores, as normas europeias dificilmente se aplicariam ao funcionamento de cada sociedade local. Com seus aspectos intrínsecos, os mecanismos africanos de administração da justiça espelhavam, em cada comunidade, as relações de poder.

O direito regula as relações entre os indivíduos contribuindo para a coesão e ordem social ou representa os interesses de grupos dominantes sob a ideia do bem geral. Os códigos e os normativos deles constantes não estabelecem apenas as proibições e constrangimentos mas sugerem, de igual modo, as formas de ordenação e os procedimentos que as sociedades vão adoptando. A história dos homens é também a dos conflitos entre eles e a das soluções encontradas para os resolver.

Em 1856, o decreto de 14 de Outubro que estipula a constituição da Junta Geral de Distrito na Província, indica que esta deverá estudar “(...) o meio de melhor organizar a administração da justiça, e de acabar com as auctoridades cafreas, substituindo-as por auctoridades administrativas ou judiciais.”⁶⁴⁵ Trata-se de uma tentativa de substituição das formas de justiça existentes,⁶⁴⁶ procedimento que se encontrará, no entanto, limitado pela

⁶⁴⁵ Paço, 11/11/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 316.

⁶⁴⁶ “(...) Os historiadores menosprezaram o processo através do qual os governos coloniais destruíram as jurisdições africanas rivais, reprimiram as contendas familiares e chamaram a si a prerrogativa de tirar a vida, mas os africanos lembram-se bem dele. Os funcionários consideravam que se tratava de uma missão vital, visto que muitas sociedades africanas eram violentas e cruéis. Contudo, a justiça colonial dos primeiros tempos soube ser opressora. Muitos dos primeiros funcionários eram homens brutais, recrutados apenas porque se encontravam disponíveis. Era-lhes confiado um imenso poder bélico, e estavam longe do controlo dos superiores ou da opinião pública.” Salienta o autor que os funcionários não podiam prescindir do recurso aos representantes africanos, sobretudo os mais velhos, que exerceriam

persistência das formas de regulação existentes e a que as comunidades continuarão a recorrer. Neste domínio, como em tantos outros, as autoridades coloniais optarão por as aceitar, passando, na fase imediatamente seguinte, a manobrá-las em seu proveito. No comando militar de Chicoa, durante o mês de Março de 1893, os soldados do destacamento fizeram várias diligências para citações, milandos e outras.⁶⁴⁷

A 21 de Abril de 1870 foi criada uma comissão para estudar e codificar os usos e costumes indígenas, com poucos resultados, a que se seguiria uma outra com o mesmo fim, presidida por Joaquim de Almeida Cunha. Estes esforços revelavam a importância atribuída ao conhecimento, para fins pragmáticos, dos usos e costumes nativos, da sua tradição e organização política e social.⁶⁴⁸ A imposição aos indígenas de códigos que ignorassem as suas tradições e costumes conduziria à revolta, tanto mais que a limitada aplicação real das leis europeias aconselhava ao aproveitamento pelo poder colonial da organização africana colocando-a ao seu serviço.

José de Sousa Larcher, em 1898, assinala a importância de assumir uma política de respeito pelos costumes indígenas de forma a conseguir o desenvolvimento da colónia (dito de outro modo, para que os africanos não fujam dos europeus, colaborando e não hostilizando).⁶⁴⁹

Quanto à autoridade colonial e às possibilidades de fazer prevalecer as suas normas de direito próprias, observe-se que tentar impô-las aos europeus que demandavam a colónia constituía já um objectivo de problemática execução. O Governador do distrito de Lourenço Marques, em 1887, refere que, por existir aí grande “numero de aventureiros”, muitos dos crimes praticados ficam impunes, por serem efectuados em locais onde a acção da autoridade não chega.⁶⁵⁰

Concepções diferentes de Justiça confrontam-se, nesta época, entre europeus e diferentes povos da colónia, por exemplo, “(...) enquanto o «direito» europeu se desenvolve em termos de «certo» e «errado», o direito tswa move-se na esfera do «benigno» e do «maligno». Aqui o direito ético e o direito jurídico são, na sua essência, uma e a mesma realidade.”⁶⁵¹

os seus interesses na aplicação da justiça “(...) remodelavam os hábitos em seu próprio proveito, sobretudo à custa das mulheres e das crianças”. Iliffe, 1999, p. 257.

⁶⁴⁷ B.O., 26/08/1893, n° 34, p. 510.

⁶⁴⁸ Feio, 1900, pp. 6-7. Acrescenta “É necessário que se saiba, que os povos das nossas, ainda vastas, possessões da Africa Oriental teem as suas leis, que guardadas por uma escrupulosa tradição, são transmittidas ás gerações, que se succedem, bem como, embora rudimentar, teem a sua organização politica e social; conhecer uma e outra afigura-se-me de importante, se não de imprescritível conveniencia, não só para a metropole, mas ainda para aqueles semi-selvagens, que nós temos de trazer á civilisação e convívio das nações cultas.”, *Id.*, *Ibid.*, p. 7.

⁶⁴⁹ Larcher, 1898, p. 6.

⁶⁵⁰ B.O., 22/01/1887, n° 4, p. 31.

⁶⁵¹ Rita-Ferreira, 1975, p. 68.

No universo social dos Rongas, as famílias devem resolver as suas desavenças entre si e, só depois disso, apresentar o seu caso a um poder superior, sendo o recurso ao «chefe da povoação», em qualquer caso, considerado vergonhoso por contrariar o princípio de que “(...) os litígios entre parentes devem sempre «ser resolvidos em casa»”.⁶⁵²

Tendo como fonte directa os próprios indígenas, Francisco de Assis Clemente publicaria um estudo sobre a justiça cafreal nos territórios do Ngungunyane.⁶⁵³ Descreve diversos aspectos: religioso, feitiçaria; área jurídica, agentes e meios da justiça, nos secretários e conselheiros; o régulo como centro do poder. A importância da argumentação nos julgamentos;⁶⁵⁴ os inventários e “partilha de bens”;⁶⁵⁵ assinala os objectos susceptíveis de divisão, incluindo mulheres, crianças e gado.

O direito criminal é todo consuetudinário baseado em casos julgados e práticas tradicionais. Daí a importância da transmissão, sendo componente fundamental da educação, pois

(...) torna-se conhecido não só dos régulos e dos secretários e conselheiros, mas qualquer homem do povo conhece-o mais ou menos fundamente, porque é dever dos pais transmitil-o aos filhos, e, realmente, transmitem-o com tanto interesse e cuidado, como entre nós as mães ou amas usam fazer com respeito ao ensino da doutrina christã.⁶⁵⁶

O régulo superior constitui a última instância e para ele recorrem os subalternos, não havendo recurso da sua sentença. Este é simultaneamente “ministério público” e “juiz”.⁶⁵⁷

No âmbito do direito penal existem três classes de crimes respeitantes a outras tantas penas a que normalmente corresponde ao pagamento de certas peças de algodão ou um determinado número de cabeças de gado.⁶⁵⁸ A pena de morte é aplicada apenas aos casos de tentativa de homicídio na pessoa do rei ou família reinante, seguindo-se-lhe, para outros casos, a confiscação de bens e o cativeiro da família.⁶⁵⁹ As citações, no direito cafreal, são realizadas em tempo diferente, “(...) não são feitas para dia e hora certa, sendo de praxe esperar-se pelo tempo de três dias para o comparecimento do citado, salvo quando a citação lhe for feita com carácter de - urgente -. ”⁶⁶⁰ As audiências públicas fazem-se debaixo da árvore mais frondosa, na povoação do régulo ou proximidades.⁶⁶¹ Em 1884, o padre Victor Courtois observa, respeitosamente, a celebração dos milandos cafreaais, considerando “(...)

⁶⁵² *Id.*, *Ibid.*, p. 69.

⁶⁵³ Clemente, 1889.

⁶⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 46.

⁶⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 47.

⁶⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 57.

⁶⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 58.

⁶⁵⁸ *Id.*, *Ibid.*, pp. 59.

⁶⁵⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 59-62.

⁶⁶⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 64.

⁶⁶¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 67.

admirável, como, cada dia, celebra-se conselho solemne (milando) ao qual estão presentes os velhos muanamambos e muita gente estranha que vem dar conta do que se passa fora nas terras do regulo.”⁶⁶²

Estamos perante um conjunto de normas instituídas ao longo dos tempos e que têm como objectivo repor o equilíbrio no âmbito das questões sociais, regulando a violência.

À medida que se aproxima o final do século, vão-se estruturando os discursos do colonizador sobre a «criminalidade» no território. Advoga-se a imposição de uma moralidade que gira em torno do conceito de «trabalho», valor positivo a que se opõe o «ócio» e a sua faceta e etiqueta marginal, a «ociosidade». A «vadiagem» rotula os que não aderem a uma proposta de vida modelada, ou melhor, imposta pelos europeus. Este quadro de valores implica o recurso a formas determinadas de educação.

Em 1878, num *Mapa dos condenados a trabalhos publicos, degredo, prisão e penas pecuniárias pelo tribunal da junta de justiça desde o 1º de Janeiro até 30 de julho do corrente ano e dos que, julgados, foram absolvidos*, a título meramente exemplificativo, verifica-se que o crime mais frequente e abrangendo a maioria dos indivíduos é o da “vadiagem”, punida, normalmente, com 6 meses de prisão.⁶⁶³

O relatório do Governador de Tete referente ao ano económico de 1886-87 aponta o consumo de bebidas alcoólicas como principal responsável pelo homicídio e roubo. Refere também que a acção da justiça, antes da destruição do régulo de Massangano, não se estendia para lá dos arredores da vila e, mesmo aí, limitava-se a funcionários públicos, militares e alguns negociantes,

“(…) porque o preto, acto continuo á perpetração do crime, passava para as terras ocupadas pelo regulo Chatara, intimamente convencido de que tinha n’isso a sua impunidade. Hoje, porém, com a queda daquelle regulo, póde a justiça proceder mais desassombradamente, estendendo a sua acção civilisadora pela maior parte dos nossos domínios na alta Zambézia.”⁶⁶⁴

Para os africanos, a pluralidade de poderes apresenta, por vezes, a vantagem de, segundo a sua conveniência, migrar de domínios e autoridades, conseguindo melhores condições de vida ou segurança. No ano de 1889, o Governador de Distrito explica que o movimento das cadeias é muito diminuto, não por falta de crimes mas pela impunidade dos que os praticam e encontra explicações para tão danosa situação no facto de

(...) não houver leis especiaes para as colónias e principalmente para os indígenas, entre as quaes se deverá contar a faculdade de os obrigar a trabalhar mediante os salários que

⁶⁶² B.O., 8/11/1884, nº 45, p. 210.

⁶⁶³ B.O., 22/07/1878, nº 29, pp. 157-158.

⁶⁶⁴ B.O., 24/03/1888, nº 45, p. 211.

forem de uso em cada localidade, as auctoridades serão impotentes para reprimir os vícios e a ociosidade, causas primarias de todos os crimes.⁶⁶⁵

É extremamente elucidativa a concepção expressa em 1882 por Sebastião Chaves de Aguiar relativamente à justiça, mas cujas considerações poderão ser extensíveis à forma como são encaradas as relações com os africanos em outras áreas. No domínio da administração da justiça sobre os africanos considera que é impossível subordiná-los aos esquemas de funcionamento complicados próprios da justiça e dos legisladores portugueses,

(...) exagerando conveniências politicas sentimentos philanthropicos que os indígenas africanos lhe não agradecem, tem querido impor-lhes todos os direitos civis e politicos, garantias e liberdades, que se acham consignadas no código constitucional portuguez. Vã pretensão é esta, por isso que os cafres não querem, nem podem reconhecer o que se lhes pretende impor, e, evitando com a sua reconhecida astúcia a repressão legal só querem impunemente espancar, roubar, e entregar-se á embriaguez, cujo gosto os europeus lhes tem desenvolvido, e sabem que de facto podem contar com a impunidade.

Joga com os argumentos de que também nas sociedades mais evoluídas é imposto o serviço militar obrigatório, as prisões preventivas, os impostos e que

(...) em todos os tempos a liberdade individual tem correspondido ao estado de civilização dos povos; segundo o povo tem illustração e é morigerado, ou é rude e ignorante, assim deve ser tutelado como incapaz de os exercer. (...) Ora se tudo isto é incontestável, como é que o nosso indígena africano, meio o selvagem ainda, vivendo segundo os seus usos e costumes, que na maior parte são incompatíveis com a sociedade civil, sem propriedade fixa, com um nome que substitue quando e como quer, podendo a seu talento desaparecer ou mudar de terra sem muitas vezes deixar vestígios da sua passagem, como é, pergunto, que n'estas circumstancias elle pode dar as garantias d'um cidadão, e estar apto para gozar todos os direitos, immunidades e franquias consignadas na constituição portuguesa?

Propriedade fixa, um nome imutável, permanência em lugar certo são alguns dos requisitos básicos para se aceder à «cidadania», sem os quais se não é integrado, socializado, controlado. Cimenta-se uma argumentação dúbia em que o africano deve, por um lado, obrigatoriamente aceder à civilização, mas alega, por outro, que ele se não encontra em condições de o fazer.

Eduardo Lupi, dissertando sobre Angoche e pretendendo contribuir para a criação de um código de indigenato, foca a existência de “vendettas” quando o ofendido não se conforma com a decisão ou ineficácia da justiça do régulo. A sanção social é extremamente eficaz nestas sociedades, pelo que o ser “mal visto” na povoação é, por vezes, razão suficiente para emigrar para outro local onde o desertor seja bem acolhido, o que explica as limitações na aplicação da justiça pelos régulos e mesmo a perda de poder de antigos régulos, sobretudo

⁶⁶⁵ B.O., 6/07/1889, n.º 27, p. 414.

junto ao litoral, onde coexistem com árabes e europeus. Estes concedem asilo aos desertores sem se preocuparem com outros motivos.⁶⁶⁶ As consequências deste fenómeno na organização social dos indígenas resulta em que a 40 ou 60 quilómetros para o interior, a autoridade dos régulos diminuiu consideravelmente. À falta de capacidade e influência, o poder europeu propõe a utilização estratégica dos régulos e o reforço da sua autoridade, em ordem à dominação colonial.⁶⁶⁷

A 17 de Julho de 1895 o comissário régio António Enes promulga o decreto provincial nº 66, que determina que o território de Maputo corresponde a uma circunscrição administrativa.⁶⁶⁸ Ao administrador compete o julgamento dos “milandos” nos casos em que algum dos litigantes seja europeu ou asiático ou habite em povoações criadas por disposição legal. Fica vedada aos membros da administração a interferência em outros milandos, cujo julgamento cabe aos régulos ou a quaisquer chefes indígenas.⁶⁶⁹ Regulam-se as funções dos membros da estrutura administrativa criada, o pagamento do imposto de palhota, a sua cobrança, a cargo do régulo, e a entrega dos quantitativos às autoridades. Consuma-se a delegação de uma série de atribuições aos régulos na tentativa de os constituir em executores dos interesses coloniais.

O conhecimento dos usos locais assume importância estratégica, como escreve Eduardo Lupi, em 1907.⁶⁷⁰ Analisa as funções do régulo grande, assumidas por herança directa, e as categorias de chefe de povoação, régulo subalterno, chefe de clã. Entre os diversos tipos de chefes destaca: o de família, de povoação, de pequeno regulado, de clã, de tribo. Contesta o rigor com que se aponta o “absolutismo” do sistema tribal, porque todos os assuntos são tratados publicamente, num percurso que vai da audiência à decisão, passando pela investigação.⁶⁷¹

O mesmo autor considera que o elemento “tempo” tem desempenhado o seu papel na suavização das penas, dada a diminuição do poder dos régulos e destaca o “efeito erosivo do domínio português”, tendo como termo de comparação os dados de Almeida e Cunha.⁶⁷² Realça a existência de similitude da ideia de “justiça” e “crime” entre africanos e europeus, “(...) com as únicas omissões que resultam do estado rudimentar da sua atrasada orgânica

⁶⁶⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 110.

⁶⁶⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 110.

⁶⁶⁸ *B.O.*, 10/08/1895, nº 32, pp. 317-319.

⁶⁶⁹ Artº 10º. *Id.*, *Ibid.*

⁶⁷⁰ Lupi, 1907, pp. 129-130.

⁶⁷¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 131.

⁶⁷² *Id.*, *Ibid.*, pp. 136.

social.”⁶⁷³ As principais divergências residiriam nas questões de poligamia, escravidão, perpetuidade das dívidas e responsabilidade por elas.

Quanto ao direito de propriedade, sendo a terra pertença da tribo e distribuída pelo régulo, é um direito apenas temporário para o beneficiário, circunscrito ao uso constante, e intransmissível através de doação, aluguer ou herança. Desta forma, quase todos os homens livres são proprietários. A reserva de propriedade explica ainda alguns aspectos cruciais, nomeadamente a questão da «indolência» do negro, a fraca densidade de população e a sua preocupação em satisfazer as necessidades imediatas ficando vastas reservas territoriais desocupadas à disposição do grupo para distribuição aos que atingem a maioridade ou casam.⁶⁷⁴

Verdadeiramente importante era reconhecer as instituições próprias do indígena com o objectivo de melhor o dominar.⁶⁷⁵ A posse da terra é, para os africanos, um assunto inteiramente diferente do que para os europeus, pois entre

(...) macuas e muojos há pouco ideia de propriedade individual, de tudo dispendo os regulos, como absolutos dirigentes das coletividades. Distribuem as terras como entendem pelos seus homens para que estes as façam *culimar* pelas mulheres, o que não quer dizer que, quando as vejam muito produtivas as não tomem novamente como sua pertença mais direta, embora habitualmente, das colheitas dos seus súbditos reservem sempre para si o melhor quinhão.⁶⁷⁶

Nas “(...) circunscrições de Massinga e Vilanculos os ritos agrários se dirigem apenas aos espíritos que são considerados os verdadeiros «donos das terras”.⁶⁷⁷ A posse dos terrenos é questão crucial, porquanto as diferentes formas de encarar os direitos sobre a terra e seu usufruto explicam a adopção de certas formas e técnicas no processo de produção e, em última análise, enformam mentalidades diferentes perante o trabalho e o seu valor. Impõe ritmos próprios quanto ao tempo, às rotinas, às necessidades quotidianas. Difundir a ideia europeia de direito de propriedade era uma obrigação, segundo muitos teóricos colonialistas,

⁶⁷³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 137.

⁶⁷⁴ Quanto às penas aplicadas são elas – pena de morte; pena de prisão ou “tende” (canga de madeira); pena de trabalho; multa; repreensão. Quanto aos crimes: contra o régulo e sua família; traição, rebelião, atentado contra o régulo; sedição armada, injúria; desobediência ou omissão de informação; falsidade; violação de túmulos; abuso de autoridade; peculato, concussão, peita, suborno e corrupção; violências contra liberdade pessoal e cárcere privado; roubo de mulheres e crianças; homicídio; homicídio frustrado; introdução em casa alheia; violação; estupro de menor; adultério; lenocínio; injúria pública; furto; danos a propriedade alheia; crime do feiticeiro; falecimento por feitiço; outras ofensas por feitiço; actos praticados por enfeitado; dar a morte por flagrante delito. Os meios de prova: confissão; testemunho presencial sem contradicta; “muavi” a galinhas e cães. *Id.*, *Ibid.*, pp. 138 e ss..

⁶⁷⁵ “Não se pense pois que, entre aqueles povos, não haja o mais pequeno vislumbre de justiça, e que, impunemente e sem constrangimento, se lhe possa impor uma ou outra forma de governo, uma ou outra lei tributaria, qualquer norma que regule as suas relações civis, ou qualquer systema repressivo, que, com applicação de penas, regenere ou transforme de salto os seus costumes gentílicos.” Feio, 1900, p. 11.

⁶⁷⁶ Borges, 1912, p. 34.

⁶⁷⁷ Rita-Ferreira, 1975, p. 47.

sobretudo nos territórios avassalados e uma vez que os africanos lhe resistiam.⁶⁷⁸ Tratava-se de um aspecto crucial em que importava «educar» os africanos.

De um modo geral, a própria organização da justiça europeia apresentava deficiências e limitações assinaláveis. Alguns criticam o Regimento de Administração da Justiça, o decreto de 20 de Fevereiro de 1894, pela desadequação da organização judicial ao território e suas circunstâncias culpando, pelo facto, a incapacidade do Terreiro do Paço na promulgação de leis sem considerar as especificidades das colónias.⁶⁷⁹

Os mecanismos de aplicação da justiça entre os africanos, nomeadamente em aspectos como a propriedade ou organização familiar, dificilmente poderiam ser substituídos por modelos de matriz europeia e, ainda assim, tornava-se indispensável uma acção educativa que os preparasse para a sua adopção.

3.3.3. O normativo social europeu e a marginalidade em África

As normas sociais são aprendidas e inculcadas às populações através da família, da escola e de vários mecanismos que a comunidade utiliza para se preservar. Assim é na Europa e em África. Ao olhar europeu as sociedades africanas eram falhas de normativos e por isso os europeus pretendem que as suas normas sejam conhecidas e seguidas pelas populações africanas, marginais.

Paradoxalmente um dos crimes mais frequentemente citados pelas autoridades coloniais é o da embriaguês. No entanto, o «alcoholismo» – esse vício dos outros – era um problema português, mesmo antes de se reconhecer africano. Era também um fenómeno de « projecção » que encontrava nos africanos a imagem adequada que de si próprio o europeu queria esconder. Os africanos eram bons receptores do melhor ou pior material alcoólico que a fraca técnica e capacidade produtiva portuguesa lhes podia dispensar, com o lucro respectivo.⁶⁸⁰ Raros são, no entanto, os que, referindo-se à propensão alcoólica do africano, notam a vocação portuguesa nesse domínio.

É fácil e simplista diagnosticar o pretenso «atraso» do negro, a sua atitude refractária ao «trabalho» entendido como os europeus o concebem, a sua «indolência natural» ligada a uma espécie de apetência alcoólica congénita, transferindo para os africanos algumas das apreciações que sobre os portugueses faziam, por sua vez, outros europeus. É que o preconceito – da cor ou qualquer outra diferença – permite uma espécie de “ascensão social”

⁶⁷⁸ Feio, 1900, p. 164. O autor baseia-se nessa incompreensão, por parte do indígena, para que lhe sejam impostos limites na posse da propriedade relativamente aos que deverão vigorar para os europeus. *Id. Ibid.*

⁶⁷⁹ *Relação de Moçambique – Breves apontamentos para a história do Ultramar*, 1909, p. 8.

⁶⁸⁰ “(...) O que mais prejudicava a saúde do africano era o chamado *vinho colonial*, uma espécie de vinho branco, de péssima qualidade, feito especialmente para aí ser vendido.” Vilhena, 1996, p. 66.

imediate em que, através de processos mentais simples e básicos, se galgam degraus em relação à comunidade de origem.

Sublinhe-se, desde logo, o interesse indisfarçável dos colonialistas de tentar substituir o consumo das bebidas de produção africana por bebidas europeias – independentemente da sua qualidade ou do seu grau alcoólico.⁶⁸¹ Os Chopi fabricavam e consumiam, entre outras, bebidas destiladas a partir de caju, milho, mandioca, laranja, ananás, palmeira anã, cana sacarina, frutos silvestres.⁶⁸² Entre os Senas, consumia-se a *sura*, a *cabanga* (fermentando cereais com açúcar, a nipa ou *xololo*, por apodrecimento de frutas ou cereais, com açúcar, posteriormente destilada em alambique).⁶⁸³ Na região de Cabo Delgado, no final da década de 50, apesar de cada habitante do Ibo providenciar as suas próprias bebidas (entre as quais sumo e aguardente de caju, sura de palmeira, vinagre de sura, pombe de milho), juntavam-se-lhes bebidas importadas, como a própria aguardente de caju e de cana e introduziam-se no mercado o vinho do Reino, do Porto, Genebra, licor e cerveja.⁶⁸⁴

Em Setembro de 1879, a portaria nº 172 do Governo Geral determina que qualquer indivíduo que seja encontrado num lugar público em estado de embriaguês deve ser retido na estação policial “(...) até que recupere o uso da razão.” Caso se trate de alguém que exerça um cargo público, o comando da polícia deverá comunicar o facto à secretaria-geral para que seja averbado em nota no livro da matrícula, seguindo-se o respectivo castigo. Se não exercer profissão conhecida, deverá ser entregue à autoridade judicial, que o punirá como vadio.⁶⁸⁵

Pode inventariar-se uma série de bebidas cafreais: *babessoco*, *bave tsako* ou *babechoco* (bebida feita de bananas, cana sacarina esmagada, ananás, açúcar, água e fermento), *buadua* ou *pombe* (cerveja cafre real de cereais que depois de germinados e pilados fermentam com água acabando coada com um pano para ser consumida), *cabanga* (mapira, açúcar e água usados por processo idêntico ao pombe), *chiqueteza* (aguardente que resulta da destilação do ananás depois de fermentado), *doro* (aguardente obtida por destilação da *sura* fermentada - seiva duma palmeira anã), *gova* (bebida feita de farelo de milho, mexueira germinada e fermento dos frutos do imbondeiro), *jambalau* (suco do pedúnculo do cajú ou vinho de cajú), *maheu* ou *oputcho* (bebida fabricada com milho e outros cereais que é uma variedade do pombe), *nhengue* (bebida obtida do suco do ananás), *nipa* (aguardente de

⁶⁸¹ O decreto de 13 de Julho de 1895 concede a aprovação ao regulamento para a venda de bebidas cafreais nos territórios da companhia de Moçambique estabelecendo no seu artigo 1º que é exigida licença prévia para a venda de “pombe”, “sura”, “jambalau”, caju e “mutu-ò mua” ou “meçuti-amicaú” (sumo de cana sacarina) e a aguardente e o álcool extraído de qualquer destes líquidos considerando a venda por grosso a que consistir em quantidade superior a 15 litros. *A Legislação – 1895*, 1896, pp. 651-652.

⁶⁸² Rita-Ferreira, 1975, p. 105.

⁶⁸³ *Id.*, *Ibid.*, p. 156.

⁶⁸⁴ Romero, 1860, pp. 98-99.

⁶⁸⁵ *B.O.*, 8/09/1879, nº 36, p. 230.

destilação de mapira macerada e fermentada); *ocanho* (bebida extraída do fruto do ocanheiro), *opice* ou *gondoza* (água, açúcar e fermento, este último pode ser da polpa dos frutos do imbondeiro), *oputcho* ou *putcho* (variante de pombe ou maheu, à base de milho germinado), *oteka* ou *pombe* (bebida fabricada com milho germinado, cuja farinha, uma vez pilado, é fervida em água adicionando-se-lhe qualquer fermento; é coado e depois bebido, e constitui a mais corrente cerveja cafreal), *pombe* ou *môa* (cerveja cafreal com mapira, mexoeira ou nachenim; ainda conhecida por *badua* ou, conforme as regiões por *oteka*, *moa* ou *gejula*), *shibetana* (bebida feita de mexoeira, açúcar e água); Shilalasse (do suco de ananás, açúcar, água e levedura de cerveja), *shilaranjana* (sumo de laranja, água, açúcar e levedura de cerveja), *shipauana* (feita de pão, açúcar, água e fermento), *sope*, *shiwiaiawaia* ou *shishimelane* (suco fermentado da cana sacarina esmagada); *sura* (seiva de palmeira brava ou de coqueiro).⁶⁸⁶ A introdução de bebidas europeias era, pois, sujeita a uma ampla concorrência, o que explica observações como a de Jeronymo Romero, sobre a população de Cabo Delgado, notando que “(...) é gente dócil, obediente e hospitaleira, sendo a maior parte indolente e habituada ao uso de bebidas espirituosas.”⁶⁸⁷

A questão do álcool é abordada em 1887 pelo Governador de Distrito de Lourenço Marques quando lamenta a insignificância das licenças cobradas sobre a venda a retalho de bebidas espirituosas para “os vícios do indígena”.⁶⁸⁸ Nem mesmo na exploração do consumo das bebidas alcoólicas a eficácia dos meios empregues permite arrecadar os lucros estimados.

Já em relação aos portugueses o estudo do alcoolismo pode mesmo conduzir, por vezes, a conclusões um pouco paradoxais, especialmente quando a análise se reporta a África:

Emquanto ao alcoolismo, cumpre-nos ponderar que é notavel o numero de individuos que, usando ou abusando das bebidas alcoolicas, têm por muito tempo disfrutado uma certa immundade, em localidades reconhecidamente palustres. Está longe de nós a idéa de louvar ou aconselhar aquelle abuso, cujas perniciosas consecuencias ninguem ignora. Registâmos apenas um facto que muita gente aqui tem observado.

No entanto quer-nos parecer que o uso moderado das bebidas alcoolicas, especialmente em certos individuos de longa data habituados a ellas, não é de todo estranho áquella immundade; deve por essa razão ser attendido pelo medico em determinadas circunstancias. Cremos finalmente que além do habito, sempre attendivel, ha tambem mais alguma cousa de particular entre aquelle uso e a maior ou menor influencia do principio infeccioso, independentemente das razões que aconselham o uso moderado das bebidas alcoolicas nos climas quentes.”⁶⁸⁹

Joaquim Machado, em 1889, e referindo-se à gente de Maputo atribui-lhe um consumo exagerado de bebidas alcoólicas, independentemente de idade, sexo ou condição social, com

⁶⁸⁶ Alberto, 1965a, pp. 176, 177, 183, 189, 194, 196, 200, 215, 216, 223, 224.

⁶⁸⁷ Romero, 1856, p. 29.

⁶⁸⁸ B.O., 22/01/1887, nº 4, p. 31.

⁶⁸⁹ *Do Clima e das Doenças da Província de Moçambique*, 1883, p. 38.

destaque para aguardente e genebra. Menciona a ucanha, espécie arbórea de que se faz uma bebida fracamente alcoólica. No tempo da unha, “(...) o mais feliz; em tal epocha é impossível tratar ali de negocios ou de assumptos sérios; os homens, principalmente, conservam-se dias successivos abrigados dentro das palhotas em uma embriaguez socegada e inofensiva que os delicia.”⁶⁹⁰ A solução que aponta para o problema, e para a qual deveriam concorrer os padres, não deixa de ser curiosa: passaria ela pela substituição do consumo daquelas bebidas pelo...vinho “(...) de que alguns, os que vivem em mais intimo contacto com os europeus, vão já fazendo uso.”⁶⁹¹ Importa pois, rentabilizar, nacionalizando os “vícios” africanos.

Por portaria de 15 de Maio de 1895, explicita-se que se poderão importar até ao fim do ano civil de 1898 por todas as alfândegas da Província produtos estrangeiros para aplicação à destilação de aguardente ou álcool de qualquer graduação quando tal se afigure necessário. Só poderão introduzir-se os artigos indispensáveis que não possam ser produzidos na Província, devendo ser obtida, para o efeito, licença do governo. Não serão concedidas mais licenças para fabrico de álcool, aguardente simples ou preparada ou outras bebidas destiladas senão com a condição de nelas se empregarem produtos nacionais.⁶⁹²

Na campanha contra o Ngungunyane, a predilecção do régulo de Cumbana pela aguardente é registada pelos militares.⁶⁹³ O álcool não é apenas uma questão de hábito, gosto ou vício, mas uma arma de valor tático.⁶⁹⁴

Em 1893, António Enes lembra os problemas causados pela actividade agrícola da colónia, dirigida para “explorar a bebedíce do indígena”.⁶⁹⁵ A posição implacável de Enes quanto ao que considera a congénita e inelutável apetência do negro para o álcool constituirá mais um argumento ao serviço de um discurso construído com o fito único de o compelir ao trabalho. Simultaneamente advoga a mudança de doutrinas e práticas por parte da administração pública, sob pena de que os africanos tendam a “(...) fazer trabalhar os Europeus, muito embora em países estranhos se sujeitem a andar adiante do chicote. O negro

⁶⁹⁰ Machado, 1889b p.23.

⁶⁹¹ *Id.*, *Ibid.*, p.23.

⁶⁹² *B.O.*, 8/06/1895, nº 23, p. 222.

⁶⁹³ *A Campanha D’Africa contada por um sargento*, 1896, p. 56.

⁶⁹⁴ Em jeito de balanço afirma Pélissier: “Não cremos que os colonos alcoolizassem os Africanos conscientemente, para os pôr obedientes. Faziam-no, simplesmente, para enriquecer. Mas nem por isso é menos verdade que, enquanto que os brancos (exceptuando os missionários) e os Indianos iam lucrando com isso, as repercussões indirectas dessa gigantesca bebedeira crónica não podiam deixar de ter efeitos desastrosos no plano da opposição antibranca no Sul de Moçambique.” Pélissier, 1988, p. 334. Soma-lhe a autoprodução dos africanos, álcool de caju, de mandioca, entre outros. *Id.*, *ibid.*, p. 335.

⁶⁹⁵ Enes, 1946, p. 45. “(...) O negro bebeu, bebe e há-de beber. (...) Foi a natureza que fez o Africano borracho, como o fez, em algumas regiões, fumista de ervas peçonhentas, cujo fumo o obriga a contorcer-se em medonhas convulsões de tosse; a civilização só lhe apurou o paladar. Crianças de colo, largam os seios das mães para meterem a língua em copos de aguardente, e não se escaldam. Têm até os pretos uma especialidade que julgo não ser trivial na confraria europeia dos bebedores: não se embriagam por gosto de beber, bebem de propósito para se embriagarem. Só muitos séculos de educação, e talvez modificações no clima da Africa, poderão curá-los desse vício, mais de organização que de costumes, e por agora só o maometanismo tem alguma autoridade para lho moderar.” *Id.*, *Ibid.*, p. 48.

civilizado já vai tendo essas pretensões, que não tardarão a ganhar adeptos nos sertões.”⁶⁹⁶ Condena os regulamentos que, após a abolição da escravatura, teriam transmitido a mensagem que daí em diante ninguém teria que trabalhar, ficando protegido através dos tribunais e autoridades administrativas o seu direito à ociosidade, adiantando que na Metrópole não se reconhece aos brancos semelhante direito, podendo estes ser punidos como *vadios*. Em África consagrava-se a “(...) a *liberdade* de continuar a viver no estado selvagem, pois que tal é a necessária consequência da liberdade de *não trabalhar*, deixada a quem só pelo trabalho pode entrar no grémio da civilização.”⁶⁹⁷

Trata-se de um discurso que associa a ideia de «liberdade» à «ociosidade», até porque a prisão não é, por si própria, medida que modere o indígena, pois o

“(...) trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões ínvios, a única polícia que há-de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens.”⁶⁹⁸

E, para os que temem a concorrência das bebidas importadas, adverte que a verdadeira concorrência está nas “beberagens” dos negros, que mais dificilmente pode ser combatida através da tributação.⁶⁹⁹

A ocupação e o trabalho são valores de uma economia ocidental que os portugueses querem impor à vivência nómada dos africanos, sendo o crime de vadiagem um dos mais comuns no território. Outra das transgressões mais comuns é a relativa ao pudor europeu e à aprendizagem do decoro. A nudez dos povos no território prendiam e chocavam o olhar europeu. Pretende-se ainda pôr cobro e

(...) coibir o inveterado abuso, por parte de alguns habitantes d’esta provincia, e principalmente dos indigenas, de se apresentarem em quasi completa nudez, exhibindo assim publicamente, por falta de decente vestuario, um espectáculo repugnante, indecoroso e impróprio d’uma sociedade culta;

pelo que urgia “(...) imprimir-lhes o sentimento da dignidade individual e a suavisar-lhes os costumes” fazendo com que reconhecessem “(...) a necessidade de andarem convenientemente vestidos” o que “(...) será para muitos um estímulo ao trabalho e o meio

⁶⁹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 69.

⁶⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 70-71. Arlindo Barbeitos refere-se à «Escola de António Enes» como corrente doutrinária e de acção colonial tentando dar corpo a alguma propostas teóricas de Oliveira Martins e no espírito da qual se inscreveriam nomes como Eduardo Galhardo, Ayres d’Ornelas, Eduardo da Costa, Freire de Andrade, Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque. Barbeitos, 2000, pp. 601.

⁶⁹⁸ Enes, 1946, p. 75. Antes esclarecera “(...) sinto até entranhada simpatia pelo negro, essa criança grande, instintivamente má como são todas as crianças – perdoem-me as mães! -, porém dócil e sincera; não o considero votado ao extermínio pela necessidade da expansão da raça branca, embora creia na sua inferioridade natural; (...)” Acrescenta não compreender os escrúpulos da legislação portuguesa para “(...) obrigar o Africano semi-selvagem, inocente ou criminoso, livre ou preso, a trabalhar para si e para a sociedade, a trabalhar à força quando não trabalhe por vontade, até onde a força possa coagi-lo sem o degradar das prerrogativas de homem.” *Id.*, *ibid.*.

⁶⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 84.

indirecto de obstar ás perniciosas consecuencias da vadiagem”. Torna-se obrigatório “(...) trajar convenientemente, attendendo-se todavia aos meios, costumes e ritos religiosos de cada um, em templos, repartições, estabelecimentos públicos, ruas, praças” ou mesmo “dentro das suas proprias lojas e habitações, quando possam ser avistados pelo publico”. A vigilância deverá caber à sociedade, a “(...) todos os funcçionarios, quer da ordem eclesiástica, quer da civil ou militar, que presidirem a qualquer acto publico, vigiarão pelo cumprimento d’estas disposições”. Destaque, nesta função de desvelo, cabe à companhia de polícia.⁷⁰⁰ Aos preceitos para o consumo de álcool juntam-se os que pretendem impor e regular o vestuário.

O discurso corrente privilegia a ideia de que dificultar o acesso ao álcool significa preservar a saúde dos indígenas, já que é ela, fundamentalmente, um problema de produtividade. Tal é o caso de Manoel Rodrigues Pereira de Carvalho que, em trânsito pela Zambézia, visita e observa criticamente o estabelecimento de Micahume de Correia de Carvalho, que se dedica à cultura de cana sacarina para fabricação de aguardente.⁷⁰¹

A legislação sobre o álcool volta a ser objecto de regulamentação por António Enes em 15 de Maio de 1895 de Lourenço Marques.⁷⁰²

Ernesto Vilhena, referindo-se a Cabo Delgado, explana que, entre os naturais, a bebedeira é fortemente arreigada à semelhança dos outros africanos e satisfeita com o sumo fermentado do fruto do cajueiro, a nipa, sura de palmeira e pombe de cereais, apesar da influência islâmica.⁷⁰³

Em 1897, a experiência portuguesa quanto à comercialização de vinho em África fornecera alguns ensinamentos. Para manter a sua afluência à Província de forma sistemática, os regulamentos apuravam os termos desse comércio. Os negociantes podiam consignar vinhos e derivados nos depósitos oficiais em África,⁷⁰⁴ tudo a cargo de um funcionário idóneo. Os vinhos seriam enviados com todas as despesas de frete e seguro até ao porto de destino, acompanhados de documentos especificando preços e despesas e certificado de origem; também da especificação dos preços de venda que traduzisse o custo inicial mais as

⁷⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 230.

⁷⁰¹ “Pena é porem que tal estabelecimento não possa tirar todos os resultados que devia tirar de tanto capital empregado, e que se dedique principalmente á fabricação de aguardente cujo uso é absolutamente necessario restringir cada vez mais, como principal meio a empregar para o progresso da Africa, e se quizermos obter dos indigenas todo o trabalho que elles podem fornecer, concorrendo ao mesmo tempo para o seu bem estar.” *B.O.*, 6/11/1886, nº 45, p. 550.

⁷⁰² *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 47-48.

⁷⁰³ Vilhena, 1910, p. 98. Já na baixa Zambézia o indígena seria “(...) como todos os do continente africano, inclinado á embriaguez; que nós procuramos contrariar por todas as maneiras, embora não seja possível supprimir radicalmente o consumo de certas bebidas, quasi inoffensivas, de resto, como são a *sura* e o *pombe*, quando são sobrecarregadas de pimenta, *piri-piri*, ou outros estimulantes.” *Id.*, *Ibid.*, p. 111. Na Beira-Manica os habitantes são “(...) ebrios por habito, e sóbrios apenas quando não têm dinheiro para comprar a bebida ou o milho para fazer o *pombe*, ou o caju, para o *chimbaldú*.” *Id.*, *Ibid.*, p. 113.

⁷⁰⁴ *Instrucções para o Funcionamento dos Depósitos Officiaes de Vinhos Portugueses em Africa*, 1897, p. 3.

despesas e comissão respectiva, que variava entre 5 e 10%.⁷⁰⁵ Cada remessa de vinhos deveria ser acompanhada de uma caixa com amostras, “para os tornar conhecidos, pela prova”.⁷⁰⁶

Nos anos 60, as notícias relativas a desacatos e desordens de natureza policial são ainda vagas. Também na década de 70, as informações de polícia são muito sumárias e referentes a uns poucos indivíduos, que são, por vezes, nomeados.⁷⁰⁷ Já no final dos anos 80, a precisão é maior e a administração parece ganhar maior eficácia.⁷⁰⁸ Nos anos 90, apura-se a sistematização das ocorrências.⁷⁰⁹ Caminha-se para uma mentalidade em que o “trabalho forçado” surge como um imperativo legal,⁷¹⁰ perfeitamente codificado no regulamento de 1899.⁷¹¹

Na Polícia de Quelimane também se regista movimento intenso na prisão.⁷¹² Muitas vezes os dados relativos ao movimento policial são apresentados de forma total, mencionando-se quantitativamente os indivíduos detidos sem, no entanto, discriminar os motivos.⁷¹³ Contudo, quando se apuram os «crimes» como a insuficiência de vestuário, a

⁷⁰⁵ Malheiro, 1879, pp. 3-4.

⁷⁰⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 5.

⁷⁰⁷ *B.O.*, 20/02/1875, nº 8, p. 46.

⁷⁰⁸ A Polícia de Lourenço Marques, detém 6 indivíduos por “amarrar um preto” *B.O.*, 23/09/1893, nº 38, p. 556; em Maio de 1889 prende 10 indivíduos – 7 homens e 3 mulheres, por “motim”. *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557.

⁷⁰⁹ Durante o ano de 1892, a polícia de Moçambique apanhou: por embriaguês, 394 homens e 59 mulheres. Embriaguês e desordem 132 homens e 25 mulheres; embriaguês, desordem e resistência, 25 homens e 25 mulheres; embriaguês e ofensas à moral pública, 15 homens e 4 mulheres. Em Dezembro desse ano, 43 detenções por embriaguês (33 homens e 10 mulheres). *B.O.*, 28/01/1893, nº 4, p. 64. Para Setembro temos a informação de que a maior parte do movimento policial se deveu a embriaguês por causa da facilidade de aquisição da bebida de caju. *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 652; Tal facto estaria na base dos 41 indivíduos detidos por embriaguez (25 homens e 16 mulheres) *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 595; Em Fevereiro, por idêntico motivo, são detidas 39 pessoas (25 homens, 14 mulheres); entre eles um colono sem profissão.⁷⁰⁹ Em Maio, 62 indivíduos (44 homens, 18 mulheres). *B.O.*, 9/09/1893, nº 36, p. 538; Em Abril são detidos 6 homens por vadios e compelidos ao serviço militar. *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 441; Em Novembro, 43 pessoas (38 homens, 5 mulheres).⁷⁰⁹ Em Dezembro, 39 pessoas (32 homens, 7 mulheres) e aparecem incluídos numa outra categoria «Vadiagem e colonos sem profissão», 2 homens. *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 14.

⁷¹⁰ “Após o seu regresso à capital do país, António Enes toma-se uma personagem influente do regime. O seu *Relatório*, publicado pela primeira vez em 1893, oferece à política oficial da monarquia um instrumento para uma orientação mais «coerente», afastados que estavam os herdeiros de 1820. Não é certamente por acaso que o Regulamento de 1899 será elaborado por uma comissão presidida pelo mesmo António Enes.” Torres, 1989, p. 74.

⁷¹¹ Veja-se Marshall, 1993, p. 53. “Part of the commission accomplished was to construct the African population as “native”, an administrative category situated not only as “other” but also “deficient”. *Id.*, *Ibid.*, p. 54. Joel das Neves assinala que, “(...) longe de melhorar a situação dos africanos, conforme o espírito liberal da época, intensificou a repressão e o trabalho forçado, numa acção que estabelecia uma harmonia entre os interesses administrativos e dos concessionários.” Neves, 1991, pp. 285.

⁷¹² Em Maio de 1889, 3 indivíduos, 1 homem e 2 mulheres, por “insuficiência de vestuário. *B.O.*, 7/09/1889, nº 46, p. 490; Em Janeiro de 1890, 36 detidos por embriaguês, (32 homens, 4 mulheres); uma mulher por falta de vestuário; um por “maltratar uma preta”; outro por “tentar forçar uma preta”; e ainda outro por deitar fogo a palhota. *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 158; Em Fevereiro de 1890, totalizam-se 33 arrestos por embriaguês, oito por falta de vestuário – (6 homens, 2 mulheres); um por “maltratar uma preta”. *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 182; Em Março desse ano, 14 retidos por falta de vestuário (13 homens e uma mulher); um por deitar fogo a palhota. *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 226; Em Abril, 40 por embriaguês (37 homens, 3 mulheres); 33 por falta de vestuário (28 homens, 5 mulheres); 1 por deitar fogo a palhota. *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 300; Em Maio de 1890, 52 por embriaguês (35 homens, 17 mulheres); 15 por falta de vestuário (9 do sexo masculino, 6 do feminino). *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313; Em Junho, 11 indivíduos por falta de vestuário – 9 homens, 2 mulheres. *B.O.*, 18/10/1890, nº 42, p. 455; Em Julho, falta de vestuário, 3 homens; deitar fogo a palhotas 1 indivíduo. *B.O.*, 3/11/1890, nº 44, p. 470; Em Agosto, 12 indivíduos por falta de vestuário, 9 homens e 3 mulheres; 3 por se recusar a pagar o mussoco; 1 por deitar fogo a palhotas. *B.O.*, 15/11/1890, nº 36, p. 557; Em Outubro de 1890, por embriaguez, 37 (36 homens, 1 mulher); falta de vestuário, 7 (6 homens, 1 mulher). Em Dezembro, 13 por falta de vestuário (9, 4). *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 176.

Em Agosto de 1892, 25 por embriaguez (20 homens, 5 mulheres). *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 602; Setembro de 1892 por embriaguez, 78 (72, 6). *B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 631; Nesse mês, por roubo, 30 (29, 1); embriaguês 40 (39, 1). *B.O.*, 14/08/1893, nº 14, p. 28; Em Outubro, 75 por embriaguez (69, 6); 2 homens por falta de vestuário. *B.O.*, 31/12/1892, nº 53, p. 649.

Em Março de 1893, por embriaguês, 21 (15, 6). *B.O.*, 10/06/1893, nº 23, p. 329; Dezembro de 1893 29 indivíduos por embriaguês. *B.O.*, 11/02/1893, nº 6, p. 97; Novembro de 1893 – 43 por embriaguês (38, 5). *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 15; Dezembro de 1893, entre embriaguês e embriaguês e desordem 49 (28, 21). *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 59; Em Maio de 1894 – 25 por embriaguês (21, 4). *B.O.*, 14/07/1894, nº 28, p. 375.

⁷¹³ Por exemplo, no Boletim Oficial de 24 de Setembro de 1892, o «movimento policial» aponta 76 indivíduos de ambos os sexos capturados por diversas faltas. *B.O.*, 24/09/1892, nº 39, p. 435.

queima de palhotas (uma forma de lesar o fisco) e a omnipresente embriaguês, não é difícil detectar obstáculos à administração portuguesa.

3.3.4. *Emigração europeia – um desejo adiado*

Importa dizer uma palavra sobre o imaginário que os portugueses utilizaram para a construção de uma imagem (mítica) de si próprios,⁷¹⁴ imaginário que vê na emigração de portugueses uma solução para o prolongamento da influência em África e a verdadeira civilização do Império.

A administração vacila entre a defesa da colonização europeia e o seu desaconselhamento por causa do clima. Os governadores da Província pediam, para esse fim, o concurso de madeirenses e açorianos, tidos como colonos resistentes.

A colónia agrícola de Fernão Veloso, fundada em 1831, será extinta em dois ou três anos. Em 1855, nascia a colónia agrícola na ilha Carolina, arquipélago do Bazaruto, de que restaria apenas, sete anos depois, o presídio.⁷¹⁵

Em 1857, por iniciativa de Sá da Bandeira, e através de uma subscrição,⁷¹⁶ intentou-se a implantação de uma colónia portuguesa na baía de Pemba, que viria a malogar-se.⁷¹⁷ Apontam-se para o facto precipitação, má organização e direcção.⁷¹⁸ Simultaneamente estabeleciam-se as condições para a formação da colónia, explicitando-se a obrigação dos colonos de enviar os filhos e filhas às escolas de ensino primário que o Governo viesse a estabelecer.⁷¹⁹ Em Junho de 1857, a escuna de guerra Angra partia para Moçambique, transportando já muitos colonos.⁷²⁰ Abonavam-se 100 réis diários a cada colono para seu sustento.⁷²¹ Cada um dos 36 colonos que partiram para Pemba receberia 15\$000 réis para despesas de engajamento, transporte e vestuário.⁷²² A chegada verifica-se a 18 de Outubro de 1857.⁷²³ O terreno para estabelecimento da colónia é assentado no final de Dezembro.⁷²⁴ São

⁷¹⁴ Certos autores apontam Hammond que “(...) filiava, não em razões económicas, nesta perspectiva inexistentes ou de pouco peso, mas num comportamento de tipo nostálgico e sentimental, que viveria do passado, sonhando com a restauração do prestígio perdido”. O autor salienta que vários interesses têm vindo a ser curiosamente inventariados pelos investigadores, sem que isso anule a hipótese do império «não-económico». Alexandre, 1995, p. 231 e ss. Também os mitos: “mito do eldorado” baseado nas pretensas riquezas de África; “mito da herança sagrada” em que à sobrevivência da nação portuguesa se justapõe a do império; o “mito da exploração do império por parte da Grã-Bretanha”. *Id.*, *Ibid.*, pp. 232 e ss..

⁷¹⁵ Botelho, 1922, pp. 26-27.

⁷¹⁶ Paço, 31/01/1857, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 359.

⁷¹⁷ Lapa e Ferreri, 1889, p. 17.

⁷¹⁸ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 78.

⁷¹⁹ 31/01/1857, *Id.*, *Ibid.* Novamente declarados em Os deveres dos colonos e as obrigações do Governo para com eles são estabelecidos nas *Condições para a formação de uma colónia na Bahia de Pemba, Districto de Cabo Delgado, na Província de Moçambique*, *B.O.*, 14/11/1857, nº 46, pp. 189-190. «Deveres dos colonos» publicados igualmente em Romero, 1860, pp. 6-8.

⁷²⁰ Paço, 17/06/1857, *Id.*, *Ibid.*, p. 425.

⁷²¹ Paço, 25/08/1857, *Id.*, *Ibid.*, p. 619.

⁷²² Paço, 3/07/1857, *Id.*, *Ibid.*

⁷²³ Paço, 12/03/1858, *Id.*, *Ibid.*, p. 407.

⁷²⁴ Paço, 26/04/1857, *Id.*, *Ibid.*, p. 573.

confirmados os postos honoríficos e soldos conferidos pelo Governador-geral aos régulos e “outros individuos onde se acha estabelecida a colonia da bahia de Pemba.”⁷²⁵ À colónia se referiria Serpa Pinto em 1885 dizendo que “(...) quasi morreu á nascença, não se sabe bem porque. – Um dia os proprios colonos roubaram os dinheiros publicos, deitaram fogo a sua propria povoação e debandaram uns para N. e outros para o Sul, existindo ainda 4 d’elles na villa do Ibo.”⁷²⁶

O governo da Metrópole parece decidido a estabelecer uma colónia militar na vizinhança de Tete, enviando uma companhia da Europa. A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar solicita ao Governador-Geral informação sobre a melhor época para chegada da expedição e se será conveniente que ela estacione primeiramente no Bazaruto até chegar o tempo da sua partida para o destino definitivo.⁷²⁷ Em 1857, prepara-se, para Tete, o batalhão de caçadores nº 2, com 108 praças europeus casados, dois terços de agricultores, um terço de pedreiros, carpinteiros, serralheiros e outros, dispondo de concessão de terras, adiantamento de dinheiro, de sementes e dez anos de isenção de impostos. O escorbuto fará estragos até à chegada a Moçambique em 1859. Embarcavam os homens, no ano seguinte, para Quelimane onde seriam empregues em ocupações diferentes das planeadas.⁷²⁸

Para Inhambane seguem, em 1862, na qualidade de colonos, 13 pessoas, 12 homens e uma mulher. Ela, viúva e engomadeira, eles trabalhadores, incluindo três serralheiros e um pedreiro.⁷²⁹ Dois anos depois, José Barbosa Leão critica o “mundo oficial” de Lisboa que, em matéria de colonização, não atenderia aos “verdadeiros interesses e necessidades”.⁷³⁰

Em 1896 surgem novas tentativas de colonização militar, contando com os negros para a actividade agrícola – Manica, Gaza, Mussurize, Fernão Veloso. O aumento de despesas conduziria à sua dissolução em 1898.⁷³¹

Portugal teria a “obrigação moral” de fazer entrar as populações dos domínios de África no “caminho da civilização”,⁷³² o que impunha a necessidade de um plano geral de colonização, compensando as dificuldades da indústria e agricultura na Metrópole.⁷³³ Apesar da legislação sucessivamente publicada para regular a concessão de terrenos e o aforamento,

⁷²⁵ Paço, 27/08/1858, *Id.*, *Ibid.*, p. 620.

⁷²⁶ B.O., 17/10/1885, nº 42, p. 340.

⁷²⁷ Paço, 2/08/1858. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 611.

⁷²⁸ Botelho, 1922, pp. 26-27.

⁷²⁹ B.O., 19/07/1862, nº 29, p. 119. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 20 de Janeiro de 1862, Manuel Jorge Oliveira Lima.

⁷³⁰ Leão, 1864, p. 6.

⁷³¹ Botelho, 1922, p. 28.

⁷³² Malheiro, 1879, p. 5.

⁷³³ *Id.*, *Ibid.*, p. 6.

os incentivos à introdução de maquinaria, aliados ao desconhecimento dos terrenos pelos eventuais exploradores, invalidam a iniciativa dos privados. Soma-se o problema das despesas das viagens e o desconhecimento de África.⁷³⁴

A emigração europeia para Moçambique, segundo vários estudiosos, exige que o Estado português intervenha na colonização “(...) dadas as características do povo português” que implicam a substituição do indivíduo pelo Estado, cabendo a este o apoio ao “colono”.⁷³⁵

Na cronologia de enquadramento legal da emigração sucedem-se as leis: a de 28 de Março de 1877, autorizando o governo a despender verbas para colocação de nacionais; 1881, regulamentado-a; 18 de Agosto de 1881, criando estações civilizadoras; decreto de 22 de Novembro de 1913, contemplando a criação das nações civilizadoras.⁷³⁶

Para o governo suportar financeiramente o transporte e primeiros meios para estabelecimento agrícola nas colónias de África, desde que aí pretendam residir pelo período mínimo de cinco anos, publica-se o *Regulamento para execução da lei de 28 de Março de 1877*.⁷³⁷ Contempla o fornecimento aos emigrantes de alguns instrumentos de defesa, de trabalho agrícola e objectos de uso pessoal, apoiando-os nos contratos e ajudando ao estabelecimento de “estações de civilização”.⁷³⁸ Cabe-lhes proteger a actividade comercial, promover o uso e vulgarização da língua portuguesa recolhendo e estudando os vocabulários, gramáticas, lendas, tradições e usos indígenas, recolher observações astronómicas, meteorológicas, geológicas, botânicas, etnográficas; levantando plantas dos locais, recolher informações de viajantes. Ao capelão missionário, recebendo uma cóngrua correspondente ao dobro do soldo e gratificações dos capelães de 2ª classe da armada, competiriam todos os serviços sacerdotais e a regência de uma aula de língua portuguesa e instrução primária.⁷³⁹ Tratava-se de tarefas ambiciosas para as limitadas capacidades financeiras e culturais portuguesas.

Em 1882, Miguel Guilherme Sanchez de Guzman refere a necessidade de implementar um projecto de colonização agrícola em Lourenço Marques, aumentando o povoamento com

⁷³⁴ *Id.*, *Ibid.*, pp. 8-9.

⁷³⁵ Castro, s.d., p. 12. O autor assume a necessidade de analisar o problema da transferência de nacionais para as colónias pela migração, aspecto em que também é necessária a intervenção do estado. *Id.*, *ibid.*, p. 13. Defende ainda a necessidade de se considerar os factores psicológicos na origem da emigração, mesmo as “enganosas promessas” e a necessidade de propaganda adequada sobre as regiões. *Id.*, *Ibid.*, p. 14.

⁷³⁶ Comparando o atraso português no domínio da colonização, e acentuando a pouca iniciativa do povo português como uma especificidade a considerar seriamente, o autor cita o decreto de 16 de Agosto de 1881, da criação do primeiro estabelecimento agrícola mas que se teria reduzido a apenas algumas palavras na folha oficial quando, em 1648, teria sido fundado o primeiro estabelecimento agrícola na África do Sul. Castro, s.d., p. 15.

⁷³⁷ *B.O.*, 29/10/1881, nº 44, p. 255-259.

⁷³⁸ Estas deverão influir junto dos indígenas “(...) sempre por meios pacíficos, no sentido de modificar os seus costumes barbaros”, protegendo-as de extorsões e violências, intervir nas suas dissensões, levar-lhes “os socorros da sciencia”, nelas difundir a moral cristã e a civilização europeia. Sempre, no fundo, a omnipresente ideia de, por todos os meios, impor uma tutela aos africanos. *Id.*, *Ibid.*, p. 258.

⁷³⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 259.

nacionais, considerando o perigo da exploração baseada no capital e trabalho estrangeiro.⁷⁴⁰ Foca dois tipos de emigração: a “artificial” através de contratos com o governo, e a “espontânea”, baseada na iniciativa individual. Haveria que conceder apoios à primeira, até que os rendimentos agrícolas estivessem assegurados, focando as peculiaridades de África, em que o colono nacional necessita do capital que assegure os primeiros tempos até que os mercados se abram aos produtos proporcionando a sua colocação vantajosa.⁷⁴¹

Elaborado em 1888 e publicado dois anos depois, o trabalho sobre colonização do major António José de Araújo, director das obras públicas, Francisco Romano de Abreu Nunes, ex-gerente do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques, José António Matheus Serrano, capitão e condutor das obras públicas, esboça um projecto de regulamento para a fundação de colónias agrícolas.⁷⁴² Os três constituirão, com o Tenente-Coronel da guarnição de Moçambique, Joaquim José Lapa, a comissão especial encarregada do projecto de colonização portuguesa de Lourenço Marques. Explica-se que a construção da secção portuguesa do caminho-de-ferro provocou alterações no distrito, derivadas da preponderância do elemento estrangeiro, levando a que, em oito meses, a população portuguesa passasse a ser minoritária e com reflexos no aumento dos montantes a pagar pelo serviço dos africanos na região.⁷⁴³ Urgia opor o elemento português ao forasteiro, fundando colónias exclusivamente portuguesas. Analisados os modelos das várias colónias, a comissão optou pelo sistema de concessão gratuita, na tentativa de estimular a emigração portuguesa para África.⁷⁴⁴ No orçamento apresentado para a colónia, cativam-se 2400\$000 réis para casa de escola e 300\$000 réis para mobília de duas escolas.⁷⁴⁵ No projecto de regulamento prevê-se que ao capelão caiba reger uma escola de primeiras letras para os filhos dos colonos e a abertura de uma aula nocturna – três vezes por semana – para adultos, procurar catequizar os povos vizinhos “(...) visitando-os frequentemente e buscando chamar á escola as creanças indígenas do sexo masculino”, elaborar relatório, a apresentar ao Ministério do Ultramar, sobre o grau de instrução e moralidade da colónia; manter actualizados os livros, inventariando os bens da escola.⁷⁴⁶ Às irmãs hospitaleiras, entre outras funções, cumpre a direcção de uma escola para filhas dos colonos, a que deverão ser atraídas meninas indígenas.⁷⁴⁷ Os colonos obrigam-se a

⁷⁴⁰ Guzman, 1882, p. 8.

⁷⁴¹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 9-10.

⁷⁴² *Colónias Agrícolas de Lourenço Marques – projecto de uma comissão especial*, 1890.

⁷⁴³ *Id.*, *Ibid.*, p. 7.

⁷⁴⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 11-12.

⁷⁴⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 14.

⁷⁴⁶ *Id.*, *Ibid.*, artº 10º - 3º, 4º e 5º, pp. 17-18.

⁷⁴⁷ *Id.*, *Ibid.*, artº 12º, p. 18.

enviar as suas crianças à escola,⁷⁴⁸ permanência escolar que deve ser inteiramente gratuita durante o tempo de estada na colónia.⁷⁴⁹

Em 1882, Manuel Ribeiro sintetiza as necessidades para o fomento da colonização branca: levantamento corográfico; publicação de guias para colonos; divulgação de produtos agrícolas; casas para receber os colonos, com enfermaria; estabelecimento da navegação regular com as colónias; povoamento feito não só com gente do reino, mas mista; auxílio à partida de colonos do Brasil que desejem retirar-se para Moçambique; fornecimento de cavalos aos colonos para trabalho e guerra; fornecimento de instrumentos e casais de carneiros da colónia do Cabo; utilizar búfalos, pela sua resistência, na lavoura; percepção de que as colónias são compostas por gentes de todas as “raças”⁷⁵⁰; garantia de transporte regular e eficaz de colonos para Moçambique; encaminhamento de gente do Minho e dos Açores para África; provimento da guarnição da capital, de polícia e a da Zambézia, composta de praças indígenas, asiáticas, angolanas e cabo-verdianas; recrutamento dos indígenas no norte para servir no sul e vice-versa, para obviar às frequentes deserções; fiscalização costeira a cargo de lanchas para combater o contrabando dos árabes; garantir, além da infantaria, vinte ou trinta praças de cavalaria asiáticas “(...) pelo respeito que os indígenas têm aos cavalos”; necessidade da fundação de uma nova capital para quebrar o afastamento com os indígenas; reconhecer a importância dos engenheiros e médicos; vitória sobre o desconhecimento dos climas africanos.⁷⁵¹

O Governador de Distrito de Lourenço Marques, em 1887, refere-se aos indivíduos,

(...) na maior parte naturaes da Madeira, que não tendo encontrado fortuna nas colónias inglezas do Sul d’Africa, vêem aqui procural-a mas quasi sempre debalde. Esses homens, geralmente analphabetos, e não tendo officio pelo qual trabalhem, vêem-se obrigados a competir com cafres nos misteres mais inferiores, porém com a desvantagem da remuneração que encontram e que lhes não chega para a sua subsistência.⁷⁵²

Um obstáculo sempre presente era a ignorância que grassava na Metrópole sobre aquele continente.⁷⁵³ Em 1894, Manuel de Azevedo Coutinho, em escrito para se defender de Renato Baptista e de pretensas falsas afirmações do seu folheto «Africa Oriental», adverte o leitor de que não encontrará “(...) como é de uso sempre que sobre Africa se escreve,

⁷⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, artº 15º, 4º

⁷⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, artº 23º, p. 21.

⁷⁵⁰ Ribeiro, 1882, p. 44-45.

⁷⁵¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 47.

⁷⁵² *B.O.*, 22/01/1887, nº 4, p. 30.

⁷⁵³ Machado, 1881, p. 39.

descrições de encontros com leões, de casamentos cafreaes, de bebedeiras dos pretos com o mata-bicho, etc. (...)”.⁷⁵⁴

O interesse sobre os assuntos das colónias está bem patente em publicações como *O Guia do Colono para a África Portuguesa*, de João Bentes Castel-Branco.⁷⁵⁵ Esclarece assuntos como o «modo de tratar o preto», objectos para troca, importância de se munir de determinados meios curativos, de conhecer os alimentos, animais e plantas, que se podem encontrar no sertão.

Em 1893, o major Perry da Camara opina sobre o papel do português naquelas paragens que, independentemente do que se pudesse dizer, era verdadeiramente o “branco”, ainda que aponte a falta de mulheres brancas que dificultaria a colonização e a “constituição da família”.⁷⁵⁶ Segundo o mesmo autor, a colonização portuguesa deveria concorrer, em certos aspectos, em igualdade com o negro, porque ambas são «ignorantes» do ponto de vista da educação formal, sem habilitações ou mestre, fazendo valer, unicamente, a sua «força de braços».

Para Oliveira Martins o problema da falta de dinheiro é fundamental uma vez que a emigração portuguesa era constituída por proletariado rural dos Açores e excesso de população do Minho, que não dispunham de capitais.⁷⁵⁷ Também António Enes desmistificará a importância de uma emigração oriunda da Metrópole, porque composta de homens desprovidos de capital, usufruindo unicamente dos seus braços e “já vencidos no *struggle for life*”.⁷⁵⁸

A propaganda e os folhetos são meios utilizados, desde Pombal, para induzir o proletário rural do Reino à emigração para as colónias, mas a emigração europeia na segunda metade do século salda-se por fracos resultados.⁷⁵⁹ Em Portugal é extremamente negativa a baixa escolarização dos potenciais emigrantes, tendo sido sugerida a proibição de emigrantes analfabetos e sem conhecimentos úteis.⁷⁶⁰ Contudo, se atendermos à elevada taxa de analfabetismo na Metrópole, esta era uma condição praticamente impossível.

⁷⁵⁴ *O Folheto Africa Oriental do Sr. Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista e o comandante do corpo expedicionário a Moçambique*, 1894.

⁷⁵⁵ Castel-Branco, 1891.

⁷⁵⁶ Camara, 1893, p. 31. Duffy estima a população de mulheres portuguesas em 1887 em Lourenço Marques em 2. Duffy, 1959, p. 81.

⁷⁵⁷ Martins, 1887, p. 222.

⁷⁵⁸ Enes, 1946, p. 53.

⁷⁵⁹ Em forma de balanço refere Rita-Ferreira: “As utópicas ideias de Sá da Bandeira e seus discípulos sobre os benefícios da colonização organizada pelo Estado com base em famílias de camponeses europeus não só fizeram desperdiçar tempo e recursos como vieram a causar grandes sofrimentos a gente humilde. Devido às doenças tropicais e a outros obstáculos, saldaram-se em trágicos fracassos as tentativas feitas com as colónias de Pemba (1857) e de Tete (1860).” Rita-Ferreira, 1989, p. 337.

⁷⁶⁰ Propõe-se a criação de “(...) escolas ambulantes nos centros de maior coeficiente migratório” em que se “patenteiam as belezas das nossas colónias, os possíveis resultados a obter, o custo da cultura, espécies a cultivar, etc.”Castro, s.d., pp. 16-17.

3.3.5. Nas fronteiras da identidade – «europeização» e «cafrealização»

“ – Você não me disse há tempo que muitos europeus se chegam a cafrealizar? Foi
Você que o disse.

- Ah! Isso disse – respondeu o Lucena com um sorriso enigmático – mas isso é outra
coisa, isso é por causa do femeação, da pretinha, da mulatinha, ou das brancas de exportação
das cidades europeias.

- Pois sim, seja porque razão for, o certo é que os colonos arranjam uma nova
orientação mental, as suas funções cerebrais sofrem profundas modificações.”

Emílio de San Bruno, *Zambeziana – scenas da vida colonial*, 1927, p. 171.

A Zambézia é um bom exemplo de cruzamento de influências ao longo do tempo. Os khokas de Inhambane receberam séculos de influência asiática e, de seguida, portuguesa, o que lhes conferiu particularidades culturais.⁷⁶¹ Já na Zambézia do séc. XVIII, muitos sertanejos adoptavam prerrogativas tradicionais dos chefes negros, enquanto estes fortaleciam a sua posição adoptando práticas dos primeiros.⁷⁶²

A miscigenação dos portugueses com negras deu-se desde o início do contacto. Também ricos comerciantes goeses (canarins) se envolviam em bons casamentos. Utilizando a poligamia e concubinação, os senhores dos prazos concorriam para um processo de mestiçagem em que predominaria o elemento africano.⁷⁶³

A curiosidade e o fascínio de um mundo que lhes era novo, tomaram conta de muitos europeus. Foram-se, desse modo, sucedendo os fenómenos de cafrealização envolvendo indivíduos de diversas proveniências.⁷⁶⁴ Também das ligações sexuais dos senhores com escravas resultavam frequentemente filhos e, por vezes, cartas de alforria para as mães.⁷⁶⁵ Tudo isto num quadro em que a matriz africana acabava por prevalecer, tanto mais que o elemento feminino europeu está praticamente ausente durante séculos.

A aculturação que se verificou sobre europeus ou portadores da cultura europeia influiu primacialmente sobre “comerciantes, caçadores, mercenários, desertores e párias sociais”.⁷⁶⁶ Um dos seus aspectos mais visíveis consistiu na adopção de práticas mágicas

⁷⁶¹ Rita-Ferreira, 1975, p. 111.

⁷⁶² Vieira, 1996, vol. 1, p. 130.

⁷⁶³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 130 e ss.

⁷⁶⁴ “Todos aqueles, europeus, asiáticos e seus descendentes, até ao fim do tempo colonial pejorativamente apodados de *cafrealizados*, foram os únicos que verdadeiramente usufruíram e se deram a África. Culturalmente subvertidos estes, as transformações mentais da população não terão sido de monta e os hábitos do quotidiano prevaleceram para além do acesso a mais uma que outra quinquilharia. Civilizacionalmente, não foi desta que o colonialismo destruiu a África.” Capela, 1993, p. 20.

⁷⁶⁵ “(...) Mas o relacionamento sexual entre senhor e escrava nem sempre seria evidente, e casos terá havido em que não acabou em descendentes. Se tudo nos leva a crer que no vale do Zambeze não existiu o preconceito rácico no relacionamento sexual, nem por isso esse mesmo relacionamento ficou expresso nos casos em que foi produzido o instrumento jurídico, testamento ou carta de alforria. Foi geralmente ignorado, se é que não se procuravam iludir ligações afectivas e sexuais que eram a sua razão de ser.” *Id.*, *Ibid.*, p. 65.

⁷⁶⁶ “Embora reconhecendo a inter-aculturação como um fenómeno comum das fronteiras, os académicos não tiveram em conta a possibilidade dos colonos europeus poderem ter sido absorvidos por culturas locais dominantes. (...) E todavia o processo de indigenização ocorreu com alguma frequência.” Isaacman e Isaacman, 1991, pp. 5.

locais,⁷⁶⁷ assim como na adopção da poligamia e seus rituais.⁷⁶⁸ Nestas uniões mistas com os africanos, muitos estrangeiros tendiam a adoptar formas de vida locais.⁷⁶⁹ As consequências deste facto, dificilmente mensuráveis, não podem, no entanto, deixar de representar um factor de enorme importância na própria natureza da colonização empreendida ou possível,⁷⁷⁰ mas também nas reacções e adaptações dos africanos às realidades com que contactavam, nomeadamente ao assimilar técnicas e usos europeus, colocando-os ao seu serviço.⁷⁷¹

A poligamia é prática generalizada. Referindo-se a Lourenço Marques no séc. XIX nota Liesegang que “(...) quase todos os comerciantes e alguns dos oficiais sem família viviam maritalmente com mulheres naturais do presídio ou escravas que haviam adquirido.”⁷⁷² Em 1892, o viajante Lionel Decle observa a «poligamia oculta» como uma das características dos portugueses metropolitanos do Zumbo.⁷⁷³

António Enes é bem representativo da imagem que alguns europeus formulavam sobre os que se deixavam enredar nas malhas “indignas” da cafrealização, que teria como principal agente, segundo eles, a negra africana, pois a “(...) *cafrealização* é uma espécie de reversão do homem civilizado ao estado selvagem, e o seu principal agente é a preta.”⁷⁷⁴ Também os muçulmanos indianos e africanos, ao longo da sua antiga presença em Moçambique, se foram integrando em casamento ou concubinação.⁷⁷⁵

⁷⁶⁷ “Livingstone retratou a proliferação de praticantes especializados de magias nas cidades portuguesas que visitou em meados do século XIX.” *Id., Ibid.*, 1991, p. 5-26.

⁷⁶⁸ Sendo a monogamia, em meados do séc. XIX e no quadro do sistema social dos prazeiros preterida em “favor das formas africanas locais com seus rituais concomitantes”. *Id., Ibid.*, 1991, p. 27.

⁷⁶⁹ José Capela, no estudo quanto às origens das “donas” zambezianas e dos «casados», posteriormente «moradores», portugueses que casavam no local e sua descendência de “reinóis ou mestiços”, assinala que desde cedo nem “só os plebeus se deixavam seduzir pelas beldades macuas ou pelos seus dotes. Também gente de estirpe.” Capela, 1995, p. 73. O mesmo autor explicita: “A dona zambezabiana, por definição, era mestiça. Sem embargo de ter havido negras que beneficiaram do mesmo estatuto social. E outras que são descritas como brancas.” *Id., Ibid.*, p. 101.

⁷⁷⁰ “(...) nós sugerimos que a africanização dos homens transfronteiriços afectou directamente o seu grau de lealdade em relação à metrópole e motivou a sua resistência à penetração portuguesa a partir de 1850 até ao início do século XX.” Isaacman e Isaacman, 1991, p. 31. Nesta linha, os autores esclarecem os conceitos de “raianos” e “trans-raianos” que empregam: “(...) utilizámos o termo *trans-raianos* para descrever os *prazeiros* do século XIX. Sugerimos também que este termo tem valor como instrumento analítico para situações fora do Vale do Zambeze.” A principal distinção entre os dois termos, “(...) está em que os *trans-raianos* residiam permanentemente para além dos limites da comunidade colona europeia, enquanto que os *raianos* permaneciam do lado europeu da fronteira. Embora estes últimos atravessassem frequentemente a zona de demarcação por períodos limitados de tempo, eles nunca se isolaram totalmente das instituições europeias de sociabilidade, que atenuavam a adopção generalizada de formas culturais indígenas. (...) Intimamente relacionada com estas duas distinções era a natureza e a medida da aculturação. Enquanto que os *raianos* tendiam a desenvolver culturas híbridas, os *trans-raianos* perderam progressivamente a sua identidade europeia, adoptando o estilo de vida da população local.” *Id., Ibid.*, p. 33.

⁷⁷¹ Uma “(...) estratégia africana que visa a salvaguarda da sua identidade: a *africanização* ou a *apropriação* de ideias, de técnicas, de comportamentos do colonizador, que permite criar estruturas de protecção dos valores e das práticas identitárias africanas.” Henriques, 2004b p. 45.

⁷⁷² Liesegang, 1995, p. 42.

⁷⁷³ Péliissier, vol. II, 1988, p. 32.

⁷⁷⁴ “A África encarregou a preta de a vingar dos Europeus, e ela, a hedionda negra, - porque não há negra que não seja hedionda! – conquista para a sensualidade dos macacos, para os ciúmes ferozes dos tigres, para os costumes torpes e desumanos dos escravistas, para os delírios do alcoolismo, para todos os embrutecimentos das raças inferiores, e até para os dentes das quinzombas que escavam os cemitérios, os altivos conquistadores do Continente Negro.” Enes, 1946, p. 193. Sem que o facto sirva de menor compensação, o autor também se refere à “aventureira branca”, às “colonas” que tantos estragos teriam vindo a produzir na sociedade quando “(...) a privação legal não abre às pretas as alcovas dos Europeus (...)”. *Id., Ibid.*,

⁷⁷⁵ “(...) livres que estavam de paralisantes normas e regras de castas e seguindo uma religião que permitia a poligamia e incentivava a conversão, mantinham-se menos isolados que os hinduístas e, paulatinamente, foram se integrando ao meio local, casando ou vivendo em concubinação com mulheres negras ou mestiças, conseguindo milhares de adeptos entre os *mistos* seus filhos e mesmo entre a população negra e, particularmente, a partir do norte da Colónia, criaram uma mescla racial e cultural que se constituiu na sociedade *swahili*”. Zamparoni, 2000, pp. 213.

É também comum o recurso dos europeus aos feitiços, esse erro “que se tem propagado entre os portugueses, de forma que o maior numero lhe dá credito e praticam o mesmo que fazem os cafres”, sendo os adivinhos consultados antes de negócios, viagens e noutras ocasiões. Lacerda de Almeida exemplifica com uma mulher natural e moradora de Sena, que havia sido acusada de barbaramente ter matado quatro negras acusadas de lhe matarem a filha mediante recurso a feitiços. Refere também o exemplo das queixas do padre prior, que pede a intervenção do Governador, repreendendo o sargento-mor da praça, porque ele e seus filhos não ouviam missa ou se confessavam, sendo ainda, apesar das admoestações do religioso, partidário e adepto de feitiços e adivinhos, o que o levou a comentar que se aquele

(...) homem fosse nascido e educado entre os cafres, me não admiraria que tivesse bebido esta doutrina, pois podem muito sobre nós os exemplos dos nossos pães; mas elle e outros muitos de castão de oiro lavado e banda á cinta são europeus e praticam o mesmo com grande admiração minha.⁷⁷⁶

Há que registar que, com o recurso à feitiçaria dos negros, os portugueses retomam, de alguma forma, os seus equivalentes mágicos europeus, as mezinhas, os cobrantes e outras crenças a que, provavelmente, estariam habituados.⁷⁷⁷

Por vezes os portugueses interpretam de forma literal e dramática a ameaça dos feitiços. No Boletim Oficial relata-se, no espaço reservado a “*Ocorrencias extraordinárias*” que na noite de 8 para 9 de Maio de 1883, em Moçambique

(...) foi esta terra theatro e de um horripilante assassinato duplo cometido por Luiz Vicente Dias, aspirante da alfandega d’esta villa contra duas negras suas serviçaes. O móvel do crime foi julgar que as negras tinham dado origem por meio do feitiço á morte do filho da amazia do mesmo Dias.⁷⁷⁸

Os europeus não enjeitam as propriedades protectoras dos ritos africanos. É uso da população do distrito de Cabo Delgado, para ter boa viagem, lançar “(...) ao mar uma pequena quantidade de milho defronte de uma pedra a que chamam muária, a qual fica entre a bahia de Pemba e a ponta de Arimba”, uma prática “(...) seguida tanto pelos naturais do paiz, como pelos europeus e filhos da Ásia, que nunca faltam a ella, ou por estarem convencidos da sua virtude ou por condescendencia com os cafres marinheiros das embarcações.”⁷⁷⁹

⁷⁷⁶ Almeida, 1889, p. 21.

⁷⁷⁷ “A feitiçaria é um dos grandes flagelos de África. Pesa como séculos de escrúpulo e de superstição. E os brancos, longe de ajudarem a combater esta doentia tendência da natureza humana, caem-lhe muitas vezes nas malhas. Recordam-se, talvez, das «mulheres da virtude», das «curandeiras» da Europa...E quantos não recorrem também aos feiticeiros negros, julgando encontrar nos mesmos o remédio secreto para os seus padecimentos reais ou imaginários, físicos ou morais!” Rego, 1960, p. 66.

⁷⁷⁸ B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 139.

⁷⁷⁹ Romero, 1856, p. 30.

Francisco de Assis Clemente critica em 1882, alguns aspectos do código de *Milandos Bitongaes* e, em especial, o que o documento criado em 1852 estipula no que ao “casamento cafre” respeita, nomeadamente o facto de que a

(...) cerimonia tem logar não somente entre os pretos uns com os outros, mas tambem tem logar quando a mulher é preta e o marido branco (mulato, mestiço, índio, europeu, etc.), e entre aquellas famílias indigenas brancas, que ainda hoje, por um effeito do fanatismo, são influenciadas pelos usos dos seus antepassados e parentes com a differença, porém, de que a cerimonia de burrifar o chão é algumas vezes practicada por uma matrona que exerce as funções de aia.⁷⁸⁰

Trata-se de uma outra “colonização” em que não é claro quem são os verdadeiros colonizados, especialmente, ainda que não de forma exclusiva, nas camadas mais humildes. É o caso de Angoche, onde, no final da primeira década do século XX, a população europeia seria reduzidíssima, pouco mais de vinte pessoas, e

(...) uma meia dúzia de condenados cumprindo sentença, vivendo miseravelmente por palhotas de companhia com pretas do logar, mal se sustentando com o exercício de algumas profissões manuaes ou empregando a sua aptidão nas repartições do Estado.⁷⁸¹

As religiões europeias adaptam-se ou, melhor dito, são adoptadas, moldadas e reinventadas pelos africanos.⁷⁸² Os missionários protestantes não estavam imunes aos costumes locais, como o diácono anglicano e africano Yohana Abdallah, que quando festejava a Páscoa, em 1896 e 1898 admitia nas celebrações “(...) danças (africanas) e mesmo tiros de pólvora seca, como em qualquer festa africana da costa oriental”.⁷⁸³ Os vestígios de religiosidade dos europeus permanecem entre os africanos sob diversas formas.⁷⁸⁴

Certos autores frisam, apesar dos conflitos reconhecidos no contacto dos europeus com os indígenas, a absoluta necessidade que os primeiros têm quanto à existência dos colonizados.⁷⁸⁵ Quando se realça a oralidade como eixo estruturante do saber e conhecimento africano é necessário lembrar que essa é também a cultura do colonizador.⁷⁸⁶ Note-se que

(...) os portugueses não devem ter sentido grande estranheza ao depararem com civilizações de história oral: a esmagadora maioria dos marinheiros e dos soldados portugueses era analfabeta, isto é, partilhava as mesmas técnicas.⁷⁸⁷

⁷⁸⁰ Clemente, 1889, pp. 82-83.

⁷⁸¹ Borges, 1912, p. 51.

⁷⁸² “(...) Assim se originaram, portanto, novas fórmulas religiosas, que, com a presença europeia e por consequência com o próprio *protestantismo* (a que chamaremos de *tipo clássico*, em oposição ao *protestantismo africanizado*) – de que as chamadas religiões separatistas e separadas, dos Afro-Negros, parecem ser os elementos mais representativos já estudados, dado o papel político que, pelo menos as primeiras, por vezes têm desempenhado -, vêm fomentando os chamados nacionalismos africanos.” Gonçalves, 1960, pp. 168-169.

⁷⁸³ Liesegang, 1988, p. 20.

⁷⁸⁴ Rita-Ferreira lembra que existe conhecimento “(...) de se haverem transformado em *mphondoro* e merecerem veneração, os espíritos de determinados europeus, indianos e mestiços que em vida gozaram de grande poder e prestígio.” Rita-Ferreira, 1974, vol. 1, 408. Lembra ainda que: “Na própria aringa de Massangano, os médiuns dos espíritos de Joaquim e António Vicente da Cruz eram, em 1884, figuras de grande influência”. *Id.*, *Ibid.*, p. 412.

⁷⁸⁵ Coelho, 1893, p. 8.

⁷⁸⁶ Isabel C. Henriques nota a observação de José Mattoso de que a criação da «consciência nacional» portuguesa seria fruto do serviço militar obrigatório e da escola. Tal facto coloca a sua existência, como observa a autora, nos anos finais do século XIX, início do século seguinte. Henriques, 2004a p 22 e ss..

⁷⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 24.

3.3.6. Degredados e Sentenciados

A administração do território raramente se debruça sobre um grupo que contribuiu de forma inequívoca para a colonização do território – os degredados e sentenciados. Nas franjas da sociedade resta uma história cujos vestígios são de difícil levantamento. Intencional ou casualmente, certos protagonistas parecem ter desaparecido dos discursos oficiais, das pinceladas que formam o retrato que as sociedades querem transmitir de si próprias ou, quando aparecem, são retratados de forma grotesca. Segregados, marginalizados, a história da existência dos degredados, aparentemente, não interessaria à História.⁷⁸⁸

Acúrsio das Neves, em 1830, defendia a utilização de degredados na colonização.⁷⁸⁹ Xavier Botelho refere degredados “facinoros” e asiáticos aventureiros, como tendo estado na base do povoamento de Inhambane,⁷⁹⁰ na mesma altura em que os degredados e canarins “constituem a nobreza” da vila de Quelimane, absorvendo o comércio do sertão.⁷⁹¹ Sugere, para a resolução do fraco povoamento das ilhas de Cabo Delgado e uma vez que “colonisamos com degredados”, que estes sejam estabelecidos pelas ilhas com domicílio, família, terreno e instrumentos de lavoura.⁷⁹²

O navio Afonso de Albuquerque, por contrato de 10 de Janeiro de 1843 transportou para Moçambique 51 degredados e 1 mulher e, em seguida, a 17 de Julho de 1844, com destino a Moçambique e Goa, 100 degredados com 4 mulheres e filhos.⁷⁹³

Em 1857, prevê-se a distribuição de cerca de 100 degredados pelos diferentes distritos, destinando-se a maior parte deles aos rios de Sena, depois de desembarcarem em Bazaruto, “para ali se aclimarem” antes de seguirem para Quelimane, Sofala, Inhambane, Lourenço Marques. No presídio de Bazaruto deveria formar-se um estabelecimento para receber até 200 praças e 100 degredados antes de serem novamente distribuídos.⁷⁹⁴

Oliveira Martins refere que para Moçambique eram enviados, de Goa, padres degredados por crimes do foro eclesiástico e até civil, que eram considerados causa da perda das “feiras” do interior.⁷⁹⁵ Aponta, entre 1870-1874, a recepção de 33 degredados em Moçambique, contra 193 em Angola, 93 em S. Tomé e 61 em Cabo Verde.⁷⁹⁶

⁷⁸⁸ Duffy assinala a importância e peso dos degredados – assassinos, ladrões, soldados e marinheiros incorrigíveis. *Id.*, *Ibid.*, p. 80. Opinião contrariada por autores como Rita-Ferreira.

⁷⁸⁹ Neves, 1830, p. 281.

⁷⁹⁰ Botelho, 1835, p. 104.

⁷⁹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 253.

⁷⁹² *Id.*, *Ibid.*, p. 396.

⁷⁹³ *Annaes Marítimos e Coloneaes*. Parte Oficial, 1844.

⁷⁹⁴ Paço, 16/12/1857, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 502.

⁷⁹⁵ Martins, 1887, p. 229-230.

⁷⁹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 248.

Pessoa Allen cita, em publicação de 1887, a obra de James Stevenson, *Grandes vias Fluviaes do interior de Africa*, a propósito dos degredados que escapam ao controlo português explicando que a

(...) dificuldade é que os portuguezes fazem das suas colonias africanas, presidios para os seus degredados, os quaes não obedecem a uma disciplina severa; Esses degredados teem a liberdade de se estabelecerem pelo interior e quando se dirige qualquer queixa pelos seus attentados, o governo responde que elles estão fora dos limites da sua administração. Elles, assim como os seus descendentes mestiços, são um elemento de discordia para a população circumvisinha dos presidios.⁷⁹⁷

Existem no distrito de Quelimane, em Outubro de 1888, 22 sentenciados a degredo, geralmente “índios”, normalmente empregues em serviços públicos.⁷⁹⁸ Os degredados não eram oriundos unicamente da Metrópole, mas afluíam, de igual modo do Brasil, de Goa e de outros pontos do Império.⁷⁹⁹ Em 9 de Janeiro de 1865, 5 degredados de Macau seguem viagem para Moçambique.⁸⁰⁰

São os degredados a origem desse paradoxo que muitas vezes reside no facto de constituírem a força pública aqueles que ela deveria reprimir. Das prisões para África, a colonização portuguesa alimentar-se-ia, segundo algumas opiniões, de marginais, não havendo,

(...) como n'outros paizes, os elementos para uma efficaz e proficua missão ultramarina. Substitue-se essa falta, enviando todos os mezes uma leva de missionarios de differente cunho, que partem de outra especie de convento onde se professam outras regras, qual é o presidio do Limoeiro, para irem com o seu exemplo e sua doutrina civilisar os pretos!⁸⁰¹

Constituem os degredados outro dos pilares do discurso oficial quando pretende justificar o eventual falhanço da colonização. Também eles são, afinal, os que não dispõem de qualquer voz. O que deles sabemos é-nos fornecido indirectamente. Não é de estranhar que as autoridades a eles se refiram com o tom próprio de quem se reporta a marginais irrecuperáveis.

Alguns autores viram-se, no entanto, obrigados a actualizar a verdadeira dimensão quantitativa e qualitativa dos degredados,⁸⁰² menor quanto ao número, nem sempre condenados por crimes de grande gravidade, a sua condenação era, no entanto, suficiente para os tornar portadores de um estigma, para designar os que seriam os piores dos portugueses.

⁷⁹⁷ Allen, 1884, p. 6.

⁷⁹⁸ B.O., 20/10/1888, nº 42, p. 630.

⁷⁹⁹ Botelho, 1921, p. 29.

⁸⁰⁰ B.O., 14/01/1865, nº 2, p. 11

⁸⁰¹ Testa, 1880, p. 26.

⁸⁰² Rita-Ferreira contesta a ideia de que o número de degredados fosse muito avultado, e aponta 167 de 1870 a 1874. Prefere sublinhar o abandono a que estes eram frequentemente votados; combate a ideia de que existam “provas da deportação massiva de facínoras e delinquentes habituais”. Rita-Ferreira, 1989, p. 337.

Acabam por assumir um papel precioso como «bodes expiatórios» de todos os desmandos que as autoridades – livres de qualquer mácula ou suspeita – acabariam por praticar.

Certos exemplos parecem cunhar a imagem do degredado, modelos convenientes que situam a barbárie, ora nos africanos, ora em casos cirurgicamente recolhidos em um ou outro comportamento individual de degredado. Fácil forma de estigmatização.⁸⁰³

Também o trabalho dos sentenciados é aproveitado pelo governo de Moçambique em diversas áreas, como em Bazaruto, somente a título de exemplo, em Maio e Junho de 1891.⁸⁰⁴

A procedência de muitos sentenciados testemunha a diversidade da origem dos que acabavam em Moçambique.⁸⁰⁵ O volume dos sentenciados provenientes das várias regiões

⁸⁰³ Os expedicionários da Zambézia de 1869 registam o tratamento dado a um africano de quem se procuravam obter informações. O lamento do escriba é significativo quanto se refere àquele “(...) desgraçado, que tinha direito a ser tratado de maneira muito diferente d’aquella que os pretos usam com os europeus” e que “sofreu horríveis tormentos.” Teria sido antes entregue aos negros, com idêntico objectivo que o torturaram, cortando-lhe os dedos das mãos, batendo-lhe e acabando por disparar-lhe na cabeça matando-o. Depois foi a vez do “(...) europeu, condemnado a degredo por assassino, David da Costa, negociante na Zambézia, que se encontrava casualmente no Guêngue, lançou-se sobre o cadáver do preto, com a fúria da hyena covarde e faminta, e, rasgando-lhe o peito com uma navalha, arrancou-lhe com um repellido brutal o coração sangrento, palpitante, que guardou, como trophéu da sua façanha, n’um frasco d’alcool!” Ferreira, 1891, p. 120.

⁸⁰⁴ *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409.

⁸⁰⁵ Muitos condenados existentes no local, nos anos 90 são da Índia. Em Moçambique, morrem os sentenciados: a 22 de Março de 1890, Agostinho Fernandes natural de Goa, 27 anos; 25, Girá Birá, natural de Catuá, 38 anos; em Mossuril, a 24 de Maio, André Filippes Fernandes, natural de Goa, 32 anos; em Moçambique no dia 3 de Fevereiro de 1891, Manuel José Maria de Gá, natural de Damão, idade ignorada (*B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 177). Em Cabo Delgado, dia 29 de Julho de 1891, João Fernandes, natural de Raia, distrito de Goa, 61 anos (*B.O.*, 5/09/1891, nº 36, p. 375). Em Julho, a 5, Pondolica Pol, natural de Goa; a 26, Sonhi. Em 18 de Julho de 1892 Narana Vellipo, natural de Canonaim (*B.O.*, 19/11/1892, nº 47, p. 561). Em Setembro, a 19, Fondú Naique, natural de Goa, 30 anos, (*B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 631). A 3 de Agosto Cabú Dangy, natural de Damão. Em 8, Caetano Maria Fernandes, (*B.O.*, 23/09/1893, nº 38, p. 557). No dia 30 de Janeiro de 1893, Rosário Cardoso, natural de Goa, (*B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 127). A 30, Paulo Dias, natural de Candear, Índia portuguesa, 39 anos (*B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 333). Em 4 de Maio de 1894, Vishnum Sakham, natural de Bombaim, 35 anos. Em 23, Raiú Deuly Caliala, natural de Gamongongraem, 33 anos. Em 23 Syridorá Poy Alvadecar, natural de Cacora. Em 27, Francisco da Cunha, natural de Goa, 56 anos (*B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 344). Em 25 de Junho de 1895, Gopal Naique, natural da Índia (*B.O.*, 7/03/1896, nº 10, p. 98). Em Moçambique a 22 de Agosto de 1894, Aleixo Coelho, natural de Raia (Goa), 40 anos, (*B.O.*, 8/09/1894, nº 36, p. 463). A 6 de Julho de 1895, Ropalla Rogunato Sinay, natural da Índia, 30 anos, (*B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 121). Em 14, Vanucia Pardy Varly, natural da Índia, 40 anos (*B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 122). Em 11 de Junho de 1896, Madu Naique, natural de Goa, 30 anos. Em 19, Arnaldo Francisco Gomes, natural da Índia, 35 anos (*B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634). Em 22, José de Bragança, natural da Índia, (*B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634). Em 5 de Julho, António Fernandes, natural da Índia, 45 anos. Em 9, Manuel Moraes, natural de Goa, 35 anos, (*B.O.*, 29/08/1896, nº 35, p. 386). Em 23 de Setembro, Constâncio Barreto, natural da Índia (*B.O.*, 10/10/1896, nº 42, p. 471). Em 20 de Outubro, Aurora Fernandes, natural de Goa, (*B.O.*, 21/11/1896, nº 48, p. 534). Em 9 de Abril, Chamula, preso do governo, natural de Inhambane. A 12, Irineu da Visitação, natural da Índia. A 18, Ala Baquem, natural da Índia. A 24, António de Menezes, sentenciado, natural da Índia, (*B.O.*, 20/06/1896, nº 25, p. 247). A 10 de Junho de 1894, Salvador Gracia, sentenciado nº 930, natural de Goa, 45 anos de idade. Em 22, Vicente, preso do governo nº 421, natural de Nhungui, 15 anos de idade. (*B.O.*, 21/07/1894, nº 29, p. 385). Em Março de 1896, Caetano Fernandes, sentenciado natural de Goa, 45 anos (*B.O.*, 20/06/1896, nº 25, p. 247).

Outros são oriundos de outras colónias portuguesas. Em Moçambique, morrem a 22 de Março de 1890, 25, Domingos A. Nocreto, natural de Luanda (*B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288). António, natural de Mossamedes, (*B.O.*, 28/03/1891, nº 13, p. 135). Em 1894, a 24 de Abril, Antonio Manuel Gomes, natural de Cabo Verde, 26 anos (*B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 333).

Muitos também de Portugal. Em 9 de Fevereiro de 1891 morre Manuel da Caridade, preso da cadeia civil, natural de Condessa Nova, de 24 anos (*B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 177). A 9 de Maio, José Ramos, natural de Viana do Castelo, (*B.O.*, 25/07/1891, nº 30, p. 296). A 19 de Novembro de 1892 Luiz, natural de Novo Redondo (*B.O.*, 14/08/1893, nº 14, p. 28). Em 27, José António, sentenciado nº 669 da corveta Rainha de Portugal, natural de Castelo Branco (*B.O.*, 23/09/1893, nº 38, p. 557). A 8 de Maio de 1895, António Neves, natural de Pedrógão Grande, 40 anos (*B.O.*, 16/11/1895, nº 46, p. 436). Em 12 de Junho, Manuel da Silva Balga, natural de Portugal (*B.O.*, 7/03/1896, nº 10, p. 98). Em 5 de Julho, Germano Augusto, natural de Lisboa, 32 anos (*B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 121). Em Setembro de 1895, João Firmino, natural do Fundão. Em 9, Silvestre Alves, natural de Viana do Castelo, 27 anos. Em 15 desse mês, Manoel António «o Loanda», natural de Lisboa, 31 anos (*B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133). Em 5 de Fevereiro de 1896, José Bento Gomes, natural de Braga. A 11, Seraphim Coelho Praça, natural de Olivais. (*B.O.*, 6/06/1896, nº 23, p. 227). Em 16 de Março, José Soares Presas, natural de Ovar (*B.O.*, 20/06/1896, nº 25, p. 247).

E, finalmente, da própria colónia. Chamula, em 1892, natural de Inhambane, (*B.O.*, 19/11/1892, nº 47, p. 561). Em 1 de Janeiro de 1894, Corrae, natural da Guiné, deportado político em 1890, era régulo em Geba (*B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 127). Em 5 de Abril, Jacintho, preso do governo, filho de Guembôa, natural de Quelimane (*B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 333). Em 5 de Agosto de 1894, Guilonsa, preso do governo, natural de Inhambane. Em 21 Quizavana, preso do governo nº 442, natural de Inhambane (*B.O.*, 8/09/1894, nº 36, p. 463). Em 24, Masungueda Maroma, natural de Inhambane (*B.O.*, 8/09/1894, nº 36, p. 463). Em Lourenço Marques a 22 de Janeiro de 1895 um “preto”, de filiação ignorada, natural de Lourenço Marques, 36 anos (*B.O.*, 25/05/1895, nº 21, p. 206). A 20 de Maio de 1896, Piedade Fernandes, natural de Lourenço Marques, 30 anos de idade (*B.O.*, 11/07/1896, nº 28, p. 277). Em 2 de Novembro de 1896, Mabuá, sentenciado, natural de Sofala, (*B.O.*, 12/12/1896, nº 51, p. 574).

indicia a sua considerável utilização em obras nas instalações de carácter administrativo e militar.⁸⁰⁶

3.3.7. Relações dos portugueses com os africanos

A concorrência entre europeus nas tentativas de domínio de África tornam mais complexas as relações com os africanos. Os colonialistas procuram espaços e alianças. A relação com os africanos processa-se a vários níveis, patamares decorrentes do poder e influência dos vários actores. Os grupos que dispõem de força e argumentos militares negociam com os portugueses, segundo o seu ritmo e condições. Não havendo maneira de os controlar, os portugueses tentam alianças que dividam, delegam autoridade nos poderes já constituídos, pontualmente podem desequilibrar contendidas. Mas, de uma maneira geral, a vida africana decorre de acordo com os seus parâmetros intrínsecos – a força dos diversos grupos, os poderes estabelecidos, reconhecendo as dominações existentes a nível local, adequando-se a uma ordem africana que admite poucas formas de intrusão, respeitando a sua autonomia e a sua capacidade de decisão, lidando com os europeus, muitas vezes, nos termos por si definidos.

Os contactos com os africanos foram sempre complexos, embora haja autores que consideram que, nos primórdios, a categoria social e económica dos portugueses lhes tinha criado uma especial empatia em relação aos outros povos. Transferir para as classes populares portuguesas a qualidade da relação com os africanos e a responsabilidade de todos os equívocos e intolerâncias é, de algum modo, “falhar o alvo”. Especialmente para o séc. XIX. Tal é o caso de Orlando Ribeiro que regista:

(...) Infelizmente, esta capacidade de estabelecer relações humanas num plano de tolerância, de compreensão e de autêntica simpatia, se por um lado a encontramos nos olhos deslumbrados dos nossos primeiros descobridores, falta muita vez ao colono, ao comerciante, ao funcionário de escalão inferior.⁸⁰⁷

Os contactos com os poderes africanos eram quase sempre difíceis e de uma enorme complexidade. A expedição ao acampamento no Mussungua, a 15 de Junho de 1891, sob

⁸⁰⁶ De muitos dos condenados ignora-se, na hora da morte, a maior parte dos dados a seu respeito. Em 20 de Fevereiro de 1891, Hayelabo (*B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 177). Em Moçambique, Francisco. Em Angoche faleceu a 7 de Agosto de 1892 Datarann Xette Sambory (*B.O.*, 1/10/1892, nº 40, p. 447). A 27, João Bernardo, 30 anos de idade (*B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288). A 13 de Janeiro de 1890 morre Veragui Raguló, de 48 anos de idade (*B.O.*, 15/03/1890, nº 11, p. 145). Em Moçambique no dia 16 de Fevereiro de 1893, Ramã Forgente (*B.O.*, 20/05/1893, nº 20, p. 294). No dia 28 de Fevereiro de 1893, Baulá Baricó (*B.O.*, 20/05/1893, nº 20, p. 294). No dia 16 de Julho de 1893, Upasso Foty Naique (*B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 547). Em Moçambique, a 11 de Abril de 1893, Quessuo Dusroon Zulla, natural de Ambavary (*B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425). A 7 de Fevereiro, Joaquim Bernardo (*B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 262). Em Novembro de 1894, dia 4, Rodrigo Peixoto Guimarães (*B.O.*, 22/12/1894, nº 51, p. 648). Em Janeiro de 1895 a 22, Domingos Gomes Batata. A 12 de Abril, Mussá Pungeá, 32 anos. A 29, Bernardino Pereira Leite (*B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387). Outros são apenas classificados como gentios. A 9 de Setembro de 1892, Sanana, natural de Mexelia, 30 anos (*B.O.*, 23/09/1893, nº 38, p. 557). Em 7 de Março de 1893, Cazeza, 39 anos (*B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 272). Em Agosto de 1894 a 22, Vaseta, Em 26 de Setembro, Cadacarrine de Machoconha, natural de Mango, 59 anos (*B.O.*, 20/10/1894, nº 42, p. 547).

⁸⁰⁷ Ribeiro, 1961, p. 7.

direcção do Comandante de Cipaio, José Araújo Lobo, recebe informações sobre os ingleses, referindo que estes se terão retirado sem o régulo Chiua-uia ou Cadunguere, juntando-se no forte de Lord Salisbury. Tê-lo-iam feito por divergências com o régulo quanto ao limite das terras. Os britânicos teriam querido prendê-lo, mas ele não se entregou e teria argumentado que nada tinha a ver com eles e que, se quisessem saber os limites das suas terras, se deveriam dirigir aos portugueses, a quem havia prestado vassalagem, tendo em seu poder a bandeira portuguesa. Por falta de confiança no régulo, acabariam optando pela fuga.⁸⁰⁸

Num outro documento que ilustra a ingerência dos portugueses na política interna africana, são feitas propostas ao régulo Murisa, tendo em vista a pacificação do Distrito de Sofala. Mubunguana usurpara a mulher e família de Jeve, sobrinho do régulo do prazo Chirondo, Murisa. Os portugueses envolvem-se na questão, cumprindo aspectos da diplomacia vátua.

Para além da evidência do desafio aos portugueses, ilustram-se formas de exercer o poder. São atacados os interesses dos brancos em diversas áreas: proibindo a cobrança do marfim dos elefantes que morrem nas terras da Coroa; proibindo o tributo dos mantimentos e impedindo a sua venda; impondo penas aos transgressores das suas ordens; não consentindo na possibilidade de se empregarem ao serviço dos europeus; proibindo a caçada e comércio de elefantes, tendo como consequência que muitos negociantes recolham com as suas fazendas, para Moçambique; impedindo os caçadores de sair para o sertão; atribuindo às atitudes e opções diplomáticas dos portugueses intuítos de engano e falsidade, e que as “fazendas” que estes enviam “vão enfeitiçadas”.⁸⁰⁹

No designado «episódio do Cutter» – um suposto ataque a uma embarcação inglesa por parte dos africanos –, o alferes Resendes explica o cumprimento que dera às instruções pelas quais se deveria regular no desempenho da comissão de que foi incumbido em Abril de 1877: Primeiro, deveria perscrutar os régulos de Mambane sobre o ocorrido com a desapareição dos tripulantes do Cutter. Já estavam presos dois negros por suspeita de homicídio. Nas averiguações tem de se indagar igualmente o roubo dos objectos e fazendas que na embarcação existiam. Empregando toda a “fineza e astúcia”, para que os régulos e negros de Mambane não suspeitassem das suas intenções, deveria informar-se sobre o local onde se encontrava a embarcação e saber do seu estado, podendo enviar, para esse efeito, um soldado

⁸⁰⁸ Acampamento do Mussingua, 15 de Junho de 1891, A.H.M., Distrito do Zumbo, caixa 8.2, m. 1 (2), doc. 1.

⁸⁰⁹ Sofala, 2 de Julho de 1863, A.H.M., Gov. Dist. Sofala, caixa 8.17, m. 1 (11), doc. 10.

ou marinheiro ao local. Seria coadjuvado por Vallggy Selmangy para assistir a quaisquer actos de serviço. Finda a missão, deveria comunicar os resultados.⁸¹⁰

O relatório de Agosto de 1884 diz respeito às ocorrências com o pangaio Tricana Passa que encalhou e foi roubado pelas povoações da outra banda do Sangage, o que obrigaria à intervenção dos portugueses.⁸¹¹

Manuel Simões, capitão-mor do distrito de Angoche, apresenta Relatório ao Governador, em 1887, relatando como foi feito o roubo ao batel do negociante Dramassim e a colaboração dos portugueses com a autoridade local para minimizar os prejuízos, acabando com as guerras não só neste distrito mas também nos limítrofes, terminando a desculpar-se por qualquer erro que possa ser encontrado no seu relatório com os “poucos estudos que teve”.⁸¹²

Os presentes servem para formalizar cortesias, vassalagens, fidelidades. A 2 de Março de 1883, no distrito do Zumbo, é descrita uma lista dos objectos entregues por Sócrates José da Silva ao régulo Mazombe – material de escrita, panos e aguardente.⁸¹³

A administração portuguesa considera que a defesa ou vingança em relação a portugueses lesados deve ser também, quando possível, uma tarefa exemplar, significativa e pedagógica. Na *Expedição aos Sertões de Moçambique*, em 1888, Francisco Maria Vicente Cordeiro comunica ao Comandante Militar do Zumbo que havia sido bem sucedida a campanha de captura e castigo do régulo Licoongo, acto muito importante tendo em vista o sossego dos povos da margem esquerda do Zambeze.⁸¹⁴

Na mesma expedição, mas já no ano de 1889, o tenente Francisco Cordeiro segue a caminho de Inhamaconde, onde existe um regimento de 62 cipaiois que deve ser rendido todos os meses. Visa assegurar que os povos do local preparem as novas sementeiras para que as dificuldades de alimentação tendam a desaparecer. Obtém ainda juramento de obediência de alguns régulos.⁸¹⁵ As expedições organizadas tentam ser manifestações de força, poder.

Em 1890, a 10 de Setembro, João Coutinho, chefe da expedição Júlio de Vilhena solicita, para o cumprimento da missão de que é responsável, o envio de Manica para Mopêa, com a máxima urgência, de duas peças de tiro rápido Hitchiso e outro material.⁸¹⁶ Dias depois, solicita, para outras operação, um escalor e uma lancha e que o arrendatário do prazo

⁸¹⁰ Chiloane, 27 de Abril de 1877, A.H.M., Gov. Dist. Sofala, caixa 8.17, m. 1 (14), doc. 1.

⁸¹¹ Secretaria do Governo do Distrito. Parapato, 12 de Agosto de 1884, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 1.

⁸¹² Carta plena de erros. Angoche, 17 de Novembro de 1877, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (6), doc. 1.

⁸¹³ Zumbo, 2 de Março de 1883, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, caixa 8.3, m. 1 (66), doc. 1.

⁸¹⁴ Zumbo, 5 de Outubro de 1889, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.1, m. 2 (22), doc. 2.

⁸¹⁵ Aringa Luciano Cordeiro, 14 de Setembro de 1889, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.1, m. 2 (22), doc. 1.

⁸¹⁶ Quelimane, 10 de Setembro de 1890, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 3 (2), doc. 1.

Boror forneça os carregadores necessários.⁸¹⁷ Também requisita pessoal necessário,⁸¹⁸ fazendas e pólvora,⁸¹⁹ pagamentos e gratificações.⁸²⁰ Pede ainda que lhe sejam fornecidos materiais para a construção de um barracão de abrigo das lanchas do Nyassa, também o fornecimento de armas Snyder e Chassepot que estejam disponíveis e em bom estado⁸²¹ e, ainda, outros pagamentos e materiais.⁸²²

Apesar das limitações dos portugueses em termos de intervenção militar directa, aproveita-se o ensejo, quando possível, de explorar os conflitos entre africanos. Neste âmbito, também os particulares desempenham o seu papel. Cerca de 1845-48, por altura das relações entre os estados boers de Lydenburg e Zoutpansberg, a povoação de Lourenço Marques começa a ingerir-se nas lutas políticas locais

(...) e favorece o aparecimento de linhagens como a de (Maxaquene), que podem disputar o poder à linhagem principal de Mpumfu. (...) Podem enumerar-se o apoio de Muzila em 1859 junto dos Khosa e dos caçadores de elefantes de Lourenço Marques para o seu ataque e, 1861 a Mawewe.⁸²³

Vários autores concordam em que uma organização de tipo “feudal” característica de muitas formas de poder africanas era, em geral, favorável à ingerência de um poder estrangeiro/colonial.⁸²⁴ O aproveitamento da autoridade tradicional pelos europeus inseriu-se numa estratégia de anulação/substituição de algumas linhagens consideradas hostis por outras mais manobráveis, apropriando-se, desta forma, das vantagens que derivavam do aproveitamento e manipulação dos chefes tradicionais – dotados de prestígio e respeito junto das populações, assumindo uma função paternal em relação à sua comunidade, inserindo-se numa lógica de ligação aos antepassados e contribuindo para a manutenção da ordem e equilíbrio.⁸²⁵

Em 26 de Dezembro de 1885, o secretário-geral do governo da Província, António de Azeredo Vasconcellos, foca o valor do “(...) aproveitamento dos instintos guerreiros e da divisão das tribus” para manter a “auctoridade, combatendo a rebelião de uma com as armas

⁸¹⁷ Quelimane, 15 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 2.

⁸¹⁸ Quelimane, 20 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, docs. 4, 5 e 6.

⁸¹⁹ Quelimane, 15 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 3.

⁸²⁰ Quelimane, 26 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, docs. 7, 26 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 8, 29 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 9 e 30 de Setembro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 10.

⁸²¹ Quelimane, 3 de Outubro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, docs. 11 e 12.

⁸²² Quelimane, 9 de Outubro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 13, 14 de Outubro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, doc. 14. e 14 de Outubro de 1890, *Id.*, *Ibid.*, 15.

⁸²³ Liesegang lembra o fornecimento de armas por parte do estado e de dois grandes caçadores – Diocleciano Fernandes das Neves e Ignacio José de Paiva Raposo aos caçadores de elefantes de Mpumfu que se aliariam ao exército de Muzila e Magude. Liesegang, 1995, pp. 29-32.

⁸²⁴ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 31.

⁸²⁵ Dava, 2000, pp. 340-341. O autor estuda o que considera o «papel dúbio» das autoridades tradicionais colaborando em domínios como a cobrança do imposto de palhota, trabalho forçado ou emigração, actuando como “uma máquina de reprodução dos interesses coloniais em vários domínios” advertindo, no entanto, para o facto de as autoridades tradicionais haverem encontrado formas de se defender contra a integração no aparelho administrativo colonial. *Id.*, *Ibid.*, pp. 339-348.

das outras tribus”, expediente que considera “uma triste necessidade e a única politica possivel com a falta de força regular do districto (...)”.⁸²⁶

Também, por exemplo quando foi proposto a um filho de Binguane, pretensamente despojado das suas terras por Ngungunyane, que ajude os portugueses na sua acção militar. O auxílio traduziu-se em mais de quinhentos homens, de que, no entanto, uma grande parte viria a desertar, restando cerca de cem, ainda que “fieis e decididos a baterem-se”.⁸²⁷

O Governador de Cabo Delgado destaca, em 1888, uma tribo do interior, “de gente atrevida e guerreira, a que chamam mafites”, que costumadamente exigem tributos e presentes às populações, o que só pode ser contrariado mediante um aumento da força militar.⁸²⁸ Sugere o mesmo procedimento em relação a outros povos. Contudo, apesar da ameaça dos mafites, que tudo conseguem das populações inspirando-lhes terror, os habitantes preferem instalar-se longe dos comandos militares, provavelmente para poderem continuar a efectuar «contrabando».⁸²⁹

No comando militar de Massangano, em 26 de Novembro de 1893, passaram na margem fronteira cerca de 200 homens armados tocando batuque de guerra e disparando as armas. Tratava-se de gente do negociante Martins, residente em Tete, que por sua iniciativa marchava em direcção ao Mahembe, para onde há dias a passagem se achava vedada por revolta dos locais. A 28, o próprio negociante Martins partia, por sua vez, do rio, perto do comando, com outra força, para o mesmo destino.⁸³⁰ Os europeus, a título individual, também se intrometem, quando podem, através de alianças estratégicas, como farão no norte, na década de 90, com as chefias Makhuwa.⁸³¹

A acção dos portugueses é, contudo, no domínio quotidiano, muito limitada no que respeita à capacidade de intervenção junto dos diversos actores no espaço moçambicano. Os colonialistas acompanham, quando podem, acontecimentos que agitam a população, distribuem bandeiras aos pretensamente avassalados, imiscuem-se nas questões locais, sobretudo quando solicitados, e tentam integrar o xadrez político do território.⁸³²

⁸²⁶ B.O., 23/01/1886, nº 4, p. 32.

⁸²⁷ *A Campanha D’Africa contada por um sargento*, 1896, p. 86.

⁸²⁸ B.O., 29/09/1888, nº 39, p. 593.

⁸²⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 594.

⁸³⁰ B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 126.

⁸³¹ “À medida que o projecto imperial se foi desenvolvendo, os governos portugueses, mesmo antes da Companhia, procuraram estabelecer tratados com chefes macuas e obter deles vassalagens. Por vezes, em casos pontuais e estratégicos, intervieram directamente nas chefias locais. Nos primeiros anos da conquista propriamente dita do Norte de Moçambique, a prioridade foi para a definição de fronteiras na zona com as outras potências coloniais e para a subjugação dos sultões Ayao (Mataka, Makandjila, etc.) do Niassa.” Medeiros, 2000, pp. 317. O autor sublinha a forma como a soberania colonial destruiu o poder supralinhageiro dos grandes mamwene do Meto e do Alto Lúrio, ilustrando a forma como o poder colonial se foi organizando – criando regulados em substituição de antigos chefes, regulados que passam a corresponder a circunscrições territoriais, cada uma delas “geograficamente bem definida e não coincidente com os territórios supralinhageiros anteriores”; regulados que dispunham de chefes reconhecidos pela Companhia Magestática, espécie de “autoridade superior, mas longínqua e de presença insuficientemente materializada.” *Id.*, *Ibid.*, pp. 328-329.

⁸³² B.O., 20/01/1894, nº 3, p. 34.

Comerciam com os africanos,⁸³³ convidam-nos a estabelecer-se em terras da sua jurisdição,⁸³⁴ acolhendo e alimentando refugiados,⁸³⁵ recompensando os que auxiliaram os colonizadores,⁸³⁶ concedendo posse de terras a novos régulos e distribuindo bandeiras na companhia de amanuense e intérprete.⁸³⁷ Intervêm em pretensões de régulos sobre domínio de circunscrições,⁸³⁸ em desordens em localidades como na baía de Tungue em Palma, a 20 de Julho de 1892,⁸³⁹ em povoações como a 5 de Fevereiro de 1893, numa das povoações de Molure,⁸⁴⁰ contra o assalto em 8 de Maio de 1890 da povoação do Tungue,⁸⁴¹ no comando militar do Mogincual, em Março de 1891, contra os desmandos dos makhuwa, que roubam e saqueiam desertificando as povoações,⁸⁴² recebendo xeques como o de Mutucura, no início de Julho desse ano, para resolução de questões cafreais,⁸⁴³ ou de outros régulos com quem se estabelecem relações.⁸⁴⁴ Obtendo informações sobre a morte de régulos⁸⁴⁵ ou vassalagens⁸⁴⁶ e ratificação de alianças,⁸⁴⁷ procurando desequilibrar as relações de forças entre contendores.⁸⁴⁸

Se a maior parte das vezes mais não restava aos portugueses que assistir, ocasionalmente, registando-as, às movimentações dos vários grupos, as suas condições de acção e possibilidades de intervenção vão conhecendo algumas alterações a caminho do final do séc. XIX. Os discursos que defendiam a utilização de um maior poderio militar pareciam haver encontrado eco no Reino e materializar-se num endurecimento da intervenção portuguesa. Apesar de algumas, raras, vozes críticas, como a de José Larcher, em 1898, que condena a acção militar dos portugueses, reprimindo “(...) qualquer levantamento tumultuário dos pretos”, trucidando os vencidos, destruindo e incendiando os campos, confiscando gados ou bens móveis,⁸⁴⁹ defendendo uma administração que proteja os pretos, não os explorando, empregando dinheiro na abertura de escolas e estradas, promovendo a agricultura.⁸⁵⁰

Forjar-se-á mesmo a ideia de que talvez fosse preferível entregar os territórios menos receptivos ao domínio português, designadamente Moçambique, arrendando-o à iniciativa

⁸³³ B.O., 26/05/1894, nº 21, p. 283.

⁸³⁴ B.O., 21/09/1895, nº 38, p. 364.

⁸³⁵ B.O., 22/04/1893, nº 16, p. 235.

⁸³⁶ B.O., 8/07/1893, nº 27, p. 402.

⁸³⁷ B.O., 20/01/1894, nº 3, p. 34.

⁸³⁸ B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 292.

⁸³⁹ B.O., 19/11/1892, nº 47, p. 561.

⁸⁴⁰ B.O., 27/05/1893, nº 21, p. 601.

⁸⁴¹ B.O., 21/06/1890, nº 25, p. 278.

⁸⁴² B.O., 16/05/1891, nº 20, p. 199.

⁸⁴³ B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 426.

⁸⁴⁴ B.O., 11/02/1893, nº 6, p. 97.

⁸⁴⁵ B.O., 21/09/1895, nº 38, p. 363.

⁸⁴⁶ B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112.

⁸⁴⁷ *Id.*, *Ibid.*

⁸⁴⁸ B.O., 15/11/1890, nº 46, p. 490.

⁸⁴⁹ Larcher, 1898, pp. 16-17.

⁸⁵⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

estrangeira, por exemplo à Alemanha, sendo pago, à partida, tudo o que os portugueses gastaram nos últimos 30 anos, a que acresceria uma percentagem sobre os direitos das alfândegas do litoral e sobre o rendimento dos caminhos-de-ferro a construir. Mesmo no final do século e em alguns espíritos, o dilema manter-se-ia – transacção enquanto é tempo ou perda total. A favor desta argumentação considera-se: a incompetência portuguesa para valorizar tão vastos territórios, os precedentes de vários países que terão alienado colónias e a necessidade de não celebrar outros acordos com a Inglaterra.⁸⁵¹

Aparentemente de forma paradoxal, este tipo de argumentação mais não faz que valorizar a urgência do uso da força. As teorias visando a conquista e «domínio» vão-se aperfeiçoando.

3.3.8. *Relações entre colonialistas europeus*

“Era a misteriosa Zambézia, lá para o interior e para o norte ainda cerrada ao branco, mas que começava agora a ser desvendada pelos aventureiros de todos os países, em busca de ouro, e por Quelimane e pelo Chinde passavam portugueses, ingleses, suíços, alemães, naturais da Índia portuguesa, e da Índia inglesa, os baniane, os hindus, e os moiros de Zanzibar e de Angoche, e todos os antigos cruzamentos desta gente com as raças indígenas. Como as caravanas lendárias de Salomão, o faustoso rei bíblico, agora novas caravanas de prospectors se dirigiam para a África Central em busca do ouro entesourado nos filões auríferos da terra, e essa terra era portuguesa.”

Emílio de San Bruno, *Zambeziana – cenas da vida colonial*, 1927, p. 108

A pressão inglesa foi, de entre o conjunto de nações que se dirigiram para África, a que mais directamente se fez sentir perante os portugueses.⁸⁵² É com a Inglaterra que estes travam as grandes disputas envolvendo as fronteiras do território que corresponderia a Moçambique.⁸⁵³ As críticas dos portugueses a Livingstone, argumentando que, antes dele, muitos portugueses haviam percorrido as regiões que ele descreveria, apenas podem ser admitidas tendo em conta o valor reduzido que as informações de homens sem preparação poderiam fornecer.⁸⁵⁴

⁸⁵¹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 20 e ss..

⁸⁵² Para apontar o racismo a que chegaram os europeus, Basil Davidson explica que a modernização da época levou a que na “(...) década de 1870, os britânicos, e os franceses ainda mais, viraram-se completamente para a partilha militar. Os exércitos marchavam e as colónias ficavam definidas, enchendo completamente, o “mapa vazio”. Juntamente com toda esta evolução surgiu, no final do século, uma maré asfixiante de eurocentrismo – um racismo que sustentava que os europeus são naturalmente e de forma inata superiores aos africanos – com aditamentos menores que certificavam que os ingleses eram superiores aos franceses (ou o inverso), e por aí adiante ao longo da linha.” Davidson, 2000, p. 47.

⁸⁵³ Matos, 1989, p. 430 e ss. Também sobre o traçado das fronteiras em África importa ver Santos, 1997b pp. 23-44.

⁸⁵⁴ “Cremos que se trata do que Eça de Queirós chamou *patrioteirismo*. (...) deve conhecer-se que esses exploradores não eram geógrafos, mas traficantes que mal sabiam escrever ou vagos, ocasionais, funcionários que se limitavam a enviar para a Corte relatórios que talvez ninguém lesse, todos carecidos da necessária preparação científica, escritos numa língua pouco conhecida e que portanto para o mundo culto essas descrições eram como que inexistentes.” Santa-Rita, 1959, p. 22.

As travessias de África por iniciativa ou vontade de europeus foram também objecto de fricções entre portugueses e ingleses.⁸⁵⁵ Em 1853, Livingstone parte de Luanda para os rios Cuando e Zambeze. Enquanto Silva Porto ficava no Barotze, os seus pombeiros e mouros seguiram com cartas para o Governador, chegando à ilha de Moçambique a 12 de Novembro de 1854.⁸⁵⁶

Os makololo que haviam acompanhado Livingstone seriam por ele deixados em Tete, por lhes não ser possível regressar à sua região de origem, porque os homens da sua tribo haviam ali sido eliminados pelo régulo do Barotze.⁸⁵⁷ Aos habitantes do Vale do Chire, a montante da confluência do Ruio, convencionou chamar-se «Macololos» ainda que tal designação tenha sido “(...) indevidamente aplicada aos negros «maganjas» das margens do Chire, que aceitaram o mando e supremacia de uso tantos, poucos, «macololos» verdadeiros, que nos meados do século passado para ali foram fixar-se.”⁸⁵⁸ Deixados em Tete, os makololo foram enviados pelo Governador para o Chire, cujas regiões marginais começaram a ser conhecidas pelo seu nome.⁸⁵⁹

A acção de Livingstone intensificara o interesse britânico por Moçambique, não sendo de estranhar que do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar se ordenasse às autoridades lusas que fosse prestado todo o apoio a Mr. Henry Faulkner, que pretendia internar-se através do Zambeze para obter informações do Dr. Livingstone, em 1868.⁸⁶⁰

O reconhecimento da independência do Transvaal em 1852, levou ao diálogo entre portugueses e boers para abrir ligação ao exterior através da baía de Lourenço Marques. As relações de disputa entre Portugal, Transvaal e Inglaterra acabariam por beneficiar os portugueses, que aproveitaram os conflitos entre os últimos para incrementar uma acção diplomática de que resultaria a decisão arbitral de 1875.⁸⁶¹

Surtem compilações de documentação que visam demonstrar os direitos dos portugueses perante as pretensões britânicas, procurando afirmar a autoridade dos primeiros nos territórios a sul do Zambeze denominados Machona e a uma parte da região do Niassa.

⁸⁵⁵ Numa “segunda arrancada do expansionismo colonial” a partir dos anos de 1870-1876, seguida pelo triunfo na Europa, entre 1876 e 1885, da ideologia colonial, como inventaria Santos, 1978, pp. 267 e ss.

⁸⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 253. Não espanta que Livingstone tenha considerado que “(...) apesar de «competidor, obscuro pelo seu talento», o sertanejo era o testemunho vivo da prioridade» tão disputada. Compreende-se, assim, porque é que Livingstone se referiu a Silva Porto e Caetano Ferreira em termos dúbios: chamando-lhes mestiços e acusando-os de traficantes de escravos.” *Id.*, *Ibid.*, p. 255.

⁸⁵⁷ Coutinho, s.d., p. 138. Integraram-se no mundo afro-português do Zambeze. “A partida do inglês deixara-os sem um chefe *muzungo* a quem servir. Assim, e tal como costumava acontecer a todos os *chikunda* sempre que se viam na mesma situação, trataram de deitar mãos à obra e criar as suas próprias chefias, atraindo para isso uma série de clientes pessoais e obrigando vários sectores da população camponesa que com eles se relacionassem na qualidade de pagadores de tributo.” Newitt, 1997, p. 259.

⁸⁵⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 153.

⁸⁵⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 156.

⁸⁶⁰ *B.O.*, nº 37, 12 de Setembro de 1868, p. 192.

⁸⁶¹ Veja-se Covane, 1995, pp. 76 e ss..

Surge como reacção directa ao acordo da Inglaterra com o Lobengula, em 11 de Fevereiro de 1888.⁸⁶²

No ano seguinte, a introdução de armas pelos concessionários de minas na região dos Matabeles, enviadas a Lobengula, motiva protestos portugueses, com base no argumento de que, desse modo, se agrava o desequilíbrio entre os povos africanos da região.⁸⁶³

Autores ingleses escreviam, entretanto, que Moçambique caíra numa decadência e inércia acentuadas até serem abanados do torpor pela expedição de Livingstone. E, não obstante, em alguns mapas, o curso do Zambeze e do Cafué até ao mar se encontrar descrito, os portugueses desconheciam verdadeiramente o rio, preferindo fazer os seus percursos comerciais por terra, desde Quelimane.⁸⁶⁴ Referindo-se ao início dos anos 90, assinala Johnston que dois terços do comércio se encontram nas mãos de ingleses (considerando indianos e europeus), dividindo os portugueses o remanescente com franceses, alemães e holandeses estabelecidos em casas comerciais.⁸⁶⁵

Hastings Dasent, mestre-escola na *Bedford Grammar School*, escreveu de Port Elizabeth, em 27 de Setembro de 1890, uma carta publicada no *Bedford Standard* de 25 de Outubro, em que relatava as suas experiências no sul de Moçambique.⁸⁶⁶ Após breve estada em Lourenço Marques (Delagoa Bay), percorreria as regiões “uncivilized and practically unexplored” de ambos os lados do Limpopo, percorrendo o país de Gaza com o propósito, entre outros, de caçar. Descreve, entre vários aspectos da viagem, o seu encontro com Ngungunyane, “(...) probably the most powerful king in Africa at the present day”. É claro o desejo de obter influência junto deste. Estas experiências são consideradas valiosas em termos de influência junto dos indígenas.⁸⁶⁷

Publicações inglesas coevas sublinham a precariedade portuguesa. E. P. Masters, no seu *Zambesia – England’s El Dorado*, descreve como especialmente periclitante a situação de localidades como o Ibo, Angoche, Chiloane, Delagoa Bay.⁸⁶⁸

⁸⁶² *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa – 1890, 1890.*

⁸⁶³ *Importation Abusive en Afrique*, 1889, pp. 4-5.

⁸⁶⁴ Johnston, s.d., p. 52.

⁸⁶⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 55.

⁸⁶⁶ Carta publicada em Weale, 1891, pp. 155-163.

⁸⁶⁷ O autor refere que Hastings havia regressado às suas funções em Bedford onde se encontra envolvido no ensino, não sem lhe enviar nota dos seus contactos. “‘I presume, therefor, that the governors and headmasters, with whom the appointments rests, consider that experience gained in Gungunyama’s school is likely to prove advantageous in the instruction of lads of the upper and governing classes. His method of coercing young girls to carry burdens of greater weight and for greater distances than did the Portuguese Pombeiros according to Livingstone, is likely, in the minds of his new and old employers, to produce chivalrous manhood in the Grammar School alumni, refined tastes, and a moral courage superior to public opinion. The endowment of this charity was due to Sir W. Harpur, a working tailor, who, in the reign of Elizabeth, devoted part of his earnings to enable the children of his fellow-townsmen to be educated in grammar, but mor especially in «good manners». The trustees of his charity seem to consider that the best manners and customs of the nineteenth century are to be found at Gungunyama’s kraal, and that they are likely to prove beneficial to a town and country wich boasts of a Harpur, a Bunyan, a Howard, a Cowper, and such a Whitbread as adorned the beginning of this century.” Weale, 1891, pp. 162-163.

⁸⁶⁸ Mathers, 1891, p. 394. O autor alinhava alguns aspectos da história da British South Africa Company procurando enfatizar as debilidades portuguesas. Exemplificando com o apoio dado a Manuel António de Sousa, o goês e os métodos de guerra alegadamente utilizados por ele e em que consistiria a pretendida «ocupação» portuguesa. *Id.*, *Ibid.*, p. 394. Acrescenta que com algumas excepções “(...) there have been no

Para denegrir os portugueses também o argumento dos degredados é utilizado como arma de arremesso ideológica e social. Na opinião inglesa – e apesar de alguma contradição no argumento – o que nem a nação portuguesa conseguia alcançar, à sua maneira, os degredados e porque as formas de racismo não são exclusivas de cada povo particular –, esclarecia-se que Moçambique seria, uma colónia meramente penal, cujo resultado

(...) of this sort of “occupation” of Eastern Africa has been the breeding on the coast line of a hybrid and worthless race, who have no place in the esteem or either the higher civilised Portuguese or the natives, but are despised alike by both.⁸⁶⁹

A corte de Ngungunyane, por volta de 1890 é alvo de outras visitas de europeus, a que não é estranha a acção e interesses da *British South Africa Company* sobre Delagoa Bay.⁸⁷⁰ são ingleses ou emissários seus, propondo negócios, transportando presentes, numa intensa actividade.⁸⁷¹ Juntam-se a outros estrangeiros actuando ao serviço dos respectivos governos com funções bem definidas, ou por conta própria.⁸⁷²

O Visconde de Soveral integrou a corrente que tentou provar que o vasto território de Portugal em África foi adquirido por legítimos e incontestáveis títulos.⁸⁷³ Teriam sido os portugueses a levar a África os benefícios do cristianismo, da civilização e do comércio, a eles pertencendo o domínio de regiões como o Zambeze e Chire havia mais de trezentos anos.⁸⁷⁴ Denuncia a “injustificável linguagem de muitos jornaes ingleses” e “a usada nos documentos officiaes britânicos.”⁸⁷⁵ Fornece ainda o exemplo dos “prazos da coroa” como terras que apenas conheciam domínio português.⁸⁷⁶

Não é de estranhar a ocorrência de fricções entre os europeus. Em 1858, o *cuter* inglês *Herald* entrara no rio Incomati, violando a autoridade portuguesa e acabando detido. Os ingleses exigiriam uma indemnização de 2700 libras.⁸⁷⁷ A 6 de Junho de 1862, chegava o *cuter* britânico *Agens* ao rio Incomati, onde encalharia. Apesar da ajuda dos portugueses, os “cafres, não subditos da coroa” portuguesa haviam roubado o navio. Os ingleses pediriam

Portuguese, either puré blood or cross-breed, south of the Zambesi, in the interior of “Portuguese” South-East Africa.” *Id., Ibid.*, p. 395. Refere os acontecimentos que envolveram Paiva de Andrada, e conclui: “The French, it must be owned, were more formidable, and perhaps more respectable, adversaries than those who represent Portugal in their African domains.” *Id., Ibid.*, p. 405.

⁸⁶⁹ Mathers, 1891, p. 394, p. 410 e ss. Nas páginas seguintes sublinha-se depreciativamente o facto de a maior parte dos oficiais portugueses fora de Portugal serem negros e atribui-se ao Ngungunyane a afirmação de que “(...) the Portuguese (...) are only black men like himself (...)”. Mathers, 1891, p. 394, p. 412.

⁸⁷⁰ Vilhena, 1996, p. 123. Para certos autores portugueses as rebeliões a sul de Moçambique eram todas fomentadas por estrangeiros, em especial ingleses. Toscano e Quintinha, 1930, p. 117.

⁸⁷¹ Vilhena, 1999a p. 68.

⁸⁷² No agitado ano de 1895 reapareceriam no Manjacaze “(...) o conhecido Fels e a mulher, mendigos intrigantes, que não teriam missão alguma definida de estrangeiros junto do Gungunhana, mas que pelo menos buscavam adquirir influência sobre ele para a explorar em proveito próprio e de quem os alugasse. Reapareceram lá, e foram segredar ao régulo que na primavera próxima era certo ser ele atacado pelas tropas portuguesas, que se estavam reunindo em Lourenço Marques; prevenisse-se, portanto, para a luta, que seria de extermínio, procurando a protecção de outros brancos.” Ennes, 2002, p. 114.

⁸⁷³ Soveral, *Apointamentos sobre o domínio de Portugal no Continente Africano...* p. 2.

⁸⁷⁴ *Id., Ibid.*, p. 3.

⁸⁷⁵ *Id., Ibid.*, p. 4.

⁸⁷⁶ *Id., Ibid.*, pp. 10-11.

⁸⁷⁷ Andrade, 1867, p. 34.

3500 libras de indemnização.⁸⁷⁸ Em 1881, o Governador do distrito de Quelimane, José de Almeida d'Ávila, apresenta relatório em que explica as diligências empreendidas, a pedido do comandante da corveta inglesa *Vild-Swan* que, chegado a 27 de Maio, alegava ter sofrido violências dos africanos sob alçada portuguesa.⁸⁷⁹ Nesse mesmo ano, em outro relatório de 15 de Junho, o mesmo Governador, enquanto augura um futuro promissor para a povoação de Inhamissengo, aponta o estabelecimento no local de uma feitoria holandesa, da companhia inglesa Livingstonia & Central Africa Trading Comp^e, “sem autorização de ninguém”, e ainda da feitoria Regis Aineidem.⁸⁸⁰

Episódios como este constituem a base das alegações que os ingleses constroem no sentido de provar que os portugueses são incapazes de manter a ordem, enquanto estes se desculpam com a ideia de que os actos nefastos são provocados por gente que não é portuguesa.

Avolumavam-se críticas à posição inglesa sobre a escravatura e as novas formas de trabalho apoiadas pela França.⁸⁸¹ E pela própria Inglaterra.⁸⁸² Em 1865, José Barbosa Leão fustiga duramente a Inglaterra e o que considera ser a contradição do seu “recente” apoio aos negros, acusando-a de se julgar “(...) acima de todas as raças brancas, que vê e trata com certo desdém; nação e raça, que olha com verdadeiro desprezo para a gente de cor negra, e que não suporta mesmo quasi o contacto d’um mestiço”.⁸⁸³

Em 1889, Joaquim Machado propõe, em comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, a apresentação de um protesto pela venda de armas aos Matabeles, a Lobengula, quando vigorava um acordo entre os governos português, inglês e alemão proibindo a introdução de armas na África Oriental. Acrescenta que o governo português interceda no sentido de ajudar os indígenas da Mashona a não serem roubados e escravizados pelas forças do Lobengula. Expõe igualmente a preocupação resultante do plano inglês de constituição de uma grande companhia, a *Bristish South Africa Company*, para explorar o território dos Matabeles, estendendo-se a terrenos sobre os quais Portugal teria direitos de soberania.⁸⁸⁴

Os ingleses jogam com as dificuldades portuguesas para fazer valer a sua influência nos territórios que reclamam ocupar. Tentam provar a incapacidade destes, traduzida em falta

⁸⁷⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 36.

⁸⁷⁹ *B.O.*, 25/02/1882, n° 9, pp. 91-93.

⁸⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 93.

⁸⁸¹ Nomeadamente à “(...) a politica ingleza, que não dirige reclamações á França, quando esta subsidia a importação de pretos de Moçambique em Mayotte (levados pelos árabes das Comores em embarcações com pavilhão ora francez ora árabe, e não em navios portuguezes, nem com protecção de gente portuguesa).” «Notas do Traductor» de Francisco de Lencastre in Cameron, 1879, p. 350.

⁸⁸² “É a politica ingleza, que ainda há dois annos solicitava e obtinha do nosso governo a concessão para levar por mar pretos, *engajados* (*trabalhadores livres?*) das tribus dos amatongas (Lourenço Marques), para os trabalhos de lavoura do Natal e do Cabo; mas que se tem opposto a que vão trabalhadores de uma para outra das nossas províncias (de Angola para S. Thomé).” *Id.*, *Ibid.*, p. 351.

⁸⁸³ Leão, 1864, p. 10.

⁸⁸⁴ Machado, 1889a p. 10.

de meios, capitais, força militar e, muitas vezes, vontade. Portugal actuaria, nas regiões africanas, como uma força bloqueadora dos interesses dos outros colonizadores e do desenvolvimento de que estes necessitam.

Cecil Rhodes e a sua acção granjearam admiradores insuspeitos entre os portugueses, como Augusto Castilho, pela sua capacidade de iniciativa nomeadamente ao implantar linha telegráfica do Cabo da Boa Esperança ao Egipto.⁸⁸⁵ Acrescenta feitos recentes da Inglaterra como a conquista do país dos Matabeles ou as edificações europeias que se erguem na antiga cidade de Bulavayo.⁸⁸⁶ Mas condena a opinião sobre os portugueses veiculada por jornais ingleses. Refere que num daqueles periódicos se escrevia “(...) *«que na Africa havia só duas raças dominantes de «brancos, que eram os ingleses e os boers; que os «portuguezes NÃO ERAM GENTE BRANCA, mas sim «uma DESPREZIVEL RAÇA DE COR.»*”⁸⁸⁷

Um assunto recorrente é o de a língua portuguesa se encontrar em desvantagem comparativa com a inglesa enquanto veículo de comunicação internacional.⁸⁸⁸ Augusto de Castilho frisa, em 1895, a diferença quanto ao impacto do que é escrito em Portugal e em português e do que é escrito em Inglaterra e em inglês.⁸⁸⁹ Para ilustrar o seu raciocínio, cita diversos jornais britânicos: “Times”; “Gazeta de Pall Mall”; “Morning Post”; “Sheffield Daily Telegraph”; “Glasgow Herald”.⁸⁹⁰

A coberto dos direitos majestáticos da South Africa, os ingleses avançam em Gaza, nos anos 80. Entram em Manica, aprisionando Paiva de Andrade e estabelecendo tratados com os régulos na região, perante a falta de oposição militar portuguesa.⁸⁹¹ Para David Rodrigues, interessado em fundamentar a sua tese de que a ausência do poder militar foi a causa de todos os males na colónia, será por insuficiência de força armada que se realizam as modestas “expedições ao sertão” e as “missões civilizadoras”.⁸⁹²

A influência inglesa para prejudicar os interesses portugueses exerce-se, ainda, de forma não oficial. O alferes José Cardoso, comandante militar de Massingir, sabe que, em Outubro de 1888, o régulo Melaulí, do alto Chire, mandara sair com ameaças alguns negociantes que ali se encontravam, segundo sabia a pedido do inglês João Moirque que, para o conseguir, teria distribuído valiosos presentes ao mesmo régulo e a outros indígenas.⁸⁹³

⁸⁸⁵ Castilho, 1895, p. 152.

⁸⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, pp. 153-154.

⁸⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 156. Maiúsculas no original.

⁸⁸⁸ Ribeiro, 1879, p. 362.

⁸⁸⁹ Castilho, 1895, p. 148.

⁸⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 168 e ss.

⁸⁹¹ Rodrigues, 1910, pp. 25-26.

⁸⁹² *Id.*, *Ibid.*, p. 26.

⁸⁹³ *B.O.*, 15/12/1888, n.º 50, p. 736.

Em 1890, o comandante militar do Bazaruto denuncia o trânsito entre Chiloane e Inhambane de alguns ingleses e franceses, parecendo que buscavam “negros” para o trabalho nas minas de ouro de Manica.⁸⁹⁴ A 10 de Dezembro desse ano, apresentou-se em Tete, enviado pelo Governador do Zumbo, o britânico Henry Clay Moore alegadamente apanhado naquele distrito a subornar e “sublevar os pretos” em favor da Inglaterra. A 19, quando se preparava para embarcar em direcção ao seu destino, seria preso pelo delegado da comarca.⁸⁹⁵ No comando militar de Sena e por telegrama do Governador do Chire de dia 18 de Junho de 1900, reuniram-se nos prazos da região 500 cipaiois sob o comando do alferes Francisco António Silva das Neves, secretário do governo de Manica, a caminho do Chire, onde desde Maceia a Catunga se instalara uma revolta sob o comando de dois ingleses.⁸⁹⁶

As embarcações britânicas demandam crescentemente o território de Moçambique,⁸⁹⁷ pelo que se sucedem os episódios de tensão. A movimentação de navios ingleses canhoneiras, vapores mercantes e outras embarcações – *Pigon, Brisk, Magician, Nell, John Bowie, Argonaut, Herald, Mosquito, Readbreast, Lady Wood, Induna, Carnarvon, Spartan, Madura, Gaul, Eme, Tubin, James Steephenson, Coama* –, nos primeiros anos da década de noventa, é intensa, num bailado em que alinham as portuguesas *Tâmega, Liberal, Limpopo, Auxiliar, Obuz, Tobi*. Intrrometem-se na dança outros figurantes, como o vapor alemão *Peters*, e pangaios árabes.⁸⁹⁸

Com data de 18 de Maio de 1892 publica-se o *Regulamento geral da navegação e de transito de mercadorias pelos rios Zambeze e Chire e através dos territórios portugueses situados alem da foz do Chire e da do Luenha*, em que se estipula que é livre e isento de direitos e impostos de toda a espécie o trânsito de mercadorias de qualquer nacionalidade, procedência e natureza, entre o mar e as possessões “britânicas” vizinhas de Moçambique.⁸⁹⁹ Meses depois, é publicado o *Regulamento para o transito de mercadorias entre o littoral da província de Moçambique e os territórios da esphera de influencia britannica, permitido pelo artigo 70º do decreto de 30 de Julho de 1877 e pelo art. 11º do convénio de 11 de Julho de 1891, celebrado entre os governos de Portugal e da Grã-Bretanha*, com o objectivo de regular o trânsito de mercadorias.⁹⁰⁰

⁸⁹⁴ B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 86.

⁸⁹⁵ B.O., 7/03/1891, nº 10, p. 92.

⁸⁹⁶ B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 288.

⁸⁹⁷ B.O., 22 de Novembro de 1884, nº 47, p. 223.

⁸⁹⁸ *Id. Ibid.*, B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 25; B.O., 31/01/1891, nº 5, p. 53; B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 178; B.O., 15/08/1891, nº 33, p. 342; B.O., 8/08/1891, nº 32, p. 324; B.O., 11/07/1891, nº 28, p. 279; B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 442; B.O., 25/11/1893, nº 47, p. 669; B.O., 5/08/1893, nº 31, p. 469; B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 292; B.O., 9/06/1894, nº 23, p. 305; B.O., 14/09/1895, nº 37, p. 354; B.O., 14/09/1895, nº 37, p. 354; B.O., 26/10/1895, nº 43, p. 414; B.O., 25/05/1895, nº 21, p. 206.

⁸⁹⁹ *Regulamento para a navegação do Zambeze*, Artº 2º, B.O., 30/07/1892, nº 31, p. 302.

⁹⁰⁰ B.O., 27/08/1892, nº 35, p. 373.

Será a guerra anglo-boer, na visão de certos autores, a despertar Portugal para a necessidade de assegurar a neutralidade do território de Moçambique, tornando eficaz a sua defesa. Pelo decreto de 14 de Novembro de 1891 são reconhecidas as necessidades militares do território e respectivas obrigações: fazer respeitar a sua integridade, a honra nacional; manter a ordem e lei; ocupar efectivamente os sertões extensos; proteger o comércio e garantir segurança.⁹⁰¹ É estabelecido um efectivo mínimo de 2 213 homens e máximo de 3 722, reforçado com as companhias indígenas. Um conjunto de medidas que explicariam a campanha de «pacificação» bem sucedida do Bárue, em Inhambane, Lourenço Marques, Gaza (em que os fugitivos nguni foram obrigados a emigrar para o Transvaal) e a continuação da penetração e ocupação nos distritos de Quelimane e Moçambique.⁹⁰² Também representava uma vitória para todas as vozes que defendiam a ideia de que a solução para os problemas de Moçambique estava, de forma praticamente exclusiva, no uso da força, ao qual se deviam dispensar todos os meios. Correspondia às críticas de que a atitude portuguesa instigava, até aí, à rebelião e revolta, contrastando com a acção dos ingleses, que tratavam de consolidar com as armas o que outros haviam preparado pela persuasão.⁹⁰³

Certos argumentos usados contra os ingleses são algo surpreendentes, mas talvez valessem pelo reconforto que proporcionavam a quem os utilizava. Os britânicos teriam vantagem no seu carácter prático, na sua instrução, mas “perdem-se muitas vezes na embriaguez que n’elles é quasi tão vulgar como entre o indígena” e para além de resistirem pior ao clima que os portugueses, possuem estes últimos “(...) a sympathia dos povos, enquanto o inglez pelo seu extraordinário orgulho se torna invariavelmente antipathico.”⁹⁰⁴

Em 1891, Oliveira Martins resume o problema da relação de Portugal com as restantes potências europeias em África do seguinte modo:

Casar ou metter freira, porém, significa que, quanto a nós, resalvando sempre os nossos direitos, obtendo compensações pelas cedências que outorgarmos, convém que ou façamos, ou deixemos fazer. É mister lembrar-mo-nos de que os interesses geraes da civilisação concorrem sempre com os interesses particulares nacionaes.

Casar ou metter freira, quer dizer que não póde continuar um estado em que as colonias nos custam por anno dois mil contos, ou mais, sem progressos, nem utilidades correspondentes.⁹⁰⁵

Para o autor, mais que os direitos, importa assegurar os meios de os fazer valer, particularmente quando a Inglaterra detém mais de metade do comércio da Província.⁹⁰⁶

⁹⁰¹ Rodrigues, 1910, pp. 39-40.

⁹⁰² *Id.*, *Ibid.*, pp. 40-41.

⁹⁰³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 56-57. Reforça a ideia de que a ausência de forças militares e a necessidade de delegar poderes em chefes indígenas criou situações delicadas de quase revolta sistemática dos que, teoricamente, eram vassallos dos portugueses.

⁹⁰⁴ Castel-Branco, 1891, p. 160.

⁹⁰⁵ Martins, 1891, p. 2.

⁹⁰⁶ *Id.*, *Ibid.*, 1891, pp. 18-19.

No comando militar do Aruângua, em informação de 30 de Novembro de 1890, comunica-se que foram presos pelos ingleses, na povoação do régulo Mutassa, o tenente-coronel Paiva d'Andrada, Manuel António de Souza, o coronel de 2ª linha, João de Rezende, e o francês Charles Llamby, engenheiro da companhia de Moçambique, tendo-se os britânicos dirigido para Massikesse, onde substituíram a bandeira portuguesa pela inglesa. Os empregados superiores e subalternos que trabalhavam na companhia de Moçambique e executavam a exploração mineira naquele local abandonaram-no, dirigindo-se para Aruangua. O comandante militar interino acrescenta que a sua guarnição de 24 praças, 2 peças e uma metralhadora não será suficiente para derrotar os potenciais invasores, mas, encontrando-se no porto o vapor de guerra *Auxiliar*, poderá opor tenaz resistência.⁹⁰⁷

Augusto Cezar Bettencourt segue com alguns carregadores em direcção a Massikesse para conferenciar e fazer entrega de correspondência ao chefe dos pioneiros da companhia do sul de África sobre a invasão inglesa nos territórios de Massikesse. Em Aruangua continuam a não existir notícias. Foram recebidas do governo-geral 6 peças de bronze antigas pouco aptas, mas, ainda que se pudessem prestar a alguma utilização, as munições enviadas com elas são de calibre diferente, o que lhes retira qualquer utilidade.⁹⁰⁸

Na competição para granjear influência junto dos africanos, estes aproveitam para inflacionar os preços dos seus produtos e serviços, valorizando-os. Renato Baptista, em 1891, na região do Busi refere-se à passagem dos ingleses pelo local, que se notava por haverem encarecido os ovos e as galinhas.⁹⁰⁹ Mais tarde, um régulo explica que não pode ceder os desejados carregadores, porque os havia enviado para Mutari ao serviço dos ingleses, que lhes pagariam 10 peças de algodão (4\$000 réis), garantindo que era o mínimo para se conseguir arranjar homens.⁹¹⁰ Chegada a expedição a Gômani, é ali bem recebida apesar de os habitantes terem sido anteriormente presenteados pelos ingleses.⁹¹¹

Mesmo quando se criticam os ingleses e as observações que fazem sobre a acção de Portugal em África, reconhece-se, frequentemente, que as primeiras cartas geográficas do litoral de Moçambique são, em muitos locais, devidas a eles, nomeadamente que as primeiras cartas hidrográficas do litoral, de valor científico, se devem a Owen⁹¹² e Skead,

(...) embora e com igual desassombro, neguemos que ao inglês Rankin se deva o conhecimento da barra do Chinde, pouco conhecida, é certo, até 1889, mas já descripta

⁹⁰⁷ B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 85

⁹⁰⁸ B.O., 14/03/1891, nº 11, p. 107

⁹⁰⁹ Baptista, *Caminho de Ferro da Beira a Manica – Excursões e Estudos efectuados em 1891*, 1892, p. 50.

⁹¹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 52.

⁹¹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 59.

⁹¹² O capitão Owen esteve na zona correspondente a Lourenço Marques designada pelos ingleses como Delagoa Bay entre 1822 e 1824. Johnston, s.d., p. 57.

pelo nosso official da marinha Germano A. da Silva em 1861, e depois noticiada e percorrida pelo nosso illustre africanista sr. Paiva d'Andrada (...).⁹¹³

Joaquim Machado expõe, em 1889, os incidentes no sul de Moçambique após a anexação, em 1887, da Zululândia à Inglaterra.⁹¹⁴ Por tratado de 29 de Novembro desse ano, o governo britânico juntava-se à rainha do Maputo. Na descrição breve da história indígena e suas relações com os europeus, mais precisamente na região do Maputo, refere a morte do régulo Missonga em 1874, e a sucessão da sua mulher, a rainha Zâmbia, junto de quem, posteriormente, teriam sido promovidas intrigas contra os portugueses, insinuando-lhe que estes queriam destitui-la e a seu filho Guanazi, para na sucessão colocarem o irmão do régulo falecido, tencionando prender ambos.⁹¹⁵ Em resultado disto, a rainha Zâmbia assinaria um tratado com os ingleses em 29 de Novembro de 1877. Aproveita para criticar o que sugere como desprezo inglês pelos costumes tradicionais indígenas, pois tudo teria sido

(...) feito sem que se tivesse em attenção os costumes tradiccionais do povo de Maputo, costumes que se oppõem a que os régulos adoptem resoluções politicas, prendendo com os interesses da communidade, antes d'ellas terem sido submettidas à approvação d'um conselho constituído por todos os grandes *indunas do paiz*.

Os negros teriam questionado o acordo da rainha Zâmbia, mas especuladores e oportunistas tentariam manobrar as coisas a seu favor, não hesitando em fazê-lo, directamente, em Inglaterra. Os *tinduna* teriam aconselhado a rainha a não abandonar os portugueses, tendo como resultado o envio de uma sua embaixada a Lourenço Marques em 5 de Fevereiro de 1888, tudo culminando, por fim, num acordo com a rainha Zâmbia e seus *tinduna* em acta publicada no Boletim Oficial de 3 de Março de 1888, que consistia num termo de reconhecimento da antiga soberania portuguesa sobre Maputo.⁹¹⁶ A existência do tratado de 29 de Novembro de 1887 suscitava alguns problemas. Entre os indígenas, uns não queriam ficar sujeitos às leis portuguesas e outros às inglesas, e o governo português não aceitou uma acta que pudesse colidir com o tratado assinado com os ingleses. Cita a sentença arbitral do general Mac-Mahon de 1875, que impunha limites que dividiam a população das terras do Maputo, o que o leva a perguntar que direito assiste a separar uma tribo unida pelas tradições históricas, costumes, laços de família.⁹¹⁷

Em 1895, o mesmo autor foca a South Africa e a sua pretensão de se apoderar de toda a parte da Província de Moçambique entre Lourenço Marques e o Zambeze. Aponta duas expedições por ela realizadas com intuitos expansionistas e apoiadas por grande número de

⁹¹³ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, pp. 36-37.

⁹¹⁴ Machado, 1889b.

⁹¹⁵ *Id.*, *Ibid.*, pp.6-7.

⁹¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p.6-16.

⁹¹⁷ *Id.*, *Ibid.*, pp.17-19.

jornais ingleses, tanto da Metrópole como das colónias do Cabo e Natal.⁹¹⁸ Segundo ele, não teriam gostado da expedição de Caldas Xavier para Manica com a intenção de reocupar Macequece; da prisão de alguns indivíduos no interior que incitariam à revolta dos indígenas; que os portugueses mobilizassem cipaio no Zambeze; da defesa eficaz do porto da Beira, com a localização, nesse local, de navios de guerra e parte da expedição militar enviada de Lisboa.⁹¹⁹ Também o porto da Beira, antiga baía de Manzanane, era crucial para os interesses ingleses, pela sua posição geográfica e para exploração dos territórios da British South Africa.⁹²⁰

Ingleses e portugueses representam duas formas distintas de dominação sobre os africanos, que derivam das condições próprias da respectiva potência colonizadora.⁹²¹ Num jogo que acarretava consequências para os poderes locais africanos. Culminando, após 1891, com uma

(...) colisão dos interesses imperialistas dominantes na região. Neste jogo, um estado independente, como Gaza dificilmente poderia sobreviver. O único aliado que encontrou foi o capital financeiro hostil ao controlo português que, porem, já onde dominava, como no Zimbabwe, era muito agressivo contra os estados africanos.⁹²²

A presença francesa faz-se sentir por diversos meios, mas, particularmente, na tentativa de recrutamento de africanos para o trabalho nas suas possessões. O Tratado de Comércio e Navegação de 1853 abriu caminho à exploração francesa em Moçambique, de que um dos principais aspectos seria o tráfico ilegal de escravos.⁹²³

A questão da barca Charles et Georges desencadeou uma enorme agitação nas relações entre Portugal e a França.⁹²⁴ Um episódio que, pelo seu desenlace – obrigação de Portugal libertar o navio apresado e pagamento de pesada indemnização –, teria abrandado o ritmo reformista em direcção ao fim da escravatura na colónia.⁹²⁵ Sá da Bandeira menciona a

⁹¹⁸ Sobre o conflito com os ingleses desencadeado em torno de Macequesse veja-se Lima, 1971, vol. I, pp. 99-103.

⁹¹⁹ Machado, 1889b, pp. 11-12.

⁹²⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

⁹²¹ Liesegang caracteriza sob diversos tópicos o resultado da associação do sistema “colonial” com o capitalismo mercantil: “Fraqueza do estado; muitas das funções administrativas, policiais e militares, são exercidas por privados, nomeados funcionários mais ou menos honorários. Os territórios directamente dominados são relativamente pequenos, produzindo a alimentação para a colónia mercantil e protegendo-a.”; “Estatutos diversos de subordinação dentro do mesmo distrito colonial;” “Coexistência de formas tributárias de prestação de serviços (e tributação em géneros) com trabalho assalariado e escravidão doméstica.” “Alianças com os chefes vizinhos que não estejam em condições de pôr em causa a existência da colónia mercantil e que eram necessários para assegurar os contactos com o interior. Estas alianças implicavam também a criação de inimigos, de maneira que existia um xadrez de eixos de aliados e inimigos.

Distingue este sistema do imperialismo colonial marcado por: “Dominação político-militar de todo o território. Os chefes africanos já não podem recusar a subordinação e colaboração, sob pena de serem substituídos.”; “Tributação directa e uniforme de toda a população por parte do estado. O capital privado que inicialmente intervém também é obrigado a organizar um aparelho de dominação que copia alguns elementos do estado.”; “Controlo da força de trabalho, que é mobilizada através de formas de coerção (visando baixar o seu preço), com alguns incentivos económicos.”; “Sobrevivência de muitos aspectos das culturas e sociedades tradicionais, e mesmo de certas diferenças regionais na administração colonial.” p. 29. Liesegang, 1986b, p. 29.

⁹²² *Id.*, *Ibid.*, pp. 24-25.

⁹²³ Sobre a presença francesa em Moçambique e a criação em meados do séc. XIX da casa de Marselha, “Régis Ainé”, da casa “Augustin Fabrét et Fils” e seu predomínio sobre o comércio português e indiano veja-se Chilundo, 1989, pp. 514 e ss..

⁹²⁴ *Documentos relativos ao Apresamento da Barca Franceza Charles et Georges...* 1858.

⁹²⁵ Pélissier, 1988, p. 109.

ocorrência e, de seguida, a criação dos chamados “trabalhadores livres”, como novos expedientes para a prática da escravatura.⁹²⁶

Sob o pretexto, mais ou menos real, de promover explorações de carácter científico, também franceses aportam a Moçambique, como Lionel Decle, “Chargé de Mission du Gouvernement Français”, incumbido de uma missão científica, que escreve ao Governador de Quelimane, solicitando a possibilidade de se servir dos pequenos vapores portugueses que estão ao serviço deste último. Passara 18 meses em diversas regiões da África Central do Sul, encontrando-se, naquele momento, após as quedas do Zambeze, no Zumbo. Tenciona seguir para Tete, depois rumar para o lago Nyassa e, daí, dirigir-se a Quelimane.⁹²⁷ Chegara ao Zumbo no dia 4 de 1892, seguindo para Tete num barco do governo a 22.⁹²⁸

No comando militar da Baía de Tungue em Palma, o comandante alferes José Gonçalves Barriga regista a passagem, em Agosto de 1899, do coronel Paiva d’Andrada e do dr. Manoel Moreira Feio, no mês de Julho, acompanhados de cinco cavalheiros franceses, dirigindo-se o primeiro e últimos para o interior de Sofala a bordo do paquete Ibo. Moreira Feio rumo para a vila do Ibo ao encontro de Mariano de Carvalho.⁹²⁹

Nomes como o do padre jesuíta Victor Joseph Courtois impõem-se no domínio cultural.⁹³⁰ É um dos cinco jesuítas franceses, dos nove que se encontravam na Zambézia, linguista, como o seu colega Jules Torrend.⁹³¹ Outros destacam-se pelas suas viagens, como o capitão Eugène Trivier, que, em 1899, realiza a primeira travessia de um francês pela África equatorial; em 1891 e 1894-95, o viajante e conhecedor da Zambézia, caçador e explorador, Edouard Fouá; Guillaume Vasse e esposa, de 1904 a 1907, recolhendo espécimes para o Museu de História Natural de França; e o caçador, explorador e senhor de prazo, de 1897 a 1915, Georges Stucky de Quay.⁹³²

No domínio comercial registam-se as firmas marselesas Régis Ainé e Augustin Fabré et Fils, muito activas nos anos sessenta e setenta, compradas posteriormente pela Companhia do Boror.⁹³³

⁹²⁶ Bandeira, 1873, p. 24.

⁹²⁷ A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.50 m. 1 (20), doc. 1, s. d..

⁹²⁸ B.O., 1/04/1893, nº 13, p. 198.

A Lionel Dècle se refere Pélissier “(...) Francês anglicizado” que, sob o patrocínio inicial do governo francês, realiza uma marcha de 11000 km entre 1891 e 1894 para estudo etnológico e antropológico das populações da África Austral e Oriental chegando ao Zumbo em fins de 1892. Pélissier, 1988, pp. 111.

⁹²⁹ B.O., 16/08/1890, nº 33, p. 366-367.

⁹³⁰ Especialmente o seu registo escrito da visita à Makanga e as suas obras no campo linguístico. Pélissier, 1988, pp. 111.

⁹³¹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 114.

⁹³² *Id.*, *Ibid.*, pp. 111-113.

⁹³³ Após a entrada de um outro francês, Joseph Stucky, irmão de Georges, que integra em 1895 a firma Engenmann & Pereira transformando-a, posteriormente, na Companhia do Boror. *Id.*, *Ibid.*, pp. 115. O mesmo autor aponta a existência em Lourenço Marques, no ano de 1897, de de cem franceses, a terceira comunidade estrangeira depois de ingleses e chineses. *Id.*, *Ibid.*, p. 116.

O interesse alemão expressa-se através dos seus recursos e do potencial que representa, mas também em iniciativas particulares, como, em 1857, a da alemã Ida Pfeifer que, continuando a visitar as possessões portuguesas em África, solicita que as autoridades portuguesas facilitem e protejam a sua acção, desejo atendido por Portaria de Sá da Bandeira de 7 de Maio de 1857, determinando-se que lhe seja concedido “(...) auxílio e protecção para lhe facilitarem a execução da sua empresa, que deverá ser interessante para o augmento dos conhecimentos geographicos.”⁹³⁴

Em 1893, o Governador de Cabo Delgado, Ferreira de Carvalho, opina contra a proibição de venda, na região, de armas e pólvora, que seria problemática pelas consequências que acarreta, pois, sem uma eficaz fiscalização, são os alemães e seus mercados destas matérias que acabam beneficiados, uma vez que os indígenas que a eles recorrem sempre acabam por ver satisfeitas as suas pretensões.⁹³⁵

Como expõe Augusto de Castilho, assim que

“(...) a Allemanha, no seu leito de deslumbrantes phantasias, teve o seu sonho de poderio africano, o qual por vezes tem assumido proporções de pesadello para ella e para outros, as cousas começaram a tomar um novo aspecto. A altivez da raça germanica, conscia da sua superioridade physica, a necessidade de expansão para a sua laboriosa população, e, mais que tudo, a urgencia de achar-se um pretexto para a creação de uma possante marinha, que em uma dada eventualidade podesse contrapôr-se á franceza, levaram os seus arrogantes dirigentes a inventarem um imperio colonial.”⁹³⁶

Outros europeus demandam a colónia. Em 1887 o côsul-geral da Bélgica em Zanzibar, Lucien de Cazenave, encarregado pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, percorre Moçambique e apresenta ao seu governo um relatório sobre as potencialidades económicas da colónia portuguesa, com destaque para os recursos minerais e respectivas possibilidades de exploração.⁹³⁷ Os interesses do rei Leopoldo, cuidadosamente preparados, iam ganhando solidez e apoios quanto às suas pretensões em África.⁹³⁸

Azevedo Coutinho reporta-se à existência, em Chamo, de caçadores polacos – Zalewski e Pacheliski, que não pagam imposto da venda do marfim.⁹³⁹ A 28 de Maio de 1893, apresentou-se no comando militar de Maganja além-Chire, Wladislau Zalewski acompanhado pelo régulo Gurrué, «Macombe», fazendo entrega de uma peça Hotchkisse que ali havia

⁹³⁴ Paço, 7/05/1857, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 407.

⁹³⁵ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 636.

⁹³⁶ Castilho, 1895, p. 158 e ss.

⁹³⁷ Rita-Ferreira, 1985, p. 54-55.

⁹³⁸ Veja-se: Hochschild, 2001.

⁹³⁹ Coutinho, s.d., p. 111.

ficado da expedição de João de Azevedo Coutinho, pedindo para fazer a paz com o governo. Deveria, para esse efeito, seguir para Quelimane no dia 1 de Junho.⁹⁴⁰

No comando militar de Sena, em Abril de 1890, a 14, morreu o holandês Janssen Scholman, gerente da casa Holandeza ali estabelecida.⁹⁴¹

Em 24 de Agosto de 1893, chegava ao comando militar de Chilomo, Miss Mlawaczek, dama austríaca, em viagem científica desde o Cabo ao Cairo pelo interior.⁹⁴² Viria a falecer em Milange nos meados do mês de Setembro.⁹⁴³

⁹⁴⁰ *B.O.*, 5/08/1893, n° 31, p. 469.

⁹⁴¹ *B.O.*, 28/06/1890, n° 26, p. 288.

⁹⁴² *B.O.*, 4/11/1893, n° 44, p. 626.

⁹⁴³ *B.O.*, 9/12/1893, n° 49, p. 695.

4. A economia e o trabalho em África

O tema da «preguiça» dos negros é um estereótipo deste período que se prolongará nos séculos seguintes.⁹⁴⁴ Nas primeiras décadas do séc. XX, Brito Camacho, criticando a forma genérica com que se referia tantas vezes a preguiça do negro, ironizava que “(...) ainda não se fez uma classificação de raças com base na preguiça; mas assentou-se de há muito, em que a preguiça é nos brancos uma qualidade do individuo, e nos pretos é um predicado da raça.”⁹⁴⁵

Se a ideia de que o negro é refractário ao trabalho é corrente e maioritária entre os portugueses ela não colhe, apesar de tudo, unanimidade de opinião. Nesse mesmo ano de 1880, A. F. Nogueira critica os que demonstram constantemente

(...) os preconceitos que nos fazem olhar o Negro como ele não é, que o indígena das nossas possessões d’Africa prefere estar preso a trabalhar. É a mania constante de caracterizar toda a raça por qualquer facto particular. Há Negros que com effeito preferem estar presos a trabalhar; mas quem são? São os que vivem sujeitos ao trabalho como nós lh’o impomos, sob um regímen cruel, e sem uma remuneração sufficiente. O Branco collocado em idénticas circumstancias faria o mesmo.⁹⁴⁶

Precisa melhor a sua ideia ao explicitar que o Negro representa, para os portugueses, o instrumento de trabalho sob direcção do Branco, o que exige dos europeus a capacidade de o «civilizar».⁹⁴⁷

⁹⁴⁴ “Na história colonial de Moçambique, encontramos centenas, milhares de documentos que outorgam aos Negros uma «preguiça» primordial. Esse estereótipo nada tinha a ver, em princípio, com a malevolência dos Brancos mas com as relações sociais: o negro «preguiçoso» é um produto directo da assimetria social colonial. (...)” Serra, 1997, p. 111. Sobre as raízes do racismo baseado na tipologia física no pensamento científico do Iluminismo e as contribuições do naturalista sueco Carl Linnaeus ou de Johann Friedrich Blumenbach, “pai da antropologia física”, o filósofo alemão Christoph Meiners e Voltaire, ver Fredrickson, 2004, pp. 53 e ss.

⁹⁴⁵ Camacho, s. d., p. 209. De resto, num texto em que critica determinadas noções que se foram construindo sobre o negro e assinalando o papel dos europeus e a sua responsabilidade pela venda de álcool dos cantineiros, com o objectivo de substituir as tóxicas bebidas «sura» (da palmeira) no norte e o «sopé» (de cana sacarina) no sul. *Id., Ibid.*, p. 201-202. Assinala que «civilizar» era sinónimo de criação de necessidades que, em sua opinião, seriam as mesmas dos brancos e se estes “(...) o tivessem querido com boa vontade, já teriam feito passar essas necessidades do estado virtual para o estado de actualização.” *Id., Ibid.*, p. 212. Os brancos não terão querido fazer comércio mas praticar a extorsão deixando a actividade nas mãos dos orientais. *Id., Ibid.*, p. 214; a «preguiça» era uma forma de o trabalhador se defender da extorsão que sobre ele praticava o patrão, e da desonestidade do Estado que aumentava os impostos com o fim de levar os negros a trabalhar mais. *Idem Id., Ibid.*, p. 219; Depois de criticar mais um exemplo de exclusão que foi o do trabalho das minas no Transvaal, que para os negros não significaria melhorias de condição, elogia a capacidade de aprendizagem do indígena, como trabalhador rural, pastor, nas oficinas. *Id., Ibid.*, p. 224 e ss. Acrescenta que os brancos de Moçambique a quem competia ensinar o negro fariam tudo o que fosse possível para que ele o não conseguisse por uma questão do que chama «instinto branco de defesa», *Id., Ibid.*, p. 227. Sobre o valor da educação e instrução: “N’uma colonia tropical, como Moçambique, de população escassa, há necessidade absoluta de tornar o trabalho rendoso o mais possível, e só instruindo e educando é que tal se pode conseguir. Seria inutil tentar qualquer coisa n’este sentido, se o preto fosse o selvagem antropológicamente inferior que a boçalidade de muitos brancos coloca entre o homem e a besta, mais próximo da besta que do homem.” *Id., Ibid.*, p. 229.

⁹⁴⁶ Nogueira, 1880, pp. 205-206. “Não tem de certo habitos assíduos de trabalho, mas se este lhe for offerecido nas condições em que elle por enquanto o pode acceitar, sob a forma de pequenas empreitadas, sem violencia nem oppressão, e sufficientemente remunerado, há de affeição-se-lhe, e há de ser por fim o jornaleiro, o operário, o industrial.” *Id., ibid.*, p. 207.

⁹⁴⁷ “Como escravo sacrificamol-o, como livre expoliamol-o, e como elle não acceita a nossa tyrannia como um beneficio, e ainda nol-a não agradece, dizemos então que elle é inimigo do trabalho e incapaz de se civilisar!” E junta: “Este meio ainda nenhuma nação o emprehendeu, em uns casos porque podendo substituiu a raça indígena por individuos da sua raça não teve necessidade de educar aquelle, e preferiu repellil-o, ou mesmo exterminal-o, em outros porque não teve coragem, não teve fé, não teve mesmo sufficiente civilisação para o emprehender.” *Id., ibid.*, p. 208.

Em 1891, Renato Baptista, nas terras do Jôbo, refere a preguiça dos indígenas, resultante da “ociosidade” em que estariam acostumados a viver. Não deixa, contudo, de assinalar que, apesar do “abandono” de Portugal, estão interessados em “aprender os nossos hábitos” e “receberem civilização”.⁹⁴⁸

No entanto, não há trabalho considerado mais pesado do que o dos carreteiros e este é unicamente realizado pelos negros. Valendo-se desta “exclusividade” os carregadores ameaçam não continuar se lhes fosse negada aguardente ou outra recompensa que considerem importante na altura.⁹⁴⁹ O trabalho indígena reconhecido pelo colonialista é pois o de “besta de carga”, em todo o território e à falta de outros meios de transporte.

A verdade é que também havia um preço a pagar pelos africanos, pois apesar

“(…) da rudeza e violencia d’este serviço que, diga-se de passagem, não é para europeus, os voluntários appareceram em grande numero, atrahidos pela gratificação diária de 300 réis e por uma vida mais livre. Bem caro lhes custou essa vantagem, porque o serviço de transportes pagou, em grossas e terríveis proporções, a sua quota parte na mortalidade e morbilidade da columna.”⁹⁵⁰

Em campanha de Junho de 1895 o coronel Galhardo debate-se com a escassez de carros, que sublinha a importância da obtenção dos carregadores apesar dos problemas por estes causados. Particularmente aquando da sua fuga, António Enes fornece-nos mais uma pista de compreensão, quando explica que, goradas as tentativas para obter o concurso do administrador da Guilala, sr. Loforte, que falava bitonga e era “homem do país” para comandar os carregadores, estes

(…) tiveram de ser dirigidos por gente da tropa, a quem não entendiam, que não lhes conhecia os hábitos e o carácter, que era quase sempre violenta e desjeitosa, e isso contribuiu muito para que, durante os primeiros tempos, fizessem mau trabalho. Fugiam sempre que podiam; até fugiam sem ter recebido o pagamento a que já tinham direito.⁹⁵¹

A maior parte do trabalho executado pelos africanos não é objecto de qualquer documentação ou regulamentação, uma vez que é considerado pelo colonialista um dever a que não podem escapar. O curador geral dos serviços e colonos da Província de Moçambique elabora relatório sobre o trabalho cafre em 27 de Outubro de 1880.⁹⁵² Ao tomar posse em Março, apenas contabilizara 693 contratos registados, constatando que muitos africanos trabalhavam forçados e sem qualquer tipo de contrato. A 30 de Agosto começa a sua acção inspectiva em Lourenço Marques e, uma vez que não havia qualquer base para a delegação,

⁹⁴⁸ Baptista, 1892, p. 6.

⁹⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 82.

⁹⁵⁰ Ayres de Ornellas, Henrique Couceiro, Eduardo da Costa, Mousinho de Albuquerque, *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, 1897, pp. 129-130.

p. 131.

⁹⁵¹ Ennes, 2002, p. 232.

⁹⁵² *B.O.*, 15/09/1880, n.º 46, pp. 236-238.

criou-a de raiz, dotando-a de livros para correspondência expedida, anotação de contratos, registo de queixas. Afixou editais incitando ao registo dos contratos e procurando evidenciar as vantagens desse procedimento. Regressado a Moçambique, montou outra delegação, no Mossuril.⁹⁵³

Posteriormente defenderá que se deverá incentivar a emigração europeia adaptada e conformada ao tipo de trabalho que se pretende desenvolver na Província, ao invés da africana que só inicia, naquela altura, o contacto com formas de trabalho mais sofisticadas.⁹⁵⁴

O conceito de «contrato de trabalho» remunerado mistura-se com a tentativa de exploração ilimitada da capacidade africana, gerando conflitos. O curador foca o problema de os serviçais facilmente fugirem aos contratos refugiando-se no interior; para além de os proprietários não necessitarem de “(...) nenhum grupo de trabalhadores regularmente montado”, aspecto a que se somava a falta de autoridade no sertão e a impossibilidade de fazer o indígena cumprir as suas obrigações contratuais. Estes factores levariam à opção por, pura e simplesmente, não fazer contratos. Juntar-se-iam a falta de “necessidades” para os africanos que funcionassem como estímulo para o trabalho, a “índole especial e costumes dos indígenas”, avessos ao trabalho regular, a natureza do contrato do serviço doméstico “por mezes ou luas”, a fraca procura de serviços por parte da “pouca população civilisada”, a “falta de colonisação” e a fraca oferta de trabalho.⁹⁵⁵

Em 1888, o residente de Gaza considera necessárias escolas agrícolas para “acabar com a rotineira enxada” e substituir o trabalho braçal pelo uso do gado, com charrua, arado e grade.⁹⁵⁶ Também cita a “indolência” e “preguiça” do negro, que só trabalharia quando obrigado. As necessidades criadas pela economia de mercado vão ser veiculadas, quase exclusivamente, pelo álcool. O «trabalho», do ponto de vista europeu, é um conceito que encerra o conhecimento do tempo, a previsão, a rotina, a produção e o excedente – conceitos alheios à economia da maioria dos africanos. Segundo o mesmo residente, é de “(...) absoluta conveniência educar estes povos e crear-lhes necessidades, porque do contrario empreza alguma aqui pode prosperar”.

Os africanos vão-se habituando às novas exigências da economia de mercado e fazem render o seu trabalho em função das condições de que dispõem, em cada lugar específico,

⁹⁵³ Explica que o seu estado de saúde não lhe permite, como tencionaria, percorrer os diversos distritos da província. *Id. Ibid.*, p. 237.

⁹⁵⁴ *Id. Ibid.*

⁹⁵⁵ Aspectos que explicariam os engajamentos para as colónias do Natal e do Cabo. *B.O.*, 15/09/1880, nº 46, p. 238.

⁹⁵⁶ *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 85.

para o valorizar. Nos prazos, o “preto trabalha a duas braças d’algodão por semana; mas no litoral e em Manica as suas exigências teem já subido extraordinariamente”.⁹⁵⁷

Referindo-se ao norte de Moçambique, Perry Camara, em 1893, explica que os habitantes não fogem ao trabalho desde que lhes paguem.⁹⁵⁸

Do ponto de vista do discurso, importa aos portugueses denegrir o que consideram ser os únicos proveitos que estimulam ao trabalho em África – como o “casamento” ou a “bebedeira”. Mas a realidade é que os colonialistas pretendem que os africanos trabalhem em condições precárias e eles não se sujeitam a elas quando podem fugir. Em Outubro de 1895, o comandante de Tete explica que os trabalhos da linha transafricana estão quase parados por falta de mão-de-obra, uma vez que os indígenas, mesmo bem pagos, se recusariam a trabalhar numa região onde falta, em absoluto, a água.⁹⁵⁹ Em Janeiro de 1896 continuam os trabalhos paralisados por falta de pessoal.⁹⁶⁰

A legislação endurece mediante a ineficácia em transformar o indígena num trabalhador convicto e conformado. Em 1894, o decreto de 20 de Fevereiro valoriza a “liberdade de trabalho”.⁹⁶¹ O Regulamento de 1899 consagra o “trabalho compelido”.⁹⁶² Vive-se agora do trabalho forçado. Se os indígenas podem escolher a forma como deverão trabalhar para, de acordo com a legislação, garantir os meios de subsistência, já em caso de não cumprimento, a autoridade pode impor-lho.⁹⁶³ As circunstâncias alteraram-se – divisão de África, ultimato, pautas de 1892, explorações de reconhecimento e soberania, nacionalismo.⁹⁶⁴ Apesar de novas após o fim da escravatura, as denominações – «indígena», «contratado», «compelido», «trabalho correcional», «trabalho forçado» – remetem para uma prática de continuidade da exploração.⁹⁶⁵

Mais tarde, ao dobrar do século XIX, encara-se o problema da concorrência com o indígena no lugar da concorrência com o europeu e a função da instrução nesse cenário.⁹⁶⁶

⁹⁵⁷ Castel-Branco, 1891, p. 184.

⁹⁵⁸ Camara, 1893, pp. 9-10.

⁹⁵⁹ *B.O.*, 9/05/1895, n.º 19, p. 182.

⁹⁶⁰ *B.O.*, 23/05/1896, n.º 21, p. 206.

⁹⁶¹ “Bem entendido, as suas garantias eram parcas, para não dizer praticamente inexistentes, mas, mesmo assim, elas eram consideradas como escolhos intoleráveis pela burguesia colonial, que não estava, como já se disse, económica e socialmente preparada para aplicar as regras de um sistema económico que suportasse encargos salariais.” Torres, 1989, p. 73.

⁹⁶² Luís Covane sublinha que: “O Regulamento foi a primeira tentativa séria para controlar e explorar a força de trabalho africana em Moçambique” após a nomeação, no ano anterior, de uma comissão para estudo das melhores estratégias a implementar para a rentabilização do trabalho dos africanos. Covane, 2000, pp. 462.

⁹⁶³ Capela, 2000b, pp. 435.

⁹⁶⁴ A nova realidade é a do “trabalho forçado” como imperativo legal uma vez que: “As novas condições não se compadeciam com «ideais humanitaristas». Torres, 1989, p. 75.

⁹⁶⁵ Adelino Torres inventaria os factores que estariam na causa dos falhanços liberais: fraqueza da burguesia metropolitana; resistência da «burguesia colonial» assente numa forma de produção escravagista; fraqueza de investimentos; limitada ocupação. Algumas das razões que explicam porque a legislação não acompanhou a realidade. *Id. Ibid.*, p. 76. “O voluntarismo «modernista» e visionário de alguns dos homens de 1820 (como Sá da Bandeira) pouco efeito poderia ter em sociedades atingidas pelo fim do tráfico, mergulhadas num escravagismo socialmente estagnado, desapoiadas economicamente por uma Metrópole arruinada e incapazes de, por si sós, efectuar a rápida reconversão que lhe era exigida do interior.” *Id. Ibid.*, p. 77.

⁹⁶⁶ Andrade, vol. V, 1910, pp. 365-367.

Nesta altura, encontra-se maturada a ideia de que o ensino para os africanos deve ser limitado, orientado, e que comporta, mesmo, alguns perigos. Resta educar, moralizar, socializar para o trabalho prestado aos colonialistas, nas condições impostas por estes.

As descrições europeias assinalam sempre o que consideram as «limitações» crónicas do trabalho cafre. Em Cabo Delgado durante 1882, o Governador de Distrito refere que, nos trabalhos do campo, os indígenas, em especial as mulheres, cultivam as suas *maxambas*, actividade em que juntariam, na sua “indolência”, a ausência de direcção técnica, usando apenas enxada, não cuidando de árvores, pastos e gados, não escolhendo convenientemente terrenos para as diferentes culturas, fazendo queimadas no mato e limitando-se a lançar as sementes à terra e esperar pela colheita, do que resulta a ausência de culturas em larga escala. Defende o desvio da emigração europeia para aquele local de forma a combinar o que considera a inteligência com o capital.⁹⁶⁷

Outras leituras emergem perante os nossos olhos. Aos africanos não interessa o trabalho, a qualquer preço. O facto é motivo de lamento dos europeus no que respeita aos quantitativos a despender para assegurar trabalhadores. Em 1887, em Angoche, os carpinteiros negros trabalham sob direcção de mouros ou baneanes. Pescam muito, mas mais para consumo próprio que para venda ao público.⁹⁶⁸

O «Tempo» é diferentemente percepcionado por europeus e africanos, questão que os primeiros acabariam por resolver a seu favor (tendendo para a harmonização dos calendários), deixando de lado elementos importantes que marcam os ritmos africanos – como o religioso,⁹⁶⁹ processo que não deixaria de suscitar formas de resistência e de adequação dos próprios africanos.

A necessidade do incipiente capitalismo português colide com o «tempo» africano e impõe ritmo diferente, cadência que a própria Metrópole tentava impor às suas populações. Os tempos africanos, subordinados ao regime solar ou lunar e às estações, são diferentes dos europeus. Estes pretendem impor o seu calendário, no seu interesse.⁹⁷⁰

O compasso africano marca todos os aspectos da vida. É o caso dos momentos em que devem ser tomadas decisões que respeitem à comunidade. As reuniões de africanos para tomada de decisões são momentos importantes para cada comunidade, como nota Renato

⁹⁶⁷ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 77.

⁹⁶⁸ B.O., 5/09/1887, nº 45, p. 509.

⁹⁶⁹ Henriques, 2003, pp. 29 e ss.

Exploradores portugueses assinalaram, de forma crítica e negativa, o uso próprio que os africanos (nomeadamente os poderosos) fazem do seu tempo. Capelo e Ivens, vol. 2, p. 61.

⁹⁷⁰ Veja-se Henriques, 1997b, pp. 479-499.

Baptista, nas “(...) intermináveis e misteriosas conferências à sombra da árvore mais frondosa”.⁹⁷¹

A ordem social africana estabelece formas determinadas de organização, consoante as comunidades, em que se definem os papéis respectivos de homens e mulheres. Os Tsonga, vivem em tribos com núcleo constituído por parentes patrilineares do chefe. Ligados ao território “por laços religiosos, afectivos e económicos”, a sua economia é baseada na exploração do “bem comunal”.⁹⁷² O chefe não é dono, mas apenas «administrador», intervindo nos conflitos e procedendo à distribuição das terras para agricultar.⁹⁷³

Em 1896, Henri Junod assinala que os Tsonga passam por um período crítico e se encontram numa nova fase de desenvolvimento, sujeitos ao contacto com os brancos, à influência do comércio, ao desenvolvimento da baía de Lourenço Marques, ao papel da religião.⁹⁷⁴

As actividades comerciais inter-africanas possuem um carácter fundamental nas sociedades e não, como por vezes se considerou, meramente acessório em relação à iniciativa europeia. Trata-se de um comércio inter-africano de carácter autónomo, não se limitando aos mercados locais, mas desenrolando-se, igualmente, a longa distância,

(...) por um lado estritamente limitado aos parceiros africanos, mas que em outros pontos se relaciona com o comércio afro-europeu, ou com o comércio afro-árabe ou afro-asiático. Naturalmente, as condições políticas e económicas da segunda metade do século XIX impuseram a elaboração de novas práticas comerciais, caracterizadas pela fusão afro-europeia.⁹⁷⁵

Implicam consequências para as populações aí existentes ao nível da organização política, das formas de produção, do controlo de locais de trabalho.

Em 1887, o Governador de Distrito de Sofala, referindo-se à necessidade de ali ser incrementada a produção, explica que no Bazaruto também “(...) o preto só trata do que julga ser-lhe rigorosamente preciso para o seu sustento, dedicando-se mais á pesca.”⁹⁷⁶ Refere que não existem trabalhadores assalariados, sendo os trabalhos agrícolas assegurados pelas mulheres, que recebem uma parte das colheitas que os proprietários lhes dispensam como

⁹⁷¹ Baptista, 1892, p. 26.

⁹⁷² Rita-Ferreira, 1975, p. 59.

⁹⁷³ *Id. Ibid.*, p. 60.

⁹⁷⁴ “Plûtôt Dieu que la civilisation et le christianisme eussent réussi par la seule voie de la persuasion à faire de ces peuples des amis et des serveurs ! Tel n’a pas été le cas. Espérons du moins que, de ce contact plus intime avec les blancs, il résultera un progrès nouveau pour la tribu Tsonga. L’histoire nous montre que, par deux fois, l’arrivée d’éléments étrangers lui a fait faire un pas en avant. Notre expérience de tous les jours nous enseigne qu’elle n’est point réfractaire à une civilisation supérieure. Souhaitons qu’aujourd’hui encore il en aille ainsi, et que, dans ces parages comme dans d’autres, la race blanche qui s’honore du beau nom de chrétienne, ne manque pas à son noble devoir d’élever à un degré supérieur de moralité et de bonheur les membres les plus humbles de la famille humaine. » Junod, 1896a, p. 23.

⁹⁷⁵ Partindo do estudo da importância do sal nos seus diversos tipos – o vegetal, o marinho (que não se conseguirá impor no interior), o sal gema, o sal dos lagos ou das lamas - e do caso angolano, para ilustrar esta lógica em que um produto implica toda uma série de consequências em domínios vários que vão da organização política das sociedades ao sistema de medidas e ao trabalho. Henriques, 1995, pp. 355-356.

⁹⁷⁶ *B.O.*, 24/09/1887, n° 39, p. 437.

remuneração. Os serviçais recebem o seu salário em géneros ou fazendas conforme o ajustado. Em numerário, o mínimo pago por dia de serviço é de 100 a 150 réis, excepto o serviço de machileiros que corresponde a não menos de uma *rupia* por dia (a unidade de referência é indiana).⁹⁷⁷ Também em Inhambane, em 1889, o Governador de Distrito nota que os cultivos são feitos de modo “primitivo”.⁹⁷⁸

Perante as dificuldades em assegurar mão-de-obra necessária aos colonizadores, cimenta-se nestes a consciencialização da exigência de imposição de trabalho aos africanos através da legislação. Em Tete, o Governador-Geral, em relatório relativo ao ano económico de 1887-88, expõe a necessidade de obras no local, comprometida pela “(...) falta de uma lei que faculte às auctoridades o coagirem os indígenas ao trabalho, muitas vezes faltam operários e até serventes e não há meio de adquiril-os com meios suaves”.⁹⁷⁹

A ideia de que os africanos possam ser verdadeiramente donos da sua força de trabalho fere a mentalidade colonial, muito embora os lamentos continuados demonstrem a incapacidade para, durante décadas, alterar a resistência dos primeiros. Oliveira Martins refere que o negro trabalha “aguiilhado” pelas necessidades imediatas, em sua opinião poucas.⁹⁸⁰ Explica que o trabalho escravo teve um efeito positivo na economia das plantações, trabalho mais caro, porque “(...) o preto livre só trabalha intermitentemente ou excepcionalmente (...)” e o preço mais elevado do trabalho escravo seria compensado pela constância e permanência do seu funcionamento. Acresce que na América o negro era deslocado do seu habitat natural de África.⁹⁸¹ A questão consistia em saber porque “(...) trabalharia o africano para o colono quando poderia, ele mesmo, enriquecer?”⁹⁸²

Sobre o trabalho dos negros na região do distrito de Lourenço Marques, observa-se que muito embora se não dediquem

(...) aos trabalhos agrícolas, o terreno é tão fértil em alguns pontos, que basta o serviço que prestam as mulheres, que substituem no trabalho do campo os homens, para se produzir mantimento cafre, isto é, arroz, milho fino e grosso, mixoeira, mandioca, ginguba, hortaliças e fructas para consumo dos habitantes. Alguns d’estes generos são produsidos espontaneamente pelo solo, e o trabalho das africanas reduz-se a colher o que a pródiga natureza fez brotar.⁹⁸³

⁹⁷⁷ *Id. Ibid.*

⁹⁷⁸ *B.O.*, 8/03/1890, nº 10, p. 131.

⁹⁷⁹ *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 416.

⁹⁸⁰ Martins, 1887, p. 219.

⁹⁸¹ Ornellas, Couceiro e Costa, Albuquerque, 1897, p. 220.

⁹⁸² Sobre Oliveira Martins e as teses da «acção colonial» de final de século esclarece Brazão Mazula: “Tranquilizava-se com três argumentos: 1) que esses territórios eram «despovoados», isto é, não habitados por «sujeitos», mas simplesmente por «povos indígenas» sem direitos à própria terra; 2) que os ingleses na Índia, e os holandeses em Java, mantinham «submissos os régulos indígenas que faziam trabalhar mais ou menos servilmente as populações», o que correspondia «economicamente ao preço do escravo, ou ao salário do colono contratado»; e, finalmente, 3) o argumento físico-antropológico que lhe permitia concluir que o «preto (Grifos do Autor) era congenitamente uma criança adulta». Mazula, 1995, p. 71.

⁹⁸³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 63.

Avolumam-se os argumentos que explicam, mal-grado as lamentações portuguesas, a resistência dos africanos em abandonar formas que lhes são próprias e que lhes asseguram os meios suficientes de vida.

Joaquim Machado, em 1887, explica que a gente do Maputo não é dada a trabalhos braçais e detesta o serviço de carregador; possui gado bovino, cultiva a terra e dedica-se ao comércio com o Mussuete e os distritos do norte da Zululândia.⁹⁸⁴

Também importa, por outro lado, assinalar as dificuldades na mobilização de mão-de-obra causadas pelas práticas tradicionais e pela “oposição” que elas suscitem. As tarefas são ainda mais difíceis quando, em lugar de em cidades ou aldeias, os africanos se agrupam em pequenas povoações, sujeitas a mudança de localização por motivos vários – morte do chefe, preparação de novo terreno para culturas, ameaça de animais ferozes.⁹⁸⁵

Mas o tempo parecia, em fins do século XIX, correr a favor dos europeus. As conquistas conseguidas eram acompanhadas por uma racionalidade de domínio em que, mesmo os mais resistentes, estavam, sem o saber, já aprisionados. É a lógica de que se malbarata o recurso humano sempre que alguns africanos resistem, de que é exemplo de desperdício o Mataka, que teimava em viver à margem da soberania portuguesa, apesar de derrotado em 1899. Os chefes que ainda não tinham sido submetidos dominam áreas que são encaradas como reservatórios de mão-de-obra. Não se consideram perdidas, nem se sobreavaliam os prejuízos que causam, uma vez que também esses africanos rebeldes aguardariam, sem o saber, o momento da inevitável integração a que, fatalmente, acabarão por se sujeitar, cumprindo, finalmente, os desígnios para que se haviam preservado – sem o saber – nesses grandes «armazéns» de mercadoria humana. O seu destino não lhes pertencia e o seu futuro estava rigorosamente traçado. A lógica económica aconselha ainda o recurso, como método utilizado, a uma espécie de «protectorados».⁹⁸⁶

A ingerência dos colonos junto dos africanos e consequentes alterações na estrutura indígena poderiam ainda aproveitar-se do método adequado à tradição de cada local.⁹⁸⁷ A rede tecida pela lógica colonial parece, finalmente, vislumbrar uma acção de «controlo» eficaz, mesmo utilizando ou deturpando as formas de organização tradicionais.

⁹⁸⁴ Machado, 1889, p.23.

⁹⁸⁵ Vilhena, 1910, p. 82.

⁹⁸⁶ “Protectorados, no sentido que dá a esta palavra o direito internacional, não existem, mas pode dizer-se que a norma usual da administração adoptada para com os povos indígenas obedece á ideia essencial d'aquella formula, visto que nos abtemos, tanto quanto possível, de uma ingerencia muito intima na vida d'esses povos, e nos limitamos a governar, quasi sempre, por intermédio dos seus chefes, reprimindo, é claro, quaesquer manifestações que se revelem accentuadamente contrarias aos intuitos humanitários da nossa civilização.” *Id. Ibid.*, p. 86.

⁹⁸⁷ *Id. Ibid.*, p. 87.

O domínio só se materializaria alterando as estruturas organizativas pré-existentes a favor do dominador. Importava essencialmente anular as resistências através do «trabalho», já que elas vão aumentando, bem como as exigências para o seu desempenho, de forma proporcionalmente directa à sua maior necessidade:

Desviados pela liberdade que os livra do trabalho forçado e pelas obras publicas que triplicaram e quadruplicaram os ordenados que os particulares até então pagavam, os pretos furtam-se hoje ao serviço de carregadores, multiplicam de dia para dia as suas exigências, recusam-se a seguir em determinadas direcções, incitam os sobas a crear dificuldades, retardam as marchas, desertam, revoltam-se, etc.⁹⁸⁸

Em suma, as tarefas da colonização não podem ser levadas a efeito sem a mobilização maciça dos africanos, os quais procuram sobretudo salvaguardar legitimamente os seus interesses. Em 1900, Moreira Feio, define o “ideal do preto” como “ter que comer sem trabalhar; a ociosidade é o seu *desideratum*.” Esclarece que não se podem resolver os problemas colocando os indígenas na prisão “(...) onde dispõem de casa, cama e comida, embora tenham sido condenados, como auctores dos maiores attentados.”⁹⁸⁹ Acaba sugerindo que se siga o exemplo das colónias sul-africanas e especialmente do Cabo, que consiste na “regeneração pelo trabalho”.

Em 1907 escreve Eduardo Lupi sobre a importância económica de conhecer as potencialidades da mão-de-obra indígena num momento em que a escravatura desaparecera e diminuira o tráfico de armas.⁹⁹⁰

Ayres d’Ornellas refere a necessidade de “domesticar” o indígena em vez de o “civilizar”, uma diferença que define o estatuto do africano ao “(...) desenvolver-lhe praticamente as suas aptidões de trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da Província.”⁹⁹¹ O conceito de «civilizar» pressupõe uma estrutura social que se redime na *civitas* iluminista, enquanto o de «domesticar» se dirige primordialmente aos animais irracionais e consagra, de forma clara, a ideia de inferioridade. Junta a sua opinião a favor dos prazos da Zambézia e contra os que apelida “negrófilos”, que achariam que esse tipo de organizações

(...) não dá sufficientes garantias de liberdade aos colonos indigenas, impondo-lhes muito trabalho, monopolizando o commercio no praso, exigindo-lhes uma obediência por demais absoluta. Ora o que é facto é que o arrendamento dos prazos provou ser a única maneira efficaz de levar portugueses a dedicarem-se á agricultura na Africa

⁹⁸⁸ Castel-Branco, 1891, p. 57.

⁹⁸⁹ Feio, 1900, p. 9. Esclarece o mesmo autor: “A regeneração do criminoso, que moralmente o colloque em condições de não mais delinquir, o exemplo e o terror da pena, que inculcam no espírito dos outros o receio da practica de eguaes delictos, elementos primordiales do direito penal, lá ficam obliterados no ócio umbroso de uma prisão, que, embora infecta por deshumana, sempre será melhor do que o esterquilínio da mais commoda cubata.” *Id.*, *ibid.*

⁹⁹⁰ Lupi, 1907, pp. 128.

⁹⁹¹ Ornellas, 1902, p. 18.

oriental, e tanto bastava para que Mouzinho se pronunciasse abertamente em seu favor.⁹⁹²

Para fortalecer ainda mais a sua posição, que talvez sintetize exemplarmente a atitude portuguesa de final do século, aponta o que chama estado de “servilismo”, que classifica como intermédio entre “escravatura” e “liberdade”.⁹⁹³

O «negro» é objecto de exploração visando o enriquecimento do colonizador. O inventário e catalogação dos homens nas várias áreas da vida, com base no «espírito sistemático» do século, estende-se à sua posição perante o «trabalho», entendido este de acordo com o referencial das nações industrializadas. O estudo de alguns colonialistas pretende verificar as aptidões dos diversos grupos indígenas para o «trabalho» e quais as grandes reservas de mão-de-obra passíveis de ser exploradas por empresas agrícolas e comerciais, tentando indagar o tipo de tarefas que os indígenas poderiam desempenhar. Desta forma, a sistematização e conhecimento dos «grupos étnicos» pelos quais se distribuem os africanos visa tornar mais eficaz o seu aproveitamento nas actividades económicas dos colonizadores.⁹⁹⁴

A diferença entre as gerações nativas comportava alterações comportamentais perante a acção dos europeus, o que é frequentemente, para estes, motivo de satisfação. A ideia repousa na esperança de que talvez a diferença de idade e o natural fluir das novas gerações representasse novas categorias e atitudes dos jovens, potencialmente mais manobráveis, conformados, habituados a viverem num mundo menos belicoso, mais submisso, nomeadamente quando as mutações se observam na sua reacção ao trabalho “(...) podendo dizer-se que, se a geração velha se mostra ainda impregnada da clássica inclinação para a ociosidade, a nova, educada em outros methodos, não resiste ao offerecimento de um trabalho bem pago (...)”.⁹⁹⁵

A argumentação em relação ao trabalho virá, no entanto, e particularmente nas últimas décadas do séc. XIX, a culminar num aparente paradoxo – por um lado anima-se o negro para

⁹⁹² *Id. Ibid.*, p. 18.

⁹⁹³ *Id. Ibid.*

⁹⁹⁴ Vilhena, 1910, pp. 15 e ss. O autor procura caracterizar segundo critérios determinados o que denomina de «áreas de produção» norteado pela preocupação de fornecer elementos que permitam proceder ao aproveitamento da mão-de-obra indígena. Esclarecendo que não pretende entrar em grandes discussões sobre etnografia que considera complicadas e objecto de acesa discussão, passa a nomear os povos das diversas regiões com o intuito de apurar as possibilidades do seu aproveitamento económico. Essas áreas vão desfilando: território da Companhia do Nyassa e os seus habitantes marcada por um despovoamento a que o autor atribui como justificação as razzias dos “árabes” de Zanzibar; a de Moçambique-Angoche, com influência islâmica, mas onde os focos de rebelião teriam vindo a diminuir; a baixa Zambézia, a alta Zambézia; Beira-Manica; Inhambane; Gaza e Lourenço Marques. Todo o raciocínio se orienta para a verificação de quais as “raças” mais “utilizáveis”. *Id. Ibid.*, p. 22. Chega mesmo a apresentar dados globais de população para cada “centro de produção”. *Id. Ibid.*, p. 25.

⁹⁹⁵ O mesmo autor acrescenta que “(...) é sensível a melhoria que se vae produzindo no indígena, como productor de trabalho, de geração para geração, á medida que os velhos vão levando para a sepultura a tradição da vida larga de guerras e de rapinas que constituía para elles a suprema nobreza e felicidade.” *Id. Ibid.*, p. 19.

⁹⁹⁵ *Id. Ibid.*, pp. 81-82.

o trabalho, por outro, teme-se a sua concorrência.⁹⁹⁶ Com a conquista colonial, o panorama de exploração dos africanos completa-se.⁹⁹⁷

As grandes ideias do século dificilmente aceitam diferentes formas de vida. Cada vez mais se interliga o desenvolvimento da colónia com a ideia do «trabalho forçado». É corrente a concepção de que do negro apenas se consegue esse tipo de serviço. Para os europeus a imagem que os africanos têm do conceito de “liberdade” é sinónimo de «nada fazer». As únicas soluções passam por nunca lhes dar esmola, mas obrigá-los a trabalhar e tentar substituí-los, o mais rapidamente possível, pela máquina,⁹⁹⁸ objectivo de difícil execução pelas fracas possibilidades que o candidato a colonizador, pobre em capitais e, consequentemente, limitado quanto aos meios de acção, poderia aspirar.

O Governador do distrito de Tete, em relatório do ano económico de 1886-87, refere que quase todos os habitantes se dedicam ao trabalho da terra, com excepção dos “grandes do paiz”, dos negociantes e dos que se dedicam à caça de elefantes. O sistema de agricultura é antigo e razão da fraca prosperidade.⁹⁹⁹

No relatório do distrito de Cabo de Delgado relativo a 1887-1888, depois de explicar que naquela região os negros apenas usam processos e instrumentos primitivos, sublinha-se a sua pretensa indolência e reforça-se a ideia de que naquele local, ainda mais que em outros pontos, reina a imensa falta de aptidão para o trabalho, o que explica a escassez agrícola. Junta que não é possível apurar o número de indivíduos que se dedicam à agricultura já que não são assalariados, cultivando, cada habitante, a parcela de terreno de que necessita para sobreviver.¹⁰⁰⁰

A economia colonial, tentando a tímida inserção nas relações económicas e sociais do tempo, necessita de assalariados que trabalhem mediante contribuições vantajosas para o empregador. O usufruto da terra pelos africanos, numa diversidade de locais, não se processa de modo a que estes vejam nos serviços prestados aos europeus uma actividade vantajosa que justifique a alteração do seu modo de vida.¹⁰⁰¹

⁹⁹⁶ “O comportamento da população branca era marcado pela contradição: ao mesmo tempo em que demandava crescentemente por uma força de trabalho barata, temia conviver com esta população de valores culturais diferentes, com este *outro*, a quem considerava inferior.” Zamparoni, 2000, pp. 191.

⁹⁹⁷ “Após a conquista colonial, os reinos foram divididos em regulados, e o povo Moçambicano foi submetido a três padrões de exploração, cuja intensidade variava de região para região consoante a aplicação dominante de cada um deles: trabalho compelido para as plantações de monocultura do Centro do País (cana-de-açúcar e coqueiros) e do vale do Incomati (cana-de-açúcar); trabalho migratório para os centros e de desenvolvimento capitalista nos países vizinhos, e produção familiar para o mercado.

O imposto de palhota (ou o mussoco) e o trabalho forçado foram os principais mecanismos de implementação desta política de exploração colonial.” Medeiros, 1985, p. 15.

⁹⁹⁸ Castel-Branco, 1891, p. 39.

⁹⁹⁹ *B.O.*, 24/03/1888, nº 45, p. 211.

¹⁰⁰⁰ *B.O.*, 29/09/1889, nº 39, p. 598.

¹⁰⁰¹ Isabel C. Henriques salienta a importância da transformação da terra africana, a sua transformação e «desmantelamento» substituindo-a por «território colonial». A autora explica: “Pode dizer-se que encontramos aqui a linha fundamental que separa os africanos dos europeus: para os africanos a terra não é valor de troca, pois ela não pertence ao grupo senão graças à mediação dos espíritos; para os europeus a terra

Em 1880, Joaquim José Machado fundamenta a ideia segundo a qual a construção de estradas, para além da sua utilidade evidente, contribuiria para a civilização dos indígenas, porque deveriam essas obras “(...) empregar um grande numero de braços, nós veríamos que o preto, gastando como entendesse a sua fêria, crearia assim certas necessidades, e para satisfação d’ellas seria obrigado, mais tarde, quando as obras publicas o despedissem, a procurar trabalho na industria particular.”¹⁰⁰² A crença no poder das necessidades criadas nos africanos é comum aos diversos autores.

Os teóricos do trabalho indígena entram, frequentemente, em contradição. Aponta-se que o “indígena é indolente e mandrião”, apenas cultivando o que necessita para si. Contudo, de forma no mínimo incoerente, refere-se, em relatório de 1888, que “(...) não faltam trabalhadores sempre que lhes paguem pontual e religiosamente os salários.”¹⁰⁰³

O liberalismo confronta-se com outro sistema económico e uma hierarquia de valores que lhe é estranha. Mas verdadeiramente esclarecedoras são as ideias sobre o trabalho dos africanos expressas no mesmo relatório, lamentando

(...) que se queira applicar em Africa, ao indígena boçal, rude, sem as menores noções de civilização, quasi no estado primitivo, a mesma legislação que vigora em Portugal. O indígena preso, por exemplo, por embriaguez, é mettido na cadeia e ahi permanece alguns dias, tendo de novamente ser posto em liberdade, sem outro correctivo; enquanto esteve preso quasi conseguiu o seu *desideratum*, pois que teve de comer sem trabalhar, e passou deitado á sombra alguns dias; isto d’em resultado embriagar-se sempre que póde.

Seria de todo o ponto necessário como meio civilizador e moralizador, posto que pareça anti-liberal, que fosse decretado para a Africa o trabalho obrigatório, para as obras publicas ou da Camara, durante certo numero de dias, para os indígenas presos por embriaguez e outras faltas que não tendo com que pagar as multas que hoje a Camara impõe, só têm o corpo como fiador ao seu comportamento.¹⁰⁰⁴

O sistema repressivo acentua-se ao sugerir que as penas aplicadas – predominantemente a «crimes» que resultam do consumo do álcool, de que grande parte do absorvido na Província chega do exterior – não são uma violência sob a forma de prisão, de privação da liberdade, mas, ao invés, uma “injusta recompensa” para quem nada quereria fazer.

Em 1895 no decreto provincial nº 66, determinando que o território de Maputo corresponde a uma circunscrição administrativa, o trabalho é apontado como forma de

só adquire o seu vero sentido comercial a partir do momento em que pode ser apropriada por uma pessoa que, por esta via, a pode propor no mercado. O valor de uso social e simbólico opõe-se neste caso de maneira violenta ao valor de troca.” Henriques, 2004b, p. 11.

¹⁰⁰² Machado, 1881, p. 35.

¹⁰⁰³ B.O., 20/10/1888, nº 42, p. 630.

¹⁰⁰⁴ Id. *Ibid.*, p. 630.

pagamento do imposto de palhota. Trata-se de garantir o precioso contributo dos africanos mediante as condições e valores estipulados pelos europeus.¹⁰⁰⁵

A população africana encontra-se em diferentes patamares a nível económico. A maior parte vive de subsistência e recollecção ou da troca directa. No distrito de Sofala em 1888 o Governador lembra que o negro, “sempre indolente”, apenas cultiva o necessário para a sua alimentação, pelo que a produção do distrito mal chega para o consumo.¹⁰⁰⁶ Já no Bazaruto, apesar da escassez da produção agrícola, os negros trocam carneiros e cabritos, abundantes nas ilhas, por fazenda ou mantimento.¹⁰⁰⁷

Entre os africanos, a família e a organização social estabelecida constituem domínios bem específicos. A própria noção de «família alargada» corresponde a um sistema que conferia às formas do processo produtivo e das relações de produção uma resposta que a família de tipo europeu não podia fornecer.¹⁰⁰⁸

Ao imprimir uma política para os indígenas, os europeus tentam impor novos ritmos, outras formas de vida, por vezes comportando antagonismos frontais aos usos e costumes dos outros ou, pragmaticamente, a conformação com estes.¹⁰⁰⁹

4.1. Educar pelo trabalho

A pretensão de educar ou ser educado tem muito a ver com a «alteridade» que, admitindo a diferença do outro, a sua individualidade, contribui para o enriquecimento, que é uma forma de valorização, da nossa própria identidade ou, em sentido contrário, oblitera a individualidade do aluno, o seu meio, a sua realidade. Neste caso, o desejo do educador é, a maior parte das vezes, a tentativa de subtrair, por qualquer forma, o educando ao mundo de que é originário.

Importa desenraizar a criança para, desse modo, tornar mais eficaz a sua «educação», entendida, neste caso, como adestramento puro, isolamento do seu meio, rejeição da sua realidade. Dito de outro modo, importa desvalorizar o «ensino informal» (pais, adultos), valorizando o «formal» (pessoas especialmente vocacionadas para o efeito, exemplos da

¹⁰⁰⁵ No artº 7º “Será expressamente prohibido, tanto ao regulo como ao administrador, incendiar ou destruir por qualquer forma as palhotas dos indigenas que não pagarem o imposto.” E artº 15º “Os indigenas das terras do Maputo não serão obrigados a trabalhar gratuitamente para o Estado, senão em pagamento do imposto de palhota, conforme as disposições do nº 7º do artigo 12º do presente diploma. O regulo deverá, porém, fornecer a requisição do administrador, os trabalhadores de que elle precisar para obras de utilidade publica que hajam de executar-se dentro dos limites da circumscripção, recebendo esses trabalhadores um salário que regularará entre 200 e 300 réis diários.” *B.O.*, 10/08/1895, nº 32, p. 318.

¹⁰⁰⁶ *B.O.*, 22/09/1888, nº 39, p. 584.

¹⁰⁰⁷ *Id. Ibid.*

¹⁰⁰⁸ Medeiros, 1985, p. 4.

¹⁰⁰⁹ “Na escala ascendente das relações dos indigenas dos paizes extraeuropeus com os colonisadores europeus surge-nos agora o processo que consiste em aproveitá-lo como instrumento de trabalho, de produção, em submete-lo ao dominio politico, deixando-lhe mais ou menos integralmente os seus costumes, leis, religião e lingua, processo muito louvado por auctores modernos (...)” Coelho, 1893, p. 9.

«autoridade»), limitando a ligação entre a escola e o meio, entre a instituição educativa e a própria sociedade tradicional, instruindo para confinar cada indivíduo aos interesses «coloniais» e ao papel que lhe é reservado na sociedade que se lhe pretende impor.¹⁰¹⁰

Importava fazer actuar – tanto quanto possível – os mecanismos dos processos de «desqualificação do outro», não estabelecendo pontes com o «diferente», antes cavando o fosso daquele que de nós está, frequentemente, apenas separado (ainda que de forma eficaz) pela muralha de outra cultura, criando novas assimetrias no acesso ao conhecimento e à vida cultural, acentuando a estigmatização. O desprezo pelas formas primárias de integração dos indivíduos, particularmente em sociedades que sempre delas em muito dependeram para a vida, é, antes de mais, perigoso para os próprios indivíduos. Destroem-se-lhes quaisquer veleidades de uma verdadeira autonomia. Tenta-se atacar a sua identidade.¹⁰¹¹

Paradoxalmente, a escola é também um espaço de valorização do ser humano, espaço que os africanos assimilaram e aproveitaram. Para eles, em especial para os muitos que nasceram em actuais países que agrupam várias línguas e tradições diferentes – transnacionais, transterritoriais e multilinguísticas –, a sua identidade percorre os caminhos das raízes "bantus", mas precisa de considerar sempre, simultaneamente, as influências coloniais.

Por exemplo, a sobrevivência de uma língua, venha ela a ser, muitas vezes, segunda, ou ainda materna em alguns dos jovens dos meios urbanos, apenas é possível enquanto opção consciente daqueles que a usam. Depende, em primeiro e último lugar, do interesse efectivo e real dos povos que a fizeram sua e dela não abdicam.

Para os colonialistas, o apuramento de formas de rentabilização da força de trabalho africana é uma prioridade. Os negros são considerados menores (em estado de menoridade). Daí que o Estado os tutele e existam curadores. A economia portuguesa de oitocentos necessitava de imprimir novas formas de organização à população africana.

No domínio do comércio e introdução das mercadorias europeias, os africanos demonstram capacidade de adaptação e colocam ao seu serviço os circuitos que envolvem os produtos europeus. Como assinala Isabel Castro Henriques:

¹⁰¹⁰ Agir, em suma, na direcção oposta à que defendem teóricos dos nossos dias: “destino de cada ser humano não é a cultura, nem sequer a sociedade, em sentido restrito, enquanto instituição, mas os seus semelhantes. (...) É que o primeiro objectivo da educação consiste em tornar-nos conscientes da *realidade* dos nossos semelhantes. Isto é, temos que aprender a ler as suas mentes, o que não equivale, simplesmente, à destreza estratégica de prever as suas reacções e adiantarmo-nos a elas para as condicionar em nosso benefício, mas implica antes de tudo atribuir-lhes estados mentais como os nossos e disso depende a própria qualidade dos nossos.” Savater, 1997, p. 31.

¹⁰¹¹ “O primeiro direito de que a criança deveria beneficiar é o de ser protegida contra a violência, a arbitrariedade e, por vezes, a crueldade dos mais velhos. (...) Se queremos «amadurecê-la para a liberdade», como dizia Kant a propósito do povo, convém esclarecê-la e instruí-la, e não abandoná-la a uma esplêndida indolência. Logo, é perigoso destruir os abrigos (escola, família, instituições) através dos quais ela domina lentamente o caos da sua vida e indispensável adestrá-la para a responsabilidade oferecendo-lhe tarefas à sua medida, propiciando-lhe o domínio gradual de esferas cada vez mais largas.” Bruckner, s. d., pp. 82-83.

As mercadorias europeias introduzem modificações desde que possam ser assimiladas pelos Africanos, isto é, apresentem características tais que lhes permitam a sua integração nas estruturas africanas.¹⁰¹²

Carregadores e machileiros, elementos fundamentais ao serviço dos colonialistas, ilustram bem a violência da exploração que recaiu sobre os africanos.¹⁰¹³ A importância dos africanos faz-se sentir a todo o momento. São usados como marinheiros no Zambeze, de navegação “arriscadíssima”, sondando o fundo com paus, suportando o calor imenso, com uma alimentação que tudo aproveita e a tudo se adapta, ou ainda, em caso contrário, fugindo durante a noite e adiando penosamente a continuação da viagem.¹⁰¹⁴ A reacção dos europeus ante a resistência passiva ou activa dos africanos era, por vezes, de desespero. Após várias horas de marcha por maus caminhos podiam encontrar-se povoações cujos habitantes haviam fugido levando consigo o que podiam e deixando os desmoralizados expedicionários sem água nem víveres.¹⁰¹⁵

Aos africanos são reservadas as tarefas que envolvem maior perigo. Em certa ocasião, os europeus, abrindo um grande barril de aguardente e distribuindo-a generosamente, afastam quaisquer receios que os negros pudessem experimentar, entrando no rio, formando em círculo ante o olhar ameaçador dos jacarés, permitindo que fosse resgatado por mergulhadores determinado material que havia ficado submerso.¹⁰¹⁶ O reconhecimento das aptidões físicas dos africanos e do seu gosto pelas trocas é frequentemente registado, bem como a rapidez com que os negros percorrem enormes distâncias para negócio.¹⁰¹⁷

4.2. Da escravatura ao trabalho forçado. Os «trabalhadores livres» e a «liberdade de trabalho»

O trabalho africano, qualquer que fosse o tipo de actividade considerada, era suficiente para permitir a organização e até a reprodução das sociedades. Esta evidência deve pôr em

¹⁰¹² Henriques, 1989, pp. 407-429. Estudando o caso angolano, a autora sublinha a utilização de armas tradicionais conjuntamente com as armas europeias introduzidas (normalmente de qualidade inferior). Utilizadas na caça, em sistema misto com as armas tradicionais, como instrumento de prestígio, no “aumento de «produção» do marfim”, na guerra como elemento dissuasor destacando a inferior qualidade das armas introduzidas «para o preto». *Id., ibid.*, pp. 417 e ss. Tudo num processo em que, na diferença das várias sociedades africanas, as armas europeias e sua introdução constituíram um processo controlado e regulado pelos próprios Africanos. *Id., ibid.*, p. 422.

¹⁰¹³ Veja-se Chilundo, 1998, pp. 95-125. O autor situa as primeiras tentativas para reduzir os carregadores através da utilização de animais em 1906. Intenção a que a mosca tsé-tsé haveria de levantar diversos obstáculos. *Id., ibid.*, pp. 101-102. Analisa os limites de carga que os carregadores toleravam, a sua recusa em trabalhar em determinadas condições que lhes valeu a classificação de «preguiçosos». Traça a evolução destes serviços essencialmente nas primeiras décadas do séc. XX. Defende que “(...) a machila foi, desde o princípio, introduzida como símbolo de poder. Inicialmente somente reservado para os colonos portugueses, o direito de seu uso viria, mais tarde, a ser estendido para incluir a elite africana (régulos e intérpretes) que colaborou no processo de colonização.” *Id., ibid.*, p. 125.

¹⁰¹⁴ *Id., ibid.*, pp. 30-31.

¹⁰¹⁵ *Id., ibid.*, p. 35.

¹⁰¹⁶ *Id., ibid.*, p. 138.

¹⁰¹⁷ Machado, 1889a, p. 8.

causa a falsa indolência, argumento desvalorizador utilizado pelos colonos, que anseiam poder dispor do trabalho africano, sem dar em troca qualquer remuneração.

A escravatura foi assumindo formas diversificadas desde tempos muito antigos. Remota era a situação que ficou conhecida por «corpo vendido», em que o senhor era refúgio para aquele que se acolhia à sua protecção, numa relação que era do interesse de ambos.¹⁰¹⁸ Se a escravatura existia entre os africanos, diversas eram as suas causas – guerra, bruxaria, roubo, adultério envolvendo um homem livre e a escrava de alguém, pena de morte comutada em escravidão, penalização por uma ofensa suficientemente grave para condenar o ofensor à escravatura.¹⁰¹⁹ Importa diferenciar as diversas formas de cativo existentes.¹⁰²⁰ A antiguidade do cativo, sob diversas modalidades, leva a assinalar a sua existência entre uma enorme quantidade de povos, nomeadamente os africanos.¹⁰²¹ De entre as várias concepções de escravatura, é interessante o registo de que a

(...) escravidão e a servidão, propriamente ditas, não existem, mas é evidente que os chefes de família ou os regulos mais influentes ou poderosos têm sempre um certo numero de individuos, especie de clientella d'elles dependente, e de cujo trabalho naturalmente se aproveitam, sem reclamação d'aquelles, antes com uma grande satisfação, porque é pago pela alimentação e por outros pequenos serviços e demonstrações de protecção e auxilio. É esta uma regra usual entre todos os povos africanos, e de que nos proprios europeus existem ainda frisantes vestigios.¹⁰²²

A chegada dos europeus marcou, contudo, uma viragem no tipo de escravatura praticado em África em que

(...) a situação dos africanos que se escravizassem, até aí e por regra assimilados e integrados nas tribos dominadoras como uma instituição de marginalidade, passou a ser bem diferente. Por todo o lado e sob todas as formas se procurou cativar indivíduos com o único fim de os vender aos europeus.¹⁰²³

Marx observava em meados do século XIX:

¹⁰¹⁸ *Id., Ibid.*, pp. 14-15. Também do mesmo autor e sobre as formas de cativo existentes em Moçambique veja-se «Dos Cativos Tradicionais para o Escravismo Colonial em Moçambique», in *Escravidão e Transformações Culturais. África – Brasil – Caraíbas*. 2002, pp. 233-245.

¹⁰¹⁹ Keith, 1971, p. 6. O autor junta o conceito de prosperidade africana em que a posse de terra representa menor valor que o que lhe atribuem os europeus pelo que a prosperidade estaria mais associada à posse de homens e mulheres. *Id. Ibid.*, p. 8.

¹⁰²⁰ «(...) Exactamente porque se confundem, deliberadamente, os cativos prevalentes até aos nossos dias dentro das sociedades bantas e o escravismo moderno, aqui designado de colonial. Sendo ambos cativos, nada têm a ver um com o outro, nem a sua génese nem nas circunstâncias em que se exerceram. (...)». Capela, 1993, p. 15.

¹⁰²¹ Assinalando que nenhuma língua africana conhece o vocábulo *escravo* ou *escravatura*, Isabel Castro Henriques esclarece que: “As formas de “escravatura” eram bastante ténues e implicavam, a prazo mais ou menos longo, a integração nas estruturas familiares. O parentesco permitia tornar flexível o sistema e repelir as formas mais violentas de dominação e de exclusão.” Henriques, 2003, pp. 67-68.

¹⁰²² Vilhena, 1910, p. 119. Curiosamente, na altura em que o autor escreve e em que a fundamentação da «obrigação moral e legal do trabalho» está na base do «trabalho compelido» ele analisa de forma compreensiva o Islão e a sua propensão para a escravatura legitimando-a com as normas da sua religião que a não condenam porque são factores que acabariam, paradoxalmente, por legitimar a acção dos portugueses porquanto seriam eles e os islâmicos a adoptar um regime de tutela, necessário para os negros, entendidos como “raças inferiores”. *Id., Ibid.*, p. 183.

Sá da Bandeira refere a necessidade de acabar com o sistema “(...) dos inumeráveis chefes africanos, independentes uns dos outros, para quem a venda dos escravos é a principal fonte de que tiram os meios para obter os géneros, que os Europeus levam a África e de que por hábito, já não podem prescindir, (como são armas, munições, aguardente, tecidos, etc., etc.) sejam embarçados de os exportar pelos infinitos portos de uma costa de duas a três mil léguas de extensão.”, Bandeira, 1977, p. 22.

¹⁰²³ Havendo a considerar a existência, anteriormente aos europeus, de comércio a longa distância em que pontificavam intermediários árabes. Pimentel, 1995, p. 139. A autora salienta o muito que se sabe sobre o pensamento dos europeus referido aos escravos e o muito pouco que se sabe em sentido inverso. *Id., Ibid.*, p. 143.

Um negro é um negro. Só se converte em escravo, se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições, não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é o preço do açúcar... O capitalismo é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.¹⁰²⁴

O comércio de escravos marcou os séculos XVIII e XIX.¹⁰²⁵ Durante o século XVIII, o tráfico de escravos a partir de Moçambique foi-se mantendo mais ou menos sistematizado: com as Mascarenhas, especialmente a partir da década de 30, com os negreiros do Brasil, dobrada a metade do século, mantendo-se o comércio regular com os franceses ao longo do tempo,¹⁰²⁶ assumindo diversas formas.

Em meados do século XIX também os interesses árabes, através de mujojos e mouros de Zanzibar, animavam a obtenção de escravos no norte de Moçambique, actividade generalizada no último quartel do século com a colaboração dos Yao.¹⁰²⁷ O negócio prosseguia apesar das tentativas para o combater,¹⁰²⁸ no final do século, com outros protagonistas.¹⁰²⁹

Não é de estranhar que em 1882 o Governador de Cabo Delgado culpe o “elemento muçulmano” pela continuação do tráfico, declarando que, no ano anterior, fora apresado o pangaio *Messagire* na foz do rio Mugarumo e, posteriormente, considerado “boa presa”, o que ilustra que o tráfico “inhumano”, apesar de decadente, ainda se não considerava ali expurgado.¹⁰³⁰

Em 1888, José Casaleiro Rodrigues, residente chefe de Gaza, explica que nada há a temer entre os «vátuas» que preferem matar as pessoas a vendê-las, mas, já no Bilene, os mouros e baneanes, ao que constava, empregavam-se nessa actividade, explicando “(...) o modo de proceder dos habitantes do Bilene, por terem adquirido o vício da bebida alcoólica, e

¹⁰²⁴ Karl Marx, nota de “Lohnarbeit und Kapital”, Neue Rheinische Zeitung, nº 266 de 7 de Abril de 1849 a *O Capital, Crítica da Economia Política, Livro I, O Processo de Produção Capitalista*, vol. II, s.d., p. 885.

¹⁰²⁵ “(...) Inserção determinada por dois factores principais: o primeiro, o projecto colonial do Marquês de Pombal que expressamente atribuiu a Moçambique o encargo desde há muito suscitado e jamais executado de fornecedor de mão-de-obra ao Brasil; o segundo, as condições favoráveis que as frotas negreiras francesas de Bordéus, de Nantes e das Mascarenhas foram encontrar na costa oriental de Africa, na segunda metade do século XVIII.” Capela, 2000a p. 117.

¹⁰²⁶ Capela, 1993, p. 193. *Id.*, *Ibid.*, pp. 75 e ss. José Capela refere a existência, segundo os documentos de *brasileiros* “e não portugueses do Brasil” estabelecidos em Moçambique durante o século XVIII.

¹⁰²⁷ Capela, 2002b p. 63 e ss. “Estes comerciantes, que as autoridades portuguesas designavam genericamente por árabes ou mouros, eram suahilis da costa e árabes ou arabizados de Zanzibar, das Comores, de Madagáscar, assim como dos muitos outros arquipélagos a leste e a norte do que é hoje Moçambique. Frequentemente são designados por «mujojos».” Capela, 2002b p. 103. Sobre as mesmas problemáticas ver: Capela e Medeiros, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico – 1720-1902*, 1987.

¹⁰²⁸ Capela, 1993, p. 119. “No final da década, os mujojos estavam particularmente activos em Angoche, para onde se dirigiam caravanas provenientes das imediações do Lago Niassa. (...)”. Capela, 2002b p. 117.

¹⁰²⁹ “(...) Os autores principais deste comércio eram os *mujojos*, comerciantes suahili provenientes de Madagascar e das Comores que procediam a um intenso tráfico ao longo do canal de Moçambique. Nas últimas década; do século XIX são eles os grandes transportadores de escravos para Madagascar e para Zanzibar. Em 1902 foi feito o último aprisionamento vultoso (de negreiros, árabes e suahili todos eles, no norte de Moçambique).

Moçambique foi, assim, durante todo o século XIX, um campo privilegiado de recrutamento de mão-de-obra. No início, de mão-de-obra escrava e a caminho de finais do século, de mão-de-obra compelida, para as colónias francesas do Índico, primeiro, e para as colónias britânicas vizinhas depois. Internamente e maciçamente, para as companhias de plantação.” Capela, 2000, p. 120.

¹⁰³⁰ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 84.

que não tendo outro meio para a obterem, vendem as negrinhas que vão roubar aos chopos.”¹⁰³¹

Existem registos de casos pontuais, como o de a Polícia civil de Parapato, em Junho de 1889, prender um indivíduo por “exercer o tráfico de escravatura”.¹⁰³²

Em 1898 Eduardo da Costa refere que a escravatura continua a fazer-se clandestinamente por muitos dos portos não ocupados e lembra a necessidade de destruir o prestígio dos mouros e monhés.¹⁰³³ Também Eduardo Lupi, em 1907, critica o comportamento dos islâmicos em Moçambique com base no tráfico de escravos e seu impacto na população.¹⁰³⁴

Sá da Bandeira e os liberais pretendiam a substituição do trabalho escravo pelo progressivamente instalado “trabalho livre” após a abolição formal da escravatura, pelo que o decreto de 10 de Dezembro de 1836, abolindo formalmente a escravatura, é um marco simbólico no processo abolicionista do Império português.¹⁰³⁵

Seguiu-se-lhe o tratado de 1842 com a Inglaterra para repressão do tráfico. A 14 de Dezembro de 1854 é publicado um Regulamento.¹⁰³⁶ O documento obriga ao registo de todos os cativos, libertando os que pertenciam ao Estado, não permitindo a aquisição de mais escravos, criando-se o “liberto”, que ficava obrigado à prestação de serviço por dez anos como forma de saldar o resgate.¹⁰³⁷ A 24 de Julho de 1856 são declarados livres os filhos de mulher escrava, mediante a obrigação de servir 20 anos os senhores de suas mães. A 18 de Agosto de 1856 são considerados livres os escravos embarcados em navios portugueses ou estrangeiros que entrem em algum porto do Reino, Açores, Madeira, Índia e Macau. A 29 de Abril de 1858, um decreto fixa para daí a vinte anos a extinção completa do estado de escravidão. O decreto de 26 de Fevereiro de 1869 abolia completamente o estado servil a partir de 29 de Abril de 1878.¹⁰³⁸

¹⁰³¹ *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 88.

¹⁰³² *B.O.*, 3/08/1889, nº 31, p. 483.

¹⁰³³ Costa, 1902, p. 13-14.

¹⁰³⁴ “(...) o árabe dedicou-se exclusivamente ao tráfico dos escravos; e com tal intensidade que, a acreditar o que nos contam, em larga faixa contigua ao litoral, as terras ficaram praticamente despovoadas: pagou por essa forma a dívida de gratidão em que tinha ficado pelo acolhimento concedido, quando se refugiou no torrão estranho.” Lupi, 1907, p. 169.

¹⁰³⁵ Que na prática pouco ou nada funcionaria. Devendo salientar-se ainda que na década de 30 “(...) nenhum governo fixado em Moçambique estivesse preparado para reforçar a legislação anti-esclavagista.” Newitt, 1997, p. 248-249.

¹⁰³⁶ Adelino Torres salienta o carácter limitado do Regulamento de 1854 já que, segundo ele, a única medida prática em consonância com as suas disposições legais consistiria no início da “emigração” de mão-de obra para S. Tomé e Príncipe. Torres, 1989, p. 69. Sobre o mesmo assunto veja-se: Capela, 2000b pp. 433 e ss..

¹⁰³⁷ Sobre o decreto de 14 Dezembro de 1854 sublinhando as suas vantagens e assumindo a «menorização» do negro, que fez «escola», adianta Ernesto Vilhena que “(...) o diploma adoptava um princípio que merece a aprovação de todos os que apreciam a administração pratica sem prejuizo dos naturaes principios de humanidade, a sujeição do escravo recém-libertado ao trabalho consecutivo durante um certo numero de annos, o qual, além de evitar o abandono em massa das plantações e de outros empregos anteriores, o que causaria a ruina immediata dos proprietarios, impedia a passagem brusca do negro de um estado de pesada escravidão para o de absoluta liberdade, que certamente o desnorietaria por completo, permitindo-lhe a ociosidade e os vícios que a acompanham, e tornando-o absolutamente inutil.” Vilhena, 1910, p. 131.

¹⁰³⁸ Sobre a evolução circunstanciada da legislação veja-se Torres, 1989, p. 69 e Capela, 1989, pp. 371-383, pp. 382-383.

A 28 de Abril de 1875 antecipava-se num ano o prazo previsto para que se considerasse extinta a condição servil dos libertos e estes declarados livres (sujeitos a tutela pública até 29 de Abril de 1878). A 20 de Dezembro de 1875 surge um regulamento de trabalho indígena considerando os contratados como «serviçais» ou «colonos». A 21 de Novembro de 1878 novo regulamento de serviçais e colonos.¹⁰³⁹ É referido o «estado de civilização» dos indígenas para explicar que ainda não possam, pelo seu atraso, providenciar as necessidades próprias de cidadãos livres.¹⁰⁴⁰

No *Regulamento para os Contratos de Serviçais e Colonos de 1878* – extinguindo a tutela pública que sujeitava os indivíduos na lei de 29 de Abril de 1875 – explicava-se que apenas os vadios eram obrigados a contratar os seus serviços¹⁰⁴¹; mantinha-se que aos curadores gerais e governadores das províncias competiria a fiscalização dos contratos¹⁰⁴²; estipulavam-se as condições de trabalho quer quanto a horas diárias, quer quanto às idades dos trabalhadores, de sete a onze anos, de onze a quinze, e daí para cima.¹⁰⁴³ Estipulavam-se, ainda, a questão do repatriamento, a não obrigatoriedade de trabalho nos dias santificados e em não mais de nove horas e meia por dia¹⁰⁴⁴; a sublocação de trabalhos que só poderia ser feita com autorização do serviçal¹⁰⁴⁵; processo efectuado por meio de contratos registados nas administrações dos concelhos¹⁰⁴⁶; também as faltas ao trabalho sem motivo justificado eram penalizadas com perda de ração do dia e salário em dobro¹⁰⁴⁷; os menores de quinze anos não eram admitidos como contratados, salvo acompanhando pai, mãe ou parente até 2º grau¹⁰⁴⁸. Claro que, para além do texto da legislação, não podemos deixar de pensar na extensão real do seu cumprimento.

¹⁰³⁹ Em Moçambique será aprovado provisoriamente um *Regulamento Provincial para a Execução na Província de Moçambique, do Regulamento decretado em 21 de Novembro de 1878 para os Contratos de Serviçais e Colonos na África Portuguesa*. B.O., 6/12/1880, nº 49, p. 250-256. Existem diversos modelos anexos ao Regulamento, entre os quais os que prevêm o contrato de serviço de menores; os contratos de serviços de expostos e menores abandonados; e o contrato de aprendizagem em que um indivíduo toma a sua guarda o jovem comprometendo-se a ensinar-lhe um ofício empregando-o “(...) somente nos serviços próprios do officio, e que não excedam as suas forças (...)”. *Id.*, *Ibid.*, p. 253.

No Regulamento de 1878 expressa-se a “liberdade de trabalho” do indígena sob a tutela do curador dos serviçais e colonos que, teoricamente os devem defender. Definem-se colonos (africanos); serviçais; vadios. Em torno destes últimos e do delito de vadiagem estabelece-se como pena o trabalho obrigatório por dois anos. “Em resumo, a oratória jurídica não chega para que se ignore um facto: contratados e serviçais são, na melhor das hipóteses, assimiláveis aos «libertos», espécie bastarda de servos da gleba.” Torres, 1989, p. 73.

¹⁰⁴⁰ *Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da Africa portuguesa, aprovado por decreto de 21 de Novembro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

¹⁰⁴¹ Cap. I, Artigo 4º, *Id. Ibid.*, p. 5.

¹⁰⁴² Cap. II, Artigo 6º e segs., *Id. Ibid.*, pp. 6-8.

¹⁰⁴³ Cap. III, Artigo 32º, *Id. Ibid.*, pp. 10.

¹⁰⁴⁴ Cap. III, Artigo 42º, *Id. Ibid.*, p. 12.

¹⁰⁴⁵ Cap. III, Artigo 43º, *Id. Ibid.*, p. 12.

¹⁰⁴⁶ Cap. III, Artigo 6º e segs., *Id. Ibid.*, p. 13.

¹⁰⁴⁷ Cap. III, Artigo 52º, *Id. Ibid.*, p. 14.

¹⁰⁴⁸ Cap. IV, Artigo 64º, *Id. Ibid.*, p. 16.

A 25 de Maio de 1881 é estabelecido um regime especial para Moçambique.¹⁰⁴⁹ Perante a «insuficiência» do trabalho que o negro produz, é publicado em 1892 novo regime dos prazos da Coroa.¹⁰⁵⁰

A evolução ditada pelo correr dos anos favorecerá a elaboração de novas codificações adaptadas a outros tempos e requisitos. Também no regulamento de 1894 são observadas as questões dos curadores gerais e suas atribuições,¹⁰⁵¹ dos contratos,¹⁰⁵² das condições dos contratos e definições de «colonos» e «serviçaes»;¹⁰⁵³ as condições dos contratos;¹⁰⁵⁴ dos contratos em terras avassaladas e em país estrangeiro;¹⁰⁵⁵ dos contratos para prestação de serviço fora da respectiva província;¹⁰⁵⁶ das condições de transporte;¹⁰⁵⁷ dos contratos por conta da província;¹⁰⁵⁸ da vadiagem, penas que lhe são impostas e garantia dos contratos.¹⁰⁵⁹

Em 9 de Novembro de 1899, o regulamento geral materializa-se no *Código do Trabalho Indígena* de António Enes, imprimem-se novas orientações de endurecimento da

¹⁰⁴⁹ Vilhena, 1910, pp. 131 e ss. “No capitulo primeiro aparecem logo as condições geraes em que devem fazer-se os contractos, e entre as quaes convem citar: a) salario minimo de 120 réis diarios para homens, 90 réis para mulheres e menores de 11 a 15 annos, e 50 réis para os de 7 a 11; b) quando a retribuição se fizer em salario, sustento e vestuario, pagamento pelo patrão de, pelo menos, 30 réis diarios a homens, 20 réis a mulheres e 15 réis a menores de 11 a 15 annos, não recebendo salarios os de menos de 11 annos; c) descriminação do vestuario a dar a homens, mulheres e crianças; d) fixação do sustento para adultos em 0,8 de mantimento, 50 grammas de peixe e os condimentos necessario para o caril; para os menores meia ração; e) pagamento aos sabbados; f) concessão de casa para residencia, tendo o homem e a mulher casados direito a quarto separado, em casa destinada para esse fim, ou a uma barraca ou palhota, conforme o uso da terra; g) disposições especiaes de hygiene para o aquartelamento em commum; h) fornecimento de esteiras e mantas para dormirem em tarimbas; i) existencia de enfermarias com separação dos doentes; j) especificação dos trabalhos que podem ser exigidos dos homens, das mulheres e dos menores”. *Id.*, *Ibid.*, p. 135.

¹⁰⁵⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 137 e ss. “Seguidamente, a pratica da colonisação, o incremento que vão tomando as emprezas agricolas, mostram mais claramente que o negro, naturalmente inclinado á ociosidade, não trabalha de *motu proprio* tanto quanto seria necessario á intensiva exploração da terra, e é então que os diplomas especiaes sobre o trabalho tomam ainda uma feição mais pratica, impondo taxativamente ao indígena a obrigação de obter os recursos necessarios á sua vida no trabalho proprio ou assalariado, e dispondo as cousas para que esse esforço, aproveitando directamente ao colono branco com quem o negro serve, aproveite tambem a este, habituando-o á cultura da terra, ao amor da propriedade e á apreciação de maiores salarios. Assim appareceu, em 1892, o regimen tão especial dos prazos da Corôa, e em 1899 o regulamento geral de 9 de novembro, do qual se extrahi o privativo da Companhia de Moçambique, de 26 de julho de 1907. (...)” *Id.*, *Ibid.*

¹⁰⁵¹ Isabel Castro Henriques aponta que a transformação dos não civilizados em indígenas encontra a sua expressão no facto de a legislação confiar a sua gestão aos curadores dos indígenas. “(...) Ou seja, os Africanos são geridos como órfãos. Esta negação de uma paternidade biológica e social transforma os africanos em «filhos» do Estado colonial, e por isso dependentes da vontade dos representantes do Estado.” Henriques, 2002, p. 95.

Um caso curioso foi o de Francisco Antonio Gargamala, Curador dos presos pobres, dos escravos e libertos, nomeado a 23 de Junho de 1857 e que viria a ser demitido em Novembro, por se encontrar envolvido no processo de escravatura do Brigue, de que fora capitão. *B.O.*, 14/11/1857, p. 190.

¹⁰⁵² *Regulamento para os contratos de serviçaes e colonos nas províncias da Africa portuguesa*, 1894, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, pp. 6-8.

¹⁰⁵³ “Artº 28º São considerados colonos os que se contratarem para colonisação só por concessão de terras, ou por concessão de terras e prestação de trabalho.

São considerados serviçaes os que se contratarem só para trabalho.

Os contratados para aprendizagem são considerados serviçaes.” *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Das condições dos contratos dos serviçaes e colonos, pp. 8-10.

¹⁰⁵⁴ “Artº 42º Os colonos ou serviçaes não poderão ser obrigados a trabalhar nos dias santificados, nem mais de nove horas e meia em cada dia.” *Id.*, *Ibid.*, Cap. III, Das condições dos contratos dos serviçaes e colonos, pp. 10-13.

¹⁰⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, p. 13.

¹⁰⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, pp. 14-15.

¹⁰⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, pp. 15-16.

¹⁰⁵⁸ *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, pp. 16-18.

¹⁰⁵⁹ Significativo: “Artº 90º Os individuos que nas condições do artigo 256º do código penal forem julgados vadios, serão sujeitos a trabalho obrigatório até dois annos nos estabelecimentos do estado, que para isso forem especialmente creados, ou nas fortalezas e obras publicas da provincia, e receberão o salario que for estabelecido pelo respectivo governador em conselho.”, Artº 91º No caso de reincidência, como vadios, serão sujeitos a trabalho obrigatório pelo máximo do tempo determinado no artigo antecedente e nos termos ahi estabelecidos, conforme a disposição do artigo 86º do código penal; ou mandados servir no exercicio, segundo a disposição do artigo 51º da lei de 27 de Julho de 1855.” *Id.*, *Ibid.*, Cap. II, Da curadoria geral dos serviçaes e colonos, pp. 18-19.

política colonial em relação ao trabalho dos africanos.¹⁰⁶⁰ Do dever de prestação de trabalho eram excluídos os que cultivam persistentemente por conta própria e isentados os doentes, inválidos, maiores de 60 anos, mulheres, menores de 14, chefes e grandes, cipaais do Estado ou dos particulares. Ao mesmo tempo que se solidifica a tutela sobre os africanos, num processo em que estes e os seus interesses são omitidos, cria-se um conjunto de obrigações contra os abusos dos quais os europeus, paradoxalmente, os deveriam defender.¹⁰⁶¹

4.3. Das resistências ao fim da escravatura à «educação pelo trabalho»

Apesar da legislação de Sá da Bandeira e da criação no início do século XIX de “um núcleo limitado de abolicionistas”, a sua acção acabaria limitada pelas resistências da sociedade portuguesa, num processo em que os interesses dos colonos se revelariam incompatíveis com “(...) um estatuto de “igualdade” que os levaria “a alimentar assim o comércio de escravos clandestino e o trabalho escravo.”¹⁰⁶² A abolição do tráfico esbarraria, apesar da determinação de Sá da Bandeira, com uma oposição importante por parte de quem se sentia lesado com tal medida,¹⁰⁶³ malgrado todas as medidas legislativas.¹⁰⁶⁴

O decreto de 1836 levantara, de resto, contra a Província de Moçambique, a má-vontade dos negreiros que nela se encontravam por toda a parte. A história da legislação publicada desde aquela data acerca do tráfico de escravos e da abolição da escravatura em Portugal é inventariada por Sá da Bandeira na tentativa de sistematizar os progressos conseguidos nesta matéria.¹⁰⁶⁵ O fim da escravatura encontrava enormes resistências nas possessões portuguesas também pela necessidade de mão-de-obra para a agricultura, argumento que alguns portugueses utilizaram, de forma paradoxal, para atacar a escravatura e

¹⁰⁶⁰ “Essas teses completavam as de Oliveira Martins, e por elas António Enes justificava a ocupação do território sem «sujeito», o domínio militar, e as medidas legislativas, tendentes a assegurar o controlo do capital, da terra (expropriando as melhores áreas produtivas para as fazendas dos colonos), a cobrança de diversos impostos progressivos, como o «imposto da palhota» ou «mussoko», determinado pelo Decreto de Sá da Bandeira, de 3 de Novembro de 1856, e a expropriação da força de trabalho «abundante, disciplinada e barata». Acrescentam-se outras medidas: o Decreto de António Enes, de 1890, sobre os prazos; a concessão de extensas terras às Companhias (majestáticas), todas com o capital estrangeiro, em 1891, 1892, 1893, 1898; o Código de Trabalho Indígena, de 1899, continuado e reformulado pelos de 1911, 1914 e 1926. Acompanhadas de investidas militares, essas medidas visavam eliminar em definitivo a possibilidade de prosperidade de qualquer formação sócio-económica endógena.” Mazula, 1995, p. 73. Sobre “o trabalho e a ideologia do enslavajamento” criada por Enes, veja-se: Henriques, 2004a pp. 294 e ss.

¹⁰⁶¹ “Em conclusão, a «abolição do tráfico de escravos», imposta aliás mais por circunstâncias externas do que internas, não significou de modo algum a supressão da escravatura e do trabalho escravo qualquer que tenha sido o espírito da lei e a terminologia usada.” Para além do jogo das palavras – liberto, contratado, livre – persiste a realidade da situação”. Torres, 1989, p. 70.

¹⁰⁶² Henriques, 2004a pp. 286-287.

¹⁰⁶³ Como assinala Lovejoy, nos locais em que “(...) a escravidão era um aspecto importante da produção, a pressão abolicionista, apesar do fato de ter vindo tarde, levou a uma transição para outras formas de servidão e opressão; de modo geral, a liberdade não era uma opção. Onde a escravidão de linhagem era predominante, a imposição do colonialismo reduziu a instituição a um papel marginal, mais pelas exigências da economia colonial do que pelos esforços conscientes de apagar a escravidão da ordem social.” Lovejoy, 2002, p. 375.

¹⁰⁶⁴ Nota José Capela que “(...) o que acabou com a escravatura não foram as leis nem as autoridades, foi o aparecimento do modo de produção capitalista, que substituiu a escravatura pelo trabalho forçado.” Capela, 1989, p. 383.

¹⁰⁶⁵ Sobre a legislação sucessivamente publicada e a reacção que provocou veja-se Bandeira, 1873, pp. 16 e ss.

defender outro tipo de trabalho a que o liberto seria sujeito e que mais não era que uma eficaz e intensa forma de exploração.¹⁰⁶⁶

Em 1839 preparar-se-ia mesmo um movimento separatista nas províncias de Angola e Moçambique, a partir do Brasil. No comércio clandestino irmanavam-se portugueses, franceses, espanhóis, americanos, árabes.¹⁰⁶⁷ Grande parte deste negócio persistiu clandestinamente, em especial na segunda metade do século XIX.¹⁰⁶⁸ Até ao fim do século o escravismo existiu em Moçambique e o seu enraizamento na sociedade era de molde a provocar fortes reacções quer da parte de escravos, quer de senhores.¹⁰⁶⁹ Ainda assim, de uma forma global, assinala José Capela que de “(...) um ponto de vista monetário o comércio de escravos só terá sido o mais importante para Moçambique nos anos vinte em que atingiu o auge. De resto foi sempre superado pelo do marfim.”¹⁰⁷⁰

Desde o início se levantam vozes que reagem à necessidade de aplicação da lei sem que ela signifique prejuízos graves para a agricultura, comércio e as próprias províncias ultramarinas. As preocupações baseiam-se no pretenso e falacioso interesse dos próprios negros em que exista uma tutela do estado sobre eles, considerando que se trata de uma súbita conversão em cidadãos para a qual não estão preparados por não terem educação para isso, nem consciência dos seus deveres para com a sociedade e dos direitos desta para com eles.¹⁰⁷¹ Exige-se a criação de um regulamento de trabalho orientando o relacionamento dos libertos, com os proprietários e agricultores velando pelos interesses de uns e outros, adestrando os africanos para a prestação de trabalho.

Várias foram as inquietações que motivaram todo um conjunto de medidas defensivas: o problema de apurar as condições de indemnização dos proprietários, a questão do estudo de um regulamento do trabalho, medidas policiais, nomeadamente aumento da força pública, para reprimir a vadiagem de forma a que os negros não o abandonem em virtude da sua “indolência natural” expondo simultaneamente as colónias “(...) aos perigos de um numeroso bando de vadios, sem educação, nem cultura, e fáceis de cair em todos os vícios.”¹⁰⁷² Importava também facilitar a aquisição de trabalhadores, anulando os pretextos ingleses para

¹⁰⁶⁶ Keith, 1971, pp. 247 e ss.

¹⁰⁶⁷ Botelho, 1922, p. 24.

¹⁰⁶⁸ José Capela alerta para a convivência alfândegária e o “(...) facto de ter existido um tráfico clandestino, parcial ou total, durante todo o tempo em que se exerceu tal comércio. Muito particularmente na segunda metade do século XIX, em que a clandestinidade é total. Período para o qual apenas há estimativas esporádicas dos oficiais ingleses e ainda menos dos portugueses.” Capela, 2002b, p. 173.

¹⁰⁶⁹ Levantamentos por parte dos escravos que não se queriam sujeitar ao “(...) trabalho forçado nem ao pagamento de rendas a que foram submetidos logo que aplicada a abolição da escravatura; ou depois de vencidos belicamente quando alimentaram a veleidade de se autonomizar. Os senhores porque abolir a escravatura era o mesmo que ferir de morte o senhorio, aquele tipo de senhorio, atingindo-o no que ele tinha de mais essencial.” Capela, 1993, p. 10. O autor destaca o papel dos *achikunda* coadjuvando os senhores, habitando em povoações próprias e contribuindo para a manutenção do domínio e ordem. *Id.*, *Ibid.*, p. 11.

¹⁰⁷⁰ Capela, 2000a, p. 121.

¹⁰⁷¹ Pires, 1874, pp. 8-9.

¹⁰⁷² *Id.*, *Ibid.*, p. 15.

impedir o transporte de obreiros de uma para outras colónias, já que eles se deslocam com passaporte e sob responsabilidade dos locais de saída e destino.¹⁰⁷³ O alegado pouco interesse dos africanos pelo trabalho tornava necessária a convivência com a “gente civilizada” e as leis que libertam da servidão deveriam ser interpretadas como uma forma de fomentar entre eles o amor ao trabalho. Os regulamentos devem impor aos libertos a instrução na religião, o baptismo, a vacinação e o ensino de algum ofício – uma educação para o trabalho ao serviço do colonizador, complementada com a sua obrigação de trabalhar imposta por contrato entre o negro e o cultivador, à semelhança do que sucedia com o engajamento de trabalhadores nas colónias francesas.¹⁰⁷⁴ De resto, todo o negro que fosse encontrado nas colónias, não mostrando que exerce qualquer ofício ou que está engajado como trabalhador deveria ser compelido a assentar praça, laborar nas obras públicas ou mesmo abandonar a colónia.¹⁰⁷⁵

Nas colónias portuguesas no séc. XIX e início do seguinte, a utilização, independentemente das denominações então utilizadas, do trabalho escravo ou semi-escravo encontrava as suas causas na debilidade económica do colonizador.¹⁰⁷⁶ Portugal dificilmente poderia, pelas suas dificuldades económicas e produtivas, adaptar-se aos novos tempos.¹⁰⁷⁷

Os ingleses compenetraram-se de que a escravatura não comportava vantagens para um país industrializado e apoiavam a abertura dos portos de África ao comércio internacional. Estes factos estão na base da pressão sobre Moçambique.¹⁰⁷⁸ Três interesses fundamentais animariam os britânicos: a oposição ao tráfico de escravos; o estabelecimento de missões protestantes; a implantação do comércio livre.¹⁰⁷⁹ A campanha de substituição da escravatura por mão-de-obra africana local adequava-se às novas estratégias e necessidades do imperialismo inglês. Como assinala Aurélio Rocha “(...) o abolicionismo foi essencialmente manobra política engendrada já na perspectiva do futuro imperialismo europeu, principalmente por parte da Inglaterra.”¹⁰⁸⁰

¹⁰⁷³ *Id.*, *Ibid.*, p. 16.

¹⁰⁷⁴ *Id.*, *Ibid.*, pp. 30-37.

¹⁰⁷⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 40.

¹⁰⁷⁶ Veja-se: Torres, 1989, pp. 65 e ss.

¹⁰⁷⁷ Referindo-se à extensão temporal extraordinária do fenómeno da escravatura nas colónias portuguesas Rui Pereira assinala a impossibilidade dos portugueses acompanharem “(...) a viragem económica do «tráfico negreiro» para o «comércio lícito», dado o manifesto atraso das actividades industriais na metrópole, se comparado com o desenvolvimento industrial das outras potências coloniais, desenvolvimento esse que, em parte, esteve na origem da empresa colonial europeia de final de Oitocentos.” Pereira, Rui, «Introdução à reedição de 1998» de Dias, Jorge, *Os Macondes de Moçambique – Aspectos Histórico e Económicos*, 1998, p. X.

¹⁰⁷⁸ Newitt, 1997, p. 276.

¹⁰⁷⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 297.

¹⁰⁸⁰ Rocha, 1992, p. 77.

A abolição da escravatura implicava consequências importantes na vida da colónia.¹⁰⁸¹ Algumas fontes da segunda metade do século XIX atribuem um papel decisivo ao comércio de escravos enquanto factor de paralisação das restantes actividades económicas.¹⁰⁸² Seria ainda o tráfico negreiro a contribuir para o reforço da atitude de independência de muitas regiões em relação ao governo português, que nelas não poderia exercer senão limitada influência, casos de Quizango, Angoche, Sangage, por exemplo, “(...) distritos em que os traficantes de escravos introduziram armas e pólvora, e com ellas a desobediência de alguns régulos, que ainda prestavam uma tal ou qual vassallagem á coroa portugueza, quando assim lhes convinha.”¹⁰⁸³ O tráfico de escravos é relacionado com o abandono da agricultura, o «contrabando» e respectivas desvantagens já que estaria

(...) mais que provado, e reconhecido por todos, que o porto, aonde for admittido um navio negreiro, fica abastadíssimo de fazendas, que se vendem por mui baixo preço, visto não pagarem direitos; e por isso as fazendas portuguezas, que não estam n'este caso, não têm valor nem consumo.¹⁰⁸⁴

Analisando o tráfico de escravos no relacionamento com o Brasil, nos anos 50, Aurélio Rocha assinala a continuação da actividade para as Américas, apesar da legislação.¹⁰⁸⁵

Em 1853 o Governador de Quelimane, Onofre Lourenço de Andrade, restitui a liberdade a mais de 200 colonos do prazo Licungo, que haviam sido sentenciados à escravidão pelo Capitão-mor das decisões cafreais, Hypolito José de Mello, por o chefe dos colonos haver vendido a liberdade da sua pessoa a outro indivíduo.¹⁰⁸⁶

Em 1854 critica-se a instituição dos “Prazos da Coroa” por ter contribuído para o despovoamento da colónia em função da prática de muitos dos seus detentores, que se teriam constituído a

(...) a si mesmos senhores despóticos e absolutos dos colonos indigenas, e têm disposto a seu arbítrio da liberdade e da propriedade d'estes, sem que a condição de livres tenha obstado a serem reduzidos com suas mulheres e filhos á escravidão, e vendidos aos contrabandistas do iníquo trafico da escravatura, o que ainda não há muito tempo que se praticava.¹⁰⁸⁷

¹⁰⁸¹ “The Liberal revolution in Portugal briefly shook the colony much as it did Angola, plunging the island into a decade of anarchy. Throughout the nineteenth century an intensification of African hostility added to the chaos. The abolition of slavery cut off Moçambique's main source of revenue, although the trade itself had brought prosperity to only a few; a clandestine export of slaves continued for some years, first to America and then to the French islands off Madagascar. Arab slave traders continued to do business in the northern part of the province, as Livingstone discovered in the 1860's.” Duffy, 1959, p.94.

¹⁰⁸² Caso evidente de Quelimane, segundo João de Sousa Machado. Já menos de Tete, por serem os seus moradores “(...) menos dados a traficar em escravos do que os habitantes do littoral, já cultivaram com sucesso o algodão, anil, cana d'assucar, tabaco, trigo, arroz, milho, ervilhas, diferentes hortaliças, entre ellas excellentes repolhos, espinafres, alfaces, etc., etc.” Machado, 1855, p. 8.

¹⁰⁸³ *Id.*, *Ibid.*, p. 11.

¹⁰⁸⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

¹⁰⁸⁵ Rocha, 1992, pp. 113-114.

¹⁰⁸⁶ Paço, 27/05/1857, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 583.

¹⁰⁸⁷ Lisboa, 1/09/1854, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 244.

Ordena-se que a instituição, já extinta de direito, o seja, de facto.¹⁰⁸⁸

Em 1855 são enviados ao Governador da Província vinte exemplares do Decreto de 14 de Dezembro de 1854 “(...) tendentes a facilitar e promover nas Províncias Ultramarinas a redempção dos escravos, e a dar protecção e amparo a estes e aos libertos; (...)”. Assim que o receber, deverá o Governador publicar este Decreto, assim como o Regulamento de 25 de Outubro de 1853.¹⁰⁸⁹

Em 1857 e perante a informação do Governo-geral da Província quanto ao requerimento que lhe fora apresentado pelos moradores, pedindo a suspensão ou modificação do Decreto de 14 de Dezembro de 1854 sobre o registo de escravos, responde Sá da Bandeira que ele seja executado imediatamente.¹⁰⁹⁰ Os moradores de Sancul recusam-se a fazer o registo dos escravos, ao que lhes é respondido por Sá da Bandeira que, uma vez que tinham direito de votar, deveriam também cumprir os seus deveres.¹⁰⁹¹

Que a eliminação do tráfico de escravos era problemática, assim como a integração dos libertos na sociedade, provam-no incidentes como o envolvimento de Francisco Antonio Gargamala, que havia sido nomeado pela Junta Protectora dos libertos e escravos em Junho de 1857 como *Curador dos presos pobres e dos escravos e libertos*, e logo demitido em Novembro desse ano por se encontrar envolvido no processo de escravatura do *Brigue*. Lembra, laconicamente, na portaria do Governo Geral de 12 de Novembro que “(...) um individuo implicado n’um processo d’escravatura é o menos competente para exercer o cargo de que se trata (...)”.¹⁰⁹²

Em 1858 Sá da Bandeira legisla quanto à necessidade de lutar contra os muitos pangaiaos árabes que se ocupam da escravatura para Comoro e Madagáscar, onde os africanos seriam vendidos.¹⁰⁹³

Não é difícil identificar os fundamentos ideológicos que legitimam acções de resistência ao fim da escravatura. Em 1865, José Barbosa Leão fornece a sua significativa visão sobre o assunto, referindo que existia em Lisboa “uma escola” que se empenhava

“(...) em dar a torto e a direito a liberdade aos negros no nosso território, embora elles fossem todos escravos entre o gentio d’onde vinham, e embora isso significasse em rigor dar-lhes a liberdade de continuar entregues á indolência e á selvageria; assim

¹⁰⁸⁸ Acrescenta-se que: “Se em Rios de Sena se augmentar a força militar e forem construídas algumas fortificações em localidades bem escolhidas, de modo que os habitantes tenham completa protecção contra os ataques dos Vatuas e outros Cafres, é indubitável que, abolidos os prazos e livres todos os colonos de qualquer onus, á excepção do tributo por fogo, que pode ser de 1\$600 réis annuaes, muitas tribus do interior, perseguidas pelas guerras cafreas, que são continuas n’aquellas regiões, virão acolher-se á protecção portugueza (...)”. Lisboa, em Conselho, 1 de Setembro de 1854, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 245-246.

¹⁰⁸⁹ Paço, 5/03/1855. *Id.*, *Ibid.*, pp. 128-129.

¹⁰⁹⁰ Paço, 7/05/1857. *Id.*, *Ibid.*, p. 407.

¹⁰⁹¹ Paço, 12 de Janeiro de 1857. *Id.*, *Ibid.*, p. 518-519.

¹⁰⁹² *B.O.*, 14/11/1857, p. 190.

¹⁰⁹³ Paço, 19/02/1858. *Id.*, *Ibid.*, p. 541.

como o era metter-se em tudo e por tudo debaixo dos pés dos inglezes, pagando-se muito dos seus elogios velhacos.”¹⁰⁹⁴

Reputando como inequívoca a incapacidade do branco para o trabalho agrícola e militar em África, defende a necessidade de movimentação dos indígenas entre as colónias, se forem livres; se forem escravos, de acordo com o tratado de 1842.¹⁰⁹⁵

Ao deslocar os africanos para regiões afastadas daquelas de que eram originários consuma-se o seu desenraizamento e tornam-se improváveis quaisquer veleidades de rebeldia, até porque usando o trabalho dos indígenas mais não fariam os portugueses que cumprir a obrigação de os «civilizar».¹⁰⁹⁶ Os africanos, contudo, não pagam senão com a fuga os “benefícios” que os europeus lhes concedem, pelo que a solução consiste em deslocá-los: “E não suppunhaes que fazeis com a deslocação e expatriação grande violencia ao coração do preto; não penseis que tendes que quebrar laços de família, que não existem; não vos prenda o respeito ao amor da pátria, que não conhecem.”¹⁰⁹⁷ Despojados de família, pátria ou história, aos africanos mais não restaria senão aceitar as “vantagens” da exploração europeia. Mesmo que a sua condição lhes não permitisse tomar consciência do que lhes acontecia, levando muitos negros, voluntariamente, a proceder à venda do corpo.¹⁰⁹⁸ O negro seria incapaz de compreender a liberdade e existe a impossibilidade de desenvolver a agricultura com pretos das imediações e pagando jornal, pelo que a

(...) conscrição e a servidão são os primeiros meios, os mais efficazes, quasi os únicos, que temos a empregar para civilisar os indígenas d’Africa. E tendes já hoje lá a prova d’isso; onde virdes um preto desembaraçado, com alguma habilidade, exercendo um ou outro mister, mais ou menos sujeito e zeloso no desempenho das suas obrigações, emfim prestando para alguma coisa, estae certos de que foi soldado ou escravo, isto é, de que teve educação pelo trabalho.¹⁰⁹⁹

Curiosamente, o mesmo autor cita, de forma pretensamente comparativa, o engajamento legal de gente do Minho e dos Açores para o Brasil, que nada repugna aos ingleses e “inglezados em Portugal”.¹¹⁰⁰ Critica também os que atribuem à compra de escravos a causa das guerras gentílicas, do tráfico, argumentando que a guerra é inerente aos negros,¹¹⁰¹ enquanto lembra que a escravidão acabou e que, agora, a questão é dos “libertos”, enquanto caracteriza os pretos como “homens-creanças”, “verdadeiros menores”, “gente sob tutela do estado, como a

¹⁰⁹⁴ Leão, 1864, p. 15.

¹⁰⁹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 23.

¹⁰⁹⁶ “(...) desde o início do período imperialista, colonialistas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque, advogaram abertamente um sistema racista de ensino em que a educação para os negros fosse restringida à formação de trabalhadores manuais, necessários ao desenvolvimento capitalista da colónia. Esta forma reduzida de educação era já sinónimo de «civilização».” A.A.V.V., *História de Moçambique*, vol. 3, 1993, p. 15.

¹⁰⁹⁷ Leão, 1864, p. 25.

¹⁰⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 25.

¹⁰⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 27.

¹¹⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 29.

¹¹⁰¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 30.

que temos em Portugal, porque o que entre nós o juiz e o delegado é para os orphãos, é já nas colónias para os libertos a respectiva junta protectora.”¹¹⁰² Os “libertos” são pessoas livres, mas no estado de menoridade.¹¹⁰³

A concepção do papel reservado ao trabalho dos africanos vai-consolidando e com ela se estruturam os fundamentos ideológicos respectivos.¹¹⁰⁴ Já em 1856 é esclarecedora a visão sobre o trabalho expressa na Metrópole quando se reporta às províncias ultramarinas. É ele encarado como panacea para atalhar o caminho dos africanos em direcção à civilização, porque se dirige à

(...) classe dos escravos e a dos libertos obrigados a serviços, os quaes são ociosos por indole, e talvez porque, não trabalhando para si mas para outrem, vêem no ócio não só uma commodidade, mas tambem uma vingança. Para elles portanto a prisão sem trabalho talvez seja mais um favor do que uma pena, pois que sem deixarem de ter certo o sustento, ficam livres do trabalho e dos maus tratos a que geralmente estão sujeitos.

Em todo o caso é evidente que a pena de prisão, decretada como está, não é para taes individuos tão grave como para os que por ella ficam privados da sua liberdade e do fructo do seu trabalho; e por isso, em quanto se não fizer a conveniente reforma no Codigo, deveriam os Juizes ser auctorisados para attenua-la quanto ao tempo, e aggrava-la com o trabalho, quando haja de ser applicada aos escravos ou libertos; o que approximaria os effeitos da prisão em taes delinquentes aos effeitos da mesma pena quando imposta a pessoas livres nos termos do Codigo.¹¹⁰⁵

Talvez assim se compreenda melhor a urgência em não retardar o “legítimo goso da liberdade” aos que se encontram na situação de libertos em função das disposições previstas na legislação.¹¹⁰⁶

Os libertos integram-se na sociedade como podem. Em Angoche, uma relação dos forros do estado no distrito, datada de Dezembro de 1867, divide os indivíduos, para além do sexo, em “prisioneiros considerados livres”, nomeando-os.¹¹⁰⁷ Trata-se de gente disponível e que deve ser aproveitada como mão-de-obra.

Em 1881, Augusto Sarmiento alude à população da costa norte de mestiços – gentios, mouros da Índia e indígenas –, que mantém relações com os mujojos de Moçambique, Zanzibar e Comores, fazendo da escravatura um comércio habitual.¹¹⁰⁸ Menciona mercadores em larga escala, traficantes a retalho que exploram as fontes da escravatura que alimentam os conflitos entre indígenas. Madagáscar e o arquipélago das Comores são dois grandes locais de

¹¹⁰² *Id.*, *Ibid.*, p. 31.

¹¹⁰³ *Id.*, *Ibid.*, p. 34.

¹¹⁰⁴ O impacto do capitalismo comercial levando os camponeses a adaptar-se ao mercado internacional a partir de 1840/53, aliado à ocupação colonial desde 1886, o imposto de palhota e o mussoco zambeziano em 1854 e a economia de plantação foram factores decisivos na penetração do capitalismo na colónia estabelecendo novas relações de produção em que o trabalho escravo perdia sentido substituído pelo controlo e utilização local da força de trabalho. Apesar de o processo geral ter conhecido ritmos diversos e regionais. Medeiros, 1998, pp. 49 e ss.

¹¹⁰⁵ Paço, 11/11/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 317.

¹¹⁰⁶ Paço, 5/12/1856, *Id.*, *Ibid.*, p. 332.

¹¹⁰⁷ Quartel do Governo de Angoche, 31 de Outubro de 1867, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 3 (5), doc. 1.

¹¹⁰⁸ Sarmiento, 1881, pp. 11-13.

destino do tráfico e cita, segundo informações de que dispõe, as plantações do sultão, do dr. Wilson e da firma Sumley & Langles, em Mohila e Anjoannes, como exigindo um fornecimento de 1000 negros por ano.¹¹⁰⁹ Refere que, de cem negros a quem foi concedida a liberdade por ocasião da ida do capitão Vieira Braga à Chicoma, os mais velhos foram empregues no serviço das estradas de Ampapa, os restantes foram para casas particulares da cidade, outros para a escola de ofícios e ele próprio tomaria a seu cargo a educação de dois mais pequenos, que, pela sua idade, não podiam prestar qualquer serviço. Conclui que há muitos interesses na protecção aos negreiros.¹¹¹⁰

Os argumentos que procuram centrar o discurso nas consequências pretensamente nefastas da abolição da escravatura consideram que, “(...) proclamada *urbi et orbe* pelos philantropos só serve para acorrentar os negros à indolência, á selvageria, ao vicio (...)”.¹¹¹¹

No distrito de Tete, em 1885, o Governador refere a existência, entre os indígenas, de escravatura com consentimento, muitas das vezes, dos próprios escravizados, que encaram a prática como um “sagrado direito, de hereditariedade” ou dos mais ricos para os mais pobres e dos mais fortes para os mais fracos, sobretudo depois de actividades guerreiras, declarando não possuir pessoal para pôr cobro a tal prática.¹¹¹²

Em 1886, na região dos prazos da Zambézia, Manoel Rodrigues Pereira de Carvalho, no decurso de uma viagem pela região, nota que antigas escravas continuam a considerar o arrendatário como seu senhor e única autoridade não sendo “(...) raro ouvir dos arrendatarios dizer: Se me tirarem o praso a minha gente vae commigo para onde eu for.”¹¹¹³ No fundo, a generalidade dos depoimentos procura fundar numa pretensa natureza e práticas dos negros a legitimidade da coacção que sobre eles se possa exercer. Apresentando todo o processo como natural.

Em 1886-87, o Governador Interino de Tete, major Francisco Pinto Cardoso Coutinho Júnior explica que o tráfico não se faz à vista das autoridades apesar de ser próprio dos povos da região, baseando-se na prática antiga. Sem meios de acção para o reprimir, julga que só as missões e escolas, aliadas à força militar poderão resolver a questão.¹¹¹⁴

Na ilha de Moçambique, nos anos 80, os meios para o combate à escravatura são limitados e os visitantes assinalam a falta de pequenas canhoneiras ou lanchas a vapor para acederem às baías e rios por onde ela se pratica.¹¹¹⁵ Apesar do reconhecimento da falta de

¹¹⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, pp. 14-16.

¹¹¹⁰ *Id.*, *Ibid.*, pp. 18-19.

¹¹¹¹ Allen, 1884, p. 24.

¹¹¹² *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 493.

¹¹¹³ *B.O.*, 6/11/1886, nº 45, p. 549.

¹¹¹⁴ *B.O.*, 24/03/1888, nº 45, p. 212-213.

¹¹¹⁵ Soveral, 1887, p. 15.

meios para combate, acabam alguns teóricos por concluir que terminar com a escravatura é uma “utopia”.¹¹¹⁶

No quadro geral da argumentação que desculpabiliza o tráfico humano, ocupa lugar de destaque a lembrança de que muitas nações europeias, todas as “nações civilizadas”, desenvolveram esta prática como actividade fundante das suas economias.¹¹¹⁷

Stanley, em carta dirigida ao secretário da sociedade americana anti-esclavagista, em Maio de 1878, recorre à distinção entre portugueses africanos e portugueses europeus, afirmando que não pode “(...) haver a menor duvida que alguns subditos portugueses, como contrabandistas, nas fronteiras, continuam o trafico da escravatura, quando o podem fazer impunemente; mas, não se deve esquecer que ha uma grande distancia entre portugueses africanos e portugueses europeus”.¹¹¹⁸

Pessoa Allen explicita as razões pelas quais os portugueses são acusados, por outros europeus, da prática de tráfico, assinalando que não é

(...) o receio de estabelecermos directamente a escravatura que elles tem, mas de a mantermos indirectamente no sertão, pelo atrazo de civilisação em que deixamos os nossos territorios, devido ao sytema economico e administrativo que temos estabelecido, e constantemente mantido.¹¹¹⁹

Os incidentes com os traficantes vão-se sucedendo nos finais do século. Em 1893, a 25 de Abril, foi apesado pelos portugueses um pangaio negreiro, de que resultou a libertação de 14 escravos “(...) não sendo possível proceder da mesma forma com todos os outros por terem sido levados por Maçude bin Mohamad para a margem norte do rio Rovuma.”¹¹²⁰ Augusto de Castilho, em publicação de 1895 nota que o tráfico de escravos persiste na região de Moçambique sendo

“(...) em Moçambique ou no Mocambo, que elle está mais central com, relação aos portos de Tungue, Matibana, Infusse, Moginquale, Kinga, Kivolane, Tejungo e Mazemba, onde ha principalmente necessidade de apparecerem navios com frequencia, e de alguns dos quaes se fazem ainda para Madagascar uns restos de trafego de escravos em pangaios.”¹¹²¹

¹¹¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 23.

¹¹¹⁷ *Politica Portuguesa na Africa – Memoria Histórica e Politica*, 1889, p. 8.

¹¹¹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 29.

¹¹¹⁹ W. Pessoa Allen, *Portugal e Africa*, primeira parte – A questão do Zaire, Lisboa, 1884, p. 34.

¹¹²⁰ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 636.

¹¹²¹ Castilho, 1895, p. 209.

4.4. Aprender a servir o mercado laboral – dos “*Libres engagés*” à emigração para a África do Sul

Já nos anos 40 do século XIX a mão-de-obra, por pressão francesa sobre as autoridades portuguesas, é escoada sob a designação de *libres engagés*, em que «trabalhadores livres» são agora objecto de escambo.¹¹²² A emigração forçada prosseguirá segundo as necessidades francesas – Reunião, Comores, Madagáscar. Sucedem-se episódios como o de Julho de 1858, quando foi detida a barca francesa *Alfred* com 105 negros a bordo, que confessaram ser “filhos de Moçambique” levados à força para trabalhar nas possessões francesas como “trabalhadores livres”.¹¹²³

Em 1856, após o decreto de 14 de Outubro que estipula a constituição da Junta Geral de Distrito na Província, entre as consultas deste órgão, aponta-se a necessidade de encontrar as formas mais adequadas para “(...) o completo acabamento do commercio da escravatura.”¹¹²⁴ Nesse mesmo ano, ordena-se ao Governador-Geral de Moçambique que proíba o embarque de negros sob pretexto de ajuste como trabalhadores contratados, de modo a obviar à continuação do tráfico por outras formas. Segundo certos processos instaurados na Ilha da Reunião, constaria que de Madagáscar foram para ali canalizados negros comprados aos mercadores locais pelos árabes e outros especuladores que os vendiam aos comissários da Ilha; constaria que do Ibo, em 1856, saíra um navio com denominados «colonos», desembarcados na ilha Maurícia.¹¹²⁵

Os franceses, visando legalizar essa emigração e baseando-se no precedente de quando fora permitida a emigração para as colónias do Natal e do Cabo em 1875, solicitam e obtêm idênticas possibilidades em 1881 para contratação rumo a Mayotte e Nossi-Bé e em 1887 para Reunião.¹¹²⁶

As formas de obrigar os africanos à condição de dependência estruturam-se e adaptam-se aos novos tempos. A 23 de Junho de 1881, o Governador de Moçambique autoriza a emigração voluntária de trabalhadores para aquelas colónias francesas, observadas algumas

¹¹²² O tráfico transatlântico prosseguiu até à década de 60, com especial relevo para os portos do Iho, Angoche, Quelimane e Inhambane. Paralelamente, manteve-se o tráfico para as Ilhas Maurícias e para a Reunião que, a partir da abolição da escravatura, em 27 de Abril de 1848, nas colónias francesas, passou a ser feito sob o rótulo do *engagement*. Apesar da proibição formal do governo português e, mais uma vez, com a conivência da autoridade colonial local, Moçambique manteve-se no fornecimento de trabalhadores, então designados por *librés engagés*.

(...) Sendo muito duvidosa a aplicação da categoria de escravatura à situação desta mão-de-obra, não é menos suspeita a anuência que estes trabalhadores pudessem dar livremente quanto ao pretensão contrato e ao destino que lhes era atribuído. Capela, 2000, p. 120. Sobre este assunto ver também Capela, 2002, pp. 54 e ss. e Capela, 1993, p. 98.

¹¹²³ Paço, 30/11/1857. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 665.

¹¹²⁴ Paço, 11/11/1856. *Id.*, *Ibid.*, p. 316.

¹¹²⁵ Paço, 30/07/1856, *Id.*, *Ibid.*, p. 279. Sobre a proibição de exportação de trabalhadores para a ilha da Reunião pelas circulares de 28 de Setembro e 9 de Outubro e as relações com navios franceses em busca de mão-de-obra ver Romero, 1860, pp. 154 e ss.

¹¹²⁶ Capela, 1993, pp. 110-113. Ver ainda Capela, 2002b pp. 60 e ss. Também Medeiros, 1988, p. 35.

prescrições.¹¹²⁷ Na vila do Ibo estabelecia-se um “depósito” temporário de indígenas para aquele destino. Aí existia um agente francês acreditado junto da autoridade portuguesa, que actuava ligado aos emigrantes, que seriam contratados por três anos. Cobravam-se 2\$500 réis sobre cada passaporte para despesas de fiscalização da autoridade portuguesa.

Sobre os trabalhadores “engajados livres”, opina Pessoa Allen que o seu embarque “(...) para as colónias francezas não pôde ser condemnado. O que convem saber é se esses engajados são effectivamente considerados homens livres pelas auctoridades, perante as quaes fazem os seus contractos, e se depois essa liberdade lhes é garantida nos paizes do seu destino...”

À escravatura sucederia, pois, a emigração de libertos para as ilhas de Reunião e Maurícia, um “disfarçado comércio de escravos”.¹¹²⁸ Em 1855, fora indeferida a pretensão de Sarda Garriga, e de Routannay, súbditos franceses residentes na ilha de Reunião, para contratarem em Inhambane um certo número de trabalhadores, não devendo o Governador da Província admitir qualquer contrato com os referidos franceses ou ainda permitir a saída de negros da Província.¹¹²⁹

Em 1857 e perante a acusação inglesa de que a exportação de negros sob a denominação de colonos para os estabelecimentos franceses de Madagáscar se fazia em grande escala com consentimento do Governador-geral de Moçambique e dos Governadores do Ibo e Quelimane, o governo português reafirma a sua recusa em permitir a saída de negros mesmo que na qualidade de “trabalhadores livres, por considerar desde o principio que isso daria em resultado maior impulso ao trafico no interior da Africa.” Fundamenta este princípio com a recusa da pretensão aos franceses Garriga e Routannay e a rejeição da proposta que fazia da Companhia da navegação entre a Reunião, Maurícia e Adem, de mandar todos os meses a Moçambique um vapor da respectiva carreira para conduzir gratuitamente para a Europa a correspondência oficial, a troco do privilégio de contratar negros trabalhadores para aquellas Ilhas.¹¹³⁰

A partir de 1865, milhares de moçambicanos começam a emigrar para a África do Sul.¹¹³¹ Ganha relevo a emigração para o Transvaal e Natal.¹¹³² Inicia-se antes de 1870

¹¹²⁷ *B.O.*, 1/07/1882, n.º 28 p. 214.

¹¹²⁸ Botelho, 1922, p. 25.

¹¹²⁹ Lisboa, 27 de Fevereiro de 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, n.º 1 (1854) – n.º 8 (1867), p. 123.

¹¹³⁰ Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 6 de Outubro de 1857. *Id.*, *Ibid.*, pp. 478-479.

¹¹³¹ Aspecto que explica o pagamento do *lobolo* em numerário. Medeiros, 1985, pp. 15-16.

¹¹³² Veja-se Covane, 1998, pp. 155-172. Analisa o primeiro regulamento, publicado em 1897 para recrutamento da mão-de-obra para as minas de ouro. Também a importância económica que este metal que os trabalhadores poderiam trazer para Moçambique representava para a administração. *Id.*, *Ibid.*, pp. 163-164. Mas igualmente os reflexos negativos para a continuação da actividade representado pela guerra anglo-

embora os “primeiros documentos que a legitimam” remontem a 1875 e 1888 e as autorizações para emigração a partir de todo o território da colónia surjam em 1896.¹¹³³ Por portaria da Direcção Geral do Ultramar de 18 de Julho de 1876, acedia-se ao pedido do Governador da colónia do Cabo da Boa Esperança para o engajamento de trabalhadores africanos, do mesmo modo como já eram engajados para a colónia do Porto Natal, permitida por portaria de 3 de Fevereiro de 1875.¹¹³⁴ Em 1897 um decreto regula o movimento de moçambicanos para trabalhar no Transvaal.¹¹³⁵ Nesta sangria do território, a presença portuguesa quer em Lourenço Marques, quer em Inhambane, não poderia funcionar, pela sua falta de força, como travão.¹¹³⁶ Tanto mais que a emigração constituía uma receita significativa para o Estado.

A 13 de Março de 1895, em Lourenço Marques, legislação assinada pelo comissário régio António Enes especifica que as receitas directamente provenientes da emigração de indígenas constituem rendimento do Estado.¹¹³⁷ Em 1897, trabalhariam na África do Sul 12 000 moçambicanos, e na mesma data, 60 000, só no Rand.¹¹³⁸

Nos países que recebiam a mão-de-obra, carentes para os empreendimentos agrícolas, industriais, caminhos-de-ferro e portos, explorava-se a incapacidade financeira dos portugueses para projectos de vulto. As companhias privadas e empreendedores individuais portugueses baseavam as suas actividades na exploração do trabalho a baixo preço, o que levava a que muitos – usados na construção de estradas, cobrando-lhes impostos, nas actividades comerciais, no transporte de cargas, tudo por baixos salários – procurassem fugir à sua situação através da emigração.¹¹³⁹

Nas duas últimas décadas do século XIX ressalta a evidência de que os portugueses não dispõem de capital necessário para a exploração moçambicana. O recurso ao numerário estrangeiro materializa-se na criação de diversas companhias – da Zambézia, do Niassa, do Boror, do Luabo, Societé du Madal, Sena Sugar Estates. Em 1892, ano da aprovação dos

boer. *Id.*, *Ibid.*, p. 165. Ainda sobre a emigração de africanos e particularmente as razões que poderão ter facilitado esse movimento ver: Rita-Ferreira, 1989, pp. 313 e ss..

¹¹³³ Coelho, 1991, p. 118-119.

¹¹³⁴ *B.O.*, 9/10/1876, nº 41, p. 275.

¹¹³⁵ Rita-Ferreira, 1985, p. 57.

¹¹³⁶ Covane, 1989, p. 526. O autor salienta alguns aspectos fundamentais que precederam o movimento: “garantir trabalhadores separados geograficamente dos seus meios de produção”; “mão-de-obra barata”; “nomeação de John Dunn para o cargo de supervisor para a emigração dos Tsonga em 1863”; “autorização de Ceteswayo para a passagem pelo território Zulu dos trabalhadores recrutados no sul de Moçambique”; “importação de trabalhadores indianos”; “negociação com Muzila para o recrutamento de trabalhadores no império de Gaza em 1870”. *Id.*, *Ibid.*, p. 527. Já Lourenço Marques “(...) não passava de um simples ponto de trânsito de mercadorias de e para o «hinterland» controlado por autoridades africanas independentes da coroa portuguesa”. *Id.*, *Ibid.*, p. 528.

¹¹³⁷ *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, p. 14.

¹¹³⁸ Marshall, 1993, p. 57.

¹¹³⁹ Neves, 1991a, p. 86-88. Do mesmo autor veja-se Neves, 1991b, pp. 281-294. Lembra que a “(...) nova legislação decretada em 1890 e aplicada em 1892, ao invés de promover o desenvolvimento da agricultura industrial e dinamizar o desenvolvimento económico da colónia, ao basear-se mais na mobilização da mão-de-obra do que no fornecimento de capital, contribuiu para a promoção da violência e perseguição dos camponeses.” *Id.*, *Ibid.*, p. 284.

Também sobre o processo de atribuição de direitos sobre o território de Moçambique às companhias privadas na viragem do século veja-se Coelho, 1991, p. 103-132.

estatutos da Companhia de Moçambique, instalava-se em na colónia o «capitalismo de plantação».¹¹⁴⁰ Estruturava-se e sedimentava-se a exploração sistemática e eficaz da exploração de mão-de-obra africana.

4.5. Ensino e labor – a instrução para servir o colonizador

É clara a intenção de conduzir, sob diferentes modalidades, a força de produção africana ao trabalho forçado. Aurélio Rocha refere que o princípio de assimilação ou integração é uma constante, desde o início, da política colonial portuguesa.¹¹⁴¹

A imagem do africano que o dominador constrói legitima a actuação das autoridades coloniais, retrato em que avultam epítetos comuns: “indolência”, “preguiça”, “alcoolismo”.¹¹⁴² A conveniência de utilização destes aspectos para a construção de uma útil visão do negro encontra os seus fundamentos, para além de nos preconceitos e nas ideias facilmente formuladas e repetidas até à exaustão, em duas visões de economia claramente opostas. Para os europeus, a prestação de trabalho é uma obrigação inerente aos seres humanos que acusam os africanos de não cumprir, ignorando intencionalmente as frequentes espoliações que dissuadem certas formas de acumulação, ou o carácter pouco gratificante do «mercado» existente para os africanos.

E a condição dos africanos está ligada a alterações importantes verificadas durante a segunda metade do séc. XIX e primeira parte do séc. XX.¹¹⁴³ À imagem do africano, ao receio pelas consequências das medidas liberais que haviam terminado com a escravatura, somavam-

¹¹⁴⁰ Veja-se: Capela, 2000b, pp. 431 e ss.. O autor refere como antecedentes: a Companhia da Cultura e do Comércio do ópio (1874) de curta duração; a sua sucedânea Companhia do Açúcar de Moçambique de início dos anos 90. A concessão à Companhia do Niassa dataria de 1891 e a aprovação dos seus estatutos de 1893. A Companhia da Zambézia seria criada em 1892.

¹¹⁴¹ “Pode-se dizer que o princípio da assimilação, ou integração, enquanto princípio ideológico, esteve sempre presente em toda a política colonial portuguesa, desde os tempos do liberalismo. Além disso, e ao contrário do que alguns autores têm pretendido, a distinção entre «assimilados» e «indígenas» não foi formulada em termos legais pelo Estado Novo, mas gradualmente assumida na prática e na lei, desde a segunda metade do século XIX.

Até 1885, foi tomando corpo uma teoria geral que defendia o uso das mesmas leis na metrópole e nas colónias: era o princípio da assimilação uniformizadora. A influência dos princípios liberais de igualdade total, ter-se-ia manifestado na recusa da palavra colónia que foi substituída por província ultramarina, na base da extinção das diferenças entre a legislação da metrópole e dos territórios ultramarinos.

A partir de 1885, o início das operações de conquista e ocupação colonial foi acompanhado pela instituição de regulamentação discriminatória, culminando com a criação de uma Secretaria dos Negócios Indígenas (SNI), em 1907. Antes desta data, os códigos criminais de 1894 expressavam já a concepção-chave da distinção entre «indígenas» e «não-indígenas». A concepção anterior da assimilação uniformizadora foi longamente combatida pela geração de teóricos e administradores da implantação colonial, com António Enes à cabeça, que entendiam não ser possível a exploração colonial em moldes capitalistas, quando às populações autóctones eram concedidos os mesmos direitos que aos brancos da metrópole.” Rocha, 1998, p. 318.

¹¹⁴² Uma análise importante em ordem à compreensão da forma como se constrói a visão dos Africanos, tendo em vista seu domínio e subjugação aos interesses do colonizador em Henriques, 1997a pp. 40 e ss.

¹¹⁴³ “Referimo-nos às condições em que o peso das escolhas internacionais, ajudado pelo trabalho político e ético de alguns portugueses, procedeu à lenta transformação do *escravo* em *indígena*, operando uma mudança essencial – mau grado repleta de contradições –, que assegurou a eliminação da escravatura, substituída pela política do indigenato.” Henriques, 2002, p. 81.

se as consequências do Ultimatum.¹¹⁴⁴ As formas de utilização e exploração do trabalho dos africanos vão-se adaptando ao longo dos tempos e das situações.

Não é de estranhar que, em tal contexto, se fale na criação de «necessidades» para o negro. Essas «necessidades» surgem, deste modo, como uma armadilha destinada a prender os africanos através dos gostos, pretensamente irresistíveis, veiculados pelos europeus. Portugal participa de uma concepção de trabalho baseada no horário, na produção para o mercado, no tempo. O seu modelo inspira-se no das nações industrializadas a que, em rigor, não pertence senão parcialmente, nações que submetem o país, despertando-lhe, por seu turno, a vontade de subjugar, ainda que carecendo de meios para tal.

Afinal os portugueses mais não eram que personagens no palco africano. O seu poder não lhes permitia anular a doença, o perigo, o cansaço ou vencer inequivocamente a guerra, antes parecendo que para isso não estavam muito preparados. As suas armas provocavam algum deslumbramento ou curiosidade extensíveis a outros aspectos pontuais – vestuário, algumas construções, a linguagem. Um aspecto importante a considerar consiste no espírito de solidariedade e de família que caracterizam o africano, opondo-se ao individualismo do europeu,¹¹⁴⁵ factores que explicam o sucesso das sociedades africanas perante muitas das adversidades do meio, razões para a valorização do papel da comunidade no fortalecimento do sentido de pertença dos indivíduos.

Os novos tempos exigiam uma força de trabalho permanentemente à disposição dos colonizadores. Na segunda metade do século XIX decorreu o processo insidioso e brutal que amarrava os africanos a outras formas de trabalho que o capitalismo internacional exigia.¹¹⁴⁶ A educação que deveria ser ministrada aos africanos, com a sua ordem de valores, a sua ideologia e os seus princípios, teria de acompanhar e reforçar como fosse possível, essa evolução.

¹¹⁴⁴ “Multiplica-se o inventário das diferenças, cria-se o vocabulário adequado, que homens como Oliveira Martins importam à medida que as faculdades de Medicina e o Instituto de Antropologia de Paris propõem uma reorganização do vocabulário, dos instrumentos e das maneiras de classificar. Tudo concorre para aceitar a humanidade antropológica, sem contudo renunciar à ideia principal: estes quase homens só podem encontrar justificação para a sua existência se forem obrigados a trabalhar: ciência, religião e política, estão enfim de acordo.” *Id.*, *Ibid.*, p. 85.

¹¹⁴⁵ Rego, 1960, p. 20. O autor alude, na sua publicação de 1960 às críticas que lembram a necessidade de não retirar os alunos do seu meio e também de não retirar o seu concurso para o trabalho. “E podia perguntar-se: «Na Europa não sucede o mesmo? A recente campanha antianalfabetismo desenvolvida na metrópole portuguesa não foi por alguns recebida como destinada a afastar mais braços do manio dos campos?». *Id.*, *Ibid.*, p. 22. O mesmo autor refere: “Quando da ocupação militar de Gaza havia a exigência do trabalho gratuito num determinado número de dias em abertura e limpeza de caminhos; denominado “chibalo”, nome que veio também a ser dado ao trabalho obrigatório ou forçado, embora remunerado. O chibalo era pois o trabalho gratuito que se pagou “ao pessoal trabalhador indígena, que noutro tempo trabalhava só pela comida (chibalo)”. *Id.*, *Ibid.*, p. 99.

¹¹⁴⁶ Sobre a evolução necessária para a “(...) criação, também nas colónias, de uma força de trabalho permanentemente integrada à esfera produtiva.” Veja-se Zamparoni, 2002, pp. 81-118.

5. Os focos de influência portuguesa – centros de tipo urbano

Mantendo a presença em determinados pontos da costa, os portugueses pretendem reivindicar o domínio perante os rivais europeus. Uma presença muitas vezes ampliada, materializa-se, essencialmente, na instalação de pequenos núcleos populacionais no litoral, com limitada área de influência.¹¹⁴⁷ Vivendo uma existência muitas vezes delicada, neles surgem as primeiras tentativas de introdução de formas e modos de vida de tipo europeu – presídios, instituições, hábitos e os primeiros rudimentos de instrução veiculados por «aulas» ou escolas.

As localidades costeiras em meados do século encontravam-se em situação débil.¹¹⁴⁸ Na primeira metade do século XIX, aponta-se Inhambane como ponto de interesse para o comércio, mas subaproveitado; Sofala, que fora outrora rica, estava, nessa altura, miserável; Quelimane, pequena, com mau porto, mantinha muito comércio; em Angoche, o fraco poder dos portugueses é atestado pelo débil trato que controlam; Moçambique, que como os outros estabelecimentos do litoral representa um singular contraste de costumes, estende a sua influência à Cabaceira e Mossuril; em Cabo Delgado – onde os franceses comerciavam no passado – destacavam-se entre as ilhas povoadas – Amira, Querimba, Ibo; na Zambézia, com as suas localidades de Sena, Tete, Manica, Zumbo, as estimativas de distâncias eram ainda muito precárias, prevendo-se de Tete até Zumbo quase um mês de viagem.¹¹⁴⁹

As dificuldades resultam, por um lado, da incapacidade portuguesa para efectivar domínio mais amplo e, por outro, da existência de grupos africanos, que obstem a veleidades de expansão. A existência de ambas as comunidades é feita de um equilíbrio entrecortado por

¹¹⁴⁷ Já nos finais do século XVIII as localidades «europeias» em Moçambique enfrentavam muitas dificuldades e precariedade e “(...) exceptuando a vila de Moçambique, os aglomerados urbanos nada tinham, nos finais do séc. XVIII, que os tornassem dignos desse nome”. Vieira, 1996, vol. 1, p. 40. Valentim Alexandre refere que é por esses pontos na costa que “(...) se efectua a ligação entre os sistemas africanos de comércio a longa distância e as redes transoceânicas, assim como, na costa ocidental, ténues sociedades constituídas nos portos negreiros e zonas limítrofes fazem a articulação entre as correntes de tráfico do continente e o sistema colonial mercantilista.” Alexandre, 2000b, p. 232. O autor contraria a ideia de abandono de Portugal em relação às possessões ultramarinas, nomeadamente pelas conclusões que derivam da observação que faz dos orçamentos liberais oitocentistas. Prefere explicar o atraso da ocupação territorial com uma série de factores decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e progresso técnico; a própria evolução africana e dos africanos e sua adequação às novas solicitações económicas internacionais assim como da passagem da «questão colonial» a ponto central das atenções políticas portuguesas, entre outros aspectos. *Id.*, *ibid.*, pp. 234 e ss.

¹¹⁴⁸ “(...) cálculos de 1849 admitiam que a população tributária, portanto integrada no controlo português, oscilava entre 68000 indivíduos (dos quais 42 000 escravos e 2000 brancos, árabes e indianos) e 300 000. O núcleo então chamado Lourenço Marques (hoje Maputo) não passaria de uma aldeia com uns 50 colonos cristãos no meio de uma multidão de escravos; Inhambane, o principal núcleo mais ao norte, disporia de uns 700 indivíduos livres e 2600 escravos; em Sofala ainda não residiriam brancos, mas, com os escravos, havia umas 2400 pessoas. Quelimane seria um núcleo com 200 colonos portugueses, pouco mais de 30 árabes e uns 3260 escravos; em Tete, de 4500 moradores, somente 20 seriam portugueses, e em Moçambique existiriam 11 000 habitantes, dos quais 270 cristãos, 1150 muçulmanos, 102 indianos e 7000 escravos.” Castro, 1989, p. 471.

¹¹⁴⁹ Neves, 1830, pp. 261-270.

rupturas importantes, explosões de violência, pressões e chantagens, confrontos e alianças, sem que os portugueses possam, como provavelmente desejariam, alterar de forma acentuada os modos de vida dos africanos e neles influir decisivamente.

De qualquer modo, importa sublinhar as relações que se foram estabelecendo entre estes núcleos e a população local. Para os africanos, tolerar a presença portuguesa pode explicar-se pelo interesse na manipulação da comunidade de influência europeia para as suas próprias conveniências comerciais – o acesso a determinados bens, a venda de produtos de que os invasores carecem, o acesso a objectos de diferente tecnologia, a busca de mais poder, desequilibrando a relação com vizinhos ou rivais. Os interesses das comunidades locais não podem deixar de considerar o limitado poder e marginalidade da colectividade forasteira. Dela se aproveitam, abrindo ou fechando as portas da cooperação, de acordo com as suas próprias vantagens, procurando preservar actividades que sempre desenvolveram, mas adequando-as ou potenciando a sua rentabilidade, sem que se alterem as suas formas de vida de uma maneira estrutural.

O contacto com os europeus só seria empreendido se fosse visto pelos africanos como vantajoso, mesmo que no curto prazo. Uma tal coexistência implica compromissos, recuos, cedências e acordos que permitam formas de vida dotadas da estabilidade possível. Para os europeus, a vivência nestas “ilhas” ganha contornos especiais.¹¹⁵⁰

Esses núcleos dispersos permitem, apesar de tudo, a criação de um universo mítico não menosprezável e que consiste na ideia de que encarnam os laços «fortes» de uma presença multissecular. Vestígios mais ou menos marcados da tecnologia europeia (mesmo que escassa), da moda europeia (mesmo que pobre), em suma, de um punhado de conceitos que enformam a mentalidade de um pequeno e débil país europeu (mesmo que pressionado pela situação económica cronicamente difícil), herdeiro de uma ideia de passado heróico, glorioso.

Estes factos explicam a emergência, nesta época, da actuação dos “filhos da terra”, gente que invoca a sua condição com o objectivo de valorizar o seu contributo. Muitas vezes fruto de cruzamentos culturais, encontram-os presentes na administração, nos incipientes órgãos de governação locais, como funcionários ou professores.

Mas é sobre estas realidades que se constrói a ideia de Império. É com elas que se materializa a imagem que se não quer ou pode aprofundar. Para que o mito continue. Para que

¹¹⁵⁰ Refere Isabel Castro Henriques, sobre os espaços urbanos que as imagens que deles dispomos “(...) são, na sua quase totalidade, inspiradas pela visão mítica da África oriental, tal como ela foi sendo construída pelos Europeus: manifesta-se uma aberta opção pelas representações das cidades como sendo ilhas, quer se trate de ilhas autênticas, quer se trate de ilhas construídas pelos homens, destinadas a assegurar a autonomia de um grupo, quer na relação com a natureza, que constitui o primeiro obstáculo, quer na relação com os homens, que podem ser integrados ou dominados.” Henriques, 1998, p. 20.

os portugueses continuem detendo “reserva moral” que alimente ideias de uma riqueza que, em caso limite, de necessidade, poderia até justificar o acto de venda das colónias.¹¹⁵¹

Oliveira Martins sugeriria a alienação, “mais ou menos claramente”, do Oriente e de Moçambique, em que apenas pontificam “protectorados irrisórios e domínios apenas nominais (...).”¹¹⁵² Sugestões como esta, que fazem estremecer muitos espíritos da época, baseiam-se, contudo, na consciência da precariedade portuguesa.

A ideia de alienação de Moçambique surge também, primacialmente, em consequência do Ultimatum. Defende-a Ferreira de Almeida, por exemplo, em obra publicada no ano de 1891.¹¹⁵³ Também David Rodrigues para quem a falta de tropas e de dinheiro, por todo o lado, estiveram na base da mesma ideia.¹¹⁵⁴

A decadência parece ser o factor comum nas descrições das localidades de Moçambique no séc. XIX, comparadas com uma mítica situação do passado, em muitos casos, ou com uma mais real degenerescência em tantos outros. O panorama descrito pelos vários autores é desanimador. João de Sousa Machado, em meados do séc. XIX expõe o estado das “(...) miseráveis aldeias que, desde 1764, gosam do foro de villas (...)”.¹¹⁵⁵

Em 1856 ordenava-se, da Metrópole, que nas Câmaras municipais do Ultramar se cumprisse a portaria de 8 de Novembro de 1847, estipulando que nos livros de Anais do Município se mencionasse, nas capitais das províncias, determinados factos e acontecimentos e a posse dos governadores respectivos, bem como a duração do seu governo.¹¹⁵⁶ Trata-se de mais uma tentativa para conseguir o controlo mínimo e uma certa regularidade na vida das localidades. Assim como a recolha de alguma informação sistematizada.

No final dos anos 60, a situação de diversas localidades de «domínio» português era frágil. Delfim Oliveira deixa, em relação a esses anos, uma visão desoladora, culpando o “(...) desleixo, da indiferença dos senhores ministros principalmente”.¹¹⁵⁷

A situação real em 1874 é expressa por David Rodrigues, que cita o então Governador da Província, quando afirmava que os portugueses deviam limitar a sua “«actividade ao littoral e esperar que a acção do tempo e das circunstancias nos permittisse irradiar

¹¹⁵¹ Isabel Castro Henriques alerta que uma “(...) leitura apressada de muitos documentos portugueses pode levar à conclusão de que se regista uma nítida desvalorização das colónias africanas, que levou de resto alguns homens políticos e alguns ideólogos, a propor ou o aluguer ou a venda de algumas colónias. Semelhante situação corresponde ao período de reorganização teórica, ideológica e prática da vida portuguesa, na sequência dos graves conflitos que marcaram a vida nacional entre os anos finais do século XVIII e os primeiros trinta anos do século XIX.” Henriques, 1997c, p. 20.

¹¹⁵² Martins, 1887, p. 233.

¹¹⁵³ Almeida, 1891. Segundo ele teriam os portugueses, perante a negligência própria, que resignar-se sofrendo o “direito da força” que já teriam utilizado, eles próprios, em outros tempos. *Id., ibid.*, 1891, p. 28.

¹¹⁵⁴ Rodrigues, 1910, p. 32.

¹¹⁵⁵ Machado, João de Sousa, *Memorial e Proposta para a formação d'uma Companhia Geral para Moçambique*.

¹¹⁵⁶ Paço, 8/01/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 224.

¹¹⁵⁷ Oliveira, 1879, p. 22.

lentamente para o interior»”.¹¹⁵⁸ Os Makhuwa haviam estado em constante rebeldia assolando o Mossuril, e por ausência de força armada, nos diversos locais, os portugueses faziam-se substituir pelas autoridades cafreais.¹¹⁵⁹ A situação era análoga nas localidades do interior como nota, em 1882, o então capitão de artilharia Joaquim Carlos Paiva de Andrada, ao caracterizar a situação de parte da Zambézia em que o comandante militar de Sena não é “(...) conhecido pelos pretos dos prazos do interior, nem tem sobre elles a menor influencia”; muitos prazos não podem ser ocupados por causa das correrias dos *landins*; Manuel António de Sousa era autoridade natural com grande ascendente e domínio sobre toda a região, acrescentando que

“(…) esta influencia é toda pessoal, e não devida ao titulo de capitão-mór; e que este benemerito portuguez treme do que os pretos farão quando se der a sua morte, e pede com instancia que lhe forneçam os meios de transmittir parte da sua influencia, em quanto vivo, a um representante, como tal bem reconhecido pelos pretos, da autoridade portugueza.”¹¹⁶⁰

Além disso, acrescenta o iminente perigo de ocupação por gente vinda do Transvaal.

5.1. A sobrevivência dos núcleos urbanos

Na segunda metade do século XIX, algumas das localidades procurariam melhorar as suas estruturas de funcionamento tentando contrariar o seu declínio.

Lourenço Marques é elevada à categoria de vila em 8 de Dezembro de 1876.¹¹⁶¹ O decreto de promoção justifica-a por se ter “(...) tornado ultimamente muito importante pelo progressivo augmento da sua população e pelo desenvolvimento do commercio”.¹¹⁶² Onze anos depois, em 1887, ascende a cidade.¹¹⁶³

Em 1883, o governo decide a construção do caminho-de-ferro que se inicia em 1886, inaugurando-se um ano depois os primeiros oitenta quilómetros.¹¹⁶⁴ Em 1890, será aberta a exploração da linha-férrea de Lourenço Marques até Ressano Garcia.¹¹⁶⁵

¹¹⁵⁸ Rodrigues, 1910, pp. 45.

¹¹⁵⁹ *Id.*, *ibid.*, pp. 48.

¹¹⁶⁰ *Manica: comunicação e proposta do sócio Joaquim Carlos Paiva d'Andrada e parecer da Comissão Africana da Sociedade de geographia*, 1882, p. 8. O indo-português Manuel António de Sousa, o «Gouveia», manteve-se à frente de uma rede de aringas e consolidou por diversos meios, incluindo o casamento com filhas de régulos, o seu poder na Zambézia. De um casamento seu com uma das filhas do Macombe Chipapata falecido, no Báruê, resultariam duas filhas que receberam educação em Portugal. Rita-Ferreira, 1974, vol. 1, p. 416.

¹¹⁶¹ Lapa e Ferrer, 1889, p. 60.

¹¹⁶² Paço, 9/12/1876. REI. João de Andrade Corvo. *B.O.*, 5/03/1877, nº 10, p. 57.

¹¹⁶³ Liesegang, 1995, p. 19.

¹¹⁶⁴ Rita-Ferreira, 1985, p. 55.

¹¹⁶⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 56.

Em 1897, após o domínio militar da região dois anos antes, a capital muda de Moçambique para Lourenço Marques, transferindo-se o centro político e administrativo da colónia.¹¹⁶⁶

Em meados do séc. XVIII, a posição de Sofala, relativamente marginal ao eixo comercial Quelimane – Manica – Sena, estará na origem da mudança de nome da região de Rios de Sofala para Rios de Sena.¹¹⁶⁷ No final do século, a povoação e a fortaleza estavam em situação ruínosa.¹¹⁶⁸

Incluídas no distrito de Sofala estão as ilhas de Chiloane, Santa Carolina ou Bazaruto pequena, Bazaruto grande, Benguerua, Chijine ou Magaruke e Bango.¹¹⁶⁹ As ilhas de Bazaruto seriam pacificamente ocupadas em 1855.¹¹⁷⁰ Nessa altura, o governo-geral ordena a edificação de um estabelecimento numa das ilhas, baptizado com o nome de Santa Carolina.¹¹⁷¹

Em 1873, o Governador de Sofala explica que aquela vila já fora a capital de distrito e, segundo ele, deveria voltar a sê-lo se o seu porto dispusesse de uma barra acessível a navios de média lotação.¹¹⁷² Acorrendo aos anseios dos habitantes do distrito de Sofala, o Governador-Geral determinara a mudança e o estabelecimento definitivo da sede do governo de distrito na ilha de Chiloane.¹¹⁷³ O director das Obras Públicas recebe ordens para aí aplicar o plano da nova povoação, a 22 de Outubro de 1875.¹¹⁷⁴

No final do século, os portos de Chiloane e Sofala são considerados pouco importantes pelos responsáveis coloniais, transferindo-se a sua relevância para o porto da Beira.¹¹⁷⁵

A utilidade de Quelimane e seu porto compreende-se em função da dimensão económica do vale do Zambeze.¹¹⁷⁶ O grande rio é o coração do distrito, navegável até Quebra Bassa e daí em diante, até à foz do Sanhati, pelo menos durante seis meses do ano, em

¹¹⁶⁶ Embora os serviços, incluindo a Imprensa Nacional e correspondente publicação do Boletim Oficial apenas se processasse em 1898. Rita-Ferreira, 1985, p. 57.

¹¹⁶⁷ Vieira, 1996, vol. 1, p. 20.

¹¹⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 61.

¹¹⁶⁹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 131.

¹¹⁷⁰ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, ..., 1902, p. 121.

¹¹⁷¹ Machado, 1855, p. 6.

¹¹⁷² *B.O.*, 22/09/1888, nº 39, p. 584.

¹¹⁷³ Pélissier, para ilustrar a precariedade da situação portuguesa aponta que Sofala fora abandonada pelos negociantes *mouros* a partir de 1860 ou 1862 fugindo ao pagamento de tributo a Gaza. O governador acompanhá-los-ia até Chiloane onde, já em 1875, residia uma guarnição militar e um outro destacamento no Bazaruto. “Segundo parece, em 1875 já não havia na parte continental do distrito um único mestiço ou um único negro-africano que soubesse ler. Pelo menos fora de Sofala.” Pélissier, 1994, p. 453.

¹¹⁷⁴ *B.O.*, 30/10/1875, nº 44, p. 252.

¹¹⁷⁵ Mouzinho, 1899, p. 11.

¹¹⁷⁶ “Quelimane “(...) é um porto fluvial no Rio dos Bons Sinais, distante da costa. A ligação com o Zambeze fazia-se, a partir de Quelimane, pela continuação do Rio dos Bons Sinais, o Cuacua, numa distância de oitenta quilómetros. Este Cuacua foi-se assoreando e, em finais do século XIX, era um canal intransitável. Também a foz do Rio dos Bons Sinais, na ponta de Tangalane, não era de acesso fácil, aí se perdendo muitas embarcações. Não obstante, Quelimane impôs-se como o porto natural da Zambézia.” Capela, 2002, p. 221.

pequenas canoas. O Chire liga o Niassa com o Zambeze, podendo ser percorrido por vapores até à cachoeira Mamoirá.¹¹⁷⁷

Elevada a vila em Maio de 1763 sob o nome de S. Martinho de Quelimane,¹¹⁷⁸ a capital do distrito continua, no entanto, “pouco conhecida por este nome”.¹¹⁷⁹ Na sua área de influência encontram-se diversos prazos importantes que nessa época concorriam para o abastecimento da localidade.¹¹⁸⁰

No início do séc. XIX, na região de Sena e nos 28 prazos da sua jurisdição, caracterizados pelo grande absentismo dos senhores de terras, existiam 20 casais portugueses, incluindo goeses, constatando-se, nessa altura, “(...) um recuo generalizado do branco (português)”.¹¹⁸¹

Nas primeiras décadas do séc. XIX a situação de Manica é de “esquecimento e abandono” por parte dos poderes.¹¹⁸² Em 1808 a localidade vivia dias difíceis e dispunha de diminuto número de elementos para defesa, escassez de armamento e experimentava dificuldades no abastecimento de víveres.¹¹⁸³

O distrito de Manica, criado por decreto de 14 de Junho de 1884 e confirmado, por portaria de 12 de Fevereiro de 1886, integra os prazos da margem direita do Zambeze, entre Chupanga e Massangano e a vila de Sena. A emergência do porto da Beira será de importância vital para a sua criação.¹¹⁸⁴ O decreto desse ano estabelece que o pessoal administrativo inclui governador, secretário, comandante militar do Aruangua, um comandante do destacamento, um facultativo de 1ª classe, um missionário, dois primeiros-sargentos e igual número de cabos, doze soldados, dois corneteiros, um encarregado do material de guerra, 200 cipaes divididos em quatro *ensacas* de 50 homens cada.¹¹⁸⁵ Embora a sua sede se devesse situar em Manica, as autoridades portuguesas foram-se conservando na “baixa da serra Gorongoza” onde estabeleceram a povoação de Gouveia.

Em 1885 o distrito integrou os prazos de Cheringoma e Chupanga. Em portaria de 12 de Fevereiro de 1886 incorporam-se-lhe os prazos da margem direita do Zambeze, entre

¹¹⁷⁷ Castel-Branco, 1891, p. 192.

¹¹⁷⁸ Lapa e Ferreri, 1889, p. 121.

¹¹⁷⁹ *Id., ibid.*, p. 89.

¹¹⁸⁰ Nomeadamente o Quizungo grande, Licungo, Inhamacate, Chiringone, Boror. Também entre os mais importantes figuram: Chupanga, Luabo, Inhamunho, Melambe, Mahindo, Mirrambone, Marral, Macuze, Anguaze, Tirre, Maganja d’aquem Chire, Andone, Luabo d’Este. Vieira, 1996, vol. 1, p. 84. Ao distrito pertenceram os prazos de Sena que foram incorporados no distrito de Manica: Cheringoma, Timbue, Tambara, Ancoeza, Caia, Gorongosa, Chatue, Chemba, Gambo, Impiri, Inhacaimbe, Inacaroro, Inhacagaran, Inhacatondo, Inhamazi, Inhapanda, Inhamgoma, Inhacerere, Mussaua, Mussembe, Pita, Psinta, Monga, Sanca, Sone e Tapada. Lapa e Ferreri, 1889, p. 119.

¹¹⁸¹ Vieira, pp. 87-88.

¹¹⁸² Cime, 1890, p. 16.

¹¹⁸³ Vieira, 1996, vol. 1, p. 63.

¹¹⁸⁴ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, 1902, p. 127.

¹¹⁸⁵ Lapa e Ferreri, 1889, p. 75.

Massangano e Chupanga com excepção do prazo Massingir. O distrito também incluía, nessa altura, a vila de Sena.¹¹⁸⁶

A povoação de Gouveia, em 1886, apresentava um aspecto bastante precário.¹¹⁸⁷ A terra mais importante do distrito é, nesta altura, Paiva de Andrade, no Macequece, onde a companhia de Moçambique dispõe dos seus armazéns.

Dotado de grande relevância económica em meados do séc. XVIII, existiam no distrito de Tete, em 1810, 48 prazos.¹¹⁸⁸ Tete é, no início dos anos 70, apenas vestígio de um pretense antigo poder dos portugueses, nomeadamente em Massangano e na Makanga, sob influência dos Caetano Pereira. Também no Zumbo os portugueses figuravam a par dos descendentes do Muenemutapa a sul do Zambeze, do Estado da Makanga, ao norte, do reino do Undi e de dois estados Nguni.¹¹⁸⁹

Em 1875 o distrito formava um extenso comando militar englobando o Zumbo e a feira de Manica, com capital na vila de S. Tiago Maior de Tete.¹¹⁹⁰

A 27 de Abril de 1893 são suprimidos os distritos de Tete e Zumbo, incorporando-se no de Quelimane, sob a denominação de Distrito da Zambézia.¹¹⁹¹

Na segunda metade do século XVIII, a ligação Tete – Zumbo tornar-se-ia bastante insegura e iniciava-se um período de profunda decadência.¹¹⁹² Ressaltava a fraqueza dos recursos de protecção, a insegurança entre a população, as dificuldades nas comunicações e os frequentes ataques a que se encontrava sujeita.¹¹⁹³ Em meados do século XIX, o Zumbo é reocupado pelos portugueses.¹¹⁹⁴ Este deveria representar, para os colonizadores, uma guarda avançada no interior, a 100 quilómetros de Tete. Deste local até ao Zumbo fazia-se a viagem por terra até à Chicóia, em sete dias e daí em diante pelo rio, em quinze a dezoito dias ou por terra, em 8 a 9.¹¹⁹⁵

Em 1856 começavam os confrontos com o Sultão de Angóche até à criação, em 1865, de um distrito com governo subalterno na localidade,¹¹⁹⁶ após a sua ocupação em 1861.¹¹⁹⁷ Os

¹¹⁸⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 76.

¹¹⁸⁷ Manuel Rodrigues Pereira de Carvalho na viagem pela Zambézia de que havia sido incumbido a partir de Quelimane traça, em relatório de 15 de Outubro de 1886, um desanimador retrato da vila de Gouveia relativo a Julho desse mesmo ano: “No dia 19 cheguei à actual séde do governo de Manica, e confesso que não foi das melhores a impressão que senti ao avistar as sete palhotas quasi ao acaso, e sem ordem no meio d’um terreno árido e inculto, constituem toda a povoação de Gouveia. – Imaginava vêr ruas espaçosas como segundo julgo já foram descriptas, cercadas de elegantes casas embora cobertas de palha e só deparei com um montão de habitações que nem ao menos alinhadas estão.” *B.O.*, 6/11/1886, nº 45, p. 547.

¹¹⁸⁸ Vieira, 1996, vol. 1, pp. 91-94.

¹¹⁸⁹ Liesegang, 1991, p. 56.

¹¹⁹⁰ Pery, 1875, pp. 369-370.

¹¹⁹¹ *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317.

¹¹⁹² Vieira, 1996, vol. 1, pp. 96-97.

¹¹⁹³ *Id.*, *ibid.*, pp. 98 e ss.

¹¹⁹⁴ Rita-Ferreira, 1975, p. 179.

¹¹⁹⁵ Castel-Branco, 1891, p. 190.

¹¹⁹⁶ Rita-Ferreira, 1985, p. 54.

¹¹⁹⁷ Garcia, 1901, p. 83.

problemas de sucessão da ilha levavam a que entre na esfera de domínio dos portugueses.¹¹⁹⁸ A ilha e terreno limítrofe eram elevados à categoria de governo subalterno, com base na premissa de que o local era demandado pelo comércio internacional.¹¹⁹⁹

Em 1875, escreve Gerard Pery que o distrito engloba a pequena povoação de Angoche e da Ilha do mesmo nome e Primeira, planeando-se erigir uma nova povoação no Parapato e mudando para esse local a sede de distrito.¹²⁰⁰

Em 27 de Abril de 1893 também o governo do distrito de Angoche era reduzido (...) a um simples commando militar superior com jurisdição nos territórios do districto extinto que não estivessem sob a alçada do commando militar de Sangage, esses 35 annos de administração directa em Angoche representam na historia da província de Moçambique um período de triste decadencia.¹²⁰¹

Pela portaria do comissariado régio de 2 de Outubro de 1897 é substituído por uma capitania-mor que fica a pertencer, com outras, ao distrito de Moçambique.¹²⁰²

São oito as povoações principais existentes na ilha de Angoche em 1898: Catamoio (a principal), Muxellele, Calculo, Mitubane, Jorga, Arba, Quilúa, Mazinone.¹²⁰³

Desde cedo assumira o distrito de Moçambique o estatuto de centro económico, militar, administrativo e capital da colónia. A sua sede é a localidade de S. Sebastião, elevada a vila em 1761 e a cidade em 1817.¹²⁰⁴

No século XIX o distrito compreende a ilha de Moçambique, as freguesias da Cabaceira grande, Mossuril, xeicados da Cabaceira pequena, Quitangonha, Sancul e, formalmente, os territórios do interior.

Na região de Cabo Delgado, até 1808, teriam sido habitadas onze ilhas, situação alterada nesse ano, em virtude dos ataques dos Skalaves de Madagáscar, que dizimariam muitos dos habitantes.¹²⁰⁵ Em 1816, Querimba era capital do distrito, mas face àquelas incursões, os moradores sobreviventes fugiram para o Ibo, que passou a capital e sede de governo.¹²⁰⁶ Dois anos depois, o arquipélago já se encontrava em severa decadência perante a escassez dos abastecimentos e os ataques e revoltas Makhuwa.¹²⁰⁷

Esta constante reorganização do território reflecte a instabilidade e a tentativa do poder metropolitano de conter os fluxos e refluxos do domínio na região.

¹¹⁹⁸ B.O., 21/05/1898, nº 21, p. 232.

¹¹⁹⁹ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique ...* 1906, p. 17.

¹²⁰⁰ Pery, 1875, p. 369.

¹²⁰¹ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique ...* 1906, p. 18.

¹²⁰² *Id., Ibid.*

¹²⁰³ B.O., 21/05/1898, nº 21, p. 232.

¹²⁰⁴ Botelho, 1921, p. 29.

¹²⁰⁵ Lapa e Ferreri, 1889, p. 16.

¹²⁰⁶ *Id., ibid.*, p. 122.

¹²⁰⁷ Vieira, 1996, vol. 1, pp. 78-80.

5.2. Principais núcleos populacionais

Ao estado precário da povoação de Lourenço Marques e à sua necessidade de estruturas, edifícios e saneamento refere-se Diocleciano das Neves, em 1860.¹²⁰⁸

A instabilidade e a guerra levaram à necessidade de melhorar estruturas para defesa do presídio nos anos 60 e 70, período que corresponde a um aumento de investimento na região.¹²⁰⁹ “Humilde presídio”, em 1865 ali se constrói uma igreja e em 1874 o Governador Mendes Falcato concebe um projecto para a ampliação da localidade.¹²¹⁰ Neste mesmo ano conclui-se a estrada para o Transvaal.¹²¹¹

Nos finais do séc. XVIII, Inhambane enfrentava imensas dificuldades – necessidade de reparações, de melhoria dos instrumentos de defesa, de facilitar as penosas actividades comerciais e de superar as dificuldades no abastecimento de mantimentos.¹²¹² A estes aspectos somava-se o facto de as casas dos moradores serem de precária construção, o que originou diversos incêndios, o maior deles ocorrido em 1854 e obrigando a grande esforço de reconstrução por parte da população.¹²¹³

Por alguns considerada, em meados do século XIX, a vila mais populosa da África Oriental portuguesa era dotada de um bom porto.¹²¹⁴

Do núcleo inicial de 1856, a vila de Inhambane desenvolveu-se e dividiu-se, em 1886, em quatro bairros: Balane, bairro dos mouros, Chivatune ou bairro comercial; Tambene e Chalambe.¹²¹⁵

Em 1842, Sofala encontrava-se decadente e era urgente a sua mudança para um outro lugar, “(...) porque as arêas, que o vento continuamente faz mudar de posição, a vão sepultando, e obstruindo o porto. (...)”¹²¹⁶

As duas casas cobertas de telha existentes em Chiloane eram, respectivamente, propriedade da firma Fabre & C.^a de Marselha e uma outra, de propriedade particular. Uma das primeiras fora arrendada ao governo por 13\$500 réis mensais para aí instalar alfândega, delegação da fazenda e paiol. Em Sofala existem ainda outros edifícios: residência do governador, simultaneamente igreja, sacristia, secretaria, arquivo e quartel; e, alugados a particulares, os da alfândega, enfermaria, tribunal e escola.¹²¹⁷

¹²⁰⁸ Neves e Rocha, 1987, pp. 108-109.

¹²⁰⁹ Moraes, 2001, p. 61.

¹²¹⁰ Botelho, 1921, p. 30.

¹²¹¹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 60.

¹²¹² Vieira, 1996, vol. I, p. 54.

¹²¹³ Lima, 1971, vol. I, p. 39.

¹²¹⁴ *Diccionario Geografico das Colónias Portuguesas no qual se descrevem todas as ilhas, e porções de continentes, que Portugal possui no Ultramar; Suas produções naturaes, rios, Povoações, Commercio, &c. por um Flaviense*, 1842, p. 33.

¹²¹⁵ Lapa e Ferreri, 1889, p. 50.

¹²¹⁶ *Diccionario Geografico das Colónias ... um Flaviense*, 1842, p. 47.

¹²¹⁷ Lapa e Ferreri, 1889, p. 29.

Divide-se Chiloane em três bairros, o de Inhambaca onde residem negociantes mouros e batias, o dos mozungos do paiz e o da gente branca.¹²¹⁸ A vila dispunha de “(...) hospital, residência do governador, tribunal, casa de escola, município, quartel e alfandega; mas tudo pobríssimo. Em volta d’estas construções acham-se aglomeradas casas de negociantes e palhotas de pretos serviçaes.”¹²¹⁹

Sena era, em 1874, descrita como uma vila arruinada.¹²²⁰

Numa relação de 1883 o Padre Courtois refere o aspecto miserável de Tete, com a modesta igreja de S. Tiago Maior e as suas poucas casas.¹²²¹

Na ilha do Ibo existem dois fortes, o de S. José e o de Santo António, um farol que começou a funcionar em 1873 e um pequeno farolim de luz vermelha que assiste, deficientemente, as embarcações costeiras.

A evolução do número de habitantes atesta o crescimento e cosmopolitismo de Lourenço Marques nos últimos cinquenta anos do século XIX. Entre 1835 e 1845 fixam-se no local goeses e hindus de Diu e alguns comerciantes “parsi” ou indianos.¹²²²

Em 1843, a população englobava 120 homens livres e 327 escravos habitando 19 casas e 127 palhotas.¹²²³ Globalmente, o distrito teria, seis anos depois, 11 921 habitantes, 40 livres e 11 881 escravos.¹²²⁴

António de Campos Júnior avalia a população do presídio e povoação no ano de 1857, em 914 indivíduos, incluindo 83 europeus, 44 asiáticos, 2 americanos, 785 libertos e escravos.¹²²⁵ Para 1 de Janeiro de 1858, Liesegang aponta a existência no presídio de 888 pessoas, compreendendo 384 escravos de particulares e 11 do estado, com estatuto de libertos.¹²²⁶ No *Mappa Estatístico da população do dito Districto referido ao dia 1 de Julho de 1859*¹²²⁷ aponta-se idêntico total de 888 habitantes, discriminando-os em: menores de 10 anos – homens 76 (27 escravos); mulheres 92 (23 escravas); de 10 a 60 anos – homens 341 (176 escravos) mulheres 361 (124 escravas); e 9 homens e 9 mulheres maiores de 60 anos. Por esta mesma altura, a população do distrito contaria 83 000 pessoas.¹²²⁸

¹²¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 57.

¹²¹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 182.

¹²²⁰ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 126.

¹²²¹ Correia S. J., 1991, p. 135.

¹²²² Liesegang, 1995, p. 42.

¹²²³ Rita-Ferreira, 1967/68, p. 117.

¹²²⁴ Pery, 1875, p. 371.

¹²²⁵ Junior, 1896, pp. 93-94.

¹²²⁶ Liesegang salienta a importância de criar as condições que permitissem, mediante a consolidação sobre os potentados e régulos garantir uma força de trabalho disponível que culminaria com o controlo sistemático expresso no *Regulamento de Serviçaes e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques, de 1904*. Liesegang, 1995, p. 41. O mesmo autor fornece outros dados de população baseando-se em diversas fontes: 1844, 492 pessoas; 1859, 974; 1862, 1021; 1895, 2799; 1896, 3672. *Id.*, *ibid.*, p. 43.

¹²²⁷ *B.O.*, 1/10/1859, nº 40, p. 158.

¹²²⁸ Lapa e Ferreri, 1889, p. 63.

Segundo Onofre Lourenço de Andrade, em Lourenço Marques, a 31 de Dezembro de 1864 a população dividir-se-ia em: “cristãos europeus – 51 militares, 22 civis, 10 mulheres; “cristãos asiáticos” - 5 militares e 5 civis; “cristãos indígenas” - 17 militares, 15 civis, 18 mulheres; “indígenas sem religião” - 5 militares, 150 civis, 282 mulheres; “mouros” - 16 civis e 2 mulheres; “baneanes” - 22 civis, “gentios” - 4 civis; “escravos” - 190 homens, 70 mulheres; “libertos civis” – 124 homens, 81 mulheres. Num total de 1094 habitantes.¹²²⁹

Outras fontes referem que, em 1865, a localidade propriamente dita teria 1 100 habitantes; 2 670 em 1872¹²³⁰ e, no final dos anos oitenta, o dobro deste número.¹²³¹ Em 1871, era ainda uma pequena povoação com poucas dezenas de portugueses, sem meios de defesa e sem apoio.¹²³²

No ano de 1889, o Governador de Distrito indica que é impossível precisar números fiáveis para a sua população, uma vez que a maior parte dela se encontra fora do controlo da autoridade colonial. Ainda assim, calcula a europeia em 150 pessoas e a asiática em 400.¹²³³

Dados de 1894 apontam 1017 habitantes: 512 portugueses, 100 ingleses, 28 holandeses, 26 alemães, 20 franceses, 13 suíços, 16 gregos, 6 espanhóis, 7 italianos, 2 austríacos, 1 dinamarquês, 1 sueco, 12 japoneses, 2 brasileiros, 99 «índios» portugueses, 116 «índios» ingleses, 52 chineses.¹²³⁴ No ano de 1897 existiriam já 2 242 europeus e americanos, 913 asiáticos e 1 747 africanos, cinco revistas e jornais, telefone e dezanove cônsules. Os portugueses europeus seriam 1633, a que se juntavam britânicos, chineses e franceses.¹²³⁵

Independentemente da disparidade das informações, nota-se um aumento demográfico que reflecte a crescente importância estratégica e política da região.¹²³⁶ Assinale-se, igualmente, um certo cosmopolitismo.

Para Inhambane, no início do século XIX, apontaram-se 704 fogos, com 701 pessoas, homens e mulheres de todas as idades, os mouros e negros forros.¹²³⁷ Em 1849 o distrito disporia de 3 267 indivíduos dos quais 674 livres e 2 593 escravos.¹²³⁸

¹²²⁹ B.O., 13/05/1865, nº 19, p. 85.

¹²³⁰ Pery, 1875, p. 370.

¹²³¹ Lapa e Ferrer, 1889, p. 61.

¹²³² Segundo José Telo, nesta data, a população era constituída por 458 pessoas (295 homens e 163 mulheres) incluindo 93 portugueses europeus e 28 estrangeiros europeus. Telo, 1991, p. 28.

¹²³³ B.O., 22/01/1887, nº 4, p. 30.

¹²³⁴ Junior, 1896, pp. 93-94.

¹²³⁵ Pélissier, 1988a, p. 327.

¹²³⁶ Zamparoni refere que na viragem do século XIX para o século XX, em Lourenço Marques, a maioria da população activa estava ligada ao comércio e serviços reforçando as suas características como entreposto portuário. Aponta que o censo de 1894 “(...) evidencia que o segmento branco constitui a maioria da força de trabalho ativa e recenseada e exerce um franco controle das actividades profissionais, exceto na atividade comercial e nos serviços domésticos (...)” Zamparoni, 2001, pp. 27-50, p. 27. O autor junta “(...) que os poucos africanos, que não se ocupavam em actividades braçais e que tinham acesso a funções administrativas, eram todos mulatos e que, além de manejarem a língua portuguesa, eram adeptos da religião católica, então oficial.” *Id., ibid.*, p. 28.

¹²³⁷ Botelho, 1835, p. 105.

¹²³⁸ Pery, 1875, p. 371.

Num arrolamento da população da localidade, com data de 1 de Janeiro de 1858 apontam-se entre cristãos, mouros, baneanes, parses e bitongas, 696 pessoas, a que se somava uma companhia de infantaria com 120 elementos.¹²³⁹ Uma relação da população do distrito, do ano seguinte, regista 22542 fogos, 14 habitantes europeus, 56 444 indígenas, 12 asiáticos, 237 mouros, 7 parses; 5 baneanes, 6 “gentios”, 58 libertos, 3112 escravos.¹²⁴⁰

Em 1862, Inhambane regista 30 europeus; 76172 Indígenas; 20 asiáticos; 241 mouros; 4 parses, 9 baneanes, 9 “gentios”, 63 libertos.¹²⁴¹

Gerard Pery refere, em 1875, que no distrito, além das terras da Coroa, existem 33 régulos subordinados ao domínio português e muitos cabos. À vila atribui 6 480 habitantes e ao distrito 106 000.¹²⁴² Em 1889 a população do distrito rondaria as 250000 pessoas.¹²⁴³

Segundo informação do início dos anos 90, a população europeia no distrito, na mesma altura, não deveria exceder os 100 indivíduos e era maioritariamente constituída por pequenos negociantes e empregados públicos residindo na vila. A população asiática é mais numerosa. Os habitantes da vila rondariam 1 500 pessoas, repartidas por vários bairros, separando indígenas, mouros, população comercial e europeia. São em grande parte mestiços e dedicam-se ao comércio.¹²⁴⁴

No início do século Xavier Botelho refere a existência, em Sofala, de 1225 pessoas.¹²⁴⁵ Em 1849 aí se registam sublevações, à semelhança de Sofala, Inhambane e Lourenço Marques.¹²⁴⁶ Nesse ano a população do distrito ronda 2 380 indivíduos, sendo 1 685 livres e 695 escravos.¹²⁴⁷

Na estatística da população relativa a 31 de Dezembro de 1860, para Sofala, num total de 1 394 indivíduos encontramos: 44 habitantes europeus, 232 indígenas, 15 asiáticos, 1 “chino”, 101 mouros, 3 baneanes, 906 escravos, 86 livres e libertos.¹²⁴⁸ O Governador Interino de Sofala, Jacintho Henriques de Oliveira Junior, a 3 de Abril de 1862, regista para Dezembro do ano anterior o total populacional de 1463 indivíduos. 42 Europeus; 275 indígenas; 14 asiáticos; 99 mouros; 5 banianes; 6 gentios; 1 “china”; 3 parses. 895 pretos escravos e 123 “ditos” livres e libertos 123.¹²⁴⁹

¹²³⁹ *B.O.*, 27/03/1858, nº 13, p. 54.

¹²⁴⁰ *B.O.*, 25/08/1860, nº 34, p. 141.

¹²⁴¹ *B.O.*, 29/08/1863, nº 35, p. 158.

¹²⁴² Pery, 1875, p. 370.

¹²⁴³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 49.

¹²⁴⁴ Castel-Branco, 1891, p. 176-178.

¹²⁴⁵ Botelho, 1835, p. 116.

¹²⁴⁶ Junior, 1896, p. 83.

¹²⁴⁷ Pery, 1875, p. 374.

¹²⁴⁸ *B.O.*, 22/06/1861, nº 25, p. 101.

¹²⁴⁹ *B.O.*, 5/07/1862, nº 27, pp. 99-100.

Na *Relação demonstrativa da estatística da população existente n'este districto até 31 de Dezembro de 1866*,¹²⁵⁰ oriunda da Secretaria do governo do distrito de Sofala em Chiloane, a 2 de Janeiro de 1867, assinada pelo tenente Governador Interino, José Maria de Magalhães Alvão, apontam-se 34 homens europeus, 6 mulheres europeias; asiáticos cristãos, 6 homens; asiáticos mouros, 9 homens; parses, 1 homem; baneanos, 1 homem; gentios, 3 homens; 1 chinês. Africanos cristãos, 59 homens e 100 mulheres; mouros, 59 homens; e 60 mulheres; indígenas livres, 78 homens e 97 mulheres; escravos, 664 homens e 880 mulheres. Existem no districto 70 fogos de população branca.

Por volta de 1873, Chiloane disporia de uma população de cerca de 4000 habitantes entre árabes, mouros, mestiços e nativos.¹²⁵¹ Dois anos depois, Gerard Pery atribui a Sofala, 2000 habitantes e 600 nas ilhas de Santa Carolina, Bazaruto e Benguerua¹²⁵²

Em 1887, o Governador de Distrito de Sofala, Jorge Pinto de Moraes Sarmiento, ordenou a elaboração de um recenseamento em que constam 1883 homens, 2418 mulheres e 2526 crianças.¹²⁵³ Nos totais gerais de população, o mapa do ano económico de 1886-1887 regista em Sofala, 2433 habitantes e em Chiloane, 3336. Nas ilhas de Santa Carolina, 218; Bazaruto grande, 1193; Benguerua, 219; Xegine, 53, num total de 7 452.¹²⁵⁴

No relatório do distrito de 1888 e num recenseamento que, segundo o Governador, não sendo rigoroso, seria “aproximado”, inscrevem-se 8167 indivíduos: 2221 homens, 2 645 mulheres e 3 301 crianças. Apenas 32 europeus, entre 17 portugueses, 1 francês, 1 holandês e 1 alemão; 80 asiáticos, dos quais 40 ingleses.¹²⁵⁵

Nas primeiras décadas do século XIX foram apontados na vila de Quelimane, 188 moradores cristãos (56 homens, maiores, e 34, menores; mulheres de maior idade, 58, e 40 menores), contando com os soldados de primeira linha, mas sem contabilizar os de segunda, por serem negros, mestiços e alguns mouros.¹²⁵⁶ Em 1806, o distrito de Quelimane, ainda não separado de Sena, contabilizaria 502 brancos de ambos os sexos e de maior e menor idade; entre mestiços e negros, 10960 “escravos presentes” e 10867 “ausentes”, incluindo uma menor parte de escravos e a maior de negros forros.¹²⁵⁷

Em 1849 o distrito, incluindo Tete, disporia de 21 303 habitantes livres e 13 034 escravos num total de 34 337 indivíduos.¹²⁵⁸

¹²⁵⁰ *B.O.*, 1/07/1867, nº 26, p. 112.

¹²⁵¹ Rita-Ferreira, 1975, p. 37.

¹²⁵² Pery, 1875, p. 370.

¹²⁵³ *B.O.*, 24/09/1887, nº 39, p. 437.

¹²⁵⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 440.

¹²⁵⁵ *B.O.*, 29 e Setembro, nº 39, p. 584.

¹²⁵⁶ Botelho, 1835, p. 251.

¹²⁵⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 262.

¹²⁵⁸ Pery, 1875, p. 371.

A estatística de Quelimane, publicada com data de 11 de Março de 1861, aponta 22 habitantes europeus, 36 indígenas, 28 asiáticos, 3 mouros, 1 parse, 10 baneanes, 2616 escravos, 300 libertos e 364 livres.¹²⁵⁹ No ano seguinte, registam-se 18 europeus, 38 indígenas, 10 asiáticos, 5 mouros, 1 parse, 9 baneanes, 4 gentios, 302 libertos, 4 269 escravos. Referem-se ainda 21 nascimentos, 3 matrimónios e 19 óbitos. Elementos respeitantes a 1863 mencionam 21 europeus, 60 indígenas, 38 asiáticos, 4 mouros, 1 parse, 8 baneanes, 4 gentios, 303 libertos e 4 134 escravos. Nesse ano teriam existido 21 nascimentos, 3 matrimónios e 22 óbitos.¹²⁶⁰

Em 1875 Gerard Pery refere a existência, no distrito de Quelimane, de mais de 10000 habitantes.¹²⁶¹

Não é possível, em 1887, fornecer dados credíveis sobre a população do distrito e a base fornecida pelos arrendatários dos prazos, ainda que não merecendo confiança, situa os habitantes entre 900000 e 1000000. Existem 116 europeus no distrito entre 91 portugueses e restantes estrangeiros. Dos 276 asiáticos apontados 141, são portugueses e 135 estrangeiros.¹²⁶²

A população da vila, no ano de 1889, é orçada em 3000 pessoas,¹²⁶³ número que aparece igualmente em informação publicada em 1891.¹²⁶⁴

Em relação a Sena, o censo populacional de 1860, de autoria da Câmara Municipal, aponta 114 nativos, 19 europeus, 11 asiáticos, 5 moçambicanos, três parses, três mouros, dois gentios, um baneane, um estrangeiro, 4500 escravos.¹²⁶⁵ Outra estimativa camarária, datada de 20 de Janeiro de 1862, sobre a população no ano anterior, regista um total de 4 330 habitantes: 113 nativos, 8 europeus, 10 asiáticos, dois parses, dois mouros, um gentio, três moçambicanos, um estrangeiro, 4 200 escravos.¹²⁶⁶

Em 1875 Gerard Pery estima a população do distrito de Sena, em 3 200 habitantes e acentua a decadência da vila.¹²⁶⁷ Segundo outra fonte, em Sena propriamente dita, no início dos anos de 90, residiriam cerca de 1 500 habitantes.¹²⁶⁸

No relatório referente ao ano de 1886-87 o Governador de Tete explica que não se podem fornecer números quanto à população, uma vez que nem sequer sabe “(...) até onde

¹²⁵⁹ *B.O.*, 4/05/1861, nº 18, p. 73.

¹²⁶⁰ Capela, 1993, p. 58.

¹²⁶¹ Pery, 1875, p. 369.

¹²⁶² *B.O.*, 1/07/1887, nº 40, p. 447.

¹²⁶³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 121..

¹²⁶⁴ Castel-Branco, 1891, p. 196.

¹²⁶⁵ *B.O.*, 6 de Abril de 1861, nº 14, p. 56.

¹²⁶⁶ *B.O.*, 29/03/1862, nº 13, p. 62.

¹²⁶⁷ Pery, 1875, p. 369.

¹²⁶⁸ Castel-Branco, 1891, p. 185.

chega a alçada das suas atribuições no interior”.¹²⁶⁹ Sublinha o enorme decréscimo no número de população, mas salvaguarda que números mais precisos apenas poderão ser obtidos se um dia os prazos puderem passar a ser controlados pelas autoridades do governo, o que de modo nenhum acontecia.¹²⁷⁰

O Governador de Distrito em 1887 explica que, para além da população de Tete e Zumbo, os seus habitantes são nómadas, especialmente na iminência de flagelos, como é o caso da fome que, nos últimos anos, assolara o distrito. Daí a dificuldade em calcular o número de habitantes. Arrisca mais de cem mil, sendo tão rara a população branca que, com a asiática, não excederá as cem pessoas.¹²⁷¹ Informações de final dos anos 80 avaliam a população do distrito em 400.000 pessoas.¹²⁷²

Em 1865, na estatística da população da localidade do Zumbo, figuram 1 habitante europeu, 1 asiático, 24 indígenas, 152 escravos, num total de 178 habitantes.¹²⁷³

Uma estatística da ilha de Angoche, assinada pelo comandante militar do quartel do comando, Joaquim Alexandre de Souza, a 15 de Janeiro de 1865, referente a 31 de Dezembro do ano anterior e englobando as povoações de Muxilele, Catamoio, Mapatale, Missurua, Quilua, Mibe, Ároba, Calcul, Juagá, Mitubane, regista 605 fogos. Entre indivíduos livres, um total de 1 235: 326 “varões” e 421 “fêmeas” maiores de 25 anos. Menores de 25 anos, 264 “varões” e 224 “fêmeas”. Os escravos totalizam 1 295 indivíduos: 365 “varões” maiores de 25 e 386 “fêmeas”; menores de 25, “varões”, 360 e “fêmeas”, 184. O total geral ascende a 2 530 habitantes, a que se junta 1 degredado e 80 elementos da força armada.¹²⁷⁴

Mais tarde, no relatório de 1886-1887, justifica-se a não existência de dados relativamente à população por nenhum domínio se exercer sobre os principais régulos do distrito.¹²⁷⁵

No relatório relativo ao ano económico de 1887-1888 do Governador Fernando Schwalbach, reafirma-se que nunca foi possível fazer um mapa da população em virtude do pouco domínio do governo sobre os régulos e pela falta de empregados competentes.¹²⁷⁶ Como o distrito não tem pároco, não existem baptizados e de nascimentos nada se sabe, porque os “(...) pretos não costumam dar parte á auctoridade do nascimento de seus

¹²⁶⁹ B.O., 24/03/1888, nº 45, p. 211.

¹²⁷⁰ B.O., 6/07/1889, nº 27, p. 413.

¹²⁷¹ B.O., 9/07/1887, nº 28, p. 302.

¹²⁷² Lapa e Ferreri, 1889, p. 135.

¹²⁷³ B.O., 27/04/1863, nº 17, p. 78.

¹²⁷⁴ B.O., 28/01/1865, nº 4, p. 21.

¹²⁷⁵ B.O., 5/11/1887, nº 45, p. 508.

¹²⁷⁶ B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608.

filhos”.¹²⁷⁷ Existe uma pequena mesquita com construção semelhante às “cubatas” dos negros.

Para a ilha de Moçambique, em 1829, Sebastião Xavier Botelho menciona 112 baneanes, 507 mouros naturais do país, 357 cristãos (195 brancos – contando homens, mulheres e meninos de 14 anos; e 130 mestiços), a que se juntariam 5000 cafres escravos.¹²⁷⁸ Em 1849 o distrito teria 10870 habitantes, dos quais 9760 escravos e 1110 livres.¹²⁷⁹ Nas Terras Firmes, sob jurisdição da “(...) Ilha de Moçambique – Limbo, Ilha de Bellu, Calunda, Apagafogo, Ampapa, Mossuril, Mapeta, Cabaceira Grande e Cabaceira Pequena – inventariavam-se 105 fazendas agrícolas, onde viviam 118 moradores, 202 colonos negros, 3015 escravos, para além de inúmeros swahili.”¹²⁸⁰

Numa estatística da população da cidade de Moçambique com data de 15 de Fevereiro de 1867, assinada pelo administrador do concelho, Fernando Mayer, e referente a 10 de Fevereiro desse mesmo ano, num total de 3741 habitantes arrolam-se: 499 europeus (433 homens e 66 mulheres), 3 americanos (2 homens e 1 mulher), 73 asiáticos (51 homens e 12 mulheres), 9 timorenses (3 homens e 6 mulheres), 400 indígenas (173 homens e 227 mulheres), 155 mouros (92 homens e 63 mulheres), 12 mujojos (11 homens e 1 mulher), 68 batiás, 45 baneanes; 40 gentios; 6 parses; 2 431 escravos e libertos (1 262 homens e 1 169 mulheres). Esta população encontra-se dispersa por 580 fogos.¹²⁸¹

Em 1875 Gerard Pery atribui à cidade de Moçambique 7000 habitantes e ao distrito 30 000, “não contando com a população dos sertões, onde o domínio é puramente nominal.”¹²⁸² A população do distrito, de difícil cômputo, face à enorme disparidade das informações, varia, em 1889, entre os 30000 e os 150000 indivíduos.¹²⁸³ A população da ilha rondaria os 12000 habitantes em 1891.¹²⁸⁴ Existem dois bairros – o europeu, onde vivem também alguns asiáticos, e o indígena.

Mesmo na primeira década do séc. XX, em Moçambique é “insignificante a população branca”, não existindo mais de duzentas pessoas, dividindo-se por algumas casas comerciais, estações de telegrafia submarina e repartições públicas.¹²⁸⁵

O arquipélago de Cabo Delgado é composto por vinte ilhas. Para o início do século Xavier Botelho aponta como povoadas apenas as ilhas de Arimba, Carimba, Ibo, Malemne,

¹²⁷⁷ *Id., ibid.*

¹²⁷⁸ Botelho, 1834, p. 70.

¹²⁷⁹ Pery, 1875, p. 371.

¹²⁸⁰ Vieira, 1996, vol. 1, p. 65.

¹²⁸¹ *B.O.*, nº 22, 1/06/1867, P. 98.

¹²⁸² Pery, 1875, p. 369.

¹²⁸³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 96.

¹²⁸⁴ Castel-Branco, 1891, p. 205.

¹²⁸⁵ Borges, 1912, p. 14.

Anize, contendo, todas elas, 160 fogos, com uma escassa população de 230 maiores masculinos e 260 mulheres e, respectivamente, menores, 55 e 64, totalizando 609 habitantes.¹²⁸⁶

Outras informações perto do fim do séc. XIX, apontam como habitadas as ilhas do Ibo, Querimba, Matemo, Bringosa e Fumbo.¹²⁸⁷ Outros autores apenas incluem neste caso quatro ilhas, Ibo, capital do distrito, Querimba, anterior capital, Matemo e Fumbo.¹²⁸⁸

Em 1849 o distrito teria 5 636 habitantes, dos quais 1 104 livres e 4 233 escravos.¹²⁸⁹

Jeronymo Romero, no ano de 1852, indica para as ilhas a população de 2 422 habitantes.¹²⁹⁰ Segundo o mesmo autor, já em 1858 e para a ilha do Ibo existiriam 5 410 habitantes. O total do arquipélago era de 23 366.¹²⁹¹

Gerard Pery aponta, para 1853, o facto de serem habitadas onze das vinte e oito ilhas quando, na altura em que escreve (1875), apenas eram povoadas quatro, com um total de 1440 indivíduos livres e 5150 escravos. Destes, residiriam nas terras firmes 3700 habitantes.¹²⁹² Jeronymo Romero apontava, para 1860 a população do distrito em 23366 pessoas das quais 5250 no Ibo.

Em 1886 o número total de habitantes das ilhas seria apontado por Perry da Câmara, sem mencionar fontes, em 130000.¹²⁹³ No mesmo ano, o general Palma Velho, baseado no seu próprio recenseamento, aponta 60 048 indivíduos.¹²⁹⁴

O Governador de Distrito explica, em 1889, que, devido à entrega do poder às autoridades locais, não é possível saber o número de habitantes, sequer aproximado, do interior.¹²⁹⁵ Aponta a existência de 2500 indivíduos na vila do Ibo, dos quais 25 seriam estrangeiros – 20 portugueses e 5 “adventícios” –, a que se somavam 113 asiáticos, incluindo 30 de nacionalidade portuguesa e 83 estrangeiros.¹²⁹⁶

No ano de 1880, o Governador do distrito, capitão tenente José Cristiano de Almeida, em relatório de 20 de Julho de 1881, confirma que nessa época eram habitadas permanentemente Querimba, Fumbo, Matemo e o Ibo, em que se encontra a vila do mesmo nome, capital do distrito, com 130 fogos “exclusive as palhotas” e cerca de 2500 habitantes.

¹²⁸⁶ Botelho, 1835, p. 395.

¹²⁸⁷ Castel-Branco, João Bentes, *Guia do Colono para a Africa Portuguesa, Revista e correcta por muitos dos principaes africanistas portugueses*, Typ. Da Empresa Litteraria e Typographica, Porto, 1891, p. 210.

¹²⁸⁸ Lapa e Ferreri, 1889, p. 16.

¹²⁸⁹ Pery, 1875, p. 371.

¹²⁹⁰ Citado por Lapa e Ferreri, p. 16.

¹²⁹¹ Romero, 1860, p. 58.

¹²⁹² Pery, 1875, p. 368.

¹²⁹³ Citado por Lapa e Ferreri, 1889, p. 17.

¹²⁹⁴ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 634.

¹²⁹⁵ *B.O.*, 30/09/1889, nº 39, p. 590.

¹²⁹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 590.

Em 1887-88, para a ilha do Ibo apontam-se 2500 habitantes integrados numa população total (ilhas e litoral) entre os 60 e 70000 indivíduos nos quais discriminam 21 europeus – 16 portugueses, 3 ingleses, 2 franceses e 148 asiáticos, 37 de nacionalidade portuguesa e 111 de inglesa.¹²⁹⁷

Todos estes dados, cálculos e estimativas, muitas vezes divergentes, salientam a ausência (quase total) do domínio português sobre a população que teoricamente subjuga e a clara diferença entre os vários núcleos populacionais que a administração vai conhecendo e tentando enquadrar e os “outros” que fogem, no hinterland, a qualquer contagem, domínio ou controlo.

As localidades experimentam ameaças dos povos que as rodeiam. Durante o século XIX, a situação de Lourenço Marques é marcada pela instabilidade. Atacado o presídio em 22 de Novembro de 1833 por Manukusse, dele suportaria novas investidas em 1841 e 1848 (quando tenta impor à vila o pagamento de tributo) e continuaria dele sofrendo hostilidades até 1857 (altura em que é assinado tratado de paz) – até à sua morte em 1859.¹²⁹⁸ Já em 1843 os régulos da Magaia e Muamba procuraram, por sua vez, tomar a fortaleza.¹²⁹⁹ Mas foi sobretudo a ameaça dos «vátuas», em 1855, a pôr a nu as limitações da protecção ao local.¹³⁰⁰

Com a morte de Manukusse, a disputa entre Chaka e Muzilla leva este último a solicitar ajuda aos portugueses, que se traduziria num exemplo da intervenção europeia junto das populações locais quando foram fornecidas armas aos homens de Muzilla pelos negociantes da vila e pelo presídio. Chaka, derrotado, acabaria por fugir para Muzilikazez.¹³⁰¹

A década de 50 foi particularmente conflituosa no local, quando a acção dos Nguni afectava seriamente as actividades comerciais.¹³⁰² Já em 1850 rebelam-se os soldados portugueses e prendem o Governador do presídio. Entre 1858 e 1868 sucedem-se ataques, por régulos vizinhos, a Lourenço Marques e aos soldados fora do presídio.¹³⁰³ A juntar à delicada situação, no final dos anos 50, Lourenço Marques teria reputação “(...) de ingovernável, pois os degredados, os bandidos e outros moradores de vida equívoca eram quem ali fazia a lei.”¹³⁰⁴

¹²⁹⁷ B.O., 29/09/1888, nº 39, p. 591.

¹²⁹⁸ Junior, 1896, p. 83.

¹²⁹⁹ Rita-Ferreira, 1967/68, p. 116.

¹³⁰⁰ Machado, 1855, p. 4.

¹³⁰¹ Junior, 1896, pp. 114 e ss.

¹³⁰² Rita-Ferreira, 1967/68, p. 117.

¹³⁰³ Rita-Ferreira, 1985, p. 54.

¹³⁰⁴ Pèlissier, 1988a, p. 197.

Em 1864, fora a vez de Mawewe, em conjunto com os Suázis e o régulo da Muamba, atacarem as terras da Coroa e ameaçarem a fortaleza.¹³⁰⁵ Em Maio de 1868 sublevam-se os indígenas nas proximidades de Lourenço Marques com o objectivo de atacar o presídio, como já haviam intentado várias vezes, pelo que o conselho de governo, na ausência do Governador-Geral, decreta o estado de guerra no distrito.¹³⁰⁶ Neste ano, o régulo Zixaxa ataca, sem êxito, a nova muralha defensiva erigida por subscrição pública do Governador Gourgelt.¹³⁰⁷

A agitação continua pelos anos oitenta. Em Janeiro de 1883, é deposto o régulo Chicavelle da Mahota, pretensamente “por crueldades e extorsões que exercia nos seus governados” e nomeado em sua substituição o irmão Mamata.¹³⁰⁸ No mês de Outubro o Boletim Oficial regista que foi derrotada a “gente da Cherinda que tinha insultado a bandeira portuguesa”.¹³⁰⁹ Em Novembro os homens de Mosuate agrupam-se na fronteira da Muamba e tentam invadi-la.¹³¹⁰

A morte de Muzilla em 1884 leva à sucessão de Ngungunyane e a correspondente nova ameaça à região. 1894 é ano de conflito entre as autoridades europeias e os africanos, resultando da tentativa de implementação do imposto de palhota e sua respectiva cobrança.¹³¹¹ Revoltam-se os régulos Magaia, Zixaxa e Muamba, atacando Lourenço Marques e a linha-férrea até 1895. Seguem-se combates que culminarão com a prisão de Ngungunyane.

Em 1848, Inhambane é atacada e o governador morto.¹³¹² No ano seguinte registam-se sublevações na mesma localidade, em Sofala e em Lourenço Marques.¹³¹³

Inhambane viveu sob a ameaça constante do régulo Manukusse o que condicionou a área que poderia ser efectivamente fruída pelos seus habitantes.¹³¹⁴

As ameaças por parte de forças africanas sempre estiveram presentes.¹³¹⁵ Em 1883 registava-se, no Boletim Oficial, o “(...) receio que cauzam sempre as forças do Muzilla quando vem às terras do Macuacuno.”¹³¹⁶

¹³⁰⁵ Rita-Ferreira, 1967/68, p. 117.

¹³⁰⁶ *B.O.*, 9/05/1868, nº 19, p. 85.

¹³⁰⁷ Rita-Ferreira, 1967/68, p. 117.

¹³⁰⁸ *B.O.*, 24/02/1883, nº 8, p. 52.

¹³⁰⁹ *B.O.*, 15/12/1883, nº 50, p. 341.

¹³¹⁰ *B.O.*, 9/02/1884, nº 6, p. 27.

¹³¹¹ Liesegang, 1995, p. 29.

¹³¹² Junior, 1896, p. 83.

¹³¹³ Rita Ferreira situa em 1849 o ataque por ordem de Manukusse. E em 1850 a reacção das tropas portuguesas destruindo as terras de régulos da região e eliminando os de Inguana e Paraguana. Rita-Ferreira, 1985, p. 54.

¹³¹⁴ Machado, 1855, p. 5.

¹³¹⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 5 e segs.

¹³¹⁶ *B.O.*, 24/11/1883, nº 47, p. 321.

Surtem outros factores de desestabilização no quotidiano da vila de Inhambane. Por exemplo, em 1884, o sossego público foi alterado por boato falso de guerra, “facto lamentavel que faz sempre transtornos ao commercio”. É preso e entregue ao poder judicial, no dia 30 de Setembro desse ano, nas terras do régulo Mucumba, o cidadão inglês Thomas Barnet, “por andar a angariar pretos para levar para Porto Natal”.¹³¹⁶ Dia 4 fora capturado no sítio da Matenga o mouro Usseni Bay Zamudine “por ter presos na sua povoação n’uma gonilha 8 mulheres e 2 muleques”. *B.O.*, 4/10/1884, nº 40, p. 187.

Vila desde 1763, Sofala conservar-se-ia capital do distrito até Julho de 1865, altura em que a capital será mudada para Chiloane, facto forçado pelas incursões dos «vátuas».¹³¹⁷ Para ali se haviam refugiado os habitantes de Sofala passando Chiloane a sede de governo em 1865.¹³¹⁸ Mussagi, um negociante mouro ter-se-ia interessado em estabelecer-se em Chiloane para se proteger dos ataques dos “vátuas». A ele se juntariam muitos habitantes de Sofala. A população aí residente continuaria, no entanto, sujeita a incursões de atacantes, para além de ter de suportar a insalubridade local.¹³¹⁹ Ainda em 1888 se escrevia que as autoridades continuavam reduzindo a sua jurisdição ao forte de S. Caetano, sendo a vila poupada “(...) pelo tributo que se prestaram a pagar os seus diminutos habitantes.”¹³²⁰

Em meados dos anos setenta, a presença árabe era fortemente sentida na região de Sofala através da visita frequente de embarcações de cabotagem.¹³²¹

A localidade de Tete é inevitavelmente afectada pelos confrontos que assolam a região. Como o ocorrido entre o Inhaude, Joaquim José da Cruz ou Joaquim da Bamba, e Pedro Caetano Pereira. O comando militar de Tete apoiava este último. A navegação do Zambeze fora cortada por ambos os contendores. Em 1854, Joaquim José da Cruz derrota um grupo governamental, iniciando as «guerras da Zambézia».

O Governador queixa-se por em 1885 aí existirem muitos criminosos passeando “com toda a impudência”, a quem raramente são instaurados processos por falta de provas. A situação acabava por enfraquecer a autoridade portuguesa, que se vê impotente, mesmo quando as populações roubadas lhe pedem auxílio.¹³²²

Na região de Tete, os conflitos surgidos nos prazos são frequentes e de natureza variada. A 16 de Outubro de 1882, revoltaram-se os colonos do prazo Benga contra o enfiteuta, expulsando-o e ameaçando que, caso lhes não fosse enviado outro senhorio, o entregariam ao Bonga. A situação acabaria resolvida com “meios persuasivos e sem que fosse necessário empregar a força publica”, recolocando no prazo o enfiteuta inicial. A 17, os colonos do prazo Nhaufa pronunciavam-se contra o enfiteuta, “(...) porem d’uma maneira mais pacifica não aggreindo mas fugindo para o matto e negando-se a toda a especie trabalho quando o senhorio se apresenta no praso”.¹³²³

As relações com os habitantes da região são eivadas de vicissitudes. Conflitos de dimensão variável mobilizam a atenção e cuidado dos portugueses. Em Julho de 1883 surge

¹³¹⁷ Botelho, 1921, p. 30.

¹³¹⁸ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, ... 1902, p. 123.

¹³¹⁹ Lapa e Ferrer, 1889, pp. 28-29.

¹³²⁰ *B.O.*, 22/09/1888, nº 39, p. 584.

¹³²¹ Rita-Ferreira, 1975, p. 37.

¹³²² *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 491.

¹³²³ *B.O.*, 6/01/1883, nº 1, p. 3.

altercação entre os régulos Mucumba e Guitata, porque o primeiro não reconheceu o segundo, por seu cabo. Incendiaram mutuamente as suas povoações e colheitas. O capitão-mor interveio com os seus cipaes e Mucumba fugiu para Zavala abandonando as terras da Coroa que governava e aí deixando, como responsável, um parente seu.¹³²⁴

No mês de Julho de 1884 foi recebida embaixada do régulo da Makanga, sendo o Governador presenteado com uma ponta de marfim a troco de pólvora, para defesa dos *landins*. A pólvora foi negada e o marfim entregue à fazenda pública mediante o pagamento do seu valor.¹³²⁵

Em Setembro de 1884 marchou uma força de Makanga para auxílio das tropas do governo contra a revolta do Massingir.¹³²⁶ No final desse mesmo ano registam-se correrias da gente de Massangano no prazo do governo, Benga, sendo enviado, a fim de conferenciar com o Inhamissinga o sargento-mor da vila João Martins.¹³²⁷

Em 17 de Fevereiro de 1890 chegam à vila de Tete, vindos de Massanangué, 26 pretos “rebeldes”, sendo 13 enviados para Moçambique e tendo falecido os restantes.¹³²⁸

Em 12 de Julho é assaltada a aringa de Inhamotipice fronteira à Makanga por 40 indivíduos repelidos pelos cipaes; em 10, os 80 *landins* do régulo Chidiaunga atacaram o prazo Inhamacari, roubando 9 pessoas. Na retirada foram atacados pelo caçador europeu Eustáquio da Costa.¹³²⁹

A insegurança é um dos aspectos permanentes com que o poder colonial se defronta desde Tete até ao Zumbo onde, até final do séc. XIX são grandes as dificuldades para “(...) controlar as actividades das famílias de *muzungos* tais como Araújo Lobo e Rosário Andrade, pelo menos até 1900”.¹³³⁰

As relações com os povos locais caracterizam-se pela inconstância. Ao longo dos tempos os episódios de desestabilização sucedem-se. Em 20 de Abril de 1891 os *landins* de M’Pesene atacaram o prazo da coroa Cafuango, onde praticaram roubos e mataram um indígena. Segundo foi comunicado ao comandante militar do Zumbo, nesse mesmo mês, o Bonga teria alvejado um seu camarada de nome Mepinguiza.¹³³¹ As “correrias” dos *landins* continuariam no mês seguinte,¹³³² como em Junho de 1891, e também as incursões e roubos

¹³²⁴ B.O., 1/09/1883, nº 35, p. 253.

¹³²⁵ B.O., 15/11/1884, nº 46, p. 213.

¹³²⁶ B.O., 22/11/1884, nº 47, p. 222.

¹³²⁷ B.O., 20/12/1884, nº 51, p. 243.

¹³²⁸ B.O., 10/05/1890, nº 19, p. 226.

¹³²⁹ B.O., 8/11/1890, nº 45, p. 479.

¹³³⁰ Coelho, 1991, p. 104. “Muzungo” era, antes do século XVIII, expressão que designava inicialmente os enfeiteutas dos prazos da Zambézia e, nesta época passava a qualificar o homem branco, vindo a tornar-se extensiva a todos os que viviam sem trabalhar. Papagno, 1980, pp. 40-41.

¹³³¹ B.O., 19/09/1891, nº 38, p. 85.

¹³³² B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 401.

dos homens do M'Pesene aos negociantes nas terras de Uvinza, Chirenga, Casembe, e outros locais.¹³³³

Em Angoche, no ano de 1855, Mussá-Quanto manipulava seu irmão, o sultão Assane, para que este alargasse a sua influência nos domínios territoriais. A sua actividade levou à reacção de João Bonifácio Alves da Silva, proprietário de uma das aringas atacadas pelo sultão, que ameaçou Assane e propôs ao Governador-Geral tomar a ilha de Angoche. João Bonifácio e os seus cipaes mobilizaram-se, enquanto do lado do inimigo, Mussá-Quanto assumia o comando perante a fuga de Assane para Quíloa. As forças de João Bonifácio tomariam a ilha de Angoche em 26 de Setembro de 1860.¹³³⁴ João Bonifácio havia morrido na empresa e de Quelimane partiria, para o substituir, seu irmão, Victorino Romão José da Silva.¹³³⁵ De 1860 a 1862 tomaria posições nas terras firmes. Mussá-Quanto seria preso nas terras de Sancul e encerrado na capital, na fortaleza de S. Sebastião, de onde se viria a evadir-se, “protegido por um negociante de Moçambique”, rumo a Madagáscar. Daí regressaria, desembarcando em Tungue e retomando, pelo caminho, as suas antigas povoações, com excepção da ilha de Angoche.¹³³⁶ Dos seus recontros com os portugueses resultariam baixas severas para os últimos. Permaneceria dez anos senhor de todas as localidades com excepção da ilha de Angoche, período de tempo em que entraria em conflito com o régulo da Imbamela, Morlamuno, que seria obrigado a fugir perante as suas ofensivas enquanto solicitava auxílio aos portugueses.

Em Janeiro de 1872, a guerra entre os dois voltaria a reacender-se, tendo Mussá-Quanto aniquilado definitivamente o seu inimigo. A chegada, em Abril desse ano, do Governador Interino Joaquim António da Silva Ferrão com a missão de negociar com Mussá-Quanto redundaria na atribuição, a este último, do posto de capitão-mor, com o ordenado mensal de 25 mil réis.¹³³⁷ Em troca, comprometer-se-ia a não fazer guerra aos portugueses, mas exigiria que estes não dispusessem de uma força superior a 1 sargento e 12 soldados. Prometia acabar a guerra com a Imbamela se o governo português o indemnizasse das suas despesas, no valor de nove contos de réis. As suas condições seriam expostas ao Governador-Geral da Província, que protelaria a resposta num período em que o Morlamuno, contactado pelos portugueses, aceitaria a paz, atitude rejeitada por Mussá-Quanto que, aproveitando a situação, atacaria o primeiro. Como consequência, Morlamuno, pensando que os portugueses

¹³³³ *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409. A acontecimentos como este, semeando a fragilidade, juntavam-se outros fenómenos como refere o comandante militar de Tete, coronel António Fonseca quando escreve que foram “aterradores” os boatos ocorridos na vila mas que eram posteriormente desmentidos. *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 414.

¹³³⁴ Lapa e Ferreri, 1889, p. 4.

¹³³⁵ *Id.*, *ibid.*

¹³³⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 5.

¹³³⁷ *Id.*, *ibid.*

estavam conluídos com Mussá-Quanto, torna-se inimigo dos europeus. O Governador Ferrão explicar-lhe-ia o equívoco, oferecendo-lhe o fornecimento de pólvora e um europeu para o ajudar no comando das suas forças. O morador Manuel Simões, homem designado para esse efeito, seria preso e sentenciado à morte quando se dirigia para Morlamuno. Acabaria por evadir-se, seguindo-se uma guerra com Mussá-Quanto, para a qual a paz apenas chegaria em 16 de Maio de 1877.¹³³⁸

As pressões sobre a região são permanentes. Em 1890 os homens do xeque de Sangage continuam a atacar tropas portuguesas.¹³³⁹ Entrecortadas por um ou outro sinal contrário, como quando no comando militar de Angoche, em 25 de Janeiro de 1894, o sultão de Moma prestou vassalagem por intermédio do sobrinho.¹³⁴⁰ Mas já em Agosto de 1895, segundo o comandante militar Luiz de Aguiar, o “célebre Farelay prepara-se para as suas costumadas correrias, nas terras de Imbamella”,¹³⁴¹ aviso que se repete no mês seguinte.¹³⁴²

Moçambique estava sujeita a confrontos e ameaças permanentes, especialmente por parte dos franceses e de chefes macuas.¹³⁴³ Os régulos “(...) muito embora sujeitos ao domínio portuguez, teem tentado por differentes vezes revoltar-se contra a nossa autoridade invadindo as propriedades do continente e obrigando o governo a enviar forças importantes para os bater.”¹³⁴⁴

Também se sucedem notícias de escaramuças, em grau variável, na região. Como a registada na administração do Bairro das Terras Firmes, em informação de Julho de 1884, quando se regista a revolta, de 12 de indígenas residentes no Fuço.¹³⁴⁵

Na capitania-mor das Terras Firmes, em Maio de 1890, alguns pretos de Tibane participam ao capitão-mor Miguel António Xavier duas entradas de gente do Marave comandada por Simba Mahepa e Amade Ibraimo na povoação, matando um homem e escravizando 12 mulheres, o que o leva a ordenar a sua captura. Acabaria Amade Ibraimo encurralado por um cabo de terras de nome Mutiquenhe. Tendo reagido, o fugitivo acabaria baleado, tendo os seus executores fugido ao verem “o morto com muitas bolsinhas ao pescoço que diziam trazer feitiços de guerra do Marave”.¹³⁴⁶

Em 20 de Março de 1893, na capitania-mor das terras da coroa de Moçambique, o negociante Lalá, estabelecido em Natinde, queixava-se do saque que à sua loja fizera

¹³³⁸ *Id., ibid.*, p. 6.

¹³³⁹ Rita-Ferreira, 1985, p. 56.

¹³⁴⁰ *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 128.

¹³⁴¹ *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 158.

¹³⁴² *Id., ibid.*, p. 159.

¹³⁴³ Vieira, 1996, vol. 1, pp. 70-71.

¹³⁴⁴ Lapa e Ferreri, 1889, p. 95.

¹³⁴⁵ *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213.

¹³⁴⁶ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 289.

«Mutucura». Um outro negociante, de nome Nura Latife, pediria ajuda, no dia 30, para dissipar o incêndio provocado pela gente de Mutucura no seu estabelecimento para o roubar. Foram ambos auxiliados pelo comandante militar.¹³⁴⁷

Na mesma capitania-mor, em 6 de Abril de 1894, na localidade de Moratim, um grupo de namarraes assaltou as lojas dos comerciantes e fugiu levando fazendas de comércio e objectos da regedoria de Ampapa.¹³⁴⁸ Já na madrugada de 21 do mesmo mês, um grupo de pretos armados, da povoação de Mino, pertencente à Matibane, assaltam três lojas em Nacaramba, mas acabariam dispersados pela polícia da terra, que mata três indivíduos e fere vários outros aquando da retirada, frustrando o roubo.¹³⁴⁹

Estes são apenas exemplos de alguns dos episódios que marcam o quotidiano instável da cidade. Por portaria do Governo-geral, de 22 de Outubro de 1896, determina-se que, em face do fornecimento, por algumas lojas, no continente fronteiro, de armas e munições a indígenas e rebeldes, em contravenção do disposto na portaria nº 195 de 30 de Junho desse ano, tanto em Moçambique como na vila de António Enes, os negociantes ficam avisados para, a partir de 10 dias a contar da data da sua publicação, retirarem os seus empregados e fazendas em lojas no continente de Moçambique ou no comando militar de Angoche. Exceptuam-se as localidades de Matibane (comando militar), Cabaceira Pequena, Cabaceira Grande, Mossuril, Natule (comando militar), Ampoense, Ampapa, Lunga (comando militar), Infussi (comando militar), Mogincual (comando militar), António Enes. As lojas que mudarem para o interior dos comandos militares serão estabelecidas nos lugares que lhes forem indicados pelos comandantes. Quem infringir o disposto, será conduzido a conselho de guerra.¹³⁵⁰

Em 1878, verificam-se revoltas nas terras fronteiras ao Ibo;¹³⁵¹ em Janeiro de 1883, na mesma localidade, ocorre a “(...) sublevação armada de quasi toda a população preta da villa (...)”.¹³⁵² De Cabo Delgado seguiu para Mocimboa em Junho de 1890, o *cuter* Sagres, com dez praças, para reforçar o destacamento desta última, por problemas com o régulo Membe.¹³⁵³ No distrito do Ibo, em Agosto de 1892, o régulo Mussáca faz “correrias” por Tungue.¹³⁵⁴ Em Agosto de 1893 surgem distúrbios na Quiçanga por “uns dois mil

¹³⁴⁷ B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272.

¹³⁴⁸ B.O., 23/06/1894, nº 25, p. 333.

¹³⁴⁹ *Id.*, *ibid.*.

¹³⁵⁰ B.O., 24/10/1896, nº 44, p. 486.

¹³⁵¹ Rita-Ferreira, 1985, p. 55.

¹³⁵² B.O., 31/03/1883, nº 13, p. 94.

¹³⁵³ B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 288.

¹³⁵⁴ B.O., 1/10/1892, nº 40, p. 447.

«molones»”, o que levou uma força comandada por um oficial a para ali se deslocar, em 29, restabelecendo-se a calma.¹³⁵⁵

5.3. Relações com os africanos

As tentativas para estabelecer obrigações por parte das autoridades africanas para com os portugueses são difíceis e lentas na região de Lourenço Marques. Os régulos da Mahota, Matola e Aumbe vão a Lourenço Marques pagar tributo em Outubro de 1882.¹³⁵⁶ No mês seguinte terminava o arrolamento das terras da coroa e todos os régulos, com excepção do da Muamba e Manhiça do Sul, “tem pago ou quasi pago” o tributo de 340 réis por palhota.¹³⁵⁷ Em Novembro desse ano, os secretários de Zichacha participaram a morte do régulo do Amule. O régulo Mapunga das terras da Magaia e Mutua da Manhiça foram pagar o tributo anual.¹³⁵⁸

Em Inhambane, o território está dividido em circunscrições governadas por autoridades indígenas – régulos e cabos das terras –, teoricamente sujeitas à autoridade portuguesa do capitão-mor, por sua vez subordinado ao Governador do distrito.¹³⁵⁹ O governo distribui armamento aos indígenas tendo em vista a defesa comum e não paga *pret* aos chamados “caçadores das terras”.¹³⁶⁰ Entre os régulos mais importantes encontravam-se, em 1889, os da Zavala, Mocumbi, Cueguesza, Inguana, Guillundu, Mocumba, Fervella, Mocumbana, Macucana, Inhamulala. Cabia-lhes fornecer, quando necessário, gente de guerra e assegurar pagamento de tributo que “(...) é cobrado por uma forma tão especial que não entra nos cofres nem a centesima parte do que elles pagam.”¹³⁶¹

Por vezes, o «Império» dá sinais de querer proteger os seus tutelados como em Julho de 1889, na região de Sofala, mês em que continua refugiada nas suas terras grande quantidade de negros, a quem “(...) o governo ultimamente ofereceu alimento, o que aceitaram com entusiasmo, pela protecção dispensada”.¹³⁶²

No final dos anos 80, existiriam na região de Sofala treze régulos: Matondo, Mocambe, Marombissane, Chibano, Chicacha, Escangarra, Bamba, Inhagonde, Mabunha, Maxeme, Pálu, Chicovo, Macambinham, que “(...) reconhecem hoje apenas como seu chefe o

¹³⁵⁵ B.O., 23/09/1893, nº 38, p. 557.

¹³⁵⁶ B.O., 13/01/1883, nº 2, p. 13.

¹³⁵⁷ B.O., 3/02/1883, nº 5, p. 36.

¹³⁵⁸ B.O., 6/01/1883, nº 1, p. 3.

¹³⁵⁹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 49.

¹³⁶⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 49-50.

¹³⁶¹ *Id.*, *ibid.*, p. 50.

¹³⁶² B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 557.

Gungunhana, sucessor do Muzilla, a quem pagam tributos em fazendas, mantimentos e outros produtos cafreas”.¹³⁶³ Em 1889, o balanço da presença portuguesa é, não raro, pessimista, já que não existe domínio sobre qualquer parte do continente, exceptuando a fortaleza de S. Caetano.¹³⁶⁴

As relações dos portugueses com os africanos da região são variáveis. Em Julho de 1884, o *Boletim Oficial* assinala revolta no prazo Massingir.¹³⁶⁵ No dia 15 de Junho de 1893, por exemplo, foi recebida pelo Governador do distrito uma embaixada do régulo Macombe para renovar o tratado de vassalagem ao governo português.¹³⁶⁶ No dia 11 de Maio desse mesmo ano, recebeu o baptismo na igreja paroquial de Nossa Senhora do Livramento de Quelimane o Macumba, capitão-geral dos cipaio da Maganja da Costa, com o nome de cristão de Mateus, servindo de padrinhos o Governador do distrito e sua esposa. No dia 17 de Maio de 1893 fora instalado na aringa da Maganja da Costa o representante oficial português tenente João Pinto Feijo Teixeira.¹³⁶⁷ Estabeleceu-se, também, uma missão católica naquelas terras, junto do residente do governo.¹³⁶⁸

Em finais do século XVIII, Lacerda de Almeida caracteriza os habitantes de Sena, essa “(...) villa de levantados, desobedientes, de mal creados e de inimigos recíprocos do Estado e de Deus, de supersticiosos no ultimo grau de perfeição, de invejosos, de ladrões, emfim um districto onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude.”¹³⁶⁹ Aponta que há quem tenha mais de um prazo, contrariando a legislação e os que se acham repentinamente ricos de entre desses “creados de capitães generaes, e alguns soldados degradados”.¹³⁷⁰ Traça retrato violento dos poderosos locais, seus cárceres privados, cortando orelhas, matando e exorbitando funções ou alimentando a corrupção.¹³⁷¹

Conseguir o equilíbrio com os poderes locais é uma tarefa delicada em Angoche. Em Outubro de 1883, o *Boletim Oficial* assinala que os régulos do distrito mantêm “submissão e respeito” ao governo, parecendo, nessa altura, retirar-se satisfeitos pelas atenções que lhes foram dispensadas. As comitivas que acompanham os régulos oscilam entre 70 e 80 pessoas, na sua maioria armadas. Algumas, como a do capitão-mor de Sangage, filho do Xeque,

¹³⁶³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 131.

¹³⁶⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 130.

¹³⁶⁵ *B.O.*, 1/07/1893, nº 26, p. 387.

¹³⁶⁶ *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 494.

¹³⁶⁷ *B.O.*, 27/05/1893, nº 21, p. 304.

¹³⁶⁸ *B.O.*, 23/07/1893, nº 30, p. 453.

¹³⁶⁹ Almeida, 1889, p. 16.

¹³⁷⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 17.

¹³⁷¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 18-19.

permanecem dois dias, sendo-lhes fornecidos mantimentos: arroz, cabritos, galinhas, vinho, caju, e entre outros.¹³⁷²

5.4. Actividades económicas: agricultura e comércio

A agricultura da região de Lourenço Marques encontra-se atrasada nos anos 80, para o que, segundo algumas opiniões, contribuiria a omnipresente “indolência do indígena” e a emigração para as colónias do Natal e Cabo da Boa Esperança.¹³⁷³ Outros referem que os africanos desprezam o serviço agrícola e de carregador, fazendo pouco comércio “(...) e quando não tem de comer, aceita por bom preço trabalhar como creado ou n’algum officio.”¹³⁷⁴

São os próprios indígenas na região de Quelimane quem desenvolve o território procedendo ao seu cultivo, “(...) visto que muitas das tentativas europeas teem abortado por falta de conhecimentos, de experiência, de capital ou de segurança.”¹³⁷⁵

O Governador do distrito de Tete foca, em 1885, a vila de Zumbo, antiga capital de distrito, a vinte e oito ou trinta dias de viagem. Nesse ano, assolada pela fome geral, encontrava-se decadente, saqueada por tribos vizinhas, o que obrigava os seus habitantes a estabelecer-se intermitentemente noutro local, denominado *Feira*. Propõe a divisão da Zambézia em dois distritos, com sedes respectivas em Tete e no Zumbo.¹³⁷⁶ Anos mais tarde, o comandante militar do Zumbo, tenente Alberto Carlos, volta a assinalar os cinco anos de fome que precederam Fevereiro de 1890, esperando-se, nessa altura, finalmente boas colheitas.¹³⁷⁷

As tribos do sertão, segundo informações de 1891, conhecem a libra, o shilling e apreciam menos o pano e a missanga que na África Ocidental, embora sejam usados para pequenas compras.

Nesta altura, o desenvolvimento de Lourenço Marques é considerável, embora quinze anos antes não fosse senão uma “miserável povoação”.¹³⁷⁸ Aí se fala inglês, holandês, francês, línguas da Índia e africanas. O caminho-de-ferro do Transvaal vai ganhando importância à medida que se aproxima de Pretória.

¹³⁷² B.O., 2/06/1883, nº 22, p. 153.

¹³⁷³ *Id.*, *ibid.*, p. 63.

¹³⁷⁴ Castel-Branco, 1891, p. 166.

¹³⁷⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 193.

¹³⁷⁶ B.O., 25/09/1885, nº 8, p. 492.

¹³⁷⁷ B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 287.

¹³⁷⁸ Castel-Branco, 1891, p. 170.

Em Lourenço Marques existiam, em 1889, diversas casas comerciais: Farache e irmãos, Regis e Fabre de Marselha, uma casa holandesa, as casas portuguesas de Viegas, Fonseca e Araújo.¹³⁷⁹

Em Inhambane, o comércio e a agricultura estariam pouco desenvolvidos. O trato seria essencialmente feito com a Europa, “(...) ao contrario do que succede com os demais districtos, cuja exportação é feita para a Índia ingleza, importando d’ella os principaes géneros de consumo.”¹³⁸⁰

Em 1892 a povoação de Sofala está entregue à Companhia de Moçambique, habitada a região por bitongas, mindongas, *landins* e «vátuas». Os indígenas citam vários campos de ouro e “ainda hoje o preto vem vender ao littoral pequenos tubos d’ouro a que chamam maticaes”.¹³⁸¹

O comércio estava sujeito às possibilidades de relacionamento com os povos vizinhos, pouco animado em Fevereiro de 1890, porventura pela “saída dos «vátuas» razão pela qual não aparecem os géneros do interior.”¹³⁸²

Em meados do séc. XIX a região de Quelimane continuava desaproveitada, “(...) tal o abandono e o desleixo a que estão reduzidas as fontes de riqueza daquelle magnifico districto!”¹³⁸³ Do interior do distrito chega marfim, cera e ponta de abada.¹³⁸⁴

Inhamissengo é uma pequena ilha na foz do rio com esse nome. Aí actuam alguns negociantes e existe um posto fiscal. É um ponto complementar a Quelimane e importante depósito de mercadorias dirigidas ao interior, na entrada do Zambeze.¹³⁸⁵

A Mopeia é um posto militar na confluência das bocas do Zambeze, na margem esquerda do Quaqua. Aí tocam os barcos que entram o Zambeze e daí partem as caravanas que se dirigem por terra para o alto Chire e Niassa.¹³⁸⁶

A supressão do arsenal de Quelimane enquanto estabelecimento do Estado é publicada com data de 30 de Abril de 1895, em Lourenço Marques, por António Enes.¹³⁸⁷

O comandante militar de Tete, coronel António Fonseca, lamenta, em Março de 1895, a escassez de géneros e a exorbitância de preços para alimentação dos europeus, por falta de fornecimento dos negociantes. Também os indígenas enfrentam muitas limitações pela

¹³⁷⁹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 61.

¹³⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 49.

¹³⁸¹ Castel-Branco, 1891, p. 180-181.

¹³⁸² *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225.

¹³⁸³ Machado, 1855, p. 10.

¹³⁸⁴ *B.O.*, 1/07/1887, nº 40, p. 447.

¹³⁸⁵ Castel-Branco, 1891, p. 198.

¹³⁸⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 198.

¹³⁸⁷ *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 46-47.

penúria de chuva e pobres colheitas.¹³⁸⁸ A vila constituiria, ainda assim, o único centro comercial da região. Os habitantes dedicam-se principalmente ao comércio, enviando “pombeiros” pelos sertões para trocar os produtos europeus.¹³⁸⁹

O marfim foi o produto-base da actividade comercial em Tete, entre 1870 e 1890.¹³⁹⁰ O Governador do distrito, já em Abril de 1890, explica que o principal género de negócio é o marfim de elefante e cavalo-marinho, utilizado como principal moeda nas transacções com os africanos a troco de fazendas, pólvora e armas, sendo o dinheiro completamente desconhecido dos naturais.¹³⁹¹ Ainda em 8 de Setembro de 1893 chegava a Tete a caravana do Inhaçara, com marfim no valor aproximado de cinco contos de réis, que se retiraria em 27, trocando a sua carga por espingardas, pólvora e fazendas.¹³⁹²

O Governador de Tete, referindo-se às trocas de fazendas para o sertão permutadas por marfim, em 1887, acha-as “morosas e feitas a medo, porque são arriscadas.”¹³⁹³ No relatório relativo ao ano económico de 1887-88 explica que ao comércio se dedicam os europeus, alguns ali residentes há anos. São raros os mouros e baneanes. Também ali existe alguma casa estrangeira. Permutam-se fazendas, moeda, recibos de empregados e documentos de dívida da delegação por marfim.¹³⁹⁴

A escassez de certos bens é recorrente. Em Maio de 1893 chegavam a Tete alguns géneros da Europa, mas esse facto não levou a que os preços baixassem, já que o numerário é escasso, como lamenta o comandante militar.¹³⁹⁵

Em 15 de Março de 1854, regista-se que Angoche era demandada por navios de procedência europeia e americana, para além de embarcações árabes do Íman de Mascate, que não pagavam direitos pelo comércio que efectuavam. Para obviar a tal facto é tomada uma série de providências visando declarar aberto o seu porto ao comércio das nações estrangeiras.¹³⁹⁶

Desde 1889, a capital de Angoche situa-se na vila do Parapato. Com população predominantemente semita e mestiça, do tipo que os portugueses denominam “mouro”, dedica-se essencialmente ao comércio, escravatura e guerra. A religião é maometana. O Parapato é ponto comercialmente importante e alguns negociantes asiáticos aí desenvolvem as

¹³⁸⁸ *B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387.

¹³⁸⁹ Castel-Branco, 1891, p. 189.

¹³⁹⁰ Liesegang, 1991, p. 52.

¹³⁹¹ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 287.

¹³⁹² *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 14.

¹³⁹³ *B.O.*, 9/07/1887, nº 28, p. 302.

¹³⁹⁴ *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 415.

¹³⁹⁵ *B.O.*, 9/09/1893, nº 36, p. 537. Em Novembro desse mesmo ano, o comércio estava muito fraco por causa da proibição de transacção da pólvora com as caravanas vindas ao distrito com marfim por serem estes os artigos de transacção. *B.O.*, 18/03/1893, nº 11, p. 167.

¹³⁹⁶ *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 15.

suas actividades.¹³⁹⁷ A transferência da capital do distrito de Angoche para o Parapato tornou o sultão ainda mais independente do governo.¹³⁹⁸

Em Moçambique praticava-se o comércio com os Makhuwa e os Yao, trocando-se algodões e missangas por marfim, ouro, escravos, legumes, arroz e aves.¹³⁹⁹

Na parte continental, o povoado mais importante é o Mossuril, mercado abastecedor da cidade a que se deslocam muitos indígenas para negócio. Ainda se destacam as terras da Cabaceira Pequena, onde residem só mouros, a Cabaceira Grande, Ampoense, Ampapa, Sumbo e Sancul.¹⁴⁰⁰

No continente fronteiro a Moçambique desenrola-se uma vida comercial movimentada. Cabaceira Grande é, em meados do século XIX, a zona em que os proprietários de Moçambique possuem as suas quintas, governada por um xeque cuja aprovação depende, teoricamente, do Governador-Geral.¹⁴⁰¹ Também Cabaceira pequena é povoação governada por um xeque, nas mesmas condições.¹⁴⁰²

Encontram-se muitos vestígios dessa vitalidade comercial. Por exemplo, no mês de Maio de 1890, entraram em Ampoense e Mossuril mais de 600 «macuas» do Namarral, Ituculo, Chalaua, com diversos géneros alimentícios para negócio, findo o qual se retiraram.¹⁴⁰³ Durante o mês de Junho de 1890, entraram 2817 «macuas» com diversos géneros para transacção em Ampoense e 1 482 em Ampapa para o mesmo fim, vindo quase todos negociar também a Mossuril.¹⁴⁰⁴ O comércio foi bastante animado em Maio de 1891, quando 9 010 «macuas» entraram em Ampoense, Mossuril e Ampapa para mercancia.¹⁴⁰⁵ Situação idêntica em Setembro de 1891, quando 1 500 «macuas» se deslocam àquelas localidades para o mesmo fim,¹⁴⁰⁶ ou em Dezembro de 1891, com 1200 «macuas» para trato.¹⁴⁰⁷ Dois anos depois, foram à capitania, em visita, duas embaixadas dos régulos do interior Muxellipa e Namarrallo.¹⁴⁰⁸

O comércio externo é assegurado, na vila do Ibo, no início dos anos oitenta, por duas casas francesas com ligações a Marselha e por batiás ligados a Bombaim, Cache e Zanzibar.¹⁴⁰⁹

¹³⁹⁷ Castel-Branco, 1891, p. 201.

¹³⁹⁸ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique ...* 1906, pp. 13.

¹³⁹⁹ Vieira, 1996, vol. 1, p. 69.

¹⁴⁰⁰ Castel-Branco, 1891, p. 205.

¹⁴⁰¹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 15.

¹⁴⁰² *Id.*, *ibid.*, 15-16.

¹⁴⁰³ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 289.

¹⁴⁰⁴ *B.O.*, 2/08/1890, nº 31, p. 346.

¹⁴⁰⁵ *B.O.*, 6/06/1891, nº 23, p. 226.

¹⁴⁰⁶ *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386.

¹⁴⁰⁷ *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 141.

¹⁴⁰⁸ *B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425.

¹⁴⁰⁹ *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 81.

5.5. Condições de higiene e salubridade

Lourenço Marques, no século XIX é, durante muito tempo, caracterizada como lugar insalubre, precário e mal defendido, vivendo sob a ameaça dos régulos locais e, a partir de dado momento, dos «vátuas».¹⁴¹⁰ A vizinhança de um extenso pântano valeu-lhe a reputação de doentia, apesar de sujeita a um clima ameno, situação a que o governo procuraria pôr cobro pelo dessecamento e correspondente melhoria das condições higiénicas.¹⁴¹¹

Em 1882 a salubridade era ainda muito afectada pelos pântanos que cercavam a vila, apesar dos planos para os secar, que haviam começado em 1877. Segundo o Governador, a situação era agravada pela falta de alguém habilitado na área de obras públicas que pudesse orientar os trabalhos.¹⁴¹² Em 1887, a extinção do pântano na vila cujo hospital ainda não fora concluído por falta de recursos, era ainda considerada uma prioridade.¹⁴¹³

As epidemias afectam as localidades. Em Junho de 1883 a varíola assola Inhambane, acometendo “(...) alguns pretos e brancos ameaçando propagação”.¹⁴¹⁴ Em Setembro ainda aí grassava, tendo decrescido de intensidade da primeira para a segunda quinzena.¹⁴¹⁵ Encontramo-la novamente em Junho de 1884, quer na localidade,¹⁴¹⁶ quer afectando a região dos régulos limítrofes, Nanhombe, Nhacolong, Nharuluga.¹⁴¹⁷

A varíola também assolou a região de Sofala na década de 80.¹⁴¹⁸

Gerard Pery classifica, em 1875, a vila de Quelimane como muito insalubre apesar de dispor de terrenos muito férteis.¹⁴¹⁹

Em 1885, em Tete, a fome, decorrente da seca, assolou a população do distrito e o Governador, assinalando a impossibilidade de fornecer dados estatísticos, aponta para uma diminuição de três quartos dos habitantes, como consequência da morte e de emigração.¹⁴²⁰ Também o número de brancos e indivíduos oriundos da Índia diminuía por falecimentos ou por regresso aos locais de origem.¹⁴²¹

A doença, nomeadamente a varíola, reaparece ciclicamente em Tete. Tal é o caso em Julho de 1883, sendo mau o estado sanitário e registando-se muitos casos fatais.¹⁴²²

¹⁴¹⁰ Machado, 1855, pp. 4-5.

¹⁴¹¹ Lapa e Ferreri, 1889, p. 60.

¹⁴¹² *B.O.*, 11/03/1882, nº 12, p. 117.

¹⁴¹³ *B.O.*, 22/01/1887, nº 4, p. 31.

¹⁴¹⁴ *B.O.*, 25/08/1858, nº 35, p. 238.

¹⁴¹⁵ *B.O.*, 24/11/1883, nº 47, p. 322.

¹⁴¹⁶ *B.O.*, 4/10/1884, nº 40, p. 187.

¹⁴¹⁷ *B.O.*, 1/11/1884, nº 44, p. 205.

¹⁴¹⁸ *B.O.*, 14/06/1884, nº 24, p. 109.

¹⁴¹⁹ Pery, 1875, p. 369.

¹⁴²⁰ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 490.

¹⁴²¹ *Id.*, *ibid.*

¹⁴²² *B.O.*, 1/09/1883, nº 35, p. 253.

Referindo-se ao estado de salubridade do distrito do Zumbo, em Novembro de 1890, o seu Governador classifica-o como péssimo, tendo as febres atacado quase todos, bem como o sarampo e essa epidemia que havia andado pela Europa a que “chamam *gripe* ou *influenza*”. A maior parte das doenças teriam surgido após as primeiras chuvas em princípios de Novembro.¹⁴²³ O mês de Dezembro terá sido um pouco melhor, havendo alguns casos isolados de gripe, bexigas, sarampo e bastantes febres palustres.¹⁴²⁴

Em Angoche e quanto ao serviço clínico o farmacêutico teria “(...) uma negação completa para um tal ramo de serviço”.¹⁴²⁵

Os acidentes naturais também provocam os seus estragos, como é o caso do ciclone que, em Janeiro de 1891, acompanhado de chuvas torrenciais, varreu Cabo Delgado. Morreram várias pessoas e produziram-se muitos estragos. Entre os mortos do ciclone dos dias 14 e 15 contam-se dezenas de indígenas, nomeadamente o sargento-mor das terras firmes do distrito, Chea Bin Mudar, esmagado contra um mangal.¹⁴²⁶

A doença aflige persistentemente os moradores de Cabo Delgado. 1883 é ano de varíola na vila do Ibo.¹⁴²⁷ Em Março existem três casos da enfermidade.¹⁴²⁸ Na primeira quinzena de Maio aumenta o número de casos.¹⁴²⁹ Em Setembro continua a grassar o contágio. A epidemia desenvolveu-se

(...) de um modo assustador. As victimas na villa, de que a auctoridade teve sciencia, montam a 12 de ambos os sexos; numero que está muito áquem da mortalidade havida, pois que os pretos por ignorância ou falta de meios não têm dado conhecimento do passamento dos seus. Durante o mez na enfermaria entraram 20, saíram 24 curados e falleceram 8, ficando 5 em tratamento. Em todos os pontos da villa ha brancos e pretos em curativo nas proprias casas, não se devendo por isso julgar do desenvolvimento da variola pelo movimento da enfermaria. As febres endémicas não abrandaram.¹⁴³⁰

A moléstia continua em Outubro, obrigando várias famílias a refugiar-se no continente.¹⁴³¹ O flagelo só tende a diminuir em Novembro,¹⁴³² para se declarar quase extinto no mês seguinte.¹⁴³³

Os mecanismos para enfrentar os padecimentos também são precários. Em 1882, na enfermaria do distrito falta pessoal e as condições de funcionamento são delicadas.¹⁴³⁴ Em 1888 pagam-se 18\$000 réis de renda da enfermaria, que não reúne condições para o serviço, o

¹⁴²³ B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 85.

¹⁴²⁴ B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149

¹⁴²⁵ B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608.

¹⁴²⁶ B.O., 28/03/1891, nº 13, p. 135.

¹⁴²⁷ B.O., 11/08/1883, nº 32, p. 223.

¹⁴²⁸ B.O., 9/06/1883, nº 23, p. 160.

¹⁴²⁹ B.O., 14/07/1883, nº 28, p. 195.

¹⁴³⁰ B.O., 24/11/1883, nº 47, p. 62.

¹⁴³¹ B.O., 8/12/1883, nº 49, p. 335.

¹⁴³² B.O., 29/12/1883, nº 52, p. 351.

¹⁴³³ B.O., 1/03/1884, nº 9, p. 40.

¹⁴³⁴ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 79.

que leva o Governador a afirmar que, com o dinheiro gasto, já se poderia ter comprado edifício próprio.¹⁴³⁵ Em 1893, o Governador lamenta, em relatório relativo ao ano económico de 1892-1893, a inexistência de uma enfermaria no local, apesar da existência de recursos para a poder constituir.¹⁴³⁶

5.6. Funcionamento das instituições

O cemitério de Lourenço Marques, em 1882, retratava ainda as fragilidades da vila. Deveria ser mudado para melhor local, porquanto se iam enterrando os falecidos a pequenas profundidades e deixando os corpos à mercê da *Quisumba* que com eles se banqueteava. Também não contemplava separações para os indivíduos que não professem a “religião do estado”, enquanto os cadáveres de mouros eram sepultados numa qualquer machamba, os de baneanes queimados na praia, arrojando as cinzas ao mar e os indígenas, inumando onde lhes convinha e em covas de diminuta profundidade. Tudo isto com múltiplas consequências para a saúde pública.¹⁴³⁷

Não era fácil encontrar candidatos para a Câmara Municipal, aproveitando-se indivíduos com determinadas capacidades, de que consta, em 1867, o professor João Caetano Dias. Em 1882, o Governador que assumira a presidência da câmara municipal lamenta o baixo pagamento aos funcionários e sublinha que “a maior parte dos soldados não fallam nem entendem o portuguez, e alem disso, muitas vezes é para a policia que se torna precisa a mesma policia.”¹⁴³⁸

Nas críticas à comissão municipal de Inhambane e sua acção, até 1886, visa-se a forma como administra os rendimentos do município, os recebe e os arrecada, de maneira que na vila

(...) não se notam melhoramentos alguns feitos por conta da camara. Não há um jardim, uma fonte nem uma illuminação decente. A casa da camara é a habitação particular do presidente, da mesma forma que o tribunal é a própria casa do juiz e os cartórios as modestas casas dos escrivães!!!¹⁴³⁹

Ainda em 1889, a câmara municipal raras vezes funciona por falta de gente para o desempenho dos cargos, o que obriga a autoridade administrativa a propor uma comissão municipal de três membros, presidida pelo Governador.¹⁴⁴⁰

¹⁴³⁵ *B.O.*, 29 e Setembro de 1888, nº 39, p. 591.

¹⁴³⁶ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 634.

¹⁴³⁷ *B.O.*, 25/03/1882, nº 14, p. 128.

¹⁴³⁸ *B.O.*, 8/03/1882, nº 16, p. 152.

¹⁴³⁹ Lapa e Ferreri, 1889, pp. 50-51.

¹⁴⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 64.

A presença considerável de estrangeiros em Lourenço Marques está na base da sugestão de António Enes, em 1893, para que eles sejam admitidos, ao fim de certo tempo de residência, a intervir nos municípios, gerindos-os, já que para eles largamente contribuiriam.¹⁴⁴¹

As dificuldades da administração colonial em cumprir os seus compromissos também se fazem sentir no distrito de Sofala e, em 1885, devia o Estado aos soldados do destacamento 19 meses de *pret* e dois anos aos empregados públicos. Nessa data, em Chiloane não existiam câmara, estradas, ruas ou algo que permita crer que ali funcionava um governo subalterno.¹⁴⁴² Nos anos 50 estaria na miséria, decadente e insalubre, pela acção dos governos, por um lado, e pela invasão dos «vátuas» e correspondente domínio de Manukusse, por outro.¹⁴⁴³

Em 1890 consumou-se a ligação da vila com o porto de Chingune, por meio de um telefone que o governo militar havia solicitado havia meses. Regista o Governador Interino, alferes de cavalaria Manoel José do Sacramento Monteiro, que não foi onerada a Fazenda, devido à “boa vontade” do senhor Harris, que se ofereceu para fazer o serviço.¹⁴⁴⁴

A Câmara Municipal de Quelimane, através das suas representações de 20 e 21 de Janeiro de 1850, solicitou a abertura do seu porto ao comércio em geral, abertura autorizada pelo artigo 10º do Decreto com força de Lei de 12 de Outubro de 1852.¹⁴⁴⁵

Dotada de bom porto e de excelente posição geográfica, na gestão do município nem sempre desfrutou do concurso de “homens activos, inteligentes, desinteressados e honestos” segundo relatório de 1887. A intriga e oposição entre os seus habitantes obviavam ao desenvolvimento da terra,¹⁴⁴⁶ facto tanto mais grave quanto existem muitos melhoramentos a efectuar, apesar de, nos anos anteriores, terem sido reabilitadas a residência do governo, a repartição da fazenda, a secretaria e o correio.¹⁴⁴⁷ Nessa data existe apenas uma igreja, a de Nossa Senhora do Livramento, em Quelimane, o que seria considerado muito insuficiente para a população. Existem capelas na Mopêa da invocação de S. Francisco Xavier e na Conceição de Inhamissengo.

A câmara municipal é, a acreditar no Governador de Distrito em 1885, uma “instituição puramente nominal”, sem código de posturas, sem obras, incapaz de providenciar

¹⁴⁴¹ Ennes, 1946, p. 64.

¹⁴⁴² Lapa e Ferreri, 1889, p. 29.

¹⁴⁴³ Machado, 1855, p. 7.

¹⁴⁴⁴ B.O., 17/05/1890, nº 20, p. 243.

¹⁴⁴⁵ Lisboa, 5 de Abril de 1853. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 48. No mesmo documento alude-se ao problema de haver uma só alfândega – na Capital, Moçambique – não sendo permitidas as entradas, mesmo aos navios nacionais sem que primeiro tenham descarregado em Moçambique as suas cargas. Aspecto que concorreria para o “atraso e decadência” da província, já que as embarcações demandam outras costas ou, na de Moçambique, portos em que não exista controlo fiscal.

¹⁴⁴⁶ B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 446.

¹⁴⁴⁷ B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 447.

a ordem pública e, antes de tudo, sem casa ou mobília.¹⁴⁴⁸ Também em 1886-87 o Governador do distrito menciona a falta de recursos da instituição.¹⁴⁴⁹

O cemitério, segundo relatório de 1887, era devassado por animais carnívoros que desenterravam cadáveres, contribuindo para o mau ambiente causado pela falta de limpeza das ruas. A situação traduz a impotência da câmara municipal que continuava a viver com tantas dificuldades que seria inútil esperar o seu eficaz concurso para o custeamento da escola, tribunal e outras instituições.¹⁴⁵⁰ Quelimane já dispõe, nos anos noventa, de jornal, edifício municipal e outras repartições.

A vila de Tete, em 1888, é a única do distrito em que existe professor, pároco e igreja, mas a instrução encontrava-se em bastante atraso.¹⁴⁵¹ Quanto ao cumprimento das obrigações da administração para com os que a servem, basta referir que o pagamento a empregados e tropa estão quase sempre atrasados seis meses.¹⁴⁵²

Em 1865 é criada no porto de Angoche uma alfândega. O distrito formará um município e julgado. Enquanto não existirem cidadãos habilitados para a eleição de uma câmara municipal, funciona uma comissão municipal.¹⁴⁵³

Em 1875, é criada paróquia, para acorrer aos católicos do distrito de Angoche, no presídio de Bazaruto.¹⁴⁵⁴

A administração portuguesa experimenta dificuldades no local. No mês de Maio de 1884 lamenta-se a continuação da falta de empregados para a execução do serviço.¹⁴⁵⁵ Nesse mesmo ano, no *Boletim Oficial*, é publicada uma portaria em que se suspende o aspirante interino da alfândega de Moçambique, Manoel Thomaz d'Almeida, porque

(...) no acto de proceder ao exame de bagagens dos officiaes do batalhão do ultramar, se houve com menos intelligencia no cumprimento dos seus deveres, dando lugar a questões e a vexames para os donos das bagagens, mostrando não ter conhecimento do que determina o artigo 98º do regulamento da alfandega, ou não comprehendel-o;

Considerando que, se os empregados fiscaes devem ser zelosos, estão tambem constituídos na obrigação de ser delicados e cortezes e de evitar vexames inúteis para a fazenda publica, e affrontosos para os passageiros;.¹⁴⁵⁶

Em Moçambique existe câmara municipal e administrador do concelho.¹⁴⁵⁷ Também algumas instituições, como a Santa Casa da Misericórdia.

¹⁴⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 492.

¹⁴⁴⁹ *B.O.*, 24/03/1888, nº 45, p. 211.

¹⁴⁵⁰ *B.O.*, 9/07/1887, nº 28, p. 303.

¹⁴⁵¹ *B.O.*, 24/03/1888, nº 45, p. 211.

¹⁴⁵² Lapa e Ferreri, 1889, p. 135.

¹⁴⁵³ Paço, em 5/07/1865, Marquez de Sá da Bandeira, *B.O.*, 5/05/1866, nº 18, p. 73.

¹⁴⁵⁴ *B.O.*, 19/07/1875, nº 29, p. 174.

¹⁴⁵⁵ *B.O.*, 19/07/1884, nº 29, p. 131.

¹⁴⁵⁶ *B.O.*, 6/09/1884, nº 36, p. 165.

¹⁴⁵⁷ Lapa e Ferreri, 1889, p. 96.

Aquando da proposta de mudança da cidade de Moçambique para o continente fronteiro, em 1868, os subscritores referem a necessidade de edificar um conjunto de infra-estruturas públicas: palácio do governo, paços do concelho, Junta da Fazenda, alfândega, justiça, quartel, edifício hospitalar e escola de instrução primária de ambos os sexos.¹⁴⁵⁸ São várias as opiniões que ao longo dos anos se manifestam a favor do abandono da ilha e da mudança da capital para outro ponto. As razões aduzidas são diversas – falta de recursos, progressivo assoreamento do porto que dificulta a entrada dos navios, isolamento em relação ao continente, o facto de se tratar de local pouco propício para sede do governo e a necessidade de procurar proporcionar melhor utilização da força armada ali estacionada.¹⁴⁵⁹

No continente, nas *terras firmes*, a administração está, no fim dos anos 80, a cargo de dois capitães-mores, um sargento-mor, dois ajudantes, um cabo *maconde*, dez cabos e dez sargentos. O quadro das autoridades completa-se com os xeques da Quitangonha e Sancul e os capitães-mores de Ampoense e Cabaceira. Divide-se nos bairros de S. Domingos e do concelho.¹⁴⁶⁰

Mouzinho refere-se ao Ibo, em publicação de 1899 como sendo, na sua região, a “única povoação que tem apparencia de civilização europeia (...)”.¹⁴⁶¹

A capital de Cabo delgado, elevada à categoria de vila em 1763, sob a invocação de S. João Baptista, na ilha do Ibo, carece, em 1882, de quase todos os edifícios de primeira necessidade: escola, matadouro, cisternas, cadeia, paços do concelho.¹⁴⁶²

O Governador do distrito de Cabo Delgado, major Francisco Moura, assina o relatório relativo ao ano económico de 1887-1888, nele explicando a debilidade das câmaras municipais no local, avançando com o facto de os habitantes do Ibo se agruparem, essencialmente, em torno de duas grandes famílias correspondendo a duas facções de interesses particulares que se guerreiam entre si, com recurso às armas, o que impede os melhoramentos materiais da vila e leva a que as câmaras, temendo ferir os seus interesses, acabem por pouco fazer.¹⁴⁶³ O Governador do Ibo critica, em 1893 e pelas mesmas razões, a actividade municipal.¹⁴⁶⁴

A religião do colonizador enfrenta dificuldades, mesmo nos núcleos de tipo urbano. O estado da religião em 1887 é desolador em Sofala – faltam templos, havendo apenas uma

¹⁴⁵⁸ *Breves Considerações que ao Illmo. E Exmo. Snr. Conselheiro António Augusto d'Almeida Portugal Correa de Lacerda, Coronel do Estado Maior do Exército e Governador Geral desta Província acerca das vantagens da mudança da cidade de Moçambique para o continente fronteiro, oferecem os principaes habitantes e proprietários da mesma cidade*, 1868, pp. 7-8.

¹⁴⁵⁹ Castel-Branco, 1891, p. 205.

¹⁴⁶⁰ Lapa e Ferreri, 1889, p. 96.

¹⁴⁶¹ Mouzinho, 1899, p. 5.

¹⁴⁶² *B.O.*, 18/02/1882, nº 8, p. 80.

¹⁴⁶³ *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 597.

¹⁴⁶⁴ *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 635.

pequena capela em Chiloane, outra em Sofala, nenhuma em Bazaruto, e escasseiam os padres.¹⁴⁶⁵

Angoche é considerada um centro de arabismo em Moçambique, tendo dominado e assimilado os Makhuwa nas margens fronteiras do continente, por incorporação dos que abraçam o Alcorão ou por vassalagem dos restantes.¹⁴⁶⁶ Um relatório de 1886-1887 refere que, no Parapato, raramente se encontra um preto embriagado.¹⁴⁶⁷ Sem templos ou padres, apenas existia por perto uma modesta mesquita de mouros.¹⁴⁶⁸

5.7. Núcleos de escravatura

O tráfico de escravos foi uma actividade significativa na região de Inhambane, apesar de, por volta de 1876, o negócio dever ter ali refreado, exactamente na altura em que os franceses procuravam satisfazer as suas necessidade de mão-de-obra através dos “libres engagés”.¹⁴⁶⁹

Em meados do século XIX, Sofala era um dos diversos pontos da costa por onde se efectuava comércio clandestino de escravos.¹⁴⁷⁰

Em 1789, Quelimane mais não seria que “(...) um aglomerado de casas de madeira e terra, cobertas a telha de fabrico local, bem como de algumas palhotas.” Nessa altura a ela terão chegado grupos de armadores de escravos que estão na base da sua grande actividade exportadora entre os anos de 1820-1850, rumo ao Brasil, Américas e Mascarenhas.¹⁴⁷¹ Foi local privilegiado para a acção de diversos negreiros que aproveitaram o seu porto.¹⁴⁷²

Acentua-se, em meados do séc. XIX, a necessidade de que Angoche¹⁴⁷³ seja porto aberto ao comércio geral atendendo às suas potencialidades mercantis e ao facto de, por esse modo, se combater o tráfico de escravos. Em 1854, o governo português decretava a abertura

¹⁴⁶⁵ B.O., 24/09/1887, nº 39, p. 438.

¹⁴⁶⁶ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique ...* 1906, pp. 6-7.

¹⁴⁶⁷ *Id.*, *ibid.*. Também se reafirma, no relatório do ano seguinte que é raríssimo encontrar algum preto embriagado na vila do Parapato. B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608.

¹⁴⁶⁸ B.O., 5/11/1887, nº 45, p. 508.

¹⁴⁶⁹ Capela, 2002, p. 228.

¹⁴⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 226.

¹⁴⁷¹ Vieira, 1996, p. 82-83.

¹⁴⁷² Alguns destes homens que actuaram na viragem do século XVIII para o seguinte, casos de Joaquim do Rosário Monteiro, Manuel Galvão da Silva, José Henriques da Cruz Freitas, João da Silva Guedes, Carlos José Guezzi, António da Cruz e Almeida, João Bonifácio Alves da Silva, Joaquim Manuel Mendes de Vasconcelos e Cirne, ver Capela, 1991a, pp. 141-155. Do mesmo autor e sobre o tráfico em Quelimane e na região de sua influência ver: Capela, 1991b, pp. 19-51.

¹⁴⁷³ “O *ekoti* ou *cóti* falado na ilha de Cói, cujos habitantes se chamaram a si mesmos *Akoti* (no singular *Mukoti*, *Mkoti* ou *Nkoti*) e que os de fora modificaram em *Angotti* ou *Angotchi* pelo abrandamento e transformação das sílabas *ako* em *ango* e pela deformação da pronuncia do *ti* em *titi*, *ttschi*, *tji* ou *tchi*.

Foi esta forma de Angoche que erroneamente se veio a fixar para designar o agrupamento das ilhas em redor daquela, assim como as terras a elas fronteiras e até, por vezes, a antiga povoação de Parapato, hoje cidade de Angoche.” Prata, 1983, p. 10.

do porto de Angoche a todas as nações e a repressão do tráfico da escravatura com a colaboração britânica, o que, no entanto, não alteraria o panorama de abandono da região.¹⁴⁷⁴

Em Angoche, também as actividades dos negreiros se prolongam no tempo. Por exemplo, em Janeiro de 1891 era apreendido um pangaio negreiro oriundo de Madagáscar para carregar escravos pertencentes ao “célebre Abdalá Mubadim”.¹⁴⁷⁵ A 9 de Abril de 1895, foi apresado na baía de Moma um pangaio negreiro e dois dos seus tripulantes, madagascaritas, tentaram evadir-se. Após tiroteio com alguns dos fugitivos, estes foram recolhidos do mar, quase asfixiados.¹⁴⁷⁶

Em 1899, os objectivos dos portugueses ainda eram, em Angoche, acabar de vez com o tráfico de escravos, com o “contrabando” e desvio de direitos; aniquilar o prestígio do sultão de Angoche, contaminar o poderio do Farelay.¹⁴⁷⁷

Em traços gerais este é o território que Portugal reclamava como seu, queria “civilizar” e instruir/educar os seus habitantes nos valores e modelos de que a língua portuguesa deveria ser o veículo.

¹⁴⁷⁴ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique durante o governo do Exmº Sr. Conselheiro Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel*, 1906, p. 17.

¹⁴⁷⁵ *B.O.*, 11/04/1891, nº 15, p. 149.

¹⁴⁷⁶ *B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387.

¹⁴⁷⁷ *Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique ...* 1906, p. 20.

6. Síntese da I Parte

O contacto dos colonialistas com os africanos na Província de Moçambique na segunda metade do século XIX representou o confronto dos europeus com uma diversidade de povos que habitavam a enorme região e que dispunham de uma educação e preparação adequadas às suas condições de vida e às exigências delas decorrentes. As suas tradições, valores, vida material e formas de cultura eram aspectos bem enraizados e moldavam o quotidiano de populações que haviam mantido a sua vivência própria, adaptando-a ao longo do tempo às relações com asiáticos, islâmicos e, ainda que menos intensas, com os europeus.

As pretensões coloniais dos europeus confrontaram-se com esta realidade e procuraram formas de domínio sobre os africanos que servissem os interesses coloniais tentando construir uma ocupação económica, administrativa e mental que se revelou particularmente difícil. Ao desconhecimento do território, insalubridade de muitos locais, inexistência de transportes e comunicações, escassos meios defensivos, frágil presença europeia, juntava-se a dificuldade em obter a imprescindível colaboração africana para as tarefas, mesmo que modestas, a empreender. As debilidades dos portugueses como candidatos a colonizadores eram agravadas pelo confronto com outras nações europeias com interesses em África, pela presença islâmica de muitos séculos na região, pelos condicionalismos resultantes das flutuações políticas africanas e correspondente constituição de novos poderes resultante de uma história dinâmica e intensa, pelas formas de vida e expedientes educativos locais que asseguravam a preservação das comunidades, a que se juntavam as fraquezas endógenas de um país europeu que ocupava uma posição marginal em relação à Europa industrial a que gostaria de pertencer.

Procurar implementar um sistema de educação europeu veiculando outros valores junto dos africanos era tão vital quanto difícil de realizar. O final da escravatura, hesitante e lento, tornava mais premente a necessidade de domínio da mão-de-obra africana. Para o conseguir, era necessário criar uma nova ideologia que adaptasse os africanos a formas de produção para o mercado mundial (facto particularmente difícil em virtude dos limitados resultados que poderiam ser obtidos pela modesta força militar dos colonialistas ou pela fraca contribuição e resultados que poderiam ser obtidos pelos religiosos na sua guerra pela conversão das almas) pelo que o estabelecimento de uma educação formal de tipo europeu

poderia constituir uma arma valiosa. Educar para o trabalho, implementar novas necessidades junto dos africanos, exigia o uso de todas as armas disponíveis em que poderia pontificar a instrução. O seu estabelecimento e difusão na Província implicava um conjunto de medidas e acções que pudessem, coerentemente, erigir um sistema educativo cujas vicissitudes pretendemos analisar na segunda parte desta dissertação.

II PARTE

A construção do sistema escolar

7. Educar, instruir e civilizar – ideologia, projectos e práticas portuguesas

*“O século XIX é, em relação á escola primaria, a linha de demarcação entre dois mundos.
Hontem as trevas, amanhã a luz.”*

D. António da Costa, *A instrução Nacional*,
Imprensa Nacional, Lisboa, 1870

7.1. A Instrução no Reino na 2ª metade do séc. XIX

A história do sistema de ensino português, nomeadamente no ensino elementar, é marcada indelevelmente pelas reformas pombalinas (1759/1772), que, pela primeira vez, atribuem ao Estado a função e o dever de ensinar. Esta atribuição enquadra-se nas políticas centralistas aplicadas por Pombal, que representa o regalismo *versus* o clericalismo até então vigente.¹⁴⁷⁸ O domínio do sistema de ensino é considerado um aspecto fundamental dessa intenção. Assiste-se à elaboração de um primeiro sistema estatal de ensino, incluindo a sua laicização, rede de escolas públicas, planeamento do poder central, professores qualificados e sujeitos a provas nomeados e pagos pelo Estado, assumindo este a direcção e o curso de todo o processo, enquanto o mestre se torna, cada vez mais, «funcionário».¹⁴⁷⁹ Pombal antecipava algumas ideias que estarão presentes no ideário educativo da Revolução Francesa.¹⁴⁸⁰

A Revolução Francesa é um acontecimento de impacto profundo a nível internacional e com ela se espalham os ideais de escola republicana, laica, democrática e liberal. 1789 amplia a influência das luzes, essa crença numa «nova humanidade», em função da qual importa fundar todo um sistema de instrução pública.¹⁴⁸¹

¹⁴⁷⁸ Para uma inventariação de temas e objectos de estudo veja-se, a título exemplificativo, Justino de Magalhães, *Fazer e Ensinar História da Educação*, 1996, pp. 9-33. No sentido de levantamento de questões metodológicas, na mesma obra, António Nóvoa, *História da Educação* “Novos Sentidos, Velhos Problemas”, pp. 35-54.

¹⁴⁷⁹ Procurando contrariar a influência dos jesuítas, o ministro de D. José estabelece um importante conjunto de reformas: secularização do ensino; uniformização e alargamento a todo o País; estatização; solução do problema do financiamento da reforma através da criação de um tributo específico, o “subsídio literário”; criação de um corpo de mestres régios sujeitos a: alçada e distribuição por parte do Estado, sendo ainda por ele arrebatados, por um lado, à tutela religiosa e, por outro, ao controlo dos municípios e notáveis locais. Estas acções motivaram choques: entre vereações e Estado (particularmente quanto às localidades escolhidas para escolas reais); entre municípios e mestres (que argumentam em seu favor a condição de peritos do ensino) e entre clero e Estado.

¹⁴⁸⁰ Nóvoa, 1986, pp. 19 e ss. Do mesmo autor e ainda sobre o mesmo assunto importa consultar «A História do Ensino Primário em Portugal - Balanço da Investigação realizada nas últimas décadas», 1988 e «Profissão: Professor, Reflexões históricas e sociológicas», 1989. Sobre as reformas pombalinas veja-se ainda Gomes, 1995, pp. 65-74.

¹⁴⁸¹ A «escola» saída da revolução surge agora como meio de colocar o sistema de ensino ao serviço do projecto político dos revolucionários. Valorizam-se as suas potencialidades formativas enquanto se abre o debate quanto ao próprio modelo escolar e sobre o papel da escola enquanto formadora em proveito de um dado projecto político de sociedade e, de igual modo, o seu necessário papel inovador em relação a essa mesma sociedade. A Revolução Francesa e os seus ideais educativos persistirão, enquanto referencial, em diversas tentativas posteriores de reforma no nosso país.

Na linha pombalina, tentava-se a imposição de um sistema de ensino secularizado, de âmbito nacional. A educação passaria para o domínio público e constituiria um dever do Estado. As medidas legislativas esbarram com a dificuldade em prover os lugares de docência, apesar do crescimento das nomeações nas últimas décadas do século XVIII.¹⁴⁸²

A primeira metade do século XIX e a instauração do liberalismo em Portugal implicaram uma instabilidade política que se reflecte no panorama educativo. As exigências, em matéria de um novo sistema de ensino, por parte da burguesia triunfante, com expressão na revolução de 1820 e na intenção de erguer um Estado liberal, explicam o aparecimento de algumas novas propostas educativas.

As ideias são, contudo, tanto no domínio político como no educativo, muito mais copiosas que as inovações reais. Nos vários projectos que incidem sobre a educação, entre 1820 e 1823, as reformas expressavam teoricamente os ideais genéricos franceses: «liberdade», instauração de um «ensino gratuito» sob responsabilidade do Estado e «obrigatoriedade», decretada em 1835. Mas o desfasamento entre os princípios e as realidades ressaltam na ausência à escolaridade da maioria das crianças.

Na Constituição de 1822 a educação era focada em termos gerais; nela, “a liberdade de ensino”, ao contrário do que sucedera em França, ficou muito limitada. Mostra, no entanto, influência do Decreto dos Direitos do Homem e do Cidadão (1793). A Carta Constitucional de 1826 não menciona sequer a «liberdade de ensino». Em 1834 tenta-se a aplicação prática da instrução pública e a Constituição de 1838, expressão do “Setembrismo”, esboça a conciliação entre as duas correntes – vintismo e carta.¹⁴⁸³

O Liberalismo não cumprirá, por falta de condições, as reformas fundamentais do ensino. Luís Mouzinho da Silveira enviara de Paris para as Cortes Liberais o projecto de instrução pública, *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública dedicada à nação portuguesa e oferecida aos seus representantes*, em 1823. Diversos outros nomes imprimem a sua marca nas tentativas de reforma da instrução: entre eles, Mouzinho de Albuquerque e Francisco Soares Franco.

O objectivo fora o ensino primário laico (não no conteúdo, mas quanto aos elementos e agentes educativos), gratuito e obrigatório (desde 1822), não se prevendo, no entanto,

¹⁴⁸² Veja-se Adão, 1997. Não se verifica qualquer ruptura entre o projecto pombalino e mariano pelo que a tentativa de secularização e manutenção de um sistema nacional de educação é sequencial. A cobrança do subsídio literário prossegue; as corporações religiosas são limitadas na sua acção; mantém-se a preocupação com o controlo da qualidade sendo todos os professores sujeitos a um exame que lhes concedia a licença para ensinar, desde 1759, punindo-se quem sem ele exercesse.

¹⁴⁸³ “A liberdade de ensino, emula do ensino oficial, é também um elemento importantíssimo da organização educativa. Data das instituições constitucionais. O Marquez de Pombal tinha regulado o direito de ensinar, mas com a auctorização previa. A reacção no governo de D. Maria I dificultou a abertura dos collegios e escolas particulares. Proclamada a liberdade do ensino pelas cortes de 1821, suspensa pela restauração, concedida pela reforma de 1835, ampliada pela de 1836, limitada pela de 1844, foi decretada finalmente na sua expressão mais ampla pelo governo dictatorial de 1870, e hoje é lei do reino.” Costa, 1871, p. 236.

medidas punitivas para quem não cumprisse esta obrigatoriedade, nas povoações em que existiam escolas.

A legislação de Costa Cabral (1844) prescreve a «obrigatoriedade» de frequência escolar às crianças de sete a quinze anos em locais onde funcionassem escolas num raio de quarto de légua.¹⁴⁸⁴ As leis de D. António da Costa (1870) ou de António Rodrigues Sampaio (1878) procuravam impor essa obrigatoriedade, mas raramente as punições previstas são aplicadas. Apesar de haver aumentado o número de escolas, o analfabetismo manteve-se sempre a níveis muito altos no espaço português e os débeis esforços efectuados foram absorvidos pelo crescimento populacional. Em 1864, rondava os 88%.¹⁴⁸⁵ Alguns autores estimam-no em 82,4% em 1878 e 79,2% em 1890.¹⁴⁸⁶ Segundo António Nóvoa, os alunos são, nesta altura, maioritariamente urbanos e de classes abastadas.

Ao longo das várias reformas, Rodrigo Magalhães (1835) e Passos Manuel (1836), lançam-se escolas normais para formação de professores, estabelecem-se liceus nas capitais de distrito, criam-se conservatórios de artes e ofícios (prenunciando o ensino técnico), dá-se a abertura de ensino médico-cirúrgico e politécnico. Continuam as dificuldades suscitadas pela dilatação das mudanças, traduzida num atraso da escolarização e elevadas taxas de analfabetismo. Os ideais da Revolução Francesa deparavam com a resistência da sociedade, que não estava preparada para acolher plenamente princípios como a «estatização do ensino», a «secularização», a «liberdade» e a «obrigatoriedade» do ensino ou a sua «igualdade» e «universalidade».

Em 1844, Costa Cabral dividiria a instrução primária em dois graus: primeiro grau – ler, escrever, contar, princípios morais, doutrina cristã e civilidade, exercícios gramaticais e história portuguesa; segundo grau – gramática portuguesa, desenho linear, história e geografia de Portugal, história do Antigo e Novo Testamento, aritmética e geometria com aplicação à indústria e “escrituração”. Esta reforma acentuava o carácter prático do ensino e alargava os estudos, prolongando o projecto de Passos Manuel.¹⁴⁸⁷

¹⁴⁸⁴ Carvalho, 1996, p. 577-579.

¹⁴⁸⁵ Samuels, 1970, p. 19.

¹⁴⁸⁶ Carvalho, 1996, p. 635. António Nóvoa situa-o em 1878 nos 78%; 76% em 1890; 74% em 1900. Nóvoa, 2005, p. 59.

¹⁴⁸⁷ O decreto de 20 de Setembro de 1844 sobre Instrução Pública, divide a instrução em dois graus (Capítulo I, artigo 1º). Estabelece ainda que as escolas deverão, quando possível, situar-se em edifício público; Para a criação e provimento de cadeiras serão, em igualdade de circunstâncias, escolhidos os concelhos que prontificarem casa e mobília; em caso de existência de escola o professor não pode dar aula em sua casa; as câmaras municipais podem ser autorizadas a atribuir gratificações aos párocos ou outros “tendo a suficiente habilitação moral e litteraria” que queiram encarregar-se do ensino primário nas freguesias em que não exista professor público (Cap. II, artigos 6º, 7º, 8º e 9º). Os professores deverão sair das escolas normais (Cap. III, artº 10º) sendo num ano habilitados os professores para o primeiro grau e em dois para o segundo. Em caso de necessidade poderão durar respectivamente dois e três anos para a mesma formação (Cap. III, artº 11º, 1º). São admitidos nas escolas normais candidatos com dezoito anos, sabendo ler e escrever correntemente, prática das quatro espécies de contas, primeiras noções de gramática portuguesa, conhecimentos suficientes de religião do estado, não sofrendo moléstia contagiosa (Cap. III, artº 12º). Os lugares deverão ser providos por concurso e exames públicos (Cap. III, artº 18º). Em igualdade serão preferidos os candidatos: 1º, com diploma de Instrução Superior; 2º, de Instrução Secundária; 3º das Escolas Normais (Cap. III, artº 18º, 3º). No caso de impedimentos prolongados dos professores poderá ser angariado um substituto que deve vencer metade do ordenado dos professores impedidos sendo-lhes contado o tempo para jubilação ou aposentação (Cap. IV, artº 26º). Serão feriados todos os domingos e dias santos, as quintas-feiras das

O projecto de reforma do decreto de 20 de Setembro de 1844 foi objecto de análise pela Comissão de Instrução em 1849, nomeadamente quanto às questões que se prendiam com as necessidades da instrução em Portugal.¹⁴⁸⁸ Aborda as questões da colocação e transferências dos professores, a punição dos incumpridores. Assinala que a necessidade de prestação de trinta anos de bom e efectivo serviço pelos professores primários para aceder à jubilação, “(...) comprada por trinta annos das mais laboriosas tarefas, e com o insignificante ordenado de 90\$rs. é muito pouco motivadora e não compensa de modo algum os generosos sacrificios de uma vida tão penosa.”¹⁴⁸⁹ Traça um panorama muito difícil, visto que as financeiramente depauperadas paróquias rurais não podem criar escolas elementares, dificuldade a que juntariam as necessidades da manutenção das côngruas dos párocos somado às derramas municipais.¹⁴⁹⁰

Durante o século XIX,. particularmente na segunda metade da centúria, os professores conhecem alguns avanços decisivos na prática da sua actividade, nas formas de organização, na especialização e reforço de identidade profissional, através de um incremento do sistema de formação e de um reforço do movimento associativo.¹⁴⁹¹

A instrução pública reflectiu outros conflitos entre poderes institucionais, nomeadamente poder central *versus* poder local, ou corporativismo de Coimbra face a Lisboa. A isto se juntavam outras resistências da sociedade:¹⁴⁹² entraves à escolarização nas atitudes dos pais, falta de manuais escolares para as crianças, baixa motivação, utilização do trabalho infantil (nomeadamente nas tarefas agrícolas), fracos recursos económicos, debilidade cultural

semanas em que não houver outro feriado; - desde a véspera de Natal até dia de Reis; - a segunda e terça-feira, depois do domingo da quinquagésima; - e a quarta-feira de Cinza; - toda a semana Santa até à segunda oitava da Páscoa; - e mais quinze até trinta dias, segundo as diversas circunstâncias, e na estação mais conveniente (Cap. V, artº 31º). Os pais de meninos entre os 7 e 15 anos e residindo até um quarto de légua em torno da escola deverão enviá-los (Cap. V, artº 32º) sob pena de aviso, intimação, repreensão e, finalmente, multa de 500 a 1000 réis (Cap. V, artº 32, único). Mas prevêem-se excepções: quando os meninos já dispõem dos necessários conhecimentos; quando lhes for dada igual instrução por outra forma; não poderem ser enviados por excessiva pobreza; apenas poderão ser enviados a uma das lições diárias os meninos que faltam a seus pais pela necessidade do seu trabalho (Cap. V, artº 33º, 1º, 2º 3º). Ninguém pode exercer direitos políticos sem saber ler e escrever depois da publicação do Decreto (Cap. V, artº 37º). Os que souberem ler e escrever terão preferência nos empregos públicos (Cap. V, artº 38º).

Para as escolas de meninas prevê-se: ler, escrever e contar; princípios gerais de moral, “doutrina cristã”, civilidade e exercícios gramaticais. Trabalhos mais usuais e próprios do seu sexo (Cap. VI, artº 40º). As mestras deverão ter pelo menos trinta anos de idade e os seus exames de habilitação “quanto for possível” comparados aos dos professores do primeiro grau de instrução primária versando também sobre os trabalhos de ensinar (Cap. VI, artº 42º). Os ordenados das Mestras serão de 100000 réis em Lisboa, Porto e Funchal e 90000 nos outros locais do Reino (Cap. VI, artº 43º). É criado em Coimbra um Conselho Superior de Instrução Pública dividido em três secções: 1ª Instrução primária; 2ª Instrução Secundária; 3ª Instrução Superior (Título IX, artigos 156º e ss.). *Decreto de 20 de Setembro de 1844 sobre Instrução Publica*, 1845.

¹⁴⁸⁸ *Breves Reflexões acerca do projecto de reforma do decreto de 20 de setembro de 1844 ...*, 1849.

¹⁴⁸⁹ *Id. Ibid.*, pp. 29-30.

¹⁴⁹⁰ *Id. Ibid.*, pp. 14-15.

¹⁴⁹¹ “Dois argumentos vão ser sistematicamente avançados pelos professores em defesa das suas reivindicações sócio-profissionais: a detenção de um conjunto de conhecimentos especializados na área do ensino e o desempenho de uma actividade da mais alta importância social. Estas duas ideias têm como suporte a consolidação na segunda metade do século XIX, por um lado, do sistema de formação de professores, que contribui para a produção de um corpo autónomo de saberes pedagógicos e, por outro, das associações de professores, que intensificam um processo de identidade profissional e de adesão a um conjunto de valores ético-deontológicos.” Nóvoa, 1989a

¹⁴⁹² “De acordo com diversos testemunhos da época, a frequência da escola era encarada, sobretudo pelas populações rurais, mais como um sorvedouro económico e descaminho de mão-de-obra infantil do que como uma via de ascensão social e procura de outras saídas profissionais.” Matos, 1997, p. 88.

da sociedade, professores mal formados e escassamente remunerados.¹⁴⁹³ Era também assinalável a falta de qualidade de alguns manuais.¹⁴⁹⁴ Saliente-se ainda que a religião católica, ao contrário da protestante, não obriga ao conhecimento da «Palavra»; exige sim, intermediários que a difundam: o Clero. Daí a diferença de escolarização e alfabetização entre o Norte e o Sul da Europa.

Privilegiava-se o domínio da instrução primária e a educação infantil. Os liberais tenderam a desvalorizar o ensino superior em favor da instrução primária, como base do desenvolvimento humano. Discutia-se se a liberdade de ensino se coadunava com uma formação cívica liberal, isto é, se o ensino privado não seria “contra-revolucionário”. Deste modo, a liberdade de ensino era considerada como uma faca de dois gumes. Questionava-se também a obrigatoriedade de ensino.¹⁴⁹⁵ O debate centrava-se ainda na questão da centralização e descentralização da instrução. O Estado liberal vê a Escola como sua obrigação, sendo a respectiva organização e funcionamento uma prerrogativa do governo, mas também um dever das populações com subordinação às autarquias.

Inicialmente, com Rodrigo da Fonseca Magalhães, o poder descentraliza as escolas e entrega o estabelecimento, manutenção e conservação às municipalidades e juntas de paróquia. A seguir, Passos Manuel e Costa Cabral revogam esta orientação e colocam todo o sistema sob a autoridade do poder central. D. António da Costa e Rodrigues Sampaio defendem a descentralização, a que se procederá novamente no final do século. O primeiro deles abraçou, de resto, duas posições: primeiro, a descentralização, mas, quando foi ministro da Instrução Pública e perante a realidade portuguesa, modificou a sua visão e passou a defender o centralismo do Estado. Aliás este debate ainda continua actual na sociedade portuguesa.

Ao longo da centúria, persiste o interesse quanto ao problema da “Instrução”. Todos os projectos e contra-projectos se reflectem em jornais e periódicos especializados, assim como no *Boletim Oficial de Instrução Pública*, criado em 1861. Alexandre Herculano

¹⁴⁹³ *Id. Ibid.*, p. 92. Segundo o mesmo autor, “(...) se atendermos à imensa profusão de artigos, livros e revistas que, ao longo de Oitocentos, se ocupam com a problemática da educação e instrução populares, não deixa de ser surpreendente que, a essa verdadeira obsessão da elite intelectual e política tenham correspondido afinal, no plano das realizações concretas, magros resultados, bem patentes nas estatísticas disponíveis”. *Id. Ibid.*, p. 101.

¹⁴⁹⁴ Joaquim Silva, professor em Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, compõe um *Reúno d’Arithetica* para tentar suprir o que considera as lacunas no “defficientissimo resumo” em vigor nas escolas primárias. Silva, 1883, p. VII.

¹⁴⁹⁵ “As leis seguintes (a de 1870, de D. António da Costa, ou a de 1878, de António Rodrigues Sampaio), de uma forma ou de outra, procuravam que essa obrigatoriedade fosse cumprida. Mas a verdade é que as medidas punitivas por certo raramente foram aplicadas e, assim, apesar de a lei de 1878 prever o ensino para adultos – à noite ou aos domingos – e de indiscutivelmente ter aumentado de uma forma significativa (talvez não tão significativa devido ao aumento substancial da população ao longo do século) o número das escolas, a taxa de analfabetismo manteve-se sempre alta.” Torgal, 1993, p. 618.

procedera à distinção dos conceitos de «instrução» e «educação» em 1839. Diversos autores sublinham, no séc. XIX, os diferentes significados de ambos os vocábulos.¹⁴⁹⁶

Os liberais depositam grande esperança na instrução. É a “Instrução” o tema fundamental do qual surgem projectos e práticas reformistas. Na instrução reside a salvação do Povo. Ela representa a «Luz» que se opõe às «Trevas». Dedicam-lhe uma autêntica «Fé»; contrapõem-na à «Ignorância»; vêem nela o «Bem» contra o «Mal», o valor do «Social» contra a «Perversidade Social».

Se este é um “tempo de professores”, como o designa António Nóvoa, assiste-se a uma dignificação dos salários que auferem. A 24 de Abril de 1821, os professores de primeiras letras vencem 90\$000 réis com condições especiais para os professores de Lisboa, ilhas (Terceira), situação que se manteve todo o século, jubilação com vencimento por inteiro aos professores com 30 anos de serviço. O mestre-escola, o professor, vai sendo alvo de uma progressiva profissionalização, ao mesmo tempo que se consolida o seu estatuto de “funcionário público”. O século XIX é, para além do “tempo dos professores”, o “século da escola”.

Funcionando durante muito tempo nas casas dos mestres ou em outros locais, os edifícios propositadamente destinados a escolas surgem em “(...) meados do século XIX, nesse momento excepcional de fabricação do *modelo escolar*, o edifício da escola torna-se tema obrigatório dos debates e das políticas.”¹⁴⁹⁷

A Estatística sobre a instrução primária em Portugal, elaborada em 1867, caracteriza os anos de 1863-1864 quanto a *itens* considerados relevantes: escolas, estado material dos edifícios, professores, população das escolas, modos de ensino, exames, prémios, resultados do ensino, motivos gerais de pouca frequência, ensino misto para ambos os sexos, alunos internos e externos, despesas do Tesouro com a instrução primária. Trata-se de dados apurados com base na inspecção às escolas conjugados com os resultados do recenseamento de 31 de Dezembro de 1863.¹⁴⁹⁸

O total de escolas inspecionadas cifrou-se em 1867. De entre as primeiras, 1514 eram do sexo masculino e 173 do sexo feminino,¹⁴⁹⁹ num total global de escolas respectivamente de

¹⁴⁹⁶ “A educação é um todo de que a instrução é parte.

A educação tem por fim o encaminhar e dirigir o homem no aperfeiçoamento e desenvolvimento das suas forças físicas e de todas as faculdades da alma para atingir a possível felicidade neste mundo, e a perfeita eterna no outro.” Baptista, 1867, p. 15.

¹⁴⁹⁷ Nóvoa, 2005, p. 63.

¹⁴⁹⁸ *Estatística da Instrução Primária em Portugal – organizada sobre a inspecção extraordinária de 1863 a 1864 tabellas districtaes*, 1867.

¹⁴⁹⁹ *Id. Ibid.*, p. 9.

1919 e 719.¹⁵⁰⁰ Desde logo é importante o número suposto de freguesias que carecem de ensino primário, 2155, contra 1823 escolas criadas até 1 de Janeiro de 1864.¹⁵⁰¹

Quanto aos *edifícios escolares* e seu fornecimento: pelo tesouro, 357; câmaras municipais, 357; juntas paroquiais, 283; associações, 42; particulares, 100; providenciados pelos professores, 853.¹⁵⁰² Com capacidade suficiente, 942 e insuficiente, 689; com estado de conservação e higiene que vai do Bom, 261, ao Mau, 767, passando pelo Sofrível, 628.¹⁵⁰³ Sendo a mobília fornecida, na sua maioria, pelos professores, 952; câmaras municipais, 455; juntas de paróquia, 351, por particulares, 186 e residualmente pelo tesouro, 42 ou associações, 36.¹⁵⁰⁴

Quanto às *alfaias do ensino*, a percentagem das fornecidas pelos professores é esmagadora: 1626, contra 93 das câmaras municipais, o segundo maior valor.¹⁵⁰⁵ No total de escolas existentes, as mobílias e alfaias são consideradas insuficientes, o que fornece um panorama das condições precárias de funcionamento.¹⁵⁰⁶ Registe-se a importância crucial dos professores quando se trata de providenciar os locais e meios de ensino.

No respeitante a *professores*, eles são nas escolas nacionais maioritariamente seculares 1196 contra os 318 eclesiásticos. O mesmo se passa com as escolas particulares. Ressalte-se que o número de escolas com mais de um professor ou professora é apenas de 37.¹⁵⁰⁷ O total de professores de sexo masculino em escolas nacionais e particulares é de 1945, contra 725 do sexo feminino.¹⁵⁰⁸

Quanto ao *estado físico dos professores*, em boas, sofríveis ou medíocres condições declaram-se, respectivamente, 1369, 179, 102. Em relação à capacidade moral, em boas e medíocres, 1531 e 66.¹⁵⁰⁹ No domínio da *exclusividade*: sem outra ocupação, 1432, e com outro emprego, 198. Deles, 172 mostrando *muito zelo* pelo ensino e 1141 com Sofrível. 1434 *mantendo a disciplina escolar*, contra 90 que *a não mantêm* e 163 omissos.¹⁵¹⁰ 176 seguindo programas de ensino contra 1391 sem eles, omitindo-se informações relativas a 120. Elaborando registos de matrículas, informativos, de faltas, etc., acerca dos discentes: 1104, contra 461 que os não têm e 122 omissos.¹⁵¹¹ As *Habilitações literárias* são: boas, 263; sofríveis, 1024; poucas ou nenhuma, 350, nas 1687 escolas inspeccionadas. Contam-se,

¹⁵⁰⁰ *Id. Ibid.*, p. 11.

¹⁵⁰¹ *Id. Ibid.*, p. 7.

¹⁵⁰² *Id. Ibid.*, p. 15.

¹⁵⁰³ *Id. Ibid.*, p. 16.

¹⁵⁰⁴ *Id. Ibid.*, p. 17.

¹⁵⁰⁵ *Id. Ibid.*, p. 18.

¹⁵⁰⁶ *Id. Ibid.*, p. 19.

¹⁵⁰⁷ *Id. Ibid.*, p. 23.

¹⁵⁰⁸ *Id. Ibid.*, p. 25.

¹⁵⁰⁹ *Id. Ibid.*

¹⁵¹⁰ *Id. Ibid.*, p. 26.

¹⁵¹¹ *Id. Ibid.*, p. 27.

ensinando com título legal em 983 escolas particulares inspeccionadas, 432 indivíduos, contra 545 que dele não dispunham e 6 omissões.¹⁵¹²

Quanto à *população e frequência das escolas nacionais e particulares com referência ao número de habitantes e das crianças de 7 a 15 anos*, dos 4 188 410 habitantes, 2 005 540 do sexo masculino e 2 182 870 do sexo feminino, em 2638 escolas inspeccionadas – 1919 masculinas e 719 femininas. A média de habitantes por escola é de 1045 no masculino, 3035 no feminino e a média geral de 1587.¹⁵¹³

Em 1687 escolas inspeccionadas, constam 173 do sexo feminino, estando inscritos 62 322 alunos e 9 112 alunas.¹⁵¹⁴ Matriculados nas escolas primárias nacionais e particulares do sexo masculino estariam 76 710 alunos, pelo que teriam ficado sem instrução no universo das crianças de 7 a 15 anos, 311 371.¹⁵¹⁵ No sexo feminino, das 369 453 crianças de 7 a 15 anos, teriam ficado sem receber instrução 346 907.¹⁵¹⁶ No total dos potenciais 757 534 alunos, apenas se matricularam 90 256, tendo ficado fora 65 8278.¹⁵¹⁷ Em ambos os sexos, a média de frequência das escolas inspeccionadas é de 22,17 alunos.¹⁵¹⁸

Quanto ao *método de ensino*, 126 escolas nacionais adoptaram o Mútuo, 767 o Simultâneo, 267 o Misto, 954 o Individual, 32 o Portuguez. Com um só método de ensino 1194 e com mais de um, 493.¹⁵¹⁹ Nas escolas particulares, Simultâneo em 258; Misto em 41; Individual em 630; Portuguez em 28.¹⁵²⁰ No total de nacionais e particulares: Mútuo 126; Simultâneo 1025; Misto 308; Individual 1584; Portuguez 60.¹⁵²¹ Das 1687 escolas inspeccionadas, os alunos que concluíram o fim do ano com exame foram 716 e sem exame 1359, havendo exames em 1342 escolas e não os havendo em 215.¹⁵²² O número de escolas com muito ou suficiente aproveitamento foi de 1007 e com pouco ou nenhum aproveitamento, 680.¹⁵²³

Relativamente às causas do abandono escolar ou aos *motivos da pouca frequência escolar*, no mesmo universo de 1687 escolas inspeccionadas, detectam-se 949, por negligência e desleixo dos pais; 601, por trabalhos agrícolas; 518, por trabalhos domésticos, entre outros; 304, por pobreza, “falta de arranjos, etc.”; 85, por desleixo ou pouco zelo dos professores; 35, por incapacidade voluntária ou não dos professores; 92, por ignorância dos

¹⁵¹² *Id. Ibid.*, p. 28.

¹⁵¹³ *Id. Ibid.*, p. 31.

¹⁵¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 32.

¹⁵¹⁵ *Id. Ibid.*, p. 35.

¹⁵¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 36.

¹⁵¹⁷ *Id. Ibid.*, p. 37.

¹⁵¹⁸ *Id. Ibid.*, p. 38.

¹⁵¹⁹ *Id. Ibid.*, p. 41.

¹⁵²⁰ *Id. Ibid.*, p. 42.

¹⁵²¹ *Id. Ibid.*, p. 43.

¹⁵²² *Id. Ibid.*, p. 44.

¹⁵²³ *Id. Ibid.*, p. 51.

pais e pouco apreço pela instrução.¹⁵²⁴ Considerando “motivos particulares ou acidentais”: grandes distâncias, 30; desleixo ou indolência da autoridade, 15; guarda de gado, 44; ocupações marítimas e pesca, 19; doença, 21; outros motivos, 103.¹⁵²⁵

No *ensino misto*, quanto a alunas em escolas do sexo masculino nas escolas nacionais, temos 1126 raparigas contra 10 meninos integrados em escolas do sexo feminino; nas particulares, respectivamente, 536 e 1048. O total de alunos em escolas mistas é de 2720.¹⁵²⁶

O *número de alunos internos em escolas particulares* é de 2503, 1251 do sexo masculino e 1252 do sexo feminino. Para um número total de externos nessas escolas, de 25319, respectivamente, 13137 meninos contra 12182 meninas. Já nas escolas nacionais, temos 71 343 externos, totalizando esta categoria, entre particulares e nacionais, 96 753 alunos.¹⁵²⁷

São várias as debilidades do sistema de ensino neste período. D. António da Costa, referindo-se, em 1868, à necessidade da criação de um Ministério de Instrução Pública, explica quais os três problemas do sistema centralizador abolido em 1859 – falta de unidade nos negócios, impossibilidade do chefe superior da secretaria os estudar devidamente, centralização no ministro de assuntos insignificantes para resolver.¹⁵²⁸ Após aquela data, a direcção geral de instrução pública terá recebido, para o ensino primário, o contributo da iniciativa local, materializado na paróquia e no município (aspecto sobre o qual D. António mudará de opinião ao longo do tempo).¹⁵²⁹ Foram abertas duas escolas normais, 483 cursos nocturnos, promoveram-se as primeiras conferências do magistério, construíram-se casas para escolas, entre outras realizações.¹⁵³⁰

As exigências do século XIX impõem uma solução mais eficaz para a instrução pública. Tal só poderia acontecer com a criação de um ministério próprio. Trata-se de converter a direcção geral de instrução pública num ministério cumulativo com alguns outros. Apesar de preferir um ministério absolutamente independente, D. António da Costa aceita, se o momento não for oportuno para tal, a ideia da criação de um ministério cumulativo,¹⁵³¹

¹⁵²⁴ *Id. Ibid.*, p. 55.

¹⁵²⁵ *Id. Ibid.*, p. 56.

¹⁵²⁶ *Id. Ibid.*, p. 60.

¹⁵²⁷ *Id. Ibid.*, p. 61.

¹⁵²⁸ Costa, 1868, p. 4.

¹⁵²⁹ Escrevia D. António da Costa, em 1890: “A descentralização é, pois, em teoria, surpreendente, magnífica. Já confessei quantos encantos me mereceu. Fui até um dos seus mais convictos apostolizadores, como se depreende de vários escritos; mas hoje mudei de opinião, pois são os próprios professores que solicitam e almejam o advento do sistema contrário. Esta é a verdade. E porquê? Por causa das arbitrariedades e iniquidades cometidas pelas corporações administrativas contra os professores primários [...] Estas razões e essas arbitrariedades não resultam somente das faltas em que muitas câmaras do país incorrem, demorando meses e meses o pagamento dos vencimentos e gratificações aos professores primários, mais ainda das flagrantíssimas injustiças com o que postergam sacratíssimos direitos adquiridos nas nomeações efectuadas por tais corporações (...) A verdade é esta: o nosso povo não se acha preparado nem educado para descentralizações de nenhuma espécie, e por isso o sistema implantado em 1878 deu resultados quase nulos, como todos sabem.” Costa, 1890, p. 218.

¹⁵³⁰ Costa, 1868, p. 4.

¹⁵³¹ *Id. Ibid.*, pp. 6-7.

argumentando que já muitos países tinham o seu ministério da instrução pública e a premência da sua necessidade, em Portugal, onde ele engloba a instrução primária, secundária e superior, belas artes, academias, imprensas, bibliotecas, jardins botânicos, observatórios, museus, entre outros organismos.¹⁵³² O sistema de ensino ressentir-se-ia do facto de depender do ministério que a seu cargo tinha a política interna. Problemas a que junta a burocracia reconhecendo que “(...) uma das mais pestíferas chagas da nossa organização, ou desorganização, é o nefando reinado da papelada.”¹⁵³³

Já sobre a situação do professor, explica António da Costa que ela é, mediante o ordenado que vence, uma maneira de “morrer à fome”.¹⁵³⁴ Compara, para reforçar a sua ideia, o vencimento em Portugal com o que se verifica nos Estados Unidos, na Prússia. Claro que isto explica, pelo menos parcialmente, que a inspecção efectuada a 1687 professores tenha julgado apenas 172 como “verdadeiramente zelosos” e 263 possuindo “boas habilitações litterarias”.¹⁵³⁵ De resto, o magistério quase não teria carreira.¹⁵³⁶

Também no que respeita às «escolas normais» o panorama da comparação com outros países não deixa dúvida, já que em 1868 se extinguia, por decreto, a única escola normal do sexo masculino existente, apesar de ter, no seu período curto de existência, preparado 91 professores. O decreto de 22 de Dezembro de 1869 prevê a criação de escolas normais em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Viseu.¹⁵³⁷ Os regulamentos de 1860 e de 1869 obrigam a que os pensionistas exerçam o magistério público durante alguns anos, sob pena, em caso de abandono, de restituição ao estado dos montantes recebidos.¹⁵³⁸

D. António da Costa advoga que o ensino primário de primeiro grau seja entregue às mulheres, dispensando o primário superior, segundo grau, para os homens. A fundamentação é a de que o complementar exige “conhecimentos mais adultos” enquanto os alunos do grau inferior não estão ainda “portas a dentro das sciencias.”¹⁵³⁹ Acha que o homem é demasiado

¹⁵³² *Id. Ibid.*, p. 8.

¹⁵³³ *Id. Ibid.*, p. 12.

¹⁵³⁴ Costa, 1870, p. 199.

¹⁵³⁵ *Id. Ibid.*, p. 201.

¹⁵³⁶ *Id. Ibid.*, p. 226. Sobre a situação do professor, em jeito de balanço, Rómulo de Carvalho explica: “A situação económica do professorado, a sua impreparação para o ensino, a ocupação dos cargos por pessoas alheias à profissão e dela desinteressadas, a ignorância e o desleixo, tinham sido, eram e continuariam a ser, uma calamidade nacional a que ninguém acudia, procurando-se ingenuamente a melhoria do ensino através de reformas que, só por si, nada adiantavam.” Carvalho, 1996, p. 620. O mesmo autor cita Ferreira Deusdado: “«O nosso professor primário, especialmente o das províncias, é recrutado entre indivíduos intelectualmente incapazes de seguir qualquer carreira académica. Em geral, destinam-se ao magistério primário os mancebos que, por estreiteza de entendimento, não alcançaram completa aprovação nos benevolentes preparatórios para a vida eclesiástica.»” *Id. Ibid.*, p. 623.

¹⁵³⁷ Costa, 1870, pp. 205-207.

¹⁵³⁸ *Id. Ibid.*, p. 210.

¹⁵³⁹ *Id. Ibid.*, p. 213-214.

áspero para professor do primeiro grau.¹⁵⁴⁰ Conclui caracterizando a situação do país em termos de instrução:

Um paiz que no século XIX não possui uma só cadeira de ensino primário superior nem profissional, que nas próprias escolas elementares desconhece a educação physica, o desenvolvimento intellectual, e, póde-se dizer, a educação moral, que não organisou ainda a sua instrução primaria na base indispensável da localidade, que não tem senão 331 cadeiras para o sexo feminino, um paiz que de 750:000 creanças de sete a quinze annos de idade tem fora da instrução 650:000, cuja media de creanças do sexo masculino é de 3 para 100 habitantes, e do sexo feminino de 1 para 100; um paiz que não tem inspecção local, e apenas a sombra de inspecção districtal, que não tem bibliothecas populares, que não distribue livros, que não ensina ao povo nem desenho, nem canto, nem principios de agricultura e industria; um paiz cujo magistério primário morre de fome, sem carreira gradual que lhe abra o incentivo de futuro; um paiz cuja dotação de ensino superior, não encontra auxiliar valioso nos recursos da associação nem do individuo; um paiz n'estas circunstancias não é um paiz europeu, digâmo-lo com profundo desgosto, é um paiz semibarbaro.¹⁵⁴¹

Em 1870, a taxa de escolarização da população em idade escolar acentua a situação de marginalidade portuguesa em relação à Europa, rondando os 10%, contra 30% em Itália, 40% em Espanha, 60% na Noruega, 70% na Suécia.¹⁵⁴²

Naquele mesmo ano, na obra *A Instrução Nacional*, António da Costa explica que se concebe “(...) o absolutismo ignorante, e só ignorante se concebe. A liberdade, essa não se pode conceber senão intelligente.”¹⁵⁴³ Define o conceito de instrução nacional como constituído por três instituições – ensino, educação, trabalho. “O ignorante é um vivente, não é um homem (...)”.¹⁵⁴⁴

Lembra que de pouco serviria vangloriar-mo-nos na Europa com a extinção da escravidão se mantivéssemos a escravidão da ignorância. A economia exige o aperfeiçoamento do trabalho pela instrução. A sua crença na instrução e seu poder regenerador é tal que acredita ter sido “(...) a ignorância que fez da mulher histórica uma machina de geração, da creança defeituosa um fardo inútil, do preto uma fera acorrentada, e do rústico um autómato rural.”¹⁵⁴⁵

Junta que até ao séc. XIX a instrução primária apenas vivia para a superior. Como esta era exclusiva das classes privilegiadas, apenas para elas se dirigiam as preocupações. Diferente era o panorama a nível internacional, já que no Portugal Liberal a educação física, política, moral e profissional, não passavam de miragem.¹⁵⁴⁶

¹⁵⁴⁰ Sobre as ideias de António da Costa quanto às mulheres no ensino, Helena Araújo explora os traços distintivos por ele traçados entre homens e mulheres e abrangendo aspectos físicos e psicológicos, entre 1870 e a centúria seguinte, altura em que se vai afirmando a feminização e a participação da mulher no sistema de ensino. Veja-se Araújo, 2000, p. 133.

¹⁵⁴¹ Costa, 1868, p. 14.

¹⁵⁴² Nóvoa, 2005, p. 25.

¹⁵⁴³ Costa, 1870, p. 5.

¹⁵⁴⁴ *Id. Ibid.*, pp. 6-7.

¹⁵⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 14.

¹⁵⁴⁶ *Id. Ibid.*, p. 151.

No domínio da organização, compara o caso português com o dos sistemas em que a iniciativa particular é preponderante, ainda que auxiliada pelo Estado, mas sem que ele intervenha directamente – Inglaterra, Estados Unidos, e também com o sistema misto, em que a localidade sustenta a instrução primária sendo auxiliada pelo Estado e em que o associativismo é forte, o sistema da maior parte das nações europeias – França, Bélgica, Holanda, Baviera, Itália. Mesmo na Turquia os legados dos particulares são fundamentais para o funcionamento das escolas. Apenas em Portugal a organização do ensino primário está inteiramente entregue ao Estado.¹⁵⁴⁷ Também foca a falta de um partido da instrução pública, ao apontar um conjunto de áreas de actuação para a iniciativa particular.¹⁵⁴⁸

Instrução gratuita, ensino obrigatório, escolas normais, segundo grau, cursos nocturnos correspondem a princípios que, na maior parte dos casos, não passavam de promessas. D. António da Costa, apesar de reconhecer avanços na instrução, lembra que o ritmo dos melhoramentos tem de ter outro ritmo. A lei de 17 de Novembro de 1836, de Passos Manuel, introduzira o elemento local através da obrigação de retribuição de 20\$000 réis a cada professor. A reforma de Setembro de 1844 autorizara câmaras e corporações locais a fundarem escolas com os seus rendimentos. Mas os municípios limitaram-se a estritamente obedecer, pagando o devido a cada professor oficial. A realidade era que, no seu conjunto, o elemento municipal gastava uma pequena parte do que se despendia com a instrução pública, ficando o resto a cargo do Estado, o que atesta a fraqueza do elemento local.¹⁵⁴⁹ Na opinião do autor, a iniciativa particular ainda não se arreigou na mentalidade portuguesa, ainda que pudesse ser uma forma de obviar ao baixo número de escolas, aos fracos ordenados, à diminuta frequência dos alunos, à escassez de escolas normais, à reduzida eficácia da docência, ao incumprimento do ensino obrigatório. Este panorama espelhava-se, por sua vez, na indiferença da opinião pública.¹⁵⁵⁰

Há que salientar que, apesar de tudo, as escolas e a instrução foram objecto de alguma atenção das autarquias e também dos particulares. O mais importante mecenas foi o conde de

¹⁵⁴⁷ *Id. Ibid.*, pp. 44-56.

¹⁵⁴⁸ Jardins de infância; ensino complementar; ensino profissional geral; ensino profissional aplicado às necessidades locais; ensino e direcção de indústrias superiores para “se levantar o trabalho nacional”; museus pedagógicos para o ensino intuitivo; folhetos, livros, leitura moral e instrutiva; bibliotecas; escolas e bibliotecas nas cadeias, hospitais, navios; excursões campestres dos alunos das escolas primárias; educação dos menores que trabalham na fábrica; escolas normais para professores de jardins de infância; escolas normais para professores em geral; educação física especialmente para meninas; orfanatos agrícolas e industriais; bibliotecas, protecção aos moços criminosos; associações de operários para educação dos filhos. Costa, 1884, p. 424-425.

¹⁵⁴⁹ Costa, 1870, pp. 59-64.

¹⁵⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 75.

Ferreira que, em testamento (Porto, 15/03/1866), mandou construir 120 escolas em todo o país, a primeira das quais em Alenquer.¹⁵⁵¹

As comparações com outros países resultam desvantajosas para os portugueses e assinala-se a acção junto dos negros.¹⁵⁵² Aí estes viriam, pela educação, a registar progressos assinaláveis, abrindo-se “(...) 6000 escolas elementares para os pretos emancipados, escolas normaes, escolas de adultos, conferencias e bibliothecas. A raça negra, ainda na véspera raça de animaes, nivelava-se quasi de repente com a raça branca, consubstanciando-se na massa da nação.”¹⁵⁵³

A descentralização da instrução primária em relação à tutela do Estado é considerada uma prioridade.¹⁵⁵⁴ Neste domínio, D. António da Costa, entre o município e a paróquia, inclina-se para as potencialidades da segunda, apesar de vir a abandonar posteriormente tal posição. Nessa altura era defendida a sua capacidade de “nacionalisar, de localisar, a escola”, objectivos mais fáceis de atingir no núcleo restrito da freguesia que no território mais vasto do município.¹⁵⁵⁵ Propõe uma escola primária dotada pela paróquia, auxiliada, quando necessário, pelo município e pelo estado – obtendo destes a mobília, os livros, e a biblioteca – até que possa prescindir das duas últimas instituições.¹⁵⁵⁶ Mas tal não dispensa a necessidade de acalentar a iniciativa particular, devendo o estado auxiliar os particulares nas iniciativas de criação de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas.¹⁵⁵⁷ A criação de bibliotecas populares é considerada fundamental.¹⁵⁵⁸

Sobre a educação da mulher apresenta dados da situação portuguesa, essencialmente comparada com a França, para ilustrar o atraso nacional. Isto na instrução primária elementar, já que na de segundo grau, nas profissionais, das de adultos, pura e simplesmente não existem escolas.¹⁵⁵⁹ E sobre a negligência no ensino das mulheres segue-se uma série de considerações rematadas com a ideia de que, por “(...) fim, lágrimas ou prostituição para as filhas, para os

¹⁵⁵¹ Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866) filho de lavradores, fez fortuna no Brasil e em África, onde se dedicou ao comércio. Pelos serviços à causa constitucional, foi-lhe conferida a dignidade de Par do reino e barão (1842), visconde um ano depois, e conde em 1850. Ver: Torgal, 1993, p.620.

¹⁵⁵² Importante é a referência aos Estados Unidos onde “Só um cidadão, o benéfico Peabody, deu 1000:000\$000 réis para a fundação das escolas elementares dos pretos. O congresso federal, pela sua parte, poz tambem á disposição da commissão dos libertos 9000:000\$000 réis. Á proporção que o exercito do norte se apoderava de qualquer cidade do sul, via-se entrar um enxame de mulheres para regerem as escolas dos novos libertos, que a beneficência inaugurava.” Costa, 1870, p. 47.

¹⁵⁵³ *Id. Ibid.*, pp. 47-48.

¹⁵⁵⁴ Sobre a questão «centralização» *versus* «descentralização» veja-se Nóvoa, 2005, p. 49.

¹⁵⁵⁵ Costa, 1870, p. 80.

¹⁵⁵⁶ *Id. Ibid.*, pp. 82-83.

¹⁵⁵⁷ Acaba reconhecendo que no caso português existe, no entanto, algum perigo em tomar a localidade como base, por esta poder ser negligente. Para obviar a este problema é necessária uma acção eficaz da inspecção. Costa, 1870, p. 90.

¹⁵⁵⁸ “Junto á escola primaria e profissional agrupa-se a instituição importantíssima das bibliothecas populares como leitura gratuita no centro das familias. Fundada ultimamente, esta instituição já realizou algumas bibliothecas. O intento era que se formasse desde logo uma, pelo menos, em cada concelho.” Costa, 1871, p. 239.

¹⁵⁵⁹ Costa, 1870, p. 125-127.

filhos vadiagem ou costa de Africa.”¹⁵⁶⁰ As vantagens do ensino da mulher resultariam de a ela caber o trabalho educativo e moral e ao homem o científico e político, constituindo o conjunto de ambos “(...) a missão completa da humanidade.”¹⁵⁶¹

Apesar dos avanços até 1870,¹⁵⁶² D. António da Costa inventaria os defeitos que permanecem na instrução portuguesa: ausência de educação física, ou de educação política e profissional; inspecção inexistente; ensino obrigatório não cumprido; escola infantil e segundo grau, que continuavam “letra morta”.¹⁵⁶³

As visões sobre o ensino cruzam-se e nem sempre coincidem. Manuel Botelho apresenta, em 1871, um projecto de reforma da instrução primária e secundária. Sobre a instrução primária elementar adianta que as objecções contra ela, baseando-se na “liberdade de consciência e nos direitos dos pais” ou dos que os substituem, não têm qualquer fundamento.¹⁵⁶⁴ Contudo, considera muito exigente o decreto de 20 de Setembro de 1844, que estipula a obrigatoriedade de os pais enviarem os filhos, dos sete aos quinze anos, para a escola, com o objectivo de aprender as matérias dos dois cursos primários, alegando que as circunstâncias na Alemanha, Áustria, Suíça, Holanda, França ou Estados Unidos da América são diferentes. Ao contrário destes países, em Portugal “as condições do commercio, das artes, da agricultura e industria” são pouco satisfatórias, os lucros escassos, os salários dos filhos único recurso de muitas famílias – “(...) no nosso paiz, repito, forçar os pais a trazer os filhos na escola até aos quinze annos de idade seria uma violencia contra a miséria ou poucos haveres de muitos cidadãos.”¹⁵⁶⁵ A solução passaria por limitar o ensino obrigatório à instrução primária elementar, 1º grau, deixando o resto para mais tarde. Já quanto à gratuitidade da instrução, ela é entendida como consequência natural do ensino obrigatório.

No domínio da descentralização do ensino, explica que quer as paróquias, quer os municípios portugueses são pobres, o que não lhes permite acorrer às despesas necessárias com a instrução. Por isso, como estipula o decreto de 16 de Agosto do ano anterior, que destina à instrução o produto da desamortização dos baldios das paróquias e concelhos, as doações, subsídios ou legados, os bens próprios da paróquia, concelho ou município “que não tiverem por lei applicação especial”, e as sobras dos rendimentos das irmandades e confrarias, isso não resultaria senão na “ruína da instrucção elementar nacional”. Remata que “(...) não

¹⁵⁶⁰ *Id. Ibid.*, p. 131-132.

¹⁵⁶¹ *Id. Ibid.*, p. 139. A concepção da mulher como “educadora por excelência”, a ideia de que os cuidados com a infância são mais adequados a uma “natureza feminina”, “serve ora para assinalar uma certa inferioridade da mulher, ora para defender um princípio de igualdade.” Nóvoa, 2005, p. 61.

¹⁵⁶² Em trinta anos aumento de 1000 para 2300 escolas; e de alunos de 34000 para 132000; duplicação orçamental; uma escola normal do sexo feminino em funcionamento e cinco do sexo masculino em perspectiva; alguma participação da acção local através de financiamento de cursos nocturnos e despesas escolares; alguma iniciativa de particulares. Costa, 1871, pp. 217-218.

¹⁵⁶³ *Id. Ibid.*, p. 218.

¹⁵⁶⁴ Botelho, 1871, p. 5.

¹⁵⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 6.

soou ainda a hora de praticar entre nós, sem graves inconvenientes, esse acto de descentralisação que muito desejáramos, e que faz honra ás instituições dos paizes mais illustrados.”¹⁵⁶⁶

Critica também o decreto de 16 de Agosto, que decidira estabelecer escolas mistas, regidas por professoras por

(...) serem inconvenientes pelo lado da educação e formação do carácter viril, pois que certa ordem de ideias, de disposições naturaes e de hábitos privativos da mulher, são impróprios e muitas vezes ridículos no homem, seriam perniciosas pelo lado da moralidade e pureza dos costumes publicos.

Acrescenta que nos “paizes do meio-dia da Europa”, por questões físicas das crianças, seu temperamento, acção do clima, ardor das paixões em idade precoce, o contacto entre ambos os sexos é perigoso desde os sete, oitos anos e daí em diante, pois que, “(...) se cada sexo tem sua vida e seu destino próprio, o que é incontestável, convem não inverter as aptidões, não violentar a natureza, não dar á mulher a energia, a independência e a capacidade do homem, ao homem a delicadeza, a ternura e sensibilidade da mulher.” Sentenciando que “(...) os paizes que, desprezando estas leis da natureza, vão confiando á mulher o papel próprio do homem, terão que arrepender-se tarde ou cedo.”¹⁵⁶⁷

Manuel Botelho defende, quanto à ginástica, que se a criança, ao sair da escola, se destina à vida agrícola, no mar ou a profissão mecânica, cada uma dessas actividades é, por si só, uma forma de exercício que se encarregará de lhe modelar a compleição, dispensando a necessidade de quaisquer exercícios na escola. Caso diferente é o dos que prosseguem estudos por via de um curso profissional ou no curso clássico dos liceus com o objectivo de seguir a carreira industrial, do comércio ou das letras. Neste caso, os exercícios são fundamentais devendo, contudo, ser ministrados por profissionais habilitados, “não se devendo nunca levar longe o entusiasmo pela gymnastica”. Tanto mais que, por ser a partir dos dez ou onze anos que a ginástica é mais proveitosa, ela deve estar presente apenas nos ciclos mais avançados de estudos. Na mulher, este requisito é dispensado.¹⁵⁶⁸

Apesar da legislação estabelecer o preenchimento dos lugares de professor primário por indivíduos saídos das escolas normais, a ausência destas últimas obrigava a recorrer a mestres antigos e a indivíduos com habilitações correspondentes ao ensino elementar (1º grau), sujeitos a concurso público contemplando provas escritas e orais.¹⁵⁶⁹ O inevitável recurso a professores com deficiente formação era desastroso. De uma maneira geral, as

¹⁵⁶⁶ *Id. Ibid.*, p. 7.

¹⁵⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 8.

¹⁵⁶⁸ *Id. Ibid.*

¹⁵⁶⁹ *Id. Ibid.*, p. 9.

condições para fazer prosperar a instrução primária vão sendo identificadas: aumento do número de escolas primárias elementares; rigor nos exames para o magistério; boa retribuição aos professores; fundar escolas normais em número suficiente; um corpo de inspectores eficaz; criação de escolas profissionais; estabelecimento de conferências escolares.¹⁵⁷⁰

Quanto ao número de escolas, existiam 3760 para 4350000 habitantes, segundo o recenseamento de 1864. Sem contar as colónias, em 1871, o país deve dispor de 6700 escolas para o sexo masculino e 4500 para o feminino. Persiste a necessidade do aumento de escolas e a sua distribuição criteriosa ao longo do país.¹⁵⁷¹

Botelho manifesta-se contra a “indulgência excessiva” nos exames para o magistério primário defendendo uma maior exigência. O ordenado do professor, entre 240 e 270 réis diários é considerado insignificante, pelo que propõe o estabelecimento de um ordenado mínimo: 160\$000 réis nas aldeias e vilas; 200\$000 nas capitais de distrito com excepção de Lisboa em que se sugerem 280\$000 réis. Porto e Coimbra 240\$000 réis. Serão incluídos nesses vencimentos os subsídios das câmaras municipais e as gratificações em função do maior número de alunos.¹⁵⁷²

No que respeita às escolas normais, o mesmo autor defende a sua importância em vários domínios. Aí se adquiriria a arte de manutenção da disciplina e a forma de trabalhar e avançar com cinco ou seis classes diferentes. Nas escolas normais também se fundamenta a prática pela teoria, conhecendo os melhores métodos e sistemas de ensino.¹⁵⁷³ Defende a existência de cinco escolas normais no continente (decreto de 22 de Dezembro de 1869) e uma nos Açores, mas o estado das finanças do país recomenda a criação de uma respectivamente, em Lisboa, Porto e Coimbra. Acresce que as escolas profissionais (primárias do 2º grau) apesar do seu fim específico, devem habilitar para o magistério do ensino primário elementar. Mais grave é a situação das escolas do sexo feminino, devendo promover-se escolas normais naquelas três cidades.¹⁵⁷⁴

Quanto à Inspeção, cabe-lhe o papel de percorrer as escolas do país, contactar com mestres e discípulos, examinar os resultados de ambos, reflectir a sua acção nas práticas de ensino, avaliar quais os melhores métodos. Deve ela realizar-se ao nível paroquial, concelhio e distrital, com periodicidade, respectivamente, mensal, bimensal e quadrimestral.¹⁵⁷⁵

¹⁵⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 10.

¹⁵⁷¹ *Id. Ibid.*

¹⁵⁷² *Id. Ibid.*, p. 11.

¹⁵⁷³ *Id. Ibid.*, pp. 11-12.

¹⁵⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 12.

¹⁵⁷⁵ *Id. Ibid.*, p. 13.

A instrução profissional (primária de 2º grau) não é necessária a todos, porque nem todos são artistas, comerciantes, lavradores; até porque “(...) todas essas classes de indivíduos, ponderando quanto é precária e pouco lucrativa a vida das letras, quão contingentes são os cargos publicos, e obedecendo aos hábitos de uma vida pratica e mais positiva, tendem, em grande parte, a legar a seus filhos a profissão ou modo de vida que adoptaram.”¹⁵⁷⁶ Devem as escolas profissionais ser criadas nas comarcas onde não haja liceu nacional e com população mínima de vinte e oito a trinta mil habitantes.¹⁵⁷⁷

As conferências pedagógicas permitem intercâmbio de ideias, troca de experiências, triunfos de uns métodos sobre os outros e deverão versar organização e disciplinas escolares, confrontação e apreciação dos diferentes métodos, problemas a resolver no ensino, suas dificuldades.¹⁵⁷⁸

Quanto à instrução da mulher há, desde logo, que a não chamar para teorias abstractas, para a “alta ciência” nos domínios teológico ou filosófico, histórico ou político, astronómico ou matemático, físico ou natural. Também para os trabalhos dos partidos, legislativos, na organização social. Apontam-se as suas “excessiva mobilidade”, “extrema excitação nervosa”, “viveza de sua imaginação que tão depressa a deslumbra” pelo que “(...) a sua intervenção na politica, em negócios graves do estado, seria umas vezes inútil, outras ridícula, muitas vezes fatal!!”¹⁵⁷⁹ Para a mulher reservam-se a música, dança, pintura, poesia, o romance, os conhecimentos da moral e educação, provavelmente o domínio da medicina e da compreensão das “moléstias nervosas”. O currículo feminino completa-se com a gramática portuguesa, o estudo de algumas línguas – especialmente inglesa e francesa –, desenho, geometria plana com aplicação às artes, geografia portuguesa, história – sobretudo sagrada e portuguesa, “costura”, bordado, ornamentos e enfeites. Uma educação mais “positiva e prática” para as mulheres da classe média, e em especial para as que se destinam “(...) à nobre missão de instruir as filhas do povo.”¹⁵⁸⁰ No nível mais rudimentar – ler, escrever, contar, fazer meia e “costura” – é a instrução mais adequada à classe inferior da sociedade a que poderão aceder as “filhas do povo, nas aldeias e povoações ruraes”, salvaguardando-se, contudo, que em qualquer grau de instrução da mulher a sua função mais adequada e digna é a de mãe, esposa, e o seu lugar em casa.¹⁵⁸¹

¹⁵⁷⁶ *Id. Ibid.*

¹⁵⁷⁷ *Id. Ibid.*, p. 14.

¹⁵⁷⁸ *Id. Ibid.*

¹⁵⁷⁹ *Id. Ibid.*, p. 15.

¹⁵⁸⁰ *Id. Ibid.*, p. 16.

¹⁵⁸¹ *Id. Ibid.*, p. 17.

Em 1879, Lourenço Malheiro denunciava o espírito pouco prático das escolas metropolitanas e da educação portuguesa, apontando-os como factores de atraso, porque nos “(...) nossos costumes, nas nossas escolas, nas nossas ocupações prevalece muito pouco o espírito pratico moderno, e as nossas leis não são, tambem, isentas d'este grande defeito da nossa educação.”¹⁵⁸²

No campo da assistência e do “ensino especial”, a extinção das ordens religiosas, em 1834, irá criar um vazio que, de algum modo, foi colmatado por D. Pedro IV com a fundação da *Sociedade das Casas da Infância Desvalida* (12 casas de asilo de 1834 a 1897). Ainda neste domínio há que referenciar a criação da Casa Pia (1780) pelo intendente Pina Manique, que no século seguinte vai suprir muitas das falhas do país no amparo aos mais desfavorecidos.

“O primeiro mal com que lutam a educação e a instrucção é o estado do pessoal educador e ensinador”, considera D. António da Costa em 1884, sublinhando ainda a falta de escolas normais para todo o reino e não apenas em Lisboa.¹⁵⁸³ Também caracteriza a educação portuguesa como morosa e aborrecida.¹⁵⁸⁴ Junta como problema do ensino em Portugal o que chama o “modo da educação”. Aqui define o seu conceito: “Restaurar o corpo pelo vigor, o espirito pelo saber, o coração pela bondade, e abrir o futuro para uma carreira honesta e útil, eis o grande fim da educação escolar.”¹⁵⁸⁵ Considera que a organização do ensino em Portugal não satisfaz este objectivo, entre outros. Avultam a falta da educação física, as más condições dos asilos,¹⁵⁸⁶ a baixa frequência escolar, a carência de métodos de ensino.¹⁵⁸⁷

Autores há que negam a existência quer da educação física, quer moral, na escola portuguesa de 1870.¹⁵⁸⁸ Ainda existiam professores que combatiam a introdução de ginástica nas escolas primárias, o que era bem revelador do atraso em que nos encontrávamos em relação à Europa, uma vez que “(...) a escola educativa não existe no reino.”¹⁵⁸⁹

¹⁵⁸² Malheiro, 1879, p. 7.

¹⁵⁸³ Costa, 1884, p. 403-404.

¹⁵⁸⁴ “Se a instrucção é demorada e superficial, tão montanhosa de memoria como chata de idéas, tão labyrinthica de definições como mesquinha de resultados, a educação ainda lhe sobreleva; castigo corporal, em vez do estímulo honroso; o medo em lugar do affecto; o acanhamento prejudicando o justo desembaraço, a confiança e a alegria; o papagueamento dos preceitos moraes e religiosos substituído á comprehensão pelas parábolas accomodadas á gradação das idades.” *Id. Ibid.*, p. 404.

¹⁵⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 407.

¹⁵⁸⁶ “N’outra das nossas principaes cidades, a Casa pia (escreve uma auctoridade local e respeitavel) está ali com gravissimo prejuizo para as raparigas que teem a infelicidade de serem n’ella recolhidas, porque a educação que lhes é ministrada faz com que ao virem para a sociedade ganhar o pão de cada dia não se achem habilitadas para outra cousa que não seja a prostituição.” *Id. Ibid.*, pp. 408-409.

¹⁵⁸⁷ Ressalvando o caso da leitura em que cita os métodos de Castilho e João de Deus. *Id. Ibid.*, p. 411. Acrescenta a falta do “ensino das cousas” para que muito poderiam contribuir “museus pedagogicos”. Ausência que também faria “(...) desertar das escolas as classes populares, e obstruindo-se o espirito das gerações.” *Id. Ibid.*, p. 412.

¹⁵⁸⁸ Costa, 1870, p. 32.

¹⁵⁸⁹ *Id. Ibid.*, p. 33.

1870 foi um ano histórico para a instrução pública em Portugal, uma vez que se cria o primeiro ministério, tendo D. António da Costa como ministro (durou apenas 69 dias).¹⁵⁹⁰ Será recriado, mais uma vez em 1890, durante menos de um ano, tendo como ministro António de Serpa Pimentel.¹⁵⁹¹

Velhinho Correia, referindo-se à instrução primária, com dados de 1902, refere 78% de analfabetos e 90% de ignorantes. Aponta a necessidade de assistência às crianças pobres, livros gratuitos ou muito baratos, escolas em todas as freguesias, professorado dignamente pago e bem instruído, escolas bem mobiladas, sem os quais “a obrigação expressa na Carta Constitucional não passará de *theorica*, e a nossa população continuará escravizada á sua ignorância.”¹⁵⁹² A análise global que faz da educação não poupa toda a estrutura educativa e seus atrasos.¹⁵⁹³

Apesar dos ventos revolucionários, o ensino eclesiástico foi concomitante com toda a evolução política em Portugal. Existia o ensino nos seminários, para o clero e a elite. Não há abolição do ensino religioso, porque os liberais portugueses pretendem eliminar a força política da Igreja, não a religião.

7.2. Métodos e práticas de ensino

No Portugal oitocentista seguem-se e desenvolvem-se vários métodos de leitura, diversos instrumentos de ensino são experimentados e a escola é alvo de um intenso debate.

No método exposto por Ventura da Silva, por exemplo, “(...) em vez do menino dizer *e fe, ele, é me, é ne, erre, és se* dirá *fê, lê, mê, nê, rê, sê*, e com efeito estes são os sons próprios, que estas letras tem nas Syllabas.”¹⁵⁹⁴

Em 1867, António Maria Baptista critica os processos dos docentes, nomeadamente as atitudes de repressão sobre os educandos e as consequências que uma prática despótica

¹⁵⁹⁰ O Ministério da Instrução Pública produziu diversas leis: complemento da liberdade do ensino primário e secundário; liberdade do ensino superior; criação de bibliotecas populares no reino e ilhas; reforma dos recolhimentos de educação para meninas da capital; criação de escolas normais para o sexo feminino; reorganização do teatro nacional; reforma da educação e instrução primária; novo regulamento do ministério. Costa, 1871, pp. 222-223. Acrescenta D. António que com a gerência posterior do bispo de Viseu seriam abolidas: a direcção geral de instrução pública; o ministério da instrução pública; e escola normal do sexo masculino na capital; as escolas normais do mesmo sexo no reino; a organização superior de beneficência; a reforma dos recolhimentos de educação para meninas desvalidas na capital; as escolas normais do sexo feminino; o teatro nacional; a organização da educação e instrução primária de 16 de Agosto. Comenta: “Não podem ser côr de rosa para a educação e instrucção do povo portuguez todas as paginas da historia.” *Id. Ibid.*, 332-333. Sobre a criação do Ministério da Instrução Pública em 1870, veja-se Carvalho, 1996, pp. 599 e ss.

¹⁵⁹¹ *Id. Ibid.*, p. 626 e ss..

¹⁵⁹² Correia, 1907, pp. 105-107. Refere que de 2831532 mulheres portuguesas apenas 425287 saberiam ler. *Id., ibid.*, p. 112. O ensino obrigatório apenas existia no papel. *Id., ibid.*, p. 151.

¹⁵⁹³ Velhinho Correia, em 1907, referindo-se à arquitectura da educação em Portugal refere que ela seria de molde a tornar impossível a obtenção de bons métodos e práticas de ensino, deficiente organização e investigação das ciências incapaz de produzir especialistas nas várias áreas. Correia, 1907, pp. 77-78. Aponta, para essa data, 78% de analfabetos “e a ignorância cega da maioria das nossas mulheres”. *Id. Ibid.*, p. 95. É também muito crítico em relação à Universidade de Coimbra onde, tudo seria “a fingir”, não existindo da parte da instituição qualquer produção conhecida no estrangeiro. *Id. Ibid.*, pp. 56-57 e pp. 96-97.

¹⁵⁹⁴ Silva, 1834, p. 3. O autor publicaria outras obras que não são adoptadas em Moçambique. Silva, 1841. Uma outra obra sua anterior e de aspecto magnífico é um outro manual de escrita. Silva, (18--).

acarreta na sua personalidade,¹⁵⁹⁵ também a necessidade do reconhecimento da especificidade dos alunos, para além do qual é difícil abordar determinados assuntos por lhes serem estranhos,¹⁵⁹⁶ ou o atraso da educação física em Portugal.¹⁵⁹⁷ A educação religiosa é considerada fundamenta,¹⁵⁹⁸ complementada com as indispensáveis noções de civilidade.¹⁵⁹⁹

Um método corrente no século XIX era o do «ensino mútuo», em que os mais velhos e mais adiantados ensinavam os outros alunos a aprender,¹⁶⁰⁰ dando-se lições a todos os alunos ao mesmo tempo, permitindo ampliar o seu número.¹⁶⁰¹ Utilizado por Bell na Índia nos finais do século XVIII e aperfeiçoado em Inglaterra por Lancaster, era também conhecido por “método Lancaster”.¹⁶⁰² Em 1818 existiam em Portugal 55 escolas com este método.

Segundo Monteverde, os métodos de ensino elementar dividem-se em “ensino individual”, o mais antigo, em que os alunos trabalham individualmente com o professor, “(...) reputado, há muito, como inteiramente defeituoso, e tem sido proscripto das Escolas publicas”; “ensino simultâneo” em que os alunos são divididos em classe e acompanham ao mesmo tempo as actividades (leitura, escrita, cálculo), método em que o número de alunos e a sua divisão por classes pode levar a que não seja suficiente um único professor, sendo necessários ajudantes; o “ensino mutuo”, retoma o “simultâneo” modificando-o, sobretudo pelo aproveitamento que os alunos mais novos deverão fazer através da imitação dos seus colegas mais adiantados, sob a supervisão de um único professor, ainda que, para cada classe, um aluno assuma as funções de Monitor ou Decurião sob supervisão do professor.¹⁶⁰³

¹⁵⁹⁵ “Maneiras desabridas, voz aspera que sempre parece estar ralhando, não são qualidades a fazer-se amar das creanças, e sem o amor não se consegue o respeito; conseguir-se-há incutir o temor, mas esto nunca educou ninguém; só serve para fazer hypocritas e idiotas.” Baptista, 1867, p. 17.

¹⁵⁹⁶ “Cuidado em não querer o educador que as creanças subam até elle, convença-se de que elle é que hade descer até ellas. Não guinde a sua linguagem á altura que se torne inintelligivel para as creanças. Os exemplos para confirmar a doutrina sejam, quanto possivel, tirados do circulo limitado de idéas e relações que as creanças possuem; fóra d’ahi tudo é escuro para ellas.” *Id. Ibid.*, p. 21.

¹⁵⁹⁷ Triste, tristíssimo documento de atraso na estrada da civilização, é o que estamos dando, pelo abandono em que se conserva a educação physica da infância.” *Id. Ibid.*, p. 23.

¹⁵⁹⁸ “O culto interno é o sentimento de amor, e temor de Deus, dispensador de todos os bens, e supremo juiz das nossas acções.

O culto externo consiste nas demonstrações publicas d’esses sentimentos; nos testemunhos de veneração e respeito pelos mistérios augustos da nossa crença, por todos os actos com que a igreja os celebra e commemora, e no cumprimento dos preceitos que ella estabeleceu para nosso bem.” *Id. Ibid.*, p. 39.

¹⁵⁹⁹ Recomenda, no domínio da civilidade, a enciclopédia para escolas de instrução primária de Latino Coelho. *Id. Ibid.*, p. 64. Ainda sobre os manuais esclarece: “(...) Dizem-nos que os compêndios são um guia, um auxiliar do professor. Pois bem, leia-os elle, entenda-os, mas não o dê ás creanças para decorar, que nada lucra com isso, antes perde, porque lhes impõe um trabalho que as cança, fatiga, e lhe faz ganhar tédio aos livros e à eschola.” *Id. Ibid.*, p. 68. Crítica ainda na instrução portuguesa “o caracter de abstracção que se nota em todas as suas partes”, o seu “(...) resaiço academico, um carácter afidalgado e pertencioso; e tanto tem de pertenciosa e fidalga, quanto lhe falta de popular.”

¹⁶⁰⁰ Samuels, 1970, p. 18.

¹⁶⁰¹ Para trás ficava o modo de ensino *individual*. O método de ensino mútuo implica “(...) uma pedagogia geométrica, através da organização do espaço, da disposição dos alunos, da graduação dos mestres e das modalidades de transmissão dos conteúdos.” Nóvoa, 2005, p. 27.

¹⁶⁰² “(...) Adotam o sistema de monitoria, em que o professor não ensina todos os alunos, mas prepara apenas os melhores, que por sua vez passam a atender grupos de colegas. A divisa de Lancaster é: “Um só mestre para mil alunos”. Esse processo barateia os custos, mas os resultados não são os melhores. Em todo o caso, a ideia entusiasma muita gente por algum tempo, também fora da Inglaterra, chegando inclusive ao Brasil.” Aranha, 2003, p. 147.

¹⁶⁰³ Monteverde, 1874a, pp. 4-5. Junta três métodos de ensinar a ler: o antigo, em que as letras conservam os seus nomes usuais – muito usado – mas criticado por não existir relação entre o modo de pronunciar as letras de uma sílaba e os sons que elas representam; o novo método de soletração, em que as consoantes ou articulações se pronunciam como se fossem seguidas de *e* mudo; o método sem soletração, que considera as sílabas e não as letras como verdadeiros elementos da palavra. O autor reconhece vantagens e lacunas em todos os métodos. Idem, *ibid*.

António Feliciano de Castilho, em S. Miguel, Açores, no Verão de 1847 começa a utilizar um método que se baseava no utilizado em França por Lemare:¹⁶⁰⁴ cada letra era representada por um desenho em que intervinham figuras humanas, objectos, animais, entre outras.¹⁶⁰⁵ A elas ligava-se uma história sugestiva. Trata-se do “método de leitura repentina”, também conhecido por “método português” ou “método de Castilho”, que seria igualmente empregue no continente (ainda que muito polémico e por pouco tempo).¹⁶⁰⁶ D. António da Costa exalta o espírito da nova pedagogia na obra de Castilho, que acompanharia “(...) a revolução que se tinha operado por toda a Europa na questão fundamental do methodo de ensinar as materias, partindo do conhecido para o desconhecido, do facil para o difficil, do alegre para o fastidioso, em vez de ser exactamente o contrario.”¹⁶⁰⁷

O método de Castilho suscitaria discussões apaixonadas e comparativas com o método João de Deus, formulado posteriormente.¹⁶⁰⁸ Nas críticas ao método repentino de Castilho tanto aquele, como o seu autor são violentamente visados.¹⁶⁰⁹ Quanto ao primeiro, sobretudo

¹⁶⁰⁴ Castilho, 1850. Partindo do método do francês Lemare frisa em prólogo que “(...) reduz a um mez, a vinte dias, e ás vezes a menos, este primario ensino, que, pelos methodos antigos, devorava, e devora, annos.” O método consiste: “1º em representar cada lettra por uma figura mui parecida com ella, e que lhe exprima o som: 2º em se achar cada palavra, sem custo, pela somma dos valores das lettras, de que a mesma palavra se compõe. Nestas duas simplicíssimas bagatellas está todo o segredo.” *Id. Ibid.*, p. 7.

Em 1848 publicara um conjunto de folhas contendo letras e correspondentes desenhos para uso prático e sem quaisquer considerações. Castilho, 1848.

No *Método Portuguez Castilho para o ensino do ler e escrever*, de 1853, explica que o “*Metodo Portuguez*, é essencial e eminentemente analytico” sendo o seu “primeiro trabalho neste ensino estudar a palavra falada em si mesma, e antes da escrita.” p. X. “Extremados bem os elementos da palavra falada, segue-se mostrar os sinais de convenção em que se traduz para os olhos cada um desses valores. Então aparecem as letras.” p. XIII. Junta que o seu método ensina a ler e escrever mas também serve para o corpo mediante os movimentos com que os alunos acompanham o ensino “marchar e palmear, o canto” e a variedade dos exercícios empregues. Castilho, 1853, p. XVII.

¹⁶⁰⁵ Aproveitou naquela ilha a acção de José do Canto e seu irmão André que dinamizavam uma importante associação a *Sociedade promotora da Agricultura*, fundando o jornal o *Agricultor Micaelense* sob a direcção do poeta. Castilho fundaria, por sua própria iniciativa, a *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes* para fundar escolas urbanas e rurais “(...) regidas gratuitamente por mancebos patriotas”. S. Miguel é, pois, o berço do *Methodo portuguez*. Costa, 1871, pp. 205-207. Regressado ao continente Castilho viu o governo apoiá-lo criando o lugar de *comissário geral de instrução primária pelo método português*, ocupado pelo próprio. *Id. Ibid.*, p. 208. Sobre Castilho e a sua acção veja-se: Carvalho, 1996, p. 582-586.

¹⁶⁰⁶ “Na ilha de S. Miguel, a sociedade dos amigos das letras e artes conserva aberta a escola central de Ponta Delgada e das Sete Cidades. Tinha aquella sociedade quinze escolas. Exceptuadas estas duas que subsistem, as treze que estavam produzindo os melhores fructos e que já tinham instruído 3600 creanças e adultos, fecharam-se todas no anno de 1858. A razão por que se fecharam expõe-na o relatório da direcção, de 15 de julho de 1868, em phrases que só com lágrimas se podem ler. Diz assim: «Em 1858 e 1859 empregou a sociedade todos os meios para obter do estado um subsidio annual de 400\$000 réis, com os quaes poderia manter todas as escolas existentes, e porventura crear mais algumas, mas debalde se apresentou no parlamento um projecto de lei auctorizando o governo a proporcionar aquelle subsidio, assim como foram perdidos os mais esforços empregados n’este sentido.»” Costa, 1871, p. 210.

Apesar de tudo, Castilho seria reconhecido pela sua nomeação como Comissário Geral de Instrução Primária pelo Método de Leitura Repentina em 1853, conseguindo adesão “(...) nos círculos nascentes da formação de professores. As escolas normais serão o lugar principal de defesa e de propaganda do seu método.” Nóvoa, 2005, p. 31.

¹⁶⁰⁷ “(...) 1º, porque alem de levantar o pendão para a facilitação do ler, levantou-o implicitamente para a facilitação de todo o ensinamento primario; não foi só um methodo de leitura, foi a lei fundamental da pedagogia; 2º, e mais importante ainda, pela espécie de revolução que elle occasionou na matéria da instrucção popular, pelo movimento que produziu. No espirito da obra, no movimento geral, no pensamento da doutrinação consistiu tudo.” Costa, 1871, p. 212. O mesmo autor, em outra obra, refere-se ao método de Castilho, o “(...) *methodo portuguez*, como facilitação de aprender a leitura, e de converter o cárcere da escola n’um paraizo, de libertar das fêrras cadeias de que nós todos ainda nos recordâmos horrorizados, o formoso mundo das creanças, nossos filhos, nossos irmãos, nossos patrícios, foi um melhoramento na vida pedagógica do paiz. Mas em nosso humilde entender o que fez da innovação de Castilho uma verdadeira revolução foi o ter lançado em Portugal a philosophia, a essência do grande systema intuitivo para a generalidade da educação portugueza, ainda hoje mal desenvolvida entre nós, ainda bruxuleante, e infelzmente bruxuleante apenas para um limitado numero de espíritos, mas que há de vir a ser a base pedagógica de todo o ensino portuguez pelo correr dos annos, ou pelo correr dos seculos, a não ficar este pobre povo isolado para sempre da civilisação.” Costa, 1884, pp. 31-32.

¹⁶⁰⁸ “(...) O método ficou conhecido por «método de leitura repentina», «método português» ou «método Castilho», e em breve veio a ser empregue também no continente. No entanto, foi de aplicação efémera e alvo de tremenda polémica. Muito maior sucesso teve o método de João de Deus, cuja *Cartilha maternal, ou arte de leitura* (Porto, 1876) teve uma enorme difusão, graças sobretudo à criação, em 1882, da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus. E ainda hoje tem os seus adeptos.” Torgal, 1993, p. 618. Castilho comporá outras obras (compreendendo aspectos que vão da Astronomia à poesia) para ensino, na ilha de S. Miguel sob o patrocínio “dos Amigos das Letras e Artes” daquele local. Castilho 1850a.

¹⁶⁰⁹ Lopes, Valentim José da Silveira, *Carta a Um Professor de Aldeã sobre a Leitura Repentina*, 1853.

por algumas das suas frases de apresentação ao método em que pontificam a falta de modéstia, a glorificação de si e o ataque a todos os que se lhe possam opor. Também se contesta a denominação utilizada das letras do alfabeto e tenta-se lançar o descrédito sobre um método em que se não aprende a silabar. As críticas estendem-se às histórias que envolvem cada letra com a qual se pretende cativar os alunos para o seu conhecimento e dos seus respectivos sons. Valentim Lopes relata o que presenciou nas aulas de leitura repentina em duas noites que lá fora.¹⁶¹⁰ Ridiculariza os 150 rapazes, resto dos 750 que se haviam matriculado, e dos quais apenas permaneceria uma dúzia, nos bancos da frente, que liam e respondiam perfeitamente às perguntas dos mestres. Entre eles contar-se-iam os próprios filhos de Castilho, “(...) ao passo que os que ficavam por detraz d’estes, e que tanto desejo mostravam de se instruir, não abriam a boca senão quando bocejavam, como se a inspiração repentina fosse de tão curto alcance que não passava além dos primeiros bancos.”¹⁶¹¹ No segundo dia em que lá estivera, os alunos estavam reduzidos a metade. Teriam cantado “(...) melhor o hymno, porém quanto á leitura não conheci diferença.”¹⁶¹² Depois de o próprio Castilho ter falado sobre o método, seguiu-se-lhe um outro orador, “(...) sujeito de barbas compridas que indicava ser d’aquelles que fazem voto de as usar, até que Deus lhes depare o objecto de suas aspirações.”¹⁶¹³ Acha que, em alternativa, deverá começar-se pelas letras do alfabeto e só depois do ensino das letras escritas as deverão aprender os alunos a nomear correctamente. Altura em que passarão a soletrar, para em seguida juntar e ler sílabas transitando para a leitura de palavras com duas sílabas, depois com três, e assim sucessivamente, exercitando a leitura no seu primeiro livro em que aprendem na aula e fora dela. No que respeita à escrita, recomenda que se não mortifiquem os discípulos, “(...) mezes e annos, com riscos, ou ligações, como se practtica em grande parte das aulas. O essencial, e o que se deve exigir, é que saibam formar bem legivelmente as letras; e deixar os apuros calligraphicos para quem quizer ganhar por este meio.”¹⁶¹⁴ Também a forma de agarrar na pena é considerada pouco importante, já que muitas mãos, “(...) por grosseiras, ou por defeituosas de natureza, não poderão segurar a penna como a moda exige, e nem por isso deixarão de adquirir um bom talho de letra, uma vez que se applicuem.”¹⁶¹⁵

¹⁶¹⁰ *Id. Ibid.*

¹⁶¹¹ *Id. Ibid.*, p. 29.

¹⁶¹² *Id. Ibid.*, p. 30.

¹⁶¹³ *Id. Ibid.*, p. 10.

¹⁶¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 36.

¹⁶¹⁵ *Id. Ibid.*, p. 37.

O “Método João de Deus”, criado nesta época, ficaria também conhecido como “Cartilha Maternal, ou a “arte de leitura”, surgindo no Porto em 1876.¹⁶¹⁶ Obteve uma enorme difusão graças à criação da Associação de Escolas Móveis pelo método João de Deus, em 1882.¹⁶¹⁷

Outros métodos são desenvolvidos e aplicados em Portugal, por exemplo o “methodo Hudson”, dividido em 13 lições e fundamentado na repetição constante dos caracteres e dos sons, processo desenvolvido por Octaviano Hudson, no Rio de Janeiro, cuja primeira edição de 5000 exemplares foi impressa por conta do Grande Oriente Unido do Brasil, para distribuição gratuita.¹⁶¹⁸

As questões pedagógicas atravessam toda a época.¹⁶¹⁹

¹⁶¹⁶ Deus, 1876. Segundo o autor, com a publicação da sua obra “(...) ficamos livres do syllabario, em cuja interminável serie de combinações mecânicas não há penetrar uma ideia!” sendo o sistema proposto uma forma de “(...) evitar a seus filhos o flagello da cartilha tradicional.” *Id. Ibid.*, pp. VII-VIII.

Também João de Deus seria nomeado em 1888, Comissário Geral do Método João de Deus. O confronto entre os dois métodos assenta em certos pressupostos: “Castilho está mais próximo dos círculos profissionais e dos autores que buscam uma aproximação científica à pedagogia. João de Deus tem melhor acolhimento junto das correntes da educação familiar e da educação popular e nos sectores que se batem pela renovação intelectual e política do país.” Nóvoa, 2005, p. 31.

¹⁶¹⁷ “O método de leitura predominante até à intervenção de Castilho era o método alfabético em que se estudavam simultaneamente, e pela respectiva ordem, todas as letras do alfabeto, seguidas de sílabas sem sentido que se memorizavam penosamente. O *Método Português*, de Castilho, e agora a *Cartilha Maternal* ou *Arte de Leitura*, de João de Deus, ambos repudiavam o tradicional processo e o substituíam pelo da fixação parcial de determinados grupos de letras e suas combinações que, posteriormente reunidos, constituiriam as palavras. No repúdio da tradição immanavam-se os dois autores; nos métodos usados distinguiam-se bem.” Carvalho, 1996, pp. 607-608.

¹⁶¹⁸ *Methodo Hudson offerecido à Infância e ao Povo*, 1876.

¹⁶¹⁹ António Nóvoa explica que “(...) os primeiros modelos de formação são fortemente influenciados por uma tradição sacerdotal, quer na escolha dos alunos-mestres (“a moralidade é mais importante do que o saber”), quer na adopção do internato (“a ambiência na escola normal é essencialmente religiosa”) quer ainda na finalidade dos programas (“desenvolver o espírito de missão e de vocação para o magistério docente”. (...))” Nóvoa, 2005, p. 39.

8. Educação: Missão civilizadora; formas de actuação; estruturas e sistemas

“Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura. Isto, sem sacrifício, é claro, das diferenças nacionais ou regionais de organização política e de especialização económica; e sem darmos à palavra «sentimento» um significado absoluto, à parte da experiência social dos homens.”

Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: A Luso Brasileira*, s.d., p. 39.

Se as condições internas, os meios e o alcance da instrução em Portugal apresentam muitas dificuldades no Reino, estas multiplicam-se quando se pensa na sua difusão nos territórios insulares e colónias. De qualquer modo, a situação financeira portuguesa não permitia investimentos de vulto na educação colonial.

O ensino missionário perduraria e, em 1844, o Governo mandou instalar no Bombarral, numa casa oferecida pelo bispo D. Veríssimo Monteiro da Serra, um estabelecimento de formação de missionários para o Oriente. Em 1855, será transferido para Cernache do Bonjardim e os missionários formados essencialmente para África.

No *Plano de uma Escola Colonial Portuguesa*, de Ferreira-Deusdado, escrito com a preocupação de reagir ao Ultimatum, defende-se a criação na Metrópole de um instituto-modelo para acorrer às necessidades no domínio da instrução.¹⁶²⁰ Trata-se do reconhecimento da importância da «instrução» enquanto factor político e social.¹⁶²¹ Afirma o autor que a

(...) ciência sociológica confere á educação a primazia, entre os factores de superioridade das nações. Portugal occupa na estatística internacional da instrução, um lugar demasiado modesto, senão humilhante, em frente da grandiosa missão historica que brilhantemente realizou. Há pois necessidade inadiável de inspirar no sentimento do paiz o amor pelas questões de instrução, porque n’ellas se encerra a esperança redemptora do nosso destino social. Na Europa moderna aprecia-se o valor das

¹⁶²⁰ Ferreira-Deusdado, s.d..

¹⁶²¹ Interessante é a análise de José Capela às reacções ao ultimatum registadas na colónia de Moçambique. Veja-se Capela, «O Ultimatum na Perspectiva de Moçambique – As questões comerciais subjacentes» 1998, pp. 262-279. Destaca a existência em Moçambique de militares que se viriam a empenhar na conquista do território; de funcionários que iniciam a montagem do aparelho do estado colonial em Lourenço Marques e uma classe operária que “(...) exígua em número, embora, não deixa de ter comportamento digno de registo.” *Id. Ibid.*, p. 266. Em conclusão realça: “O Ultimatum provocou em grupos portugueses de presença recente em Moçambique uma nova mentalidade patriótica, colonial e reivindicativa.

A sua intervenção contribuiu decisivamente para a formação de Moçambique com os contornos físicos actuais. Foram agentes principais dessa acção colonial os militares desembarcados em Moçambique para as campanhas de ocupação mas que levaram as suas missões muito para além das decisões tomadas em Lisboa. Combatendo no terreno e interferindo directamente na esfera da política governativa. Por sua vez, um conjunto de funcionários e de colonos (núcleo gerador da pequena burguesia colonial que logo se articulava em Lourenço Marques) dinamizava a formação de uma consciência patriótica, neste caso mais colonial que republicana. Estes grupos sociais foram secundados por um outro (ainda sem a organização que teria em breve) de operários acabados de imigrar de Portugal.” *Id. Ibid.*, p. 279.

nacionalidades pelo grau de cultura, e a elevação de pensamento nos actos dos governos pelo numero e qualidade das escolas que instituíram.”.¹⁶²²

Acrescenta a ligação estreita entre o domínio político e a instrução.¹⁶²³

8.1. A «visão do negro» e as possibilidades da sua educação

A «visão do negro» de Moçambique constrói-se ao longo da segunda metade do século XIX e corresponde às expectativas, resistências e confrontos que dos africanos têm os europeus, que tendem a tomar como uno e estereotipado o que é múltiplo e diferente. Esta construção elaborada com base nos conceitos ocidentais de “trabalho”, “propriedade”, “justiça”, “cultura”, “civilização”, articular-se-á e coordenar-se-á com o tipo de aprendizagem e ensino que se pretende ministrar na região.

A necessidade europeia do trabalho africano implica a criação de uma ideologia consonante à sua exploração integral e implica também a desvalorização no negro quanto às capacidades intelectuais,

(...) as the plantations in the Américas developed and Afro European trad demands shifted from raw material to human labor, there was also a shift in the European literary, artistic, and philosophical characterizations of Africans. Specifically within philosophy, Africans became identified as a subhuman “race” and speculations about the “savage” and “inferior” nature of “the African” and “the African mind” became widespread and intertextually entrenched within the *univers de discours* of the thinkers. (...).¹⁶²⁴

À construção dessa imagem do africano junta-se a ignorância e o preconceito. Em livros de divulgação sublinha-se a ideia do negro selvagem, ladrão e, por vezes, antropófago. Por exemplo, em 1842 difunde-se uma ideia difusa sobre os habitantes do interior nas imediações de Lourenço Marques, onde viveriam “(...) algumas tribus de Cafres desabridos, cruéis e atraíçoados; nos combates são tenazes; e só as armas de fogo os dispersão; seus espias esperão os caminhantes; e por engano os conduzem a lugares remotos, onde sejam roubados, mortos, e ás vezes comidos.”¹⁶²⁵ A influência europeia é apresentada como redentora e é ela que civiliza os “(...) Cafres que vivem mais perto dos Portuguezes, são, por

¹⁶²² Ferreira-Deusdado, s.d., p. 6.

¹⁶²³ “Os governos de sufrágio universal dependem inteiramente da educação popular; já P. J. Proudhon escrevia, conceituosamente – democracia é demopédia. Nas sociedades de régimen democrático torna-se indispensável a acção educativa; educar um povo é emancipal-o, é o engrandecel-o, senão no dia de hoje ao menos no de amanhã”. E lamenta “Os tristes resultados da nossa ignorância nacional notam-se já há alguns annos”. *Id. Ibid.*, p. 6.

Para o conjunto de disciplinas da proposta Escola Colonial, Ferreira-Deusdado apresenta: Geografia colonial; Etnologia geral e colonial portuguesa; História dos descobrimentos marítimos e terrestres, colonização; Economia política e estatística; Direito administrativo colonial; Direito das gentes e direito internacional convencional; Legislação comercial e marítima comparada; Direito consuetudinário indígena, principalmente hindu; Finanças e sistemas coloniais; Línguas cafreais, particularmente o quimbundo e o macua; Línguas aricas, hindustani, concani e marata. *Id. Ibid.*, p. 10. Ao longo do texto, o autor cita outras passagens suas extraídas da *Revista de Educação e Ensino*, nº 3 de 1890.

¹⁶²⁴ Eze, 1998, p 214.

¹⁶²⁵ *Diccionario Geografico das Colónias Portuguesas ... por um Flaviense*, 1842, p. 17.

via de regra, de melhor tracto, ainda que grandemente buçaes; alguns ha, que se persuadem que, em os brancos lhes pondo as mãos em qualquer parte do corpo, onde sintão dores, ficão livres dellas com este remédio.”¹⁶²⁶ Ante a «barbárie» dos habitantes da região legitima-se e idealiza-se a presença europeia como elemento de dignificação dos povos com que contacta.

Veiculam-se ideias imaginárias e fantasiosas sobre os africanos conforme os interesses dos portugueses. Sobre os landins,

(...) Cafres das visinhanças d’Inhambane e Sofala (...) he gente animosa e guerreira, que vive de roubar e matar, exercitando todo o género de crueldades contra os *Botangas*, antigos habitantes do paiz, menos bellicosos do que elles; e assolando, queimando, e desbaratando tudo, para haverem ás mãos o marfim, que negoceião para Inhambane. São de todos os Cafres os menos apessoados; são magros, e feios; andão nus, untados com azeite de coco, e almagre; sem mais compostura, que huma estreita tanga de pelle de cabra.¹⁶²⁷

Já os negros da Manhiça podem ser apresentados como

(...) prasanteiros, amigos de festas e bailes, mas apesar de serem mais humanos no tracto, do que outros povos visinhos, não deixão d’acometter os brancos ousadamente; o que fazem com grandes algazaras, e brandindo suas armas, que são páos tostados, com os quaes são capazes de derrubar hum boi, se lhe acertão: todavia para os fazer tremer basta hum tiro d’espingarda; porque apenas lhe ouvem o estrondo deitão-se no chão, e de gatinhas e aos saltos se embrenham nos matos.¹⁶²⁸

Estas informações assentam no preconceito e ignorância e numa série de características de inferioridade que facilmente os deprecia.

A tendência dominante é a que aponta para a desvalorização dos africanos, não obstante alguns autores sublinharem os erros dos livros de ensino aprovados e a imagem equívoca de África que eles veiculam.¹⁶²⁹ Visões simplistas e ligeiras agravam o problema da

¹⁶²⁶ *Diccionario Id. Ibid.*, p. 17.

¹⁶²⁷ *Id. Ibid.*, p. 34.

¹⁶²⁸ *Id. Ibid.*, p. 37.

¹⁶²⁹ Certas imagens perduram no tempo. Uma curiosa publicação policopiada é o manual do professor catedrático da IXª cadeira e professor interino da IVª cadeira da Escola Superior Colonial, “Etnografia e Ethnologia Coloniais” Lopo Vaz de Sampayo e Mello. Agrupa três volumes ao longo de 301 páginas. O III volume (páginas 168-301) trata de Moçambique. Baseia-se, em extractos de Ayres de Ornellas e na obra “Raças Indígenas de Moçambique” de 1901. Outras fontes utilizadas são “Comparative Grammar” de Torrend, “Estudos sobre as Províncias Ultramarinas Portuguezas” de Andrade Corvo, “Dos primeiros trabalhos dos portugueses no Monomotapa”, por Paiva e Pona, “O Inharrime e as Guerras Zavalas” por Caldas Xavier, “British Central Africa” por Harry Johnston, “Relatório de uma viagem às terras de Changamira”, de Joaquim Carlos Paiva de Andrada, “Colonie de Moçambique: Agriculture” por C. de Melo Vieira, “Colonnie de Moçambique: les Indigènes” por Augusto Cabral de 1931. Procura fornecer informações sobre uma série de aspectos da vida dos povos moçambicanos e nesse caminho oscila entre as “cientificidades” que lhe são disponíveis e alvíres pessoais únicos.

Curiosas opiniões “científicas”, por exemplo, quando discorda de Ayres de Ornellas que: “Na maior esbelteza da configuração masculina, vê (...) um sinal de próxima animalidade, afirmando que a mulher só é mais bela do que o homem entre as gentes civilizadas. Apesar da merecidíssima consideração que temos pelo seguro critério daquele ilustre soldado e colonialista, discordamos desta sua opinião. No que pese a muitos estetas e a alguns desvairados decadentes, apreciamos muito mais a beleza e a estética feminina do que a masculina e, de resto, não podemos admitir que, no campo estético, se possa estabelecer comparações entre contornos que são essencialmente diferentes, por predominar a linha curva e noutro a rigidez de lineamentos quasi rectilíneos. Nem mesmo no árido campo da geometria possível seria comparar o perfil exterior de um parafuso com o da respectiva...porca. Não há beleza verdadeira sem curvas sinuosas e, em matéria de sinuosidades estéticas, nada deixa a desejar a plástica das mulheres indígenas de Moçambique, enquanto novas, embora de facto, ali haja tribus mais do que outras a tal respeito favorecidas. (...)”, Sampayo e Mello pp. 190-191. Os traços fisionómicos corresponderiam a características mentais específicas entre os africanos. “(...) A fisionomia dos indígenas de Moçambique, do negro em geral, é muito menos susceptível de traduzir emoções que a do europeu. No entanto, o fundo do seu carácter é alegre e, mesmo em circunstâncias para nós tristes e difíceis, é com grande facilidade que se lhes provoca expansões de hilariedade. O seu riso tem qualquer coisa de infantil, de ingénio e de franco. Suas risadas francas vêm do íntimo e têm muitas vezes, timbre agradável e influência comunicativa. Que grande diferença a que existe entre o indígena moçambicano molemente espojado no sombreio da sua povoação ou acorçado em ameno e alegre palratório, à roda

ignorância dissimulada que grassa a nível popular, mas que tendem a reflectir-se nas próprias práticas políticas empreendidas pelos portugueses.¹⁶³⁰

Adolpho Coelho, no ano de 1893 e em conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, aborda o tema da cristianização dos negros de África, a sua religiosidade, aspectos de etnografia, comparando-os com a civilização greco-romana para ilustrar a ideia de evolução.¹⁶³¹ Clarifica o seu pensamento quando aborda a problemática da influência do meio geográfico na vida dos povos, sem, contudo, depositar demasiadas esperanças quanto à influência benéfica que os efeitos de uma outra geografia poderiam exercer sobre os povos de África.¹⁶³² Um *eurocentrismo* que não hesita em formular comparações dos africanos com civilizações que inscrevem na base da matriz europeia e que se apresentam sempre desvantajosas – ou melhor – intangíveis, para aqueles.

A Europa, e Portugal não é excepção, elabora a imagem do «preto ideal», tendo como base o paradigma civilizacional europeu. O critério adoptado como referência na caracterização dos diversos povos é o da maior ou menor proximidade, real ou imaginária, ao modelo de vida do colonizador. Registam-se diferenças, assinalam-se diversidades e as consequências que estas acarretam para o desenvolvimento económico.¹⁶³³

O despeito presente nas análises relativas aos africanos não é ingénuo. A própria questão da alimentação dos africanos é observada para se perceber como aproveitar os recursos do sustento cafre, já que essa “(...) alimentação, que é sempre muito cuidada quando á testa da cultura está o colono branco, augmenta-se, quando o negro se vê entregue a si próprio, de uma serie de outros vegetaes, fructas, raizes e insectos, que seria ocioso enumerar.”¹⁶³⁴ Apesar de sublinhar a superioridade do branco, a observação europeia não menospreza, antes eleva, o conjunto de recursos a que os africanos recorrem, conquanto que tudo redunde a favor do colonizador e à rentabilização dos recursos, como na remuneração das crianças, verificando como ela varia em função do trabalho e da região “(...) recebendo 200 e 300 réis os menores, consoante os serviços que prestam, e que não são grandes, pois de

duma fogueira, e esse mesmo indivíduo armado em guerra e em plena campanha! (...)” *Id. Ibid.*, pp. 191-192. A ausência de vergonha completa o retrato do africano. “Ao chegarem à puberdade também as raparigas são submetidas a esse rito de passagem que é a iniciação, para poderem ser recebidas como mulheres. O ritual abrange, nesta hipótese, um conjunto de cerimónias, algumas das quais ultra-obscuras, e todas elas tendentes a apagar, se por acaso existe, todo e qualquer vislumbre de pudor ou de recato.” *Id. Ibid.*, p. 194.

¹⁶³⁰ Ribeiro, 1882, p. 40.

¹⁶³¹ Coelho, 1893, pp. 43-44.

¹⁶³² “Sem duvida representa o meio geographico na vida de todos os povos papel importantissimo. Negá-lo fôra desconhecer o que há de mais elemental em ethnologia; mas esse factor não nos explica tudo. Quem admittiria que alguns centos de milhares de negros da Africa central, lançados na Grécia, nas ilhas do mar Egeo, na Ásia menor, nas condições em que hoje os vemos, mas quinze ou vinte seculos antes da nossa era, se elevassem alli á altura do grego homérico e subissem ainda depois ao nível do grego do século de Péricles? (...)”. Coelho, 1893, p. 58.

¹⁶³³ A própria análise da utilização dos trabalhadores nos prazos, alguns deles em que se instalaram companhias como a do Boror e da Zambézia, é elucidativa quanto à divisão de tarefas que implica. Aspecto que poderia contribuir para uma avaliação das necessidades específicas da província em termos de mão-de-obra possuindo uma qualificação rudimentar. Vilhena, 1910, p. 75.

¹⁶³⁴ *Id. Ibid.*, p. 76.

ordinario os empregam em trabalhos leves, nos quaes não vale a pena desperdiçar a mão d’obra adulta.”¹⁶³⁵

São muitos os que, nesta época, duvidam de uma evolução que rapidamente possa colocar, no mesmo patamar, povos que se encontram em momentos diferentes de uma evolução que deveria cumprir as obrigatórias etapas:

Infelizmente, a natureza não dá saltos. Só pela evolução se conseguem os grandes e duradouros resultados que se imprimem com traços indeléveis na historia da humanidade. Da barbárie não se passa para a civilização, só porque uns utopistas julgaram conveniente decretal-o. A Europa levou mais de vinte seculos a educar-se para conquistar a semiperfeição política e social em que hoje se encontra. No estado de escravidão viveu muitos annos sob diversas formas, e ainda hoje vemos a escravidão accorrentar as classes proletarias, que não encontram no trabalho senão uma escassa remuneração e o sufficiente apenas para não morrerem de inanição.¹⁶³⁶

Uma tal ideia justifica a infantilização dos «mais atrasados» e está na base da consideração de que os esforços europeus para actuar sobre os outros povos são dotados de uma legitimidade que assenta numa espécie de «missão», que visa, precisamente, e de forma pretensamente filantrópica, trazer esses povos à «civilização». Tal raciocínio permite atenuar os efeitos eventualmente negativos da acção dos europeus.¹⁶³⁷

A desvalorização do africano é uma estratégia corrente perante as dificuldades em proporcionar instrução às populações. Os indígenas de Moçambique são considerados por autores coevos como pouco inteligentes: “O macua submettido é indolente e estúpido; mas os manjãos (mouros) que dominam os primeiros, são intelligentes e dão com facilidade bons artistas em qualquer officio que se lhes ensine.”¹⁶³⁸ Embora, por vezes, se entre em contradição, visto admitir-se que, quando instruídos, aprendem o árabe, caso de alguns macuas, que “(...) fallam o portuguez, mas não o escrevem, apesar de muitos saberem escrever o árabe.”¹⁶³⁹

Quanto ao ensino, a cidade de Moçambique possuiria, após 1878, uma escola de Artes e Ofícios, facto tanto mais importante porquanto na

“cidade, como em todo o norte da província, os braços faltam; porque o mahometanismo junta á indolência natural provocada pelo clima, o prejuízo de que o trabalho é deshonroso e só digno de escravos. Este facto, a falta de instrucção que se nota na capital e ainda a exportação das libras que em alta escala se faz para Bombaim, são factores que muito prejudicam o rápido desenvolvimento de que a província carece.”¹⁶⁴⁰

¹⁶³⁵ *Id. Ibid.*, p. 77.

¹⁶³⁶ Allen, 1884, p. 21.

¹⁶³⁷ *Id. Ibid.*, p. 21.

¹⁶³⁸ Castel-Branco, 1891, p. 202.

¹⁶³⁹ *Id. Ibid.*, p. 203.

¹⁶⁴⁰ Castel-Branco, 1891, p. 207.

Adolpho Coelho, em 1893, expõe as ideias do “distinto anthropologo e viajante” Gustavo Lebon, sobre as possibilidades de educação em relação às populações indígenas das colónias: «Nem pela educação, nem pelas instituições, nem pelas crenças religiosas, nem por nenhum dos meios de que elles dispõem, podem os europeus exercer acção civilisadora sobre os orientaes, e ainda menos sobre os povos inteiramente inferiores». Todavia junta logo: “As instituições sociaes d’esses povos são a consequencia d’uma constituição mental que é a obra dos seculos e que só os seculos poderão transformar.”

Já anteriormente afirmara:

Quer isso dizer que esses povos meio-civilizados ou barbaros não chegarão tambem a elevar-se ao nivel da civilisação europea? Tal não é certamente o meu pensamento. Creio, ao contrario, que se elevarão até aqui um dia; mas elevar-se-hão só depois de ter transposto um a um e não d’uma vez os numerosos degraus que os separam da altura em que nos achamos.¹⁶⁴¹

O autor salienta o que considera a incompatibilidade da cultura europeia com o “estado mental” dos indígenas das colónias e a impossibilidade de assimilação, por um lado, e a crença na possibilidade de evolução, por outro. Pergunta de onde “virá a acção impulsadora d’esse movimento evolutivo senão da nossa própria civilisação?”.¹⁶⁴²

Para os africanos cria-se uma dupla tutela. Às amarras da proletarização que dominam o trabalhador europeu, somam-se as que derivam do lugar ocupado pelo africano no caminho da evolução.

Outra relação frequentemente abordada é a de «raça e aprendizagem», que delimita ou restringe as possibilidades, por parte dos africanos, em aceder ao conhecimento,¹⁶⁴³ o que corresponde a considerar as hipóteses e expectativas que se podem dispensar às possibilidades de instruir os negros. A questão é central, já que, em função das convicções dos europeus, será ou não determinante a construção de locais de ensino e a difusão do saber de tipo formal europeu.

¹⁶⁴¹ Coelho, vol. I, 1893, pp. 9-10.

¹⁶⁴² *Id. Ibid.*, p. 10.

¹⁶⁴³ “O negro está como todos os povos na infância de uma civilização, quando pela força da hereditariedade e educação atravez dos seculos não aperfeiçoou as suas aptidões recetivas para a assimilação de conhecimentos. Em geral todos vêem nas creanças pretas, espertas e ladinas, certos caracteres de inteligência e verdade é que, chegadas á puberdade, essas qualidades se obliteram um pouco, encaminhando-se os individuos para o tipo comum dos adultos, sem interesse sem estímulo, pelo que muitos classificam a raça como regressiva e incapaz de fixar de forma durável as noções elementares recebidas.” Assinala-se a questão e importância do álcool na aludida “regressão”. “O negro, sendo vulgarmente inclinado á submissão passiva, não tem no seu carácter as qualidades dignamente afectuosas que distinguem os individuos de raças educadas; manifesta-se carinhoso na maneira como trata os filhos e outras creanças, mas esses sentimentos de perdurável amizade e gratidão por quem os trata com benevolência estão completamente fóra da sua alma e da sua moral e estarão enquanto os povos dominadores se não derem a uma paciente cruzada civilisadora que eleve pela educação as boas qualidades instintivas da raça dominada. Entretanto, pela observação de exemplos numerosos, não podemos considerar o preto adulto como absolutamente incapaz de assimilação de conhecimentos. Em uma unidade de tropas indígenas, onde se estabeleceu uma escola primaria, viu-se de uma maneira evidente como muitas praças aprenderam rapidamente, em uma grande percentagem a dizer as palavras dos quadros parietaes sem mesmo lhe conhecerem o significado e era frequente encontral-as depois, interessadas pela leitura, soletando os dizeres litografados do exterior das latas de conserva, pronunciando tudo n’aquelle mascavado que aplicam ao portuguez, embora estivessem escritos em línguas estrangeiras.” Borges, 1912, pp. 42-43.

Também certos autores europeus, não portugueses, defendiam a ideia de que com a sua superioridade, deveriam ter em conta a natureza dos territórios e a muito restrita área saudável em que poderão viver e criar as suas crianças como o fariam na sua terra natal, de modo a formar, com o tempo, uma «raça» nativa europeia (essencialmente nos distritos a sul da Zambézia, com excepção das zonas a ela vizinhas no litoral da costa oriental),¹⁶⁴⁴ ignorando todos e quaisquer direitos das «raças inferiores» pré-existentes.¹⁶⁴⁵ A utilização destas ressalta do facto de não se poder ponderar seriamente o recurso aos brancos, mercê das dificuldades que experimentariam para desenvolver a tarefa da colonização. Pelo que outras formas de exercer o domínio teriam de ser encontradas.

A ideia da especial capacidade de convivência dos portugueses com outros povos de diferentes culturas foi cultivada, de forma mais ou menos explícita e com consequências no discurso construído sobre os próprios africanos. Aqui torna-se obrigatória a referência a uma série de conceitos sistematicamente compostos que encontrariam posteriormente, em Gilberto Freyre, o autor de referência.¹⁶⁴⁶ Uma tal originalidade relativamente aos outros europeus conferia aos portugueses um lugar demarcado no quadro das nações coloniais,¹⁶⁴⁷ especificidade lusa que deveria servir-lhes de exemplo.¹⁶⁴⁸

¹⁶⁴⁴ Johnston, s.d., p. 279.

¹⁶⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 280.

¹⁶⁴⁶ “Não me parece que a caracterização que há anos sugiro, das áreas marcadas pela presença portuguesa – as áreas de uma população em grande parte de “vária cor” – possa ser aplicada com igual generalidade e igual vigor às situações etnicoculturais apresentadas por outras áreas onde se vêm verificando contactos de europeus com não-europeus. Não se aplica decerto às áreas marcadas pela colonização anglo-saxônica – tão cruamente desdenhosa, até há pouco, das populações de cor; nem às áreas de colonização holandesa; nem às de colonização inglesa; nem às de colonização belga; nem mesmo, considerando-se a amplitude do ânimo melanistamente democrático dos portugueses, a todas as áreas de colonização espanhola, embora de várias dessas áreas – da venezuelana, da paraguaia e da cubana, por exemplo – se possa afirmar que se apresentam, na América tropical, iguais a área brasileira, quer nos aspectos biológicos, quer em alguns dos sociológicos, do seu desenvolvimento em áreas de populações em grande parte mestiças e de culturas em grande parte mistas e até simbióticas.” Freyre, 1962, p. 26. Já quanto aos métodos utilizados para integrar os Outros na cultura portuguesa tornar-se-ia compreensível o paternalismo com o recurso a correctivos físicos que mais não seriam que, em última análise, manifestações de «afecto» de adultos para com crianças, pois seria “(...) certo que numerosas vezes essa integração de carácter familiar, patriarcal, sociologicamente cristão, se fez, no Brasil, e se vem fazendo em várias partes – não em todas, admito – da África Portuguesa, por meio de castigos físicos impostos aos recém-vindos de culturas primitivas, para melhor consolidação do seu aprendizado de uma nova cultura. Mas lembremo-nos de que nos sistemas ortodoxamente patriarcais tais castigos físicos se estendiam – e até certo ponto ainda se estendem – no Brasil e em Portugal, aos filhos, sendo raro o brasileiro ou o português de formação castiçamente patriarcal que tenha crescido sem ter experimentado a ação da palmatória ou da vara ou da chibata disciplinadora empunhada por pai ou por mãe.” *Id. Ibid.*, p. 31. Sobre a desmistificação teórica dos conceitos construídos por Gilberto Freyre, nomeadamente o «luso-tropicalismo» ver: Henriques, 1997a, p. 35; 39-40.

Ainda sobre a crítica ao conceito de «luso-tropicalismo»; Pereira, «Introdução à reedição de 1998» de Dias, 998, pp. XXX-XXXI. Quanto ao prolongamento dos mitos no tempo e as novas designações «em moda» ver Margarido, 2000.

¹⁶⁴⁷ Como explica Isabel Castro Henriques, “(...) o século XIX procurou e conseguiu impor a ideia de uma missão exclusivamente religiosa levada a cabo pelos Portugueses, menos interessados do que os demais colonialistas pelos benefícios económicos.” Henriques, 1992, p. 224. Por vezes a produção historiográfica de alguns países desenvolvem-se, também, em conformidade com os tempos: «Les Portugais, comme les Espagnols et les Français, n'ont jamais eu aucun préjugé de couleur et de race. Les hommes de couleur, pour eux, sont des hommes.». Alianças europeias que se materializam em certas visões do passado, nomeadamente quanto à instrução nas colónias e à sua influência sobre os mulatos: «(...) Ces mulâtres n'étaient point honnis et repoussés comme ils le furent presque toujours dans les pays Anglo-Saxons. Des leur enfance, leurs pères européens s'occupaient d'eux avec la même sollicitude que s'ils avaient été de petits blancs. L'instruction primaire avait été assez répandue dans les colonies; les mulâtres savaient lire et écrire; ils recevaient aussi une instruction religieuse qui, à elle seule, les faisait égaux d'un peuple aussi catholique que celui du Portugal.» Vallaux, 1940, pp. 478-479.

¹⁶⁴⁸ Sobre a presença portuguesa no Oriente e em África, escreve Gilberto Freyre que “(...) sob vários aspectos é uma experiência da qual outros grupos europeus relacionados com ambientes, populações, e culturas tropicais, podem extrair, através de uma ciência social que tome em consideração o que os nominalistas chamam «particulares», sugestões valiosas para a modificação do seu comportamento. (...)”. Salvaguarda, contudo, que essa “(...) ciência em que os brasileiros e portugueses vêm sistematizando o estudo das suas relações com os trópicos é uma ciência eminentemente empírica, no bom sentido de experimental e experimental, embora não deixe de ser psicológica nem se recuse a tornar-se «policy science». Mas o que nessa ciência tem alguma coisa de «policy science» é o modo por que seus especialistas procuram articular o passado com o futuro nas áreas tropicais marcadas pela presença portuguesa, à base de constantes que nessas áreas se acham já sociologicamente constatadas.” Freyre, s.d., p. 48. Para o mesmo autor, existem dois tipos de colonização europeia nos trópicos, “a

Paradoxalmente jogam a favor dos portugueses a pobreza, a limitada instrução, o precário desenvolvimento industrial aliados às limitações da máquina administrativa colonial, às deficiências na ocupação que alegam sobre extensas zonas em que a sua influência se fazia sentir de forma muito superficial.¹⁶⁴⁹ A ideia da convivência especial nos domínios portugueses é, portanto, um recurso explicativo recorrente e podemos incluí-la como um dos elementos míticos decisivos e simbólicos na ideia geral da «missão civilizadora» e «imperial»,¹⁶⁵⁰ conceito mítico que chegou mesmo a ser utilizado contra a acusação de escravatura por parte dos portugueses, já que

(...) asseverávamos a mr. Stevenson que a escravatura ainda existe, não nos domínios portugueses, onde os negros são tratados como a própria família dos fazendeiros, imprimindo-se-lhe o amor ao trabalho, á moral, á religião e ao proximo – mas nos sertões onde Stanley e outros soi-disant missionarios do progresso e da civilização os escravizam a um trabalho obrigatorio sob o açoite, e assim os matam sem a mais leve compaixão pelo seu semelhante, como depois em phrases sonoras na Europa elles proclamam os pobres negros.¹⁶⁵¹

O domínio do preconceito encontrou amplo campo de expansão na mentalidade portuguesa afinada com as ideias positivas do século e dos seguintes. Um intelectual da craveira de Oliveira Martins pode esclarecer de forma inequívoca o seu pensamento quanto aos negros que, de resto, sustenta mediante o recurso a autoridades internacionais: “«Nunca vi cabeça mais semelhante á do macaco», dizia Cuvier observando a mulher boschimane, a que se chamou «Vénus hottentote.» Com effeito, o boschimano é um typo ínfimo da humanidade.”¹⁶⁵² Autoridades que confirmem a negação de que as mesmas aptidões possam estar presentes em todas as «raças humanas». Nesta linha, o negro é uma “criança adulta”, condenado ao limite da capacidade intelectual, inferior ao branco, “não raro próximo do anthropoide, e bem pouco digno do nome do homem”, situado entre “o homem e o

hispânica e a não hispânica”. Sendo a primeira marcada por desígnios cristãos, de características “(...) cristocêntricas, empenhadas em cuidar de doentes ao mesmo tempo que de órfãos, de velhos, de meninos e adolescentes, assim de cor como brancos: da sua educação e da sua criação; da sua protecção e da sua manutenção.” Freyre, 1958, p. 22. Desta forma, o «cristocentrismo» opor-se-ia ao «etnocentrismo». *Id.*, *ibid.*, p. 23. Aspectos a que junta a ideia de se criar uma “(...) subcência dos trópicos que se denomine «hispanotropologia», da qual se destaque uma especialíssima «lusotropologia». *Id. Ibid.*, p. 26.

Uma outra visão sobre o contributo de Gilberto Freyre é-nos fornecida por João Medina que, comentando um texto de Fernando Henrique Cardoso em que este assinala a revalorização do negro pelo sociólogo brasileiro, destaca um outro aspecto que é o do “(...) ênfase posto na vida sexual, no papel da sexualidade como motor da dialéctica «democrática» da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, é a verdadeira revolução operada pelo método de Freyre, revolução afinal tão copernicana como a primazia dada aos negros, até porque faz parte íntima dela, sendo a senzala é o harém da casa grande, pois ambas estão umbilicalmente unidas, como tudo o mais que se processa no binómio senhor de engenho/escrava negra (ou mulher índia), que é mulher legítima ou concubina ou cozinheira ou mucama ou ama de leite...” Medina, 2002, pp.112-113.

¹⁶⁴⁹ Assinala Boaventura de Sousa Santos que “Portugal foi o único país a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens.”. Santos, 1996, pp. 59-60.

¹⁶⁵⁰ João de Azevedo Coutinho sublinha de forma esclarecedora a «originalidade portuguesa» no relacionamento com os africanos, mesmo que nem sempre as situações corresse da forma mais pacífica: “Os nossos processos de lidar com indígenas tem-nos sempre atraído a sua simpatia, salvo em casos singulares de rebeliões debeladas, mas em que, vencedores, fomos sempre humanos e generosos.” Coutinho, 1934, p. 21.

¹⁶⁵¹ Allen, 1884, p. 26.

¹⁶⁵² Martins, 1887, p. 278.

anthropoide” e limitado no que concerne à educação, “(...) porque não há de ensinar-se a Bíblia ao gorilla ou ao orango, que nem por não terem falla, deixam de ter ouvidos, e hão de entender, quasi tanto como entende o preto, a metaphisica da encarnação do Verbo e o dogma da Trindade?”.¹⁶⁵³ Acrescenta que a ideia “de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a historia, como tambem perante a capacidade mental d’essas raças inferiores.”¹⁶⁵⁴ Pelo que a solução estaria no cruzamento – longo – com “sangue mais fecundo”, nomeadamente com os “negróides islamitas do Oriente”, já que ao Ocidente estaria reservado o papel de fornecedor de panos para o vestuário, álcool para se embriagarem, pólvora para que se exterminarem.¹⁶⁵⁵ Se estas ideias se mostrassem correctas, adianta o autor, baseando-se nas “leis inherentes” à existência do homem, o mais provável seria que as raças negras viessem a desaparecer em lugar de se civilizar.

Ainda Oliveira Martins, nos seus *Elementos de Antropologia*, cita estudos de especialistas em etnologia e etnografia, para construir os seus argumentos sobre os diversos tipos de homens existentes, distinguindo três principais: braquicéfalos, de pele amarelada; dolicocefalos, altos de tez branca; e os negros “(...) mais dolicochocephalos ainda, prognathas, com os cabellos, de secção chata, encarapinhados, o radius longo, as nádegas salientes, os seios caídos.”¹⁶⁵⁶ A ilusão da classificação científica, na precisão positiva, com base na diferenciação física e correspondente enumeração de características das várias «raças» tomava forma conveniente aos colonialistas nos circuitos intelectuais europeus.

O darwinismo social aliado à antropologia física, estabelecendo a relação entre a capacidade intelectual e as pretensas características de cada «raça», seriam responsáveis por muitas das ideias que enformaram políticas no século XIX em relação às colónias, nomeadamente de Portugal, pois “(...) o darwinismo social contribuiu poderosamente para a justificação e a continuidade de práticas correntes em diversos sectores da vida ultramarina: na educação, dando base teórica à sua limitação a formas rudimentares de ensino, no que aos «indígenas» dizia respeito” e em outros sectores como a administração, legitimando determinadas práticas racistas.¹⁶⁵⁷ Desenvolvem-se teorias que visam a «demonstração» da inferioridade dos negros.¹⁶⁵⁸

¹⁶⁵³ *Id. Ibid.*, p. 284-285.

¹⁶⁵⁴ *Id. Ibid.*, p. 286. Ainda sobre as possibilidades de educação para os negros segundo Oliveira Martins, e o eco das suas ideias, ver Papagno, 1980, pp. 80 e ss.

¹⁶⁵⁵ Martins, 1887, pp. 286-287.

¹⁶⁵⁶ *Id. Ibid.*, p. 180.

¹⁶⁵⁷ Alexandre, 2000a p. 400.

¹⁶⁵⁸ Aurélio Rocha refere-se a Gobineau como “(...) quem levou mais longe a tese da divisão da espécie humana em raças diferentes, sendo a raça branca superior às outras.” Rocha, 2000, p. 729.

Assim, o ensino em geral devia ser “de harmonia com os usos e costumes e o grau de desenvolvimento intelectual e moral do povo indígena a que se aplica” e o ensino profissional, em particular, devia “ter em vista formar indivíduos para o trabalho que as condições climatéricas impedem aos europeus de exercer convenientemente e adestrando, portanto, os indígenas nos trabalhos manuais e auxiliares em que se exige menos acuidade de espírito e responsabilidade do que músculo.”

Desenrola-se uma luta entre os conceitos de «Barbárie» *versus* «Civilização». Neste quadro, é permanentemente referida a necessidade de «civilizar» o negro, nomeadamente reforçando a importância do culto religioso.¹⁶⁵⁹ A religião é encarada como poderoso veículo de domínio e a ausência de um bom trabalho dos portugueses nessa área como importante falha na trilogia civilizadora de religião/trabalho/família.¹⁶⁶⁰

O impacto da educação colonial levada a cabo pelas diversas nações europeias parece apresentar um conjunto de características comuns, apesar das diferenças entre as várias sociedades coloniais e as diferentes potências colonizadoras.¹⁶⁶¹ Preferencialmente importaria educar o africano afastando-o, tanto quanto possível, da sua comunidade de origem,¹⁶⁶² havendo a necessidade de não confundir «instrução» com “educação”.¹⁶⁶³

8.2. A ideia de «instrução» para os negros

“Muito se tem escripto e dito a respeito da instrucção publica e vezo bem antigo é o arrimarem-se os críticos ao bordão do abandono que ella tem soffrido.”

Sousa Ribeiro, *Provincia de Moçambique, Relatorio do Secretario Geral*,
Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910, p. 241.¹⁶⁶⁴

¹⁶⁵⁹ Testa, 1880, p. 25.

¹⁶⁶⁰ “Obra humanitária e civilisadora, cujo empenho é dar ao indígena uma religião, um início de perfeição no estado social, e o amor do trabalho, constituindo os laços da família. Nada d’isto se encontra nos domínios portugueses.” *Id. Ibid.*, p. 26.

¹⁶⁶¹ Com base nos conhecimentos fornecidos por diversos estudos abrangendo os Camarões, Egipto, Etiópia, Ghana, Quênia, Lesotho, Libéria, Mali, Nigéria, Tanzânia, Fafunwa assinala: “Although primary education was expanded, illiteracy was very pronounced in the colonial era. Primary schools were few and scattered; pupils had to walk long distances to schools. It was to avoid the necessity of schoolchildren having to walk long distances and because of the missionaries’ belief in the negative influence of the pupils’ homes on their Christianising efforts that some schools were made into boarding schools. Fafunwa, 1982, p. 25.

¹⁶⁶² Referindo-se primordialmente às experiências inglesa e francesa, Fafunwa destaca certos interesses coloniais comuns às várias nações colonizadoras: “What seemed to have changed was the shift in emphasis - a shift from a purely religious education to a diluted semi-secular education which emphasised the role of the school in the continued furtherance of colonial interests in Africa. All the countries covered in this work shared this common characteristic in the development of their educational systems.

A third general observation common to Africa’s colonial system of education is that there were conscious and obvious attempts, first by the foreign missions and later by the colonial governments, to educate the African away from his culture. *Id. Ibid.*, p. 21.

¹⁶⁶³ “Sabe-se que a educação e instrução são conceitos diferentes. Pode instruir-se um homem em alguns anos, bastando apenas uma geração. Pode tomar-se na selva uma criança, levá-la para uma escola de mato ou primária, sujeitá-la à instrução secundária, elevá-la pela instrução superior, sem contudo a transformar por dentro, isto é, sem a educar”: Rego, 1960, p. 95.

¹⁶⁶⁴ Ribeiro, 1910, p. 241. O mesmo autor, referindo-se às críticas ao longo dos tempos relativas ao atraso da instrução em Moçambique, através de relatórios e diplomas oficiais ou particulares comenta que se lhes detecta “(...) o feitiço misto de acre e doloroso, quiçá tão injusto quanto verdadeiro, de castigar o que naturalmente não passou de um fatal producto das circunstancias.” *Id. Ibid.*, p. 244. O mesmo autor lembrava, referindo-se à situação da instrução na província em 1859: “(...) quem nos diz que, além da raridade de crianças europeias, na Província, e da natural resistencia dos chefes de família a coagirem os menores á frequencia de escolas, não se tivessem desde longos annos e

Um *Dicionário de Educação e Ensino* do séc. XIX define «instrução» do seguinte modo:

Esta palavra (do latim *instructio*, disposição, derivado de *struere*, construir) exprime a sciencia mais vulgar, o que se aprende nas escolas. Differe da educação a instrução, sendo que a primeira incluea idéa do bom emprego e uso da segunda: póde pois haver instrução com má educação, se o saber não é realçado por boas maneiras e bons costumes. O fim da educação é desenvolver as faculdades moraes, em quanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intellectivas. (...).¹⁶⁶⁵

Ainda que, «educação» e «instrução», ambas concorram para o mesmo fim, salvaguarda-se que é compatível instruir sem educar, ainda que o não seja formar o coração sem ao mesmo tempo desenvolver o espírito. Se a educação pode suprir a instrução, já esta última não pode dispensar a primeira.¹⁶⁶⁶

É a educação que produz o homem sociável; é ela que pode suprir uma menor instrução (o que inversamente não é possível), ensinando o dever e a sua prática, aspectos que salientam o valor da educação religiosa, forma privilegiada de obstar a que o homem se torne apenas um animal inteligente, unicamente engrandecido pela ciência, que não o pode formar completamente. A formação intelectual não humaniza sem uma educação moral que a enquadre. Os talentos e a ciência deveriam ser enquadrados por forças superiores.¹⁶⁶⁷

No século XIX diversos autores lembram a importância para a «educação» do conhecimento dos usos, exemplos, costumes públicos e leis e, especialmente, da religião, com a sua autoridade e a correcção de vícios que proporciona.¹⁶⁶⁸

A crença na instrução e no homem colide com a «ciência» que, no século XIX, defende etapas obrigatórias de desenvolvimento para os povos. Este último aspecto encontra, porém, os seus detractores, o que leva a questionar o lugar da “instrução” entre os africanos, valorizando a amplitude de uma adequada e global educação para eles.

Uma educação que contemple as possibilidades reais dos portugueses que a deveriam providenciar, considerando a economia da colónia, do país, do mundo, factores que moldaram umas quantas «boas razões» para procurar diminuir as possibilidades e importância do ensino laico, denegrindo os liberais e a sua acção, alinhando com a produção ideológica que

de quando em quando travado na metropole, e aqui, as intermináveis questões sobre o systema do ensino e educação a respeito do qual ainda hoje se não assentou numa formula única, definitiva, óptima?” *Id. Ibid.*, p. 246.

¹⁶⁶⁵ Campagne, 1873, vol. I, “Instrução”, pp. 789-793.

¹⁶⁶⁶ *Id. Ibid.*, pp. 789-793. As duas últimas páginas ocupam-se do problema de se será ou não perigoso o ensino e a instrução nas classes inferiores, construindo-se uma argumentação que procura concluir pela negativa, baseada no pressuposto de que um povo instruído reconhecerá mais facilmente três aspectos importantes: o seu interesse na paz e ordem pública; a inviolabilidade das propriedades como um esteio das sociedades e a “monstruosa injustiça” que consiste em atacar as classes ricas. Vantagens de uma instrução sólida baseada na ciência e na religião. *Id., Ibid.*, p. 793.

¹⁶⁶⁷ *Id. Ibid.*, “Educação”, pp. 392-396.

¹⁶⁶⁸ *Id. Ibid.*, pp. 392-396.

valorizaria as acções militares e repressivas e justificaria as «políticas de ocupação» de final do século XIX.¹⁶⁶⁹

A correlação entre os rudimentos ideológicos do colonizador e as realidades locais acabaria por se reflectir nas políticas adoptadas em África, nomeadamente em políticas de educação diferenciadas para europeus e africanos,¹⁶⁷⁰ triunfando sobre algumas convicções liberais típicas de uma primeira fase, mas que sempre defrontaram os seus críticos e detractores.¹⁶⁷¹

Sobre o contacto entre a «Escola» europeia e os indígenas, muitas são as tentativas de esboçar interpretações em função das respectivas convicções dos autores, ora negando-lhe qualquer importância, ora sobrevalorizando o seu papel.¹⁶⁷²

Pensar a «instrução» para negros no século XIX, ainda que promovendo-a em grupos reduzidos, tem de ser considerado à luz das suas relações com cada sociedade, localidade, pequeno centro, com objectivos que envolvem «princípios», «opções», intenções de «propaganda», e as omnipresentes limitações materiais. Também como uma forma de «poder» visando actuar sobre a vida dos que lhes estariam sujeitos em domínios quotidianos como o trabalho, hábitos, espiritualidade, divertimento e sexo.¹⁶⁷³

¹⁶⁶⁹ E que se prolongariam no tempo e nas construções míticas que enformaram a ideologia portuguesa. Um pequeno exemplo do que aqui se afirma é a publicação de Alberto de Andrade, *Many Races – One Nation. The Traditional Anti-Racism of Portugal's Civilizing Methods*, 1956 em que o autor termina o seu texto afirmando: "It is very significant that in the present enabling Law for Overseas the term «colony» and its derivatives are not employed. There been no change in our overseas policy, consistently pursued in the 19th century as it is now. But having attained a stage of general development in all sectors, it was the intention of the legislators to remove any suggestion of superiority towards the people whom we have assembled under one flag in the endeavour that all will form a single Nation", *Id. Ibid.*, p. 22.

A história de África e as temáticas africanas, em função do que representam em ordem à compreensão da nossa própria identidade, assumem um papel fundamental no quadro actual das preocupações científicas e culturais portuguesas e que por muito tempo estiveram afastadas das preocupações historiográficas. Sobre os estudos de história de África em Portugal e as dificuldades do seu desenvolvimento após 25 de Abril veja-se Cahen, 1995, pp. 125-157.

De resto o problema da instrumentalização da História, nomeadamente através do seu ensino, procurando branquear o passado colonial é comum a diversas nações europeias. A este respeito veja-se a entrevista a Pierre Nora em que o autor sublinha, perante a lei de 23 de Fevereiro de 2005 que invoca a necessidade de ensinar "le rôle positif de la présence française outre-mer" e que "Il ne faut pas enseigner la traite, l'esclavage, la colonisation parce que c'est «mal» ou «bien», mais parce que c'est un grand morceau de la formation du monde moderne". Nora, 2006.

¹⁶⁷⁰ "A educação, nos finais do século XIX, começou a ser delineada *urbana* em dois sistemas distintos um para os filhos dos europeus, os "civilizados", e outro para filhos de africanos, pois como dizia Oliveira Martins, a "ideia da educação dos negros é absurda perante a história: é-o também perante a capacidade mental de essas raças inferiores." O caminho para atingir a dita "civilização" era o trabalho manual, tal como defendia Adolfo Lima em 1908". Neves, 2001, p. 562. Sobre a «superioridade racial do homem branco» e os seus reflexos na desvalorização de uma educação para os negros ver: Henriques, 1997a, p. 36.

¹⁶⁷¹ "Com o liberalismo triunfante, a escola pública irá transplantar-se para a África numa forma de instrução que pretendia colocar as populações indígenas ao mesmo nível dos cidadãos das outras partes da monarquia." Neves, 2001, p. 562.

¹⁶⁷² "Mas, pouco a pouco, a Escola, com a sua organização, os seus professores, os seus métodos, as suas instalações apropriadas, começa a surgir como o mais importante dos veículos de transformação.

Se possuímos testemunhos abundantes da actuação escolar por parte dos seus agentes responsáveis, isto é, os professores europeus e os indígenas que lhes foram assimilados, ainda nos falta conhecimento das reacções que as instituições educativas ocidentais produziram sobre as sociedades indígenas.

Esta carência, que revelaria um aspecto sociológico cuja importância será desnecessário encarecer, não é facilmente suprível. Como seria recebida nos primeiros tempos a Escola? Como considerariam os seus primeiros alunos e, especialmente, as famílias? Como seria avaliada a sua utilidade ou a sua inutilidade?

Nas civilizações ocidentais, choques desta natureza tomam logo a forma de documentos. Documentos de carácter objectivo, disposições legislativas, relatórios de funcionários ou confissões objectivas de carácter marcadamente literário, mas não menos elucidativas sobre os reflexos de uma instituição ou comportamento do indivíduo ou do grupo a que ele pertence. Nas comunidades gentílicas, a que faltava exactamente a expressão escrita e, portanto, a memória dos acontecimentos, só muito excepcionalmente se pode dispor deles." *Id., ibid.*, p. 76-77.

¹⁶⁷³ Segundo Foucault, nos europeus, a partir do século XVIII, as formas de domínio concretizam-se através de quatro grandes campos: «histerização do corpo da mulher», «pedagogização do sexo da criança», «socialização dos comportamentos procriadores», «psiquiatrização do prazer perverso». Foucault, 1994, pp. 107-108. Formas que resultam das relações que no Ocidente se estabelecem entre poder e sexo

A ética é encarada como um exclusivo dos valores veiculados pela civilização europeia, que não se pode conceber em sociedades “primitivas”, pois o “(...) selvagem não sente obrigações senão dentro da sua pequena tribu. A vida e a propriedade alheia são para ele uma variedade da caça.”¹⁶⁷⁴

Aplicáveis ao funcionalismo, à aculturação de régulos, à manipulação dos africanos ou a quaisquer outros objectivos, os esforços no domínio da instrução têm de ser integrados nos modestos mecanismos de dominação presentes e na escassez dos núcleos populacionais. Ainda na pressão – maior ou menor – dos «filhos da terra», na exigência de apresentação de estatísticas, no período em causa, também na necessidade de encarar alternativas a uma dominação alicerçada exclusivamente na doutrinação religiosa, ainda que contendo-a sempre, em maior ou menor grau.

Acessoriamente, haveria que assegurar os rudimentos de uma educação europeia para os escassos «brancos» existentes ou para o universo, mais amplo, dos que eram resultado dos simultaneamente simples e complexos processos de «branquealização».¹⁶⁷⁵ De forma a que a identidade dos africanos possa integrar e englobar as aprendizagens, valores e costumes dos europeus através de uma formação adequada.¹⁶⁷⁶

Oliveira Martins salienta a influência inglesa:

“(...) Apóstolos e missionários da idéa-nova negra, colloquemo-nos ao lado dos ingleses, chamemos o preto á escola, baptizemol-o, moldemol-o á europêa, e a Africa será grande...e Angola e Moçambique o quê? O mercado dos algodões ingleses, com que vestirão as suas vergonhas os pretos civilizados.”¹⁶⁷⁷

Este é o ponto de partida para ataque aos que pensam desviar para África a corrente de emigração esquecendo de que forma poderia o colono concorrer com o trabalho dos negros. Defenderá, mais tarde, a colonização do próprio Reino como a mais proveitosa.¹⁶⁷⁸ Ataca ainda os “negrófilos” que defendem que o futuro de África não está no branco, estará no preto

marcadas por algumas características principais: «a relação negativa», a «instância da regra», «o ciclo do interdito», «a lógica da censura», «a unidade do dispositivo». *Id. Ibid.*, pp. 87-89. A homogeneização que marca o olhar e a análise dos europeus do século XIX explica essa visão discriminatória e intolerante em relação, por exemplo, aos africanos.

¹⁶⁷⁴ Ferreira-Deusdado, 1889, p. 119.

¹⁶⁷⁵ Acompanhando as necessidades do «colonizador», nomeadamente em força de trabalho para o que era vital a criação de uma “*identidade nova* integradora do colono” para fazer face ao reforço dos africanos da sua africanidade através de novas soluções para os problemas postos pelos colonizadores e da sua adequação a eles preservando-a. Henriques, Lisboa, 2004b p. 15.

¹⁶⁷⁶ “A imitação ritualiza-se através da educação; as normas comunitárias co-agem no sentido apontado pela mimese e convertem mais ou menos gradualmente o espontâneo em obrigatório. Deste modo, as semelhanças vão-se estereotipando cada vez mais, tal como os nossos semelhantes se distinguem com maior nitidez dos que não o são. O reconhecimento indiscutível daqueles que formam o nosso grupo consolida-se através da recusa de nos assemelharmos ao resto dos seres que vão ficando fora do circuito identificatório. Para começar, excluimos o resto dos fenómenos naturais e os outros seres vivos. A entrega social à imitação do humano implica a expressa renúncia a outras semelhanças animais, que já só serão assumidos por motivos estratégicos (caça, rituais iniciáticos ou propiciatórios, etc.) ou paródicos. A mimese já não será da aparência física ou da conduta, mas do *ser* socialmente estabelecido: da imitação à identificação, da identificação à assunção definitiva da identidade própria. No grupo não vivem simplesmente os que se parecem entre si, mas os que são o mesmo, que é quase como dizer: o próprio.” Savater, 2000, pp. 162-163.

¹⁶⁷⁷ Martins, 1887, p. 238. Como nota Manuel Viegas Guerreiro em Oliveira Martins a explicação racial era uma «obsessão» – “Tudo imputava ao «sangue»: comportamentos individuais como colectivos. (...)”. Guerreiro, 1986, p. 45. Aspectos que se espraiam por considerações e confusões entre: «língua» e «raça»; «religião» e «raça»; «raças superiores e inferiores». *Id. Ibid.*, pp. 48-49.

¹⁶⁷⁸ Martins, 1887, p. 253.

– cabendo aos portugueses “avassalar meio continente, missionar, educar, precedendo os ingleses na obra gloriosa da civilização indígena,”¹⁶⁷⁹ enquanto às fábricas inglesas faltavam os consumidores que Livingstone, munido de Bíblias, lhes facultaria.¹⁶⁸⁰

A «educabilidade do negro» é assunto que gera opiniões bastante diversas. Em 1880, A. F. Nogueira, explica que os Negros não são o que se pensa, pois são capazes de progredir e revelam aptidões.¹⁶⁸¹ À questão de se será possível civilizar os negros, lembra que os portugueses não podem povoar as colónias com brancos como os ingleses fizeram no Cabo, essencialmente por falta de gente e dinheiro. Critica, posteriormente, a imagem muito difundida do Negro,¹⁶⁸² assim como o comportamento de alguns países e nomeadamente a América, por haver procurado a civilização dos povos indígenas com base na “(...) famosa maxima *time is Money* (...)”, o que “(...) não lhe permittia esperar nem empregar os meios proprios para que essas raças se civilisassem. Era muito mais *pratico* destruil-as.”¹⁶⁸³ O seu programa para o ensino – salvaguardando que não pode constituir “um dispendioso systema de educação” – contempla: o estudo das línguas das possessões africanas; a organização das primeiras gramáticas; o estabelecimento dos primeiros métodos de ensino; providenciar, em curto espaço de tempo, um certo número de escolas; instruir novos e mais habilitados docentes,¹⁶⁸⁴ programa coerente com a convicção da «educabilidade» dos africanos.

Contudo, a ideia de que o preto tem como missão trabalhar, e para isso não precisa de instrução, é sempre presente e em reforço constante. As necessidades e possibilidades de domínio colonial podem sempre sublinhar que à tarefa de «civilização» do africano basta assegurar que este cumpra as tarefas e ordens dos civilizados, não que as compreenda.¹⁶⁸⁵

No primeiro quartel do século XX a questão do trabalho é claramente assumida sem preconceitos ou dissimulações, pois o

(...) preto não necessita apenas de saber ler e escrever o português; primeiro do que tudo ele precisa de saber trabalhar. E, atrevemo-nos a dizer-lo, não se devia ensinar a ler e escrever, sem primeiramente se ensinar a falar o português e a trabalhar. Antes de

¹⁶⁷⁹ *Id. Ibid.*, p. 256.

¹⁶⁸⁰ *Id. Ibid.*, p. 260.

¹⁶⁸¹ Nogueira, 1880, p. 9.

¹⁶⁸² “A asserção de que o Negro recua diante da civilização, de que é indolente, inerte apathico, etc., se se pode sustentar com relação a algumas das suas raças mais atrasadas, com relação a outras é completamente infundada e injusta.” *Id. Ibid.*, p. 153.

¹⁶⁸³ *Id. Ibid.*, p. 155.

¹⁶⁸⁴ Não haveria que temer a instrução do negro: “E não nos impressiona a objecção de que civilisar os indigenas das nossas possessões d’Africa é o mesmo que emancipar essas colónias. Se ao mesmo tempo que educando o Negro tratarmos de aclimar o Branco onde isso for possível este será ainda por muito tempo um apoio seguro para nós. Mas dado que afinal a colónia se venha a emancipar, – e esse é o destino de todas as colónias, – que devemos preferir: conserval-a em uma nação estéril e improductiva como até agora, ou convertel-a em uma nação amiga, e mesmo irmã ao menos sob o ponto de vista da civilização e dos costumes?” *Id. Ibid.*, pp. 213-214.

¹⁶⁸⁵ Aspecto tanto mais significativo quanto a própria evolução da escola europeia implica, nos tempos da industrialização, uma escolha «técnica» em detrimento da «pedagógica» valorizando o conhecimento transmitido em desfavor do indivíduo que o recebe. Lobrot nota que: “Insistiu-se muito sobre este carácter militar e moralizador da escola. Sem dúvida que foi isto que fez com que Victor Hugo afirmasse: «Detesto-vos, pedagogos», frase que faz eco de muitas outras. Teve-se razão ao afirmar que a escola, por causa da sua organização, implica uma determinada concepção do homem, a de um homem submisso e normalizado.” Lobrot, 1995, p. 40.

entrar na escola, devia entrar na oficina, e só depois deveria começar a aprender a falar o português, a lê-lo e a escrevê-lo.¹⁶⁸⁶

Instrução para africanos e instrução para europeus terão que ser, em absoluto, assuntos diferentes.

No início do século XX, a questão da relação entre a instrução e o trabalho é esclarecida e precisada, desde logo, considerando o problema da concorrência no trabalho, agravado pelas necessidades de instrução para europeus adultos, dado que muitos destes não sabem ler nem escrever. O problema, que agora se relembra, é que o negro tem vantagem no trabalho braçal. Na classe comercial, faltam muitas vezes os conhecimentos exigidos pelo ofício, nomeadamente os da língua inglesa, deficiências extensíveis a operários, capatazes, entre outros.¹⁶⁸⁷ Já para o negro, assume-se claramente a necessidade de escolas, mas adequadas ao preto em função do seu retrato psicológico diferente, das limitações próprias do indígena, da necessidade de satisfazer a sua sofreguidão pela aprendizagem. Tudo num contexto em que se não podem dispensar avultadas verbas.¹⁶⁸⁸ Em 1910, Sousa Ribeiro desabafa: “Mas não. Nunca o negro se aproximará, em massa, do nível de civilização e educação superior, consciente, do europeu”.¹⁶⁸⁹

Vão-se, contudo, cruzando outras opiniões – mesmo que escassas – quanto às possibilidades de educação dos moçambicanos, como a de Brito Camacho, nos anos 20 do século XX, que salienta o fraco investimento dos portugueses na educação daqueles povos, apesar da sua aptidão para a educação.¹⁶⁹⁰ Ele, como outros autores, em outras épocas, colocava os defeitos da educação ministrada aos africanos, não na «instrução» propriamente dita, mas nas deficiências que os portugueses revelavam para a poder veicular.¹⁶⁹¹ O pano de fundo é o debate ideológico – ora dúbio, ora claro, das opções do tempo e do país.¹⁶⁹²

¹⁶⁸⁶ Castro, s.d., p. 83. Conclui-se, de resto, que ao insucesso literário se acrescentava a incapacidade da aprendizagem prática ser veiculada pelo Estado: “O preto ainda não chegou à necessidade de fazer exames e de alcançar um diploma de tal natureza, pois não compreende a sua utilidade. Tal diploma, que num europeu é coisa de valor até lhe pode ser prejudicial.” *Id. Ibid.*, p. 85.

¹⁶⁸⁷ Andrade, vol. V, p. 276.

¹⁶⁸⁸ *Id. Ibid.*, p. 277.

¹⁶⁸⁹ Ribeiro, 1910, p. 253.

¹⁶⁹⁰ “Sabendo-se que na população da Metrópole a percentagem de analfabetos é de setenta por cento, chega a causar pasmo que nas Colónias haja, entre os indígenas, quem saiba ler e escrever. A verdade é que o preto não tem a mínima repugnância pela escola, e aprende com facilidade as primeiras letras, mais facilmente que o branco, segundo ouvi a alguns mestres em Moçambique. (...) O que nós despendemos com a instrução dos indígenas, nas várias Colónias, é uma soma ridícula, e o resultado é haver em Moçambique, por exemplo, um numero insignificante de pretos que falem o português, sendo de cada vez mais reduzido o numero dos que não lêem e escrevem o landim.” Camacho, 1936, pp. 26-27.

¹⁶⁹¹ “O ensino, um certo nível da técnica, da higiene, da medicina, da administração pública, são os melhores dos bens legados pelos colonizadores, a contrapartida positiva para as destruições operadas pelo contacto europeu nos velhos hábitos tribais, familiares, sociais em que repousava toda a organização e toda a cultura. Jamais poderemos dizer até que ponto vão actuar as consequências e a novidade do trabalho assalariado, da economia monetária, da escrita, da propriedade fundiária individual. Outros tantos golpes infligidos, sem dúvida, a um velho regime social. Mas não seriam golpes necessários à evolução que está hoje em curso?” Braudel, 1989, p. 138.

¹⁶⁹² Isabel C. Henriques sublinha que só a “descolonização” desembaraçaria a historiografia portuguesa de “(...) justificar o injustificável”. Sucederam após a criação e maturação de um sistema ideológico colonial e de uma mitologia que assentou sobre alguns alicerces, nomeadamente: “a superioridade congénita do homem branco que é também o civilizado”; a “missão civilizadora dos portugueses em África: brancos e europeus.”; o “papel pioneiro de Portugal nas tarefas europeias dos descobrimentos.” Ou a “presença multissécular de Portugal em África (...)”, entre outros aspectos. Henriques, 2004, pp. 50-54.

9. Educação, ensino e instrução na Província de Moçambique

«Fora das grades os vossos netos esquecer-se-ão da língua dos antepassados, insultarão os pais e envergonhar-se-ão das mães descalças e ocultarão as casas aos amigos. A nossa história e os nossos hábitos serão vituperados nas escolas sob o olhar atento dos homens com vestes de mulher que obrigarão as crianças a falar da minha morte e a chamarem-me criminoso e canibal. As crianças rir-se-ão desta vergonha que os velhos sem auditório tentarão redimir dando a versão que ninguém escutará.»

Ungulani Ba Ka Khosa, *Ualalapi*,
col. «Uma Terra Sem Amos», Caminho, Lisboa, 1991, p. 121.

9.1. A escola ou “o voo curto da civilização”. Os discursos sobre a importância da educação

Nunca podemos esquecer que, num momento em que se procurava construir um sistema de ensino na Colónia, a educação metropolitana era objecto de grandes debates e críticas acesas. Do ponto de vista do discurso, as autoridades coloniais louvavam frequentemente o papel da instrução. A desculpa para o atraso deste domínio junto dos africanos consiste nas dificuldades causadas pelas guerras consecutivas que assolam o território.

Nas primeiras décadas do séc. XIX, Vasconcellos e Cirne referia-se à instrução na Província, que não separa da temática religiosa. Quando trata do estado da «Religião» naquelas paragens, aproveita para defender o envio de sacerdotes, esclarecendo ser dever do ministério em Moçambique

(...) estabelecer em cada villa um mestre publico de primeiras letras, para ensino de toda a mocidade, dos forros e mesmo dos escravos que seus senhores quizerem; sendo para admirar o atrasamento em que está a educação publica; que, possuindo a nação aquella colonia há mais de trezentos annos, até agora nem pelas câmaras, nem pela fazenda, se tenham creado aulas para ella. (...) ¹⁶⁹³

Para esse mesmo período, refere-se que os

(...) parochos missionarios nem doutrinaão, nem pregão, nem quando quizessem o poderião fazer, por serem tão rudes como seus freguezes, e he pena, porque a gente do seu natural he bem inclinada, e dos males que há os mais procedem de falta de mestres, poucos de malicia. O desamparo e pobreza das Igrejas diz bem com o que há na educação, e na doutrina. ¹⁶⁹⁴

¹⁶⁹³ Cirne, 1890, p. 29. Ainda que referindo-se a uma época anterior.

¹⁶⁹⁴ Botelho, 1835, p. 106.

Referindo-se à região de “rios de Sena”, Xavier Botelho explica que ali

(...) não há mestres nem se quer das primeiras letras, não há rendas publicas applicadas para similhante objecto, e quando os particulares quizessem pagar á sua custa, não há pessoas que saibão doutrinar; porque os párocos, a cujo carrego estão as missões, e o ensino, tem outras tenções, quando começo de parroquear (...).¹⁶⁹⁵

O mesmo autor refere, sobre a educação em Moçambique, que era

(...) de pasmar a ignorância crassa em que vivem, não já os cafres o que lhes he natureza, se não os brancos e mestiços da terra que se tem em conta de policiados. Não são varridos de talentos, mas a falta de conversarem povos civilizados, a intimidade com os cafres, o seguido trato com os Árabes, lhes tem feito communs, se não a crença, muitos dos usos e practicas da vida, e não conhecem outras. A lingoagem materna he mal pronunciada, chea de descuidos e imperfeições, e he como capa romendada de muitas cores. Em toda a Capitania há so duas aulas de primeiras letras, huma em Quelimane e outra em Moçambique, regidas ambas por naturaes de Goa, tão alheios e errados no falar como os proprios discípulos (...).¹⁶⁹⁶

O grau de instrução e desenvolvimento da colónia de Moçambique era, comparativamente, bastante menor que o de Angola,¹⁶⁹⁷ tanto mais que, em 1855, os missionários estavam ausentes do interior do território e apenas alguns goeses paroquiavam, com limitações, no litoral. Após 1875, os padres de Cernache de Bonjardim começam a missionar. Também os Jesuítas fundarão missões em Quelimane, Milange, Zumbo, e Angónia, e os Franciscanos na Beira. A acção missionária intensificar-se-á no último quarto de século.¹⁶⁹⁸ Este facto leva a que muitos autores opinem pela muito fraca acção do Estado no domínio da educação, partindo do princípio de que na

(...) comunidade portuguesa, a educação fora tradicionalmente ministrada pela Igreja e existem registos de escolas da Igreja em várias cidades portuguesas já no século XVII. Todavia, a maioria dos portugueses ou afro-portugueses abastados tentaria mandar educar os seus filhos em Goa ou mesmo em Portugal. Era também o caso dos protegidos africanos das ordens religiosas; por exemplo, os príncipes carangas confiados aos cuidados dos Dominicanos seriam levados para Goa. Deste modo, Moçambique nunca desenvolveu grandes instituições de ensino. Não existia um seminário para a formação de padres, sendo todos eles recrutados do estrangeiro, e nem mesmo depois da expulsão dos Jesuítas, em 1759, se vislumbrou a criação de um colégio.¹⁶⁹⁹

Contudo, à medida que se avança na segunda metade do século XIX, outros factores parecem assumir a sua real importância – à falta de meios, escasso número de escolas, problemas com os recursos humanos, junta-se o desconhecimento, por parte do poder

¹⁶⁹⁵ *Id. Ibid.*, pp. 289-290.

¹⁶⁹⁶ *Id. Ibid.*, p. 378.

¹⁶⁹⁷ “Talvez por mais tardia ocupação europeia na costa oriental, as tentativas do ensino público só se materializaram muito depois de Angola. Embora tivessem chegado até nós notícias vagas de escolas em vários pontos da província, a verdade é que só em 1907 começou a funcionar a primeira escola oficial de ensino primário em Lourenço Marques. E, alguns anos mais tarde, ainda era bem reduzido o número de aulas primárias, sem administração e sem inspecção.” Azevedo, 1958, pp. 139-140. Assinalemos que estes dados, em rigor, não se confirmam pela análise da documentação.

¹⁶⁹⁸ *Id. Ibid.*, p. 139.

¹⁶⁹⁹ Olivier e. Fage, 1980, p. 382.

metropolitano, quanto às condições de funcionamento dos estabelecimentos e correspondentes agentes que se dedicavam à instrução em Moçambique.

Já o tratado de vassalagem com Muzilla em Dezembro de 1861 prevê alguns tópicos relacionados com a educação.¹⁷⁰⁰

Num documento de importância vital, emanado do Governo-geral da Província, em 1866 e assinado pelo Governador António do Canto e Castro reconhece-se: primeiro, a existência, nessa data, de escolas de ambos os sexos em Moçambique; segundo, explicitam-se inequivocamente os objectivos da instrução pública; terceiro, determina-se a universalidade da instrução pública, sem admitir a exclusão por raça, etnia, estatuto social, religião ou outros aspectos; distingue «instrução» de «educação».

Na Circular nº 94, especificam-se os objectivos políticos:

Tendo o governo de Sua Magestade sido sempre solícito em promover a instrução publica, com o justo e humanitário fim *d'espalhar por todos os ângulos da monarchia, a civilização a religião e as luzes*, creando academias, reformando as antigas, instituindo novos lyceus, e por toda a parte, escolas d'instrução primaria de ambos os sexos;

Foca-se ainda a questão da universalidade das medidas tomadas, uma vez

(...) que a intenção d'um *governo illustrado*, cuja lei fundamental no &30 do seu artigo 145, garante a todos os cidadãos, alem da secundaria e superior, gratuitamente a instrução primaria, *não é nem podia ser excluir do gozo d'um tal beneficio a nenhuma classe de individuos, seja qual for a sua procedência ou qualidade*;

Finalmente, diferencia-se «educação» de «instrução» num processo em que a cor e etnia não podem ser motivo de exclusão, pois

(...) como é certo, e por todos reconhecido, que a expensas próprias de Sua Magestade El-Rei, no caridozo empenho de *distribuir pelos necessitados, com o alimento do corpo, a educação e a instrução*, que é o pão do espírito, são favorecidos muitos asylos; o governador geral da provincia a quem foram feitas varias queixas contra o innaudito procedimento d'alguns professores e mestras d'instrução primaria, *chegando a recusar a entrada d'individuos de côr parda, nas suas respectivas aulas*, quando pelo &13 do citado artigo, *todos os cidadãos sem outra distincção, que a de seus talentos e virtudes, tem direito aos empregos publicos*; há por conveniente determinar que os governadores dos districtos, e presidios, ponham toda a sua vigilância e cuidado, a fim de observarem se nas aulas d'um e d'outro sexo, dos seus respectivos governos, há professor, ou mestra, que tão abusiva quão immoral e ilegalmente, commeta semelhante attentado; suspendendo immediatamente o que assim tiver procedido; dando de tudo parte a este governo, e enviando logo os documentos com que se provem tão graves acusações, a fim de promover contra os accusados, a necessaria e legitima punição.¹⁷⁰¹

¹⁷⁰⁰ Explicita o 12º ponto do tratado de vassalagem de 1861: “Obriga-se mais o mesmo governo português a mandar educar à sua custa nas escolas portuguesas dois ou mais dos filhos do dito régulo Muzila, que este queira que recebam educação.” Vilhena, 1996, p. 38.

¹⁷⁰¹ B.O., 22/09/1866, nº 38, p. 166. O documento é oriundo do Palácio do governo-geral da provincia de Moçambique, a 21 de Setembro de 1866 e assinado pelo governador-geral Antonio do Canto e Castro. As passagens em itálico são do autor.

Referindo-se a Angola, Samuels refere que existiam duas direcções no ensino: «instrução» e «educação». O dilema situava-se em levar o progresso aos africanos, mudando-os do seu meio ambiente para um novo, ou introduzindo os «bons exemplos» no antigo meio.¹⁷⁰² Mas se o «dilema» não era especificamente das possessões ultramarinas, também o método desejado de desenraizar os africanos, isolando-os tanto quanto possível das comunidades de origem, não era exclusivo da Província de Angola. E, se era consensual o interesse na sua adopção, mais difícil seria consegui-lo.

Em Dezembro de 1880, Joaquim Machado, interpelado quanto à instrução na Província, apenas dedica ao estado do ensino, na sua explanação, curtas passagens em que o tema parece constituir um daqueles assuntos sobre os quais o militar e engenheiro possui, comparativamente, o menor número de informações, referindo que o

(...) estado moral do indígena não é bom e a sua educação não é nenhuma. Em Quilimane existia uma escola onde chegaram a matricular-se cento e tantas creanças, mas não havia casa própria para lhes dar a instrução. Em Inhambane succedia o mesmo. Em Moçambique não havia escola; e há poucos annos fora ali creada uma escola de officios, chegando a ser frequentada por sessenta e tantas creanças.

Acrescenta algumas vagas informações sobre o “abandono” das coisas religiosas.¹⁷⁰³

Nesse mesmo ano, o Curador dos serviçais e colonos, Eduardo Roseiro de Mattos Coelho, traça um retrato pouco favorável da instrução na Zambézia. O seu discurso não é novo: o negro viveria na “ignorância” e “superstição” sem compreender o que era a liberdade, mergulhado na “vadiagem” e no “roubo”. Situação que o não admira, considerando o reduzido número de escolas existentes na região, dado que, apesar da sua vastidão “(...) há apenas três escolas regidas por professores quasi analphabetos, onde mal se ensinam os principios rudimentares de leitura e escripta”, aspectos agravados pela fraca acção do religiosos na Província.¹⁷⁰⁴ É cada vez mais patente a articulação da educação com o «trabalho» e o papel da religião em todo o processo educativo.

Ainda em 1880, A. F. Nogueira cita Luciano Cordeiro e a sua convicção de que “o evangelho do a b c” seria um dos meios mais úteis a empregar ressaltando, no entanto, que

¹⁷⁰² Samuels, 1970, p. 31.

¹⁷⁰³ Machado, 1881, p. 118.

¹⁷⁰⁴ B.O., 15/11/1880, nº 46, p. 237. Acrescenta ainda: “(...) Mas para que essa liberdade dê nesta colonia os devidos resultados é indispensável que a instrução e a religião por elles propaguem já augmentando-se o numero das escolas elementares e creando-se nas sedes dos districtos escolas praticas d’artes e officios e collegios para a educação do sexo feminino, já enviando-se para a província verdadeiros missionários que saibam comprehender e cumprir a sua missão, convertendo o indígena ao catolicismo; ensinando-lhe o trabalho, a economia e esclarecendo-lhe o espírito. Deixar o indígena submerso nas trevas da ignorância sem que o façamos avançar no caminho da civilização é deixar o edificio incompleto. No estado actual o indígena sem religião e sem moralidade, é quasi que inútil para si e para a sociedade, fugindo do trabalho para se entregar ao roubo, á libertinagem e à crápula.” *Id. Ibid.*

para esse ensino ser verdadeiramente eficaz, deveria ministrar-se na língua indígena, sendo o seu estudo uma obrigação portuguesa.¹⁷⁰⁵

O conhecimento da situação real da educação na Província é uma preocupação no início dos anos 80 e demonstra, por outro lado, que a administração não conhecia as condições reais em que funcionavam as estruturas educativas. Em 1881, a 21 de Março, uma circular indaga as condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, reconhecendo-se, nessa altura, que se “(...) carece de conhecer com exactidão o estado actual das escolas primarias a fim de assentar a base dos futuros melhoramentos e determinar o plano a seguir na progressiva realização d’elles.” No documento fazem-se uma série de perguntas sobre o estado da “instrução”.

Na circular nº 292 A de Moçambique, a 19 de Março de 1881, do Secretário-geral, Joaquim de Almeida da Cunha e dirigida ao Governador do districto de Angoche – assinalando o envio de documento idêntico para todos os distritos –, lembra-se que:

Nenhum paiz pode desenvolver-se e prosperar sem que n’elle se derrame a instrucção em larga escala, levando-a até á mais humilde e solitaria habitação. Esta verdade que é um axioma para os povos civilizados e a cujo reconhecimento devem os Estados Unidos o seu poderio, e a Suissa a independencia, tem sido na provincia de Moçambique quasi completamente desconhecida ou descurada, embora tenhamos o exemplo e a lição nos que seguem o mahometanismo, e que a par da mesquita fundam a escola.

Desculpava-se o descuido nos tempos em que a guerra era o estado normal de nossas relações com os povos indigenas, e ainda hoje pode admittir-se não o descuido, mas o pouco resultado dos esforços, nas regiões em que por circunstancias de posição e falta de recursos é impossivel estabelecer e dotar escolas no numero preciso e com os meios indispensaveis.

Porém o ex.^{mo} governador geral, que tanto se empenha em dotar a provincia com os melhoramentos indispensaveis para o progresso e engrandecimento d’ella, carece de conhecer com exactidão o estado actual das escolas primarias a fim de assentar a base dos futuros melhoramentos e determinar o plano a seguir na progressiva realização d’elles.

O Governador solicita informação detalhada quanto ao número de escolas primárias do distrito, para o sexo feminino e masculino, e se são públicas ou particulares; a capacidade, situação e condições do edificio escolar, se é publico ou arrendado e qual o preço da renda e quem a suporta; se o professor tem casa de habitação; qual a mobília existente, o seu estado de conservação, se é suficiente e quem a fornece e assegura a sua manutenção; quais os nomes dos professores e professoras, a data da sua nomeação (sendo públicos), bem como os seus vencimentos e quem os paga; também a sua idade, estado e aptidão para o ensino, bem como as condições em que cumprem os seus deveres escolares e se acumulam outras funções, indagando qual a ocupação anterior ao magistério; ainda o modo de ensino utilizado, matérias

¹⁷⁰⁵ Nogueira, 1880, p. 209.

leccionadas, livros adoptados; qual o número de alunos que frequentaram em 1880 e as suas idades bem como as profissões dos pais, raças, religiões; também os seus resultados nas várias matérias leccionadas, os que concluíram ou foram expulsos e quais os motivos, bem como os que transitaram para o ano seguinte.

Também se indagam as povoações que devem ser dotadas de escola para o sexo feminino ou masculino, sua população, número de fogos e corporações locais que possam concorrer para a manutenção da escola; se há escolas muçulmanas e quantas, qual a sua frequência e quem as sustenta; qual a importância gasta com a instrução primaria no ano de 1880 pelo Estado, municipalidades, corporações locais, respectivamente em pessoal, no edificio, mobília, livros e prémios para os alunos; questiona igualmente se existe alguma escola de ensino secundário. Solicita igualmente sugestões para melhorar o desenvolvimento da instrução.¹⁷⁰⁶ Denota-se, nesta altura, a necessidade de conhecer, com maior precisão, o estado de funcionamento dos estabelecimentos de ensino na colónia.

Em 1882, Manuel Ferreira realça a importância da educação para o desenvolvimento das colónias, factor a que se deveria juntar um aumento da propaganda sobre elas.¹⁷⁰⁷

Nas instruções para os residentes no território de Gaza (1885), a 11^a explicita que devem criar-se no território de Gaza uma ou mais escolas, devendo os residentes incluir nos seus relatórios “uma informação exacta do estado e progresso da instrução”.¹⁷⁰⁸

Comparando os dois textos do acto de vassalagem de 1885 de Ngungunyane, Liesegang assinala a disposição sobre o estabelecimento de “(...) uma escola d'instrução primária do sexo masculino e outra para o sexo feminino.”¹⁷⁰⁹ O mesmo autor realça que durante “(...) os primeiros meses de 1890, quando a corrida para África se agudizava, a residência estava apenas representada por um professor primário, de origem indiana pouco respeitado pelos europeus.”¹⁷¹⁰

Descrevendo a ilha de Moçambique, em publicação de 1887, Ayres de Soveral enumera os edificios aí existentes, hospital, alfândega, junta de fazenda, palácio do prelado,

¹⁷⁰⁶ *B.O.*, 21/03/1881, nº 12, pp. 65 e 66.

¹⁷⁰⁷ Ribeiro, 1882, p. 21.

¹⁷⁰⁸ *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa...* 1890, p. 317. Ao texto do tratado e à previsão de autorização por parte do Ngungunyane para abertura de escolas e missões e instalação de um residente português se refere Vilhena, 1996, p. 48.

¹⁷⁰⁹ *Id. Ibid.*, p. 23. O texto do acto de vassalagem de 1885 publicado no *B.O.*, 9/01/1886, nº 2, encontra-se em Toscano e Quintinha, 1930, pp. 379-382.

¹⁷¹⁰ Também que: “(...) Sendo o intuito principal d'este acto de vassalagem o chamar pouco a pouco a civilização os povos sobre que tem jurisdição o regulo Gungunhana, este fica obrigado a proteger a fundação das escolas e missões religiosas que o Governo portuguez quizer estabelecer, fornecendo gente e material para a construção dos edificios que taes estabelecimentos reclamarem, mediante a respectiva remuneração;” Liesegang, 1986b p. 24. Em 1885, a 19 de Novembro criava-se, por decreto do Rei e Pinheiro Chagas um delegado ou residente-chefe junto de Ngungunyane vencendo anualmente 800\$000 réis e a gratificação de 1.000\$000, sendo o cargo então provido por José Casaleiro de Alegria Rodrigues. Toscano e Quintinha, 1930, p. 78.

escola de artes e ofícios e a escola primária. Mas a sua visão sobre a instrução é pessimista considerando que a

(...) instrução publica e a religião do estado existem *in nomine*. Há um director da escola central, sem escola e sem alumnos, e que se entrega apenas a advogar alguma causa, e a dirigir um jornal de política local. Há uma escola de instrução primaria que tem pouco tempo de existencia, dirigida pelo padre Fidalgo, e que terá quando muito uma duzia de alumnos, e se tem tamtos é devido à força de vontade e amor pela instrução do referido padre Fidalgo.¹⁷¹¹

Em 1889, no *Código dos Milandos Inhambanenses* estabelecem-se quatro circunscrições e, entre o pessoal existente em cada uma delas, prevê-se um “missionário professor da escola de instrução primaria”.¹⁷¹²

Nesse mesmo ano, aprecia-se desfavoravelmente a situação da instrução dado que a

(...) instrução publica em Moçambique tem sido tão descurada que existem em toda a província apenas dez escolas de instrução primaria nem sempre providas e pouco frequentadas. Na capital há uma escola de artes e offícios creada em 1879, que sendo convenientemente dirigida pode dar ainda resultados vantajosos. No orçamento figura a verba destinada para um professor da escola principal, que não existe, muito embora o professor receba os proventos de uma occupação que não exerce.¹⁷¹³

Em 1893, Perry da Câmara, dissertando sobre o norte de Moçambique, defende a necessidade de missionários para a civilização do indígena, que ensinam não só a leitura da Bíblia, mas, de igual modo, o uso do arado e da serra, o fabrico de utensílios, visando “adoçar-lhe o carácter”.¹⁷¹⁴

As escolas vão funcionando, com as suas naturais dificuldades, após o Ultimato. A Instrução aparece como objectivo estratégico – pelo menos teórica e formalmente - em diversas acções a empreender para o domínio de Moçambique.

Na concessão de área para exploração mineira a uma companhia a formar, em 1894, e por requerimento de Diogo Souto e Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcellos, para exploração mineira e agrícola, estabelece-se que esta deverá ter a posse das minas na área da concessão e o exclusivo da sua exploração durante 25 anos, mediante cumprimento de determinadas obrigações estipuladas, figurando as do domínio da instrução¹⁷¹⁵, no seu artigo 13º, quando estipula que a

(...) companhia será obrigada a prover á instrução dos colonos, que se estabelecerem nos seus territórios, creando e mantendo missões e escolas de instrução primaria, devendo os respectivos regulamentos ser aprovados pelo governo e, de accordo com

¹⁷¹¹ Soveral, 1887, p. 14.

¹⁷¹² Código dos Milandos Inhambanenses (Litígios e Pleitos), Artº 14º, *B.O.*, 11/05/1889, nº 19, p. 300. Esclarece ainda o Artº 26º que o professor de instrução primaria será um missionário nomeado pelo governo-geral, sendo substituído na sua falta ou impedimento pelo sargento incumbido da delegação postal na sede do commando.

¹⁷¹³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 95.

¹⁷¹⁴ Camara, 1893, p. 31-32.

¹⁷¹⁵ Território limitado ao norte pelo Limpopo, a oeste pela fronteira do Transvaal, *B.O.*, 27/01/1894, nº 4, p. 38.

este, fixado o numero das mesmas missões e escolas em relação á área e ao numero de colonos.¹⁷¹⁶

Em 1902, um relatório, referindo-se à instrução pública em Manica e Sofala, classifica-a, à semelhança do que acontece nas outras colónias de África, como muito rudimentar, faltando professores e alunos. Lamenta que os habitantes europeus e “indígenas” não se acostumem facilmente a enviar os filhos à escola, “nem compreendem para que isso possa servir”, ainda que assinalando o facto de os mestiços do sexo masculino aprenderem, quase todos, a ler e a escrever. Refere que existiam escolas sustentadas pelo Governo em Sena, Sofala e Chiloane que seriam posteriormente mantidas pela Companhia, que tomou conta do distrito.¹⁷¹⁷

9.2. A «Escola» como símbolo de soberania

Existe uma relação directa entre o propósito de soberania e a instrução. Nos comandos militares, especialmente a partir dos anos 80, muitos deles localizados em zonas de «fronteira» ou constituindo posições em que a presença portuguesa era recente, são recorrentes as referências à instrução – ou à sua ausência – como elemento estruturante de domínio, através das observações redigidas pelos responsáveis militares. Alertam para a necessidade de criar estabelecimentos de ensino ou lamentam o número de crianças sobre as quais se não “derrama a instrução”. A Escola poderia ser um instrumento útil para o poder.

No Comando Militar de Inharrime, uma aula funcionara em Setembro e Outubro de 1887 com a frequência, respectivamente, de 12 e 19 instruendos.¹⁷¹⁸ Já em 1888, não teria funcionado por falta de alunos”,¹⁷¹⁹ situação que permanece nos anos seguintes por “falta de professor”.¹⁷²⁰ O funcionamento desta aula era muito episódico e sujeito a todas as contingências militares.

No Comando Militar do Infusse, em Agosto de 1886, acrescenta-se à informação de que não existe escola a conveniência de a instituir com obrigatoriedade.¹⁷²¹

No Comando Militar de “Moginquale” e suas dependências, durante todo o ano de 1886, regista-se que não há «Instrução Elementar» “(...) por falta de casas e professor”.¹⁷²² Na ausência do comandante militar, o capitão *Miguel António Xavier* justifica, a 31 de Janeiro de

¹⁷¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 39.

¹⁷¹⁷ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 239.

¹⁷¹⁸ *B.O.*, 29/10/1887, nº 44, p. 499. *B.O.*, 10/12/1887, nº 50, p. 582.

¹⁷¹⁹ *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189. *O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 251.

¹⁷²⁰ *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 444. *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 595. *B.O.*, 30/03/1895, nº 13, p. 125.

¹⁷²¹ *B.O.*, 11/09/1886, nº 37, p. 455.

¹⁷²² *B.O.*, 12/02/1887, nº 7, p. 59. *B.O.* 19/03/1887, nº 12, p. 111.

1887, a inexistência de Instrução Pública no local “(...) por ter recolhido ao corpo o sargento que estava indigitado para ensinar e não terem vindo os livros que pedi”.¹⁷²³ A sua observação traduz a incapacidade administrativa em satisfazer as necessidades mais prementes.

O Governador do distrito do Zumbo assinala, em Abril de 1890, que se prepara para proceder à instalação do comando militar do Cafucué, para onde enviara, dias antes, o ajudante das terras João de Sousa.¹⁷²⁴ Ainda nesse mesmo ano, o comandante militar, Alberto Carlos, referindo-se à Instrução, declarava:

Tarde ella se espalhará pelos povos sujeitos a este commando sendo certo que na sede do districto ainda há pouco não havia padre nem professor. E é urgente que para aqui se nomeie um professor que embora tenha, no principio, falta de alumnos não lhe faltarão quando se faça saber aos povos o que é a instrução. Se um parocho que aqui viesse fosse incumbido do professorado seria muito conveniente.¹⁷²⁵

A situação era idêntica no Comando Militar do Chilomo, onde, em finais de 1890, não existe qualquer professor.¹⁷²⁶

A instrução é reconhecida como um instrumento de autoridade, como se a sua instalação devesse acompanhar o mando e significasse igualmente uma forma simbólica de “sujeição” das populações, já a sua ausência denunciaria os limites e fragilidades do poder.

No Comando Militar do Bilene e sobre a “Instrução Publica”, em Setembro e Outubro de 1900, ela é declarada inexistente, assim como no Comando Militar dos M’Chopes, em Setembro desse ano.¹⁷²⁷

No Comando Militar da Capitania-Mor de Mocimboa em Fevereiro de 1889 tornava-se “(...) necessaria a creação d’uma escola para o ensino do sexo masculino;” dado que haveriam ali “(...) bastantes creanças que nada estudam, nada sabem e nada aprendem por não terem suas famílias os elementos necessários.”¹⁷²⁸ O Comandante Alves de Moura lamenta, em Agosto de 1891, a inexistência de professor para instruir ali mais de 20 crianças de ambos os sexos, sendo algumas delas “educadas pelos monhés”.¹⁷²⁹ Satyro Gualberto da Fonseca, responsável pelo Comando Militar do Rovuma em Outubro de 1893 explica, por sua vez, que não há escola de portugueses, “(...) mas abundam de suahile (mouro).”¹⁷³⁰ A instrução é também encarada como uma forma de defesa contra doutrinas consideradas “nefastas”.

No Comando Militar da Maganja d’Além Chire, em 1896, o comandante, tenente Alfredo da Silva Mendes, observa que não existem escolas na localidade, constando que no

¹⁷²³ *B.O.*, 12/02/1887, nº 7, p. 59.

¹⁷²⁴ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288.

¹⁷²⁵ *B.O.*, 13/12/1890, nº 50, p. 525.

¹⁷²⁶ *Id. Ibid.*, p. 320. *B.O.*, 17/01/1891, nº 3, p. 24.

¹⁷²⁷ *B.O.*, 22/09/1900, nº 38, pp. 319-319; *B.O.*, 8/12/1900, nº 49, p. 407.

¹⁷²⁸ *B.O.*, 27/04/1889, nº 17, p. 276.

¹⁷²⁹ *B.O.*, 17/10/1891, nº 42, p. 453.

¹⁷³⁰ *B.O.*, 16/12/1893, nº 50, p. 701.

prazo, na parte denominada Ilha Magomma, na margem direita do Chire, em frente a Inhamangué, existe uma Missão católica da Companhia de Jesus que parecia destinada a instruir os filhos menores dos indígenas.¹⁷³¹

Em Janeiro de 1894, no Comando Militar do Sungo não existe escola, apesar de a autoridade sublinhar a sua necessidade.¹⁷³² Igualmente a 11 de Abril desse ano, o alferes Francisco Mathias Falcão, chefiando o Comando Militar da Cumbana, explica que não há ali qualquer ensino “(...) o que faz bastante falta porque o elemento indígena está por aqui muito atrasado em tudo”.¹⁷³³

Na escola da Capitania-Mor da Mopeia, durante grande parte do ano de 1889, faltava o mestre e também a conveniente “(...) instalação da casa para a escola.”¹⁷³⁴ Ainda nesse ano, foi “(...) aberta e inaugurada a escola de instrução primária, no dia 1 de Julho, desde quando funciona, sendo frequentada no ultimo mês por 18 alunos que por certo aumentarão devido à grande população.”¹⁷³⁵ A frequência rondará 18 a 24 instruendos nesse ano e no seguinte.¹⁷³⁶ Já em Janeiro de 1890, explicava-se que a escola funciona, por falta de casa, numa varanda, tendo sido para ela remetida, de Lisboa, uma caixa com livros oferecidos por um particular e provendo o suficiente para primeiras letras.¹⁷³⁷

Em Setembro de 1881, o Governador de Quelimane, José de Almeida de Ávila, expõe que, entre outros benefícios em várias instalações na aldeia Mopêa, em reunião de moradores, mandara reparar uma casa doada pelo cidadão João Eduardo Coelho Barata, acabando de cobri-la de telha “(...) para servir de escola e caza de habitação dos padres missionários que ali estão, apesar de pessimamente alojados, prestando muito bons serviços.”¹⁷³⁸ Os religiosos assegurarão a instrução, no local durante vários anos.¹⁷³⁹

Na escola do Comando Militar do Aruangua, em Janeiro e Fevereiro de 1888, a pressão «vátua» explica a existência de apenas 4 aprendizes, 3 filhos de europeus e 1 africano.¹⁷⁴⁰ No mês de Fevereiro continuavam os «vátuas» a proibir o acesso à escola das

¹⁷³¹ *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 112.

¹⁷³² *B.O.*, 26/05/1894, nº 21, p. 283.

¹⁷³³ *B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 332.

¹⁷³⁴ *B.O.*, 13/04/1889, nº 15, p. 248.

¹⁷³⁵ *B.O.*, 14/09/1889, nº 37, p. 572.

¹⁷³⁶ *B.O.*, 14/09/1889, nº 37, p. 572, *B.O.*, 30/09/1889, nº 39, p. 572, *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733. *B.O.*, 4/10/1890, nº 40, p. 437, *B.O.*, 3/11/1890, nº 44, p. 470, *B.O.*, 22/11/1890, nº 47, p. 497.

¹⁷³⁷ *B.O.*, 22/03/1890, nº 12, p. 153.

¹⁷³⁸ *B.O.*, 25/02/1882, nº 9, p. 93.

¹⁷³⁹ Aí encontramos diversos nomes como o do presbítero Francisco Xavier Pascoal de Faria, nomeado a 9 de Março de 1897, em substituição do missionário José Lopes Rocha. *B.O.*, 13/03/1897, nº 11, p. 103.

¹⁷⁴⁰ *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189, *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 251.

crianças de povoações próximas. ¹⁷⁴¹ A partir de Abril, a frequência oscila entre 22 e 27 instruendos. ¹⁷⁴²

O Boletim Oficial de 9 de Junho de 1888, na rubrica de “Obras do governo”, regista a construção de um banco grande e uma secretária para a escola primária no mês de Abril. ¹⁷⁴³ No último trimestre desse ano, informa o comandante militar Luiz Ignacio que a escola foi frequentada por 22 alunos, encerrando a 15 de Dezembro por substituição do próprio comandante. ¹⁷⁴⁴

Em 24 de Junho de 1889, começou a funcionar a escola primária. ¹⁷⁴⁵ Continuará em actividade em Setembro, apesar da oposição dos Nguni, que demonstram a sua autoridade através da proibição de frequência às crianças. ¹⁷⁴⁶ Após uma frequência de entre 20 e 24 alunos, com “algum aproveitamento”, em Novembro e Dezembro encontra-se novamente fechada por falta de quem assegurasse as aulas. ¹⁷⁴⁷

Em Julho de 1889, o comandante militar de Aruangua, na Beira, comunicava que a escola primária fora frequentada por 20 alunos. ¹⁷⁴⁸ Na rubrica “Obras do Comando”, em 7 de Setembro de 1889, noticia-se o começo do revestimento das paredes de uma casa de 27 metros de comprido por 8 de largo, que serve de escola, casa de ferramentas e armazém do material do comando. ¹⁷⁴⁹ No mês seguinte estão fechadas as escolas dos dois sexos por falta de professores. ¹⁷⁵⁰ O funcionamento de “aulas” como esta, está muito dependente de factores conjunturais, como a existência de um militar apto para leccionar ou a sua boa vontade para o fazer.

No Comando Militar do Inhamitanga em Junho de 1886 não existia “Instrução Publica”, observando-se que seria importante que para ali fosse “(...) mandado um bom padre para, além das funções do seu ministério, a ministrar”. ¹⁷⁵¹ Em 1888 e 1889 existe aula para alunos “cristãos” de 5 a 18 anos. ¹⁷⁵² A frequência oscila entre os 6 e os 8 discentes. ¹⁷⁵³

¹⁷⁴¹ *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 251.

¹⁷⁴² *B.O.*, 8/06/1888, nº 23, p. 386; *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 468; *B.O.*, 28/07/1888, nº 30, p. 437; *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 603; *B.O.*, 3/11/1888, nº 41, p. 667; *B.O.*, 8/12/1888, nº 49, p. 730; *B.O.*, 5/01/1889, nº 1, p. 7; *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 143.

¹⁷⁴³ *B.O.*, 9/06/1888, nº 23, p. 386.

¹⁷⁴⁴ *B.O.*, 8/12/1888, nº 49, p. 730; *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 99.

¹⁷⁴⁵ *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 461.

¹⁷⁴⁶ *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557.

¹⁷⁴⁷ *B.O.*, 3/11/1888, nº 41, p. 667; *B.O.*, 5/01/1889, nº 1, p. 7; *B.O.*, 17/08/1889, nº 33, p. 502; *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557; *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 624; *B.O.*, 7/12/1889, nº 49, pp. 698 e 711; *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, pp. 12-13; *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86; *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 159; *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 183.

¹⁷⁴⁸ *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 558.

¹⁷⁴⁹ *Id. Ibid.*

¹⁷⁵⁰ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288.

¹⁷⁵¹ *B.O.*, 28/08/1886, nº 35 p. 444.

¹⁷⁵² *B.O.*, 2/02/1888, nº 5, p. 82; *B.O.*, 23/03/1889, nº 12, p. 202; *B.O.*, 13/04/1889, nº 15, p. 246; *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324; *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 354; *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 405.

¹⁷⁵³ *B.O.*, 2/02/1889, nº 5, p. 82; *B.O.*, 23/03/1889, nº 12, p. 202; *B.O.*, 13/04/1889, nº 15, p. 246; *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324; *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 354; *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 405; *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460; *B.O.*, 19/10/1889, nº 42, p. 630; *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 641; *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 732; *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 97; *B.O.*, 17/08/1889, nº 33, p. 502; *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557.

No mês de Maio de 1890, a escola fechara, após “(...) dia 3, (...) por ter seguido para o Chinde o sargento encarregado da instrução.” A situação mantém-se no mês seguinte.¹⁷⁵⁴ A escola reabriria, efemeramente, no dia 16.¹⁷⁵⁵ Em Outubro e Novembro já não existia “(...) por não haver quem a ministre.”¹⁷⁵⁶

No Comando Militar do Massingir, em 1889, assinala o comandante, alferes José Cardoso, a 2 de Abril, que ainda não funcionava a escola do comando para a qual recebera “já os livros, mappas e outros aprestos.”¹⁷⁵⁷ A 22 de Maio desse ano, dia do “(...) aniversario do consorcio de Sua Alteza o Principe D. Carlos, foi inaugurada a escola d'este commando, tendo comparecido 14 alumnos, e dias depois mais 2, sendo por consequencia em 31 o numero de alumnos 16.”¹⁷⁵⁸ Oscilaria a frequência do primeiro ano entre aquele número e 24 instruendos.¹⁷⁵⁹ Um mês depois, o mesmo militar escreve que a escola do comando foi frequentada por 40 alunos “pretos” e diversos deles com muito aproveitamento. Lembra que na inauguração, os 16 alunos então matriculados, com excepção de 3, não sabiam uma única palavra da língua portuguesa, pelo que lhe parecia “(...) muito bom o aproveitamento e pouco mais se pode exigir”.¹⁷⁶⁰ Em Outubro a escola do comando era regularmente frequentada.¹⁷⁶¹

Em 1890 a frequência oscila entre 16 e 32 alunos.¹⁷⁶² No ano de 1891 registam-se 37 alunos em Maio e 40 em Junho sendo estes últimos “(...) pretos e a maior parte deles com muito aproveitamento como se poderá depreender pelas escritas que vão junto a esta informação.”¹⁷⁶³ Em Dezembro a escola do comando foi frequentada regularmente por 28 alunos até dia 30 e em 31 matricular-se-iam mais 11.¹⁷⁶⁴ Nos últimos meses de 1892 aos 27 alunos registados juntam-se duas meninas,¹⁷⁶⁵ situação que se mantém no ano seguinte até ao mês de Abril.¹⁷⁶⁶ A frequência decresceria de 16 alunos em Maio, para 8 estudantes na primeira quinzena de Junho, continuando a diminuir “(...) o número até ninguém frequentar.”¹⁷⁶⁷

B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624, *B.O.*, 7/12/1889, nº 49, p. 698, *B.O.*, 14/12/1889, nº 49, p. 711, *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, pp. 12-13, *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86, *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 99.

¹⁷⁵⁴ *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313, *B.O.*, 11/10/1890, nº 41, p. 446.

¹⁷⁵⁵ *B.O.*, 8/11/1890, nº 45, p. 479.

¹⁷⁵⁶ *B.O.*, 19/10/1889, nº 42, p. 630; *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 641; *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 732; *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 97; *B.O.*, 22/03/1890, nº 12, p. 153; *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225; *B.O.*, 17/05/1890, nº 20, p. 233. *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313, *B.O.*, 11/10/1890, nº 41, p. 446.

¹⁷⁵⁷ *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324.

¹⁷⁵⁸ *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 406, *B.O.*, 3/10/1891, nº 40, p. 432.

¹⁷⁵⁹ *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 97 e 98. *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460, *B.O.*, 14/09/1889, nº 37, p. 572, *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 639, *B.O.*, 16/11/1889, nº 46, p. 663, *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733.

¹⁷⁶⁰ *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 406.

¹⁷⁶¹ *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733.

¹⁷⁶² *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 299; *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313.

¹⁷⁶³ *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 3/10/1891, nº 40, p. 432.

¹⁷⁶⁴ *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 176.

¹⁷⁶⁵ *B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 633, *B.O.*, 28/01/1893, nº 4, p. 63, *B.O.*, 11/02/1893, nº 6, p. 97.

¹⁷⁶⁶ *B.O.*, 15/04/1893, nº 15, p. 221, *B.O.*, 10/06/1893, nº 23, p. 329, *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 442.

¹⁷⁶⁷ *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 493, *B.O.*, 2/09/1893, nº 35, p. 526.

Em Dezembro de 1889, a escola primária do “presídio” do Bazaruto é frequentada por 13 instruendos.¹⁷⁶⁸ No ano seguinte, a frequência situa-se entre os 14 e os 18 alunos.¹⁷⁶⁹ Nos meses de Fevereiro e Março os dados são apresentados em conjunto com os da escola de Chiloane, apontando-se, respectivamente, 51 e 41 aprendizes.¹⁷⁷⁰ Novembro é mês de férias e em Dezembro a aula encerrada por o professor se encontrar de licença em Chiloane.¹⁷⁷¹

Nas obras do governo, em Janeiro de 1890, menciona-se que continua a construção da casa para a residência do professor e aula de instrução primária. No mês seguinte, estaria quase concluída.¹⁷⁷² Em Janeiro de 1891, a escola regista sempre a frequência de 12 alunos.¹⁷⁷³ Em Março de 1891, fez-se um pequeno forno na casa do professor e escola.¹⁷⁷⁴ Em 1897, encontrava-se extinta a antiga escola do Bazaruto.¹⁷⁷⁵

A 2 de Janeiro de 1889, entrava em funcionamento a escola da Capitania-Mor do Boror.¹⁷⁷⁶ Abriu com 9 alunos e a frequência, nesse ano, oscilava entre os 7 e os 10.¹⁷⁷⁷ No ano seguinte, os dados disponíveis indicam que a frequência se manteve entre 5 e 9 educandos.¹⁷⁷⁸

No comando militar de Sena, em Agosto de 1865, a aula funciona com 7 alunos, sob a direcção do Padre Antonio Lourenço Luiz.¹⁷⁷⁹

Em Agosto de 1875, a instituição na vila “(...) de Sena já funciona pela posse do respectivo professor”, com 8 discentes.¹⁷⁸⁰ Em Junho de 1888, 13 alunos e 2 alunas recebem instrução. Anota-se, nessa altura, que faz muita falta uma professora.¹⁷⁸¹ Em Fevereiro de 1889 registam-se 24 alunos e 10 alunas.¹⁷⁸² Durante este ano a frequência varia entre os 20 e os 32 alunos.¹⁷⁸³

¹⁷⁶⁸ *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86, *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 99.

¹⁷⁶⁹ *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 160, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 183, *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225 e 226, *B.O.*, 17/05/1890, nº 20, p. 233, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 301, *B.O.*, 25/10/1890, nº 43, p. 461, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 489, *B.O.*, 20/12/1890, nº 51, p. 537, *B.O.*, 31/01/1891, nº 5, p. 52.

¹⁷⁷⁰ *B.O.*, 31/01/1891, nº 5, p. 52.

¹⁷⁷¹ *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86, *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 141.

¹⁷⁷² *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 160, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 183.

¹⁷⁷³ *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 170, *B.O.*, 18/07/1891, nº 29, p. 390, *B.O.*, 25/07/1891, nº 30, p. 296, *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 443, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563.

¹⁷⁷⁴ *B.O.*, 18/07/1891, nº 29, p. 390.

¹⁷⁷⁵ *B.O.*, 10/12/1897, nº 2, p. 14.

¹⁷⁷⁶ *B.O.*, 23/03/1889, nº 12, p. 202.

¹⁷⁷⁷ *Id. Ibid.*, *B.O.*, 13/04/1889, nº 15, p. 247, *B.O.*, 11/05/1889, nº 19, p. 310, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 354, *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 406, *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460, *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557, *B.O.*, 30/09/1889, nº 39, p. 601, *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 641, *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733, *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 99.

¹⁷⁷⁸ *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 158, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 182, *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 226, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 300, *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313, *B.O.*, 11/10/1890, nº 41, p. 446, *B.O.*, 3/11/1890, nº 44, p. 470, *B.O.*, 22/11/1890, nº 47, p. 497.

¹⁷⁷⁹ *B.O.*, 28/10/1865, nº 43, p. 194.

¹⁷⁸⁰ *B.O.*, 25/09/1875, nº 39, p. 229.

¹⁷⁸¹ *B.O.*, 18/08/1888, nº 33, p. 526.

¹⁷⁸² *B.O.*, 4/05/1889, nº 18, p. 294.

¹⁷⁸³ *B.O.*, 11/01/1889, nº 2, p. 12, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 397, *B.O.*, 20/07/1889, nº 29, p. 448, *B.O.*, 14/09/1889, nº 37, p. 527, *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 639, *B.O.*, 16/11/1889, nº 46, p. 663.

Entre Abril e Dezembro de 1890 a frequência balança entre o mínimo de 21 e o máximo de 33 instruendos.¹⁷⁸⁴ A 31 de Julho de 1890 sendo comandante militar de Sena, José Justinianno da Camara Lomelino refere-se que a escola do sexo masculino foi “(...) este mez frequentada por maior numero de alumnos e mesmo os antigos demonstram progressivo adiantamento, devido à escola passar a ser regida pelo parocho, sr. Climaco Marcelino da Costa, que além de possuir os devidos conhecimentos para o magistério, empenha-se pelo adiantamento dos alumnos.”¹⁷⁸⁵ De Abril a Dezembro de 1890, frequentam-na entre 21 e 33 alunos.¹⁷⁸⁶

No comando militar da Makanga, na região de Tete, de Julho a Setembro de 1887, funcionara uma aula a cargo do oficial inferior ali destacado. No mesmo comando, em relatório desse ano, refere-se que a instrução é um dos elementos cuja falta mais se faz sentir. Após as férias do mês de Novembro, o oficial inferior recolheria a Tete no mês seguinte. Dispusera de poucos livros e a frequência fora de seis praças do destacamento, dois cipaio e três civis, nesse período.

Das observações dos vários responsáveis destaca-se a irregularidade do sistema, verificando-se que a instrução funciona à mercê das idiossincrasias locais e de recursos humanos. Mas é opinião comum que muitos africanos estariam interessados em aprender, verificando-se um ensino que misturava educandos de ambos os sexos e pedindo-se materiais de apoio, nomeadamente obras específicas para o ensino.

9.3. «Escola» e «Missão Civilizadora» - discursos e práticas no terreno

No *Relatório do districto de Lourenço Marques relativo ao anno económico de 1877 a 1878*, e no seu ponto IV, refere-se que existe no distrito apenas uma escola de instrução primária regida pelo Padre Vigário da freguezia, mediante “a parca gratificação” de 100\$000 réis anuais. De resto, a “(...) única despesa que o Estado faz n’este vastíssimo territorio com o aliás importantissimo ramo da instrucção publica!” Os esforços a empreender na Instrução são reputados, por muitos responsáveis, como essenciais quer para conservar uma presença no local, quer para obviar às agressões empreendidas por outras nações europeias, mediante a força, contra a presença portuguesa.¹⁷⁸⁷ Perante as debilidades experimentadas, invoca-se a pretensamente «diferente natureza» da acção portuguesa de que o ensino teria de fazer parte.

¹⁷⁸⁴ B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152, B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 288, B.O., 2/08/1890, nº 31, p. 345.

¹⁷⁸⁵ B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 386.

¹⁷⁸⁶ B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152, B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 288, B.O., sáb. 2/08/1890, nº 31, p. 345.

¹⁷⁸⁷ B.O., 6/01/1879, nº 1, pp. 3 e 4. *Relatório do districto de Lourenço Marques – anno económico de 1877 a 1878*.

O *Relatório do distrito de Lourenço Marques* do Governador Sebastião Chaves d’Aguar, de 15 de Fevereiro de 1882, na secção II, relativa à Instrução Pública, traça os seus aspectos gerais.¹⁷⁸⁸ Esclarece que o

(...) assumpto (...) é, sem duvida, um dos mais importantes e aquelle que mais devêra ter merecido a attenção dos generos do nosso paiz, visto como os fructos produzidos pelo derramamento da instrucção se espalham e robustecem por toda a parte, indo assim influir poderosamente nos differentes elementos que, reunidos, contribuem para o progresso e civilisação de todos os povos.

Traça um quadro muito negativo da situação em que se encontra a instrução, apontando a negligência do governo, acumulando maus resultados de muitos anos, aspectos que considera seu dever apontar, mesmo que resultem em considerações desagradáveis, procurando unicamente dizer a verdade, “(...) cousa a que muito pouco se está acostumado no ultramar, e cuja falta tantas ilusões cria na Europa; (...)”.¹⁷⁸⁹

Lourenço Marques seria exemplo das diferenças que se detectam entre as intenções dos legisladores e a realidade. A intenção normativa não encontrava correspondência com as realizações possíveis no terreno, pois das

(...) escolas municipaes determinadas pelo officio do ministerio da marinha de 5 de fevereiro de 1880 não existe nem uma; e dormem o somno do esquecimento todas as disposições do sabio decreto de 1869, do eminente estadista Rebello da Silva, que passou pelos conselhos da coroa como um metheoro, deixando apoz de si um rastro luminoso, a que poucos se podem comparar na intensidade do brilho, e que fazendo luz nas trevas do passado, mostrava todos os erros, todas as faltas, e traçava o caminho que se devia trilhar de futuro, nas nossas possessões.

As escolas eram, com Rebello da Silva, um factor a juntar a outros cuja dinamização se considerava poder alterar o panorama económico da região – suprimindo-se a falta de estradas, quadros da administração, portos adequados, hospitais e institutos profissionais.¹⁷⁹⁰ Aponta o não cumprimento da legislação promulgada ao longo dos anos e das diversas disposições nela contidas, a inexistência de alguns organismos então previstos, de uma escola do sexo feminino, de várias escolas municipais. Aproveita para criticar diversos grupos com responsabilidade na inércia em relação às possessões ultramarinas, tanto mais que

(...) muitos dos individuos que compõem esses grupos, sociedades ou corporações, são membros da impresa do paiz, e alguns têm tido assento no parlamento.” Refere-se aos que não hesitam em compor discursos em gande estilo mas inconsequentes que estão na base de um deplorável panorama em que nas “(...) massas indigenas campeia a mais primitiva ignorancia, não se encontra n’ellas um único operario, um único que saiba ler ou escrever, e raros são os que percebem meia dusia de palavras portuguezas; mas factio curioso, e que não é isempto de perigos, encontram-se bastante

¹⁷⁸⁸ B.O., nº16, 8/04/1882, pp. 150 e 151. *Relatório do distrito de Lourenço Marques*, 15/02/1882.

¹⁷⁸⁹ B.O., 8/04/1882, nº16, pp. 150 e 151. *Relatório do distrito de Lourenço Marques*, 15/02/1882.

¹⁷⁹⁰ Papagno, p. 78.

dos nossos indigenas, comprehendendo e fallando a lingoa ingleza, isto devido á emigração para as colonias do Natal, do Cabo e outras.

A moralidade de vida e costumes, que anda sempre de mãos dadas com a instrução, conclue-se bem qual será; os casamentos, a maneira porque constituem familia, o modo porque tratam commummente de se expoliar entre si, a barbaridade com que, a occultas, os regulos mais afastados e poderosos punem ás vezes, os criminosos, sem que possâmos obstar a taes excessos, e muitos outros factos conhecidos de todos os europeus que teem estado na Africa, dão bem o quilate dos principios de moralidade que os portugueses teem derramado entre os cafres, não lhes levando a minima luz na densidade immensa d'aquellas trevas.

Na força publica que é composta de negros e de gentios, é raro encontrar-se um soldado que saiba ler e escrever, por pouco que seja, e até a maior parte dos cabos nem fallam portuguez.

D'estes effeitos nascem outros ainda, que são: a falta de affeição resultante de não se falar a mesma lingua, de não se ter os mesmos costumes, de não se seguir os mesmos principios de moralidade, concorrendo tudo para o enfraquecimento do nosso dominio do interior, o que, junto com a falta de recursos de toda a ordem faz com que aquelle fraco e ephemero dominio seja ainda mantido, única e exclusivamente, pela consciencia da inferioridade do preto para o branco, e pela ignorancia em que os cafres estão do nosso mundo? De fraqueza. E tão longe vai em mim esta convicção, que eu creio firmemente que, continuando as cousas como até hoje, no dia em que o negro abstrahisse da superioridade da raça branca, e, por qualquer circumstancia, estivesse conhecimento da ridicula resistencia que lhe poderíamos oppôr, elle, com os seus instinctos selvagens e não nos devendo senão o desenvolvimento da sua tendencia para a embriaguez, n'esse dia, passaria a ser o senhor.¹⁷⁹¹

É desanimadora a visão que os responsáveis têm da capacidade portuguesa para “derramar” a instrução, por causas endógenas – vontade política, investimento, visão de futuro –, mas também por motivos exógenos – resistência africana, desinteresse por uma formação que não lhes garante vantagens, solicitação do emprego e remuneração estrangeira, apesar da dureza das condições e das dificuldades experimentadas nos locais de trabalho, apatência para o conhecimento de língua estrangeira de interesse prático.

No *Relatório do Governo de distrito de Lourenço Marques referente ao ano de 1885 a 1886*, volta a referir-se, na sua secção III, o estado pouco animador da instrução pública.¹⁷⁹²

São a própria soberania e a «missão civilizadora» a que Portugal tantas vezes se arroga, que está em causa. E com isto ganham nova dimensão as críticas feitas por outras nações coloniais à capacidade portuguesa para gerir o seu espólio africano, para o rentabilizar, utilizando-o. Neste quadro, o papel da «instrução» é um aferidor dos direitos de que efectivamente uma nação dispõe em matéria colonial. Não se podem, por isso, desprezar todos os meios possíveis. A experiência parecia apontar para que o

(...) meio único e efficaz de derramar a civilização por este vasto territorio seria o emprego de missionarios, mas missionarios bons, porque com outros seria negativo o

¹⁷⁹¹ B.O., nº16, 8/04/1882, pp. 150 e 151. *Relatório do distrito de Lourenço Marques*, 15/02/1882.

¹⁷⁹² Não é essa de certo a maneira mais digna de manter a nossa auctoridade. O mau cumprimento do nosso dever enfraquece os nossos direitos, e é essa uma circumstancia que convem ter muito em vista, hoje que tantas nações pretendem dominar em Africa.” *Id. Ibid.*

resultado. A colocação junto a cada regulo de um padre de verdadeira dedicação, com uma instrução variada e com conhecimentos agrícolas e industriais, seria bem aceite pelo regulo, e traria enormes benefícios a estes povos e seria um elemento poderoso para a conservação do nosso prestígio.

Não advogo ideia nova, a história e o exemplo que nos estão dando outras nações indicam como devemos proceder. Se missões estrangeiras obtem os resultados que vemos, não só no território alheio mas ainda no nosso, o que não poderão fazer os nossos tendo a seu favor o prestígio do nome português?¹⁷⁹³

Em 1888, no *Relatório sobre Gaza referente ao ano económico de 1886-1887*, o residente chefe, assinando do Mussurize, explica as dificuldades em caracterizar a população e o seu movimento pelo facto de os povos se encontrarem em constante mudança, fugindo dos caminhos e sendo acoissadas pelos «vátuas», que mudam os seus itinerários em busca das povoações.¹⁷⁹⁴ A preocupação essencial consiste em influenciar, na medida do possível, a elite africana dirigente.

Já nas *Instruções para os Residentes Portugueses no Território de Gaza sob a jurisdição do Régulo Gungunhana, sucessor de Muzila*, de 12 de Novembro de 1885, o 11º ponto prevê a criação de uma ou mais escolas e estipula o dever de os residentes incluírem nos seus relatórios uma informação exacta do estado e progresso da instrução.¹⁷⁹⁵ A busca de intensificação de relações com Gaza deverá ser acompanhada por acções neste domínio.¹⁷⁹⁶

A educação dos filhos de Ngungunyane é assunto em que os portugueses procuram interferir e para os quais foram mobilizados diversos meios,¹⁷⁹⁷ nomeadamente na Intendência junto do régulo.¹⁷⁹⁸ As estratégias para alcançar esses fins são diversificadas. A 11 de Agosto de 1890, por exemplo, alguns filhos de Ngungunyane dirigiram-se, para estudar, a Lourenço Marques.¹⁷⁹⁹

¹⁷⁹³ B.O., 22/01/1887, n.º 4, pp. 30 e 31. *Relatório do Governo de distrito de Lourenço Marques - ano de 1885 a 1886*.

¹⁷⁹⁴ B.O., 11/02/1888, n.º 6, p. 85.

¹⁷⁹⁵ Vilhena, 1999a p. 58. As mesmas instruções estão publicadas em Toscano e Quintinha, 1930, pp. 383-386.

¹⁷⁹⁶ No quadro da intensificação das relações com Gaza foram encaminhados professores e professoras para Manjacaze. O residente Casaleiro Alegria enviaria panos bordados pelas meninas da escola primária local ao Governador-Geral Augusto de Castilho que, por sua vez, encaminharia a oferta para Lisboa, em 7 de Outubro de 1887. Vilhena, 1996, p. 90.

Durante a deslocação de Ngungunyane de 1889 segue com o residente-chefe interino José Peixoto do Amaral (em substituição de Casaleiro Alegria) uma comitiva de 232 pessoas a que se somam os residentes José Corsino Teixeira Osório, José Rodrigues Januário e os professores Romualdo Patrício Martins dos Anjos e Maria Rita de Sousa Pereira. Vilhena, 1999a p. 71.

¹⁷⁹⁷ Existem referências à tentativa de envio de um filho de Ngungunyane, António Enes, de 16 anos, para ser educado em Lisboa. Vilhena, 1996, p. 172.

¹⁷⁹⁸ Dez rapazinhos frequentaram a escola da Intendência, de 1886 a 1889, em dois grupos, chefiados, respectivamente, por Godide e Mangwa. A escola fechará pela mudança do Manjacaze para o sul, voltando abrir em 1890.

As hipóteses pretendidas pelos portugueses de proporcionar uma educação na Europa ao filho herdeiro de Ngungunyane e a outros, para além de jovens filhos de influentes régulos foram objecto de negociação.

Um grupo de rapazes, inicialmente dirigidos a Lisboa, acabariam por ficar em Moçambique na Escola de Artes e Ofícios, de onde regressariam para junto de Ngungunyane, a instâncias deste, em 1892. Mangwa, segundo informação dos portugueses, aprenderia bastante bem o português e simpatizaria com a cultura europeia e com os portugueses, tendo entrado em conflito com o irmão Godide. Acabaria por ser encontrado morto em circunstâncias obscuras o que motivou a opinião de vários portugueses apontando o seu presumível assassinio em 1895. Vilhena, 1996, pp. 173-177.

Também António Enes se refere ao envenenamento do “(...) pobre Mangwa, que tinha estado alguns anos a educar em Moçambique, era precisamente de todos os filhos do régulo o que se mostrava mais afeiçoado a Portugal.” Ennes, 2002, p. 192. A Mangwa se refere Liesegang adiantando a possibilidade de a morte se ter verificado por excesso de consumo de álcool. Liesegang, 1986, pp. 42-43.

¹⁷⁹⁹ Vilhena, 1996, p. 149.

A influência sobre Ngungunyane era essencial para que se pudesse, de algum modo, pensar na difusão, ainda que mínima, da instrução junto das populações.¹⁸⁰⁰ Mas a escola do sexo masculino de Gaza parece representar, sobretudo, uma forma de com ele manter relações especiais.¹⁸⁰¹ A existência de ensino no Mussurize não se pode separar das intenções dos portugueses para com Ngungunyane, considerado, apesar das infidelidades e dificuldades, como um potencial aliado.¹⁸⁰² Este é um exemplo da instrução como instrumento de influência e controlo junto dos poderosos africanos e nas sociedades por eles dominadas, independentemente da existência de limites a esta acção. Assim se compreende que possa ser lido no Boletim Oficial, em 1888, que logo

(...) que um professor de instrução primaria e duas mestras chegaram ao Mussurise, todos os filhos, filhas e as mais novas irmãs do regulo, com muitos outros parentes, começaram a frequentar as duas aulas; e dentro d'um mez todos os rapazes conheciam as letras, soletravam, iam compreendendo o sentido das palavras que liam e sabiam dar o nome portuguez a grande numero de objectos. Tendo, como julgo, continuado a instrução, já hoje o successor de Gungunhana deve fallar portuguez e ler correntemente.¹⁸⁰³

Em Sofala, a 8 de Setembro de 1866, o professor Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, achando-se no “estado de convalescente”, declara pretender começar o ensino primário na ilha, fazendo requisição de artigos necessários para o ensino.¹⁸⁰⁴

No Comando militar de Sofala, dez anos depois, não existe instrução primária de Agosto¹⁸⁰⁵ a Novembro “(...) por falta de professor”.¹⁸⁰⁶

A região de Sofala está, como as outras, sujeita às especificidades próprias da vida política e quotidiana no local. As vicissitudes da localidade explicam as intermitências que caracterizam o funcionamento da instrução.

No mesmo comando militar em Janeiro de 1877 e sobre instrução pública, descreve-se que não “(...) há aulas de instrução primária n'esta villa, o que era de necessidade por haver

¹⁸⁰⁰ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 85.

¹⁸⁰¹ Para Rita-Ferreira e de acordo com “(...) um procedimento corrente em outros grandes estados africanos, os filhos dos chefes tributários, especialmente os sucessores legítimos, eram, por regra, criados na capital do Império de Gaza, com o propósito duplo de servirem como reféns e de aprenderem a língua e os costumes dos conquistadores.” Rita-Ferreira, 1982, p. 252.

As experiências europeias com escolas para filhos dos régulos são adequadas aos respectivos objectivos. No Mali: “The colonial school at Kayes established in 1886 was known as the “school of hostages” because the pupils were children of the traditional chiefs. They had been taken from their fathers and held as hostages to prevent them from instigating rebellions against the colonial authority.

While in school the pupils were taught to respect and appreciate French ideals and French culture and, of course, to speak French.” Toure, 1982, p. 188.

¹⁸⁰² “Seria uma loucura se por caprichos locais nas fronteiras, se por impaciências que exigem que em poucos dias se realize uma difícil evolução que só pôde resultar do continuado e inteligente trabalho de muitos annos, mas que se deve dar com uma raça tão superior, fossemos voluntariamente destruir um muito valioso meio de acção que possuímos, para deixar o paiz retalhado entre uma infinidade de pequenos regulos, sem possível occupação europeia nacional por toda a parte, e entregue às ambições dos filibusteiros estrangeiros que já tanto abundam nas outras colonias e visinhas terras da Africa Austral.” B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 193.

¹⁸⁰³ B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 193.

¹⁸⁰⁴ Chiloane, 8/09/1866. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 1. Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva foi autor do *Resumo das Noticias do Districto de Sofalla e Sertoens vizinhos desde o anno de 1755 em que esta Provincia foi desmembrada dos Estados da Índia até o corrente anno de 1884* in *Memórias de Sofala*, 1998, pp. 257-329.

¹⁸⁰⁵ B.O., 30/10/1876, nº 44, p. 299.

¹⁸⁰⁶ B.O., 26/12/1876, nº 52, p. 366.

muita criança que as frequentassem. Há uma das línguas gentílicas. Esta é particular.” Também em Fevereiro e Março continua a não haver “(...) aula de instrução primária, o que faz uma falta sensível, pela grande quantidade de crianças que há n’esta villa para a frequentar. Há uma escola de língua marata.”¹⁸⁰⁷ Neste mesmo ano e no comando militar assinala-se que não existe instrução primária,

(...) o que faz uma falta sensível, pela grande quantidade de crianças de ambos os sexos, que há para a frequentar. Tenciono, finda que seja a epidemia de varíola, que actualmente reina n’esta paragem, e em quanto por aqui estiver, dar-me ao trabalho de estabelecer uma aula na qual, sem prejuizo dos meus deveres, possa dar 3 a 4 horas de estudo por dia, ás crianças de ambos os sexos. Há uma escola da lingua maratha estabelecida pelos mouros, gentios &”.¹⁸⁰⁸

Em Junho, continua a não haver aula na vila, mas informa-se de que “continuam a frequentar a residencia do comandante cinco crianças do sexo feminino, onde recebem o ensino respectivo”.¹⁸⁰⁹

Esta ideia é reforçada em Maio, pois, apesar de inexistência de aula, o comandante regista que frequentam a sua “(...) residência (na praça S. Caetano) cinco crianças do sexo feminino onde recebem o ensino respectivo. Em breve concorrerão mais.”¹⁸¹⁰ No mês seguinte junta que frequentam a sua residência 8 crianças sendo 7 do sexo feminino e 1 do masculino.¹⁸¹¹ Até que em Agosto frequentaram a residência do comandante, até dia 24, 45 crianças de ambos os sexos.¹⁸¹²

João Baptista Loureiro, encarregado da escola de Instrução Primária em Quelimane, comunica, em 3 de Maio de 1858, a José Francisco da Costa Guimarães, Alferes encarregado do expediente, que no dia em que escreve principiara a Escola que estava encarregado de reger, pela Ordem nº 64, de dia 1 do corrente mês de Maio.¹⁸¹³

Nas apreciações sobre a instrução na vila de Quelimane, no final dos anos 80, o panorama é descrito por alguns coevos, com base em considerações gerais e relativamente vagas, como estando “(...) em lamentável estado d’abandono, como em toda a Província”, apesar de as escolas de Quelimane serem “um pouco demais frequentadas do que as outras dos mais districtos.”¹⁸¹⁴

Em 1882 movimenta-se uma série de moradores para o estabelecimento de um colégio em Quelimane. No *relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887* assinala-

¹⁸⁰⁷ B.O., 4/06/1877, nº 23, p. 141.

¹⁸⁰⁸ B.O., 25/06/1877, nº 26, p. 167.

¹⁸⁰⁹ B.O., 13/08/1877, nº 33, p. 229.

¹⁸¹⁰ B.O., 10/09/1877, nº 37, p. 262.

¹⁸¹¹ B.O., 24/09/1877, nº 39, p. 274.

¹⁸¹² B.O., 12/11/1877, nº 46, p. 332.

¹⁸¹³ Quelimane, 3/05/1858. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (5), doc. 1.

¹⁸¹⁴ Lapa e Ferreri, 1889, p. 121.

se a falta de escolas em outros pontos do distrito, para além da vila. Chega a sugerir-se “(...) que nos prazos os arrendatarios fossem obrigados a pagar ao professor e a sustentarem escolas onde o ensino fosse obrigatorio a todos os filhos dos colonos.” Tal constituiria uma medida de que beneficiaria a própria administração e os prazeiros.¹⁸¹⁵ Também no *Relatório do ano económico de 1887-1888* se volta a referir a urgência de

(...) derramar a instrução, augmentando as escolas; nos prazos da corôa administrados pelo governo, não há razão para não haverem escolas e professores, que além da instrução primaria, ensinem ao indigena a arrotear e cultivar os terrenos, a ensaiarem novas culturas e a aperfeiçoarem os seus instrumentos agrarios.

Lembra-se a obrigação de os arrendatários dos prazos manterem escolas.¹⁸¹⁶ No ponto III do *Relatório do ano económico de 1887-1888*, depois de salientada a importância da Instrução, expõe-se que, infelizmente

(...) hoje a grande massa da população indigena permanece na primitiva ignorancia, sempre supersticiosa, e crendo nos feitiços; sem necessidades desconhecendo o amor da familia, entrega-se á embriaguez e a toda a sorte de vicios. A difusão da instrução, seria sem duvida um dos melhores remedios para estes males.¹⁸¹⁷

O papel reservado à instrução no quadro da política colonial desejada e sua correspondente concretização na colónia deveria ser uma forma de interferir na vida e crenças tradicionais, criando necessidades, intervindo na organização familiar e adequando-a aos hábitos europeus.

Sobre o preenchimento de cargos públicos no início dos anos 90 em Quelimane, afirma-se que a “massa da população é tão pouco illustrada que mal se encontra gente para constituir uma comissão municipal. Os mais competentes para estes cargos acham-se disseminados pelos prazos dedicando-se á agricultura onde tem ligados os seus interesses.”¹⁸¹⁸

No *Relatório do distrito de Tete de 1886*, o Governador foca, no ponto IV, a situação da Instrução Pública, seu atraso, muita

(...) indolencia da parte dos alumnos e muita falta de livros e utensilios, concorrem para este estado. É necessario que a fazenda publica auxilie o custeio de livros e mais expediente para a escola, porque a maioria dos alumnos são pobres e nada compram.

O actual professor e os seus antecessores da missão, a quem presentemente se acha confiada a instrução, muito se disvellam pelo adiantamento dos alumnos, cuja indole se esmeram em suavisar com os bons conselhos, e com os bons exemplos, e têm alem d’isso generosamente distribuido livros pelos alumnos, o que muito tem valido. Mas não é justo obrigar aquelles dedicados missionarios a mais estes sacrificios.

A escola feminina acha-se creada na villa, mas ainda não poude funcionar por doença da professora. Desejo ardentemente, que robusteça esta instituição pois que a parte feminina da população, reclama ainda para a sua instrução de muito maior

¹⁸¹⁵ B.O., 1/10/1887, nº40, p. 447. *Relatório do distrito de Quelimane - ano de 1886-1887*.

¹⁸¹⁶ B.O., 20/10/1888, n.º 42, p. 630.

¹⁸¹⁷ Id. *Ibid.*, p. 630.

¹⁸¹⁸ Castel-Branco, 1891, p. 196.

impulso. Convém notar, que tendo havido aqui já escolas d'este genero, não se encontram creanças do sexo feminino que tenham a mais leve idéa de leitura ou escripta, o que me faz crer, que taes escolas eram uma ficção, o que mais é confirmado pela circumstancia de que, para se organizar a actual, não foram encontrados livros, mobílias ou quaesquer utensilios, que se reconhecessem serem pertença das passadas escolas.

(...) Não quero terminar este capitulo, sem mais uma vez lembrar a conviniencia da criação de muitas outras escolas no districto, para o sexo masculino e de uma tambem no feminino, para a villa do Zumbo.

É necessario o derramamento da instrucção, derramamento por assim dizer a jorros, em differentes pontos do districto, se quizermos contribuir para a segurança do nosso dominio e muito conveniente seria, o empregado de missionarios para tal fim, pois sendo mais preserverantes e altamente instruidos, a ajuizar dos ultimos que aqui tem ensinado, são auxiliares efficazes para a civilisação africana.

E o seu programma é bastante desenvolvido, pois que não só elles têm em vista que as creanças cultivem as letras, mas que se dediquem ás artes e industrias. Onde não há outros meios, onde não há escolas d'artes e officios pois que a provincia tem só uma e não pode admittir muitos alumnos, convém não desprezar estes meios, antes de auxiliar o seu incremento, ainda que se façam sacrificios.¹⁸¹⁹

Em relatório referente ao ano de 1886-87, o Governador de Distrito explica, sobre a instrução pública, em Tete que ela é muito descurada pela pouca importância que lhe dariam os “chefes de familia”. A vila é a única do distrito em que existe professor, pároco e igreja.¹⁸²⁰ Ainda assim, acrescenta que seria importante a criação de uma escola no Zumbo e, posteriormente, uma outra na Makanga.¹⁸²¹

No final dos anos 80, a instrução em Tete conhecia um desenvolvimento muito limitado, não estando

(...) mais adiantada em Tete do que nos demais pontos de Moçambique; há uma escola d'instrução primaria para o sexo masculino na capital do districto, regida pelo respectivo parochio, succedendo que um d'elles tendo sido nomeado parochio do Zumbo em 1880 era encarregado de leccionar ao mesmo tempo a infância de Tete, distando as villas uma da outra a bagatela de 600 kilometros.¹⁸²²

Sobre a instrução em 1887-88, o Governador de Distrito explica que apenas existe na vila escola primária para o sexo masculino – a do sexo feminino raramente dispõe de professora – e a escola da Missão de S. José de Boroma. Defende a urgência na criação de mais estabelecimentos no distrito e a promulgação da escolaridade obrigatória.¹⁸²³

Em *Relatório do governo de distrito de Tete e referido ao ano de 1885*, do Governador, major Luiz Joaquim Vieira Braga, lê-se que escola para o sexo feminino não

¹⁸¹⁹ B.O., 9/07/1886, n.º 28, páginas 302 e 303.

¹⁸²⁰ B.O., 24/03/1888, n.º 45, p. 211.

¹⁸²¹ Id. *Ibid.*, n.º 45, p. 211.

¹⁸²² Lapa e Ferreri, 1889, p. 135.

¹⁸²³ B.O., 6/07/1889, n.º 27, p. 413.

existe e quando “(...) a há é uma ficção, e isto mesmo só acontece quando algum funcionario casado deseja acumular na sua familia dois ordenados.”¹⁸²⁴

Em 1898, no *Censo dos fogos e edificações compreendidas na área do concelho de Tete referido a 15 de Janeiro* desse ano consta a existência, no comando militar, de uma escola de instrução primária em ruínas.¹⁸²⁵

Liesegang refere a escola paroquial de Tete a cargo de Francisco Antunes que aí leccionava em 1880. Em Dezembro de 1883 a paróquia seria entregue ao jesuíta Victor-Joseph Courtois a quem se juntaria o padre austríaco João Hiller, ambos com a tarefa, para além de gerir a paróquia, de fundar uma Missão. Fundá-la-iam no prazo Boroma. Continuariam mantendo a escola em Tete.¹⁸²⁶

Por proposta do Governador de Distrito, é criada “(...) uma escola de ensino primario elementar para o sexo feminino na villa de Tete” e nomeada “professora interina da referida escola a D. Eugenia Maria de Macedo, vencendo o ordenado fixado no orçamento da provincia.”¹⁸²⁷ Estavamos em 19 de Junho de 1883.¹⁸²⁸ A professora envia mapas relativos aos anos de 1883 e 1884.¹⁸²⁹ Seria exonerada a 16 de Abril de 1885, em portaria 131, por ter apresentado requerimento pelo qual se conhece o “irregular comportamento da requerente”.

A 7 de Setembro de 1846, o professor Caetano de Sá comunica ao Comandante Mor Tito Augusto de Araujo Sicard que começou a leccionar aos discípulos que lhe foram entregues pela Câmara, desde o ano anterior. A maior parte deles não comparece à escola.

¹⁸²⁴ B.O., 25/09/1885, nº39, p. 491. *Relatório do governo de distrito de Tete e referido ao ano de 1885*. Tete, 5/07/1886.

¹⁸²⁵ B.O., 21/05/1898, nº 21, p. 233.

¹⁸²⁶ Importante é a alusão à experiência escolar do aluno António Fernandes: “Felizmente se hoje sei gatafunhar estas linhas devo isso ao meu tio irmão do meu pai de nome António Fernandes, que sendo ambos os irmãos analfabetos e o meu tio tendo possibilidades teve a noção de saber que só um homem instruído, ainda que seja pouco e mal, tem na sociedade alguma consideração, e assim lembrou-se de junto com o seu filho meu primo e padrinho José António Fernandes, mandaram-nos à escola para aprender a ler e escrever ...”. “Entre na escola primária nos fins do ano de 1880 que vim a sabê-lo depois no ano de 1881, quando já sabia um pouco ler e escrever. Foi o meu primeiro professor o Senhor Padre Francisco Antunes, português. Depois da saída do padre Francisco Antunes... os professores Lúcio, indiano, e Lopes, europeu. Vago o lugar do professor pela morte do professor Lopes tomou conta do lugar o professor Teodorico Francisco Dias, africano natural de Tete, que ensinou até ao ano de 1883... Em fins de 1883 a escola passou ao reverendo padre Rabeca (que, nunca soube se o nome era próprio ou dado pelos rapazes) que morreu depois de pouco tempo de ensinar.

No ano de 1883 nos fins, chegou o senhor Padre Victor José Courtois da Companhia de Jesus que tomou conta da escola e da parochia. Já eu tinha aproveitado um pouco mais de ler e escrever e contar e dava lições e palmatória aos colegas, alguns que tinham entrado primeiro na escola. Em 1885 no mês de Agosto, por causa do senhor Augusto Militão de Sousa, africano, mas descendente de pai indiano, se ter recusado a acompanhar o reverendo padre Courtois às terras de Massangano (do Bonga) a convite do Muchenga irmão do Bonga. E a pedido do mesmo padre ao meu procurador senhor José pereira de Carvalho, acompanhei-o como servindo de sacristão e tradutor das palavras cafres...” Liesegang, 1991, pp. 58-59. Já sobre José Fernandes observa Liesegang: “A sua origem chicunda, patrilinear, a sua educação escolar, superior à que tiveram muitos soldados portugueses que chegavam a Tete no século XIX, devem ter reforçado a sua convicção de que fazia parte de uma civilização e um tipo de organização política superior à dos pequenos Estados africanos, cuja reprodução se processava ainda parcialmente através da pilhagem.” *Id., ibid.*, p. 69.

¹⁸²⁷ B.O., 23/06/1883, nº 25 p. 169.

¹⁸²⁸ B.O., 25/04/1885, nº 17, p. 115.

¹⁸²⁹ Tete, Setembro de 1883, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 2; Tete, Outubro de 1883, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 3; Tete, Outubro de 1883, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 4; Tete, Novembro de 1883, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 5; Tete, Dezembro de 1883, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 6; Tete, 2/02/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 7; Tete, 1/04/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 8; Tete, 2/06/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 9; Tete, 2/07/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 10; Tete, 2/08/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 11; Tete, Agosto de 1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 12; Tete, 2/10/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 13; Tete, 3/11/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 14; Tete, 2/11/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 15; Tete, 2/01/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 16; Tete, 2/06/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 9; Tete, Agosto de 1883, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 1; Tete, 31/12/1884, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 67.

Deste modo causam-lhe prejuízo por, nas suas palavras, “não poder ir tratar de minhas dependência [sic]” pelo que lhe “convém disistir do emprego pedindo a V. Ex^a a permissão de ir para outra banda”. As condições de funcionamento das escolas, nesta altura, são precárias, sem estruturação e sem qualquer planificação.¹⁸³⁰

A Secretaria do comando militar do Zumbo, em 31 de Janeiro de 1887, refere, pelo comandante Alberto Carlos, tenente de caçadores 5, que ali não “(...) há escola alguma, não obstante ser, pelo menos uma, de grande necessidade. Abstenho-me de fazer considerações por serem bem conhecidos os resultados da falta d’instrução.”¹⁸³¹; Esta nota a “Informações dos Distritos” sobre Dezembro de 1887, é extensível a Janeiro do ano seguinte, pois não “(...) há professor nem escola sendo esta falta uma das mais sensíveis n’este ponto aonde muitas crianças deixam de aprender o que a todos é dado saber”.¹⁸³² Em Março, o mesmo comandante reafirma a falta de um professor, tanto mais que a população vai aumentando consideravelmente”.¹⁸³³ E com ela há maior número de crianças.¹⁸³⁴ De acordo com nota relativa a 28 de Fevereiro de 1889, continua a não haver professor, “(...) cuja falta se torna demasiadamente sensível, tanto mais pelo augmento que se espera haverá em breve na População”,¹⁸³⁵ carência que persiste em Abril.¹⁸³⁶ A situação leva o comandante militar, em Setembro de 1889, a informar que como “(...) falte o professor já pedi, em nome dos povos d’este commando para que seja nomeado um para esta villa; este pedido foi feito á Comissão Municipal de Tete.”¹⁸³⁷

O comandante militar do Zumbo volta a alertar, em Fevereiro de 1890, para a urgente necessidade de criação de professorado.¹⁸³⁸ Nesse mesmo ano, também o Governador de Distrito Luiz Ignacio lembra a inexistência de qualquer escola no local, apesar do elevado número de crianças de ambos os sexos. Advoga o envio de uma professora e um professor de preferência com conhecimento da língua do país “para melhor fazerem compreender aos alumnos a nossa”. Defende ainda o recurso a um missionário, dando cumprimento ao disposto no decreto de organização do distrito, e que junto à Missão se estabeleça um pequena escola de artes e ofícios para evitar a falta de operários que se sente aquando da necessidade de realização de qualquer obra.¹⁸³⁹

¹⁸³⁰ Tete, 7/09/1846, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.4 m. 1 (5), doc. 1.

¹⁸³¹ B.O. nº 19, 7/05/1887, p. 199.

¹⁸³² B.O. nº 11, 17/03/1888, p. 187.

¹⁸³³ B.O. nº 21, 26/05/1888, p. 351.

¹⁸³⁴ B.O. nº 6, 9/02/1889, p. 111.

¹⁸³⁵ B.O. nº 18, 4/05/1889, p. 294.

¹⁸³⁶ B.O. nº 21, 25/05/1889, p. 338.

¹⁸³⁷ B.O. nº 51, 21/12/1889, p. 725.

¹⁸³⁸ B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 287.

¹⁸³⁹ *Id. Ibid.*, p. 287.

Posteriormente, na rubrica de estatística paroquial, indica que, porque não há padre, também não existe actividade paroquial. Frisa a necessidade de defender a herança de que ainda se conservariam memórias dos indígenas, criando “missões civilizadoras bem organisadas que não só ensinem a religião christã mas que tambem eduquem o preto e instruem nas diferentes artes e officios e lhe ensinem a arrotear as terras e tirar d’ellas o proveito que póde dar.”¹⁸⁴⁰

Em Janeiro de 1888, na Escola do sexo masculino do Zumbo não “(...) há professor. Só o sr. Manuel Antonio do Rozario se presta a ensinar algumas crianças gratuitamente.”¹⁸⁴¹

Em Agosto de 1890 refere-se no Boletim Oficial que a Instrução “Não existe”.¹⁸⁴² Mas nos meses de Setembro e Novembro 1890 e sobre a Instrução pública regista-se: “O aumento d'este departamento há pouco tempo obriga-me a pedir um professor para esta vila, o que já bastantes vezes tenho feito.”¹⁸⁴³

No *relatório do governador do distrito de Angoche* relativo ao ano económico de 1874-75 refere-se que não existe escola no distrito.¹⁸⁴⁴

Por ordem superior emanada da Secretaria Geral tornava-se público que desde o dia 29 de Outubro de 1878 se acha aberta, no distrito, uma escola de instrução primária.¹⁸⁴⁵ Desde essa data, foi frequentada por 8 discípulos.¹⁸⁴⁶ Incluídos nas obras do governo de Setembro de 1890 são feitos dois bancos para a escola.¹⁸⁴⁷

O ensino na região de Cabo Delgado deve à iniciativa particular o seu primeiro marco, pois a primeira escola que se fundou no Ibo foi de iniciativa do Governador Geral da província, José Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque, que faleceria em 1818.¹⁸⁴⁸ Contudo, ao entrar na segunda metade do século XIX e no respeitante à Instrução os responsáveis declaram

(...) mau o estado em que se acha este ramo de administração. Há na Villa de Ibo uma aula de instrução primaria regida por um professor regio, natural do paiz, que, com quanto empregue todos os esforços para servir bem, não póde desempenhar com proveito publico as funcções de que está encarregado, por não ter as necessarias habilitações.

Alem d’esta ha outra para meninas, tambem de instrucção primaria, dirigida, na falta de mestra, por um professor a quem a Camara Municipal arbitrou um subsidio.

Estas aulas eram frequentadas em 1853 por 30 alumnos e 8 alumnas.

¹⁸⁴⁰ B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 385.

¹⁸⁴¹ B.O., 21/04/1888, nº 16, p. 274.

¹⁸⁴² B.O., 22/11/1890, nº 47, p. 497.

¹⁸⁴³ B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152.

¹⁸⁴⁴ B.O., 7/02/1876, nº 6, pp. 23-24. *Relatório do Governador do disterio de Angoche.*

¹⁸⁴⁵ B.O., 18/11/1878, nº 46, p. 264.

¹⁸⁴⁶ B.O., 16/12/1878, nº 50, p. 287.

¹⁸⁴⁷ B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6.

¹⁸⁴⁸ Lapa e Ferreri, 1889, p. 45.

Na Quissanga existe um mouro que ensina mal o arabe. Os principaes habitantes d'esta povoação mandam seus filhos a Zanzibar para aprender aquelle idioma.¹⁸⁴⁹

Segundo o *Relatório do Governador de distrito de Cabo Delgado do ano económico 1876/77*, a escola de instrução primária, única que existe no distrito, encontra-se ao abandono, sem casa própria, alfaias, qualquer dotação, livros, tinta e papel. O professor é um padre vigário e o local em que lecciona é a sacristia da capela, ou “para melhor diser um quarto que serve junto à capela”.¹⁸⁵⁰

A influência islâmica e ensino do árabe na região preocupam em 1882. Nessa data regista o Governador que não existem as mínimas relações com as duas missões inglesas instaladas, nos últimos tempos, no Niassa.¹⁸⁵¹ O mesmo aconteceria no domínio das relações externas com Zanzibar ou com as autoridades recentemente instaladas, à revelia dos portugueses, na baía de Tungue.

Sobre o panorama da educação no distrito e respectivo investimento em 1881, a

(...) importancia dispendida em todo o districto com a instrucção publica, no anno passado, foi de 340\$00 réis!! 300\$00 reis pagos pelo estado com o professor e 40\$100 reis pela camara municipal com a renda do edificio, concerto de mobilia e alguns utensilios e livros. Escolas particulares, nenhuma. Em contraposição a este estado incrível d'instucção publica n'este vastissimo territorio, que especialmente conta uma população toda heterogenea, eivada de vicios, sem ensinamento nem exemplo, que a guie no bom caminho e aperfeiçoe tanto moral como intellectualmente existem em todos os centros de população escolas mussulmanas, que são regularmente frequentadas! E assim estas escolas tendo ao lado a mesquita, são seus mestres verdadeiros instrumentos de desmoralisação, corrupção e fanatismo, que vão indo, a sós, accentuando cada vez mais n'este povo ignorante os perniciosos effeitos da sua propaganda. E muito facil se torna a estes sectarios de Islam insinuarem-se e angarearem proselytos, explorando o povo com grosseiras superstições e ridiculos feitiços, e com a pratica sensual da polygamia; porque é bem natural no indigena a propensão para qualquer d'estes attractivos. Em vez pois de lhe darem uma instrucção proveitosa e reparadora, apenas ensinam, o mal, o suahile, e fomentam o fanatismo pelo seu propheta. E' por tanto um dever impreterivel contrapôr meios eficazes á diffusão de ensino e exemplos tão funestos, promovendo quanto antes a civilisação e conversão d'este povo ao christianismo, sem porem, fanatismo religioso.¹⁸⁵²

Em Cabo Delgado são evidentes as preocupações dos portugueses e a sua impotência perante a difusão e enraizamento do islamismo.

¹⁸⁴⁹ Romero, 1856, p. 32.

¹⁸⁵⁰ B.O., 5/11/1877, nº 45, p. 324. *Relatório do governador de distrito de Cabo Delgado do ano económico 1876/77*.

¹⁸⁵¹ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 83.

¹⁸⁵² B.O., Nº 8, 18/02/1882, p. 78.

9.4. Ensinar e aprender. Políticas educativas e instrução

A educação colonial é delineada através do «trabalho», «imposto» e «ensino», três factores que, desde cedo, se vão encontrar associados para garantir a eficácia do sistema de exploração da mão-de-obra africana.”¹⁸⁵³

Para compreender a realidade da «instrução» em Moçambique temos de considerar as próprias lacunas metropolitanas, tanto na importância e significado da escola, como no valor do ensino feminino, qualificação e insuficiência de professores, instalações escolares, material didáctico e tutela partilhada da instrução. Para analisar a estratégia utilizada pelos portugueses no domínio da educação na Província são considerados diversos estabelecimentos de ensino (traduzindo, em especial, os esforços do Estado em matéria educativa) espalhados por diferentes áreas geográficas do imenso território.

Diversos autores que trabalham a História de Moçambique, quando se debruçam sobre a educação na segunda metade do século XIX, consideram-na como praticamente inexistente.

A presente pesquisa altera esta apreciação uma vez que foram recolhidas fontes documentais primárias, elementos qualitativos e quantitativos, descrições e inúmeros documentos que comprovam a existência de uma organização escolar, ainda que precária. Demonstra também este trabalho o esforço que a Metrópole e os sucessivos governos liberais desenvolveram na segunda metade do século XIX para a implantação de escolas e desenvolvimento da instrução no território moçambicano. Salienta-se também a existência de um ensino feminino, em alguns casos, nos estabelecimentos de ensino a instrução é mista, integrando dentro da mesma turma elementos de ambos os sexos.

A criação e desenvolvimento da instrução no território moçambicano na 2.^a metade da centúria oitocentista estão largamente fundamentados pelas centenas de quadros de frequência e de rendimento dos alunos (que constituem parte da documentação pesquisada, incluindo inúmeros mapas de frequência e relatórios vide alguns exemplos em anexo documental). Referem-se: instalações; aspectos pedagógicos; considerações quantitativas (número de alunos, sexos, religião, raça, idade); mapas de rendimento escolar dos alunos; materiais escolares (mobiliário, utensílios, manuais,); relatórios e correspondência de professores (versando o estado do ensino, dificuldades, carências, capacidades dos alunos, conflitos com as populações, relações com as autoridades e populações tradicionais, relações com os poderes camarários, comparações com o ensino em Portugal, entre outros), assim

¹⁸⁵³ Henriques, 2004a, p. 311.

como a situação dos professores (legislação, dificuldades, atestados, actividades, textos com observações de carácter pedagógico, escritos sobre o valor e utilidade do ensino).

As escolas implantam-se em localidades de Norte a Sul de Moçambique e encontram-se em regiões dotadas de especificidades e características próprias. A existência de escolas representa ainda a tentativa de fortalecer a fraca malha urbana existente nos vários locais.

As importância e influência dos estabelecimentos de ensino são variáveis e dependem, em larga medida, do contexto e de factores como a importância dos núcleos urbanos em que estão implantadas, o valor estratégico que lhes é reconhecido, a sua vitalidade económica, os condicionalismos que facultaram a possibilidade de uma presença portuguesa e os conflitos que suscitou; as próprias vicissitudes históricas que assistem a cada uma das regiões, entre muitos outros aspectos. O sistema de educação/instrução colonial português é caracterizado pelo centralismo.¹⁸⁵⁴

Em Moçambique um acórdão do Conselho de Districto de 2 de Dezembro de 1864, do Palácio do Governo-geral da Província e assinado por Vasco Guedes de Carvalho Menezes, João Caetano da Silva Campos, Cândido Máximo Moules, Manoel de Aguiar, P^o. Joze Lourenço Vaz e Celestino Feliciano de Menezes, estipula que

em virtude da auctorização concedida no art. 149 do Código Administrativo de 18 de Março de 1842, em vigor, approvam o Orçamento da Receita, e Despeza da Câmara Municipal d'esta Capital, para o anno económico de 1854 a 1855, com todas as propostas, e indicações apresentadas no dito orçamento com as seguintes modificações:

1^o O Conselho de Districto não sanciona a proposta da criação da nova Escholla, todavia approva, que seja supprimida a verba de 300 r., que se pagava ao Substituto do Professor pelos motivos que a dita Câmara expõe.

2^o Não approva que a Policia fique extincta, mas sim reduzida a 20 homens, debaixo do Commando d'um Sargento.

3^o Manda finalmente que a porcentagem votada ao Thesoureiro da Câmara seja iliminada, ficando este encargo addido a um dos Veriadores, visto ser d'uma diminuta receita, e despeza.¹⁸⁵⁵

Aquando da proposta de mudança da cidade de Moçambique para o continente fronteiri em 1868, os subscritores referem a necessidade de edificar um conjunto de infra-estruturas públicas: palácio do governo, paços do concelho, Junta da Fazenda, alfândega, justiça, quartel, edifício hospitalar e escola de instrução primária de ambos os sexos.¹⁸⁵⁶

¹⁸⁵⁴ Certos autores sublinham a centralização do sistema que a lei pressupunha, não permitindo maleabilidade de actuação.. "A result of centralized administration was the middle-level administrators feared making even the smallest decisions. If a school had no teacher, if a teacher were ill, if a teacher had been absent, if there were a shortage of textbooks, even if schools were functioning regularly – in all cases, the chain of command notified the secretary general, and he reacted as law or custom dictated." Samuels, 1970, p. 42.

¹⁸⁵⁵ B.O. 13/01/1855, n^o 2, p. 5.

¹⁸⁵⁶ *Breves Considerações que ao Illmo. E Exmo. Snr. Conselheiro António Augusto d'Almeida Portugal Correa de Lacerda, Coronel do Estado Maior do Exercito e Governador Geral desta Província acerca das vantagens da mudança da cidade de Moçambique para o continente fronteiri, oferecem os principaes habitantes e proprietários da mesma cidade*, 1868, pp. 7-8.

Em 1870, é criada uma cadeira de instrução primária na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, tendo em conta a existência de “(...) uma população de diferentes raças e castas já bastante numeroza compreendendo-se nella muitas creanças dos dois sexos, as quaes é da maior conveniencia proporcionar a indispensavel instrucção e educação; (...)” e uma vez ouvido o conselho de instrução primária.¹⁸⁵⁷

9.5. A criação de Escolas. Medidas legislativas, vicissitudes e acções reais

O número de alunos que se deslocavam da Província à Metrópole para obter instrução era diminuto. De 108 alunos que saíram das seis províncias ultramarinas para estudar no Reino por conta do Estado, desde 1833 até 1857, só dois pertenceriam à Província de Moçambique.¹⁸⁵⁸ Na relação nominal¹⁸⁵⁹ destes alunos referem-se Serafim Simão do Rosário, que começou a ser abonado pelo Estado em Outubro de 1839 até Dezembro de 1840 e que frequentaria a Instrução Primária, não tendo completado os estudos e deixando de ser financiado a 28 de Janeiro de 1842, do qual se ignorava “qual o motivo e destino”, e Vicente Luiz de Abranches que começou a ser abonado em Julho de 1850 para frequentar os “Preparatórios e Philosophia/Curso Jurídico na Universidade”, achando-se no terceiro ano do Jurídico, tendo completado o curso Filosófico e estudando Direito com aproveitamento.¹⁸⁶⁰ Saliente-se que nesta relação de 13 de Fevereiro de 1857, existem 48 alunos de Goa que estudam em diversas áreas; 13 de Cabo Verde; 17 de S. Tomé e Príncipe; 19 de Angola; 2 de Moçambique; 9 de Macau.¹⁸⁶¹ É de referir que muitos dos alunos que integram esta lista, sobretudo os que têm uma origem oriental, irão para o território moçambicano depois de terminar as suas habilitações. É o caso de: Marcos António de Sousa Bellarmino, natural de Goa que seria professor em Moçambique a partir de 1852, após ter cursado Instrução Secundária; Julio Augusto da Silva Correia, natural de Goa que frequentou Medicina na Universidade e foi abonado até Abril de 1844, altura em que foi nomeado primeiro sargento para Moçambique; Damião Salvador Vaz, que frequentou Medicina em Coimbra desde 1843, formando-se em 1851 e tendo sido nomeado, quatro anos depois, Cirurgião de 1ª classe em Moçambique;¹⁸⁶² o goês Agostinho José de Oliveira Pegado, creditado desde a mesma data e matriculando-se na Politécnica e Belas Artes, tendo sido nomeado em 1847 Alferes da

¹⁸⁵⁷ *B.O.*, 12/02/1870, nº 6, p. 321.

¹⁸⁵⁸ Bordalo, 1859, II série, livro IV, p. 162.

¹⁸⁵⁹ *Id. Ibid.*, pp. 385-406.

¹⁸⁶⁰ *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Não Official, série I, Outubro de 1857, pp. 396-397.

¹⁸⁶¹ *Id. Ibid.*, pp. 390-406.

¹⁸⁶² *Id. Ibid.*, pp. 398-399.

Província;¹⁸⁶³ Julio Augusto da Silva Correia, patrocinado desde Setembro de 1843, para estudar medicina na Universidade sendo nomeado em Abril de 1844 para a Província como primeiro sargento.¹⁸⁶⁴ Nas quantias dispendidas pelo Estado com alunos deslocados para o Reino, não incluindo o dinheiro de transporte das suas províncias para Lisboa, Goa ocupa o primeiro lugar com 50:820\$746 réis, seguida de S. Tomé, 9:145\$505, Macau, 8:633\$140, Angola, 6:988\$386, Cabo Verde, 3:824\$870 e Moçambique, com uns modestos 1:337\$602.¹⁸⁶⁵

O estado quer aproveitar os “talentos dos filhos das Províncias Ultramarinas”, confiando no seu regresso à terra natal após a conclusão dos estudos, e apostando “que resistissem bem à acção do seu clima, em geral tão danoso aos europeus.” Conclui-se que seria mais útil e adequada a criação dos “fundamentos de instrucção” em cada província. Salvaguarda-se o Estado da Índia, em que existia “um systema de ensino, a que, segundo se diz, só falta o ser mais rigoroso, para ser mais útil”. Pelo decreto de 14 de Agosto de 1845, procura-se criar um sistema de instrucção primária nas várias regiões “que pouco deixaria a desejar, se tivesse sido posto em inteira execução”, mas que encontrou grandes dificuldades no seu desenvolvimento, a primeira das quais se destaca “o atrazo em que ainda se acha no Reino quanto respeita a instrucção primaria”.¹⁸⁶⁶

Pelo Alvará de 4 de Junho de 1771 incumbia à Real Mesa Censória a responsabilidade pela administração dos estudos das escolas menores do Reino e seus domínios ultramarinos, complementado, para estes últimos, com a carta de lei de 6 de Novembro de 1772 que estabelecia a existência de 24 mestres de Lei; 21 professores de Latim; 4 de Grego; 7 de Retórica; 4 de Filosofia.¹⁸⁶⁷

A primeira escola para ler, escrever e contar foi aberta na Província de Moçambique por Baltazar Pereira do Lago (1765-79).¹⁸⁶⁸ Ao Governador Francisco Guedes de Carvalho se atribui, em 1799, a criação da primeira aula de instrucção primária em Moçambique, na casa conventual de S. Domingos, na ilha do mesmo nome.¹⁸⁶⁹ Já no governo de Francisco Menezes da Costa (1797-1801), em 19 de Agosto de 1799 estabelecia-se a primeira escola oficial.¹⁸⁷⁰ As escolas de Quelimane e do Ibo, fundadas em 1818, conheceriam um funcionamento

¹⁸⁶³ *Id. Ibid.*

¹⁸⁶⁴ *Id. Ibid.*, pp. 402-403.

¹⁸⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 406.

¹⁸⁶⁶ *Id. Ibid.*, p. 402.

¹⁸⁶⁷ Ribeiro, 1910, p. 242.

¹⁸⁶⁸ Almeida, 1988, p. 41.

¹⁸⁶⁹ Bordalo, 1859, p. 159. Ribeiro, 1910, p. 242.

¹⁸⁷⁰ Almeida, 1988, p. 41.

irregular:¹⁸⁷¹ encontravam-se frequentemente regidas por naturais de Goa, ou sem professores, pela exiguidade de vencimentos auferidos.¹⁸⁷²

No ano de 1825, existiam em Moçambique dez clérigos, sete dos quais goeses.¹⁸⁷³ Depois dos primeiros esforços, a cargo dos missionários, os novos tempos do séc. XIX exigiam um crescente envolvimento do Estado.¹⁸⁷⁴

Em 1834, o governo liberal abolia por decreto as ordens religiosas. Esta medida implicava um aumento da sua responsabilização na acção educativa, pois sob

(...) o Governo Liberal, o Estado tomou o lugar das missões no campo da educação formal e os professores eram tanto leigos como padres seculares. Os leigos passaram a controlar a política nacional. Houve também tentativas para subtrair a educação à tutela da metrópole, por exemplo o decreto (1844) que se destinava a conceder às colónias de Cabo Verde, Angola e Moçambique o direito de organizar estudos de medicina e farmácia. Estas tentativas falharam, mas revelam, sem dúvida, uma nova mentalidade e o desejo de criar uma nova estrutura legal para a educação.¹⁸⁷⁵

A escola de Moçambique teria sido a única até ao tempo ao governo do Marquês de Aracaty (1837-38), que terá então fundado algumas outras escolas de instrução primária.¹⁸⁷⁶ O referido Marquês estava na origem da fundação de uma Escola de Primeiras Letras segundo o método de Lencaster.¹⁸⁷⁷

Em 1837 seguiria para Moçambique um professor de latim que, por não dispor de candidatos para o estudo dessa língua, se dedicaria ao ensino das primeiras letras.¹⁸⁷⁸ Pouco depois criar-se-iam mais duas aulas para meninas no Ibo e em Quelimane.¹⁸⁷⁹ São mandadas estabelecer escolas em todos os portos da Província em 1839.¹⁸⁸⁰

Decidiria o Governo de Sua Magestade, para “promover a Instrucção destes Povos”, em 2 de Maio de 1840 “que fossem mandados para Portugal 20 mancebos dos diferentes

¹⁸⁷¹ *Id. Ibid.*, p. 42.

¹⁸⁷² Bordalo, 1859, p. 159-160.

¹⁸⁷³ Ferreira, 1977, p. 60.

¹⁸⁷⁴ “Tal como em Angola também em Moçambique o único ensino que durante séculos os europeus ministraram às populações indígenas foi o resultante do apostolado missionário. Depois de várias tentativas, em especial durante o despotismo pombalino, quase sempre goradas, a primeira escola oficial, válida, foi estabelecida na capital – a cidade de Moçambique – em 1799.

Ao longo do séc. XIX foram-se criando em várias povoações mais importantes da província certo número de escolas primárias, como por exemplo em 1854, ano em que se criaram oito. Na nova capital – Lourenço Marques – também funcionou uma Escola Principal, com incipiente ensino secundário, que teve vida atribulada.” Boléo, 1973, p. 86. Johnston menciona, entre outras, duas primeiras fases na evolução histórica que pretende compor para explicar a herança colonial até à educação contemporânea em Moçambique: a “fase mercantilista” mercantilist phase, de 1500 a 1890; e a “fase concessionária” concessionary phase de 1890-1926. Johnston, 1989, p. 48. A estas suceder-se-iam: 3) a nationalistic phase from 1926 to 1965; 4) a final open-door phase of “imperialism on credit”. *Id. Ibid.*

¹⁸⁷⁵ Ferreira, 1977, p. 61.

¹⁸⁷⁶ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique* 1902, p. 84.

¹⁸⁷⁷ “É com satisfação que vos communico que principia a colher-se algum resultado dos esforços, que se têm empregado para promover a Instrucção Publica, que se achava em completo abandono. É ao fallecido Governador Geral, Marquez de Aracaty, que se deve o estabelecimento d’uma Eschola de Primeiras Letras em 1838, segundo o methodo de Lencaster, e bem assim aos meios, com que o Governo Provisório, que lhe succedeu, tem continuado a animar tão necessaria Instituição, auxiliando o Professor, que por seu zelo tem conseguido grandes vantagens, concorrendo alumnos de todos os Portos da provincia a frequentar aquella Aula, que já contava 86 matriculados em Fevereiro passado, havendo toda a esperança de que em breve ficarão promptos na Instrucção Primaria, e Bellas Letras. O Governo Provisório lembra a conveniencia da nomeação de um Substituto capaz, para preencher qualquer falta, e não se perder tão útil empreza. (...)” *Relatório do Ministério do Ultramar in Annaes Marítimos e Coloniaes*, 1841, pp. 205-206.

¹⁸⁷⁸ Ribeiro, 1910, p. 242.

¹⁸⁷⁹ Bordalo, 1859, II série, livro IV, p. 160.

¹⁸⁸⁰ “(...) abonando-se aos Professores o vencimento annual de quinhentos pannos de Lei.” *Relatório do Ministério do Ultramar in Annaes Marítimos e Coloniaes*, 1841, pp. 205-206.

Portos da Província para no Reino se applicarem áquelles estudos, para que mostrassem maior propensão.”¹⁸⁸¹

Em 1845, o ministro liberal José Falcão demonstrava intenção de estabelecer efectivamente escolas públicas nas colónias.¹⁸⁸² Do ponto de vista legislativo procurava traçar-se a arquitectura de um sistema de instrução colonial.¹⁸⁸³ O documento prevê a abertura das cadeiras necessárias para a instrução dos habitantes de cada província ultramarina. Caberia ao Governo, sob proposta do Governador, em Conselho, a criação de escolas.

Nelas, ensinar-se-iam as seguintes matérias: ler, escrever e contar; princípios gerais de moral, doutrina cristã, exercícios gramaticais, princípios de geografia “(...) e especialmente a noticia das diversas Províncias da Monarchia portugueza; História Sagrada do antigo e novo Testamento; História Portuguesa.”¹⁸⁸⁴ Antecipa-se a possibilidade de o Governo poder determinar o ensino de “outros objectos nos logares, e á proporção que o julgar conveniente.”

As cadeiras deveriam ser providas por concurso, tendo os candidatos de se mostrar hábeis em todas as matérias a ensinar, para além de cumprirem as exigências físicas e morais exigidas. Não existindo candidato digno de provimento vitalício, deveria sê-lo por três anos. A jubilação dos docentes atinge-se ao fim de 25 anos de bom serviço com ordenado por inteiro.

Pelo decreto de 14 de Agosto de 1845, previa-se a criação de uma escola principal em cada uma das províncias para o ensino de leitura, escrita, contar, doutrina cristã, princípios de geografia e história sagrada e portugueza, à semelhança do que acontecia nas escolas rudimentares, devendo ainda leccionar gramática, desenho linear, noções de geometria prática, escrituração mercantil, noções dos produtos naturais de cada província, e de física aplicada à indústria e de economia doméstica.¹⁸⁸⁵

Prevvia-se a existência de Escola Principal de Instrução Primária, para estudos mais aprofundados – nos lugares em que fosse considerada mais útil, em cada uma das províncias ultramarinas –, onde deveriam ser ensinadas, além das matérias leccionadas nas outras escolas, gramática portugueza, desenho linear, noções de geometria prática, escrituração, a notícia dos produtos naturais da Província que nela se fabriquem e que sejam ou possam ser objecto de indústria, comércio, ou de utilidade doméstica, noções de física aplicada à indústria

¹⁸⁸¹ *Id. Ibid.*, pp. 212.

¹⁸⁸² “(...) Joaquim José Falcão, ministro de estado da marinha e do Ultramar, publica um decreto (14 de Agosto de 1845) que estabelece o primeiro sistema coordenado de ensino fora da Metrópole. Na instrução primária consideram-se dois graus: um elementar e outro que corresponde ao ensino primário superior, com as escolas principais. Esboça-se um princípio de inspecção com o Conselho Inspector e tomam-se medidas para assegurar o recrutamento dos professores.” Azevedo, 1958, p. 122.

¹⁸⁸³ *Boletim do conselho ultramarino: legislação novíssima*, vol. I, ano de 1845, pp. 429-231. O mesmo documento foi objecto de publicação na *Colecção Official da Legislação Portuguesa – anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.

¹⁸⁸⁴ *Boletim do conselho ultramarino: legislação novíssima*, vol. I, ano de 1845, Lisboa, p. 429.

¹⁸⁸⁵ Bordalo, 1859, II série, livro IV, p. 160.

e á economia doméstica. O ensino caberia a dois professores. As cadeiras eram providas sem concurso “(...) em individuos que pela sua intelligencia, saber e moralidade sejam dignos do magisterio n’estas escolas.”¹⁸⁸⁶ A instituição visaria o fornecimento de elementos úteis e necessários à sociedade colonial.¹⁸⁸⁷ Em Moçambique, cada professor venceria 500\$000 réis anuais. Em caso de ausência de um deles prevê-se o recurso a um professor adido vencendo um terço do ordenado. A jubilação dos professores das escolas principais far-se-á com vinte anos de serviço. Para os casos de aposentação por incapacidade prevê-se, com seis anos de residência efectiva na Província, a atribuição de metade do ordenado.

A Escola Principal, em Moçambique, conheceria um percurso cheio de indefinições. Se a ideia era que ela constituísse uma forma de ensino secundário, tal desiderato viria a falhar.¹⁸⁸⁸

Em cada província deverá existir um Conselho Superior de Instrução Primária, com pelo menos três membros, residentes na província e nomeados pelo Governador “pelos seus conhecimentos e mais qualidades”, além do próprio Governador que será presidente do Conselho. Entre as suas competências figuram: presidir aos exames dos professores e decidir da sua aptidão, competência que pode ser delegada em dois dos seus membros; preparar regulamentos necessários para a instrução primária na província solicitando as providências que dependerem de resolução régia. Quanto ao Governo, deverá ordenar as providências requeridas para a execução do Decreto seguindo, tanto quanto for possível, a legislação geral sobre a instrução pública e, em especial, o decreto de 20 de Setembro de 1844.¹⁸⁸⁹

As tarefas de ensino desenvolvidas nas colónias até esta altura haviam estado a cargo das missões e destinar-se-iam a uma escassa minoria de brancos. No decreto era uniformizada a educação formal, que se deveria desenvolver em dois graus. O primeiro estaria a cargo das escolas elementares, o segundo grau seria objecto das escolas principais que deveriam ser implantadas nas capitais de Moçambique, Angola, S. Tomé e Cabo Verde.¹⁸⁹⁰

¹⁸⁸⁶ *Boletim do conselho ultramarino: legislação novíssima*, vol. I, ano de 1845, Lisboa, p. 430.

¹⁸⁸⁷ “The Principal School had a very practical end: to educate local boys to assume positions of leadership in commerce and the civil service.” Samuels, 1970, p. 22.

¹⁸⁸⁸ Pela ausência de equivalências com o ensino metropolitano e porque “(...) a fundação dos liceus não representava uma sequência natural dos graus primários, mas era uma imposição derivada de um começo de estabilização”. Azevedo, 1963, p. 116. Outros autores explicam também o fracasso das escolas principais com a ausência de equivalência. Belchior, s. d., p. 10. Adelino Almeida assinala o final formal desta “instrução intermédia” a 8 de Maio de 1869. Almeida, 1988, p. 46.

¹⁸⁸⁹ *Boletim do conselho ultramarino: legislação novíssima*, vol. I, ano de 1845, Lisboa, p. 431.

Registemos que “(...) a reforma de 1844 de Costa Cabral divide a instrução primária em dois graus. No primeiro aprender-se-ia a ler, a escrever e a contar, princípios gerais de moral, “doutrina cristã e civilidade”, exercícios gramaticais e princípios de corografia e história portuguesa. No segundo, para além de se complementarem os estudos do primeiro grau, aprender-se-ia gramática portuguesa, desenho linear, geografia e história geral, história sagrada do Antigo e Novo Testamento, “aritmética” e geometria com aplicação: à indústria, e «escrituração». (...)” Torgal, 1993, p. 618.

¹⁸⁹⁰ Ferreira, 1977, p. 61-62.

A importância da legislação, segundo Eduardo Ferreira, residia no facto de não estabelecer distinção legal entre africanos e europeus, “(...) o que estava de acordo com os princípios liberais de igualdade que proibiam qualquer espécie de discriminação.”¹⁸⁹¹

O decreto de Joaquim José Falcão constitui, pois, um verdadeiro marco do ponto de vista da legislação que enformava o sistema de difusão da instrução a implementar na colónia. A sua publicação introduzia alterações importantes com consequências no futuro da Instrução na Província.¹⁸⁹²

O edifício legislativo seria complementado com outras realizações de carácter mais ou menos pontual, como foi o caso das escolas regimentais, como o estabelecimento no distrito de Lourenço Marques de uma escola de instrução primária para militares e não militares, devendo ser regida por oficial ou oficial inferior vencendo, no primeiro caso, 6\$000 réis e no segundo 5\$000. Foi aprovada a sua instauração em decreto de 24 de Agosto de 1845.¹⁸⁹³

As tentativas de realizações de carácter «sistemático» contrastam com as dificuldades reais, espelhadas em certas visões limitadas das práticas a adoptar ou das medidas avulsas que se sucedem. Os signatários da proposta de criação de uma companhia com a denominação de *Luso-Africana-Oriental*, em 1853, comprometem-se a oferecer diversas condições, entre as quais figuram também “civilizar os cafres”, “promover a colonisação europêa e de indígenas”, “construir e edificar templos” e “estabelecer aulas”.¹⁸⁹⁴

Fundar-se-iam ainda escolas regimentais em Tete, na fortaleza de S. Sebastião em Moçambique e no presídio de Lourenço Marques, novamente, em 1855.¹⁸⁹⁵ Na cidade de Moçambique, a escola regimental no quartel do batalhão de infantaria funcionou desde essa data e foi reformada por portaria de 12 de Janeiro de 1858. Era regida por um alferes do corpo, na falta de capelão que assumisse o magistério, segundo as disposições do decreto de 13 de Janeiro de 1837.¹⁸⁹⁶

Em 1855 legisla-se, pois, no sentido de melhorar a situação da instrução na Província mediante o recurso às escolas regimentais, na ausência de outras soluções:

Sendo a instrução publica e particularmente a primaria uma das primeiras necessidades moraes do povo, e por isso um dos objectos que devem chamar mais a atenção de todo o Governo; achando-se esta Província em notável atrazo por este lado, por isso que faltam mesmo alguns dos poucos professores que estão autorizados, não

¹⁸⁹¹ *Id. Ibid.*, p. 62.

¹⁸⁹² Segundo Olga Neves, já funcionavam “(...) em Moçambique, mesmo antes da legislação de Joaquim José Falcão, escolas primárias na ilha de Moçambique (1799), em Quelimane (1818) e no Ibo (1818). Após o decreto de Falcão criaram-se escolas de ensino elementar em Inhambane (1856), Mopeia (1895) e, finalmente, em Lourenço Marques (1907). Em 1911 foi criado, também em Lourenço Marques, o primeiro estabelecimento de ensino secundário técnico, a Escola Comercial e Industrial 5 de Outubro, que foi transformada, em 1918, no primeiro estabelecimento liceal, o Liceu 5 de Outubro. Neves, 2001, pp. 562-563.

¹⁸⁹³ Paço, 25/04/1861. Carlos Bento Silva. *B.O.*, 2/10/1862, nº 9, p. 34.

¹⁸⁹⁴ *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa – 1890*, 1890, pp. 281-282.

¹⁸⁹⁵ Bordalo, 1859, p. 160. Ribeiro, 1910, p. 243

¹⁸⁹⁶ *Id. Ibid.*, p. 162.

havendo escola na villa de Tete nem em Lourenço Marques; havendo um só professor na Capital da Província, sendo a Praça de S. Sebastião como isolada da cidade, e havendo alli muita gente que precisa ser instruída, mesmo para se satisfazerem as necessidades da força armada debaixo d'este ponto de vista, a qual as suas obrigações de serviço impossibilitam de frequentar a escola regia; em quanto por outro modo se não providenciar: Hei por conveniente determinar, que o Commandante da villa de Tete, o Governador de Lourenço Marques, e o Commandante do Batalhão de Infantaria de Quartel na Praça de S. Sebastião estabeleçam cada um uma escola regimental, á semilhança das que existem no reino, dirigida por um sargento da respectiva força armada, e que esse Sargento vença uma gratificação de 100 rs. diários.¹⁸⁹⁷

A carência de indivíduos qualificados e aptos para o desempenho de funções do Estado é notória. Em Janeiro de 1855 e perante “(...) a extrema falta que ali há de Empregados habilitados, ou que possam habilitar-se para servirem nas differentes Repartições do Estado (...)”, aponta-se como providência a adoptar o envio de “(...) alguns rapazes da Casa Pia, que já tenham alguma habilitação, pelo menos a de ler e escrever (...)”, escolhendo-se até oito jovens “(...) aproveitáveis pelo estado de sua saúde, aptidão, e conhecimentos (pelo menos os de ler e escrever)”, devendo seguir na fragata D. Fernando, aproveitando a sua saída para aquela Província.¹⁸⁹⁸ Acabariam por ser indicados cinco alunos para embarque e apresentação ao Governador da Província.¹⁸⁹⁹

José Justino Botelho cita a abertura de escolas primárias, sem mais especificar, após 1851, na cidade de Moçambique.¹⁹⁰⁰ O mesmo autor fornece mais alguns dados sobre a instrução:

Em 1847 o governador Domingos Fortunato do Vale criou escolas de instrução primária nas principais terras da Província, pondo-as sob a direcção dum conselho de instrução constituido pelos funcionários mais cultos. Aos estorvos dêstes, e aos de outros juntaram-se os de Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que fundou um asilo para crianças do sexo feminino em 1853, e projectou a criação, que não pôde levar a cabo, dum liceu na capital, onde se ensinaria a gramática portugueza e a latina, as matemáticas elementares, a história, as línguas franceza e inglesa e a filosofia racional e moral. Em 1870, sendo governador da Província o major Francisco Maria da Cunha, instalou-se por iniciativa sua na capital, uma escola de artes e officios, que nos anos subsequentes prepara muitos alunos com a instrução profissional de diversos misteres, habilitando-os para os trabalhos de construção e para o fabrico de artigos de uso comum. Em 1883, o governador Agostinho Coelho criou a essa instituição rendimentos que contribuíram para a melhorar e animar.¹⁹⁰¹

O decreto-lei de 1 de Setembro de 1854 criara oito escolas de instrução primária, das quais uma em Sofala e outra em Sena, tendo esta última permanecido sem professor primário

¹⁸⁹⁷ B.O., 8/03/1856, nº 10, p. 37. Portaria do G.G. nº 380 de 8 de Outubro de 1855, assinada por Vasco Guedes de Carvalho e Menezes.

¹⁸⁹⁸ Lisboa, 12 de Janeiro de 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte official*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 107.

¹⁸⁹⁹ Lisboa, 13/03/1855. *Id. Ibid.* p. 138.

¹⁹⁰⁰ Botelho, 1921, p. 29.

¹⁹⁰¹ *Id. Ibid.*, p. 388-389. Efectiva e mais precisamente, a Escola de Artes e Officios abria em 1878 após algum tempo destinado à sua preparação.

desde 1859.¹⁹⁰² A portaria circular de 14 de Novembro de 1857 fixara a existência das escolas de primeira classe nos seguintes locais: na cidade de Moçambique, nas vilas de Sofala, Quelimane, Inhambane, Sena, Tete, Ibo e presídio de Lourenço Marques,¹⁹⁰³ pelo que em 1859 existiriam na Província oito escolas de instrução primária, incluindo uma do batalhão de infantaria nº 1 e a escola principal da cidade de Moçambique.

Os materiais eram distribuídos pelas diversas escolas segundo o princípio de que deveriam ser fornecidos gratuitamente aos alunos pobres e vendidos aos que os pudessem pagar.¹⁹⁰⁴ O mesmo decreto de 1 de Setembro de 1854 estipulava ainda a criação de três escolas de segunda classe, mas não indica os locais onde se deveriam implantar.¹⁹⁰⁵

Segundo diversos autores, é depois de 1855 que se inicia a criação efectiva de escolas primárias. As primeiras serão instaladas, no decorrer dos anos seguintes, em Moçambique, Ibo, Quelimane, Sena, Tete, Inhambane e Lourenço Marques. A portaria do Governo-geral de 14 de Novembro de 1857, publicada no Boletim nº 46, fixa os pontos para estabelecimento de oito cadeiras de 1ª classe de instrução primária que haviam sido determinadas pelo Decreto de 1854.¹⁹⁰⁶ As oito cadeiras de instrução primária deveriam situar-se: uma em Moçambique “(...) incumbindo ao respectivo professor as obrigações de substituir o Professor da escola principal e de ajudá-lo no ensino dos alunos; (...)”; uma no Ibo; em Quelimane; Sena; Tete; Sofala; Inhambane; Lourenço Marques.¹⁹⁰⁷ Sofala, em 1858, apesar da decadência em que se encontrava e das dificuldades crescentes do seu porto, dispunha, pois, de uma escola primária.¹⁹⁰⁸

Por portaria circular nº 1360, do Ministério do Ultramar de 20 de Dezembro de 1854, publicada no Boletim nº 42 do ano seguinte, os professores e mestras de instrução primária são isentos do pagamento de direito de mercê,¹⁹⁰⁹ por constar “(...) que em algumas Províncias Ultramarinas se exige que os Professores, e Mestras d’Instrução Primaria paguem Direitos de Mercê, não obstante a disposição da Carta de Lei de 19 d’Agosto de 1837, que inteiramente os isemptou de tal obrigação (...)”.¹⁹¹⁰

Em 1855, para o sexo feminino apenas existiriam duas aulas de segunda classe, em Moçambique (onde a mestra era directora do Asilo e leccionava apenas a quatro alunas, crianças desvalidas recolhidas no edifício de S. Domingos) e em Quelimane (situação que

¹⁹⁰² *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...*, 1902, p. 84.

¹⁹⁰³ Bordalo, 1859, pp. 161-162.

¹⁹⁰⁴ Ribeiro, 1910, pp. 244-245.

¹⁹⁰⁵ Bordalo, 1859, II série, livro IV, p. 162.

¹⁹⁰⁶ *Repertório alfabético de todas as leis decretos portarias do ministério e do governo geral de Moçambique...*, 1862, p. 36.

¹⁹⁰⁷ *B. O.*, 14/10/1857, nº 46, pp. 192-193.

¹⁹⁰⁸ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...*, 1902, p. 121.

¹⁹⁰⁹ *Repertório alfabético de todas as leis decretos portarias do ministério e do governo geral de Moçambique...*, 1862, pp. 36-37.

¹⁹¹⁰ *B. O.*, 20/10/1855, nº 42.

parecia diferente uma vez que antes da nomeação da mestra já ela instruía algumas alunas). Não existia ensino secundário.¹⁹¹¹

Numa inventariação dos funcionários públicos existentes na Província de Moçambique, publicada em 1859, referem-se para a Instrução Pública, na capital, Moçambique, a existência de um Conselho Inspector constituído pelo Governador-Geral, pelos vogais, bacharel João Caetano da Silva Campos, Luiz Carlos Garcia de Miranda, capitão José Maria Pereira d'Almeida, advogado Celestino Feliciano de Menezes, encontrando-se vago o lugar de Secretário; figuram como docentes: o professor da Escola Principal, Guilherme Henrique Dias Cardoso; a mestra de 1ª classe, D. Maria Júlia Pinto de Faria; a mestra de 2ª classe, D. Thereza Ludovina Gourgelt.¹⁹¹² Em Quelimane o professor de 1ª classe, Marcos António de Souza Belarmino.¹⁹¹³ Em Sena, o cargo de professor encontra-se vago.¹⁹¹⁴ Em Tete, o professor é Agostinho de Oliveira Barreto.¹⁹¹⁵ No Ibo, o professor da 1ª classe é simultaneamente presidente da câmara, José Victorino Alexandre de Brito.¹⁹¹⁶ Em Sofala, o professor é Francisco Sebastião de Souza.¹⁹¹⁷ Em Inhambane, João Caetano Dias.¹⁹¹⁸

Por portaria do Governo-geral de 4 de Outubro de 1860, publicada no Boletim nº 41 de 1860, é criada uma nova cadeira no distrito de Lourenço Marques a reger por oficial ou oficial inferior, com a gratificação de 6\$000 réis sendo oficial, ou 3\$000 sendo oficial inferior.¹⁹¹⁹ Por portaria do Ministério de 25 de Abril de 1861 publicada no Boletim nº 41 foi aprovada a escola que tinha sido estabelecida em Lourenço Marques, regida por um oficial ou sargento, com a gratificação correspondente.¹⁹²⁰

A 4 de Outubro de 1860 fora criada em Lourenço Marques uma escola de instrução primária (portaria provincial nº 1832) para os praças que dela necessitassem e para meninos e mancebos do país.¹⁹²¹ Seria fundada (por portaria provincial nº 32 de 11 de Fevereiro de 1870) uma escola de instrução primária no Mossuril.¹⁹²² Em 16 de Abril de 1875 era nomeado

¹⁹¹¹ Ribeiro, 1910, p. 245.

¹⁹¹² Gama, 1859, p. 137.

¹⁹¹³ *Id. Ibid.*, p. 143.

¹⁹¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 144.

¹⁹¹⁵ *Id. Ibid.*, p. 145.

¹⁹¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 137. Em Setembro, morre Maria, filha da cativa de José Victorino Alexandre de Brito, natural do Ibo, de menor idade, cristã. *B.O.*, 29/03/1862, nº 13, p. 62.

¹⁹¹⁷ Gama, 1859, p. 146.

¹⁹¹⁸ *Id. Ibid.*, p. 147.

¹⁹¹⁹ *Repertório alfabético de todas as leis decretos portarias do ministério e do governo geral de Moçambique...*, 1862, p. 37.

¹⁹²⁰ *Id. Ibid.*, p. 74.

¹⁹²¹ Ribeiro, 1910, p. 294.

¹⁹²² *Id. Ibid.*, p. 295.

um professor de instrução primária para esta última (portaria provincial nº 219 de 16 de Dezembro de 1875).¹⁹²³

Ainda em 1868, Sá da Bandeira sugere a implementação de uma escola visando a criação de uma elite local, para educação dos sobas e suas famílias, acompanhada de roupas e comida o que constituiria uma alternativa ao envio dessas crianças ou de algumas delas para Lisboa.¹⁹²⁴

Mesmo que do ponto de vista ideológico muitas sejam as opiniões em defesa de um ensino de tipo verdadeiramente «liberal», as resistências a vencer estão, desde cedo, muito presentes. Derivam das concepções que atacam as tentativas de implementar tal ensino, resultando de muitas visões que se não adaptam à ideia da possibilidade de estabelecimento de um ensino «liberal» e do próprio atraso do país colonizador. Mas estes importantes contratempos não significam a ausência de esforços, ainda que esbarrando com dificuldades, como o de 1869, quando

(...) Lisboa admitiu a necessidade de se fazer algo em prol da educação nas colónias e criou *conselhos inspectores de instrução pública*. No entanto, o conselho inspector da Ilha de Moçambique nada fez pelo desenvolvimento da educação nas cidades litorais e, na década de 1890 cessara praticamente funções. Os Portugueses acharam, simultaneamente, que necessitavam cada vez mais de trabalhadores instruídos. Assim, tiveram muitas vezes de recorrer à comunidade comercial indiana, e ficou claro que teriam de se criar algumas oportunidades de educação para a população *não indígena* das cidades. Em virtude da incapacidade da Igreja Católica, o governo decretou a criação de uma escola para raparigas e rapazes em Lourenço Marques, e somente em 1907 existiu uma estrutura legal para a educação. Entretanto, a lacuna nas instituições de ensino era preenchida pelos missionários estrangeiros, sobre os quais o governo não possuía qualquer controlo.¹⁹²⁵

Convém desde já assinalar que, apesar de quadros como o anteriormente exposto, a situação era, na realidade, bem mais complexa.

Independentemente da linearidade de algumas leituras quanto às medidas tomadas, importa sublinhar o alcance do decreto de José Falcão, constituindo a base de organização das escolas nas colónias, sendo complementado, unicamente, em 1869 com o decreto de Rebelo da Silva.¹⁹²⁶ Este último

(...) sujeitou todo o ensino público, por conta do Estado ou por particulares, à superintendência e fiscalização das autoridades responsáveis, definiu melhor as atribuições da inspecção, ampliou a competência e o número de vogais do Conselho Inspector, o grau elementar de instrução primária foi dividido em duas classes, separaram-se os sexos nas escolas e, nas escolas principais, foram introduzidas novas disciplinas entre elas o ensino de uma língua estrangeira – o inglês ou o francês.¹⁹²⁷

¹⁹²³ *Id. Ibid.*

¹⁹²⁴ Samuels, 1970, p. 23-24.

¹⁹²⁵ Olivier e Fage, 1980, p. 382.

¹⁹²⁶ Belchior, s. d., p. 10.

¹⁹²⁷ Souto, 1996, p. 316.

A realidade é, portanto, mais intrincada que a fornecida pela simples leitura da legislação promulgada. O panorama educativo alterar-se-ia sensivelmente – pelo menos de acordo com os normativos publicados – a partir desse ano de 1869, momento de publicação do decreto anteriormente citado, sendo Rebelo da Silva ministro da Marinha e Ultramar.¹⁹²⁸ Novamente apoiado nas missões, definia os diferentes tipos de educação a serem ministrados a africanos e «europeus». Em nossa opinião ainda subsiste, nessa altura, o espírito liberal que moldara a organização das escolas em Moçambique. Apesar da referência às missões (uma solução que dificilmente poderia ser descartada na conjuntura que se vivia localmente), o Estado continua a ter responsabilidades importantes no domínio da «instrução». Contudo, mais importante que isso, as muitas vozes que defendem um ensino diferenciado para negros e brancos ainda não encontraram as condições favoráveis para a instauração de tal princípio, condições que serão tanto mais propícias à medida que caminhamos para o final do século, especialmente quando a nova conjuntura, após 1895, permite a materialização das antigas ideias de segregação.

A escola *elementar* permanecia dividida em dois níveis. A frequência tornou-se obrigatória para os alunos que vivessem a uma distância inferior a 3 km da escola. Foram criadas escolas de “Costura” especialmente para as raparigas. As *escolas principais*, que tinham até então uma classe superior, passaram a ser consideradas escolas secundárias e incluíam, a título experimental, o ensino de línguas estrangeiras (Inglês, Francês e Árabe),¹⁹²⁹ aspectos cujo cumprimento, no caso de Moçambique, pelo menos na sua maioria, se não confirmam. Embora existam dois graus no ensino elementar, a frequência não obrigatória, o que motiva constantes queixas de vários professores. A situação específica das localidades de «domínio português» e a sua precariedade determinam as condições de funcionamento. As escolas de meninas, apesar das limitações do número de alunas são, curricularmente, mais que

¹⁹²⁸ O próximo marco legislativo, datado de 1869, seria da responsabilidade de Rebelo da Silva: “Antes de 1845 a educação dos filhos da burguesia mercantil cristã, esteve entregue, por certos períodos, a padres, professores particulares, escolas regimentais, professores pagos pelo Estado, que substituíam as escolas. A sua educação era completada pelo envio dos rapazes para o exterior. As filhas não recebiam qualquer educação escolar. As primeiras mudanças educacionais, com o envolvimento do Estado, foram introduzidas primeiro, pelo decreto de 14 de Agosto de 1845 de Joaquim José Falcão, que estabeleceu o regime de escolas públicas nas províncias ultramarinas e depois, com o Diploma de Rebelo da Silva, de 30 de Novembro de 1869 que o desenvolveu e completou. *Com o liberalismo triunfante a escola pública europeia irá transplantar-se para a África numa forma de instrução que pretendia colocar as populações indígenas no mesmo nível dos cidadãos das outras partes da monarquia*”.

Antes do decreto de Rebelo da Silva, em 1869, existiam escolas primárias na ilha de Moçambique, 1799, Quelimane, 1818, Ibo, 1818. Depois do decreto o número aumentou criando-se escolas do ensino elementar em Inhambane, 1856, Mopeia, 1895 e Lourenço Marques, 1907. Segundo Belchior, s. d., p. 11. Ver também: Souto, 1996, p. 315-316.

¹⁹²⁹ Ferreira, 1977, p. 62.

Ávila de Azevedo afirma que com o Decreto de Rebelo da Silva de 1869 “(...) começam a esboçar-se dois caminhos na educação em África: um, ligado à missionação, de ensino para indígenas, e o outro destinado aos europeus. (...)” Azevedo, 1958, p. 125. Refere ainda que se destacam: a intervenção do Estado e sua supervisão nas actividades educativas; currículos e programas mais minuciosos; divisão do grau elementar da instrução primária em primeira e segunda classes; obrigatoriedade da presença escolar desde que a escola se não encontre a mais de três quilómetros de distância; separam-se os sexos nas escolas; na instrução feminina introduz-se a costura; os compêndios deveriam ser oferecidos pelo governo da metrópole; regulamentaram-se os concursos das escolas elementares “*in loco*”; caberia aos inspectores a fixação, em cada província, do início e termo do ano lectivo e os períodos de férias. *Id. Ibid.*, pp. 125-126. Não nos parece, sobretudo, que o esquema legal tenha sido seguido de forma rígida em Moçambique onde a realidade se deverá ter sobreposto à legislação.

simples escolas de “Costura”, apesar do alcance relativamente baixo da sua acção pela reduzida frequência. É, no entanto, necessária uma análise caso a caso.¹⁹³⁰

O decreto de Rebelo da Silva de 30 de Novembro de 1869 marcava uma nova fase da instrução no território moçambicano, suficientemente importante para suscitar as críticas de quem via no ensino igual, para brancos e negros, um princípio a abandonar.¹⁹³¹

Os conselhos inspectores de instrução pública e os seus delegados são as principais autoridades do sistema idealizado e compõem-se de cinco vogais na Província de Moçambique, dos quais são considerados vogais natos os governadores-gerais, como presidentes e os prelados das dioceses ou os eclesiásticos que os substituírem, dois professores da escola principal e um cidadão de provada capacidade.¹⁹³² A sede dos conselhos inspectores é a capital das províncias. São competências dos conselhos: elaborar pareceres sobre assuntos relativos ao ensino; apontar as matérias de interesse e progresso para a instrução; opinar sobre a formação dos regulamentos do ensino público da sua localidade; informar sobre os conflitos de jurisdição e de competência entre os empregados da instrução pública; examinar faltas e incorrecções dos professores, propondo a sua suspensão ou demissão; decidir questões relativas a disciplina e prática escolar; exercer funções de inspecção sobre as escolas elementares; construir estatística anual das aulas e estabelecimentos da província – número de escolas, de professores, de alunos classificados segundo idade, sexo, «raça» e grau de ensino, matérias leccionadas, frequência, “capacidade absoluta e relativa” dos professores, aproveitamento dos discípulos. Compete-lhes ainda elaborar relatório anual, acompanhando a estatística das escolas e descrevendo o estado da instrução e as causas do seu atraso ou progresso, bem como as providências mais adequadas a adoptar. Estes elementos deverão ser apresentados até 30 de Setembro de cada ano e levados

¹⁹³⁰ Eis uma das visões sobre o assunto, apesar de preocupações marcadamente ideológicas: “Sem as instituições religiosas o ensino sofria igualmente um golpe de que só se poderia restabelecer muitas décadas mais tarde. (...)”

Logo que a administração metropolitana reata as suas atenções para os domínios africanos, sucedem-se as iniciativas e as medidas para recriar um ensino – uma instrução, como então se dizia – que pretende colocar as populações indígenas no mesmo nível dos cidadãos das outras partes da monarquia. Esboça-se assim a feição moderna, actual, poderíamos acrescentar, da Escola Portuguesa tal como ela se vai desenvolver nas províncias de África.

São as providências legislativas do governo do constitucionalismo (Joaquim José Falcão em 1845 e Rebelo da Silva em 1869) as primeiras que procuram estender ao Ultramar, no seu conjunto, a escola pública. Segundo as intenções expressas pelo último ministro, ela não pretendia nem sobrepor-se nem diminuir a obra missionária que se renovava por outros processos. De facto, vinha preencher um vácuo aberto pela extinção da Companhia de Jesus, cujos colégios funcionavam nos grandes centros.

Com o decorrer do tempo esboçavam-se dois sistemas ensinantes que se mantêm até aos nossos dias: enquanto as missões católicas se iam reinstalar junto das tribos do interior – e o «interior» significa a vida rural –, as escolas postas em funcionamento por Joaquim José Falcão e Rebelo da Silva destinavam-se à população que se havia convencido chamar «civilizada», ou, melhor, os «filhos da terra), como se designavam ao tempo. Conforme no-lo indicam as estatísticas da época, eram sobretudo frequentadas não tanto pelos brancos, ainda muito raros, mas pelos mestiços e pelos pretos que habitavam nas cidades e nas outras povoações importantes. (...)” *Id. Ibid.*, p. 114-115.

¹⁹³¹ *Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869*, 1870, pp. 599-606. Em comentário, Sousa Ribeiro cita uma nota-relatório de Ernesto Vilhena de 12 de Janeiro de 1907 em que este refere: “Nada se diz nesse decreto organico (o de 30 de novembro de 1869) do ensino de officios e de profissões nem sobre a forma de aproveitar os indígenas instruídos pela admissão aos cargos publicos. A noção do útil e do pratico escapava-nos ainda. Pensava-se muito no negro cidadão livre e eleitor de uma patria commum, estávamos todos muito embebidos das idéas libertarias e igualitárias das revoluções, para admittirmos o critério de que o ensino do negro deveria obedecer ao principio de fazer d’elle um útil instrumento da nossa empresa. (...)”. Ribeiro, 1910, p. 350.

¹⁹³² *Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869*, 1870, pp. 601-602.

ao conhecimento do governo local até 30 de Outubro. Os conselhos obrigam-se a reunir uma vez por mês, prevendo-se a possibilidade de sessões extraordinárias.

Aos governadores cabe a nomeação de juntas de inspecção locais compostas por um mínimo de dois vogais, incumbidas da inspecção fora da capital da Província. Podem ainda as juntas de inspecção local nomear delegados para as escolas que, pela distância ou dificuldade de trânsito, não possam por elas ser directamente inspeccionadas com a necessária assiduidade. As suas competências incluem: fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos; pontualidade do serviço escolar; visitar as escolas ou fazê-lo através de delegados seus; assegurar uniformidade dos compêndios adoptados; garantir a execução das regras disciplinares e policiais das aulas; organizar informações sobre a população escolar, averiguar capacidade e comportamento dos professores, aproveitamento dos alunos, informações que deverão ser remetidas até 30 de Novembro e 30 de Junho de cada ano aos conselhos inspectores de instrução pública.

As funções dos membros destes conselhos de inspecção pública são gratuitas e duram três anos, prevendo-se no entanto que sejam “premiados com testemunhos honoríficos”, compensação que abarca o serviço dos vogais das juntas locais de inspecção e seus delegados.

A população de cada província determinará o número de cadeiras de ensino primário elementar a criar. O ensino primário é dividido em duas classes. A primeira inclui: leitura; escrita, as quatro operações de aritmética em números inteiros e fraccionários;¹⁹³³ explicação e exercícios sobre o sistema de pesos e medidas; explicação de catecismo e doutrina cristã em um dia na semana, para os alunos da religião católica; a segunda: rudimentos de gramática portuguesa; rudimentos de história e de corografia portuguesa; aritmética e elementos de geometria com aplicação à indústria; primeiras noções de agricultura e de economia rural.

Os governadores podem, sob deliberação das juntas gerais e ouvido o conselho inspector de instrução pública, criar as cadeiras de ensino primário de primeira e segunda classe, uma vez que as juntas gerais de província votem os meios de acorrer ao pagamento do professor e da mobília escolar. Podem ainda ordenar o ensino de outras disciplinas nas escolas primárias de primeira e segunda classe.

As crianças de 9 a 12 anos devem frequentar a escola, cabendo aos governadores adoptar providências para que os pais e tutores as cumpram. Ficam isentados os que residem num raio superior a três quilómetros.

¹⁹³³ *Id. Ibid.*, 1870, p. 603.

Os delegados dos conselhos inspectores de instrução pública e os das juntas deverão visitar as escolas do ensino primário elementar nas épocas determinadas pelos conselhos e pelas juntas, examinando os alunos e passando atestados aos aprovados.

Para o sexo feminino deverão, nas capitais de província e de governos subalternos ou de distrito, existir escolas “aonde a sua criação for compatível”. O ensino feminino compreende: leitura; escrita; as quatro operações aritméticas em números inteiros e fraccionários; explicação do catecismo e doutrina cristã para as alunas da religião católica; e todos “(...) os trabalhos proprios do sexo feminino e applicaveis ao uso das classes menos abastadas”.

As escolas eram formalmente separadas por sexos, os professores escolhidos por concurso local. Neste domínio, os párocos reuniam pelas suas habilitações algumas condições favoráveis.¹⁹³⁴

Reconhecia-se a existência de diferenças entre os vários territórios ultramarinos, o que não equivale a qualquer reconhecimento das tradições e instituições africanas, já que, na prática, e nesse domínio, cada província apenas dispunha da faculdade de organizar o calendário escolar de acordo com especificidades locais.¹⁹³⁵

Segundo o decreto de 1869, os ordenados dos professores e mestras de 1ª classe serão, em Moçambique, de 93\$000 réis. Os de 2ª classe não podem ser superiores a 350\$000 réis. A jubilação, com ordenado por inteiro verificar-se-á com 25 anos de bom serviço, mas a ela apenas têm direito os professores com provimento vitalício, ainda que sendo contado o tempo que tenham leccionado com provimento temporário. Outro artigo das “Disposições geraes” estipula que os professores e mestras do ensino primário elementar em exercício conservam os ordenados que recebem, “sem differença ou diminuição”, mas os que lhes sucederem receberão somente os quantitativos expressos.

Cabe ao governo da Metrópole assegurar para a instrução primária no ultramar o número de compêndios necessário para a população escolar. Esclarece-se que o governo designará os compêndios tanto para as escolas de instrução primária elementar, como para as escolas principais, mandando redigir os livros adequados que depois de aprovados pela junta consultiva do ultramar constituirão os compêndios adoptados.¹⁹³⁶

As escolas principais “reorganizadas” deverão recrutar professores por concurso: com mais de 21 anos “ou, tendo qualquer titulo litterario, dezoito annos.”¹⁹³⁷

¹⁹³⁴ Um decreto de 1868 autorizara um pagamento especial aos padres que leccionem. Samuels, 1970, p. 23.

¹⁹³⁵ Samuels, 1970, p. 22.

¹⁹³⁶ *Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869*, 1870, p. 606.

¹⁹³⁷ *Id. Ibid.*, p. 604.

As escolas pouco frequentadas podem ser transferidas pelos governadores para outras localidades.

Em relatório de Luiz Augusto Rebello da Silva que acompanha o decreto, apontam-se alguns obstáculos sentidos até essa data na instrução do ultramar: atraso das populações; “repugnancias que inspira a modesta profissão do magistério em regiões afastadas e algumas inhospitas”; falta de remuneração condigna e pessoal habilitado.¹⁹³⁸ A isto se acrescenta a “diversa índole das nossas possessões”, a “diversidade das raças”, e o “flagello da escravidão que em perto de quatro seculos tanto concorreu para condensar as trevas e perverter os instintos” suscitando “aos melhoramentos intellectuaes embaraços, que a acção illustrada e perseverante dos poderes publicos só com o tempo logrará vencer.”¹⁹³⁹ Juntam-se as diferenças do clima, as distâncias, o estado das comunicações com a Metrópole e o interior, o grau de civilização relativa, e a necessidade de os povos se convencerem “(...) que os governos não devem representar para elles o papel de Providencia, e que a verdadeira regeneração há de nascer principalmente da força inicial e da educação dos povos, que saibam o que querem, e que queiram o que podem”.¹⁹⁴⁰

Ainda assim, procura-se valorizar o decreto de 1854, que tentava aplicar ao ultramar a reorganização do ensino público da Metrópole de 20 de Setembro de 1844, tendo criado “o número de cadeiras primarias correspondente á população assaz limitada”, criando uma escola principal em cada província para permitir a continuidade dos estudos das aulas primárias. Refere-se o estabelecimento em Moçambique, naquela altura – 14 de Novembro de 1857 –, de oito cadeiras de instrução primária de 1ª classe, constituindo-se nesse ano, o conselho inspector de instrução primária. Em portaria do Governo-geral dessa data, publicada no Boletim nº 46 desse ano, determinara-se a verba votada no orçamento de 1854-1855 para três professores de 2ª classe e para o pagamento de três professores de ensino simultâneo da língua árabe e portuguesa até aprovação do governo.¹⁹⁴¹ Por portaria do Governo-geral de 14 de Novembro de 1859, no Boletim nº 34 desse ano, são aprovadas algumas das providências das três portarias sobre instrução pública de 14 de Novembro de 1857.¹⁹⁴²

As juntas de inspecção e seus delegados, segundo o decreto de 1869, deverão ligar os diversos membros da instrução. Aponta-se como um dos principais problemas a falta de professores habilitados, acrescentando-se que não é a “falta de mestres aptos e dedicados,

¹⁹³⁸ *Id. Ibid.*, p. 599.

¹⁹³⁹ *Id. Ibid.*, 1870, p. 600.

¹⁹⁴⁰ *Id. Ibid.*, p. 600.

¹⁹⁴¹ *Repertório alphabetico de todas as leis decretos portarias do ministério e do governo geral de Moçambique, De execução permanente que se contem no Boletim Official da Província de Moçambique, dos annos de 1854 a 1860 Inclusive*, 1862, p. 36.

¹⁹⁴² *Id. Ibid.*, p. 36.

pouco para espantar nas possessões ultramarinas, quando no continente é tão custoso prover as cadeiras em individuos habilitados (...)”. Acrescenta-se de uma forma pragmática que pretendem

(...) com semelhante inferioridade copiar desde logo no ultramar todos os adiantamentos da Europa em matéria de ensino primário, quando o estado das aulas do interior é tão infeliz, que os mestres em geral apenas sabem ler e escrever mal, e as quatro operações arithmeticas, parece-me mais do que temeridade, e cuido que seria praticamente absurdo. O que os factos aconselham é que a instrução primaria se limite ao indispensavel, que não exceda por ora a capacidade dos mestres e as necessidades dos alumnos, e que deixemos ao tempo e á influencia de sisudos e perseverantes esforços a sua natural acção, sem entrarmos na empreza impraticável de querer que a impaciência invente os progressos, quando não há base em que elles se arreiguem.¹⁹⁴³

O citado decreto autoriza a acumulação do magistério com outro emprego que fosse compatível mediante uma gratificação não superior a dois terços dos ordenados das cadeiras, medida que, esclarece, tem por principal objectivo “ocorrer, até aonde for possível nos primeiros tempos, á falta de individuos competentemente habilitados para a regência das aulas e especialmente para a das cadeiras das escolas principaes.”¹⁹⁴⁴

Eduardo Ferreira cita Duffy para referir que por meados de 1870 a frequência total das escolas primárias em Moçambique era de 400 alunos e que não seria fundada nenhuma escola primária em Lourenço Marques até 1907. A documentação pesquisada e analisada ao longo da elaboração desta tese leva a rever estas informações e a situar a criação de escola em data anterior. Nota as observações de Mouzinho de Albuquerque em fim do século de que

(...) o sistema de ensino era absurdo e disparatado. Eternamente preocupadas com a assimilação à Metrópole, as escolas estavam espalhadas ao longo da costa; até no interior existiam escolas onde professores improvisados teimavam em fornecer a instrução primária às crianças nativas. A frequência nessas escolas, mesmo quando dirigidas por padres seculares, era muito reduzida; benefícios daí obtidos nenhuns. Mas, desde que as disposições fossem análogas às existentes em Portugal, o espírito de simetria liberal ficava satisfeito. As escolas eram uma ficção... A meu ver, o que nós temos a fazer para educar e civilizar o indígena é desenvolver de uma forma prática a sua capacidade para o trabalho manual e tirar proveito dele para a exploração da província.

A análise das afirmações de Mouzinho de Albuquerque denota que o que muda é, sobretudo, a noção do valor da instrução e, desse modo, os seus objectivos. O sistema seria «absurdo», sobretudo se o que se pretendia era, essencialmente, um ensino para os «nativos» que visasse o trabalho manual. Diminuir os esforços dos professores, mesmo quando «improvisados» tem de entender-se à luz das ideias de fim de século que procuram, desvalorizando as acções liberais, minimizando-as e ridicularizando-as, obter os meios de

¹⁹⁴³ *Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869, 1870, pp. 600-601.*

¹⁹⁴⁴ *Id. Ibid.*, 1870, p. 601.

força considerados necessários para submeter as possessões, de forma efectiva, sobretudo face às intensas pressões de outras nações europeias sobre as colónias e, em particular, da Inglaterra. Os meios colocados à disposição dos intentos educativos, embora escassos, eram comparáveis aos recursos de que outros sectores dispunham, o que no final do século era considerado como malbaratar meios que eram cruciais para uma efectiva presença portuguesa e domínio militar de Moçambique.

Sá da Bandeira focaria, em 1873, as potencialidades das relações de Moçambique com a Índia e Timor, referindo que de Goa poderiam ser enviados, entre outros, mestres de instrução primária, “(...) contanto que saibam bem a língua portuguesa.”¹⁹⁴⁵ Lembra a obrigatoriedade portuguesa de educar e instruir.¹⁹⁴⁶ Salienta algumas das medidas tomadas nos últimos trinta anos, tendo-se criado “(...) algumas escolas de instrução primaria para os dois sexos; deram-se gratificações aos parochos que quizessem ensinar as primeiras letras; fizeram-se diversas reformas relativas á instrucção publica, e organisou-se o collegio das missões ultramarinas.”¹⁹⁴⁷ Esclarece os requisitos para os mestres indígenas de primeiras letras em Luanda ou Moçâmedes – ler, escrever, contar e conhecimento do sistema métrico. Nas medidas que visaram melhorar a situação do clero ultramarino, enumera o aumento das cóngruas dos padres servindo em África e as gratificações adicionais para os que regerem cadeiras de primeiras letras.¹⁹⁴⁸

Gerard Pery referencia, em publicação de 1875, duas escolas na cidade de Moçambique – uma principal e uma primária de meninas.¹⁹⁴⁹ Nesse ano, Moçambique teria de facto duas escolas, uma do sexo masculino, com 14 alunos e uma do sexo feminino, com 4 alunas.¹⁹⁵⁰

Oliveira Boléo subscreve a opinião de Pery quanto ao «atraso» na instrução da província, “(...) e, desde logo, na própria capital”, indicando a existência, em toda a Província, de oito escolas primárias, frequentadas por um total de 226 alunos: Moçambique duas escolas

¹⁹⁴⁵ Bandeira, 1873, p. 111.

¹⁹⁴⁶ “Portugal, que possui os territorios da Africa e Ásia, que há seculos conquistou, tem o dever de promover a civilisação de seus habitantes; e para o conseguir é necessário educal-os e instruil-os. Varias medidas se têm tomado para esse fim nos últimos trinta annos; mas muito falta fazer.” *Id. Ibid.*, p. 125.

¹⁹⁴⁷ *Id. Ibid.*

¹⁹⁴⁸ “Em alguns relatórios de missionários europeus, ignorantes da lingua do paiz em que deviam funcconar, que, dos portos marítimos, haviam ido aos sertões, lê-se que elles baptisaram centos de negros. Suppor, porém, que estes indigenas foram convertidos ao christianismo, seria uma illusão.

Temos nas nossas colónias a experiência de seculos, que mostra que esta ignorância fora uma das rasões por que n’ellas foi tão limitado, em relação á população, o progresso do christianismo.” Mais acrescenta, como que em balanço: “Na Africa oriental portugueza, onde os jesuitas e os dominicanos possuiram boas propriedades e tiveram missões, e onde funcconaram muitos frades, mandados da Índia, a população está, com pouca differença, no mesmo estado de paganismo em que fôra achada por Vasco da Gama. E não consta que uma só escola fosse estabelecida ali por aquelles padres para o ensino dos habitantes.” *Id. Ibid.*, p. 127 e ss..

¹⁹⁴⁹ Pery, 1875, p. 374.

¹⁹⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 374.

com 19 alunos; Quelimane uma com 60; Tete uma, 32; Inhambane uma, 35; Sofala uma, 13; Cabo Delgado uma, 25; Lourenço Marques uma, 42. São 226 alunos no total das 8 escolas.¹⁹⁵¹

Rita-Ferreira comenta que custava a

(...) compreender como um homem com as responsabilidades governativas e intelectuais de Andrade Corvo tenha opinado em 1875 serem «suficientes para satisfazer as necessidades gerais» de Moçambique três professores de escola principal, onze professores de instrução primária e três mestras de meninas, quando se sabe que a maioria destes lugares ou estava vaga ou era desempenhada por párocos.¹⁹⁵²

Uma fonte de 1878 assinala, em curta e seca passagem, o fraco desenvolvimento da instrução na região, notando que o Estado disporia de quinze escolas públicas com um total de 400 alunos, das quais se enumeram Quelimane, com 120 alunos, ilha de Moçambique, 90, Inhambane, 50, e as outras, respectivamente com 20 a 30 alunos.¹⁹⁵³

O estabelecimento de escolas régias civis não dispensava, contudo, outras alternativas já experimentadas. Em 1878 voltam a focar-se as escolas regimentais defendendo-se que

(...) sendo da maior importância o derramamento da instrução entre os militares, não só com o fim de habilitar as praças de pret ao desempenho das funções de officiaes inferiores, como também no propósito de que a instrução ministrada nos corpos possa aproveitar aos individuos da classe civil das localidades onde esses corpos residem, os governadores das mesmas províncias vigiem muito particularmente, por si ou por delegados seus, que em todos os corpos das guarnições haja escolas regimentaes, como determina o artigo 17º do decreto de 2 de Dezembro de 1869, e se dê inteira execução ao regulamento para as mesmas escolas, publicado na ordem do exercito nº 5 de 5 de Março de 1862.¹⁹⁵⁴

Na adaptação de 1880 ao Regulamento de 1878 dos contratos de serviçais e colonos, para Moçambique, estabelece o artº 62º que os “(...) patrões que tiverem ao serviço domestico menores do sexo masculino de 7 a 15 annos serão obrigados a mandal-os a eschola nocturna que houver na localidade (...)” E na cláusula seguinte lembra-se que as escolas promovidas segundo “(...) o artigo 105 do regulamento geral de 21 de Novembro de 1878, ou qualquer outras que para o mesmo fim forem creadas pelos patrões, serão em tudo subordinadas às condições do mesmo regulamento geral, bem como às condições especiaes que para as escolas publicas forem adoptadas na província.”¹⁹⁵⁵

Em 31 de Março de 1879, sendo “de reconhecida vantagem a criação de uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino, na villa de Inhambane”, é sustentada uma cadeira de instrução primária do sexo feminino, “sendo o ordenado da professora designado

¹⁹⁵¹ Boléo, 1951, p. 281.

¹⁹⁵² Rita-Ferreira, 1989, p. 337.

¹⁹⁵³ Bulhões, 1878, p. 113. Comenta o autor: “On voit, d’après cês chiffres, que la soif de l’instruction n’est pás ce qui tourmente le plus les indigènes de l’Afrique Orientale ». *Id. Ibid.*

¹⁹⁵⁴ B.O., 4/11/1878, pp. 254.

¹⁹⁵⁵ Regulamento Provincial para a Execução na Província de Moçambique, do Regulamento decretado em 21 de Novembro de 1878 para os Contratos de Serviçais e Colonos na África Portuguesa. B.O., 6/12/1880, nº 49, p. 252.

no orçamento para as mestras de meninas e pago pelo remanescente da verba votada no orçamento para o ordenado do professor, visto que na dita villa é incumbido o magistério ao parocho da freguezia, ao qual é só abonado parte do vencimento dos professores que não accumulam estes dois cargos.”¹⁹⁵⁶ Foi nomeada interinamente, por portaria nº 47, a professora D. Josepha Barreto da Gama.¹⁹⁵⁷

Segundo o relatório do Governador do distrito de Lourenço Marques existe, em Fevereiro de 1882, apenas uma escola em todo o distrito. É um estabelecimento para o ensino primário masculino, mantido pelo cofre do distrito, apesar do estipulado na portaria do governo-geral de 14 de Novembro de 1857 que atribuía à câmara municipal a despesa com mobília, aluguer de casa e outros aspectos. A falta de recursos da câmara obrigara à solução adoptada.¹⁹⁵⁸ Não se cumpria, portanto, o determinado pelo officio do Ministério da Marinha e Ultramar de 5 de Fevereiro de 1880, que estipulava a existência de duas escolas.

No *Relatório do Governo de distrito de Lourenço Marques referente ao ano de 1885 a 1886*, mostra-se o movimento da Escola, no mapa de frequência do sexo masculino regida pelo pároco da freguezia da villa,

único estabelecimento d’instrucção existente no districto” e frequentada, em média, por 24 alumnos, “numero limitadissimo em relação á população.

O logar de professora d’instrucção primaria do sexo feminino esteve apenas preenchido proximaemente 82 dias e durante esse tempo não houve frequencia alguma.¹⁹⁵⁹

O professor Adriano Augusto Gomes de Faria, em 1 de Junho de 1881, explica que existe, no local, uma escola pública e salienta a necessidade de ali ser criada uma escola feminina.¹⁹⁶⁰

No *Relatório do Distrito de Sofala referido ao ano económico de 1886-1887 de 8 de Agosto de 1887*, o Governador Jorge Pinto de Moraes Sarmento refere o funcionamento de três escolas de instrução primária no distrito de Sofala: um do sexo feminino e outra do masculino em Chiloane, e uma do sexo masculino em Sofala.¹⁹⁶¹

No ano económico de 1887/1888, o *Relatório do distrito de Sofala* na sua parte III refere que no distrito têm funcionado quatro escolas: duas em Chiloane – uma do sexo masculino, frequentada por 9 alumnos; outra do feminino por 15 alunas; em Sofala existe uma do sexo masculino frequentada por cerca de 37 alunos; e na Beira uma outra cuja frequência era de 22 (tendo esta última começado a funcionar em Dezembro sob direcção do alferes

¹⁹⁵⁶ B.O., 31/03/1879, nº 13, p.82.

¹⁹⁵⁷ Id. Ibid.,

¹⁹⁵⁸ B.O., nº16, 8/04/1882, pp. 150 e 151.

¹⁹⁵⁹ Id. Ibid.

¹⁹⁶⁰ Chiloane, 1/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7

¹⁹⁶¹ B.O., 24/09/1887, Nº39, pp. 437 e 438.

Augusto Cezar da Silva Oliveira comandante do destacamento). Nas restantes escolas os professores são nomeados por portaria.

A comissão municipal melhorou as condições d'estes ultimos arbitrando-lhes gratificações para poderem morar em casas proprias para escolas; mas a concorrência dos alumnos pouco augmentou, parecendo-me que esta instrucção deve ser obrigatoria, sem o que não se desenvolverá o conhecimento da lingua portugueza.— No districto poucos são os pretos que fallam portuguez, e os muzungos que sabem a nossa lingua só a empregam nas suas relações com europeus, e nas repartições, que é quando absolutamente não podem deixar de a fallar.¹⁹⁶²

Invocando a exposição do Governador de Sofala quanto à necessidade de estabelecer uma escola de instrução primária naquela vila, o Governador-Geral Agostinho Coelho nomeia o professor Paulino Cassiano da Costa Correia exonerando-o do lugar de guardafiscal de 2ª classe, em 8 de Julho de 1882.¹⁹⁶³

Em 1895, na Beira, a 3 e 15 de Julho abriram-se duas novas escolas primárias, a primeira do sexo masculino, baptizada *Tito de Carvalho*, e a segunda, do sexo feminino, *Oliveira Martins*. Também a 15 de Julho abria uma nova escola do sexo feminino em Sofala, *Marqueza de Fontes*.¹⁹⁶⁴

Em 1896 estabelecia-se uma Missão religiosa na Chupanga, no Zambeze, e uma escola onde, para além da muito grande frequência, os alunos aprendem o ofício de sapateiro. Na sua filial do Motundo, a 5 Km da Beira, os missionários franciscanos fundam uma pequena escola. Em 1900 abriu nova escola em Macequece, regida pelo pároco e pago pelo governo do território. Com a Companhia abriram-se mais cinco escolas (quatro da sua responsabilidade), passando o território de três para oito escolas, sendo a frequência irregular pela “fatal preguiça do indígena”, de professores habilitados e de actividade inconstante.¹⁹⁶⁵

A frequência de escolas do sexo masculino no território da Companhia era, em 1900: Sofala, 18; Chiloane, 6; Beira, 32; Sena, 20; Chupanga, 45; Macequece, 6. Quanto às escolas do sexo feminino, encontravam-se fechadas por falta de professora; a sua frequência fora, em 1899: Sofala, 10; Beira, 15. A Companhia comprara, em 1899, uma casa para a instalação de escola em Sena. Esclarece que nenhum distrito tem tão grande número de escolas. Claro que o objectivo da fonte é elogiar a acção da Companhia.¹⁹⁶⁶

Em 1898, Eduardo da Costa menciona que a

¹⁹⁶² B.O., 22/09/1888, n.º 38, página 585.

¹⁹⁶³ B.O., 8/07/1882, n.º 29, p. 222. A Paulino Correia se refere Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva em termos comprometedores sugerindo a sua convivência em actos relacionados com o roubo de um Cutter inglês, em 1877, após o assassinio da tripulação “(...) sendo certo que antes de taes acontecimentos, achava-se este empregado empenhado em mais de quatro contos de reis, n'este districto, e posteriormente teve meios, não só para mandar construir, um Batel, como para em todos os leilões figurar como o mais abastado arrematante (...)”. Silva, 1998, p. 291.

¹⁹⁶⁴ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...*, 1902, p. 239.

¹⁹⁶⁵ *Id. Ibid.*, p. 239. A mesma data de abertura da escola em Macequece é apontada em Ribeiro 1910, p. 342-343.

¹⁹⁶⁶ *Id. Ibid.*, p. 239.

(...) *Instrução* no Districto, a que só, por euphemismo e rotina, chamo *publica*, reduz-se ás escolas primarias, regidas pelos parochos, á Escola de Artes e Officios e ao Instituto Leão XIII. O Commissario Régio Mousinho extinguiu a chamada Escola Principal, absolutamente inútil por falta de professores e discípulos, e no orçamento do anno de 1897-98, desapareceram as escolas regias de ambos os sexos ainda existentes.¹⁹⁶⁷

Triunfa toda uma concepção que visa delimitar, de forma definitiva, quaisquer pretensões de uma «educação liberal» para negros. Os missionários serão um precioso instrumento para este desiderato.

Foca ainda a baixa frequência, “máxima de 6 a 8 alumnos”, e, se aos párocos missionários incumbia a missão de ensinar, não tinha lógica a duplicação, “tanto mais que os sacerdotes, pelos seus estudos e carácter, offerecem naturalmente, maiores garantias de seriedade que professores régios, com 20\$000 réis de ordenado, em Africa”.¹⁹⁶⁸ Comenta que as aulas dos párocos eram quase tão pouco frequentadas como as dos professores régios de que exceptua, referindo-se a 1898, a aula de Angoche restabelecida nos princípios desse ano com frequência de mais de vinte alunos. Compara os magros resultados com os das escolas livres maometanas, comparação que se traduz numa via fácil para denegrir os eventuais anteriores esforços liberais.

Sobre a Escola de Artes e Officios, destaca os seus serviços pelas oficinas de sapataria e alfaiataria, sendo alguns dos seus pupilos utilizados como aprendizes nas oficinas do extinto Arsenal, das Obras Públicas e da Imprensa.

Eduardo da Costa opina sobre a instrução e o seu papel na Província, declarando que ela se deve “limitar, por agora, ao ensino *profissional e elemental*”, tanto mais que intentar

dar educação litteraria á massa geral dos indigenas, nem mesmo chega a ser uma boa utopia. Que farão elles desses conhecimentos? Pelo contrario, a província, a civilização e elles proprios, todos teem a ganhar com a sua aprendizagem das artes manuaes, como carpintaria, serralharia, agricultura, etc., mas a isso se deve reduzir a instrução profissional e mal irá se a quizerem transformar em artes de ornamentação ou cousa idêntica.

A instrução elemental deve servir para habilitar os filhos do paiz, sobretudo os mestiços, aos pequenos empregos publicos e commerciaes, para os quaes não é fácil, nem conveniente, arranjar europeus.”¹⁹⁶⁹

Coloca ao nível da beneficência pública a Escola de Artes e Officios, o Instituto Leão XIII dedicados à instrução e o Hospital Civil e Militar para tratamento de indigentes. Este seu raciocínio é esclarecedor quanto à arrumação dos africanos em certas instituições, cuja

¹⁹⁶⁷ Costa, 1902, p. 46.

¹⁹⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 47.

¹⁹⁶⁹ *Id. Ibid.*, pp. 47-48.

vocação é clara. Critica ainda a Misericórdia por só tratar, “e mal”, de algumas festividades religiosas.¹⁹⁷⁰

Álvaro de Castro, num texto muito importante para a compreensão do ensino em Moçambique no primeiro quartel do século XX, foca alguns aspectos que se referem à evolução do panorama educativo em períodos anteriores,¹⁹⁷¹ tais como

(...) a obrigação do Estado colonizador é instruir e educar a infância indígena, masculina e feminina, é necessário assentar primeiro na orientação a dar á instrução de modo a não se criar uma legião de desclassificados que, afastando-se da sua sociedade pelo motivo da educação obtida, não encontram na sociedade em que ingressam os meios de aproveitar a sua energia, conforme aos elementos de trabalho que a escola lhes forneceu.

Foca o objectivo primordial da expansão da língua, salientando que “(...) para este efeito é necessário abandonar os programas até hoje adoptados, que são os mesmos das escolas continentais, criando um sistema mais simples e mais ao alcance dos indígenas.”¹⁹⁷² Propõe, para esse efeito, que as escolas inferiores sejam dirigidas por professores indígenas oriundos das escolas oficiais do estado. Sugere a escola como “campo de aplicação” virada para a realidade.¹⁹⁷³ Devem-se obrigar as autoridades cafreais a saber ler e escrever o português, criando “(...) uma classe que exercerá uma influencia civilizadora na massa indígena, como poderão ser ótimos auxiliares na propaganda por meio de livros adequados, escritos em língua portuguesa e indígena.”¹⁹⁷⁴ Pretende-se uma educação que enquadre o indígena no Império, limite eventuais aspirações, arrumando os africanos no lugar que lhes é destinado.

Mas também os métodos usados por alguns missionários merecem reparos vigorosos. No início do séc. XX, uma comissão enviada da Metrópole traça o seguinte retrato negativo da instrução na Província, começando pela

(...) deficiência enorme de escolas primarias. Ao todo, fora de umas três ou quatro bem regidas e bem instaladas, haverá mais uma dúzia deficientes de material e instalação. Servem de professores padres ordenados no colégio das missões ultramarinas de Sernache e alguns d’estes mestres, tendo mais empenho em fazer proselitismo, mais seguro caminho das boas graças prelaticias de que dependem, gastam o melhor tempo das lições ensinando o Padre Nosso em macua ou catecismos e doutrinas e, não tendo uma alta noção de seu serviço, falam aos seus poucos alunos a mesma linguagem incorreta de moleques que estes nos falam a nós. Por estes processos nada fazemos no caminho de integrar o paiz em uma civilização mais avançada, o que nos seria

¹⁹⁷⁰ *Id. Ibid.*, p. 48.

¹⁹⁷¹ Para além da sua concepção de defesa de instrução para indígenas e europeus, refere, antes de comentar o orçamento de 1916-17, que a “(...) instrução dos indígenas tem de ser guiada por um critério essencialmente prático, de harmonia com as possibilidades que a Província oferece à sua actividade. Não me parece razoável a criação de letrados, mas antes a preparação de mestres operários facilmente aproveitáveis e permitindo ao indígena avaliar, sem grande esforço, a utilidade do ensino ministrado, atingindo rapidamente os benefícios da civilização em que pretendemos integrá-lo.” Castro, s.d., p. 11.

¹⁹⁷² *Id. Ibid.*, p. 82.

¹⁹⁷³ Castro, s.d., p. 83.

¹⁹⁷⁴ *Id. Ibid.*, p. 83.

proveitoso, além de outras razões pela elevação de receitas, nem a nossa lingua se fixa como testemunho perdurável do nosso senhorio.¹⁹⁷⁵

Em 1910, a necessidade dos novos tempos aponta para a exigência de separar o serviço eclesiástico da instrução.¹⁹⁷⁶ Sempre salientando a importância de aproveitar bem os recursos financeiros escassos assinala-se que existe apenas uma escola oficial de instrução primária para mais de 2 000 000 de habitantes.¹⁹⁷⁷ Só em 1911 surgiria em Lourenço Marques o primeiro estabelecimento de ensino secundário, a Escola Comercial e Industrial 5 de Outubro que, em 1918, se transformaria em Liceu 5 de Outubro.¹⁹⁷⁸

Há uma alteração política clara no final do século XIX que o contexto internacional vem reforçar, evidenciando a força e o domínio militar como o instrumento por excelência da posse do território. A instrução dos autóctones passará a ser articulada com este desiderato. Estes são alguns dos fundamentos do discurso de diversos militares que vêem no ensino um instrumento limitado, tendo como fim a dominação, pelo menos se comparado com a força.

À medida que caminhamos para o final do séc. XIX começam a empalidecer os ideais liberais que preconizavam uma educação igual para europeus e africanos e que é constatada nas frequências das escolas existentes. À ideia de uma educação comum vai-se impondo a de uma educação diferente, desigual.

Questionava-se a política liberal para as colónias nas suas diversas vertentes¹⁹⁷⁹ nos muitos textos de responsáveis da época: a pacificação crescente de certas zonas; o desejo de desviar emigração europeia para África, que deveria ocupar certos postos da administração; a reserva dos trabalhos duros para os africanos; o reconhecimento nestes últimos da incapacidade e da menoridade face aos primeiros, institucionalizando-a; o domínio através da educação e do currículo idealizado.¹⁹⁸⁰ Clamam certos responsáveis pela necessidade de pôr fim “às utopias de toda a espécie” intentadas” quando os liberais e o “sistema representativo” começaram a vigorar em Portugal.¹⁹⁸¹

É de salientar que a partir de 1885 a situação muda em relação à posição do colonizador perante as famílias mestiças e de negros que deixa de poder aceder (mesmo

¹⁹⁷⁵ Borges, 1912, pp. 35-36.

¹⁹⁷⁶ Andrade, vol. V, 1910, p. 282.

¹⁹⁷⁷ Haveria pois que aproveitar, pelo escasso número de escolas existentes, as particulares e missionárias, católicas e protestantes e o pessoal de que dispõem, também nas tarefas do ensino. *Id. Ibid.*, p. 284.

¹⁹⁷⁸ Souto, 1996, p. 316.

¹⁹⁷⁹ Procuravam inculcar-se novos e inequívocos objectivos à política colonial ante o que alguns classificam como “resultados pouco felizes dos liberais.” Papagno, 1980, p. 79.

¹⁹⁸⁰ “Nos finais do século XIX, começaram a surgir vozes que se opunham às ideias liberais de igualdade de sistemas educacionais para indígenas e “civilizados”. Tendo em conta que os “povos primitivos” não podiam tornar-se civilizados senão lentamente, e que a população das colónias era composta de elementos uns “civilizados” e outros “primitivos”, começaram então a delinear-se (e depois instituídos) dois sistemas: um para africanos e outro para os “civilizados” (europeus e assimilados). Além do aspecto rático que essa educação começou a ter, a educação para os africanos devia estar voltada sobretudo para a formação de trabalhadores manuais.” Souto, 1996, p. 316.

¹⁹⁸¹ Mouzinho, 1899, p. 27.

quando de forma limitada) a um conjunto de posições sociais decorrentes das suas funções comerciais e mesmo no funcionalismo e administração colonial. Essas posições tenderão a ser preservadas para a imigração branca,¹⁹⁸² medidas coerentes com as posições teóricas defendendo uma educação desigual para brancos e negros que vinham sendo maturados, tendentes a reservar os trabalhos manuais para os negros e o embaratecimento, através da legislação, dessa força de trabalho.¹⁹⁸³ A campanha de 95 culminará na “confiança na força própria com que podemos debellar as dificuldades do domínio interno da colônia.”¹⁹⁸⁴

Em 1900 podia escrever-se que “(...) n’aquellas regiões da Africa não há necessidade de importar braços que trabalhem; mas cabeças que pensem.”¹⁹⁸⁵

Nesta linha estratégica, não é de estranhar que se sublinhe a necessidade de recorrer aos religiosos para as tarefas educativas, até porque, como anota ainda Eduardo Ferreira, os decretos de 1845 e 1869 não excluía a possibilidade de apoio ao trabalho dos missionários. Existe a dupla intenção de ataque à política liberal que procurara salientar o papel do Estado – apesar das limitações que, naturalmente, demonstrou, por um lado, defendendo-se a entrega aos religiosos da instrução, por outro, esta seria virada para as actividades do trabalho e sem grandes preocupações ao nível da instrução teórica.

Salientemos ainda que as críticas à baixa frequência de alunos obtida pelos esforços liberais têm de ser analisadas caso a caso, localidade a localidade e enquadradas numa visão que considere as dificuldades de implantação a outros níveis – administrativo, económico, assistencial e militar – que a actividade educativa mais não poderia fazer que acompanhar, apesar de, também há que dizê-lo, alguns dados de frequência em certas localidades apresentarem números interessantes, que o são ainda mais se se considerar a realidade metropolitana, extremamente pobre, no tocante às necessidades da educação e aos resultados obtidos com o esforço educativo.¹⁹⁸⁶

A intenção política do ensino criado na segunda metade do século XIX produz os seus frutos algum tempo mais tarde, quando as condições da presença portuguesa na Província se sedimentam. Os teóricos reforçam a ideia de que para os indígenas devia ser ministrado o

¹⁹⁸² *História de Moçambique*, vol. 3, 1993, p. 13. Discriminação que teria encontrado a resistência dos comerciantes asiáticos estabelecidos que mantiveram as suas vantagens – contactos, acesso a capitais – no controlo do comércio, para além de firmas estrangeiras que mantêm a sua preponderância no comércio com os países vizinhos. *Id. Ibid.*, p. 14.

¹⁹⁸³ *Id. Ibid.*, p. 15.

¹⁹⁸⁴ Mouzinho, 1899, p. 36. O mesmo autor distinguirá o que considera a diferença entre *civilizar* e *funcionalizar* os povos. Explicita que *funcionalizar* é aplicar as nossas leis, regulamentos e “complicadas engrenagens administrativas” o que é bem diferente de *civilizar*. *Id. Ibid.*, p. 92. Haveria que recorrer à força dos exércitos considerados na sociedade portuguesa “(...) pela minoria de políticos que monopolisa o poder, como instrumentos uteis para manter a ordem, mas instrumentos perigosos” que em desfavor dos primeiros poderiam “perturbar a actual ordem de cousas, única que lhes permite fruir os proventos do poder e gosar as vaidades do mando”. *Id. Ibid.*, p. 94.

¹⁹⁸⁵ Feio, 1900, p. 154.

¹⁹⁸⁶ Eduardo Ferreira, reportando-se ao norte de Angola, província que apresenta diferenças e que ressalta a necessidade de considerar a situação de cada colónia na sua individualidade: “Desenvolveu-se um determinado modelo educacional. As áreas densamente povoadas e os centros administrativos dispunham de escolas oficiais e particulares para os brancos, enquanto que os africanos das zonas rurais dispunham sobretudo de escolas das missões. Os dois sistemas eram, em princípio, totalmente separados.” Ferreira, 1977, p. 61.

ensino profissional, formando para o trabalho, especialmente para as tarefas que os portugueses não podiam ou queriam assegurar, mais exigentes em força que em reflexão, mantendo os negros nas posições de trabalho mais servis.¹⁹⁸⁷

No domínio das instituições privadas, a Maçonaria criaria as Escolas 1º de Janeiro em Lourenço Marques.¹⁹⁸⁸ A Sociedade de Instrução e Beneficência 1º de Janeiro é fundada em 1898, mantendo “um fundo exclusivamente destinado a actos de beneficência”. Terá sido a primeira escola primária diurna e nocturna particular na cidade de Lourenço Marques.¹⁹⁸⁹ No Boletim Oficial de sábado, 18 de Março de 1899, são aprovados os estatutos da Sociedade Recreativa 1º de Janeiro, com fins recreativos, culturais e de instrução.¹⁹⁹⁰ Quanto a esta última, no capítulo IV, artº 14º, estabelece-se que “(...) terá um gabinete de leitura no qual serão facultados aos sócios, livros, jornaes e manuscritos com recursos próprios ou por donativos particulares.”; segundo o artº 15º dever-se-iam promover “(...) conferencias, sessões, etc., para as quaes poderão ser convidados indivíduos extranhos à sociedade e que se prestem a coadjuvar nisso a direcção.”; o artº 16º, estipula que assim “(...) que as circumstancias o permittam estabelecer-se aulas diurnas e nocturnas para os sócios e seus filhos, podendo, em quanto a sociedade não possa viver desafogadamente, estabelecer-se uma pequena mensalidade que primitta recorrer ás despesas que esta organização acarretar.; segundo o artº 17º, a sociedade “(...) procurará, por todos os meios ao seu alcance e compatíveis com as suas forças, desenvolver as faculdades moraes dos seus associados, por meio da instrucção.”¹⁹⁹¹ A Associação 1º de Janeiro organizava também várias actividades no domínio da instrução, auxílio mútuo e propaganda republicana.¹⁹⁹²

No ano de 1900, a Loja «Cruzeiro do Sul» é a primeira organização maçónica no território, a que se seguiria em 1903 a Loja «Primeiro de Janeiro».¹⁹⁹³

¹⁹⁸⁷ Souto, 1996, p. 316.

¹⁹⁸⁸ Maçonaria cuja acção na colónia remonta a 1840 e que o autor classifica como “(...) a mais importante realização no campo do ensino levado a cabo na colónia até à data e uma das mais importantes de todo o período colonial”. Rita-Ferreira, 1985, p. 56. Ilídio Rocha situa o início da actividade e influência da Maçonaria em Moçambique onde fundaria as “primeiras escolas primárias com professores diplomados”, no ano de 1891. Rocha, 2000, p. 56. Sobretudo a partir de 1880, segundo o mesmo autor, alguns maçons estariam na base da dinamização de uma burguesia colonial “disposta a fixar-se e a criar as infra-estruturas” necessárias. “(...) Veremos esses homens a fundar as Escolas 1º de Janeiro, em 1891, as primeiras escolas de Lourenço Marques com professores habilitados e que tinham a particularidade de aceitar alunos «sem nenhuma distinção de raça, nacionalidade ou sexo». Particularidade que, sendo escandalosamente inovadora junto da fronteira do racista Transval, era-o mais ainda numa terra onde a Igreja Católica discriminaria ainda por muitos anos os não brancos, mesmo que católicos praticantes, não permitindo que entrassem nas suas escolas. Rocha, 2000, p. 80.

¹⁹⁸⁹ Onde teriam estudado “(...) crianças, filhas de membros das lojas maçónicas da zona sul.” Veja-se Neves, 1998, pp. 281-295.

¹⁹⁹⁰ *B.O.*, nº 11, 18/03/1899, pp. 95-98.

¹⁹⁹¹ *B.O.*, nº 11, 18/03/1899, pp. 96.

¹⁹⁹² Rita-Ferreira, 1985, p. 57. Um “(...) exemplo atípico de instituições educacionais” foi “(...) esta benemérita instituição que abriu a primeira escola primária particular, diurna, em regime de externato e de internato e nocturna, na cidade de Lourenço Marques, onde crianças e jovens de ambos os sexos, filhos de membros da Maçonaria, estudaram.” Neves, 2001, p. 563.

¹⁹⁹³ Rita-Ferreira, 1985, p. 57.

9.6. O Conselho Inspector de Instrução Pública de Moçambique – as aptidões para a docência e os normativos escolares

Na segunda metade do século XIX são criados em Moçambique organismos tendentes ao desenvolvimento do ensino: desde logo o Conselho de Instrução, em 1847; o Conselho Inspector de Instrução Primária, 1857, acompanhando a actividade educativa incluindo o estabelecimento de escolas regimentais, incrementado entre 1855 e 1869.¹⁹⁹⁴

Por portaria do Governo-geral de 14 de Novembro de 1857 publicada em Boletim da mesma data, foi criado em Moçambique um Conselho Inspector, em conformidade com o Decreto de 14 de Agosto de 1845.¹⁹⁹⁵ Na referida portaria lembra-se o estipulado no artº 15º do mesmo Decreto, em que se prevê a criação de um conselho inspector em cada província ultramarina, entre cujas funções se assinala a de presidir aos exames dos professores e decidir da sua aptidão. Criado o Conselho Inspector de Instrução Primária pelo artº 1º, refere-se, no artº 3º, que depois da publicação daquela portaria não será nomeado nenhum professor de instrução primária sem que tenha feito exame perante o Conselho e sem que este tenha decidido a sua aptidão.¹⁹⁹⁶

A 19 de Novembro de 1857, foram nomeados os vogais do Conselho Inspector de Instrução Primária: o Juiz de Direito da Comarca, João Caetano da Silva Campos; o Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda, Bacharel Luís Carlos Garcia de Miranda; o Capitão do Exército de Portugal, Joze Maria Pereira d’Almeida; e o cidadão Celestino Feliciano de Menezes.¹⁹⁹⁷ Portaria do Governo Geral nº 15, de 13 de Janeiro de 1868 manda abonar ao vogal secretário do Conselho Inspector de Instrução Primária da Província de Moçambique a gratificação ordenada na portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 18 de Abril de 1859.¹⁹⁹⁸

Em 10 de Outubro de 1864, por circular do Paço, recomenda-se o efectivo controlo e inspecção às escolas e seu funcionamento. Refere a circular que são as escolas primárias “(...) o alicerce e a base da instrucção publica, e um agente de civilisação que, pelo seu influxo nos progressos humanos, deve merecer a mais esmerada solicitude, e aturados disvelos a todas as auctoridades (...)”, pelo que se ordena que o Governador-Geral de Moçambique frequentemente inspeccione, e faça inspeccionar, as escolas da Província, para que nelas se

¹⁹⁹⁴ Almeida, 1988, p. 45.

¹⁹⁹⁵ B.O., 14/11/1859, nº 46, p. 191. Veja-se também *Repertório alphabetico de todas as leis decretos portarias do ministério e do governo geral de Moçambique...*, 1862, p. 36.

¹⁹⁹⁶ B.O., 14/11/1857, nº 46, p. 191. Na mesma portaria se explicita que a nomeação dos membros do Conselho Inspector estará a cargo do Governador-geral sob confirmação do rei. Estabelece-se que o Secretário-geral do Governo será o Secretário nato do Conselho mediante a gratificação de 72\$000 réis anuais a que se juntam 50\$000 réis para expediente (artº 2º). *Id. Ibid.*, p. 191.

¹⁹⁹⁷ B.O., 21/11/1857, nº 47, pp. 197-198.

¹⁹⁹⁸ B.O., nº 3, 18/01/1868, p. 12.

cumpra o que determinam as leis, dando-lhes as instruções convenientes, formulando os regulamentos respectivos, e as recomendações oportunas, adoptando todos os meios

(...) para que nas dictas escolas se estabeleça um regimem carinhoso e atractivo; que tracte ao mesmo tempo de instituir pequenos prémios para os alumnos que se distinguirem; finalmente, que á cerca de tudo isto informe assiduamente, bem como no que se refere ao mérito, capacidade, e diligencia dos professores.¹⁹⁹⁹

Entre as atribuições do Conselho Inspector de Instrução Primária conta-se a elaboração de relatórios resultantes da observação de exames e respectiva inserção no Boletim Oficial “(...) não só para que os pais de família possam ajuizar do adiantamento, dos seus filhos, como igualmente certificarem-se da proficiência do respectivo professor; e bem assim a relação dos alumnos premiados, com declaração dos prémios que obtiveram.”²⁰⁰⁰ A título exemplificativo, numa destas acções – não muito frequentes – efectuada nos dias 25 e 26 de Novembro de 1868, o Conselho Inspector procurava averiguar, na prática, “o estado de adiantamento dos alumnos” e “methodo, proficiência que julgou encontrar no respectivo professor.”²⁰⁰¹ Assistiram às provas três dos seus membros, o que representava maioria.

A documentação oficial reconhece a fragilidade da constituição dos Conselhos, mas insiste na sua composição e funções. Em 24 de Julho de 1868, e quanto ao Conselho de Instrução Pública, declarava o Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, após informação de 25 de Janeiro desse ano, dando conta que o Governador-Geral da Província reinstaurara “(...) o conselho inspector d’instrucção primaria, dando-lhe logo a incumbência de preparar os regulamentos para o serviço das escolas, por ter sido reconhecido que da falta de regulamentos provinha o não haver a devida regularidade no ensino (...)” e que o Governador havia agido muito acertadamente por, dessa forma, tornar as escolas verdadeiramente úteis.²⁰⁰²

Em 1874 providencia-se no sentido de preencher as vagas do Conselho. Para dar cumprimento à constituição do Conselho Inspector de Instrução Pública, como determinado no artº 30 do decreto de 30 de Novembro de 1869, ele deve ser constituído pelo prelado da diocese, dois professores da escola principal e um cidadão de provada capacidade. Mas a falta na Província de um dos professores da escola principal determina que, além dos vogais natos que se encontram na Província, o compoñham o capitão-de-fragata da armada, Pedro Carlos de Aguiar Craveiro Lopes e o secretário do Governo-Geral, Francisco de Salles de

¹⁹⁹⁹ B.O., 4/03/1865, nº 9, p. 39.

²⁰⁰⁰ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 14.

²⁰⁰¹ *Id. Ibid.*

²⁰⁰² B.O., 28/11/1868, nº 48, p. 251.

Lencastre.²⁰⁰³ A este Conselho competiria desenvolver a estatística das escolas, estado da instrução, causas do seu atraso ou progresso, sugerindo providências mais adequadas ao seu melhoramento.²⁰⁰⁴

Em Novembro de 1878, por portaria do Governo-Geral nº 286 e porque não funcionava então na Província o conselho inspector de instrução pública de que trata o artigo 3º do decreto de 30 de Novembro de 1869, acha-se urgente a sua nomeação, tanto mais que se encontrava vago um dos lugares de docente da escola principal e estava ausente no Reino o outro professor sem ter deixado substituto, sendo nomeados os bacharéis Antonio de Mello Varajão e Augusto César Rodrigues. Simultaneamente é dissolvida a comissão que havia participado na criação do regulamento da Escola de Artes e Ofícios e o restante dos trabalhos efectuados, tendo em vista a criação de um instituto de instrução primária e secundária. Esta responsabilidade passava para a comissão inspectora de instrução pública.²⁰⁰⁵

Em portaria do Governo Geral nº 65, de 19 de Março de 1881, são nomeados os cidadãos bacharéis Eduardo Roseiro de Mattos Coelho, Curador geral dos serviçais e colonos, e Joaquim d’Almeida da Cunha, secretário-geral do governo para integrar o Conselho Inspector de Instrução Pública, uma vez que só existe um professor da escola principal, sendo necessário suprir a falta de outro “vogal nato” do conselho, não sem antes se mencionar que o Conselho não funcionava há muito, sendo conveniente a sua organização para assegurar as suas importantes funções.²⁰⁰⁶ O Conselho inspector era formado por elementos não remunerados – professores, padres e autoridades.

A tentativa de constituição do Conselho continua acidentada. Em 1891, foca-se mais uma vez a inactividade do Conselho Superior de Instrução Pública e intenta-se a sua dinamização. Em documento oriundo do Governo Geral da Província, assinado pelo Governador-Geral interino, Augusto César Rodrigues Sarmiento, a portaria do Governo Geral, nº 56, volta a lembrar que o órgão há muito não funcionava. São nomeados para o integrar, como vogais do Conselho Inspector de Instrução Pública, os bacharéis Eduardo Roseiro de Mattos Coelho, Curador geral dos serviçais e colonos, e Joaquim d’Almeida, Secretário do Governo-geral.²⁰⁰⁷

²⁰⁰³ Portaria G.G. nº 210. *B.O.*, 5/12/1874, nº 49, p. 224.

²⁰⁰⁴ Ribeiro, 1910, p. 255. O autor acrescenta que no caso de esse Conselho não funcionar acaba por não “(...) produzir outro resultado senão alimentar discrepâncias de opinião, agravos de natural emulação, a propósito de qualquer medida ou *systema* relativo ao ensino, ou fomentar a incompatibilidade dos elementos componentes, e isso filho, creio, da diversidade das categorias ou da propria heterogeneidade dos membros do mesmo corpo?”. *Id. Ibid.*, p. 256.

²⁰⁰⁵ *B.O.*, 21/11/1878.

²⁰⁰⁶ *B.O.*, 21/03/1881, nº 12, p. 65.

²⁰⁰⁷ *Id. Ibid.*, p. 65.

As tentativas para exercer controlo mais eficaz sobre a actividade dos agentes educativos repetem-se ao longo do tempo. Segundo portaria do Governo-geral nº 318, de 22 de Junho de 1893 e por não existir na Província regulamento algum que guie os diversos ramos do ensino público, de modo a satisfazer o decreto de 30 de Novembro de 1869 e exigir responsabilidades aos professores do quadro do magistério primário da colónia. Ouvido o Conselho Inspector de Instrução Pública, é nomeada uma comissão composta por membros daquele Conselho, nomeadamente o bacharel João Vicente Roque Cupertino de Andrade e José Pedro da Silva Campos Oliveira, para elaborar os regulamentos necessários, em harmonia com o decreto e as circunstâncias locais com vista a posterior aprovação pelo Governo-Geral.²⁰⁰⁸

Em 1907, o facto de o bispo permanecer vivendo no norte enquanto a capital já se havia instalado em Lourenço Marques, levantaria problemas, já que D. Francisco Ferreira da Silva não podia comparecer às reuniões com a necessária assiduidade.²⁰⁰⁹

O Conselho de Instrução Pública em Moçambique é um exemplo das dificuldades com que a legislação e as suas principais determinações eram aplicadas localmente. O seu funcionamento é muito irregular, evidenciando inconvenientes que se vão prolongando no tempo. Tentam-se integrar na sua constituição, significativamente, para além dos representantes da autoridade na Província, também outros militares, homens de Justiça, autoridade religiosa, o curador dos serviçais e colonos e alguns professores. Deveria a aliança da autoridade, força, lei, tutela e instrução, constituir um órgão dedicado à política educativa. Do seu precário funcionamento inferem-se as limitações às tarefas que lhe cabiam: inspecção e controlo do ensino e dos professores e elaboração de documentos que deveriam imprimir uma estratégia à actividade educativa.

9.7. Despesas com a Instrução

Os diversos orçamentos para a Província demonstram, através da rubrica “Instrução”, uma ideia dos montantes envolvidos e da importância atribuída pelo poder metropolitano a esta actividade. Apesar de, comparativamente com outras cifras incluídas nos diversos orçamentos, a dedicada à Instrução Pública ser modesta, a sua análise tem de se considerar face às dificuldades económicas que marcaram a segunda metade do século XIX lusitana.

²⁰⁰⁸ B.O., 1/07/1893, nº 26, p. 387.

²⁰⁰⁹ Serrão, vol. X, 1995, p. 199.

No orçamento de 1854-55 fixava-se uma verba de 288\$000 réis para pagamento a três professores de segunda classe de instrução pública e atendendo a que

(...) os Árabes formam uma parte considerável dos habitantes da dita Província, e que por isso teem direito á instrucção publica, como os outros habitantes, ensinando-se-lhes não só a leitura e escripta da sua lingua e simultaneamente a leitura e escripta da lingua Portuguesa, como tambem outras materias das que constituem, em geral, a instrucção primaria; (...)

acrescentando-se que

(...) existindo já algumas escholas particulares da lingua Árabe sem serem auctorizadas competentemente, é de toda a conveniencia, depois do estabelecimento das escholas publicas, obrigar os Professores particulares aos preceitos consignados nos artigos 84 a 87 do Decreto de 20 de Setembro de 1844, mandado applicar à Província pelo Decreto de 14 d'Agosto de 1845 (...)

ficando a referida verba destinada ao pagamento de três Professores de ensino simultâneo das línguas Portuguesa e Árabe, competindo ao Governador-Geral a designação do local onde as escolas deverão funcionar.²⁰¹⁰

Em Julho de 1865, por portaria nº 89 do Governo-geral, o Governador da Província determina, para acorrer à falta de professor de instrução primária na vila de Sena, e

(...) convindo preencher áquella falta da maneira mais adequada ao fim; tendo em vista que pelo decreto de 15 de Dezembro de 1856, os parochos das egrejas do ultramar que exercem a profissão do ensino, recebem pelo desempenho destas funções 80\$000 réis de gratificação, com o que, longe de se augmentar a despesa da provincia, ella diminue, se se attender que um professor de primeira classe como os que figuram no orçamento, ganha 200\$000 réis; (...) que seja encarregue o pároco da igreja de Sena, Antonio Lourenço Luiz, das funções de professor de instrução primaria da vila, ficando todavia dependente da aprovação do Rei.²⁰¹¹

Registe-se a preocupação com o não agravamento de despesas e também o princípio de que é mais económico recorrer aos religiosos para a leccionação que a professores leigos.

As informações quanto a vencimentos de professores inscrevem-se no Boletim Oficial. No *Balancete do Cofre Geral da Província de Moçambique do mês de Agosto de 1858*²⁰¹² encontramos inscrita a verba para Instrução Pública, Professores e Mestras na Capital, com vencimento de Novembro de 1857 de 59\$556 réis.²⁰¹³ No *Orçamento de 1861-2* para Instrução pública, o professor vence, em Setembro, 41\$666 réis e a Mestra de meninas 6\$000, num total de 47\$666 réis.²⁰¹⁴ Os valores mantêm-se para Outubro.²⁰¹⁵ No *Orçamento de 1864-65* para Moçambique, na rubrica Instrução Pública, o professor recebe de ordenados do

²⁰¹⁰ *Boletim do Governo Geral da Província de Moçambique*, 14 de Novembro de 1857, nº 46, p. 192.

²⁰¹¹ Moçambique, 1 de Junho de 1865. Antonio do Canto e Castro, governador-geral. *B.O.*, 3/06/1865, nº 22, p. 95.

²⁰¹² *B.O.*, 18/12/1858, nº 51, pp. 205 a 207.

²⁰¹³ *Id. Ibid.*, p. 205.

²⁰¹⁴ *B.O.*, 1/03/1861, nº 41, pp. 165-166

²⁰¹⁵ *B.O.*, 3/05/1862, nº 18, p. 70.

mês de Setembro de 1864, 41\$668 réis mensais.²⁰¹⁶ O mesmo valor para o mês de Outubro, a Janeiro do ano seguinte.²⁰¹⁷ Noutras localidades, como o Ibo e Quelimane, podem referir-se os ordenados desde 13 de Julho a Outubro 100\$000, num total previsto de 141\$666.²⁰¹⁸ Em Sofala, o professor de Instrução primária tem de ordenados, de Agosto a Outubro, 24\$000 réis. No mesmo local, o professor fora pago, desde Dezembro de 1863 a Julho de 1864, com 64\$000.²⁰¹⁹ Juntam-se, de Agosto a Outubro, mais 24\$000.²⁰²⁰

Ao longo do tempo, os vencimentos e despesas vão sendo publicados anualmente. Também podem surgir com periodicidade mensal, variável, relativa a vários meses e por distrito.²⁰²¹ As informações tornam-se mais precisas.

Na *Tabela da despesa no ano económico de 1866-1867*, no que respeita à instrução pública, são gastos 2778\$000 réis. Para material prevêem-se apenas 150\$000 réis.²⁰²² Assinale-se que a maior parte da verba despendida com Instrução se destina ao pagamento de professores. Para além da modéstia do orçamento dedicado à Instrução, sublinhe-se o fraco investimento em material de apoio ao ensino.

A relação do investimento entre despesas com professores e com os materiais para ensino (esta última inalterável durante muitos anos, mesmo quando os custos com mestres aumentam) mantém-se ao longo dos anos, apesar de um ligeiro aumento em ambos, como se regista nos orçamentos de 1874-1875,²⁰²³ 1883-1884,²⁰²⁴ 1889,²⁰²⁵ 1893,²⁰²⁶ 1894-1895,²⁰²⁷ 1896-1897,²⁰²⁸ 1898.²⁰²⁹

²⁰¹⁶ B.O., 7/01/1865, nº 1, p. 3; B.O., 14/01/1865, nº 2, p. 8; B.O., 5/02/1865, nº 4, p. 21; B.O., 11/03/1865, nº 10, p. 44; B.O., 22/04/1865, nº 16, p. 69.

²⁰¹⁷ B.O., 22/04/1865, nº 16, p. 69.

²⁰¹⁸ B.O., 14/01/1865, nº 2, p. 8

²⁰¹⁹ B.O., 13/05/1865, nº 19, p. 84.

²⁰²⁰ B.O., 1/07/1865, nº 26, p. 117.

²⁰²¹ Por exemplo, da Junta da Fazenda Pública da Província de Moçambique 1866–1867, o Balancete da receita e despesa do cofre da thesouraria geral no mez de Maio de 1867. Instrução Publica - Professores da escola principal – ordenados do mês de Abril findo - 57\$494; Mestra de meninas - Idem idem - 6\$667; Professor de 1ª classe – Idem de maio de 1866 - 13\$889. 78\$050. B.O., 28/12/1867, nº 52, p. 251; Junta da Fazenda Pública da Província de Moçambique 1866 – 1867. Balancete da receita e despesa do cofre da thesouraria geral no mez de Junho de 1867. Instrução Publica - Professores da escola principal – ordenados do mês de Maio findo - 59\$494; Mestra de meninas - Idem idem - 6\$667; Professor de 1ª classe – Idem de maio de 1866 - 13\$889. 80\$050. B.O., nº 11, 14/03/1868, p. 47; Balancete da receita e despesa do cofre da thesouraria geral no mez de Julho de 1867. Instrução Publica - Professores da escola principal e mestra de meninas de 1ª classe – ordenados do mês de Junho findo - 66\$111; Professor de 1ª classe – Idem de Junho de 1866 - 16\$931; 83\$042. B.O., 28/03/1868, nº 13, p. 58.

²⁰²² O professor da escola principal, 500\$000; professores da 1ª classe a 200\$000 réis totalizam 1000\$000 réis; professores da 2ª classe a 96\$000 réis somam 288\$000 réis; a mestra de meninas de 1ª classe vence 96\$000 réis; mestras de meninas de 2ª classe a 72\$000 réis representam 144\$000 réis. Assinala ainda nos domínios da Instrução Eclesiástica, a manutenção de 6 alunos num seminário da Índia montando a 480\$000 réis e o seu transporte para a Índia em 240\$000 num total de 720\$000 réis. No domínio Instrução profissional regista-se a manutenção de 4 alunos na escola normal de Lisboa, a 144\$000 totalizando 576\$000. Junta-se a manutenção de 5 aprendizes no colégio do arsenal de Lisboa por 252\$000 e o seu transporte para a metrópole por 200\$000; totalizando 1:000\$928 réis. B.O., 4/05/1867, nº 18, p. 74.

²⁰²³ 2 professores da escola principal a 500\$000 – 1000\$000 réis; 8 professores de instrução primária a 300\$000 – 2400\$000 réis; 2 mestras de meninas, a 100\$000 réis – 200\$000 réis. B.O., 30/07/1874, suplemento ao nº 30, p. 9.

²⁰²⁴ O professor da escola principal recebe 500\$000 réis; 12 professores de instrução primária a 300\$000 réis, 3600\$000 réis; 8 mestras de meninas a 200\$000 réis, 1600\$000 réis. B.O., 2/02/1884, Suplemento ao nº 5, pp. 6 e ss.

²⁰²⁵ Com o professor da Escola Principal, 500\$000 réis; 12 professores de instrução primária a 300\$000 – 3:600\$000 réis; 4 professores em Mossuril, Cabaceiras, Ampapa e Sancul a 200\$000 – 800\$000; o professor na povoação de Manjacaze, em Gaza, 480\$000; a mestra na mesma povoação, 360\$000; professor no Bilene em Gaza, 480\$000; mestra na mesma povoação, 360\$000; professor em Lourenço Marques, o pároco, gratificação, 350\$000; 8 mestras a 200\$000 – 1:600\$000; mestra em Lourenço Marques – 360\$000. B.O., 9/02/1889, nº 6, p. 95.

²⁰²⁶ Segundo o orçamento desse ano, o professor de Inhambane vence 300\$000 réis. Como os de Ibo e Quirimba. A professora no Ibo 200\$000. O material para as respectivas escolas consome 60\$000 réis. Os párocos do Ibo e Quirimba 350\$000 cada. Professores de

As verbas despendidas mostram o domínio do clero nos anos 90 nas actividades educativas, com destaque para o regular. Os professores laicos tendem a rarear. O fraco investimento em material nas escolas e nas correspondentes reparações dos edifícios é

Quelimane, dois; Tete e Zumbo a 300\$000 cada. Duas professoras, uma em Quelimane e outra em Tete a 200\$000 réis. Material para as escolas 200\$000. Professor da escola principal 500\$000 réis; De instrução primária em Moçambique a 300\$000; em Mossuril, Cabaceira, Ampapa, Sancul a 200\$000; em Angoche a 200\$000; Professora em Moçambique a 200\$000; Professora no Mossuril a 200\$000; Professora em Angoche a 200\$000. *Id. Ibid.*, p. 15 ss. Inclui ainda, entre outras despesas, subsídio à escola de artes e ofícios no valor de 5000\$000 réis. Subsídio para educação de filhos de régulos em Lisboa 2000\$000. Subsídio em Lisboa a 2 alunos que sigam algum curso agrícola e industrial 800\$000. *Id. Ibid.*, p. 13.

²⁰²⁷ No domínio da administração eclesiástica, os 40 missionários, a 350\$000 réis importam em 14000\$000 réis. Na dotação para as missões da Província 3000\$000; para a Missão de Boroma na Zambézia (decreto de 8 de Agosto de 1889) 3000\$000; para a Missão de Gaza transferida de M'ponda (decreto de 12 de Agosto de 1889) 3600\$000; para a Missão do Maputo 4000\$000; para a escola agrícola e colonial em Sintra (decreto de 14 de Novembro de 1889) 650\$000; para o colégio das missões ultramarinas 1500\$000. *B.O., Suplemento ao Boletim Oficial n.º 40 de 1894*, 11 de Outubro, p. 502. Na instrução pública, o professor da escola principal recebe 500\$000; 2 de instrução primária em Moçambique a 300\$000 recebem 600\$000; 4 em Mossuril, Cabaceira, Ampapa e Sancul a 200\$000 vencem 800\$000; 1 em Angoche 200\$000; professora de instrução primária em Moçambique 200\$000; professora no Mossuril 200\$000; professora em Angoche 200\$000. 200\$000 em material para as escolas. 4 professores de instrução primária – 2 em Quelimane, 1 em Tete e 1 no Zumbo a 300\$000 réis 1200\$000. 2 professores de instrução primária sendo 1 em Quelimane e 1 em Tete a 200\$000 réis 400\$000. Em Lourenço Marques, para a Escola Rainha D. Amélia 500\$000; professor em Lourenço Marques 350\$000; no Maputo 300\$000; professora em Lourenço Marques 360\$000; professora no Maputo 360\$000. 200\$000 em material para as escolas. 2 professores no Ibo e Quirimba a 300\$000 réis – 600\$000. Uma professora no Ibo 200\$000. 60\$000 em material para as escolas. Professor de Inhambane – 300\$000. Professora é paga pelo cofre municipal. Material para as escolas – 100\$000. *Id. Ibid.*, p. 512 e ss.

²⁰²⁸ 11 missionários prestam serviço a 500\$000 réis (incluindo os da Beira, Sena, Bazaruto e o Prior da Sé) totalizando 5500\$000 réis. Existem 4, no distrito de Moçambique; 10, no da Zambézia; 9, no de Inhambane e 7, no de Lourenço Marques (pagos pelos respectivos distritos). A dotação para as missões na Província é de 6000\$000 réis a que se soma a dotação do Colégio das Missões Ultramarinas no valor de 1500\$000 réis, totalizando 7500\$000. *Providencias publicadas ... Joaquim Mousinho de Albuquerque...*, 1898, p. 125. Na rubrica *Encargos Gerais* de Fevereiro de 1896, 1 professor da escola principal em Moçambique vence 500\$000 réis com a nota de que o lugar foi suprimido por portaria provincial n.º 147, de 8 de Maio de 1896. Nas Despesas Diversas consta o subsídio à escola de artes e ofícios de 5000\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 151. Em Fevereiro de 1897, regista-se que 2 professores de instrução primária em Moçambique receberam 600\$000 réis, 300\$000 cada; 4 professores a 200\$000 em Mossuril, Cabaceira, Ampapa e Sancul, 800\$000. 1 professor em Angoche, 200\$000 (o lugar de professora fora extinto, por “desnecessário”, em Maio de 1896). 100\$000 de gratificação ao capelão do hospital para exercer o magistério e a mesma quantia para o pároco do Mossuril por idênticas funções. Em material para as escolas despendera-se 200\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 162. Gratificação à Missão Zambeziana, encarregada da instrução em Quelimane de 600\$000 réis, mais 100\$000 de materiais para as escolas de Quelimane. *Id. Ibid.*, p. 206. Dotação para a Missão de Boroma de 3:000\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 214. Para os missionários regentes nas escolas em Mongo, Homuine, Cumbana, Villanculos, Zavalla, Panda, Chicomo e Inharrime a 100\$000 réis (que juntam ao pagamento de 500\$000 réis pelo serviço eclesiástico), de gratificação totaliza 800\$000 réis. Professor de Inhambane, 300\$000. Uma professora cujo ordenado é pago pela comissão municipal. Material para as escolas 200\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 225. A Missão de Santo António de Macassene recebe para 3 missionários, a 350\$000 réis, 1050\$000. 2 ajudantes a 240\$000, cada, a que se juntam as gratificações de 370\$000 ao que desempenha exercício de Superior e 250\$000 ao que rege a escola. O médico recebe, em soldo dobrado 720\$000, gratificação 360\$000 e ajuda de custo 288\$000. 2:500\$000 para despesas de culto, escola e observatório meteorológico e 2:000\$000 para subsídio de exploração agrícola. *Id. Ibid.*, p. 261. Na escola paroquial em Lourenço Marques a gratificação ao professor é de 500\$000 réis, contínuo 120\$000, material para a escola 300\$000, reparações 50\$000. Para a Escola Rainha D. Amélia, construção de uma casa para aula, mobília e roupas 900\$000. *Id. Ibid.*, p. 262. Em documento de 2 de Outubro de 1897 prevê-se para o professor da escola principal de Moçambique 500\$000 réis (com a indicação de que o lugar fora suprimido a 8 de Maio de 1896). Para o professor primário no Bazaruto 300\$000. *Id. Ibid.*, p. 427. O professor em Angoche vence 200\$000 réis. As irmãs da Congregação de S. José de Cluny, regendo a escola do sexo feminino em Moçambique, a 79\$000 réis – 144\$000 réis. Material para as escolas, 200\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 439. 2 professores, um em Tete e um no Zumbo, a 300\$000 réis – 600\$000. 1 professor (missionário) na Mopéa, 100\$000 réis. Gratificação à Missão Zambeziana encarregue da instrução primária em Quelimane – 600\$000. *Id. Ibid.*, p. 481. 2 professores, um em Tete e um no Zumbo, a 300\$000 réis – 600\$000. 1 professor (missionário) na Mopéa, 100\$000 réis. Gratificação à Missão Zambeziana encarregue da instrução primária em Quelimane – 600\$000. *Id. Ibid.*, p. 481. A Missão de Boroma recebe a dotação de 3:000\$000 réis. *Id. Ibid.*, p. 489. Para os missionários regentes nas escolas em Mongo, Homuine, Cumbana, Villanculos, Zavalla, Panda, Chicomo e Inharrime a 100\$000 réis (que juntam ao pagamento de 500\$000 réis pelo serviço eclesiástico), de gratificação totaliza 800\$000 réis. Irmãs hospitalleiras da Missão, 367\$990 réis. *Id. Ibid.*, p. 500. Professor em Inhambane, 300\$000, sendo o ordenado da professora pago pelo cofre municipal. *Id. Ibid.*, p. 501. A Missão de Santo António de Macassene recebe para o superior, 1:000\$000; 2 coadjutores, 1600\$000; 2 Ajudantes, 1:200\$000; 1 Facultativo, 1488\$000; 1 Mestre de oficinas, 720\$000. Para outras despesas – culto, escola, material (2:500\$000; exploração agrícola, 2:000\$000; sustento do internato, 600\$000; construções e reparos, 2:000\$000. *Id. Ibid.*, pp. 533-544. Para a extinta Missão de S. José de L'Hanguene, Superior 600\$000; coadjutor, 700\$000; Sacristão, 60\$000. Para a escola paroquial: professor 500\$000, Ajudante, 200\$000, Contínuo, 120\$000, material para escola e expediente, 300\$000, reparações, 300\$000. *Id. Ibid.*, p. 544 e 611. Subsídio para a Escola Rainha D. Amélia – 1:000\$000. *Id. Ibid.*, p. 545 e p. 552 e 612.

²⁰²⁹ Para Lourenço Marques, na instrução pública, com a escola paroquial, gratificação ao professor de 300\$000; ao ajudante, o coadjutor da paróquia 240\$000; com material para a escola e expediente 300\$000 réis, pagos pela câmara municipal. Ao Instituto Rainha D. Amélia, de ordenado para 7 educadoras a 300\$000 (sendo o expediente pago pela câmara municipal). *Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26 de 1898*, p. 72. Em Inhambane para os missionários regentes das escolas em Mungo, Inharrime, Homoine e Panga a 500\$000 cada; O professor, o pároco, e a professora, são pagos pelo cofre municipal assim como o material para as escolas. *Id. Ibid.*, p. 51. Na gratificação à Missão Zambeziana encarregada da instrução do sexo masculino em Quelimane 600\$000; subsídio a duas irmãs educadoras pela instrução do sexo feminino em Quelimane a 300\$000 cada; gratificação aos professores párocos de Tete, Zumbo e ao missionário em Mopéa a 100\$000 cada. Construção de duas casas nesta mesma escola, 2:000\$000. *Id. Ibid.*, p. 43. No Mossuril e em Angoche, os quatro párocos encarregues das escolas primárias masculinas vencem 100\$000 cada. *Id. Ibid.*, p. 27. As duas irmãs de S. José de Cluny responsáveis pelas escolas do sexo feminino auferem 300\$000 cada. O material para as escolas é suportado pelas câmaras municipais. Pontifica o subsídio à escola de Artes e Ofícios para o sustento das oficinas. *Id. Ibid.*, p. 28.

notório. As verbas atribuídas, em bloco, às missões, propendem a esbater a pertinência da divisão por rubricas dos quantitativos gastos nas diversas áreas necessárias à educação. As contribuições para a Escola de Artes e Ofícios tornam-se mais regulares. O carácter estritamente religioso do ensino acentua-se, como também se reforça a educação para o desempenho de trabalhos veiculada pelas missões.

9.8. O Boletim Oficial da Província e a “Instrução”

O Boletim Oficial da Província é uma das fontes primárias para este trabalho e, como as outras, não fornece informações detalhadas, sistemáticas nem contínuas sobre a Instrução no território. Todos os elementos seleccionados são fruto de um inconsistente interesse por parte dos redactores, que não têm qualquer preocupação de rigor.

A Instrução Pública é um dos assuntos afluídos frequentemente no Boletim Oficial da Província. Com desigual interesse, conforme os anos e a natureza das informações, estes vão, contudo, aí marcando presença ao longo do tempo. Em secções específicas ou lado a lado com informações relativas a outras actividades, encontram-se alguns dados de frequência, relatórios de governadores de distrito e de comandos militares, legislação, nomeações, licenças, exonerações, entre outros aspectos.

As informações de frequência das escolas aparecem frequentemente com a observação de que “constam dos mapas” (por exemplo: 1877, Maio, Dezembro; por vezes acrescenta-se a existência de grande falta de livros como em 1895, Março, Abril), mas sem indicar qualquer número. Noutras ocasiões, opta-se por informar que as aulas “são concorridas” ou “muito concorridas”, sem, no entanto, se adiantarem outros dados. Disto é exemplo a indicação de Agosto de 1889 que informa apenas ter a escola sido “regularmente concorrida”.²⁰³⁰ O interesse com que nesta publicação se registam aspectos relativos à instrução é um aferidor da consideração que esta actividade merecia por parte das autoridades (ou da imagem que estas pretendiam fornecer de si próprias).

O Boletim Oficial mereceria, desde o início da sua publicação, diversos reparos por parte da administração metropolitana que critica

(...) alguns dos ditos Boletins a publicarem artigos que, além de não interessarem por modo algum ao aperfeiçoamento da administração, ou ao commercio e industria da respectiva Província, são pouco conformes com a gravidade que deve sempre manter-se em uma publicação official (...).²⁰³¹

²⁰³⁰ B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 623

²⁰³¹ Paço, 14/08/1856, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte official*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 285.

O Decreto de Dezembro de 1836 determinava já a impressão de um Boletim para publicação de documentos e dados importantes. Notícias oriundas de Moçambique referem um atraso na regularidade da publicação de sete ou oito semanas. Acrescenta-se que “(...) a sua redacção não se acha entregue a pessoa bastantemente hábil para estudar a Legislação especial da provincia (...)”, para além da forma como eram tratadas outras notícias. Teria omitido, por exemplo, documentos como os Tratados de 3 de Julho de 1842, entre Portugal e a Grã-Bretanha, para a abolição da escravatura e para a reciprocidade de comércio.

Só passados dezassete anos sobre o decreto de 7 de Dezembro de 1836 e por conta do Governo se estabeleceu uma imprensa “(...) e por isso as disposições governamentais de todo esse tempo deixaram de ter a publicação que aliás conviria que tivessem, e que ainda muito convem que tenham; (...)”.²⁰³² Reforçavam-se as atribuições da publicação:

(...) deverá dar, alem das noticias geraes, as que obtiver tanto commerciaes como politicas, da Colónia ingleza de Natal, da mauricia, da Ilha de Bourbon, e da de Mayota, da Republica da Africa Austral, formada pelos colonos hollandezes emigrados do Cabo da Boa Esperança, de Zanzibar e Imamo de Mascate, e especialmente do commercio e procedimento dos árabes, súbditos d’este soberano, nos portos próximos de Cabo delgado.²⁰³³

O Boletim Oficial tem também uma outra dimensão na época: é uma fonte propagandística para ilustrar a acção pretensamente realizada pelos portugueses. Na compilação de 1890, *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa*, ele é abundantemente citado como meio de registo de actividades pertinentes para provar a pretensa influência portuguesa na região, de que até subsistiriam relatórios.²⁰³⁴

A publicação era oficialmente distribuída na Província e enviados alguns exemplares para o Reino, províncias ultramarinas e estrangeiro.²⁰³⁵

O primeiro Boletim do Governo da Província de Moçambique data de 13 de Maio de 1854. Na primeira década, não são muito abundantes as referências à educação. Nos anos 60 as informações quanto à instrução pública aparecem de modo avulso e nada sistemático, a maior parte das vezes não são discriminadas por meses mas por semestres. São escassas e variam em função da localidade. São os professores e não os governadores que assinam as informações ou registos sobre a instrução; mais tarde serão sempre os últimos.

²⁰³² Lisboa, em Conselho, 26/01/1856, *Id. Ibid.*, p. 301.

²⁰³³ Paço, 14/08/1856, *Id. Ibid.*, p. 302.

²⁰³⁴ Exemplos da sua utilização são as referências às expedições de Paiva de Andrada e Vítor Cordon (*B.O.* 1889) e de José do Rosário Andrade (*B.O.*, 1886); *Memoria e Documentos acerca dos Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa* – 1890, 1890, p. 27 e ss.

²⁰³⁵ *B.O.*, 19/07/1884, nº 29, p. 30. A sua distribuição é feita de forma muito elementar com apenas um número, na maioria dos casos, a cada um dos funcionários a quem poderia interessar.

Mesmo nos relatórios dos governadores das diversas províncias, em que frequentemente se tecem comentários mais ou menos pormenorizados sobre o respectivo estado da instrução, são também vulgares as ausências de qualquer referência ao assunto, como é o caso dos relatórios dos governadores de distrito de Inhambane e Lourenço Marques em 1865, assim como os de Tete e Bazaruto, onde se não faz qualquer menção à instrução.²⁰³⁶ As informações são muitas vezes registadas em conjunto, sem qualquer detalhe sobre espaços, tempo ou mesmo localidades.²⁰³⁷

Em 1867 aparecem, muito dispersas, informações sobre a frequência em algumas escolas. Neste mesmo ano inscreve-se um nova secção “Notícias dos portos”. Mais tarde designar-se-ão dos “distritos”. Portanto, de forma lógica, a evolução dos próprios Boletins condiciona a evolução qualitativa e quantitativa das informações sobre a educação..

De uma maneira geral, os resultados totais publicados em Boletim Oficial correspondem aos que foram apurados, ao longo desta pesquisa, na outra documentação manuscrita consultada, embora se registem duplicações em números diferentes do Boletim Oficial.²⁰³⁸ Os valores podem ainda, noutros casos, diferir ligeiramente dos que foram encontrados em outras fontes.²⁰³⁹ Por vezes, ainda, os valores não são, pura e simplesmente impressos embora tenham sido disponibilizados pelos professores.²⁰⁴⁰ De uma forma geral, as informações totais disponíveis no Boletim coincidem com as encontradas em outras fontes.

Em 1874 começam a aparecer “informações dos distritos”. Contudo, não incluem escolas. As informações relativas a estas, neste período, continuam muito escassas. Na segunda metade da década de 70 aparecem informações de vários distritos, mas sem referência à instrução. A relevância de informar sobre os esforços e acções educativas na Província depende da época e do redactor. Em 1878, as informações de frequência de escolas são essencialmente de Angoche, Chiloane e Inhambane.

O Boletim Oficial reflecte a falta de informação e desarticulação dos canais de comunicação no território. Em 1885 desconhece “(...) o numero dos alumnos que frequentaram as escholas de ambos os sexos por os respectivos professores não terem mandado até esta data os mappas mensaes”.²⁰⁴¹

²⁰³⁶ *B.O.*, 24/03/1865, nº 12, p. 53-56. *B.O.*, 21/10/1865, nº 42, pp. 188-189. *B.O.*, 27/05/1865, nº 21, p. 92-93.

²⁰³⁷ Casos de *Chiloane* e Bazaruto nos meses de Fevereiro e Março de 1890. *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225.

²⁰³⁸ Caso do mesmo valor relativo à escola de Tete, em Outubro de 1871, 49 alunos. Publicado em *B.O.*, 13/01/1872, nº 2, p. 10 e *B.O.*, 3/02/1872, nº 5, p. 23.

²⁰³⁹ Exemplificado quanto a Tete no mês de Agosto que apresenta valores diferentes segundo a fonte, 23 e 25 alunos, respectivamente, no *B.O.*, 2/12/1871, nº 48, p. 222 e *A.H.M.*, *Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (1), doc. 4.

²⁰⁴⁰ Caso meramente exemplificativo de *B.O.*, 23/07/1887, nº 30, p. 334 relativo à frequência da escola de Tete, em que aparece inscrição “como consta dos mapas” que se repete em outros meses.

²⁰⁴¹ *B.O.* nº 32, 8/08/1885, p. 231.

Em 1892, o Boletim Oficial não publica, durante muitos meses, quaisquer dados sobre os distritos e, em consequência, sobre a instrução pública. Só começam a aparecer em Setembro e relativos a Julho. Em 1897, as informações dos distritos desaparecem e com elas, mais uma vez, os dados de frequência das escolas. É de assinalar que as escolas das missões desempenham, agora, papel mais activo.

10. A Escola e o quotidiano - Administração e burocracia

10.1. Colocação de professores e outros aspectos de funcionamento

A administração escolar enferma no território moçambicano, também ela, de uma burocracia entorpecedora, paralisante.

A substituição e a colocação de professores são um dos aspectos paradigmáticos do mau funcionamento burocrático. O P.^e Augusto Soares Pinheiro, professor em Lourenço Marques no ano de 1895, lembrava que, apesar de haver recebido circular de colocação na escola desde 26 de Novembro do ano anterior, em Fevereiro ainda não estava nomeado, por não haver nela qualquer livro de correspondência recebida ou expedida.²⁰⁴²

Não existe uma uniformização dos meios e instrumentos escolares, cabendo a cada mestre a escolha segundo o seu critério, conhecimento ou possibilidades. São inexistentes orientações da administração central sobre os recursos e meios educativos, apesar de diversas tentativas de recolha de informações para adopção de parâmetros uniformes. A colocação e o provimento do lugar de professor também estão sujeitos a influências, oportunidade e à discricionariedade da hierarquia, apesar dos recursos humanos qualificados serem escassos.

Henriqueta Dias de Albuquerque é confirmada no lugar de professora de Inhambane em 22 de Junho de 1894, por portaria n.º 298 e “ouvido o conselho inspector de instrução pública”. Havia sido nomeada pelo Governador do distrito em ofício n.º 279 de 9 de Agosto de 1893.²⁰⁴³ Envia mapa no momento em que a escola fica sob sua direcção.²⁰⁴⁴ Com ela, a frequência das alunas começa a ser contabilizada em dias ao longo dos meses que se seguem.²⁰⁴⁵

Esta docente comunicara, a 2 de Dezembro de 1893, que o Escrivão da Fazenda se recusou, na respectiva Repartição, a processar o seu recibo de vencimento com a argumentação de que o lugar de professora não estaria incluído no orçamento da Província. Explica que a eventual extinção do lugar nunca lhe havia sido comunicada e pede

²⁰⁴² Lourenço Marques, 27/02/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 55

²⁰⁴³ *B.O.*, 30/06/1894, n.º 26 p. 298.

²⁰⁴⁴ Inhambane, 1/09/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 54; Inhambane, 2/05/1894, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 25; Inhambane, 5/11/1893, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 55; Inhambane, 31/10/1893, doc. s. n.º; Inhambane, 1/12/1893, doc. 56.

²⁰⁴⁵ Inhambane, 1/12/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. s. n.º; Inhambane, 17/08/1894, doc. 57; Inhambane, 5/09/1894, doc. 59; Inhambane, 7/11/1894, doc. 60; Inhambane, 12/11/1894, doc. 61; Inhambane, 5/01/1894, doc. 62; Inhambane, 6/02/1894, doc. 63; Inhambane, 6/03/1894, doc. 64; Inhambane, 4/04/1895, doc. 65.

esclarecimentos superiormente. Ter-se-ia tratado de um equívoco porque a professora permaneceu no seu lugar.²⁰⁴⁶

O professor Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva recomenda ao Governador do Distrito uma determinada senhora para o cargo de professora do ensino primário feminino. Escrevendo a 25 de Setembro de 1890, apresenta uma exposição dos habitantes de Sofala em que pedem ao Conselheiro Governador-Geral a nomeação como professora do sexo feminino de D. Maria Roque do Carmo e Silva. Explica que recebeu carta particular do Capitão-mor de Sofala, José Francisco d'Araújo Roza, em 19 desse mês em nome dos habitantes da vila e pedia-lhe que a não remetesse ao Comandante Militar por o “julgarem suspeito”. Declara, no entanto, associar-se ao pensamento dos seus “compatriotas” de Sofala e estar “(...) intimamente convencido tanto da necessidade que os mesmos habitantes apresentam na criação de uma escola para o sexo feminino d’aquella localidade, quanto das boas qualidades da pessoa por elles indigeitada [sic] (...)”.²⁰⁴⁷ Remete também, nessa data, recibos do mês para a correspondente verificação, aspecto formal exigido pela Repartição da Fazenda.²⁰⁴⁸

A 28 de Agosto de 1890, Dina Roza Maria Martha Purificação Zuzarte e Rego, casada e natural da Índia, declara desejar exercer interinamente o cargo de professora de Sofala que se encontra vago pela retirada para Lisboa, da anterior mestra do sexo feminino. Em nota, o Encarregado do Governo escreve «deferido», devendo a candidata iniciar funções no dia 1 de Setembro.²⁰⁴⁹ Pouco tempo permaneceria no cargo, já que cerca de três meses depois, a 25 de Novembro de 1890, comunica que nessa mesma data lhe foi apresentada a professora de Sofala, Maria Luiza Manuel Machado, a quem teria feito a entrega de todos os utensílios, artigos e mobília que estavam a seu cargo desde a transmissão pela sua antecessora, Ida Rozalina Martins de Magalhães.²⁰⁵⁰

A nova professora explica, a 22 de Novembro de 1890, que assumiu o cargo na escola da vila devendo iniciar a leccionação em 1 de Dezembro. Significativo da improvisação no funcionamento administrativo é o seu pedido, nessa altura, para que lhe seja indicada a casa em que deve “dar a escola”.²⁰⁵¹ Remeterá mapa de frequência de 7 a 26 de Janeiro de 1891, data em que recebeu a suspensão entretanto requerida.²⁰⁵² A 7 de Fevereiro desse ano, pede quatro meses de licença sem vencimento para gozar no distrito.²⁰⁵³

²⁰⁴⁶ Inhambane, 2/12/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 57.

²⁰⁴⁷ Chiloane, 25/09/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 43.

²⁰⁴⁸ *Id. Ibid.*, doc. 44.

²⁰⁴⁹ Chiloane, 28/08/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 7.

²⁰⁵⁰ 25/11/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 47.

²⁰⁵¹ 22/11/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 46.

²⁰⁵² 6/02/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 48.

²⁰⁵³ 7/02/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 49. A data está rasurada e corrigida de 1890 para 1891.

Os registos, mapas de frequência, inventários das escolas são deixados ao labor de cada professor nomeado, o que confere uma diversidade (ou mesmo, em largos períodos, uma ausência total) de informações relativamente às escolas no território.

Em 24 de Fevereiro de 1884, Paulino Cassiano da Costa Corrêa, professor de Sofala, envia mapa estatístico em duplicado e requerimento de confirmação do lugar ocupado.²⁰⁵⁴ Em Agosto de 1885, endossa mapa relativo aos 1º e 2º trimestres do ano anterior.²⁰⁵⁵ O mesmo mestre solicita, cinco anos depois, a 31 de Agosto de 1890, que lhe sejam enviados dois requerimentos. Para despesas com emolumentos designa como seu procurador na ilha de Moçambique, Pedro C. Cuthling.²⁰⁵⁶

O professor de Gouveia requisita à Secretaria do governo do distrito de Manica, em meados de 1889, material para expediente burocrático da escola. Pede livros de 100 folhas para: matrícula dos alunos; controlo da frequência dos mesmos; registo das requisições; registo dos mapas “escholasticos” mensais e de inventario da escola. Ainda um outro de 200 folhas para registo de ofícios.²⁰⁵⁷

O tipo de informação requerida pela hierarquia e que os professores são obrigados a recolher sobre os alunos é difícil de obter, uma vez que as sociedades africanas não contemplam certos registos, muito menos escritos, designadamente a idade dos discentes. Os mestres queixam-se. A 28 de Julho de 1880, o encarregado da escola de Tete, alferes Augusto de Mesquita e Solla, comunica ao Secretário do Governo que estão por preencher no livro de matrícula da escola as “verbas” respeitantes aos alunos números 19, António Francisco, 23, José de Abreu, 24, Afonso Francisco e 29, José Anselmo de Sant’Ana. Vem solicitar que sejam requisitados à repartição os livros de baptismo. Em nota lateral ao documento pode ler-se que o “(...) Secretário do Governo expede as ordens em nome do encarregado do Governo e as auctoridades dirigem-se ao mesmo encarregado e não ao secretario, porquanto muito embora esteja ausente está no Distrito”.²⁰⁵⁸

Também o professor Theodorico Francisco Dias, em Tete, informa o Secretário do Governo que estão por preencher no livro de matrícula da escola as várias rubricas e requisita, para esse efeito, os livros de baptismo. Este processo de obter informação através dos livros paroquiais só produzia efeito para os que tinham sido baptizados, o que em relação aos

²⁰⁵⁴ Chiloane, 24 de Fevereiro de 1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), docs. 23 e 24.

²⁰⁵⁵ Sofalla, 6/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 9.

²⁰⁵⁶ Sofalla, 31/08/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 14.

²⁰⁵⁷ Gouveia, 16/06/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, Cx. 8.1, m. 2 (43).

²⁰⁵⁸ Tete, 26/07/1880, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 23.

estudantes de outras religiões ou confissões não era possível fazer. É esta uma das razões que tantas vezes se omite a filiação ou a idade.²⁰⁵⁹

A resolução dos problemas burocráticos não é, frequentemente, fácil; as distâncias, as inércias da administração e outros problemas de funcionamento podem obrigar a que se esperem anos até se conseguir o documento de nomeação. Theodorico da Silva Calheiros, Professor de Primeiras Letras das Ilhas de Cabo Delgado, escrevendo no início de Junho de 1854, explica que acabou o prazo de um ano da sua nomeação no lugar que ocupa e, como ainda não dispunha de confirmação no emprego, pede que seja passada a sua Portaria.²⁰⁶⁰ Em Agosto do ano seguinte, o problema continua, acabando por ser o mesmo professor a lembrar que requereu anteriormente a Portaria da sua nomeação para o cargo, não sabendo se o requerimento chegara ao Governador-Geral.²⁰⁶¹ Será exonerado em Cabo Delgado, a 17 de Outubro de 1855.²⁰⁶² É readmitido, uma vez que pertenceria à administração de Cabo Delgado, no final da década de 50, com 200\$000 réis de vencimento.²⁰⁶³

10.2. Recrutamento e captação de alunos

No domínio do recrutamento de alunos, grande parte da responsabilidade parece recair sobre os próprios professores, embora não disponham de meios suficientes para este fim. Por vezes regista-se alguma acção por parte das autoridades da região para tentarem a captação de alunos, embora seja episódica. Cabe aos docentes igualmente a obrigação de publicitar o início das actividades.

Em Fevereiro de 1883 anuncia-se que, no mês seguinte, iria abrir a escola do sexo feminino de Lourenço Marques, nomeada a professora D. Ilda Rozalina Martins.²⁰⁶⁴ Nessa altura, quatro das alunas são irmãs da docente, a que se junta uma negrita sua criada, situação que o Governador de Distrito entende justificar, “porque apesar das deligências por mim empregadas não vejo n'esta villa crianças d'esse sexo que deva mandar frequentar.”²⁰⁶⁵ A observação parece demonstrar que também o Governador do distrito se sente com a incumbência de designar potenciais alunas, dever que não parece, no entanto, produzir grandes resultados no local. A professora enviará mapas em 1885 e 1886.²⁰⁶⁶

²⁰⁵⁹ Tete, 27/03/1882, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 61.

²⁰⁶⁰ Ibo, 3/06/1854, *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 1.

²⁰⁶¹ Ibo, 2/08/1855, *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 2.

²⁰⁶² Portaria G.G. n° 316, *B.O.*, 27/10/1855, n° 45 p. 170.

²⁰⁶³ Romero, 1860, p. 61.

²⁰⁶⁴ *B.O.*, 31/03/1883, n° 13, p. 94.

²⁰⁶⁵ *B.O.*, 2/06/1883, n° 23, p. 153.

²⁰⁶⁶ Parapato, 30/06/1885, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 14; Parapato, 1/03/1886, doc. 16; Parapato, 1/04/1886, doc. 19; Parapato, 1/04/1886, doc. 19; Parapato, 30/04/1886, doc. 20.

Em Janeiro de 1889, Leonor Augusta de Lemos, professora em Lourenço Marques, informa que abriu o livro de matrícula dos alunos e tornou patente ao público a casa de escola, matriculando, no mesmo dia, a menina Eduarda, residente na vila.²⁰⁶⁷

Documento da Secretaria do Governo do Distrito de Angoche, de 28 de Agosto de 1889, assinado por Ignacio Lobão Costa, professor interino do Parapato e pelo Governador, expõe que Domingos Martins, também docente, se apresentou na Secretaria para lhe ser feita entrega do cargo. Aproveita para referir que

(...) foi muito do meu agrado o presenciar a maneira como V. Ex^a desempenhou este lugar, não só ministrando a instrução com o maior interesse mas também empregando meios muito louváveis para diariamente reunir na escola o maior numero de discipulos que lhe foi possível.²⁰⁶⁸

O professor é louvado pela sua aplicação mas, de igual modo, por obter bons resultados na captação de estudantes e por destes conseguir uma boa assiduidade, tarefa que exigiria um empenho diário e que não poderia, de igual modo, deixar de repercutir-se no nível de exigência que poderia ser imposto aos discentes.

Em Moçambique, um dos meios que se utiliza para comunicar com a população é a publicação de anúncios no Boletim Oficial:

ESCOLA D'INSTRUÇÃO PRIMARIA – Para que possa chegar ao conhecimento dos interessados se annuncia que a nova escola de Instrução Primaria creada pelo novo orçamento provincial, na rua do hospital n^{os} 1 e 3 (casas de Marcos Mattoso) abre no dia 8 do corrente, funcionando todos os dias não feriados das 7 às 9 da manhã e das 3 às 5 da tarde. Moçambique, 2 de Janeiro de 1894. – O professor, *Ricardo Carneiro de Sousa e Faro*.²⁰⁶⁹

Também na secção de “Anúncios” da mesma publicação, Maria Augusta Borges da Costa Severino, nomeada Mestra de meninas de 1^a classe, a 14 de Novembro de 1866,²⁰⁷⁰ anuncia que começará a receber alunas na escola do sexo feminino, em Moçambique, no dia 30 de Abril de 1867, pelas 10 horas da manhã.²⁰⁷¹ Saliente-se que esta forma de publicitação se dirige a um público já instruído ou que tem acesso ao Boletim.

As formas encontradas para recrutar alunos para as escolas indiciam as dificuldades do processo para favorecer a «Instrução» e sua difusão no território, assim como para rentabilizar as despesas a que obriga a existência de mestres. Quase todos os processos de angariação de discentes são válidos. Utilizam-nos os governadores e professores. A cooperação com as autoridades municipais na angariação de discentes é outro dos meios adoptados.

²⁰⁶⁷ Tete, 4/01/1889, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 80. Tete, 1/02/1889, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.3 m. 3 (19), doc. 17.

²⁰⁶⁸ *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (7), doc. 1.

²⁰⁶⁹ *B.O.*, 13/01/1894, n^o 2, p. 20.

²⁰⁷⁰ *B.O.*, 6/04/1867, n^o 14, p. 56.

²⁰⁷¹ *B.O.*, 27/04/1867, n^o 17, p. 72.

A 8 de Outubro de 1866, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva alude à cooperação com a Comissão Municipal do distrito de Sofala, nomeadamente com o seu presidente, o magistrado Agostinho José Maria de Sousa. Este coadjuvara-o tão rapidamente que, de “ontem para hoje”, se apresentaram na escola 28 alunos. Pede que seja ordenado o fornecimento de papel, tinta e outros artigos de que os alunos já carecem. Espera que o Governador possa satisfazer a requisição que acompanhou o seu ofício onde solicita artigos que na região se não encontram. Regista a sua satisfação pelos meios empregues face à fuga dos alunos à frequência da escola.²⁰⁷² A 21 de Outubro questiona sobre o lugar onde deve deixar os objectos que tem a seu cargo uma vez que conta partir de licença para Inhambane.²⁰⁷³

10.3. Calendário escolar.

Os governos liberais reconhecem a especificidade do território adaptando o calendário escolar à Província é a única modificação que entendem realizar ao funcionamento das escolas. A portaria nº 173 do Governo-Geral, esclarece algumas dúvidas suscitadas por uma outra, anterior, publicada no boletim nº 33 de 1862 sobre feriados, sua duração, e época em que estes devem ter lugar nas escolas de instrução primária.

De Moçambique, do palácio de S. Paulo, a 13 de Agosto de 1862, o Governador-Geral João Tavares de Almeida, no que respeita às pausas escolares,

(...) em conselho tendo em vista o artigo 31º capítulo 5º título 1º do decreto de 20 de Setembro de 1844, determina o seguinte:

1º Serão feriados para as escolas de instrução primária desta província todos os domingos, dias santos, dias de grande gala, e as quintas feiras das semanas, em que não houver outro feriado; desde véspera de natal até ao dia de réis, a segunda e terça feira depois do domingo da Quinquagésima, e a quarta feira de cinza; toda a semana santa e todo o mez de Novembro.

2º Os professores durante as ferias grandes ou as do mez de Novembro não poderão sair para fora do seu distrito sem concessão deste Governo Geral.²⁰⁷⁴

O calendário escolar, no âmbito das orientações gerais para a Província, adapta-se às necessidades de cada região. Setembro, Outubro, Novembro e até Dezembro podem ser meses de férias consoante as várias localidades, ou ainda diferir no interior de cada uma delas. Existem também pequenas diferenças regionais nos outros momentos de paragem lectiva.²⁰⁷⁵

²⁰⁷² Chiloane, 8/10/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 31.

²⁰⁷³ Chiloane, 21/10/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 32.

²⁰⁷⁴ *B.O.*, 23/08/1862, nº 34, pp. 133-134.

²⁰⁷⁵ A base é a lei de 20/09/1844, no seu artigo 31º - Serão feriados todos os domingos e dias santos; as quintas-feiras das semanas, em que não houver outro feriado; desde véspera de Natal até dia de Reis; a segunda e terça-feira depois do domingo da quinquagésima; a quarta-feira

Em nota ao mapa de movimento relativo a Fevereiro de 1895, em Lourenço Marques, o P^e. Augusto Soares Pinheiro refere que as férias de Entrudo começaram a 24 e terminam a 28 desse mês.²⁰⁷⁶ Os momentos de interrupção são objecto de comunicação superior. Anotaria no mapa mensal da escola de instrução primária da localidade que as férias começaram a 24 de Dezembro e terminam a 6 de Janeiro de 1895.²⁰⁷⁷ A escola reabriria, como previsto, a 7 deste mês.²⁰⁷⁸ Em nota ao mapa de movimento relativo a Abril de 1895, refere o padre e professor que as férias da Páscoa se registaram de 6 a 22 desse mês.²⁰⁷⁹ Numa outra nota ao mapa de movimento relativo a Agosto de 1895 indica que abriu nova matrícula para o ano lectivo de 1895-1896.²⁰⁸⁰

As férias, nos diversos períodos em que se realizam, são objecto de alterações e marcam a vida das populações, ou talvez seja mais correcto afirmar que são por ela marcadas.

O P^e. António Carlos Pires dos Santos, em nota ao mapa de movimento relativo a Abril de 1895, assinala a existência de férias até ao dia 12.²⁰⁸¹ Em 1896 e em anotação ao mapa de Outubro desse ano indica que se registaram férias no mês de Setembro e foi aberta nova matrícula nesse mês.²⁰⁸² Outra paragem decorreu de 24 de Dezembro a 6 de Janeiro de 1897.²⁰⁸³ A tentativa de estabelecer junto dos alunos certos momentos de paragem é uma forma de tentar – independentemente do sucesso obtido – enraizar junto deles uma rotina, um ritmo de aprendizagem, semelhantes aos do Reino.

As próprias actividades que alguns professores exercem em acumulação com a docência estão na origem de alterações ao normal funcionamento escolar. Em Inhambane João Caetano Dias, a 17 de Dezembro de 1875, responde ao Governador que as paragens decorrem durante o ano como o previsto com excepção das de Novembro

(...) porém as deste mez eu, como SubDelegado, tenho-as transferido para o mez de Setembro, em que se observão as ferias humanas judiciais, por evitar repetições de ferias, com notavel prejuizo dos alumnos meus educandos.” Acresce que observara a “Portaria do Governo Geral da Provincia, sob nº 173 de 13 d’Agosto de 1862, e approvadas por Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, nº 55 de 18 de Fevereiro de 1863.”²⁰⁸⁴

A acumulação de funções tem reflexos directos em aspectos tão simples quanto as férias escolares.

de Cinza; toda a semana santa até à segunda oitava da Paschoa; e mais quinze até trinta dias segundo as diversas circunstancias e na estação mais conveniente. Excertos de legislação em Alfreixo e Freire, 1886, p. 127.

²⁰⁷⁶ Lourenço Marques, Fevereiro de 1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 57.

²⁰⁷⁷ Lourenço Marques, 31/12/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 52.

²⁰⁷⁸ Lourenço Marques, Janeiro de 1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 55.

²⁰⁷⁹ Lourenço Marques, Abril de 1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 59.

²⁰⁸⁰ Lourenço Marques, 31/10/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 69.

²⁰⁸¹ Lourenço Marques, 1/05/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 78.

²⁰⁸² Lourenço Marques, 2/11/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 84.

²⁰⁸³ Lourenço Marques, 1/01/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 86.

²⁰⁸⁴ Inhambane, 17/12/1875. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 5.

A questão dos interregnos escolares suscitará, por exemplo, certas dúvidas por parte do Governador de Distrito de Inhambane. O mesmo João Caetano Dias responde, em 20 de Novembro de 1875, a novas dúvidas que aquele lhe formulara. Esclarecia,

1º Que as férias judiciais não tendo nada de *commum* com as escolares, não se comprehendia como tendo eu transferido as férias do mez de Novembro, para o de Setembro, enviei a essa Secretaria o mappa do movimento escollar, referido ao mez de Setembro e ainda não tenha remettido o que se reporta ao mez de Outubro.

2º Que determinando a Portaria do Governo Geral da Provincia, nº 173 de Agosto de 1862, que as férias grandes terão lugar no mez de Novembro só podião ser transferidas para outro mez de, por ordem ou authorização da autoridade superior da Provincia. Cumpre-me por tanto dizer a V. Sr^a resposta para fazer presente ao mesmo, quanto a primeira pergunta; transferi as férias grandes escolares do mez de Novembro, para o de Setembro porque se observão às semanas judiciais por que pareceu-me que nisso não resultaria inconveniente algum para o aproveitamento dos alumnos educandos (...), evitando assim, para mim, a continua lida sem descanso; pois tendo eu de observar exclusivamente as férias de Setembro, me veria obrigado de preencher as obrigações de Professor; e vice-versa, tendo de observar as de Novembro, seria necessario cumprir as obrigações de Sub-Delegado. Todavia deste arbitrio, eu fiz sabedor ao sobredito Snr Governador, quando lhe pedi licença, em Setembro, para hir gozar daquellas férias n'outra-banda.

E seja-me permittido fazer aqui uma reflexão, correlativa ao assumpto que o finado Padre Montanha,²⁰⁸⁵ meu sucessor, e os mais professores que sucederão a elle, seguirão tomem o sistema de observarem as férias grandes escolares no mez de Setembro, e não no de Novembro, sem razão alguma applausivel.

E, quanto a segunda pergunta, respondo que, conheço e reconheço prefeitamente que as dittas férias escolares sendo auctorizadas pela Auctoridade superior da Provincia, para serem observadas no mez de Novembro, não podem ser transferidas para outro mez, se não em verdade d'uma ordem ou authorização ou Auctoridade superior da Provincia, por isso que remettendo eu o mappa do movimento escollar, respectivo ao mez de Setembro, e prehenchendo logo em seguida as funcções de Professor no mez de Novembro, era com intenção de pedir opportunamente authorização legal a tal respeito no fim do anno, quando eu apresentar o meu relatorio escollar.

Afinal todos os esclarecimentos se reportam às dificuldades suscitadas pelo facto de o professor acumular também o cargo de subdelegado de Justiça, para além do respeito pela ordem dos poderes.²⁰⁸⁶

João Caetano Dias explica, ainda a propósito da marcação das férias escolares, em 11 de Janeiro de 1876 que a

²⁰⁸⁵ O vigário da igreja paroquial de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha elaborou um relatório – resultante da sua integração numa Comissão, por decisão do Governador de Distrito - que fez acompanhar de um officio para o Ministério em Lisboa. Como resultado, Sá da Bandeira propõe que lhe seja feito um louvor quer por ter aceite integrar a referida Comissão, quer pelas informações constantes do referido documento. Paço, 18/06/1857, *Annaes do Conselho Ultramarino – parte official*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 359. Em 1855 o Padre Santa Rita Montanha fora enviado com o tenente Sousa Teixeira ao estado bóer em missão de descoberta de um caminho não assolado pela mosca tsé-tsé. Santos, 1978, p. 230. Da viagem resultou um relatório elaborado pelo religioso, Montanha, 1857.

São applicados ao Padre Santa Rita Montanha os benefícios dos decretos de 5 de Novembro e de 15 de Dezembro de 1856 e Carta de lei de Junho do mesmo anno por serviços prestados ao Estado. Circular nº 93 do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Paço, 1/07/1861. *B.O.*, 14/06/1862, nº 24, pp. 99-100. O presbítero Montanha, pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, da vila de Inhambane, pediu que lhe fosse applicado o beneficio do decreto de 26 de Dezembro de 1854, confirmado pela portaria de 30 de Junho de 1866, concedendo-lhe o aumento da terça parte da respectiva congrua. Atendendo a que tem mais tempo de serviço efectivo necessario para obter o referido aumento, foi determinado que lhe fosse abonado além da sua congrua anual de 320\$000 réis, mais um terço da mesma. Paço, 17/08/1866. *BO*, nº 15, 13/04/1867, p. 59. Para estudo do Padre Santa Rita Montanha (ca. 1806-1871) veja-se ainda Liesegang, 1988, p. 14.

²⁰⁸⁶ Inhambane, 20/12/1875. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 6.

(...) Portaria do Governo Geral da Provedoria de 13 d'Agosto de 1862, determina que as ferias grandes escolares sejam observadas no mez de Novembro; e como eu, na qualidade de Sub Delegado, tenha tambem d'observar as ferias judiciais, no mez de Setembro; vejo-me por conseguinte embaraçado todas elas umas exclusivas d'outras, sem detrimento do serviço publico; por quanto, tendo eu de fazer as ferias judiciais, terei de exercer as ferias de professor; e vice-versa, às de Sub Delegado sem descanso algum; por isso, a bem rogo a V. Snr^a, se digne rezolver este caso temporariamente, como melhor entender.²⁰⁸⁷

As necessidades respectivas da administração e dos que a servem, aliadas à exiguidade destes últimos, exigem situações de cedência mútua como no caso de João Caetano Dias que continua a enviar mapas de frequência como o de 7 de Agosto de 1876.²⁰⁸⁸

Em Inhambane, no ano de 1880, o professor interino José Hermenegildo de Mello declarou aos seus alunos que o mês de Novembro era feriado.²⁰⁸⁹ Nesse mesmo local, mas em Setembro de 1886, as escolas estão fechadas por serem férias,²⁰⁹⁰ o mesmo acontecendo em Setembro²⁰⁹¹ e Novembro de 1888, ano em que a escola é regida pelo pároco da freguesia.²⁰⁹²

Em Gaza, o calendário escolar para os anos de 1886/87 teve de sofrer também modificações. Desta vez, por razões diversas que se prendem com as especificidades da vida dos africanos, suas cerimónias, costumes e hábitos:

As ferias grandes, tambem tiveram de ser mudadas da epocha que é pratica darem-se na provincia, para evitar um mez perdido no tempo do batuque do Gungunhana, que coincide em fevereiro ou principios de Março, na lua que elles chamão Engose ou do regulo.

O anno d'estes povos vatuas é lunar e contam-no pelo modo constante do mappa A.²⁰⁹³

A consideração dos rituais específicos africanos é um aspecto que importa levar em conta e que é imperativo respeitar integralmente se se pretende que existam alunos na escola.

Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, em Chiloane, respondendo a uma circular a 12 de Outubro de 1889²⁰⁹⁴ pede autorização para no mês de Outubro “fixar” a sua aula uma vez que Novembro é mês de férias.²⁰⁹⁵ Envia mapa de movimento a 31 de Outubro de 1890.²⁰⁹⁶

De Quelimane, Romualdo de Rafael Patrício comunica, em Outubro de 1874, que as férias decorrerão no mês de Novembro, ficando a reabertura da escola para o primeiro dia de

²⁰⁸⁷ Inhambane, 11/01/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.9.

²⁰⁸⁸ Inhambane, 7/08/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.10.

²⁰⁸⁹ Inhambane, 1/11/1880. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.27.

²⁰⁹⁰ B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515.

²⁰⁹¹ B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 694

²⁰⁹² B.O., 12/01/1889, nº 2, p. 21

²⁰⁹³ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 86.

²⁰⁹⁴ Chiloane, 12/09/1889. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 42.

²⁰⁹⁵ Chiloane, 29/10/1889. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 41.

²⁰⁹⁶ Chiloane, 31/10/1890. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 45.

Dezembro.²⁰⁹⁷ Respondendo em 9 de Novembro desse ano a ofício do Governador de Distrito onde o assunto das férias terá sido abordado, explica que não lhe consta que haja ordem para encerrar no mês de Novembro e se assim procede fá-lo “(...) fundado pelo costume e uso anterior á muitos annos que os meus antecessores tomaram sempre o mez de novembro como feriado para as escollas, por ser este mez o de maior rigor do calor nesta Villa”.²⁰⁹⁸

Romualdo de Rafael Patrício continua enviando mapas entre 1874 e 1878.²⁰⁹⁹ Num deles, no último ano, consta a comunicação de que desde o domingo de quinquagésima até 6 de Março é feriado para a escola, o período da Páscoa.²¹⁰⁰ No final de Dezembro envia mapa e participa que principia o feriado para a escola até 6 de Janeiro seguinte em conformidade com a portaria.²¹⁰¹ A 31 de Março de 1882, enviando mapa, comunica que é feriado para a escola toda a Semana Santa com reabertura da aula a 10 de Abril.²¹⁰² Entre diversos mapas enviados até 1885 comunica a semana de feriado anterior ao Domingo de Páscoa.²¹⁰³ Se o calendário geral adoptado para o Reino se mantém, só as férias é que são, verdadeiramente, adaptadas na Província.

Em Quelimane, na escola masculina, o mês de Novembro é de pausa escolar ao longo dos vários anos – nomeadamente 1884, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1892.²¹⁰⁴ E em Setembro de 1895.²¹⁰⁵

A 30 de Outubro de 1882, Romualdo de Rafael Patricio comunica que as férias decorrerão no mês de Novembro.²¹⁰⁶ A 30 de Dezembro participa a entrada em “férias divinas” e a reabertura da escola para 8 de Janeiro.²¹⁰⁷

O mês de Outubro de 1893 é tempo de férias na escola feminina de Quelimane, a cargo de Elvira da Conceição Billiter da Cunha.²¹⁰⁸

²⁰⁹⁷ Quelimane, 30/10/1874. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 24.

²⁰⁹⁸ Quelimane, 9/11/1874. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 25.

²⁰⁹⁹ Quelimane, 28/02/1874. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 13. Quelimane, 14/04/1874, doc. 15. Quelimane, 18/05/1874, doc. 16. Quelimane, 1/06/1874, doc. 17. Quelimane, 30/06/1874, doc. 18. Quelimane, 3/08/1874, doc. 21. Quelimane, 1/09/1874, doc. 22. Quelimane, 1/10/1874, doc. 23. Quelimane, 9/02/1878, doc. 30. Quelimane, 31/01/1878, doc. 29.

²¹⁰⁰ Quelimane, 27/02/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 32. Quelimane, 30/03/1878, doc. 33.

²¹⁰¹ Quelimane, 23/12/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 47.

²¹⁰² Quelimane, 31/03/1882. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 24.

²¹⁰³ Quelimane, 13/04/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 34. 30/02/1878, doc. 35. 31/05/1878, doc. 37. 27/06/1878, doc. 38. 31/07/1878, doc. 39. 31/08/1878, doc. 40. 20/09/1878, doc. 41. 30/09/1878, doc. 42. 27/11/1878, doc. 46. 31/12/1881, doc. 49. 28/02/1881, doc. 50. 31/03/1881, doc. 51. 2/05/1881, doc. 52. 31/05/1881, doc. 53. 30/05/1881, doc. 54. 30/07/1881, doc. 56. 30/08/1881, doc. 57. 1/12/1881, doc. 61. 31/12/1881, doc. 63. 3/03/1884, doc. 66. 30/05/1884, doc. 67. 30/06/1884, doc. 68. 31/07/1884, doc. 69. 30/08/1884, doc. 70. 30/09/1884, doc. 71. 30/12/1884, doc. 73. 30/01/1885, doc. 74. 27/02/1885, doc. 75. 30/03/1885, doc. 76. 30/04/1885, doc. 77. 29/05/1885, doc. 78. 30/06/1885, doc. 80. 30/07/1885, doc. 81. 29/08/1885, doc. 85. 30/09/1885, doc. 87. 30/12/1885, doc. 89. 29/01/1887, doc. 87. 29/01/1887, doc. 87. 28/02/1887, doc. 91. 30/03/1887, doc. 92. 30/04/1887, doc. 93. 30/05/1887, doc. 93. 30/06/1887, doc. 94. 30/07/1887, doc. 95. 30/08/1887, doc. 96. 30/09/1887, doc. 97. 3/03/1892, doc. 100.

²¹⁰⁴ *B.O.*, 20/12/1884, n° 50, p. 243; *B.O.*, 11/12/1886, n° 50, p. 624; *B.O.*, 15/12/1888, n° 50, p. 736; *B.O.*, 4/01/1890, n° 1, p. 5; *B.O.*, 7/03/1891, n° 10, p. 91.

²¹⁰⁵ *B.O.*, 18/04/1896, n° 16, p. 159.

²¹⁰⁶ Quelimane, 30/10/1882. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 30.

²¹⁰⁷ Quelimane, 30/12/1882. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 31.

²¹⁰⁸ Quelimane, 2/10/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 25.

Em Tete, o período das férias é variável: o professor P^e. José Luis Fernandes, a 3 de Novembro de 1879, comunica que a escola estará encerrada para férias no mês de Novembro “(...) como é prático”, já as paragens registar-se-ão no mês de Dezembro, em 1886²¹⁰⁹; Novembro em 1887 e 1888; Setembro em 1893 e 1895.²¹¹⁰

Na escola do sexo masculino de Angoche, em Setembro de 1879 “não houve frequência alguma, em consequência de serem férias”. Também nos meses de Setembro de 1892 e 1893, o mesmo acontecendo em 1900, na Capitania-Mor de Angoche.²¹¹¹

Na escola do sexo masculino do Ibo, Novembro é mês de férias, como determina a lei em 1883, 1884, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1892. Excepção para 1885, ano em que as férias foram em Dezembro incluindo as de Natal.²¹¹²

10.4. Horário - (tempo(s) de aprendizagem)

Os horários, à semelhança do calendário escolar, adaptam-se ao meio e aos alunos. Os professores e a administração compreendem que o clima e a cultura obrigam a um horário diferente, específico.

O horário escolar em Gaza, em 1886/87 é determinado pelo ritmo dos alunos, independentemente do rigor e veracidade das razões apresentadas pelos responsáveis, uma vez que

(...) nas escolas só se pode conseguir instrução de manhã das 7 às 10 horas, porque depois d'esta hora, as crianças não podem estar com atenção durante o tempo que durasse a aula.

Elles alimentam-se de carne e pombe, quase exclusivamente, e raro é o dia em que não se embriagam; n'este estado é impossível qualquer tentativa para se obter a sua comparencia.²¹¹³

As condições climáticas das diversas localidades justificam também adaptações quanto ao horário das actividades escolares. Romualdo de Rafael Patrício comunica, de Quelimane, a 7 de Janeiro de 1878, que o seu horário, a partir do dia seguinte, decorrerá das 10 às 12 da manhã e das 2 às quatro da tarde.²¹¹⁴ Em Outubro desse ano altera-o, culpando o muito calor que faz e as péssimas condições da casa que serve de escola, o que impossibilita

²¹⁰⁹ B.O., 5/03/1887, nº 10, p. 89

²¹¹⁰ B.O., 28/01/1888, nº 4, p. 62; B.O., 12/01/1889, nº 2, p. 2; Tete, 3/11/1879, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 14; B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159; A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 11.

²¹¹¹ B.O., 25/10/1884, nº 1, p. 4; B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602; B.O., 21/11/1893, nº 42, p. 601; B.O., 24/09/1900, nº 47, p. 318.

²¹¹² B.O., 29/12/1883, nº 52, p. 351. B.O., 27/12/1884, nº 52, p. 250. B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624. B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 596. B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 745. B.O., 11/01/1889, nº 2, p. 12. B.O., 21/02/1891, nº 8, p. 77. B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 633. B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 12. B.O., 1/02/1889, nº 5, p. 66.

²¹¹³ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 86.

²¹¹⁴ Quelimane, 7/01/1878. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 27.

que se sigam as horas do ano anterior pelo que, do dia seguinte em diante, as aulas decorrerão das 7 horas até às 10 da manhã e das 3 às 5 da tarde.²¹¹⁵

Em Maio de 1890, a responsável pela escola do sexo feminino de Tete requisita material e explicita o horário das aulas na sua residência decorrerá das 7 às 9 horas da manhã e das 3 às 5 da tarde.²¹¹⁶ Durante esse ano são enviados mapas de frequência.²¹¹⁷

A 16 de Fevereiro de 1889, o professor João Innocencio d'Aguiar Mendes comunica o início do exercício de funções.²¹¹⁸ A 7 de Fevereiro comunica a mudança de horário para o período das 6 às 10 horas.²¹¹⁹

10.5. Recursos materiais - Edifícios/estruturas da Escola

A educação/instrução não dispõe rede física fixa completamente estruturada no território.

É corrente a precariedade dos edifícios destinados às actividades escolares.²¹²⁰ Casas alugadas que não convidavam a investimento em melhoramentos eram uma solução usual. Assim se procurava garantir o funcionamento de aulas em edifícios que, com muito raras excepções, não haviam sido concebidos para as funções a que se detinavam. Nos apontamentos e discursos das autoridades sublinha-se, muitas vezes, o carácter transitório das instalações no pressuposto de que seriam construídos, em data que raramente se especifica, esforços destinados à leccionação ou para ela dotados de melhores condições, ainda que incluídos em edificações que se destinavam a albergar diversas repartições públicas.

A escola em Lourenço Marques, nos anos de 1877-78 funciona num dos quartos da casa alugada que serve de capela e não dispõe de “dotação alguma para alfaias, livros, papel, pennas, tinta, &.”²¹²¹

²¹¹⁵ Quelimane, 21/10/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 44.

²¹¹⁶ Tete, 25/05/1890, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 94.

²¹¹⁷ Tete, 2/06/1890, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 95; Tete, 17/06/1890, doc. 96; Tete, 22/07/1890, doc. 98; Tete, 3/08/1890, doc. 99; Tete, 3/09/1890, doc. 100; Tete, 4/11/1890, doc. 101; Tete, 3/12/1890, doc. 102; Tete, 2/05/1892, Tete, 8.3 m. 3 (19), doc. 18.

²¹¹⁸ Inhambane, 16/02/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.40.

²¹¹⁹ Inhambane, 7/02/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.41.

²¹²⁰ Na metrópole, legislação como as Instruções de 20 de Julho de 1866 estabeleciam as condições ideais para o funcionamento das escolas do ponto de vista físico. Capacidade e condições gerais; exposição e luz; ventilação; temperatura, mobília. Legislação em Alfreixo e Freire, 1886, pp. 127-135. Também a Relação dos objectos indispensáveis para a organização das escolas primarias, conforme o disposto no nº 2 da portaria de 7 de Julho de 1870, *Id. Ibid.*, p. 135; a Carta de lei de 2 de Maio de 1878, dispondo as matérias de estudo nos vários graus do ensino primário (cap. I); O ensino obrigatório, matrículas e frequências (cap. II); da escola (cap. III); do magistério primário (cap. V); dos exames de instrução primária (cap. VI); do ensino normal (cap. VII); da inspecção e das juntas escolares (cap. VIII); das conferências (cap. IX); da dotação do ensino primário (cap. X); disposições gerais (cap. XI). *Id. Ibid.*, pp. 135- 157. O regulamento de 28 de Junho de 1881 estabelece aulas em duas lições por dia sendo as faltas dos discentes justificadas por moléstia comprovada por certidão do facultativo; dispensa do delegado paroquial; interrupção de comunicações entre casa e escola; incêndio, desastre ou morte de pessoa conjunta ou outra circunstância imprevisível e atendível; por falta de vestuário ou outros meios indispensáveis para a frequência. Em Moçambique estas normas teriam, certamente, ainda uma latitude maior que na metrópole. *Id. Ibid.*, p. 139.

²¹²¹ *B.O.*, 6/01/1879, nº 1, pp. 3 e 4. Relatório do districto de Lourenço Marques relativo ao anno económico de 1877 a 1878.

Em 1882 ainda a mesma escola não dispunha de edifício expressamente destinado para esse efeito. Tratava-se de casa arrendada por 9\$000 réis mensais que o Governador esperava poder transferir, posteriormente, para um edifício em que vinha reunindo os vários serviços públicos, com excepção da alfândega. Nessa altura, “Casa mobilia e tudo quanto diz respeito á aula é d’uma pobresa de fazer fugir os que mais faceis são de contentar.”²¹²²

Nesta data, a escola, à semelhança da câmara, tribunal e correio funcionam “(...) em casa nada em harmonia com o decoro do serviço publico (...)”, declarando-se a intenção de as transferir para um único edifício que lhes proporcione melhores condições.²¹²³ No momento, as instalações em que funcionava a escola eram precárias, situação relativamente à qual a Comissão Municipal se manifestava impotente como o reconhece o Governador de Distrito:

(...) Dizia eu acima, que um dos assumptos talvez mais descurados em Lourenço Marques é a instrucção publica. Isto é ou, pelo menos, afigura-se-me ser de todo o ponto exacto. E para o provar, basta diser-se que em todo o districto, relativamente a instrucção, apenas há na villa uma escolla de instrucção primaria para o sexo masculino, cuja despesa de mobilia, aluguel de casa e outros deviam, pela portaria do governo geral de 14 de novembro de 1857, estar a cargo da camara municipal, mas por falta de recursos d’esta todas as despesas respectivas, até ao fim do anno proximo passado (1881), tem corrido por conta do cofre do districto

Convem dizer aqui, que, tenho eu indusido a camara municipal d’esta villa a crear receitas por meio de algumas posturas, que esperam a approvação do conselho de provincia, ficaram taes despesas transferidas para aquella corporação desde o começo do presente anno.

Convem dizer mais que a despesa com a renda da casa onde funciona a aula de 9:000 reis mensaes, por não ter sido ainda possivel preparar alojamento proprio para tal fim no edificio onde consegui reunir já todas as repartições publicas, com exepção da alfandega. — Casa mobilia e tudo quanto diz respeito á aula é d’uma pobresa de fazer fugir os que mais faceis são de contentar. E é preciso ainda dizer que em contrario de todas as considerações economicas philosophicas, e de conviniencia de serviço publico, achava se o cargo do professor, quando aqui cheguei, confiado a um 1º sargento que percebia por isso a gratificação mensal de 25\$000 rs. e que foi v.ex.^a quem, por proposta minha, deliberou que o militar passasse a ser encarregado dos serviços da sua competencia no corpo e o logar de professor voltasse a ser dado o único padre que há em todo o districto, o qual, a convite meu, o acceitou, com a gratificação de 15\$000 reis.

Eis que se reduz no districto de Lourenço Marques a instrucção pública!²¹²⁴

À escassez de pessoal habilitado para a docência juntam-se as deficientes condições das estruturas passíveis de funcionar como apoio à aprendizagem, desde logo dos edifícios que se conseguem disponibilizar para esse efeito.

Em 1889 a situação não se alterara em muito, pois, apesar do desenvolvimento da vila “(...) ainda faltam construir muitos edificios publicos, como tribunal, cadeia, escola, casa da

²¹²² B.O., 8/04/1882, nº16, pp. 150 e 151.

²¹²³ B.O., 25/03/1882, nº 14, p. 133.

²¹²⁴ B.O., 8/04/1882, nº16, pp. 150 e 151. *Relatório do distrito de Lourenço Marques*, 15/02/1882.

camara, etc.”²¹²⁵ Sobre a instrução os lamentos oficiais registam que é “(...) pena que a instrução não tenha acompanhado o desenvolvimento e o progresso, e que haja apenas uma aula regida umas vezes pelo padre e na falta d’este por um sargento do batalhão.”²¹²⁶

Referimos o caso do professor João Caetano Dias como paradigmático da teia burocrática da instrução em Moçambique. Faz uma exposição sumária do que vem sendo a sua regência da Escola, de 20 de Agosto de 1884 a 18 de Fevereiro de 1886 e de 16 de Fevereiro de 1888 até 1891, ano em que escreve. Refere como causas do atraso da instrução, num estilo irónico de humildade forçada “a incapacidade de sua pessoa”, mas junta “(...) secundaria e poderosamente na falta de coadjuvação da parte de quem pode!”. Remonta a sua exposição ao desembarque que fizera na então ainda vila, em 1884, quando foi logo encarregue de reger a escola. Tendo, na altura, perguntado onde era o edifício, responderam-lhe que não existia. Dirigindo-se para a Câmara Municipal, concluiu que era regente de uma escola que não existia. Porque era à Câmara que cabia providenciar casa para a escola e utensílios necessários, dirigiu-lhe um requerimento que ainda no momento em que agora escrevia aguardava despacho. Demorou dezassete dias para arranjar casa e pelo preço de 18000 réis, o que lhe permitiu abrir a escola, mas “numa casa cuja renda tinha de pagar”. Faz as contas com o seu vencimento, 30777 réis a que desconta 18000 da casa e 15000 de alimentação, o que daria um saldo negativo de 223 réis. Pediu, sob pena de ter de procurar uma palhota para habitar, que lhe fosse abonado subsídio de renda de casa, ao que a Delegação da Fazenda respondeu com a atribuição de 4500 réis, subsídio posteriormente elevado para o dobro. Ainda que com dificuldades, pode manter a escola em funcionamento muito embora faltassem livros, mesas, bancos, penas, tinteiros, pedras, entre outros objectos, apesar de os ter solicitado.

Fizera a primeira requisição escrita a 12 de Novembro de 1884 e um aditamento a 21 do mesmo mês. Sem resultado. A 16 de Março de 1885 dirigiu-se ao Governador, de quem recebeu a resposta de que os objectos pedidos para a escola haviam sido requisitados a Lisboa, uma vez que os não havia no mercado local, e que o pedido para a Igreja tinha sido endossado para as Obras Públicas. Em 14 de Agosto desse ano envia um ofício à Delegação lembrando a primeira requisição. Responderam-lhe que ela tinha sido endossada ao Almoxarifado da Fazenda em Moçambique. O que configuraria uma evidente contradição - para Lisboa ou Moçambique? A exemplar burocracia.

²¹²⁵ Lapa e Ferreri, 1889, p. 61.

²¹²⁶ *Id. Ibid.*, p. 64.

Enviou à Delegação novo ofício retomando a demanda dos objectos requisitados no primeiro, a que juntou alguns outros. Foi-lhe pedida a dimensão dos bancos e mesa para, com os outros objectos se poderem adquirir. Apenas seriam fornecidos bancos, mesa, papel, penas, envelopes, tinta e um frasco de cola, nada mais lhe tendo sido entregue até 18 de Fevereiro de 1886, data em que teve que seguir para Moendazi.

Desde essa data até ao seu regresso em 16 de Fevereiro de 1888, nada sabia quanto ao que se teria passado com os que o substituíram. A 8 de Março desse ano fez uma pequena requisição de objectos de expediente que seria satisfeita. Continuou a contactar o Governador para satisfazer a sua primeira requisição e ofereceu-se para leccionar uma aula nocturna em, pelo menos, três dias da semana. Reformulou a requisição, a que juntou novos artigos, e enviou-a. Infelizmente o Governador com quem tudo tinha sido acordado teve de abandonar o Governo do Distrito, seguindo-se uma série de outros Governadores de curta duração. O anterior Governador, Capitão de fragata José d'Almeida d'Ávila assegurara-lhe que destinava a antiga casa do Paiol para escola e residência paroquial, ainda que sofrendo as necessárias obras, tendo o padre juntado algumas sugestões, sendo-lhe entregue, de seguida, a chave do edifício.

A construção do caminho de ferro fez afluir muitos trabalhadores à cidade e os pedidos de alojamento sucederam-se. Cedeu a casa, como estava e por alguns dias, ao Capitão António Maria Catoja, mas este, assim que dela tomou posse, demonstrou não a querer abandonar brevemente, demorando alguns meses no local, situação que só acabaria com a ordem expressa do Governador para que abandonasse a casa, tendo entregado a chave. Quanto às obras, não se podiam fazer por falta de operários, já que todos eram poucos para o caminho-de-ferro.

A 21 de Maio de 1889, persistentemente, envia nova requisição à Câmara, quer sobre o estado da escola, quer sobre a aula nocturna. Nada resultou.

Voltando a contactar o Governador em 23 de Agosto de 1889, dividiu a requisição em duas partes, a saber: os objectos que se podiam comprar localmente e os que tinham de vir de fora.

Corria, por essa altura, a epidemia da varíola e era necessária uma casa, pelo que o Governador voltou a pedir a chave do edifício para ali instalar a enfermaria. Novos contactos culminaram com a satisfação por parte do Governador da requisição, com excepção de estojos de desenho. Mas o pedido dos objectos que poderiam ser adquiridos na terra não se cumpria. Comenta: “É mais fácil, e, por ser mais fácil demora mais!”.

Segue-se, num tom aparentemente laudatório, mas verdadeiramente irónico, um “elogio” ao Governador que, apesar de não ter cumprido a segunda parte da requisição, teria sido o que mais fez pela instrução conseguindo o que os outros não haviam conseguido em quatro séculos. Pelo que, conclui, “a culpa foi do encarregado (...)”. Ainda assim, teria o responsável pelo distrito feito muito pelos indígenas. “Estou certo que não fez todo o bem que desejava; mas, para o desenvolvimento intellectual do indigena já fez muito, pelo que se tornou credor da gratidão dos subditos sul-africanos portugueses, embora elles, tenham uma natureza alheia a tão nobres sentimentos”. Por razões de saúde deverá o Governador abandonar antes do tempo mas espera que o Governador Interino siga a sua acção. Outros contactos foram efectuados alertando para a necessidade de uma casa para a escola, e quando lhe pediram que visse o que havia chegado à Alfândega, argumentou que não tinha onde guardar o material. Foram-lhe pedidas orientações quanto às obras que eram necessárias para a escola do sexo masculino e terá referido o estado das janelas, caixilhos e vidros. Finalmente a casa foi entregue para a escola e começaram os trabalhos. Novas requisições.

Na sua luta persistente, o padre e professor retoma os contactos. Pediu uma cerca para a escola, para aí poder tratar um pouco de horticultura e arboricultura, de maneira que não fosse destruída por animais. Ao mesmo tempo procurava precaver-se contra a ameaça de alguém vir a ocupar o terreno circundante. Volta a focar a necessidade de cerca, pois o terreno é devassado de “racionais e irracionais que tudo destroem”. Tem, para transplantar, eucaliptos, laranjeiras, tangerineiras, mas não sabe quando poderá fazê-lo. Relata o caso de vandalismo alegadamente perpetrado por um alferes Peres, apanhado em flagrante pelo padre Henry.²¹²⁷ Fornece as medidas para a cerca do terreno, 187 metros de fundo e 145 de lado, numa área compreendida entre as avenidas Afonso de Albuquerque e Castilho.²¹²⁸

Quando em Abril de 1890, o Padre António Dias Simões pedira uma casa para a escola e residência paroquial nas devidas condições pedagógicas, atribuíram-lhe o antigo edifício do paiol, pedindo-se, na mesma ocasião, que fossem indicados os reparos a fazer no edifício. A resposta havia seguido em ofício do ano anterior, deferindo-se os necessários trabalhos. Entretanto, chegaram ao distrito alguns empregados e, em virtude da escassez de habitações, foi o edifício cedido ao Comandante de Caçadores 4. Os trabalhos do Caminho-de-ferro a cargo do Governo absorveram todo o pessoal das Obras Públicas, cuja direcção se deveria encarregar dos trabalhos de reparação do edifício destinado a futura escola e

²¹²⁷ O Padre jesuíta José Henry esteve na missão da Zambézia, em Quelimane, entre 1887 e 1889 quando abandonou a Companhia. Foi, de seguida, coadjutor da paróquia de Lourenço Marques, onde prestava serviço no hospital, era capelão das irmãs de S. José de Cluny e ajudava o professor em serviço na escola paroquial. Correia, 1991, pp. 106 e 160.

²¹²⁸ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 25/09/1891. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 35.

residência paroquial. Até esse momento a escola não fora dotada com uma casa, indispensável para proceder à arrecadação de objectos para a instrução.

Este Padre relaciona o sucesso da colonização com a necessidade de Instrução, que classifica como “o primeiro elemento civilizador”. Alerta para os estrangeiros que fazem aquilo que caberia aos portugueses fazer e exemplifica com a propaganda protestante e suas “perniciosas máximas” em matéria religiosa, junto dos indígenas, mas, de igual modo, com inegáveis consequências políticas. O protestantismo estaria a invadir, segundo o religioso, quase todo o distrito e só missões bem organizadas se lhe poderiam opor, já que “O que se observa em colónias estrangeiras envergonha-nos nas nossas”.

Pede que seja cedida a casa, não para si que “(...) pouco, pouquíssimo necessitarei n’esta terra pois espero não ser longa aqui a minha permanencia, e por outra parte tendo pouco, com isso me contento, nunca fui exigente!”, mas o auxílio pedido é para essa “cruzada civilizadora”.²¹²⁹

O insistente Padre lembra os trabalhos que já havia solicitado diversas vezes “vocalmente e por escrito”, sendo-lhe incumbido mandar executar uma grande parte desses trabalhos e adquirir alguns objectos que requisitara, devendo apresentar as despesas com a recomendação de que não fossem “excessivamente grandes”. Num tom cáustico, refere que não havia abraçado a tarefa por gosto, mas para que “houvesse uma cousa qualquer a que pudesse dar o nome de escola”, sublinha que “apesar de há quase 400 anos estar sob o nosso domínio; e mais de seis gastei eu, por frequentes vezes pedir varios fornecimentos da mais evidente necessidade (...)”. Os trabalhos param. “Diz-se que às Obras Publicas incumbe o executar taes e taes obras, mas, que importa isso se ficam sempre por fazer?”. Chama ainda novamente a atenção para a necessidade de cercar uma parte de terreno junto à escola sob pena de ficar sem nada. Reafirma, a este respeito, a ameaça de estrangeiros “(...) pois todo o districto foi posto nas mãos d’elles, veem bem perto a cercar, e as quatro barracas do Governo estam reduzidas a dois palmos de terreno.”. A casa necessita de várias intervenções – telhados, duas portas, vidros, caiação, pintura, entre outros e remete a sua execução para as Obras Publicas.²¹³⁰

O mesmo P^o. António Simões contando, em 1893, da falta de arejamento da escola, por ausência de qualquer ventilação e com mais de sessenta alunos. Junta a necessidade do encanamento da água, concerto do telhado, colocação de quatro tanques para aproveitamento das águas, já que algumas árvores que plantara perecerão por falta de rega o que aconteceria a

²¹²⁹ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 11/04/1890. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 32.

²¹³⁰ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 18/04/1890. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 34.

outras que plantadas fossem. Solicita a execução dos trabalhos pelas Obras Públicas.²¹³¹ O mesmo professor da Escola Pública da Instrução Primária do sexo masculino da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques comunica ao Governador do Distrito que, da requisição em que pedia a colocação de quatro tanques e a construção de uma varanda na escola, apenas tinham sido colocados dois tanques, continuando outros tantos por colocar e não se fazendo nenhuma diligência em relação à varanda, isto, apesar de haver sido inscrita verba no orçamento para tal fim.²¹³²

Mesmo a persistência e obstinação do docente esbarra com inúmeras dificuldades ao tentar conseguir os meios mínimos para assegurar a leccionação. A escassez de meios e a existência de prioridades militares e políticas obriga a que os progressos na instrução caminhem com um ritmo lento. O padre Augusto Soares Pinheiro pede, de Lourenço Marques, em Junho de 1895, que, para a regular cultura do terreno pertencente à escola sejam atribuídos doze metros cúbicos de água por mês.²¹³³ Junta, em 17 de Agosto do ano seguinte, um orçamento de despesa para a escola primária do sexo masculino, contemplando a gratificação de 500000 réis para o professor – o pároco; um contínuo com ordenado de 120000 réis; material para a escola do sexo masculino no valor de 300000 réis; 50000 réis para reparos na casa da escola; tudo totalizando 970000 réis.²¹³⁴

Em Lourenço Marques, não era fácil conseguir um local que servisse de escola de instrução primária para o sexo feminino. Já em 30 de Maio de 1896 a professora Elvira Julia Sarmiento Coelho assinala que lhe vinha sendo impossível arrendar uma casa com condições para servir de escola com a diminuta importância que lhe é abonada, declinando responsabilidades pelo que daí possa decorrer. Explica também que da Câmara apenas recebeu um boletim, não tendo sido entregue qualquer mobília ou outros artigos necessários.²¹³⁵ Em Junho desse ano, comunica que se dirigiu ao Presidente da Câmara Municipal para que a pudesse auxiliar, diligenciando no sentido de se obter casa para estabelecer a escola do sexo feminino que deve dirigir. Perante a resposta evasiva que recebeu e cujo ofício junta, encontra-se com as mesmas dificuldades de anteriormente, não só porque as casas desocupadas são caríssimas, mas também pela falta delas, mais não lhe restando que pedir a intervenção do Governador.²¹³⁶

²¹³¹ Lourenço Marques, 20/11/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 44.

²¹³² Lourenço Marques, 25/09/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 47.

²¹³³ Lourenço Marques, 6/06/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 63.

²¹³⁴ Lourenço Marques, 17/08/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 82.

²¹³⁵ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 30/05/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 29.

²¹³⁶ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 16/06/1896. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 28.

Nenhum estabelecimento de ensino está a salvo das dificuldades que afectam a resolução dos mais pequenos problemas. A Directora do Instituto de Ensino D. Amélia²¹³⁷, Irmã Maria Catherine, comunica o mau estado em que encontra o edifício onde o estabelecimento está instalado e solicita providências para que se façam as reparações necessárias.²¹³⁸ As notas ao documento dão uma ideia do seu percurso, respectivamente Obras Públicas, em 22 de Outubro de 1895; outra vez às Obras Públicas e ao Instituto em 26 do mesmo mês e, finalmente, na Secção Cível, três anos depois, em 22 de Outubro de 1898.

A Irmã Superiora Maria Jeronyma pede ao Governador, em 1900, que se proceda ao arranjo de três varandas e algumas outras reparações necessárias. Em nota ao documento, o Governador solicita o arranjo e conta que uma aluna “meteu” numas tábuas podres uma perna que ia partindo e que pode vir a suceder o mesmo ou pior, a outras.²¹³⁹

Sobre a escola de Inhambane, em 1875, na *Noticia acerca dos edificios e obras publicas no distrito de Inhambane*²¹⁴⁰ nota-se que não há, nessa data, casa para tal fim, pelo que os alunos se reúnem em casa do professor onde este exerce as suas funções.²¹⁴¹

Em 1889 chegava a Inhambane uma cobertura metálica para um edifício em que se projectava a instalação da secretaria do batalhão, quartel de polícia, escola, obras públicas e correio.²¹⁴² As descrições coevas sobre a situação do ensino no local são comedidas: “A instrucção n’este districto não está mais desenvolvida do que nos outros. Tem apenas a villa duas escolas de instrucção primaria regularmente concorridas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino.” O estado não possui edificios no distrito tendo que alugar as casas em que funcionam todas as repartições.²¹⁴³

Marianna Judice da Rosa Limpo, foi nomeada a 14 de Setembro de 1889, substituindo interinamente Maria Joaquina de Araújo Mendes.²¹⁴⁴ A 28 de Agosto do mesmo ano, tomou posse do cargo de professora de instrucção primária. Como se observa na sequência da documentação, as mudanças de docente são frequentes e difíceis as condições para leccionação.²¹⁴⁵ A 22 de Dezembro pede ao Governador do Distrito que lhe seja entregue a chave da casa destinada para escola de instrucção primária e elementar do sexo feminino visto

²¹³⁷ Inst. Rainha D. Amélia fundado por iniciativa de D. António Barroso, bispo de Himéria e Prelado de Moçambique por P.G.E., nº 133 de 21/03/1893. Almeida, 1988, p. 87.

²¹³⁸ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 22/10/1895. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 4, doc. 4.

²¹³⁹ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 10/09/1900. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 4, docs. 31.

²¹⁴⁰ B.O., 24/04/1875, nº 17, p. 96-97.

²¹⁴¹ B.O., 24/04/1875, nº 17, p. 97.

²¹⁴² B.O., 8/03/1890, nº 10, p. 131.

²¹⁴³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 49.

²¹⁴⁴ Portaria G.G., nº 515. B.O., 14/09/1889, nº37 p. 565.

²¹⁴⁵ Inhambane, 28/08/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 35.

que a escola não podia continuar a funcionar na sua residência.²¹⁴⁶ A 31 de Março de 1890 acabará pedindo exoneração do cargo de professora interina por ter de sair do distrito.²¹⁴⁷

A 16 de Março de 1888, o professor Apolinário Francisco Xavier Soares comunica que tomou posse do lugar de professor do ensino primário e elementar da vila de Inhambane.²¹⁴⁸ A 30 de Maio comunica que a escola de instrução primária do sexo masculino será mudada no dia 1 de Junho para outra casa, sita na rua de Chivatune, visto que a residência onde leccionava até então não era conveniente para esse fim, por se encontrar sujeita ao vento e à chuva, o que obriga a ter as portas fechadas para evitar estragos. A outra casa escolhida, além de possuir melhores acomodações fica mais próxima para os alunos por serem quase todos oriundos daquele bairro.²¹⁴⁹

De entre as habitações provisórias construídas em Gaza constam, em 1888, um barracão para habitação do residente; dois mais pequenos para casa dos professores; um que serve de armazém e um que serve de escola.²¹⁵⁰

Em Sofala, o professor Adriano Augusto Gomes de Faria, a 1 de Junho de 1881, classifica o edifício escolar como de “sofrível capacidade”. No imóvel em que funciona a escola não há casa de habitação para o professor.²¹⁵¹

Respondendo ao terceiro quesito que lhe é solicitado em documento do Governo-Geral, o professor Adriano de Faria, na mesma data, regista que existem duas mesas com dois bancos. O edifício é toscamente feito e encontra-se em estado sofrível. A mobília é insuficiente e o professor não tem cadeira. Lembra que o mobiliário é fornecido pela Fazenda e a ela compete a sua conservação. Quanto à comissão municipal da ilha, não dispõe de quaisquer fundos para poder acorrer às necessidades.²¹⁵²

No *Relatório do Distrito de Sofala referido ao ano económico de 1886-1887*, de 8 de Agosto de 1887, o Governador Jorge Pinto de Moraes Sarmento descreve as condições físicas do espaço em que se lecciona:

(...) Não há edificios proprios para escolas e não sei o fundamento com que foram excluidas do orçamento da camara municipal as gratificações que n'elle estiveram sempre consignadas para renda de casas; um novo orçamento, as restabelece, de que se espera a approvação, o que é muito justo e necessario.

“Dos professores de Chiloane não podia exigir-se que habitassem casas espaçosas quando os seus poucos meios obrigam a procurar as mais baratas.

Em Bazarutto não há escola, melhoramento com que muito lucrariam aquelles povos; mas tendo sido decretada a criação d’uma parochia ali, quando essa esteja

²¹⁴⁶ Inhambane, 22/12/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 36.

²¹⁴⁷ Inhambane, 31/03/1890. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 37.

²¹⁴⁸ Inhambane, 16/03/1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.37.

²¹⁴⁹ Inhambane, 30/05/1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.38.

²¹⁵⁰ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 86.

²¹⁵¹ Chiloane, 1/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7.

²¹⁵² Id. Ibid.

estabelecida, poderá o parocho preencher a falta d'um professor d'instrucção primaria.²¹⁵³

A 19 de Abril de 1887, Paulino Cassiano da Costa Corrêa comunica que não considera conveniente a permanência da escola a seu cargo na Praça de S. Caetano da vila, por lhe serem apresentadas dificuldades que o Governador “deve conhecer”. Nomeadamente: as “aguas grandes do mar” que cobrem a passagem da vila para a povoação e, quando chove, fica o mesmo caminho alagado, tendo de “allugar pretos para maxila”. Sugere que seja arrendada, para escola, uma casa na vila. Finalmente considera que “(...) não pode haver grande desenvolvimento nos alumnos, enquanto continuar a escola n'uma Praça de guerra, aonde forçosamente tem os alumnos de meter entre soldados.”²¹⁵⁴ Envia mapas a 4 de Agosto de 1887.²¹⁵⁵ No dia seguinte, um desses mapa é relativo ao ano económico de 1886-1887.²¹⁵⁶ Um outro final de Dezembro de 1888, respeitante àquele ano civil.²¹⁵⁷

Em 1887-88, as escolas de Quelimane funcionam em casas alugadas, sendo as rendas pagas pela Câmara, cuja actividade é favoravelmente citada, nomeadamente

(...) devido ao muito zelo e interesse com que esta, e especialmente o seu vice-presidente, tem attendido a este ramo de serviço, está-se construindo uma casa apropriada onde brevemente deve ser installada a escola do sexo masculino.

Durante o anno findo foram muitissimo melhorados a mobilia e utensilios das duas escolas, estando actualmente, além de muito decentes, em condições de poderem satisfazer aos fins a que se destinam.²¹⁵⁸

A 28 do mês de Agosto, Romualdo de Rafael Patrício participa que no dia anterior uma das paredes colaterais da casa da escola alugada pela Câmara Municipal se separou da parede mestra, caindo uma porção de terra sobre um banco que poderia ter matado o aluno nele sentado se ele não estivesse, nessa altura, escrevendo na mesa. Enquanto pelo governo lhe não for dada uma boa casa para escola terá a necessidade de passá-la para um quarto da entrada “(...) muito acanhada e escura e imprópria para este mister”. Também oficiou o Presidente da Câmara Municipal.²¹⁵⁹

Elvira da Conceição Billiter da Cunha expõe, a 1 de Setembro de 1893, que a Câmara Municipal alugou a um certo sr. Romão, a casa na Rua de D. Luiz para funcionamento da escola porque a que então era usada tem péssimas condições de salubridade, por distar muito da vila. Apesar de a referida casa se encontrar alugada desde dia 1, o “batiano” Balia Mangi

²¹⁵³ B.O., 24/09/1887, n.º 39, pp. 437 e 438.

²¹⁵⁴ Sofalla, 19/04/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 10.

²¹⁵⁵ Sofalla, 4/08/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 11.

²¹⁵⁶ Sofalla, 5/08/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 12.

²¹⁵⁷ Sofalla, 31/12/1888. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 13.

²¹⁵⁸ B.O., 20/10/1888, n.º 42, p. 630.

²¹⁵⁹ Quelimane, 28/02/1882. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 23.

enchou-a de mantimentos sem consentimento do respectivo dono, recusando-se a entregar a chave, depois de por várias vezes ter sido intimado a fazê-lo, com bastante antecedência. A casa na Rua de S. Domingos onde actualmente funciona a escola já não está alugada pela Câmara, pelo que pede agora providências.²¹⁶⁰

O espaço-escola pode funcionar numa diversidade de instalações e nas condições mais adversas. Quanto à Escola do sexo feminino de Tete, nos anos de 1857 e 1858 as aulas eram ministradas no Quartel.

Na mesma localidade, conjuntamente com a delegação de Fazenda e o Tribunal Judicial encontra-se, em Fevereiro de 1879, a escola do sexo masculino e sociedade literária. Uma comissão composta por oficiais e cidadãos investiga o estado do edifício que se deverá destinar a albergar, entre outras repartições, a escola masculina de Tete. Compete-lhe indagar quais as “(...) circunstancias da sua construcção e se o edificio acha completamente acabado e com decencia.” O governo comprara-o a um particular, Roque Sequeira de Nazareth. A comissão conclui pelas boas condições apresentadas pelo imóvel para funcionamento das repartições da fazenda, tribunal judicial, escola de sexo masculino e biblioteca da sociedade literária, ainda que proponha algumas alterações físicas no edifício para assegurar o cumprimento integral das funções a que se destina.²¹⁶¹

No ano de 1895 e na mesma vila, a professora da escola primária de sexo feminino, Berta de Albuquerque, acabando de ocupar o cargo, dirige-se ao presidente da Câmara, lamentando o estado da construção e mobília que a vereação destinara para escola e descrevendo o seu estado. Quanto ao mobiliário, há

(...) simplesmente um banco que pode comportar quatro a cinco pessoas assentadas portanto o numero das alunas, que concertiza deve ser superior aquelles que pode comportar o banco, as restantes portanto terão que se conservarem em pé bem assim a professora por isso que para esta nem sequer ha uma cadeira para se sentar: existem dois pequenos bancos para descanso dos pés que a meu ver são desnecessarios e prestimo algum teem.” E a casa “(...) consiste apenas n’uma unica salla quando é certo ser necessarios pelo menos dois pequenos quartos, um para as alumnas e outro para a professora poderem ter algumas coisas indispensaveis (...).²¹⁶²

Em finais de Dezembro de 1886, o professor P^o. João Hiller explica que, na falta de uma aula adequada para o ensino primário, tinha emprestado, havia mais de um ano, a sua casa para esse fim. Porém, em face dos “grandes prejuizos” nela causados pelos alunos, pede que lhe seja concedida uma gratificação mensal que for julgada conveniente.²¹⁶³

²¹⁶⁰ Quelimane, 21/09/1892. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 18.

²¹⁶¹ Tete, 27/02/1879, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.11 m. 2 (43), doc. 1.

²¹⁶² Tete, 4/03/1895, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.2 m. 1 (4), doc. 1.

²¹⁶³ Tete, 22/12/1886, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 76.

Em Angoche, nos anos de 1886-87, não existe edifício próprio para escola, sendo a comissão municipal a pagar a renda da casa destinada para esse fim.²¹⁶⁴

Em Outubro de 1876 funcionava a escola do distrito de Cabo Delgado num dos armazéns da casa de habitação do professor com pouca ventilação e capacidade, pelo que o Governador entendeu transferi-la para uma sala do forte de S. José, em melhores condições higiénicas.²¹⁶⁵

Em 1880, a escola da vila do Ibo funciona igualmente em casa arrendada, pela câmara municipal, “(...) mas sem condições algumas hygienicas ou outras, que a recommendem convidativa.”²¹⁶⁶ Em 1880, no Ibo, não há casa própria para escola do sexo masculino, servindo para esse fim, uma dependência da igreja. A escola do sexo feminino funciona na casa onde reside a professora e pela qual a câmara municipal paga a renda de 60\$000 réis anuais.²¹⁶⁷

Já no *Relatório que se refere ao distrito de Cabo Delgado para o ano económico de 1892-1893* assinado por Ferreira de Carvalho, como Governador de Distrito, datado de 30 de Setembro de 1893, menciona-se, no seu ponto III, que existem duas escolas de instrução primária do sexo masculino – a do sexo masculino de instrução primária e a paroquial, juntando-se-lhes uma escola do sexo feminino.²¹⁶⁸

10.6. Câmaras e comissões municipais – intervenções na Escola e na Educação

Só à medida que caminhamos para o fim do século vamos encontrando a discriminação de diversas verbas dos orçamentos camarários destinadas à instrução ou a meios que, de forma mais ou menos directa, para ela concorrem.

Em Fevereiro de 1882 apenas existia uma escola em todo o distrito de Lourenço Marques. É um estabelecimento para o ensino primário masculino, mantido pelo cofre do distrito, apesar do estipulado na portaria do governo-geral de 14 de Novembro de 1857, que atribuía à câmara municipal a despesa com mobília, aluguer de casa e outros aspectos. A falta de recursos da câmara obrigara à solução adoptada.²¹⁶⁹ Não se cumpria, portanto, o determinado pelo ofício do Ministério da Marinha e Ultramar de 5 de Fevereiro de 1880, que estipulava a existência de duas escolas.

²¹⁶⁴ B.O., 5/11/1887- N.º 45. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1886-1887.*

²¹⁶⁵ B.O., 23/10/1876, n.º 43, p. 294-295.

²¹⁶⁶ B.O., 18/02/1882, n.º 8, p. 78.

²¹⁶⁷ *Id.*, *Ibid.*

²¹⁶⁸ *Id.*, *Ibid.*, n.º 8, p. 78.

²¹⁶⁹ B.O., n.º 16, 8/04/1882, pp. 150 e 151.

A câmara municipal de Lourenço Marques gastou com diversas escolas 66\$750 réis em Agosto de 1892.²¹⁷⁰ Em Maio de 1894 gasta com o Instituto Rainha D. Amélia 33\$333 réis.²¹⁷¹ No orçamento para o ano económico de 1894-1895 prevêem-se: a gratificação de 200\$000 réis ao professor régio, idêntica à professora régia; um subsídio ao instituto Rainha D. Amélia²¹⁷² de 400\$000 réis; destinando a mobília, livros, entre outros materiais, 100\$000 réis. Em Julho de 1895, 200\$000 réis destinam-se à compra de livros para a biblioteca municipal.²¹⁷³ Em Dezembro um subsídio ao Instituto Ultramarino de 500\$000 réis.²¹⁷⁴ Em Fevereiro de 1896 gasta-se com a construção da biblioteca, por empreitada, 500\$000 réis e 20\$450 réis em livros para ela.²¹⁷⁵ No mês de Março, em material para a biblioteca destinam-se 300\$350 réis.²¹⁷⁶ Em Abril, com livros para a mesma instituição, 13\$200 réis.²¹⁷⁷

A Irmã Superiora do estabelecimento de ensino Rainha D. Amélia, Maria Jeronyma, no projecto de orçamento para o exercício de 1898-1899, inscreve o subsídio a sete irmãs no valor de 1\$400 réis e prevê para o expediente da escola uma verba correspondente a 200 réis.²¹⁷⁸ Anos depois, a mesma responsável comunica à Repartição da Fazenda Pública e ao Governador do Distrito a chegada, em 30 de Março de 1898, das últimas irmãs para serviço: Irmã Maria André da Paixão Gettigan e Irmã Maria Isabel dos Anjos Correia.²¹⁷⁹

Os poderes locais de Inhambane asseguram certas despesas com as escolas, especialmente respeitantes a rendas de casas e algum material necessário. As verbas despendidas com as escolas são significativas, no contexto da colónia, e denotam um esforço municipal nesta área, tanto mais que os meios disponíveis são muito limitados.

A comissão administrativa aproveita, em 14 de Novembro de 1868, o imposto de 3 por cento, para satisfazer diversas obras com a quantia de 1:000\$000 réis, nomeadamente a construção de um edifício da câmara com uma cadeia e duas prisões, uma para homens e outra para mulheres, e três salas – para sessões e arquivo da câmara, para as audiências e cartórios do juízo ordinário daquele julgado, e uma terceira para escola.²¹⁸⁰

Em 1890, a câmara municipal inscreve nas despesas a verba de 18\$000 réis para pagamento da casa aos professores de ambos os sexos;²¹⁸¹ verba que se repete em Janeiro de

²¹⁷⁰ *B.O.*, 26/11/1892, nº 48, p. 578.

²¹⁷¹ *B.O.*, 8/09/1894, nº 36, p. 463.

²¹⁷² *B.O.*, 11/08/1894, nº 32, p. 428.

²¹⁷³ *B.O.*, 15/08/1896, nº 33, p. 353.

²¹⁷⁴ *B.O.*, 8/10/1896, nº 41, p. 459.

²¹⁷⁵ *B.O.*, 7/11/1896, nº 46, p. 503.

²¹⁷⁶ *B.O.*, 21/11/1896, nº 48, p. 534.

²¹⁷⁷ *B.O.*, 26/12/1896, nº 53, p. 591.

²¹⁷⁸ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 22/10/1895. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, doc. 13.

²¹⁷⁹ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 28/05/1898. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, docs. 15 e 16.

²¹⁸⁰ *B.O.*, 21/11/1868, nº 47, p. 248.

²¹⁸¹ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 287.

1891.²¹⁸² Em 22 de Março do ano seguinte, realizava-se em Inhambane a eleição camarária de que resultaria nova administração a 1 de Abril.²¹⁸³ Em Janeiro de 1892 a Câmara gasta 9\$000 réis para renda da casa que serve de escola do sexo masculino.²¹⁸⁴ Continuando ao longo dos meses, como quando em Março de 1892, com a renda da casa que serve de escola a ambos os sexos são gastos 18\$000 réis; e para subsídio com igual fim para o espaço que serve de escola ao sexo feminino, referido à primeira quinzena do mês 4\$500 réis.²¹⁸⁵ Os gastos sucedem-se em Abril, Junho, Julho, Setembro, Dezembro.²¹⁸⁶ O encargo mantém-se ao longo do anos. Em Janeiro de 1893 o subsídio para rendas é de 18\$000 réis.²¹⁸⁷ Idêntico em Abril de 1893. Em Setembro de 1893, o subsídio é de 15\$600 réis, a que se juntam, para expediente da escola do sexo feminino 7\$200. Em Dezembro de 1893 gastam-se 18\$000 réis com a renda de casas. Trata-se de uma despesa regular da Câmara, que continua em 1894 em Fevereiro e Outubro, por exemplo, até Dezembro.²¹⁸⁸ Rendas de casa são a grande contribuição a que se juntam, pontualmente, algumas pequenas contribuições para funcionamento.

Outra colaboração das Câmaras pode ser a que consiste em pagamentos a professores. Em Inhambane eles não são raros, por exemplo, em meados dos anos 90. Em Janeiro de 1895 para gratificação à professora de instrução primária 25\$000.²¹⁸⁹ Pagamentos que se repetem em Março de 1895, agrupando o vencimento da professora de instrução primária 25\$000 réis, com 9\$000 réis para renda da casa de escola do sexo masculino e gratificação anual ao professor de instrução primária segundo o disposto no nº 11 do artº 133º do código administrativo 20\$000; e subsídio, no valor de 50\$000 réis, para a Escola de Artes e Ofícios.²¹⁹⁰ Os gastos com vencimentos, rendas ou outras contribuições sucedem-se: Abril, Maio, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro 9\$000, Dezembro.²¹⁹¹ Continuando em 1896, durante Janeiro, Fevereiro, Junho, Julho, Agosto.²¹⁹²

Em Janeiro de 1897, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, mês em que se junta aos 25\$000 réis de ordenado da professora e ao subsídio no valor de 15\$500 réis, de renda de casa

²¹⁸² *B.O.*, 14/03/1891, nº 11, p. 106

²¹⁸³ *B.O.*, 23/05/1891, nº 21, p. 207.

²¹⁸⁴ *Id. Ibid.*

²¹⁸⁵ *B.O.*, 11/06/1892, nº 24, p. 206.

²¹⁸⁶ *B.O.*, 25/06/1892, nº 26, p. 233. *B.O.*, 29/10/1892, nº 44, p. 506. *B.O.*, 19/11/1892, nº 47, p. 558. *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 599. *B.O.*, 11/03/1893, nº 10, p. 150.

²¹⁸⁷ *B.O.*, 8/04/1893, nº 14, p. 204.

²¹⁸⁸ *B.O.*, 8/04/1893, nº 14, p. 204. *B.O.*, 5/08/1893, nº 31, p. 467. *B.O.*, 16/12/1893, nº 50, p. 701. *B.O.*, 10/02/1894, nº 6, p. 65. *B.O.*, 2/06/1894, nº 22, p. 290. *B.O.*, 9/02/1895, nº 6, p. 56. *B.O.*, 9/03/1895, nº 10, p. 96.

²¹⁸⁹ *Id. Ibid.*

²¹⁹⁰ *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 288.

²¹⁹¹ *B.O.*, 20/07/1895, nº 29, p. 295; *B.O.*, 27/07/1895, nº 30, p. 303; *B.O.*, 12/10/1895, nº 41, p. 386; *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413; *B.O.*, 9/11/1895, nº 45, p. 428; *B.O.*, 7/12/1895, nº 49, p. 477; *B.O.*, 22/02/1896, nº 8, p. 78; *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 132; *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 132.

B.O., 11/04/1896, nº 15, p. 150; *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 158; *B.O.*, 3/10/1896, nº 41, p. 459;

²¹⁹² *B.O.*, 11/04/1896, nº 15, p. 150. *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 158. *B.O.*, 3/10/1896, nº 41, p. 459. *B.O.*, 12/12/1896, nº 51, p. 574; *B.O.*, 26/12/1896, nº 53, p. 591.

para instrução de ambos os sexos, os subsídios ao instituto ultramarino e de 50\$000 réis, cada.²¹⁹³ Ordenados e rendas continuam em Julho, Agosto, Setembro. Em Fevereiro de 1898, Julho, Agosto e Setembro.²¹⁹⁴

A comissão municipal de Sofala gasta, em Janeiro de 1890, 13\$200 reais com a renda das casas da escola.²¹⁹⁵ Em 1893, a Câmara Municipal de Chiloane despende, em renda de casa e para a escola do sexo masculino, comissão municipal e tribunal, 8\$000 réis.²¹⁹⁶

No *relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887*, na secção relativa à Instrução Pública, define-se que o pagamento dos ordenados ao professor e professora são pagos pelo cofre do districto, cabendo à câmara o pagamento de rendas das casas onde as escolas de sexo masculino e feminino funcionam, bem como a despesa com o seu funcionamento. No mesmo documento é referido que a câmara municipal em exercício vinha mostrado interessar-se pelas escolas, tendo já provido bastantes necessidades e feito alguns melhoramentos.²¹⁹⁷

Em Janeiro de 1888 foi a Câmara dotada de verba para a construção de uma escola de sexo masculino, começada em 4 de Junho, prevendo-se a sua conclusão para Outubro e aliviando, desse modo, a despesa mensal de quinze mil réis com a parte de casa alugada em que funcionava até então.²¹⁹⁸

A câmara de Quelimane dispensa verbas, de forma regular, para o funcionamento das escolas. 38\$800 réis no mês de Janeiro de 1890.²¹⁹⁹ 1\$600 em Maio e Abril, 21\$200 em Julho e Agosto. Em Setembro de 1892, 60\$460 réis.²²⁰⁰ Em Julho de 1894, 91\$256 com a instrução pública.²²⁰¹ As despesas permanecem ao longo dos anos. Em Janeiro de 1895, Março, Abril, Maio, Junho, Novembro.²²⁰²

A comissão municipal no Parapato paga a renda da casa onde funcionam as escolas, servindo ao mesmo tempo de habitação dos professores, o que o Governador de Distrito, em relatório do ano económico de 1886-87, acha “(...) muito pouco razoável.”²²⁰³

²¹⁹³ B.O., 29/01/1898, nº 5, p. 54. B.O., 5/02/1898, nº 6, p. 71. B.O., 26/02/1898, nº 9, p. 115. B.O., 26/03/1898, nº 13, p. 150. B.O., 2/04/1898, nº 14, p. 165. B.O., 16/04/1898, nº 16, p. 191.

²¹⁹⁴ B.O., 23/04/1898, nº 17, p. 200. B.O., 7/05/1898, nº 19, p. 215. B.O., 14/05/1898, nº 20, p. 224. B.O., 9/07/1898, nº 28, p. 287. B.O., 26/11/1898, nº 48, p. 460.

²¹⁹⁵ B.O., 29/03/1890, nº 13, p. 158.

²¹⁹⁶ B.O., 20/05/1893, nº 20, p. 291.

²¹⁹⁷ B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 447. Excerto do *relatório do distrito de Quelimane - ano de 1886-1887*.

²¹⁹⁸ B.O., 20/10/1888, nº 42, p. 632.

²¹⁹⁹ B.O., 15/03/1890, nº 11, p. 144.

²²⁰⁰ B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 599.

²²⁰¹ B.O., 22/09/1894, nº 38, p. 478.

²²⁰² B.O., 9/03/1895, nº 10, p. 96. B.O., 15/06/1895, nº 24, p. 249. B.O., 13/07/1895, nº 28, p. 288. B.O., 20/07/1895, nº 29, p. 295. B.O., 14/09/1895, nº 37, p. 353. B.O., 9/02/1895, nº 6, p. 56.

²²⁰³ B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*.

Em Janeiro de 1891, a câmara municipal do concelho de Cabo Delgado gastava 5\$000 réis com o aluguer da casa para escola do sexo feminino,²²⁰⁴ despesa que se repete nos meses e anos seguintes.²²⁰⁵

Gasta em Junho de 1892 para aluguer de casas para escola do sexo feminino 5\$832 réis.²²⁰⁶ A mesma verba registara-se em Maio de 1892, a que se junta em material para elas 2\$950 réis.²²⁰⁷ Em Agosto o aluguer situa-se nos 5\$000 réis, mantendo-se em Setembro e Novembro.²²⁰⁸ Esta verba mantém-se no ano seguinte em Janeiro, Fevereiro, Setembro.²²⁰⁹ Em Junho juntam-se 21\$005 réis em material para a escola do sexo masculino.²²¹⁰

Em Junho de 1894, a câmara municipal dispende 16\$000 réis com a renda das casas para a escola do sexo masculino no Ibo.²²¹¹ Mantendo-se a despesa em Janeiro de 1895, Fevereiro, Abril e Maio. Em Julho de 1895 gastam-se em rendas 8\$000, 24\$000 em Outubro e 2\$200 réis em Dezembro.²²¹² Prossegue em Fevereiro de 1896 com 8\$000, idêntica verba em Março, Abril, Maio e subsídio à Escola d'Artes e Ofícios 100\$000. Em Setembro gasta-se com renda da casa para escola 6\$000.²²¹³

A comissão municipal de Angoche disponibiliza, em Janeiro de 1890, 3\$000 réis para a renda da casa da escola.²²¹⁴ Em Janeiro de 1893 a mesma comissão dispende 300\$000 com subsídio à Escola de Artes e Ofícios, em Fevereiro de 1895 e para idêntico fim, 200\$000,²²¹⁵ a que se juntam, em Julho de 1895 mais 200\$000 réis.

As despesas das câmaras e comissões municipais contemplam, essencialmente, contribuições com vencimentos e gratificações a professores, rendas de aluguer de edifícios para escola, verbas para aquisição de material para funcionamento e, por vezes, cumulativamente, habitação dos docentes, despesas a que se junta a atribuição de outros subsídios para certas instituições em que avultam os destinados à Biblioteca (caso de Lourenço Marques, de 1892 a 1896) e à Escola de Artes e Ofícios de Moçambique. Todos estes indicadores mostram que, apesar das muitas dificuldades do sistema educativo há, efectivamente, um investimento generalizado por parte tanto das autoridades municipais,

²²⁰⁴ *B.O.*, 11/04/1891, nº 15, p. 148.

²²⁰⁵ 5\$000 em Março. *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 176; Abril, *B.O.*, 30/05/1891, nº 22, p. 212; 5\$832 em Setembro *B.O.*, 17/10/1891, nº 42, p. 452.

²²⁰⁶ *B.O.*, 6/08/1892, nº 32, p. 334.

²²⁰⁷ *B.O.*, 11/06/1892, nº 24, p. 207.

²²⁰⁸ *B.O.*, 26/10/1892, nº 48, p. 578. *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 599. *B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 631.

²²⁰⁹ *B.O.*, 11/03/1893, nº 10, p. 150. *B.O.*, 25/03/1893, nº 12, p. 186. *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 652.

²²¹⁰ *B.O.*, 29/07/1893, nº 30, p. 452.

²²¹¹ *B.O.*, 22/09/1894, nº 38 p. 478.

²²¹² *B.O.*, 9/03/1895, nº 10, p. 96. *B.O.*, 20/04/1895, nº 16, p. 151. *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 288. *B.O.*, 17/08/1895, nº 33, p. 324. *B.O.*, 16/11/1895, nº 46, p. 436. *B.O.*, 9/02/1895, nº 57, p. 57.

²²¹³ *B.O.*, 11/04/1896, nº 15, p. 150. *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 204. *B.O.*, 8/08/1896, nº 32, p. 338. *B.O.*, 15/08/1896, nº 33, p. 353. *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 204. *B.O.*, 21/11/1896, nº 48, p. 534

²²¹⁴ *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 158.

²²¹⁵ *B.O.*, 11/03/1893, nº 10, p. 150. *B.O.*, 20/04/1895, nº 16, p. 152.

como distritais e centrais. Perante os constrangimentos financeiros da época, o esforço financeiro não é menosprezável. A despesa com a educação no território é significativa, embora nem sempre articulada, oportuna, eficaz e produtiva.

11. Professores – qualificações, competências e desempenho

No Reino, a preparação de professores conhecia dificuldades, desde o seu papel e reconhecimento social ao problema da sua formação profissional. Em 1834 lamenta-se a “pouca estimação” que é dispensada aos que se ocupam da instrução – os professores. A indiferença, o baixo salário, as tarefas “árdas e penosas”, contar-se-iam entre as razões que levam muitos homens válidos a recusar o desempenho de funções enquanto mestres de primeiras letras. Comprometendo-se, desse modo, o combate “às perniciosas consequências dos erros adquiridos no berço, da educação”.²²¹⁶

Não é de estranhar que o recrutamento de professores em África, nomeadamente em Moçambique, fosse ainda mais difícil e problemático.²²¹⁷ António Enes, no seu *Relatório*, opina quanto ao que considera o carácter limitado do mestre-escola ensinando “a letra sem o espírito” em África, sobretudo se comparado com as potencialidades do missionário.²²¹⁸

O liberalismo português reconheceu as dificuldades e procura melhorar o estatuto económico e social do professor. D. António da Costa lamentava a situação do professor que, em 1870, é depreciativamente conhecido por “mestre de primeiras letras”.²²¹⁹

Equiparam-se os professores da Metrópole e colónia em algumas regalias. Em 1854 relembra-se que os professores e mestras não são obrigados a pagar quaisquer direitos de mercê.²²²⁰ O problema concreto residiria na diferença entre os professores que, idos de Lisboa para a Província, não os pagavam, ao contrário do que acontecia com os que eram ali nomeados.²²²¹ A portaria do Ministério da Marinha e Ultramar determina que, ao contrário do

²²¹⁶ Joaquim Joze Ventura da Silva, *Nova Arte de Ensinar, e de Aprender a Ler o Portuguez por Methodo Mui Fácil, e Breve*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1834, p. 4. O mesmo autor, em obra de 1819, escrevera em Introdução: “A Africa em outro tempo tão fértil em homens de bons engenhos, e grandes luzes, hoje a vemos submergida por falta de Educação na maior rudeza, estirilidade, e barbaridade, pois logo que negarão á Juventude a doce, e estimável instrucção dos pensamentos, no decurso de muitos séculos não tem produzido hum só homem, que se tenha distinguido em algum ramo de Sciencia, ou talento, e que despertasse o mérito de seus antepassados.” Silva, 1819.

As sucessivas reedições retomam impressos do início do século do mesmo autor (ornadas com belíssimas gravuras que não aparecem em obras posteriores), Silva, (18--). A edição de 1841 inclui um Tratado de Aritmética e um curto apêndice de Geografia. Silva, 1841.

²²¹⁷ Como nota no caso angolano, Samuels, 1970, p. 44.

²²¹⁸ “Quando, porém, fosse possível substituir os padres por moralistas ou por mestre-escolas leigos, perder-se-iam na substituição os especiais meios de acção sobre os indígenas, de que só dispõe quem lhes fala em nome de poderes sobrenaturais. Se os negros são impenetráveis a subtilezas teológicas, basta serem supersticiosos e crédulos para se tornarem facilmente acessíveis à doutrinação religiosa, que se acomode às suas faculdades e saiba aproveitar-lhes as próprias ideias grosseiras para lhes ministrar noções de verdade. Creio, pois, e creio firmemente, que o cacisse, a quem eles tributam uma parte do respeito temeroso que consagram aos seus feiticeiros, e cujo ministério lhes aviva na alma crenças vagas numa vontade homem como os outros porque não tem mulher, pode conseguir deles o que seria impossível a qualquer outro emissário da civilização.” Enes, 1946, p. 218.

²²¹⁹ Costa, 1870, p. 22.

²²²⁰ Paço, 20/12/1854. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 104. Isenção estabelecida em Carta de Lei de 19/08/1837 que, segundo o texto apesar disso consta “(...) que em algumas Províncias Ultramarinas se exige que os Professores e Mestras de Instrucção Primaria paguem direitos de mercê (...)”.

²²²¹ A Carta de Lei de 19/08/1837 que isentava os professores do pagamento de direitos de mercê colidia com a legislação aplicável ao ultramar, os decretos de 28/09/1838 e 30/03/1842 que impunha aos governadores das províncias ultramarinas que, sem o pagamento dos

que viria acontecendo em algumas províncias ultramarinas, os Professores e Mestras de Instrução primária não paguem Direitos de Mercê, de acordo com o estipulado na Carta de Lei de 19 de Agosto de 1837.²²²²

Certos professores oferecem os seus serviços para leccionar aulas particulares tentando rentabilizar os seus conhecimentos. Aulas particulares e lucros acrescidos são, nestes casos, a explicação para as explicações. O Boletim Oficial é veículo para a sua publicitação:

“ANNUNCIO. Prelazia de Moçambique. O Padre Quintão, encarregado da prelazia de Moçambique, torna público que no dia 26 de Fevereiro pelas 10 horas da manhã na sala da residência prelatícia se realizam os exames dos alunos que frequentaram as aulas do colégio seminário de Moçambique no ano lectivo 1876/77. Versarão sobre instrução primária e princípios de latim. Residência Prelatícia de Moçambique, e de Fevereiro de 1877. Padre Quintão, encarregado da Prelazia.”²²²³

Também as meninas podem ser as visadas.

“ANÚNCIOS - Colégio de meninas Rua de S. Domingos. 1 A directora d’este collegio previne o respeitável publico d’esta provincia, que no dia 1 de Fevereiro do corrente ano, abre o seu colégio onde se ensina português, cozer, bordar e mais prendas.

Preços das pensões: Pensão com lavagem de roupa e fornecimento das aulas – 16\$000 réis; Externas - 3\$000. As mensalidades são pagas adiantadas. Moçambique, 3 janeiro 1876.”²²²⁴

Também se anuncia a «instrução primária», globalmente entendida e como se de uma disciplina se tratasse: “INSTRUÇÃO PRIMÁRIA – 9 Adelina Maria da Conceição Coelho e Maria Augusta da Conceição Coelho Duarte, leccionam esta disciplina em sua casa, travessa da Cadeia nº 7. PREÇO MODICO”²²²⁵

Pode ainda incidir no estudo e aprendizagem de uma língua – “FRANCEZ – Bertha d’Albuquerque promptifica-se a leccionar esta lingua em sua casa, Rua de S. Domingos nº 15, a todos os individuos do sexo feminino que a desejem aprender, podendo fornecer, até seis alumnas, os compêndios precisos.”²²²⁶ Ou um explicador polivalente que abrange muitas e diversas matérias: “LECCIONAÇÃO – Othon de Gouveia, 1º sargento de caçadores nº 1, promptifica-se a leccionar instrucção primaria complementar, portuguez, francez, arithmetica e desenho linear.

referidos direitos de mercê e selo por parte de todos os funcionários, não assinassem provimentos ou nomeações interinas, sem excepção. Daí que “(...) resulta que o Professor de instrucção primaria que é despachado no Reino, e vae ali servir com Carta expedida pela Secretaria d’estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, leva a declaração de que nenhuns direitos de mercê (...) ao passo que aquelle que está servindo no Ultramar com nomeação interina do respectivo Governador é obrigado ao dito pagamento (...)” O facto foi averiguado entendendo-se que “se não com mais fortes rasões, ao menos com igual justiça” devem ser isentos daqueles pagamentos os professores de instrucção primária do Ultramar. Lisboa, em Conselho, 1/12/1854, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 272.

²²²² Paço, 20/12/1854, assinada pelo Visconde d’Athouguia. *B.O.*, 20/10/1855, nº 42, p. 37.

²²²³ *B.O.*, 12/02/1877, nº 7, p. 45.

²²²⁴ *B.O.*, 3/01/1876, nº 1, p. 8.

²²²⁵ *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 26; *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 276.

²²²⁶ *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 276.

Igualmente se encarrega de qualquer serviço de escripturação.”²²²⁷

Os serviços oferecidos podem ainda abranger conhecimentos que permitam a aquisição de habilitações para o ensino:

“CURSO PARA MAGISTÉRIO – 22 Explicador com pratica de ensino, habilita pelos melhores methodos e em pouco tempo, pessoas de ambos os sexos para magistério primário; podendo os leccionados fazer concurso n’esta cidade ou em qualquer lyceu do reino. – Lições das 7 às 9 horas da manhã e das 4 às 5 ½ da tarde.

Trata-se na rua da Praia Grande, 30, durante as horas acima ditas.”²²²⁸

Estes anúncios visavam um potencial público europeu, letrado ou já interessado em aprender. Não diz respeito à instrução dos africanos da colónia. Para esses a aprendizagem devia ser promovida e custeada pelo Estado ou seus agentes.

Em Moçambique, por portaria de 27 de Dezembro de 1872, foram criados quatro lugares de regedores e professores nos distritos de Cabaceira, Mossuril, Ampapa, Sancul. Cabe-lhes um vasto leque de atribuições. As suas funções e desempenho são reafirmadas pelas instruções de 4 de Janeiro de 1883.²²²⁹ Nestas se estabelece que os regedores são delegados do administrador do concelho e que lhes competem: polícia, ordem e segurança pública; relato de crimes ou delitos cometidos na circunscrição; auxílio aos outros regedores em casos de motim, tumulto ou sublevação; nomeação dos membros da escolta de presos; fiscalização dos adventícios, dos estrangeiros e do uso e porte de armas, exigindo a correspondente licença. Também o controlo das casas de venda, divertimentos públicos, batuques, exigindo as correspondentes licenças; impedir a vadiagem e encaminhar para o administrador do concelho os indivíduos sem profissão; conduzir à presença do mesmo os desertores e fugitivos; informar mensalmente sobre o comportamento dos sentenciados. Cabem-lhe também tarefas no domínio da polícia sanitária – epidemias, cemitérios, fiscalização das condições de saúde. Na fazenda pública: fiscalizar actividades comerciais e industriais de estrangeiros; coadjuvação da junta de lançamento; substituição dos informadores que não desempenhem cabalmente as suas funções; afixar editais sobre as colectas a efectuar ou os remetidos por outras instituições; auxiliar os empregados no arrolamento da propriedade e indústria, promover a cobrança das contribuições,²²³⁰ proceder às cobranças nos domicílios; remeter relação das pessoas falecidas e respectivos herdeiros quando existam; participar casos de demência. No que respeita a estatística: fazer anualmente recenseamento das povoações, fogos, palhotas e população do distrito; remeter informação

²²²⁷ *B.O.*, 22/09/1894, nº 38, p. 482.

²²²⁸ *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 348.

²²²⁹ *B.O.*, 6/01/1883, nº 1, pp. 1-2.

²²³⁰ *Id. Ibid.*, p. 1.

sobre nascimentos, casamentos e óbitos; informar sobre estado da agricultura e industria; enviar mapas sobre a produção agrícola; providenciar a existência de tabelas de preços de salários; determinar número aproximado de cabeças dos vários tipos de gado; e de embarcações pertencentes a indivíduos da circunscrição; vigiar a possibilidade de escravatura. Competem-lhe ainda outras atribuições como: abertura de testamentos; detecção de objectos e animais domésticos perdidos; limpeza e desobstrução de estradas e caminhos; cumprimento de posturas e imposições de multas; recenseamento eleitoral; proposta de cabos da circunscrição; cumprimento das ordens do administrador do concelho; fornecimento de transportes aos funcionários. Ainda a manutenção de relações com o capitão-mor, comandante militar das terras firmes. Propõe-se que sejam coadjuvados por cabos que, sob sua proposta, serão nomeados pelo administrador do concelho, distribuindo-lhes o serviço, equitativamente.

Para além destas numerosas, extensas e quase infindáveis funções e obrigações, desempenhariam ainda, em acumulação, o cargo de professores. Cabia-lhes o desempenho dos deveres do magistério, promovendo a frequência e escolhendo as horas que mais a facilitem, informando mensalmente da frequência escolar e aproveitamento dos alunos.²²³¹ O professor, na colónia, é quase sempre homem/mulher de vários ofícios.

Na vida da Província é, por vezes, registado o «mau comportamento» das professoras, uma vez que aos homens esta faceta era relativamente tolerada. Uma professora portuguesa alegadamente amante de Ngungunyane é afastada por «mau comportamento».²²³²

Dada a dificuldade de contratar pessoas para a função docente, recrutam-se militares (especialmente nas escolas regimentais), leigos e padres. Em Tete, Candido Machado de Mendonça, 2º sargento do batalhão de caçadores de Moçambique, nº 2, está encarregado da instrução nos anos de 1861 e 1862. O professor régio de 1ª classe²²³³ na localidade é, em 1865 José Romão da Silva.²²³⁴ Encontramo-lo em actividade até 1869. Luis Francisco de Brito Collaço alterna na docência com os padres Luis João Piedade Pinto²²³⁵ e João Maria Baptista de Sousa,²²³⁶ nos anos de 1870 e 1871. Em 1874, atestamos o Padre Teotónio Abranches.²²³⁷

²²³¹ *Id. Ibid.*, p. 2. Em Angola, os professores são, regra geral não qualificados, nomeados por curto período, normalmente de três anos, em contratos com o Governador. Samuels, 1970, p. 24.

²²³² Pélissier, 1988, p. 241.

²²³³ *B.O.*, 23/02/1867, nº 8, p. 30.

²²³⁴ *B.O.*, 4/11/1865, nº 44, p. 197.

²²³⁵ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (21), doc. 1; *BO*, 19/11/1870, nº 46, p. 193; *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (1), doc. 2; *B.O.*, 10/06/1871, nº 23, p. 98.

²²³⁶ *B.O.*, 17/06/1871, nº 24 p. 101.

²²³⁷ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (1), docs. 7 e 8

Religiosos e leigos alternam na docência. Theodorico Francisco Dias assume o magistério na localidade em 1883-85.²²³⁸ Em anotação de 1884, o Governador de Distrito já refere que os alunos são “instruídos com zelo e boa vontade”.²²³⁹ Encontramos o jesuíta padre João Hiller leccionando em Tete no ano de 1887, cargo que, em Abril de 1892, é assumido por António Francisco Xavier Zacharias Dias.²²⁴⁰

Na escola feminina as mestras alternam-se. Eugénia Maria de Macedo assegura aulas de 1883 a 1885. Em Janeiro de 1889 encontramos Leonor Augusta de Lemos.²²⁴¹ Em Abril de 1892, é a vez de Leonor Augusta de Carneiro Marques.²²⁴²

A função docente é marcada por uma sucessão de nomeações e exonerações à medida da necessidade de acorrer às demandas dos estabelecimentos de ensino, dos professores e da administração.

As necessidades das escolas não fazem esquecer as restrições orçamentais e as tentativas de rentabilização de recursos por todas as formas. Por Portaria do Governo Geral nº 99, e sendo necessário acorrer à falta de professor de instrução primária no presídio de Lourenço Marques, o Governador-Geral António do Canto e Castro, a 5 de Outubro de 1866, recorre ao decreto de 15 de Dezembro de 1856 em que se estipula que os párocos das igrejas que exercem a profissão de ensino recebem mais 80\$000 réis, o que não implica um agravamento para o orçamento se se entender que um professor de primeira classe ganha 200\$000 réis. Junta-se a utilidade à agradável realidade e, tendo em conta os bons serviços prestados pelo pároco Caetano Rozario do Valle, este é proposto para o magistério e responsabilidade da instrução no presídio.²²⁴³

O presbítero Domingos Luís Caetano de Sousa, professor em Lourenço Marques, pediu para ser exonerado a 3 de Março de 1879, por portaria do Governo-geral nº 32.²²⁴⁴ Seria o pároco da vila novamente nomeado em 21 Setembro de 1881, também para exercer interinamente o cargo de professor de instrução primária vencendo gratificação mensal 15 mil réis.²²⁴⁵

O padre Augusto Soares Pinheiro assina já como professor interino em 31 de Dezembro de 1884, aquando do envio dos mapas de movimento da escola nos meses de

²²³⁸ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (1), docs. 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 26; *B.O.*, 21/06/1884, nº 25, p. 112, *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213, *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (21), docs. 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, *B.O.*, 20/12/1884, nº 50, p. 243, *B.O.*, 10/01/1885, nº 2, p. 9, *B.O.*, 7/03/1885, nº 10, p. 78.

²²³⁹ *B.O.*, 21/06/1884, nº 25, p. 112.

²²⁴⁰ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 47.

²²⁴¹ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (19), doc. 17.

²²⁴² *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (19), doc. 18.

²²⁴³ *B.O.*, 6/10/1866, nº 40, p. 175.

²²⁴⁴ *B.O.*, 10/03/1879, nº 10, p. 63.

²²⁴⁵ *B.O.*, 24/09/1881, nº 39 p. 213. Portaria G.G., nº 43, de 21/09/1891.

Novembro e Dezembro, argumentando que o mês de Novembro não pôde ser preenchido por causa da substituição de professores.²²⁴⁶

Para o ensino feminino, as mestras sucedem-se a um ritmo ainda mais intenso, uma vez que as obrigações familiares de muitas delas as fazem deslocar-se das povoações onde leccionam. Adelina Maria Roza da Conceição Coelho é mencionada em Boletim Oficial de 24 de Maio de 1882. Fora nomeada com data de 20 de Maio.²²⁴⁷ Exonerada a 27 de Setembro.²²⁴⁸

Maria Retornilha Amelia Augusta da Costa e Castro é nomeada a 17 de Novembro de 1882.²²⁴⁹ A 24 de Abril de 1883 lecciona Maria Carlota Lopes Pinto.²²⁵⁰ Em 17 de Abril de 1885 está no cargo Anna Severina d'Assumpção Lobo.²²⁵¹ Maria Augusta de Menezes Moura é nomeada a 19 Agosto de 1887²²⁵² e exonerada a 1 de Março de 1889.²²⁵³ Nesta mesma data transfere-se de Quelimane para Lourenço Marques Maria Augusta Pereira Nogueira.²²⁵⁴

A 1 de Fevereiro de 1892, Maria da Nazareth Mendonça Carvalho é nomeada para Lourenço Marques. Havia pedido provimento para qualquer distrito da Província.²²⁵⁵ Seria exonerada a 28 de Junho.²²⁵⁶ Culminava uma actividade que se iniciara com a sua primeira nomeação a 4 de Julho de 1871,²²⁵⁷ mantendo ligação ao ensino ao longo de mais de vinte anos. A 26 de Agosto de 1892, Eliza Adelaide Santos Bragança é nomeada.²²⁵⁸

Do mesmo local, Jozefa Adelaide Barreto Gama, “estando proxima a instalação da aula do sexo feminino para que foi nomeada interinamente por portaria do Governo-geral, nº 47 de 31 de Março desse ano de 1879”, envia uma requisição para o serviço escolar.²²⁵⁹ O mapa do movimento e frequência é enviado, de forma normal, à Direcção Geral de Instrução Pública pelo Governo do Distrito, que o recebe, por sua vez, da professora. Em 1880 a mesma professora “official interina” Jozepha Barreto Gama continua a enviar mapas.²²⁶⁰ Cada professora tem os seus próprios métodos de registo sobre os alunos. Num dos mapas de Jozefa Gama existem informações interessantes quanto a faltas que merecem da docente um cuidado

²²⁴⁶ Lourenço Marques, 31/12/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 52.

²²⁴⁷ B.O., 27/05/1882, nº 23 p. 183.

²²⁴⁸ B.O., 30/09/1882, nº 41 p. 301.

²²⁴⁹ B.O., 18/11/1882, nº 48 p. 341.

²²⁵⁰ B.O., 28/04/1883, nº 17 p. 115.

²²⁵¹ Id. *Ibid.*

²²⁵² B.O., 20/08/1887, nº 34 p. 376.

²²⁵³ B.O., 2/03/1889, nº p. 151.

²²⁵⁴ B.O., 2/03/1889, nº p. 151.

²²⁵⁵ B.O., 6/02/1892, nº 6, p. 43-44.

²²⁵⁶ B.O., 2/07/1892, nº 27, p. 243.

²²⁵⁷ Decreto do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar B.O., 14/10/1871, nº 41 p. 171.

²²⁵⁸ B.O., 3/09/1892, nº 36, p. 386.

²²⁵⁹ Inhambane, 18/04/1879. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 1; Inhambane, 31/05/1879, doc. 2

²²⁶⁰ Inhambane, 31/08/1880. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 1.

especial, quando especifica que, em 19 dias de lição, se registou uma média de presenças de 14,3.²²⁶¹

O professor P^o. Theotonio Abranches elabora mapas de frequência em Tete, durante os anos de 1873 e 1874, que mais parecem simples notas e que mostram como os mapas variam consoante os professores.²²⁶² Envia-os a partir desse ano.²²⁶³ Em 1885, com o padre e professor Annibal Gomes de Paula, um dado que passa a figurar no quadro na coluna “Observações” – «licenciado» - aplicado a dois alunos e nos mapas seguintes a mais alunos.²²⁶⁴

A actividade lectiva pode não estar directamente relacionada com o número de alunos que justifiquem a urgência de um professor ou a despesa com ele efectuada. Maria Carolina de Sousa Silvano Rollo, é nomeada a 9 de Abril de 1890.²²⁶⁵ A 1 de Abril desse ano, portanto anteriormente à nomeação, a professora já participara que havia assumido a direcção da escola primária e elementar do sexo feminino.²²⁶⁶ Já em Julho enviou mapas de movimento²²⁶⁷ registando apenas a frequência de uma aluna.²²⁶⁸ A 18 de Abril elabora mapa de relação nominal em que é a única «empregada» que consta da escola.²²⁶⁹

Cada docente, ao tomar posse, recebe do anterior o inventário dos objectos que estavam à sua guarda, como faz em Inhambane, o professor interino José Hermenegildo de Mello, que participa, a 18 de Agosto de 1880, que tomou conta da escola no lugar de professor, no dia anterior, sendo-lhe entregues livros e mobília, conforme relação que envia.²²⁷⁰ A partir de Setembro elabora mapas.²²⁷¹ Outro exemplo é o do professor Tito Quirino do Rosário Fernandes, comunicando, de Gouveia, em 14 de Junho de 1889, que, nessa data, “tomou posse” do seu magistério dada pelo seu antecessor, com os respectivos pertences da escola de instrução primária da vila.²²⁷² Ainda o professor Justino Caetano de Sá, também de Gouveia, que comunica ter feito entrega de todos os utensílios da escola

²²⁶¹ Inhambane, 1/07/1879. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 4; Inhambane, 3/08/1879, doc. 5; Inhambane, 2/09/1879, doc. 6; Inhambane, 4/11/1879, doc. 7; Inhambane, 2/12/1879, doc. 9; Inhambane, 10/01/1880, doc. 10; Inhambane, 15/06/1880, doc. 12.

²²⁶² Tete, 3/03/1873, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 5; Tete, 1/04/1873, doc. 6; Tete, 1/08/1874, doc. 7; Tete, 9/11/1874, doc. 8.

²²⁶³ Inhambane, 1/03/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 48; Inhambane, 2/04/1885, doc. 49; Inhambane, 1885, doc. 50.

²²⁶⁴ Inhambane, 1/06/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 51; Inhambane, 2/07/1885, doc. 52; Inhambane, 6/08/1885, doc. 13.

²²⁶⁵ *B.O.*, 12/04/1890, n^o 15 p. 175.

²²⁶⁶ Inhambane, 1/04/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 38.

²²⁶⁷ Inhambane, 31/07/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 18.

²²⁶⁸ Inhambane, 31/05/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 19; Inhambane, 1/11/1891, doc. 20; Inhambane, 1/12/1891, doc. 21; Inhambane, 1/01/1892, doc. 22; Inhambane, 1/02/1892, doc. 23; Inhambane, 29/02/1892, doc. 24.

²²⁶⁹ Inhambane, 4/12/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (7), doc. 2.

²²⁷⁰ Inhambane, 18/08/1880. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 24.

²²⁷¹ Inhambane, 1/09/1880. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 25; Inhambane, 1/10/1880, doc. 26.

²²⁷² Gouveia, 14/06/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, Cx. 8.1, m. 2 (44), doc. 4.

primária ao novo professor, Tito Quirino do Rosário Fernandes, que lhe passou recibo – procedimento comum em muitas outras substituições.²²⁷³

Os objectos também podem ser entregues por indivíduo ligado à gestão municipal a cargo de quem poderiam estar confiados aquando das substituições. A 14 de Março de 1882 o professor interino Lucio Alfredo de Carvalho e Sousa participa que tomou posse do cargo de professor de instrução primária na vila, bem como da mobília e demais utensílios da escola entregues pelo cidadão Florindo António Lopes.²²⁷⁴

Em actividade, anteriormente a 1885, temos o professor P^o. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa enviando mapas a partir de 1 de Dezembro de 1888 até Fevereiro de 1889. Constitui o exemplo de certos professores, especialmente padres, que alternam na docência ao longo dos anos com alguns interregnos.²²⁷⁵

Em Gaza, a professora Maria dos Prazeres Baptista envia mapa do Mussurize, a 30 de Setembro de 1888.²²⁷⁶ No ano seguinte, temos uma prova de que certos percursos profissionais se afiguram acidentados. Maria Ritta de Sousa Pereira e Anjos, é nomeada para Gaza em 27 de Abril de 1889 como “(...) professora de instrução primaria do sexo feminino nas terras de Gaza, devendo servir este cargo junto á residencia que vae estabelecer n'aquellas terras o alferes José Rodrigues Januario, percebendo ordenado igual ao da professora de Bilene.”²²⁷⁷ É exonerada a 5 de Agosto de 1890, por informação do residente chefe interino.²²⁷⁸ A 28 de Outubro de 1890, seria reintegrada.²²⁷⁹ Obtém licença, a 16 de Maio de 1891, de 30 dias de licença para se tratar na capital.²²⁸⁰ A 16 de Junho de 1891 é julgada apta para o serviço pela Junta de Saúde. Acaba demitida do cargo para que havia sido nomeada em portaria nº 471 de Outubro de 1890.²²⁸¹

Ida Rosalina Martins é nomeada em Angoche a 15 de Fevereiro de 1883. A sua acção estende-se por mais de treze anos. Marcada por mudanças e doença

Não tendo sido nunca provida a cadeira de ensino primario do sexo feminino no Parapato, capital do districto de Angoche, e convindo remediar uma falta de que resultam graves inconvenientes para a civilização e adiantamento dos povos, falta tanto mais sensível que se dá em uma povoação onde reside a auctoridade superior do districto;”²²⁸²

²²⁷³ Escola de Instrução Primária em Gouveia, 14/06/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, Cx. 8.1, m.2 (44), doc. 3.

²²⁷⁴ Tete, 11/02/1882, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 55.

²²⁷⁵ Inhambane, 1/12/1888. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 21; Inhambane, 1/02/1889, doc. 22.

²²⁷⁶ *A.H.M., Gov. Dist. Militar de Gaza*, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 2; Mussurize, 31/10/1888, doc. 3.

²²⁷⁷ Portaria G.G., nº 245. *B.O.*, 27/04/1889, nº p. 273.

²²⁷⁸ *B.O.*, 9/08/1890, nº 32 p. 350.

²²⁷⁹ *B.O.*, 3/11/1890, nº 44 p. 465.

²²⁸⁰ *B.O.*, 23/05/1891, nº 21 p. 201.

²²⁸¹ *B.O.*, 20/06/1891, nº 25 p. 238.

²²⁸² Portaria G.G., nº 43. *B.O.*, 17/02/1883, nº 7 pp. 45-46.

Exonerada a 5 de Maio de 1883,²²⁸³ é novamente nomeada a 17 de Abril de 1885.²²⁸⁴ É transferida a 5 de Junho de 1886, de Angoche para Chiloane.²²⁸⁵ Novamente nomeada professora interina para Angoche a 8 de Junho de 1892.²²⁸⁶ A 3 de Outubro de 1894 é prorrogada uma sua licença por mais 45 dias.²²⁸⁷ Em 3 de Outubro de 1895, são-lhe concedidos 30 dias de dispensa para se tratar na capital ou continente fronteiro²²⁸⁸ e a 20 de Novembro deste mesmo ano obtém mais 60 dias de licença para gozar na capital.²²⁸⁹ A 14 de Abril de 1896 usa quatro meses de licença registada para tratar dos seus negócios na capital da Província.²²⁹⁰

O regresso à Metrópole é, muitas vezes, a razão para acabar o serviço docente na colónia. Thereza Rita Neto de Paiva, professora de Quelimane, foi nomeada a 9 de Março de 1864, mestra de meninas da vila de Quelimane.²²⁹¹ A 28 de Março de 1866 é prorrogada a sua condição de mestra de meninas de 2ª classe por mais um ano, prorrogação que havia pedido por se ter extinguido a anterior nomeação.²²⁹² Pretendendo regressar ao Reino, seria exonerada a 10 de Abril de 1867, com licença registada em Quelimane.²²⁹³

Também as substituições periódicas por qualquer impedimento dos detentores do lugar fomentam as rotações, como de Maria Amalia Antonia Henriques de Mello e Macedo, nomeada em Quelimane a 28 Maio de 1888, por licença sem vencimento da proprietária,²²⁹⁴ até à exoneração em 25 de Junho de 1889.²²⁹⁵ Bruno Anselmo de Sant'Anna, em Tete, é nomeado a 29 de Março de 1889, provisoriamente, durante o impedimento do professor interino Francisco Xavier d'Araujo.²²⁹⁶ Seria exonerado a 25 de Maio de 1889, pondo-se termo à substituição do proprietário por doença.²²⁹⁷

Ainda que raras, certas substituições cumprem-se no círculo familiar. Maria Candida Martins, em Angoche, é nomeada a 9 de Julho de 1894, durante o impedimento da proprietária Ida Rozalina Martins, que dispõe de dois meses de licença registada para gozar na capital.²²⁹⁸ Seria exonerada a 21 de Agosto de 1894 por se encontrar doente²²⁹⁹ e substituída

²²⁸³ B.O., 5/05/1883, nº 18 p. 124.

²²⁸⁴ B.O., 25/04/1885, nº 17, p. 115.

²²⁸⁵ B.O., 5/06/1886, nº 23 p. 269.

²²⁸⁶ B.O., 11/06/1892, nº 24 p. 202.

²²⁸⁷ B.O., 13/10/1894, nº 41 p. 536.

²²⁸⁸ B.O., 12/10/1895, nº 41 p. 383.

²²⁸⁹ B.O., 23/11/1895, nº 47 p. 452.

²²⁹⁰ B.O., 18/04/1896, nº 16 p. 155.

²²⁹¹ B.O., 12/03/1864, nº 11 p. 67.

²²⁹² B.O., 31/03/1866, nº 13, p. 53.

²²⁹³ B.O., 13/04/1867, nº 15, p. 61.

²²⁹⁴ B.O., 2/06/1888, nº p. 356.

²²⁹⁵ B.O., 29/06/1889, nº 26 p. 401.

²²⁹⁶ B.O., 30/03/1889, nº 13 p. 209.

²²⁹⁷ B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 331.

²²⁹⁸ B.O., 14/07/1894, nº 28 p. 371.

²²⁹⁹ B.O., 25/08/1894, nº 34 p. 439-440.

por Rosa de Lima Martins, na mesma data e interinamente, durante ausência da proprietária.²³⁰⁰ Rosa Martins seria exonerada a 14 de Novembro de 1894, por regresso da proprietária, que se achava no gozo de licença registada.²³⁰¹

Raras são as famílias, como a de Francisco Paula de Carvalho, em que a docência é ocupação de ambos os cônjuges. Maria da Nazareth Paula de Carvalho, em Moçambique, é exonerada a 20 de Fevereiro de 1878, por Decreto do Ministerio dos Negócios da Marinha e Ultramar. Fora nomeada por decreto de 4 de Julho de 1871.²³⁰²

As licenças registadas, quando concedidas, indicam o lugar em que podem ser gozadas, como no caso de Carlota Candida d'Assumpção Carvalho e Sousa, que fora nomeada a 25 de Junho de 1889.²³⁰³ A 10 de Julho de 1890, obtém 6 meses de licença registada para gozar em Lourenço Marques.²³⁰⁴ Seria exonerada a 6 de Abril de 1892.²³⁰⁵ Ou Elvira da Conceição Billiter da Cunha, que assumiu o cargo de professora de Quelimane em 4 de Junho de 1892.²³⁰⁶ A 12 de Setembro de 1894 seria nomeada professora interina de instrução primária da mesma localidade durante a ausência da proprietária, que deveria apresentar-se à Junta de Saúde.²³⁰⁷

Alguns professores cessam funções por causa de agravos, conflitos, queixas e ressentimentos contra eles. Tal é o caso de José Clemente de Castro Fernandes. Nomeado a 15 de Junho de 1889,²³⁰⁸ acabaria demitido em Setembro de 1890, depois de suspenso por queixas.²³⁰⁹

As necessidades pontuais forçam à ocupação de vagas em variados locais. Joaquim José Madeira é nomeado a 5 de Janeiro de 1889 para exercer interinamente o cargo de professor de instrução primária no prazo Nameduro, no distrito de Quelimane.²³¹⁰

A docência é, em algumas localidades, inerente ao lugar de Regedor. Antonio Emanuel de Salis, em Ampapa, é nomeado a 7 de Maio de 1884, para o cargo de professor acumulando com o de regedor.²³¹¹ Casos semelhantes são os de: Antonio João da Matta Catharina Coutinho, em Ampapa, que falecia a 13 de Março 1890, natural de Goa, de 27 anos,

²³⁰⁰ *Id. Ibid.*

²³⁰¹ *B.O.*, 24/11/1894, nº 47 p. 594.

²³⁰² *B.O.*, 20/05/1878, nº 20, p. 109.

²³⁰³ *B.O.*, 29/06/1889, nº 26 p. 401.

²³⁰⁴ *B.O.*, 12/07/1890, nº 28 p. 306.

²³⁰⁵ *B.O.*, 9/04/1892, nº 15 p. 126.

²³⁰⁶ Quelimane, 5/06/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 14. Quelimane, 31/07/1892, docs. 15 e 16. Quelimane, 12/09/1892, doc. 17. Quelimane, 21/10/1892, doc. 19. Quelimane, 5/11/1892, doc. 20. Quelimane, 2/12/1892, doc. 21. Quelimane, 12/07/1893, doc. 22. Quelimane, 14/08/1893, doc. 23. Quelimane, 1/09/1893, doc. 24.

²³⁰⁷ *B.O.*, 22/09/1894, nº 38 p. 478.

²³⁰⁸ *B.O.*, 15/06/1889, nº p. 377.

²³⁰⁹ Portaria G.G., nº 394. *B.O.*, 6/09/1890, nº 36 p. 320.

²³¹⁰ *B.O.*, 5/01/1889, nº 1 p. 4.

²³¹¹ Portaria G.G., nº 124. *B.O.*, 10/05/1884, nº 19 p. 87.

solteiro e cristão, no hospital militar;²³¹² Honorato Pereira de Mesquita, exonerado de regedor e professor a 13 de Janeiro de 1887;²³¹³ Jeronymo Martins, nomeado em 22 Dezembro 1885, exonerado a seu pedido a 3 de Março de 1886.²³¹⁴

É frequente que o encarregado do serviço religioso de determinada localidade fosse, simultaneamente, mesmo que não por opção própria, nomeado professor. É o caso do presbítero Bernardo Alves Valente, nomeado a 20 de Junho de 1864 e, retroactivamente pároco da vila do Ibo em 2 de Abril de 1864 e no mesmo documento.²³¹⁵ Ainda que, como neste caso, nem sempre o titular pretenda acumular as funções, como se vê quando o mesmo professor régio pede a sua demissão, não pretendendo continuar a exercer o emprego e considerando-se, desde logo, suspenso. Pedindo ainda para que seja ordenado que se tome conta dos objectos da escola.²³¹⁶

Cada escola dispõe, na maioria dos casos, de um a dois professores. Excepcionalmente três. No quadro que apresenta os professores da escola do sexo masculino de Lourenço Marques em 1895 temos: Padre Augusto Pinheiro, professor regente, 26 anos, 3 de serviço, nomeado a 7 de Dezembro de 1894; Padre Joseph Henry, professor auxiliar, 44 anos, com tempo de serviço de 5 anos incompletos, nomeado a 7 de Junho de 1890.²³¹⁷

De acordo com a relação de empregados da Escola de Instrução Primária do sexo feminino em Lourenço Marques, em 4 de Março de 1885, o estabelecimento de ensino dispõe de duas professoras, a saber: Maria Herminia Saraiva de Carvalho Xavier, professora proprietária, e Joana Alexandrina Palmeira de Carvalho e Rego, professora interina.²³¹⁸

Sendo o desempenho de funções lectivas atribuído a professores estrangeiros, tal pode servir de pretexto, mais ou menos real, para a sua dispensa de actividades de ensino. O padre José Henry, professor auxiliar em Lourenço Marques, questiona o Governador do Distrito sobre se pode ou não continuar a receber a gratificação de 200000 réis que lhe fora abonada por Portaria publicada no Boletim Oficial da Província. Em nota ao documento lê-se: “Oíça-se ao Escrivão da Fazenda e responda-se (julgando eu que não tem direito) 7-2-94”.²³¹⁹ Na sequência o Pe. Henry escreve ao Governador argumentando com as suas limitações para desempenhar o cargo de professor da escola, esperando que, nas circunstâncias excepcionais em que se encontram, “Portugal dê provas irrefragáveis da sua notória e inextinguível aptidão a

²³¹² B.O., 26/04/1890, nº 17 p. 207.

²³¹³ B.O., 15/12/1887, nº 3 p. 16.

²³¹⁴ B.O., 6/03/1886, nº 10 p. 95.

²³¹⁵ B.O., 19/11/1864, nº 47, p.241.

²³¹⁶ Ibo, 7/01/1868. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 4.

²³¹⁷ Lourenço Marques, 2/03/1895. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 58.

²³¹⁸ Lourenço Marques, 4/03/1885. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 8.70, m. 3, doc. 2.

²³¹⁹ Lourenço Marques, 5/02/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 45.

promover nesta colonia todos os melhoramentos que requer a civilização moderna”. Argumenta que é estrangeiro e que existem colegas seus de mérito reconhecido que, em “consequência dos tristes acontecimentos que se deram na Missão de Lhanguene”, poderiam dedicar-se à direcção da escola. Nomeando-se um docente que seja português, este poderia, melhor que ele, dirigir o estabelecimento de ensino com fins exclusivamente patrióticos. Ele continuaria servindo como auxiliar e termina declarando que, logo que ao seu sucessor fizer entrega da escola, o comunicará. Em nota ao documento, a 8 de Dezembro de 1894, informa-se que será nomeado o Padre Augusto Soares Pinheiro,²³²⁰ a quem o Pe. Henry, logo que recebeu nota da Secção Civil do Governo nesse sentido, entregou a escola e respectivos utensílios que lhe haviam sido confiados pelo seu antecessor em 6 de Dezembro de 1894.²³²¹

11.1. Docência e acumulação de funções

É recorrente, ao longo do período estudado, a acumulação de funções por parte dos docentes. Sendo o magistério a primeira ou segunda actividade, raramente é a única, dada a escassez de pessoal qualificado e o salário diminuto, para além do estrangulamento financeiro da Administração.

Tentam-se rápidas substituições, como a de Agostinho de Oliveira Barreto,²³²² leccionando em Tete, a 30 de Maio de 1857.²³²³ Confirmado em 23 de Abril de 1859,²³²⁴ é exonerado a 12 de Novembro,²³²⁵ sendo então substituído por José Augusto Tavares²³²⁶

Candido Machado de Mendonça, 2º sargento director, a 1 de Julho de 1863, envia mapa estatístico da escola regimental do batalhão de caçadores de Moçambique nº 2, da casa da aula regimental na residência do governo do distrito de Tete.²³²⁷

Joaquim Nunes Pereira é colocado na escola de Sena, a 2 de Maio de 1878, por portaria do Governo geral nº 31. Sendo advogado de provisão, é nomeado interinamente professor da escola de instrução primária naquele local.²³²⁸

No quarto quesito que lhe é solicitado em documento do governo-geral, o professor de Chiloane, Adriano Augusto Gomes de Faria, em 1 de Junho de 1881, indica que é nomeado

²³²⁰ Lourenço Marques, 30/11/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 50.

²³²¹ Lourenço Marques, 10/12/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 51.

²³²² B.O., 7/04/1860, nº 14, p. 57.

²³²³ B.O., 4/07/1857, nº 27, p. 110.

²³²⁴ B.O., 7/05/1859, nº 7, p. 74.

²³²⁵ B.O., 26/11/1859, nº 48, p. 189.

²³²⁶ Id. Ibid., p. 189. B.O., 6/04/1861, nº 14, p. 56.

²³²⁷ B.O., 5/09/1863, nº 36 p. 163.

²³²⁸ B.O., nº 18, 6/05/1878, nº 18, p. 99.

por portaria, com o ordenado anual de 100000 réis, pagos pela Fazenda. Tinha 44 anos de idade, era casado e subdelegado, cargo que continua exercendo.²³²⁹

Em 1887 o pároco de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques, única igreja em todo o distrito, desempenha simultaneamente as funções religiosas e o cargo de professor de instrução primária do sexo masculino.²³³⁰

Para muitos padres, a docência é uma extensão natural das funções paroquiais. O padre Augusto Soares Pinheiro em Lourenço Marques, no ano de 1895, pede que, uma vez que foi nomeado um novo pároco para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, e dado que era simultaneamente professor regente da escola, lhe seja concedida a demissão deste cargo para que havia sido nomeado provisoriamente.²³³¹

Em Inhambane, João Caetano Dias é nomeado a 18 de Outubro de 1854 para continuar a exercer o lugar que interinamente desempenhava de Mestre de Escola de Instrução Primária do distrito de Inhambane, valendo pelo prazo de um ano dentro do qual deverá solicitar a Confirmação Régia.²³³² A 28 Janeiro de 1856, por portaria nº 500 do Ministério da Marinha e Ultramar é nomeado por 3 anos.²³³³ A 31 Janeiro de 1863²³³⁴ e 2 de Janeiro de 1864²³³⁵ assina mapa estatístico da cadeira de instrução primária de Quelimane. A 16 Março 1871 é exonerado do cargo de subdelegado do julgado de Inhambane e substituído por Caetano Hermenegildo Fernandes.²³³⁶ Encontramos João Caetano Dias acumulando novamente o cargo de subdelegado e enviando mapas como professor de Inhambane a partir de Outubro de 1875.²³³⁷ A 27 de Abril de 1875, requereu a exoneração de sub-delegado do procurador da coroa e fazenda no julgado de Moçambique.²³³⁸ Substitui o seu antecessor, que requereu a exoneração de sub-delegado do procurador no julgado de Moçambique.²³³⁹ Acabaria, ele próprio, exonerado a 1 de Agosto de 1877, por incapacidade física.²³⁴⁰

José Hermenegildo de Mello, a 13 de Julho de 1870, fora transferido de escrivão em Inhambane para idêntico lugar em Quelimane.²³⁴¹ É nomeado professor a 11 Abril de 1871²³⁴²

²³²⁹ Chiloane, 1/06/1881. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7.

²³³⁰ *B.O.*, 22/01/1887, nº 4, p. 31. Relatório do Gov. Dist. Lourenço Marques referente ao ano de 1885 a 1886.

²³³¹ Lourenço Marques, 24/05/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 61.

²³³² Portaria G.G., nº 137. *B.O.*, 21/10/1854, nº 24 p. 93.

²³³³ Secção do Ultramar, Portaria nº 500. *B.O.*, 20/06/1857, nº 24 p. 95.

²³³⁴ *B.O.*, 5/09/1863, nº 36 p. 161.

²³³⁵ *B.O.*, 19/03/1864, nº 12, p. 71.

²³³⁶ Portaria G.G., nº 29. *B.O.*, 18/03/1871, nº 11 p. 43.

²³³⁷ Inhambane, 15/10/1875. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 4; Inhambane, 2/01/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 3; Inhambane, 1/02/1876, doc. 4; Inhambane, 1/02/1876, doc. 5; Inhambane, 1/03/1876, doc. 6; Inhambane, 1/03/1876, doc. 7; Inhambane, 1/04/1876, doc. 8; Inhambane, 1/04/1876, doc. 9; Inhambane, 1/05/1876, doc. 10; Inhambane, 1/05/1876, doc. 11; Inhambane, 1/06/1876, doc. 12; Inhambane, 1/06/1876, doc. 13; Inhambane, 1/07/1876, doc. 14; Inhambane, 1/06/1876, doc. 15; Inhambane, 1/08/1876, doc. 16; Inhambane, 1/08/1876, doc. 17; Inhambane, 1/09/1876, doc. 18; Inhambane, 1/09/1876, doc. 19; Inhambane, 1/10/1876, doc. 20; Inhambane, 1/11/1876, doc. 22; Inhambane, 1/11/1876, doc. 23.

²³³⁸ Portaria G.G. 85. *B.O.*, 1/05/1875, nº 18, p. 101.

²³³⁹ Portaria G.G. 85. *B.O.*, 1/05/1875, nº 18, p. 101.

²³⁴⁰ Portaria G.G. 182. *B.O.*, 6/08/1877, nº 32, p. 217.

²³⁴¹ *B.O.*, 16/07/1870, nº 27 p. 111. Portaria G.G. nº 124 de 13/07/1870.

e exonerado a 1 de Dezembro de 1873.²³⁴³ A 22 de Julho de 1878 seria exonerado de Inhambane, para onde havia sido nomeado por portaria de 1877,²³⁴⁴ por proposta do Governador de Distrito para substituir o educador então em funções.²³⁴⁵ Em 17 de Agosto de 1881, continua exercendo o magistério.²³⁴⁶

Havendo acumulação de funções, a mobilidade é suscitada por motivos que estão para lá da actividade lectiva, como o são as exigências de serviço religioso. O professor Padre Annibal Gomes de Paula é nomeado a 6 de Fevereiro de 1885, por exoneração de Gaspar Nicolau Constantino de Sousa.²³⁴⁷ O pároco da freguesia de N. S. da Conceição de Inhambane requereu o lugar de professor da escola de instrução primária do distrito, que lhe foi concedido pelo Governador-Geral, Agostinho Coelho “com os proventos a que a lei lhe dá direito”, em 6 de Fevereiro de 1885.²³⁴⁸

Em Outubro de 1888, Annibal Gomes de Paula, presbítero, obtém quarenta dias de licença registada para se tratar.²³⁴⁹ Como pároco de Moçambique, são-lhe concedidos trinta dias para se curar em Março de 1889.²³⁵⁰ A 11 de Abril 1889, somam-se sessenta dias de licença registada.²³⁵¹ Encontrá-lo-emos exercendo funções religiosas a 14 de Outubro de 1890. A Câmara Eclesiástica de Moçambique, em despacho de 13 de Outubro, manda intimar a pena de suspensão ao então pároco do Ibo, Annibal Gomes de Paula, que estava encarregado da paroquialidade da igreja nessa localidade. Deveria suceder-lhe o padre Florencio Custodio Bernardino Sequeira.²³⁵²

A 14 de Fevereiro de 1890, o pároco José Henry explica que tendo o Padre Gaspar Nicolau Constantino de Sousa de sair da vila e, conseqüentemente, fechar a escola do sexo masculino com dano para os alunos, e desejando “dedicar à juventude o tempo que não necessitam os cuidados da Parochia (...)” solicita a aprovação como professor do sexo masculino na vila de Inhambane.²³⁵³ A 10 de Março de 1890 comunica que, tendo sido nomeado professor por portaria provincial nº 42, tomou, nesse dia, conta da escola, ao meio-

²³⁴² *B.O.*, 15/04/1871, nº 15 p. 63. Portaria G.G. nº 45 de 11/04/1871.

²³⁴³ *B.O.*, 6/12/1873, nº 49 p. 137. Portaria G.G. nº 85 de 1/12/1873.

²³⁴⁴ *B.O.*, 22/07/1878, nº 29, p. 154. Portaria G.G. nº 183 de 22/07/1878.

²³⁴⁵ *B.O.*, 24/09/1877, nº 39, p. 273. Portaria G.G. nº 243 de 22/09/1877.

²³⁴⁶ *B.O.*, 22/08/1881, nº 34 p. 187.

²³⁴⁷ *B.O.*, 7/02/1885, nº 6, p. 34.

²³⁴⁸ *B.O.*, 7/02/1885, nº 6, p. 34.

²³⁴⁹ *B.O.*, 13/10/1888, nº 41 p. 617.

²³⁵⁰ *B.O.*, 30/03/1889, nº 13 p. 206.

²³⁵¹ *B.O.*, 22/06/1889, nº p. 389.

²³⁵² *B.O.*, 8/11/1890, nº 45, p. 476. Florencio Custodio Bernardo Sequeira, Padre, a 14 de Outubro de 1890, por despacho da Câmara Eclesiástica de Moçambique de 13 de Outubro de 1890 é encarregue da paroquialidade da igreja do Ibo. Em consequência de haver sido intimada por despacho da mesma data a pena de suspensão ao pároco do Ibo, Annibal Gomes de Paula.

²³⁵³ Inhambane, 14/02/1889 (Engano, a série é de 1890). *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.47.

dia. No seguinte começará “dando escola” às 8 da manhã e às 2 da tarde.²³⁵⁴ Envia mapa em 5 de Maio de 1890.²³⁵⁵

O professor interino Padre José Manuel Fernandes Corrêa envia mapas a partir de 1890 e durante 1891.²³⁵⁶ Pedirá a sua substituição, a 5 de Maio deste ano, uma vez que deverá acompanhar o Exmº Prelado para Moçambique. Em nota do mesmo dia, escreve o Governador de Distrito para oficial Moçambique da substituição do professor e da nomeação provisória do prior Gaspar de Sousa em sua substituição.²³⁵⁷

O educador Pº. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa envia mapas de frequência, a partir de Junho de 1891.²³⁵⁸ Enviando mapa de 1 de Julho desse ano, aproveita para comunicar:

“(…) cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exª que a gratificação da escola que me abona, não compensa o trabalho de ministrar a instrução e educação a tantos alumnos, por quem tenho que sacrificar todo o dia por ser o número excessivo d’elles, alem destes tenho mais quatro do sexo feminino, a quem tenho que tambem ensinar da mesma maneira: por isso rogo a V. Exª que se digne mandar abonar-me a gratificação de 25 mil reis, soldo de qualquer professor que receberia esta importancia, se porventura exercesse o cargo de professor nesta villa, pois que a dita importancia se acha no orçamento provincial.

Aproveitando o ensejo tenho a honra de significar a V. Exª, que, na conformidade das disposições em vigor, é mui urgente e necessario que seja nomeado um ajudante para esta escola.”

Em nota da Repartição de Fazenda de Inhambane, de 9 de Julho de 1891, pelo Escrivão de Fazenda, José Dias, pode ler-se: “Por informação sou a dizer ao S. que acho justo o pedido allegado, mas que só pode ser resolvido pela Repartição da Fazenda Provincial, visto não estar consignado no respectivo orçamento a gratificação alludida.” Através do mapa sabemos que são 86 os alunos a seu cargo.²³⁵⁹

A 6 de Julho de 1891, o Pº. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa acabava de retomar funções lectivas em Inhambane. Contudo também pede, argumentando com os seus afazeres, para ser considerado suspenso como professor até que chegue a portaria com a sua exoneração. Solicita ainda que Moçambique seja oficiado sobre a questão. Em nota ao documento ordena-se que seja nomeado o Pº. António de Mascarenhas Arouca, oficiando Moçambique sobre o caso.²³⁶⁰

²³⁵⁴ Inhambane, 10/03/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.47.

²³⁵⁵ Inhambane, 5/05/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.49.

²³⁵⁶ Inhambane, 5/07/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 24; Inhambane, Julho de 1890, doc. 25; Inhambane, 5/01/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.50; Inhambane, 5/02/1891, doc.51; Inhambane, 3/03/1891, doc. 52; Inhambane, 3/04/1891, doc. 53; Inhambane, 4/05/1891, doc.54

²³⁵⁷ Inhambane, 5/05/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.55.

²³⁵⁸ Inhambane, 1/06/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 25; Inhambane, 3/11/1891, doc. 53; Inhambane, 1/07/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 56.

²³⁵⁹ Inhambane, 1/07/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.56.

²³⁶⁰ Inhambane, 6/07/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.57.

Seguiu-se António Filipe de Mascarenhas Arouca, começando por comunicar que tomou posse da escola, mobília, livros e mais objectos a 7 de Julho de 1891.²³⁶¹ Mas a sua acção será efémera. Logo em 18 de Julho de 1891, o professor interino António Rodrigues Figueira Junior comunica que tomou posse do cargo de professor provisório da escola de sexo masculino e de toda a mobília entregue por António Arouca.²³⁶² Nomeado a 15 de Julho de 1891, tomou posse no dia seguinte.²³⁶³ Envia diversos mapas de frequência, entre os quais uma relação nominal em que é o único empregado que consta da lista da escola.

A 4 de Dezembro de 1891, o P^e. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa comunica que tomou conta da escola e pede que o facto seja comunicado à repartição da fazenda para os fins convenientes. Parece persistir nas suas pretensões.²³⁶⁴ Volta a pedir que lhe seja abonada a gratificação mensal de 25000 réis, assinalando que tomara conta da escola desde Março de 1891 até à data em que escrevia sendo ela largamente frequentada como se poderia ver pelos mapas mensais e acrescentando que é aquela a gratificação do Revm^o Pároco da vila de Quelimane que está em circunstâncias idênticas como os párocos do Ambriz, Benguela, Mossamedes e talvez outros em Angola.

“(…) Parece ao supplicante que se lhe não pode applicar o artigo dos Estatutos do Collegio das Missões Ultramarinas que estatue que os missionarios terão de gratificação 100000 réis annuaes sendo professores, visto que nesse artigo se trata de missionarios propriamente ditos, e não de párocos, e de escolas a crear no interior, onde haja missionario e não das creadas independentemente da paróquia.”²³⁶⁵

Adriano Augusto Gomes, a 6 de Maio de 1881, é nomeado para exercer interinamente o cargo de professor primário, sendo sub-delegado do procurador régio em Sofala.²³⁶⁶ Havia sido Tesoureiro almoxarife de Sofala de 25 de Junho de 1857 a 23 de Abril de 1864 (6 anos, 9 meses, 28 dias); e de 23 de Outubro de 1867 a 2 de Janeiro de 1868 (2 meses e nove dias); Sub-delegado de 20 de Janeiro de 1872 a 13 de Dezembro de 1873 (1 ano, 10 meses, 23 dias); desempenhou o mesmo cargo de 22 de Maio de 1880 ao mesmo mês de 1881 (13 anos, 2 meses, 10 dias).²³⁶⁷

Paulo Cassiano da Costa Corrêa, em Lourenço Marques, a 25 de Julho de 1879, foi exonerado do cargo de escrivão da delegação da Fazenda na localidade.²³⁶⁸ Em Sofala, a 18 de Abril de 1884, pede liquidação de tempo de serviço. Fora Escrivão da delegação de Sofala

²³⁶¹ Inhambane, 7/07/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.58.

²³⁶² Inhambane, 18/07/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.59.

²³⁶³ Inhambane, 3/12/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (7), doc. 1; O professor interino António Rodrigues Figueira Junior envia mapa. Inhambane, 5/11/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 26; Inhambane, 4/12/1891, doc. 27; Inhambane, 5/08/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 60; Inhambane, 4/12/1891, doc.61.

²³⁶⁴ Inhambane, 4/12/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.62.

²³⁶⁵ Inhambane, 6/08/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.63.

²³⁶⁶ Portaria G.G., nº 80. *B.O.*, 9/05/1881, nº 19 p. 100.

²³⁶⁷ Portaria G.G., nº 212. *B.O.*, 6/09/1884, nº 36, p. 165.

²³⁶⁸ Portaria G.G. nº 137. *B.O.*, 28/07/1879, nº 30, p. 186.

de 9 de Maio de 1866 a 4 de Abril de 1869 (2 anos, 10 meses e 25 dias); desempenhava o mesmo cargo em 13 de Agosto de 1870. Foi Tesoureiro almoxarife desde 2 de Maio de 1874 a 9 de Outubro de 1877 (7 anos, 1 mês, 26 dias), escrivão da alfândega de Chiloane de 19 de Julho de 1880 a 9 de Dezembro de 1881 (1 ano, 4 meses, 20 dias), guarda da alfândega de Chiloane em 9 de Janeiro de 1882. Foi professor de instrução primária elementar da vila de Sofala a partir de 1 de Dezembro de 1882, ocupação que exerce há 2 anos, 3 meses, 9 dias. No total de 13 anos, 8 meses e 20 dias.²³⁶⁹

As funções públicas levam muitos professores a percorrer diversos pontos da Província.

Paulino Cassiano da Costa Corrêa requisita papel, tinta, entre outros materiais, em 8 de Julho de 1890.²³⁷⁰ A 19 de Maio de 1890 solicitara trinta dias de dispensa para ir a Chiloane “(...) não só para tratar dos seus arranjos domesticos como tambem para tratar de sua saude (...)”, pretensão que lhe foi concedida a 24 de Maio de 1884.²³⁷¹ Solicita autorização, a 18 de Junho de 1890, para oito dias “de licença graciosa”, com o objectivo de ir a Chiloane tratar de “negocios domésticos”. No seu lugar ficaria “o cidadão” Adriano Augusto Gomes de Faria.²³⁷²

Joaquim Francisco Garibaldino de Assumpção é educador em Inhambane, por nomeação de 21 de Março de 1887.²³⁷³ Continua enviando mapas durante o ano.²³⁷⁴ A 16 de Setembro pede para “baixar à enfermaria”.²³⁷⁵ A actividade de Joaquim de Assumpção desenvolver-se-á, após esta data, em outras áreas. A 3 de Fevereiro de 1891, é-lhe concedido o que havia pedido em requerimento ao governo: a concessão por aforamento de 4000 metros quadrados de terreno nas terras de Olene, com a condição de salvaguardar direitos adquiridos, pagando 6\$000 réis anuais de foro.²³⁷⁶ A 17 de Fevereiro de 1892 requer concessão por aforamento de 30000 metros quadrados em Olene, no distrito de Lourenço Marques. O seu pedido será novamente atendido, devendo pagar foro anual de 18\$000 réis.²³⁷⁷ A 17 de Março

²³⁶⁹ Portaria G.G., nº 105. *B.O.*, 26/04/1884, nº 17 p. 79.

²³⁷⁰ Sofalla, 8/07/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 15.

²³⁷¹ Posteriormente, explica que embarcou de Inhambane duas “clavinas” de seu uso e que, manifestadas naquele porto, aí foram retidas desde Março. Afiança não se tratar de contrabando para desvio dos respectivos direitos pelo que pede que elas lhe sejam libertadas assinando na alfândega termo de responsabilidade para tudo o que daí possa resultar no futuro. Em nota pelo Encarregado do Governo lê-se que foi deferido mandando entregar as armas mediante termo de responsabilidade. Sofalla, 19/05/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 1.

²³⁷² Sofalla, 18/06/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 4.

²³⁷³ P.P., nº 119. *B.O.*, 26/03/1887, nº 13 p. 113.

²³⁷⁴ Inhambane, 3/05/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 13; Inhambane, 4/07/1887, doc. 14; Inhambane, 4/08/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.33; Inhambane, 4/06/1887, doc.32; Inhambane, 15/11/1887, doc.35.

²³⁷⁵ Inhambane, 16/09/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.36.

²³⁷⁶ Portaria G.G., nº 54. *B.O.*, 6/02/1892, nº 6 p. 45.

²³⁷⁷ Portaria G.G., nº 84. *B.O.*, 20/02/1892, nº 8 p. 63.

de 1894 e como amanuense do correio de Lourenço Marques é explicitado que cometeu graves faltas no exercício das suas funções, pelo que é demitido.²³⁷⁸

Guilherme Hermenegildo da Silva, professor em Sofala, no ano de 1866, já em 1874 “estava por conta da Casa francesa Faber e filhos no continente fronteiro” a Sofala.²³⁷⁹ Em 1877 era subdelegado do procurador régio.²³⁸⁰

Em nota a uma relação nominal de alunos de 10 de Fevereiro de 1886 escreve Guilherme da Silva: “Allem dos allumnos acima relacionados, vierão a casa em hora que tinha saído para o serviço judicial, mais tres, que prometerão voltar amanhã.”²³⁸¹ Consequências da acumulação de funções.

O acréscimo de trabalho era uma oportunidade para o correspondente aumento de remuneração. O mesmo Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva acusa a recepção, a 13 de Abril de 1889, de um volume da obra *Elementos para um Dicionario Corographico d'esta Provincia*. Como o volume vinha acompanhado de um ofício em que o professor era encarregado de outros trabalhos, aproveita a oportunidade para pedir que seja levada em conta a sua numerosa família, no sentido de lhe ser atribuída uma gratificação.²³⁸²

Os professores podem participar no desempenho de vários outros cargos públicos. Em Sofala, a 5 de Janeiro de 1883, Adriano Augusto Gomes de Faria foi nomeado para integrar a comissão municipal com Evaristo dos Santos por não haver no concelho de Sofala em número suficiente cidadãos aptos para os cargos municipais.²³⁸³

Joaquim Nunes Pereira, “advogado de provisão” em Sena, é nomeado a 2 de Maio de 1878, para interinamente exercer como professor da escola de instrução primária da localidade.²³⁸⁴

Romualdo de Rafael Patrício, em 9 de Julho de 1881, envia nova relação de empregados da sua repartição.²³⁸⁵ Nesse mesmo dia pede dispensa de apresentação ao encarregado do arrolamento, a fim de concluir os trabalhos do mesmo. Argumenta com os afazeres do seu cargo público e os incómodos da sua idade, que o impedem de desempenhar o

²³⁷⁸ Portaria G.G., nº 148. *B.O.*, 24/03/1894, nº 12 p. 149.

²³⁷⁹ Silva, 1998, p. 286.

Em 1884 invoca lamentando “(...) que o meu mau estado de saúde, e a falta de quem me auxiliasse, não permitisse, que de tantos papeis, que tenho, podesse fazer uma revisão geral, e por tal motivo muito desejaria comprovar, em Lisboa, com os originais, o que em meos escriptos tenho apresentado, bem util me seria, se por ventura a luz, da benevolência, do illustrado Cavalheiro, a quem este trabalho é dedicado, me auxiliasse os desejos cooperando para o meo regresso ao Reino por conta do Governo, com vantagens que as minhas tristes circunstancias necessitam para durante a minha ausência, a minha familia não passar pelos horrores da fome, não sendo de menos necessidade, o levar d’aqui um criado, visto eu ser aleijado d’ambos os braços e pernas, que necessito de auxilio d’outrem para todo o serviço que qualquer valido por si satisfaz.” Silva, 1998, p. 296.

²³⁸⁰ Silva, 1998, p. 288.

²³⁸¹ Chiloane, 10 de Fevereiro de 1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 21.

²³⁸² Chiloane, 13/04/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 40.

²³⁸³ *B.O.*, 6/01/1883, nº 1 p. 3.

²³⁸⁴ Portaria G.G. 131. *B.O.*, 6/05/1878, nº 18, p. 99.

²³⁸⁵ Quelimane, 28/12/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 48.

serviço que começa às 6 da manhã e às 10 continua na sua repartição.²³⁸⁶ Em Outubro desse ano, correspondendo a uma solicitação que lhe havia sido feita por ofício, envia mapa preenchido na parte que lhe diz respeito “como Juiz de Paz” na freguesia e como professor do sexo masculino, acumulando funções.²³⁸⁷

O mesmo Romualdo Patrício, em Quelimane, a 20 de Fevereiro de 1892, pede liquidação de tempo de serviço. Fora nomeado pela primeira vez por portaria provincial de 5 de Setembro de 1873 e confirmado por decreto de 15 de Setembro de 1883. Desde 5 de Setembro de 1873 a 28 de 1892 prestou 18 anos, 4 meses e 23 dias de serviço.²³⁸⁸ Louva-se Romualdo Rafael Patrício, em 1875, pela alta frequência da escola da freguesia de N^a Senhora do Livramento – 92 alunos.²³⁸⁹ Foi nomeado para juiz de paz do distrito de Inhambane para o biénio 1877/78 o cidadão Manoel Velloso da Rocha e para seu substituto Romualdo Raphael de Sousa Patrício.²³⁹⁰

O Cónego Manuel José Feliciano Gustavo Couto comunica que regressou da Zambézia, da comissão de serviço em que acompanhou o Bispo de Himeria, Prelado de Moçambique, na sua visita pastoral. Reassumiu a regência da escola de instrução primária a 2 de Novembro de 1894.²³⁹¹ Envia mapas estatísticos de 1894 e 1895.²³⁹²

Em Tete, a 7 de Setembro de 1846, Caetano de Sá comunica ao Comandante Mor Tito Augusto de Araujo Sicard que começou a leccionar os alunos que lhe foram entregues pela Câmara, desde o ano anterior. A maior parte deles não comparece à escola e, desse modo, causam-lhe o prejuízo “de não poder ir tratar de minhas dependencias”, pelo que lhe “convem disistir do do emprego pedindo a V. Ex^a a pirmissão de ir para outra banda”. As condições, nesta altura, são marcadas pela pouca estruturação, pelo amadorismo, pela falta de motivação.²³⁹³

A 26 de Julho de 1880, Mesquita e Solla dirige-se ao Governador respondendo a ofício que julga ser a ele dirigido, “não obstante a lacuna que traz a respeito de direcção e ter sido datado de Quelimane, onde não respondo por serviço algum”. Começa por esclarecer que não é professor primário da vila de Tete, mas antes comandante do destacamento de caçadores nº 5, assim considerado pelo Governo da Província quando para ali o enviou. Não obstante estar interinamente regendo a escola, a par de outros serviços, encontra-se “particularmente

²³⁸⁶ Quelimane, 9/07/1881. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 55.

²³⁸⁷ Quelimane, 11/09/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 86.

²³⁸⁸ *B.O.*, 20/02/1892, nº 8 p. 64.

²³⁸⁹ Portaria G.G., nº 91. *B.O.*, 20/03/1875, nº 12, p. 79.

²³⁹⁰ Portaria G.G., nº 28. *B.O.*, 19/03/1877, nº 12, p. 67.

²³⁹¹ Quelimane, 2/11/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (4), doc. 19.

²³⁹² Quelimane, 3/12/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (4), doc. 21. Quelimane, 2/01/1895, doc. 22. Quelimane, 1/02/1895, doc. 23. Quelimane, 1/03/1895, doc. 24. Quelimane, 2/04/1895, doc. 25. Quelimane, 1/07/1895, doc. 26. Quelimane, 1/08/1895, doc. 27.

²³⁹³ Tete, 7/09/1846, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.4 m. 1 (5), doc. 1.

autorizado por Sua Ex^a o Governador do districto a dar escola, tam somente, quando o serviço militar, primeiro que tenho a cumprir, me não iniba e assim tenho sempre praticado.”. No dia anterior teria havido, mais uma vez, essa necessidade quando a água da chuva arrastada por uma elevação do terreno exterior se introduziu no corredor da secretaria do quartel, facto a que teve de providenciar. Solicitou auxílio dos empregados das obras públicas, que lhe foi prontamente fornecido. Tudo isto na ocasião em que deveria dar aula, marcada para as quatro e meia da tarde. Ainda acrescenta que

“(…) no professorado publico não se seguem as regras estabelecidas no serviço militar e que os lentes e professores dos estabelecimentos d’ensino, quer sejam aulas d’instrucção primaria, quer secundarias, ou superiores não participam aos commissarios dos estudos, ou aos reitores e directores, quando por accaso deixem, um dia, por qualquer motivo urgente ou imprevisto, de comparecer na sua cadeira.”²³⁹⁴

As observações de Mesquita e Solla não se confirmam perante a documentação, já que os professores comunicam ao Governador de Distrito quando, por qualquer razão, deixa de haver aula. De qualquer modo, será rapidamente substituído no cargo. Joaquim de Carvalho comunica, no início de Agosto de 1880, que tomou conta do encargo de instrucção primária da vila e de todos os pertences da escola entregues pelo alferes de Caçadores nº 5, Augusto de Mesquita e Solla.²³⁹⁵ Mesquita e Solla, agora Tenente, viria, deslocando-se de Quelimane, em 10 de Agosto 1892, a ser nomeado Governador Interino do Governo do distrito de Tete.²³⁹⁶

Lucio Alfredo de Carvalho e Souza, em Tete, foi nomeado professor a 4 de Outubro de 1880, cumulativamente com o cargo de subdelegado do julgado de Tete que desempenhava.²³⁹⁷

Adriano Soares Dias Moreira, em Moçambique, a 1 de Fevereiro de 1892, é nomeado professor por falecimento do proprietário,²³⁹⁸ sendo exonerado em 17 Junho 1893, para desempenhar o cargo de delegado da comarca de Quelimane.²³⁹⁹

A 11 de Maio de 1885, o professor Theodorico Francisco Dias participa que se encontra doente desde 9 do corrente e tomou “(…) a liberdade de encarregar ao munitor da eschola a fim de leccionar aos alunos por alguns dias (...)” do que pede relevar-se.²⁴⁰⁰ Noutro documento da mesma data, participa que²⁴⁰¹ Retomará funções a 26 desse mês por se

²³⁹⁴ Sublinhado no documento. Tete, 26/07/1880, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 26.

²³⁹⁵ Tete, 2/08/1880, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 28.

²³⁹⁶ B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 600.

²³⁹⁷ Portaria G.G., nº 246. B.O., 4/10/1880, nº 40 p. 206.

²³⁹⁸ B.O., 6/02/1892, nº 6 p. 43.

²³⁹⁹ B.O., 24/06/1893, nº 25 p. 372.

²⁴⁰⁰ Tete, 11/05/1885, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 68.

²⁴⁰¹ Tete, 11/05/1885, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 69.

encontrar restabelecido “na qualidade de sub-Delegado não faz serviço judicial desde esse dia.”da doença.²⁴⁰²

Francisco Xavier Collaço era designado a 5 de Agosto de 1893 professor em Moçambique, ouvido o conselho de instrução pública.²⁴⁰³ Indigitado a 4 de Janeiro de 1894 para exercer cumulativamente o lugar de ajudante da conservatória do registo predial durante a ausência do proprietário por proposta do conservador do mesmo registo predial,²⁴⁰⁴ será exonerado de professor a 4 de Julho de 1894.²⁴⁰⁵

Albino Antonio de Lemos, em Angoche, acumula, em 20 de Agosto de 1887, a actividade de professor com as suas funções de tesoureiro almoxarife do distrito.²⁴⁰⁶

Joze Antonio Ribeiro, em Cabo Delgado, a 15 de Outubro de 1855, é professor, de 1ª Classe, da Cadeira d'Instrução Primária do Distrito.²⁴⁰⁷ No Ibo, a 1 de Abril de 1856, o mesmo professor da Cadeira de Instrução Primária passa a ser encarregado de servir os lugares de Escrivão da Câmara Municipal e Escrivão da Administração do Concelho, com os competentes vencimentos pagos pela Câmara.²⁴⁰⁸

Jerónimo de Jesus dos Santos, chegou a Tete como professor interino, vindo de Quelimane.²⁴⁰⁹ Fora para aí nomeado em 9 de Junho de 1892, por o proprietário Francisco Xavier de Araujo dispor de 120 dias de licença para se tratar, em Goa.²⁴¹⁰ Naturalmente seria exonerado a 28 de Outubro de 1893.²⁴¹¹ No entanto seria novamente nomeado interinamente a 8 de Junho de 1894, por o respectivo proprietário ter sido nomeado amanuense de 2ª classe do hospital de Lourenço Marques.²⁴¹²

O contributo dos religiosos na docência é continuado. Victor José Courtois fora nomeado pároco de Tete desde 3 de Julho de 1885.²⁴¹³ Na Relação nominal dos empregados que compõem a Repartição de Tete, figura como único nome o do professor Victor Courtois, com o soldo mensal de 8333 reais, tendo tomado posse a 1 de Outubro, por portaria provincial nº 219.²⁴¹⁴ Envia mapas (quer da paróquia quer da escola) em 1885 e 1886.²⁴¹⁵ Superior da Missão do Bembe, é nomeado formalmente, a 28 de Junho 1892, para exercer na localidade de Tete o cargo de professor de instrução primária que desde há muito funciona sob a sua

²⁴⁰² Tete, 26/05/1885, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 70.

²⁴⁰³ Portaria G.G., nº 407. B.O., 2/09/1893, nº 35 p. 518.

²⁴⁰⁴ B.O., 6/01/1894, nº 1 p. 3.

²⁴⁰⁵ B.O., 7/07/1894, nº 27 p. 355.

²⁴⁰⁶ B.O., 20/08/1887, nº 34 p. 377.

²⁴⁰⁷ B.O., 27/10/1855, nº 45 p. 170.

²⁴⁰⁸ B.O., 14/06/1856, nº 24 p. 95.

²⁴⁰⁹ B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 600.

²⁴¹⁰ B.O., 11/06/1892, nº 24 p. 202.

²⁴¹¹ B.O., 4/11/1893, nº 44 p. 620.

²⁴¹² B.O., 16/06/1894, nº 24 p. 314.

²⁴¹³ B.O., 25/07/1885, nº 30 p. 187.

²⁴¹⁴ Tete, 9/11/1885, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (22), doc. 1.

²⁴¹⁵ Tete, 9/11/1885, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 73; Tete, 31/01/1886, doc. 74.

direcção.²⁴¹⁶ A 15 de Fevereiro de 1894 faleceu na vila de Inhambane. O Boletim Oficial refere que foi durante 11 anos “um missionario modelo”.²⁴¹⁷ Na mesma data, o missionário José Etterlé é nomeado para o lugar de Superior da Missão de S. José de Inhambane em Mongue por falecimento de Victor Courtois.²⁴¹⁸

Certos cargos são preferidos à leccionação, sendo a opção tomada por razões diversas, económicas, sociais e até por motivos de saúde. Francisco Xavier d'Araujo é nomeado a 15 de Setembro de 1888, para Moçambique.²⁴¹⁹ A 29 de Março de 1889 goza 30 dias de licença para convalescer na ilha ou no continente fronteiro.²⁴²⁰ A 27 de Abril são-lhe concedidos mais 30 dias de dispensa para continuar a tratar-se,²⁴²¹ situação que se prolonga até 25 de Maio de 1889, data do termo de licença.²⁴²² Em 6 de Abril de 1892, depois de inspeccionado pela Junta de Saúde, é-lhe concedida licença de 60 dias para se tratar na capital.²⁴²³ Só a 28 de Outubro de 1893 reassume funções. Veio de Goa onde gozou a licença de saúde. Contudo teria de recorrer ao hospital em 4 de Novembro, de onde teria alta a 11.²⁴²⁴ Acabaria exonerado a 15 de Novembro para exercer o cargo de amanuense de 2ª classe do hospital do distrito.

O pároco Adriano Soares de Magalhães chega a Tete, vindo de Quelimane, a 10 de Agosto de 1892.²⁴²⁵ A 6 de Maio de 1893, sendo pároco da vila, acumula o magistério primário com a gratificação de 100\$000 réis anuais, conforme o disposto nos estatutos das Missões Ultramarinas, decretados em 3 de Dezembro de 1884.²⁴²⁶ O Missionário presbítero, a 17 de Maio de 1894, é exonerado de pároco encomendado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mossuril onde então prestava serviço.²⁴²⁷ A 14 fora-lhe concedido o regresso ao Reino.²⁴²⁸

O comandante militar do Zumbo, alferes Dâmaso Augusto Marques, observa, em Fevereiro de 1895, que o professor da vila marchara para Tete em Novembro, não tendo sido substituído até àquela altura. A escola vinha sendo regida pelo secretário do comando. No entanto, também este, no mês anterior, tivera de seguir, por doença, para Tete.²⁴²⁹

²⁴¹⁶ *B.O.*, 2/07/1892, nº 27 p. 243.

²⁴¹⁷ *B.O.*, 24/02/1894, nº 8 p. 106.

²⁴¹⁸ Portaria G.E., nº 10. *B.O.*, 24/02/1894, nº 8 p. 106.

²⁴¹⁹ *B.O.*, 15/09/1888, nº p. 572.

²⁴²⁰ *B.O.*, 30/03/1889, nº 13 p. 208.

²⁴²¹ *B.O.*, 27/04/1889, nº 17, p. 274.

²⁴²² *B.O.*, 25/05/1889, nº 21, p. 331.

²⁴²³ *B.O.*, 9/04/1892, nº 15 p. 125.

²⁴²⁴ *B.O.*, 4/11/1893, nº 44 p. 620.

²⁴²⁵ *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 600.

²⁴²⁶ *B.O.*, 6/05/1893, nº 18 p. 256.

²⁴²⁷ *B.O.*, 26/05/1894, nº 21 p. 278.

²⁴²⁸ Portaria G.G., nº 243. *B.O.*, 19/05/1894, nº 20 p. 266.

²⁴²⁹ *B.O.*, 14/09/1895, nº 37, p. 355.

A leccionação pode ser encarada como uma forma de, provisoriamente, fugir à situação de penúria financeira. Francisco José de Campos, a 9 de Junho de 1882, invoca as precárias circunstâncias em que ficara, sendo europeu e tendo chegado havia pouco, estando sem meios de subsistência, pelo que pede o levantamento da suspensão a que fora sujeito ou a nomeação para provimento do lugar de professor interino da cidade de Moçambique. Porque decorriam averiguações em Sofala para esclarecer a contradição entre as informações recolhidas e os atestados que lhe foram passados e porque demonstrava possuir habilitações, foi nomeado interinamente professor do sexo masculino de Moçambique a 1 de Julho de 1882. Contudo, na mesma data, era-lhe levantada a suspensão que lhe havia sido imposta e que permite que regresse ao seu cargo de escrivão verificador da alfândega de Chiloane.²⁴³⁰ Foi nomeado por portaria de 1 de Julho de 1882. A 16 de Fevereiro de 1883, obtém autorização para regressar ao reino e apresentar-se à Junta Naval.²⁴³¹

Antonio José Nolasco Coutinho Barbosa dos Santos, no Mossuril, é exonerado a 2 de Agosto de 1888, a seu pedido, para ser provido definitivamente no lugar de escrivão da administração do bairro das Terras Firmes. Havia sido nomeado regedor e professor de Mossuril em 1 de Outubro de 1886.²⁴³² Leccionou em Ampapa e Mossuril, desde 1 de Dezembro de 1887, como professor e regedor da freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Foi-lhe concedida licença de 3 meses para tratar de negócios na cidade, posteriormente anulada a seu pedido em 23 de Dezembro de 1887.²⁴³³

Manoel Mazarello, a 26 de Dezembro de 1889, passa a regedor e professor do Mossuril. Era ex-segundo sargento e encontrava-se adido à companhia de veteranos.²⁴³⁴

Januario Cypriano Felicissimo Alves, a seu pedido, é nomeado a 21 de Julho de 1891, regedor e professor de Sancul e exonerado de guarda fiscal de 1ª classe de Moçambique.²⁴³⁵

João Baptista Virgílio das Dores e Santos, a 23 de Junho de 1886, é nomeado cobrador de impostos como regedor de Sancul em conjunto com o professor Apolinario Francisco Xavier Soares, regedor das Cabaceiras, e Abdulrehemane Abdallá, primeiro ajudante do capitão-mór das terras firmes no Mossuril.²⁴³⁶ A 22 de Abril de 1887, acabaria demitido, atendendo-se informação do capitão-mor das terras firmes.²⁴³⁷

²⁴³⁰ Portaria G.G., nº 175. *B.O.*, 1/07/1882, nº 28, p. 215.

²⁴³¹ *B.O.*, 17/02/1883, nº 7 p. 45.

²⁴³² *B.O.*, 4/08/1888, nº p. 489.

²⁴³³ *B.O.*, 3/12/1887, nº 38 p. 563. *B.O.*, 24/12/1887, nº 52 p. 603.

²⁴³⁴ *B.O.*, 30/12/1889, nº 52 p. 727.

²⁴³⁵ *B.O.*, 25/07/1891, nº 30 p. 294.

²⁴³⁶ *B.O.*, 23/01/1886, nº 4, p. 308.

²⁴³⁷ *B.O.*, 23/04/1887, nº 17 p. 168.

Eduardo Augusto Quintão, Missionário, foi nomeado interinamente a 1 de Maio de 1892 para substituir João Innocencio d'Aguiar Mendes com licença de saúde em Goa.²⁴³⁸ O Padre Quintão, a 8 de Fevereiro de 1895, assina como escrivão interino da câmara eclesiástica de Moçambique.²⁴³⁹ Foi pároco de S. Luís de Gonzaga em Angoche onde, a 27 de Outubro de 1892, é nomeado interinamente durante a ausência do proprietário em Goa.²⁴⁴⁰ Era cumulativamente professor por portaria provincial nº 538 de 27 de Outubro de 1892. Seria exonerado a 5 de Abril de 1893.²⁴⁴¹

A 14 de Julho de 1856, José Victorino Alexandre de Brito morador na vila de S. João do Ibo das Ilhas de Cabo Delgado foi encarregado pelo Governador do Distrito, na data de 2 de Maio, de “tomar conta da Aula d’Ensino Primario, estacionada n’esta Villa”, pedindo que seja nomeado “(...) proprietario do mesmo emprego”, sendo-lhe passada a respectiva portaria.²⁴⁴² Está entre os nomeados para exercer o lugar de juiz ordinário: Ibo – Vicente Africano Dias, José Victorino Alexandre de Brito; Inhambane – Carlos Antonio Fornasini, Antonio Martins Mascarenhas Arouca; Sofala – Adriano Agostinho Gomes de Faria, Cypriano José Gonçalves.²⁴⁴³ Foi confirmado no lugar a 27 de Maio de 1858, por portaria nº 76 do Ministério da Marinha e Ultramar - Secção do Ultramar, por 3 anos.²⁴⁴⁴ A 7 de Janeiro de 1863, assina mapa estatístico da cadeira de instrução primária de Quelimane.²⁴⁴⁵

Ele é bem a prova de que os professores não estão imunes ao envolvimento no tráfico de escravos. Em documento do Paço, de 15 de Junho de 1864, assinado pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, José da Silva Mendes Leal lê-se: “Tendo-se reconhecido que José Victorino Alexandre de Brito,²⁴⁴⁶ professor de instrução primaria na villa do Ibo, fora conivente no crime de tráfico de escravos, como consta do officio do governador geral da província de Moçambique de 23 de Fevereiro ultimo: hei por bem demittir o mesmo José Victorino Alexandre de Brito do dito emprego de professor, sem que pela demissão lhe seja relevada a pena em que pelo mencionado crime tiver incorrido.”²⁴⁴⁷

Também é exonerado do cargo de juiz ordinario substituto de Cabo Delgado e permutado por Francisco Feliciano Dias.²⁴⁴⁸

²⁴³⁸ B.O., 16/05/1892, nº 19 p. 166-167.

²⁴³⁹ B.O., 9/03/1895, nº 10 p. 99.

²⁴⁴⁰ B.O., 29/10/1892, nº 44 p. 501.

²⁴⁴¹ B.O., 8/04/1893, nº 14 p. 203.

²⁴⁴² Ibo, 14/07/1856. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 3.

²⁴⁴³ Portaria G.G., nº 176. B.O., nº 45, 9/11/1857, P. 114.

²⁴⁴⁴ B.O., 12/02/1859, nº 7 pp. 25 e 26.

²⁴⁴⁵ B.O., 5/09/1863, nº 36 p. 161.

²⁴⁴⁶ Também publicada a sua nomeação para o lugar de professor de instrução primária da vila do Ibo, por três anos em 1858. Paço, 27/05/1858, *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), p. 582.

²⁴⁴⁷ Portaria G.G., nº 58. B.O., 19/11/1864, nº 47, p. 241.

²⁴⁴⁸ Portaria G.G., nº 57. B.O., 28/03/1868, nº 13, p. 57. Baseado em outras fontes a ele se refere José Capela e à sua suspensão, pelo governador-geral Tavares de Almeida, de exercício e vencimento, por conivência no tráfico, no distrito de Cabo Delgado e na vila do Ibo de que era Presidente da Câmara. Capela, 1993, p. 30. Ainda referência a este acontecimento em 1864 do referido professor por participar na distribuição de 4 mil pesos feita pelo governador do distrito por conivência no tráfico tendo sido encontrada lista dos beneficiários da distribuição entre os bens do antigo governador João da Cunha Carvalho. Capela, 2002, p. 169. O mesmo assunto em Capela e Medeiros, 1987, p. 75.

João Vicente Roque Cupertino de Andrade é nomeado em Moçambique, a 17 de Junho de 1893, para um lugar vago desde a exoneração de Adriano Soares Dias Moreira e ouvido o conselho inspector de instrução pública. Acumulará com os demais cargos públicos que exerce.²⁴⁴⁹ Foi exonerado a 5 de Agosto de 1893, ouvido o mesmo conselho. Encontramos o mesmo Bacharel na Escola Principal²⁴⁵⁰ em finais desse ano e a 31 de Maio de 1896 é Director da alfândega.²⁴⁵¹

Em Novembro de 1867, o Padre Theotonio Abranches é nomeado membro e tesoureiro da comissão administrativa da confraria do Santíssimo Sacramento da cidade de Moçambique por falecimento de Rafael de Mendonça, presidente e anterior tesoureiro.²⁴⁵² Exonerado de Moçambique a 12 de Dezembro de 1871,²⁴⁵³ é nomeado para o Mossuril, a 11 de Junho de 1878, como pároco das igrejas de Nossa Senhora da Conceição de Mossuril e de Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira Grande e professor interino de instrução primária na escola do Mossuril.²⁴⁵⁴

Antonio José João de Matta Santa Catharina Coutinho, nomeado a 27 de Novembro de 1889, por Damião Francisco de Sousa, proprietário dos lugares de regedor e professor de Ampapa, seguiu em licença 180 dias para Goa.²⁴⁵⁵

Antonio José Nolasco Coutinho Barbosa dos Santos é exonerado em Ampapa a 17 de Dezembro de 1883, onde era professor de instrução primária e regedor.²⁴⁵⁶ Cerca de dez anos depois, a 4 de Novembro de 1893, era inspeccionado como amanuense de 1ª classe da repartição de fazenda de Quelimane, sendo-lhe concedidos 30 dias de licença para se tratar.²⁴⁵⁷

Apolinario Francisco Xavier Soares, a 13 de Março de 1885, é nomeado professor e regedor de Ampapa enquanto é exonerado do lugar de guarda-fiscal da alfândega da cidade de Moçambique para que fora nomeado em 15 de Fevereiro de 1883,²⁴⁵⁸ nomeação a requerimento do próprio com ordenado de 200\$000 réis fixado para os professores e regedores.²⁴⁵⁹ A 21 de Maio de 1885 é transferido de Ampapa para Cabaceiras.²⁴⁶⁰

²⁴⁴⁹ B.O., 24/06/1893, nº 25 p. 372.

²⁴⁵⁰ B.O., 12/08/1893, nº 32 p. 475.

²⁴⁵¹ B.O., 9/05/1896, nº 19, p. 179.

²⁴⁵² Portaria G.G. nº 192, B.O., 30/11/1867, nº 48, p. 233.

²⁴⁵³ B.O., 16/12/1871, nº 50, p. 206.

²⁴⁵⁴ Portaria G.G., nº 156. B.O., 17/06/1878, nº 24, p. 129. O padre Theotonio Abranches seria, em 1886, Governador da Prelazia de Moçambique, de onde assinava portarias a partir do Paço Episcopal. B. O., 26/06/1886, nº 26, p. 312.

²⁴⁵⁵ B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 681.

²⁴⁵⁶ B.O., 22/12/1883, nº 51, p. 345.

²⁴⁵⁷ B.O., 11/11/1893, nº 45, p. 630.

²⁴⁵⁸ B.O., 21/03/1885, nº 12, p. 87.

²⁴⁵⁹ B.O., 21/03/1885, nº 12, p. 87.

²⁴⁶⁰ B.O., 23/05/1885, nº 21, p. 139.

Posteriormente é nomeado para Angoche, a 28 de Janeiro de 1889.²⁴⁶¹ Pede e consegue licença e 22 de Junho de 1899, de 60 dias para se tratar.²⁴⁶² É transferido para o Bilene, em 6 de Julho de 1899, junto ao residente José Peixoto do Amaral no país de Gaza, a seu pedido.²⁴⁶³ A 16 de Fevereiro de 1893, é nomeado amanuense da conservatória da comarca de Tete quando se encontrava na situação de aspirante interino da extinta alfândega de Chiloane.²⁴⁶⁴

Ramiro Miguel d'Abreu foi nomeado a 13 de Março de 1885. Requerera ser provido em Ampapa mas porque o lugar já estava ocupado seguiria para o Mossuril como professor e regedor.²⁴⁶⁵ Transferido em 16 de Janeiro de 1886 para Angoche,²⁴⁶⁶ é exonerado a 18 de Abril de 1887 do cargo que desempenhava por impedimento de João Innocencio d'Aguiar Mendes. Encontra-se nas Cabaceiras, a 22 de Abril de 1887,²⁴⁶⁷ em Sancul, por transferência de 27 desse mês,²⁴⁶⁸ e em Ampapa, a 1 de Junho, através de transferência mútua.²⁴⁶⁹ Aí seria exonerado a 31 de Dezembro de 1887.²⁴⁷⁰ A 4 de Junho de 1888 é exonerado do cargo de Ajudante privativo interno da conservadoria da comarca de Moçambique por “não possuir as mais rudimentares noções do cargo e falta de aptidão especial”. A 9 de Junho de 1888, é nomeado para exercer provisoriamente o lugar de amanuense do quadro da secretaria geral.

Miguel Gabriel Rodrigues, a 27 de Novembro de 1889, foi demitido de regedor e professor do Mossuril.²⁴⁷¹

Em 1893, o padre Victorino Francisco Ismael Viegas, no Mossuril, exerce serviço pastoral em Nossa Senhora da Conceição, que acumula com o magistério primário mediante a gratificação de 100\$000 réis anuais, conforme o disposto nos estatutos das Missões Ultramarinas.²⁴⁷²

Roldão Catão de Sousa Falcão era professor em Gaza, em finais dos anos 80. Em 13 de Maio de 1889 e, na qualidade de amanuense, obtém da Junta de Saúde a concessão de 30 dias de licença a gozar na ilha ou continente fronteiro.²⁴⁷³ Em 26 de Janeiro de 1895, Catão

²⁴⁶¹ *B.O.*, 9/03/1889, nº p. 175.

²⁴⁶² *B.O.*, 22/06/1889, nº p. 392.

²⁴⁶³ *B.O.*, 6/07/1889, nº 29, p. 410.

²⁴⁶⁴ *B.O.*, 18/02/1893, nº 7, p. 105.

²⁴⁶⁵ *B.O.*, 21/03/1885, nº 12, p. 87.

²⁴⁶⁶ *B.O.*, 23/01/1886, nº 4, p. 25.

²⁴⁶⁷ *B.O.*, 23/04/1887, nº 17, pp. 167-168.

²⁴⁶⁸ *B.O.*, 30/04/1887, nº 18, p. 182.

²⁴⁶⁹ *B.O.*, 14/05/1887, nº 20, p. 204.

²⁴⁷⁰ *B.O.*, 31/12/1887, nº 53, p. 615.

²⁴⁷¹ *B.O.*, 30/12/1889, nº 52 p. 727.

²⁴⁷² *B.O.*, 22/04/1893, nº 16 p. 226.

²⁴⁷³ Portaria G.G. nº 312, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 346.

Roldão Falcão, professor de Mussurize (Gaza), natural de Goa, morria no hospital de febre biliosa.²⁴⁷⁴ Em 7 de Março, proceder-se-ia à arrecadação dos seus bens em leilão.²⁴⁷⁵

11.2. Qualificações dos professores e habilitações para o ensino

Como o pessoal qualificado/habilitado para o ensino era tão diminuto, recrutavam-se muitos docentes do contingente militar ficando, portanto, nestes casos, a instrução ao sabor dos destacamentos e movimentos militares. Por exemplo, na escola regimental de Lourenço Marques, o 1º sargento João Baptista Loureiro é o encarregado do ensino, em 31 de Julho de 1861.²⁴⁷⁶

Outro dos grupos em que a administração recrutava professores era o clero, visto que se julgava que estariam a realizar pela instrução a devida evangelização para que estavam vocacionados, além de que a administração, nomeando-os, continha despesas.

Na única escola para o sexo masculino existente em 1882 na vila de Lourenço Marques o professor era, a instâncias do Governador de Distrito, o único padre existente em toda a região, mediante o pagamento de 15\$000 réis. Antes desta data, o cargo era desempenhado, a troco de 25\$000 réis, por um 1º sargento que acabou substituído por voltar ao desempenho dos seus serviços no corpo em que estava integrado.

Apesar da escassez de recursos humanos ainda se registam demissões/exonerações de professores por incumprimento das funções básicas. Certos mestres são demitidos dos serviços pedagógicos por alegada incompetência ou desleixo. Em Inhambane, Joaquim Quintiliano Pereira de Macedo será exonerado a 29 de Janeiro de 1883, por ter “(...) mostrado não possuir a aptidão, capacidade e habilitações necessárias para o bom desempenho do magistério”. Fora nomeado interinamente em 17 de Agosto de 1881.²⁴⁷⁷

A acumulação de cargos também se realiza quando a administração necessita de pessoal qualificado e recruta os docentes para outras funções. A formação de certos mestres, independentemente da sua maior ou menor adequação ao ensino, permite que eles sejam aproveitados em outras funções quando tal se afigure necessário ou rentável para a administração. Em Gaza, Maximiano José do Rosário, a 28 de Outubro de 1890, vê satisfeita a sua pretensão de requerer certidão de tempo de serviço. Fora nomeado em portaria

²⁴⁷⁴ B.O., 2/03/1895, nº 94, p. 9.

²⁴⁷⁵ “LEILÃO – 3 Pelo juízo de direito da comarca de Moçambique se faz sciente que no dia 7 do corrente mez e anno pelas 2 horas da tarde, se há de proceder na travessa do Pombal, nº 7, a leilão judicial de todos os objectos e moveis que constituíam o espolio do extinto Roldão Catão de Souza Falcão. O processo de arrecadação corre seus termos pelo cartório do escrivão d'este juízo, Franco. Moçambique, 1/03/1895. – O escrivão, *Eduardo Augusto Henriques Franco*. – Verifiquei: *B. Veiga*.” B.O., 2/03/1895, nº 94, p. 94.

²⁴⁷⁶ B.O., 28/09/1861, nº 39, p. 160.

²⁴⁷⁷ B.O., 3/02/1883, nº 5 p. 31.

provincial nº 345 de 21 de Agosto de 1886.²⁴⁷⁸ Obtém licença, a 25 de Outubro de 1888, de 60 dias, para tratamento, de acordo com a Junta de Saúde.²⁴⁷⁹ A partir de 11 de Março de 1893 é professor do Bilene.²⁴⁸⁰ Desfruta de nova licença a 30 de Junho de 1890, de 15 dias para se tratar na ilha ou continente fronteiro.²⁴⁸¹ Quando se extingue a função lectiva, o professor é integrado em outro tipo de serviços em que possa ser útil. A 4 de Abril de 1896, por portaria 110-C, o ex-professor de Gaza fica adido à secretaria do comando militar de Angoche.²⁴⁸² A licença de 14 de Abril de 1896 prevê o gozo de um ano em Damão, terra da sua naturalidade.²⁴⁸³ A 20 de Agosto de 1898, é-lhe concedida uma licença para convalescer, segundo a Junta de Saúde, como professor da “extinta escola de Gaza actualmente adido do comando militar superior de Angoche”.²⁴⁸⁴

Romualdo Patricio Martins dos Anjos acompanha Ngungunyane numa das suas mudanças de capital em Gaza, tendo de atravessar as Terras da Coroa nos anos de 1889-90;²⁴⁸⁵ a 5 de Agosto de 1890, é exonerado por informação do residente chefe interino.²⁴⁸⁶ Exercerà, em comissão, o cargo de escrivão da administração do Bairro das Terras Firmes por demissão de Antonio José Nolasco Coutinho.²⁴⁸⁷

Em Sofala/Chiloane, a 23 de Dezembro de 1863, Avelino Avelista de Araujo Gonçalves corresponde a pedido do Governador para apresentação de documentos. Envia um maço contendo seis diferentes comissões de serviço público exercidas durante o ano de 1854. Acrescenta não ser

“(…) possível apresentar a V. Sr^a documento algum de habilitações scientificas pelo motivo de não ter sahido d’esta villa para outra parte aonde a Instrucção Publica offerece aos Estudantes esta solida garantia na sua carreira Publica; porem como a benevolencia de V. Sr^a anda a par da experiencia, que tem da Africa Oriental, espero que a vista dos citados documentos se digne avaliar o pezo, que cumulativamente me traz o dezempenho do serviço nas repartições em que me acho servindo.”

Os documentos eram originais, mas não selados nem reconhecidos – por o seu estado de saúde o não permitir –, mas declara que, se for necessário cumprirá esta formalidade.²⁴⁸⁸

²⁴⁷⁸ *B.O.*, 3/11/1890, nº 44 p. 465.

²⁴⁷⁹ *B.O.*, 27/10/1888, nº p. 645.

²⁴⁸⁰ *B.O.*, 8/07/1893, nº 27, p. 402.

²⁴⁸¹ *B.O.*, 5/07/1890, nº 27 p. 294.

²⁴⁸² *B.O.*, 2/05/1896, nº 18 p. 172.

²⁴⁸³ *B.O.*, 2/05/1896, nº 18 p. 172.

²⁴⁸⁴ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35 p. 340.

²⁴⁸⁵ Com o professor seguiam Ngungunyane mais quatro portugueses, o residente chefe, um capitão e dois tenentes. Vilhena, 1996, p. 108-109. Ngungunyane teve três residências, a saber: a primeira Manjacaze, no Mussurize, no alto Save, terras da Mussapa. Em 1889 veio a afastar-se instalando-se junto da lagoa Suly. Dirigiu-se, algum tempo depois, em 1892, para a margem do Manguanhane, afluente do Chicomo. *Id.*, *ibid.*, p. 106.

²⁴⁸⁶ *B.O.*, 9/08/1890, nº 32 p. 350.

²⁴⁸⁷ *B.O.*, 4/07/1891, nº 27 p. 266

²⁴⁸⁸ Sofalla, 23/12/1863. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 4.

Em Quelimane, na relação dos empregados em efectivo serviço na repartição, a 28 de Janeiro de 1878, constam os dados do professor e único inscrito, Romualdo de Rafael Patrício, natural da mesma vila, de 47 anos de idade, viúvo, com classificação literária, escola primária, e ordenado mensal de 300000 réis.²⁴⁸⁹

Em Tete, Theodorico Francisco Dias, a 17 de Novembro de 1882, é confirmado pelo Governador como novo professor.²⁴⁹⁰ Será provido por mais três anos a 26 de Maio de 1883. Vinha desempenhando o cargo por nomeação do Governador de Distrito.²⁴⁹¹ Ainda o encontramos activo a 3 de Julho de 1885.²⁴⁹² Theodorico Dias declarara em Outubro de 1882 que aceitava reconhecido o cargo de professor primário “(...) não por meus merecimentos intellectuaes, mas unicamente para corresponder a confiança que V. Ex^a em mim deposita; e farei maiores esforços para que a instrucção publica não seja descurada”. Entrega mapa de mobília e demais utensílios pertencentes à escola que lhe foram confiados por Lucio Alfredo de Carvalho e Sousa.²⁴⁹³

A necessidade de professores e a escassez de pessoal habilitado com os necessários conhecimentos é uma das questões mais abordadas em diversas ocasiões. O professor de Tete, em 27 de Fevereiro de 1879, foca a possibilidade de adoptar os serviços de uma senhora para assegurar o funcionamento da escola feminina de cuja criação e utilidade ele é o primeiro defensor. A necessidade leva a procurar uma solução possível, disponível: “Felizmente n’este districto há uma senhora com habilitações precisas, D. Eugenia Maria de Macedo, que pode dar a eschola, mediante uma gratificação (...)”.²⁴⁹⁴

Em Janeiro de 1882 nas observações à escola de Tete escreve o Governador sobre a “Instrucção Publica” que ela é inexistente “(...) porque o professor distingue-se só em saber pouco menos que os alunos”. A ironia dirige-se ao professor de uma escola cuja frequência é quantitativamente considerável.²⁴⁹⁵ Já em Maio de 1884 refere-se em relatório oficial que os 40 alunos ali existentes são instruidos com zelo e boa vontade.²⁴⁹⁶

Em *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*, considera-se que o aproveitamento dos alunos “(...) foi nullo, tudo devido á falta de zelo dos professores e poucas habilitações para o ensino”.²⁴⁹⁷

²⁴⁸⁹ Quelimane, 28/01/1878. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 28.

²⁴⁹⁰ B.O., 18/11/1882, n° 48 p. 341.

²⁴⁹¹ B.O., 26/05/1883, n° 21 p. 144.

²⁴⁹² B.O., 25/07/1885, n° 30 p. 187.

²⁴⁹³ Tete, 27/03/1882, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 60. Tomou posse em 1 de Outubro de 1882. Encontrava-se no activo em 14 de Novembro de 1883. Tinha aforado um prazo desde 1881. Em 1884 encontrava-se envolvido na administração de prazos. Liesegang, 1991, pp. 75-76.

²⁴⁹⁴ Tete, 27/02/1879, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3(25), doc. 1.

²⁴⁹⁵ B.O., 29/04/1882, n° 19, p. 164.

²⁴⁹⁶ B.O., 21/06/1884, n° 25, p. 112.

²⁴⁹⁷ B.O., 6/10/1888, n° 40, p. 608. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*.

Por requerimento do próprio, o professor João Innocência d'Aguiar Mendes é provido interinamente a 4 de Março de 1884. Significativamente, a portaria da sua nomeação explicita

“(…) que é necessário dotar as escolas com um pessoal, a que possa exigir-se responsabilidade pelo desenvolvimento da instrução, o que não é fácil quando são regidas accidentalmente por indivíduos que por favor se prestam ao desempenho dos deveres do professorado.

Attendendo ainda á considerável falta, que há no districto de Angoche, de indivíduos que possuam alguns rudimentos de instrução;” o requerente é nomeado interinamente.²⁴⁹⁸

Bertha de Albuquerque, em Moçambique, a 21 de Maio de 1894, é admitida em concurso para apreciação de provas documentais e provas orais e escritas.²⁴⁹⁹

Outra forma de conseguir professores, nomeadamente do sexo feminino, é cooptando da sociedade civil senhoras consideradas instruídas e de bom comportamento, visto que as professoras nomeadas são manifestamente insuficientes.

Na mesma localidade, Sallustina Izabel d'Olim Perestrello, nomeada a 30 de Agosto de 1892,²⁵⁰⁰ é exonerada a 1 de Agosto de 1893, por regresso da professora.²⁵⁰¹ Novamente nomeada a 3 de Março de 1894, foi observada por um júri que lhe permitiu exercer enquanto não se apresentasse a proprietária Maria Augusta Pereira Nogueira, nomeada por portaria régia nº 236 de 16 de Novembro de 1893.²⁵⁰²

Em *Relatório do governo de distrito de 1888 a 1889*, explicitam-se alguns dos critérios possíveis na escolha dos professores:

“**III** - São apenas duas as escolas primarias existentes no districto, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, funcçãoando ambas na villa do Ibo.

A primeira foi frequentada por 31 alumnos, com pouca assiduidade, dos quaes ainda assim 14 tiveram algum aproveitamento em leitura e grammatica portugueza. A segunda foi frequentada por 15 alumnas.

Como é geral em toda a provincia, os professores e professoras não tem todas as habilitações, nem toda a competência para regerem as escolas, sendo nomeados quasi sempre para estes logares os primeiros individuos que se apresentam a requerel-os; creio mesmo que se lhes não exige documento comprovativo de habilitação; não é pois de admirar que as escolas estejam de longe de darem os resultados que deviam dar.

Seria porém para desejar ao menos nas capitaes dos districtos houvessem bons professores primarios e com as habilitações necessarias para ministrar aos seus discipulos a instrução conviniente.

Em geral os empregos publicos dos districtos são desempenhados pelos filhos do paiz, tendo por unicas habilitações as que adquiriram nas escolas primarias dos districtos; d'aqui se pode tambem concluir a grande necessidade que ha em melhorar o serviço da instrução publica.

²⁴⁹⁸ Portaria G.G., nº 67 de 4/03/1884. B.O., 15/03/1884, nº 11, p. 53.

²⁴⁹⁹ B.O., 26/05/1894, nº 21 p. 278.

²⁵⁰⁰ B.O., 3/09/1892, nº 36 p. 386.

²⁵⁰¹ B.O., 5/08/1893, nº 31 p. 464.

²⁵⁰² B.O., 10/03/1894, nº 10 p. 123.

Como ninguém ignora, seria vantajoso crear mais escolas n'outros pontos do districto, para quanto mais não fosse, se desenvolver o conhecimento da lingua portugueza, devendo para isso o professor ser europeu.

N'este districto quasi não se falla o portuguez; mesmo no Ibo, sua capital, é vulgar ver os filhos do paiz, ainda os mais civilizados, fallarem entre si na lingua da terra; se algumas vezes fallam o portuguez, é nas repartições, visto serem quasi todos empregados publicos, ou então nas suas relações com os europeus.

Em geral, entre as pessoas do sexo feminino, a lingua portugueza é raras vezes usada.

Presentemente era de grande conviniencia crear uma escola para o sexo masculino em Mocimboa, onde ha uma auctoridade militar, uma povoação populosa e já bastante importante pelo seu movimento commercial. (...)”²⁵⁰³

No que respeita a habilitações, a realidade da colónia dita as suas leis. O recurso aos “filhos do país” é, quer as autoridades o apreciem ou não, de importância primordial.

11.3. Os professores e as relações com a tutela

A conflitualidade entre os professores e a tutela perpassa em toda a documentação. Agrava-se devido à ausência de um quadro geral de referência, à dimensão territorial e às dificuldades acrescidas do processo de ensino num território com outra matriz cultural, étnica e geográfica.

O P^e. António Dias Simões, em Lourenço Marques, no ano de 1894 contesta uma suspensão que lhe fora aplicada pelo Governador, alegando que não conhecera as faltas ou crimes que cometera e que lhe assiste o direito ao conhecimento dos erros que motivaram o castigo. O Governador, em comunicação anterior, afirmando a «in correcção» do Padre e professor agora punido, recomenda-lhe que reclame superiormente. Este documento atesta a conflitualidade entre a autoridade do distrito e o religioso que assegura a escola. Em nota ao documento assinado pelo Governador com a data de 23 de Outubro de 1894, pode ler-se que deve ser castigado com oito dias de perda de vencimento por ter sido menos correcto.²⁵⁰⁴

O P^e. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa, embora exonerado das funções lectivas em Fevereiro de 1885, reingressa na actividade e envia mapas de frequência escolar em 1887.²⁵⁰⁵ O peso da acumulação de funções justifica que, em caso de aumento de alunos, a situação se torne difícil. A 15 de Fevereiro desse ano solicita “(...) a exoneração do cargo do professor por não compensar o trabalho que tenho em ministrar instrucção e educação a tantos alumnos; rogo por isso a V. Ex^a se digne nomear uma pessoa para tomar conta da mesma

²⁵⁰³ B.O., 30/09/1889, N.º 39, p. 591.

²⁵⁰⁴ Lourenço Marques, 16/10/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 49.

²⁵⁰⁵ Inhambane, 1/02/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 11; Inhambane, 1/03/1887, doc. 12.

desde 1 do mez de março.”²⁵⁰⁶ O mesmo docente em carta de 17 de Fevereiro esclarecerá, no entanto, um pouco melhor as suas motivações:

Em cumprimento ao officio de V. Sr^a, nº 94 da presente Serie, cumpre-me para os devidos efeitos passar as mãos de V. Sr^a, incluso, um requerimento decididamente ezarado o numero e data de portaria, em que peço a Sua Sr^a o Sr. Conselheiro Governador Geral a ezoneração do cargo do professor por não compensar os trabalhos e por causa dos meus padecimentos e afazeres, significando ao mesmo tempo a V. Sr^a, que não usei termo algum no final do meu officio nº 3 da presente serie, que equivallesse a querer impor condições a autoridade, mas sim meramente roguei que nomeasse uma professora para tomar conta da escola.”²⁵⁰⁷

Os docentes que acumulam funções, com destaque para os religiosos, reúnem melhores condições para questionar, quando o entendem justo, certas determinações da autoridade. Um afrontamento que acaba, em certos casos com o estabelecimento de relações tensas ou mesmo com a exoneração.

Os mestres que desempenham duplos cargos são os que registam alguma conflitualidade com a hierarquia. Antonio Dias Simões, presbítero em Lourenço Marques, é nomeado professor interino em Outubro de 1884, acumulando essas funções com as de pároco encomendado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição.²⁵⁰⁸ A 15 de Maio de 1895, seria exonerado de pároco,²⁵⁰⁹ e de professor a 9 de Janeiro 1886.²⁵¹⁰

Comunica ao Governador do Distrito que com a saída a 1 de Abril de 1893 do missionário coadjutor da Igreja paroquial e capelão do hospital militar e civil, padre José Henry, que regressara à Europa no dia 17 de Junho, as funções deste foram por ele asseguradas, “com um aumento de serviço demasiado excessivo”.²⁵¹¹ O tom desabrido com que se dirigia ao Governador de Distrito levá-lo-ia a ser demitido do lugar de professor. O episódio com o Padre António Dias Simões atesta as contingências da autoridade na colónia. A possibilidade de não depender, inteiramente, do poder laico permite algumas liberdades de linguagem que deixam transparecer, até à demissão, alguns dos problemas com que a vida se debatia – burocracia, falta de dinheiro, ineficácia das Obras Públicas, ameaça, real ou imaginária, dos estrangeiros, estruturas deficientes, alguma instabilidade.

A relação do Padre Annibal Gomes de Paula com o Governador não era afável, como se pode observar pela correspondência trocada em Agosto de 1885. A dada altura, o professor e padre reage energeticamente a ofício do Governador do distrito:

²⁵⁰⁶ Inhambane, 15/02/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.28.

²⁵⁰⁷ Inhambane, 17/02/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.30.

²⁵⁰⁸ B.O., 25/10/1884, nº 43 p. 201. Portaria G.G., nº 259, de 18/10/1884.

²⁵⁰⁹ B.O., 18/05/1895, nº 20, p. 194. Portaria do G. E. nº 16, 15/05/1895.

²⁵¹⁰ B.O., 9/01/1886, nº 2 p. 12.

²⁵¹¹ Lourenço Marques, 8/07/1893. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 43.

“Não por temor d’as ameaças de V. S^a, mas por ser esse o meu dever a que daria cumprimento hoje, ainda que me não houvesse no seu officio d’a presente data ameaçado com intempestivos rigores de V. S^a., que me não atemorizam, pois que no cumprimento d’os meus deveres, não receio parallellos, respondo ao officio n^o 483, com data de dezassete (17) do corrente, dizendo que a aula d’Instrucção Primaria d’o sexo masculino tem logar d’o meio dia às tres (3) horas. O meu digno antecessor Augusto Reis, thesoureiro da delegação de Fazenda dava das sete (7) as dez (10) horas d’a manhã; mas aquella hora era a mais incompativel com as numerosas e diversas obrigações parochiaes, por isso foi alterada a hora.

Muito bem sabe V. S^a que os deveres escholares ficam prejudicados pelos deveres parochiaes, pois que sou professor por accumulacão; o que se prova não só pela fracção d’o ordenado que recebo, mas tambem pelo decreto que rege os presbyteros, ordenados no Real Collegio das Missões Ultramarinas e por varios officios d’o Governo d’a Metropole a diversos Governos Geraes d’o Ultramar.

Permitta-me que eu estranhe que V. S^a me censure e ameace com os seus rigores, por ter deixado passar dois dias sem responder a um seu officio, que me parece não ter sombra d’urgente, se isso é grande crime, ha então grandes e numerosos crimes, cometidos tambem por quem não é professor d’Instrucção Primaria.

Também não posso deixar d’extranhar, que V. S^a me censure e ameace por officio assignado pelo seu secretario, pois que me parece não ser isso permittido pelo decreto de 1 ou 2 de dezemro de 1869, ou por alguma outra lei, mormente quando os officios sam derigidos a Chefes de Repartições. Este procedimento é tanto mais para estranhar, por se ter dado com V. S^a o caso de não querer tomar a responsabilidade d’as ordens dadas em seu nome por um seu secretario o não tinha entendido bem; e quem me diz que esse facto succedido ha mezes, se não pode repetir?”²⁵¹²

O comandante do distrito militar de Sofala explica, em documento datado de Junho de 1890, que em 17 do mesmo mês, por officio do encarregado de governo do distrito, foram suspensos os vencimentos da professora interina da vila, D. Maria do Carmo da Silva Roque, por alegadamente ainda não ter começado a exercer as suas funções, tendo apresentado requerimento que aguarda despacho do Governador-Geral.

A realidade era que, sendo nomeada professora interina em 15 de Abril, requisitou em 17 os necessários compêndios. No mesmo dia, por um «bando», na vila e bairros foram os chefes de família convidados a enviar as suas filhas à aula. Nem a requisição foi satisfeita, nem compareceu qualquer aluna. Mas nos primeiros dias de Maio apresentaram-se 4 que frequentaram logo todo o mês. A referida docente não dispunha de quaisquer livros, que tiveram que ser cedidos pelo seu colega da escola masculina. O Governador de Distrito afirma que, se o encarregado do governo tivesse conhecimento dessa situação, não teria mandado suspender o vencimento à professora, tanto mais que, apesar de ter sido comunicada a decisão à mestra, ela pediu, com a melhor vontade, para continuar a leccionar.²⁵¹³ A situação denota, do ponto de vista formal e prático, algum controlo por parte da tutela, mesmo que não tenha sido bem exercido.

²⁵¹² Inhambane, 18/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.28.

²⁵¹³ *B.O.*, 25/10/1890, n^o 43, p. 461.

É de salientar como exemplo de estatuto social e económico que se pretende adquirir o caso de um professor que requer que sejam tomados em consideração, no seu currículo pessoal, os serviços pretensamente prestados, no passado, por alguns seus ascendentes. A resposta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar assinada por José Maria Latino Coelho a 2 de Junho de 1869, esclarece-o:

“2ª Repartição – Nº 107. = Tendo Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva²⁵¹⁴ pedido que se lhe reconheçam os serviços prestados tanto por seu avô João Julião da Silva,²⁵¹⁵ como por seu pai Zacarias Herculano da Silva;²⁵¹⁶ havendo o requerimento subido com o officio do governador-geral da província de Moçambique de 23 de Março ultimo: Manda Sua Magestade El-Rei pela secretaria d’estado dos negócios da marinha e ultramar, declarar para os devidos effeitos ao mesmo governador-geral que não póde ser attendida aquella pretenção, não só porque não está justificado quaes sejam os serviços de que se trata, nem que o requerente é legitimo descendente dos dois indivíduos nomeados, e que só elle os herdou; mas também porque nos governos representativos só se podem tomar em consideração os serviços próprios, e não os dos pais e avós.”²⁵¹⁷

A actividade lectiva está sujeita às variações e contingências do relacionamento do docente com a tutela. Roza Carolina Couceiro foi nomeada por um ano, a seu pedido e por informação do Governador do distrito, em 25 de Abril de 1868.²⁵¹⁸ Foi confirmada no lugar a 18 de Junho de 1869, mais uma vez, com informação do Governador a seu respeito²⁵¹⁹ e novamente nomeada a 15 de Setembro de 1870, dadas as boas informações do Governador seria novamente provida no lugar.²⁵²⁰ Contudo, encontrar-se-ia suspensa precisamente por

²⁵¹⁴ Sobre Guilherme Hermenegildo, foca Liesegang outra faceta: “No que toca o lado consciente, nota-se que certas identidades ou qualidades sociais são inventadas ou reinterpretadas. Testemunhas aumentam o seu papel, as suas capacidades. Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, um cronista de eventos em Sofala do séc. XVIII e XIX, escrevendo em 1884 insere as suas iniciais no texto de uma placa comemorativa erigida em 1844 ou 1845, e cuja cópia insere no manuscrito. A placa já não existia quando escreveu e o único documento que permite detectar a mentira é o escrito onde um seu avô de 1846-7. De facto em 1845 era ainda um jovem sem qualquer peso social. O mesmo autor eliminou de um outro texto copiado por ele na mesma altura (iniciado pelo avô, continuado por ele e pelo seu pai uma referência a uma revolta contra um governador em que ele participou em 1854 e pelo qual esteve degredado na ilha de Bazaruto. Quer apresentar-se às autoridades do seu tempo da melhor maneira possível. (...)”. Liesegang, 1998, p. 11.

²⁵¹⁵ Autor da *Memoria de Sofalla*, 1844; *Memoria respectiva á Villa de Sofalla* (de data desconhecida); *Memoria sobre a Doação do Território Bandire, e as Épocas do seu Abandono*, de 1831 e *Vários Apontamentos das Antiguidades e Factos acontecidos naquellas épocas, que copiei de huns fragmentos quazi corruptos e roídos de bixos, que encontrei em hum chamado arquivo deste governo e feitoria no anno de 1790 sendo então escrivão interino da mesma. Os quaes ao prezente a maior parte não existe*. Publicadas em SILVA, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, *Rezumo das Noticias do Districto de Sofalla e Sertoens vizinhos desde o anno de 1755 em que esta Provincia foi desmembrada dos Estados da Índia até o corrente anno de 1884* in *Memórias de Sofala*, 1998.

²⁵¹⁶ Autor de *Manamotapa* de 1865 publicada em SILVA, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da, *Rezumo das Noticias do Districto de Sofalla e Sertoens vizinhos desde o anno de 1755 em que esta Provincia foi desmembrada dos Estados da Índia até o corrente anno de 1884* in *Memórias de Sofala*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

²⁵¹⁷ *B.O.*, 23/10/1869, nº 50, p. 224.

²⁵¹⁸ Portaria G.G., nº 85.

²⁵¹⁹ *B.O.*, 19/06/1869, nº 29, p. 115.

²⁵²⁰ *B.O.*, 17/09/1870, nº 36, p. 150.

deliberação do Governador de Distrito de 11 de Outubro de 1871, acabando por ser-lhe concedida exoneração a 4 de Janeiro de 1872, a seu requerimento.²⁵²¹

11.4. A assiduidade dos professores - faltas por doença

Uma questão crucial no processo de ensino da colónia é a da frequência com que os problemas de saúde interferem com as actividades lectivas. De uma leitura rápida de vários distritos, os problemas médicos são, em maior ou menor grau, uma constante. O problema relacionar-se-á com as próprias condições da colónia, as suas especificidades e as deficiências para melhorar as condições de salubridade.

Em carta ao Governador-Geral do Distrito de Lourenço Marques, no ano de 1882, Adelina Maria Roza da Conceição Coelho invoca o seu estado de saúde para responder negativamente à proposta que lhe havia sido feita para assumir as funções de mestra de meninas da vila de Lourenço Marques.²⁵²²

Na mesma localidade, Augusta de Menezes e Moura encontra-se de licença a 8 de Dezembro de 1888, para tratamento após Junta de Saúde.²⁵²³ Na mesma vila, em 1894, e por não poder continuar o tratamento em casa, a professora Maria Herminia Saraiva de Carvalho e Xavier pede que lhe seja passada baixa para o hospital onde deseja entrar nessa tarde.²⁵²⁴

Em Inhambane, a 18 de Agosto de 1883, a professora Maria Retornilha Amália Augusta da Costa e Castro comunica que já se encontra de boa saúde e em condições de retomar as suas aulas.²⁵²⁵ Comunicará, logo a 15 de Fevereiro do ano seguinte, que se encontra doente e que na altura oportuna participará ao Governador o seu restabelecimento. Fa-lo-á a 25 desse mês.²⁵²⁶

No mesmo local, a professora Mathilde Carolina Palma da Conceição explica, a 13 de Junho de 1887, que não poderá leccionar durante alguns dias devido ao seu estado de saúde.²⁵²⁷ No dia seguinte, achando-se bastante “incomodada”, pede para passar à enfermaria.²⁵²⁸

Candida de Carvalho e Queiroz é nomeada professora por despacho do Governador de Distrito datado de 14 do mês de Julho 1887. Logo se compromete a enviar mapa de entrega

²⁵²¹ B.O., 5/01/1872, nº 1, p. 1.

²⁵²² Lourenço Marques, 18/08/1882. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 8.70, m. 3, doc. 1.

²⁵²³ B.O., 8/12/1888, nº p. 721.

²⁵²⁴ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 23/04/1894. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 8.70, m. 3, doc. 9.

²⁵²⁵ Inhambane, 18/08/1883. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 18.

²⁵²⁶ Inhambane, 15/02/1884. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 19.

²⁵²⁷ Inhambane, 13/06/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 29.

²⁵²⁸ Inhambane, 14/06/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 30.

dos materiais existentes para ensino e requisição de necessidades urgentes.²⁵²⁹ A partir desse mês envia mapas.²⁵³⁰ A 26 de Maio de 1888, desfruta de 3 meses de licença para se tratar, por informação da Junta de Saúde.²⁵³¹ A professora interina informaria que tomou definitivamente conta da escola a 15 de Junho de 1888, mas no mês de Julho pede ao Governador que lhe passe baixa à enfermaria por se encontrar doente,²⁵³² acabando exonerada a 11 de Agosto de 1888.²⁵³³

A 16 de Fevereiro de 1889, a professora Maria Joaquina d'Araujo e Mendes comunica que tomou posse do lugar de professora do Distrito.²⁵³⁴ Passará, a partir dessa altura, a enviar mapas de movimento.²⁵³⁵ A 19 de Agosto desse ano, comunica com o Secretário do Governo pedindo-lhe que dê conta ao Governador do Distrito de que se encontra doente.²⁵³⁶

Entrando em funções em Fevereiro de 1893, Miquelina Augusta Sousa Amado, logo a 30 de Maio desse mesmo ano se declara doente e impossibilitada de leccionar durante alguns dias. Anexa atestado em que lhe é detectada “bronquite aguda”.²⁵³⁷ Comunicará que a escola retoma funcionamento a partir de 5 de Junho.²⁵³⁸ A 8 de Agosto pedirá a exoneração.²⁵³⁹ No dia seguinte, e uma vez que já foi exonerada, a seu pedido, solicita que lhe seja permitido proceder à entrega da mobília e do livro da escola.²⁵⁴⁰

As paragens por doença agravam seriamente a irregularidade do funcionamento das aulas. Representam muitos dias sem aulas.

A 19 de Dezembro de 1876, o professor João Caetano Dias encontra-se doente. Comunica ao Governador que recebeu a ordem para que no dia seguinte, pelas oito horas do dia, se apresente

“(…) no edificio do hospital desta Villa, a fim d’ahi ser-me indicado, pelo respectivo Facultativo, o itinerario a seguir para ser devidamente inspeccionado, segundo o meu requerimento: Cumpre-me dizer a V. S^a, em resposta, para fazer presente ao mesmo Snr., que não me é possível apresentar-me as horas indicadas, ao referido Facultativo, por ser às em que a m(inh)a doença da barriga me embaraça a

²⁵²⁹ Inhambane, s. d.. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 30;

²⁵³⁰ Inhambane, 5/07/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 6; Inhambane, 4/08/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 7; Inhambane, 31/08/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 8; Inhambane, 5/11/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 9; Inhambane, 30/11/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 10; Inhambane, 5/02/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 11; Inhambane, 10/04/1887. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 12.

²⁵³¹ B.O., 26/05/1888, n^o p. 339.

²⁵³² Inhambane, 11/07/1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 32.

²⁵³³ B.O., 11/08/1888, n^o p. 497.

²⁵³⁴ Inhambane, 16/02/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 33.

²⁵³⁵ Inhambane, 1/05/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 15; Inhambane, 1/06/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 16; Inhambane, 1/07/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 17;

²⁵³⁶ Inhambane, 19/08/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 34.

²⁵³⁷ Inhambane, 30/05/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 44.

²⁵³⁸ Inhambane, 3/06/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 48.

²⁵³⁹ Inhambane, 8/08/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 52.

²⁵⁴⁰ Inhambane, 9/08/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 53.

sahir fora da caza; e só o faria depois das dez horas do dia, se o sobredito Facultativo o houvesse por bem cõmutar pra ellas à sua exigencia.”²⁵⁴¹

João Caetano Dias responde, a 24 de Fevereiro de 1877, ao officio do Governador do Distrito através do qual aquele

“(…) se dignou convidar-me para amanhã pelas 9 horas do dia assistir à entrada solemne do Exmo Prelado, na igreja parochial desta Freguezia, depois da missa; cumpre-me dizer a V. Sr^a, com bastante pezar, que não me é possível assistir ao dito acto, por o meu encomodo de diarrhea chronica, que soffro me não permittir sahir da caza se não depois do meio dia em diante, por n’esse tempo achar-me então algum tanto desembaraçado d’elle.”²⁵⁴²

O mesmo professor, a 30 de Maio de 1877, acusa recepção do officio do Governador do distrito que lhe

“(…) comunica que o cidadão Frederico Leão de Sousa, Presidente da Camara Municipal, e da parte da sua rezidencia à mesma Camara determina-me que eu dê minhas ordens para que no dia 1º do proximo mez ali possa leccionar a escola a meu cargo: Cumpre-me portanto dizer a V. S^a em resposta, com a submissão e pezar que os meus encomodos de diarrhea chronica, hernia e retenção de pernas, que à dois annos para cá eu soffro não me permitem fazer diarias e repetir caminhadas fora da minha caza para prover cabalmente as funções de Professor da Regia escola; todavia observarei por conclusão V. S^a me permite, que se por venturosa philantropia, nimia e louvavel bondade como cidadão sofre com mais liberalidade dando simultaneamente tres quartos da ditta rezidencia, a fim de servirem, a saber: um, para minha habitação; outro, para a de minha famillia; e o terceiro, para minha dispensa, eu não hesitaria um só momento de cumprir a mencionada determinação de V. S^a.”²⁵⁴³

A 11 de Junho de 1889, o professor João Innocência de Aguiar Mendes comunica que o seu estado de saúde não lhe permite desempenhar as funções que lhe competem .²⁵⁴⁴ Retomará as aulas a 17 de Junho, por se encontrar melhor.²⁵⁴⁵ A 16 de Agosto comunica nova mudança de horário para as 10 da manhã até às 3 da tarde e, após paragem, a 26 comunica que tomou novamente “entrega” da escola.²⁵⁴⁶

A 31 de Maio de 1877, João Caetano Dias acusa a recepção do officio do Governador do distrito que “(…) cubria a baixa nº2 para o Hospital desta Villa, a fim d’ali eu ser inspeccionado, cabe-me a satisfação de dizer a V. Sr^a, em resposta que logo que a minha familia recolha d’outra banda à Villa, eu darei o devido cumprimento à determinação de V. S^a.”²⁵⁴⁷ Ainda o mesmo mestre acusa a recepção dos officios do Governador do distrito em 14 de Junho de 1877, que lhe comunicam

²⁵⁴¹ Inhambane, 19/12/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.13.

²⁵⁴² Inhambane, 24/02/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.15.

²⁵⁴³ Inhambane, 30/05/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.16.

²⁵⁴⁴ Inhambane, 11/06/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.42.

²⁵⁴⁵ Inhambane, 17/06/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.43.

²⁵⁴⁶ Inhambane, 16/08/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.45. Inhambane, 26/08/1889. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.46.

²⁵⁴⁷ Inhambane, 31/05/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.17.

“(…) pelo primeiro que, em virtude das ordens Superiores, eu deva requerer guia a V. S^a para Moçambique, a fim d’ahi apresentar-me à Junta de Saude; e pelo segundo, determinando-me que, com maxima brevidade eu envie a minha resposta a tal respeito: Cumpre-me portanto dizer a V. Sr^a, com submissão, que não me é possível transportar para Moçambique, por os encomodos de dearrhêa chronica, retenção d’ourinas, e hernea que eu soffro, e que os communiquei a V. S^a por meu officio nº 3, me não permittirem; porquanto não posso fazer viagens de mar por mais de duas horas de tempo, por o choque occasionado pelas vagas do mesmo duplicar-me o embaraço das ourinas, e este motivar o da diarrhea; por isso que muitas vezes querendo eu passar à outra banda, vejo-me obrigado, isto é quando o tempo é contrario, a desembarcar em Machiche, sitio fronteiro à Villa, e marchar por terra ate o lugar do meu destino.

Em referencia à sobredita determinação Superior, eu pretendo na presente oportunidade apresentar a V. S^a a minha petição dirigida a S. Magestade, competentemente documentada, para V. S^a ter a bondade de lhes dar a devida direcção, na forma da ley.”²⁵⁴⁸

A doença de Caetano Dias torna-se uma luta crónica com o Governador de Distrito.

Acusa a recepção, a 15 de Junho de 1877, do officio deste último, em que este

“(…) diz que, não lhe é possível dar a devida direcção a minha petição que pertendo na presente oportunidade de submeter à consideração de S. Magestade; afim de solicitar a minha aposentação, sem que eu previamente dê cumprimento ao determinado por V. Sr^a em seu Officio nº 218. Cumpre-me por consequente dizer a V. Sr^a, em resposta com submissão, que não faço objecção alguma em baixar ao hospital desta Villa, para ali ser inspecionado pelo respectivo facultativo, porém, permitindo-se-me, como eu disse a este perante V. Sr^a, que me sirva dos alimentos feitos ali pelo meu cozinheiro, posto que com inspecção do cozinheiro ao hospital, sob minhas vistas, e do contrario não, porque as razões que me assistem e provei por documentos a V. Sr^a, no dia 11 do corrente, são obvios e de sobejo.”²⁵⁴⁹

Perante as desculpas do professor o Governador toma uma posição de força e suspende-o. Ainda nessa data, a situação conhece novos desenvolvimentos, quando o professor contra argumenta as ordens recebidas:

“Acabo neste momento de receber officio de V. S^a, nº 239, pelo qual me diz, que eu fique suspenso do lugar de professor d’instrucção primaria que exerço, em consequencia d’eu ter feito reflexões a V. S^a sobre o modo que me devia conduzir no hospital desta Villa, para onde eu devia baixar para ser inspecionado pelo respectivo Facultativo, isto é, com relação aos alimentos que eu ali devia servir-me; bem como por eu ter também feito reflexões a V. S^a, por meu officio nº 3, de 30 do mez proximo findo relativamente a hir leccionar na caza de Frederico Leão de Sousa, pelo embaraço dos encomodos de diarrhea chronica e retenção d’ourinas que eu soffro: e como V. S^a no sobredicto seu officio diz, que a referida suspensão fica pendente d’ulterior determinação de S. Ex^a o Snr. Conselheiro Governador Geral da Provincia; rogo por consequencia a V. S^a, a bem do S. N. R., se digne dizer-me a quem eu deva fazer entrega dos objectos pertencentes à escola a meu cargo; e bem assim, se V. S^a permite que nesta oportunidade eu lhe apresente a minha petição e respectivos documentos que pertendo submeter a Regia consideração de Sua Magestade para solicitar a minha aposentação, a fim de V. S^a lhes dar a devida direcção, na forma de ley.”²⁵⁵⁰

²⁵⁴⁸ Inhambane, 14/06/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.18.

²⁵⁴⁹ Inhambane, 15/06/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.19.

²⁵⁵⁰ Inhambane, 15/06/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.20.

A 4 de Dezembro de 1891, o professor Ricardo de Sousa Faro comunica, em Inhambane, que não pode comparecer nesse dia na escola em virtude do seu estado de saúde.²⁵⁵¹

José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, em 10 de Dezembro de 1888, por portaria nº 286 da 1ª repartição, residente chefe no país de Gaza, obtém 60 dias de licença para se tratar.²⁵⁵² A ele se refere elogiosamente Paiva de Andrade, dizendo que se lhe devem boas diligências no relacionamento com os «vátuas».²⁵⁵³ Foi intendente em Gaza.²⁵⁵⁴

Maria Effigenia Helena de Mello, em Sofala, seria nomeada a 22 de Junho de 1883,²⁵⁵⁵ e exonerada a 27 de Setembro de 1884.²⁵⁵⁶ Natural de Goa, a professora de instrução primaria do sexo feminino figuraria na secção de óbitos relativa a Novembro deste ano.²⁵⁵⁷

Filomena Candeias da Silva foi nomeada a 17 de Outubro de 1885.²⁵⁵⁸ A 21 de desse mês, requisita artigos de que necessita para funcionamento da sua escola. Declara-a aberta a partir de 2 de Novembro.²⁵⁵⁹ Envia mapas de Chiloane nesse ano e no seguinte assinando-os.²⁵⁶⁰ A 13 de Fevereiro de 1886 comunica que não pode exercer o cargo por causa do seu estado de saúde.²⁵⁶¹ Restabelecer-se-ia em 3 de Março, dia em que reabre a escola.²⁵⁶² A 20 do mesmo mês envia mapa de frequência.²⁵⁶³ Mas nessa data declara-se novamente “bastante doente” e comunica que não pode exercer o serviço do magistério a seu cargo.²⁵⁶⁴ Terminou a convalescença determinada pelo Delegado de Saúde e inicia as aulas a 7 de Abril.²⁵⁶⁵

A frequência dos atestados e faltas por doença fornece, globalmente, a ideia de que existe um elevado absentismo por parte dos docentes, que resistem dificilmente devido às condições climáticas e sanitárias do território.²⁵⁶⁶

A 8 de Setembro de 1889, é a vez de Maria Luiza Ramos Machado participar que não pode seguir para Sofala para assumir o seu lugar, por se achar “incomodada”. Pede para ser

²⁵⁵¹ Inhambane, 4/12/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.63.

²⁵⁵² *B.O.*, 2/02/1889, nº 5 p. 69.

²⁵⁵³ *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 193.

²⁵⁵⁴ Sobre Casaleiro Rodrigues e sucessão de intendentes em Gaza no final do anos 80 e primeiros anos 90 ver: Vilhena, 1999a pp. 67 e ss.

²⁵⁵⁵ *B.O.*, 23/06/1883, nº 25 p. 170.

²⁵⁵⁶ *B.O.*, 4/10/1884, nº 40 p. 185.

²⁵⁵⁷ *B.O.*, 20/12/1884, nº 51, p. 234.

²⁵⁵⁸ *B.O.*, 24/10/1885, nº 43 p. 346.

²⁵⁵⁹ Escola do sexo feminino do Dist. de Sofala. 21/10/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 1.

²⁵⁶⁰ Escola do sexo feminino do Dist. de Sofala. 3/12/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 2.

Envio de mapa. Professora Philomena Olivia Candêas e Silva. Escola do sexo feminino do Dist. de Sofala. 30/12/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 3.

Envio de mapa. Professora Philomena Olivia Candêas e Silva. Escola do sexo feminino do Dist. de Sofala. 1/02/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 4.

²⁵⁶¹ 13/02/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 5.

²⁵⁶² 3/03/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 6.

²⁵⁶³ 20/03/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 7.

²⁵⁶⁴ 20/03/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 8.

²⁵⁶⁵ 7/04/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 9.

²⁵⁶⁶ 9/04/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 10.

inspeccionada.²⁵⁶⁷ Obtém, a 15 de Setembro, quatro meses de licença registada para gozar na Província.²⁵⁶⁸

Maria Carolina Pereira Ayres, em Chiloane, goza licença a 20 de Junho 1892. É inspeccionada pela Junta de Saúde, sendo decidido o seu regresso ao Reino na primeira oportunidade.²⁵⁶⁹

A 11 de Setembro de 1878, o professor José Joaquim Maria Arraiano envia, com atraso, mapas de Julho e Agosto. A razão por que só nessa altura o fazia era ter “andado incomodado”.²⁵⁷⁰ Acrescenta dados pessoais, concretamente a nomeação interina por ofício nº 170 da Secretaria do Governo-geral, de 11 de Junho de 1878, confirmada pela portaria do Governo-geral nº 161 de 18 de Junho do mesmo ano com ordenado mensal de 8333 réis. Era natural de Vale de Prazeres, concelho do Fundão, Bispado de Castelo Branco.²⁵⁷¹

O padre José Maria Coutinho, em Chiloane, é nomeado a 13 de Dezembro de 1884, em substituição de Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, de licença, em Junta de Saúde.²⁵⁷² A 21 de Janeiro de 1885, o professor Guilherme da Silva participa que tomou conta da escola por ofício nº 23.²⁵⁷³ Já a 6 de Abril comunica que se encontra novamente doente não podendo desempenhar as suas funções, tendo que se tratar na enfermaria Regimental da Ilha.²⁵⁷⁴ A 9 de Maio solicita 40 dias de licença para gozar no continente fronteiro.²⁵⁷⁵ Em Chiloane, a 4 de Julho pede 15 dias de licença.²⁵⁷⁶ A 4 de Agosto explica que tomou conta dos objectos pertencentes à escola a seu cargo, entrega que lhe foi feita pelo Tesoureiro Almoxarife da Delegação do distrito.²⁵⁷⁷ Mas logo a 8 desse mês comunica que se encontra impossibilitado por se “achar com febres”.²⁵⁷⁸ No dia 10 refere que continua o tratamento por mais alguns dias.²⁵⁷⁹ A 31 de Agosto comunica, finalmente, a abertura da escola.²⁵⁸⁰

O mesmo professor é confirmado no cargo a 7 de Março de 1886.²⁵⁸¹ Solicita a 29 de Maio 40 dias de licença registada para tratar de “negócios urgentes” em Inhambane, tomando em consideração as informações do encarregado do governo de distrito.²⁵⁸² É exonerado, a seu

²⁵⁶⁷ 8/09/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 41.

²⁵⁶⁸ *B.O.*, 21/09/1889, nº 38 p. 577.

²⁵⁶⁹ *B.O.*, 25/06/1892, nº 26 p. 231.

²⁵⁷⁰ Chiloane, 11/09/1878. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 4. O termo “incomodado” é um termo que permaneceu na linguagem corrente em Moçambique, nos nossos dias para identificar um doente.

²⁵⁷¹ Chiloane, 14/07/1880. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 5.

²⁵⁷² *B.O.*, 20/12/1884, nº 51 p. 240.

²⁵⁷³ Chiloane, 21/01/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 13.

²⁵⁷⁴ Chiloane, 6/04/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 14.

²⁵⁷⁵ *B.O.*, 16/05/1885, nº 20, p. 135.

²⁵⁷⁶ *B.O.*, 11/07/1885, nº 28 p. 173.

²⁵⁷⁷ Chiloane, 4/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 15.

²⁵⁷⁸ Chiloane, 8/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 16.

²⁵⁷⁹ Chiloane, 10/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 17.

²⁵⁸⁰ Chiloane, 31/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 18.

²⁵⁸¹ *B.O.*, 13/03/1886, nº 11 p. 107.

²⁵⁸² *B.O.*, 29/05/1886, nº 22 p. 257.

pedido, do cargo de escrivão do julgado de Sofala, ouvido o juiz de direito de Inhambane em Junho de 1886.²⁵⁸³

Guilherme da Silva comunica a 24 de Fevereiro de 1886 o agravamento de estado de saúde nos últimos dias, que o impede de assegurar o serviço nas Repartições que lhe estão confiadas.²⁵⁸⁴ Em 2 de Março de 1886 pede, em virtude do agravo do seu estado de saúde, que lhe seja passada baixa para que possa ser tratado convenientemente.²⁵⁸⁵ A 20 de Março, solicita licença por quinze dias para ir à cidade tratar de negócio urgente.²⁵⁸⁶

A 16 de Agosto desse mesmo ano, solicita a baixa à enfermaria por degradação de sua saúde.²⁵⁸⁷ A 13 de Setembro, perante a deliberação da Comissão Municipal do distrito de providenciar no local em que funciona, uma sala para a escola, o mesmo professor pede que, em virtude do seu estado de saúde, lhe seja permitido continuar a leccionar na sua habitação como até ali aconteceu.²⁵⁸⁸ A 18 de Dezembro de 1886, é-lhe concedida prorrogação de licença por mais 30 dias.²⁵⁸⁹

A 21 de Março de 1887 solicita que o Governador o envie de baixa para a enfermaria por causa do seu estado de saúde.²⁵⁹⁰ Voltará a fazê-lo em 9 de Abril.²⁵⁹¹ Explica, em 3 de Outubro de 1887, que a sua saúde tem sofrido agravamento pelo que se torna necessária a deslocação à capital do distrito para se apresentar à Junta de saúde. Assim, solicita que seja mandado inspecionar pelo encarregado da clinica no distrito para, com o resultado dessa inspecção, poder solicitar o regresso à capital.²⁵⁹² A 20 de Março 1893, obtém quatro meses de licença registada para gozar na Província.²⁵⁹³ A 20 de Outubro desfruta de mais 120 dias de licença registada para gozar em Sofala.²⁵⁹⁴ As muitas paragens do professor, em poucos anos, parecem um dos mais importantes, senão o principal, factor de instabilidade.

A 23 de Agosto de 1878, a Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar, seguindo a opinião da Junta de Saúde, concede quarenta dias de licença ao professor da Escola Principal da Província de Moçambique, Francisco Paula de Carvalho, para se tratar.²⁵⁹⁵

Em Quelimane e porque “disse missa”, o Padre e professor João Baptista de Sousa agravou o seu já periclitante estado de saúde, provocando-lhe mais dificuldades em dobrar os

²⁵⁸³ B.O., 26/06/1886, nº 26 p. 310.

²⁵⁸⁴ Chiloane, 24 de Fevereiro de 1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 22.

²⁵⁸⁵ 2/03/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 25.

²⁵⁸⁶ Chiloane, 20/03/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 26.

²⁵⁸⁷ Chiloane, 16/08/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 28.

²⁵⁸⁸ Chiloane, 13/09/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 29.

²⁵⁸⁹ B.O., 18/12/1886, nº 51 p. 630.

²⁵⁹⁰ Chiloane, 21/03/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 35.

²⁵⁹¹ Chiloane, 9/04/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 36.

²⁵⁹² Chiloane, 3/10/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 38.

²⁵⁹³ B.O., 25/03/1893, nº 11 p. 178.

²⁵⁹⁴ B.O., 28/10/1893, nº 43 p. 610.

²⁵⁹⁵ B.O., 4/11/1878, nº 44, p. 251. Portaria 149, 23/08/1878.

joelhos, novas dores, feridas e incómodos. Não pode continuar a “dar escola na Câmara”, porque lá tem de se deslocar duas vezes por dia, enfrentando o calor. Pede licença para dar as “lições de Instrução Primária” na sua casa enquanto continuar doente. A sua intenção “não é outra, senão a de acudir a instrução dos meninos”. Declara que a sua casa “felizmente tem um lugar muito apropriado para esse fim”.²⁵⁹⁶ Estava-se em Setembro de 1868.

Em Quelimane, Tomé Nicolau Mascarenhas goza, em 23 de Julho de 1892, 60 dias de licença para convalescer em Tangalane.²⁵⁹⁷

Naquela mesma vila, Miquelina Augusta da Silva Amado, em 25 de Janeiro de 1896, dispõe de licença de 15 dias para convalescer.²⁵⁹⁸ Enviara mapas durante 1895 e 1896.²⁵⁹⁹ Participa que nos dias 27 de Março e 26 de Novembro de 1895, por motivo de doença, não deu aula.²⁶⁰⁰ A 28 de Março comunica continuação de doença de que remeteria atestado. No documento indica-se que sofre de febres palustres e anemia, prevendo-se paragem mínima de oito dias.²⁶⁰¹ A 25 de Junho de 1896 participa que, por motivo de doença comprovada por atestado médico, não pode leccionar. O documento certifica que está com bronquite aguda, febril e em tratamento.²⁶⁰² Comunica a 30 de Junho que já se encontra melhor e que lecciona nesse dia.²⁶⁰³ A 4 de Outubro de 1896, informa que, por a escola se encontrar em obras, não haverá aulas naquele dia e no seguinte.²⁶⁰⁴ Enviará, a 14 de Dezembro, um requerimento acompanhado de atestado médico pedindo para comparecer perante a Junta de Saúde.²⁶⁰⁵

O professor Marcos António de Souza Bellarmino,²⁶⁰⁶ a 23 de Abril de 1858, comunica a João de Sousa Machado, Governador Interino de Quelimane e Rios de Sena que se encontra “incomodado de saúde com affecção de peito” e, portanto, impedido de prosseguir os seus trabalhos, pedindo que seja enviada outra pessoa para o substituir. Informa também que na ocasião oportuna deverá seguir viagem para a capital da Província para se apresentar a Junta Médica, desejando obter licença para tratar da sua saúde “(...) arruinada no desempenho dos meus deveres hoje mais de quatro annos.”²⁶⁰⁷

²⁵⁹⁶ Paroquial de Quelimane, 21/09/1868. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 10.

²⁵⁹⁷ *B.O.*, 30/07/1892, nº 31 p. 313.

²⁵⁹⁸ *B.O.*, 30/01/1897, nº 5 p. 49.

²⁵⁹⁹ Quelimane, 4/03/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 44. Quelimane, 7/07/1895, doc. 46. Quelimane, 7/08/1895, doc. 47. Quelimane, 8/08/1895, doc. 48. Quelimane, 9/11/1895, doc. 50. Quelimane, 10/12/1895, doc. 53. Quelimane, 8/04/1895, doc. 54. Quelimane, 3/06/1896, doc. 55. Quelimane, 15/06/1896, doc. 56. Quelimane, 5/12/1896, doc. 59.

²⁶⁰⁰ Quelimane, 27/03/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 45.

²⁶⁰¹ Quelimane, 28/03/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 52.

²⁶⁰² Quelimane, 25/06/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 57.

²⁶⁰³ Quelimane, 30/06/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 58.

²⁶⁰⁴ Quelimane, 4/10/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 49.

²⁶⁰⁵ Quelimane, 14/12/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 60.

²⁶⁰⁶ Marcos Antonio de Sousa Bellarmino, natural de Goa, foi abonado pelo estado a partir /04/1848 para frequentar os estudos de Instrução Secundária, tendo nesse ano matriculado na Escola do Comércio e seria noeamdo, por decreto de 30/06/1852 Professor de Instrução Primária da Província de Moçambique. *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Não Official, série I, Outubro de 1857, pp. 404-405.

²⁶⁰⁷ Quelimane, 23/04/1858. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 1.

O Padre João Baptista de Sousa, em 15 de Maio de 1868, acumula os cargos de Pároco e Professor (situação que se verificará duas décadas depois). Por padecer de fortes febres e se encontrar muito debilitado não pode, nessa data, desempenhar os seus cargos até restabelecimento.²⁶⁰⁸

Volta a fazer participação de doença a 11 de Setembro de 1868 – sarnas e inchaço nos pés. Embora declare impossibilidade de cumprimento de deveres solicita que um dos seus alunos mais adiantados “continue a dar lições”.²⁶⁰⁹ Comunica, em 19 de Setembro, que se encontra um “pouco melhor” das sarnas e pretende recomeçar a missa.²⁶¹⁰

Romualdo de Rafael Patrício, em Quelimane, informa que não pode ir à aula, em 3 de Fevereiro de 1874, por se encontrar com febre.²⁶¹¹ A 25 desse mês de 1874 continuava febril, mas não o comunicou logo por não poder então escrever. Remete ao Secretário do Governo do Distrito um livro para ser rubricado e numerado, e nele serem lavrados os termos de abertura e encerramento, servindo de matrícula dos alunos da instrução primária.²⁶¹² A 17 de Maio comunica que se encontra “encomodado” com febres desde o dia anterior e não podia ir à escola.²⁶¹³

O mesmo professor comunica, em Setembro de 1881, que se encontra, desde o Domingo anterior, com febre e uma dor aguda no ouvido esquerdo, tendo a primeira passado e permanecendo a segunda.²⁶¹⁴ Três dias depois envia mapa e comunica que, por se encontrar melhor, retoma as actividades na segunda-feira.²⁶¹⁵

Além de enviar mapa relativo ao mês de Outubro, acrescenta que encerrou a escola conforme a “praxe” no dia 1 do corrente mês de Novembro, devendo reabrir no mesmo dia do mês seguinte.²⁶¹⁶ Em atestado de 2 de Outubro é comprovada a sua “febre renitente gástrica”.²⁶¹⁷ Em outro documento de 1 de Outubro de 1896 o professor declara que se encontra “de cama.” Ainda em 21 de Outubro de 1896 reafirma que o seu estado de saúde não lhe permite “o ditar a escola”,²⁶¹⁸ situação que se repete a 11 de Dezembro de 1896.²⁶¹⁹ Acabará por entregar a escola ao reverendo João José de Moura, superior da Missão Zambeziana.²⁶²⁰

²⁶⁰⁸ Paroquial de Quelimane, 15/05/1868. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 1.

²⁶⁰⁹ Quelimane, 11/09/1868. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 8.

²⁶¹⁰ Quelimane, 19/09/1868. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 9.

²⁶¹¹ Quelimane, 3/02/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 12.

²⁶¹² Quelimane, 25/02/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 14.

²⁶¹³ Quelimane, 17/05/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 36.

²⁶¹⁴ Quelimane, 27/09/1881. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 58.

²⁶¹⁵ Quelimane, 30/09/1881. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 59.

²⁶¹⁶ Quelimane, 4/11/1893. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (3), doc. 14.

²⁶¹⁷ A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (3), doc. 34.

²⁶¹⁸ Quelimane, 21/10/1896. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (3), doc. 35.

²⁶¹⁹ Quelimane, 11/12/1896. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (3), doc. 36.

²⁶²⁰ Quelimane, 26/03/1897. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (3), doc. 39.

A 2 de Agosto de 1875, Romualdo de Rafael Patricio comunica que tem estado doente, acrescentando que “(...) hoje, porém, apenas me resta a continuação de uma febrinha lenta, acompanhada de peso da cabeça, zunido em um ouvido e muita fraqueza, não posso estar de pé cinco minutos (...)”, razões por que não tem cumprido os seus deveres.²⁶²¹

A 13 de Fevereiro de 1882, o mesmo professor comunicava que teve recaída de febre “desde sábado à tarde” que não lhe permite comparecer na sua repartição.²⁶²²

Todos estes exemplos marcam o peso das faltas por doença na carreira dos professores e, conseqüentemente, no quotidiano dos estabelecimentos de ensino. Maria Francisca da Graça de Oliveira Pegado é confirmada para Moçambique, a 4 de Setembro de 1882. Conta, nessa altura, mais de 3 anos de serviço.²⁶²³ Novamente nomeada em 22 Maio de 1885²⁶²⁴ goza, a 11 de Agosto, um ano de licença graciosa.²⁶²⁵ A 31 de Março de 1888, foi-lhe novamente concedida licença graciosa de um ano, desta vez para o reino.²⁶²⁶ Regressaria à Província a 7 de Outubro de 1889.²⁶²⁷ Será exonerada em Sena, a 4 de Fevereiro de 1891,²⁶²⁸ para ser novamente nomeada a 17 de Novembro.²⁶²⁹ A 29 de Janeiro de 1892, dispõe de mais 30 dias de licença para se tratar na capital ou continente fronteiro,²⁶³⁰ de que acaba por desistir em 23 de Fevereiro.²⁶³¹ A 23 de Agosto requer liquidação de tempo de serviço.²⁶³² Disporá de autorização para regressar ao Reino em 27 de Agosto desse ano, para se apresentar à Junta de Saúde Naval. Na mesma data é-lhe feito um louvor.²⁶³³ A 1 de Agosto de 1893, reassume funções após licença da Junta.²⁶³⁴ A 22 de Janeiro de 1894, dispõe de mais vinte dias para convalescer na cidade ou continente fronteiro.²⁶³⁵ Em Lourenço Marques, a 12 de Fevereiro de 1895, vemo-la apresentar-se à Junta de Saúde.²⁶³⁶

Certas epidemias afectam as comunidades e obrigam a algumas precauções. Em Junho de 1868, e porque é prática da “Igreja Universal” suspender o toque de finados em tempo de peste por “boa razão e conveniência do público”, o P^e. João Baptista de Sousa, professor, pede ao Governador que ordene a referida suspensão na Freguesia enquanto não acabar a “peste

²⁶²¹ Quelimane, 2/08/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 12.

²⁶²² Quelimane, 13/02/1882. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 21.

²⁶²³ B.O., 18/11/1882, n^o 48 p. 339.

²⁶²⁴ B.O., 23/05/1885, n^o 21, p. 139.

²⁶²⁵ B.O., 13/08/1887, n^o 33 p. 360.

²⁶²⁶ B.O., 31/03/1888, n^o 13 p. 230.

²⁶²⁷ B.O., 12/10/1889, n^o 41 p. 617.

²⁶²⁸ B.O., 7/02/1891, n^o 6 p. 58.

²⁶²⁹ B.O., 21/11/1891, n^o 47 p. 606.

²⁶³⁰ B.O., 20/02/1892, n^o 8 p. 51.

²⁶³¹ B.O., 27/02/1892, n^o 9 p. 78.

²⁶³² B.O., 27/08/1892, n^o 35 p. 373.

²⁶³³ Portaria n^o 401 e Portaria n^o 403 G.G., B.O., 3/09/1892, n^o 36 p. 386.

²⁶³⁴ B.O., 5/08/1893, n^o 31 p. 464.

²⁶³⁵ B.O., 27/01/1894, n^o 4 p. 44.

²⁶³⁶ B.O., 9/03/1895, n^o 10 p. 96.

das bexigas” que já teria feito “tantas vítimas”.²⁶³⁷ Declara a 11 de Julho que desde dia 8 andava indisposto, mas que, no dia anterior, a sua saúde sofrera agravamento, pelo que não podia satisfazer as suas obrigações.²⁶³⁸ A 13 encontra-se um pouco melhor retomando, por isso, as suas actividades.²⁶³⁹

A pretexto de enviar uma certidão de óbito, em 2 de Outubro de 1868, o paroquial de Quelimane, Padre João de Sousa, queixa-se da falta de informação e pede para lhe serem fornecidos dados essenciais dos falecidos na enfermaria militar e outros locais.²⁶⁴⁰

Leonor Augusta de Lemos é nomeada a 3 de Janeiro de 1889, interinamente, em Tete.²⁶⁴¹ Pede para ser inspeccionada pelo Delegado de Saúde em função da gravidade do seu estado em 11 de Março de 1890.²⁶⁴² A 6 de Maio desse ano apresenta atestado do mesmo Delegado e pede dispensa nos “dias marcados na lei”.²⁶⁴³ Nessa mesma data, junta o atestado em que Roque Francisco Gonçalves, médico-cirurgião pela Escola de Nova-Goa, declara que a professora padece “febres palustres e retinite”.²⁶⁴⁴ No dia seguinte a mestra explica que o seu estado de saúde não lhe permite continuar na vila e obriga-a a pedir nova inspecção pelo facultativo do distrito. Lembra também os filhos órfãos que deixou o seu falecido marido, Alberto de Almeida Lemos, que fora escrivão e tabelião da Comarca do Distrito.²⁶⁴⁵

A professora do sexo feminino de Tete, Augusta Carneiro Marques foi notificada para comparecer perante o delegado de saúde daquela vila e, de seguida, perante a Junta de Saúde. Como melhorou na viagem pede para ser vista apenas pelo delegado de saúde da vila.²⁶⁴⁶

Na mesma localidade, o professor P^e. José Luis Fernandes envia mapas de frequência dos alunos entre 1879 e 1880.²⁶⁴⁷ A 3 de Junho de 1879 participa que se encontra doente, pedindo, por causa disso, permissão para que as aulas sejam ministradas em sua casa. Tem “estado apoquentado de febres e constipações”.²⁶⁴⁸

Lúcio Alfredo de Carvalho e Sousa, a 14 de Março de 1882, comunica que não pôde dar aula nesse dia e no anterior, por se encontrar doente com febres. Desculpa-se por não ter feito a participação logo no dia anterior, visto que o seu “(...) estado era muito deploravel e

²⁶³⁷ Paroquial de Quelimane, 25/06/1868. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 2.

²⁶³⁸ Paroquial de Quelimane, 11/07/1868. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 3.

²⁶³⁹ Paroquial de Quelimane, 13/07/1868. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 4. Paroquial de Quelimane, 25/09/1868, doc. 5.

²⁶⁴⁰ Paroquial de Quelimane, 2/10/1868. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 6.

²⁶⁴¹ *B.O.*, 5/01/1889, n° 1 p. 3.

²⁶⁴² Tete, 11/03/1890, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 90.

²⁶⁴³ Tete, 6/05/1890, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 91.

²⁶⁴⁴ *A.H.M.*

²⁶⁴⁵ Tete, 7/05/1890, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 92.

²⁶⁴⁶ Quelimane, 26/03/1893, *A. H. M., Gov. Dist. Quelimane*, 8.51 m. 3(6), doc. 1.

²⁶⁴⁷ Tete, 18/01/1879, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3(1), doc. 1; Tete, 6/02/1879, doc. 2; Tete, 3/04/1879, doc. 3; Tete, 1/05/1879, doc. 4; Tete, 2/06/1879, doc. 5; Tete, 2/07/1879, doc. 7; Tete, 1/09/1879, doc. 8; Tete, 2/10/1879, doc. 9; Tete, 1/11/1879, doc. 10; Tete, 2/03/1880, doc. 15; Tete, 2/04/1880, doc. 16.

²⁶⁴⁸ Tete, 3/06/1879, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3(1), doc. 6;

não estava em circunstancia de traçar uma só linha”.²⁶⁴⁹ A 24 de Março ainda comunica que a sua doença não lhe permite leccionar nesse dia.²⁶⁵⁰

Também em Tete, o professor Francisco Xavier de Araújo comunica, em 17 de Dezembro de 1888, que tomou posse e entrou no exercício das suas funções desde 12 desse mês.²⁶⁵¹ A 2 de Fevereiro de 1889 já pedia para ser inspeccionado pelo Delegado de Saúde.²⁶⁵² Solicita “baixa á enfermaria” da vila por se encontrar bastante doente, a 2 de Janeiro de 1891.²⁶⁵³

No Zumbo, a 18 de Março de 1893, a escola paralisou por morte do comandante militar e também professor Joaquim Antonio Marques com “febre perniciosa”.²⁶⁵⁴

Em Março de 1895 faleciam o irmão auxiliar da Missão do Ricico, Higgu e o seu superior, Reverendo José Platzer. O primeiro com uma febre tifóide e o segundo em resultado de uma febre presumivelmente provocada por certa ferida que tinha num pé e que fechara muito rapidamente, a acreditar nas informações da carta de João Hiller.²⁶⁵⁵

João Innocencio d’Aguiar Mendes, professor no Zumbo, é objecto de atenção da administração. Por portaria de 11 de Setembro de 1885, o Governador-Geral, Augusto de Castilho, após consulta da Junta de Saúde, concede-lhe “cinco mezes de licença para gozal-a em Goa terra de sua naturalidade.”²⁶⁵⁶ O mesmo professor informa, a 14 de Abril de 1896, que estando “doente e fraco” segue para Tete e daí para a capital da Província para se apresentar à Junta de Saúde.²⁶⁵⁷ Dois dias depois explicará que o seu estado de saúde não permite que continue a desempenhar as suas funções nem permanecer por mais tempo na vila, pedindo que lhe seja fornecido transporte fluvial até Cachomba, “por não poder seguir por terra”, e que lhe seja passada guia para se apresentar na delegação competente.²⁶⁵⁸

Em Angoche, Maria Joaquina d’Araujo e Mendes, a 19 de Maio de 1888 é nomeada interinamente como professora.²⁶⁵⁹ É transferida para Inhambane a 13 de Outubro.²⁶⁶⁰ Nesse local, no ano seguinte, a 14 de Setembro, dispõe de 25 dias de licença para convalescer na ilha

²⁶⁴⁹ Tete, 14/03/1882, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 58.

²⁶⁵⁰ Tete, 24/03/1882, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 59.

²⁶⁵¹ Tete, 17/12/1888, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 79.

²⁶⁵² Tete, 2/02/1889, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 82.

²⁶⁵³ Tete, 2/01/1891, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 105.

²⁶⁵⁴ B.O., 2/09/1893, n.º 35, p. 526.

²⁶⁵⁵ B.O., 21/09/1895, n.º 38, p. 364.

²⁶⁵⁶ B.O., 12/09/1885, n.º 37, p. 279.

²⁶⁵⁷ Zumbo, 14/04/1896. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.2, m. 1 (2), doc. 2.

²⁶⁵⁸ Zumbo, 16/04/1896. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.2, m. 1 (2), doc. 3.

²⁶⁵⁹ B.O., 19/05/1888, n.º p. 320.

²⁶⁶⁰ B.O., 13/10/1888, n.º 41 p. 621.

ou continente fronteiro.²⁶⁶¹ Receberá licença de mais oito dias, para completo restabelecimento, a 10 de Outubro de 1889.²⁶⁶²

Isabel Maria Martins e Souza, em Angoche, foi nomeada a 20 de Novembro de 1888. Já desempenhava funções lectivas, efectivamente, desde 2 desse mês.²⁶⁶³ Goza licença em 22 de Agosto de 1889, de 30 dias, para convalescer na ilha ou no continente fronteiro.²⁶⁶⁴ A 5 de Outubro, consegue 60 dias de licença registada para o mesmo fim.²⁶⁶⁵ Acaba, no entanto, por interromper a 18 de Novembro, acabando por desistir da licença registada.²⁶⁶⁶ Consegue nova licença de 60 dias, para idêntico fim, a 22 de Junho de 1899.²⁶⁶⁷

Em Moçambique, Amalia dos Santos Dias aufere licença a 19 de Setembro de 1896, para regressar ao reino e ser vista pela Junta de Saúde do Ultramar.²⁶⁶⁸ A 15 de Fevereiro de 1897, é prorrogada a licença em 60 dias.²⁶⁶⁹ A 28 de Fevereiro de 1898, dispõe de mais seis meses de licença registada para gozar no Reino.²⁶⁷⁰

Maria Augusta Pereira Nogueira, professora em Moçambique, tem licença de 90 dias para se tratar a 27 de Fevereiro de 1897.²⁶⁷¹

Maria da Conceição Soares Ferreira, no Mossuril, em 24 de Janeiro de 1896, tem 30 dias de licença para convalescer na capital.²⁶⁷²

Em Cabo Delgado, no Ibo, e nos meses de Abril e Maio de 1889 a professora encontra-se doente.²⁶⁷³ Em Setembro desse ano, a escola do sexo feminino não funcionou visto que a professora se retirou para a capital de provincia para ser vista pela Junta de Saúde.²⁶⁷⁴ Em Outubro regressou à Índia em gozo de licença de saúde.²⁶⁷⁵

No mesmo local, em Dezembro de 1893 e Janeiro de 1894, estão fechadas as escolas porque os respectivos professores se encontram no gozo de licença de saúde.²⁶⁷⁶ Em Fevereiro e Março deste ano estão fechadas as escolas – a do sexo masculino por falta de casa própria e a do sexo feminino por a professora estar ausente em gozo de licença de saúde,²⁶⁷⁷ motivo que leva a que em Abril e Maio a escola permaneça encerrada.²⁶⁷⁸

²⁶⁶¹ *B.O.*, 14/09/1889, nº37 p. 564.

²⁶⁶² *B.O.*, 12/10/1889, nº 41 p. 619.

²⁶⁶³ *B.O.*, 24/11/1888, nº p. 701.

²⁶⁶⁴ *B.O.*, 24/08/1889, nº34 p. 517.

²⁶⁶⁵ *B.O.*, 12/10/1889, nº41 p. 617.

²⁶⁶⁶ *B.O.*, 23/11/1889, nº 47 p. 672.

²⁶⁶⁷ *B.O.*, 22/06/1889, nº p. 392.

²⁶⁶⁸ *B.O.*, 26/09/1896, nº 39 p. 434.

²⁶⁶⁹ *B.O.*, 1/05/1897, nº 18 p. 180.

²⁶⁷⁰ *B.O.*, 5/03/1898, nº 10 p. 122.

²⁶⁷¹ *B.O.*, 19/05/1894, nº 20 p. 266.

²⁶⁷² *B.O.*, 1/02/1896, nº 5 p. 41

²⁶⁷³ *B.O.*, 25/05/1889, nº 21, p. 338; *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 396.

²⁶⁷⁴ *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 640.

²⁶⁷⁵ *B.O.*, 16/11/1889, nº 46, p. 663.

²⁶⁷⁶ *B.O.*, 10/02/1894, nº 6, p. 67; *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 127.

²⁶⁷⁷ *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 261; *B.O.*, 9/06/1894, nº 23, p. 304.

²⁶⁷⁸ *B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 332; *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 343.

A professora de instrução primária do sexo feminino da vila do Ibo, Carmelina Joaquina Florinda Fernandes, é confirmada a 1 de Fevereiro de 1887. Fora nomeada em 21 Janeiro 1884.²⁶⁷⁹ Em Setembro de 1887, sofria havia mais de quatro meses de febres que a não abandonavam, colocando-a “(...) n’um estado de prostração e fraquesa inexcédível e desejando ver se mudando d’ares por alguns dias (...)” poderia melhorar um pouco pede permissão para passar uma quinzena em Querimba.²⁶⁸⁰ A 14 de Setembro de 1899, ganha 180 dias de licença para se tratar em Goa, terra da sua naturalidade.²⁶⁸¹ A 21 de Abril de 1891, reassume funções no Ibo.²⁶⁸²

A mesma professora da escola régia do sexo feminino em 25 de Julho de 1893, estando impossibilitada por doença, pede para ser inspeccionada pelo Delegado de Saúde.²⁶⁸³ Voltará a adoptar idêntico procedimento cerca de três meses depois.²⁶⁸⁴ A 21 de Novembro de 1893, goza mais 90 dias de licença para se tratar em Goa, terra da sua naturalidade.²⁶⁸⁵

A doença de uma professora abre a oportunidade a outras candidatas. Maria Joaquina Lopes Pereira, em Cabo Delgado, é nomeada por portaria provincial nº 689 de 23 de Dezembro 1889, por a anterior docente, Carmelina Joaquina Gonçalves, ter seguido para Goa por Junta de Saúde.²⁶⁸⁶ A 17 de Julho de 1890, é exonerada a seu pedido.²⁶⁸⁷ Maria José de Oliveira Gomes, também no Ibo, é nomeada interinamente, a 23 de Dezembro de 1893, por a proprietária ter seguido para Goa no gozo de licença de saúde.²⁶⁸⁸ É exonerada a 16 de Janeiro de 1894.²⁶⁸⁹

No mesmo local, João Lopes de Barros Coelho é exonerado a 30 de Setembro de 1868, a requerimento do próprio, não sem que o Governador-Geral tenha recebido informação sobre o professor, oriunda do Governador de Distrito e do conselho inspector de instrução primária.²⁶⁹⁰ Seria novamente nomeado em 11 de Novembro de 1875 e confirmado em 1 de Junho 1886.²⁶⁹¹ Em 20 de Abril de 1891, é declarado incapaz para todo o serviço e aposentado por doença grave e incurável.²⁶⁹²

²⁶⁷⁹ B.O., 5/02/1887, nº 6 p. 49.

²⁶⁸⁰ Ibo, 11/09/1887. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 5.

²⁶⁸¹ B.O., 14/09/1889, nº 37 p. 564.

²⁶⁸² B.O., 25/04/1891, nº 17 p. 167.

²⁶⁸³ Ibo, 25/07/1893. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 8.

²⁶⁸⁴ Ibo, 17/10/1893. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 9.

²⁶⁸⁵ B.O., 25/11/1893, nº 47 p. 659.

²⁶⁸⁶ B.O., 2/11/1889, nº 41 p. 646.

²⁶⁸⁷ B.O., 19/07/1890, nº 29 p. 320.

²⁶⁸⁸ B.O., 30/12/1893, nº 52 p. 723.

²⁶⁸⁹ B.O., 6/01/1894, nº 2 p. 23.

²⁶⁹⁰ Portaria G.G., nº 223. B.O., 3/10/1868, nº 40, p. 211.

²⁶⁹¹ B.O., 25/04/1891, nº 17 p. 167.

²⁶⁹² B.O., 25/04/1891, nº 17 p. 167.

João Lopes de Barros Coelho, professor de instrução primária da vila do Ibo, encontrando-se doente pede, em 23 de Março de 1891, para ser inspeccionado pela junta de saúde, pretensão que o Governador satisfaria..²⁶⁹³

O professor e Cónego Luis Salvador Francisco do Rosário e Sousa envia mapas em 1892 e 93.²⁶⁹⁴ A 6 de Novembro de 1893, “sofrendo desde há muito uns incomodos”, pede para ser inspeccionado pelo Delegado de Saúde.²⁶⁹⁵

O professor Ignacio Leão Cotta, no Bazaruto, a 3 de Maio de 1889, onde era também amanuense, acabaria demitido por determinação superior. Teria “dado parte de doente” ao seu chefe, apurando a Junta de Saúde que se encontrava bem, isto num momento de grande afluência de serviço por navios que se encontravam fundeados no local.²⁶⁹⁶ A 31 de Outubro de 1893, reassume funções como professor, confirmadas a 14 de Novembro de 1894.²⁶⁹⁷ A 25 de Agosto de 1893, são-lhe concedidos 60 dias para se tratar na cidade ou continente fronteiriço.²⁶⁹⁸ Também a 5 de Março de 1896, é-lhe concedido igual período de licença para gozar na Província.²⁶⁹⁹ A 18 de Setembro de 1897, é declarado que o professor da extinta escola de instrução primária do presídio do Bazaruto desempenhara o tempo de serviço de 8 anos, 2 meses e 12 dias.²⁷⁰⁰ A 10 de Dezembro declara-se que ao “professor da extinta escola do Bazaruto, actualmente adido da secretaria-geral”, é concedido um ano de licença para gozar em Goa, terra de sua naturalidade.²⁷⁰¹

11.5. Mobilidade. Estabilidade e cessação de funções docentes

Do estudo da vasta documentação analisada é uma característica geral a grande mobilidade dos professores que leccionam nos sítios mais diversos do território. Este movimento é causado por diferentes motivos, mas liga-se maioritariamente à acumulação de funções com outros cargos, tanto militares como administrativos, que obrigam a deslocações e, igualmente, ao interesse da administração em deslocar os escassos recursos qualificados para áreas de intervenção prioritária. Às professoras acrescentam-se as obrigações familiares, que implicam o acompanhamento dos maridos quando são deslocados. A mobilidade é

²⁶⁹³ Ibo, 23/03/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 5.

²⁶⁹⁴ Ibo, 2/08/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 20; Ibo, 1/09/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 21; Ibo, 1/10/1892, doc. 22; Ibo, 31/10/1892, doc. 23; Ibo, 31/12/1892, doc. 24; Ibo, 2/03/1892, doc. 25; Ibo, 31/01/1893, doc. 26; Ibo, 28/02/1893, doc. 27; Ibo, 1/05/1893, doc. 28; Ibo, 3/04/1893, doc. 29; Ibo, 31/05/1893, doc. 30; Ibo, 30/06/1893, doc. 31;

²⁶⁹⁵ Ibo, 6/11/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.37, m. 3 (13), doc. 10.

²⁶⁹⁶ Portaria G.G., nº 254. *B.O.*, 25/05/1889, nº 21, p. 331.

²⁶⁹⁷ *B.O.*, 4/11/1893, nº 44, p. 621. Portaria 464. *B.O.*, 24/11/1894, nº 47, p. 594.

²⁶⁹⁸ *B.O.*, 12/08/1893, nº 32, p. 475-476.

²⁶⁹⁹ *B.O.*, 13/03/1897, nº 11, p. 102

²⁷⁰⁰ Portaria G.G., nº 200-i. *B.O.*, 6/11/1897, nº 45, p. 424.

²⁷⁰¹ *B.O.*, 10/12/1897, nº 2, p. 14.

também forçada pela constante e crónica ausência dos professores por doença, como já exemplificámos anteriormente, sendo a tutela forçada a providenciar mecanismos de substituição e deslocando os professores.

É de salientar que a mobilidade também existe pela naturalidade dos professores. Sendo muitos naturais da Índia e outros do Reino, registamos, entre os primeiros, alguns “filhos da terra”.

Os professores prestam serviço em várias localidades ao longo da sua actividade.

Julia Augusta Bouttier Ferreira Montenegro é exemplo de uma profissional que se movimenta profissionalmente por diversas localidades. O seu percurso entre 1888 e 1889 é marcado pela doença e por sucessivas deslocações pela Província, por motivo de serviço. É nomeada a 17 de Janeiro de 1888, para exercer provisoriamente o lugar de professora de instrução primária elementar do sexo feminino do Bilene, no país de Gaza.²⁷⁰² Encontramo-la em Inhambane, em Julho de 1888, de onde envia mapas, assinando do “Circulo escolar de Moçambique, Concelho de Inhambane, Freguesia de N^a Sr^a da Conceição”.²⁷⁰³ A docente, que continua sendo designada “professora do Bilene”, comunica melhoria do seu estado de saúde a 2 de Junho de 1888. Tencionava dedicar mais algum tempo ao seu restabelecimento mas, como as discípulas são poucas, declara-se pronta a reger a escola.²⁷⁰⁴ Em resposta a ofício em que se lhe havia proposto reger a escola da vila de Inhambane, manifesta gosto em o fazer se o seu “estado de saúde o permitisse” e acrescenta que logo que se recomponha o fará.²⁷⁰⁵ É nomeada a 18 de Agosto de 1888, para exercer provisoriamente na vila de Sena.²⁷⁰⁶ A 14 de Junho de 1889, é transferida de Sena para o Bilene.²⁷⁰⁷ Apresenta-se, em 22 desse mês, à Junta de Saúde que a inspeccionou deliberando pelo seu regresso ao Reino na primeira oportunidade a fim de ser presente à Junta de Saúde Naval.²⁷⁰⁸

Existem outras razões para a mobilidade. A professora Maria Carlota Lopes Pinto, a 21 de Outubro de 1882, e por colocação do seu marido no Batalhão de Caçadores 4 em Lourenço Marques, solicita ao Governador de Inhambane a sua exoneração da aula de meninas. Agradece a escolha que dela havia sido feita e pede que lhe seja relevada “qualquer falta”. Sendo a professora esposa de militar, encontra-se sujeita às contingências da carreira do marido. O facto de serem mulheres a leccionar as aulas de meninas acaba por comportar

²⁷⁰² B.O., 3/03/1888, n.º 9 p. 139.

²⁷⁰³ Inhambane, Julho de 1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 13.

²⁷⁰⁴ Inhambane, 2/06/1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), docs. n.º.

²⁷⁰⁵ Inhambane, 16/05/1888. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), docs. n.º.

²⁷⁰⁶ B.O., 18/08/1888, n.º p. 517.

²⁷⁰⁷ Portaria G.G., n.º 337, B.O., 15/06/1889, n.º p. 377.

²⁷⁰⁸ B.O., 22/06/1889, n.º p. 392.

diferenças como esta no exercício da actividade.²⁷⁰⁹ É exonerada a 17 de Novembro de 1882, a seu pedido.²⁷¹⁰

Beatriz Vidal Delgado de Carvalho é nomeada para Inhambane a 7 de Janeiro de 1886.²⁷¹¹ Em Março envia mapas.²⁷¹² A 5 de Maio desse ano explica que se encontra “doente de cama” e não poderá dar aulas durante quinze dias, pelo menos.²⁷¹³ A 21 do mesmo mês comunica que se acha quase completamente restabelecida.²⁷¹⁴ A 6 de Julho de 1886 será transferida para Tete. Deve seguir viagem no primeiro paquete vindo do Sul. Na mesma altura, participa que fará entrega da escola que lhe estava confiada, no dia 8, à sua sucessora.²⁷¹⁵

Antonio Julio de Menezes Montenegro foi nomeado a 17 de Janeiro de 1888, para exercer provisoriamente o lugar de professor de instrução primária elementar do Bilene, no paiz de Gaza, “ultimamente creado”, sendo nomeado em 18 de Agosto para aí exercer provisoriamente.²⁷¹⁶ A 14 de Junho de 1889 é deslocado de Sena para o Bilene.²⁷¹⁷ É-lhe dispensada licença a 22 de Junho desse ano pela Junta de Saúde que o inspeccionou. Em consequência, determina-se o seu regresso ao Reino, na primeira oportunidade, a fim de ser presente à Junta de Saúde Naval.²⁷¹⁸

A professora do distrito de Sofala, Filomena Candeias da Silva era esposa de um militar. Requererá a 21 de Abril de 1886 a exoneração do cargo e o abono de transporte para a terra de sua naturalidade. Por morte do marido, António da Silva, alferes do batalhão de caçadores nº4, falecido a 19 desse mês.²⁷¹⁹ É-lhe concedida a exoneração, a seu pedido, em 28 de Abril de 1886.²⁷²⁰ O vencimento de professora somava-se ao do marido. Esta prática poderia funcionar como um incentivo de base económica para quem ali prestava serviço, talvez ilustrando que também não era fácil encontrar pessoas dispostas a desempenhar o cargo em tão remotos locais.

A 6 de Julho de 1886, a professora Ida Rosalina Martins de Magalhães comunica que a escola se encontra aberta desde esse dia, facto de que já dera conhecimento aos habitantes da

²⁷⁰⁹ Inhambane, 21/10/1882. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 16.

²⁷¹⁰ *B.O.*, 18/11/1882, nº 48 p. 341.

²⁷¹¹ *B.O.*, 9/01/1886, nº 2 p. 12.

²⁷¹² Inhambane, 2/03/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 21. Inhambane, 2/04/1886, doc. 22. Inhambane, 1/05/1886, doc. 23.

²⁷¹³ Inhambane, 5/05/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 24.

²⁷¹⁴ Inhambane, 21/05/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 25.

²⁷¹⁵ Inhambane, 6/07/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 26.

²⁷¹⁶ *B.O.*, 3/03/1888, nº 9, 18/08/1888, nº p. 517.

²⁷¹⁷ *B.O.*, 15/06/1889, nº p. 377.

²⁷¹⁸ *B.O.*, 22/06/1889, nº p. 392.

²⁷¹⁹ 21/04/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 11.

²⁷²⁰ *B.O.*, 1/05/1886, nº 18 p. 203.

vila.²⁷²¹ A substituição de professora demorou de 19 de Abril a 6 de Julho de 1886. Também terá o seu interesse considerar o período de tempo que demora efectuar as substituições. Este é variável conforme a natureza da localidade e o seu enquadramento nas várias regiões, e também conforme as vicissitudes políticas de cada época e local.

Ida Rosalina envia mapas durante 1886 e 1887.²⁷²² A 21 de Março deste ano solicita confirmação do lugar exercido e a submissão ao respectivo despacho.²⁷²³ A 9 de Junho do mesmo ano, roga a dispensa de continuar a leccionar, por lhe haver sido concedida licença pelo Conselheiro Governador-Geral para poder seguir viagem no próximo paquete “Dunkeld” da companhia Castle Mail que se espera do Sul. Pede que lhe seja permitido entregar todos os livros e mais objectos pertencentes à Fazenda.²⁷²⁴ No dia seguinte pedirá ainda permissão para se fazer acompanhar para a capital por uma irmã menor, Maria Cândida Martins, de 14 anos de idade, que com ela teria vindo com passagem paga à custa do Estado e que se encontrava vivendo a expensas suas. Solicita também que para ela seja fornecido o bilhete de passagem. Está ainda acompanhada de um filho de dezoito meses.²⁷²⁵ Requer indemnização da renda da casa da escola, a seu cargo desde o mês de Novembro até àquela data.²⁷²⁶ Ainda enviará mapas a 15 de Junho de 1887 relativos à frequência no ano económico de 1886-1887; e de 1 a 14 de Junho, data da autorização para encerramento da escola a pedido da própria docente.²⁷²⁷ Em Novembro de 1887 ainda se encontra em Chiloane. Nesse mês requer o pagamento dos vencimentos correspondentes ao tempo em que esteve na capital com licença e em tratamento, pedindo despacho.²⁷²⁸ Mas outras razões terão obrigado a que os seus planos se vão modificando, uma vez que permanecerá no local mais dois anos, enviando mapas em 1888 e 1889.²⁷²⁹ A Professora explica, a 16 de Setembro de 1889, que deve seguir viagem no paquete seguinte que se espera do Norte a fim de se apresentar à Junta de Saúde na cidade de Lourenço Marques. Pede que lhe seja indicada pessoa competente a quem possa fazer entrega dos artigos da escola.²⁷³⁰ Nesse mesmo dia requer os elementos necessários para provar que tem mais de três anos de serviço como professora na Província e escola a seu cargo.²⁷³¹ No

²⁷²¹ Escola do sexo feminino em Chiloane. 6/07/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 12.

²⁷²² 2/08/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 13. 1/09/1886, doc. 14. 1/10/1886, doc. 15. Envio de mapa. Professora Ida Rosalina Martins de Magalhães. 1/11/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 16. 30/11/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 17. 31/12/1886, doc. 18. 3/02/1887, doc. 19. Envio 2/03/1887, doc. 20. 2 de Abril de 1887, doc. 22. 2/05/1887, doc. 23.

²⁷²³ 21/03/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 21.

²⁷²⁴ 9 de Junho de 1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 25.

²⁷²⁵ 10 de Junho de 1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 26.

²⁷²⁶ 10 de Junho de 1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 27.

²⁷²⁷ 15 de Junho de 1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 28.

²⁷²⁸ 28 de Novembro de 1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 29.

²⁷²⁹ 1/12/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 30. 31/12/1887, doc. 31. 7/01/1889, doc. 32. 4/02/1889, doc. 33. 5/03/1889, doc. 34. 8/04/1889, doc. 35. Sem referência ao mês. 1889. doc. 36. Sem referência ao mês. 1889, doc. 37. 2/07/1889, doc. 38. 9/08/1889, doc. 39. 3/09/1889, doc. 40.

²⁷³⁰ Chiloane, 16/09/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 42.

²⁷³¹ Chiloane, 16/09/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 43.

dia seguinte solicita, para efeitos de abono de passagem, que seja ordenado que seus filhos Augusto Xavier Pinto de Magalhães, de 3 anos e oito meses de idade, e Maria Augusta Pinto de Magalhães, de um ano, sejam mencionados nas suas guias de apresentação em Lourenço Marques e de vencimentos ao Ministério da Marinha e Ultramar.²⁷³² Em nota do mesmo dia, pode ler-se que não pode ser concedido o que pede por não estar ao abrigo da lei. Ainda enviará mapa em 21 de Setembro de 1889.²⁷³³

O professor Francisco Sebastião de Sousa expede relação de alunos em 22 de Janeiro de 1862 para o Governador do Distrito, Jacintho de Oliveira Junior.²⁷³⁴ Nesse mesmo dia, comunica que oficiou o Padre Mauricio Micael Arcanjo da Costa para, temporariamente, o substituir na “Cadeira de Instrução Primaria” da vila. Tratar-se-ia de pessoa que possui aptidão e inteligência necessária para o desempenho do cargo. Pretende aproveitar a licença concedida pelo Governador para, na presente monção, regressar à Capital de Moçambique. Avisa o padre proposto para tomar conta dos Escolares e objectos a seu cargo, pertencentes à Escola.²⁷³⁵

Avelino Caetano Venceslau Homem, presbítero, em Sofala, nomeado a 1 de Junho de 1869, seria substituído pelo presbítero Florencio Custodio Bernardino de Sequeira, em Sofala, a 13 de Junho 1873.²⁷³⁶

O presbítero Francisco Manuel Vaz foi nomeado a 28 de Março de 1876 como pároco para o distrito de Sofala e professor de instrução primária, com a gratificação de 100\$000 réis nos termos do decreto de 14 de Dezembro de 1868, correspondendo a requerimento por ele apresentado.²⁷³⁷ Encontramo-lo em Inhambane, nomeado a 28 de Julho de 1878, para substituir o docente anterior, José Hermenegildo de Mello.²⁷³⁸

José Joaquim Maria Arraiano, em 1878, é exonerado do cargo de capelão do hospital militar e civil de Moçambique para ser empregue noutra missão e substituído pelo presbítero Francisco António Quintão.²⁷³⁹ Em Chiloane é nomeado a 18 de Junho de 1878, enquanto presbítero, pároco da igreja de Chiloane e, interinamente, para o magistério primário na vila.²⁷⁴⁰ É exonerado a 6 de Maio de 1881 do cargo de professor interino de Sofala.²⁷⁴¹ A 27

²⁷³² Chiloane, 17/09/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 44.

²⁷³³ 21/09/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (2), doc. 45.

²⁷³⁴ Sofalla, 22/01/1862. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 1.

²⁷³⁵ Sofalla, 22/01/1862. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 2.

²⁷³⁶ Portaria G.G., nº 172. *B.O.*, 5/06/1869, nº 26 p. 103. *B.O.*, 8/03/1873, nº 25 p. 101.

²⁷³⁷ Portaria G.G. 53. *B.O.*, 3/04/1876, nº 14, p. 66.

²⁷³⁸ Portaria G.G. 167. *B.O.*, 22/07/1878, nº 29, p. 154.

²⁷³⁹ Portaria G.G. 140. *B.O.*, 20/05/1878, nº 20, p. 109.

²⁷⁴⁰ Portaria G.G. 161. *B.O.*, 25/06/1878, nº 25, p. 133.

²⁷⁴¹ *B.O.*, 9/05/1881, nº 19 p. 100.

de Junho de 1882 regressa ao reino, contando sete anos de serviço como pároco missionário, de acordo com estatuto do colégio das missões ultramarinas.²⁷⁴²

Jorge Tolentino Henriques, era padre e professor em Chiloane, a 13 de Janeiro de 1887, quando a inspecção da Junta de Saúde lhe concedeu licença de 30 dias.²⁷⁴³ Foi-lhe dispensado o regresso ao Reino para se apresentar à Junta de Saúde, em Abril de 1887.²⁷⁴⁴ Em Moçambique, a 27 de Junho desse ano, foram-lhe concedidos 90 dias de licença.²⁷⁴⁵ É Padre, em Chiloane, quando obtém licença a 10 de Outubro de 1889, consta de 15 dias para convalescer na ilha ou continente fronteiro.²⁷⁴⁶ Será professor da aula de instrução primária no Mossuril, em Janeiro de 1890. Em 4 de Janeiro de 1898, por portaria nº 6, é-lhe concedido um ano de licença para gozar em Goa, terra de sua naturalidade.²⁷⁴⁷ Já em Cabo Delgado, para onde havia sido nomeado provisoriamente, é exonerado a 21 Abril de 1891.²⁷⁴⁸ Encontramo-lo no Ibo, de onde é exonerado a 17 de Setembro de 1892. Recolheu à sua paróquia na ilha de Quirimba. Havia sido nomeado por portaria provincial nº 190 de 1891.²⁷⁴⁹ Em Quirimba, a 3 de Fevereiro de 1894, por voto unânime do Conselho de Instrução Pública, é decidido abonar-lhe 100\$000 réis anuais a que têm direito os missionários quando leccionam nas escolas oficiais ditas régias.²⁷⁵⁰

A 8 de Janeiro de 1866, Avelino Avelista de Araujo Gonçalves envia mapa anual, elaborado segundo o modelo enviado da Secretaria em ofício, explicando que o aproveitamento dos alunos que existem nesse ano ali vai registado e que são eles os mesmos que existiam em 31 de Dezembro do ano anterior.²⁷⁵¹ A 28 de Fevereiro comenta o facto de o Governador lhe ter ordenado que recolhesse a Chiloane, o que fará. Explica, no entanto, que “(...) em Chiluanne não há mais como V. Sr^a sabe que dois ou três rapazes no cazo de poder ir a escola aprender as letras, ao passo que em Sofalla há diariamente frequentão [sic] a aula dez rapazes e alguns deles já adiantados (...)”.²⁷⁵² A 7 de Julho desse ano envia mapa.²⁷⁵³

Em Maio de 1877, o Governador-Geral corresponde a pedido do Governador do distrito de Quelimane para preenchimento da cadeira de instrução primária do sexo feminino por uma professora, tendo até a Confraria de Nossa Senhora do Livramento contribuído com 5\$000 réis mensais para a subsidiar, “(...) e atendendo a que a professora de sexo feminino de

²⁷⁴² Direcção Geral do Ultramar. *B.O.*, 9/09/1882, nº 38 p. 281.

²⁷⁴³ *B.O.*, 15/01/1887, nº 3 p. 16.

²⁷⁴⁴ *B.O.*, 30/04/1887, nº 18 p. 183.

²⁷⁴⁵ *B.O.*, 20/08/1887, nº 34 p. 375.

²⁷⁴⁶ *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 619.

²⁷⁴⁷ *B.O.*, 15/01/1898, nº 3 p. 25.

²⁷⁴⁸ *B.O.*, 25/04/1891, nº 17 p. 167.

²⁷⁴⁹ *B.O.*, 24/09/1892, nº 39 p. 423.

²⁷⁵⁰ *B.O.*, 17/02/1894, nº 7 p. 76.

²⁷⁵¹ Sofala, 8/01/1866. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 6.

²⁷⁵² Sofala, 28/02/1866. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 7.

²⁷⁵³ Sofala, 7/07/1866. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 8.

Moçambique tem pouca frequência na sua escola, e a sua falta pode ser de alguma forma suprida pela professora particular existente, determina a transferência para Quelimane de Maria da Nazareth Paula Carvalho”.²⁷⁵⁴

Nesse mesmo mês e ano, por a Câmara de Quelimane necessitar da nomeação de mais um professor de instrução primária, o Governador-Geral, José Guedes de Carvalho e Menezes, determina a transferência do professor da escola principal da cidade, Francisco Paula de Carvalho, por esta escola se achar havia muito tempo fechada com falta de alunos, utilizando a portaria que permite o aproveitamento do docente onde for compatível.²⁷⁵⁵

Maria Augusta Pereira Nogueira, encontra-se em Quelimane a 25 de Maio de 1888, desfrutando de seis meses de licença sem vencimento para gozar na Província.²⁷⁵⁶ A 10 de Novembro de 1888 é prorrogada a licença por igual período.²⁷⁵⁷ É transferida de Quelimane para Lourenço Marques em 1 de Março de 1889.²⁷⁵⁸ Em 1897 estava em Moçambique, onde lhe é concedida licença, a 27 de Fevereiro de 1897, de 90 dias para se tratar.²⁷⁵⁹

Também em Quelimane, Rita Henriqueta Angélica de Sá e Conceição é nomeada a 29 de Abril de 1884, em provisão temporária.²⁷⁶⁰ Será nomeada para Inhambane a 26 de Junho de 1885.²⁷⁶¹ A 4 do mês seguinte, é transferida de Inhambane para Chiloane.²⁷⁶² Para Moçambique, será nomeada a 31 de Março de 1888, interinamente, durante o impedimento da titular.²⁷⁶³ Faleceria a 9 de Novembro de 1888.²⁷⁶⁴

Carlota Cândida da Assumpção Coelho, a 18 de Julho de 1887, comunica que fez entrega da escola a seu cargo a Maria Eulália de Carvalho Magalhães, por ter de seguir para Lourenço Marques em gozo de licença registada de dois meses.²⁷⁶⁵ Carlota Coelho é transferida em 21 de Novembro de 1890. Desistiu da licença registada e reassume funções.²⁷⁶⁶

Glafira Vicencia Coelho dos Santos é transferida de Inhambane para Tete em 7 de Janeiro de 1882.²⁷⁶⁷ É exonerada a 28 de Junho de 1882.²⁷⁶⁸ Nomeada para Lourenço

²⁷⁵⁴ Portaria G.G. 106. *B.O.*, 28/05/1877, nº 22, p. 135. Portaria nº 106 do G.G. de 24/05/1877.

²⁷⁵⁵ *B.O.*, 28/05/1877, nº 22, p. 135. Portaria G.G., nº 107, de 24/05/1877.

²⁷⁵⁶ *B.O.*, 26/05/1888, nº p. 339.

²⁷⁵⁷ *B.O.*, 10/11/1888, nº 45 p. 672.

²⁷⁵⁸ *B.O.*, 2/03/1889, nº p. 151.

²⁷⁵⁹ *B.O.*, 19/05/1894, nº 20 p. 266.

²⁷⁶⁰ *B.O.*, 3/05/1884, nº 18 p. 83.

²⁷⁶¹ *B.O.*, 27/06/1885, nº 26 p. 163.

²⁷⁶² *B.O.*, 11/07/1885, nº 28 p. 174.

²⁷⁶³ *B.O.*, 31/03/1888, nº 13 p. 230.

²⁷⁶⁴ *B.O.*, 10/11/1888, nº 45 p. 671.

²⁷⁶⁵ Quelimane, 18/07/1890. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 9.

²⁷⁶⁶ *B.O.*, 22/11/1890, nº 47 p. 494.

²⁷⁶⁷ *B.O.*, 21/01/1882, nº 3 pp. 29.

²⁷⁶⁸ *B.O.*, 1/07/1882, nº 29 p. 215.

Marques a 27 de Setembro de 1882,²⁷⁶⁹ é exonerada a 24 de Abril de 1883, por ter regressado à terra de sua naturalidade.²⁷⁷⁰

Maria Beatriz de Campos Vidal, transferida de Inhambane para Tete a 25 de Junho de 1886,²⁷⁷¹ é exonerada a 15 de Setembro 1887, por proposta do Governador do distrito em virtude de ter regressado a Lisboa.²⁷⁷²

Justino Caetano de Sá é nomeado para a escola de Gouveia, em Manica, a 14 de Outubro de 1888, data da sua criação.²⁷⁷³ Em Abril de 1889, Justino de Sá, professor interino da escola do sexo masculino de Manica, e Tito Quirino do Rosário Fernandes, amanuense do quadro da secretaria-geral do governo, trocam de lugares.²⁷⁷⁴ A 20 de Julho de 1889, e quando ainda era oficialmente professor no distrito de Manica, é transferido para o lugar de amanuense da secretaria-geral.²⁷⁷⁵

A mobilidade dos professores comporta despesas acrescidas para os próprios e para a administração. Acrescentam gastos e dificuldades nas viagens, num território ainda sem rede viária ou outra. O professor Justino Caetano de Sá participa ao Governador do distrito de Manica, em 18 de Fevereiro de 1889 que saiu de Quelimane para o novo local, com o abono de 23 dias ou 23000 reais de “subsídio de marcha”, contudo por falta de embarcações, tripulantes e carregadores, não pôde chegar dentro do prazo, pelo que despendeu mais sete dias. Pedia agora que lhe fosse abonada a diferença.²⁷⁷⁶

A estabilidade proporcionada pela permanência de um professor numa localidade é factor valorizado pelo Governador do distrito, que tutela, em primeira instância, a actividade das docentes. Augusta Carneiro Marques, em Tete, foi nomeada a 25 Junho de 1890, por a professora existente no local ter sido enviada para Lourenço Marques para a Junta de Saúde.²⁷⁷⁷ Endossará requerimento ao Governador pedindo a sua confirmação no lugar de professora. Em nota de 29 de Julho de 1891 pode ler-se a ordem para que seja enviado

“(…) o requerimento ao Governo Geral da Provincia, informando-se que apesar do pouco tempo de serviço merece ser confirmada no cargo porque é zelosa no cumprimento de seus deveres e tem persistencia na villa o que não acontece com outras, casadas com funcionarios as quaes teem de retirar com elles.”²⁷⁷⁸

²⁷⁶⁹ B.O., 30/09/1882, nº 41 p. 301.

²⁷⁷⁰ B.O., 28/04/1883, nº 17 p. 115.

²⁷⁷¹ B.O., 26/06/1886, nº 26 p. 308.

²⁷⁷² B.O., 17/09/1887, nº 38 p. 421.

²⁷⁷³ Portaria G.G., nº 500. B.O., 20/10/1888, nº p. 629. Portaria 1248. B.O., 27/04/1889, nº p. 273.

²⁷⁷⁴ B.O., 27/04/1889, nº p. 273.

²⁷⁷⁵ B.O., 20/07/1889, nº p. 440.

²⁷⁷⁶ Escola de Instrução Primária de Manica, 18/02/1889. A.H.M., Gov. Dist. Manica, Cx. 8.1, m.2 (41), doc.1.

²⁷⁷⁷ B.O., 25/06/1890, nº 26 p. 283.

²⁷⁷⁸ Tete, 29/07/1891, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 103.

Em Abril de 1893, a mesma professora de Tete pede para se apresentar à Junta de Saúde acompanhada pelo marido, Francisco Marques, que seguia em viagem comercial. Acompanhava-os um negociante holandês com a mulher e filho menor.²⁷⁷⁹ Encontra-se de licença em 5 de Junho do mesmo ano, após ter sido inspeccionada pela Junta de Saúde, que decidiu pelo seu regresso ao Reino na primeira oportunidade para se apresentar à Junta de Saúde Naval e do Ultramar.²⁷⁸⁰

O professor João Innocência de Aguiar Mendes envia mapas de assiduidade dos discentes do Parapato, de 1884 e 1885.²⁷⁸¹ Fora nomeado a 4 de Março de 1884.²⁷⁸² Por autorização de 17 de Novembro desse ano, são-lhe atribuídos 45 dias para se tratar na capital, a que se juntariam cinco meses, a 11 Setembro 1885, para gozar em Goa, terra de sua naturalidade.²⁷⁸³ A 13 de Janeiro de 1887, apresentou-se em Tete na qualidade de “professor de instrução primária do Zumbo vindo de Moçambique”.²⁷⁸⁴ É novamente nomeado a 18 de Abril desse ano e reassume funções, uma vez regressado de Goa onde se achava com licença da Junta de Saúde.²⁷⁸⁵ Goza mais uma dispensa a 18 de Agosto 1887, de 120 dias.²⁷⁸⁶ A 13 de Outubro de 1888 é transferido de Angoche para Inhambane.²⁷⁸⁷ A 14 de Setembro de 1889, usufrui de 25 dias para convalescer, a que se juntam, em 10 de Outubro, mais 8 dias para completo restabelecimento.²⁷⁸⁸ A 24 de Novembro, exerce o lugar de administrador do prazo Inhaçunge, em comissão, por licença do respectivo administrador, Antonio Jacintho de Oliveira Guilherme, de 20 dias para gozar em Goa.²⁷⁸⁹ Novamente em Angoche, a 25 de Julho de 1891, dispõe de 180 dias para se tratar em Goa, terra de sua naturalidade.²⁷⁹⁰ A 4 de Junho de 1892, reassume funções.²⁷⁹¹ Inspeccionado por Junta de Saúde, em 8 de Outubro, usufrui 90 dias de licença.²⁷⁹² A 14 de Maio de 1893, regressado de Goa, onde se achava de licença de Junta de Saúde, reassume funções.²⁷⁹³ É transferido em 10 de Novembro de 1893, do extinto distrito de Angoche para o comando militar do Zumbo.²⁷⁹⁴ Em nova licença de 23 de Janeiro de 1894, a Junta de Saúde concede-lhe 22 dias para se tratar.²⁷⁹⁵ A 6 de Abril de 1894,

²⁷⁷⁹ B.O., 9/09/1893, nº 36, p. 537.

²⁷⁸⁰ B.O., 10/06/1893, nº 23 p. 322.

²⁷⁸¹ Parapato, 31/05/1887, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 32.

²⁷⁸² B.O., 15/03/1884, nº 12 p. 53.

²⁷⁸³ B.O., 22/11/1884, nº 47 p. 219. B.O., 12/09/1885, nº 37 p. 278.

²⁷⁸⁴ B.O., 1/09/1894, nº 35, p. 456.

²⁷⁸⁵ B.O., 23/04/1887, nº 17, p. 167.

²⁷⁸⁶ B.O., 20/08/1887, nº 34, p. 376-377.

²⁷⁸⁷ B.O., 13/10/1888, nº 41, p. 621.

²⁷⁸⁸ B.O., 14/09/1889, nº 37, p. 564. Portaria 360. B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 619.

²⁷⁸⁹ B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 679.

²⁷⁹⁰ B.O., 1/08/1891, nº 31, p. 309.

²⁷⁹¹ B.O., 18/06/1892, nº 25, p. 218.

²⁷⁹² B.O., 15/10/1892, nº 42, p. 467.

²⁷⁹³ B.O., 20/05/1893, nº 20, p. 290.

²⁷⁹⁴ B.O., 18/11/1893, nº 46, p. 644.

²⁷⁹⁵ B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 128.

o professor chega a Cachomba, com destino ao Zumbo,²⁷⁹⁶ onde se deve apresentar em 25 de Abril.²⁷⁹⁷ A 29 de Maio de 1895, regista-se a chegada do professor de instrução primária.²⁷⁹⁸ A 3 de Agosto de 1896, mais 15 dias de licença para se tratar na capital da Província.²⁷⁹⁹ A 14 de Dezembro de 1897, interrompe o serviço por ter sido julgado incapaz em Junta de Saúde, devendo pedir aposentação no prazo de 30 dias.²⁸⁰⁰ A 21 de Janeiro de 1898 é dado como incapaz para todo o serviço pela Junta de Saúde da província, declara-se como seu tempo de serviço efectivo 14 anos e 26 dias.²⁸⁰¹

Ricardo Carneiro de Sousa Faro é nomeado para Moçambique a 29 de Novembro de 1893, a seu pedido, enquanto “professor da extinta intendência geral de Gaza”.²⁸⁰² A 15 de Fevereiro de 1896, desfruta 30 dias de licença para convalescer na capital.²⁸⁰³ Em licença de 3 de Outubro de 1896, são-lhe concedidos 30 dias para restabelecimento em Inhambane.²⁸⁰⁴ A 12 de Janeiro de 1898, o “professor da extinta escola de instrução primária de Moçambique, actualmente adido à secretaria-geral do governo-geral” é nomeado, para exercer o lugar vago de docente do comando militar do Zumbo.²⁸⁰⁵ Neste local, a 9 de Fevereiro de 1898, é-lhe concedido o regresso ao Reino, na primeira oportunidade, para se apresentar à Junta de Saúde.²⁸⁰⁶

Adelina Josepha Maria de Souza encontrava-se em Moçambique, a 25 de Julho de 1884.²⁸⁰⁷ É transferida para Sofala, a 22 de Maio de 1885.²⁸⁰⁸ Nomeada para Chiloane, a 20 de Junho de 1885.²⁸⁰⁹

Felicíssimo Cláudio de Souza Coutinho, a 8 de Julho de 1864, dispõe de quatro meses de licença para se tratar em Moçambique.²⁸¹⁰ É nomeado a 9 de Abril de 1867 para a cadeira de instrução primária de Sofala.²⁸¹¹ Posteriormente será nomeado para o Ibo, a 1 de Outubro de 1868, enquanto professor de 1ª classe que, “achando-se em Moçambique sem ocupação”, deveria dirigir-se para o Ibo por determinação do Conselho Inspector de Instrução Primária.²⁸¹² Exonerado a 12 de Dezembro de 1871,²⁸¹³ será nomeado para Tete, na mesma

²⁷⁹⁶ B.O., 15/12/1894, nº 50, p. 629.

²⁷⁹⁷ B.O., 3/11/1894, nº 44, p. 562.

²⁷⁹⁸ B.O., 9/11/1895, nº 45, p. 432.

²⁷⁹⁹ B.O., 8/08/1896, nº 32 p. 326.

²⁸⁰⁰ B.O., 6/11/1897, nº 45 p. 424.

²⁸⁰¹ B.O., 29/01/1898, nº 5 p. 51.

²⁸⁰² B.O., 2/12/1893, nº 48 p. 683.

²⁸⁰³ B.O., 22/02/1896, nº 8 p. 74.

²⁸⁰⁴ B.O., 7/11/1896, nº 46 p. 498.

²⁸⁰⁵ B.O., 12/02/1898, nº 7 p. 79.

²⁸⁰⁶ B.O., 12/02/1898, nº 8 p. 108.

²⁸⁰⁷ B.O., 26/07/1884, nº 30 p. 133.

²⁸⁰⁸ B.O., 23/05/1885, nº 21, p. 139.

²⁸⁰⁹ B.O., 27/06/1885, nº 26 p. 163.

²⁸¹⁰ B.O., 5/11/1864, nº 45 p. 233.

²⁸¹¹ Portaria 54. GG. B.O., 20/04/1867, nº 16, p. 63.

²⁸¹² Portaria GG, nº 224. B.O., 3/10/1868, nº 40, p. 211.

²⁸¹³ B.O., 16/12/1871, nº 50 p. 206.

data.²⁸¹⁴ Regressa a Sofala, a 9 de Janeiro de 1872, para que o presbítero Theotonio Abranches acumule funções em Tete onde era pároco.²⁸¹⁵

Gaspar Nicolau Constantino de Sousa é pároco, em Moçambique, a 1 de Outubro de 1884, quando procede à liquidação de tempo de serviço efectivo como missionário. Havia exercido ininterruptamente, durante 3 anos, 4 meses e 20 dias.²⁸¹⁶ A 31 de Março de 1885, o religioso volta a pedir liquidação de tempo de serviço. Em Moçambique desde 11 de Abril de 1881, gozou apenas 25 dias de licença concedidos pela Junta de Saúde. Totalizava 3 anos, 10 meses, 25 dias. Provou ter servido na Província de S. Tomé e Príncipe 1 ano, 5 meses, 24 dias.²⁸¹⁷ Em Inhambane, é exonerado a 4 de Março de 1887.²⁸¹⁸ A 4 de Fevereiro de 1881, alegando ser nociva à sua saúde a permanência na Província de S. Tomé, o presbítero pedira para completar o tempo de serviço na qualidade de missionário na de Moçambique.²⁸¹⁹ Em nota à instrução no mês de Outubro relativa a esse distrito assinada pelo Governador Interino de Inhambane, Claudino de Sousa e Faro, a 1 de Novembro de 1888, refere-se que o professor havia seguido nessa altura e no paquete Dunkeld transferido para exercer o cargo no distrito de Angoche, sendo substituído pelo pároco da freguesia, o cónego Gaspar Nicolau Constantino de Sousa que, a pedido do governo, se prontificou “desinteressada e gratuitamente”, o que “se torna digno de louvor.”²⁸²⁰ A 25 de Maio de 1889, procede a nova liquidação de tempo de serviço como pároco da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da vila de Inhambane. Ainda em Inhambane, é novamente nomeado a 8 Junho de 1891, porquanto já assumira a aula a 5 desse mês, dado que o padre José Manoel Fernandes Corrêa se tinha, por sua vez, deslocado.²⁸²¹

Tito Quirino do Rosário Fernandes é exonerado de Moçambique a 23 de Junho de 1886, sendo nomeado, em seu lugar, Paschoal Agostinho Annes.²⁸²² A 9 de Junho de 1888 Tito Fernandes era amanuense do quadro da secretaria-geral, encontrando-se em comissão de serviço. A 7 de Janeiro de 1889, é confirmado como amanuense da secretaria-geral do governo.²⁸²³ Em Manica, é nomeado em 27 de Abril de 1889.²⁸²⁴ Tito Fernandes apresentou-se no comando militar superior de Tete no dia 16 de Novembro de 1893 como director do

²⁸¹⁴ *B.O.*, 16/12/1871, nº 50 p. 206.

²⁸¹⁵ *B.O.*, 13/01/1872, nº 2 p. 7.

²⁸¹⁶ *B.O.*, 6/09/1884, nº 36, p. 165.

²⁸¹⁷ *B.O.*, 4/04/1885, nº 14, p. 104.

²⁸¹⁸ *B.O.*, 26/03/1887, nº 13 p. 113.

²⁸¹⁹ *B.O.*, 11/04/1881, nº 15 p. 81.

²⁸²⁰ *B.O.*, 15/12/1888, nº 50, p. 736.

²⁸²¹ *B.O.*, 13/06/1891, nº 24 p. 231.

²⁸²² *B.O.*, 23/01/1886, nº 4, p. 308.

²⁸²³ *B.O.*, 2/02/1889, nº 5 p. 69.

²⁸²⁴ *B.O.*, 27/04/1889, nº p. 273.

correiro.²⁸²⁵ Ainda a 18 de Dezembro seria exonerado do cargo de director do correio de Tete, que não estava inscrito no orçamento da Província, pelo que o lugar passava a ser desempenhado pelo amanuense do comando militar.²⁸²⁶ A 31 de Janeiro de 1894, regista-se a sua saída como ex-director dos correios, em 28, de Tete para Moçambique.²⁸²⁷

As transferências em certas zonas como na região vizinha da Ilha de Moçambique sucedem-se a um ritmo rápido. José da Costa Assis é transferido a 9 de Maio de 1894, de Mossuril para Ampapa.²⁸²⁸ Delfim Joaquim Germano de Lima transita, por transferência de 28 de Julho de 1886, como regedor e professor do distrito de Ampapa para o Mossuril.²⁸²⁹

Francisco Maria da Piedade é nomeado a 8 de Agosto de 1888 para o Mossuril.²⁸³⁰ A 23 de Fevereiro de 1889, encontra-se de licença registada para tratamento de negócios domésticos.²⁸³¹ Também a 12 de Abril de 1889, goza 180 dias para se tratar em Goa terra da sua naturalidade.²⁸³² Por permuta, passa do Mossuril para as Cabaceiras, para onde é nomeado a 24 de Maio de 1889.²⁸³³ É exonerado em 8 de Julho de 1891.²⁸³⁴

Antonio Marcolino Hermelindo Pacheco desloca-se, por transferência mútua com outro colega, de Sancul para as Cabaceiras, a 3 de Maio de 1895.²⁸³⁵

Apolinário Francisco Xavier Soares, a 21 de Maio de 1885, é transferido como professor e regedor de Ampapa para Cabaceiras.²⁸³⁶ A 23 de Junho de 1886, é nomeado cobrador de impostos enquanto regedor das Cabaceiras com João Baptista Virgílio das Dores e Santos, regedor de Sancul e Abdulrehemane Abdallá, primeiro ajudante do capitão-mor das terras firmes no Mossuril.²⁸³⁷ É exonerado de regedor e professor a 20 de Abril de 1887 para exercer o cargo de amanuense temporário da secretaria-geral do governo.²⁸³⁸ A 20 de Abril de 1887 é nomeado para Inhambane como amanuense temporário da secretaria-geral. Será exonerado a 1 de Março de 1888 para exercer o cargo de professor de instrução primária.²⁸³⁹

Damião Francisco de Sousa é nomeado para a Cabaceira a 28 de Dezembro de 1882, por “documentos apresentados e por informação do capitão-mór das terras firmes”.²⁸⁴⁰

²⁸²⁵ *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58.

²⁸²⁶ *B.O.*, 23/12/1893, nº 51 p. 709.

²⁸²⁷ *B.O.*, 1/09/1894, nº 35, p. 456.

²⁸²⁸ *B.O.*, 12/05/1894, nº 19 p. 254.

²⁸²⁹ *B.O.*, 31/07/1886, nº 31 p. 382.

²⁸³⁰ *B.O.*, 11/08/1888, nº p. 496 .

²⁸³¹ *B.O.*, 23/02/1889, nº 8 p. 136.

²⁸³² *B.O.*, 13/04/1889, nº 15 p. 238.

²⁸³³ *B.O.*, 25/05/1889, nº p. 330.

²⁸³⁴ *B.O.*, 11/07/1891, nº 28 p. 274.

²⁸³⁵ *B.O.*, 27/04/1895, nº 19 p. 187.

²⁸³⁶ *B.O.*, 23/05/1885, nº 21, p. 139.

²⁸³⁷ *B.O.*, 23/01/1886, nº 4, p. 308.

²⁸³⁸ *B.O.*, 23/04/1887, nº 17 p. 167.

²⁸³⁹ *B.O.*, 3/03/1888, nº 9 p. 141.

²⁸⁴⁰ *B.O.*, 30/12/1882, nº 54 p. 383.

Transfere-se para Sancul, a 4 de Maio de 1883.²⁸⁴¹ Enquanto é designado para Ampapa, a 20 de Janeiro de 1887, é exonerado do lugar de capataz da alfândega para exercer os cargos de regedor e professor.²⁸⁴² Encontra-se em Sancul a 1 de Junho de 1887, por transferência mútua.²⁸⁴³ A 13 de Janeiro de 1888, é transferido de Sancul para Ampapa.²⁸⁴⁴ A 28 de Dezembro de 1888, como professor e regedor em Ampapa pede liquidação de tempo de serviço. Nela se menciona a sua nomeação como professor de instrução primária elementar da Cabaceira em 28 de Dezembro de 1882 por portaria provincial nº 353. Transferido para Sancul de onde foi exonerado a 4 de Junho de 1886. Capataz de alfândega de 6 de Agosto de 1886 até 25 de Janeiro de 1887 deixa de desempenhar o cargo por ter sido nomeado professor e regedor de Ampapa em 27 de Janeiro de 1887. Transferido para Sancul voltou para Ampapa a seu pedido, a 13 de Janeiro de 1888. Foi confirmado como professor em Sancul a 18 de Julho de 1888.²⁸⁴⁵ De licença em 10 de Outubro de 1889, dispõe de 180 dias para se tratar em Goa, de onde é natural.²⁸⁴⁶ A 12 de Novembro de 1890, troca de Ampapa para Sancul.²⁸⁴⁷ Deste último local é exonerado a 23 de Setembro de 1891.²⁸⁴⁸ A 3 de Setembro de 1895, prorroga-se por 3 meses o prazo de 30 dias para apresentação de documentos para efeitos de aposentação.²⁸⁴⁹

Domingos Francisco de Mello é nomeado para as Cabaceiras, a 30 de Abril de 1887, como regedor e professor.²⁸⁵⁰ A 14 de Janeiro de 1888, deverá voltar a ocupar o seu lugar tendo estado temporariamente a exercer o cargo de amanuense da contadoria geral.²⁸⁵¹ No Mossuril, é nomeado a 24 de Maio de 1889, por permuta, vindo das Cabaceiras.²⁸⁵² É transferido para Sancul a 5 de Junho de 1889.²⁸⁵³ A 23 de Maio de 1890, é suspenso, num processo que lhe foi instaurado por queixas.²⁸⁵⁴ A 30 de Agosto de 1890, são-lhe levantadas as sanções, a seu pedido e por as acusações serem falsas.²⁸⁵⁵ Nova transferência a 12 de Novembro de 1890, em que troca de Sancul para Ampapa.²⁸⁵⁶ A 8 de Julho de 1891, é transferido de regedor e professor, de Ampapa para as Cabaceiras.²⁸⁵⁷ Por transferência mútua

²⁸⁴¹ B.O., 5/05/1883, nº 18 p. 115.

²⁸⁴² B.O., 22/01/1887, nº 3 p. 29.

²⁸⁴³ B.O., 14/05/1887, nº 20 p. 204.

²⁸⁴⁴ B.O., 31/12/1888, nº 2 p. 17.

²⁸⁴⁵ Portaria nº 618. B.O., 29/12/1888, nº52, p. 747.

²⁸⁴⁶ Portaria 355. B.O., 12/10/1889, nº41 p. 619.

²⁸⁴⁷ Portaria 489. B.O., 15/11/1890, nº 46 p. 481.

²⁸⁴⁸ B.O., 28/07/1891, nº 48 p. 613.

²⁸⁴⁹ Portaria nº 228. B.O., 7/09/1895, nº 36, p. 343.

²⁸⁵⁰ B.O., 30/04/1887, nº 18 p. 185.

²⁸⁵¹ B.O., 31/12/1888, nº 2 p. 18.

²⁸⁵² B.O., 25/05/1889, nº p. 330.

²⁸⁵³ B.O., 8/06/1889, nº p. 361.

²⁸⁵⁴ B.O., 1/05/1890, nº 22 p. 246.

²⁸⁵⁵ B.O., 6/09/1890, nº 36 p. 391.

²⁸⁵⁶ B.O., 15/11/1890, nº 46 p. 481.

²⁸⁵⁷ B.O., 11/07/1891, nº 28 p. 274.

com outro professor, passa das Cabaceiras para Sancul, a 3 de Maio de 1895.²⁸⁵⁸ A 23 de Março de 1897, encontrando-se em Ampapa, obtém 30 dias de licença para convalescer na capital ou continente fronteiro.²⁸⁵⁹

José Antonio dos Santos Júnior transfere-se a 14 de Janeiro de 1888 das Cabaceiras, onde era professor temporário, para Sancul.²⁸⁶⁰ Acabaria demitido por ter “commetido varias irregularidades” confirmadas pelo capitão-mór das Terras Firmes, a 5 de Junho de 1889.²⁸⁶¹

Julio Alfredo Reynaud, na Cabaceira, é nomeado professor e regedor, a 30 de Setembro de 1884.²⁸⁶² Encontrar-se-á em Ampapa, por transferência como regedor e professor em 21 de Maio de 1885.²⁸⁶³

Remedio Sant'Anna de Sousa, a 29 de Fevereiro de 1892, é nomeado, a seu pedido, para Sancul. Ficava, desse modo, exonerado de amanuense para assumir o lugar de regedor e professor de Sancul.²⁸⁶⁴ Será exonerado a 26 de Outubro de 1893²⁸⁶⁵ e transferido, a seu pedido, para Angoche, a 21 de Novembro de 1893.²⁸⁶⁶ A 2 de Junho de 1897, por boa informação prestada pelo inspector da fazenda provincial é nomeado provisoriamente para exercer o cargo de amanuense da repartição da fazenda provincial.

11.6. O poder local e os professores

Os municípios e as câmaras são os órgãos da administração mais próximos do professor e, por isso, o grau de conflitualidade aumenta, assim como as queixas mútuas, tanto mais que cabia aos municípios grande parte das aquisições para um bom funcionamento da escola.

Na cópia do ofício que a professora anexa, datado de 13 de Junho de 1896, do Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, este reconhece como verdadeiro que, de acordo com a nota primeira do número 12º do artigo 123º do código administrativo, a Câmara tem de subsidiar os professores com a verba estipulada no orçamento, que é de 200000 réis anuais, bem como fornecer livros e mobília necessários, pelo que se devem dirigir

²⁸⁵⁸ B.O., 27/04/1895, nº 19 p. 187.

²⁸⁵⁹ B.O., 27/03/1897, nº 13 p. 136.

²⁸⁶⁰ B.O., 31/12/1888, nº 2 p. 18.

²⁸⁶¹ Portaria G.G., nº 325. B.O., 8/06/1889, nº p. 361.

²⁸⁶² B.O., 4/10/1884, nº 40 p. 185.

²⁸⁶³ B.O., 23/05/1885, nº 21, p. 139.

²⁸⁶⁴ B.O., 5/03/1892, nº 10 p. 86.

²⁸⁶⁵ B.O., 28/10/1893, nº 43 p. 612.

²⁸⁶⁶ B.O., 25/11/1893, nº 47 p. 659.

ao Governo quaisquer outras requisições.²⁸⁶⁷ É patente o relacionamento dos poderes e a sua influência na actividade educativa.

O Padre António Dias Simões elabora, em 7 de Fevereiro de 1892, uma cópia do documento de 21 de Dezembro do ano anterior, em que o Presidente da Câmara responde ao Administrador do Concelho que não consta na Secretaria que tenha deixado de ser satisfeita qualquer requisição do docente. Assinaram pela Comissão Municipal o Vice-presidente José Rodrigues do Amaral e o escrivão Luis de Sousa Amado. Apesar disso, a Comissão Municipal argumenta com falta de verba no orçamento para não poder fornecer a requisição ultimamente formulada pelo professor.²⁸⁶⁸

O Padre António Dias Simões deixou testemunhos relativamente abundantes das suas acções burocráticas. Incluindo cópias de documentos da Câmara que interessavam aos seus propósitos e com que fundamentava os seus pedidos. Da sua acção, a ideia que fica é a de que é necessária uma persistência notável para conseguir alguns dos objectivos desejados.

Em outra ocasião, vemo-lo comunicar ao Governador-Geral que num terreno que pedia para a escola e em que se encontra uma barraca ao serviço da mesma, teria sido praticado um roubo – 3 rolos de arame com “cerca amanuense”, por um elemento do quadro da secretaria geral que se encontra em outra comissão de serviço a 1500 metros – suspeitando do encarregado de mandar cercar o terreno que, segundo se dizia, pertencia aos herdeiros de Mac-Gregory ou do pessoal que estava encarregue daqueles trabalhos. A porta do local em que se verificara o roubo encontrava-se aberta, pelo que se presume que foi utilizada chave falsa. Provavelmente tudo teria acontecido na quinta-feira anterior tendo-se aproveitado o facto de o Padre se encontrar em serviço na Igreja. Por isso se inclina a pensar que o arame foi empregue a cercar tais terrenos. Quatro indígenas do Machaquene – Manuel, M’timba, Zec’hal e Nagolhussa, por ele chamados, teriam dito que actuaram a mando do inglês e que para ele trabalhavam, tendo retirado os rolos pela janela.²⁸⁶⁹ Volta a referir-se ao roubo do arame aparentemente desviado para cercar um terreno que julgava pertencer à viúva de Mac-Gregory. Refere as quatro testemunhas indígenas do roubo, dizendo que era impossível ter melhor prova. Pensa o professor que, entretanto, nada teria sido feito, uma vez que a barraca foi novamente arrombada. Desta vez não dispõe de testemunhas e duas mulheres indígenas que ouviram o estrondo não viram nada. Ressalta a facilidade de reconstruir a barraca onde tudo se passava e que fora abandonada havia dez anos. O material necessário é pouco, o

²⁸⁶⁷ Escola do sexo feminino, Lourenço Marques, 16/06/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 28

²⁸⁶⁸ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 14/12/1891, cópia de 7/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 36.

²⁸⁶⁹ Lourenço Marques, 13/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 37.

peçoal existe e deveria estar ao serviço das Obras Públicas em vez de andar a servir particulares, “como não tenho a menor dúvida de provar a saciedade”. Também o terreno poderia, em sua opinião, ser expropriado e entregue à escola e cercado com o material que lhe era destinado.²⁸⁷⁰ As suas desconfianças em relação ao peçoal das Obras Públicas voltam a manifestar-se.

O Padre envia ao Governador a requisição que a Câmara não havia satisfeito por falta de verba no orçamento. Já havia sido expedida anteriormente, mas sem resultado. Faz um registo cronológico dos documentos encaminhados. O Padre parece dispor de enorme persistência e responde burocraticamente à burocracia dos poderes instituídos. É um exemplo claro de adaptabilidade ao ambiente em que vive. Uma nota do Governador, à margem do documento, ordena que a requisição seja enviada ao almoxarifado para satisfação dos seis primeiros artigos nas quantidades referidas.²⁸⁷¹

A Confraria de Nossa Senhora do Livramento de Quelimane participa com pequenas verbas para a “instrução”. Em Setembro de 1875 é seu secretário Romualdo de Rafael Patrício, que também desempenhou funções docentes.²⁸⁷² Em cópia de acta de 28 de Junho de 1877, entre outros assuntos, acusa-se a recepção do ofício número 105 do Governador do distrito informando que, por portaria nº 106 do governo-geral, foi transferida a professora Maria de Nazareth Paula Carvalho, da cidade de Moçambique para Quelimane. O Governador do distrito louva os membros da confraria pelo “(...) acerto e zello com que querem aplicar os fundos deste cofre e isto por em tempo se ter deliberado dar cinco mil reis mensais como gratificação à professora”.²⁸⁷³

A câmara não consegue cumprir com as obrigações que, teoricamente, lhe competem. Em Agosto de 1893 continua a notar-se “(...) a falta de livros e outros aprestos para o ensino e o professor diz que os seus pedidos não foram atendidos”.²⁸⁷⁴ Como em Outubro de 1895 quando existe falta “(...) de livros nas escolas desta vila e até de expediente que a câmara não fornece”.²⁸⁷⁵

As Câmaras devem colaborar com o funcionamento das escolas. O esforço no ensino implica um envolvimento mínimo do poder local. No que respeita às instalações em que se desenrolam as actividades lectivas; no suporte em material didáctico mínimo; nas necessidades de material para funcionamento administrativo.

²⁸⁷⁰ Lourenço Marques, 21/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 38.

²⁸⁷¹ Lourenço Marques, 25/04/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 40.

²⁸⁷² Quelimane, 30/06/1877, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8.55, m. 1 (2), doc. 42.

²⁸⁷³ Quelimane, 30/06/1877, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8.55, m. 1 (2), doc. 62.

²⁸⁷⁴ *B.O.*, 9/12/1893, nº 49, p. 695.

²⁸⁷⁵ *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182

O clima de colaboração com as Câmaras parece, no entanto, experimentar diversas lacunas. O professor da escola primária de sexo masculino de Tete queixa-se, em 1895, das dificuldades para obtenção de material solicitado à Câmara:

“Acerca do expediente é claro que os alumnos não o compram e até hoje desde que foi extinto o districto e que a repartição de Fazenda o deixou de fornecer a Cammara Municipal apesar de todas as requezições feitas ainda se não dignou prover a tal a não ser a Comissão Municipal sob a Presidencia do Exmº Snr. Capitão Fialho que me forneceu um frasco de tinta, uma resma de papel pautado canetas lapis do que já muito pouco existe.

Fiz ha poucos dias uma requezição a Cammara de expediente e ella se recuzou a dal-o.”²⁸⁷⁶

Os nomes das composições camarárias revelam uma certa rotatividade dos seus membros, uma certa “elite” política e social que domina os cargos locais.

11.7. Docentes e pessoal auxiliar

De uma maneira geral os professores não dispõem de pessoal auxiliar. Os pedidos relativos à obtenção de ajudantes por parte dos docentes, apesar de frequentes, não são fáceis de satisfazer.

Em Chiloane, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva envia mapa de movimento a 3 de Fevereiro de 1890. Nele acrescenta que, para realizar a sua tarefa, necessita de recursos pecuniários para engajar outra pessoa que o auxilie na escrita, o que não pode fazer a suas expensas.²⁸⁷⁷

Em Lourenço Marques, o Padre António Carlos Pires dos Santos propõe para o lugar de contínuo Francisco Madijanome.²⁸⁷⁸ Comunicaria, dias depois, que o referido contínuo da Escola Primária se encontra em funções desde 24 de Março.²⁸⁷⁹

11.8. Motivação e empenhamento dos professores - Conflitos e contradições

Um indicador que considerámos elementar para notar as diferenças de empenho dos professores é o que eles próprios escrevem, sob forma de anotações, quando elaboram os mapas de frequência da escola. Nessas anotações ressaltam, muitas vezes, as preocupações e motivações dos docentes.

²⁸⁷⁶ Tete, 22/03/1895, *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 117.

²⁸⁷⁷ Chiloane, 3/02/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 46.

²⁸⁷⁸ Lourenço Marques, 20/03/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 89.

²⁸⁷⁹ Lourenço Marques, 27/03/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 90.

O professor João Caetano Dias explica ao Governador, a 13 de Outubro de 1876, que procura cumprir as determinações dele emanadas quanto aos deveres religiosos dos alunos, apesar de, segundo o docente, não ser totalmente correspondido pelo pároco da freguesia a quem mandara apresentar

“(…) os alumnos matriculados na escolla a meu cargo, para serem por este instruidos na doutrina christã, a fim de poderem ser confessados e commungados, devida e opportunamente; os quais continuando a appresentarem-se àquelle, em todas as Quintas feiras e Domingos de cada semana, pelas oito óras do dia; aconteceu, porém, que à trez semanas para cá, o dito Reverendo Parocho não se tem importado de preencher aquelle dever, de forma que se torna tempo baldado que os mencionados alumnos a elle se apprezentão;”²⁸⁸⁰

As autoridades religiosas e laicas por vezes colidem, também na instrução.

Os conflitos de autoridade entre professores laicos e religiosos também são patentes em outros momentos. Em 11 de Fevereiro de 1886, Guilherme da Silva envia relação dos alunos que nessa data se vieram apresentar à escola em virtude do Pároco da freguesia presumivelmente lhes haver dito que lhe não convinha continuar o ensino gratuito.²⁸⁸¹ Em Chiloane, a 8 de Setembro de 1886, o mesmo professor relata que por convite do Reverendo Pároco da Freguesia, 14 alunos faltaram, tendo-lhes este dito que era ele o professor nomeado e a quem devem obediência. De manhã só apareceram três alunos e à tarde dois e que, pouco tempo demoraram na escola. Tinha já a certeza de estarem os alunos em casa do padre que aí leccionava. Acrescenta que não tem garantia que lhe permita assegurar o ensino obrigatório.²⁸⁸²

O baixo pagamento que é feito aos professores pela sua actividade é uma queixa frequente. Em Quelimane, nos anos de 1887-88, o professor, “filho do paiz”, vence mensalmente a quantia de 25\$000 réis e a professora 16\$666 réis, o que merece do Governador de Distrito o comentário de que “(…) com tão diminutos vencimentos, n’uma terra onde a vida é tão cara, é absolutamente impossivel obter professores habilitados a desempenharem proficientemente os seus misteres.”²⁸⁸³

Nesses anos, os rendimentos dos professores são baixos, particularmente tomando em conta o custo de vida da vila de Quelimane, razão pela qual

(…) a instrucção ministrada é muito elementar, podendo dizer-se que se reduz á leitura, escripta e ás quatro operações sobre inteiros, na escola do sexo masculino; ainda assim, e apesar de ser numerosa a frequencia á escola, pois mensalmente foi frequentada por mais de 70 alumnos, numero assaz elevado para um só professor, em geral tiraram resultado. A frequencia da escola do sexo feminino foi mensalmente de

²⁸⁸⁰ Inhambane, 13/10/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.12.

²⁸⁸¹ Chiloane, 11 de Fevereiro de 1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 21.

²⁸⁸² Chiloane, 8 de Setembro de 1886. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 20.

²⁸⁸³ *B.O.*, 20/10/1888. N.º 42, pagina 630.

25 a 30 alumnas, que também aproveitaram, principalmente nos trabalhos próprios do seu sexo.²⁸⁸⁴

No relatório do ano económico de 1887-1888, chama-se a atenção para a necessidade de melhorar as condições de ensino em Quelimane, particularmente através do recurso a docentes convenientemente habilitados para o ensino, o que só se poderia conseguir mediante a melhoria dos salários da função, já que com

(...) o sensível desenvolvimento que dia a dia vai tendo este districto, torna-se de absoluta necessidade, o augmentar as escolas primarias com professores mais habilitados e competentes, e a quem sejam abonados vencimentos que lhes permittam o viver, se não na abundancia, ao menos com a decencia que lhes exige o seu logar.

É também urgente a creação d'uma escola mais complementar, onde se matriculem os alumnos com o curso da escola primaria, e se possam habilitar, para desempenhar um grande numero de empregos publicos.²⁸⁸⁵

As próprias nomeações e a forma como se desenrolavam poderiam gerar alguns problemas. Maria Eulalia de Carvalho Magalhães explica, a 19 de Julho de 1890, que lhe constara extra oficialmente ter sido nomeada professora interina do sexo feminino da vila de Quelimane, pedindo, por isso, instruções.²⁸⁸⁶ Fora nomeada a 10 de Julho de 1890 e exonerada a 21 de Novembro do mesmo ano.²⁸⁸⁷ As sucessivas colocações e exonerações de professor, assim como as doenças que vitimavam muitos deles originavam um contínuo movimento de instabilidade no cargo de professor que se revelava contraproducente para todos os intervenientes: para os alunos, que ciclicamente mudavam de métodos e processos de ensino/aprendizagem; para os docentes, que não conseguiam cumprir as suas funções, gerando bastante conflitualidade e desconfiança entre os colocados e os substituídos, para além de toda a débil estrutura educativa ficar ainda mais fragilizada com estas alterações e descontinuidades.

A 21 de Novembro de 1890, Maria Eulália Magalhães acusa recepção de ofício e lamenta não poder cumprir com o que nele lhe é solicitado por o seu estado de saúde não lhe permitir sair da sua habitação já que se acha com febres desde o dia anterior, em que tomara conta da escola. Estranha que o despacho lhe entregasse a escola num dia e a retirasse no seguinte:

Meu marido não pediu nem se empenhou com auctoridade alguma para que eu fosse nomeada para professorado, limitou-se unicamente a um pedido feito pela professora que é a minha mãe, a qual desejava obter licença registada para seguir para Lourenço Marques, e para annuir aos bons desejos do Exmº Sr. Governador deste districto meu marido annuo aos desejos da mãe.

²⁸⁸⁴ B.O., 20/10/1888. N.º 42, p. 630.

²⁸⁸⁵ B.O., 20/10/1888. N.º 42, p. 630.

²⁸⁸⁶ Quelimane, 19/07/1890. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 10.

²⁸⁸⁷ Portaria G.G., nº 276 e portaria G.G., nº 509. B.O., 22/11/1890, nº 47 p. 494.

Quanto ao resto faria o Governador o que entendesse “(...) na certeza de que eu deffenderei os meus direitos que me confere o despacho de Sua Ex^a o Sr. Conselheiro Governador Geral d’acordo com a Sua Ex^a o Sr. Governador d’este districto.” E termina lembrando “(...) que em direito são preferiveis os despachos posteriores aos anteriores.”²⁸⁸⁸ Ermelinda de Carvalho e Conceição comunica em 22 de Julho que não compareceu até à data a professora interina Maria Eulália Carvalho Sousa Magalhães para lhe ser feita a devida entrega. Resolveu tomar conta de tudo o que existia na escola, agora interinamente a seu cargo.²⁸⁸⁹

A 2 de Outubro de 1894, Elvira da Conceição Billiter da Cunha comunica que retomava funções, tomando posse da escola do sexo feminino que lhe foi dada pelo Escrivão da Câmara Municipal que, na altura, inventariou os artigos a ela pertencentes.²⁸⁹⁰ Envia mapas relativos a meses de 1894 e 1895.²⁸⁹¹ Verifica-se um permanente ambiente de alguma desconfiança entre os professores.²⁸⁹²

Marcos António de Souza Bellarmino, em Quelimane, a 31 de Dezembro de 1862, envia mapa estatístico da cadeira de instrução primária.²⁸⁹³ Encontrando-se em Moçambique, a 15 de Junho de 1864, foi demitido pelo Rei a 16 de Maio desse mesmo ano, por informação dada pelo Governador-Geral da Província em ofício de 30 de Março de 1863. Havia sido nomeado por decreto de 30 de Abril de 1862.²⁸⁹⁴ A 26 de Junho de 1862, pede que, alternativamente, se lhe mande abonar vencimento anual de trezentos mil réis e seja colocado no quadro dos oficiais da fazenda da armada, ou ainda que lhe concedam dois anos de licença sem vencimento para tratar dos seus negócios. O Governador-Geral dirigiu o requerimento ao Paço que respondeu: 1º que o ordenado estabelecido para os professores de 1ª classe é de 200\$000 réis; 2º que não há lugares para onde pretendia entrar, uma vez que foram extintos pelo Decreto de 6 de Setembro de 1859. 3º porque não alegando motivo que justifique a licença; “(...) não seria acertado deixar uma escola sem professor por tão longo praso como é dois anos.”²⁸⁹⁵

Miquelina Augusta da Silva Amado toma posse da escola, em Quelimane, pelas 10 horas da manhã, com assistência do Chefe da polícia, sendo-lhe feita entrega pelo alferes

²⁸⁸⁸ Quelimane, 19/07/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 11.

²⁸⁸⁹ Quelimane, 22/07/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 12.

²⁸⁹⁰ Quelimane, 2/10/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 38.

²⁸⁹¹ Quelimane, 4/11/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 39. Quelimane, 3/12/1894, doc. 40. Quelimane, 16/01/1895, doc. 41. Quelimane, 9/02/1895, doc. 42.

²⁸⁹² Quelimane, 12/02/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 43.

²⁸⁹³ *B.O.*, 29/08/1863, nº 35, p. 159..

²⁸⁹⁴ *B.O.*, 19/11/1864, nº 47, p.241.

²⁸⁹⁵ *B.O.*, 13/12/1862, nº 30, p. 241.

António Joaquim da Cunha Júnior, procurador de Elvira da Conceição Billiter da Cunha. Comunica que a escola só poderia funcionar na 5ª feira seguinte porque ainda não estavam concluídas as obras.²⁸⁹⁶ Durante 1894, Miquelina Augusta da Silva Amado envia mapas.²⁸⁹⁷ Comunicará, a 25 de Maio que deixa de dar aulas durante alguns dias por motivo de doença, que comprova juntando atestado médico.²⁸⁹⁸ A mestra comunica que, quando se apresentou na escola de Quelimane, de regresso do Reino, pelas oito horas da manhã, para lhe ser feita entrega pela professora interina, Elvira da Conceição Billiter da Cunha, esta não compareceu, mas sim o seu marido, alferes Cunha que “(...) sem cousa alguma me dizer abriu a porta e retirou, mandando-me momentos depois e por um moleque dizer, que estava feita a entrega.” A professora regressada solicitou a presença de duas testemunhas e com elas entrou na casa da escola inventariando o que aí encontrou e que envia em relação junta. Para os devidos e legais efeitos tudo comunica aos Governador e Presidente da Câmara.²⁸⁹⁹

Logo em 26 de Janeiro de 1894, tenta esquecer o equívoco que considera haver em torno da sua nomeação para o cargo. Acrescenta que pediu confirmação do lugar e que não tem culpa de que no “Ministério da Marinha ignorassem que eu era professora em Quelimane desde 1 de junho de 1892.”²⁹⁰⁰ Os acontecimentos nem sempre correm regularmente, do ponto de vista formal e são, por vezes, causa de alguma tensão.

A mesma professora dirige requerimento, a 28 de Janeiro, ao Governador do Distrito da Zambézia, em que pede ao Vice-almirante Governador-Geral para lhe ser feita justiça sobre a preterição que diz ter sofrido, “injustificadamente, no lugar de professora de instrução primaria elementar do sexo feminino”.²⁹⁰¹

Miquelina Amado envia um livro sem termos de abertura e encerramento mas com ofícios registados de diferentes professoras desde 4 de Junho de 1884 a 5 de Dezembro de 1890, não se achando registados os ofícios que se tenham eventualmente feito até à sua posse. Esta atitude parece uma forma de tentar desacreditar o trabalho de quem desempenhou o cargo anteriormente. Também o livro de matrículas estaria por escriturar desde Outubro de 1888 e remete-o igualmente para substituição. Não existe livro de registo de frequência e aproveitamento. Envia três volumes para serem rubricados pelo Governador com respectivos termos de abertura e encerramento destinados a: Registo de correspondência; Matrícula;

²⁸⁹⁶ Quelimane, 1/02/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 31.

²⁸⁹⁷ Quelimane, 3/03/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 33. Quelimane, 7/05/1894, doc. 34. Quelimane, 6/06/1894, doc. 36. Quelimane, 5/07/1894, doc. 37.

²⁸⁹⁸ Quelimane, 25/05/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 35.

²⁸⁹⁹ Quelimane, 12/02/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 43.

²⁹⁰⁰ Quelimane, 26/01/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 29.

²⁹⁰¹ Quelimane, 28/01/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 30.

Registo de frequência e aproveitamento.²⁹⁰² A burocracia pode, em casos como este, servir como “arma de arremesso” e uma forma de valorização pessoal perante a comparação com o desempenho de outrem.

O horário das actividades escolares é, muitas vezes, um outro problema. Um padre professor tem de harmonizar as suas diferentes actividades perante uma clientela nem sempre compreensiva ou colaborante, mesmo, por exemplo, para o cumprimento das obrigações religiosas. O Padre João Baptista de Sousa, responsável pela paróquia de Quelimane, explica que pode dizer missa às 8 horas. Procedeu à publicação de um anúncio na porta da Alfândega e outro na da Igreja, para evitar censura dos fregueses que acham que a hora é muito cedo. Outros dizem que não deve ser às 9 horas, porque é hora do almoço; outros opinam que às 10 horas é tarde; outros que não é ele capelão do Batalhão para dizer a missa quando os militares querem. Isto, apesar de nenhum dos que falam assistir à missa, aspecto que acentua.²⁹⁰³

O mesmo padre expõe à Secretaria do Governo de Quelimane as desvantagens da missa às 10 horas: inconvenientes para a saúde pública; para a religião; muita gente falta; é hora de muito calor; há necessidade de harmonizar “a comodidade dos povos com os preceitos da Religião, sem ir de encontro aos usos e costumes dos habitantes”. De acordo com o parecer do Reverendo Vigário da freguesia a missa deveria ter lugar às 8 horas da manhã.²⁹⁰⁴

A 21 de Dezembro de 1881 interinamente encarregado da escola em Tete, Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla é igualmente o Comandante do destacamento de Caçadores nº 5 e dirige-se ao Governador de Distrito ironizando com a “agradável impressão” causada pelo ofício que este lhe endereçara e “(...) pelo qual me exonera do cargo de professor d’instrucção primaria desta Villa por eu não poder exercer este cargo por acumular com o do Juiz ordinario, que bem entendido, e leigo como sou, não sabia se era professor da villa ou do Districto.” Continua dizendo que não solicitou favores do Governador, nem o fará no futuro. Lembra que foi o Governador como intermediário de Custodio Joaquim Barreto Xavier que lhe pediu para aceitar o cargo “(...) com que não me honrava nem me deshonrava, não necessitava d’elle como não necessito para minha manutenção; (...)”.

Aceitou para aceder ao pedido do Governador. Devolve documentos que como remuneração lhe haviam sido entregues pela Fazenda e acrescenta que não será ele

“(...) o mesquinho de me esquecer de proposito de chegar a primeira auctoridade a minha casa pedir-me o obsequio d’aceitar esse cargo que hoje me é tirado com meo

²⁹⁰² Quelimane, 7/02/1894. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 32.

²⁹⁰³ Paroquial de Quelimane, 8/09/1868. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 7.

²⁹⁰⁴ Secretaria do Governo de Quelimane, 8/09/1868. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 7.

maior praser (...). Dirá sempre que correspondeu ao pedido da autoridade e conclui: “Seria eu o parvo que não comprehendesse que não fazendo eu a vontade a essa primeira auctoridade n’um processo crime que se move contra ella seria mantido no lugar de professor? Não. Esperava para conhecer o fundo d’essa auctoridade... Agora está cumprida a minha prophesia! E ainda bem que o lugar de profesor é subsequente a do Juiz ordinario; mas o bom e o engraçado está não na convicção dessa auctoridade de vêr o serviço que cada funcionario presta mas na pouca advertencia em vêr muito no alheio e pouco em si – Tenho concluido.”²⁹⁰⁵

A instabilidade que em certos períodos se vive nas localidades não pode deixar de reflectir-se no funcionamento da própria escola. A 14 de Maio de 1890, Francisco Xavier d’Araújo comunica ao Governador-Geral, “com profunda magoa”, que no dia anterior pelas 3 horas da tarde, enquanto vinha para a escola o aluno José Romão Xavier, foi preso na rua D. Luis por ordem do comandante do Batalhão de Caçadores nº 5, Luis Cândido de Almeida, pelo 1º cabo da 4ª companhia do mesmo corpo e, em seguida, conduzido para a praça de S. Tiago Maior e retido no calabouço geral, e remata que há

“(...) para lamentar que este factos abusivos dessem com umas auctoridades que deviam antes concorrer para o engrandecimento da Instrucção publica que é tam imperiozo n’este paiz, do que atemorisar os alumnos com pregãos e amiaças e fazer com que os mesmos não frequentam a eschola com receio de serem prezos; como hontem mesmo deixaram de comparecer a maior parte d’elles, e hoje infelizmente acho-me sem nenhum.”²⁹⁰⁶

Com o aparecimento das missões, locais como o Zumbo não justificam a existência de escolas e professores, entre outras razões, pela racionalização de recursos que se considera imperativa. Em nota a documento do professor João Innocencio Mendes, em que pede colaboração das autoridades para a instrução, datada de 1 de Janeiro de 1897, pode ler-se a seguinte nota: “As providências que eu lhe daria, se podesse, era visto não haver no Zumbo alumno que queira frequentar a escholla e os que há vão para a dos padres, era dar-lhe (...) uma collocação onde não estivesse ganhando sem nada fazer.”²⁹⁰⁷

Os professores são acusados de diferentes delitos, desde tráfico de escravos a roubos e falsificação de documentos. No distrito de Angoche, em Sangage, no ano de 1895, existe um processo em que é autor o guarda-fiscal contra o professor regedor daquela localidade. São anexados por João Pedro Dias Costa dois documentos respeitantes ao professor de Sangage acusado de escravagista.²⁹⁰⁸

Em cópia de documento de 3 de Maio de 1895, na Delegação da Alfândega de Moçambique em António Enes, assinada pelo Aspirante Julio José Ribeiro, o encarregado de

²⁹⁰⁵ Tete, 21/12/1881, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 51.

²⁹⁰⁶ Tete, 14/05/1890, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 93.

²⁹⁰⁷ Assinatura ilegível. Zumbo, 14/12/1896, A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.6 m. 1 (1), doc. 1.

²⁹⁰⁸ 16/05/1895. A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 1.

posto fiscal de Sangage, Vicente Casimiro de Sousa comunica ao Chefe da mesma delegação da Alfândega que o regedor professor de Sangage faz escravatura. Aí teria comprado duas negrinhas: uma nos meses passados e outra naquela altura. Ainda se preparava para comprar um “muleco”. Uma das negrinhas queria o dito regedor professor mandar para Moçambique na primeira oportunidade, para um recebedor chamado Rubem. Por isso pede se pode dar destino a esta negrinha ou não.²⁹⁰⁹

Em cópia de outro de documento, o encarregado do posto fiscal de Sangage comunica ao Chefe da Delegação da Alfândega em António Enes que tem testemunhas para prova do assunto em questão. Trata-se de todos os negociantes da povoação chamados Dalgy, Mamudo, Issá, Matrandás e Daia Judá. Assina Vicente Casimiro de Souza e o Chefe da Delegação da Alfândega de Moçambique em António Enes, a 10 de Maio de 1895.²⁹¹⁰

A inquirição das testemunhas inicia-se em árabe e, em seguida, em português. Todas são unânimes em desconhecer a questão.²⁹¹¹ Primeiro é a vez de Dalgy Mangy, filho de Rangy, natural da Índia inglesa, caixeiro, solteiro, de 21 anos, testemunha jurada segundo o seu rito, residente em Sangage. Questionado sobre a acusação feita pelo guarda-fiscal contra o professor regedor de fazer escravatura, respondeu que não sabe. Perguntado sobre uns criados menores que se diz ter o acusado adquirido, diz também que nada sabe. Lido o seu depoimento ao intérprete Anserage Liquinudás, casado, residente na vila, e guarda-livros da casa comercial, Damados Aunagy, a quem foi deferido juramento pelo Coronel Comandante Militar de bem traduzir as perguntas e respostas fielmente, este assinou depois de lhe ter sido lido em voz alta.

Seguindo idêntico processo, foram questionadas as testemunhas: Issá Aliasse, filho de Alyasse, natural da Índia inglesa, caixeiro; Matrandás Randás, filho de Randás, natural da Índia inglesa, caixeiro; Daia Jutá, filho de Jutá, natural da Índia inglesa, caixeiro; Hafaze, filho de Cheiboanate, natural de Moçambique, também comerciante. Todos responderam que do caso nada sabiam ou haviam presenciado que pudesse comprovar a acusação.

Uma outra oriunda nota de António Enes, a 17 de Maio de 1895, assinala que se junte também a resposta do regedor de Sangage para ser tudo remetido ao Conselheiro Secretário-geral.²⁹¹² João Pedro Dias Costa conclui o processo, que envia ao Conselheiro da Secretaria-geral nesta mesma data.²⁹¹³

²⁹⁰⁹ A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 2.

²⁹¹⁰ A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 3.

²⁹¹¹ A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 4.

²⁹¹² A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 5.

²⁹¹³ A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 2 (7), doc. 6.

Em Ampapa, José Dionisio Casimiro Pereira fora nomeado, a 18 de Julho de 1891, regedor e professor local.²⁹¹⁴ É exonerado a 1 de Maio de 1894, de ambos os cargos por, no dia 6 do mês anterior, quando uma quadrilha de namarraís assaltou as lojas e a casa do próprio regedor, ter dado provas de cobarde, a ponto de fugir recusando os meios de defesa aos soldados e pretos que se achavam na referida casa.²⁹¹⁵

Eugenio Victor de Lima, transferido em 7 de Agosto de 1884, do Mossuril para Ampapa,²⁹¹⁶ acabaria demitido, a informação do capitão mór das terras firmes, em 13 de Dezembro de 1884, por irregularidades cometidas e não especificadas.²⁹¹⁷

Em 1889, em Angoche, o professor Apolinário Soares após ser substituído por Domingos António Martins, merece críticas da tutela:

“(…) O professor Apolinário Francisco Xavier Soares que em 18 seguiu para a capital, afim de ser presente a Junta de Saúde, tinha apenas um rapaz que frequentava a escola; o actual, nomeado interinamente por este governo e que exerce tambem o cargo de escrivão da delegação, no immediato dia em que tomou posse do professorado, appareceram por suas diligencias, 6 alumnos e presentemente tem os 9 de que acima fallo e constam do mappa que envio, dos quaes, 8, tiveram frequencia effectiva e um regular. Attestados firmados por mim e passados ao referido professor Apolinario Soares, com data anterior a esta informação, não devem ter valor algum, pois só agora conheço o desmazelo que votava ao cargo que se achava desempenhando.”

Os problemas no exercício das funções administrativas da Província não eram exclusivo dos professores. Arthur Antonio Matheus Serrano, no Mossuril, a 21 de Junho de 1886, é repreendido por copiar abusivamente um documento reservado na ausência do secretário-geral.²⁹¹⁸ A 13 de Julho de 1886, é exonerado a pedido, num acto que, provavelmente, estará relacionado com a anterior repreensão.²⁹¹⁹

A documentação prova que muitos administrativos (do Estado) não cumprem o quadro legal, à semelhança dos professores nomeados. Jacintho Hermogenes de Souza, em 11 de Dezembro de 1884, é nomeado para exercer o cargo de amanuense da secretaria-geral,²⁹²⁰ como amanuense extraordinário.²⁹²¹ A 30 de Março de 1885 é provido no lugar de amanuense do quadro da secretaria-geral. Em 16 de Maio 1885, por pretensão sua, é nomeado para exercer em comissão o lugar de escrivão verificador da alfândega de Chiloane.²⁹²² Enquanto escrivão e verificador da alfândega, e encarregado da sua direcção, seria acusado em portaria

²⁹¹⁴ *B.O.*, 25/07/1891, nº 27 p. 293.

²⁹¹⁵ Portaria G.G., 215. *B.O.*, 12/05/1894, nº 19 p. 253.

²⁹¹⁶ *B.O.*, 9/08/1884, nº 32 p. 144.

²⁹¹⁷ Portaria G.G., nº 294. *B.O.*, 20/12/1884, nº 51 p. 240.

²⁹¹⁸ Portaria G.G., nº 236. *B.O.*, 26/06/1886, nº 26 p. 308.

²⁹¹⁹ *B.O.*, 17/07/1886, nº 29 p. 355.

²⁹²⁰ *B.O.*, 13/12/1884, nº 50 p. 236.

²⁹²¹ *B.O.*, 4/04/1885, nº 14, p. 104.

²⁹²² *B.O.*, 23/05/1885, nº 21, p. 139.

de 7 de Janeiro de 1887, assinada pelo Governador-Geral Augusto de Castilho, de que “(...) não só falta ao cumprimento dos seus deveres, despreza o serviço a seu cargo, abusa das funções que lhe estão commettidas, mas ainda quando amigavelmente advertido, pratica faltas de respeito, quer por palavras quer por escripto contra os seus superiores legitimamente constituídos; (...)”, razão suficiente para confirmar a suspensão imposta ao escrivão pelo Governador de Distrito de Sofala e ainda acrescentar-lhe seis meses “(...) mandando que na primeira oportunidade recolha a esta capital afim de cumprir as ordens que lhe forem dadas.”²⁹²³ Foi substituído por Manoel da Costa Rebello, alferes de caçadores nº 3, provisoriamente, em 19 de Dezembro de 1887, acto confirmado em 7 de Janeiro.²⁹²⁴ A 3 de Julho de 1891, o Boletim Oficial relata, em *Ocorrências extraordinárias*, que no comando militar de Aruangua deu à praia o seu corpo em muito mau estado.²⁹²⁵ Em 30 de Junho de 1891 naufragara fora da barra de Aruangua o navio do negociante Geo Vaghi que vinha de Chiloane. O socorro fora impossível. O primeiro corpo chega à costa no dia 1 de Julho. Já entretanto chegara à praia uma mala que se julgou pertencer ao escrivão da alfândega de Chiloane, Jacintho Hermogenes de Sousa, contendo roupa e um lenço com dinheiro. No dia 6 seria o próprio corpo a aparecer, bastante desfigurado, sendo enterrado imediatamente devido ao adiantado estado de decomposição.²⁹²⁶

Também se detectam irregularidades nos tempos de acumulações e doença, aproveitando a ineficácia da fiscalização do Estado. João Antonio Abranches de Sousa, requereu seis meses de licença, em 1865, como amanuense interino de 2ª classe do quadro dos empregados da secretaria geral do governo para ir ao Reino, pretendendo que se lhe reserve o lugar para quando regressar à Província. Atendendo às necessidades, o Governador entende deixar o lugar “desembaraçado” para que a ele possam concorrer outras pessoas habilitadas e exonera o requerente.²⁹²⁷ A 18 Janeiro de 1886, é-lhe concedida exoneração de “amanuense do quadro da secretaria geral”, cargo que acumulou até então.²⁹²⁸ A 12 Agosto 1892, é inspeccionado pela Junta de Saúde determinando que siga para o Reino na primeira oportunidade.²⁹²⁹ A 30 de Janeiro de 1893, reassume funções após gozo de licença.²⁹³⁰ A 19 de Janeiro de 1897, é declarado em portaria o tempo de serviço efectivo prestado na Província.²⁹³¹ A 8 de Fevereiro de 1897, desliga do serviço por ser julgado incapaz pela Junta

²⁹²³ B.O., 7/01/1888, nº 1, p. 9.

²⁹²⁴ Portaria G.G., nº 39. B.O., 7/01/1888, nº 1, p. 9.

²⁹²⁵ B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 442.

²⁹²⁶ B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 442.

²⁹²⁷ B.O., 18/11/1865, nº 46, p. 103.

²⁹²⁸ B.O., 23/01/1886, nº 4 p. 26.

²⁹²⁹ Portaria 367. B.O., 20/08/1892, nº 34 p. 353.

²⁹³⁰ B.O., 4/02/1893, nº 5 p. 82.

²⁹³¹ B.O., 23/01/1897, nº 4 p. 25.

de Saúde.²⁹³² Em 7 de Abril de 1897, pede para ser aposentado com 24 anos, 4 meses e 2 dias de serviço, sendo-lhe concedida a pretensão com ordenado anual de 288\$000 réis.²⁹³³

²⁹³² *B.O.*, 13/02/1897, nº 7 p. 67.

²⁹³³ *B.O.*, 26/06/1897, nº 26 p. 232.

12. Perspectivas sobre a educação na Província

A educação no território moçambicano espelha diferentes perspectivas dos múltiplos intervenientes.

A perspectiva iluminista da educação como luz que irá guiar e retirar do obscurantismo as populações ignotas do território perpassa na maior parte da documentação oitocentista. A educação como redentora do Homem, que sem ela estaria condenado ao estado mais primitivo da classificação humana. O “obscurantismo” é a expressão encontrada para classificar as formas de vida das populações anteriormente à possibilidade de frequentar a escola. A instrução é vista como um meio de adquirir os rudimentos necessários a que cada um possa “discernir o bem do mal”. O combate à ignorância, considerada um mal, é uma prioridade.

Em Tete, referindo-se às perspectivas existentes de instrução, um conjunto de signatários numa carta ao Governador do Distrito explica que a situação nas meninas é mais grave que nos meninos, já que entre estes últimos “ao menos a insignificante parte d’elles aprende a lêr, escrever e contar, e depois cada um, a força do seu próprio trabalho, adquire algum conhecimento superior, mas incompleto, como é de presumir”.

O professor P^o. Joaquim de Santa Ritta Montanha, vigário de Inhambane, envia em 8 de Outubro de 1866 um Projecto de Regulamento Interno para a Escola Régia de que estava encarregado, uma vez que julga indispensável a sua existência para um funcionamento regular do estabelecimento – comportando aspectos como o horário, missa, higiene, cortesia, hierarquia, contenção de comportamento e palavras. Os vários artigos são elucidativos:

Artº 1º A Escola de Verão, isto he desde o mez de Outubro, ate fim de Março abre se de manhã às 9 horas, e acaba às 10 horas; e de tarde das 3 às 5 horas; De Inverno, isto he desde o mez de Abril ate Agosto, de manhã das 9 às 11 horas, e de tarde das 3 às 5; Artº 2º Todos os meninos alumnos são obrigados, ou devem vir todos os sabados assistir à missa, e durante ella cantarem o terço, e depois se cantará a Ladinha de Nossa Senhora; Artº 3º Todos os meninos deverão assistir à Missa nos Domingos e Dias Santos, e em todos os dias que seu Mestre lhe ordenar que venhão a Igreja. N.B. O constante destes dois artigos se entende com os alumnos Christãos; Artº 4º Todos os alumnos deverão ter todo o cuidado com as suas lições, quer de ler, ou escrever, quer de contas, e ter a (.....) de as ter sempre limpas e aceidas; Artº 5º Todo o alumno que quebrar, perder, ou estraviar os objectos da Escola que se receberão da Fazenda, e que forão dados a Escola, os deverá suprir com igual objecto, ou pagar conforme o que a Fazenda arbitrar; exceptuão-se os objectos que se gastão ou se deteriorão por sua natureza, como são pennas e lappis que se gastão e deteriorão, e papel que se enche; Artº 6º Nas Escriptas e contas deverão ter todo o cuidado de não

deitar burões de tinta, ou rasgar, nem sujar com as mãos; Artº 7º Quando entrar na Escolla alguma pessoa a quem se deva fazer cortesias, como por exemplo a pessoa do Illmº Snr. Governador, ou algum dos Senhores moradores, todos os alumnos se levantarão, e ficarão de pé nos seus logares, ate que seu Mestre os mande sentar, ficando em silencio; Artº 8º Todos os alumnos tem obrigação de respeitar o seu Mestre, quer na Escolla, quer fora della, e quando o encontre na rua tirar o chapéu, e cortejar: o mesmo farão ao Illmº. Snr. Governador, e mais Auctoridades do Pais, e a todos os mais moradores cortejar ao passar por elles; Artº 9º Na Escolla os meninos não devem conversar, nem brincar, e só sim tratar das suas lições; Artº 10º Todas as sextas feiras de tarde haverá ensino de Doutrina Christã, tanto para os alumnos Christãos, como para quem mais quizer ouvir, e aprender; Artº 11º Os meninos alumnos ao sahir da Escolla não sahirão fazendo algazaras e gritos; Artº 12º He inteiramente prohibido entre os mesmos alumnos o altercarem razões, e darem pancadas uns nos outros dentro e fóra da Escolla, ou fazerem bulhas, uzando de más palavras; Artº 13º Todo o que faltar a estes preceitos, será castigado por o seu Mestre conforme julgar da culpabilidade da falta, ou do aluno, e da capacidade do mesmo; Artº 14º Este Regulamento terá vigor, e será posto em execução logo que o Illmo. Snr. Governador do Districto como Administrador do Concelho o aprove.²⁹³⁴

Além dos aspectos relacionados com a convivência entre os alunos, existe a preocupação clara com os fundamentos da religião cristã (para os alunos que forem cristãos ou como tal considerados), mas tendo o cuidado de indicar que é a estes que se destinam a civilidade e a transmissão de aspectos nomotéticos, nomeadamente na forma como devem ser cumprimentados indivíduos de fora da escola. É uma perspectiva europeia que se procura transmitir nos comportamentos educativos expressos no Regulamento.

Sobre as concepções de educabilidade dos negros, o residente de Gaza declara, em 1888, não saber

(...) em que se tem fundado alguns escriptores para affirmarem que o preto não é susceptivel de educação e que não é intelligente.

Não posso entrar bem n'estas apreciações, por que me faltam os conhecimentos necessarios, mas o que ninguem me pode contestar são os conhecimentos práticos que tenho adquirido no convivio d'estes povos, podendo affiançar que são intelligentes e susceptiveis de educação, dependendo apenas dos meios que se adoptem o conseguirmos os fins que desejamos obter.

Estabelleçam-se n'estas terras escolas de officios onde as creanças dos dois sexos sejam tiradas do convivio dos pais, e se obterá uma geração futura que nos servirá de grande auxilio na grande obra de civilisação d'estes povos.

N'estas escolas, alem dos differentes officios, deverá haver uma secção de agricultura, onde theorica e praticamente se mostre a estes povos os seus rudes processos até hoje seguidos, instigando-os a mudarem de systema, em vista dos bons resultados obtidos pelas escolas.

Substitua-se a enchada pelo arado e com isso já daremos um grande passo no caminho do progresso, porque deixará de haver, quasi, a necessidade que esta gente hoje tem de possuir muitas mulheres para as empregar na agricultura.

Isto modificará muito os uzos e costumes d'esta gente.

²⁹³⁴ Inhambane, 8/10/1866. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 2.

Os povos que habitam este vasto territorio, são doces, ainda os dominantes; e não será difficil, a mesmo a estes, fazer-lhes mudar pouco a pouco a sua maneira pouco sensata no viver.

Para se conseguir este fim, será preciso estudar-se o modo de substituir por um systema mais racional, as necessidades que elles hoje tem; mas de maneira que a familia reinante e as nobres obtenham um certo bem estar para que, em lugar de se opporem ao nosso trabalho de civilisação, nos auxiliem: deixando de empregar estes povos em constantes guerras e para que o resto do tempo o não gastem n'uma ociosidade condemnavel.”²⁹³⁵

Documento exemplar na percepção dos interesses coloniais e das estratégias de aculturação que, tendo por base a economia e o bem-estar, alterariam, sem violência e guerra, os costumes autóctones. Salienta-se o reconhecimento do africano como inteligente e capaz, à semelhança do europeu, desde que se consiga alienar a influência da família na educação.

Modificação de costumes, aproveitamento da docilidade, apropriação do tempo dos africanos pela introdução dos ofícios são algumas das preocupações que presidem às tentativas de educar, outras tantas formas de «socializar» no interesse dos europeus tendo em vista o «domínio» num processo sempre escudado na ideia de «progresso». Os «povos» são inteligentes e educáveis, devendo a educação abranger os dois sexos, retirar as crianças do Meio, o que constitui um método mais produtivo e eficaz. A transformação é possível desde que a elite esteja cativada para ela.

Nesse mesmo ano de 1888, o residente em Gaza sustenta que, enquanto o governo não estabelecer as escolas necessárias no país, sejam criadas oficinas, junto ao residente, respectivamente de carpinteiro, de serralheiro e ferreiro pela necessidade desses ofícios junto dos indígenas e “(...) porque assim se principiava a crear um certo numero de necessidades e gostos pelos resultados obtidos n'estas officinas.” Necessita apenas de dois mestres, carpinteiro e ferreiro, que poderiam ser fornecidos pela escola de ofícios de Moçambique; por exemplo dois rapazes que, mediante pequenos salários, pudessem ser contratados. Sublinha a utilidade das suas sugestões com o facto de lhe terem sido entregues pelo Ngungunyane três rapazes para aprenderem ofícios e acrescenta que poderia obter do régulo mais alguns se dispusesse dos necessários mestres.²⁹³⁶

O professor de Sofala, em 1881, Adriano Augusto Gomes de Faria, revela uma posição pouco favorável quanto ao carácter dos africanos, considerando ser “(...) a instrução, a par da religião, um agente poderoso para o progresso e civilização das gentes, bem como um meio poderoso para enfraquecer as almas dotadas de ma índole a que mais abunda na raça indígena (...)”. Aproveita para criticar o facto de não existir verba disponível para o ensino,

²⁹³⁵ B.O., 11/02/1888, n.º 6, p. 86.

²⁹³⁶ B.O., 11/02/1888, n.º 6, p. 89.

referindo que não há qualquer verba para despesas da escola na ilha, nem a Fazenda Pública do local tem fornecido “cinco réis” para compra de papel, lápis, tinta, aparos, colocando o professor na dura necessidade de fornecer estes artigos a expensas próprias.

Explicita que cabe à escola o combate às trevas, aspecto tanto mais importante quando se considera o ensino de africanos. O mestre ressalta o estado deficiente da escola, que define e caracteriza como um instrumento poderoso para fazer a civilização das gentes e aconselha a sua mudança para outro edifício público.²⁹³⁷

A única forma de promover a instrução no território de forma eficaz, segundo muitas opiniões, consiste em tornar o ensino obrigatório. Como defende tenazmente o professor Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, “filho da terra”, como a si próprio por diversas vezes se refere, que a 31 de Dezembro de 1882 propõe providências para “(...) levar à sorte dos meus Patrícios o melhor estado de adiantamento.” Em primeiro lugar, argumenta que os alunos poderiam ser em dobro dos que constam dos mapas enviados. Para os chefes de família, com poucas excepções, basta saber assinar o nome e escrever mal, sem consciência da “cultura que lhes é necessária para um futuro mais lisongeiro”. A função da escola é, também, “dominar”. A primeira providência que aponta consistiria em tornar o ensino obrigatório para todos os mancebos com mais de oito até onze anos para, dessa forma, dominar os vícios inveterados “nos que delles estão ainda menos dominados”. Tratar-se-ia de fazer com que os alunos entrassem na “estrada da utilidade” em “paragens onde o voo da civilização ainda é tão curto”. E “dominar” pode também ser sinónimo de “civilizar”, obrigando os habitantes da ilha sem excepção de raça ou cor a enviar os filhos ou tutelados à escola e compelindo os chefes de família ao pagamento de leves multas para o cofre público, para o município, facilitando a sua liquidação através de trabalho braçal ou em qualquer material de que as obras públicas precisem.

Outras medidas que o professor considera necessárias seriam: rapidez no fornecimento das requisições; o envio à sua Repartição dos Boletins do Governo Geral da Província, como se observa com os mais funcionários, tornando-se de mais necessidade a publicação neles, do Regulamento especial para as escolas de Instrução Primaria que estiver em vigor na capital da Província, “(...) visto actualmente servir-me de norma os actos tradicionais do systema antigo pelo qual fui educado (...)”.²⁹³⁸ Este mestre insiste na escolarização das crianças, uma vez que considera que, a partir de certa idade, a educação é infrutífera.

²⁹³⁷ Chiloane, 1/06/1881. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7

²⁹³⁸ Chiloane, 31/12/1882. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 8.

A 9 de Agosto de 1884, na escola de Chiloane, existiam 35 alunos, alguns de quatro anos de idade. Acha Guilherme Hermenegildo da Silva que essa classe apenas servia para iludir o governo através dos mapas contendo o número de alunos, porque: primeiro, a sua idade não lhes permite compreender o que é ensinado; segundo, “mais sendo todos filhos de indígenas que não tiveram princípios, nem educação que possa auxiliar ao professor os esforços que nessa idade emprega para o melhor resultado”. Como “empregado velho”, declara querer manifestar aos seus superiores a verdade. Desde o início da sua “gerência” poucos são os que ainda existem do total dos que a frequentavam, porque uns assentaram praça, de soldado, voluntariamente, e outros estão retirados para vários pontos do distrito onde têm parentes.

Discorrer sobre o aproveitamento dos alunos pode ser uma forma de criticar os antecessores no cargo de professor. Ezequiel da Silva sugere não ter havido, por parte dos seus antecessores, a vontade de ensinar contrariando os desejos das famílias, o que se traduziria numa mais baixa qualidade do ensino ministrado. Sobre a análise dos conhecimentos de cada um, mesmo os que frequentaram mais tempo, a opinião do professor era a de que estavam atrasados, levando-o a crer que o Reverendo Padre (que o antecederia na função lectiva) os ensinava de forma a não comprometer a vontade dos chefes de família, deixando correr o ensino à vontade dos alunos. Àqueles bastaria que os filhos soubessem assinar dois nomes e dirigir um bilhete, “(...) por isso não posso todas as vezes que tenha de falar sobre o assumpto, deixar de lamentar a necessidade de ensino obrigatório, para evitar que a ignorancia dos pais, não passe neste districto a ser hereditaria para os filhos, quando estes podem vir a ser membros uteis da sociedade.”

Lamenta ainda a falta de um mancebo que possa servir de monitor, como deveria existir em todas as escolas, por não dispor de um aluno deste tipo a quem possa recorrer. Pede que para esse fim que lhe seja dispensado um soldado, “filho do país”, que saiba ler e escrever um pouco, permitindo que a escola o aproveitasse. Apresenta ainda requisição de artigos muito necessários para o funcionamento da classe.²⁹³⁹

A 27 de Outubro de 1884 foca o problema do absentismo dos alunos apontando, como causa para esta realidade, os “vícios” dos mesmos. Entre as justificações para as ausências aponta o que considera “frívolos motivos” como doenças e serviços domésticos, facto que acentua a necessidade de um militar para o ajudar. Acumula as funções de vogal da comissão municipal e queixa-se de que o presidente dela ainda não satisfaz as exigências que lhe fizera.

²⁹³⁹ Chiloane, 9 de Agosto de 1884. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 11.

Volta a salientar a fraca exigência dos chefes de família relativamente às capacidades dos filhos, seus alunos.²⁹⁴⁰

Em certos pontos da colônia a influência islâmica é considerada obstáculo fundamental para a instrução. O comandante militar de Angoche escreve em Abril de 1895, no capítulo “Religião e instrucção publica”, que enquanto não se instalar no monte Parapato um estabelecimento educativo e profissional, talvez de uma missão católica que poderia ter filiais em Moma, Quizungo, Mogincual e Sangage, contrariando

“a influencia que data de séculos dos descendentes dos árabes n’este districto, arrastará ao grémio mussulmano os nativos, cujas inclinações do ócio, especialmente os do littoral, são um obstáculo á sua applicação litteraria e até á das artes e officios, dando-se por satisfeitos em saberem alguns pontos do alcorão, e em escreverem o suahili, ou em aprenderem imperfeitamente, sobre modo por falta de bons mestres, os officios de carpinteiro, calafate, ferreiro, alfaiate e caiador.”²⁹⁴¹

Os métodos de ensino divergem consoante o professor e região. Muitos mestres afirmam que esta disparidade prejudica a mobilidade dos alunos e impede um parâmetro comum de referência sobre as aprendizagens na Província. Em Moçambique, Maria Hermínia de Carvalho Xavier lembra a importância de proceder a uma uniformização desses métodos. A sua preocupação pedagógica encontra-se bem patente na análise negativa que faz ao apontar a existência de métodos de ensino diferentes consoante os locais, pedindo

(...) ao Exmº Conselheiro Governador-geral, que poupe as pobre [sic] creanças da província em geral, e em particular as que são filhas de funcionarios civis e militares que acompanham seus pães para onde as necessidades do serviço os arrastam, dando-lhes um só methodo de ensino para toda a província, visto que se ensina por mais d’um e as pobres creanças chegam a convencer-se que não vão à escola aprender, mas sim para receber um castigo que há em cada porto, porque acham divergência no methodo de ensino, e por tanto começa a aprender a ler cada vez que o pae muda de terra, d’onde resulta que no fim de seis ou sete annos de eschola, não sabe nada.

Os methodos que melhor resultado têm dado nos últimos annos são o de Castilho e o de João de Deus, parece que não seria difficil pôr um d’elles em vigor em toda a província, ou algum outro e ficariam as creanças e os professores alliviados porque em toda a parte seria o mesmo methodo de ensino, com o que bastante lucraria a instrucção.²⁹⁴²

No final do quadro que elaborou a docente lamenta em observação que:

a) Ensinei um pouco mais que o determinado pelo artigo 24º do decreto de 30 de Novembro de 1869, porque conheci que as meninas d’Africa podiam e deviam aprender mais, e não me arrependi de o ter feito apesar de esperar melhores resultados.
– b) Não vão marcadas as lições dadas pela menina Amélia Leopoldina de Sousa Pereira, que frequentou de 1879 até Abril de 1880, nem mesmo as que estudaram no referido tempo, porque tendo entregado a mobília, diários e aprestos da escola à Camara Municipal a quem pertenciam, em Março de 1882, quando os rehavi em Fevereiro de 1884, faltavam alguns diários e outros vieram estragados pelo muchem.

²⁹⁴⁰ Chiloane, 27/10/1884. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 12.

²⁹⁴¹ B.O., 12/10/1895, nº 42, p. 387.

²⁹⁴² B.O., 21/04/1888, nº 16, pp. 274.

O poder da escola e da instrução, aliados à força do cristianismo sobre a “barbárie” africana, é um dos temas predilectos de muitas anotações teóricas que a nós chegaram através de pessoas ligadas ao ensino. É forte a tentação de referir o papel que as missões poderiam desempenhar, pelo seu valor intrínseco, como meio de dominar os africanos e pelo perigo que as missões estrangeiras representavam. No Ibo regista-se que a instrução

(...) é a origem de toda a civilização e sem a civilização não se pode fundar um império firme e estavel n’um vasto paiz povoado de cafres. Em quanto não vencermos com a instrução e não convertermos com a luz do christianismo as numerosas tribus de índole aliás pacifica que nos cercam, não poderemos assegurar permanentemente o nosso dominio já que não somos nós os brancos sufficientemente numerosos para os convencermos com o exemplo, e já que a força de que dispomos não é bastante para nos garantir a segurança.

O principio que levou os inglezes na Australia, e os americanos dos Estados Unidos a exterminarem a raça indigena, nem é moral nem é praticável em África. N’este vasto continente a raça preta propaga-se n’uma progressão sempre crescente, não é uma raça abastarda e refractaria aos principios civilisadores como os selvagens indigenas da América. Resulta d’aqui que devemos pactuar com ella, e estudar a maneira de tirar das suas forças e aptidões naturaes todo o possivel partido, convidando-a a acceitar gradualmente sem repugnância a nossa civilização. Para isto se obter porém é indispensável fundar missões no interior nos logares reconhecidamente salubres, instalar ali escolas de primeiras letras, capellas, e officinas dos officios mais elementares. Formados estes pequenos núcleos, que mais tarde viriam a ser os centros de futuras cidades, os cafres acorreriam pressurosos a receber com o pão do espírito e do corpo as ideias de um conforto e bem estar que até alli não conheciam, e que lhes proporcionaria sem duvida uma vida mais condigna. Quem há seculos fundou missões no Zumbo, no Quiteve, na Manica e no Dambarara não carece dos exemplos da missão de Livingstonia, mas se aquellas já esqueceram, alli termos esta no nosso territorio, dirigida por estrangeiros a incitar-nos ao que devemos fazer.²⁹⁴³

Apontando o que julga a solução para as dificuldades da instrução no distrito de Cabo Delgado, esclarece o Governador em 1880, que o panorama da

(...) instrução publica n’este districto, é bem frisante e bem triste, mais ainda se attendermos a que o elemento mouro nada civilizador fatalmente retrogado, que desgraçadamente predomina n’este vasto territorio, se avanta a nós, tanto no que diz respeito á educação religiosa, como a instrução.

Urge pois remediar tão grandes males, o único meio, que se mo antolha como efficaz e até redemptor, são as missões, a exemplo do que se pratica nas colonias inglezas e outras. A meu ver não basta estabelecer escolas e decretar o ensino obrigatorio, mesmo porque julgo este, por enquanto, inexquivel aqui. No estado de barbarie em que se encontram estes povos, onde a familia, em geral e não senão um mytho ou para melhor dizer um estado de completa depravação moral, carece-se absolutamente de escolas com internato para ambos os sexos, onde alem do ensino seja dado o pão, o vestido e os livros; a escola que para assim dizer substitua a familia, base fundamental das sociedades modernas; e isto, parece-me, só o poderá conseguir uma congregação de missões. A colonisação europea, não dos réprobos, dirigida seria

²⁹⁴³ B.O., 5/11/1877, n° 45, p. 324. Relatório do governador de Dist. de Cabo Delgado do ano económico 1876/77.

tambem uma alavanca poderosa para converter e levantar estes povos do grande abatimento, em que jazem.

Contudo, o tipo de missões a estabelecer levanta alguns problemas.

Acrescentarei para verdadeira intelligencia da expressão, que acima uso – congregação de missões –, que nem por um momento me reporto ás congregações religiosas ou instrucções monasticas, que em tempos remotos se estabeleceram na Africa; por quanto tenho-as por bem mais funestas. E a prova está no muito pouco ou nada que fizeram (nem uma só escola abriram na provincia) a bem da educação e instrucção do indigena, que continua, como d’antes pagão e em estado de completa depravação moral, e no muito que, com raríssimas excepções, se esforçaram (até traficando na escravatura e usando meios violentissimos) por augmentar as suas riquezas; tendo assim esses degenerados, fanaticos, despotas, d’um procedimento escandaloso, abusado gravemente do seu sacerdocio, que só devia ser religião, paz, humildade e desinteresse. Refiro-me pois a clérigos seculares, mas que não estejam aqui e a escola isolados, como até agora, devendo elles existirem em grande numero por esses sertões dentro ainda completamente por desbravar, que mutuamente se possam auxiliar, e derivando todos d’uma única origem. O actual collegio das missões ultramarinas, porem carece de profundas reformas para satisfazer o fim indicado. Conviria, penso eu, que a instrucção ali se não limitasse a assumptos religiosos, que os missionarios que para aqui viessem possuíssem noções bastantes de lingua do paiz, de agricultura, de algumas artes e de medicina, com que podessem efficaz e praticamente ensinar o indigena e ministrar-lhes os socorros medicos de primeira necessidade. Por esta forma, estou intimamente convencido, que se conseguira promover a sua civilisação, e como, consequencia necessaria a propagação do christianismo. E estariam os missionarios habilitados, alem da alma, a cuidar até certo ponto tambem do corpo; o que lhes faria augmentar consideravelmente as sympathias do indigena. E as respectivas escolas dos missionarios nos terrenos que lhes fossem concedidos, poderiam ser organisadas de modo que os alumnos não só fossem uteis a si como tambem pelo producto do seu trabalho ás proprias escolas, que então poderiam talvez dar lhes o pão e o vestido. Tambem não encontro inconveniente em que o clero para estas missões fossem indigenas, o que alem de exigir muito menor despesa dispensaria o ensino da lingua do paiz, alias d’absoluta necessidade para quem tem de tratar com os aborigens. Baptizar apenas, como até agora se tem praticado, não é certamente meio proficuo para levantar o nivel moral d’estes povos cafres e convertel-os, á religião de Christo.

Na sede do districto a creação d’uma escola para o sexo femenino, e d’outra de artes e officios a semilhança da que se fundou na capital da provincia, seriam tambem medidas salutaes e de bastante alcance, que evidentemente dariam bons frutos, preparando boas mães de familia, elemento poderosissimo e capital para a regeneração d’um povo, e praticamente muitos individuos que seriam depois uteis a si e á sociedade. A instalação d’uma bibliotheca publica, a substituição dos methodos de ensino antigos pelos modernos e adopção de bons livros é tambem objecto, que julgo digno de toda a atenção. Em summa estas e outras providencias deveriam superar a natural indolencia dos negros, promover e realisar a civilisação d’elles trazendo-os ao convívio dos povos, que marcham na senda do progresso.²⁹⁴⁴

²⁹⁴⁴ B.O., Nº 8, 18/02/1882, p. 78.

13. Alunos

13.1. Assiduidade, frequência e especificidades

As informações sobre a frequência das escolas são díspares tanto na sua regularidade ou mesmo quanto à sua existência pura e simples.

Nos anos 70 do século XIX começam a elaborar-se informações mais sistemáticas quanto ao movimento das escolas. Em documento de 1870, a administração solicita um conjunto de informações às escolas, requerendo elementos quanto à população da Província com distinção de brancos e africanos, por idade; sexo, libertos, entre outros; também se solicita mapa das escolas criadas, os respectivos lugares, as que estão providas e as que estão vagas; número de alunos que as frequentaram no ano anterior, distinguindo entre brancos e africanos; qual a aptidão dos professores; e esclarecimentos a respeito de quaisquer outros estabelecimentos de instrução secundária ou superior.²⁹⁴⁵

Na passagem do ano de 1877 para 1878, e porque a instrução não é obrigatória como “infelizmente ainda o não é em parte alguma da monarchia portugueza”, a escola em Lourenço Marques tem baixa frequência, sendo “quase deserta”.²⁹⁴⁶

Em observação ao mapa de aproveitamento relativo ao mês de Abril de 1887, o professor nessa localidade indica que entrou um aluno novo, não tendo saído algum. Faltaram dois à aula por motivo de “onzena” para longe da vila, na companhia de parentes.²⁹⁴⁷ A necessidade de acompanhar familiares nas suas deslocações é um dos motivos para as frequentes ausências dos alunos, de resto comuns à maioria das escolas. Em Maio, entrou um aluno e saíram dois dos mais adiantados que ainda constam do mapa relativo a esse mês, por apenas terem abandonado no seu final.²⁹⁴⁸ Também a doença provocara estragos entre os discentes. A epidemia de sarna parecia finalmente debelada após sete meses, manifestando-se, ainda, em apenas dois alunos.²⁹⁴⁹

Os costumes africanos juntam-se às doenças e a outros factores para explicar os problemas de baixa frequência dos alunos, havendo que considerar ainda a própria dificuldade no reconhecimento de utilidade na frequência escolar.

²⁹⁴⁵ B.O., 3/09/1870, nº 34, p. 139.

²⁹⁴⁶ B.O., 6/01/1879, nº 1, pp. 3 e 4. *Relatório do districto de Lourenço Marques relativo ao anno económico de 1877 a 1878.*

²⁹⁴⁷ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 2/05/1887. *Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 26.*

²⁹⁴⁸ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 2/06/1887. *Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 27.*

²⁹⁴⁹ *Id. Ibid.*

As doenças cobram com regularidade os seus custos na população local e, por consequência, na escolar. Já em Novembro de 1882, a varíola grassa entre os indígenas, salientando-se que com os europeus o estado de saúde foi regular. Na referência dos óbitos explica-se que eles devem ser muito mais que os conhecidos na secretaria “(...) por falta de participação dos regulos.”²⁹⁵⁰ Em Março de 1883, ainda atacava os indígenas, mas com intensidade decrescente.²⁹⁵¹

Nos fins de Julho de 1885, Romualdo Patrício, em Quelimane, participa interrupção lectiva em consequência do parecer do Dr. Manuel Fialho Recto, Chefe de Saúde do distrito para “despedir” todos os alunos pelo período de oito dias, ou “enquanto durar com maior força” na vila a epidemia de “sarampos”. Dois dias antes, havia “despedido” três alunos e no anterior, um outro, com o mesmo mal.²⁹⁵² A 11 de Agosto informa que abriu então aula porque, embora não tenha cessado totalmente a epidemia de sarampo, entendeu continuar com a escola, pois, de outro modo, teria de mantê-la fechada por mais de um mês. Se algum aluno se sentisse febril, dispensá-lo-ia.²⁹⁵³

O professor Francisco Xavier d’Araújo comunica que tomou oficialmente posse do lugar e entrou em exercício de funções a 19 de Agosto de 1889, em Tete.²⁹⁵⁴ A 16 de Setembro comunica que a casa da escola se acha infectada com varíola, “uma molestia contagiosa e de grande perigo”. A maleita provocara a deserção de alguns alunos. Pede a transferência da escola para outra casa a fim de prevenir alguma fatalidade.²⁹⁵⁵ A 26 de Fevereiro de 1890 comunica que remeteu nessa data ao juiz de Direito da Comarca todos os artigos pertencentes ao espólio do falecido alferes do Batalhão de Caçadores nº 5, Francisco Xavier de Carvalho, que se achava depositado em seu poder.²⁹⁵⁶

Mas outras ocorrências influem na presença dos alunos nas aulas. É o caso de certos períodos de instabilidade, maior ou menor, vividos em cada local. O P^e. António Dias Simões, pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Lourenço Marques e professor primário do sexo masculino, dirige nota ao Governador do distrito, João de Canto e Castro Silva Antunes, em Outubro de 1894, pedindo providências relativas aos 39 alunos matriculados na escola desde o primeiro dia desse mês, pois constava-lhe que, apesar de lhes ter entregue bilhetes por si assinados, uns se achavam presos e outros escondiam-se por medo, faltando à escola. Sabia que estava preso o aluno Dambe, porque a mãe lho comunicara e

²⁹⁵⁰ B.O., 6/01/1883, nº 1, p. 3.

²⁹⁵¹ B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 139.

²⁹⁵² Quelimane, 22/07/1885. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 81.

²⁹⁵³ Quelimane, 3/07/1885. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 83.

²⁹⁵⁴ Tete, 21/08/1889, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 86.

²⁹⁵⁵ Tete, 16/09/1889, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 87.

²⁹⁵⁶ Tete, 26/02/1890, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 89.

ignorava se isso acontecia com mais algum. Pede que seja solto qualquer aluno que se encontre preso e que conste da relação que envia.²⁹⁵⁷

Os alunos correm o risco de ser presos nos momentos em que a instabilidade e insegurança afectam a localidade. Os conflitos reflectem-se no quotidiano da vida escolar, tal como as contingências da vida política e das relações com os vizinhos. O Padre Henry anota no mapa mensal da escola de instrução primária de Lourenço Marques, em Novembro de 1894, que, devido à revolta dos cafres, os rapazes apareceram só no dia 20 e a escola tornou então a funcionar.²⁹⁵⁸

Em nota ao mapa de movimento relativo a Agosto de 1895, o Padre António Carlos Pires dos Santos refere que, com a ocupação da Missão de Lhangueni e a reabertura da respectiva escola, para lá voltaram os 40 alunos que a haviam abandonado por causa da guerra.²⁹⁵⁹

Em nota do início de Janeiro de 1867, explica o P^e. Joaquim de Santa Ritta Montanha, vigário de Inhambane e professor na Escola Régia de Instrução Primária aquando do envio de mapa, que existiam 50 alunos, 42 rapazes e 8 praças de pret, tendo deixado a escola dois cabos: um porque passou a Furriel e outro “(...) por conhecer que nada podia fazer”.²⁹⁶⁰ Explica que se matricularam 50 alunos. Cinco saíram para entrar na Companhia; um para “ir procurar modo de viver”; um “por incorregível e vadio”; um ausentou-se para “não mais aparecer”. Note-se que uma pequena percentagem dos alunos é constituída, nessa altura, por militares.²⁹⁶¹

Em Inhambane, José Hermenegildo de Mello, em nota ao seu mapa do início de Dezembro de 1871, refere a existência de 53 alunos e que dos “(...) quatro sahidos, dois foram expulsos por portarem-se mal – um desertou da Escola por vadio, e outro foi entregue à sua família por sua excessiva rudez.” Eis algumas razões de exclusão: mau comportamento; “vadiagem”; “excessiva rudez”, argumentos que, independentemente do entendimento que deles se fizer, justificavam a desistência de qualquer tentativa de educação.²⁹⁶²

O mesmo professor José de Mello envia mapa em Outubro de 1871. Nos seus registos, ainda que não apareçam com carácter sistemático, inclui duas colunas interessantes: a de “Filiação”, em que constam os “órfãos” e a de “grau de estudo”, que nos fornece indicações sobre as matérias leccionadas.²⁹⁶³ Em novo mapa no início de Janeiro de 1872, dispõem-se

²⁹⁵⁷ Lourenço Marques, 8/10/1894. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 48.

²⁹⁵⁸ Lourenço Marques, Novembro de 1894. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 52.

²⁹⁵⁹ Lourenço Marques, 31/08/1895. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 66.

²⁹⁶⁰ Escola Régia e Pública de Inhambane, 12/01/1867. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (12), doc. 1;

²⁹⁶¹ Inhambane, 2/01/1867. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (10), doc. 2; Inhambane, 3/06/1867. cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 2;

²⁹⁶² Escola Primária da Villa de Inhambane, 31/12/1871. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (12), doc. 3.

²⁹⁶³ Inhambane, 17/10/1871. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 46.

notas nas mesmas colunas referidas no documento anterior e que o professor salienta para caracterizar os alunos - pouco gosto pelo estudo; nenhuma aplicação; nenhum gosto pelo estudo; aplicativo; comete amiudadas faltas; pouca assiduidade e amiudadas faltas; pouca assiduidade e amiudadas e longas faltas; com muita aplicação; gosto pelo estudo. Os critérios aqui enumerados pouco ou nada diferem de muitos dos que sabemos utilizados para avaliar o gosto dos alunos nas escolas do Reino.

Um aluno, Manuel Nicolau Pontes de Athaide e Azevedo, que se matriculara em 22 de Maio de 1871 seria expulso a 12 de Dezembro. Decisão justificada “(...) por seu péssimo proceder, e porque o seu exemplo era pernicioso para os mais alunos.” Era órfão de pais e tinha 15 anos. Um outro que se matriculara em 2 de Junho de 1871 foi “entregue à sua Mãe como incapaz de aprender couza alguma por sua excessiva rudez.” Tinha 13 anos. Já “um aluno matriculado em 7 de Junho de 1871, “desertou da Escola em 6 de Novembro, por vadio.” Tinha 16 anos e era, igualmente, órfão de pais. Ainda de um outro de 8 anos que se inscreveu a 6 de Outubro, refere-se que “Nada sabia ao matricular-se”. Matriculado em 30 de Outubro de 1871, um aluno a cuja idade se não faz referência foi “expulso por sua irregular conduta.” Chamava-se Pascoal Vaz e era também órfão de pais. No seu Grau de estudo constavam: “sílabas”; A. B. C.; Leitura; Leitura corrente; escrita cursiva; as três operações de Aritmética com números inteiros; Doutrina cristã.²⁹⁶⁴

Nas escolas é, por vezes, possível detectar um número significativo de meninos órfãos. Tendo em conta as afirmações de muitos teóricos e professores quanto à necessidade de retirar os africanos à influência nefasta das suas famílias, não deixa de se afigurar surpreendente que estes meninos sem pais acabem por, em grande parte dos casos, ser classificados como tendo baixo rendimento escolar. A sua integração na grande “família europeia” por via da educação parece conhecer muitas limitações e obstáculos.

Em Novembro de 1875, o Boletim Oficial não apresenta dados sobre a frequência.²⁹⁶⁵ Em Abril e Maio de 1876 refere-se que em Inhambane os “(...) alunos da religião moura, sentaram praça, e o resto anda fugitivo”.²⁹⁶⁶ A escola reflecte as tensões existentes a cada momento. O professor João Caetano Dias, já a 1 de Maio de 1876, inscreve a mesma nota em “Observações”,²⁹⁶⁷ observação que se repete em outros mapas.²⁹⁶⁸ O mesmo professor elabora e endossa, em 1 de Julho de 1876, um mapa anual, magnífico, um dos exemplares mais completos que analisámos da frequência da escola régia de Inhambane no ano lectivo de

²⁹⁶⁴ Inhambane, 2/01/1872. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 47.

²⁹⁶⁵ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(6), doc. 2.

²⁹⁶⁶ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(4), docs. 10 e 12.

²⁹⁶⁷ Inhambane, 1/05/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 10.

²⁹⁶⁸ Inhambane, 1/06/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 12.

1875-76. Na coluna de “Observações” inscreve que, desde Abril, “(...) alguns alumnos mouros sentaram Praça, começou a decrescer o numero d’elles, auzentando-se para outra banda até agora ainda se não apresentarão.”²⁹⁶⁹

Convém apontar que, se o absentismo dos alunos contribui para uma mais baixa frequência escolar, o dos professores (por razões diversas como a doença, dificuldade e demora de substituição) acaba por desempenhar o seu papel de desgaste. Em Fevereiro de 1880, a escola do sexo masculino local esteve fechada por falta de professor,²⁹⁷⁰ sendo aberta no 1º dia de Abril,²⁹⁷¹ e já frequentada, em Junho, por alunos de ambos os sexos.²⁹⁷²

Um dado frequente é o que corresponde à religião dos discentes – quando estes a têm, segundo os critérios dos docentes. Em 1884, o P^º. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa envia mapas com nota em Observações de que todos “(...) são catholicos e africanos, excepto os ultimos cinco que são mahometanos”.²⁹⁷³ A mesma nota figura em outros mapas por ele enviados, o que mostra que cada professor adopta a sua própria terminologia.²⁹⁷⁴

À mudança de professor correspondem alterações, maiores ou menores, na elaboração dos quadros e, consequentemente, na natureza das informações. Augusto Mascarenhas dos Reis envia mapa a 31 de Dezembro de 1884. Nele não existe referência a “comportamento”; aparece a “filiação” – notando-se um significativo número de alunos em que ela “não consta”; surgem colunas de “naturalidade”; “idades”; e “aplicação”, onde o mestre regista 6 alunos com “Boa”, 36 com “Sofrível” e 2 com “nenhuma”.²⁹⁷⁵

O professor de Inhambane, Joaquim Francisco Gualdino d’Assumpção, envia mapas durante o ano de 1887.²⁹⁷⁶ Analisando-os, detecta-se relação directa entre os alunos cuja idade é “ignorada” e o aproveitamento “nenhum”. No caso de um aluno em que é registada a idade de 6 anos, a nota adverte que ela não “(...) se pode calcular visto ser ainda muito novo”. Duas outras notas referem-se a outros tantos alunos como estando “(...) nas mesmas circunstâncias”, explicitando as suas idades como “ignoradas” e o seu aproveitamento como “nenhum”. A um aluno com 15 anos e nenhum aproveitamento acrescenta o professor: “Parece-me inexplicável”. A outros dois alunos de idade ignorada e sem nenhum aproveitamento foi acrescentada a nota “São ainda muito novos”.²⁹⁷⁷ A metodologia de

²⁹⁶⁹ Escola Régia de Inhambane, 1/07/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 1.

²⁹⁷⁰ *B.O.*, 19/04/1880, n.º 16, p. 82.

²⁹⁷¹ *B.O.*, 14/06/1880, n.º 24, p. 129.

²⁹⁷² *B.O.*, 13/09/1880, n.º 37, p. 190.

²⁹⁷³ Inhambane, 1/06/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 3.

²⁹⁷⁴ Inhambane, 1/07/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 4; Escola Régia de Inhambane, 1/08/1884. doc. 5; Inhambane, 1/09/1884. doc. 6; Inhambane, 1/10/1884. doc. 7; Inhambane, 1/11/1884. doc. 8

²⁹⁷⁵ Inhambane, 31/12/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 9.

²⁹⁷⁶ Inhambane, 3/09/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (12), doc. 4; Inhambane, 3/09/1887. doc. 5.

²⁹⁷⁷ Inhambane, 5/12/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (12), doc. 6; Inhambane, 4/01/1888. doc. 7; Inhambane, 5/03/1888. doc. 9.

elaboração dos mapas, e particularmente em certos pormenores, costuma terminar com o fim da actividade do docente. No caso do citado professor à data da sua exoneração a 1 de Março de 1888.²⁹⁷⁸

A 4 de Janeiro de 1893, a professora Miquelina Augusta Sousa Amado envia mapas, também de Inhambane mas da escola do sexo feminino.²⁹⁷⁹ Neles é possível estabelecer alguma relação entre as rubricas «raça» e «aproveitamento» aí constantes. As alunas “pretas” apenas são designadas pelo nome próprio e não consta qualquer apelido, ao contrário do que se passa com as brancas, cuja identidade já é marcada pelo sobrenome. As marcas identitárias das africanas são ignoradas pelo sistema.²⁹⁸⁰

Outras contingências marcam o decorrer dos trabalhos escolares. Em Janeiro de 1885, encontrando-se fechada a aula do sexo feminino por falta de professora, a do sexo masculino é regida interinamente pelo tesoureiro da delegação e frequentada por 44 alunos.²⁹⁸¹ No mês de Novembro de 1885 a aula do sexo masculino funcionou até dia 21, quando o professor foi.²⁹⁸²

Em Fevereiro de 1889, em Inhambane, tomaram posse dos seus lugares, os professores nomeados para as escolas de instrução primária do sexo masculino e feminino, assinalando o Governador do distrito que, “(...) no intuito de facilitar a educação dos indigenas da circumscrição, cuja séde provisoria está estabelecida no Mongo, auctorisei a abertura da aula regimental, permitindo a admissão gratuita dos indigenas da localidade que a desejem frequentar.”²⁹⁸³ Passando sobre o facto de que permitir a “admissão gratuita” mais não seja, no contexto colonial, que uma redundância, em Julho e Agosto de 1889 funcionaram as escolas de ambos os sexos com regularidade,²⁹⁸⁴ apenas interrompidas as actividades em Setembro, nas férias, situação que se repete ao longo da maior parte dos outros anos.²⁹⁸⁵ Em Outubro²⁹⁸⁶ as aulas de ambos os sexos retomam funcionamento normal, continuado pelos anos seguintes como se verifica em Julho de 1893²⁹⁸⁷ e Abril de 1894²⁹⁸⁸.

A escola reflecte as tensões existentes a cada momento. O professor João Caetano Dias, já a 1 de Maio de 1876, inscreve em “Observações” a seguinte nota: “Os alumnos da

²⁹⁷⁸ B.O., 3/03/1888, nº 9 p. 141.

²⁹⁷⁹ Inhambane, 4/01/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 39.

²⁹⁸⁰ Inhambane, 1/02/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 40; Inhambane, 3/03/1893. doc. 43; Inhambane, 12/04/1893. doc. 45; Inhambane, 6/05/1893. doc. 46; Inhambane, 3/06/1893. doc. 49; Inhambane, 3/07/1893. doc. 50; Inhambane, 1/08/1893. doc. 51;

²⁹⁸¹ B.O., 18/04/1885, nº 16, p. 114.

²⁹⁸² B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 14.

²⁹⁸³ B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 263.

²⁹⁸⁴ B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 558; B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624.

²⁹⁸⁵ B.O., 2/11/1889, nº 44, p. 648; B.O., 27/12/1890, nº 52, p. 554; B.O., 4/11/1893, nº 44, p. 626;

²⁹⁸⁶ B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 637.

²⁹⁸⁷ B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 548.

²⁹⁸⁸ B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343.

religião moura, dois sentarão praça, e o resto anda fugitivo”.²⁹⁸⁹ Repete-se a mesma nota do documento anterior em outros mapas.²⁹⁹⁰

O professor P^o. Gaspar Nicolau Constantino de Sousa, retomando funções lectivas em 1891, envia mapas até Janeiro do ano seguinte.²⁹⁹¹ Neles, a “Aplicação” coincide com a “Frequência”.²⁹⁹² Nunca é despidiando sublinhar a importância do professor que procede aos registos, tanto mais que estas divergências metodológicas quanto à elaboração dos mapas denotam uma certa ausência de critérios uniformizados de actuação no desempenho das funções de natureza pedagógica e escolar.

Os hábitos dos alunos interferem fortemente com o funcionamento da escola e motivam alguma adaptabilidade desta ao meio. O entendimento desta realidade é fundamental se a escola pretende, efectivamente, dispor de alunos. Joaquim Francisco Garibaldino d'Assumpção é professor em Inhambane, por nomeação de 21 de Março de 1887.²⁹⁹³ Tomará posse da escola e seus objectos e utensílios a 14 de Abril desse ano.²⁹⁹⁴ A 12 do mesmo mês, portanto anteriormente à sua nomeação, explicara que mudara o horário para evitar que os alunos faltassem à aula – não das onze à uma, mas sim das duas às quatro – e porque acabou por achar mais cómodo abrir a aula às onze e fechar às três.²⁹⁹⁵

O professor Apolinário Francisco Xavier Soares envia mapas durante 1888.²⁹⁹⁶ Abre, por seu turno, uma categoria “principiantes” e todos os alunos são classificados em “sofrível”.²⁹⁹⁷ Apresenta, diversas vezes, a média de dias de frequência.²⁹⁹⁸

A professora Anna Peixoto do Amaral participa que a partir de 18 de Agosto estará aberta a aula para meninas, uma vez que havia recebido ofício de nomeação como docente.²⁹⁹⁹ Fora nomeada a 17 desse mês. Ainda não havia recebido qualquer menina no dia em que escreve ao Governador do distrito e encontrava-se já no primeiro dia de Outubro. Declara desconhecer como poderia informar os “pais de família”, já que não existem jornais em Inhambane. Acrescenta que julgava, de resto, que essa tarefa pertencia ao presidente da câmara. No meio da exposição a referência ao presidente da câmara parece significar

²⁹⁸⁹ Inhambane, 1/05/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 10.

²⁹⁹⁰ Inhambane, 1/06/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 12.

²⁹⁹¹ Inhambane, 1/12/1891. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 28; Inhambane, 2/01/1892. doc. 29.

²⁹⁹² Inhambane, 4/12/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 30; Inhambane, 1/03/1892. doc. 31; Inhambane, 1892. doc. 32; Inhambane, 2/05/1892. doc. 33; Inhambane, 1/06/1892. doc. 34; Inhambane, 1/07/1892. doc. 35; Inhambane, 1/08/1892. doc. 36; Inhambane, 2/01/1893. doc. 37; Inhambane, 1/02/1893. doc. 38; Inhambane, 1/03/1893. doc. 39; Inhambane, 1/04/1893. doc. 40; Inhambane, 1/05/1893. doc. 41; Inhambane, 1/11/1893. doc. 42; Inhambane, 1/12/1893. doc. 43; Inhambane, 1/06/1896. doc. 44; Inhambane, 1/03/1899. doc. 45.

²⁹⁹³ P.P., n^o 119. *B.O.*, 26/03/1887, n^o 13 p. 113.

²⁹⁹⁴ Inhambane, 14/04/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.31.

²⁹⁹⁵ Inhambane, 12/09/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.34.

²⁹⁹⁶ Inhambane, 5/04/1888. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 15; Inhambane, 5/05/1888, doc. 16; Inhambane, 4/06/1888, doc. 17; Inhambane, 5/07/1888. doc. 18.

²⁹⁹⁷ Inhambane, 4/08/1888. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 19.

²⁹⁹⁸ Inhambane, 30/10/1888. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 20; Inhambane, 2/10/1888. Cx. 8.36 m. 1 (3), doc.39.

²⁹⁹⁹ Inhambane, 17/08/1880. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 13.

claramente que aquele fugia, segundo a opinião da mestra, às suas obrigações. Termina declarando que lhe é naturalmente impossível fazer o mapa mensal.³⁰⁰⁰

Em Gaza, nos anos de 1886-87, as causas da frequência irregular são inventariadas pelo professor:

1.^a Porque na povoação do regulo, os grandes, apenas teem de uma a tres palhotas, substituindo-se as mulheres d'estes de mez a mez e ás vezes ainda mais o miudo; resultando d'aqui, as filhas d'estas terem de as acompanhar por não terem quem lhes dê de comer.

2.^a A mania que esta gente tem de andar em constante passeio a visitar os parentes.

3.^a Os casamentos ou outras festas onde se reúnem, além dos parentes, as amigas e conhecidas, afim de aproveitarem a grande quantidade de pombe que n'essas ocasiões fazem.

4.^a Finalmente, além de muitas outras cauzas, a falta de habito em se sujeitarem á permanencia na escola e as familias não se julgarem com força para obrigarem os filhos á frequência regular; antes as mães são as primeiras a auxiliar as vontades dos filhos a faltarem á escola; lamentando-os das queixas que elles phantasiam para se eximirem á frequência regular.

A frequência mais regular, tem sido dos filhos do Gungunhana de ambos os sexos, bem como de duas irmans.

O aproveitamento das pequenas tem sido satisfatorio, quanto ao que se diz respeito ao trabalho de agulha; não podendo dizer o mesmo com respeito á leitura, por não as ver com grande tendencia para receberem este ensino.

Facilmente comprehendem os serviços de costuras e bordados; trabalham com boa vontade, não gostando repetir o mesmo trabalho e desejando aprender sempre couzas novas.

Ellas dão muitas mais faltas do que os rapazes, mas o Gungunhana obriga-as e aos rapazes a virem para a escola quando tem conhecimento que faltam sem motivo.

Os rapazes também teem aproveitado bastante mostrando alguns serem intelligentes.

A grande difficuldade é fazer-lhes comprehender, o que vão sabendo na leitura a que corresponde na sua lingua; e muito mais difficil se torna por que grande numero de termos não teem equivalentes na lingua Cigune que elles fallam.

Em se podendo obter elles saberem traduzir bem, facilmente seguirá a instrucção.

Não sei em que se tem fundado alguns escriptores para affirmarem que o preto não é susceptivel de educação e que não é intelligente.

Inventariam-se: a estrutura familiar autóctone, o nomadismo periódico, razões culturais, o ritmo escolar antagónico ao ritmo autóctone, violentando os costumes da infância e educação africanas. Apesar destas condicionantes, o professor reconhece capacidade e competência para aprender aos seus discípulos, quer raparigas que rapazes, focando em especial os filhos de Ngungunyane.

No que respeita ao aproveitamento nas escolas de Gaza em 1886/87, é de ressaltar o problema da língua. Por necessidade, sugere-se uma inversão no processo usual de ensino, procurando que os alunos se tornem, primeiro, «tradutores» para que possam, de seguida,

³⁰⁰⁰ Inhambane, 1/10/1880. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 14.

compreender eles próprios o conteúdo da sua própria tradução. Se o método parece confuso, talvez o facto explique que, no caso das meninas, elas se dediquem com mais empenho ao que os europeus consideram as tarefas próprias da sua natureza feminina do que propriamente à leitura que, no entanto, não deixa de lhes ser facultada.

Neste, como em outros casos, a média de frequência é bastante inferior ao total das crianças matriculadas. As causas da irregularidade da presença dos meninos e meninas nas aulas prendem-se com as formas de vida próprias dos africanos – crianças que acompanham as mães nas suas deslocações frequentes; as festividades a que se não pode faltar; a predisposição dos progenitores para anuírem aos lamentos dos filhos quando não querem frequentar a escola. Neste domínio, a frequência dos filhos do Ngungunyane e o interesse aparente que este tem em que eles sejam assíduos são aspectos realçados.

Frisa-se a inteligência das crianças e apresenta-se como principal obstáculo a uma mais profunda aprendizagem o problema da língua ou, melhor, das línguas. A aprendizagem de ofícios é considerada fundamental em ordem a modificar a mentalidade africana, seus usos e costumes. A frequência escolar depende da colaboração dos líderes locais. Os europeus descobrem que também, e especialmente em África, a escola, em maior ou menor grau de carácter rudimentar, mais não pode que acompanhar as exigências da sociedade africana.

Ainda em Gaza, o professor Maximiano José do Rosário informa que no mês de Agosto de 1888 a escola masculina foi frequentada por 10 alunos. Numa linha de realismo pragmático, explica que

(...) seguindo com estes o systema de tolerancia franqueando-lhes sempre entrada na escola, tenho em vista conseguir que sejam constantes, pois creio, que, se não conseguir que sejam constantes, senão todos pelo menos alguns, que veem no principio por espirito de curiosidade, estimulados com o que sabem os outros, se resolvam afinal a querer tambem aprender.

Os africanos obrigam a certos esforços no domínio da organização das actividades escolares – para que compareçam nas aulas – e no das preocupações pedagógicas novas (apesar da insuficiência das respostas dos professores de que é exemplo maior o problema da língua).

Os alunos são agrupados pelo professor em dois grupos: os de Mandlakazi, tendo por chefe Godide, e os de Impimocacana, tendo por chefe Mangwa. Apenas se exceptua o caso de António, que vive com ele. O grupo de Manjacaze registava progressos, quer na frequência, quer no aproveitamento, ainda que revelando dificuldades. Exceptua-se o aluno nº 4 Chinhocana,

(...) que continua a ser quase o 1º aluno, distinguindo-se em tudo, menos no que diz respeito a falar português, entende tudo quanto se lhe fala, mas para exprimir o que sente, é que não pode fazer sem dificuldades e muito confuzamente dá a entender o que quer - muito concentrado, nada expansivo e com quase nenhuma convivência connosco, não é de se admirar que esteja, neste particular, relativamente pouco atrasado.

Mas os restantes de Manjacaze ainda estão mais atrasados em virtude da “(...) falta de convivência, a nenhuma aplicação e a constante distração às horas das lições, tem feito, com que os seus aproveitamentos sejam muito pouco lisonjeiros.” Do outro grupo, o Mangwa e o António vão gradualmente progredindo. Foi-lhes começado a ensinar doutrina cristã. O Chinhocana e o Mangwa já “(...) sabem o Padre Nosso e 1ª parte da Ave Maria - os outros só o Padre Nosso, de que ainda esquecem uma e outra palavra (...)”. Os restantes nada sabem até ao momento. Os dois referidos já “(...) escrevem dictado e leem o manuscrito, sendo de letras bem distintas e bem legíveis.”³⁰⁰¹

A língua, quando está em causa a aprendizagem religiosa não oferece tantas resistências. Aparentemente a aprendizagem das preces destina-se muito mais a ser dita que entendida.

Há a obrigação de aceitar a diversidade de religiões, entre os escolares, aspecto tanto mais sensível quanto a isso obrigue a localidade em que se procura implantar a escola. Por exemplo, em Março de 1863, em Chiloane, o número de educandos é de 14 com religião cristã e 4 de maometana.³⁰⁰²

Em 1885, da escola pública constam 37 alunos de várias religiões leccionados pelo padre Lobo cujo envio para Sofala obrigou ao fecho da escola.³⁰⁰³

Nas duas escolas em Chiloane, segundo Relatório do Distrito de Sofala do ano económico de 1886-1887,

(...) o aproveitamento dos alumnos foi nullo, não só pela sua pouca assiduidade como pelo pouco interesse das suas famílias em que se lhes ministre a instrução. Tornar esta obrigatoria é uma necessidade absoluta, porque os pretos não comprehendem qual seja o benefício que seus filhos recebem da educação que se lhes pretende dar. Assim de tanta creança que há na ilha de Chiloane, apenas 51 visitaram a escola, e o anno chegou ao seu termo sómente com 11 frequentadores; isto pelo que respeita á escola do sexo masculino.

A do sexo feminino teve a frequência de 11 alumnas, mas saíram durante o anno 5. Só duas mostraram aproveitamento, por que já tinham alguma instrução.

Nota-se em todas as mulheres do districto o pouco gosto em se dedicarem aos trabalhos de agulha, que lhes são proprios, enquanto muitos pretos procuram aprender o officio de alfaiate; são elles que cozem os panos e artigos de vestuario das mulheres em geral.

³⁰⁰¹ Mussurize, 31/08/1888. *A.H.M., Gov. do Dist. Militar de Gaza*, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 1.

³⁰⁰² Sofalla, 27/03/1863. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 3.

³⁰⁰³ *B.O.*, 21/11/1885, nº 47, p. 383.

A escola de Sofala produziu melhores resultados: foi frequentada com regularidade e algum aproveitamento.

A sua frequência foi de 49 alumnos, pela maior parte, filhos de mouros e das pessoas mais gradas da terra, classificadas entre os pretos como mozungos.

Escusado será dizer que das povoações ruraes não concorrem as crianças á escola. A repugnancia é geral, e só por obrigação se conseguirá que compareçam.³⁰⁰⁴

A influência da escola limita-se ao espaço urbano, tentando captar os filhos da elite local que a considere benéfica para o seu estatuto. Ainda assim, apenas uma fracção dos potenciais alunos é cativada. A ideia correntemente manifestada por muitos responsáveis, em diversas localidades, de tornar a frequência obrigatória não é senão uma expressão de lamento e justificativa para os resultados alcançados, já que a sua execução prática se afigura mais difícil.

A 31 de Janeiro de 1881, ao novo professor interino de Chiloane, Adriano Augusto Gomes de Faria, são entregues 13 alunos que frequentavam a escola e que são incluídos nos 30 que a frequentam.³⁰⁰⁵ Em Junho de 1881 existem 30 alunos de idade nova, “podendo ter” o mais velho 14 anos. Os pais dos alunos são indígenas da ilha – agricultores, pescadores, carpinteiros negociantes. A sua religião é apresentada, provavelmente por comodidade de preenchimento do mapa de frequência, como “cristã” e o seu “adiantamento” sofrível. Chegarão aos 36 alunos.³⁰⁰⁶

No que respeita à forma como os professores encaram as cerimónias e rituais africanos, dispomos de alguns testemunhos esclarecedores. Mesmo quando em dadas situações invocam a sua condição de “filhos da terra”, como é o caso do professor Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva. É eloquente a sua opinião sobre as cerimónias indígenas. A 2 de Outubro de 1866 pede que sejam proibidas as crianças que são seus alunos de participar nos batuques nocturnos dos cafres:

(...) não sendo de menos importância obstar que os alumnos da eschola façam parte nos batuques que os cafres residentes n’esta ilha, constantemente sustentam de noute, por serem taes reuniões um dos focos principais de imoralidades, e prejuizos aos que pela sua menor idade não estão ainda na altura de avaliar a barreira do precipicio que de taes reuniões lhes amiaça; (...) nutro a esperança de que, avaliando devidamente, as minhas mui humildes exposições, se dignará sobre ellas, providenciar contra o encremento de males tão comprometedores a instrucção que me está confiada.³⁰⁰⁷

³⁰⁰⁴ B.O., 24/09/1887, N°39, pp. 437 e 438.

³⁰⁰⁵ Chiloane, 31/01/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 6.

³⁰⁰⁶ Chiloane, 1/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7

³⁰⁰⁷ Chiloane, 2/10/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 30. Os batuques são progressivamente objecto de repressão, nas décadas finais do século XIX, por parte das autoridades coloniais, como no caso do «batuque da fanação» na ilha de Moçambique, acontecimentos familiares importantes, com festividades que incluíam fogo de artifício, tiros de pólvora seca e danças durante dias. Ver Sopa, 1996, pp. 55 e 58.

A geografia das regiões é um entrave constante à acção da escola. Em relatório do Governador do distrito de Quelimane relativo ao ano económico de 1874-75, o tenente Adelino Abel Coelho da Cruz refere que o respectivo professor, Romualdo Raphael de Sousa Patrício, é muito zeloso e dedicado no cumprimento da sua missão. Observa que os indígenas daquela localidade têm muita inteligência e aptidão e sente que não haja ali escola com internato,

(...) porque há n'aquelles povos desejo de illustrar os filhos; mas como o districto é extenso, e os prazos e as aldeias estão em grande distancia da villa, só quem ahi tem parentes é que pode mandar os filhos á escola. Durante o anno sahiram quatro alumnos preparados em instrucção primaria, ficando logo dois empregados em repartições do estado e outros dois no commercio.³⁰⁰⁸

Nas escolas de sexo masculino e feminino de Quelimane, durante 1886-87, a frequencia mensal variou. Na do sexo masculino, entre 50 a 58 alumnos,

(...) que em geral tiraram algum aproveitamento. A instrucção é ministrada muito rudimentarmente, já pela pouca competencia do professor, já pela falta de livros e utensilios; quasi se póde dizer, se reduz á leitura e escripta, para esta ultima parte é notavel a vocação dos alumnos e indigenas.

A escola feminina, em idêntico período, terá sido muito pouco frequentada:

(...) nos primeiros 7 mezes; a frequencia mensal foi apenas de 4 alumnos; porém ultimamente com a vinda da nova professora, a escola tem sido muito mais frequentada, tendo sido a frequencia mensal nos ultimos 5 mezes de 25 a 30 alumnas, que em geral aproveitam, especialmente, nos trabalhos proprios do seu sexo.

Recentemente haviam-se mudado as escolas para casas situadas no centro da vila, com melhores condições, o que se esperava concorresse para o aumento da frequência.³⁰⁰⁹

A competência do professor, ou melhor, a ausência dela, serve frequentemente de argumento para os críticos da educação ministrada na Província. Ainda que tal facto se possa afigurar verdadeiro – especialmente se consideradas as condições específicas da região e se forem levadas em conta as dificuldades da própria Metrópole –, tal facto não é senão mais um dos que concorrem para os resultados obtidos, tanto mais que há uma grande variedade de profissionais que neste período se encontraram ligados ao ensino e em relação aos quais a documentação denota diferentes níveis de empenho, interesse e até resultados. Facto tanto mais relevante quanto as condições materiais eram claramente deficitárias. Estas observações obrigam a recolocar os problemas a um outro nível, quando se analisa o esforço educativo em Moçambique neste período, que é o das reais possibilidades em termos de recursos disponíveis de apoio à actividade educativa. É sempre mais fácil colocar a tónica das

³⁰⁰⁸ B.O., 7/02/1876, nº 6, pp. 22-23. *Relatório do governador do distrito de Quelimane com referência ao ano económico de 1874-75.*

³⁰⁰⁹ B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 447. Excerto do *relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887.*

deficiências nos indivíduos que nas estruturas de apoio às suas actividades: caso contrário, talvez fosse de referir com algum respeito a acção e trabalho de muitos indivíduos perante a fraqueza do poder que os apoia.

O esforço da instrução na Província, tendo em conta os aspectos limitativos, as condicionantes negativas, os recursos deficitários, revela vontade e mérito dos homens e mulheres que a veiculam apesar de, nestes como em todos os corpos de funcionários, existirem elementos que não são competentes. No entanto, a análise da exiguidade de recursos não pode deixar de acentuar o trabalho dos agentes educativos em Moçambique no século XIX como globalmente positivo e digno.

O que parece certo é que o material – ou a sua escassez –, em conjunto com a assiduidade dos alunos – ou a sua falta, influi globalmente no baixo rendimento. Na escola do sexo masculino de Quelimane, em 1860 e relativamente ao 1º trimestre, regista-se que “nenhum aluno escreve por falta de necessários”.³⁰¹⁰ Nas informações desse ano, aparecem listas nominais completas no Boletim Oficial sobre a frequência nas escolas de Quelimane onde se pode ler a mesma justificação para que uma grande parte dos alunos vão deixando de frequentar a escola.³⁰¹¹ Em Abril de 1871 continuam as referências às muitas faltas dos alunos.³⁰¹²

A frequência não é regular, ora por falta de alunos como em Dezembro de 1886³⁰¹³, ora por impedimento ou inexistência de professora como em Junho de 1888.³⁰¹⁴ Em Janeiro de 1894, e sobre a frequência”, aparece mesmo a referência “Ignora-se”.³⁰¹⁵

A 28 de Outubro, enviando mapa, Romualdo de Rafael Patrício explica que o mês de Novembro é de férias.³⁰¹⁶ A 7 de Dezembro desse ano, envia novo mapa em que, no espaço de observações, alega a falta de livros como responsável pelo atraso e pela baixa frequência de alguns alunos.³⁰¹⁷

A 30 de Janeiro de 1884, refere os vários alunos que deixaram a escola, alguns porque “saíram prontos” e um que deixou de frequentar por ter entrado no colégio particular da vila em 4 de Julho de 1882, ainda que voltando, em 12 desse mês, a apresentar-se novamente nela.³⁰¹⁸ Nesse mesmo dia, na coluna de observações de outro mapa, explica que existiam 52 alunos; tendo “saído prontos” 3 durante o ano anterior, um dos quais com aproveitamento

³⁰¹⁰ B.O., 16 Junho, nº 24, p. 104.

³⁰¹¹ B.O., 16/06/1860, nº 24, p. 100.

³⁰¹² B.O., 23/06/1871, nº 25 p. 105.

³⁰¹³ B.O., 8/01/1886, nº 2, p. 9.

³⁰¹⁴ B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 470.

³⁰¹⁵ B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 128.

³⁰¹⁶ Quelimane, 28/10/1881. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 60.

³⁰¹⁷ Quelimane, 7/12/1881. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 62.

³⁰¹⁸ Quelimane, 30/01/1884. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 64.

sofrível; deixaram de frequentar 2 de 28 anos e a 12 de Janeiro apresentara-se o que frequentava o Colégio da vila.³⁰¹⁹

No início de Fevereiro de 1884 o mesmo professor envia nova relação de empregados.³⁰²⁰ Em nota a um mapa semestral de 1884 explica que nele não entram os discípulos que lêem o ABC e as “sílabas”.³⁰²¹ Salienta que por falta de livros de gramática a não aprendem alguns alunos “que estão nos casos de estudá-la”.³⁰²² Em mapa de 31 de Julho e na coluna de “observações” explica que existiam 50 alunos; tendo saído dois com aproveitamento bom; um com sofrível e outro com medíocre, tendo restado 46.³⁰²³ A 30 de Setembro e na mesma coluna de “observações” de outro mapa explica que existiam 46 alunos; deixou de frequentar um; foram matriculados sete. Ficaram 52.³⁰²⁴ Em 30 de Outubro é a vez de mencionar as férias de Novembro.³⁰²⁵

No final de Dezembro de 1885, em nota ao mapa de movimento de alunos desse ano, o professor Romualdo Patrício regista que seis alunos que em Setembro se encontravam matriculados na escola saíram porque os parentes os mandaram para o Colégio de Jesus. Depois de muitos meses acabariam por voltar à escola. A maior parte dos discentes que têm parentes fora da vila registam muitas faltas, uns “(...) pelo desleixo d’aquelles não obrigar à frequência, outros por não tratar de novo fatto os vestir ou por não terem na Villa quem os possa sustentar por muitos mezes (...)”, razões de ordem económica e cultural que se saldavam numa frequência irregular.³⁰²⁶

Em mapa de Fevereiro de 1887 inscreve em “observações” que existiam 54 alunos, tendo-se matriculado três durante o mês e apresentando-se um outro “depois de sete annos” de falta, o que totalizava 58.³⁰²⁷ Registam-se mortes. “Faleceu o aluno nº 265” pode ler-se em nota de Romualdo Patrício, em “observações” a um mapa de movimento de alunos de 30 de Setembro de 1887.³⁰²⁸

Nas observações também se podem assinalar entradas e saídas de alunos durante o mês por variadas razões. Como quando a 27 de Fevereiro de 1875, o mesmo professor explica que os três alunos que deixaram de frequentar foram para Senna e Tete. Participa que no dia anterior tivera “febres e peso da cabeça; acho-me hoje aliviado, porem muito abatido”.³⁰²⁹ Ou

³⁰¹⁹ Quelimane, 30/01/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 64.

³⁰²⁰ Quelimane, 4/02/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 65.

³⁰²¹ Quelimane, 30/06/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 68.

³⁰²² Quelimane, 30/12/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 73.

³⁰²³ Quelimane, 31/07/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 69.

³⁰²⁴ Quelimane, 30/09/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 71.

³⁰²⁵ Quelimane, 30/10/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 72.

³⁰²⁶ Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Quelimane, 28/12/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 16.

³⁰²⁷ Quelimane, 28/02/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 91.

³⁰²⁸ Quelimane, 30/09/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 26.

³⁰²⁹ Quelimane, 27/02/1875. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 6.

a inscrição, a 29 de Outubro de 1887, da saída da escola para o colégio de três alunos, durante esse mês.³⁰³⁰

No mapa relativo ao ano económico de 1875-76, Romualdo Patricio inscreve algumas anotações interessantes na coluna “População escolar”. Primeiro, que durante o ano económico em causa a escola foi frequentada maioritariamente por “filhos do país” ainda que existissem alguns europeus. Avança com o número de 300 rapazes “filhos do país”, e de pais católicos que poderiam frequentar a escola, mas foca facto de os progenitores residirem em diferentes pontos dos vastos Prazos do Distrito que, por não terem na vila parentes ou pessoas conhecidas que permitam a “estabilidade no estudo”, não os mandavam à escola.

Afirma reconhecer entre os nativos “(...) muita habilidade e propensão para o seguimento das aulas superiores, é pena que as não haja na província, porque decerto encontrariam discipulos em quantidade que as frequentasse com muitissimo aproveitamento.”; Seguidamente, (e como que em apoio destas última convicção) – regista que durante o ano saíram “prontos” quatro alunos que se encontram empregados, respectivamente: na Secretaria do Governo; na Repartição da Tesouraria; na casa Francesa “servindo”; e um foi para Tete “praticando-se no comércio”.

Os seus alunos aprendem a ler, escrever, contar e catecismo “com explicações as mais necessárias”. Seis deles, mais adiantados nas operações de aritmética, passaram para as operações de somar e diminuir por números heterogéneos, e regras de tara, inclusive somar e multiplicar decimal e sublinha: “As matérias que nesta aula se aprendem, só lhes podem utilizar para o comércio ou qualquer emprego que desejem preferir”. Termina a nota ao “Aproveitamento” dos discípulos explicando que sente a falta de material para o desenvolvimento dos alunos na escrita e leitura, faltando livros, gramáticas, exemplares de aritmética, ortografias, catecismos impressos, métodos facílimos, entre outros.³⁰³¹

A 30 de Setembro de 1875, com envio de novo mapa, segue a comunicação de que os alunos que deixaram de frequentar foram para a vila de Sena de onde eram naturais.³⁰³² Novembro é mês de férias em conformidade com a Portaria do Governo-Geral da Província de 13 de Agosto de 1862,³⁰³³ que obriga também à publicação do calendário escolar, na sala da escola, das férias “divinas” de 25 de Dezembro a 6 de Janeiro e os três dias desde o

³⁰³⁰ Quelimane, 29/10/1887. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 27.

³⁰³¹ 14/08/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 13.

³⁰³² 30/09/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 16.

³⁰³³ 14/08/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 17.

domingo da quinquagésima a Quarta-feira de Cinzas; desde o Domingo de Ramos até o da Páscoa, de harmonia com o calendário gregoriano.³⁰³⁴

Em observações ao mapa de Junho de 1882, anota que existiam 66 alunos, tendo entrado onze no Colégio particular da vila, restando 55.³⁰³⁵ Dos alunos que recolheram ao Colégio particular é apresentado o seguinte aproveitamento: Com a classificação de “Bom” nas matérias de Leitura, Escrita, Aritmética, Doutrina e Gramática – 3 alunos; Com “sofrível” nas mesmas disciplinas – 3 alunos; Com “mediocre” em Leitura e Escrita – 5 alunos.³⁰³⁶

Outro mapa de 29 de Julho de 1882 explica na coluna “observações” que eram 55 os alunos existentes no anterior mês de Julho, de que restaram 51.³⁰³⁷ A 30 de Agosto de 1882, descreve que nesse mês entraram no Colégio 5 alunos, respectivamente: com aproveitamento bom, 3; aprendendo exercícios de letras, 2, tendo permanecido 46.³⁰³⁸ O Colégio do Bom Jesus capta alguns – poucos – alunos da Escola Régia.

Por vezes sente-se que o professor encara o desenvolvimento dos alunos como um aferidor da qualidade do seu desempenho. Em 19 de Fevereiro de 1892, o mapa em duplicado referente ao ano económico de 1890-1891 expõe a frequência e aproveitamento da população escolar. De harmonia com a portaria provincial nº 114 de 11 de Junho de 1875 “(...) afim de V. Ex^a apreciar devidamente o desenvolvimento dos discipulos a meu cargo.”³⁰³⁹

Em Relatório dirigido à secretaria geral da provincia, pelo Governador Interino do districto de Tete, relativo ao anno de 1866 explicita-se:

Frequentaram durante o anno 27 alumnos, dos dois sexos, na eschola primaria do districto. Foi para o seu adiantamento devido isso a diversas causas; sendo a uma das essenciaes o matricularem-se os alumnos pela maior parte, sem que saibam uma palavra em portuguez e com todos os costumes cafriaes.³⁰⁴⁰

No espaço de “Informações dos distritos”, na segunda metade da década de 80, constante dos sucessivos Boletins Oficiais e no local reservado a informações de movimento de alunos que frequentam a “Instrução Pública”, o Governador de Tete opta por, em vez de fornecer números, tecer longas considerações sobre o ensino naquela localidade, que retratam, pelo olhar da autoridade, o contexto da instrução naquela área. Quase nunca são publicadas estatísticas, substituídas pelas longas observações do Governador. Ao longo do tempo as suas observações cessarão, trocadas por referências em que remete para as anotações dos meses

³⁰³⁴ 24/12/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 18.

³⁰³⁵ Quelimane, 30/06/1882. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 27.

³⁰³⁶ Quelimane, 30/06/1882. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 30.

³⁰³⁷ A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 30.

³⁰³⁸ Quelimane, 30/08/1882. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 30.

³⁰³⁹ Quelimane, 19/02/1892. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 35.

³⁰⁴⁰ B.O., 30/03/1867, pp. 49-53, nº 13, p. 52.

anteriores, acabando por optar por nada aí inscrever, até ao retomar do envio normal da frequência dos alunos.

Quando as aulas são muito frequentadas podem gerar outras necessidades. Para além de poderem ser interpretadas como valorização do professor, representam um acréscimo de trabalho cujo registo não deve passar em claro. Em Tete, a Novembro de 1889, a “(...) aula do sexo masculino continua a ser extraordinariamente concorrida sendo de absoluta necessidade que o professor tenha um ajudante para o coadjuvar em tão importante serviço.”³⁰⁴¹ É o próprio Governador do distrito que o assinala e que, em outra nota relativa a Novembro, inscreve: “*Instrução Publica* – Tiveram logar uns pequenos exames, em que os alumnos mostraram algum adiantamento e em que vi que o professor se esmera em que elles aproveitem; para este acto se fez convite ás auctoridades e moradores.”³⁰⁴² O facto é retomado em outra nota relativa a Novembro, na mesma secção: “*Instrução Publica* – Tiveram logar uns pequenos exames, em que os alumnos mostraram algum adiantamento e em que vi que o professor se esmera em que elles aproveitem; para este acto se fez convite ás auctoridades e moradores.”³⁰⁴³

Importa, de resto, publicitar a importância das actividades escolares junto das populações. Também em Tete, a 25 de Julho de 1890, realizava-se a festividade de S. Tiago Maior, padroeiro da vila, recebendo a “sagrada comunhão seis meninas que se acham matriculadas na escola do seu respectivo sexo, e que, a expensas de sua professora, compareceram ricamente adornadas”.³⁰⁴⁴

Em 1885, a 30 de Setembro, frequentavam a escola – incluindo a pública e a particular, “dos padres” – 50 alunos e a 31 de Dezembro, 66. Apenas oito meninas frequentaram a escola, abandonando-a todas no final de Dezembro. Dos 66 alunos que constavam do livro de matrículas, muitos nunca vieram à escola. Mais de metade dos alunos estiveram ausentes no “tempo da fome”.³⁰⁴⁵ A escola não poderia deixar de sujeitar-se às contingências e debilidades da região.

Em certas localidades, a escola assegura a educação dos descendentes de poderosos locais, sendo, por sua vez, por eles apoiada. Em Outubro de 1890 a escola do Zumbo, recém-aberta é frequentada por 37 alunos “dos quais 18 são filhos e netos do capitão-mór José do Rosário Andrade”, sendo a escola regida pelo pároco.³⁰⁴⁶ Em Dezembro desse ano a escola é

³⁰⁴¹ B.O., 15/02/1890, nº 7, p. 85

³⁰⁴² B.O., 13/01/1887, nº 3, p. 25.

³⁰⁴³ B.O., 13/01/1887, nº 3, p. 25.

³⁰⁴⁴ B.O., 8/11/1890, nº 45, p. 479.

³⁰⁴⁵ B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 490.

³⁰⁴⁶ B.O., 14/02/1891, nº 7, p. 69.

frequentada “com regular aproveitamento. Regida pelo padre”.³⁰⁴⁷ Em Março de 1891, 24 alunos apresentam idêntico aproveitamento.³⁰⁴⁸

Em Angoche, nos anos de 1886-87, o aproveitamento, tanto na escola masculina como feminina, segundo o relatório do Governador de Distrito, “(...) pode dizer-se que foi nullo.” Segundo ele porque aos “(...) paes torna-se-lhes completamente indifferente a instrucção de seus filhos, e mesmo me convenço que, tornando-se o ensino obrigatorio, pouco se poderia conseguir.” Caracteriza a população referindo que as

(...) mulheres do districto quasi que não se dedicam a trabalhos proprios do seu sexo. Os pretos são que cozem pannos e differentes vestuarios de que usam; sendo para notar que, os pretos e pretas mais aceados e decentemente vestidos que tenho visto na provincia de Moçambique, são os que habitam as villas de Parapato e Angoche.³⁰⁴⁹

Acompanhando uma sequência da vida e quotidiano escolar de uma localidade, temos uma observação mais precisa da irregularidade que pode caracterizar as actividades escolares. Aspecto que não é, de forma alguma, imputável aos alunos. Na escola do sexo masculino de Angoche, em Março 1882, a escola de instrução primária não funcionou, em consequencia do professor se achar com licença na capital.³⁰⁵⁰ Situação que se prolongou até Junho de 1882.³⁰⁵¹ As informações lacónicas prolongam-se. Em Junho de 1883, sobre o aproveitamento dos alunos regista-se que têm “(...) feito algum progresso”,³⁰⁵² em Novembro, que os 8 alunos “mostraram adiantamento”,³⁰⁵³ e em Dezembro, apenas que existem 8 alunos, até dia 6, altura em que o professor ficou doente.³⁰⁵⁴ Em Janeiro de 1884 apenas a informação de que os “(...) alunos que frequentam vão mostrando adiantamento.”³⁰⁵⁵ No ano seguinte regista-se que a “(...) escola do sexo feminino não funciona por falta de professora.”³⁰⁵⁶ Em Março, que a “(...) escola do sexo masculino foi frequentada por 7 alumnos, sendo 4 praças do destacamento, com uma frequencia irregular, e 3 “paisanos” com mau aproveitamento”, enquanto que a escola do sexo feminino continua sem funcionar por falta de professora.³⁰⁵⁷ Em Agosto de 1885 regista-se que a “(...) escola do sexo masculino não funciona, porque o professor recolheu á capital afim de tratar da sua doença (...)”³⁰⁵⁸ E se em Outubro de 1885 a “(...) escola do sexo masculino não funcionou por falta de professor, e a do sexo femenino

³⁰⁴⁷ B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149.

³⁰⁴⁸ B.O., 19/09/1891, nº 38, p. 401.

³⁰⁴⁹ B.O., 5/11/1887- N.º 45. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1886-1887.*

³⁰⁵⁰ B.O., 29/04/1882, nº 19, p. 164.

³⁰⁵¹ B.O., 15/07/1882, nº 30, p. 233.

³⁰⁵² B.O., 14 de Julho de 1883, nº 28, p. 195.

³⁰⁵³ B.O., 29 de Dezembro de 1883, nº 52, p. 351

³⁰⁵⁴ A.H.M., *Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. m.4(6), doc.1

³⁰⁵⁵ B.O., 8/03/1885, nº 10, p. 50 .

³⁰⁵⁶ B.O., 14/02/1885, nº 7, p. 46.

³⁰⁵⁷ B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164.

³⁰⁵⁸ B.O., 26/09/1885, nº 39, p. 309.

foi frequentada por quatro alumnas e um aluno”,³⁰⁵⁹ em Dezembro a “(...) escola do sexo masculino não funcionou por falta de professor, assim como a do sexo feminino por se achar doente a professora.”³⁰⁶⁰ As impossibilidades do professor tornam-se mais importantes, à medida que o tempo passa, pois em Janeiro de 1886 a “(...) escola do sexo masculino não funcionou, e a do sexo feminino foi frequentada por 4 alunas desde 15.”³⁰⁶¹ Só em Fevereiro desse ano a escola do sexo masculino funcionou desde dia 26.³⁰⁶² Mas logo em Agosto a do sexo feminino não funcionou por falta de professora.³⁰⁶³ Em Fevereiro de 1887 é a vez de a escola masculina não funcionar por doença do professor,³⁰⁶⁴ situação que se mantém em Julho, quando a do sexo feminino apenas é frequentada por três alunas e igual número de alunos.³⁰⁶⁵ Em Agosto especifica-se que a escola do sexo masculino não funcionou pela retirada do professor para a capital e a do sexo feminino foi demandada por quatro alunas e três alunos.³⁰⁶⁶ Em Novembro, é a vez de a escola do sexo feminino não funcionar desde dia 18 por a professora se encontrar doente,³⁰⁶⁷ situação que só se recompõe no mês seguinte, Dezembro, desde dia 4.³⁰⁶⁸ Esta situação culmina em Março de 1895, quando se regista, laconicamente, que a instrução se encontra pouco “(...) desenvolvida porque os indígenas na sua maioria gostam do ócio”.³⁰⁶⁹ Sem se acrescentar que a ele puderam dar largas perante o absentismo institucional que a escola representou.

A Dezembro de 1884 ainda não há qualquer manifestação de instrução pública, pois o professor do sexo masculino encontra-se no gozo de licença da Junta de Saúde e o lugar de professora do sexo feminino continua vago.³⁰⁷⁰ Em Janeiro do ano seguinte a escola do sexo feminino ainda não funciona por falta de professora,³⁰⁷¹ situação que se mantém em Março, enquanto a escola do sexo masculino foi frequentada por sete alunos, “(...) sendo 4 praças do destacamento, com uma frequencia irregular, e 3 “paisanos” com mau aproveitamento.”³⁰⁷² Em Agosto de 1885, já a “(...) escola do sexo masculino não funciona, porque o professor recolheu á capital afim de tratar da sua doença (...)”.³⁰⁷³ Mantendo-se a a situação desta última em Outubro, enquanto a do sexo feminino “(...) foi frequentada por quatro alumnas e

³⁰⁵⁹ *B.O.*, 28/11/1885, nº 48, p. 390.

³⁰⁶⁰ *B.O.*, 9/01/1886, nº 2, p. 68

³⁰⁶¹ *B.O.*, 27/02/1886, nº 9, p. 94

³⁰⁶² *B.O.*, 20/03/1886, nº 12, p. 121.

³⁰⁶³ *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 480.

³⁰⁶⁴ *B.O.*, 16/04/1887, nº 16, p. 160.

³⁰⁶⁵ *B.O.*, 27/08/1887, nº 35, p. 397.

³⁰⁶⁶ *B.O.*, 1/10/1887, nº 40, p. 456.

³⁰⁶⁷ *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 597.

³⁰⁶⁸ *B.O.*, 4/02/1887, nº 5, p. 77.

³⁰⁶⁹ *B.O.*, 21/09/1895, nº 38, p. 364

³⁰⁷⁰ *B.O.*, 17/01/1885, nº 3, p. 18.

³⁰⁷¹ *B.O.*, 14/02/1885, nº 7, p. 46.

³⁰⁷² *B.O.*, 27/06/1885, nº 26, p. 164.

³⁰⁷³ *B.O.*, 26/09/1885, nº 39, p. 309.

um aluno.”³⁰⁷⁴ No último mês de 1885 a escola do sexo masculino não funciona por falta de professor, e a do sexo feminino por doença da professora.³⁰⁷⁵

Em Janeiro de 1886, a do sexo masculino não funcionou, e a do sexo feminino apenas foi frequentada por quatro alunas a partir de dia 15.³⁰⁷⁶ Em Julho de 1887 a escola masculina não funcionou por doença do professor e a do sexo feminino apenas foi frequentada por três alunas e três alunos.³⁰⁷⁷ Em Agosto deste ano a escola do sexo masculino não funcionou pela “retirada” do professor para a capital e a feminina regista quatro alunas e três alunos.³⁰⁷⁸ Esta última, em Novembro, deixa de funcionar a partir de dia 18 por a professora estar doente,³⁰⁷⁹ retomando no dia 4 do mês seguinte.³⁰⁸⁰

No mês de Abril de 1888 a escola masculina funcionou durante o mês,³⁰⁸¹ mas em Maio já não “(...) consta que fosse frequentada”.³⁰⁸² Ainda sem dados nos meses de Junho e Julho de 1888, é referido que as escolas foram frequentadas.³⁰⁸³ Também o foram as duas escolas régias em Outubro, ainda que irregularmente. Nesse mês o encarregado do governo de distrito, tenente Henrique Carlos Curvio Semmedo, comenta de forma significativa:

“Parece-me que era melhor escolher alguns rapazes naturaes do districto e enviar á escola de artes e officios em Moçambique, applicando para isso a verba de 46\$660 réis mensais que presentemente se dispende, sem utilidade alguma, com os professores e as casas. Frequentavam a aula do destacamento cinco praças do destacamento e cinco paisanos.”³⁰⁸⁴

Em Novembro de 1888 não funcionou a escola do sexo masculino por falta de professor e a do destacamento é frequentada por cinco praças do mesmo e cinco “paisanos” civis,³⁰⁸⁵ continuando em Dezembro de 1888 fechada a do sexo masculino por falta de professor e a do destacamento frequentada por cinco praças e três civis.³⁰⁸⁶

Na escola do sexo masculino, em Maio de 1889, dos quatro alunos que o professor menciona no mapa respectivo, três não apareceram durante todo o mês na escola. Na do sexo feminino as alunas são irmãs da professora.³⁰⁸⁷ Nesta escola e nos meses de Setembro de 1890, Maio, Julho e Agosto de 1891 não “houve escola por falta de mestra”.³⁰⁸⁸

³⁰⁷⁴ B.O., 28/11/1885, nº 48, p. 390.

³⁰⁷⁵ B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 68.

³⁰⁷⁶ B.O., 27/02/1886, nº 9, p. 94.

³⁰⁷⁷ B.O., 27/08/1887, nº 35, p. 397.

³⁰⁷⁸ B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 456.

³⁰⁷⁹ B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 597.

³⁰⁸⁰ B.O., 4/02/1887, nº 5, p. 77.

³⁰⁸¹ B.O., 26/05/1888, nº 21, p. 352.

³⁰⁸² B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 408.

³⁰⁸³ B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 470; B.O., 25 de Agosto de 1888, nº 34, p. 544.

³⁰⁸⁴ B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 696.

³⁰⁸⁵ B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 745.

³⁰⁸⁶ B.O., 2/03/1888, nº 9, p. 155.

³⁰⁸⁷ B.O., 13/07/1889, nº 28, p. 430.

³⁰⁸⁸ B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6; B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149; B.O., 30/06/1891, nº 26, p. 261; B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 375; B.O., 12/09/1891, nº 37, p. 386.

Sem outra informação de frequência que a menção “A constante dos mapas” esta repete-se ao longo dos meses de Novembro de 1892; Abril, Junho, Julho, Outubro, Novembro e Dezembro 1893; Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 1894, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1895³⁰⁸⁹

Por portaria nº 148 do Governo-Geral suprime-se o lugar de professora primária em António Enes por se depreender dos mapas de frequência que a escola não efectua o movimento necessário para justificar a existência de uma professora.³⁰⁹⁰

Em Junho de 1891 apresentou-se o professor de instrução primária e a escola começou a ser frequentada por dois alunos.³⁰⁹¹ Setembro de 1892 foi mês de férias.³⁰⁹²

No mapa anual respeitante a 1885, enviado a 3 de Abril de 1886, pela Secretaria do Governo do Distrito de Angoche, assinado pelo Governador, existe uma nota que explica que a escola funcionou até Julho, por o professor se achar no gozo de licença da Junta de Saúde. Dos 11 alunos, seis eram militares e cinco civis.³⁰⁹³

Em Angoche, uma nota ao rendimento de uma aluna, Conceição Maria Martins, refere que “(...) Esta menina não é inteligente, e tem um aproveitamento mau devido aos seus padecimentos físicos.”.

A necessidade determina a existência de grupos de alunos mistos, porque a escola masculina se encontra encerrada por causas várias ou porque o escassíssimo número de alunos, num dado momento, aponta essa como a melhor solução. A escola é frequentada por quatro alunos: três meninas e um menino. Explica-se sobre João Nunes de Sousa, de 5 anos, que “Este menino foi admittido na escola por não haver professor. Frequentou desde 15 de Setembro até 30 de Novembro”.

Em relação assinada pelo Governador do distrito e referindo-se a uma outra menina, Isabel Maria Martins, de 15 anos, informa-se que quando “(...) entrou sabia ler e escrever.”³⁰⁹⁴

Em Janeiro de 1889, em Angoche, e no dia 28, tomara conta da escola o professor Apolinario Francisco Xavier Soares.³⁰⁹⁵ Aquandp da sua substituição, a tutela questiona a veracidade das informações por ele prestadas quanto à frequência dos alunos, como se pode concluir pela observação de Junho desse mesmo ano:

³⁰⁸⁹ B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 650; B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 426.; B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 494; B.O., 2/09/1893, nº 35, p. 526; B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 716; B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 16; B.O., 17/02/1894, nº 7, p. 81; B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 128; B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272; B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272; B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 293; B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343; B.O., 16/06/1894, nº 24, p. 320; B.O., 21/07/1894, nº 29, p. 385; B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112; B.O., 21/03/1896, nº 12, p. 122; B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 158; B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159; B.O., 25/04/1896, nº 17, p. 168; B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182.

³⁰⁹⁰ B.O., 9/05/1896, nº 19, p. 179.

³⁰⁹¹ B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 297.

³⁰⁹² B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602.

³⁰⁹³ Secretaria do Gov. Dist. Angoche, 3/04/1886. A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 3 (1), doc. 2.

³⁰⁹⁴ Secretaria do Gov. Dist. Angoche, 3/04/1886. A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. 1 m. 3 (1), doc. 1.

³⁰⁹⁵ B.O., 9/03/1889, nº 10, 175.

Frequentaram a escola do sexo masculino, 9 alunos. O professor Apolinário Francisco Xavier Soares que em 18 seguiu para a capital, afim de ser presente a junta de saúde, tinha apenas um rapaz que frequentava a escola; o actual, nomeado interinamente por este governo e que exerce também o cargo de escrivão da delegação, no immediato dia em que tomou posse do professorado, apparecerem por sua diligencia, 6 alumnos e presentemente tem os 9 de que acima fallo e constam do mappa que envio, dos quaes, 8, tiveram frequencia effectiva e um regular. Attestados firmados por mim e passados ao referido professor Apolinario Soares, com data anterior a esta informação, não devem ter valor algum, pois só agora conheço o desmazelo que votava ao cargo que se achava desempenhando.³⁰⁹⁶

Em Maio de 1889 a escola encontra-se fechada por o professor se achar com licença da junta.³⁰⁹⁷

O professor Ignacio Leão Cotta envia mapa do Parapato no início de Julho de 1889.³⁰⁹⁸ Este professor anota observações interessantes sobre os alunos. As notas agrupam-se, na coluna de observações nas seguintes categorias: “Estuda com aproveitamento”; Estuda com pouco aproveitamento”; “Idem e sua frequência é irregular”; “Estuda com muita dedicação”; “É explicativo e sabe ler decompondo as sílabas, assinar, escrever os algarismos digitos conhecendo valor. Acha-se mais adiantado que todos outros alunos”; “Pouco frequente para escola”. Isto demonstra a diferença quanto às anotações tomadas por cada professor também quanto ao domínio qualitativo em que se encontram os seus alunos.³⁰⁹⁹

As fontes manuscritas e impressas consultadas ao longo de vários anos permitiram recolher um significativo volume de dados sobre os alunos que frequentaram as escolas criadas na centúria de oitocentos na Província. Esses elementos descrevem os alunos que frequentam a instrução primária no território continental em múltiplos aspectos, quanto à raça, sexo, religião, naturalidade, idade, assim como o aproveitamento com que são classificados pelos professores.

Como opção metodológica considerámos que seria mais compreensível a apresentação destes elementos, que comportam milhares de registos documentais tanto de fontes manuscritas como impressas, sendo as primeiras fundamentalmente do Arquivo Histórico de Moçambique e as segundas cotejadas do Boletim Oficial, em suporte gráfico, sintetizando as linhas gerais das características que apurámos.

Considerámos que a frequência dos alunos em escolas na província na segunda metade do século XIX era por si só um elemento fundamental e basilar para a fundamentação da análise que fizemos do desenvolvimento da instrução neste período. Com estes dados

³⁰⁹⁶ *B.O.*, 3/08/1889, nº 31, p. 483.

³⁰⁹⁷ *B.O.*, 30/05/1891, nº 22, p. 212.

³⁰⁹⁸ Parapato, 1/07/1889, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 54.

³⁰⁹⁹ Parapato, 5/11/1889, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 56.

percebe-se que houve, efectivamente, uma rede pública de instrução e um sistema educativo, embora incipiente, no território, rede que integrou rapazes e raparigas de diversas naturalidades e locais, que de alguma forma assimilaram, em maior ou menor grau, a língua e a cultura do colonizador e a ideia de território, espaço colonial, província.

O desenvolvimento de uma perspectiva coerente sobre os números totais de alunos a frequentar as escolas exigia a sistematização dos registos encontrados. Apresentam-se representações gráficas do número total de alunos que frequentava as escolas em distritos de Moçambique – “frequência total”. Os registos de frequências totais careciam de sistematização a nível dos diferentes distritos moçambicanos. Existem várias limitações para esta análise mas considerámo-la pertinente para o trabalho desenvolvido e que corporizava, de alguma forma, a tese defendida neste trabalho. Exemplos dessas limitações: os registos são descontínuos, por vezes inexistentes, não foi possível identificar registos para alguns anos em todos os distritos; para o mesmo distrito, verificou-se que em alguns anos foi possível recolher registos relativos a mais do que um mês, enquanto noutros foi possível identificar apenas um registo. Quanto à caracterização dos alunos optámos por não a uniformizar, uma vez que a diferente observação dos professores em relação aos seus educandos reflecte os diversos olhares pelos quais trabalhámos estes dados.

Seguidamente, apresenta-se uma descrição dos dados a partir da estimativa do valor central, através do cálculo da “média”, e uma estimativa da dispersão dos dados com base no cálculo dos valores “máximos”. Os valores anuais são calculados com base nos meses disponíveis para o respectivo ano e os valores para cada mês calculados com base nos meses correspondentes, disponíveis de cada ano.

Pretende-se assim obter uma visão preliminar do perfil de cada aspecto a considerar, ao longo dos anos, para os quais existem registos, assim como um perfil ao longo de doze meses, que será designado como perfil “anual-sazonalidade”.

As “médias anuais” representam um valor de tendência central para cada ano. As “médias mensais” representam um valor de tendência central para avaliar o perfil sazonal. Dado que nem todos os anos analisados incluem os respectivos 12 meses, estas estimativas, em muitos casos, padecem de representatividade real, lapso que se deverá ter em conta na continuidade deste trabalho.

Tendo esta limitação em consideração, os valores médios fornecerão indicações da tendência mais conservadora de acréscimo ou decréscimo dos alunos a frequentar as escolas dos distritos. Os valores máximos são incluídos como indicadores de alguma irregularidade ao longo de cada ano, espelhando as variações mensais/anuais e complementando a estimativa

anterior. Por exemplo, em situações em que «máximo» e «média» do mesmo ano diferem claramente (por exemplo em 1898 no distrito de Lourenço Marques), é possível inferir da ocorrência de oscilações no mesmo ano, tal como no perfil anual. A totalidade dos dados é apresentada em quadros que acompanham a representação gráfica.

Os distritos apresentados foram escolhidos pelo facto de proporcionarem séries de dados num intervalo de anos abrangente compreendido entre a metade e o final do século XIX.

Relativamente aos valores de frequências totais nos distritos em análise, é possível verificar algumas tendências:

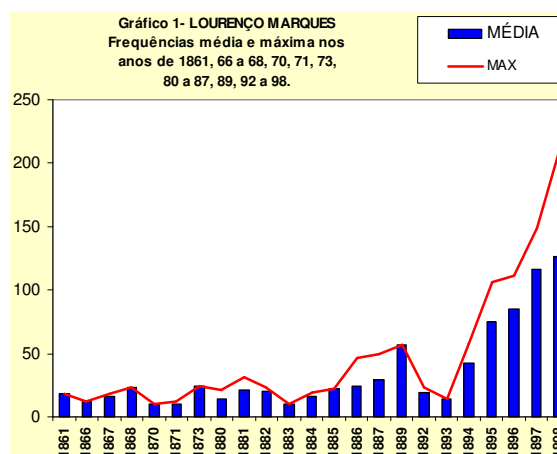
– A frequência das escolas nos diferentes distritos, aferida pelos valores médios dos registos, era distinta, embora não seja possível identificar uma tendência geral, dada a diversidade dos padrões entre distritos; porém, é interessante notar que, no início da década de 50, a escola de Lourenço Marques seja, entre todas, a que tem menor número total de alunos a frequentar, enquanto no final do século é claramente a que conta com mais alunos; as diferenças entre os valores registados no primeiro e último dos anos para os quais se apresentam registos revelam que apenas para o distrito de Lourenço Marques se verificou um acréscimo significativo de alunos na segunda metade do século XIX; uma análise da representação gráfica correspondente, revela que o acréscimo tem lugar essencialmente entre 1889 e 1898;

Em Moçambique e em Cabo Delgado são notórios decréscimos nos valores médios de frequência ao longo do tempo; relativamente a Moçambique, é possível identificar um decréscimo entre 1872 e 1873 que não foi possível recuperar ao longo dos anos seguintes;

LOURENÇO MARQUES

A escola regimental assegura durante décadas a existência de instrução na localidade.

A frequência varia entre uma e duas dezenas de estudantes e conhece um aumento importante a partir de 1889, o que se relaciona com a crescente importância da localidade na estratégia colonizadora portuguesa. Situa-se acima dos 100 alunos nos últimos anos do século.



Os conflitos e a precariedade que marcaram a vida de Lourenço Marques implicaram uma actividade muito modesta no domínio da “instrução” nas décadas de 60 a meados de 80. Os tímidos números de frequência acompanham a instabilidade que grassa na povoação e distrito.

Os dados de frequência para Lourenço Marques apresentam um número de alunos que vai aumentando à medida que nos aproximamos do final do século e que a importância do local se vai afirmando, transformando-se no centro administrativo da Província.

Após a sua elevação a cidade, observa-se um significativo aumento do número de alunos. Paralelamente realizam-se vários empreendimentos no domínio ferroviário e correspondente demanda da região por novos habitantes. Após o ano de 1897, elevada a nova capital, o aumento de estudantes consolida-se.

A maior frequência média regista-se entre os anos de 1897 e 1900, tendo o máximo de alunos inscritos ocorrido durante o ano de 1898.

De um modo global, a segunda metade do século acentua o cosmopolitismo da região, onde se fixam indivíduos de diversas nacionalidades, especialmente entre europeus e asiáticos.

No início dos anos 60, a população escolar corresponderia a cerca de 2% dos habitantes da localidade, ao passo que em 1894 se situaria próximo dos 5.7%, num movimento de subida que se deverá ter acentuado nos anos seguintes.

A escola regimental assegurou, durante décadas, a existência de instrução em Lourenço Marques. No mês de Julho de 1861, 18 instruendos frequentam a escola

regimental.³¹⁰⁰ Nos anos 60 e 70 a oscilação de frequência situa-se entre cerca de uma e duas dezenas de alunos.³¹⁰¹

Apesar de grandes oscilações mensais, na primeira metade dos anos 80, rondará as duas dezenas de pupilos, maioritariamente de origem africana.³¹⁰²

No *Relatório do Governo de distrito de Lourenço Marques referente ao ano de 1885 a 1886*, mostra-se o movimento da Escola, no mapa de frequência do sexo masculino regida pelo pároco da freguezia da villa,

“único estabelecimento d’instrucção existente no districto” e frequentada, em média, por 24 alumnos, “numero limitadissimo em relação á população.

O logar de professora d’instrucção primaria do sexo feminino esteve apenas preenchido proximamente 82 dias e durante esse tempo não houve frequencia alguma.”³¹⁰³

Na segunda metade dos anos 80, duas a três dezenas de alunos inscrevem-se, anualmente, na escola.³¹⁰⁴ No 1º trimestre de 1889, o total foi de 57 alunos.³¹⁰⁵

Na década de 90 aumenta o número de alunos, atingindo-se diversas vezes mais de 60 e mesmo de 100, para os últimos anos.³¹⁰⁶ Em 1898, por exemplo, encontramos uma frequência mínima de 126 alunos em Dezembro e uma máxima de 209 em Outubro.³¹⁰⁷

Na escola feminina de Lourenço Marques, em Abril de 1880, com cinco alunas, a frequência aumentaria para as 21 educandas em Junho, frequentando o primeiro grau.³¹⁰⁸ Na segunda metade da década, a assiduidade oscila entre 20 e 50 discípulas consoante os meses.³¹⁰⁹

No início dos anos 90, existem frequências que ultrapassam as duas dezenas.³¹¹⁰

Com a criação do Instituto Rainha D. Amélia, no final do século, o ensino das meninas ganha outra dimensão. O número de alunas aumenta ao longo dos anos 90.³¹¹¹

No último trimestre de 1898, a frequência situa-se nas 80 ou 81 alunas.³¹¹² Em 1899 acima das 80.³¹¹³ Em 1900 oscila entre as 60 de Maio e as 74 de Junho.³¹¹⁴

³¹⁰⁰ B.O., 28/09/1861, nº 50, 160.

³¹⁰¹ B.O., 29/05/1869, nº 24, p. 97. B.O., 2/06/1869, nº 25 p. 102. B.O., 15/10/1870, nº 40, p. 167. B.O., 10/08/1872, nº 32 p. 132. B.O., 16/05/1874, nº 20, p. 77. B.O., 6/01/1879, nº 1, pp. 3 e 4.

³¹⁰² B.O., 10/05/1880, nº 19, 97, B.O., 7/06/1880, nº 23, 117, B.O., 14/06/1880, nº 24, p.129, B.O., 26/06/1880, nº 30, p.159, B.O., 13/09/1880, nº 37, 190. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx.70, m.2, docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. B.O., 9/12/1882, nº 51, p. 365. B.O., 22/01/1887, nº 4, pp. 30 e 31. *Relatório do Governo de distrito de Lourenço Marques referente ao ano de 1885 a 1886*.

³¹⁰³ Id. Ibid.

³¹⁰⁴ A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx.70, m.2, docs. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30.

³¹⁰⁵ Id. Ibid., doc. 31.

³¹⁰⁶ Id. Ibid., docs. 53, 55, 57, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 69, 71, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 96, 98, 100, 103, 104, 105, 106.

³¹⁰⁷ Id. Ibid., docs. 107, 110, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 133.

³¹⁰⁸ B.O., 10/05/1880, nº 19, p. 97, B.O., 14/06/1880, nº 24, p.129, B.O., 26/07/1880, nº 30, p.159, B.O., 13/09/1880, nº 37, p. 179, Id. Ibid., p.190.

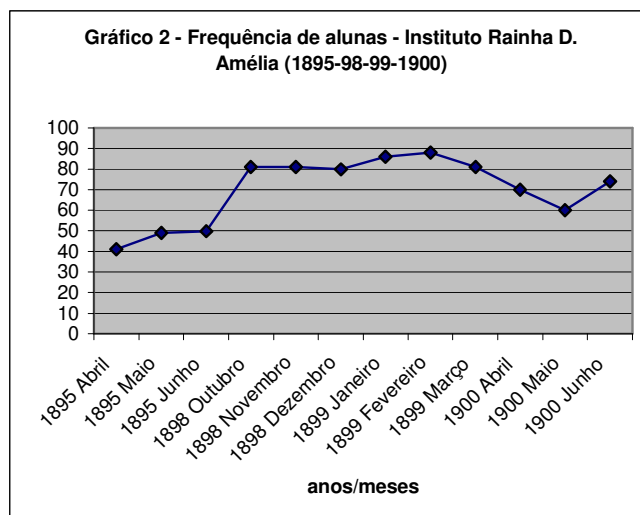
³¹⁰⁹ A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 8.70, m.3, doc. 3.

³¹¹⁰ Id. Ibid., docs. 11, 13.

³¹¹¹ A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx.70, m.4, doc. 3.

³¹¹² Id. Ibid., doc. 21.

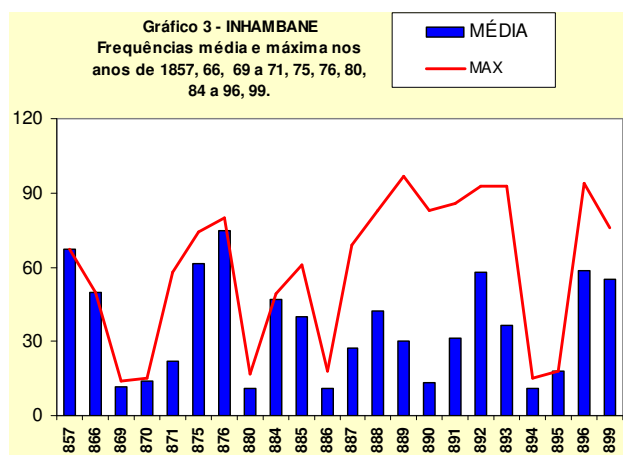
³¹¹³ Id. Ibid.



A progressão do aumento do número de alunas nas duas últimas décadas do século XIX foi lenta, mas real. Para tal terão contribuído os números de frequência atingidos pelo Instituto Rainha D^a Amélia nos últimos anos da década de 90, que culminaram uma evolução em crescendo que nos anos anteriores se vinha revelando nas escolas régias existentes, apesar de irregularidades na frequência escolar.

A disparidade das informações quanto à população de Inhambane inviabiliza uma análise minimamente credível dos números da população escolar em relação ao total de habitantes. Salientando esta precaução obtemos, apenas apontando valores relativos a 1858 e 1891, na escola de sexo masculino, respectivamente 9.6% e 5.7%.

Ataques e ameaças sofridas por Inhambane não poderão ter deixado de se reflectir no quotidiano escolar. Do mesmo modo, certas epidemias, como foi o caso da varíola nos anos de 1883/84, que podem explicar a quebra de alunos neste último ano, recuperada nos anos seguintes. Contudo, os valores de frequência locais são interessantes, ao longo dos vários anos apurados, registando um ligeiro aumento, especialmente nos valores máximos, entre 1889 e o final do século.



³¹¹⁴ *Id. Ibid.*, doc. 30.

De 1857 a 1859 funcionava aula do sexo masculino no Quartel da vila de Inhambane, com um total de alunos entre as cinco e as sete dezenas, tendo como professor o Governador Interino, major Jacinto Henriques d' Oliveira.³¹¹⁵

Em nota a Abril e Maio de 1860, e atestando dificuldades e instabilidade que assolam a povoação, refere-se que os “(...) alunos da religião moura, sentaram praça, e o resto anda fugitivo”.³¹¹⁶ Desde os primeiros anos da década de 60 a 1899, Inhambane faculta “instrução” a um número importante de alunos com mínimos de perto de 50 e máximos superiores a 90.³¹¹⁷

Apesar das flutuações registadas assiste-se a uma tendência de aumento até aos anos 90, particularmente de estabilização, entre as oito e as nove dezenas de alunos.³¹¹⁸

No ano de 1863, a frequência anual da escola régia é de 59 alunos.³¹¹⁹ Até 1869 as frequências oscilarão entre mais de 30 e 50 alunos.³¹²⁰ De 1871, a 1875 oscila a frequência entre 30 e 74 aprendizes.³¹²¹ Na segunda metade da década a frequência engloba cerca de 70 estudantes, incluindo algumas meninas.³¹²²

Na década de 80, a assiduidade à escola permanece entre as quatro e sete dezenas de alunos.³¹²³ Em 1888 e 1889 oscila entre 60 e 97 alunos.³¹²⁴

³¹¹⁵ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (11), doc. 1a). B.O., 25/08/1860, nº 34, p. 143.

³¹¹⁶ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(4), docs. 10, 12.

³¹¹⁷ Id. Ibid.

³¹¹⁸ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (12), docs. 22, 23, 24, B.O., 16/03/1889, nº 11, p. 191, B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 263, B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 337, B.O., 8/06/1889, nº 23, p. 373, B.O., 6/07/1889, nº 27, p. 422, B.O., 27/07/1889, nº 30, p. 461, B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 558, B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624, B.O., 2/11/1889, nº 44, p. 648, B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 637, B.O., 4/01/1890, nº 1, p. 5.

³¹¹⁹ B.O., 26/03/1863, nº 13, p. 82.

³¹²⁰ B.O., 24/02/1866, nº 8, p. 32, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(12), doc. 1. B.O., 13/02/1869, nº 7 p. 25, B.O., 27/02/1869, nº 9, p. 36, B.O., 24/07/1869, nº 36 p. 146, B.O., 9/10/1869, nº 48, p. 214, B.O., 30/10/1869, nº 51, p.232.

³¹²¹ B.O., 29/06/1871, nº 30 p. 126, B.O., 23/09/1871, nº 38 p. 160, B.O., 11/11/1871, nº 45 p. 188, B.O., 30/12/1871, nº 52 p. 216, B.O., 13/01/1872, nº 2 p. 10, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (6), doc. 46, B.O., 20/01/1872, nº 3 p. 15, B.O., 17/02/1872, nº 7 p. 32, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (6), doc. 47, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (12), doc. 2, B.O., 2/03/1872, nº 9 p. 41, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (12), doc. 3. Escola Primária da Vila de Inhambane, 1/12/1871. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (12), doc. 2. Escola Primária da Vila de Inhambane, 31/12/1871. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (12), doc. 3. B.O., 6/07/1872, nº 27 p. 111, B.O., 3/08/1872, nº 31 p. 127, B.O., 3/08/1872, nº 31 p. 127, B.O., 24/08/1872, nº 34 p. 144, B.O., 9/11/1872, nº 45 p. 187, B.O., 14/12/1872, nº 50 p. 207, B.O., 14/06/1873, nº 24, p. 28, B.O., 4/10/1873, nº 40, p. 162, B.O., 10/04/1875, nº 15, p. 85, B.O., 10/04/1875, nº 15, p. 86, B.O., 1/05/1875, nº 18, p. 103, B.O., 19/06/1875, nº 25, p. 150, B.O., 7/08/1875, nº 32, p. 194, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (6), docs. 2, 4, B.O., 11/12/1875, nº 50, p. 277, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (4), doc. 3.

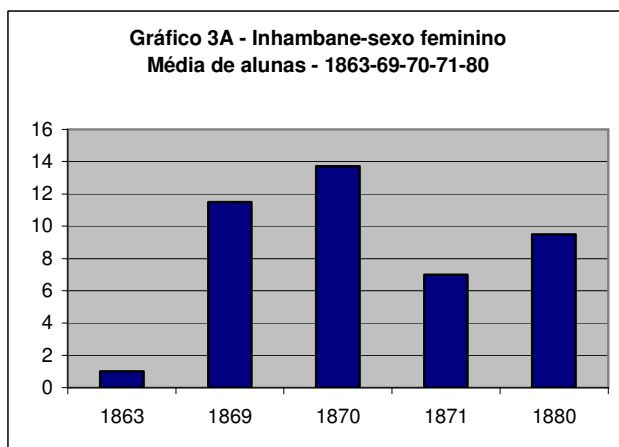
³¹²² A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (4), docs. 2, 3, 5, 4, 7, 6, 9, 10, 13, 12, 15, 14, 16, 19, 18, 21, 23, 22, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(6), doc. 2. B.O., 20/05/1878, nº 20, p. 111, B.O., 18/11/1878, nº 46, p. 266, B.O., 9/12/1878, nº 49, p. 283, B.O., 17/03/1879, nº 11, p. 71.

³¹²³ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (6), docs. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 32, 33, 51, B.O., 18/04/1885, nº 16, p. 114, B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 14, B.O., 13/03/1886, nº 11, p. 110, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 174, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 5/07/1886, nº 23, p. 217, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 330, B.O., 13/07/1886, nº 31, p. 386, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 444, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 481, B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 15/01/1887, nº 3, p. 24, B.O., 5/02/1887, nº 6, p. 54, B.O., 5/03/1887, nº 10, p. 90, B.O., 2/04/1887, nº 14, p. 141, B.O., 7/05/1887, nº 19, p. 200, B.O., 4/06/1887, nº 23, p. 250, B.O., 4/06/1887, nº 23, p. 296, B.O., 30/07/1887, nº 31, p. 346, B.O., 20/08/1887, nº 34, p. 383, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(12), docs. 4, 5, 6, 7, B.O., 17/09/1887, nº 38, p. 428, B.O., 29/10/1887, nº 44, p. 499, B.O., 10/12/1887, nº 50, p. 582, B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 94.

³¹²⁴ A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1(12), docs. 8, 9, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 189, B.O., 7/04/1888, nº 14, p. 251, B.O., 12/05/1888, nº 19, p. 314, B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 407, B.O., 7/07/1888, nº 27, p. 443, B.O., 11/08/1888, nº 32, p. 509, B.O., 1/09/1888, nº 35, p. 555, B.O., 13/10/1888, nº 41, p. 626, B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 694, B.O., 15/12/1888, nº 50, p. 736, B.O., 12/01/1889, nº 2, p. 21, B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 143, B.O., 12/01/1889, nº 2, p. 21, B.O., 16/03/1889, nº 11, p. 191, B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 263, B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 337, B.O., 8/06/1889, nº 23, p. 373, B.O., 6/07/1889, nº 27, p. 422, B.O., 27/07/1889, nº 30, p. 461, B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 558, B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624, B.O., 2/11/1889, nº 44, p. 648, B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 637, B.O., 4/01/1890, nº 1, p. 5.

Na década de 90, a escola, frequentada por uma minoria de meninos e algumas meninas, atingiu frequências que variaram entre principalmente entre as quatro e as nove dezenas.³¹²⁵

Já em 1909, o professor, padre António Martins da Costa e Silva refere a existência de noventa alunos, africanos, com a única exceção de um europeu.³¹²⁶



Na escola régia de meninas de Inhambane, e na frequência anual de 1863 consta apenas uma aluna.³¹²⁷ Em 1869 cursam entre 14 e 9.³¹²⁸ Em 1870 e 1871 frequentam entre 7 e 15 alunas.³¹²⁹

Em 31 de Março de 1879, sendo “de reconhecida vantagem a criação de uma cadeira de instrução primaria para o sexo feminino, na villa de Inhambane”, é sustentada uma cadeira de instrução primária do sexo feminino,

“sendo o ordenado da professora designado no orçamento para as mestras de meninas e pago pelo remanescente da verba votada no orçamento para o ordenado do professor, visto que na dita villa é incumbido o magistério ao parocho da freguezia, ao qual é só abonado parte do vencimento dos professores que não acumulam estes dois cargos.”³¹³⁰

³¹²⁵ B.O., 12/04/1890, nº 15, p. 183 B.O., 8/03/1890, nº 10, p. 134, B.O., 12/04/1890, nº 15, p. 183, B.O., 5/07/1890, nº 27, p. 301, B.O., 12/07/1890, nº 28, p. 313, A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m.1 (6), docs. 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 53, 56. B.O., 8/11/1890, nº 45, p. 479, B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 386, B.O., 20/12/1890, nº 51, p. 538, B.O., 27/12/1890, nº 52, p. 554, B.O., 14/02/1891, nº 7, p. 70, B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 86, B.O., 14/03/1891, nº 11, p. 107, B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 170, B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 178, B.O., 23/05/1891, nº 21, p. 207, B.O., 30/05/1891, nº 22, p. 212, B.O., 30/06/1891, nº 26, p. 261, B.O., 12/09/1891, nº 37, p. 386, B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 444, B.O., 24/10/1891, nº 43, p. 564, B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 444, B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 170; B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 178; B.O., 23/05/1891, nº 21, p. 207; Id. Ibid., p. 212. B.O., 24/10/1891, nº 43, p. 564. B.O., 8/10/1892, nº 41, p. 456; B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602; B.O., 21/01/1893, nº 3, p. 49, B.O., 8/10/1892, nº 41, p. 456, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602, B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 633, B.O., 21/01/1893, nº 3, p. 49, B.O., 11/03/1893, nº 10, p. 151, B.O., 6/05/1893, nº 18, p. 270, B.O., 27/05/1893, nº 21, p. 306, B.O., 10/06/1893, nº 23, p. 329, B.O., 29/07/1893, nº 30, p. 453, B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 493, B.O., 9/09/1893, nº 36, p. 538, B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 548, B.O., 14/10/1893, nº 41, p. 594, B.O., 4/11/1893, nº 44, p. 626, B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 717, B.O., 24/02/1893, nº 8, p. 106. O dado relativo a Novembro de 1883 deve ser equivocado, uma vez que dispomos de documento do Arquivo Histórico de Moçambique que se reporta a 83 alunos. B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 16. B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 548. B.O., 24/03/1894, nº 12, p. 150, B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 292, B.O., 9/06/1894, nº 23, p. 305, B.O., 14/07/1894, nº 28, p. 375, B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343, B.O., 30/03/1895, nº 13, p. 125, B.O., 13/07/1895, nº 28, p. 289, B.O., 12/10/1895, nº 42, p. 387, B.O., 26/10/1895, nº 43, p. 415.

³¹²⁶ Ribeiro, 1910, p. 344.

³¹²⁷ B.O., 26/03/1863, nº 13, p. 82.

³¹²⁸ Id. Ibid., B.O., 30/10/1869, nº 51, p. 232.

³¹²⁹ B.O., 18/06/1870, nº 23, B.O., 1/10/1870, nº 38, BO, 19/11/1870, nº 45, p. 189, B.O., 14/01/1871, nº 2, p. 5, B.O., 29/06/1871, nº 30, p. 126, B.O., 23/09/1871, nº 38 p. 160, B.O., 11/11/1871, nº 45 p. 188.

³¹³⁰ B.O., 31/03/1879, nº 13, p. 82.

Na década de 80, registam-se grandes oscilações de frequência, entre 18 ou, apenas 2 alunas.³¹³¹

Uma frequência em geral baixa, embora com grandes variações, também nos anos 90 de uma ou duas alunas até pouco mais de duas dezenas ou excepcionalmente três, em Maio de 1996.³¹³²

Existem notícias relativas a algumas outras pequenas escolas na região com existências fugazes, como a que existia em Maxixe com 10 instruendos em Novembro e Dezembro de 1885.³¹³³ Sabemos que a escola do sexo masculino da Maxixe começaria a funcionar, declaradamente, em 7 de Março de 1887,³¹³⁴ com registos de frequência, neste ano e no seguinte, entre sete e 17 estudantes, oriundos maioritariamente da Maxixe, mas também de outras localidades como Manja, Sahanie, Cumbane, ou Gumbeni.³¹³⁵

O relatório do residente chefe das Terras de Gaza, relativo ao tempo decorrido desde 29 de Maio de 1886 a 31 de Dezembro de 1887 especifica que funcionavam desde 13 de Novembro de 1886, duas escolas de instrução primária, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino. A frequência na primeira era de oito educandos e de nove na segunda, apesar de,

³¹³¹ *B.O.*, 19 Março 1880, nº 13, *B.O.*, 19/04/1880, nº 16, p. 82, *B.O.*, 10/05/1880, nº 19, p. 97, *B.O.*, 14/06/1880, nº 24, p. 129, *B.O.*, 26/06/1880, nº 30, p. 159, *B.O.*, 13/09/1880, nº 37, p. 179, *B.O.*, 18/04/1885, nº 16, p. 114, *B.O.*, 26/12/1885, nº 52, p. 416, *B.O.*, 9/01/1886, nº 2, p. 14, *B.O.*, 13/02/1886, nº 7, p. 68, *B.O.*, 13/03/1886, nº 11, p. 110, *B.O.*, 17/04/1886, nº 16, p. 174, *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *B.O.*, 5/07/1886, nº 23, p. 217, *B.O.*, 3/07/1886, nº 27, p. 330, *B.O.*, 13/07/1886, nº 31, p. 386, *B.O.*, 28/08/1886, nº 35, p. 444, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 481, *B.O.*, 16/10/1886, nº 42, p. 515, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 564, *B.O.*, 15/01/1887, nº 3, p. 24, *B.O.*, 5/02/1887, nº 6, p. 54, *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m.1(5), docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, *B.O.*, 5/03/1887, nº 10, p. 90, *B.O.*, 2/04/1887, nº 14, p. 141, *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 250, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 296, *B.O.*, 30/07/1887, nº 31, p. 346, doc. 7, *B.O.*, 20/08/1887, nº 34, p. 383, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 428, *B.O.*, 29/10/1887, nº 44, p. 499, *B.O.*, 10/12/1887, nº 50, p. 582, *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 94, *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189, *B.O.*, 12/05/1888, nº 19, p. 314, *AB.O.*, 16/06/1888, nº 24, p. 407, *B.O.*, 11/08/1888, nº 32, p. 509, *B.O.*, 1/09/1888, nº 35, p. 555, *B.O.*, 13/10/1888, nº 41, p. 626, *B.O.*, 17/11/1888, nº 46, p. 694, *B.O.*, 15/12/1888, nº 50, p. 736, *B.O.*, 12/01/1889, nº 2, p. 21, *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 143, *B.O.*, 12/01/1889, nº 2, p. 21, *B.O.*, 16/10/1886, nº 42, p. 515, *B.O.*, 17/11/1888, nº 46, p. 694, *B.O.*, 16/03/1889, nº 11, p. 191, *B.O.*, 16/03/1889, nº 11, p. 191, *B.O.*, 20/04/1889, nº 16, p. 263, *B.O.*, 25/05/1889, nº 21, p. 337, *B.O.*, 8/06/1889, nº 23, p. 373, *B.O.*, 6/07/1889, nº 27, p. 422, *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 461, *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 558, *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 624, *B.O.*, 2/11/1889, nº 44, p. 648, *B.O.*, 30/11/1889, nº 48, p. 637, *B.O.*, 4/01/1890, nº 1, p. 5, *B.O.*, 20/04/1889, nº 16, p. 263, *B.O.*, 2/11/1889, nº 44, p. 648, *B.O.*, 30/11/1889, nº 48, p. 637.

³¹³² *B.O.*, 8/03/1890, nº 10, p. 134, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 183, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 301, *B.O.*, 12/07/1890, nº 28, p. 313, *B.O.*, 8/11/1890, nº 45, p. 479, *B.O.*, 30/08/1890, nº 35, p. 386, *B.O.*, 20/12/1890, nº 51, p. 538, *B.O.*, 27/12/1890, nº 52, p. 554, *B.O.*, 14/02/1891, nº 7, p. 70, *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86, *B.O.*, 14/03/1891, nº 11, p. 107, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 183, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 170, *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 178, *B.O.*, 23/05/1891, nº 21, p. 207, *B.O.*, 30/05/1891, nº 22, p. 212, *B.O.*, 30/06/1891, nº 26, p. 261, *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 564, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 170, *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 178, *B.O.*, 23/05/1891, nº 21, p. 207, *B.O.*, 30/05/1891, nº 22, p. 212, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 564, *B.O.*, 11/03/1893, nº 10, p. 151, *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m.1 (5), docs. 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 39, 40, 45, 46, 55, 56, *B.O.*, 6/05/1893, nº 18, p. 270, *B.O.*, 27/05/1893, nº 21, p. 306, *B.O.*, 10/06/1893, nº 23, p. 329, *B.O.*, 29/07/1893, nº 30, p. 453, *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 493, *B.O.*, 9/09/1893, nº 36, p. 538, *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 594, *B.O.*, 23/12/1893, nº 51, p. 717, *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 16, *B.O.*, 24/02/1893, nº 8, p. 106, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 548, *B.O.*, 4/11/1893, nº 44, p. 626, *B.O.*, 24/02/1893, nº 8, p. 106, *B.O.*, 24/03/1894, nº 12, p. 150, *B.O.*, 2/06/1894, nº 22, p. 292, *B.O.*, 9/06/1894, nº 23, p. 305, *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 343, *B.O.*, 14/07/1894, nº 28, p. 375, *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 289, *B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 415.

³¹³³ *B.O.*, 9/01/1886, nº 2, p. 14, *B.O.*, 13/01/1886, nº 7, p. 68.

³¹³⁴ *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (9), doc. 1; Inhambane, 31/05/1887. *Id. Ibid.*, doc. 2; Inhambane, 1/07/1887. *Id. Ibid.*, doc. 3; Inhambane, 31/07/1887. *Id. Ibid.*, doc. 4; Inhambane, 31/08/1887. *Id. Ibid.*, doc. 5; Inhambane, 30/09/1887. *Id. Ibid.*, doc. 6, doc. 7; Inhambane, 29/02/1887. *Id. Ibid.*, doc. 9.

³¹³⁵ *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m.1 (9), docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 250, *B.O.*, 30/07/1887, nº 31, p. 346, *B.O.*, 20/08/1887, nº 34, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 428, *B.O.*, 29/10/1887, nº 44, p. 499, *B.O.*, 10/12/1887, nº 50, p. 582, *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 94, *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m.1(9), docs. 7, 8, 9, *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189, *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 251.

nessa mesma data se encontrarem matriculados respectivamente 14 e 25 estudantes.³¹³⁶ Matrículas e frequência real não correspondem, com prejuízo para a segunda.

Em 1887, no mês de Agosto, na escola de instrução primária do sexo masculino em Mussurize, no “País de Gaza”, existem 10 instruendos.³¹³⁷ No mês de Setembro, apenas um aluno e no de Novembro três.³¹³⁸ A escola de Gaza foi inaugurada a 12 de Novembro de 1887, com 11 instruendos matriculados incluindo cinco filhos de Ngungunyane.³¹³⁹ A instituição parece ser, sobretudo, um instrumento diplomático, uma forma de manter relações especiais com o chefe «vátua». A existência de ensino no Mussurize não se pode separar das intenções de relação dos portugueses com o Ngungunyane, considerado, apesar das infidelidades e dificuldades, como um auxiliar poderoso das pretensões lusas.³¹⁴⁰

A escola feminina abriria, no mesmo local, um pouco mais tarde, nela se ensinando português, ler, escrever e contar, e labores femininos.³¹⁴¹ Em Setembro e Outubro deste último ano, a professora na escola feminina é Maria dos Prazeres Baptista e a frequência é de oito instruendos.³¹⁴²

O professor Maximiano José do Rosário para 1887 e 1888, refere que a escola masculina é frequentada por dez instruendos.³¹⁴³

Em Setembro de 1891, na “Escola transitória dos filhos do Gungunhana e seus indunas”, contam-se 15 alunos.³¹⁴⁴

Na secção de informações dos districtos publicada no Boletim Oficial em Outubro de 1900, e relativa a Gaza, mais concretamente a Bilene/Chibuto, informa-se no comando militar do Chibuto quanto a “Instrução Publica”, para o mês de Junho, que vai abrir uma escola de instrução primária regida pelos padres missionários.³¹⁴⁵ A 31 de Agosto de 1900, o mesmo

³¹³⁶ B.O., 11/02/1888, N.º 6, pagina 86.

³¹³⁷ Mussurize, 31/08/1888. A.H.M., Gov. Dist. *Quelimane*, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 1.

³¹³⁸ Mussurize, 30/09/1889. A.H.M., Gov. Dist. *Quelimane*, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 4. Mussurize, 30/11/1889. *Id. Ibid.*, doc. 4.

³¹³⁹ Vilhena, 1999a, pp. 64-65. Certos autores afirmam que Ngungunyane teria mandado envenenar o seu filho “Manua”, que havia estudado na escola de artes e ofícios de Moçambique a quem detestaria por haver adquirido “(...) alguns hábitos de civilização dos brancos, por saber ler, escrever e ser afeiçoado aos portugueses.” Toscano e Quintinha, 1930, p. 89.

³¹⁴⁰ Ngungunyane manter-se-ia no Mussurize até 1889 até decidir a mudança da capital. Toscano e Quintinha, 1930, p. 79. Entre os professores que aí prestaram serviço no ensino de português contam-se Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, Apolinário Francisco Xavier Soares, Romualdo Patrício Martins dos Anjos, Maximiano José do Rosário, Ibraimo Selemangy. Vilhena, 1999a pp. 65-66.

Este é um exemplo da utilização da instrução como forma de actuar junto dos poderosos e nas sociedades por eles dominadas. Independentemente da existência de limites a esta acção. Assim se compreende que se possa ler no Boletim Oficial, em 1888: “Logo que um professor de instrução primária e duas mestras chegaram ao Mussurize, todos os filhos, filhas e as mais novas irmãs do regulo, com muitos outros parentes, começaram a frequentar as duas aulas; e dentro d’um mez todos os rapazes conheciam as letras, soletravam, iam compreendendo o sentido das palavras que liam e sabiam dar o nome portuguez a grande numero de objectos. Tendo, como julgo, continuado a instrução, já hoje o successor de Gungunhana deve fallar portuguez e ler correntemente.” B.O., 17/03/1888, n.º 11, p. 193.

³¹⁴¹ Os Residentes deveriam enviar ao Secretário-geral do Governo, os mapas de frequência e aproveitamento dos alunos. A lição diária durava três horas, a que se seguiam outras actividades lúdicas e o ensino das orações religiosas.

No campo feminino, entre as oito alunas, onde figuravam Ubafo, irmã do Ngungunyane, e a sua filha Gongote, pratica-se costura, leitura e escrita. Uma das professoras foi enviada de volta ao Reino põe “mau comportamento”, chegando a sugerir-se que era amante de Ngungunyane. Vilhena, 1999a pp. 65-66. As professoras em serviço foram Maria dos Prazeres Baptista, Maria Luísa Ramos Machado; e, no Bilene, Júlia Augusta Bouthier Ferreira Montenegro. *Id. Ibid.*

³¹⁴² Mussurize, 30/09/1888. *Id. Ibid.*, doc. 2, Mussurize, 31/10/1888. *Id. Ibid.*, doc. 3.

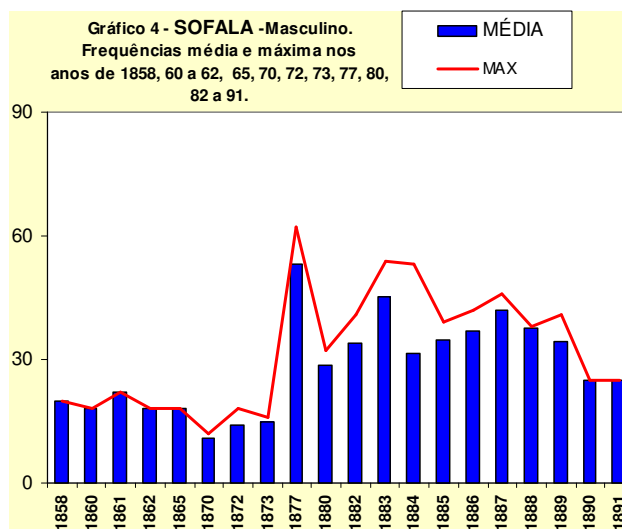
³¹⁴³ Mussurize, 31/08/1888. A.H.M., Gov. do Dist. Militar de Gaza, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 1.

³¹⁴⁴ B.O., 24/10/1891, n.º 43, p. 563.

³¹⁴⁵ B.O. n.º 38, 22/09/1900, p. 318.

comando informa que esta mesma escola “foi frequentada durante o mez por 6 alumnos do sexo masculino e 3 do sexo feminino”.³¹⁴⁶ Em Outubro do mesmo ano, outra informação refere 35 alunos do sexo masculino e cinco do feminino.³¹⁴⁷ Em Dezembro, o Padre José Dias Ferreira Lino assegura o serviço religioso e escolar.³¹⁴⁸

Noutro ponto do território, Sofala e Chiloane são duas localidades em que os dados podem aparecer separadamente ou como o total de frequência de ambas. Ainda que com enormes reservas perante os dados apurados relativamente à população existente nesses locais, verifica-se que a percentagem de estudantes em relação à população total se situa quase sempre abaixo de 1% e especialmente em 0,5%.



A instabilidade gerada pelos Nguni, a decadência patente nos anos 50, a passagem da capital de distrito, em 1865, de Sofala para Chiloane, problemas permanentes de salubridade, a varíola que atacou nos anos 80, a frágil presença portuguesa que obrigava a uma política de compromisso com os régulos das vizinhanças numa região de forte influência islâmica são factores que explicam a baixa e irregular frequência escolar.

Em Sofala/Chiloane, no ano de 1863, o total de instruendos é de 18.³¹⁴⁹

O professor Adriano Augusto Gomes de Faria em 1 de Junho de 1881 explica que existe, no local, uma escola pública.³¹⁵⁰

No *Relatório do Distrito de Sofala referido ao ano económico de 1886-1887 de 8 de Agosto de 1887*, o Governador Jorge Pinto de Moraes Sarmento refere o funcionamento de três escolas de instrução primária no distrito de Sofala: uma do sexo feminino e outra do masculino em Chiloane, e uma terceira do sexo masculino em Sofala.³¹⁵¹

No ano económico de 1887/1888 o *Relatório do distrito de Sofala* na sua parte III refere que no distrito têm funcionado quatro escolas: duas em Chiloane – uma do sexo

³¹⁴⁶ *Id. Ibid.*

³¹⁴⁷ B.O. nº 49, 8/12/1900, p. 406.

³¹⁴⁸ Chibuto, 4/12/1900. A.H.M., Gov. do Dist. Militar de Gaza, cx. 8. 12 m. 1 (21), doc. 1.

³¹⁴⁹ Sofalla, 27/03/1863. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 3.

³¹⁵⁰ Chiloane, 1/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7

³¹⁵¹ B.O., 24/09/1887, Nº39, pp. 437 e 438.

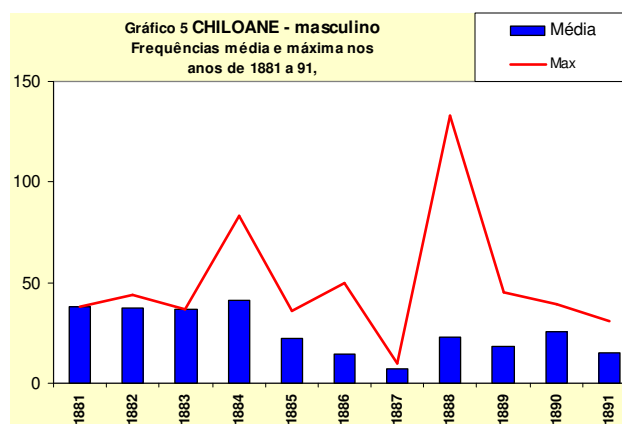
masculino, frequentada por nove alunos; outra do feminino por 15 alunas. Em Sofala existe uma do sexo masculino frequentada por cerca de 37 alunos, e na Beira uma outra cuja frequência era de 22 (tendo esta última começado a funcionar em Dezembro sob direcção do alferes Augusto Cezar da Silva Oliveira, comandante do destacamento). Nas restantes escolas os professores são nomeados por portaria.

A comissão municipal melhorou as condições d'estes ultimos arbitrando-lhes gratificações para poderem morar em casas proprias para escolas; mas a concorrência dos alumnos pouco augmentou, parecendo-me que esta instrucção deve ser obrigatoria, sem o que não se desenvolverá o conhecimento da lingua portugueza.— No districto poucos são os pretos que fallam portuguez, e os muzungos que sabem a nossa lingua só a empregam nas suas relações com europeus, e nas repartições, que é quando absolutamente não podem deixar de a fallar.³¹⁵²

Invocando a exposição do Governador de Sofala quanto à necessidade de restabelecer uma escola de instrução primária naquela vila, o Governador-Geral Agostinho Coelho nomeia para o local o professor Paulino Cassiano da Costa Correia, exonerando-o do lugar de guarda-fiscal de 2ª classe que ocupava até então, em 8 de Julho de 1882.³¹⁵³

A 21 de Novembro de 1885 a escola pública de Sofala era frequentada por 37 alunos.³¹⁵⁴ A irregularidade na frequência, apesar do número total de matriculados, é um factor a ter em conta. A escola de Sofala em 1886-87 regista uma frequência inconstante – no total matricularam-se com desigual persistência 51 instruendos mas, na realidade, só permaneceriam 11 no final do ano escolar. Para a do sexo feminino das onze alunas registadas apenas cinco terminariam o ano.³¹⁵⁵

No dia 1 de Julho de 1890 começou a funcionar a “escola do pároco” missionário Padre Jorge Tolentino Henriques com o total de 12 instruendos.³¹⁵⁶ Consoante as circunstâncias políticas e as condições específicas dos locais, as escolas funcionam em Chiloane, em Sofala, ou em ambos os locais. Na Escola do sexo



³¹⁵² B.O., 22/09/1888, n.º 38, página 585.

³¹⁵³ B.O., 8/07/1882, n.º 29, p. 222. A Paulino Correia se refere Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva em termos comprometedores sugerindo a sua convivência em actos relacionados com o roubo de um Cutter inglês, em 1877, após o assassinio da tripulação “(...) sendo certo que antes de taes acontecimentos, achava-se este empregado empenhado em mais de quatro contos de reis, n'este districto, e posteriormente teve meios, não só para mandar construir, um Batel, como para em todos os leilões figurar como o mais abastado arrematante (...)”. Silva, 1998, p. 291.

³¹⁵⁴ B.O., 21/11/1885, n.º 47, p. 383.

³¹⁵⁵ B.O., 24/09/1887, n.º 39, pp. 437 e 438.

³¹⁵⁶ B.O., 11/10/1890, n.º 41, p. 446.

masculino de Chiloane, nos anos de 1871 a 1878 registamos frequências de 8 a 45 alunos.³¹⁵⁷ Em meados dos anos 70, sublinha-se que a escola é frequentada por ambos os sexos e que em Sofala e Bazaruto não existem professores. Em Julho de 1879 a escola é apresentada como sendo, até esse mês, a única no distrito, tendo-se, no mês seguinte, estabelecido uma outra em Sofala, particular, frequentada por 36 crianças de ambos os sexos.³¹⁵⁸

Em 1882, a escola da “(...) Villa de Sofalla não se acha ainda montada por falta de livros e outros elementos proprios.”³¹⁵⁹

Na década de 80 e na mesma escola de Chiloane, a frequência oscila entre os 26 e os 36 estudantes, podendo ultrapassar os 50, por vezes de “ambos os sexos”.³¹⁶⁰ Em 1884 os resultados são apresentados em bloco, relativos a escolas em Chiloane e Sofala.³¹⁶¹ Em Maio de 1888, a escola do sexo masculino não teve senão seis alunos, no primeiro dia.³¹⁶² Em 1889 a oscilação mensal situa-se entre cinco alunos em Fevereiro e 34 alunos em Agosto.³¹⁶³ Em

³¹⁵⁷ B.O., 29/01/1869, nº 4, p. 16, B.O., 15/10/1870, nº 40, p. 167, B.O., 10/06/1871, nº 23, p. 98, B.O., 17/06/1871, nº 24 p. 101, B.O., 23/06/1871, nº 25 p. 105, B.O., 1/07/1871, nº 26 p. 107, B.O., 9/09/1871, nº 36 p. 152, B.O., 16/09/1871, nº 37 p. 156, B.O., 23/09/1871, nº 38 p. 160, B.O., 13/01/1872, nº 2 p. 10, B.O., 20/01/1872, nº 3 p. 15, B.O., 3/02/1872, nº 5 p. 23, B.O., 2/03/1872, nº 9 p. 41, B.O., 24/08/1872, nº 34 p. 144, B.O., 14/12/1872, nº 50 p. 207, B.O., 4/01/1872, nº 1, p. 2, B.O., 19/07/1873, nº 29, p. 119, B.O., 11/10/1873, nº 41, p. 165, B.O., 6/09/1873, nº 36, p. 147, B.O., 27/12/1873, nº 52, p. 150, B.O., 2/05/1874, nº 18, p. 70, B.O., 16/05/1874, nº 20, p. 77, B.O., 1/08/1874, nº 31, p. 123, B.O., 7/01/1878, nº 1, p. 6, B.O., 11/02/1878, nº 6, p. 30, B.O., 1/04/1878, nº 13, p. 74, B.O., 19/07/1873, nº 29, p. 119, B.O., 11/10/1873, nº 41, p. 165, B.O., 6/09/1873, nº 36, p. 147, B.O., 27/12/1873, nº 52, p. 150, B.O., 2/05/1874, nº 18, p. 70, B.O., 16/05/1874, nº 20, p. 77, B.O., 1/08/1874, nº 31, p. 123, B.O., 7/01/1878, nº 1, p. 6, B.O., 11/02/1878, nº 6, p. 30, B.O., 1/04/1878, nº 13, p. 74, B.O., 8/04/1878, nº 14, p. 81, B.O., 20/05/1878, nº 20, p. 112, B.O., 25/06/1878, nº 25, p. 134, B.O., 26/08/1878, nº 34, p. 192, B.O., 17/03/1879, nº 11, p. 70, B.O., 28/04/1879, nº 17, p. 106, B.O., 28/04/1879, nº 17, B.O., 12/05/1879, nº 19, B.O., 16/06/1879, nº 24, B.O., 21/07/1879, nº 29, B.O., 29/09/1879, nº 39, B.O., 13/10/1879, nº 41, B.O., 3/11/1879, nº 44, B.O., 29/12/1879, nº 52.

³¹⁵⁸ B.O., 3/11/1879, nº 44.

³¹⁵⁹ B.O., 30/12/1882, nº 54, p. 386.

³¹⁶⁰ B.O., 19 Março 1880, nº 13, B.O., 10 Maio 1880, nº 19, p. 97, B.O., 14 Junho 1880, nº 24, p. 129, B.O., 4 Abril 1880, nº 14, p. 74, B.O., 10/05/1880, nº 19, p. 97, B.O., 14/06/1880, nº 24, p. 129, B.O., 28/02/1881, nº 9, p. 50, B.O., 18/10/1884, nº 42, B.O., 27/05/1882, nº 23, p. 185, B.O., 8/07/1882, nº 29, p. 225, B.O., 11/11/1882, nº 47, p. 334, B.O., 3/02/1883, nº 5, p. 35, B.O., 12/05/1883, nº 18, p. 132, B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 139, B.O., 9/06/1883, nº 23 p. 160, B.O., 1/09/1883, nº 35 p. 246, B.O., 15/09/1883, nº 37 p. 258, B.O., 15/12/1883, nº 50 p. 340, B.O., 15/12/1883, nº 50 p. 341, B.O., 9/02/1884, nº 6, p. 28, A.H.M., Gov. Dist. de Sofala, 8.14 m.1 (3), docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, B.O., 14/06/1884, nº 24, p. 109, B.O., 13/12/1884, nº 50 p. 237, B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 9, B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 9, B.O., 27/12/1884, nº 52, p. 250, B.O., 22/11/1884, nº 47, p. 223, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164, B.O., 1/08/1885, nº 31, p. 209, B.O., 10/10/1885, nº 41, p. 325, B.O., 19/12/1885, nº 51, p. 411, B.O., 13/02/1886, nº 7, p. 68, B.O., 13/03/1886, nº 11, p. 110, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 174, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 330, B.O., 31/07/1886, nº 31, p. 386, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 444, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 481, B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 481, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 5/03/1887, nº 10, p. 90, B.O., 2/04/1887, nº 14, p. 141, B.O., 7/05/1887, nº 19, p. 200, B.O., 4/06/1887, nº 23, p. 250, B.O., 25/06/1887, nº 26, p. 288, B.O., 30/07/1887, nº 31, p. 346, B.O., 17/09/1887, nº 38, p. 427, B.O., 22/10/1887, nº 43, p. 490, B.O., 3/12/1887, nº 49, p. 570, B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 598, B.O., 9/06/1888, nº 23, p. 386, B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 189, B.O., 7/04/1888, nº 14, p. 250, B.O., 5/05/1888, nº 18, p. 303, B.O., 8/06/1888, nº 23, p. 386, B.O., 30/06/1888, nº 26, p. 436, B.O., 28/07/1888, nº 30, p. 437, B.O., 25 de Agosto de 1888, nº 34, p. 545, B.O., 25/08/1888, nº 34, p. 545, B.O., 29/09/1888, nº 39, p. 602, B.O., 8/12/1888, nº 49, p. 730, B.O., 5/01/1889, nº 1, p. 7, B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 143, B.O., 2/03/1888, nº 9, p. 157, B.O., 13/04/1889, nº 15, p. 248, B.O., 18/05/1889, nº 20, p. 324, B.O., 1/06/1889, nº 22, p. 355, B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 397, B.O., 27/07/1889, nº 30, p. 460, B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 557, B.O., 17/08/1889, nº 33, p. 502, B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 623, B.O., 26/10/1889, nº 43, p. 641, A.B.O., 30/12/1889, nº 52, p. 733, B.O., 11/01/1890, nº 2, p. 12, B.O., 15/02/1890, nº 7, p. 86, B.O., 11/01/1890, nº 2, p. 12, B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 139, A.H.M., Gov. Dist. de Sofala, 8.21 m.3 (5), doc.17, B.O., 9/06/1883, nº 23 p. 160, B.O., 1/09/1883, nº 35 p. 246, B.O., 15/09/1883, nº 37 p. 258, B.O., 15/12/1883, nº 50 p. 340, B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 9.

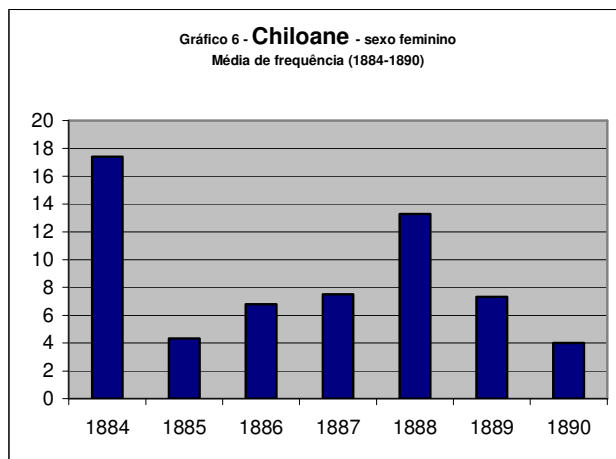
³¹⁶¹ A.H.M., Gov. Dist. de Sofala, 8.21 m.3 (5), docs. 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 154, B.O., 1/08/1885, nº 31, p. 209, B.O., 10/10/1885, nº 41, p. 325, B.O., 13/02/1886, nº 7, p. 68, B.O., 19/12/1885, nº 51, p. 411, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 330, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 330, B.O., 31/07/1886, nº 31, p. 386, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 444, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 481, B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624, B.O., 12/02/1887, nº 7, p. 60, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 189, B.O., 7/04/1888, nº 14, p. 250, B.O., 5/05/1888, nº 18, p. 303, B.O., 9/06/1888, nº 23, p. 386, B.O., 8/06/1888, nº 23, p. 386, B.O., 30/06/1888, nº 26, p. 436, B.O., 25 de Agosto de 1888, nº 34, B.O., 29/09/1888, nº 39, p. 602, B.O., 3/11/1888, nº 41, p. 667, B.O., 1/12/1888, nº 48, p. 711, B.O., 5/01/1889, nº 1, p. 7, B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 143.

³¹⁶² B.O., 30/06/1888, nº 26, p. 436.

³¹⁶³ A.H.M., Gov. Dist. de Sofala, 8.21 m.3 (5), docs. 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, B.O., 2/03/1888, nº 9, p. 157, B.O., 18/05/1889, nº 20, p. 324, B.O., 1/06/1889, nº 22, p. 355, B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 397, B.O., 27/07/1889, nº 30, p. 460, B.O., 17/08/1889,

Dezembro e em Chiloane, frequentaram as duas escolas: a regia, 29 alunos e oito na que o Reverendo Padre José Alves da Silva leccionava.”³¹⁶⁴

Na década de 90 oscila-se entre os 19 e os 45 educandos.³¹⁶⁵ Em 1891 registam-se 27 alunos em Janeiro e 13 em Dezembro.³¹⁶⁶



Na escola do sexo feminino de Chiloane, em 1884 a oscilação mensal é de 10 a 23 alunas.³¹⁶⁷ Em 1885 a frequência é modesta, entre três a cinco alunas, todas de 7 a 12 anos e de «raça» africana.³¹⁶⁸ As matérias leccionadas abrangem “Costura”, Crochet, “Sílabas, Leitura, Escrita, “tabuada”, Doutrina, “caligrafia”, “marcar em talagarça”.³¹⁶⁹

Começando com quatro alunas em Janeiro de 1886, atingir-se-iam as 13 em Dezembro.³¹⁷⁰ Em 1887 a oscilação varia entre as 6 e as 13 alunas.³¹⁷¹ A 10 de Junho a professora viaja para a capital e pára a escola.³¹⁷² Para 1888 e 1889, a frequência anual atinge 6 alunas, tendo saído as restantes que compunham o número total de 17 que frequentavam, e oscila entre aquele número e 10.³¹⁷³ Em 1890 entre três e cinco alunas.³¹⁷⁴ Em Abril de 1890,

nº 33, p. 502, *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 623, *B.O.*, 2/11/1889, nº 44, p. 648, *B.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733, *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, p. 12, *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86.

³¹⁶⁴ *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86.

³¹⁶⁵ *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (5), docs. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 159, *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225, *B.O.*, 17/05/1890, nº 20, p. 233, *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288, *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 140, *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225, *B.O.*, 17/05/1890, nº 20, p. 233.

³¹⁶⁶ *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 169, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (5), docs.75, 76, 77, 78, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 279, *B.O.*, 18/07/1891, nº 29, p. 390, *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 443, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (4), doc.1, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (5), doc.79, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (5), doc.80.

³¹⁶⁷ *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (1), docs.1, 2, 3, 4, 6, *B.O.*, 10/01/1885, nº 2, p. 9, *B.O.*, 10/01/1885, nº 2, p. 9.

³¹⁶⁸ *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (1), docs.10, 7, *B.O.*, 19/12/1885, nº 51, p. 411, *B.O.*, 13/02/1886, nº 7, p. 68.

³¹⁶⁹ *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m. 3 (1), doc.7. “Talagarça” é uma variante da palavra mais comum “telagarça”, de “tela garça”, tecido de fios ralos, sobre o qual se borda.

³¹⁷⁰ *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m. 3 (1), docs.12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 481, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 564, *B.O.*, 11/12/1886, nº 50, p. 624, *B.O.*, 12/02/1887, nº 7, p. 60.

³¹⁷¹ *B.O.*, 5/03/1887, nº 10, p. 90, *B.O.*, 2/04/1887, nº 14, p. 141, *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 250, *B.O.*, 25/06/1887, nº 26, p. 288, *B.O.*, 30/07/1887, nº 31, p. 346, *B.O.*, 20/08/1887, nº 34, p. 383, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 427, *B.O.*, 22/10/1887, nº 43, p. 490, *B.O.*, 3/12/1887, nº 49, p. 570, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 598.

³¹⁷² *B.O.*, 30/07/1887, nº 31, p. 346.

³¹⁷³ *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189, *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 250, *B.O.*, 5/05/1888, nº 18, p. 303, *B.O.*, 8/06/1888, nº 23, p. 386, *B.O.*, 30/06/1888, nº 26, p. 436, *B.O.*, 25/08/1888, nº 34, *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 602, *B.O.*, 3/11/1888, nº 41, p. 667, *B.O.*, 1/12/1888, nº 48, p. 711, *B.O.*, 5/01/1889, nº 1, p. 7, *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 143, *B.O.*, 9/06/1888, nº 23, p. 386, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (1),

a aula não “(...) funcionou por não haver professora nem compêndios segundo declaração da mesma.”³¹⁷⁵

A aula na Beira, em Fevereiro de 1888 com quatro instruendos, rapidamente aumenta para 19 no mês seguinte e manter-se-á acima dos 20 discípulos, atingindo mesmo os 28 em Agosto.³¹⁷⁶ No mês de Janeiro de 1889 é frequentada por 22 alunos e mantém-se em funcionamento nos meses seguintes.³¹⁷⁷

Na Escola do sexo masculino de Sofala, entre 1857 e 1865, os totais de frequência oscilam entre 18 e 28 alunos.³¹⁷⁸

Na primeira metade dos anos 70 detectamos frequências de entre 12 e 18 alunos.³¹⁷⁹ Já em Setembro de 1877, registou-se o número mais baixo de escolares desse ano, 30; os meses restantes situam-se acima dos 50 e os primeiros quatro meses do ano averbam 62.³¹⁸⁰

Em 1882 a frequência dos alunos supera os 30, atingindo, em Dezembro, os 41.³¹⁸¹ No ano seguinte, a assistência situa-se acima das quatro e cinco dezenas de alunos com excepção do mês de Fevereiro com apenas 24.³¹⁸² Em 1884 a assistência flutua entre os 53 alunos em Fevereiro e os 29 nos últimos meses do ano.³¹⁸³ Em 1885 a frequência situa-se entre os 30 e os 39 alunos.³¹⁸⁴ Em 1886 a frequência está entre os 23 e os 42 alunos.³¹⁸⁵ No ano de 1887 contamos entre 36 e 46 escolares.³¹⁸⁶ O ano de 1889 oscila entre os 25 e os 41 alunos.³¹⁸⁷ Frequentaram quatro alunas do sexo feminino em Junho.

docs.19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28. *B.O.*, 2/03/1888, nº 9, p. 157, *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 355, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 397, *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460, *B.O.*, 17/08/1889, nº 33, p. 502, *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 623, *B.O.*, 2/11/1889, nº 44, p. 648, *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, p. 12, *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86, *B.O.*, 17/08/1889, nº 33, p. 502.

³¹⁷⁴ *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225, *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288, *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.21 m.3 (1), docs.29, 30.

³¹⁷⁵ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288.

³¹⁷⁶ *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 250, *B.O.*, 5/05/1888, nº 18, p. 303, *B.O.*, 8/06/1888, nº 23, p. 386, *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 602, *B.O.*, 5/01/1889, nº 1, p. 7, *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 8.

³¹⁷⁷ *B.O.*, 2/03/1888, nº 9, p. 157, *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324, *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460.

³¹⁷⁸ *B.O.*, 5/10/1858, nº 42, p. 166, *B.O.*, 4/10/1862, nº 40, p. 180, *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.19 m.3 (3), doc.3, *B.O.*, 18/08/1866, nº 33, p. 32.

³¹⁷⁹ *B.O.*, 5/11/1870, nº 43, p. 182, *BO*, 19/11/1870, nº 46, p. 193, *B.O.*, 3/08/1872, nº 31, p. 127, *B.O.*, 14/06/1873, nº 24, p. 98.

³¹⁸⁰ *B.O.*, 4/06/1877, nº 23, p. 140, *B.O.*, 4/06/1877, nº 23, p. 141, *B.O.*, 18/06/1877, nº 25, p. 160, *B.O.*, 20/08/1877, nº 34, p. 239, *B.O.*, 27/08/1877, nº 35, p. 246, *B.O.*, 17/09/1877, nº 38, p. 268, *B.O.*, 24/09/1877, nº 39, p. 276, *B.O.*, 24/02/1879, nº 8, p. 55.

³¹⁸¹ *B.O.*, 27/05/1882, nº 23, p. 185, *B.O.*, 8/07/1882, nº 29, p. 225, *B.O.*, 11/11/1882, nº 47, p. 334, *B.O.*, 3/02/1883, nº 5, p. 35, *B.O.*, 12/05/1883, nº 18, p. 132.

³¹⁸² *B.O.*, 19/05/1883, nº 20, p. 139, *B.O.*, 9/06/1883, nº 23 p. 160, *B.O.*, 1/09/1883, nº 35 p. 246, *B.O.*, 15/09/1883, nº 37 p. 258, *B.O.*, 15/12/1883, nº 50 p. 340, *B.O.*, 15/12/1883, nº 50 p. 341, *B.O.*, 9/02/1884, nº 6, p. 28.

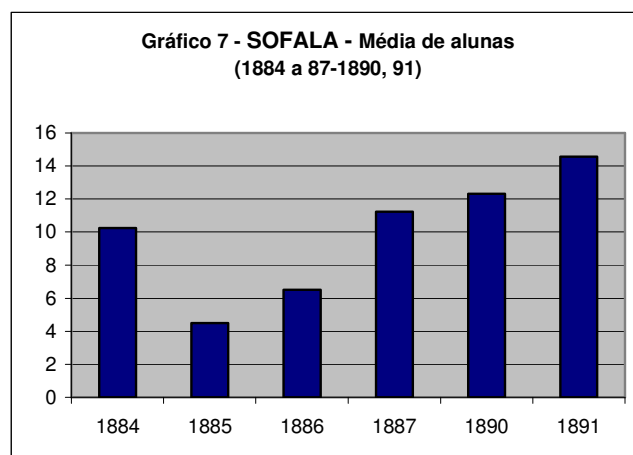
³¹⁸³ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, *B.O.*, 14/06/1884, nº 24, p. 109, *B.O.*, 13/12/1884, nº 50 p. 237, *B.O.*, 10/01/1885, nº 2, p. 9, *B.O.*, 27/12/1884, nº 52, p. 250, *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 223, *B.O.*, 27/06/1885, nº 26, p. 164.

³¹⁸⁴ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs.13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, *B.O.*, 27/06/1885, nº 26, p. 164, *B.O.*, 1/08/1885, nº 31, p. 209, *B.O.*, 10/10/1885, nº 41, p. 325, *B.O.*, 19/12/1885, nº 51, p. 411, *B.O.*, 13/02/1886, nº 7, p. 68.

³¹⁸⁵ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs.27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, *B.O.*, 13/03/1886, nº 11, p. 110, *B.O.*, 17/04/1886, nº 16, p. 174, *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *B.O.*, 3/07/1886, nº 27, p. 330, *B.O.*, 31/07/1886, nº 31, p. 386, *B.O.*, 28/08/1886, nº 35, p. 444, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 481, *B.O.*, 16/10/1886, nº 42, p. 515, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 481, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 564, *B.O.*, 11/12/1886, nº 50, p. 624.

³¹⁸⁶ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs. 40, 39, 41, 44, 45, 46, *B.O.*, 5/03/1887, nº 10, p. 90, *B.O.*, 2/04/1887, nº 14, p. 141, *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 250, *B.O.*, 25/06/1887, nº 26, p. 288, *B.O.*, 30/07/1887, nº 31, p. 346, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 427, *B.O.*, 22/10/1887, nº 43, p. 490, *B.O.*, 3/12/1887, nº 49, p. 570, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 598, *B.O.*, 9/06/1888, nº 23, p. 386, *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 189, *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. 250, *B.O.*, 5/05/1888, nº 18, p. 303, *B.O.*, 8/06/1888, nº 23, p. 386,

Em 1890 e 1891 a assistência situa-se entre os 21 e os 25 alunos.³¹⁸⁸



Na escola do sexo feminino de Sofala, em Fevereiro e Abril de 1890 não existe professora, precisando-se que a instituição não tem funcionado por falta de compêndios e outros objectos necessários.³¹⁸⁹ Nesse ano, a frequência oscila entre quatro e 16 alunas.³¹⁹⁰ Em 1891 flutua entre as 13 e as 15.³¹⁹¹

Em Quelimane existe, nos anos 80, o Colégio de Bom Jesus, instituição particular de ensino criada a pedido dos moradores, que acabará por conhecer muitas dificuldades no seu funcionamento.³¹⁹²

As escolas régias captavam um número significativo de alunos. Em *relatório da Secretaria do Governo Geral do governador do distrito de Quelimane*, do tenente Adelino Abel Coelho da Cruz com referência ao ano económico 1874-75,³¹⁹³ explica-se que a “(...) eschola de Quelimane é bastante frequentada chegando a ter 93 discipulos, quasi todos filhos do paiz, e muito poucos europeus ou descendentes.”

B.O., 30/06/1888, nº 26, p. 436, *B.O.*, 28/07/1888, nº 30, p. 437, *B.O.*, 25 de Agosto de 1888, nº 34, p. 545, *B.O.*, 25/08/1888, nº 34, p. 545, *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 602, *B.O.*, 8/12/1888, nº 49, p. 730, *B.O.*, 5/01/1889, nº 1, p. 7, *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 143.

³¹⁸⁷ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs. 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, *B.O.*, 2/03/1888, nº 9, p. 157, *B.O.*, 13/04/1889, nº 15, p. 248, *B.O.*, 18/05/1889, nº 20, p. 324, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 355, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 397, *B.O.*, 27/07/1889, nº 30, p. 460, *B.O.*, 7/09/1889, nº 36, p. 557, *B.O.*, 17/08/1889, nº 33, p. 502, *B.O.*, 12/10/1889, nº 41, p. 623, *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 641, *AB.O.*, 30/12/1889, nº 52, p. 733, *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, p. 12, *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 86, *B.O.*, 11/01/1890, nº 2, p. 12.

³¹⁸⁸ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (3), docs. 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, *B.O.*, 29/03/1890, nº 13, p. 159, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 182, *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 226, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 300, *B.O.*, 25/10/1890, nº 43, p. 461, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 489, *B.O.*, 11/10/1890, nº 41, p. 446, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 489, *B.O.*, 13/12/1890, nº 50, p. 525, *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41, *B.O.*, 31/01/1891, nº 5, p. 53, *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86, *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86, *B.O.*, 21/03/1891, nº 12, p. 116, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 169, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 280, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 280, *B.O.*, 25/07/1891, nº 30, p. 296, *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 443, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563.

³¹⁸⁹ *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 300.

³¹⁹⁰ *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (1), doc.1, 2, 3, 4, 5, 7, *B.O.*, 25/10/1890, nº 43, p. 461, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 489, *B.O.*, 13/12/1890, nº 50, p. 525, *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41, *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41, *B.O.*, 31/01/1891, nº 5, p. 53, *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86.

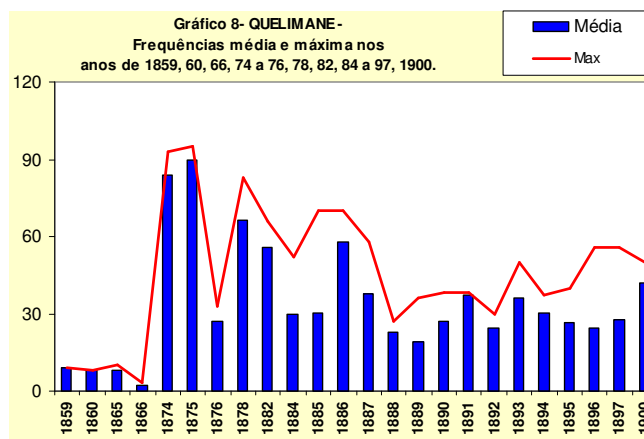
³¹⁹¹ *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 443, *B.O.*, 17/10/1891, nº 42, p. 453, *A.H.M., Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (1), docs. 6, 8, 10.

³¹⁹² *B.O.*, 1/07/1887, nº 40, p. 447.

³¹⁹³ *B.O.*, 7/02/1876, nº 6, pp. 22-23. *Relatório do governador do distrito de Quelimane com referência ao ano económico de 1874-75.*

O mesmo relatório refere a existência, no distrito, de outra escola em Sena, “(...) da qual não falla o Governador de Quelimane, mas consta no governo geral, que essa escola por diligencias do commandante militar Vieira Braga, está sendo muito frequentada e com bom aproveitamento. (...)”³¹⁹⁴

No *Relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887* explicita-se a existência, no distrito de duas escolas públicas, de ensino elementar, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, assim como no *Relatório do ano económico de 1887-1888*.³¹⁹⁵



Thomé Nicolau Mascarenhas é nomeado professor de instrução primária para o sexo masculino na vila de Quelimane, em portaria de 1 de Fevereiro de 1889, fundamentando-se o facto pelo número de alunos assim o exigir.³¹⁹⁶ A referida portaria de 1889 foca o aumento do número de discípulos inscritos na vila, reconhecendo-se que um só professor não pode ministrar educação conveniente a mais de 60 crianças e, ainda, que o Governador do distrito e presidente da câmara municipal comunicou que já para “uma segunda escola fez construir uma casa apropriada, mobilando-a segundo as prescrições mais modernas”.³¹⁹⁷

O professor e Padre José Lopes Rocha remete mapa de Fevereiro da escola de Mopeia a 2 de Março de 1897. Não envia o de Janeiro por haver sido mês de férias e de ausência do próprio.³¹⁹⁸

Nos anos 80, as missões vão, gradualmente, ocupando outros locais e aí tornando possível o ensino na região. Na Missão do Marral, o missionário e professor P^e. José Henry participa que a escola foi frequentada por sete discípulos do sexo masculino no mês de Dezembro de 1889.³¹⁹⁹

A Escola Régia da vila de Quelimane para o sexo masculino registava no ano de 1859, uma frequência anual de 30 instruendos.³²⁰⁰ Em 1860 a a frequência anual foi de 21

³¹⁹⁴ *Id. Ibid.*, p. 22.

³¹⁹⁵ *B.O.*, 20/10/1888, n.º 42, p. 630.

³¹⁹⁶ *B.O.*, 2/02/1889, n.º 5, p. 70.

³¹⁹⁷ *Id. Ibid.*

³¹⁹⁸ Escola Régia de Mopêse, 1/03/1897. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (9), doc. 1.

³¹⁹⁹ Missão do Marral, 16/12/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (9), doc. 1.

³²⁰⁰ *B.O.*, 7/01/1860, n.º 1, p. 2. *B.O.*, 7/04/1860, n.º 14, p. 57.

rapazes.³²⁰¹ De 1861 a 1869 os números de alunos que demandam a escola são variáveis, entre 12 a 22 em 1861, 25 em 1862, 39 a 46 em 1865, 48 a 55 em 1866, 54 a 58 em 1867, 28 a 57 em 1868 e 27 a 45 em 1869.³²⁰²

Na primeira metade dos anos 70, registamos frequências entre 40 e mais de 90 alunos, com a maior parte dos anos rondando os 50.³²⁰³ Nos últimos cinco anos dessa década, encontramos referências a frequências de 80 ou 90 alunos com alguns raros anos registrando números mais baixos.³²⁰⁴

Nos anos 80, encontramos números anuais de duas escolas que rondam mínimos de mais de 40 alunos registados e máximos de 85.³²⁰⁵ Alguns alunos, em certos meses, abandonam a escola régia para ingressar no Colégio do Bom Jesus, mas acabam, na sua maioria, por regressar.

As escolas de ensino primário 1 e 2, registam, na década de 90, entre 40 e 86 discípulos.³²⁰⁶

³²⁰¹ B.O., 16/06/1860, nº 24, p. 104, B.O., 6/04/1860, p. 56, B.O., 4/05/1861, nº 18, p. 72.

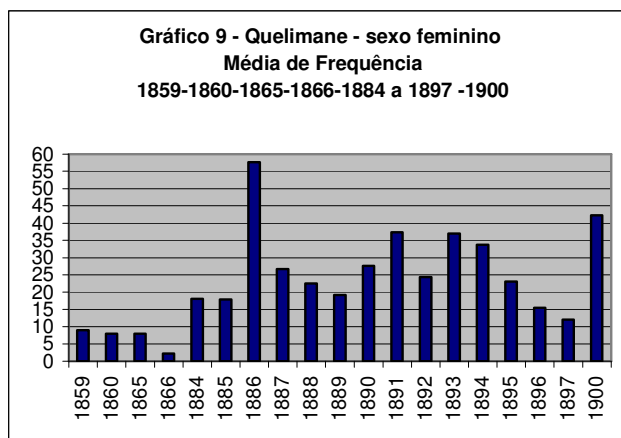
³²⁰² B.O., 4/05/1861, nº 18, p. 72, B.O., 1/02/1861, nº 5 p. 19, B.O., 22/03/1862, nº 12, p. 47, B.O., 4/10/1862, nº 40, p. 180, B.O., 27/12/1862, nº 32, p. 251, B.O., 29/08/1863, nº 35 p. 159, B.O., 29/07/1865, nº 30, p. 129, B.O., 2/09/1865, nº 35 p. 159, B.O., 28/10/1865, nº 43 p. 194, B.O., 21/07/1866, nº 29 p. 127, B.O., 22/09/1866, nº 38 p. 198, B.O., 24/11/1866, nº 47 p. 206, B.O., 1/03/1867, nº 25 p. 108, B.O., 29/05/1869, nº 24 p. 97, B.O., 5/06/1869, nº 26, p. 105, B.O., 16/06/1869, nº 28, p. 113, B.O., 16/06/1869 nº 28 p. 113, B.O., 16/06/1869 nº 28 p. 114, B.O., 4/08/1869, nº 38, p. 157, B.O., 11/09/1869, nº 44, p. 193, B.O., 8/01/1869, nº 1, p. 4, B.O., 15/01/1869, nº 2, p. 12, B.O., 16/04/1869, nº 15, p. 64.

³²⁰³ B.O., 1/10/1870, nº 38, p. 159, B.O., 19/11/1870, nº 45, p. 189, B.O., 8/10/1870, nº 39, p. 163, B.O., 17/06/1871, nº 24 p. 101, B.O., 23/06/1871, nº 25 p. 105, B.O., 29/06/1871, nº 30, p. 126, B.O., 5/07/1871, nº 31, p. 136, B.O., 16/09/1871, nº 37, p. 156, B.O., 23/09/1871, nº 38 p. 160, B.O., 28/10/1871, nº 43 p. 181, B.O., 2/12/1871, nº 48, p. 202, B.O., 24/08/1871, nº 34, p. 144, B.O., 23/06/1871, nº 25 p. 105, B.O., 3/08/1871, nº 31 p. 127, B.O., 9/11/1871, nº 45 p. 187, B.O., 4/01/1872, nº 1, p. 2, B.O., 5 de de 1873, nº 14, p. 57, B.O., 27/12/1873, nº 52, p. 150, B.O., 16/05/1873, nº 20, p. 77, B.O., 16/05/1874, nº 20, p. 77, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m. 3 (2), doc. 14.

³²⁰⁴ B.O., 20/02/1875, nº 8, p. 46, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m. 3 (2), docs. 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 29, 32, B.O., 22/05/1875, nº 21, p. 126, B.O., 29/05/1875, nº 22, p. 134, B.O., 3/07/1875, nº 27, p. 161, B.O., 14/08/1875, nº 33, p. 199, B.O., 25/09/1875, nº 39, p. 229, B.O., 3/01/1875, nº 1, p. 2, B.O., 3/01/1876, nº 1, p. 3, B.O., 16/05/1874, nº 20, p. 77, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m.3 (2), doc. 15, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, doc. 123, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, docs. 123, 127, B.O., 25/06/1877, nº 26, 167, B.O., 12/11/1877, nº 46, p. 232, B.O., 26/05/1879, nº 21, p. 129.

³²⁰⁵ B.O., 12/04/1880, nº 15, B.O., 26/04/1880, nº 17, p. 85, B.O., 17/05/1880, nº 20, p. 102, B.O., 13/09/1880, nº 37, p.190, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m.3 (2), docs. 20, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 31, Quelimane, 30/01/1884, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 64, Quelimane, 31/07/1884, Id. Ibid., doc. 69, Quelimane, 30/09/1884, Id. Ibid., doc. 71, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, docs. 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, B.O., 1/11/1884, nº 44, p. 205, B.O., 3/01/1885, nº 1, p. 3, B.O., 1/11/1884, nº 44, p. 205, B.O., 20/12/1884, nº 50, p. 243, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, doc. 73, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m.4 (1), doc. 16, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, doc. 79, B. O. 8/08/1885, nº 32, p. 232, B.O., 10/09/1885, nº 38, p. 290, B.O., 3/10/1885, nº 40, p. 313, B.O., 24/10/1885, nº 43, p. 351, B.O., 21/11/1885, nº 47, p. 383, B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 13, B.O., 20/03/1886, nº 12, p. 121, B.O., 27/03/1886, nº 13, p. 130, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 174, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 5/07/1886, nº 23, p. 271, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 329, B.O., 31/07/1886, nº 31, p. 386, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 443, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 480, B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624, B.O., 8/01/1886, nº 2, p. 9, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m. 4 (1), docs. 17, 26, 28, 36, 98, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, docs. 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, B.O., 2/04/1887, nº 14, p. 140, B.O., 7/05/1887, nº 19, p. 200, B.O., 4/06/1887, nº 23, p. 249, B.O., 25/06/1887, nº 26, p. 288, B.O., 23/07/1887, nº 30, p. 335, B.O., 20/08/1887, nº 34, p. 382, B.O., 17/09/1887, nº 38, p. 427, B.O., 22/10/1887, nº 43, p. 490, B.O., 22/10/1887, nº 43, p. 555, B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 597, B.O., 4/02/1888, nº 5, p. 78, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, doc. 95, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m.4 (1), doc. 28, B.O., 3/03/1888, nº 9, p. 157, B.O., 7/04/1888, nº 14, p. 250, B.O., 28/04/1888, nº , p. 288, B.O., 2/06/1888, nº 22, p. 365, B.O., 23/06/1888, nº 25, p. 421, B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 470, B.O., 18/08/1888, nº 33, p. 527, B.O., 22/09/1888, nº 38, p. 591, B.O., 27/10/1888, nº 43, p. 652, B.O., 10/11/1888, nº 44, p. 683, B.O., 15/12/1888, nº 50, p. 736, B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 142, B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 447. Excerto do relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887, B.O., 23/03/1889, nº 12, p. 201, B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 217, B.O., 11/05/1889, nº 19, p. 310, B.O., 1/06/1889, nº 22, p. 353, B.O., 19/06/1889, nº 26, p. 405, B.O., 20/07/1889, nº 29, p. 448, B.O., 31/08/1889, nº 35, p. 545, B.O., 26/10/1889, nº 43, p. 640, B.O., 23/11/1889, nº 47, p. 676, B.O., 4/01/1890, nº 1, p. 5, B.O., 22/02/1889, nº 8, p. 98, B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 153, B.O., 12/04/1890, nº 15, p. 181, B.O., 10/05/1890, nº 19, p. 226, B.O., 5/07/1890, nº 27, p. 299, B.O., 11/10/1890, nº 41, p. 446, B.O., 3/11/1890, nº 44, p. 470, B.O., 15/11/1890, nº 46, p. 490, B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 25, B.O., 7/03/1891, nº 10, p. 91, B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 176, B.O., 24/09/1892, nº 39, p. 435, B.O., 8/10/1892, nº 41, p. 456, B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 632, B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 649, B.O., 11/02/1893, nº 6, p. 97.

³²⁰⁶ B.O., 29/04/1893, nº 17, p. 245, B.O., 27/05/1893, nº 21, p. 304, B.O., 10/06/1893, nº 23, p. 329, B.O., 22/07/1893, nº 29, p. 442, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49 m. 1, doc. 109, B.O., 23/07/1893, nº 30, p. 453, B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 494, B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 547, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m. 3 (4), docs. 9, 10, B.O., 23/09/1893, nº 38, p. 558, B.O., 11/11/1893, nº 45, p. 639, B.O.,



Na escola do sexo feminino de Quelimane, em 1859, a frequência ronda as nove alunas.³²⁰⁷ Na década de 60 encontramos referências a um baixa frequência de um a três alunas.³²⁰⁸ Na década de 80 encontramos uma grande variação nos números de alunas que pode ir de cinco até perto das três dezenas.³²⁰⁹ Na primeira metade da década de 90 temos números que rondam entre as 30 e 40.³²¹⁰ Na segunda metade, de mínimos de 12 até 50.³²¹¹

23/12/1893, nº 51, p. 717, *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 16, *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (3), docs. 12, 13, 14, 15, 20, 21. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49 m. 1, doc. 126. *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 128, *B.O.*, 9/06/1894, nº 23, p. 304, *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 343, *B.O.*, 14/07/1894, nº 28, p. 375. *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 289, *B.O.*, 21/09/1895, nº 38, p. 364, *B.O.*, 19/10/1895, nº 42, p. 401, *B.O.*, 14/12/1895, nº 50, p. 486, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (4), doc. 27, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 112, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 16/05/1896, nº 20, p. 190, *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 206. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49 m. 1, doc. 110, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (3), doc. 30. *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 206, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *B.O.*, 1/08/1896, nº 31, p. 322, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (4), doc. 30, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (4), doc. 32, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49 m. 1, doc. 126, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (4), doc. 30, *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 635, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49 m. 1, doc. 123, *B.O.*, 29/08/1896, nº 35, p. 386, *B.O.*, 3/10/1896, nº 41, p. 459, *B.O.*, 7/11/1896, nº 46, p. 503. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 3 (3), doc. 33, 37, 38.

³²⁰⁷ *B.O.*, 7 de Janeiro 1860, nº 1, p. 2, *B.O.*, 7/04/1860, nº 14, p. 2.

³²⁰⁸ *B.O.*, 16 Junho, nº 24, p. 104. *B.O.*, 1/06/1865, nº 24, p. 105, *B.O.*, 29/07/1865, nº 30, p. 129, *B.O.*, 16/09/1865, nº 37, p. 167, *B.O.*, 28/10/1865, nº 43 p. 194, *B.O.*, 2/06/1866, nº 22, p. 91, *B.O.*, 2/06/1866, nº 22, p. 91-92. *B.O.*, 21/07/1866, nº 29 p. 127, *B.O.*, 24/11/1866, nº 47 p. 206, *B.O.*, 29/12/1866, nº 52 p. 230, *B.O.*, nº 2, 12/01/1867, p. 8.

³²⁰⁹ *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 4 (1), docs. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, *B.O.*, 1/11/1884, nº 44, p. 205, *B.O.*, 3/01/1885, nº 1, p. 3, *B.O.*, 20/12/1884, nº 50, p. 243. *B.O.*, 27/06/1885, nº 26, p. 164, *B.O.*, 8/08/1885, nº 32, p. 232, *B.O.*, 10/09/1885, nº 38, p. 290, *B.O.*, 3/10/1885, nº 40, p. 313, *B.O.*, 24/10/1885, nº 43, p. 351, *B.O.*, 9/01/1886, nº 2, p. 13, *B.O.*, 20/03/1886, nº 12, p. 121, *B.O.*, 27/03/1886, nº 13, p. 130, *B.O.*, 17/04/1886, nº 16, p. 174, *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *B.O.*, 5/07/1886, nº 23, p. 271, *B.O.*, 3/07/1886, nº 27, p. 329, *B.O.*, 13/07/1886, nº 31, p. 386, *B.O.*, 28/08/1886, nº 35, p. 443, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 480, *B.O.*, 16/10/1886, nº 42, p. 515, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 564, *B.O.*, 11/12/1886, nº 50, p. 624, *B.O.*, 8/01/1886, nº 2, p. 9, *B.O.*, 2/04/1887, nº 14, p. 140, *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200, *B.O.*, 4/06/1887, nº 23, p. 249, *B.O.*, 25/06/1887, nº 26, p. 288, *B.O.*, 23/07/1887, nº 30, p. 335, *B.O.*, 20/08/1887, nº 34, p. 382, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 427, *B.O.*, 22/10/1887, nº 43, p. 490, *B.O.*, 22/10/1887, nº 43, p. 555, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 597, *B.O.*, 4/02/1888, nº 5, p. 78, *B.O.*, 3/03/1888, nº 9, p. 157, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.4 (1), doc. 31, 32, 33, 34, 35, 36. *B.O.*, 7/04/1888, nº 14, p. *B.O.*, 28/04/1888, nº, p. 288, *B.O.*, 2/06/1888, nº 22, p. 365, *B.O.*, 23/06/1888, nº 25, p. 421, *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 470, *B.O.*, 18/08/1888, nº 33, p. 527, *B.O.*, 22/09/1888, nº 38, p. 591, *B.O.*, 27/10/1888, nº 43, p. 652, *B.O.*, 10/11/1888, nº 44, p. 683, *B.O.*, 15/12/1888, nº 50, p. 736, *B.O.*, 23/02/1888, nº 8, p. 142, *B.O.*, 23 de Março de 1889, nº 12, p. 201, *B.O.*, 30/03/1889, nº 13, p. 217, *B.O.*, 11/05/1889, nº 19, p. 310, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 353, *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 405, *B.O.*, 20/07/1889, nº 29, p. 448, *B.O.*, 31/08/1889, nº 35, p. 545, *B.O.*, 26/10/1889, nº 43, p. 640, *B.O.*, 23/11/1889, nº 47, p. 676, *B.O.*, 4/01/1890, nº 1, p. 5, *B.O.*, 22/02/1889, nº 8, p. 98, *B.O.*, 22/03/1890, nº 12, p. 153, *B.O.*, 12/04/1890, nº 15, p. 181, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.4 (1), doc. 35, 36. *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 226, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 299, *B.O.*, 11/10/1890, nº 41, p. 446, *B.O.*, 3/11/1890, nº 44, p. 470, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 490, *B.O.*, 17/01/1891, nº 3, p. 25, *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 91, *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 176.

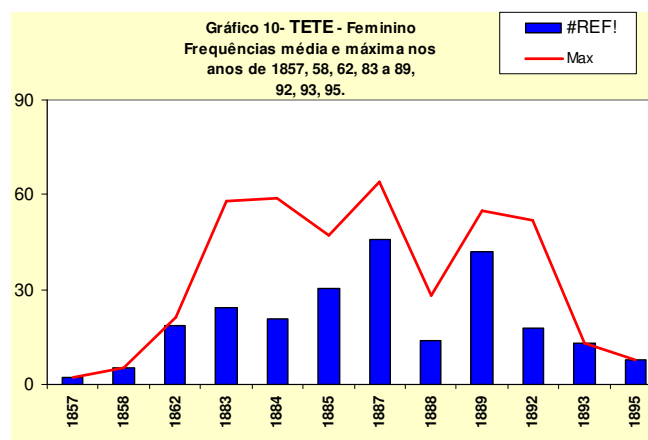
³²¹⁰ *B.O.*, 25/07/1891, nº 30, p. 297, *B.O.*, 3/10/1891, nº 40, p. 432, *B.O.*, 24/09/1892, nº 39, p. 435, *B.O.*, 8/10/1892, nº 41, p. 456, *B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 632, *B.O.*, 31/12/1892, nº 53, p. 649, *B.O.*, 11/02/1893, nº 6, p. 97, *B.O.*, 27/05/1893, nº 21, p. 304, *B.O.*, 10/06/1893, nº 23, p. 329, *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 442, *B.O.*, 23/07/1893, nº 30, p. 453, *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 494, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 547, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.3 (1), docs. 24, 25. *B.O.*, 23/09/1893, nº 38, p. 558, *B.O.*, 11/11/1893, nº 45, p. 639, *B.O.*, 13/01/1893, nº 2, p. 16, *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58. Em Janeiro aparece apenas a referência "ignora-se" quanto ao número de alunos. *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 128, *B.O.*, 9/06/1894, nº 23, p. 304, *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 343, *B.O.*, 14/07/1894, nº 28, p. 375, *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 289, *B.O.*, 21/09/1895, nº 38, p. 364, *B.O.*, 14/12/1895, nº 50, p. 486, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 112, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 16/05/1896, nº 20, p. 190, *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 206.

³²¹¹ *B.O.*, 23/05/1896, nº 21, p. 206, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.3 (1), doc. 56, *B.O.*, 1/08/1896, nº 31, p. 322, *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 635, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.4 (1), doc. 37,

Refere-se, episódica e não sistematicamente, a existência de outras escolas como a do prazo Nameduro, que era frequentada em Maio de 1889 por 15 discípulos.³²¹² Em Julho, Agosto e Outubro do ano seguinte, respectivamente por 28 e 33;³²¹³ ou a escola de Instrução Primária do sexo asculino de Manica, em Gouveia, no mês de Maio de 1889, que dispõe de sete discípulos,³²¹⁴ e em Andrada, a 28 de Abril de 1892, onde o P^e. Manuel Sacramento comunica que no princípio do ano «abriu aula» de instrução elementar com frequência no primeiro trimestre de apenas cinco discípulos e no segundo de três.³²¹⁵

Na Escola do sexo feminino de Tete, nos anos de 1857 e 1858, os dados apontam para uma frequência anual residual de, respectivamente, duas e cinco meninas.³²¹⁶ Em 1862 a situação é idêntica.³²¹⁷

Nos anos 80, o número de meninas que frequenta a aula situa-se em menos de uma dezena.³²¹⁸ As



fontes impressas registam que em 1890 e 1891, funcionam aulas de ambos os sexos.³²¹⁹ Nos anos 90 as referências mínimas são de oito e as máximas de 14 alunas.³²²⁰

A Escola do sexo masculino de Tete, de 1857 a 1860 é frequentada por mais de quatro dezenas de alunos.³²²¹ A longo da década de 60 por de 15 a 29 alunos.³²²² Por vezes o número total de alunos inclui algumas, poucas, meninas.

38. *B.O.*, 29/08/1896, nº 35, p. 386. *B.O.*, 3/10/1896, nº 41, p. 459. *B.O.*, 7/11/1896, nº 46, p. 503. *B.O.*, 12/12/1896, nº 51, p. 574. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.3 (1), doc. 62. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m.4 (1), docs. 39, 40, 41, 42, 43.

³²¹² *B.O.*, 19/06/1889, nº 26, p. 405.

³²¹³ *B.O.*, 3/11/1890, nº 44, p. 470. *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 490. *B.O.*, 17/01/1891, nº 3, p. 25.

³²¹⁴ *B.O.*, 20/12/1890, nº 51, p. 538. *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41.

³²¹⁵ Andrada, 28/04/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, cx. 8.1, m. 2 (42).

³²¹⁶ *B.O.*, 7/04/1860, nº 14, p. 58.

³²¹⁷ *B.O.*, 6/06/1863, nº 23, p. 101.

³²¹⁸ *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (19), docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17. *B.O.*, 9/02/1884, nº 6, p. 27. *B.O.*, 1/03/1884, nº 9, p. 4. *B.O.*, 21/06/1884, nº 25, p. 112. *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213. *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222. *B.O.*, 20/12/1884, nº 51, p. 243. *B.O.*, 10/01/1885, nº 2, p. 9. *B.O.*, 7/03/1885, nº 10, p. 78. *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (21), docs. 25, 26. *B.O.*, 26/12/1885, nº 52, p. 415. *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (20), docs. 1, 2, 3, 4. *B.O.*, 9/06/1888, nº 23, p. 386. *B.O.*, 28/04/1888, nº 17, p. 389. *B.O.*, 8/06/1888, nº 23, p. 386. *B.O.*, 4/08/1888, nº 31, p. 495. *B.O.*, 25/08/1888, nº 34, p. 544. *B.O.*, 15/09/1888, nº 37, p. 575. *B.O.*, 15/02/1890, nº 7, p. 85.

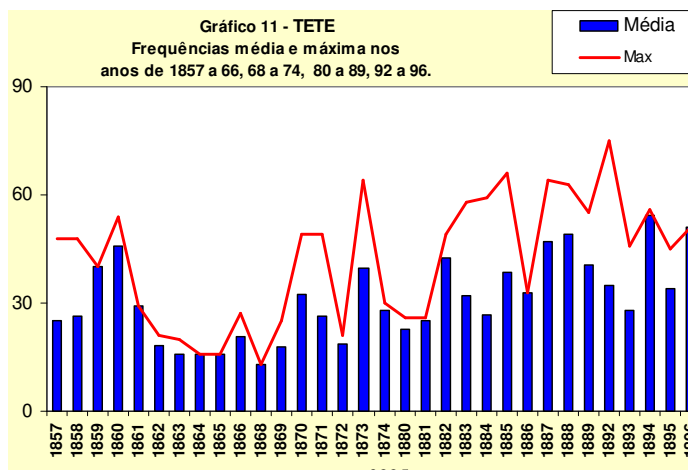
³²¹⁹ *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288. *B.O.*, 27/09/1890, nº 39, p. 427. *B.O.*, 23/08/1890, nº 34, p. 380. *B.O.*, 8/11/1890, nº 45, p. 479. *B.O.*, 29/11/1890, nº 48, p. 507. *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 170. *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 170.

³²²⁰ *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 600. *B.O.*, 7/01/1893, nº 1, p. 11. *B.O.*, 21/01/1893, nº 3, p. 49. *B.O.*, 18/03/1893, nº 11, p. 167. *B.O.*, 8/04/1893, nº 14, p. 208. *B.O.*, 27/05/1893, nº 21, p. 305. *B.O.*, 26/08/1893, nº 34, p. 510. *B.O.*, 6/04/1895, nº 14, p. 133. *B.O.*, 12/10/1895, nº 42, p. 387. *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 414. *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 112. *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159. *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182.

³²²¹ *B.O.*, 7/04/1860, nº 14, p. 58. *B.O.*, 6/04/1861, nº 14, p. 56. *B.O.*, 6/12/1862, nº 49, p. 239.

³²²² *B.O.*, 5/09/1863, nº 36, p. 163. *B.O.*, 20/12/1862, nº 51, p. 247. *B.O.*, 1/10/1863, nº 40, p. 213. *B.O.*, 1/10/1863, nº 40, p. 213. *BO.*, 4/11/1865, nº 44, p. 197. *B.O.*, 30/03/1867, pp. 49-53, nº 13, p. 52. *B.O.*, 23/02/1867, nº 8, p. 30. *B.O.*, 6/10/1866, nº 33, p. 40. *B.O.*, 29/05/1869 nº 24 p. 97; *B.O.*, 16/06/1869 nº 28, p. 113. *B.O.*, 25/09/1869, nº 46, p. 204; *B.O.*, 15/01/1869, nº 2, p. 12; *B.O.*, 16/04/1869, nº 15, p. 64. *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (21), doc. 1; *B.O.* 19/11/1870, nº 46, p. 193; *A.H.M., Gov. Dist. Tete*, cx. 8.7 m. 3 (1), doc. 2.

Nos anos 70 a frequência oscila entre os 19 e os 64 alunos.³²²³ Na década seguinte a variação é 21 a 58 discípulos nos vários anos.³²²⁴ Em 1885 frequentavam a escola – quer a pública, quer a particular dos



padres – a 30 de Setembro, 50 discípulos e a 31 de Dezembro, 66.³²²⁵ Na escola civil em Tete, existem 52 discípulos, em Setembro de 1888; na “(...) militar há muito poucos alunos devido a haver pouca força e muito serviço e a não ser concorrido por alunos paisanos.”³²²⁶ Nos anos de 1890 e 1891, deixamos de dispor de dados quantitativos.³²²⁷ O Governador Alfredo Julio d'Alpoim Leite Peixoto regista apenas que as aulas continuam a ser muito frequentadas, referindo-se, por vezes, às escolas de ambos os sexos. Ainda assim, em Julho de 1891 refere o Governador de Tete quanto à frequência: “Como consta dos mapas. A instrução pública deixa muito a desejar em toda a Província.”³²²⁸ De 1892 a 1895 a frequência conserva-se elevada, situando-se entre o mínimo de 39 discípulos 75.³²²⁹

³²²³ B.O., 10/06/1871, nº 23, p. 98; B.O., 17/06/1871, nº 24 p. 101; B.O., 6ª feira, 23/06/1871, nº 25 p. 105; B.O., 29/06/1871, nº 30 p. 128; B.O., 23/09/1871, nº 38 p. 160; o mês de Julho confirmado no Boletim Oficial e na documentação de arquivo com o mesmo valor, 25 alunos, B.O., 28/10/1871, nº 43 p. 181; A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.7 m. 3 (1), doc. 3; O de Agosto apresenta valores diferentes segundo a fonte, 23 e 25 respectivamente no B.O., 2/12/1871, nº 48 p. 222 e A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.7 m. 3 (1), docs. 4, 5, 6, 7, 8. O mesmo valor em Outubro, 49, B.O., 13/01/1872, nº 2 p. 10 e B.O., 3/02/1872, nº 5 p. 23; B.O., 24/08/1872, nº 34 p. 144. B.O., 10/08/1872, nº 5 p. 23, B.O., 10/08/1872, nº 32 p. 132, B.O., 9/11/1872, nº 45 p. 187. B.O., 9/08/1873, nº 32, B.O., 15/11/1873, nº 46, p. 186.

³²²⁴ B.O., 5/04/1880, nº 14, p. 71, B.O., 12/04/1880, nº 15, p.78, B.O., 10/05/1880, nº 19, p. 97, B.O., 14/06/1880, nº 24, p. 129. B.O., 28/02/1881, nº 9, p. 50, B.O., 18/10/1884, nº 42, B.O., 4 Abril 1880, nº 14, p. 74. B.O., 29/04/1882, nº 19, p. 164, B.O., 14/10/1882, nº 43, p. 311, B.O., 6/01/1883, nº 42, p. 3, B.O., 24/02/1883, nº 8, p. 42. B.O., 24/02/1883, nº 8, p. 42, B.O., 1/09/1883, nº 35, p. 253, B.O., 18/08/1883, nº 33, p. 228, A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.7 m. 3 (1), docs. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. B.O., 9/02/1884, nº 6, p. 27, B.O., 1/03/1884, nº 9, p. 40. B.O., 21/06/1884, nº 25, p. 112, B.O., 15/11/1884, nº 46, B.O., 21/06/1884, nº 25, p. 112, B.O., 15/11/1884, nº 46, p. 213, B.O., 22/11/1884, nº 47, p. 222, B.O., 20/12/1884, nº 50, p. 243, B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 9, B.O., 7/03/1885, nº 10, p. 78. A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (21), docs. 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45. B.O., 26/12/1885, nº 52, p. 415, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 494. B.O., 13/03/1886, nº 11, p. 110. B.O., 10/12/1887, nº 50, p. 582, B.O., 28/01/1888, nº 4, p. 62, B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 94. B.O., 24/03/1888, nº 12, p. 213. B.O., 21/04/1888, nº 16, p. 274, B.O., 28/04/1888, nº 17, p. 389, B.O., 8/06/1888, nº 23, p. 386, B.O., 4/08/1888, nº 31, p. 495, B.O., 25/08/1888, nº 34, p. 544, B.O., 15/09/1888, nº 37, p. 575, B.O., 8/12/1888, nº 49, p. 729, B.O., 8/12/1888, nº 49, p. 729, B.O., 5/01/1889, nº 1, p. 6, B.O., 12/01/1889, nº 2, p. 2, B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 189. B.O., 23/02/1889, nº 8, p. 142; B.O., 17/03/1889 nº 11, p. 189. B.O., 30/12/1889, nº 52, p. 732. B.O., 15/02/1890, nº 7, p. 85.

³²²⁵ B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 490.

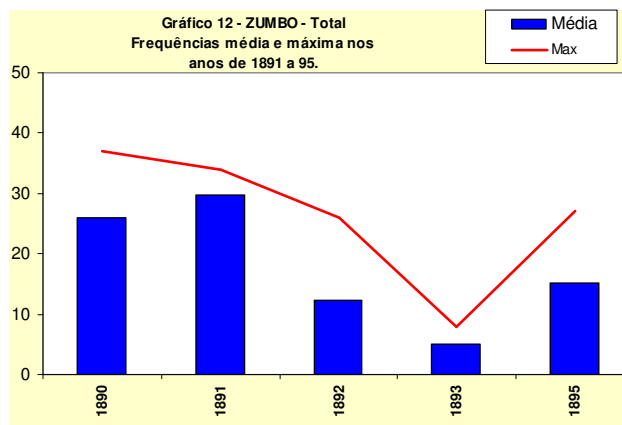
³²²⁶ B.O., 8/12/1888, nº 49, p. 729. B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 189.

³²²⁷ B.O., 29/03/1890, nº 13, p. 158, B.O., 7/06/1890, nº 23, p. 257, B.O., 27/09/1890, nº 39, p. 427, B.O., 23/08/1890, nº 34, p. 380, B.O., 8/11/1890, nº 45, p. 479, B.O., 29/11/1890, nº 48, p. 507, B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6, B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152, B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 170, B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 374, B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 375, B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 433.

³²²⁸ B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 433.

³²²⁹ A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 47, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 600, B.O., 7/01/1893, nº 1, p. 11, B.O., 14/08/1893, nº 14, p. 28, B.O., 21/01/1893, nº 3, p. 49, B.O., 18/03/1893, nº 11, p. 167, B.O., 8/04/1893, nº 14, p. 208, B.O., 27/05/1893, nº 21, p. 305, B.O., 26/08/1893, nº 34, p. 510, B.O., 9/12/1893, nº 49, p. 695, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 14, B.O., 3/02/1893, nº 5, p. 58, B.O., 3/03/1894, nº 9, p. 119, B.O., 1/09/1894, nº 35, p. 456, B.O., 20/10/1894, nº 42, p. 546, B.O., 3/11/1894, nº 44, p. 562, B.O., 3/11/1894, nº 44, p. 563, B.O., 6/04/1895, nº 14, p. 133, B.O., 12/10/1895, nº 42, p. 387, B.O., 26/10/1895, nº 43, p. 414, B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112, B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159, B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182, B.O., 16/05/1896, nº 20, p. 190, B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 206, B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 206.

No Zumbo, em Janeiro de 1888, não existia professor, apenas “(...) o sr. Manuel Antonio do Rozario se presta a ensinar algumas crianças gratuitamente.”³²³⁰ Em Abril e Maio desse ano continua a não haver docente,³²³¹ assim como em Agosto de 1890.³²³²



Em Setembro e Novembro deste último ano, o Governador refere, na secção de “Instrução pública”: “O aumento d’este departamento há pouco tempo obriga-me a pedir um professor para esta vila, o que já bastantes vezes tenho feito.”³²³³

Em Setembro de 1890 começou a funcionar a escola de instrução primária regida pelo pároco do distrito do Zumbo,³²³⁴ frequentada, em Outubro, por 37 discípulos.³²³⁵ Nos primeiros anos da década de 90 regista grandes variações do número de alunos que, consoante os anos, pode não passar de uns poucos ou chegar a atingir quase 3 dezenas.³²³⁶ No Comando militar do Zumbo, a escola parou no dia 18 de Março de 1893 por morte do professor e também comandante militar Joaquim Antonio Marques com “febre perniciosa”.³²³⁷ Nesse ano, o ensino só se ministra na Missão.³²³⁸

Em Fevereiro de 1894 ainda não chegara o professor de instrução primária nomeado para a vila e em Abril ainda não se havia matriculado qualquer aluno na escola. Apresentou-se no dia 25 o professor João Innocencio de Aguiar Mendes.³²³⁹ Leccionará, no ano seguinte, a 27 alunos que se reduziram a 10, em Dezembro.³²⁴⁰ A irregularidade marca a instrução. O comandante militar do Zumbo, alferes Dâmaso Augusto Marques, observa em Fevereiro de 1895 que o professor da vila marchara para Tete em Novembro, não tendo sido substituído até àquela altura e que o secretário do comando que assegurava interinamente as tarefas também seguiria, por doença, para Tete. Para não “deixar ao abandono 27 crianças que se desejam

³²³⁰ B.O., 21/04/1888, nº 16, p. 274.

³²³¹ B.O., 4/08/1888, nº 31, p. 494, B.O., 18/08/1888, nº 33, p. 525.

³²³² B.O., 22/11/1890, nº 47, p. 497.

³²³³ B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152.

³²³⁴ B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6.

³²³⁵ B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149. B.O., 14/02/1891, nº 7, p. 69. B.O., 28/02/1891, nº 9, p. 85. B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149.

³²³⁶ B.O., 14/01/1893, nº 2, p. 27, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.2 m. 1 (3), doc. 1, B.O., 21/01/1893, nº 3, p. 49, B.O., 18/03/1893, nº 11, p. 167, B.O., 1/04/1893, nº 13, p. 198, B.O., 8/04/1893, nº 14, p. 208. B.O., 6/05/1893, nº 18, p. 270, B.O., 27/05/1893, nº 21, p. 305, B.O., 2/09/1893, nº 35, p. 526, B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 546, B.O., 14/10/1893, nº 41, p. 594, B.O., 25/11/1893, nº 47, p. 669, B.O., 3/02/1893, nº 5, p. 58.

³²³⁷ B.O., 2/09/1893, nº 35, p. 526.

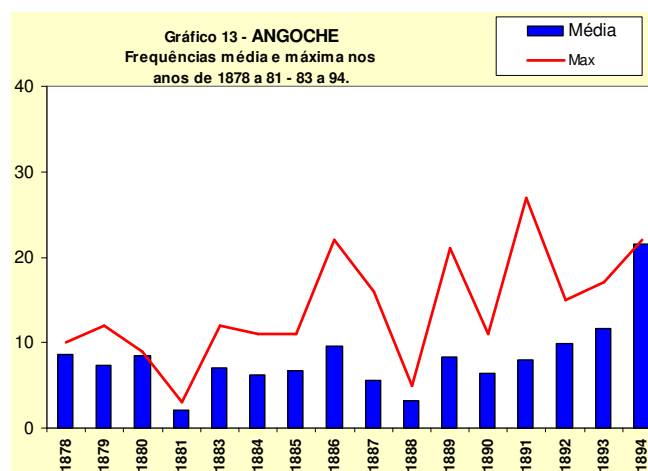
³²³⁸ B.O., 16/09/1893, nº 37, B.O., 14/10/1893, nº 41, p. 594.

³²³⁹ B.O., 20/10/1894, nº 42, p. 546, B.O., 3/11/1894, nº 44, p. 562.

³²⁴⁰ B.O., 30/03/1895, nº 13, p. 125, B.O., 14/09/1895, nº 37, p. 355, B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.3, m. 2 (61), doc.1, A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.3, m. 2 (62). Id

instruir”, o próprio comandante instruía na escola. Queixa-se da acumulação de tarefas e pede com a maior urgência o envio de um professor ou um padre que, conjuntamente com o seu cargo, regesse a escola. Acrescenta que desde o falecimento do padre Estevam Czimmerman não há missa na vila. Existem dois missionários no Ricico, mas que se negam a acumular por não serem gratificados pelo serviço ou exigirem que ao menos lhes paguem a viagem, o que considera justo.³²⁴¹

Em Angoche, a aula funcionava com dificuldades, em Maio de 1877, quando o “actual estado sanitário tem influido na frequência escolar e em consequência da doença do professor, há dias em que não funciona a escola. Deve-se a febres provocadas por mudanças clima ou falta limpeza.”³²⁴²



Em Janeiro de 1878 a situação é clara sobre a Instrução Primária, dado que só a “(...) há nas povoações dos mouros onde existe uma escola para cada povoação e onde o padre ensina a ler, escrever e conhecer a sua religião; para os cristãos não há templo, nem padre, nem professor, nem escola.”³²⁴³ A 29 de Outubro abre, no distrito de Angoche, uma escola de instrução primária do sexo masculino,³²⁴⁴ frequentada por oito discípulos e que atingirá os 10, nos meses seguintes.³²⁴⁵ No ano seguinte, a frequência é irregular e, de 12 discípulos em Janeiro, apenas restam dois, em Novembro.³²⁴⁶

Nos anos 80, marcados por dificuldades – como a instabilidade (assinalada, por vezes, no *Boletim Oficial* como no mês de Fevereiro de 1884 em que foi restituída a ordem, “alterada pelos mal intencionados, cabeças de motim, na povoação de Catamoio”, tendo regressado o sossego, abrindo então as aulas,³²⁴⁷ nas instalações, atrasos na colocação e

³²⁴¹ B.O., 14/09/1895, nº 37, p. 355.

³²⁴² B.O., 4/06/1877, nº 23, p. 143.

³²⁴³ B.O., 25/02/1878, nº 8, p. 43.

³²⁴⁴ B.O., 18/11/1878, nº 46, p. 264.

³²⁴⁵ B.O., 16/12/1878, nº 50, p. 287; B.O., 25/02/1878, nº 8, p. 43, B.O., 20/05/1878, nº 20, p. 112, B.O., 16/12/1878, nº 50, p. 287, B.O., 17/03/1879, nº 11, p. 71.

³²⁴⁶ B.O., 17/03/1879, nº 11, p. 71, B.O., 24/03/1879, nº 12, p. 76, B.O., 5/05/1879, nº 18, p. 114, B.O., 26/05/1879, nº 21, p. 131, B.O., 16/06/1879, nº 24, p. 149, B.O., 21/07/1879, nº 29, p. 179, B.O., 1/09/1879, nº 35, p. 225, B.O., 29/09/1879, nº 39, p. 247, B.O., 3/11/1879, nº 44, p. 277, B.O., 24/11/1879, nº 47, p. 295, B.O., 29/12/1879, nº 52, p. 323.

³²⁴⁷ B.O., 26/04/1884, nº 17, p. 81.

doença dos mestres, o número de estudantes oscila entre três e 21 (incluindo militares e paisanos).³²⁴⁸

Perante a baixa frequência observa, em meados dos anos 80, o encarregado do governo, tenente Henrique Carlos Curvio Semmedo, que:

Foram irregularmente frequentadas as duas escolas regias (...). Parece-me que era melhor escolher alguns rapazes naturais do districto e enviar á escola de artes e officios em Moçambique, applicando para isso a verba de 46\$660 réis mensais que presentemente se dispende, sem utilidade alguma, com os professores e as casas. Frequentavam a aula do destacamento cinco praças do destacamento e cinco paisanos.”

Na década de 90, a frequência oscila entre os quatro e os 11 discípulos.³²⁴⁹ A partir de 1892 raramente dispomos de dados quantitativos, referindo-se no Boletim Oficial que a frequência é “a que consta dos mapas”, sem, no entanto, a especificar.³²⁵⁰

Em *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1886-1887* declara-se, no capítulo III, que funcionou na vila de Parapato, durante todo o ano económico, a escola do sexo masculino, tendo a do sexo feminino sido aberta em Junho.³²⁵¹ Funcionarão em anos seguintes.³²⁵²

A 3 de Abril de 1886 é enviado mapa anual referente ao ano anterior, da escola do sexo feminino do Parapato para a Secretaria do Governo do Distrito de Angoche. Aí se

³²⁴⁸ B.O., 19/04/1880, nº 16, p. 82, B.O., 17/05/1880, nº 20, p. 101, B.O., 19/04/1880, nº 16, p. 82, B.O., 17 Maio 1880, nº 20, p. 102, B.O., 29/04/1882, nº 19, p. 164, B.O., 15/07/1882, nº 30, p. 233, B.O., 3/02/1883, nº 8, p. 48, B.O., 31/03/1883, nº 13, p. 94, B.O., 2/06/1883, nº 22, p. 153, B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 139, B.O., 23/06/1883, nº 25, p. 172, B.O., 14/07/1883, nº 28, p. 195, B.O., 11/08/1883, nº 32, p. 223, B.O., 24/11/1883, nº 47, p. 322, B.O., 29/12/1883, nº 52, p. 351, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. m. 4 (6), doc.1. B.O., 14/07/1883, nº 28, p. 195, B.O., 25/10/1884, nº 43, p. 202, B.O., 17/01/1885, nº 3, p. 18, B.O., 8/03/1885, nº 10, p. 50, B.O., 19/07/1884, nº 29, p. 131, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. m. 4 (6), docs. 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 45, 46, 49, 51, 53, 54, 55, 56, B.O., 26/04/1884, nº 17, p. 81, B.O., 13/12/1884, nº 50, p. 236, B.O., 13/12/1884, nº 50, p. 237, B.O., 25/10/1884, nº 43, p. 203, B.O., 22/11/1884, nº 47, p. 222, B.O., 19/07/1884, nº 29, p. 131, B.O., 14/02/1885, nº 7, p. 46, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164, B.O., 26/09/1885, nº 39, p. 309, B.O., 28/11/1885, nº 48, p. 390, B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 68, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8.1 m.3 (1), doc.2. B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 174, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 480, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 564, B.O., 20/11/1886, nº 47, p. 590, B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624. Provavelmente devido a engano ou lapso tipográfico aparece a frequência de 22 alunos em Junho, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 443, B.O., 5/03/1887, nº 10, p. 90, B.O., 16/04/1887, nº 16, p. 160, B.O., 16/04/1887, nº 16, p. 160, B.O., 28/05/1887, nº 22, p. 238, B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 326, B.O., 27/08/1887, nº 35, p. 397, B.O., 1/10/1887, nº 40, p. 456, B.O., 22/10/1887, nº 43, p. 489, B.O., 19/11/1887, nº 47, p. 544, B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 597, B.O., 4/02/1887, nº 5, p. 77, B.O., 17/03/1888, nº 11, p. 187, B.O., 14/04/1888, nº 15, p. 262, B.O., 12/05/1888, nº 19, p. 314, B.O., 26/05/1888, nº 21, p. 352, B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 408, B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 470, B.O., 25/08/1888, nº 34, p. 544, B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 614, B.O., 27/10/1888, nº 43, p. 651, B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 696, B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 745, B.O., 2/03/1889, nº 9, p. 155, B.O., 9/03/1889, nº 10, p. 175, B.O., 27/07/1889, nº 30, p. 459, B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 279, B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 338, B.O., 13/07/1889, nº 28, p. 430, B.O., 3/08/1889, nº 31, p. 482, B.O., 3/08/1889, nº 31, p. 483, B.O., 10/08/1889, nº 32, p. 489, B.O., 26/10/1889, nº 43, p. 639, B.O., 2/11/1889, nº 44, p. 648, B.O., 16/11/1889, nº 46, p. 663, B.O., 11/01/1889, nº 2, p. 12, B.O., 8/03/1889, nº 10, p. 135.

³²⁴⁹ B.O., 5/07/1890, nº 27, p. 301, B.O., 31/05/1890, nº 22, p. 250, B.O., 19/07/1890, nº 29, p. 325, B.O., 15/11/1890, nº 46, p. 490, B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6, B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 25, B.O., 21/02/1891, nº 8, p. 78, B.O., 22/03/1890, nº 12, p. 152, B.O., 7/03/1891, nº 10, p. 93, B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149, B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 177, B.O., 30/05/1891, nº 22, p. 212, B.O., 30/06/1891, nº 26, p. 261, B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 297, B.O., 24/10/1891, nº 43, p. 564, A.H.M., Gov. Dist. Angoche, cx. 8. m.4 (6), doc.57, 58, B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 375, B.O., 12/09/1891, nº 37, p. 386.

³²⁵⁰ B.O., 1/10/1892, nº 40, p. 447, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602, B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 633, B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 650, B.O., 28/01/1893, nº 4, p. 64, B.O., 28/01/1893, nº 4, p. 64, B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 426, B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 494, B.O., 2/09/1893, nº 35, p. 526, B.O., 21/11/1893, nº 42, p. 601, B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 716, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 16, B.O., 17/02/1894, nº 7, p. 81, B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 128, B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272, B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272, B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 293, B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343, B.O., 16/06/1894, nº 24, p. 320, B.O., 21/07/1894, nº 29, p. 385, B.O., 6/04/1895, nº 14, p. 132, B.O., 21/09/1895, nº 38, p. 364, B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112, B.O., 21/03/1896, nº 12, p. 122, B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 158, B.O., 25/04/1896, nº 17, p. 168, B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182, B.O., 13/06/1896, nº 24, p. 238, B.O., 4/07/1896, nº 27, p. 266, B.O., 22/08/1896, nº 34, p. 634, B.O., 29/08/1896, nº 35, p. 386, B.O., 24/10/1896, nº 44, p. 486, B.O., 21/11/1896, nº 48, p. 534, B.O., 26/12/1896, nº 53, p. 594, B.O., 21/09/1895, nº 38, p. 364.

³²⁵¹ B.O., 5/11/1887- N.º 45. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1886-1887*.

³²⁵² B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608. *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*.

explica, em nota, que a escola foi aberta a 11 de Maio quando a professora tomou posse. Não leccionou de 16 a 30 de Junho, bem como no mês de Novembro.

O funcionamento da escola masculina foi marcado pela irregularidade comum ao território. Em Março de 1884 abriu “(...) a escola de primeiras letras pela chegada do professor régio. Estão matriculados e frequentam desde já 4 discípulos. Não está definitivamente montada a aula, por falta de casa, trata-se de arranjos para esse fim.”³²⁵³ Em Setembro esteve aberta apenas até ao dia 6, data em que deixou de funcionar por doença do professor, que se apresentará à Junta de Saúde.³²⁵⁴ No mês de Outubro não funciona, por falta de professor.³²⁵⁵ No Parapato, em Angoche, as escolas funcionam com imensa irregularidade.

Os dados da escola do sexo masculino de Sangage de que dispomos reportam-se aos meses de Janeiro a Junho de 1895 e referem, respectivamente, seis a oito discípulos.³²⁵⁶

Sobre a escola Paroquial em Angoche só existe a referência a um aluno em Agosto de 1892. Na escola paroquial de Angoche, Setembro de 1892 é, ainda assim, apontado simbolicamente como: mês de Férias.³²⁵⁷

Em Março de 1883 abre a escola do sexo feminino de Angoche, nomeada a professora, D. Ida Rozalina Martins³²⁵⁸ que lecciona a cinco alunas; “4 são irmãs da professora e 1 negrita sua criada” explica a mestra “porque apesar das deligências por mim empregadas não vejo n'esta villa crianças d'esse sexo que deva mandar frequentar.”³²⁵⁹

Em Dezembro de 1884 já não existe, sequer, professora.³²⁶⁰ Na segunda metade da década de 80, temos entre cinco e sete estudantes (por vezes incluindo quase metade de rapazes).³²⁶¹ Nos anos 90, sabemos que em 1892 temos seis alunas em Agosto e cinco em Outubro.³²⁶² A partir de Novembro, o Boletim Oficial não fornece dados numéricos e informa

³²⁵³ *B.O.*, 19/07/1884, nº 29 p. 131.

³²⁵⁴ *B.O.*, 25/10/1884, nº 43, p. 203.

³²⁵⁵ *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222.

³²⁵⁶ *B.O.*, 30/03/1895, nº 13, p. 125, *B.O.*, 21/09/1895, nº 38, p. 363, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 112.

³²⁵⁷ *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 602.

³²⁵⁸ *B.O.*, 31/03/1883, nº 13, p. 94.

³²⁵⁹ *Id. Ibid.*, *B.O.*, 2/06/1883, nº 23, p. 153.

³²⁶⁰ *B.O.*, 17/01/1885, nº 3, p. 18.

³²⁶¹ *B.O.*, 27/02/1886, nº 9, p. 94, *A.H.M., Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. m.4 (6), docs.16, 19, 20, 20, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, . 44, 46, 48, 50, 52, *B.O.*, 20/03/1886, nº 12, p. 121, *B.O.*, 17/04/1886, nº 16, p. 174, *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 480. O dado de 14 alunas no mês deve ser equivocado. *B.O.*, 28/08/1886, nº 35, p. 443, *B.O.*, 17/04/1886, nº 16, p. 174, *B.O.*, 8/05/1886, nº 19, p. 215, *B.O.*, 28/08/1886, nº 35, p. 443, *B.O.*, 25/09/1886, nº 39, p. 480, *B.O.*, 16/07/1887, nº 29, p. 326, *B.O.*, 27/08/1887, nº 35, p. 397, *B.O.*, 1/10/1887, nº 40, p. 456, *B.O.*, 22/10/1887, nº 43, p. 489, *B.O.*, 19/11/1887, nº 47, p. 544, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 597, *B.O.*, 4/02/1887, nº 5, p. 77, *B.O.*, 17/03/1888, nº 11, p. 187, *B.O.*, 14/04/1888, nº 15, p. 262, *B.O.*, 12/05/1888, nº 19, p. 314, *B.O.*, 26/05/1888, nº 21, p. 352, *B.O.*, 16/06/1888, nº 24, p. 408, *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 470, *B.O.*, 25/08/1888, nº 34, p. 544, *B.O.*, 6/10/1888, nº 40, p. 614, *B.O.*, 27/10/1888, nº 43, p. 651, *B.O.*, 17/11/1888, nº 46, p. 696, *B.O.*, 22/12/1888, nº 51, p. 745, *B.O.*, 2/03/1888, nº 9, p. 155, *B.O.*, 9/03/1889, nº 10, 175, *B.O.*, 30/03/1889, nº 13, p. 279, *B.O.*, 25/05/1889, nº 21, p. 338, *B.O.*, 13/07/1889, nº 28, p. 430, *B.O.*, 11/01/1889, nº 2, p. 12, *B.O.*, 3/01/1891, nº 1, p. 6, *B.O.*, 22/03/1890, nº 12, p. 152, *B.O.*, 11/04/1891, nº 15, p. 149, *B.O.*, 30/06/1891, nº 26, p. 261, *B.O.*, 5/09/1891, nº 36, p. 375, *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 564.

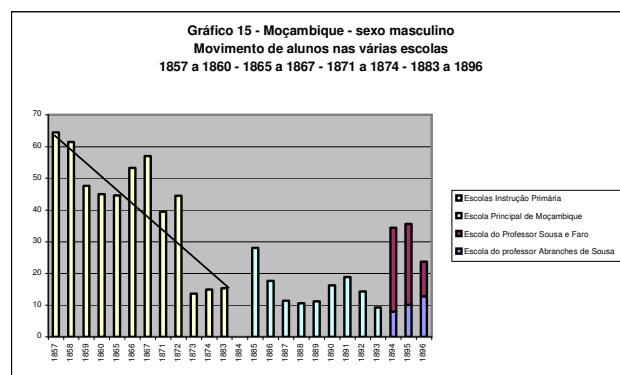
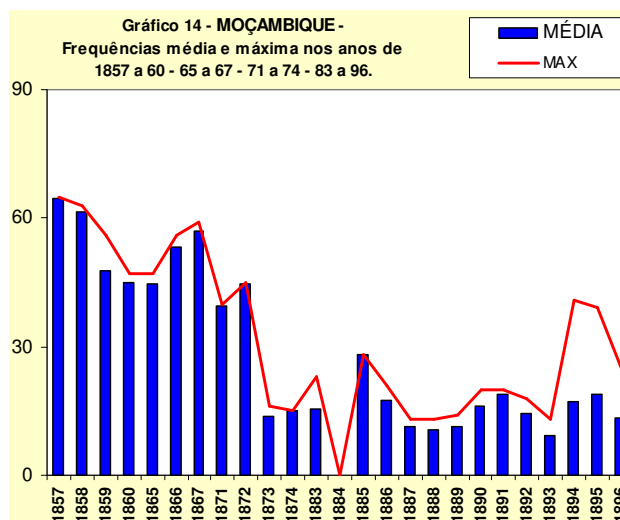
³²⁶² *B.O.*, 1/10/1892, nº 40, p. 447, *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 602, *B.O.*, 24/12/1892, nº 52, p. 633, *B.O.*, 31/12/1892, nº 53, p. 650.

ao longo dos vários meses de que a frequência é a constante dos mapas sem, no entanto, a concretizar, situação que se mantém ao longo dos anos de 1893, 1894 e 1895.³²⁶³

Em Fevereiro e Maio de 1867 a Aula Regimental de Moçambique foi frequentada, respectivamente, por 19 e 12 discípulos. Localizava-se num Quartel em Moçambique, sob orientação de Bernardim Gomes de Mello Castellão, 1º sargento aspirante a oficial. Funcionou irregularmente.

A Escola Principal de Moçambique, registou frequências, em 1857 e 1858 de 60 e 65 alunos.³²⁶⁴ Nos anos 60, entre os 42 e 56.³²⁶⁵ Na década seguinte oscila entre 15 e 45 alunos.³²⁶⁶ Os vários professores assinalam que o número de faltas dos discentes é frequentemente muito elevado.

Na década de 80 registam-se números de alunos que rondam os 20 podendo atingir 28.³²⁶⁷ Por vezes existe a informação de que a escola funcionou com poucos discípulos, casos de Novembro de 1884 e Janeiro do ano seguinte.³²⁶⁸ Também em 1885 e nos meses de Janeiro e Abril.³²⁶⁹



³²⁶³ B.O., 1/10/1892, nº 40, p. 447, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602. B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 650, B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 426, B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 494, B.O., 2/09/1893, nº 35, p. 526, B.O., 21/11/1893, nº 42, p. 601, B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 716, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 16, B.O., 17/02/1894, nº 7, p. 81, B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 128, B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272, B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272, B.O., 2/06/1894, nº 22, p. 293, B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343, B.O., 16/06/1894, nº 24, p. 320, B.O., 21/07/1894, nº 29, p. 385, B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 112, B.O., 21/03/1896, nº 12, p. 122, B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 158, B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159, B.O., 25/04/1896, nº 17, p. 168, B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182.

³²⁶⁴ B.O., 20/02/1858, nº 8, p. 54, B.O., 14/08/1858, nº 33, p. 134.

³²⁶⁵ B.O., 25/08/1860, nº 34, pp. 141-142, B.O., 25/08/1860, nº 34, pp. 141-142. B.O., 17/02/1866, nº 7 p. 26, B.O., 17/03/1866, nº 11 p. 47, B.O., 26/05/1866, nº 21 p. 87, B.O., 2/06/1866, nº 22, p. 92, B.O., 16/02/1867, nº 7 p. 25, B.O., nº 7, 16/02/1867, p. 25, B.O., nº 8, 23/02/1867, p. 30.

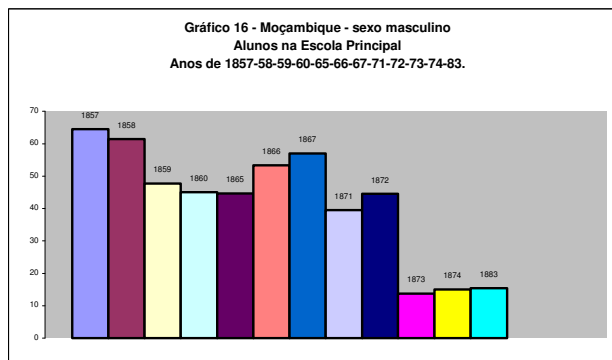
³²⁶⁶ B.O., 9/09/1871, nº 36 p. 152, B.O., 11/1/1871, nº 45, p. 188, B.O., 15/06/1872, nº 24 p. 98, B.O., 7/09/1872, nº 36, p. 151, B.O., 17/05/1873, nº 20, p. 81, B.O., 6/09/1873, nº 36, p. 147, B.O., 11/10/1873, nº 41, p. 165, B.O., 2/05/1874, nº 18, p. 70.

³²⁶⁷ B.O., 3/02/1883, nº 5, p. 48, B.O., 12/05/1883, nº 19, p. 133, B.O., 21/07/1883, nº 29 p. 203, B.O., 23/06/1883, nº 25, p. 172, B.O., 4/08/1883, nº 31 p. 218, B.O., 15/09/1883, nº 37 p. 258, B.O., 24/11/1883, nº 47 p. 321, B.O., 8/12/1883, nº 49, p. 335, B.O., 26/04/1884, nº 17, p. 81, B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 8, B.O., 28/02/1885, nº 9, p. 61, B.O., 8/08/1885, nº 32, p. 211, B.O., 21/11/1885, nº 47, p. 382

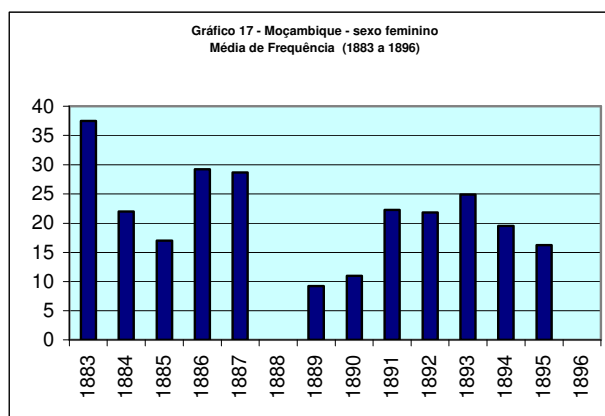
³²⁶⁸ B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 8, B.O., 28/02/1885, nº 9, p. 61.

³²⁶⁹ B.O., 28/02/1885, nº 9, p. 61, B.O., 8/08/1885, nº 32, p. 211.

Segundo a Administração do Concelho de Moçambique, em 1885, na *Informação relativa ao período de 1 a 31 de Julho do corrente anno*, na Instrução publica, “(...) Não se sabe o numero dos alumnos que frequentaram as escolas de ambos os sexos por os respectivos professores não terem mandado até esta data os mappas mensaes”.³²⁷⁰



1886, 87, 88, e 89 registam entre 11 e 20³²⁷¹ De 1890 a 1893 temos frequências de 17 a 20 alunos.³²⁷² A partir de 1894 os registos de frequência são divididos pelas escolas do professor Abranches de Sousa e Sousa e Faro. A primeira oscila, nesse ano, entre os seis e os nove discípulos; a segunda entre os 10, de Março, e os 41, de Dezembro.³²⁷³ Nos anos seguintes, as frequências destas duas escolas vão variando entre pouco mais de um e de três dezenas.³²⁷⁴



Segundo informação relativa à Escola de Instrução Primária do sexo feminino em Moçambique, mas abrangendo os dois sexos, publicada em Abril de 1888, entre 1879 e 1887

³²⁷⁰ B.O. nº 32, 8/08/1885, p. 231.

³²⁷¹ B.O., 13/02/1886, nº 7, p. 67, B.O., 20/03/1886, nº 12, p. 121, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 173, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 214, B.O., 7/08/1886, nº 32, p. 395, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 479, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 563, B.O., 18/12/1886, nº 51, p. 632, B.O., 15/01/1887, nº 3, p. 23, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 173, B.O., 28/05/1887, nº 22, p. 238, B.O., 11/06/1887, nº 24, p. 260, B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 325, B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 370, B.O., 10/09/1887, nº 37, p. 417, B.O., 15/10/1887, nº 42, p. 479, B.O., 5/11/1887, nº 45, p. 514, B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 596, B.O., 14/01/1888, nº 2, p. 26, B.O., 25/02/1888, nº 8, p. 133, B.O., 31/03/1888, nº 13, p. 234, B.O., 14/04/1888, nº 15, p. 262, B.O., 12/05/1888, nº 19, p. 314, B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 407, B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 468, B.O., 22/09/1888, nº 38, p. 590, B.O., 27/10/1888, nº 43, p. 650, B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 694, B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 744, B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 141, B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 744, B.O., 23/03/1889, nº 12, p. 201, B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 215, B.O., 27/04/1889, nº 17, p. 278, B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 337, B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 396, B.O., 13/07/1889, nº 28, p. 430, B.O., 10/08/1889, nº 32, p. 488, B.O., 14/09/1889, nº 37, p. 572, B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624, B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 686, B.O., 30/12/1889, nº 52, p. 734, B.O., 1/02/1889, nº 5, p. 66, B.O., 27/04/1889, nº 17, p. 278, B.O., 8/03/1890, nº 10, p. 134, B.O., 5/04/1890, nº 14, p. 168, B.O., 26/04/1890, nº 17, p. 206, B.O., 21/06/1890, nº 25, p. 277, B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 384, B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 24, B.O., 14/02/1891, nº 7, p. 70, B.O., 28/03/1890, nº 13, p. 135.

³²⁷² B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149, B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 177, B.O., 13/06/1891, nº 24, p. 233, B.O., 20/06/1891, nº 25, p. 246, B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 296, B.O., 1/08/1891, nº 31, p. 315, B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 432, *Id. Ibid.*, p. 433, B.O., 19/11/1892, nº 47, p. 561, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 601, B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 631, B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 649, B.O., 14/08/1892, nº 2, p. 28, B.O., 28/01/1893, nº 4, p. 64, B.O., 11/02/1893, nº 6, p. 97, B.O., 20/05/1893, nº 20, p. 294, B.O., 3/06/1893, nº 22, p. 318, B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 425, B.O., 5/08/1893, nº 31, p. 469, B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 547, B.O., 21/11/1893, nº 42, p. 601, B.O., 18/11/1893, nº 46, p. 652, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 15, B.O., 10/02/1894, nº 6, p. 66.

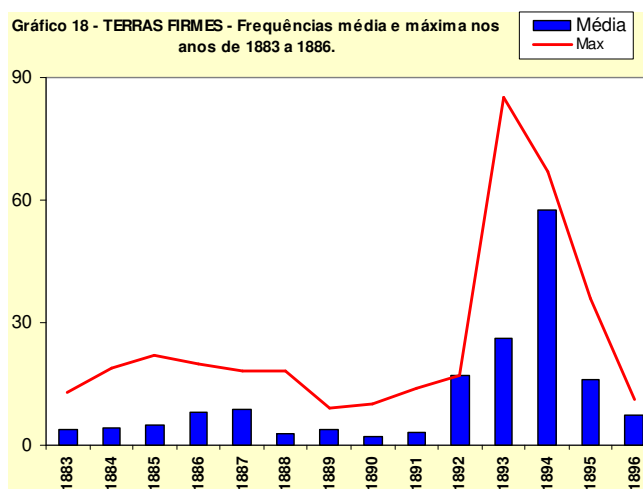
³²⁷³ B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 127, B.O., 12/05/1894, nº 19, p. 262, B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272, B.O., 23/06/1894, nº 25, p. 333, B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 344, B.O., 21/07/1894, nº 29, p. 385, B.O., 18/08/1894, nº 33, p. 437, B.O., 8/09/1894, nº 36, p. 463, B.O., 20/10/1894, nº 42, p. 546, B.O., 26/01/1895, nº 4, p. 43, B.O., 22/12/1894, nº 51, p. 648, B.O., 2/02/1895, nº 5, p. 51.

³²⁷⁴ B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 205, B.O., 6/06/1896, nº 23, p. 227, B.O., 20/06/1896, nº 25, p. 247, B.O., 27/06/1896, nº 26, p. 254, B.O., 11/07/1896, nº 28, p. 277, B.O., 22/08/1896, nº 34, p. 634, B.O., 10/10/1896, nº 42, p. 471, B.O., 21/11/1896, nº 48, p. 534, B.O., 12/12/1896, nº 51, p. 574.

terão frequentado 100 meninas e 22 meninos.³²⁷⁵ Em 1888 o máximo é de 30 alunas, a que se somam três rapazes.³²⁷⁶ Em 1889, a frequência decresce gradualmente para apenas seis alunas em Dezembro.³²⁷⁷

Nos anos 90, a frequência varia entre oito (em raríssimos meses apenas uma ou mesmo nenhuma) e 33 alunas.³²⁷⁸

Nas *Terras Firmes de Moçambique*, as escolas do Mossuril, Cabaceiras, Ampapa e Sancul constituem um conjunto de estabelecimentos com funcionamento interligado, transitando os professores entre elas. Os dados sobre essas escolas são apresentados ora separadamente, ora em conjunto. A sua irregularidade de



funcionamento em função da existência ou não de discípulos é uma característica marcante.

Em 1870 cria-se escola na freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Mossuril.³²⁷⁹ Na década de 80 tem frequências que variam entre apenas seis e mais de 20 escolares.³²⁸⁰

³²⁷⁵ B.O., 29/04/1888, nº 16, p. 274. B.O., 23/06/1883, nº 25, p. 172. B.O., 24/11/1883, nº 47 p. 321. B.O., 8/12/de 1883, nº 49, p. 335. B.O., 26/04/1884, nº 17, p. 81. B.O., 10/01/1885, nº 2, p. 8. B.O., 28/02/1885, nº 9, p. 61. B.O., 21/11/1885, nº 47, p. 382. B.O., 13/02/1886, nº 7, p. 67. B.O., 20/03/1886, nº 12, p. 121. B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 173. B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 214. B.O., 7/08/1886, nº 32, p. 395. B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 479. B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 563. B.O., 18/12/1886, nº 51, p. 632. B.O., 15/01/1887, nº 3, p. 23. B.O., 19/02/1887, nº 8, p. 74. B.O., 19/03/1887, nº 12, p. 111. B.O., 16/04/1887, nº 16, p. 160. B.O., 28/05/1887, nº 22, p. 238. B.O., 11/06/1887, nº 24, p. 260. B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 325. B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 370. B.O., 10/09/1887, nº 37, p. 417. B.O., 15/10/1887, nº 42, p. 479. B.O., 5/11/1887, nº 45, p. 514. B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 596. B.O., 14/01/1888, nº 2, p. 26.

³²⁷⁶ B.O., 25/02/1888, nº 8, p. 133. B.O., 31/03/1888, nº 13, p. 234. B.O., 14/04/1888, nº 15, p. 262. B.O., 12/05/1888, nº 19, p. 314. B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 407. B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 468. B.O., 22/09/1888, nº 38, p. 590. B.O., 27/10/1888, nº 43, p. 650. B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 694. B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 744. B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 141.

³²⁷⁷ B.O., 23/03/1889, nº 12, p. 201. B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 215. B.O., 27/04/1889, nº 17, p. 278. B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 337. B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 396. B.O., 13/07/1889, nº 28, p. 430. B.O., 10/08/1889, nº 32, p. 488. B.O., 14/09/1889, nº 37, p. 572. B.O., 12/10/1889, nº 41, p. 624. B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 686. B.O., 30/12/1889, nº 52, p. 734. B.O., 1/02/1889, nº 5, p. 66.

³²⁷⁸ B.O., 5/04/1890, nº 14, p. 168. B.O., 26/04/1890, nº 17, p. 206. B.O., 21/06/1890, nº 25, p. 277. B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 384. B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 24. B.O., 14/02/1891, nº 7, p. 70. B.O., 28/03/1890, nº 13, p. 135. B.O., 11/04/1891, nº 15, p. 149. B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 177. B.O., 13/06/1891, nº 24, p. 233. B.O., 20/06/1891, nº 25, p. 246. B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 296. B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 432. B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 433. B.O., 24/12/1892, nº 52, p. 631. B.O., 31/12/1892, nº 53, p. 649. B.O., 14/08/1892, nº 2, p. 28. B.O., 28/01/1893, nº 4, p. 64. B.O., 11/02/1893, nº 6, p. 97. B.O., 20/05/1893, nº 20, p. 294. B.O., 3/06/1893, nº 22, p. 318. B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 425. B.O., 5/08/1893, nº 31, p. 469. B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 547. B.O., 21/11/1893, nº 42, p. 601. B.O., 18/11/1893, nº 46, p. 652. B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 15. B.O., 10/02/1894, nº 6, p. 66. B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 127. B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272. B.O., 18/08/1894, nº 33, p. 437. B.O., 26/01/1895, nº 4, p. 43. B.O., 2/02/1895, nº 5, p. 51. B.O., 2/03/1895, nº 9, p. 94. B.O., 12/10/1895, nº 42, p. 387. B.O., 7/03/1896, nº 10, p. 98. B.O., 21/03/1896, nº 12, p. 121. B.O., 21/03/1896, nº 12, p. 121. B.O., 28/03/1896, nº 13, p. 133. B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159. B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182. B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 205. B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 205. B.O., 27/06/1896, nº 26, p. 254. B.O., 10/10/1896, nº 42, p. 471.

³²⁷⁹ B.O., 12/02/1870, nº 6 p. 62?

³²⁸⁰ B.O., 18/04/1884, nº 16 p. 7. B.O., 12/05/1883, nº 19, p. 133. B.O., 21/07/1883, nº 29 p. 203. B.O., 23/06/1883, nº 25, p. 172. B.O., 4 de Agosto de 1883, nº 31 p. 218. B.O., 15/09/1883, nº 37, p. 258. B.O., 15/12/1883, nº 50, p. 340. B.O., 26/04/1884, nº 17 p. 81. B.O., 18/11/1884, nº 42, p. 193. B.O., 18/11/1884, nº 42, p. 193. B.O., 16/08/1884, nº 33, p. 152. B.O., 15/11/1884, nº 46, p. 213. B.O., 22/11/1884, nº 47, p. 222. B.O., 29/11/1884, nº 48, p. 228. B.O., 28/02/1885, nº 9, p. 62. B.O., 7/03/1885, nº 10, p. 78. B.O., 20/06/1885, nº 25, p. 162.

Em Julho de 1886, na Capitania Mor das Terras Firmes e na que a partir de então foi chamada “Escola do pároco” da freguesia de N^a Sr^a da Conceição do Mossuril, existem 20 instruendos. A partir daí, o número de alunos vai variando entre um e mais de 20 discípulos. Por vezes a frequência é mista.³²⁸¹ Em Dezembro, regista-se que a “escola do pároco” foi frequentada por nove estudantes, sendo quatro “cristãos” e cinco “mouros”. A assiduidade é muito afectada em ocasiões especiais, como os meses do *Ramadão*. As outras escolas de Mossuril, Cabaceira, Ampapa e Sancul não foram frequentadas, situações que se repetem em diversos anos. Nos anos 90, a frequência varia entre três a 10 discípulos.³²⁸²

Em 1891, a frequência é irregular variando entre 14 e dois discípulos, de ambos os sexos.³²⁸³ Em Agosto não há alunos. Em Junho de 1892 contam-se 17 discípulos.³²⁸⁴ Em 1893 a frequência situa-se entre os 15 e os 35 educandos.

Neste ano, os dados que encontramos na documentação são fornecidos em bloco, agrupando as várias escolas da capitania das Terras Firmes.³²⁸⁵ O mesmo processo é utilizado até Maio de 1896.³²⁸⁶ A partir de Abril a informação é inscrita também com a designação de “Bairro do Mossuril”.³²⁸⁷

Na Escola do Mossuril do sexo feminino, em 1893 registou-se a frequência de oito e seis discípulos.³²⁸⁸ A partir de 1896 anota-se que a escola está fechada por falta de professora, ausência por licença, por exoneração ou outras.³²⁸⁹

De Março de 1883 a Fevereiro de 1885 a Escola de Ampapa não registou frequência por falta de materiais, referidos como “elementos propios”, “por ainda não ter sido possível

³²⁸¹ B.O., 7/08/1886, nº 32, p. 400. B.O., 12/02/1887, nº 7, p. 59. B.O., 2/04/1887, nº 14, p. 140. B.O., 16/04/1887, nº 16, p. 160. B.O., 28/05/1887, nº 22, p. 238. B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 326. B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 371. B.O., 16/07/1887, nº 29, p. 426. B.O., 15/10/1887, nº 42, p. 479. B.O., 19/11/1887, nº 47, p. 543. B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 596. B.O., 4/02/1888, nº 5, p. 76. B.O., 25/02/1888, nº 8, p. 133. B.O., 31/03/1888, nº 13, p. 234. B.O., 14/04/1888, nº 15, p. 263. B.O., 12/05/1888, nº 19, p. 314. B.O., 16/06/1888, nº 24, p. 408. B.O., 21/07/1888, nº 29, p. 470. B.O., 18/08/1888, nº 33, p. 526. B.O., 17/11/1888, nº 46, p. 695. B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 744. B.O., 23/02/1888, nº 8, p. 141. B.O., 2/03/1888, nº 9, p. 156. B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 215. B.O., 27/04/1889, nº 17, p. 278. B.O., 20/07/1889, nº 29, p. 447. B.O., 31/08/1889, nº 35, p. 544. B.O., 5/10/1889, nº 40, p. 613. B.O., 19/10/1889, nº 42, p. 632. B.O., 30/11/1889, nº 48, p. 686. B.O., 8/03/1889, nº 10, p. 134. B.O., 1/06/1889, nº 22, p. 352. B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 396.

³²⁸² B.O., 19/04/1890, nº 16, p. 195. B.O., 26/04/1890, nº 17, p. 207. B.O., 31/05/1890, nº 22, p. 250. B.O., 28/06/1890, nº 26, p. 288. B.O., 2/08/1890, nº 31, p. 345. B.O., 30/08/1890, nº 35, p. 385. B.O., 3/01/1891, nº 1, p. 6. B.O., 21/02/1891, nº 8, p. 78. B.O., 7/03/1891, nº 10, p. 92.

B.O., 26/04/1890, nº 17, p. 207.

³²⁸³ B.O., 4/04/1891, nº 14, p. 141. B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 171. B.O., 9/05/1891, nº 19, p. 185. B.O., 11/07/1891, nº 28, p. 280. B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 375. B.O., 12/09/1891, nº 37, p. 386. B.O., 24/10/1891, nº 43, p. 563.

³²⁸⁴ B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 494.

³²⁸⁵ B.O., 18/02/1893, nº 7, p. 110. B.O., 13/05/1893, nº 19, p. 282. B.O., 3/06/1893, nº 22, p. 317. B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 425. B.O., 22/07/1893, nº 29, p. 441. B.O., 16/09/1893, nº 37, p. 549. B.O., 18/11/1893, nº 46, p. 652. B.O., 14/10/1893, nº 41, p. 595. B.O., 10/03/1894, nº 10, p. 126.

³²⁸⁶ B.O., 12/05/1894, nº 19, p. 261. B.O., 19/05/1894, nº 20, p. 272. B.O., 5/10/1894, nº 40, p. 381. B.O., 26/10/1895, nº 43, p. 413. B.O., 9/11/1895, nº 45, p. 432. B.O., 14/03/1896, nº 11, p. 111. B.O., 28/03/1896, nº 13, p. 133. B.O., 18/04/1896, nº 16, p. 159. B.O., 25/04/1896, nº 17, p. 168. B.O., 9/05/1895, nº 19, p. 182. B.O., 30/05/1896, nº 22, p. 218. B.O., 13/06/1896, nº 24, p. 239. B.O., 4/07/1896, nº 27, p. 266. B.O., 15/08/1896, nº 83, p. 354.

³²⁸⁷ B.O., 22/08/1896, nº 34, p. 634.

³²⁸⁸ B.O., 18/02/1893, nº 7, p. 110. B.O., 13/05/1893, nº 19, p. 282.

³²⁸⁹ B.O., 4/07/1896, nº 27, p. 266. B.O., 15/08/1896, nº 83, p. 354. B.O., 30/05/1896, nº 22, p. 218. B.O., 13/06/1896, nº 24, p. 239. B.O., 13/06/1896, nº 24, p. 239.

fazer aquisição da caza mobilia necessarias” ou por “falta de professores.”³²⁹⁰ Em Abril de 1885 a escola funcionou com dois discípulos, “havendo já 5 matriculados”.³²⁹¹ Os registos são muito irregulares.³²⁹² A partir de Dezembro desse ano e até Maio de 1896, os dados das escolas aparecem em conjunto.³²⁹³

Nos anos 80 e 90, a frequência de alunos, na Escola de Sancul, é irregular, marcada pelas epidemias, ausência de professor, absentismo dos alunos, o “jejum dos maometanos” ou outras razões. Muitas vezes se resume a cinco e menos alunos ou mesmo a sua ausência total.³²⁹⁴ A partir de Dezembro de 1893 a frequência passa a ser fornecida, de forma sistemática, no Boletim Oficial pelo total do conjunto das escolas da área da capitania,³²⁹⁵ situação que já havia acontecido pontualmente em meses de períodos anteriores. Em Junho de 1895 volta a ser assinalada a frequência de cinco alunos.³²⁹⁶

A Escola das Cabaceiras ou da Cabaceira, até Novembro de 1884, não foi frequentada, ou “por falta de elementos próprios” ou “por ainda não ter sido possível fazer aquisição da caza mobilia necessarias”, mais raramente, por “falta de professores”.³²⁹⁷ Nos anos que se

³²⁹⁰ *B.O.*, 12/05/1883, nº 19, p. 133, *B.O.*, 21/07/1883, nº 29 p. 203, *B.O.*, 23/06/1883, nº 25, p. 172, *B.O.*, 4/08/1883, nº 31 p. 218, *B.O.*, 15/09/1883, nº 37, p. 258, *B.O.*, 15/12/1883, nº 50, p. 340, *B.O.*, 18/04/1884, nº 16 p. 78, *B.O.*, 26/04/1884, nº 17 p. 81, *B.O.*, 18/11/1884, nº 42, p. 193, *B.O.*, 16/08/1884, nº 33, p. 152, *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213, *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222, *B.O.*, 29/11/1884, nº 48, p. 228, *B.O.*, 28/02/1885, nº 9, p. 62, *B.O.*, 20/06/1885, nº 25, p. 162.

³²⁹¹ *B.O.*, 8/08/1885, nº 32, p. 211.

³²⁹² *B.O.*, 16/04/1887, nº 16, p. 160, *B.O.*, 28/05/1887, nº 22, p. 238, *B.O.*, 16/07/1887, nº 29, p. 326, *B.O.*, 16/07/1887, nº 29, p. 371, *B.O.*, 17/09/1887, nº 38, p. 426, *B.O.*, 15/10/1887, nº 42, p. 479, *B.O.*, 19/11/1887, nº 47, p. 543, *B.O.*, 17/12/1888, nº 51, p. 596, *B.O.*, 31/03/1888, nº 13, p. 234, *B.O.*, 14/04/1888, nº 15, p. 263, *B.O.*, 12/05/1888, nº 19, p. 314, *B.O.*, 16/06/1888, nº 24, p. 408, *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 470, *B.O.*, 18/08/1888, nº 33, p. 526, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 352, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 396, *B.O.*, 31/08/1889, nº 35, p. 544, *B.O.*, 5/10/1889, nº 40, p. 613, *B.O.*, 19/04/1890, nº 16, p. 195, *B.O.*, 31/05/1890, nº 22 p. 250, *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288, *B.O.*, 2/08/1890, nº 31, p. 345, *B.O.*, 30/08/1890, nº 35, p. 385, *B.O.*, 21/02/1891, nº 8, p. 78, *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 92, *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 141, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 171, *B.O.*, 9/05/1891, nº 19, p. 185, *B.O.*, 6/06/1891, nº 23, p. 226, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 280, *B.O.*, 5/09/1891, nº 36, p. 375, *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563, *B.O.*, 18/02/1893, nº 7, p. 110, *B.O.*, 13/05/1893, nº 19, p. 282, *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317, *B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425, *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 441, *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 494, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 549, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 549, *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 652, *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 595, *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58, *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 127.

³²⁹³ *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 127, *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 261, *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 272, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413, *B.O.*, 9/11/1895, nº 45, p. 432, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 111, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 25/04/1896, nº 17, p. 168, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 30/05/1896, nº 22, p. 218, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *B.O.*, 15/08/1896, nº 83, p. 354, *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634.

³²⁹⁴ *B.O.*, 26/04/1884, nº 17 p. 81, *B.O.*, 18/04/1884, nº 16 p. 78, *B.O.*, 18/11/1884, nº 42, 193, *B.O.*, 16/08/1884, nº 33, p. 152, *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213, *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222, *B.O.*, 29/11/1884, nº 48, p. 228, *B.O.*, 28/02/1885, nº 9, p. 62, *B.O.*, 7/03/1885, nº 10, p. 78, *B.O.*, 20/06/1885, nº 25, p. 162, *B.O.*, 8/08/1885, nº 32, p. 211, *B.O.*, 9/10/1886, nº 41, p. 504, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 563, *B.O.*, 18/12/1886, nº 51, p. 633, *B.O.*, 15/01/1887, nº 3, p. 24, *B.O.*, 12/02/1887, nº 7, p. 59, *B.O.*, 19/11/1887, nº 47, p. 543, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 596, *B.O.*, 4/02/1888, nº 5, p. 76, *B.O.*, 25/02/1888, nº 8, p. 133, *B.O.*, 31/03/1888, nº 13, p. 234, *B.O.*, 14/04/1888, nº 15, p. 263, *B.O.*, 12/05/1888, nº 19, p. 314, *B.O.*, 16/06/1888, nº 24, p. 408, *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 470, *B.O.*, 18/08/1888, nº 33, p. 526, *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 602, *B.O.*, 27/10/1888, nº 43, p. 650, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 352, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 396, *B.O.*, 20/07/1889, nº 29, p. 447, *B.O.*, 31/08/1889, nº 35, p. 544, *B.O.*, 5/10/1889, nº 40, p. 613, *B.O.*, 26/04/1890, nº 17, p. 207, *B.O.*, 31/05/1890, nº 22 p. 250, *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288, *B.O.*, 2/08/1890, nº 31, p. 345, *B.O.*, 21/02/1891, nº 8, p. 78, *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 92, *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 141, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 171, *B.O.*, 9/05/1891, nº 19, p. 185, *B.O.*, 6/06/1891, nº 23, p. 226, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 280, *B.O.*, 5/09/1891, nº 36, p. 375, *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563, *B.O.*, 18/02/1893, nº 7, p. 110, *B.O.*, 13/05/1893, nº 19, p. 282, *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317, *B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425, *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 441, *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 494, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 549, *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 652, *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 595, *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381.

³²⁹⁵ *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 126, *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 261, *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 272, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413, *B.O.*, 9/11/1895, nº 45, p. 432, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 111, *B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 121, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 25/04/1896, nº 17, p. 168, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 30/05/1896, nº 22, p. 218, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *B.O.*, 15/08/1896, nº 83, p. 354.

³²⁹⁶ *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634.

³²⁹⁷ *B.O.*, 12/05/1883, nº 19, p. 133, *B.O.*, 21/07/1883, nº 29 p. 203, *B.O.*, 23/06/1883, nº 25, p. 172, *B.O.*, 4/08/1883, nº 31 p. 218, *B.O.*, 15/09/1883, nº 37, p. 258, *B.O.*, 15/12/1883, nº 50, p. 340, *B.O.*, 18/04/1884, nº 16 p. 78, *B.O.*, 26/04/1884, nº 17 p. 81, *B.O.*, 18/11/1884, nº 42, p. 193, *B.O.*, 16/08/1884, nº 33, p. 152, *B.O.*, 15/11/1884, nº 46, p. 213, *B.O.*, 22/11/1884, nº 47, p. 222, *B.O.*, 29/11/1884, nº 48, p. 228, *B.O.*, 28/02/1885, nº 9, p. 62.

seguem, e até à década de 90, a frequência varia entre dois e sete alunos de ambos os sexos.³²⁹⁸ Em 1899, Janeiro e Fevereiro registam cinco e sete meninas, apenas.³²⁹⁹ O Ramadão influi, como outros factores, na frequência.³³⁰⁰

A Administração do Bairro das Terras Firmes – incluindo as localidades do Mossuril, Cabaceiras, Ampapa e Sancul, informa, no mês de Abril de 1885 e quanto à instrução primária, que as

(...) escolas de Mossuril continuam frequentadas por igual numero d'alumnos, na maior parte com satisfatório aproveitamento, que certamente seria mais lizongeiro, na dirigida pelo parochio, se a deversidade da língua não obstasse a que elle fosse perfeitamente comprehendido, principalmente pelos menos adiantados; a das Cabaceiras foi frequentada por três, a de Ampapa por 2, havendo já 5 matriculados, e a de Sancul continua sem frequência.³³⁰¹

Na década de 90, as escolas da área da área da Capitania Mor da Terras Firmes foram frequentadas por entre 63 e 85 escolares, nos melhores anos, e 15 e 36, nos piores.³³⁰²

Nas escolas de Terras firmes, que abrangem localidades como Ampapa, Cabaceira, Mossuril e Sancul, a frequência dos alunos diz respeito ao período de 1883-1896, donde se destaca uma primeira fase com baixa frequência média 1883-1891, dando lugar a uma segunda fase, com aumento de alunos que chega a atingir os 85, seguida de um decréscimo continuo até ao final do período, atingindo os 11 alunos. A escola de Mossuril é o único estabelecimento que se mantém em funcionamento durante este período de 13 anos, seguido de Cabaceira (11 anos), Sancul (8 anos) e Ampapa (6 anos). Destas, apenas Ampapa não regista qualquer aluna, estando estas presentes esporadicamente em Mossuril (2 anos), Cabaceira (2 anos) e Sancul (1 ano).

³²⁹⁸ *B.O.*, 7/03/1885, nº 10, p. 78, *B.O.*, 20/06/1885, nº 25, p. 162, *B.O.*, 8/08/1885, nº 32, p. 211, *B.O.*, 11/09/1886, nº 37, p. 455, *B.O.*, 9/10/1886, nº 41, p. 504, *B.O.*, 13/11/1886, nº 46, p. 563, *B.O.*, 18/12/1886, nº 51, p. 633, *B.O.*, 15/01/1887, nº 3, p. 24, *B.O.*, 12/02/1887, nº 7, p. 59, *B.O.*, 17/12/1887, nº 51, p. 596, *B.O.*, 4/02/1888, nº 5, p. 76, *B.O.*, 31/03/1888, nº 13, p. 234, *B.O.*, 14/04/1888, nº 15, p. 263, *B.O.*, 12/05/1888, nº 19, p. 314, *B.O.*, 16/06/1888, nº 24, p. 408, *B.O.*, 21/07/1888, nº 29, p. 470, *B.O.*, 18/08/1888, nº 33, p. 526, *B.O.*, 29/09/1888, nº 39, p. 602, *B.O.*, 22/12/1888, nº 51, p. 744.

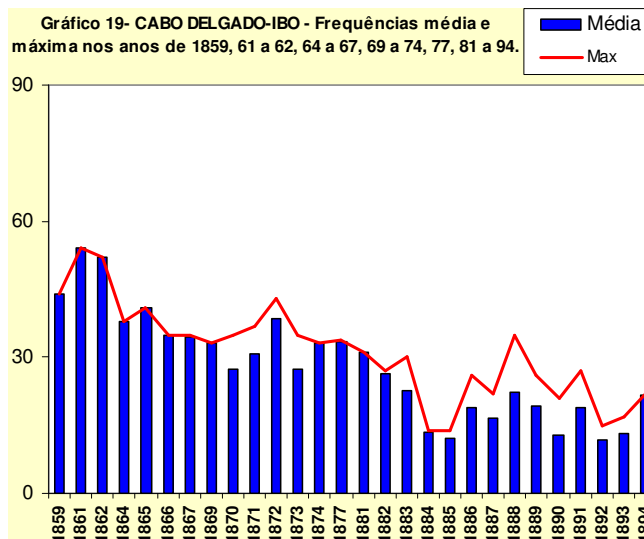
³²⁹⁹ *B.O.*, 2/03/1888, nº 9, p. 156, *B.O.*, 30/03/1889, nº 13, p. 215, *B.O.*, 27/04/1889, nº 17, *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 352, *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 396, *B.O.*, 20/07/1889, nº 29, p. 447, *B.O.*, 31/08/1889, nº 35, p. 544, *B.O.*, 5/10/1889, nº 40, p. 613.

³³⁰⁰ *B.O.*, 22/06/1889, nº 25, p. 396, *B.O.*, 19/04/1890, nº 16, p. 195, *B.O.*, 31/05/1890, nº 22, p. 250, *B.O.*, 28/06/1890, nº 26, p. 288, *B.O.*, 2/08/1890, nº 31, p. 345, *B.O.*, 30/08/1890, nº 35, p. 385, *B.O.*, 21/02/1891, nº 8, p. 78, *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 92, *B.O.*, 4/04/1891, nº 14, p. 141, *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 171, *B.O.*, 9/05/1891, nº 19, p. 185, *B.O.*, 6/06/1891, nº 23, p. 226, *B.O.*, 11/07/1891, nº 28, p. 280, *B.O.*, 5/09/1891, nº 36, p. 375, *B.O.*, 12/09/1891, nº 37, p. 386, *B.O.*, 24/10/1891, nº 43, p. 563, *B.O.*, 18/02/1893, nº 7, p. 110, *B.O.*, 13/05/1893, nº 19, p. 282, *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317, *B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425, *B.O.*, 22/07/1893, nº 29, p. 441, *B.O.*, 19/08/1893, nº 33, p. 494, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 549, *B.O.*, 16/09/1893, nº 37, p. 549, *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 652, *B.O.*, 14/10/1893, nº 41, p. 595, *B.O.*, 3/02/1893, nº 5, p. 58, *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 126, *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 261, *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 272, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413, *B.O.*, 9/11/1895, nº 45, p. 432, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 111, *B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 121, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 25/04/1896, nº 17, p. 168, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 30/05/1896, nº 22, p. 218, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *B.O.*, 15/08/1896, nº 83, p. 354, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634.

³³⁰¹ *B.O.*, nº 32, 8/08/1885, p. 211.

³³⁰² *B.O.*, 12/05/1894, nº 19, p. 261, *B.O.*, 19/05/1894, nº 20, p. 272, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 5/10/1894, nº 40, p. 381, *B.O.*, 26/10/1895, nº 43, p. 413, *B.O.*, 9/11/1895, nº 45, p. 432, *B.O.*, 14/03/1896, nº 11, p. 111, *B.O.*, 21/03/1896, nº 12, p. 121, *B.O.*, 28/03/1896, nº 13, p. 133, *B.O.*, 18/04/1896, nº 16, p. 159, *B.O.*, 25/04/1896, nº 17, p. 168, *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 30/05/1896, nº 22, p. 218, *B.O.*, 13/06/1896, nº 24, p. 239, *B.O.*, 4/07/1896, nº 27, p. 266, *B.O.*, 15/08/1896, nº 83, p. 354, *B.O.*, 22/08/1896, nº 34, p. 634.

Na região de Cabo Delgado, a primeira escola que se fundou no Ibo ter-se-á devido à iniciativa do Governador-Geral da Província José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, falecido em 1818.³³⁰³ Na mesma ilha, em 1853, existem duas escolas, uma do sexo masculino e uma do feminino.



Segundo Jerónimo Romero

não terá efectivamente existido escola de meninas e não funcionava, ainda, cinco anos depois. Nesse ano de 1858 existiam 38 alunos matriculados e sete voluntários. Dos alunos quase todos eram cristãos livres e mouros, existindo apenas um escravo cristão. A sua frequência é variável e os doze mil réis que a câmara distribui pelos alunos para incentivar a assiduidade não compensa a falta de apoio de muitos pais e a exiguidade de penas, papéis e tinta.³³⁰⁴ Poucos dos habitantes do distrito (alguns negociantes e proprietários do Ibo) dispunham de meios para enviar os seus filhos para serem instruídos em Moçambique, Zanzibar ou Goa.³³⁰⁵

No ano de 1859, a Aula de Instrução Primária do Ibo, em Cabo Delgado registou como total anual 44 alunos.³³⁰⁶

Em 1861 o total de alunos foi de 54.³³⁰⁷ Nos anos seguintes da década de 60, o total balançou entre 3 e 5 dezenas.³³⁰⁸ Na década seguinte entre duas e quatro dezenas.³³⁰⁹ Em 1878 os dados numéricos no Boletim Oficial dão lugar a outras referências como a de que a escola foi regularmente frequentada sem, no entanto, quantificar.³³¹⁰

³³⁰³ Lapa e Ferreri, 1889, p. 45.

³³⁰⁴ Romero, 1860, pp. 143-145.

³³⁰⁵ *Id. Ibid.*, p. 146. Romero considera que a “insignificante” soma de 200\$000 réis paga ao professor impede que não se possa esperar que para ali vão homens habilitados exercer o magistério.

³³⁰⁶ *B.O.*, 18/08/1860, nº 33 p. 139.

³³⁰⁷ *B.O.*, 22/02/1862, nº 8, p. 31.

³³⁰⁸ *B.O.*, 5/09/1863, nº 36, p. 162, *BO*, 21/01/1865, nº 3, p. 16, *B.O.*, 16/02/1867, nº 7 p. 28, *B.O.*, 25/01/1868, nº 4 p. 19, *BO*, nº 7, 16 Fevereiro 1868, *B.O.*, 29/01/1869, nº4, p. 16.p. 28.

³³⁰⁹ *B.O.*, 2/07/1870, nº25, p. 104, *BO*, 19/11/1870, nº 45, p. 189, *BO*, 19/11/1870, nº 48, p. 201, *B.O.*, 15/10/1870, nº40, p. 167, *B.O.*, 5/11/1870, nº 43, p. 182, *B.O.*, 9/03/1872, nº 10 p. 44, *B.O.*, 10/08/1872, nº 32 p. 132, *B.O.*, 7/09/1872, nº 36 p. 151, *B.O.*, 23/11/1872, nº 47 p. 195, *B.O.*, 4/01/1872, nº 1, p. 2, *B.O.*, 1/02/1872, nº 5, p. 21, *B.O.*, 9/08/1873, nº 32, p. 131, *B.O.*, 11/10/1873, nº 41, p. 165, *B.O.*, 15/11/1873, nº 46, p. 186, *B.O.*, 3/01/1873, nº 1, p. 3, *B.O.*, 2/05/1874, nº 18, p. 70, *B.O.*, 26/03/1877, nº 13, p. 72, *B.O.*, 21/05/1877, nº 24, p. 125, *B.O.*, 4/06/1877, nº 23, p. 142, *B.O.*, 25/06/1877, nº 26, p. 167, *B.O.*, 6/08/1877, nº 32, p. 220, *B.O.*, 10/09/1877, nº 37, p. 262, *B.O.*, 15/10/1877, nº 42, p. 301, *B.O.*, 15/10/1877, nº 42, p. 316, *B.O.*, 3/12/1877, nº 49, p. 355, *B.O.*, 17/12/1877, nº 51, p. 374, *B.O.*, 26/03/1877, nº 13, p. 72, *B.O.*, 21/05/1877, nº 24, p. 125, *B.O.*, 17/12/1877, nº 51, p. 374, *B.O.*, 23/10/1876, nº 43, p. 294-295, *B.O.*, 5/11/1877, nº 45, p. 324, *B.O.*, 31/12/1877, nº 53, p. 386.

³³¹⁰ *B.O.*, 11/03/1878, nº 10, p. 53, *B.O.*, 20/05/1878, nº 20, p. 111, *B.O.*, 10/06/1878, nº 23, p. 125, *B.O.*, 25/06/1878, nº 25, p. 141, *B.O.*, 12/08/1878, nº 32, p. 176.

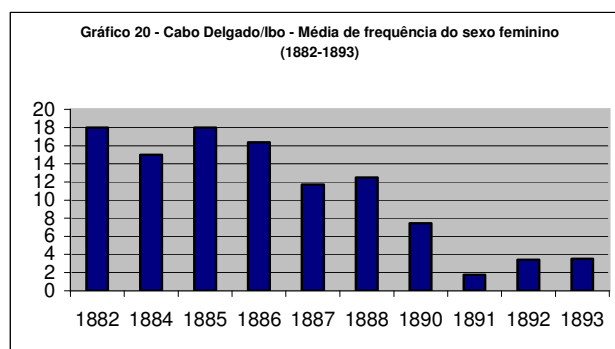
O movimento nas três escolas existentes no Ibo em 1880 – a do sexo masculino, a paroquial e a do sexo feminino, era muito reduzido, encontrando-se, em todas elas, abaixo dos 10 alunos, no início do ano, e não ultrapassando as duas ou cinco dezenas durante os restantes meses.³³¹¹

No ponto IIII do *Relatório do distrito de Cabo Delgado com referencia ao ano de 1880. Governo do distrito de Cabo Delgado, de 20 de Julho de 1881* refere-se que é “(...) pessimo o estado, em que se acha a instrucção publica do districto. Existe apenas uma escola de instrucção primaria—para ambos os sexos—na villa do Ibo, regida por um professor regio natural do paiz. Escola frequentada no anno findo por 37 alumnos, sahiram sem aproveitamento 8, e passaram para o anno corrente 29.”³³¹²

Em Abril de 1881, 31 alunos frequentam a escola.³³¹³ Em Maio e Dezembro de 1882, respectivamente 25 e 27 alunos.³³¹⁴

Nos anos restantes da década de 80 a frequência situou-se entre uma e três dezenas de estudantes.³³¹⁵

Nos anos 90, a frequência, nas três escolas oscila entre uma e pouco mais de duas dezenas de alunos, com a paroquial registando um número especialmente baixo de alunos.³³¹⁶



³³¹¹ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 78, B.O., 21/03/1881, nº 12, p. 65.

³³¹² B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 78.

³³¹³ B.O., 23/05/1881, nº 21.

³³¹⁴ B.O., 15/07/1882, nº 30, p. 233, B.O., 27/01/1883, nº 4, p. 24.

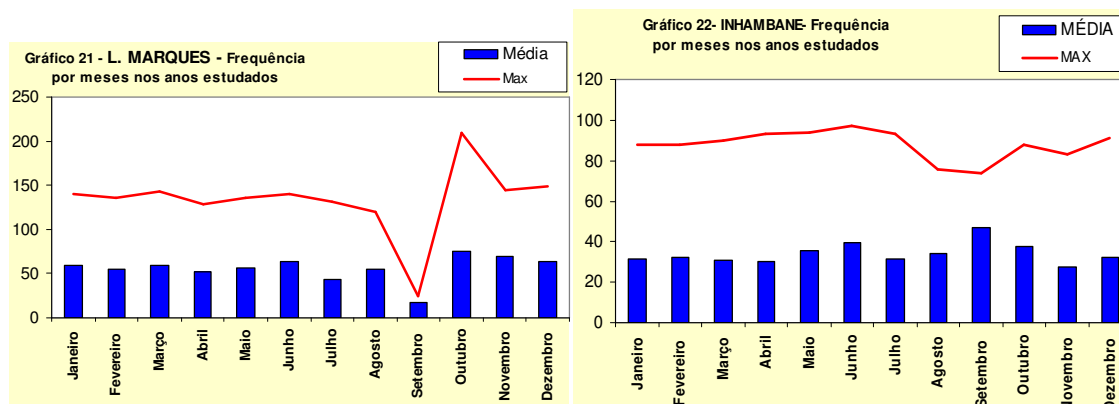
³³¹⁵ B.O., 31/03/1883, nº 13, p. 94, B.O., 29/03/1884, nº 13 p. 66, B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 140, B.O., 19/05/1883, nº 20, p. 140, B.O., 9/06/1883, nº 23 p. 160, B.O., 14/07/1883, nº 28, p. 195, B.O., 11/08/1883, nº 32, p. 223, B.O., 25/08/1883, nº 35 p. 238, B.O., 24/11/1883, nº 47 p. 321, B.O., 8/12/1883, nº 49 p. 335, B.O., 29/12/1883, nº 52, p. 351, B.O., 1/03/1884, nº 9, p. 40, B.O., 21/06/1884, nº 29, p. 131, B.O., 25/10/1884, nº 43, p. 202, B.O., 18/10/1884, nº 42, p. 193, B.O., 27/12/1884, nº 52, p. 249, B.O., 18/10/1884, nº 42, p. 193, B.O., 25/10/1884, nº 43, p. 202, B.O., 20/12/1884, nº 50, p. 243, B.O., 27/12/1884, nº 52, p. 250, B.O., 27/06/1885, nº 26, p. 164, B.O., 25/06/1885, nº 30, p. 192, B.O., 10/09/1885, nº 38, p. 290, B.O., 3/10/1885, nº 40, p. 313, B.O., 14/11/1885, nº 46, p. 373, B.O., 9/01/1886, nº 2, p. 12, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 439, B.O., 20/03/1886, nº 12, p. 121, B.O., 17/04/1886, nº 16, p. 173, B.O., 8/05/1886, nº 19, p. 215, B.O., 5/06/1886, nº 23, p. 271, B.O., 3/07/1886, nº 27, p. 329, B.O., 13/07/1886, nº 31, p. 383, B.O., 28/08/1886, nº 35, p. 443, B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 480, B.O., 16/10/1886, nº 42, p. 515, B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 563, B.O., 11/12/1886, nº 50, p. 624, B.O., 5/03/1887, nº 10, p. 89, B.O., 2/04/1887, nº 14, p. 140, B.O., 28/05/1887, nº 22, p. 239, B.O., 25/06/1887, nº 26, p. 288, B.O., 23/07/1887, nº 30, p. 335, B.O., 27/08/1887, nº 35, p. 396, B.O., 17/09/1887, nº 38, p. 427, B.O., 29/10/1887, nº 44, p. 499, B.O., 19/11/1887, nº 47, p. 544, B.O., 17/12/1887, nº 51, p. 596, B.O., 4/02/1888, nº 5, p. 77, B.O., 25/02/1888, nº 8, p. 134, B.O., 31/03/1888, nº 13, p. 235, B.O., 28/04/1888, nº 17, p. 287, B.O., 26/05/1888, nº 21, p. 351, B.O., 23/06/1888, nº 25, p. 420, B.O., 28/07/1888, nº 30, p. 483, B.O., 18/08/1888, nº 33, p. 527, B.O., 15/09/1888, nº 37, p. 577, B.O., 27/10/1888, nº 43, p. 651, B.O., 10/11/1888, nº 44, p. 683, B.O., 22/12/1888, nº 51, p. 745, B.O., 2/03/1889, nº 9, p. 157, B.O., 30/03/1889, nº 13, p. 279, B.O., 25/05/1889, nº 21, p. 338, B.O., 22/06/1889, nº 25, p. 396, B.O., 20/07/1889, nº 29, p. 448, B.O., 31/08/1889, nº 35, p. 543, B.O., 26/10/1889, nº 43, p. 640, B.O., 16/11/1889, nº 46, p. 663, B.O., 11/01/1889, nº 2, p. 12, B.O., 1/02/1889, nº 5, p. 66, B.O., 1/02/1889, nº 5, p. 66, B.O., 30/09/1892, nº 39, p. 395.

³³¹⁶ B.O., 20/12/1890, nº 51, p. 538, B.O., 30/05/1891, nº 22, p. 212, B.O., 15/03/1890, nº 11, p. 144, B.O., 10/05/1890, nº 19, p. 225, B.O., 30/05/1891, nº 22, p. 212, B.O., 26/04/1890, nº 17, p. 206, B.O., 21/06/1890, nº 25, p. 278, B.O., 19/07/1890, nº 29, p. 324, B.O., 16/08/1890, nº 33, p. 366, B.O., 20/12/1890, nº 51, p. 538, B.O., 17/01/1891, nº 3, p. 24, B.O., 21/02/1891, nº 8, p. 77, B.O., 7/03/1891, nº 10, p. 92, B.O., 28/03/1890, nº 13, p. 135, B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 171, B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 178, B.O., 30/05/1891, nº 22, p. 212, B.O., 30/06/1891, nº 26, p. 261, B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 297, B.O., 5/09/1891, nº 36, p. 375, B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 444, B.O., 17/10/1891, nº 42, p. 453, B.O., 24/09/1892, nº 39, p. 435, B.O., 10/12/1892, nº 50, p. 602, B.O., 28/01/1893, nº 4, p. 63, B.O., 15/04/1893, nº 15, p. 221, B.O., 13/05/1893, nº 19, p. 282, B.O., 3/06/1893, nº 22, p. 317, B.O., 15/07/1893, nº 28, p. 425, B.O., 5/08/1893, nº 31, p. 469, B.O., 19/08/1893, nº 33, p. 493, B.O., 11/11/1893, nº 45, p. 639, B.O., 23/12/1893, nº 51, p. 716, B.O., 13/01/1893, nº 2, p. 15, B.O., 23/06/1894, nº 25, p. 332,

Na Escola Paroquial de S. Luís Gonzaga em Querimba em 1892 e 1893, observamos uma frequência que varia entre sete e nove discentes.³³¹⁷

Uma análise dos registos em função do mês complementa as informações anteriores, ao permitir o desenvolvimento de uma perspectiva da sazonalidade da frequência escolar no lote de anos seleccionado. Para o efeito, foram determinados os valores "médio" e "máximo" dos registos para cada mês, a partir dos valores de todos os anos.

Lourenço Marques é onde se evidencia uma clara sazonalidade, onde é evidente uma quebra na frequência total no mês de Setembro – entre outras razões, por ser o mês de férias anuais mais frequente na localidade (uma tendência semelhante, embora em menor escala, reconhece-se em Moçambique). Em Lourenço Marques, em Outubro, notam-se máximos acima dos valores regulares nos outros meses, provavelmente por coincidir, muitas vezes, com o início do ano escolar.



No total de alunos de Inhambane, a maioria são rapazes que frequentam de uma forma mais persistente as aulas, apesar das disparidades que se podem verificar ao longo do ano entre o máximo de alunos inscritos e a média de frequência.

Também em Sofala se regista em vários meses uma disparidade entre o máximo de alunos matriculados e a média efectiva de presenças na escola. Particularmente afectados são

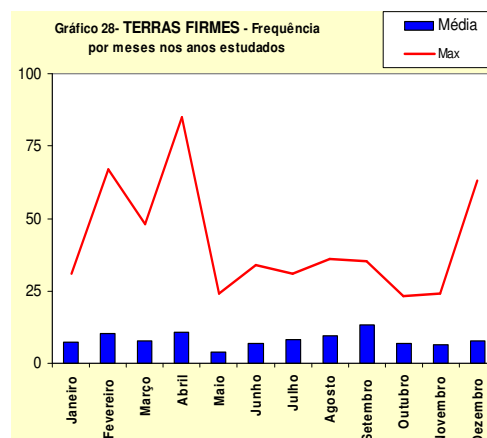
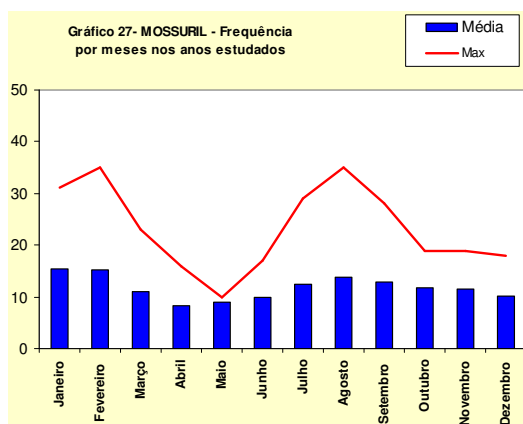
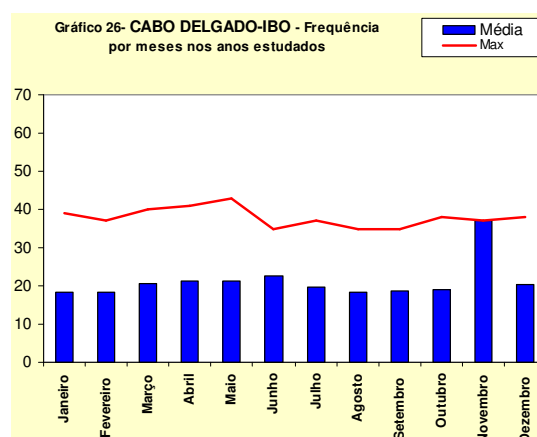
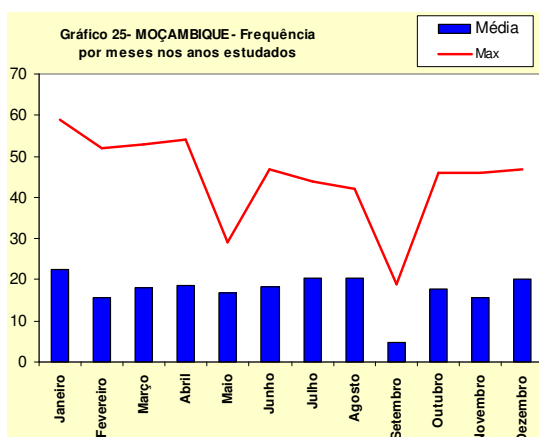
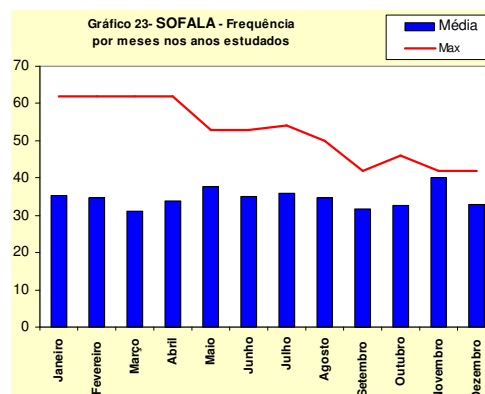
B.O., 30/06/1894, nº 26, p. 343. *B.O.*, 24/11/1883, nº 47 p. 321. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m.1 (2), docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 26, 27, 28, 29, 30, 31. *B.O.*, 15/03/1890, nº 11, p. 144. *B.O.*, 26/04/1890, nº 17, p. 206. *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225. *B.O.*, 21/06/1890, nº 25, p. 278. *B.O.*, 19/07/1890, nº 29, p. 324. *B.O.*, 16/08/1890, nº 33, p. 366. *B.O.*, 20/12/1890, nº 51, p. 538. *B.O.*, 17/01/1891, nº 3, p. 24. *B.O.*, 21/02/1891, nº 8, p. 77. *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 92. *B.O.*, 28/03/1890, nº 13, p. 135. *B.O.*, 25/04/1891, nº 17, p. 171. *B.O.*, 2/05/1891, nº 18, p. 178. *B.O.*, 30/05/1891, nº 22, p. 212. *B.O.*, 13/05/1893, nº 19, p. 282. *B.O.*, 3/06/1893, nº 22, p. 317. *B.O.*, 15/07/1893, nº 28, p. 425. *B.O.*, 5/08/1893, nº 31, p. 469. *B.O.*, 19/08/1892, nº 33, p. 493.

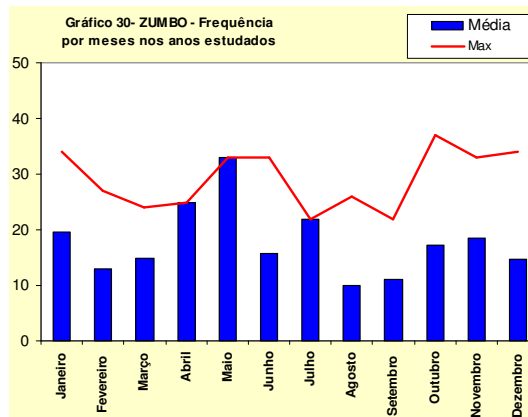
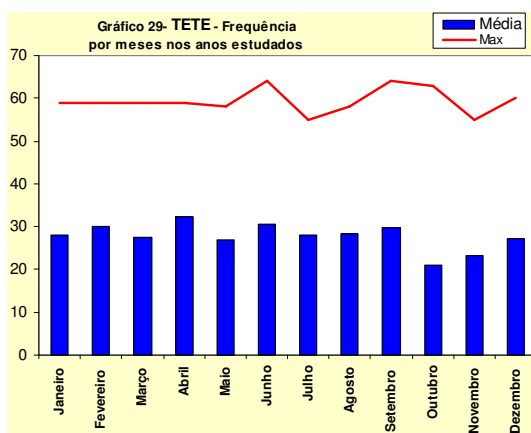
³³¹⁷ A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.44, m.1 (4), docs.1, 2, 3, 4, 10. *B.O.*, 1/10/1892, nº 40, p. 447. *B.O.*, 10/12/1892, nº 50, p. 602. *B.O.*, 28/01/1893, nº 4, p. 63. *B.O.*, 23/06/1894, nº 25, p. 332. *B.O.*, 30/06/1894, nº 26, p. 343.

os meses de festividades como o Ramadão (com data variável). No início do ano lectivo esta disparidade é menor.

Em Moçambique, Setembro é, na maior parte dos anos, mês destinado a férias. Por isso, nesse mês, também existe uma grande discrepância entre os alunos matriculados e a média de frequência efectiva. A este facto não serão estranhas as diferentes festividades e religiões daquela comunidade em particular, para além de

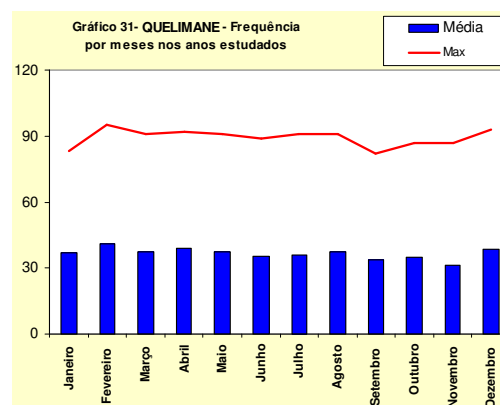
outras razões dela não exclusivas, como uma tendência dos alunos para o absentismo, pouco apoio familiar e a reduzida importância atribuída à escola e à aprendizagem que proporciona. A situação é semelhante em diversas outras localidades sugerindo que o número máximo de alunos inscritos não encontra, de uma maneira geral, correspondência com o número médio de alunos que frequentam a escola.



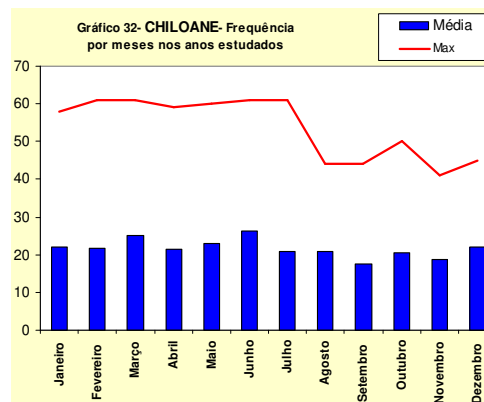


A análise dos gráficos relativos à frequência por meses em várias localidades sugere níveis elevados de faltas e uma baixa assiduidade por parte dos alunos, que tende a ser constante.

Os dados mostram que a escola não rejeita os alunos, efectuando e mantendo os registos dos que se matriculam, apesar do elevado absentismo. Demonstram também que não é tarefa fácil atrair os africanos à escola e, em particular, garantir uma permanência nas actividades.



A frequência oscila ao longo dos meses de acordo com ritmos próprios dos estudantes e as solicitações do seu meio – para além das lacunas (materiais e humanas) das instituições escolares para providenciar um ensino eficaz, as características específicas de cada localidade com as suas festas, vida familiar e formas de convívio



próprias, interferia com as actividades lectivas. Os pedidos dos diversos professores para que fosse instituída uma escolaridade obrigatória não podiam, perante tal cenário, afigurar-se de fácil execução pela tutela, mesmo que esta o tivesse efectivamente desejado.

13.2. Caracterização dos alunos: “sexo”, idade, “raça”, religião, naturalidade e aproveitamento

As informações de que os professores dispunham tinham origem nos livros paroquiais, registos de baptismo e todos os que não eram católicos eram vulgarmente considerados ilegítimos.

Em nota a um quadro de aproveitamento, o professor da escola de Lourenço Marques, Anibal Gomes de Paula, explica que não estão designados os nomes dos pais dos alunos, por não lhe constar que nenhum seja filho de matrimónio ou devidamente legitimado. Acrescenta ainda que, no primeiro do mês, apareceu leva de doença de pele contagiosa em quatro alunos que convidou a não frequentar a escola sem se sararem.³³¹⁸ O mesmo professor volta a referir que, no quadro de aproveitamento escolar que enviou ao Governador, não se inscreveu a filiação de nenhum aluno porque não há nenhum legítimo. Apenas oito alunos frequentam as aulas com assiduidade e correspondente aproveitamento. Os outros faltam em quase todos os meses e em mais de metade das aulas, pelo que o professor não pode ser rigoroso com eles pois, de outro modo abandonariam a escola.³³¹⁹

A professora Maria Hermínia Saraiva de Carvalho e Xavier lembra que, em 5 de Março de 1888, por ocasião da epidemia de varíola que atingiu a cidade, pediu ao Governador um recolhimento para as meninas que ficaram órfãs de pai e mãe, já que os rapazes dispunham da Escola de Artes e Ofícios de Moçambique. Não foi atendida. Mas aproveita, ainda assim, para fazer novo pedido, cujo atendimento “(...) será tão útil às classes menos abastadas como para as mais protegidas da fortuna, visto que a instrucção na província pouco tem melhorado”.³³²⁰

A Escola de Artes e Ofícios de Moçambique começou a funcionar em 1878, captando um bom número de rapazes num domínio de formação com carácter profissional não existindo qualquer instituição com idênticos objectivos para as meninas. Nestas últimas regista-se uma maior permanência na escola ao longo do ano.

Na maior parte dos anos a frequência das raparigas é superior à dos rapazes ao contrário do que se passa no conjunto das regiões fronteiras à ilha, designadas por Terras

³³¹⁸ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 2/11/1886. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 20.

³³¹⁹ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 8/02/1887. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 22.

³³²⁰ B.O., 21/04/1888, nº 16, pp. 271.

Firmes, em que a presença dos rapazes é muito superior. Para este panorama poderá ter contribuído o carácter pouco definido da Escola Principal e o seu funcionamento irregular.

A frequência total de alunos nas escolas de Moçambique diz respeito ao período entre 1883-1895, para os quais há registos da escola feminina, no entanto apenas temos registos para a escola masculina entre 1886-1889 (13 anos). Os valores indicam dois picos de frequência, 1886 e 1893, integrados no que aparentam dois ciclos completos, com uma fase ascendente, o pico máximo, e a fase descendente. O padrão global indicia, no entanto, um decréscimo geral do numero de alunos ao longo do período considerado.

As queixas de falta dos docentes em relação aos alunos são muito frequentes. Apesar da irregularidade na frequência afectar ambos os sexos, ela é muito maior entre o sexo masculino. A quebra de frequência dos rapazes em relação a anos anteriores foi particularmente sensível nos anos estudados nos gráficos. Para a diferença entre a frequência de rapazes e raparigas segundo os dados obtidos e nos correspondentes anos deverá ter contribuído a indefinição e irregularidade no funcionamento da Escola Principal que viria a cumprir uma missão distinta da que presidiria à sua criação, a criação da Escola de Artes e Ofícios que assimilaria um número considerável de rapazes, o funcionamento de escolas, com regularidade variável, nas Terras Firmes e o facto de nos anos 80 também começarem a funcionar algumas missões.

Na escola do sexo feminino de Sofala, em Fevereiro e Abril de 1890 não existe professora, precisando-se que a instituição não tem funcionado por falta de compêndios e outros objectos necessários.³³²¹ Em Maio a professora é Maria do Carmo da Silva Roque que se manterá até ao ano seguinte. A frequência oscila entre quatro e 16 alunas.³³²² Novembro é mês de férias.³³²³ Das 16 alunas de Setembro, sete têm menos de 10 anos de idade; cinco de 11 a 12; quatro de 13 a 14.³³²⁴

Em 1891 a frequência flutua entre as 13 e as 15 alunas.³³²⁵ As 15 alunas de Setembro e Outubro distribuem-se etariamente do seguinte modo: com menos de 10 anos, 10; de 11 a 12, três; de 13 a 14, uma; maiores de 15, uma.

De um modo geral, nas várias escolas observadas, a frequência de rapazes é muito superior à das meninas. Apesar de alguns responsáveis nos terem deixado o seu testemunho crítico em relação a este panorama, considerando que mais difícil era “civilizar” os africanos

³³²¹ *B.O.*, 10/05/1890, nº 19, p. 225, *B.O.*, 5/07/1890, nº 27, p. 300.

³³²² *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (1), doc.1, 2, 3, 4, 5, 7. *B.O.*, 25/10/1890, nº 43, p. 461, *B.O.*, 15/11/1890, nº 46, p. 489, *B.O.*, 13/12/1890, nº 50, p. 525, *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41, *B.O.*, 24/01/1891, nº 4, p. 41, *B.O.*, 31/01/1891, nº 5, p. 53.

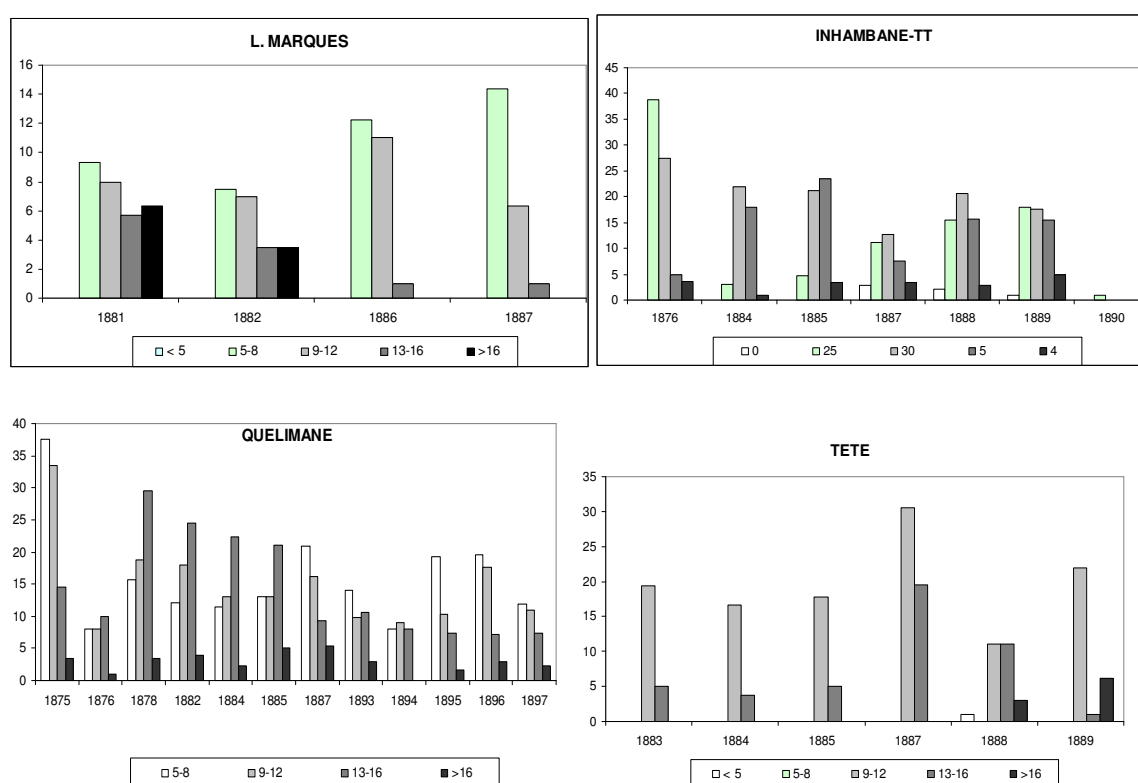
³³²³ *B.O.*, 28/02/1891, nº 9, p. 86.

³³²⁴ *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (1), doc.5.

³³²⁵ *B.O.*, 26/09/1891, nº 39, p. 409, *B.O.*, 10/10/1891, nº 41, p. 443, *B.O.*, 17/10/1891, nº 42, p. 453, *A.H.M.*, *Gov. Dist. de Sofala*, 8.14 m.1 (1), docs.6, 8, 10.

se as meninas não acompanhassem os rapazes, a situação persistia e era difícil encontrar solução para ela.

Seguidamente, apresentam-se representações gráficas para visualizar a idade dos estudantes das escolas dos quatro distritos para os quais foi possível compilar séries de dados. Os registos careciam de sistematização, designadamente, apresentando intervalos de idades diferentes consoante o distrito ou o autor do registo. Os dados foram organizados em cinco intervalos de idades de forma a permitirem representações gráficas comparáveis com alguma coerência. As representações referem-se aos valores das médias calculadas tendo em consideração todos os anos para os quais se dispunha de registos e englobam os dois géneros.



Nos anos e localidades em que foram recolhidos dados, Quelimane apresenta um número de alunos bastante mais significativo nas faixas etárias mais jovens, 5 a 8 e 9 a 12 anos. De um modo geral, as faixas etárias mais baixas registam maior número de alunos.

Na análise centrada em alguns anos e localidades em que foram obtidos dados (1881, 82, 86, 87, 95, 98, 99, 1900 em Lourenço Marques – para ambos os sexos; 1875, 76, 85 – ensino masculino em Inhambane; 1875, 76, 78, 82, 84, 85, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 97 englobando alunos e algumas alunas em Quelimane; 1865, 883, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92

frequência masculina em Tete), verificamos que a grande maioria dos alunos é negra. Os registos são feitos para discriminação de “raça”.

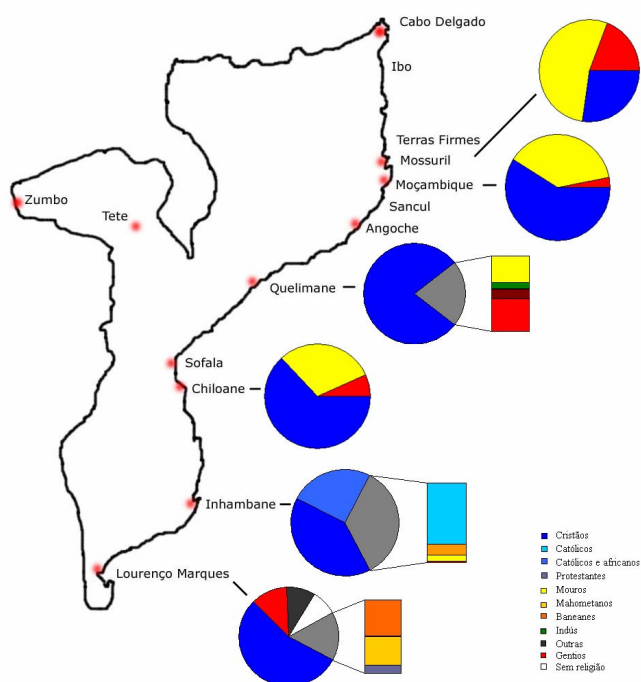
Através da observação destas e outras escolas em que se encontraram registos, mesmo que mínimos, a forma como os professores registam a «raça» dos alunos difere de mestre para mestre. A própria expressão “casta” pode servir para designar «raça». Os “africanos” podem ser designados também como “indígenas”, “pretos”, “cores ou preta”, “nativos brancos” ou “brancos da terra”. Os mistos como “mestiços”, “mulatos” ou “pardos”. Em outras escolas podemos encontrar outras como designações: “mestiças brancas”. Os “asiáticos” como “índios”, frequentes vezes como “índios ou mestiços”. Os “europeus” como “brancos”.

Nas escolas e anos anteriormente analisados, a predominância de negros é evidente, em especial em Tete, Quelimane, Inhambane. Os “europeus” ou “brancos” são bastante reduzidos nas várias escolas. Os mistos são muito expressivos em Quelimane e Lourenço Marques. Encontramos asiáticos nas diversas escolas, com excepção de Lourenço Marques, nos anos em análise.

Nos mapas enviados pelo professor João Innocencio, do Zumbo, na coluna relativa à “raça”, não se separam, para efeitos de quantificação, os alunos brancos dos mestiços, que constituem um grupo separado dos que são designados por indígenas.³³²⁶

Gráfico 38 - Frequência de estudantes por religião em várias regiões (Mossuril, Moçambique, Quelimane, Chiloane, Inhambane, Lourenço Marques)

A análise à “religião” liga-se, naturalmente, à própria geografia. Certos grupos e povos, em determinados locais, desempenham um papel dominador que deve ser considerado, o mesmo acontecendo com o tecido social específico de certas regiões. Também no domínio da classificação dos alunos por religião deve ser considerada a grande diversidade de critérios que preside à sua arrumação nas várias



³³²⁶ Zumbo, 31/12/1895. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.3, m. 2 (61), doc. 1.

categorias em função dos diferentes mestres.

Em diversos anos e locais (1881, 82, 84, 86, 87, 92, 93, 95, 98, 99, 1900 abrangendo escolas dos dois sexos em Lourenço Marques; 1866, 75, 76, 84, 85, 87, alunos em Inhambane; 1885, 87, 92, 93, alunas em Quelimane; 1883, 84, 85, 86, 87, 89, 91, masculino em Angoche; 1858, 59, 60, 65, 66, 67, 86, 87, 88, 89, masculino em Moçambique; 1884, 1886, 1889, masculino no Mossuril; 1884, 86, 88, 89, 91, nos dois sexos em Chiloane), verificamos que os alunos arregimentados são agrupados em diversas religiões. A forma como os alunos são classificados pelos diversos professores deve merecer a maior prudência, especialmente no que respeita às classificações “católicos” e “cristãos”, podendo existir a tendência para aí considerar certos alunos que na realidade deveriam ser considerados “sem religião”, apesar de, em algumas localidades, esta última rubrica existir. A presença de alunos “islâmicos” é muito acentuada em diversos locais.

A maior parte dos alunos é considerada como adoptando a religião “cristã”, designação que por vezes é substituída por “católica”. Com uma expressão muito menor, alguns alunos também são inscritos como “maometanos” ou “mouros”.

Frequência por naturalidade

Em diversas localidades e anos (Lourenço Marques, 1886, 87, 92, 93; Inhambane, 1871, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92; Quelimane, 84, 85, 86, 89; Moçambique, 58, 65, 66, 67; Cabo Delgado, 61, 62, 89, 90; Angoche, 84, 85, 86, 87, 89, 91), abrangendo uma maioria de alunos do sexo masculino e um menor número, do feminino, verificamos que a maior parte das escolas em cada localidade é frequentada por uma maioria de estudantes daí naturais ou de povoações próximas. Existem casos, contudo, em que a frequência integra alunos, ainda que em muito menor número, de regiões mais remotas da Província, de locais da Índia e mesmo do Reino.

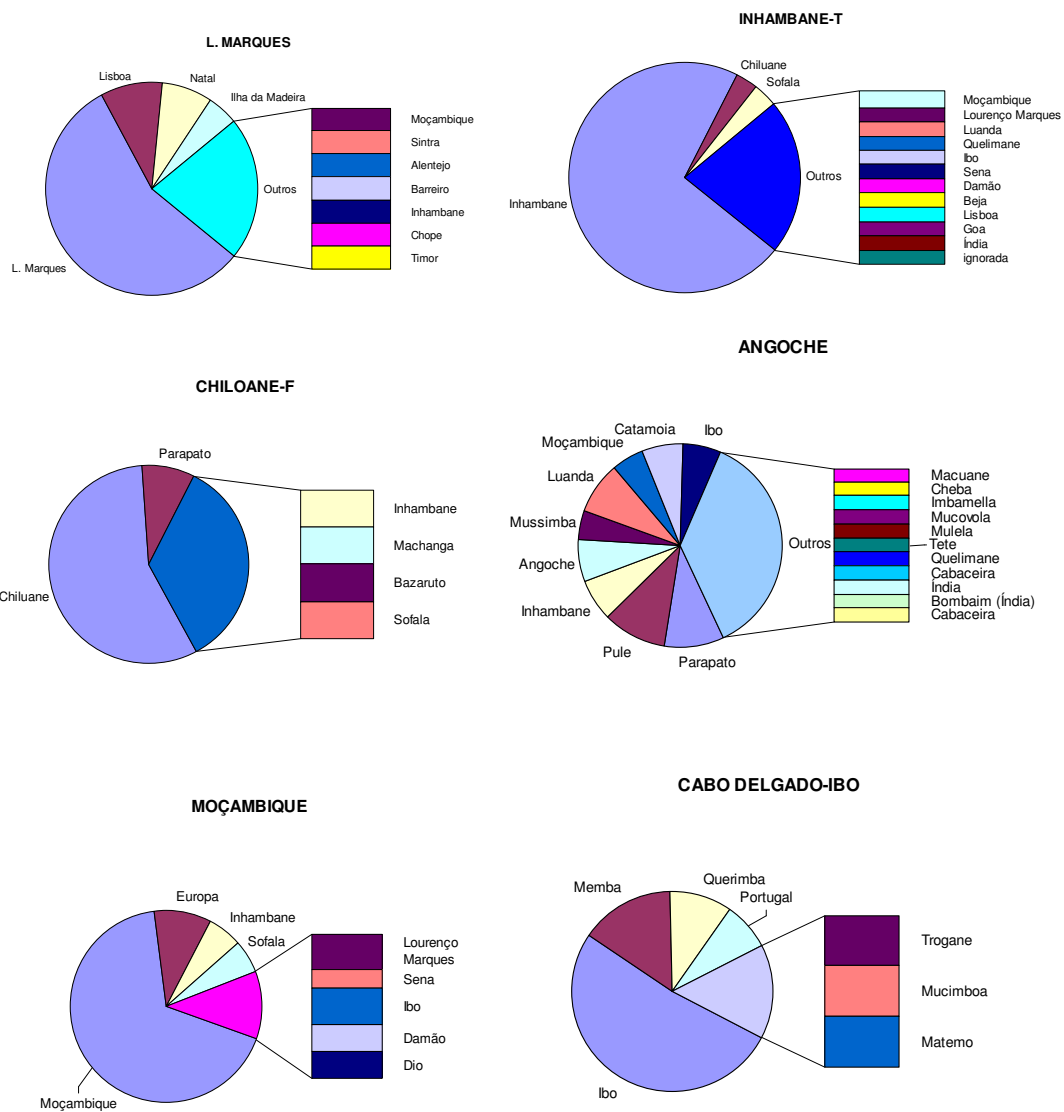


Gráfico 39 – Frequências por naturalidade – Lourenço Marques, Inhambane, Chiloane, Angoche, Moçambique, Cabo Delgado

14. Expectativas e comportamentos com a educação

No final de Março de 1887 o professor de Lourenço Marques solicita a verificação do grau de instrução dos seus alunos, argumentando que este acto público permitiria apreender qual a aplicação e zelo do docente e serviria de incentivo e estímulo aos alunos, que saberiam que o seu rendimento seria conhecido mais tarde através de provas públicas. Acrescenta que só agora faz este pedido por causa da epidemia de sarna.³³²⁷

Com João Caetano Dias, aparecem dados sistemáticos e bem organizados sobre a sua escola nos mapas respectivos.³³²⁸ Sucedem-se informações detalhadas sobre as actividades da denominada «Escola do concelho de Inhambane, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, pertencendo a João Caetano Dias». O comentário do professor, em 1876, quanto à “dedicação” dos alunos é mais favorável do que se poderia depreender dos resultados obtidos ao longo do ano. Mas ele indica as responsabilidades:

Tenho notado na maioria dos alumnos uma completa dedicação; e facil comprehensão ás letras e pena é não serem fornecidos os livros apropriados, para nelles se applicarem; bem como os materiais necessarios para a escripta, segundo a minha requisição official de 18 de Janeiro ultimo.³³²⁹

A falta de materiais que é uma constante nas diversas escolas, com reflexo no rendimento escolar, apesar de se salientarem muitas vezes, como neste caso, as potencialidades dos alunos.

A escola do sexo masculino de Maxixe começou a funcionar em 7 de Março de 1887³³³⁰ Em Fevereiro desse ano, o professor António Firmino Sanches Xavier de Miranda envia mapa.³³³¹ O professor Albino Roque de Figueiredo, 2º sargento, envia também mapas relativos a esse ano. Em alguns deles, na coluna da idade dos alunos, lê-se a observação: “idade pouco mais ou menos”.³³³² A contagem do tempo africano não é a mesma dos europeus, daí o número de anos não poder ser de grande relevância no quotidiano.

O professor Roldão Catão de Souza Falcão envia mapa, a partir do Mussurize, datado de 30 de Novembro de 1889, com três alunos. Na coluna de observações, regista que eles:

³³²⁷ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 29/03/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 25.

³³²⁸ Escola Nacional d’instrução do Dist. de de Inhambane, 21/07/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 1

³³²⁹ Escola Régia de Inhambane, 1/07/1876. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 1.

³³³⁰ *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 200.

³³³¹ Secretaria da capitania-môr das terras da Corôa de Inhambane, em Maxixe, 31/12/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (9), doc. 7; Inhambane, 29/02/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (9), doc. 9.

³³³² Inhambane, 2/01/1887. *A.H.M., Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (9), doc. 1; Inhambane, 31/05/1887. doc. 2; Inhambane, 1/07/1887, doc. 3; Inhambane, 31/07/1887, doc. 4; Inhambane, 31/08/1887, doc. 5; Inhambane, 30/09/1887, doc. 6.

“Revelam, principalmente, os ultimos dois, mais intelligencia e agudeza de espirito”.³³³³ A um dos alunos, é feita a seguinte observação: “No desempenho das suas obrigações tem se portado muito pontual; não deixa de ser intelligente e mostra vontade para ser instruido”.³³³⁴

O conceito de disciplina patente nas escolas europeias não deixaria de esbarrar com algumas dificuldades quando aplicado a alunos africanos. Meio diferente, aspectos de sociabilidade distintos, formas de tratamento diversas, condicionalismos que rodeiam as crianças na sua infância e as próprias relações familiares não poderiam deixar de exercer o seu peso na própria noção de disciplina de uns e outros. Em Chiloane, a 13 de Janeiro de 1868, o “professor de 1ª classe”, Felicissimo Cláudio de Sousa Coutinho, comunica que o aluno Caetano Julião “usou maneiras pouco delicadas tendo faltado ao respeito diante de outros alunos que se encontravam presentes”. É apresentado como “incorrigível” e com ele seria impossível manter a ordem e a disciplina indispensáveis para a propagação da “instrução”. Até porque “as escolas primárias são a base da sã moralidade (...) pois delas têm nascido os grandes homens”. Fica aguardando o que for decidido a este respeito.³³³⁵ No mesmo dia comunica que não é possível admitir um outro aluno, António Correia, por causa do seu “péssimo comportamento, nenhuma aplicação e pouco ou nenhum respeito” para com “a pessoa que ali representa um magistério de tanta utilidade publica”.³³³⁶

Em Quelimane, a 21 de Outubro Romualdo de Rafael Patrício comunica problemas disciplinares ao Governador. Um rapaz foi atirado, escadas abaixo, por outros dois. O Governador ordena, com a inscrição “urgente” em 9 de Julho de 1874: “Officie o Patricio e exija-lhe os nomes dos rapazes agressores”.³³³⁷ O professor é tutor de um dos rapazes a castigar. O segundo rapaz tem por tutora uma tia D. Emília do Rosário Fernandes e Silva. Ao primeiro foi aplicado o castigo de quatro dúzias de palmatoadas. O segundo não compareceu à escola. Ambos os rapazes são órfãos.³³³⁸

A Mestra da 2ª classe Thereza Rita Netto de Paiva explica que, no mês em que escreve, Janeiro de 1866, apenas foram à escola duas meninas. Não pede a sua exoneração por ter portaria até Março, mas tenciona fazê-lo assim que ela acabe. O Governador, por seu turno, fará o que bem entender. Decide assim proceder, não por incumprimento das suas obrigações, mas por causa das “(...) meninas de Quelimane, que penção que vem para a escola somente para converçar no balcão e varanda com os pretos!! He essa a educação que todos ou

³³³³ Mussurize, 30/11/1889. A.H.M., Gov. do Dist. Militar de Gaza, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 4.

³³³⁴ Mussurize, 30/11/1889. A.H.M., Gov. do Dist. Militar de Gaza, cx. 8. 3 m. 1 (6), doc. 4.

³³³⁵ Chiloane, 13/01/1868. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 2.

³³³⁶ Chiloane, 13/01/1868. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 3.

³³³⁷ Quelimane, 8/07/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 19.

³³³⁸ Quelimane, 10/07/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 20.

a maior parte das famílias dão aos seus filhos.”. Pensam que as mestras que vêm da Europa apenas servem para conversar e como a Mestra quer cumprir o seu dever e as meninas não gostam, dizem às famílias que não querem vir e elas fazem-lhes a vontade. Seria melhor que as famílias as obrigassem a vir “(...) aprender, para lucrar o que é dado a uma Senhora.”

As suas críticas focam, de forma mais ou menos directa, o religioso que presta serviço na localidade e são reveladoras de alguma tensão. Lamenta ela que outras famílias apreciem mais que as suas filhas vão aprender a casa de um homem “e estarem juntas com os rapazes, a aprender muzica para cantar na Igreja!!!”. São “(...) senhoras só no nome, e nunca hande saber fazer nada.”.

As razões para todo este desânimo parecem de difícil superação, já que são intrínsecas às alunas locais e aos hábitos de suas famílias. “Não é por que estas crianças não tenham enteligencia, e sim o abito em que estão postas de ver as suas familias: nunca a mestra que vier para aqui, hade tirar produto do que encina a suas discipulas.”. Se não houvesse esse homem com escola aberta para meninas, o que por lei lhe está vedado, haveria mais lucro nas escolas, do que o ensino de música a meninas, permitindo “que suas famílias voltassem ao caminho da verdade e do dever.”. Mas reafirma reconhecer no Governador a primeira autoridade nestas matérias e que é a ele que compete decidir o que fazer.³³³⁹ O ensino do religioso é, aparentemente, mais atractivo para as alunas.

Em nota a um mapa de rendimento, a professora Ritta Henriques Angelica de Sá Conceição, em Quelimane, que desde 9 de Junho de 1884 assumiu a função de professora primária reconhece que entre as alunas algumas apresentam “(...) propensão para se aplicar (...)”.³³⁴⁰

No Ibo, os resultados dos alunos, observados superiormente, não são encorajadores, desde logo pela fracção diminuta dos examinados relativamente à totalidade de frequência, mas também pelos fracos resultados obtidos nos diversos domínios.

A Comissão nomeada pelo Governador para examinar os alunos da escola régia apresenta o seu parecer. Procedeu-se aos exames de leitura de oito alunos dos 24 que estiveram presentes por o professor os apresentar como habilitados nela e nenhum deles leria suficientemente. Em “contabilidade”, dos sete alunos examinados na conta de dividir, nem um só se achou aprovado. Sendo examinados na conta de multiplicar foram aprovados só

³³³⁹ Quelimane, 2/01/1866. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 1.

³³⁴⁰ Quelimane, 4/01/1885. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 1.

quatro. Na conta de somar os quatro examinandos saíram reprovados. O documento é assinado por três nomes, dois dos quais ilegíveis, e pelo P^e. Bernardo Alves Valente.³³⁴¹

No relatório anual de 1875, o Governador do distrito de Cabo Delgado refere que o aproveitamento não lhe parece dos mais profícuos. Desde 1868, época em que houve o último exame, até à data ainda não se habilitou qualquer aluno, apesar de os haver desse tempo e alguns com mais de 16 anos de idade.³³⁴²

A opinião sobre o baixo rendimento do alunos mantém-se ao longo dos anos:

III – Existem n'esta villa duas escolas de instrucção primaria do sexo masculino, sendo uma regida pelo pároco d'esta freguezia Annibal Gomes de Paula, a outra creada no batalhão de caçadores n^o 4, para instrucção das praças d'este corpo, regida pelo tenente quartel mestre António Augusto Gomes; tem esta sido frequentada algum tempo por alunos externos.

Há também uma escola do sexo feminino regida por D. Mary Ferreira, concorrida por pequeno numero de creanças, todas as que há na villa.

Muito se poderia conseguir dos povos indígenas se este grau d' instrucção se estendesse para o interior do districto; para demonstrar o seu atraso bastará dizer que entre uma população tão numerosa poucos são os indígenas que falam portuguez. Julgo portanto indispensável que este assumpto, a meu ver de muitíssima importância, seja estudado e resolvido superiormente.³³⁴³

Em 1886, "(...) Devido á pouca frequência dos alumnos, falta de compêndios e modellos adequados ao ensino, deficiência do methodo adoptado, que é o primitivo, &, pode quasi dizer-se muito pouco o aproveitamento dos escolares."³³⁴⁴

As resistências à instrução radicam também no temor de perder o poder por parte de quem não é instruído, tanto dos senhores em relação aos servos, como dos pais em relação aos filhos.

O Boletim Oficial regista, em Março de 1888:

Sobre a instrucção há o mesmo, ou talvez mais acrisolado preconceito que ácerca do baptismo. Um individuo da classe servil que conseguisse obter a instrucção, o que só a occultas poderia a salvo realizar, seria considerado como um ente perigoso para a autonomia dos *mosungos*. Se até estes, quando não sabem ler acham perigoso mandar seus filhos ou parentes á escola!

Termina valorizando o potencial papel dos padres utilizando a paciência, as cerimónias de culto e a melodia dos cantos sagrados como forma de atrair as crianças à escola, mas remata com a ideia de que não se conhecem para com pais e crianças outros meios senão a coacção e a imposição de penas.³³⁴⁵

³³⁴¹ Ibo, 6/07/1868. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.14, m. 2 (18), doc. 1.

³³⁴² B.O., 23/10/1876, n^o 43, p. 294-295.

³³⁴³ B.O., 21/03/1881, n^o 12, p. 65.

³³⁴⁴ B.O., 28/08/1886, n^o 35, p. 439.

³³⁴⁵ B.O., 24/03/1888, n^o 12, p. 216.

O comandante militar de Bazaruto opina, em 1891, que a escola existente deveria ser transferida para a Beira ou Bazaruto grande, acrescentando que para este sítio seria necessária uma força ali que inspirasse respeito para fazer com que os rapazes que existem no local e “que são muitos”, frequentassem a escola, “pois que no presídio poucos alumnos há, e conheço a má vontade com que elles aprendem e de certo se não fosse eu nenhum frequentaria a referida escola, apesar do professor ter bastante vontade de os ensinar.”³³⁴⁶ Não parece fácil converter jovens africanos aos benefícios da educação de tipo europeu.

O abandono escolar também é elevado. A questão dos alunos que deixam de frequentar a escola é por vezes focada, especialmente em pequenas notas que referem o motivo, quando conhecido. O professor P^e. Jorge Tolentino Henriques envia mapas de assiduidade.³³⁴⁷ Anota os alunos que abandonam a escola, nomeadamente no mapa de 4 de Julho de 1892 e na coluna de “Observações” escreve: “Dois alumnos abandonaram a escola por motivos de doença e o terceiro não se sabe porque motivo.”³³⁴⁸

14.1. A instrução e a relação com os pais e família

D. António da Costa referia, em 1870, que em Portugal a criança é para os pais, infelizmente, um capital que não encaram que poderia ser muito mais produtivo se fosse enviada à escola, pelo que estes combatem o ensino obrigatório com base no “direito paterno”, a que acrescenta “(...) agravado muitas vezes com o direito da malvadez”.³³⁴⁹

Nas colónias a situação é bastante mais complexa que o já difícil panorama do Reino. Para muitos africanos era difícil perceber, parcial ou inteiramente, a utilidade da instrução. Privar-se do concurso dos braços dos menores era prejudicial numa economia sujeita a crises de escassez e a flutuações nas colheitas, a intempéries, a devastações. Prescindir do trabalho das crianças representava uma situação ainda mais difícil que a experimentada pelos pais no país colonizador. As propostas para tornar a escolaridade obrigatória são, em Moçambique, de muito mais difícil aplicação, não apenas por necessidade de subsistência, mas até, sobretudo, pelas relações sociais criadas e pela dificuldade de entender benefícios na educação providenciada pelo colonizador.

³³⁴⁶ B.O., 18/07/1891, n.º 29, p. 390.

³³⁴⁷ Escola paroquial da freguesia de S. João baptista da vila do Ibo, 3/02/1890. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 9; Ibo, 2/02/1891, doc. 10; Ibo, 3/04/1891, doc. 11; Ibo, 4/02/1891, doc. 12; Ibo, 1/02/1892, doc. 13; Ibo, 2/03/1892, doc. 15; Ibo, 4/04/1892, doc. 16; Ibo, 3/05/1892, doc. 17; Ibo, 1/02/1892, doc. 13; Ibo, 3/06/1892, doc. 18;

³³⁴⁸ Ibo, 4/07/1892. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 19.

³³⁴⁹ D. António da Costa, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870, p. 30.

Mesmo quando as crianças frequentam a escola, as expectativas dos pais resumem-se à pretensão de conhecimento de alguns rudimentos da língua que permitam entender algumas, poucas, exigências dos novos tempos e de outros interlocutores.

Para além de que a educação proposta pelo colonizador não apresenta quaisquer pontos comuns com as práticas tradicionais dos vários povos, na maior parte dos casos combate essas práticas e não lhes consegue também reconhecer qualquer valor ou utilidade. Uma proposta corrente consiste mesmo no isolamento da criança relativamente ao seu meio familiar, de forma a impedi-la de manter contactos que prejudiquem a sua aculturação, o cumprimento de um plano ideológico de trabalho, religião, socialização.

Os pais oitocentistas sentem que a educação dos filhos é um direito seu, em praticamente qualquer lugar e, também, especialmente em África.³³⁵⁰ A escola europeia teria de provar a sua utilidade quando confrontada com as necessidades tradicionais dos africanos, mostrando que era efectivamente útil para a integração nos usos e costumes, no trabalho, na vida quotidiana. Difícil tarefa, particularmente quando o que se pretende é criar e incutir novas necessidades, outras formas de dependência que transformem os homens e mulheres em instrumentos úteis ao Império.

À mãe, também a africana, cabe um papel primordial na primeira socialização, das crianças. Na baixa Zambézia, Ernesto Vilhena, em 1910, refere o papel tradicional da mulher na educação, mesmo que para colocar a tónica nos limites da sua acção:

A mãe cuida dos filhos desde que nascem, até que não precisem dos seus cuidados para se alimentarem e vestirem. Gosa de pouca consideração; se tem filhas casadas, as pessoas que mais as consideram são os genros. Os filhos respeitam a mãe, e auxiliam-na no que podem. Como educadora o seu papel é quasi nullo no entanto é com ella que os filhos aprendem o pouco que sabem, serviços domesticos, transporte de agua e de lenha, e culturas.³³⁵¹

Por outro lado, a familiarização com a cultura dos portugueses implicava o acesso a um mundo diferente que acarretava, muitas vezes, a desconfiança dos restantes africanos. Veja-se o caso extremo de, perante a insistência e intransigência dos portugueses para que Ngungunyane entregasse os fugitivos, mesmo após Liengme ter tentado demover António Enes, Ngungunyane ter ordenado o assassínio de um dos seus irmãos e do seu filho, “(...) mais lusitanizado, visto que fora educado na ilha de Moçambique. Eliminou desse modo dois potenciais concorrentes que os Portugueses poderiam opor-lhe.”³³⁵²

³³⁵⁰ “Quando observam que as escolas formam os seus filhos de modo diferente daquele que desejam, têm a convicção de que tais escolas deformam.” Rego, 1960, p. 97.

³³⁵¹ Vilhena, 1910, p. 108.

³³⁵² Pélissier, volume II, 1988, p. 282.

Sobre o papel dos pais e de certas instituições como as câmaras municipais, nas colónias, em 1882, o Governador explicita:

Na Africa, não pode tal instituição representar o interesse comum dos munícipes porque tal interesse não existe n'uma população na maior parte adventícia, de raças, procedências, e necessidades variadíssimas, e muito diferentes. Na nossa Africa, não existe ainda hoje o que se denomina família; além das raças indíginas, envoltas em profundas trevas, observando e seguindo os seus primitivos usos e costumes, hoje mais viciados que primitivamente, e que lhes são legalmente salvaguardados, todos os outros habitantes, que se reduzem quasi exclusivamente a empregados publicos, commerciantes e repectivos agentes, não curam mais que dos seus próprios interesses, e o seu intuito único consiste em realisarem no menos tempo os seus fins para voltarem á metropole.

Além d'estas rasões, em Lourenço Marques, onde nem podem contar-se por desenhas os habitantes que fallam e escrevem portuguez, e onde a instituição camarária é de recentíssima data, e que portanto não tem tradições algumas, e que desde que foi instituída se tem interrompido por vezes, pode bem imaginar-se o que ella terá feito.³³⁵³

As diferenças são tão significativas que alguns responsáveis chegam a afirmar, de forma ingénua ou estratégica, que em África não existe família, ignorando ostensivamente o peso da vida comunitária para os africanos.

Levar as crianças à escola era tarefa que implicaria uma necessária coacção sobre os pais. Em outra observação relativa a Agosto de 1886, sobre Instrução Pública no distrito de Tete, não persistem dúvidas quanto a essa necessidade:

Reporto-me inteiramente á informação do mez passado accrescentando agora que se tornam necessárias providencias tendentes a coagir fortemente a infância a receber a instrucção, punindo esta os pães, mães ou tutores que consentem que as creanças em vez de frequentarem a escola se entreguem a vadiagem.

Não lembro quaes os meios a empregar pois muito confio na acertada deliberação que sobre tão importante assumpto tomar a auctoridade superior.

Logo que funcione a escola de caçadores 5, hoje interrompida por falta de livros e utensílios que já foram requisitados, há portanto duas escolas acessíveis a todos os indivíduos do sexo masculino na sede do districto. Porém em localidades mais afastadas é necessário a criação de outras.

Para o sexo feminino nada existe e se vier professora não tem casa de escola, nem livros, nem utensílios o que também é preciso providenciar e me induz a acreditar que nunca foram cousa seria as aulas d'esta natureza que de longe em longe aqui existiam.³³⁵⁴

Sucedem-se as referências à falta de colaboração dos progenitores quanto ao que os europeus entendem dever ser a educação das crianças. No Distrito de Tete, outra nota relativa a Outubro de 1887 avalia que a Instrução Pública continua

enfezada e rachitica, por falta de boa vontade dos pães e indolência dos alumnos, tudo augmentado com a deficiência de livros e utensílios.

³³⁵³ B.O., 8/04/1882, nº 16, p. 151.

³³⁵⁴ B.O., 13/11/1886, nº 46, p. 565.

Espero que a escola do sexo feminino produza beneficio, se as famílias se quizerem utilizar d'este melhoramento que só pode tornar-se efectivo logo que haja os necessários aprestos para o ensino. Por enquanto não há porque das outras escolas que aqui funcționaram nada apparece.³³⁵⁵

A par dos escolhos criados pelos africanos aparecem, quase sempre, as crónicas dificuldades materiais e as fracas possibilidades dos europeus.

No *Relatório do distrito de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*, o aproveitamento dos alunos foi apontado como fraco e o Governador de Distrito lamenta:

São completamente desprezados pelas mulheres do districto os trabalhos proprios do seu sexo. Tenho observado serem os pretos que fazem os seus vestuarios, sendo os pretos e pretas do Parapato, bem como os de Angoche, os que tenho visto mais decentemente vestidos na provincia de Moçambique.³³⁵⁶

Em 1877-78, lamenta-se a falta de colaboração dos pais dos alunos que frequentam a escola em Lourenço Marques, não obrigando os seus filhos à frequência. Não se podia contar com o exemplo dos progenitores que, por sua vez, não haviam sido objecto de educação de tipo europeu. A este aspecto soma-se a falta de atractibilidade da «escola»:

Por outro lado a mocidade que aqui poderia e deveria frequentar a eschola não encontra em seos pães nem a illustração que por si se insinue, nem o conselho que indique o bom caminho. O resultado é que não tendo a mocidade na eschola os carinhos e alegria que atrahem, e não sendo coagida por pressão alguma superior a procural-a, entrega-se tradicional e fatalmente na cegueira da ignorância e prepara uma geração tão pouco prestante como a que a precedeu. É porém a instrucção a base de qualquer civilisação, e esta a pedra fundamental de um imperio firme e estável, que por ventura queiramos fundar n'um paiz como este, densamente povoado de cafres. É por isso que devemos prestar a este assumpto todos os desvelos e atenções de que elle carece e é digno.³³⁵⁷

Ao que parece, a instrução e a educação não se poderão conseguir senão sob a forma de mais uma tutela imposta aos africanos, tornando a educação obrigatória como mais uma forma de opressão. Forçar a escola, a par do trabalho, das necessidades, do controlo, o que explica a ideia de que os ofícios, o ensino para o trabalho, utilitário, pragmático vão vencendo, nas preocupações dos responsáveis, outras veleidades que pudessem ser proporcionadas pela instrução liberal.

Para obviar a estes problemas seria necessária a coacção dos alunos pensando, simultaneamente, em dirigi-los para escolas de outro tipo, mais viradas para o trabalho. Se os ensinamentos de carácter teórico, ainda que rudimentares, não pareciam atractivos, a solução parecia estar na captação dos educandos, primacialmente, para actividades de tipo laboral. Nesta linha de raciocínio, antes de pensar nas eventuais adaptações do tipo de ensino

³³⁵⁵ B.O. 13/01/1887, nº 3, p. 25.

³³⁵⁶ B.O., 6/10/1888, nº 40, p. 608. *Relatório do Dist. de Angoche relativo ao ano económico de 1887-1888*.

³³⁵⁷ B.O., 6/01/1879, nº 1, pp. 3 e 4. *Relatório do districto de Lourenço Marques relativo ao anno económico de 1877 a 1878*.

ministrado nas escolas existentes, invocam-se instituições como a Escola de Artes e Ofícios ou as missões. Ganha cada vez mais importância a

fundação de escolas de artes e ofícios districtaes á semelhança da que a 29 de Abril se fundou em Moçambique por gloriosa iniciativa de Sua Ex^a o conselheiro Francisco Maria da Cunha, nas quaes se incitassem os discípulos á applicação, ao trabalho corporal por meio de prémios pecuniários, e ao trabalho do espirito por meio d'outras distincções, deveria certamente dar bons fructos em Lourenço Marques, onde nem faltam as intelligencias nem a superioridade moral que excita á emulação.

As missões tambem dariam bons resultados para a instrucção, e não seriam difficeis de fundar, se se escolhessem os lugares salubres do sertão e se fossem dirigidas por homens respeitáveis e que possuíssem os conhecimentos práticos para fundarem um rudimento ao menos da escola de offícios, ensinando os cafres a aperfeiçoarem com o uso das ferramentas europeas as suas naturaes aptidões para diversas industrias e cultivando-lhes o espirito com a religião e o ensinamento literario elemental para lhes formar a índole e habilital-os a tornarem-se bons cidadãos.

Os destacamentos de tropas isoladas nos diversos pontos que a estratégia aconselhasse, tambem poderiam ter uma escolhasinha regida por algum sargento que servisse de núcleo para a fundação de futuras povoações ou sentros civilizados e que mostrasse praticamente aos cafres as vantagens e os beneficios da instrucção.

Basta, pois, um “ensino literário elemental” que fabrique “bons cidadãos” – obedientes, produtivos, úteis e entendendo, sem questionar, o que deles se pretende e qual o seu lugar na colónia.

Trata-se, no fundo, da defesa de uma inversão de processos que, ao invés de partir de uma formação de tipo literário (mesmo que elemental) para as actividades produtivas, privilegiaria as últimas como forma de, eventualmente, atingir as primeiras (possibilitando, pelo menos, formas eficazes de comunicação, entendimento, domínio).

As mesmas perspectivas parecem reafirmar-se em outros documentos, como em 1882, quando se explana que o panorama educativo de Lourenço Marques reclama transformações. E que remédios

para tão grandes males há, e relativamente facéis, e é preciso que os poderes publicos olhem seriamente para tão momentoso assumpto.

É preciso cumprir o decreto de 1869; montando a escola para o sexo masculino, na villa, em condições decentes e a que não falem todos os elementos, e é urgente obrigar os paes e todos os individuos a mandarem á escola os filhos e menores que tenham em suas casas; creando outrossim uma escola para o sexo femenino nas mesmas condições, e observando tudo quando está preceituado n'aquelle decreto.

É necessario cumprir o determinado no officio do ministerio da marinha e ultramar de 5 de Fevereiro de 1880, creando escolas nos pontos de maior população.

E' mister, não só para este fim da instrucção mas para as outras já indicados em differentes seções d'este relatorio, edificar um quartel, e que n'elle se conte com um compartimento para poder funcionar uma aula regimental.

É indispensavel crear-se, na villa, uma escola de offícios, obrigando os regulos a cumprirem, a respeito d'ella, a condição 12.^a os tratados a que os tenho sujeitado.

E urgente crearem-se missões, ou pelo menos edificar junto de cada regulo mais importante uma pequena capella, e mandar para la um padre que, alem de dever, pelos meios suasorios e brandos, deligenciar chamar ao gremio da nossa igreja aquellas

massas cujo espirito só é formado de trévas, tenha tambem o encargo de ensinar o indigena a fallar, a ler, a escrever a lingua portuguesa.

O padre, missionario é ainda o elemento mais proveitoso e mais indispensavel no sertão africano.

Por onde elle andou nos primitivos tempos do nosso dominio, sabe V. Ex.^a muito bem, que ainda se conservam vestigios, que nem mesmo o decorrer de tantos annos tem sido capaz de apagar. Portugal commetteu talvez um gravissimo erro, a que se teria subtrahido, por um simples traço de pena, e com enormissimas vantagens para as nossas possessões ultramarinas, quando extinguiu as ordens religiosas. Se em vez de ter decretado a sua extinção em todo o paiz, tivesse restringido esta simplesmente ao reino, e as houvesse consentido no ultramar; as nossas colonias podiam ainda hoje ser immorredouro padrão da glória para portugueses, em vez de ser apenas padrão de glorias dos nossos maiores; e pode dizer-se desasombradamente, por que esta é a verdade; de vergonha para os seus descendentes.

A palavra de Deus há de ser em todos os tempos o meio mais poderoso para civilisar os povos barbaros, e a nossa religiao é de todas a que mais se presta, pelas manifestações exteriores do seu culto, a impressionar o espirito do negro, envolto nas trevas da barbarie. Tudo temos desaproveitado, e, infelizmente, tudo continuaremos a desaproveitar.

Hoje parece-me até facil ir fazendo pouco a pouco o que deixo apontado, applicando para tão uteis fins a receita creada com o imposto lançado sobre cada palhota, e ao qual todos os regulos com quem tenho tratado se tem sujeitado sem repugnancia, explicadas as vantagens que d'elles lhes podem provir. (...) ³³⁵⁸

A importância da religião como forma de levar os africanos a aderir aos ensinamentos europeus dever-se-ia inserir numa estratégia global em que a ordem de importância dos diversos elementos se reorganiza – imposto, religião, trabalho, instrução.

O P^e. António Dias Simões, a 15 de Julho de 1892, e no momento de apresentar resultados do rendimento dos alunos, lamenta que eles não sejam os desejáveis e aproveita para recomendar o sistema de internatos, com uma “sã direcção”. Dito de outro modo, propõe-se o isolamento dos educandos do seu meio familiar e comunitário. Refere que o indígena, naquele distrito, mesmo não tendo ligações familiares, mas vivendo com os pretos, difficilmente será instruído, pelo que haveria que subtraí-lo da influência daqueles com quem vive. E a família não seria problema, pois dos que frequentam a escola, bem poucos conhecem pai e mãe e mesmo os que conhecem “os autores de seus dias” vivem livremente. Por isso é que as faltas são muitas, já que não obedecem a vontade estranha à sua. Alguns frequentam apenas no primeiro dia e por vezes voltam passados meses ou anos.³³⁵⁹ A importância de subtrair os alunos à influência perniciosa dos seus familiares é uma constante. Reconhece-se que só desenraizando-os familiarmente o seu processo educativo nos moldes europeus poderia ser frutuoso, única forma de fazê-los viver não “livremente”, de fazê-los obedecer “a vontade estranha à sua”.

³³⁵⁸ B.O., n°16, 8/04/1882, pp. 150 e 151. *Relatório do Dist. de Lourenço Marques*, 15/02/1882.

³³⁵⁹ Lourenço Marques, 15/07/1892. A.H.M., *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 42.

Também se percebe, deste modo, que a escola seja mais facilmente frequentada por muitos alunos em que as relações familiares são ignoradas, facto que facilitaria a sua adesão. As listas de escolares que possuímos confirmam, de facto, que em certas localidades, – ainda que de forma variável, para além da existência significativa de órfãos, em muitos alunos a filiação é ignorada, a par de outros elementos como a idade. Não é irrelevante mencionar, de igual modo, uma ideia que resulta dos depoimentos dos professores e que consiste na rejeição ou resistência africana aos modelos urbanos coloniais.

Mas outros são também os problemas com que se defrontam as escolas no seu funcionamento quotidiano e que se prendem com as expectativas dos familiares, especialmente quando nas turmas existem alunos de tão diferentes origens sociais e culturais. Em 1895 era costume, na escola de Lourenço Marques, os alunos varrerem parte da residência nas quarta-feiras e sábados no fim das aulas, às quatro horas da tarde, aspecto tanto mais importante quanto a escola não dispõe de pessoal para esse efeito. Alguns chefes de família julgavam-se vilipendiados com esta tarefa. O professor padre António Carlos Pires dos Santos solicita a intervenção do Governador para evitar problemas futuros. Pretendia que ninguém pudesse queixar-se por ele “(...) eu incumbir aos alunos da Escola serviços que os deslustrem”.³³⁶⁰

As reacções negativas dos pais perante a distribuição de pequenos serviços na escola prolongam-se no tempo, mas os contornos do problema e as suas causas vão sendo pormenorizados. Em Agosto de 1896, o Padre António dos Santos comunica que a escola que dirige e classifica como uma das primeiras da Província de Moçambique, tanto no que diz respeito ao número de alunos matriculados, como na frequência média, está em bom andamento e apenas pede que sejam atendidas algumas reclamações que fizera havia algum tempo. Explica que os alunos que a frequentam não são todos pobres e filhos de indígenas, mas que existe um bom número de filhos de europeus “que até hoje tenho tratado por igual como aqueles”. Todas as semanas às quartas e sábados, depois da última aula da tarde, procedem à limpeza da sala da escola, um serviço a que todos são obrigados, por escala. Mas os pais dos alunos brancos não vêem com bons olhos que os seus filhos o cumpram “como se foram pretos” e têm “murmurado” por verem os seus educandos obrigados a isso. Já tinha o professor solicitado ao Governo do Distrito um contínuo que deveria proceder ao serviço de limpeza e transportar a correspondência que muitas vezes tem de ser remetida por um criado do padre, mas não havia verba no orçamento para tal. Seria bom que a situação fosse resolvida já que, afirma o religioso, não seria “justo que eu obrigue só a tal serviço os

³³⁶⁰ Lourenço Marques, 11/11/1895. A.H.M., *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 70.

indígenas com exceção dos europeus, quando todos recebem por igual e sem dispêndio próprio à instrução e educação”. Saliente-se a existência de alunos negros e brancos na mesma escola e a resistência que parece emanar da sociedade a um tratamento que, por igualitário, seria ofensivo para uma parte dos encarregados de educação. Ainda que frequentando a mesma escola, os deveres dos alunos e a sua colaboração não deveria ser idêntica, por acharem os seus encarregados de educação que os deveres de ambos não eram iguais, como o não era a cor da sua pele e os estatutos diversos que julgavam possuir.

A aspectos como este somam-se dificuldades de outra ordem. O professor junta que também havia muito tempo que lhe havia sido perguntado qual a quantidade de água necessária para a escola. Apesar de ter respondido, até ao momento não fora colocado encanamento de forma a ali chegarem as águas da companhia. A urgência é, no entanto, muita, já que apenas existem quatro tanques de zinco que são reservatórios para as águas pluviais, que não chegam para as carências da casa, a sede dos rapazes e as necessidades pessoais do professor.

A necessidade de actuar de forma coerciva sobre os “encarregados de educação” é preocupação omnipresente. Apesar de a frequência da escola ser avultada e regular, há muitas crianças cujos pais ou tutores, ainda assim, os não enviam a ela, pelo que o mesmo professor junta a necessidade de elaborar um recenseamento escolar e produzir uma lei que obrigue os pais ou tutores a enviar à escola os seus filhos ou tutelados, mas que a todos obrigue e que preveja penalidades em caso de incumprimento, pois só “(...) assim se mostrará interessarmos-nos pelo implamentamento da civilização em terras d’África e demonstraremos às nações cultas e invejosas do nosso poderio colonial que sabemos cumprir os deveres que nos impõe a posse d’ele”.³³⁶¹

O relatório do residente chefe das Terras de Gaza, relativo ao tempo decorrido desde 29 de Maio de 1886 a 31 de Dezembro de 1887 menciona, na sua III parte, o funcionamento, por essa altura, de duas escolas de instrução primária, do sexo masculino e do feminino, com uma média de frequência respectiva de oito e nove crianças no universo de alunos matriculados de 14 meninas e 25 meninos. A irregularidade da frequência deve-se a um conjunto de causas que mostram a incompreensão perante os hábitos africanos. Organização da estrutura familiar, sociabilidade, festas são outros tantos aspectos que influem na afluência à escola, apesar da importância simbólica de que se reveste a “regular assiduidade” exaltada nos filhos do Ngungunyane.

³³⁶¹ Lourenço Marques, 17/08/1896. A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 82.

A insistência de estabelecer o ensino obrigatório como forma de combater a fraca colaboração dos pais é uma constante. Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva aquando do envio de mapas de Chiloane, em 30 de Junho de 1887, explica “(...) que o ensino voluntario, só na Europa poderá dar bom resultado, visto ali os Pais serem os coadjuutores natos, em auxiliarem aos Professores para o progresso da instrucção Publica, e não acontece isto em um ponto, como Chiluanne (...)”. Pede ao Governador que solicite ao “(...) benemerito Cheffe desta Provincia, a previa authorização, para eu poder executar, nesta Ilha o ensino obrigatorio, por ser este o meio que discubro, para o corte dos prejuizos que tanto teem comprometido a dita instrucção.”³³⁶² Sendo a obrigatoriedade do ensino uma exigência constante dos educadores, já não são tão frequentes as propostas concretas quanto à forma de a assegurar.

E mesmo sublinhando a fraca cooperação dos pais, familiares ou tutores, sempre transparecem as dificuldades materiais com que as escolas vivem.

O mesmo docente, a 7 de Agosto de 1886, envia um relatório das necessidades para a sua tarefa educativa. A primeira delas, diz respeito a requisições de artigos repetidamente não satisfeitas, passando a focar a importância de tornar o ensino obrigatório, segundo a experiência que alegadamente terá recolhido nos quatro anos do seu magistério. Explica que “os chefes de família n’esta ilha estão ainda tão atrasados da instrução que chegam ao ponto de ignorarem os sacrifícios que ao menos os pais fazem na Europa e outras partes pela educação dos seus filhos (...)”. Curiosa a imagem do que é para o professor o ensino por estas paragens quando explicita: “(...) só me resta ratificar a ideia de ensino obrigatório, acrescentando ser de tanta utilidade como a de um facultativo que interessando-se pela salvação da vida do seu enfermo vota pela amputação de qualquer membro do seu corpo, contra a sua legitima vontade.” Os discursos denotam a convicção de que é necessário agir contra as baixas expectativas dos pais em relação à escola. Reafirma o pedido de cedência de um militar para desempenhar o cargo de decurião ou monitor.³³⁶³ Saliente-se a ideia de que se deve ministrar o ensino ainda que contra a vontade dos «beneficiários», e ainda, a ingenuidade da comparação da situação africana com a europeia – mesmo que o termo dessa comparação seja a realidade portuguesa.

O mesmo Guilherme Ezequiel da Silva faz, a 4 de Janeiro de 1887, uma descrição das dificuldades para o exercício do cargo. Passando a enumerá-las, assinala, desde logo, a falta de apoio dos pais, a que acresce também o mau exemplo da ascensão social experimentada

³³⁶² Chiloane, 30/06/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 37.

³³⁶³ Chiloane, 7/08/1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 27.

por muitos indivíduos em Moçambique, apesar de analfabetos. Tal facto menos relevava a importância da instrução aos olhos dos alunos e da sociedade. Para que a difusão do ensino fosse eficaz, teriam os africanos de reconhecer-lhe utilidade prática. A maior parte dos alunos matriculados na escola, filhos de

(...) pretos e pretas, propriamente boçais, são por estes criados, tão afastados da luz da civilização que, se não encontro nelles apoio algum, que seria de coadjuvação nos meus esforços no corte do prejuízo que a ignorancia de muitos pais, faz semear nos filhos, como ramo hereditario porque, sendo aquelles maes ignorantes que estes, no estado actual, o são (...)

bastando-lhes que assinem o nome e escrevam um qualquer bilhete

(...) reputando assim como desnecessario todo o rigor que se emprega em adiantamento do ensino que me está confiado, dando assim, lugar a que, os filhos não tenham amor às letras de baixo de prejudiciaes exemplos, que as familias lhes apresentam de alguns individuos deste districto, que em tempos antigos exerceram cargos de primeira ordem não sabendo se não assegnarem os seus nomes! Como filho do paiz desejo que o progresso da instrucção nos meus patricios, ande a par do liberal pensamento que o nosso Governo tem derramado em beneficio de suas colonnias d'africa oriental (...).

Interessante o facto de frisar a sua condição de “filho do país” para reforçar o seu interesse em difundir a instrução, enquanto foca a necessidade de rigor para com o ensino obrigatório e seu efectivo cumprimento, e aponta meios para assegurar uma maior frequência à escola.

O facto de ser natural da Província parece fazê-lo buscar outras formas de angariar e manter os alunos, nomeadamente quando pede a dispensa de um soldado “filho do país” para estabelecer contacto com a família dos mancebos e “coadjuvar o comparecimento delles a eschola (...)”. No seu ponto de vista, assume também importância o combate à bebida e aos batuques pelo que solicita ainda que o Governador determine que “(...) os soldados da policia não consintam que os escolantes andem em continuada sociedade com pretos dominados pelo vicio da bebida (...)”, como ele próprio verificara na véspera, resultando não terem comparecido nas aulas desse dia mais que nove alunos. Também chama a atenção para os prejudiciais divertimentos em que os escolantes podem entrar e que para a sua educação reconhece como nefastos, nomeadamente os “(...) batuques, que os pretos costumão fazer fora de suas casas (...)”³³⁶⁴

A escola concorre com as forças poderosas dos costumes africanos. O mesmo professor pediria novamente, a 3 de Novembro de 1890, providências acerca dos prejuizos que apresentam os batuques cafreaes executados dentro da vila:

³³⁶⁴ Chiloane, 4/01/1887. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 33.

Por forma quasi incontestavel, se reconhece, que o vôo da civilização na Affrica Oriental, está ainda muito curto, e já mais n'este districto, e por este motivo cresce a necessidade de se empregar todos os meios que razoavelmente, possam ir cortando a linha dos prejuizos que são comprometedores, a instrucção dos mancebos, que sendo agora filhos, mais tarde terão de satisfazerem os encargos de Cheffes de familias; como acontece por occasião dos batuques cafreais em que constantemente se vão associarem os filhos dos indigenas, sujeitos a instrucção primaria, e sendo estes actos não só incomodativos, aos que estando de saude, desejarem tranquilizarem o espirito, de noute, para os misteres do dia seguinte, como de gravissimos prejuizos, a qualquer doente tractado em sua caza, por aquelle actos, serem acompanhados de toques de tambores, a inscrita algazarra, acumulando ao mesmo prejuizo, o terem as cantigas uzuaes n'estas ocaaziões, dando assim lugar a muitas desordens, e espancamentos, sendo certo, que em vista dos ditos prejuizos, já em tempo so se permitia a execução dos ditos actos, na langôa d'esta Ilha "Gij" isto mesmo aos Domingos, (...).

Lembra que na capital desta Provincia a execução de identicos actos só é admissivel, na ponta da Ilha, no sitio denominado Missanga, depois de satisfeita a taxa e a licença passada pela administração do Conselho. Nas "villas de Inhambane, e Quelimane, acontece a mesma cousa que na capital, e fundado d'estes principios (...)". Termina pedindo medidas para precaver a situação.³³⁶⁵ É importante que as danças e cerimónias cafreais sejam limitadas a espaços e tempos precisos e que se procurem meios para obviar à participação dos alunos nelas. Taxas e licenças não parecem suficientes para resolver o problema. Esse escolho que os batuques constituem para o regular funcionamento das localidades e da escola e a que o professor, mesmo que «filho da terra», se opõe veementemente.

Em Quelimane, Romualdo de Rafael Patrício explica a 15 de Novembro de 1885 que o mês seguinte era de férias,³³⁶⁶ e acrescenta nos mapas de movimento posteriormente enviados que a frequência é irregular "(...) por causa do cobro dos chefes de familia."³³⁶⁷

O professor Justino Caetano de Sá, em Gouveia, a 1 de Junho de 1889, envia mapa, aproveitando o espaço de observações para escrever que a

(...) aula foi frequentada por 7 alumnos, sendo 2 europeus cabos d'esta guarnição e 5 indegenas. A frequentação durante o mez foi regular. Não sei dizer d'um alumno que me foi apresentado pelo preto Catandika, mas consta-me particularmente que impedido por pae, por que dizia este, que o filho era preto e não precisava d'aprender a ler, Não acho outro meio de convencer estes miseraveis, senão a coacção e a imposição de penalidades, aquella pena com as crianças que sejam renitentes em frequentarem as aulas e esta com os paes que as empeçam.³³⁶⁸

³³⁶⁵ Chiloane, 3/11/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 46.

³³⁶⁶ Quelimane, 1/12/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 15.

³³⁶⁷ Quelimane, 1/12/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 13 e doc. 12 de 4/11/1885.

³³⁶⁸ Gouveia, 1/06/1889, *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, Cx. 8.1, m.2 (45), doc.1

Aspectos pontuais de uma mais geral resistência à escola. Muitos pais teriam dificuldade em entender qual a necessidade desta instituição para os seus filhos. De tal modo que seriam eles os principais responsáveis pela fraca frequência de muitos alunos.

O pouco interesse pela escola não é alheio, também, às fracas condições económicas dos africanos, que delas têm, de resto, perfeita consciência. O aproveitamento dos alunos, no Ibo em 1880, e de acordo com o parecer de uma comissão nomeada pelo Governador,

(...) deixa geral, muito a desejar, não attribuindo porem a culpa ao professor, que faz todo o possivel por bem cumprir a sua missão; mas sim á pouca assiduidade da maior parte dos alumnos, e nenhum cuidado dos paes em fazel-os frequentar a escola, sendo eles quasi todos mui pobres para poderem fazer despezas com livros &.³³⁶⁹

Às paupérrimas condições materiais dos pais dos educandos junta-se a pobreza dos meios de que a administração colonial dispõe para a prática lectiva quotidiana mínima. A proverbial «indolência» de que os africanos são acusados em tantas áreas – trabalho, economia, iniciativa e costumes e as baixas expectativas familiares quanto ao estudo não fazem esquecer os fracos meios postos à disposição das tarefas educativas. No *Relatório do governo de distrito de Tete e referido ao ano de 1885*, do Governador, major Luiz Joaquim Vieira Braga, na sua secção V, também louva a acção do professor e os seus esforços que esbarrariam na resistência das populações:

O mestre é excellente. Tem os melhores predicados para o desempenho do logar que exerce. Oxalá que este districto, em logar de um tivesse muitos assim! Mas que fazer? Os discipulos não secundam, pela sua natural indolencia, os esforços do mestre e as familias não teem tambem energia, nem vontade de coargil-os ao estudo.

A frequencia de sessenta e tantos alumnos que ficavam existindo no fim do anno, é uma verdadeira phantasmagoria.

Accresce ainda que muitas familias dos alumnos são pobrissimas e outras incapazes de fazerem pelo seu adiantamento o mais pequeno sacrificio. Assim muitos nem uma folha de papel possuem para os exercicios. Os livros e utensilios da escola são poucos para tanto e estão já bem detriorados [sic] .

Sendo importante a necessidade da instrucção, com especialidade n'este paiz, eu tenho muitas vezes lembrado que seria de grande convivencia publica, que, pela fazenda fosse custeada a despeza dos livros e mais aprestos que fossem sufficientes para uso d'aquelles que os não podem comprar. Depois, conforme fosse possivel, procurar-se-hia tornar a frequencia do ensino obrigatorio.

Da forma que tudo se acha, baldados são os esforços dos bons professores. Nunca conseguirão mais do que uma pequena parte dos seus desejos.³³⁷⁰

Por ser verdadeiro ou pura e simplesmente para valorizar a sua acção, alguns militares, em certas vilas, referem que os alunos paisanos preferem frequentar as escolas regimentais. Em Julho de 1880, interinamente encarregado da escola em Tete, Augusto da Fonseca de

³³⁶⁹ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 78.

³³⁷⁰ B.O., 25/09/1885, nº 39, p. 491. *Relatório do governo de Dist. de Tete e referido ao ano de 1885*. Tete, 5/07/1886.

Mesquita e Solla é igualmente o Comandante do destacamento de Caçadores nº 5.³³⁷¹ Desempenhando funções militares e de magistério, dirige-se ao Governador do Distrito explicando que procura “(...) sem faltar a estes deveres, não deixe contudo de cumprir aquelles”. Com a entrega das habitações no novo quartel foi-lhe possível residir no mesmo edifício podendo mais desveladamente cuidar da educação dos seus subordinados que aí se encontram, educação que tem estado bastante descurada por falta de pessoal e pelos seus afazeres, aspecto que lhe “(...) cumpre tractar elevando-a á sua verdadeira altura, até que recolha a esta localidade o restante do batalhão, epocha em que cessa a minha necessidade de habitar o aquartellamento.” Pensou também ali poder ministrar a educação aos estudantes enquanto os deveres militares lá o prenderem. Acrescenta que “(...) havendo quartos com as necessarias condições hygienicas e capacidade sufficiente para estarem 37 alumnos”, não vê que fique prejudicada “a moralidade que deve presidir a um estabelecimento d’instrucção, pois que as proprias aulas regimentaes são, por lei, frequentadas por alumnos paisanos cujas familias as preferem, muitas vêzes, aos outros estabelecimentos civis d’esta natureza.” Solicita que possa satisfazer os seus deveres escolares num dos compartimentos do Quartel da Praça de S. Tiago Maior.³³⁷²

Na luta pela angariação de alunos tentam-se diversos expedientes. Em Moçambique, a professora Maria Hermínia Saraiva de Carvalho e Xavier faz relação dos meninos e meninas que frequentaram a escola de instrução primária do sexo feminino desde 1 de Agosto de 1879 a 6 de Julho de 1887 e publica-a em Boletim Oficial. Pretende com este acto converter “(...) o pouco interesse que alguns pães têm em mandar as filhas à escola, em fervorosos desejos de as educar, e a ellas, as que podiam ter aproveitado mais no tempo que estudaram, de estimulo, por verem que as suas condiscípulas pela sua dedicação ao estudo, tão brilhantemente d’ellas se distanciaram.”³³⁷³ A tentativa de criar clivagens entre as meninas, em função de terem ou não frequentado a escola com algum aproveitamento, é uma estratégia a que se referem alguns professores.

Mesmo no Colégio do Bom Jesus, em Quelimane, a participação dos pais é desanimadora. Lembra o *Relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887* que na vila existe o colégio particular do Bom Jesus, dirigido pelos missionários da Companhia de Jesus, que, mediante uma pequena remuneração mensal, recebem discípulos internos e externos, ministrando-lhes uma instrução já mais desenvolvida. O Governador de

³³⁷¹ A ele se refere Pélissier a propósito de uma crónica que elaborou sobre os portugueses no Zumbo, «Apontamentos sobre o Zumbo» de Augusto da Fonseca de Magalhães e Sola. Assinala que o autor também é conhecido por Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla (ou Sola). Pélissier, vol. II, 1988, p. 28.

³³⁷² Tete, 24/07/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 17.

³³⁷³ B.O., 21/04/1888, nº 16, pp. 271-274.

Distrito elogia a instituição onde, durante o ano, e na ocasião da distribuição dos premios tivera oportunidade e satisfação em ver e avaliar o aproveitamento dos alunos e a maneira util e proveitosa como a instrução era ministrada, apenas lamentando

(...) que tão util instituição seja tão pouco frequentada, e que os paes e chefes de familia ainda se não compenstrassem da obrigação moral que teem de mandar educar, e instruir os seus filhos, habilitando-os a serem bons cidadãos, uteis e prestaveis ao seu paiz.

Infelizmente o collegio luta com algumas difficuldades pecuniarias, porquanto a maior parte das familias dos poucos alumnos que o frequentam são remissas nos pagamentos dos pequenos honorarios, sobrecarregando assim muitissimo a administração do collegio.”³³⁷⁴

Sobre o ensino particular em Quelimane, seriam os pais quem, citados em *Relatório do ano económico de 1887-1888*, constituiriam um travão no possível progresso dos discípulos:

(...) Recebe alumnos internos e externos, mediante pequenas mensalidades; porém, é pouco frequentado, devido sem duvida á ignorancia em que vivem e têm vivido os chefes de familia, filhos do paiz, estando talvez persuadidos que seus filhos devem permanecer na mesma ignorancia.³³⁷⁵

³³⁷⁴ B.O., 1/10/1887, N.º40, página 447. Excerto do relatório do distrito de Quelimane referido ao ano de 1886-1887.

³³⁷⁵ B.O., 20/10/1888, N.º 42, pagina 630.

15. Métodos de ensino e aprendizagem dos alunos

Existe uma variedade de métodos de ensino adoptados na Província. Da documentação analisada, verifica-se que certos professores já procuram acompanhar alguns dos novos métodos em uso no Reino como o de João de Deus ou o de Castilho. Em nota a Junho de 1890, escreve o Governador Alfredo Julio d'Alpoim Leite Peixoto que as aulas foram “(...) extraordinariamente frequentadas. Os professores desejam adoptar o systema d'ensino de João de Deus, para assim obterem resultados”.³³⁷⁶ Claro que são escassos os exemplares de livros para desenvolvimento prático desses métodos. A falta de livros é muitas vezes abordada em curtas notas de diversos meses e anos, assim como alguns balanços mais gerais como o de Julho de 1891 em que se refere que a “(...) instrução pública deixa muito a desejar em toda a província.”³³⁷⁷

O método adoptado na escola do Ibo, em Cabo Delgado, no ano de 1880 “é o primitivo, que deve ser banido”, segundo opinião do Governador de Distrito.³³⁷⁸ Refere-se ao método de «ensino mútuo» que, pressupondo a existência e apoio dos alunos mais adiantados, para além de vir sendo ultrapassado pedagogicamente por outros, não parece poder adequar-se ao ensino na Província de forma a torná-lo mais eficaz.

No “Breve guia practica de conversação” inserido nos *Elementos de grammatica tetense*, de Victor Courtois, publicado em 1899, e no seu capítulo 9º, o autor consagra uma secção ao que considera a forma de “Leccionar os alunos na aula”. Victor Courtois é um missionário e professor que conhece bem a realidade africana. A sua concepção de aula é global, incluindo diversos domínios de acção junto dos alunos. Valorizam-se expressões de carácter disciplinar, de funcionamento da aula, nomotéticas: da hora de começar as aulas, à necessidade de disciplina, ao estudo de matérias como a gramática portuguesa ou a história de Portugal, à importância da higiene diária, a pontualidade, arrumação dos materiais, ajoelhar, juntando as mãos e rezando a “Deus e á Santíssima Virgem Maria”, esclarecendo que todos os termos empregues devem ser traduzidos para a língua local.³³⁷⁹ A religião é um aspecto central da actividade educativa e representa um ponto crucial no quadro dos conteúdos leccionados. Também a língua portuguesa à qual se deve, contudo, chegar através do uso e

³³⁷⁶ B.O., 23/08/1890, nº 34, p. 380.

³³⁷⁷ B.O., 3/10/1891, nº 40, p. 433.

³³⁷⁸ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 78.

³³⁷⁹ Courtois, 1899b, pp. 199-200.

domínio das línguas locais. Aspecto mais acessível para os que, como o padre Courtois se dedicaram ao estudo e compreensão destas línguas com fins bem pragmáticos apesar da relevância cultural intrínseca às suas obras.

A 1 de Julho de 1876, o professor João Caetano Dias responde a uma série de quesitos que são avançados por um documento da administração. Sobre a “capacidade” do edifício diz-se que “He barraca sufficiente” e as “condições higiénicas” igualmente “suficientes”. A mobília consta de 1 banco, mesa, e 2 outros bancos (pertencentes à Fazenda Pública); Inscreve o seu nome como professor, João Caetano Dias; “Por autorização de quem ensina” explicita que “Por Portaria de S. Ex^a o Sr. Governador Geral da Província nº 145 de 28 de Julho de 1875; “Seu estado físico” – sofrível; “Exerce outra profissão?” – Sub Delegado; “Seu merecimento” subdividido em quatro categorias: “Literário” – Primeiras Letras; “Aptidão para ensino” – Razoável; “Moral” – Regular; “Civil” – Idem. Quanto aos alunos matriculados são 83; a frequência média ronda 60 a 72, sendo as suas idades as que se seguem: de 5 a 9 anos – 51; 9 a 12 anos – 25; 12 a 15 anos – 4, mais de 16 anos – 3; À pergunta se foram examinados no fim do ano, a resposta é negativa.

Já quanto ao Método usado na escola, é “o antigo”; Estatutos ou regulamentos que se seguiam – não os havia. Os compêndios por que lecciona são alguns fragmentos do *Método facilimo*; *Compêndio da Corografia Portuguesa*; *Ciência do Bom Ricardo* e da *Caligrafia* fornecidos pela Fazenda Pública do Distrito. Destaque-se o termo “fragmentos”.

Em observações explica ainda o professor que existem

(...) cinco gramáticas na escola as quais leccionam os alunos mais adiantados, porém são deles, por isso que não dispensam para os outros se poderem aplicar; Por ofício nº 2 de 18 de Janeiro requisitou-os, bem como a mobília necessária que depois foi suprida constituída por bancos, penas, tinta, pedras de escrever. Porém até hoje ainda não foram fornecidos e a sua falta tem servido bastante de obstáculo ao progresso dos alumnos meus educandos.³³⁸⁰

Na escola do comando militar do Aruangua, segundo informação do comandante, no ano de 1888, o método de João de Deus ali adoptado para o ensino vinha dando optimos resultados.³³⁸¹

Sobre os precários meios pedagógicos da mesma escola, relativamente a Abril de 1888 escreve o tenente Luiz Ignacio, com data de 5 de Maio desse ano:

Frequentaram a escola primaria 22 alumnos. O aproveitamento d’elles não tem sido bom, como se desejava, devido à falta dos quadros e todos os mais livros de ensino do methodo de João de Deus, pois ensina-se por este methodo unicamente com dois volumes das primeiras lições que o professor possui e, para facilitar-se a falta dos

³³⁸⁰ Escola Régia de Inhambane, 1/07/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 2.

³³⁸¹ B.O., 11/01/1890, nº 2, p. 13.

quadros tem de rasgar-se as folhas dos mesmos volumes que collocam por ordem em sitio onde todos os alumnos as possam ler; porém, como já são muitos e as letras do livro são pequenas, os que estão nas bancadas da rectaguarda, só com muita difficuldade as podem ler. Para evitar estes inconvenientes, roga-se a satisfação da requisição há tempos feita pelo professor.”³³⁸²

O mesmo comandante militar refere, em Outubro de 1888 que se mantém a mesma frequência a “(...) escola que teve começo nos fins do anno passado e, que nos primeiros mezes tinha apenas dois livros do methodo de João de Deus, pelos quaes o professor ensinava 15 a 20 creanças, tem hoje a maior parte dos alumnos (pretos que não sabiam sequer uma palavra da nossa lingua) fallando regularmente, lendo e alguns mais intelligentes até escrevendo o portuguez, devido ao muito zelo, bom methodo e demasiada paciência do professor, alferes de caçadores nº 3, Augusto Cezar da Silva Oliveira.”³³⁸³

Salientaria, posteriormente, a frequência regular das duas dezenas de alunos,

(...) com regular aproveitamento, porém agora com a saída do professor o alferes Oliveira, commandante do destacamento, que, por ordem superior, foi mandado recolher a Chiloane, perdem os alumnos tudo quanto têm aprendido, porque difficilmente se encontrará outro individuo que possa com vantagem reger a escola pelo methodo de João de Deus que elle adoptava, e que tão bons resultados tem dado.

Pede-se por isso ao Exmº Sr. Conselheiro Governador-geral da Província e ao Exmº Sr Governador do Districto o regresso de tal empregado a este ponto, onde não só se torna muito necessário à instrucção das pobres crianças mas tambem aos mais serviços do commando em que muito me auxilia.”³³⁸⁴

Em 30 de Junho de 1890 indica o Governador de Tete que as aulas são “extraordinariamente frequentadas” e os “(...) professores desejam adoptar o systema d'ensino de João de Deus, para assim obterem resultados.”³³⁸⁵

15.1. Matérias leccionadas aos estudantes do sexo masculino e feminino

Em 1858, o professor de Inhambane era militar, o major e Governador Interino Jacinto Henriques de Oliveira. Envia mapa das cadeiras públicas e particulares de ensino primário e secundário com o número de indivíduos que as frequentam. Matricularam-se 67 alunos; quatro deles deixaram de frequentar porque “saíram prontos” quatro. As disciplinas que lecciona são: “ler”; “escrever”; “civilidade moral e doutrina cristã”; “princípios de gramática portugesa”.³³⁸⁶

Em Inhambane, o professor José Hermenegildo de Mello envia mapa em Outubro de 1871 em que podemos encontrar vários elementos relativos às matérias leccionadas. Na

³³⁸² B.O., 9/06/1888, nº 23, p. 386.

³³⁸³ B.O., 8/12/1888, nº 49, p. 730.

³³⁸⁴ B.O., 7/09/1889, nº 36, p. 558.

³³⁸⁵ B.O., 23/08/1890, nº 34, p. 380.

³³⁸⁶ Quartel do Governo de Inhambane, 1/01/1858. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (11), doc. 1 a) e b). Documento assinado pelo Governador Interino, o Jacinto Henriques d'Oliveira.

coluna de “Grau de estudo”, aparecem informações relativamente ao trabalho feito com cada aluno – “A. B. C.”; “Soletrar”; “Soletrar a escrita bastardinho”³³⁸⁷; ““sílabas””; “Silabas e exercícius”; “Leitura corrente e escrita cursiva”; “Leitura, escrita cursiva e as duas operações de Aritmética em números inteiros”³³⁸⁸.

À administração parece interessar o conhecimento dos conteúdos leccionados nas escolas. Num outro documento sem data consta um “mapa modelo” elaborado à mão, provavelmente enviado pelos serviços do Governador-Geral. O ano e mês de exemplo são Julho de 1875. O mapa está em branco. A outra letra lê-se o seguinte:

N. B. Nas casas em branco devem mencionar-se as disciplinas que se ensinam alem d’aquellas que vão mencionadas nas outras casas; mas como na escola não me consta que se ensina mais do que vai mencionado no modelo não teem razão para apparecerem as outras casas.³³⁸⁹

Em Tete, entre 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 1885, 13 alunos aprenderam “história portuguesa”; 13, “corografia”; 30, “tabuada”; 13, “gramática”; 39, “soletração”.³³⁹⁰

Todos os 63 alunos em Tete frequentavam “doutrina cristã” e quer os da 1ª quer os da 2ª classe, cursavam “caligrafia”; 10, “gramática”, quatro, “História de Portugal”, 16, “tabuada e leitura”, 26, “problemas e quatro operações aritméticas”, nove, “soletração”.³³⁹¹ A disciplina de “Corografia” apenas foi ministrada a cinco alunos em Abril de 1887.³³⁹²

Em Março de 1863, o Padre Mauricio Micael Arcaño da Costa envia de Sofala um mapa anual de 1862. Aí especifica as matérias leccionadas: “Gramática Portuguesa e quatro espécies de contas” e “Doutrina Cristã”, seis alunos; “Bíblia Sagrada” e “uma espécie das contas”, dois; “Methodo Facilíssimo e uma espécie de conta”. “Tabuada” e “Doutrina Cristã”, cinco alunos; “Livro Histórico e “quatro espécies de contas”, um; “Aritmética”, um; “Methodo facilíssimo”, dois.³³⁹³

As disciplinas leccionadas na escola de Lourenço Marques em 1877-78 foram “leitura”, “escritura”, “contabilidade elementar” e “grammatica portugueza”.³³⁹⁴

As matérias variam um pouco consoante os professores e alunos, mas os conteúdos curriculares são de natureza marcadamente europeia. Em Sofala, a 14 de Julho de 1880, numa nota solicitada pelo Governador, José Joaquim Maria Arraiano explica o que se ensina nas várias classes. Na primeira classe: “leitura em prosa e em verso”; “gramática”; “resumo da

³³⁸⁷ Forma de letra semelhante ao bastardo (letra inclinada e cheia) mas mais pequena.

³³⁸⁸ Inhambane, 17/10/1871. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (6), doc. 46.

³³⁸⁹ 1875. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. s. n°.

³³⁹⁰ B.O., 25/09/1886, n° 39, p. 490.

³³⁹¹ A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 40.

³³⁹² A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 35.

³³⁹³ Sofalla, 27/03/1863. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 3.

³³⁹⁴ B.O., 6/01/1879, n° 1, pp. 3 e 4. Relatório do districto de Lourenço Marques relativo ao anno económico de 1877 a 1878.

História de Portugal e Sagrada”; “contabilidade – as quatro operações e alguns problemas”. Para a segunda classe: “leitura em prosa e em verso”; o “novo sistema métrico”; as “quatro operações”. Terceira classe: “leitura soletrando”; “princípios de escrita”; “tabuada e abecedário”.³³⁹⁵

No mês de Setembro de 1859 a aula feminina de Quelimane é frequentada por meninas naturais da vila, incluindo aprendizagem de primeiras letras, cozer e marcar,³³⁹⁶ as actividades “próprias daquele sexo”, como são tantas vezes mencionadas, e que constituem outras tantas formas de divulgar a cultura europeia.

Nas matérias para o sexo feminino das alunas de Maria de Mello e Macedo, professora de Quelimane, em Julho de 1885 temos: “soletração”; “leitura”; “doutrina cristã”; “escrita”; “costura”; “rendas e bordados”; “gramática”; “aritmética”; “poesias”. A categoria “poesias” acaba por desaparecer,³³⁹⁷ embora surja a disciplina “contabilidade”, esta não regista frequência.³³⁹⁸

Elvira da Conceição Billiter da Cunha, em Junho de 1892, e ainda em observações a quadros que vão de Agosto de 1893 a Janeiro do ano seguinte, indica a frequência por matérias, que se mantém igual nos vários meses: “Primeiras letras”, 19 alunas; “Ler”, 14; “Ler e escrever” e “Ler, escrever e contar”, seis.³³⁹⁹

O Padre José Marques S. J. envia mapa escolar a 9 de Junho de 1896.³⁴⁰⁰ Em observações a documento da mesma data tipifica o trabalho dos alunos: “conhecer as letras”, 15; “começam a ler”, nove; “ler, escrever e principios de Aritmética”, 14; “Ler, escrever, contar, História de Portugal, Sistema métrico e Corografia”, um; “Ler, escrever, contar, “gramática portuguesa” e sistema métrico decimal”, um; “Doutrina cristã”, 40.³⁴⁰¹

Em nota a envio de mapa de Maio de 1895, o professor da escola de instrução primária elementar do sexo masculino nº1, de Quelimane, Thomé Nicolau Mascarenhas inscreve em observações as matérias leccionadas e número de alunos que as cursam: “Primeiras letras”, 21; “Ler”, sete; “Ler, escrever e contar”, seis; “Ler, escrever, contar, história sagrada, geografia política e resumo da doutrina cristã”, quatro; total de 38.³⁴⁰² Em nota a envio de mapa de Julho do mesmo ano volta a inscrever em observações as matérias leccionadas: “1ª parte de João de Deus”, 12; “1ª e 2ª parte de João de Deus”, cinco; “Ler, escrever”, sete; “Ler,

³³⁹⁵ Chiloane, 14/07/1880. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 5.

³³⁹⁶ *B.O.*, 7 Janeiro 1860, nº 1, p. 2.

³³⁹⁷ Quelimane, 1/08/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 9. E também noutros documentos da mesma professora.

³³⁹⁸ Quelimane, 2/04/1885. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 4 (1), doc. 4.

³³⁹⁹ Quelimane, 30/09/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 26; Quelimane, 2/12/1893, doc. 27; Quelimane, 4/01/1894, doc. 28; Quelimane, 1/09/1893, doc. 24; Quelimane, 2/10/1893, doc. 25.

³⁴⁰⁰ Quelimane, 9/06/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 31.

³⁴⁰¹ Quelimane, 9/06/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 31.

³⁴⁰² Quelimane, 4/06/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 1, doc. 110.

escrever, contar e resumo da doutrina cristã”, sete; “Ler, escrever, contar, geografia política” e “1ª parte da gramática e resumo da doutrina cristã”, dois; totalizando 33.³⁴⁰³ Em nota a envio de mapa de Dezembro de 1896 voltam a discriminar-se as matérias leccionadas: “1ª parte de João de Deus”, 10; “Ler, escrever” e “1ª e 2ª parte de João de Deus”, quatro; “Ler, escrever, contar 1ª e 2ª parte de João de Deus”, quatro; “Ler, escrever, contar 1ª e 2ª parte de João de Deus” e “Mimo à Infância”, dois;³⁴⁰⁴ “Ler, escrever, contar, geografia política, 1ª parte da gramática e resumo da doutrina cristã”, um; somando 33.³⁴⁰⁵

O professor cônego Manuel José Feliciano Gustavo Couto envia de Quelimane listas mensais em 1895 e 1896. Em nota a um deles, de Maio de 1895, inscreve em observações os assuntos leccionados: “primeiras letras”, com 10 alunos; “Ler”, oito; “Ler e escrever”, 10; “Ler, escrever e contar”, oito; “Ler, escrever, contar, gramática, sistema métrico decimal, corografia e história do reino de Portugal”, quatro; num total de 40 educandos. Em nota geral refere que todos os alunos são cristãos e, além das matérias referidas, aprendem a doutrina cristã.³⁴⁰⁶

O professor interino João do Rosário Aguiar, em mapa de Quelimane, a 4 de Agosto de 1896, regista 15 alunos em “primeiras letras”; 11 em “Ler”; seis em “Ler e escrever”; nove em “Ler, escrever e contar” e um em “Ler, escrever, contar, gramática, sistema métrico decimal, corografia e história do reino de Portugal” – um; totalizando 40. Todos os alunos cristãos aprendem a doutrina cristã.³⁴⁰⁷ Este professor segue o sistema formal do anterior.

A 5 de Janeiro de 1895 o mesmo professor regista em “primeiras letras”, 18 alunos; “Ler”, 14; “Ler e escrever”, 12; “Ler, escrever e contar”, 10; “Ler, escrever, contar, gramática, sistema métrico decimal, corografia e história do reino de Portugal”, um; um total de 55 alunos que aprendem a “doutrina cristã”.³⁴⁰⁸

Dos 27 alunos existentes na escola masculina de Tete, 11 aprendem “Gramática”, e 16 a “Ler”. Sete com “obrigação média”, oito com “obrigação suficiente”, 12 com “obrigação má”.³⁴⁰⁹

Todos os 64 alunos de Tete em 1887 frequentavam “doutrina cristã e caligrafia”; oito, “Gramática”; cinco, “História de Portugal”, sete, “tabuada” e 12 “soletração”.³⁴¹⁰

³⁴⁰³ Quelimane, 4/08/1895. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 123.

³⁴⁰⁴ Monteverde, Emílio Achilles, *Mimo à Infância ou Manual de Historia sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859. O Manual de História Sagrada inclui muitas gravuras, nomeadamente 100 sobre o Antigo e Novo Testamento.

³⁴⁰⁵ Quelimane, 19/01/1896. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 127.

³⁴⁰⁶ Quelimane, 1/06/1895. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 109.

³⁴⁰⁷ Quelimane, 4/08/1896. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 123.

³⁴⁰⁸ Quelimane, 5/01/1895. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 126.

³⁴⁰⁹ A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.7 m. 3 (1), doc. 2.

³⁴¹⁰ A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 38.

Todos os 63 alunos em Tete nos primeiros meses de 1887 frequentavam doutrina cristã, e quer os da 1ª quer os da 2ª classe, “caligrafia”; 10 cursavam “gramática”; quatro, “História de Portugal”; 16, “!tabuada e leitura”; 26, “problemas e quatro operações aritméticas” e nove “soletração”.³⁴¹¹ A disciplina de “Corografia” apenas foi ministrada a cinco alunos em Abril de 1887.³⁴¹² No ano que vai de Julho de 1886 a Junho de 1887 frequentam respectivamente, 54 e 60 alunos. Em Junho de 1887 todos os 51 alunos existentes aprendiam “doutrina cristã”, 53 “caligrafia”, “tabuada” e “leitura”, sete aprendiam “soletração e abecedário”, oito exercitavam “História de Portugal”, 15 aprendiam “problemas e quatro operações de matemática”.³⁴¹³

Em Angoche, sendo o Professor João Innocência d’Aguiar Mendes, as matérias leccionadas são: “leitura”, “tabuada”, “abecedário”.³⁴¹⁴

A professora Ida Rozalina Martins de Magalhães, em 31 de Maio de 1885, envia mapas do Parapato. Existem apenas quatro alunas que são irmãs. As disciplinas leccionadas são: “Costura”, «Caroxé», “Corte de roupa”, “leitura”, “escrita”, “tabuada”, “doutrina”, “marcar em talagarça”, “sílabas”, “caligrafia”.³⁴¹⁵

Do Parapato, o professor Ramiro Miguel de Abreu envia mapas de 1886 e 1887. Nas disciplinas leccionadas contam-se “leitura”, “escrita”, “aritmética”, “sílabas”, “abecedário”. Apenas existem três alunos.³⁴¹⁶

As matérias leccionadas na escola do Ibo em 1876/77 constam de “leitura”, “escrita”, “contabilidade”, “gramática portuguesa”, “catecismo romano”. O aproveitamento é, em geral, medíocre.³⁴¹⁷

Em 1880, na escola do Ibo, as disciplinas leccionadas foram: “leitura”, “escrita”, “aritmética”, “gramática”, “catecismo romano” e “noções de História de Portugal”.³⁴¹⁸

Em Lourenço Marques, o Padre António Dias Simões descrimina as matérias leccionadas no primeiro semestre de 1889: “sílabas”, “leitura”, “escrita”, “quatro operações sobre inteiros”, “gramática”.³⁴¹⁹

³⁴¹¹ A.H.M., *Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 40.

³⁴¹² A.H.M., *Gov. Dist. Tete*, cx. 8.3 m. 3 (21), doc. 35.

³⁴¹³ B.O., 24/03/1888, nº 12, p. 213.

³⁴¹⁴ Parapato, 2/01/1884, A.H.M., *Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 2; Parapato, 31/05/1884, doc. 4; Parapato, 30/06/1884, doc. 5; Parapato, 31/07/1884, doc. 6; Parapato, 31/08/1884, doc. 7; Parapato, 31/01/1885, doc. 8; Parapato, 31/03/1885, doc. 9; Parapato, 30/04/1885, doc. 10; Parapato, 31/05/1885, doc. 11; Parapato, 30/06/1885, doc. 13.

³⁴¹⁵ Parapato, 31/05/1885, A.H.M., *Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 12.

³⁴¹⁶ Parapato, 4/03/1886, A.H.M., *Gov. Dist. Angoche*, cx. 8. 1 m. 4 (6), doc. 17; Parapato, 1/04/1886, doc. 18; Parapato, 1/05/1886, doc. 21; Parapato, 31/05/1886, doc. 22; Parapato, 1/09/1886, doc. 23; Parapato, 1/10/1886, doc. 24; Parapato, 1/11/1886, doc. 25; Parapato, 1/12/1886, doc. 26; Anual. Parapato, 1/12/1886, doc. 27; Parapato, 1/01/1887, doc. 28; Parapato, 1/02/1887, doc. 29; Parapato, 1/04/1887, doc. 30; Parapato, 3/05/1887, doc. 31; (Não se vê a assinatura do professor).

³⁴¹⁷ B.O., 5/11/1877, nº 45, p. 324. *Relatório do governador de Dist. de Cabo Delgado do ano económico 1876/77*.

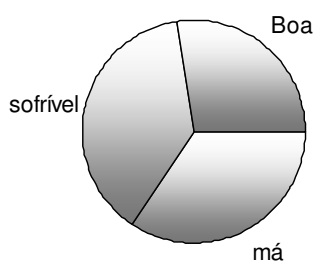
³⁴¹⁸ B.O., 18/02/1882, nº 8, p. 78. Bettencourt é autor do livro *Noções de História de Portugal*, 1883, aprovado para o ensino primário. O texto é intercalado com quadros da História de Portugal.

³⁴¹⁹ Escola do sexo masculino de Lourenço Marques, 31/03/1887. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 31.

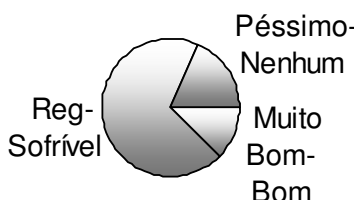
Na presente análise da “avaliação global” quanto às classificações em “Aproveitamento” e “Frequência” foram considerados os distritos mais ilustrativos. Foi considerado o comportamento ao longo do volume de anos apurado.

A classificação sofrível á largamente maioritária. As melhores classificações “Muito Bom” e as piores, “mau” ou péssimo” equivalem-se e são distribuídas pelos restantes alunos.

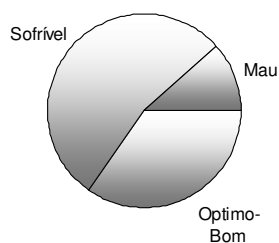
INHAMBANE-Feminino



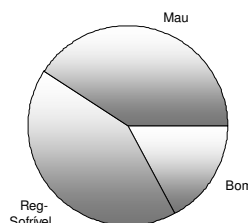
INHAMBANE-Masculino



ANGOCHE



CHILOANE-Feminino



15.2. Recursos materiais para o ensino

Em 1881, emite-se ordem para proceder a inventários trimestrais de todas as repartições públicas, nomeadamente escolas. Esses inventários devem conter igualmente informação sobre o estado dos objectos. Os governadores dos distritos e, na capital, os chefes

de repartições e comandantes militares são responsáveis pelo cumprimento da determinação.³⁴²⁰

A mobília e outros artefactos necessários em cada escola são dos principais assuntos abordados na correspondência dos professores; também objecto de queixas pela sua escassez, o seu mau estado ou como factores que influem negativamente no aproveitamento dos alunos. Em Lourenço Marques, o Padre António Dias Simões no ano de 1892 envia o mapa da mobília da escola.³⁴²¹ Também requisita, em Setembro de 1895, objectos necessários para ela,³⁴²² voltando a fazê-lo no início de Março de 1896.³⁴²³

No domínio do fornecimento de materiais, as câmaras ou comissões municipais tinham responsabilidades importantes que muitas vezes não podiam cumprir por falta de meios. Em documento de 28 de Janeiro de 1892, a Comissão Municipal de Lourenço Marques responde à professora da aula de sexo feminino que não pode satisfazer a requisição de material por não dispor de verba para o efeito,³⁴²⁴ argumento definitivo apesar de se incumbirem as câmaras de facultar materiais às escolas, como acontece com o documento em que o Presidente da Comissão Municipal de Lourenço Marques explica que não pode satisfazer a requisição para a escola apresentada em 2 de Janeiro de 1892, pelo Padre António Dias Simões, por não haver verba no orçamento.³⁴²⁵

A professora Mary Ferreira, em Lourenço Marques, no início de Outubro de 1896, indica o material que falta para que a escola possa funcionar e não parece muito exigente – bancos em número suficiente, livros elementares de primeiras letras, ardósias. Solicita ainda ao Governador do Distrito que providencie os necessários anúncios para que a escola possa abrir na segunda-feira seguinte.³⁴²⁶

Joana Alexandrina Palmeira de Carvalho e Rego, professora interina, acusa a recepção do ofício do Governador do Distrito com data de 13 de Fevereiro de 1895 que a nomeia professora de instrução primária da escola do sexo feminino. Entrara imediatamente em funções aproveitando para, de seguida, solicitar o material necessário: cadeiras para os alunos,

³⁴²⁰ Portaria nº 95 de 8/10/1881, *B.O.* nº 41, 9/10/1881, p. 236. A título exemplificativo, na metrópole “IV. A mobília escolar é entregue ao respectivo professor no acto da posse, e por inventario em duplicado e assignado pelo administrador do concelho e pelo mesmo professor. Um exemplar fica archivado na administração do concelho e outro em poder do professor, que é responsável por tudo o que houver recebido.” Portaria de 7/07/1871, Decreto de 15/10/1896, *Instrução Publica em Portugal, volume 1 – Legislação, Programmas, Regulamentos*, Exposição Universal de 1900 – Secção Portuguesa, p. 267. O mesmo documento estabelece que a sala para os exercícios escolares devem dispor de uma superfície de 1 metro quadrado por aluno; altura de 3 metros do sobrado ao tecto; o pavimento não pode ser terreno, lageado ou empedrado; duas ou mais janelas envidraçadas, além da porta de entrada. *Id., ibid.*, p. 268. Quanto à mobília: uma cadeira e banca para o professor com estrado de 2 metros de largura e 30 centímetros de altura; um quadro preto de 1 metro de altura e 80 cm de largura; bancos para os alunos com determinadas dimensões; mesas com tinteiros, 1 para cada dois alunos. *Id., ibid.*, pp. 268-269.

³⁴²¹ Lourenço Marques, 15/07/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 41.

³⁴²² Lourenço Marques, 10/09/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 68.

³⁴²³ Lourenço Marques, 2/03/1896. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 75.

³⁴²⁴ Cópia de 7/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 36.

³⁴²⁵ *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, doc. 36.

³⁴²⁶ Lourenço Marques, 2/10/1886. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 3.

um quadro preto, cartilhas, tabuadas, métodos, gramáticas, etc.³⁴²⁷ A mesma professora comunica a 4 de Março desse ano que na escola que dirige não há qualquer empregado.³⁴²⁸ Em Abril a mesma professora interina notifica que, embora no momento apenas existam seis alunas, espera, empregando “os meios convenientes”, aumentar esse número.³⁴²⁹

O controlo do equipamento escolar é um aspecto fundamental. Por isso se elaboram relações, inventários, independentemente das características de cada instituição educativa, por exemplo de carácter eminentemente religioso, como no caso do envio, em diversos anos – 1898,³⁴³⁰ 1900³⁴³¹ da relação de mobília e utensílios da Fazenda Nacional existentes no Instituto D. Amélia.

Deste modo, a actividade importante de uma religiosa e professora como a Irmã Superiora Maria Jeronyma consiste na requisição de espaços para actividades,³⁴³² na impressão de 32 mapas, uma vez que acabaram os que estavam disponíveis no Instituto³⁴³³ ou ainda na elaboração de Inventário dos objectos existentes no Instituto.³⁴³⁴

O Padre António Dias Simões refere, a 11 de Abril de 1890, um assunto que já havia comunicado por diversas vezes e que consiste na situação da escola primária por si regida. Afirma que no dia 4 de Abril desse ano o Governador lhe dissera, em frente da Igreja paroquial, que haviam chegado uns livros e outros objectos que presume corresponderem a uma requisição que vinha fazendo, repetidamente, desde 1884, cerca de seis anos antes, portanto.³⁴³⁵

O professor expõe que se dirigiu à alfândega onde encontrou dois grandes volumes que devem satisfazer a requisição que havia feito, com o nº 3, de 23 de Agosto. Ironiza que a segunda parte da requisição em que se pediam artigos que facilmente poderiam ser encontrados no mercado da cidade é que parece ter sido esquecida, ou o empregado que disso tratara não assegurou o seu fornecimento por saber que a escola ainda não tinha casa.³⁴³⁶ O padre adopta um tom irónico. Este provavelmente explicará a evolução dos acontecimentos que culmina com o seu afastamento e substituição. Tratando-se de um homem metódico, preocupa-se em inventariar os acontecimentos e manter uma correspondência com as

³⁴²⁷ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 13/02/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 21.

³⁴²⁸ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 4/03/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 23.

³⁴²⁹ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 2/04/1895. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 24.

³⁴³⁰ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 7/08/1898. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, docs. 18.

³⁴³¹ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 19/01/1900. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, docs. 28.

³⁴³² Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 26/03/1899. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, doc. 23.

³⁴³³ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 28/12/1900. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, docs. 33.

³⁴³⁴ Inst. de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 31/12/1900. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 4, doc. 35.

³⁴³⁵ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 11/04/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 32.

³⁴³⁶ Escola do sexo masculino, Lourenço Marques, 18/04/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 70, m. 2, doc. 33.

autoridades, nomeadamente o Governador, que prima pela constância. No documento pode ler-se um parecer que ordena que se veja “(...) quais são as obras e se se podem fazer despendendo pouco.”

Relativamente a dados artigos é possível fazer a sua aquisição localmente. Em Inhambane, durante Janeiro de 1893 são pagos 9\$080 réis a Ibrahimo Mussagy Mangá por artigos de expediente fornecidos à escola de instrução primária do sexo feminino; também à casa Hollandeza se liquida o montante correspondente a seis cadeiras para a escola do sexo feminino no total de 12\$000 réis.³⁴³⁷

A 2 de Novembro de 1882 a professora Maria Retornilha Amália Augusta da Costa e Castro envia *Inventário* descrevendo os objectos que lhe foram entregues pela sua sucessora. Ignora se os livros necessários são fornecidos pelo Estado ou adquiridos pelas educandas – aspecto sobre o qual pede esclarecimento. Junta uma relação de artigos que lhe são indispensáveis. Significativo é que a professora nomeada não esteja informada quanto a um dos aspectos essenciais para a sua actividade, o que indicia alguma descoordenação.³⁴³⁸

O professor Padre Joaquim de Santa Ritta Montanha, vigário de Inhambane, requisita uma série de utensílios em 18 de Julho de 1866. Porque a questão dos materiais escolares é um aspecto crucial, a requisição do Padre Joaquim de Santa Ritta Montanha é eloquente:

Tendo a dizer a V. S^a que parecerá muito o papel requezitado na mesma, mas he porque como aqui na ocasião presente se acha o Brigue Affrica, e que tem papel, e poderá ser mais em conta, por isso aproveito a ocasião; a tinta parecerá pouca em porporção [sic], mas he para não se perder com secca: requesito alem do que diz o Officio de V. S^a mais Pedras para contas, e lappis, mas as pedras para poupar papel a fazer contas, que será grande desperdicio.³⁴³⁹

Os professores têm clara consciência das limitações materiais a que a sua actividade está sujeita.

João Caetano Dias, no início de Setembro de 1876 e na coluna de “Observações” em nota ao quadro de rendimento, alerta para a falta de livros e materiais necessários – papel, penas, tinta, lápis e pedras de escrever, falta que constitui “grande estorvo para o progresso dos alunos. A maior parte não obtém auxílio dos pais porque são pobres. Acabaram-se os materiais fornecidos pela Câmara da Vila em 11 de Setembro de 1875. Não haviam sido satisfeitas as suas requisições oficiais de 18 e 20 de Janeiro.”³⁴⁴⁰ No mês seguinte, na coluna de “Observações”, alerta para a falta de livros e o que ela significa como barreira ao “progresso” dos alunos. Os materiais em falta para “escrita” acabaram por ser satisfeitos pela Câmara:

³⁴³⁷ B.O., 8/04/1893, nº 14, p. 204.

³⁴³⁸ Inhambane, 2/11/1882. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 17.

³⁴³⁹ Inhambane, 18/07/1866. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 1.

³⁴⁴⁰ Inhambane, 1/09/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 19.

duas resmas de papel almaço; meia resma de fino; dois litros de tinta; duas caixas de penas de aço; 24 lápis em 2 de Outubro.³⁴⁴¹ Ainda assim, o professor remeterá, na coluna de “Observações” para as requisições que fizera já no mapa do ano anterior.³⁴⁴²

A 6 de Outubro de 1876, lembra João Caetano Dias ao Governador do Distrito a necessidade de serem satisfeitas as suas requisições enviando cópia do ofício endossado ao Presidente da Câmara Municipal, João Loforte. A Câmara Municipal declara, pelo seu presidente, ter obtido “por preços rasoáveis” os objectos necessários para o “expediente do ensino dos alumnos necessitados d’a escola gastando nove mil reis para a sua compra ao Patacho Olinda, obtendo-se duas resmas de papel almaço, meia dita de dito fino, dois litros de tinta, duas caixas de pennas d’aço, e vinte e quatro lápis.” O professor explica que o material se destinava a ser empregue “no expediente do ensino dos alumnos necessitados da escolla” que dirige. Mas alude ainda à persistência da falta de livros proprios para o ensino, pelo que renova as requisições anteriores no sentido de os obter, dirigindo-as ao governo de distrito.³⁴⁴³

A 16 de Janeiro de 1877, o mesmo professor lamenta a falta de material e os reflexos no rendimento dos seus alunos:

(...) V. S^a terá a bondade de ver que, com quanto os ditos alumnos sejam dedicados às letras, todavia essa dedicação torna-se infructuosa, pela falta dos livros apropriados para n’elles se applicarem; bem como, dos materiais necessários para a escripta e contabilidade, que se experimentão na referida escola; por isso que os meus esforços são, por assim dizer, baldados a tal respeito, apesar das minhas requisições officiaes de 18 e 20 de Janeiro, dirigidas a este governo, e repetidas pelo meu officio n^o 5 de 6 d’Outubro da ultima serie.³⁴⁴⁴

Nunca questiona o interesse dos alunos mas, pelo contrário, responsabiliza as fragilidades em que têm que trabalhar por escassez de material pelos correspondentes resultados modestos que são obtidos.

A verdade é que os professores que se sucedem até nem parecem muito exigentes quanto às condições de trabalho para os alunos. O professor José Hermenegildo de Mello comunica, a 18 de Junho de 1877, que tomou posse da escola como professor interino.

Em cumprimento do determinado no Officio de V. Sr^a de 16 do corrente sob n^o 240, pelo qual V. Sra. houve por bem nomear-me professor interino de Instrucção Primaria n’esta Villa, tenho a honra de participar a V. Sra^a que entrei hoje no exercicio d’aquelle cargo, começando a leccionar na caza que me foi designada no supra citado Officio. Cumpre-me especialmente levar ao conhecimento de V. Sra. que o professor suspenso João Caetano Dias fez-me entrega d’uma meza sem gaveta, d’uma estante, e de dois bancos, e não sendo sufficientes estes dois aposentos para o numero dos

³⁴⁴¹ Inhambane, 1/10/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 21.

³⁴⁴² Inhambane, 1/11/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (4), doc. 23.

³⁴⁴³ Inhambane, 6/10/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 11.

³⁴⁴⁴ Inhambane, 16/01/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 14.

alunos, que se matricularão hoje na Escola; rogo a V. Sra. que se digne mandar fornecer para a mesma Escola mais cinco bancos para o assento dos meninos.³⁴⁴⁵

A 22 de Junho de 1881 a professora Gláfira Vicência Coelho dos Santos remete ao Governador do Distrito um ofício do Presidente da Câmara e uma requisição de objectos necessários para a escola.³⁴⁴⁶ Dela constam carteiras, bancos, pedras, livros, papéis, penas, tintas, tinteiros, régua, pautas, cadeirinhas para costurar, agulhas, linhas, linhas de crochet, linhas de cor, talagarça e boa lã, competentes cestinhos, lavatórios, capas, toalhas de mãos, depósito de água, etc..³⁴⁴⁷ São materiais e estruturas mínimas de que necessita a leccionação para as meninas.

Num outro *Inventário* de 2 de Novembro de 1882, enviado por Maria Retornilha Amália Augusta da Costa e Castro constam: uma mesa grande; duas pequenas; dois bancos grandes; dois pequenos; 12 banquinhos; quatro tinteiros de vidro; duas pedras de escrever; quatro canetas; dois “Methodo facilimo por Monteverde” em mau estado.³⁴⁴⁸

Em Março de 1883 fizeram-se alguns bancos e mesas para as escolas do sexo feminino em Chiloane e do sexo masculino em Sofala.³⁴⁴⁹

A 29 de Janeiro de 1864, Avelino Avelista de Araujo Gonçalves pede que a Fazenda Pública providencie mensalmente, seis cadernos de papel limpo, “seja de que qualidade for”, para a “educação da mocidade”. Argumenta que alguns dos alunos da vila são indigentes e os seus “Chefes faltos de meios necessarios para lhes comprar papel para a sua instrucção.”³⁴⁵⁰ O argumento das carências económicas dos alunos é constante.

O próprio expediente e as tarefas burocráticas de cada escola experimentam dificuldades perante a falta de materiais. Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, em 2 de Setembro de 1886, explica que faltam livros para matrícula geral dos alunos e para descarregar e carregar os objectos para correspondência, o que cria dificuldades para proceder ao inventário. Foca o problema sempre repetido da não satisfação das requisições enquanto renova o pedido de um militar para auxílio do serviço da escola e que permitiria investigar os pretextos para justificação das faltas dos alunos.³⁴⁵¹ Pede, noutra ocasião, um armário pequeno onde possa guardar os objectos a seu cargo, assim como um cadeado.³⁴⁵² A obtenção de um auxiliar permitiria, segundo o docente, apurar as razões das ausências dos alunos e

³⁴⁴⁵ Inhambane, 18/06/1877. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.21.

³⁴⁴⁶ Inhambane, 22/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 14.

³⁴⁴⁷ Inhambane, 20/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 15.

³⁴⁴⁸ Inhambane, 2/11/1882. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 17.

³⁴⁴⁹ B.O., 14/06/1884, nº 24, p. 109.

³⁴⁵⁰ Sofalla, 29/01/1864. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 5.

³⁴⁵¹ Chiloane, 2 de Setembro de 1886. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 19.

³⁴⁵² Chiloane, 16/03/1889. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 39.

melhorar, desse modo, a frequência às aulas, domínio que o professor sente caber na sua responsabilidade.

A 31 de Janeiro de 1881, o novo professor interino Adriano Augusto Gomes de Faria recebe do anterior, o Padre José Joaquim Maria Arraiano, uma “relação de livros e mais utensílios” pertencentes à escola. É uma prática normal e corrente e demonstra também a importância e escassez do material escolar. A burocracia exigia que do Inventário fossem enviadas cópias ao Governador e à Tesouraria. O percurso dos documentos, requisições, nomeações, inventários, etc. originava certamente uma enorme lentidão da máquina burocrática e a sua ineficácia.³⁴⁵³

Mesmo durante as interrupções de actividade de cada professor por causas naturais, como licença por doença, os professores que entretanto foram parcialmente substituídos estão obrigados a dar satisfações quanto ao material existente na escola. A 7 de Julho de 1884 Adriano Augusto Gomes de Faria procede à apresentação para exercício do cargo após doença.³⁴⁵⁴ A 5 de Agosto comunica que tomou conta dos artigos que pertencendo à escola que está a seu cargo se achavam com o P^e. Coutinho e do mapa da mesma entrega cuja cópia envia à Secretaria-geral do Governo. O actual ofício não leva numeração porque lhe teria dito o Padre que, durante o seu impedimento, os ofícios que dirigira ao Governador não eram numerados. A escassez de mobiliário na escola mas, de igual modo, em outras repartições públicas parece evidente pela observação de que a mesa pequena da Repartição se acha emprestada ao destacamento da ilha, embora seja também ali precisa.³⁴⁵⁵ A 9 de Agosto de 1884 o professor dá conta dos artigos que estavam a cargo do substituto durante o seu impedimento. A “leitura” dos mapas de frequência merece reparos, por vezes, da parte dos próprios professores.

Nas duas escolas, masculina e feminina, em Quelimane, no período de 1886-87 assinala-se bastante falta de livros e utensílios.³⁴⁵⁶

Na escola do sexo masculino local, começada a construir em 4 de Junho de 1888 para acabar com as necessidades de aluguer de edifício, quanto a mobília de escola quase nada existia e os alunos frequentavam a aula em casa do professor, onde nem sequer havia um banco “em estado de servir”, pelo que foi feita mobília semelhante à usada “nas escolas municipais de Lisboa”. Mandaram-se vir mapas, contadores e outros objectos necessários. Para a escola do sexo feminino foi já incluída uma verba no orçamento para mobília, tendo o

³⁴⁵³ Chiloane, 31/01/1881. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 6.

³⁴⁵⁴ Chiloane, 7/07/1884. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 9.

³⁴⁵⁵ Chiloane, 5 de Agosto de 1884. *A.H.M., Gov. Dist. Sofala*, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 10.

³⁴⁵⁶ *B.O.*, 1/10/1887, N^o40, página 447. Excerto do *relatório do Dist. de Quelimane referido ao ano de 1886-1887*.

necessário edifício de esperar mais algum tempo pela construção, uma vez que existiriam obras mais urgentes, ainda que se pensasse que ela poderia ser edificada ainda no ano económico de 1888-89.³⁴⁵⁷

Miquelina Augusta da Silva Amado, professora de Quelimane em Fevereiro de 1895, envia relação de objectos: 11 mapas; um contador; um quadro para contas; um relógio; sete carteiras; oito bancos para carteiras; sete cadeiras austríacas; três mesas; um estrado; um lavatório e bacia de ferro; um filtro; um jogo de medidas para secos faltando a medida de litro; um jogo de medidas de líquidos faltando a medida do litro e de dois litros; uma balança; três pesos; 17 pedras; dois copos para água; duas toalhas para mãos; 10 tinteiros; um descanso para canetas; uma campainha; 18 *cartilhas maternais* (João de Deus) novas; uma usada; 20 livros *Deveres dos filhos* novos; treze usados; dois *métodos de Monte Verde* em mau estado; duas tesouras; vinte e quatro cadernos para “escrita”; um livro para ponto; um para registo de correspondência expedida (antigo) um moderno; uma porção de papel almaço pautado; uma outra de canetas e lápis; seis régua; uma porção de linhas e uma de lã para bordar; cinco dedais; cinco agulhas para crochet; cinco manuais enciclopédicos; seis gramáticas; dezanove catecismos de “doutrina cristã”; nove compêndios de história pátria; onze de sistema métrico; uma porção de exemplares para “escrita”; uma de envelopes para ofícios; uma palmatória; uma porção de pano verde para mesa em mau estado; uma gramática. Duas testemunhas assinam confirmando os objectos encontrados.³⁴⁵⁸ Para além do interesse da relação como informação sobre as áreas de ensino privilegiadas na educação feminina, neste caso concreto, registe-se a presença da palmatória e o seu significado no domínio disciplinar.

A 30 de Novembro de 1874, Romualdo de Rafael Patrício procede à requisição de um relógio e uma ampulheta, para regular as horas e o tempo nos “argumentos da taboada”. O anterior relógio não funcionava.³⁴⁵⁹ O recurso ao tempo como elemento pedagógico aliado à palmatória e a todo um conceito de “disciplina” representa, para o aluno africano, a familiarização com formas de aprendizagem que comportam um certo grau de submissão que varia consoante o mestre, para além de implicar uma fractura com as formas de comunicação nas famílias. Desejava que a introdução da cultura escrita, produzisse algum desenraizamento dos educandos, tanto mais que, analisando os conteúdos escolares, os manuais e os métodos utilizados, não se detecta qualquer tentativa, mesmo que tímida ou incipiente, de valorizar ou aproveitar as experiências de vida dos alunos e das suas comunidades.

³⁴⁵⁷ B.O., 20/10/1888, nº 42, p. 632.

³⁴⁵⁸ Quelimane, 12/02/1895. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 43.

³⁴⁵⁹ Quelimane, 30/11/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 26.

Em Janeiro de 1875, envia requisição de material necessário. Acabaram os objectos fornecidos pela Câmara Municipal em 10 de Janeiro do ano anterior. Explica que “(...) hoje se sente a falta dos mesmos artigos, não só para a escripta, que alguns alumnos não a tem feito por faltar-lhes novas lições.” Além dos objectos requisitados, diz que se precisa de um estrado de qualquer madeira com as dimensões de 1,5 metros de comprimento, largura de 1,43 metros, altura de 23 centímetros. Explica a sua necessidade para “(...) poder acompanhar com a vista a leitura que os alumnos mais altos fazem na ocasião da lição.” Em posterior anotação ao documento, lê-se que este deve ser remetido à Câmara para cumprir.³⁴⁶⁰

A 14 de Agosto de 1875, o mesmo docente envia mapa relativo ao ano económico de 1874-1875 com diversos elementos – frequência da escola, população escolar, aproveitamento dos alunos. Agradece ao Governador do distrito, Adelino Abel Coelho da Cruz, por vir auxiliando no aproveitamento dos alunos, com o fornecimento de papel, tinta, lápis e canetas.visto que a maior parte deles são filhos de pais pobres e órfãos.³⁴⁶¹

A 28 de Julho de 1880, o encarregado da escola, de Tete, alferes Augusto de Mesquita e Solla, dirige-se ao Secretário do Governo explicando que existem na escola muitos alunos pobres que não podem comprar papel, penas, livros e outros materiais. E

(...) convindo por todos os modos que a instrucção seja derramada por estas regiões onde ella se encontra em tam poucos individuos, sem que se trepide em face de qualquer sacrificio que onere os cofres publicos, ou se receie lançar mão d’expedientes extraordinarios, não authorisados por lei, mas que não podem deixar de sêr plenamente aprovados, pela authoridade superior, em vista do justo e caritativo, a que se dirige;

lembra que todos os objectos necessários para o estudo são caríssimos. Os livros não existem ali à venda pelo que recorda a necessidade de a Fazenda Pública libertar qualquer verba para os “aprestes necessarios” de modo que os alunos pobres “possam caminhar a par d’aquelles a quem a fortuna favoreceu com haveres”. Se isso acontecer considera o professor que

terá o governo dado mais um poderoso impulso à instrucção publica elementar de que tanto se carece e que será um dos meios que mais podem concorrer para a felicidade, engrandecimento e prosperidade d’esta parte do dominio portuguez e sem a qual as forças do progresso definharão.³⁴⁶²

Encómios à parte, registe-se a pouca esperança que o militar demonstra na capacidade da administração para acorrer às necessidades da instrução, admitindo-se mesmo a necessidade de usar certos expedientes de legalidade duvidosa mas justificáveis perante o fim em vista.

³⁴⁶⁰ Quelimane, 12/01/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 3.

³⁴⁶¹ Quelimane, 14/08/1875. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (2), doc. 13.

³⁴⁶² Escola de ensino primário da vila de Tete, 28/07/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 25.

Qualquer oportunidade é adequada para solicitar materiais para a escola. O professor Justino Caetano de Sá, de Gouveia, enviando mapa em 1 de Junho de 1889, aproveita para lembrar que os artigos pedidos na anterior requisição de 30 de Abril são inteiramente necessários “(...) para uma eschola, cujo principal intuito é habilitar os alumnos, e deviam fazer maravilhosos problemas.”³⁴⁶³ A falta de aproveitamento é quase sempre relacionada com a ausência de material. Neste relatório, à semelhança de muitos outros documentos, a instrução é considerada um elemento estruturante do «domínio» português.

No distrito de Tete, em outra nota do Governador Augusto César de Oliveira Gomes relativa a Novembro de 1887, sobre o estado da Instrução Pública, lê-se “(...) Como de costume. Parece que a escola feminina vae funcionar no mez futuro por estar melhor a professora, não obstante não ter ainda livros”.³⁴⁶⁴

Se o problema da instrução era difícil na Metrópole, as tentativas para a sua implantação em domínio colonial representa um teste decisivo a tudo o que rodeia o ensino – meios necessários, mobília, compêndios, professores, condições económicas e motivação das famílias, aspectos acentuados pelas diferenças culturais e pelas características do meio. Curiosamente, no caso deste Governador de Distrito, quase nunca são publicadas estatísticas em Boletim Oficial mas sim as relativamente longas considerações do próprio.

Outra nota relativa a Maio de 1886 do mesmo responsável refere que os

(...) desejos do professor em instruir a juventude ainda não enfraqueceram, comtudo a indole dos alumnos é que não coadjuva os seus bons desejos. Não obstante eu insto ainda para que por parte da fazenda publica seja feito um donativo de livros elementares ás escolas presentes e futuras d’este districto, porque os alumnos e suas famílias não têm, na sua maior parte, dinheiro para compra de livros. A instrucção torna-se muito necessária e não se adquirirá se o governo a não ajudar por todos os meios ao seu alcance.³⁴⁶⁵

E nesse mesmo ano explica que a “(...) aula do sexo feminino ainda não poude funcionar por doença grave da professora e, quando ella melhore, faltar-lhe-ão os livros e alguns utensílios que não há na localidade.”³⁴⁶⁶

A professora de Tete, Maria Beatriz de Campos Vidal, envia requisição a 3 de Novembro de 1886. Em nota no início do documento lê-se uma ordem para que a mesma requisição seja enviada à Delegação da Fazenda ao Tesoureiro Almojarife para que se obtenha o requisitado por arrematação.³⁴⁶⁷

³⁴⁶³ Escola de Instrução Primária em Gouveia, 1/06/1889. *A.H.M., Gov. Dist. Manica*, Cx. 8.1, m.2 (44), doc. 2.

³⁴⁶⁴ *B.O.*, 7/05/1887, nº 19, p. 199.

³⁴⁶⁵ *B.O.*, 3/07/1886, nº 27, p. 330.

³⁴⁶⁶ *B.O.*, 13/01/1887, nº 3, p. 25.

³⁴⁶⁷ Tete, 3/11/1886, *A. H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 75.

A 28 de Novembro de 1882, o professor interino Theodorico Francisco Dias comunica ao Governador em sequência de ofício recebido que aceita o cargo e envia mapa dos livros e mais artigos da escola de que tomou conta e que se encontravam na casa do falecido P^e. Alberto Moulinard. Acrescenta que existem algumas faltas de artigos.³⁴⁶⁸ Enviará mapas em 1883, 1884, 1885.³⁴⁶⁹

O professor Victor José Courtois, vigário, comunica que a 1 de Outubro de 1885 tomou posse do cargo de professor de instrução primária da vila e também da mobília e utensílios. Foram-lhe entregues pelo exonerado Theodorico Francisco Dias. Alguns objectos recebeu-os directamente do professor e outros – caso de muitos livros – por documentos em que se explicam quais os meninos a quem foram dados. Os que existem estão, na maior parte dos casos, deteriorados e alguns até sem possibilidade de uso. A escola abriu em sua casa, deixando livre a sala da Delegação que serviu até à data como estabelecimento de ensino. Reserva o que considera o seu direito de requerer a mesma sala se for necessário.³⁴⁷⁰

A professora Augusta Carneiro Marques, em Tete, participa que tomou conta nesse dia, 25 de Maio de 1890, interinamente, do cargo de professora. Junta mapa de utensílios e objectos entregues pela sua antecessora e entrega os que se encontram em mau estado à Repartição da fazenda.³⁴⁷¹

O professor Francisco Xavier d'Araújo envia mapas de 1889, 1890, 1891.³⁴⁷² Comunica que dia 1 do mês de Fevereiro de 1891 entregou a escola a António Francisco Xavier Zacharias Dias, bem como o material da mesma, tal como mobília, livros e outros pertences.³⁴⁷³ Mais tarde afirmaria que aceitava a nomeação como professor se “(...) a mocidade escolar de Tete, pode tirar algum proveito, pela nomeação minha para dirigir a escola primaria (...)”.³⁴⁷⁴ E continua a enviar mapas em 1891 e 1892.³⁴⁷⁵ Mas a 31 de Maio deste ano já decidia fechar a escola pedindo que lhe fosse indicada a pessoa que deveria tomar conta da mesma e demais pertences.³⁴⁷⁶

³⁴⁶⁸ Tete, 28/11/1882, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 63.

³⁴⁶⁹ Tete, 1/10/1883, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 10; Tete, 1/09/1883, doc. 9; Tete, 2/11/1883, doc. 11; Tete, 4/12/1883, doc. 12; Tete, 2/01/1884, doc. 13; Tete, 5/02/1884, doc. 14; Tete, 4/04/1884, doc. 15; Tete, 4/06/1884, doc. 16; Tete, 2/08/1884, doc. 18; Tete, 3/07/1884, doc. 17; Tete, 5/09/1884, doc. 19; Tete, 10/01/1884, doc. 65; Tete, 31/12/1884, doc. 66; Tete, 6/10/1884, doc. 20; Tete, 4/11/1884, doc. 21; Tete, 4/12/1884, doc. 22; Tete, 31/12/1884, doc. 23; Tete, 2/02/1885, doc. 24; Tete, 4/02/1885, doc. 25; Tete, 2/03/1885, doc. 26; Tete, 2/03/1885, doc. 27; Tete, 1/04/1885, doc. 28; Tete, 5/05/1885, doc. 29; Tete, 3/06/1885, doc. 30;

³⁴⁷⁰ Tete, 3/10/1885, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 71.

³⁴⁷¹ Tete, 25/05/1890, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 94.

³⁴⁷² Tete, 3/07/1890, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 97; Tete, 1/02/1891, doc. 107; Tete, 14/01/1889, doc. 31; Tete, 1/02/1889, doc. 42; Tete, 4/12/1889, doc. 46.

³⁴⁷³ Tete, 1/02/1891, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 107.

³⁴⁷⁴ Tete, 28/01/1891, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 106.

³⁴⁷⁵ Tete, 3/02/1891, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 109; Tete, 3/02/1891, doc. 110; Tete, 1/05/1892, doc. 47. Tete, 5/08/1892, 8,7 m. 3 (1), doc. 115.

³⁴⁷⁶ Tete, 27/05/1892, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8,7 m. 3 (1), doc. 111.

A 31 de Maio de 1892, Luiz Antonio Rodrigues comunica que tomou conta nessa data da escola, livros, mobília e outros objectos.³⁴⁷⁷ Envia mapa em Junho.³⁴⁷⁸ Comunicará, a 31 de Julho, que fez entrega da escola ao professor interino Jeronimo de Jesus dos Santos, que entrará em funções no dia seguinte.³⁴⁷⁹ A 10 de Agosto desse ano envia requisição de objectos uma vez que, ao tomar posse da escola, constatou que ela está quase destituída de materiais de primeira necessidade, insuficientes e em mau estado.³⁴⁸⁰

A 4 de Março de 1895, a professora da escola primária de sexo feminino, Berta de Albuquerque, envia à Câmara Municipal relação dos objectos necessários para a escola do sexo feminino: 12 cadeiras ou bancos para “Costura”; seis cadeiras para “escrita”; dois tinteiros; duas réguas; um cabide para chapéus; dois “retrates”; um lavatório; seis toalhas; um bilha para água; dois copos. Ainda um criado ou criada para a limpeza diária.³⁴⁸¹

A 27 de Fevereiro de 1879, o professor Padre José Luís Fernandes nota que o material didáctico para uso das escolas é escasso, facto que motiva pedidos constantes por parte dos professores. Agradece algum material que lhe fora enviado e que classifica como tendo sido para a escola “(...) um obsequio tão util e vantajoso, como um ribeiro para o siquioso lobo.” Agradece e acusa a recepção de: 15 brochuras do quadro da história portuguesa; 15 methodos facilimos, 30 pedras com 27 lápis, para serem distribuídos pelos alunos da escola.³⁴⁸²

A 2 de Julho de 1880, Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla, Comandante de Caçadores nº 5, envia mapa de artigos de mobília e livros do estabelecimento.³⁴⁸³ Anexa, igualmente, duas participações de extravio de artigos praticado por alunos da escola.³⁴⁸⁴

A 2 de Setembro desse ano comunica que, no dia anterior, dera posse do cargo de professor de instrução primária ao P^e. Francisco Antunes. Fez-lhe entrega de todos os livros, móveis e demais utensílios pertencentes à escola. Enviou também ao Tesoureiro almoxarife da delegação o mapa de toda a mobília a cargo da escola.³⁴⁸⁵

O professor Victor José Courtois, em Outubro de 1885, descreve o estado em que se encontra a maior parte dos livros e utensílios da escola. Inventaria: uma mesa grande, já rachada, pouca segura sobre seus pés; uma pequena com gavetas fechadas e fechadura quebrada; sete bancos, nenhum tendo pés firmes; uma cadeira de braço com estofa roto e encosto quebrado; uma palmatória, outra fica na residência; um banco para panela de água;

³⁴⁷⁷ Tete, 31/05/1892, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 112.

³⁴⁷⁸ Tete, 30/06/1892, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 113.

³⁴⁷⁹ Tete, 31/07/1892, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 114.

³⁴⁸⁰ Tete, 10/08/1892, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 116.

³⁴⁸¹ Tete, 4/03/1895, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.2 m. 1 (4), doc. 1.

³⁴⁸² Tete, 27/02/1879, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3(1), doc. 14.

³⁴⁸³ Tete, 2/07/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 18.

³⁴⁸⁴ Tete, 2/07/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 19.

³⁴⁸⁵ Tete, 2/09/1881, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 46.

uma ampulheta sem areia; um copo de água rachado; um tinteiro grande; oito tinteiros pequenos; um pano de mesa roto e rasgado em muitos lugares; trinta e cinco pedras para operações, das quais quinze novas, onze usadas, três em pedaços, seis rachadas; um canivete; 28 métodos fáclimos, tendo recebido só um, estando os restantes entregues aos rapazes, extraviados ou em muito mau estado; cinco exemplares da *Selecta Nacional*,³⁴⁸⁶ tendo recebido três, dos quais dois em pedaços, um usado e dois nas mãos dos alunos; 32 exemplares da “doutrina cristã”, 28 em bom estado, dois em mau estado, dois com os alunos; 13 exemplares de Quadros da história portuguesa; em lugar de 12; 28 cartas para aprender a ler, entregues, uma em bom estado, uma usada, sete em pedaços, as restantes nas mãos dos rapazes em pedaços; 22 de “caligrafia”, duas extraviadas conforme nota do anterior professor; 28 exemplares do resumo de catecismo histórico, um nas mãos de um aluno; 24 tabuadas, entregues 17 e sete nas mãos dos alunos; três *horas de repouso*, em lugar de quatro. Recebeu ainda livros e cadernos para escrituração: Pasta A com 14 ofícios do governo – 1880/81, incompletos; um livro de matrícula; colecções incompletas de boletins oficiais, 1880; um de registo de correspondência oficial; um caderno completo de registo de correspondência oficial; um de carga dos livros e utensílios; um de distribuição de livros e artigos aos alunos; um de registo dos mapas de frequência dos alunos; um para índice de matrícula.³⁴⁸⁷ De notar as omnipresentes palmatórias.

Em outro mapa de 31 de Dezembro de 1895, do Zumbo, o professor escreve em observações que o estabelecimento de ensino que dirige

(...) escola acha-se desprovido de tudo quanto é necessario, taes como livros, papel, etc., apesar de varias requisições que tenho feito depois que tomei conta do logar. Ao presente, no Commando d’este ponto já se acabou papel que havia, pois se houvesse requisitava ao Commandante militar para pelo menos entreter os principiantes mas,

³⁴⁸⁶ Julio Caldas Aulete, *Selecta Nacional – Curso Pratico de Literatura Portuguesa, obra approvada pelo Governo para uso dos Lyceus e por elle mandada adoptar como Livro de Leitura e Analyse nas Aulas primarias*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1891, nova edição. Sofrendo ligeiras modificações ao longo das várias edições, Aulete 1873, 1881, 1891. Outras edições destinam-se a uso dos liceus, Aulete, 1873a. São selecções de textos de diversos autores portugueses de épocas várias cabendo ao professor a sua selecção “segundo as suas idades e grau de desenvolvimento intellectual”. Idem, p. VIII. Os textos são divididos em prosas “narrativas”, “descritivas”, “dialogadas”, “epistolares” e “didacticas”.

A *Selecta* de Aulete, segundo o próprio autor deve, para o ensino elemental, articular-se com duas outras obras suas *Methodo Legographico ou Cartilha Nacional*, para ler, escrever, contar e ortografar e com a *Grammatica Nacional*, dividida em duas partes – a primeira para o ensino elemental e a segunda para uso dos liceus. Aulete, 1881, pp. X-XI. A obra contém parábolas do Evangelho, apólogos, anedotas, contos, descrições, definições, lendas, romances, prosas dialogadas, prosas bucólicas, alegorias, tipos nacionais, paralelos, caracteres e retratos, pinturas, máximas, ditados e prolóquios, pensamentos e ditos sentenciosos, história, filosofia, moral, religião e ciência, papéis oficiais, cartas, literatura bíblica, estilo gongórico, estado da língua portuguesa nos primeiros séculos da monarquia.

Retoma as preocupações de selectas anteriores de outros autores. Anteriores, como a de Figueiredo, 1845 e coevas como a de Albuquerque, 1870.

Encontraremos outras selectas para uso das escolas primárias com idênticos objectivos, incluindo contos populares, autores significativos da história da língua portuguesa, e escritores coevos. Também contendo já textos de exploradores em África, como Serpa Pinto, Capelo e Ivens, Henrique de Carvalho, cuja inclusão é justificada em *Advertencia*, pela conjuntura em que a obra é elaborada, quando “(...) as atenções se fixam, como agora, nas questões africanas, que tanto interessam ao futuro do nosso país, seria quasi um contrasenso não attrahir a esse grande campo de batalha as atenções dos pequeninos; é a primeira vez ainda que num livro para as escolas são chamados trechos dos corajosos exploradores, que em tão longínquas paragens nos honram, com o applauso do mundo culto, as nobres tradições de um povo de descobridores. (...)”, Araújo, 1891, p. X.

³⁴⁸⁷ Tete, 16/10/1885, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 72.

enfelizmente nem d'esta maneira se pode arremediar. Aos alunos adiantados vi-me obrigado a entregar *almanach de lembrança* para lerem. – A casa ameaça ruínas!

É frisado o péssimo estado físico do edifício escolar; a ausência do material escolar mais elementar; a inutilidade de efectuar requisições (aqui cumpre destacar a descrição do carácter quase completamente inútil de observar as normas de funcionamento do sistema). A escassez também se verifica ao nível do mobiliário.³⁴⁸⁸

O professor João Innocencio d'Aguiar Mendes, dirigindo-se ao comandante militar do Zumbo, em 14 de Dezembro, explica que chegou ao local no dia 3 daquele mês. Ainda não teria começado a “dar escola” pelo facto de, durante a sua ausência, ter mandado retirar para o Comando Militar o arquivo da escola, consistindo em alguns livretes, ou cadernos que o professor havia feito por falta de livros próprios, e mesmo porque não tem o material necessário para a escola e casa própria para o seu funcionamento, aspecto para que pede providências.³⁴⁸⁹

A 14 de Dezembro de 1896, João Innocencio d'Aguiar Mendes apresenta requisição: seis *Gramáticas portuguesas*; 15 *Histórias pátrias*; 15 *Tabuadas*; 15 *Catecismos da doutrina cristã*; seis *Caligrafias*; seis *Aritméticas*; seis *Selectas*; um exemplar de Cartões completos, um jogo; seis resmas de Papel impresso para notas de serviço, cadernos; quatro maços de envelopes; duas resmas de Papel pautado para mapas e “escrita” dos alunos; quatro Livros em branco; quatro cadernos de Papel mata-borrão; um Frasco de tinta preta; seis Tinturas; uma caixa de penas de aço; 15 canetas; uma caixa de “Ataches”; 15 lápis para papel; outros 15 para ardósias, requisitadas em igual número; dois canivetes; uma ampulheta; uma régua; uma mesa comprida; uma outra pequena com gaveta e estante; três cadeiras; quatro bancos compridos com estantes.³⁴⁹⁰ A 24 de Março de 1897 e dirigindo-se ao comandante militar do Zumbo, refere que esperava encontrar satisfeita, ao regressar de licença, a sua requisição de material, por várias vezes feita e endossada a diferentes autoridades. Não só não o encontrou, como desapareceram alguns cadernos por ele arranjos e que consistiam em arquivo da escola, tendo sido entregues no comando pelo professor. Assim fez uma requisição ao Comandante-mor superior de Tete enviada com nota de 14 de Dezembro do ano que findou tendo-lhe sido comunicado pelo comandante que ela fora, por sua vez, enviada ao Governador do Distrito para ser satisfeita. Também ao Governador foi enviada nota para solicitar a satisfação, com a maior brevidade possível, da requisição. Até à data do documento sem qualquer resultado. Volta a pedir: papel, penas, tinta, lápis e o mais que for possível. Pelo

³⁴⁸⁸ Zumbo, 31/12/1895. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.3, m. 2 (62), doc. 1.

³⁴⁸⁹ Zumbo, 14/12/1896. A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.6 m. 1 (1), doc. 1.

³⁴⁹⁰ Escola de Instrução primária elementar do Zumbo, 14/12/1896. A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.6 m. 1 (1), doc. 1.

menos para que alguns alunos possam ficarem habilitados na “escrita” e “contabilidade” e para dar lições por escrito aos principiantes. Caso a solicitação possa ser satisfeita, pede que seja informado para poder avisar os alunos.³⁴⁹¹

Segundo o *Relatório do Governo de distrito de Cabo Delgado em 1877*, “(...) a maior parte dos alumnos dispõem d’uma regular intelligencia e applicação”. Queixa-se o professor João Lopes de Barros Coelho da falta de livros elementares e exemplares, e de material para a escrita dos discípulos, pois no mercado não existem. Estas faltas já haviam sido objecto de comunicação ao governo-geral, a quem foram enviadas as respectivas requisições.³⁴⁹²

Da escola paroquial de Quirimba, o P.^e Jorge Tolentino Henriques envia mapas em 1892, 93,³⁴⁹³ igualmente fazendo requisição de mobília para a escola.³⁴⁹⁴

No *relatório da Secretaria do Governo Geral do governador do distrito de Quelimane referência ao ano económico 1874-75* mencionam-se as queixas do professor quanto à falta de livros elementares, para além de exemplares e material para a “escrita” dos discípulos, porque nem os havia no mercado, nem a maior parte dos discentes podia comprar o papel para escrever, e muito menos gramática, “aritmética” e outros quaisquer livros.³⁴⁹⁵

Romualdo de Rafael Patrício, da Professoria da Instrução Primária da Vila de Quelimane, explica ao Governador, a 10 de Janeiro de 1874, que a maior parte dos alunos são pobres e órfãos, andam a pedir para obter papel, tinta e penas e formação de cartilhas para as suas lições. Remete uma relação de material necessário e propõe que lhe seja enviado material semestralmente. Está inscrita uma anotação que indica que a requisição seja endossada ao presidente da Câmara, com quem terá sido estabelecido acordo.³⁴⁹⁶

O professor das primeiras letras de Inhambane, João Caetano Dias, volta a referir a 11 de Janeiro de 1876 a falta de artigos –

(...) papel, pennas e tintas a Camara Municipal desta Villa, como adiantando [sic] a sua existencia supprio-a com o fornecimento d’uma caixa de pennas d’aço, duas e meia resmas de papel, quatro duzias (?) , tres ditas de lapis e dois litros de tinta; e de artigos de vestuario que destruiu aos alumnos mais necessitados, por mim indicados, por exigencia d’ella, como melhor se depreheende dos tres inclusos documentos, por copias.

Devo porém orientar a V. S.^a, que o dito fornecimento tendo sido feito em Setembro ultimo, comquanto eu me tenha conduzido com a maior parcimonia na sua distribuição, todavia prevejo que em breve elle se esgotará, não podendo passar além

³⁴⁹¹ Zumbo, 24/03/1897. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.2, m. 1 (2), doc. 4.

³⁴⁹² B.O., 31/12/1877, nº 53, p. 386.

³⁴⁹³ Paroquial de Quirimba, 1/09/1892. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.44, m. 1 (4), doc. 1; Paroquial de Quirimba, 3/10/1892, doc. 2; Paroquial de Quirimba, 31/10/1892, doc. 3; Paroquial de Quirimba, 1/02/1893, doc. 4; Paroquial de Quirimba, 2/03/1893. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.44, m. 1 (4), doc. 5; Paroquial de Quirimba, 6/04/1893, doc. 6; Paroquial de Quirimba, 2/05/1893, doc. 7; Paroquial de Quirimba, 31/05/1893, doc. 8; Paroquial de Quirimba, 2/01/1893, doc. 10; Paroquial de Quirimba, 30/06/1893, doc. 9.

³⁴⁹⁴ Quirimba, 30/06/1893. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.44, m. 1 (3), doc. 1.

³⁴⁹⁵ B.O., 7/02/1876, nº 6, pp. 22-23. *Relatório do governador do Dist. de Quelimane com referência ao ano económico de 1874-75*.

³⁴⁹⁶ Quelimane, 10/01/1874. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 11.

de tres mezes, contados desta datta; a razão explica-se com o incremento gradual dos alumnos que tem frequentado a escola (...),

discípulos que mantinham a frequência elevada: 44 em Julho, 58 em Agosto e Setembro, 74 em Outubro e Dezembro.³⁴⁹⁷

São evidentes as dificuldades que o Estado revela no que diz respeito às condições materiais para leccionação. O recurso aos particulares é uma necessidade e reconhece-se que entre os recursos utilizados pelos alunos figura a própria mendicidade.

Na rubrica *Obras do governo* relativa ao mês de Fevereiro de 1860 do comando militar de Sena regista-se que foram feitos dois bancos e uma mesa para a escola de Manica, mostrando que mesmo contribuições modestas merecem registo em Boletim Oficial.³⁴⁹⁸

15.3. Livros e manuais escolares utilizados no território

O uso de manuais é condicionado pela sua extrema escassez nas escolas e pela sua muito difícil aquisição, quer pelas famílias dos alunos, quer pela própria administração.

A escassez de livros é uma constante. Não sendo vendidos na Província e, de qualquer modo, destinados a um público que na maioria dos casos jamais os poderia comprar, constituem um poderoso obstáculo para o cumprimento de todo o processo de ensino/aprendizagem. A circular nº 6, do Governador-Geral João Tavares de Almeida de 24 de Fevereiro de 1859 para o Governador de Distrito de Cabo Delgado (com indicação de que idênticos documentos foram enviados aos outros governadores dos distritos) aborda alguns destes problemas. Refere o envio de livros que se faziam para serem distribuídos pelas escolas da Província, à semelhança do que já se fizera em situações anteriores, para distribuir gratuitamente aos alunos que não os podiam pagar e a troco do preço de custo aos que estivessem em condições de o satisfazer, mediante a constituição de uma lista nominal com os alunos abrangidos, considerando o seu grau de adiantamento e possibilidades económicas, assegurando posterior devolução dos que foram entregues graciosamente.

Segue-se um mapa dos livros enviados das escolas contempladas.³⁴⁹⁹

³⁴⁹⁷ Inhambane, 11/01/1876. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc. 8.

³⁴⁹⁸ B.O., 18/10/1890, nº 42, p. 455.

³⁴⁹⁹ B.O., 12/03/1858, nº 11, pp. 41.

Designação	Ibo	Quelimane	Senna	Tete	Inhambane	Sofalla
Sciencia do Bom Ricardo ³⁵⁰⁰	20	20	12	12	15	10
Arithmetica de Baptista	15	20	12	12	15	10
Manual Civil e Religiozo	6	6	4	4	5	4
Chorographia de Pereira ³⁵⁰¹	20	20	12	12	15	10
Livro dos meninos ³⁵⁰²	15	20	12	12	15	10
Thesouro Juvenil	20	20	12	12	15	10
Historia de Simão de Nantua	20	20	12	12	15	10
Preceitos Caligraphicos	20	20	12	12	15	10
Exemplares de Sallazar	20	20	20	20	20	20
Pautas de Godinho	10	10	10	10	10	10
Cathecismo de Doutrina Christã	20	20	12	20	15	20

Em Inhambane, a 18 de Fevereiro de 1893, Miquelina Augusta Sousa Amado pede que lhe sejam enviados alguns exemplares do *Manual Enciclopédico de Monteverde* que já seriam precisos para algumas alunas.³⁵⁰³ A 10 de Março de 1893 informa que quatro alunas se encontram em condições de receber a comunhão. Pede que lhe seja indicado o dia em que deverão comparecer na Igreja.³⁵⁰⁴

A 23 de Junho de 1879, Jozefa Adelaide Barreto Gama, professora interina de Inhambane, informa que reabre a escola por ter terminado a sua licença de saúde (comparecendo na altura 12 alunas).³⁵⁰⁵ A 29 de Novembro desse ano acusa a recepção de

³⁵⁰⁰ “A *Sciencia do Bom Ricardo ou Meio de Adquirir Fortuna* consiste num texto integrado em manuais como o de Monteverde, 1874a, pp. 137-145. Extraído da obra de Benjamin Franklin, *La Science du Bom Richard*. Sob forma de diálogo tratam-se temas como: impostos e sua utilidade, o valor do trabalho, o combate à preguiça, o aproveitamento produtivo do tempo, o sucesso individual através do labor, o emprego das horas vagas, de ócio, em coisas úteis, os prazeres proporcionados pelo trabalho, conselhos para lidar com os outros na actividade produtiva, as vantagens da economia e poupança, o combate às despesas inúteis, e aos luxos e ostentação vãos, o valor do dinheiro, o perigo da compra a prazo, a importância da experiência.

³⁵⁰¹ Pereira, 1855. Dedicar, das 70 páginas apenas 3 (pp. 47 a 50) a África, e em particular às possessões portuguesas nesse continente. O mesmo autor elaborou outras obras para ensino como o *Resumo de Historia Portuguesa*, Pereira, 1852.

³⁵⁰² Existe uma publicação de 1854 com o título “O Novo Amigo dos Meninos” de Saint-Germain Leduc. Com prólogo de Feliciano de Castilho reúne um conjunto de textos dirigidos a crianças. Na opinião de Castilho colmatando as lacunas na existência de obras em Portugal para esse fim. Segundo ele era chegado o momento de acabar com o monopólio dos volumosos volumes de ciência e literatura, e do mau jornalismo a que aqueles deram lugar pelo livro mais ligeiro e de maior acesso aos leitores numa época em que a escola primária se difundia. Leduc, 1854, vol. 1, pp. XIII-XIV. Os textos têm um intuito moralizador junto dos jovens leitores a que se destinam, p. XXII. Visa evitar dois excessos: o “(...) fanático do espirito se dominasse suprimiria o mundo; o fanático da matéria aboliria a alma. (...)”. P. XXIV. Trata-se de um «novo» amigo dos meninos retomando e melhorando edições anteriores com o mesmo nome e de outros autores franceses adequando o interesse da época pelas máquinas às exigências do espírito humano. P. XXV. Nesta linha são focados os caminhos de ferro e as importantes indústrias, os têxteis e inventos importantes. P. XXVI. O Tomo Primeiro foca o caminho de ferro em “Os Viajantes de Paris a Versalhes”; no Tomo Segundo “Visita ao Caminho de Ferro”; no Tomo Terceiro “Recreios do Nivernez, ou o Giralduinho”.

Existem outras edições com título semelhante ainda que com diferentes conteúdos. Tal é o caso de *O Amigo dos Meninos*, 1864. Contempla máximas morais, resumo da doutrina cristã, contos morais e um resumo da Corografia e História de Portugal, entre outros assuntos.

³⁵⁰³ Inhambane, 18/02/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 41. O *Manual Enciclopédico* contempla, nas suas mais de seiscentas páginas, diversas matérias: Princípios gerais de moral; da Religião; Da Grammatica portuguesa; Arithmetica, Elementos de civilidade; Das diversas religiões; Definições geométricas; Bellas Artes; Da Geografia, Da Cronologia; Da História, Das Cruzadas; Da antiga cavalaria; Resumo da História de Portugal; Ordens militares de cavalaria; Das antigas cortes em Portugal; Literatura portuguesa; Noções gerais de Física. O capítulo *Religião cristã* estende-se por 34 8pp. 27-51) páginas enquanto que o que trata das diversas religiões ocupa 11 páginas pp. 248-259) focando sumariamente: monoteísmo (Judaísmo, Cristianismo – englobando referências às igrejas protestantes, Islamismo). Ainda Politeísmo (focando rapidamente fetichismo, Sabeísmo, Brahmanismo, Dudismo. A Idolatria ou Paganismo, ainda seguida em diversos pontos do Globo. A educação de referência é a de Monteverde, 1874.

³⁵⁰⁴ Inhambane, 10/03/1893. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 44.

³⁵⁰⁵ Inhambane, 23/06/1879. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 3.

compêndios e outros manuais: 10 exemplares de *quadros da história portuguesa*; dez *métodos facillimos*; dez ardósias; sete de cada “natureza” foram distribuídos por 4900 réis às alunas – o dinheiro recolhido foi prontamente enviado para o Governador do distrito; três destinavam-se a distribuição a duas meninas que haviam faltado naquele mês; um deles a uma outra cujo pai declarara não poder pagar. Neste caso os objectos eram pagos por quem tivesse a possibilidade de o fazer.³⁵⁰⁶ Volta a descrever, posteriormente, a distribuição de objectos que fez às suas alunas e anuncia a entrega das duas colecções que ficaram por entregar contra a quantia de 1400 réis que remete.³⁵⁰⁷

Em 17 de Junho de 1880 o professor Reverendo Manuel José Branco, na escola da vila de Inhambane de que é pároco, explicita o método utilizado: uso de compêndio nas disciplinas de “leitura”, “aritmética elementar”, “doutrina cristã”, “gramática portuguesa”, “geografia portuguesa”, “História de Portugal”, “Sistema Métrico” e “Desenho linear”; e o “*Método*” de Carlos Silva na “escrita”.³⁵⁰⁸ O padre Manoel José Branco, em portaria nº 9, de 16 Janeiro 1882, obtém a confirmação de que completou, em 30 de Novembro de 1882, os cinco anos que era obrigado a servir de acordo com os estatutos do Colégio das missões ultramarinas.³⁵⁰⁹

Joaquim Quintiliano Pereira de Macedo comunica que tomou conta do lugar de professor em Inhambane a 18 de julho de 1880, bem como dos objectos constantes da relação que junta. Nela podemos encontrar: “ *Methodos facillimos*, 26; *Quadros da historia portuguesa*, 18; pedras para “contabilidade”, 28; massa de lapiz para pedras, 1; mesa comprida 1; estante 1; bancos, 6. com a seguinte nota: “(a) Dois *methodos facillimos* me desaparecerão sem se saber como e outro está quase estragado em poder do filho do Sr. Passos.”³⁵¹⁰

Os livros escolares são bens raros. Na escola do comando militar do Bazaruto, nos meses de Fevereiro e Março os dados são apresentados em conjunto com os da escola de Chiloane, referindo entre 51 e 41 alunos “(...) nas escolas de *Chiloane* e Bazaruto, unicas que actualmente funcionam”. Em Setembro explica-se que “(...) as crianças não podem adiantar-se mais apesar das diligências empregadas pelo professor, por falta de livros, tendo-os o referido professor já requisitado à estação competente há mais de 9 meses.” O problema persiste no mês seguinte.³⁵¹¹ A escola é frequentada, no primeiro mês de 1891, por 12 alunos.

³⁵⁰⁶ Inhambane, 29/11/1879. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 8.

³⁵⁰⁷ Inhambane, 12/01/1880. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 11.

³⁵⁰⁸ Inhambane, 1/06/1896. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (13), doc. 1

³⁵⁰⁹ B.O., sábado 20/01/1883, nº 3 p. 17.

³⁵¹⁰ Inhambane, 18/07/1880. A.H.M., Gov. Dist. Inhambane, cx. 8.36 m. 1 (3), doc.23.

³⁵¹¹ B.O., 31/01/1891, nº 5, p. 52.

Nos três meses seguintes persiste o problema dos livros, não “(...) havendo livros para as crianças se adiantarem, tendo-os o professor requisitado por mais de uma vez às estações competentes.” Estes chegarão apenas em Maio.³⁵¹²

Para que a professora interina da vila de Sofala, em 1890, D. Maria do Carmo da Silva Roque, pudesse começar a leccionar, o comandante alferes Rodrigo da Silva pediu emprestados ao professor primário 10 *métodos facílimos* que lhe não eram necessários e no mês de Junho vieram mais 11 alunas, encontrava-se a frequência, nesse momento, em 15. Todas frequentaram com assiduidade e gosto, conhecendo já quase todas as letras do alfabeto. Também lhes foi leccionada “costura”, “bordados e marcação”.³⁵¹³ A mesma professora, em Sofala, a 30 de Abril de 1890, explica que se havia apresentado a 17 desse mês, nomeada pelo Governador Interino até aprovação do Governador-Geral, mas não pudera leccionar por falta de compêndios e outros objectos de que envia requisição,³⁵¹⁴ informações que se repetem sobre Sofala (Comando militar), relativas ao meses de Junho de 1890,³⁵¹⁵ e Agosto do ano seguinte.³⁵¹⁶

José Joaquim Arraiano enumera os compêndios adoptados: *Methodo Facillimo* por E. A. Monteverde³⁵¹⁷; *Manual Enciclopédico*; *Quadros de História Portuguesa* por S. da Motta; *Lugares selectos*, *Thesouro à Mocidade Portuguesa*, por J. I. Roquête; *Taboa e Resumo do Systema métrico*, por L. G. Coutinho.³⁵¹⁸

Na relação de materiais entregue pelo Padre José Joaquim Maria Arraiano e datada de 24 de Janeiro de 1881 figuram 18 *Methodos facillimos* por Monte Verde em “bom uso”; cinco em mau estado; inutilizados, oito. 19 *Quadros Históricos de Portugal* em “bom uso”. quatro *Aritméticas* por Bezon em “mau estado”. três *Tesouros da Mocidade* em “mau uso”. sete *Gramáticas Nacionais* em “bom uso”. duas *Tabuadas de contabilidade* por Coutinho. Três *Harmonias da Criação* em “bom uso”; dois em “mau uso”. Uma *História Sagrada* já usada. Um *Resumo da Língua francesa* em mau estado. Um *Manual Enciclopédico* em mau estado. Dois *Cathecismos da Doutrina Christã*. 30 Pedras de “contabilidade” em “bom uso”. 14 ponteiros em bom estado para as ditas pedras. Duas Mesas, grande e pequena. Cinco bancos grandes em “bom uso”.³⁵¹⁹

³⁵¹² B.O., 25/04/1891, nº 17, p. 170, B.O., 18/07/1891, nº 29, p. 390, B.O., 25/07/1891, nº 30, p. 296, B.O., 26/09/1891, nº 39, p. 409, B.O., 10/10/1891, nº 41, p. 443, B.O., 24/10/1891, nº 43, p. 563.

³⁵¹³ B.O., 25/10/1890, nº 43, p. 461.

³⁵¹⁴ B.O., 5/07/1890, nº 27, p. 301.

³⁵¹⁵ B.O., 25/10/1890, nº 43 p. 461.

³⁵¹⁶ B.O., 8/08/1891, nº 32 p. 318.

³⁵¹⁷ Monteverde, 1886b. Existem outras edições anteriores, Monteverde 1874a.

³⁵¹⁸ Chiloane, 14/07/1880. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 5.

³⁵¹⁹ Chiloane, 24/01/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 6.

O novo professor Adriano Augusto Gomes de Faria produz uma relação das faltas encontradas na entrega: um *Quadro histórico*; um *Thesouro da Mocidade*; um *Compêndio de Tabuada*; dois de *Doutrina Cristã*; um *Tratado de Etnologia*; dois *Compêndio de chorographia Portuguesa*; dois *Artes da gramática portuguesa*; dois *Lugares Selectos*.³⁵²⁰ Entre os vários livros recebidos, avultam os que se destinam ao tratamento de matéria religiosa.

Nas diferentes transições de professores quase se pode fazer a comparação, observando o registo de material em falta, entre o que consta da lista entregue e o que figurava no inventário anterior. O cuidado posto nestas linhas poderá, eventualmente, indicar algo quanto aos métodos de ensino, bem como o cuidado posto na conservação e a análise da relação entre o material disponível e o número de alunos.

O método seguido na escola de Chiloane pelo professor Adriano Augusto Gomes de Faria em Junho de 1881 é o de João de Deus. Refere as matérias ensinadas – “gramática portuguesa”; as “quatro primeiras operações de aritmética: somar, diminuir, multiplicar, repartir”; “doutrina cristã”; história. Os livros adoptados são: sete *Gramáticas Nacionais* em mau estado; 18 *Métodos facilimos por Monteverde* também em mau estado; 19 *Quadros Históricos Portugueses* em bom uso; quatro de *Aritmética* por Berzon em mau estado; *Thesouros da Mocidade* em mau uso três; *Tabuadas de Contabilidade* por Coutinho, duas; mais alguns livros em mau estado.³⁵²¹

Romualdo de Rafael Patrício acusa a recepção de dez compêndios de *Doutrina Cristã* para uso da escola remetidos pelo Governador-Geral da Província que distribuiu pelos alunos que deles careciam em 1 de Outubro de 1878.³⁵²²

O mesmo professor aproveita para enviar, em 11 de Agosto de 1885, uma requisição de livros como lhe havia sido recomendado pelo Governador.³⁵²³

Na relação dos utensílios escolares que passaram para a responsabilidade do professor Tito Quirino do Rosário Fernandes, em Gouveia, no mês de Junho de 1889, constam: 20 *Cartilhas Maternais* a 500 réis; 14 *Quadros da História Portuguesa* a 400 réis; oito *Methodos facilimos* a 400 réis; 11 *Gramáticas Portuguesas* a 500 réis; 26 *Exemplares da Doutrina Cristã* a 50 réis; três régua. Tudo totalizando 25600 réis. Ainda alguns lápis de pedra; seis

³⁵²⁰ Chiloane, 24/01/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 6.

³⁵²¹ Chiloane, 1/06/1881. A.H.M., Gov. Dist. Sofala, cx. 8.9, m. 3 (1), doc. 7

³⁵²² Quelimane, 1/10/1878. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 43.

³⁵²³ Quelimane, 11/08/1885. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 1, doc. 84.

bancos; duas cadeiras; uma mesa grande. O novo professor assina declarando ter recebido os objectos.³⁵²⁴

Quanto aos livros em uso, o mesmo docente, em Inventário da escola de instrução primária da vila de Gouveia, de 2 de Julho desse ano, descreve: *Cartilhas Maternais*, 20; *Quadros da Historia Portuguesa*, 14; *Methodos Facillimos*, oito; *Grammaticas Portuguezas*, 11; *Exemplares da Doutrina Christã*, 26; Reguas, três; Livros de curso de cabos, duas; Livro seisde curso de sargento, um; Pacotes de lapis de louza, quatro; bancos, ; Cadeiras, duas; Meza grande, uma.³⁵²⁵

Encarregado interinamente da escola de Tete, o alferes Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla, no início de Junho de 1880, comunica que o aluno Francisco Simões Cardoso, nº 16, pelo qual é responsável o pai José Simões Pereira Cardoso, residente na vila, não entregou vários materiais quando se retirou para Moçambique, nomeadamente uma pedra de “operações de aritmética”, um *Compêndio de Doutrina Cristã*, um *Quadros da História Portuguesa*. Assina o seu nome precedido da observação “Servindo de professor”.³⁵²⁶ Já o aluno nº 12, pelo qual é responsável o cidadão Anacleto Nunes, “de quem é pupillo” extraviou um *Methodo facilimo* de aprender a ler, pertencente à escola.³⁵²⁷

A 11 de Fevereiro de 1890, o professor Francisco Xavier d’Araújo participa que a escola de Tete se encontra num estado lastimoso. “Por dever” comunica que os livros e demais artigos inventariados estão completamente arruinados “a ponto de não se poder lêr uma pagina”, o que levanta muitas dificuldades ao seu trabalho. Pede que seja organizada uma comissão para analisar o estado dos livros e inutilizar os que se achem inúteis, organizando-se novo inventário. Nessa altura frequentam a escola 55 alunos e, a não ser alguns que estudam as cartas de aprender a lêr oferecidas pelo P^e. Courtois e mais alguns livros aproveitáveis, os restantes não têm livros para leitura. A descrição do panorama que termina pedindo providências.³⁵²⁸

No mesmo distrito e em outra nota relativa a Maio, esclarece-se que os

(...) desejos do professor em instruir a juventude ainda não enfraqueceram, comtudo a indole dos alumnos é que não coadjuva os seus bons desejos. Não obstante eu insto ainda para que por parte da fazenda publica seja feito um donativo de livros elementares ás escolas presentes e futuras d’este districto, porque os alumnos e suas famílias não têm, na sua maior parte, dinheiro para compra de livros. A instrucção torna-se muito necessária e não se adquirirá se o governo a não ajudar por todos os meios ao seu alcance.³⁵²⁹

³⁵²⁴ Gouveia, 14/06/1889. A.H.M., Gov. Dist. Manica, Cx. 8.1, m.2 (44), doc. 3.

³⁵²⁵ Gouveia, 22/07/1889. A.H.M., Gov. Dist. Manica, Cx. 8.1, m.2 (44), doc. 1.

³⁵²⁶ Tete, 2/06/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 19.

³⁵²⁷ Tete, 2/07/1880, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 19.

³⁵²⁸ Tete, 11/02/1890, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 88.

³⁵²⁹ B.O. nº 27, 3/07/1886, p. 330.

Maria Beatriz de Campos Vidal, em Março de 1887 e respondendo a ofício do Governador do Distrito de Tete, explica que, ainda que se não ache inteiramente recomposta nem tenha os livros para a escola, pode contudo principiar as suas funções de acordo com as circunstâncias de funcionamento da instituição.³⁵³⁰ Nesse ano continua enviando mapas.³⁵³¹

O Governador de Distrito, em nota relativa a Abril sobre a «Instrucção Publica» refere a existência de “(...) muitos alumnos matriculados, comtudo é relativamente limitado o numero dos que teêm frequência regular. Há na aula falta de livros elementares. Nem aqui se vendem, nem os alumnos têm posses para compral-os. É necessário que a fazenda publica dote com elles a aula.”³⁵³² Há chamadas de atenção constantes para a deficiência dos meios disponíveis para o ensino. A que juntam outras tantas sobre o fraco empenhamento dos alunos e as dificuldades económicas das famílias.

E os lamentos sucedem-se, como em outra ocasião, apontando que existem “(...) muitos alumnos matriculados, comtudo é relativamente limitado o numero dos que teêm frequência regular. Há na aula falta de livros elementares. Nem aqui se vendem, nem os alumnos têm posses para compral-os. É necessário que a fazenda publica dote com elles a aula.”³⁵³³

A 7 de Setembro de 1881, o professor e padre Francisco Antunes comunica ao Governador do distrito de Tete que não lhe foi possível começar a reger a escola de ensino primário como lhe fora indicado por ofício de 1 desse mês por motivo que é do conhecimento do Governador e que não explicita, mas apenas no dia seguinte das “oito para as nove horas” da manhã. Foram-lhe entregues os móveis e demais objectos da escola. Alguns, recebeu-os directamente das mãos do professor e outros, por documentos. Estes indicam as pessoas a quem foram dados. Os móveis e livros existentes encontravam-se muito deteriorados, alguns mesmo sem préstimo algum. Nesse mesmo dia abriu a escola às nove da manhã, para 23 alunos. 12 deles eram novos e ainda não se tinham matriculado. Informa que na segunda-feira não abriu a escola por se encontrar doente, tendo intenção de preencher esse dia com outro que seria feriado. O número dos meninos estudantes vai subindo todos os dias “(...) d’uma maneira bem notavel apresentando-se voluntariamente para se matricularem (...)”. Acrescenta “(...) que esta eschola está bem falta de meios para se ensinar esta tenra geração.”³⁵³⁴

³⁵³⁰ Tete, 2/03/1887, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 77.

³⁵³¹ Tete, 2/04/1887, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.3 m. 3 (20), doc. 1; doc. 2, doc. 3; doc. 4.

³⁵³² *B.O.* nº 27, 3/07/1886, p. 329.

³⁵³³ *B.O.* nº 27, 3/07/1886, p. 329.

³⁵³⁴ Tete, 10/10/1881, *A H. M., Gov. Dist. Tete*, 8.7 m. 3 (1), doc. 48.

A 7 de Setembro de 1881, o professor Francisco Caetano de Nazareth comunica que recebeu no dia anterior e do Reverendo Pároco o cargo de professor de instrução primária na vila, assim como todos os livros, móveis e demais utensílios pertencentes à escola.³⁵³⁵ Continua a enviar mapas dos últimos meses desse ano.³⁵³⁶

Em nota ao mapa elaborado em 5 de Fevereiro de 1888, o padre João Hiller explicava que a Missão da Zambézia emprestara gratuitamente à escola de instrução pública a maioria dos livros.³⁵³⁷ A 16 desse mês, comunicava que o aluno José António Fernandes levava para casa o livro “*História de Portugal*” para “decorar a lição” passada pelo professor. No dia seguinte comparecera na escola sem ele, dizendo que lhe fora retirado por um certo José Pereira de Carvalho e o passara ao Delegado interino da comarca Dulio Ribeiro para o remeter a Moçambique. Pede que seja restituído o livro, que é propriedade da escola primária.³⁵³⁸

O professor P^e. João Hiller, nos documentos relativos a 31 de Janeiro de 1887, inscreve notas na coluna “Observações”³⁵³⁹ Na linha dos alunos que se “despediram” explica: “um é filho do comandante Teixeira e outro é vagabundo”,³⁵⁴⁰ na matéria de “*Aprender História Portuguesa*”, explica que “faltam livros competentes”,³⁵⁴¹ na de “*Aprender Chorographia*”, que “faltam livros competentes” e que além “(...) dos alumnos frequentam mais seis soldados a eschola”,³⁵⁴² na matéria de “*Aprender Chorographia Portuguesa*” explica que “Por falta de livros competentes arranjei cadernos” e “Apresentaram-se 2 alumnos; depois d’um anno de passeios”,³⁵⁴³. Na linha dos alunos que se “despediram” explica “Foi a Massagano” e “Falleceram” em “27 do corrente”,³⁵⁴⁴ “15 alumnos aprendem a leitura” e “Aprendem calligraphia”, “excepto os da 4^a classe”,³⁵⁴⁵ Na linha dos alunos que se “despediram” surgem outras anotações: “pratica na delegação”, “Aprendem chorographia”, “Faltam livros competentes”,³⁵⁴⁶ “A frequentação n’este anno foi muito melhor do que a dos annos anteriores”,³⁵⁴⁷ “Sendo a parte consideravel dos alumnos dispersos em diversos pontos

³⁵³⁵ Tete, 7/09/1881, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 47.

³⁵³⁶ Tete, 4/11/1881, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 49; doc. 50.

³⁵³⁷ B.O., 24/03/1888, nº 12, p. 213.

³⁵³⁸ Tete, 16/02/1888, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 78.

³⁵³⁹ Tete, 31/01/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 32; doc. 33; doc. 34; doc. 35; doc. 36; doc. 37; doc. 38; doc. 39; doc. 40; doc. 41.

³⁵⁴⁰ Tete, 31/01/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 32.

³⁵⁴¹ Tete, 1/03/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 33.

³⁵⁴² Tete, 1/04/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 34.

³⁵⁴³ Tete, 1/05/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 35.

³⁵⁴⁴ Tete, 1/09/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 36.

³⁵⁴⁵ Tete, 1/10/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 37.

³⁵⁴⁶ Tete, 1/06/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 39.

³⁵⁴⁷ Tete, 1/11/1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 40.

de prazos e (...) por ocasião das férias do mez passado por isso a instrução primaria foi frequentado por poucos alumnos.”³⁵⁴⁸

Em outra nota relativa a Julho sobre a “Instrução Publica” regista-se que

(...) continua a ser ministrada somente ao sexo masculino. Na aula há falta de livros e até falta de mobília, pois que a actual está arruinadíssima e carecendo de ser promptamente reparada.

É urgentíssimo que sejam distribuídos a este districto alguns exemplares se compêndios elementares para o ensino d’instrução primaria e conjunctamente os complementares, o que só pode ter logar sendo remetidos da capital da provincia, pois que não só os alumnos são, em geral, faltos de meios para os adquirirem, mas mesmo não os há aqui á venda, aliás ter-se-hiam comprado.

Associo-me pois hoje á ideia emitida nos dois últimos relatórios de que a instrução publica n’esto districto precisa muito da coadjuvação do governo, visto que a câmara municipal, a quem esse dever pertencia, longe de poder coadjuvar instituição alguma, ella mesma precisa que a auxiliem.³⁵⁴⁹

Não é raro que a própria tutela assuma as insufficiências materiais com que é ministrada a Instrução, como quando se declara ter recebido

(...) n’esta secretaria uma requisição de livros e mobília que o professor pede para a escola. Foi remetido á Delegação para ser fornecido o que se possa obter na localidade e requisitado á Exm^a Junta o que tenha de vir de fora. Desde já recommendo por este meio, em quanto o não faço por outro, uma tam justa pretensão poia que realmente na escola nada há, por assim dizer, para ministrar o ensino. (...)

A aula do sexo feminino ainda não poude funcionar por doença grave da professora e, quando ella melhora, faltar-lhe-ão os livros e alguns utensílios que não há na localidade.³⁵⁵⁰

Por vezes, as afirmações parecem mesmo contraditórias como em outra nota relativa a Novembro sobre a Instrução Pública: descreve

(...) Marcha vagarosamente por falta de livros e utensílios, e ainda pela indolência dos alumnos. No que este governo póde providenciar não tem havido descuido. A escola do sexo feminino não tem funcionado ainda não só pela falta de livros, os quaes já foram requisitados, mas, mais ainda pela doença da professora, a qual desde que aqui chegou, poucos dias tem gosado de saúde.³⁵⁵¹

A 14 de Outubro de 1891 a professora Augusta Carneiro Marques participa que os livros e mais artigos da escola estão em “estado lastimoso”, de forma a não se poder ler uma única página. Roga a criação de uma comissão para analisar o estado dos livros, inutilizando-os quando for caso disso e organizando novo inventário. Em nota ao documento, na mesma data, pode lêr-se: “Diga-se que se vão requisitar outros ao Governo Geral e satisfeita a remessa se nomeará a commissão para inutilisar os velhos.”³⁵⁵²

³⁵⁴⁸ Tete, Dezembro de 1887, A. H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 41.

³⁵⁴⁹ B.O., 25/09/1886, nº 39, p. 480.

³⁵⁵⁰ B.O., 13/01/1887, nº 3, p. 25.

³⁵⁵¹ B.O., 19/03/1887, nº 12, p. 112.

³⁵⁵² Tete, 14/10/1891, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 104.

A 4 de Maio de 1881, Lucio Alfredo de Carvalho Sousa responde a ofício entretanto recebido esclarecendo que dos livros que pertencem à escola pública tem em seu poder só os seguintes: cinco *Quadros de História de Portugal*; um de estudos e documentos sobre ortografia; 23 com operações aritméticas. Os demais estão distribuídos aos alunos. Quanto à frequência destes, não pode afirmar exactamente uma vez que um mês diminui e no outro aumenta.³⁵⁵³

Um problema importante na escola de Tete, como afiança o professor Jerónimo dos Santos em 1895, é a

(...) continua falta a quazi por completo de livros vendo-me obrigado a trazer cada alumno a lêr por qualquer livro que de alguma forma tenho podido arranjar, visto que os poucos que me entregaram estarem já quazi inutilizados, e trazer classes de dez e mais alumnos a estudarem por um só livro.

No orçamento da câmara municipal de Moçambique de 1876 constam 8000 réis para papéis e utensílios para a escola de instrução primária.³⁵⁵⁴

O professor P^o. Annibal Gomes de Paula, no Ibo, em 21 de Fevereiro de 1890, junta requisição de objectos necessários “(...) pois que na dita escola não há uma meza, banco, ou cadeira que não seja obtida por emprestimo provisorio a particulares a pedido meu.”³⁵⁵⁵ A requisição por ele apresentada solicita para a escola paroquial: duas carteiras para os alunos iguais às que existem na escola régia da mesma vila; uma mesa para o professor; uma pedra ou quadro preto de madeira com o devido cavalete igual ao que existe na escola régia; três cadeiras destinadas ao professor e “autoridade” que visite a escola; um frasco de tinta; um panela ou pote de barro para água; um “moringue”³⁵⁵⁶ e copo; um estante armário para arrecadação de livros e mais objectos pertencentes à escola.³⁵⁵⁷ Envia diversos mapas relativos aos anos de 1890, 91, 92.³⁵⁵⁸ Em alguns deles, certas anotações explicam as dificuldades quotidianas, como a de 1 de Janeiro de 1890 em que regista que “Têm feito grande falta os livros e mais objectos requisitados para a escola em Novembro ultimo e que só se receberam em 31 de janeiro da Fazenda. Não há ainda mobília alguma escolar.”³⁵⁵⁹ Em 2

³⁵⁵³ Tete, 4/05/1881, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.7 m. 3 (1), doc. 40.

³⁵⁵⁴ B.O., 5/06/1876, nº 23, p. 137.

³⁵⁵⁵ Escola paroquial do Ibo, 12/02/1890. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (1), doc. 1.

³⁵⁵⁶ Bilha para água com uma asa na parte superior e um gargalo de cada lado.

³⁵⁵⁷ Escola paroquial do Ibo, 12/02/1890. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (1), doc. 1.

³⁵⁵⁸ Escola paroquial do Ibo, 11/04/1892. A.H.M., Gov. de Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (1), doc. 3; Escola paroquial do Ibo, 11/02/1892. doc. 3; Ano económico 1892/3. Escola paroquial do Ibo, 29/09/1892, doc. 4; Escola paroquial do Ibo, 1/01/1890. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 1; Ibo, 5/03/1890, doc. 2; Ibo, 7/04/1890, doc. 3; Ibo, 2/05/1890, doc. 4; Ibo, 2/06/1890, doc. 5; Ibo, 3/07/1890, doc. 6; Ibo, 2/09/1890, doc. 7; Ibo, 2/09/1890, doc. 8.

³⁵⁵⁹ Escola paroquial do Ibo, 1/01/1890. A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 2.

de Agosto de 1890 nota que prejudica “(...) muito a frequencia dos alumnos o não ter sido ainda fornecida mobilia alguma, e ter o professor de comprar tinta, etc.”³⁵⁶⁰

³⁵⁶⁰ Ibo, 2/08/1890. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.20, m. 1 (2), doc. 7.

16. O registo dos alunos no contexto da administração escolar

As instituições escolares devem manter actividade de carácter burocrático incluindo o envio de correspondência, a elaboração de mapas contendo informações diversas sobre os alunos entre outras tarefas.

Em Janeiro de 1895, de Lourenço Marques segue a requisição do Padre Augusto Soares Pinheiro, professor interino para o almoxarifado, incluindo 200 modelos para notas e outros tantos sobrescritos; um livro de 300 folhas para matrícula; um livro para correspondência expedida de 100 folhas; um idêntico para correspondência recebida; 50 ardósias; seis frascos de tinta para escrever; 100 impressos para mapas; 20 borrachas “de safar”.³⁵⁶¹

Por falta de dados, a professora Eliza Adelaide Santos Bragança explica que não pode formular mapas de épocas anteriores à sua gerência.³⁵⁶² Não é raro que os novos mestres se refiram a situações mais ou menos problemáticas com que se defrontam devido aos seus antecessores. Aparentemente virginais e insignificantes, estas referências poderão dizer algo mais sobre o ambiente vivido nas escolas. Traduzem a necessidade de salvaguardar as suas responsabilidadesde cada um, rivalidades e formas de auto-valorização.

A professora interina Joana Alexandrina Palmeira de Carvalho e Rego expõe que enviou ao Escrivão da Fazenda o mapa de efectividade de serviço do mês de Maio anterior em que se comprovava o serviço efectivo por ela prestado durante todo aquele mês na escola de que é responsável, porque lhe havia sido declarado pelo mesmo funcionário que tinha ordens para lhe descontar o pagamento a partir de dia 23 do mesmo mês, porque o seu marido tinha declarado, em requerimento, que ela se encontrava doente desde a data aludida, o que, sendo verdade, só deveria produzir efeitos a partir do momento em que ela mesma o declarasse. Refere que, na sua qualidade de responsável pela escola, seria a ela que caberia a responsabilidade de comunicar qualquer interrupção nas suas funções, o que não fizera, por não haver motivo para tal, pelo que não lhe deveria ser feito qualquer desconto no vencimento. Indica que a declaração do seu marido, “aliás feita em um documento particular”, que alude ao seu estado de fraqueza, referindo que poderia ser pernicioso para ela a viagem por mar daquela cidade até ao Cabo, não é destituída de fundamento, pois confirma que há

³⁵⁶¹ Lourenço Marques, 18/01/1895. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 70, m. 2, doc. 54.

³⁵⁶² Lourenço Marques, 31/12/1892. Gov. Dist. Lourenço Marques, cx. 8.70, m. 3, doc. 9.

algum tempo sofre de uma “anemia incipiente”, mas que tal facto não constituiu prova de que tenha deixado de dirigir a escola por que é responsável. Pode mesmo provar, em caso de necessidade, que a escola tem funcionado regularmente e sem interrupção. Apesar de, por vezes, o ter feito com sacrifício, nunca deixou, quer no aludido mês, quer no mês seguinte, em que escreve, de dirigir a escola ou de dar aula em qualquer dia útil.

Uma nota do Governador ao documento que declara não saber qual dos dois fala verdade, se a docente, se o marido, e a realidade é que concluirá pela exoneração da professora com o argumento de que é “doutora”, palavra que sublinha, e que excede, por isso, “a lotação da modesta instituição que tem dirigido”.³⁵⁶³

Nomeada a 25 de Junho de 1886, Matilde Carolina Palma da Conceição foi professora em Inhambane até à sua exoneração a 27 de Junho de 1887.³⁵⁶⁴ Participa que tomou posse da escola a 8 de Julho de 1886. Havia sido nomeada por portaria de 25 do mês anterior. Junta mapa de mobília e utensílios.³⁵⁶⁵ Explica que não pode satisfazer os mapas de 1884 e 1885, porque em 8 de Julho, quando tomou posse do cargo, lhe forame entregues os dois registos “em branco”.³⁵⁶⁶ Ao fazer esta observação põe em causa a actividade de quem a antecedeu, a professora Beatriz Vidal Delgado de Carvalho. Enviaré mapas nos tempos seguintes.³⁵⁶⁷

A 18 de Fevereiro de 1893, Miquelina Augusta Sousa Amado, presumindo a existência de copiador de ofícios das professoras anteriores, pede que lhe seja enviado, para poder lançar as cópias dos que tem dirigido ao Governador.³⁵⁶⁸

A 30 de Março de 1897, o professor do Zumbo, João Innocencio de Aguiar Mendes, escreve novamente ao comandante militar do distrito. Como não “tem conhecidos” em Lisboa, não sabendo por que via pode fazer a remessa de 200 réis que tem que entregar à 6ª repartição da Direcção Geral do Ultramar para poder obter o “diploma d’encarte do lugar” que exerce, pede que lhe seja indicado o meio de remeter ao seu destino, oficialmente, ou descontando do vencimento o referido quantitativo.³⁵⁶⁹

³⁵⁶³ Escola de Instrução primária do sexo feminino, Lourenço Marques, 11/06/1895. *Gov. Dist. Lourenço Marques*, cx. 8.70, m. 3, doc. 27.

³⁵⁶⁴ *B.O.*, 2/07/1887, nº 27 p. 291.

³⁵⁶⁵ Inhambane, 8/07/1886. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 27.

³⁵⁶⁶ Inhambane, 27/12/1886. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 28.

³⁵⁶⁷ Inhambane, 5/02/1887. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (5), doc. 2; Inhambane, 28/02/1887, doc. 3; Inhambane, 5/05/1887, doc. 4.

³⁵⁶⁸ Inhambane, 18/02/1893. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (2), doc. 47.

³⁵⁶⁹ Zumbo, 30/03/1897. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Zumbo*, cx. 8.2, m. 1 (2), doc. 5.

17. A Escola Principal de Moçambique – do projecto à realidade

A Escola principal de Moçambique foi instituída para permitir o prosseguimento de estudos aos discípulos mais habilitados. Contudo, o estado e as necessidades da instrução na Província fizeram que ela se adaptasse às necessidades.³⁵⁷⁰

A própria sucessão de professores mostra que a Escola Principal acabou por funcionar, em termos práticos, para diferente fim daquele para que fora criada. Aí se acabaria por leccionar o ensino mais rudimentar; assistir uns quantos alunos mais adiantados ou conformar-se com a inexistência de discípulos.

A realidade ultramarina obrigou a tutela a prestar alguns esclarecimentos quanto às funções a desempenhar pelas Escolas Principais. Na legislação de Rebelo da Silva de 1869, e no capítulo “Da instrucção secundaria” esclarece o artº 52º que nas

(...) províncias de S. Thomé e Príncipe e Moçambique as escolas principaes continuam a pertencer à instrucção primaria, competindo somente aos professores respectivos os vencimentos determinados no artigo 11º do decreto de 14 de Agosto de 1845.³⁵⁷¹

A Escola Principal dificilmente poderia assegurar o papel que lhe fora inicialmente reservado, por escassez de discípulos ao nível pretendido. Por portaria nº 288, do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar, de 20 de Novembro de 1876 e assinada por João de Andrade Corvo, o professor da escola principal enviou exposição em que pedia lhe fosse dado outro destino, porque não se matriculara nenhum aluno. Segundo parecer da Junta Consultiva do Ultramar, o rei ordena que seja empregado como professor “n’outra qualquer situação em que os seus serviços, naquella qualidade, possam ser aproveitados”.³⁵⁷²

Em 1855 haviam sido enviados livros, pela fragata D. Fernando, para uso da Escola principal de Instrução Primária da Província.³⁵⁷³

Voltaria a receber materiais especificamente para as suas funções acompanhados da circular nº 23 assinada pelo Ministério da Marinha e Ultramar e pelo próprio Sá da Bandeira,

³⁵⁷⁰ Referindo-se à escola principal de Angola, Samuels nota o seu funcionamento difícil e defeituoso e as queixas dos professores relativas aos resultados nas diferentes disciplinas o que demonstra que a sua acção era muito limitada. Samuels, 1970, p. 26.

³⁵⁷¹ *Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869*, 1870, p. 605.

³⁵⁷² BO, segunda-feira, 15/01/1877, nº 3, p. 16.

³⁵⁷³ Paço, 13/03/1855. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n., p. 137.

nomeadamente 20 exemplares do primeiro volume *Alguns fructos da leitura e da experiência* para distribuir aos discípulos da Escola Principal que mais se distinguiram desde 6 de Fevereiro de 1858; três exemplares da *Historia do Cerco do Porto* por Simão José da Luz para discípulos das escolas que se distingam em 21 de Abril de 1858; cinco exemplares de *Camões e o Cosmos* por José Silvestre Ribeiro com o mesmo propósito, para 19 de Junho de 1858.³⁵⁷⁴

O *Relatório da Eschola Principal d’Instrucção Primaria da Província de Moçambique, referido ao 2º semestre do ano findo de 1857*³⁵⁷⁵ revela a existência de aulas de manhã e tarde. Aos discípulos é apontada regular conduta, aplicação e aproveitamento. No princípio do semestre existiam 64 discípulos. Entraram durante esse período 10, perfazendo 74. Saíram 10. Faleceu um. No primeiro dia de Janeiro de 1858 permaneciam 63.

Refere que aquele estabelecimento de ensino não é só escola da cidade pelo que o título de *Escola Principal de Instrução Primaria da Província de Moçambique* lhe assenta perfeitamente, pois frequentam-na também discípulos da Cabaceira Grande, Pequena e Mossuril e mesmo de alguns distritos do interior. Também irregularmente de outros distritos lhe são enviados estudantes, ao ritmo das monções: Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Quelimane e Ibo. “E apesar de haver Escolas nos Portos, pode dizer-se que é a Eschola geral da Província”. Também recebe discípulos de Damão, Diu, Mascate, Zanzibar e Anjoanes.

Alguns discípulos que frequentaram todas as matérias exercitam-se em “contabilidade”. Destes, seis frequentam a Língua Francesa e um a Inglesa. “E pode dizer-se, que, no geral, todos teem tido aproveitamento, tanto, quanto as circunstancias especiaes deste Paiz, e a qualidade dos Escolantes o permite.”³⁵⁷⁶ Refere que o aproveitamento seria maior se a escola dispusesse de um Ajudante competente, pois sabe-se que, quando o número de discípulos excede os 30, já se carece de um Ajudante. A falta de compêndios foi resolvida pela Real Junta da Fazenda após pedido do professor ao Ministério da Marinha e Ultramar.

As dificuldades especialmente sentidas são a pouca assiduidade dos discípulos, pouca inclinação para o estudo, e as amiudadas doenças. Perdem semanas deslocando-se para o continente com as suas famílias para tratar das culturas, gerando amiudadas faltas “(...) que não há remédio senão tolerar e dissimular, attentas as circunstancias especiaes do Paiz.”³⁵⁷⁷ Torna-se impossível ensinar as matérias por classe, “o que tão conveniente e recomendado é em todos os systemas d’Ensino”. Ressalta a dificuldades em assegurar os níveis de

³⁵⁷⁴ B.O., 26/03/1859, nº 13, p. 50.

³⁵⁷⁵ B.O., 13/02/1858, nº 7, pp. 29 a 31.

³⁵⁷⁶ B.O., 13/02/1858, nº 7, p. 30.

³⁵⁷⁷ B.O., 13/02/1858, nº 7, p. 30.

assiduidade regular por parte dos discípulos. A necessidade da sua contribuição nas fainas agrícolas assim o exige.

O *Relatório da Eschola Principal d'Instrucção Primaria da Província de Moçambique, referido ao 2º semestre do ano findo de 1857*,³⁵⁷⁸ repete muitos aspectos do relatório anterior sobre a natureza da escola e a origem geográfica dos discípulos matriculados. As aulas continuam de manhã e de tarde. Com um número máximo de 76 discípulos, de que restariam 60. No princípio de Janeiro eram 63. Matricularam-se durante o semestre 13. Deste total de 73 saíam 16. Argumenta que existem discípulos que vêm de Inhambane, Sofala, Quelimane, Sena, Ibo, Damão e Dio, apesar de existirem escolas nesses portos.

Dos 16 alumnos sahidos da Eschola, durante o mencionado Semestre, um foi empregado em praticante de Pharmacia na Botica do Hospital; outro, está empregado na Repartição da Fazenda; três, em escripturações particulares; três, regressarão ás suas famílias nos portos soffrivelmente desenvolvidos e instruídos; três forão entregues ás suas famílias como incapazes d'aprender cousa alguma, por sua excessiva rudez; quatro forão riscados da Eschola como incorregiveis, por sua irregular conducta, e por não comparecerem quasi, nem terem sujeição alguma ás suas famílias, e por que o seu exemplo era pernicioso para os mais alumnos; finalmente um foi para Lisboa na Barca Charles & Georges em companhia de seu pai.³⁵⁷⁹

O sistema de ensino foi o mesmo dos anteriores semestres, o Sistema de Ensino Normal. As matérias mantiveram-se. Todos os discípulos que experimentaram frequência regular registaram bom aproveitamento, “(...) tanto, quanto as circumstancias especiais do Paiz, o permitem.”³⁵⁸⁰ Assinale-se o aproveitamento de alguns antigos discípulos em diversas funções na cidade.

No ano de 1858, a Escola Principal de Moçambique dispunha de um professor proprietário e de um substituto, nomeado pelo Governador-Geral em 19 de Novembro do ano anterior, “com obrigação de ensinar os rudimentos das línguas latina e francesa aos alumnos mais adiantados”.³⁵⁸¹

A Escola Principal de Instrução Primária estava, em 18 de Agosto de 1860, a cargo de professor Guilherme Henrique Dias Cardozo; durante o 1º Semestre desse ano assegurou diariamente lições de manhã e de tarde como previsto. Foi o “(...) seo andamento regular, recebendo, matriculando e instruindo, todos os alumnos que, para esse fim, a ella concorreram.”³⁵⁸²

³⁵⁷⁸ B.O., 14/08/1858, nº 33, pp. 133 a 134.

³⁵⁷⁹ B.O., 14/08/1858, nº 33, pp. 133.

³⁵⁸⁰ B.O., 14/08/1858, nº 33, pp. 133.

³⁵⁸¹ Bordalo, 1859, p. 160.

³⁵⁸² B.O., 25/08/1860, nº 34, pp. 141 a 142.

O número máximo de discípulos que frequentaram a escola durante o Semestre foi de 49 escolantes, restando naquele momento 47, das diferentes «raças» que povoam Moçambique, compreendendo europeus, nativos e asiáticos dos que existem na Província ou oriundos dos portos e Capital, que não frequentavam a escola de Lourenço Marques, Inhambane, Sofalla, Quelimane, Sena, Tete, Ibo, e “(...) algum Asiático dos que aqui veêm com as famílias demandado elle pelos parentes aqui estabelecidos.”³⁵⁸³

O sistema e método de estudo seguido durante o Semestre foi o mesmo dos semestres anteriores, o ensino simultâneo normal. As matérias de ensino, constaram de: Ler, Escrever e Contar; “doutrina cristã”, Moral e Civilidade; Grammatica Portuguesa; Analise e Regência; Ortografia Prática; “aritmética”; Noções de História Sagrada do Velho e Novo Testamento; de Geometria; História em geral e de Portugal e de Francês.

Quanto ao edificio da Escola, apesar das obras recentemente efectuadas, continua a chover no seu interior e mesmo, quando tal acontece, a alagar-se. “Constantemente que V. Ex^a providentemente mandou logo remediar o mal mas ainda ate hoje, não poudes isso ter logar (...). E pelo que respeita a limpeza (...) cumpre-me dizer que melhorou, por V. Ex^a mandar um servente para a Eschola.”³⁵⁸⁴

Aquando do relatório da comissão nomeada pelo conselho inspector, assinado pelo vogal João António de Sousa Júnior, para assistir nos dias 25 e 26 de Novembro de 1868, ao exame dos discípulos da Escola Principal de Moçambique, o conselho decidiu solicitar ao governo, a 4 de Janeiro de 1869, a inclusão do mesmo relatório no boletim official da Província, “(...) não só para que os pais de família possam ajuizar do adiantamento, de seus filhos, como igualmente certificarem-se da proficiencia do respectivo professor; e bem assim a relação os alumnos premiados, com declaração dos premios que obtiveram.”³⁵⁸⁵.

O relatório da maioria da comissão nomeada pelo conselho inspector para assistir ao exame, focando o “(...) adiantamento dos alumnos da eschola principal, e bem assim do methodo, e proficiencia que julgou encontrar no respectivo professor”, assinado pelo padre Theotónio Abranches, tem a data de 19 de Dezembro de 1868 e é dirigido ao Secretario do conselho inspector de instrucção primaria da Província, Alexandre Balduino Severo de Mendonça.

Os discípulos examinados foram observados sequencialmente. Francisco José Zeferino, natural da Ilha de S. Miguel, de 13 para 14 anos de idade, que respondeu às

³⁵⁸³ B.O., 25/08/1860, nº 34, pp. 141 a 142.

³⁵⁸⁴ B.O., 25/08/1860, nº 34, pp. 141 a 142.

³⁵⁸⁵ B.O., 23/01/1869, nº 4, pp. 13 a 15.

perguntas que lhe foram feitas de forma que ao Conselho muito agradou, tanto mais que a comissão sabia

(...) que o alumno em questão não começou os seus estudos com o actual professor, pois data a sua antiga matrícula, de 9 de maio de 1864; reconhece toda a via, que o seu desenvolvimento moral e intellectual é devido aos esforços, e persistência d'aquelle professor, empregados com o examinado, desde que em 14 de março último, se matriculou na sua aula; pois em abono da verdade deve dizer que teve ocasião de observar o seu estado do adiantamento anterior áquella epocha; podendo asseverar agora com conhecimento da causa que o estado de prefeição do predicto alumno se deve exclusivamente ao referido professor.³⁵⁸⁶

Bernardino Ferreira do Nascimento, natural de Inhambane, de 9 anos de idade, é apontado como «aluno modelo» porque estudando de Abril de 1867 a Novembro de 1868

em cujo período de tempo se devem abater os feriados tem chegado até onde a generalidade não chegaria com dois terços mais do tempo d'aturado estudo.

É admirável como desenvolve e divide nas suas respectivas classes o maior numero d'algarismos que se lhe offerecer; como faz em muitas operações arithmeticas, e dá d'ellas a competente razão.

Como em caligraphia não sendo o mais perfeito está tão adiantado em razão da certeza do tempo; e como respondeu aos pontos de doutrina do velho testamento.

Considerados os esforços do professor o aluno está “desenvolvido tanto no que respeita a educação civil como à litteraria.”³⁵⁸⁷

Alerta para o facto de que seria muito útil um pequeno subsídio que mitigasse a pobreza dos discípulos.

João Baptista de Carvalho, natural de Moçambique, é exemplo dos resultados da aplicação do professor “apezar dos defeitos que a educação domestica d'estas terras imprime como caracteres quasi indeléveis no espírito das crianças e das frequentes faltas (...)”. Assim os seus resultados permitem que um dia se possa tornar “(...) aproveitável em qualquer emprego civil ou militar, ou ainda quando possa dedicar-se a estudos secundários, na vida ecclesiastica, que tanto carece de membros instruídos civilizados e evangelizadores.”³⁵⁸⁸ Pelos comentários da Comissão vê-se que se espera da escola uma luta contra a influência das famílias, considerada nefasta para a no processo educativo.

Ao preconceito contra a influência familiar africana junta-se a omnipresente obsessão da pronúncia, esse enorme problema que consiste em os meninos falarem um português «incorrecto» e «deturpado». O aluno Vicente Thomaz dos Santos, pela primeira vez matriculado em 29 de Janeiro de 1866, “(...) lia soletrando vagarosamente com péssima acentuação que se resentia da pronuncia heivada do defeito dos naturaes; (...)” escrevia mal, “posto apresentar já alguma propensão para a caligraphia, e em tudo o mais estava muito

³⁵⁸⁶ B.O., 23/01/1869, nº 4, pp. 13 a 15.

³⁵⁸⁷ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 14.

³⁵⁸⁸ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 14.

atrasado.” Reconhece-se que obteve aproveitamento, mas nota-se o defeito na pronúncia e acentuação das palavras: “São aquelles vícios inveterados e bebidos no berço que nunca ou difficilmente se perdem.”³⁵⁸⁹ Mas a “escrita” foi enaltecida na “elegância da forma” e “uma das melhores entre as que se apresentaram à apreciação da comissão”. Entre outros aspectos, o examinado terá correspondido positivamente no que respeita aos princípios gramaticais e aritméticos, na história sagrada do Velho Testamento. Augura-lhe a possibilidade de vir a tornar-se bom funcionário público, “atenta a falta de gente habilitada” havendo, no entanto, que “(...) libertar-se senão completamente dos defeitos da pronuncia emenda-la (...)”.

Seguiu-se Vicente Eleuterio de Souza, com idêntica “predisposição intelectual do que o precedente”, ainda que tendo contra si o ser mais antigo na matrícula, datada de 17 de Maio de 1863. Também ele, “como natural desta cidade e educado com pesssoas indoutas, e completamente ignaras dos primeiros rudimentos da lingoa não pode fallar sem defeitos da pronuncia;” Conclui que se não é aproveitável para o magistério, pode ser útil a si e à sociedade dirigindo uma casa comercial ou no serviço público.³⁵⁹⁰

Luiz Augusto Moniz Lobo, de Torres Vedras, matriculado a 1 de Agosto de 1864, ainda que de frequência não muito regular, fez bom exame em quase todas as disciplinas da sua classe e mostrou-se “(...) distincto na maior parte das operações da contabilidade e na explicação de muitos pontos da doutrina christã.”³⁵⁹¹ Não lhe foram apontados defeitos de dicção ou sotaque.

Passando aos discípulos da 2ª classe, Filipe Dias dos Santos, natural do Ibo, 10 anos. A 13 de Abril de 1868, altura da matrícula, apenas conheceria as letras do alfabeto, o que não o impediu de pronunciar claramente as sílabas, decompor e juntar os vocábulos, responder com clareza às perguntas. A avaliar pelo seu desempenho pode tornar-se, de futuro, “muito distincto”.

António Vicente Onofre, natural do reino, 10 anos de idade. Treze meses mais antigo na matrícula do que o precedente, não o superou, apontando-se as copiosas faltas como causa para esse facto.

³⁵⁸⁹ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 14. De notar que a importância da eliminação de quaisquer «defeitos» de pronúncia se mantêm nas próprias preocupações da metrópole. No programa de leitura de primeiro grau do ensino elementar constante do decreto e regulamento do ensino primário de 18/06/1896, frisa-se no seu ponto 2º a obrigação legal de “Fazer pronunciar individualmente a cada um dos seus alumnos todas as inflexões e vozes da lingua, a fim de corrigir os defeitos de pronuncia que encontrar.” *Instrucção Publica em Portugal, volume 1 – Legislação, Programmas, Regulamentos*, 1890.

³⁵⁹⁰ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 14 e 15.

³⁵⁹¹ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 15.

A conclusão dos exames coube ao aluno Manuel Nicolau d'Athayde e Azevedo, cuja prova decorreu regularmente. Está no cuidado directo do professor, quanto à sua educação, a quem foi entregue na ausência do pai.

Seguiram-se nas terceira e quarta classes, Desiderio da Nóbrega, João Eduardo dos Santos, António Gomes da Silva, Filippino da Silva rego, Apolinário Nuno Corrêa de Figueiredo. Ocupam-se diariamente em exercícios auriculares, na síntese e análise das palavras “(...) exercícios que muitos desenvolvem e expurgam dos defeitos da pronuncia, de que em regra estão heivados, os naturaes, pela mistura do dialecto macua, com a lingua portuguesa”.³⁵⁹² As classes mais adiantadas não estão isentas dos «defeitos» da pronunciação.

Sobre o professor e o seu método, os membros da comissão alongam-se em considerações elogiosas quanto às suas preocupações em exercer de forma justa as funções que desempenha há cinco anos, para acabar lamentando a falta do terceiro dos membros da Comissão, “por ventura mais habilitado” para emitir o seu voto e parecer sobre o desenvolvimento verificado na escola. Louvam as qualidades do professor e seu método:

O methodo adoptado pelo actual professor tem muitos pontos de contacto com o repentino do snr. Castilho, de quem aquelle professor o aprendeu, facto que explica a razão de se encontrarem n'esta aula, alumnos com pouco mais de três mezes de frequência, e alguns d'elles, com menos de cinco annos d'idade, a formarem analytica e synthéticamente algumas palavras, de duas e mais syllabas; a distinguir com perfeição os dythongos, e as vozes nazaladas; dando de cada uma d'essas cousas, plausível explicação.

Oxalá que tão maravilhoso methodo chegasse a ser perfeitamente comprehendido pelos professores que se tem proposto ensinal-o; por que o conhecimento da lingua, tornar-se-ia universal no nosso paiz e suas possessões.

Poucos porém o tem comprehendido; o que de sobejo explica a difficuldade de o executarem; e até a repugnância, que infelizmente se tem encontrado da parte do governo a obrigar os mestres, a ensinal-o nas aulas publicas.³⁵⁹³

A comissão assinala os progressos da escola, que relaciona com o mérito do professor. Embora considere avultado o número de discípulos, aconselha que a escola seja regida unicamente por um professor, coadjuvado por um professor ajudante de primeira classe, evitando-se a despesa de metade do que se teria que pagar a outro de igual categoria. A comissão lembra o conselho inspector da necessidade de distribuir o prémio, em livros da escola, aos discípulos que mais se distinguiram, para funcionar como estímulo. Solicitam ainda a inserção do relatório no Boletim Oficial, para que os pais conheçam o “adiantamento” dos filhos e “proficiência” do professor e “(...) para que o governo de Sua Magestade e o d'esta província se assegurem de quanto é útil e até necessário que á testa do ensino se

³⁵⁹² B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 15.

³⁵⁹³ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 15.

colloquem indivíduos com as necessárias e legítimas habilitações”. O relatório é datado de Moçambique, de 19 de Dezembro de 1868, assinado por Alexandre Balduino Severo de Mendonça e pelo P^e. Theotonio Abranches.

Na relação dos discípulos premiados, publicada em Moçambique a 5 de Janeiro de 1869, em resultado dos exames feitos no ano lectivo de 1868, para a primeira classe, o primeiro prémio seria atribuído a Francisco José Zeferino; o segundo, a Bernardino Ferreira do Nascimento e João Baptista de Carvalho; e o terceiro, a Vicente Eleutério de Sousa e Luís Augusto Moniz Lobo. Para a segunda classe, o primeiro prémio seria atribuído a Felipe Dias dos Santos.³⁵⁹⁴

A escola funcionou em mais de um local. A 26 de Abril de 1866, os professores da Escola Principal, Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva, convidavam os interessados em assistir à reabertura do estabelecimento de ensino então transferido para o edifício episcopal da cidade, marcada para dia 30 desse mês, pelas 9 horas da manhã.³⁵⁹⁵ A escola principal para os sexos masculino e feminino esteve situada no edifício da imprensa nacional, junto da qual funcionou até 1879 e que havia sido restaurado, dez anos antes, pelo Governador Leal, em função do seu mau estado. Também aí se situava a morada da professora. A imprensa seria posteriormente mudada para o piso inferior da secretaria do governo.³⁵⁹⁶

Na *Conclusão do Relatório da Eschola Principal d’Instrucção Primaria da Província de Moçambique*,³⁵⁹⁷ o professor Guilherme Henrique Dias Cardozo refere, a 4 de Fevereiro de 1858, que não há quem faça o serviço de limpeza. A escola dispôs de dois serventes negros libertos, mas um acabou por ir trabalhar para os navios de guerra temporariamente. Outro, ficando sozinho, “evadiu-se” para o continente. Um “galé da praça” tem vindo nos últimos dias fazer a limpeza, mas a horas impróprias.

O substituto João Ferreira da Costa Sampaio apenas leccionou língua francesa e inglês para que se encontravam respectivamente inscritos um e cinco discípulos durante os primeiros 12 dias de Janeiro, porque se encontrava doente e acabou por falecer. Os discípulos de Francês passaram para o professor da Escola Principal de Instrução Primária, Guilherme Henrique Dias Cardoso apesar de sobrecarregado com as matérias do Ensino Primário superior. É ele que volta a referir a necessidade de um Ajudante baseando-se no número de discípulos e nas matérias.

³⁵⁹⁴ B.O., 23/01/1869, nº 4, p. 15.

³⁵⁹⁵ B.O., 27/04/1867, nº 17, p. 72.

³⁵⁹⁶ Ribeiro, 1882, p. 28.

³⁵⁹⁷ B.O., 20/02/1858, nº 8, p. 33.

Muito é para lastimar também, a pouca assiduidade dos alumnos, e as amiudadas e longas faltas que comettem, e a pouca inclinação que tem para o estudo, no geral, faltas que não há remédio, se não tolerar e dissimular, attentas as circumstancias especiaes que se dão; d'outro modo nenhum alumno haveria na Eschola. Por que, como V. Ex.^a inquestionavelmente reconhece, é condição e habito dos Povos menos illustrados. Condição e habito que só com o tempo, paciência e perseverança se pode pouco a pouco suavisar.³⁵⁹⁸

Este mesmo professor da Escola Principal de Instrução assinala que a situação contribui para paralisar a sua actividade, aspecto aliado às doenças do país que afligem as crianças, assim como as semanas perdidas para com as famílias tratarem no continente das culturas, à pouca aplicação, ao fraco estudo. Mas obrigam o professor a ensinar várias vezes as mesmas matérias aos discípulos, aumentam o seu trabalho e impedem o desenvolvimento do estudo por classes.³⁵⁹⁹

Apesar de um funcionamento acidentado, em 1892 explicitam-se as matérias ensinadas na Escola Principal. Matéria de Ensino e sistema seguido: Ler, escrever e contar; “doutrina cristã”; Moral e Civilidade; “gramática portuguesa”; Analise e Regência gramatical; “aritmética propriamente dita”; “Ortografia e Caligrafia prática”; noções da História Sagrada, do Velho e Novo Testamento; Geometria; Geografia e História geral e de Portugal. Tudo pelo sistema de Ensino Simultâneo Normal. Desde 7 de Dezembro que o substituto João Ferreira da Costa Sampaio leccionava Francês e Inglês.

Todos os discípulos da escola frequentam as três primeiras matérias (o que é significativo quanto à adequação da escola e seus objectivos iniciais à realidade do local) e, por escala de adiantamento, as que se lhes vão seguindo. 21 frequentam “gramática portuguesa” e deles uns oito exercitam-se em análise e regência gramatical, ortografia prática, noções de Geometria, Geografia, História Sagrada e de Portugal. 30 em “caligrafia prática”. Os demais foram passando dos escalões inferiores para os superiores de “escrita”. 12 desenvolvem operações maiores de “aritmética” e, além destes, muitos desenvolvem as quatro espécies fundamentais e outros se exercitam nelas.

A localização da escola é considerada, nesse ano, não muito adequada: pouco central, necessitando de reparos, tendo clarabóia mal construída que deixa passar água nos dias e chuva, o que, além de prejudicar os discípulos, acabará por arruinar o edifício.

Foi aberta matrícula, a 6 de Fevereiro de 1892, durante dez dias a contar da data da publicação, para os cursos de línguas portuguesa e francesa. Além destes cursos, podem existir quaisquer outros dos que compõem o ensino secundário na Metrópole, desde que os

³⁵⁹⁸ B.O., 14/08/1858, nº 33, pp. 134.

³⁵⁹⁹ A 23 de Agosto de 1865 morreria em Moçambique, Guilherme Henrique Dias Cardozo, filho de Domingos José Dias Cardozo, natural do Porto, 45 anos, casado, cristão, professor da escola régia. B.O., 9/09/1865, nº 36, p. 147.

requerentes sejam superiores a três e possuam os conhecimentos indispensáveis para cursarem as disciplinas que pretendem frequentar. As aulas funcionarão nas horas mais convenientes para os discípulos.³⁶⁰⁰

Continuou aberta até 10 de Novembro desse ano a matrícula para línguas portuguesa e francesa. Os requerimentos em papel selado deveriam ser dirigidos ao professor da Escola Principal, admitindo-se os candidatos entre os 10 e 30 anos que soubessem ler e escrever. As aulas deveriam principiar no dia 15.³⁶⁰¹

Por portaria nº 147 do Governo-geral de 8 de Maio de 1896 e “por o movimento escolar durante o longo período de 51 annos não ter compensado as despesas” da fazenda pública, determina-se que a escola principal de instrução primária de Moçambique seja encerrada.³⁶⁰²

A portaria nº 150 do Governo-geral determina que, tendo fechado a escola principal de instrução primária da Província de Moçambique, o professor Alexandre das Dores Casimiro seguirá no próximo paquete para Lourenço Marques, ficando ao serviço do departamento de agrimensura com gratificação a estipular.³⁶⁰³

Muitos são os professores que passam pela Escola Principal. Também eles se têm de adaptar ao desempenho de funções que lhes é requerido, na prática, ou mesmo desempenhar outras funções não lectivas, quando não existe ocupação no estabelecimento de ensino. À medida que avançamos na segunda metade do século, o funcionamento da escola é cada vez mais irregular. O mesmo acontece aos seus docentes que se vêem, muitas vezes, sem discípulos.

Por portaria de 19 de Novembro de 1857, é nomeado João Ferreira da Costa Sampaio como professor substituto da Escola Principal com obrigação de ensinar aos alunos mais adiantados as línguas latina e francesa.³⁶⁰⁴

Manuel Augusto Santos Severino é nomeado professor da escola de principal de instrução primária de Moçambique em 10 de Outubro de 1866, após concurso. Foi admitido à docência por ser habilitado para o magistério e atendendo ao modo como tinha desempenhado outros empregos e a informações sobre bons costumes e procedimentos.³⁶⁰⁵

Na mesma data, Manuel Dias da Silva é nomeado professor da escola principal de instrução primária de Moçambique. Habilitado para o magistério pela escola normal primária de Lisboa, mostrou-se distinto nas várias matérias de ensino e atenderam-se informações

³⁶⁰⁰ B.O., 6/02/1892, nº 6, p. 51.

³⁶⁰¹ B.O., 22/10/1892, nº 43, p. 492.

³⁶⁰² B.O., 9/05/1896, nº 19, p. 179.

³⁶⁰³ B.O., 9/05/1896, nº 19, p. 179.

³⁶⁰⁴ B.O., 21/11/1857, nº 47, p. 198.

³⁶⁰⁵ BO, 6/04/1867, 14, p. 56.

sobre seus bons costumes e procedimentos.³⁶⁰⁶ Mas já em 1868, por portaria GG, nº 233, a Manoel Dias da Silva é ordenado que parta para Inhambane por parecer do conselho de inspecção, por se encontrar sem exercício na capital.³⁶⁰⁷

Em Moçambique, a 10 de Outubro de 1867, o Padre, Theotonio Abranches e Miguel Augusto dos Santos Severino, professor da Escola Principal, ofereciam os seus serviços à população.

Instrucção Doutrinal – Guiar pela estrada da moral e da religião a geração nascente, accender-lhe no coração o fogo sagrado da instrucção e da virtude, crear-lhe a indispensável disposição para a pratica das boas, humanas e piedosas acções, é sem duvida o primordial dever do professor instruído e zeloso, e do sacerdote compenetrado da sua augusta missão.

Sob este efficaz e salutar intuito, de máximo alcance civilizador, o presbytero, Theotonio Abranches, parcho missionário desta provincia, e o professor da escola principal, Miguel Augusto dos Santos Severino, nos domingos e dias santificados, depois da celebração da missa conventual (11 horas da manhã) no edificio da referida escola, recebem todas as crenças e adultos, estes do sexo masculino, e aquellas de ambos os sexos, que necessitam instruir-se nos sagrados mistérios da religião christã, e auferirem da sua inspiração e observância, tanto na ordem moral como social, seos benéficos resultados.

Á índole sensata e bom senso dos chefes de família dirigimos este convite, assistidos pela firme e grata convicção de que será por elles reconhecido como útil, e bem acceito.³⁶⁰⁸

Miguel Augusto dos Santos Severino desempenhou várias funções. Foi professor da escola principal por decreto de 10 de Outubro de 1866 e até 21 de Outubro de 1870. Sendo professor primário, a 8 de Junho de 1869, foi nomeado para substituir o padre Theotonio Abranches no cargo de presidente da comissão administrativa da confraria do Stº. Sacramento³⁶⁰⁹ e director de alfândega da cidade de Moçambique por portaria provincial nº 164 de 6 de Outubro de 1874 até 30 de Setembro de 1876. Por decreto de 23 de Janeiro de 1884 foi transferido de director da alfândega de S. Vicente de Cabo Verde para Moçambique, cargo que exerceu até 30 de Abril de 1887, altura em que seguiu para o reino com o fim de se apresentar à Junta de Saúde.³⁶¹⁰ A 18 de Junho de 1888, era novamente nomeado Director da alfândega de Moçambique, para cujo serviço voltamos a encontrar nova nomeação em 31 de Maio de 1896.³⁶¹¹

Luiz Balbino Pacheco, em Moçambique, é professor da Escola principal, em 2 Setembro 1869. Requereu exoneração da comissão de inquérito à junta protectora dos escravos e libertos, pretensamente por lhe retirar tempo para as suas actividades e a instrucção

³⁶⁰⁶ BO, 6/04/1867, 14, p. 56.

³⁶⁰⁷ BO, 10/10/1868, nº 41, p. 214.

³⁶⁰⁸ BO, 12/10/1867, nº 41, p. 198.

³⁶⁰⁹ B.O., 12/06/1869, nº 27 p. 107.

³⁶¹⁰ B.O., 23/06/1888, nº 25 p. 412 .

³⁶¹¹ B.O., 9/05/1896, nº 19, p. 179.

dos discípulos sofrer muito com as suas repetidas ausências. A 9 Novembro de 1870, por decreto do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, transita da escola principal de Moçambique para a escola principal de Cabo Verde.³⁶¹²

Hippolyto Bernardo Cypriano Gomes foi nomeado para a Escola principal, em 12 de Dezembro de 1871, por portaria nº 140.³⁶¹³

Também Francisco de Paula Carvalho foi professor da Escola Principal, nomeado a 12 de Dezembro de 1871, por portaria nº 140 em que se nomeava, igualmente, Hippolyto Bernardo Cypriano Gomes para a mesma instituição.³⁶¹⁴ Contudo, A 12 de Fevereiro de 1880, o Governador-Geral, Francisco Maria da Cunha, determina, correspondendo a apresentação do professor da escola principal Francisco de Paula Carvalho, que, não havendo na cidade discípulos habilitados a frequentar a escola, deveria o referido professor exercer funções, em comissão de serviço, de oficial maior da secretaria-geral enquanto durasse o impedimento do proprietário.³⁶¹⁵ Posterior portaria nº 39, de 12 de Fevereiro 1880, esclareceria que o professor, atendendo “(...) a que continua a não haver alumnos habilitados a frequentar a mesma escola (...)” exercerá em comissão as funções de oficial maior da secretaria geral enquanto durar o impedimento do proprietário.³⁶¹⁶

A 25 de Setembro de 1880, nova portaria nº 244 indicava que o oficial maior interino ficava servindo de secretário-geral durante a ausência do Governador-Geral interino Augusto César Rodrigues Sarmiento.³⁶¹⁷ A 30 de Dezembro de 1881, nova portaria nomeia-o director da imprensa do governo, função que já desempenhava, considerando

(...) que a regia portaria nº 298 de 20 de Novembro de 1876, e o officio do ministerio da marinha de 20 de maio de 1879, estabelecem muito claramente que em quanto na provincia não haja aberta uma escola principal, ou d'instrucção secundaria, deve o mencionado professor ser empregado em posição de cathegoria igual, e que tenha cabimento com as suas habilitações;(...)”³⁶¹⁸

Em 12 de Maio de 1887, e depois de inspeccionado pela Junta de Saúde, foram-lhe concedidos 3 meses de licença.³⁶¹⁹ A 11 de Agosto desse ano, reassume funções.³⁶²⁰ A 25 de Abril de 1888 é encarregado, pelo Governador-Geral, da elaboração de estatística da instrução

³⁶¹² B.O., 18/03/1871, nº 11 p. 43.

³⁶¹³ B.O., 16/12/1871, nº 50 p. 206.

³⁶¹⁴ B.O., 16/12/1871, nº 50 p. 206.

³⁶¹⁵ B.O., 5/01/1880, nº 1, p. 40.

³⁶¹⁶ B.O., 16/02/1880, nº 7 p. 40.

³⁶¹⁷ B.O., 27/09/1880, nº 39 p. 202.

³⁶¹⁸ B.O., 31/12/1881, nº 53 pp. 315-316.

³⁶¹⁹ B.O., 14/05/1887, nº 20 p. 204.

³⁶²⁰ B.O., 13/08/1887, nº 33 p. 360.

elementar desde 1885.³⁶²¹ Em edital, em 1877, havia aparecido como presidente da câmara de Moçambique.³⁶²²

A prestação de serviço docente na escola poderia ser pontual como, nos anos noventa, a do Padre Antonio Carlos Pires dos Santos, em Moçambique que seria nomeado a 4 de Julho 1894, por portaria 331 e ouvido o conselho inspector de instrução pública, para a Escola Principal.³⁶²³ Seria o missionário exonerado a 10 Abril de 1895, em virtude de se ter apresentado o proprietário do lugar na Escola Principal, Alexandre das Dores Casimiro.³⁶²⁴

³⁶²¹ *B.O.*, 28/04/1888, nº p. 280

³⁶²² *B.O.*, 26/03/1877, nº 12, p. 273.

³⁶²³ *B.O.*, 7/07/1894, nº 27 p. 355.

³⁶²⁴ *B.O.*, 27/04/1895, nº 17 p. 155. O presbítero missionário António Santos, a 15/05/1895, em portaria do Governo Eclesiástico nº 17 é nomeado pároco encomendado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques. *B.O.*, 18/05/1895, nº 20, p. 194. A 25/05/1895, por portaria nº 139 seria exonerado como missionário do Real Padroado de prelado da Diocese a fim de ser empregue numa comissão de serviço eclesiástico. *B.O.*, 18/05/1895, nº 20, p. 194.

18. “Escola de Artes e Ofícios de Moçambique” – análise de uma instituição

“Poucos são os coloniaes, dos que eu conheço, que não insistam em afirmar que ao preto se deve ministrar, de preferencia, o ensino profissional.”

Sousa Ribeiro, *Provincia de Moçambique, Relatorio do Secretario Geral*,
Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910, p. 291.

Em 1834, Sebastião Botelho referia que na cidade de Moçambique “(...) as artes correm parrelhas com a instrucção publica: das liberaes nenhuma há, e das poucas fabris são essas mesmas exercitadas por gentios de Diu e da costa de Guzarate (...)”.³⁶²⁵

Em 1877 publica-se documentação tendo em vista a criação de uma escola de artes e ofícios para a educação de menores sem protectores conhecidos. Pretende-se o isolamento dos jovens relativamente ao convívio com os hábitos e costumes das populações de que eram oriundos e com que contactavam e que impediriam a sua educação «civilizada». Visava-se a obtenção de operários e artífices, através do fomento de uma educação de carácter prático e utilitário para a qual se preconizava a colaboração no processo formativo por parte da direcção das obras públicas e do arsenal. Definia-se uma subscrição pública inicial.³⁶²⁶

A 16 de Novembro de 1877, o Governador-Geral assinala e louva o facto de o capitão do exército de Portugal, Henrique Augusto Dias de Carvalho, lhe ter apresentado uma subscrição de 410\$270 réis para auxílio ao estabelecimento de uma escola de artes e ofícios na cidade. Outros subscritores foram, nessa altura, João Baptista Rangel Nery, José Fernandes d’Almeida e José António dos Santos.³⁶²⁷

Vários autores coevos focam a necessidade de escolas profissionais, tendo em vista o desenvolvimento da Província. Ao lado das obras públicas, “(...) de igrejas em que se celebre o culto religioso que tanto concorre para a civilisação, de escolas profissionaes em que as creanças recebam uma instrucção propria do homem civilisado, meio de inscutir na geração moderna os habitos do trabalho e as necessidades que d’elles derivam.”³⁶²⁸

³⁶²⁵ Botelho, 1843, p. 70.

³⁶²⁶ Almeida, 1988, pp. 57-58.

³⁶²⁷ Portaria G. G., nº 286. *B.O.*, 19/11/1877, nº 47, p. 338.

³⁶²⁸ Ribeiro, 1882, p. 33.

Contudo, também no domínio do ensino profissional as opiniões divergiam, como o espelha um relatório da Junta Consultiva do Ultramar para o Governo Geral, em 15 de Janeiro de 1881, que sobre o ensino profissional ponderava

(...) que, sendo em these utilíssimo tal ensino como instrumento de colonização, e representando, além de uma necessidade, um dever o preparar o negro, em colonias, de carácter tropical, impróprias para o trabalho de branco, preparal-o, dizia, para braço indispensável do colonizador, hesitava em concordar que fosse economicamente recommendavel a criação de escolas especiaes nesta provincia onde já é ministrado o ensino pratico, nas missões, nos arsenaes, nas varias officinas do Governo e nas particulares.³⁶²⁹

Não é de estranhar que, ainda em 1887 se possa considerar que as artes e ofícios são asseguradas “(...) pelos pretos, educados pelos antigos senhores, que as têm transmittidos aos seus filhos.”³⁶³⁰

A frequência de uma instituição como a escola de Artes e Ofícios parecia abrir a perspectiva de outras soluções para antigos problemas. Na Zambézia, o Governador do distrito comenta, em meados dos anos 80, a necessidade de superar o “horror” do indígena ao serviço militar dos europeus:

Devido a esta circumstancia pouco se tem aproveitado até agora o districto das vantagens que offerece a escola d’Artes e Officios de Moçambique. É possível que regressando os poucos mancebos que até agora tem sido enviados, se vá pouco a pouco vencendo essa repugnância e se crie uma população operaria indígena que muito terá a fazer quando esta terra entrar no período de desenvolvimento que tudo leva a crer se não fará esperar.³⁶³¹

O objectivo de captar o concurso de indivíduos sem ocupação é omnipresente. Em Março de 1878, por portaria do governo geral nº 81, tendo em conta a proposta apresentada pelo curador geral dos “indivíduos sujeitos à tutela publica”, o bacharel Antonino Martins dos Santos Correia, no sentido de serem criadas “escolas práticas de ofícios” em alguns distritos da Província, onde fossem “educados os menores sem protectores conhecidos, que extraordinariamente abundam por toda a parte, e a que não era fácil dar um destino conveniente (...)” entendia que a melhor forma de atalhar ao problema seria “(...) cortar toda a comunicação de ideias, habitos e costumes, radicados no espirito e no corpo dos indigenas, isolando do convivio commum os que se pretendem educar para a vida civilizada (...)”. Junta-se o facto de existir “extraordinaria abundância de braços” e “extrema falta de operarios e artífices”, necessidade que se torna sensível particularmente na direcção das obras públicas, arsenal e outros estabelecimentos do governo. A estes aspectos se juntava a

³⁶²⁹ Ribeiro, 1910, pp. 295-297.

³⁶³⁰ Lapa e Ferreri, 1889, p. 93.

³⁶³¹ B.O., 22/01/1887, nº 4, p. 30.

existência de uma subscrição para as primeiras despesas que montava já a 1000\$000 réis. Para apoio a estas intenções existia uma comissão constituída pelo prelado de Moçambique, presidente, D. José Caetano Gonçalves, o capitão-de-fragata, Jacintho Fernandes da Rocha Rodrigues Bastos, o director das obras públicas, major de engenheiros Joaquim José Machado, o director de alfândega Francisco de Menezes Meyrelles do Canto e Castro, o professor da escola principal, Francisco de Paula Carvalho, e o secretário-geral do governo, o bacharel Augusto César Rodrigues Sarmento, secretário da comissão, e ainda o curador geral dos indivíduos sujeitos à tutela pública, o bacharel Antonino Martins dos Santos Correia.³⁶³²

Criava-se, em Moçambique, a 23 de Março de 1878, uma escola de artes e ofícios onde deveria ser ministrada uma formação profissional – fornecida nas oficinas das obras públicas, arsenal e outros estabelecimentos do governo incluindo a “doutrina cristã”, “leitura”, “escrita”, as “quatro operações aritméticas” e o “sistema métrico de pesos e medidas”. Deveria exercer-se a maior vigilância no sentido de que nenhum escolar “mantenha relações estranhas à escola” que prejudiquem a sua formação. Os meios necessários à escola, deveriam ser obtidos de dois terços do produto dos salários dos alunos pelos artefactos que produzam na escola; de uma subvenção das obras públicas; de subsídio da câmara municipal; de verba votada pela junta da fazenda; de donativos particulares e outras receitas extraordinárias.

Do pessoal da escola constavam director, subdirector, um ajudante, dois prefeitos ou guardas, um capelão, um mestre de instrução primária e os serventes necessários. Director e subdirector deveriam ser oficiais acumulando o serviço com a sua comissão militar, sendo a administração da escola confiada a um conselho administrativo. A inspecção ficaria a cargo do governo através comissão inspectora por ele nomeada, composta de cinco membros (examinando a escrituração da escola e a avaliação dos alunos).³⁶³³ Foi nomeado director da escola o capitão comandante da companhia de polícia José Fernandes de Almeida e subdirector o alferes da guarnição da Província, Bento Peixoto.³⁶³⁴

A escola ocuparia o antigo edifício da Junta da Fazenda, até 1879, altura em que mudaria para um outro edifício no largo de S. Paulo.³⁶³⁵

Por comunicação oriunda da Secretaria-geral, assinada pelo seu secretário, Augusto César Rodrigues Sarmento, de 15 de Abril de 1878, eram convidados todos os oficiais da

³⁶³² *B.O.*, nº de 1878, p. 64.

³⁶³³ Por portaria nº 82, de 23 de Março de 1878, são nomeados para a comissão inspectora, o bacharel Augusto César Rodrigues Sarmento, secretário-geral do governo, o director das obras públicas o major de engenheiros Joaquim José Machado, o curador geral dos indivíduos sujeitos à tutela pública, bacharel Antonino Cândido Vidal de Souza e o cidadão José António dos Santos. *Id. Ibid.*, p. 64.

³⁶³⁴ *Id. Ibid.*, p. 65.

³⁶³⁵ Ribeiro, 1882, p. 28.

armada, oficiais e funcionários residentes em Moçambique para assistir à inauguração da escola de artes e ofícios no dia 29 de Abril pelas 2 da tarde.³⁶³⁶

Posteriormente seria divulgada uma relação dos cavalheiros que contribuíram com determinadas quantias a favor da instalação da escola de ofícios na cidade de Moçambique.³⁶³⁷

Era membro obrigatório da comissão inspectora da escola de ofícios o titular do cargo de “curador geral dos indivíduos sujeitos à tutela pública”, como o bacharel Antonino Martins dos Santos Corrêa, nomeado por portaria nº 283 de 15 de Novembro de 1878, funcionário que teria, posteriormente, de seguir para Lisboa com licença da Junta de Saúde, sendo prontamente substituído pelo bacharel Vicente Gregório Godinho, no dia 9 do mês seguinte.³⁶³⁸

18.1. A Escola de Artes e Ofícios e as linhas gerais da sua evolução

No regulamento de 1878 estabeleciam-se as bases de funcionamento da escola, ainda que apresentando muitas lacunas.³⁶³⁹ Sofrerá alterações em datas posteriores.³⁶⁴⁰

No regulamento provisório para a escola de ofícios de 8 de Abril de 1878, na portaria do Governo Geral nº 97A³⁶⁴¹, especificam-se os seus fins. Tem a instituição como principais objectivos

(...) regenerar por meio do trabalho e da educação, o maior numero de indigenas, e habilitar-os com a instrucção profissinal dos diversos misteres mechanicos e da vida industrial, para fornecer ao governo e ao publico em geral operarios e artistas, aptos para os trabalhos de construcção e para a producção de artefactos indispensáveis aos usos da vida.” (cap. I, artº 1º);

Para isso haveria que manter os alunos “completamente separados do convívio geral” tendo em vista a sua instrução e educação (cap. I, artº 2º). A instrução profissional seria ministrada nas oficinas da repartição da obras públicas, no arsenal e outros estabelecimentos do governo (cap. I, artº 3º), ainda que se devessem montar no edifício da escola as oficinas

³⁶³⁶ B.O., 15/04/1878, nº 15, p. 84.

³⁶³⁷ B.O., 8/07/1878, nº 27, pp. 147-148.

³⁶³⁸ B.O., 9/12/1878, nº 49, p. 280.

³⁶³⁹ Almeida, 1988, p. 41.

³⁶⁴⁰ *Id. Ibid.*, pp. 63 e ss..

³⁶⁴¹ B.O., 8/04/1878, nº 14, pp. 75-79. Em nota ao Regulamento pode ler-se: “Educar um indígena, ignorante, rude e asselvajado, despil-o de todos os preconceitos e viciosos habitos, bebidos com o leite da infância, depural-o ao crisol d’um regimen civilizador e humanitário, para fazer d’elle um cidadão prestável, no goso complexo dos elementos que constituem a personalidade jurídica, não é por certo tarefa que possa prescrever-se d’um jacto, sem dados alguns experimentaes que encaminhem o espirito na meditação dos mais salutaes preceitos, que devam apontar-se, como regras práticos para consecução do fim proposto.” *Id. Ibid.*, p. 75. Referem que: “Pareceu tambem á comissão que seria repugnante o deixar o escholar abandonado a si mesmo ao transpor os lumbraes da eschola.” pelo que “até encontrar uma collocação” haveria que evitar “atiral-o ao precipício, d’onde até alli tão carinhosamente o tinha resguardado”. Por esta razão haveria que fundar uma caixa económica onde cada escolar lançaria um terço do produto do seu trabalho para acorrer ás suas necessidades no período imediatamente posterior à sua formação. *Idem*, p. 77.

que não existissem naqueles departamentos. O pessoal que a escola deveria incluir é novamente mencionado (cap. I, artº 4º). O director e sub-director deveriam ser oficiais e o ajudante um sargento, os prefeitos, dois cabos. (cap. I, artº 5º e único). Os alunos poderiam entrar na escola dos seis até aos treze anos, “(...) todos os menores do sexo masculino, abandonados dos paes ou protectores, vadios e todos os que, ou espontaneamente ou por determinação das auctoridades incumbidas da sua protecção, alli se apresentarem.” (cap. I, artº 11º). No final do seu período de aprendizagem deveriam ser avaliados por um júri, exceptuando os casos de doença, moléstia contagiosa, incorrigibilidade, ou atingida a idade de dezoito anos sem aproveitamento (cap. I, artº 12º e único).

Regula-se a existência de diversos locais – dormitórios, refeitório, aula de instrução primária, banhos, quarto para o subdirector, outro para o ajudante, sala para secretaria, prisão (cap. I, artº 13º). Também se regula o vestuário dos escolares (cap. I, artº 22º) e o horário de funcionamento (artºs 24º a 36º). Neles se prevê horário diferenciado para dias normais e dias santificados, existindo horas específicas para que o capelão ensine “doutrina” e explique os preceitos do cristianismo, “(...) terminando sempre por uma pratica moral, para incitar os escolares ao cumprimento dos seus deveres, e incutir-lhes a obediência a seus superiores.” (cap. I, artº 33º).

Quanto a castigos, prevêem-se: privação do recreio e do passeio, palmatoadas, conforme a idade e a constituição, sendo o máximo vinte e quatro e prisão até três dias (cap. I, artº 37º).

Versa-se ainda o “ensino” a ministrar, com destaque para a aprendizagem em oficinas e a existência de uma aula nocturna de instrução primária compreendendo “leitura”, “escrita”, as “quatro operações de aritmética” e o “sistema métrico”. No final da formação um júri avaliaria os alunos em exames públicos sendo concedida aos que passarem o teste uma carta de habilitação (artºs 40º a 51º).

Também se contemplam aspectos de administração, da comissão inspectora, da receita e sua arrecadação, escrituração dos livros e julgamento de contas. Nas receitas constam: dois terços do salário dos alunos nas oficinas e nos serviços da repartição das obras públicas do arsenal, e outros estabelecimentos do governo; o produto dos artefactos produzidos pelos escolares nas oficinas da escola; donativos particulares; subsídios da câmara municipal; o produto de um bazar.

No Regulamento de 7 de Janeiro de 1882³⁶⁴² em portaria nº 6 do governo geral e apesar de classificar a escola de artes e ofícios como “uma utilíssima e philantropica

³⁶⁴² B.O., 14/01/1882, nº 2, pp. 11-27.

instituição, destinada a *recolher e educar nos diferentes misteres proficionaes mais indispensáveis á vida, os menores indigenas sem protectores conhecidos e aquelles para quem seus pães ou totos reclamarem este beneficio, quando não tenham meios de por si lhes dar a conveniente educação;*” acrescentam que “não tem correspondido completamente aos desejos dos beneméritos promotores da idéa” apontando “vícios d’origem inherentes á iniciação e desenvolvimento d’um programma demasiadamente grandioso [que] tem acarretado na pratica difficuldades, que faziam perigar a instituição.”.³⁶⁴³ Neste aspecto, lembra-se que a escola, sendo criada e devendo sustentar-se com a subvenção das obras públicas, um subsídio da câmara municipal, donativos particulares, auxílio do governo, tinha subsistido quase exclusivamente desta última fonte de receita.

No regulamento, estabelece-se a existência de edifício apropriado para manter separados do convívio geral até 100 indígenas com o fim da sua instrução e educação (cap. 1º, art.º 2), recrutados entre jovens de idade de seis a doze anos (cap. 2º, art.º 13). No edifício da escola deverão existir as oficinas de: alfaiates, sapateiros, encadernadores (cap. 1º, art.º 3). Existirão duas aulas no edifício da escola: instrução primária e português e outra de música (cap. 1º, art.º 4). Ao pessoal da escola anteriormente estipulado acrescenta-se um mestre de música (cap. 1º, art.º 5). Reafirma-se que director e sub-director deverão ser oficiais militares ou outros funcionários públicos, de preferência da escolha do Governo Geral, e o restante pessoal retirado, quando possível, da classe militar. (cap. 1º, art.º 5, 1 e 2). Subdirector, ajudantes, prefeitos e guardas devem “ensinar os educandos a servirem-se dos utensílios que lhes forem distribuídos” para uso no refeitório, não permitindo que tomem os alimentos d’outra forma (cap. 2º, art.º 48, 1º). São bem estipuladas as três refeições, café, almoço, jantar, respectivamente às 5 ½ da e 9 ½ manhã, e 5 ½ da tarde, estando a ração de cada escolar constante de tabela (cap. 2º, art.º 48, 1º). Nos castigos prevêem-se: 1º privação de recreio e de passeio; 2º palmatoadas; 3º prisão até 3 dias; 4º expulsão por incorrigibilidade (cap. 2º, art.º 26, 4º).

Os responsáveis pelos estabelecimentos do governo frequentados por alunos não podem permitir que eles saiam das instalações sem o acompanhamento de um guarda da escola (cap. 2º, art.º 36º). Mantém-se uma série de disposições sobre o ensino, administração e disposições gerais. Especifica-se ainda que quando qualquer escolar deserte ou for entregue a sua família sem ter concluído a aprendizagem, o saldo a seu favor reverta em benefício do cofre da escola (cap. 5º, art.º 62).

³⁶⁴³ *Id. Ibid.*, pp. 11.

O novo Regulamento da Escola datado de 7 de Janeiro de 1882, visava “grande economia para a fazenda” e “notável melhoramento do ensino”. A frequência estimada ia, nesse momento, até aos 100 alunos, num estabelecimento de ensino com oficinas para alfaiates, sapateiros, encadernadores. Existiam duas aulas: uma de instrução primária e português e outra de música. O capelão seria, igualmente, professor de instrução primária e português, sendo coadjuvado nesta actividade pelo “ajudante perfeito”. A idade de admissão mantém-se dos 6 aos 12 anos e, quando chegados à idade de 18 anos sem obtenção de aprovação, deveriam, mediante autorização do Governador-Geral, ser entregues à autoridade superior da Província “para lhe dar o conveniente destino”. Entretanto, receberão a sua formação, onde não falta o aprenderem a “servirem-se dos utensílios que lhes forem distribuídos para uso no refeitório, não permitindo que tomem os alimentos d’outra forma.”³⁶⁴⁴ Deverão exercer faxinas na escola, nomeados pelo sub-director, semanalmente, incluindo cozinhar, lavar, engomar, limpezas, em períodos não superiores a uma semana seguida.

Os castigos infligidos voltam a prever: privação de recreio e passeio; palmatoadas (até ao limite de 24 de cada vez); prisão até 3 dias; expulsão por incorrigibilidade; ficando estipulado que é “expressamente proibido o emprego de maus tratos e de termos injuriosos ou degradantes para com os escolares pelos empregados que sobre elles superintenderem.” Os mestres de oficina deverão fornecer uma informação mensal ao director, por escrito, sobre adiantamento, comportamento, capacidade, assiduidade e aplicação dos aprendizes. Curiosamente prevê-se que: “Quando os mestres das officinas não souberem escrever, serão as informações feitas pelo ajudante perfeito sob as indicações pelos mesmos prestadas.”³⁶⁴⁵ A aula nocturna de instrução primária e português compreenderá “leitura”, “escrita”, “quatro operações aritméticas”, “sistema métrico decimal”, “gramática portuguesa”, história pátria e desenho linear.³⁶⁴⁶ As receitas da escola são constituídas por: salários dos escolares, oficinas da escola, do governo, particulares; produto dos artefactos das oficinas da escola; donativos particulares; subsídios oriundos das câmaras municipais; subsídio mensal do conselho de obras públicas; bazar; somas fornecidas pela Junta da Fazenda.³⁶⁴⁷

A valorização do indígena pelo trabalho volta a estar bem patente no Regulamento orgânico da Escola, assinado pelo secretário do Governo Geral, Joaquim d’Almeida da

³⁶⁴⁴ *Id. Ibid.*, p. 12.

³⁶⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 13.

³⁶⁴⁶ *Id. Ibid.*, p. 13.

³⁶⁴⁷ *Id. Ibid.*, p. 15.

Cunha, a 22 de Julho de 1882.³⁶⁴⁸ Valorização pelo trabalho, que deve ser útil a quem o pratica e para a Província. Lembrando que a Escola foi criada em 1878,

(...) com o intuito civilizador de attrahir á luz do ensino e da moralisação as creanças a quem o abandono do lar e da família precipitaria irremediavelmente no vício e no crime, e aquellas cujos pães, pelo seu estado de indigência, não podessem proporcionar-lhes uma profissão útil para si e para o paiz, é seguramente um viveiro onde se deve explorar o maior numero de aptidões proveitosas ao desenvolvimento moral e material da província; (...) ³⁶⁴⁹

As câmaras municipais indicam os candidatos a “alunos pensionistas” ao Governo Geral (capítulo 1º, artº 3º). A indigência dos pais é um factor decisivo na admissão, sendo igualmente privilegiados os filhos de militares e outros indivíduos que tenham desempenhado qualquer cargo público. A “classe dos porcionistas” inclui filhos de cidadãos ou seus tutelados que, mediante pensão, queiram assegurar a educação daqueles (capítulo 1º, artº 4º).

A instrução é “profissional, literária, religiosa e militar” (cap. 2º, artº 5º). A literária e religiosa compreende diversos domínios (cap. 2º, artº 7º): “leitura”, “escrita”, “operações aritméticas sobre números inteiros, fraccionários, decimais, sistema legal de pesos e medidas”, “gramática”, “história pátria”, “história sagrada”, “catecismo da doutrina cristã”, “desenho linear e geométrico”. É complementada com ginástica e rudimentos de formação militar (cap. 2º, artº 7º, 4º) – os alunos são ainda instruídos nos exercícios tácticos da escola de soldado e de companhia, e nos regulamentos de serviço e de escrituração relativos ao posto de cabo de esquadra. Também se prevê o ensino da música.

Ao director da escola compete o controlo da administração, ensino, disciplina e também a elaboração do regulamento do serviço interno, a fixação anual da época de exames, presidir aos respectivos júris, enviar relatório ao governo-geral sobre os “progressos” da instituição, formular os programas de ensino, e prover à recolha de fundos de carácter extraordinário como donativos, subscrições, produtos de bazares, subsídios de câmaras municipais, de confrarias, misericórdias ou outros (cap. 3º, artº 11º).

O subdirector é escolhido entre os oficiais da guarnição mediante as suas qualidades para o desempenho do cargo (cap. 3º, artº 12º). Tanto o director como o subdirector serão escolhidos e nomeados pelo governo-geral (cap. 3º, artº 13º), bem como os preceptores, capelão, mestre de música, estes últimos sob proposta do director (cap. 3º, artº 14º).

Os alunos têm direito a educação, instrução e protecção (cap. 4º, artº 16º). A sua formação visa dirigi-los para o desempenho das diversas profissões operárias, o exercício de funções públicas ou a carreira militar (cap., 4º, artº 17º). Ficam obrigados a servir o governo,

³⁶⁴⁸ *B.O.*, 29/07/1882, nº 32, pp. 245-247.

³⁶⁴⁹ *Id. Ibid.*, p. 245.

na sua especialidade, pelo período de seis anos, mediante salário correspondente à sua profissão (cap. 4º, artº 18º). Se alunos de idade superior a 14 anos apresentarem “maus costumes” deverão ser alistados como corneteiros ou soldados e, caso sejam “porcionistas”, entregues à sua família ou tutores (cap. 4º, artº 19º).

Quanto aos fundos da escola, eles serão resultado: do vencimento de cada aluno pensionista a 120 réis diários; das pensões pagas pelos pais ou tutores dos alunos porcionistas; dos salários por trabalho nas oficinas do governo; do produto dos artefactos confeccionados nas oficinas da escola e dos proventos da banda de música; do resultado de subscrições, donativos e receita dos bazares; das verbas disponibilizadas pelas câmaras municipais e misericórdias; em receitas extraordinárias (cap. 5º, artº 21º).

A inspecção da escola está a cargo do Governador-Geral (cap. 7º, artº 29º). Prevê-se a existência de um conselho que deve apresentar propostas em ordem ao aperfeiçoamento da instituição (cap. 7º, artº 30º). O conselho deverá ser composto pelo director da escola, o director das obras públicas, o director do arsenal, o chefe do serviço de saúde, autoridade superior eclesiástica, o curador geral dos serviçais e colonos. A composição do conselho expressa os interesses da administração e alguns dos que mais directamente podem beneficiar dos serviços da escola. Espelha, de igual modo, as necessidades de mão-de-obra especializada.

Na tabela de gratificações mensais do pessoal constam: director, 20000 réis; subdirector 10000 réis; dois preceptores, a 5000 réis cada; capelão, 15000 réis; mestre de música, 12000 réis; dois mestres de oficina a 900 réis cada; quatro guardas a 3000 réis cada; cozinheiro a 3000 réis; dois serventes a 1800 réis cada.³⁶⁵⁰

O regulamento interno da escola de Artes e Ofícios é expressão das intenções que presidem ao seu funcionamento. A escola funciona, em primeiro lugar, em regime de internato, sendo vedada a saída a qualquer aluno ou funcionário, sem licença do director (artº 2, 5º).³⁶⁵¹ Dispõe de professor para a instrução primária e religiosa (artº 5º). Estabelece horas de trabalho para os alunos, na escola e fora dela, consoante os meses. A aula de instrução primária é obrigatória para todos os alunos e prevê-se a possibilidade da sua frequência a alunos externos (artº 18). A aula ocupa duas horas diárias (artº 19). O ano lectivo, na instrução primária, decorre de 15 de Outubro a 31 de Agosto do ano seguinte (artº 29).

São enumerados os compêndios adoptados para a instrução primária (artº 29) e de que constam: *Arte de leitura e cartilha maternal* de João de Deus; *Manual encyclopedico* de

³⁶⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 247.

³⁶⁵¹ *B.O.*, 2/09/1882, nº 37, pp. 273-278.

Emílio Achilles Monteverde³⁶⁵²; *Grammatica nacional* de Caldas Aulete³⁶⁵³; Guia dos exames de admissão aos lyceus nacionaes; Compendio do systema métrico decimal de A. A. M. M. de Campos; *Quadros históricos*; *Compendio de geographia elementar* de Moreira de Sá³⁶⁵⁴; *Compêndios de desenho linear* de M. Ghira e T. da Motta; *Cathecismo de doutrina christã*, pelo padre José de Sousa Amado.³⁶⁵⁵

Os alunos que trabalharem nas oficinas do governo receberão salário a fixar pelo director, consoante o seu mérito (artº 34). Os artefactos produzidos nas oficinas da escola serão igualmente sujeitos à fixação de preço. O mesmo sucederá relativamente às remunerações dos alunos músicos (artº 34). De entre os castigos a aplicar prevêem-se os físicos, nomeadamente “palmatoadas” e “prisão até 3 dias” (artº 50). Mais exactamente: repreensão; privação de recreio e passeio; serviço de faxinas; palmatoadas; prisão até 3 dias; expulsão por incorrigibilidade. Os castigos deverão ser aplicados pelo director. É proibido o uso de maus-tratos e termos injuriosos na aplicação das penas (artº51).³⁶⁵⁶ Já os prémios, distribuídos anualmente aos alunos que mais se distinguirem, consistem essencialmente em: louvores públicos; livros, vestuário e instrumentos próprios da respectiva profissão; uma medalha de prata (artº 55).

³⁶⁵² Monteverde, 1886. A África oriental ocupa 4 das 637 páginas (incluindo “princípios gerais de moral”, da “Religião”, “Das Línguas e sua derivação”, “Da Grammatica portugueza”, Arithmetica”, “Elementos de civilidade das diversas Religiões”, “Definições geométricas”, “Bellas Artes”, “Da Chronologia”, “Da Historia”, “Das Cruzadas”, Da antiga cavalaria”, “Resumo da Historia de Portugal”, Descrição das armas de Portugal”, Ordens militares ou de cavallaria”, “Das antigas cortes”, Relação chronológica”, “Quem foi o primeiro português”, “Sobre a extensão dos Algarves”, “Litteratura portugueza”, “Noções geraes de physica”, “Da Mythologia”, Biographia clássica”, “Primeira viagem à roda do mundo”, “Succinta relação de obras”, com brevíssimas informações sobre a província de Moçambique, subdividida em: Baía de Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Rios de Sena ou Zambézia, Tete, Moçambique, Ihas de Cabo Delgado ou de Querimba, *Id. Ibid.*, pp. 376-379. Além do *Methodo Facillimo para Aprender a Ler e escrever – no mais curto espaço de tempo possível para uso das crianças que frequentão as aulas tanto em Portugal como no Brazil*, o autor publicou a obra *Mimo á Infância ou Manual de Historia sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*. 1859.

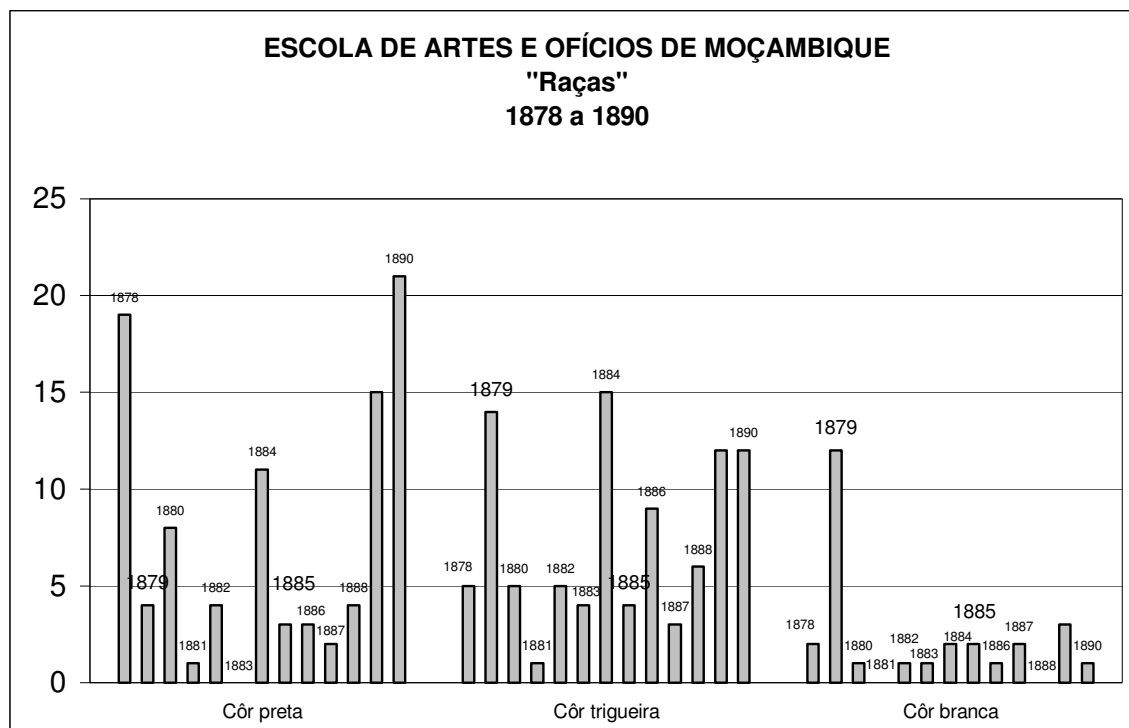
³⁶⁵³ Aulete, 1874, 8ª edição.

³⁶⁵⁴ Moreira de Sá é também autor de um *Compendio de historia Nacional – para uso dos alunos que frequentam as aulas de instrucção primaria*, 3ª edição, aprovada pelo Conselho Geral d’Instrucção Publica, Lisboa, Typographia das Horas Românticas, 1876. Nele utiliza um método novo seguindo princípios utilizados na Alemanha, Bélgica e França, em que “(...) caminha do conhecido para o desconhecido, da historia actual para a anterior, das datas recentes e vivas na memoria, para as que o vão sendo gradualmente menos, pela distância das épocas e dos sucessos.” Anuncia que privilegia outros aspectos em detrimento dos nomes pois na “(...) historia o que tem verdadeira applicação são os factos, as instituições, e os grandes progressos (...)”. *Id.*, *ibid.*, p. IV. Tal método obviaria a que “(...) se o alumno deixa a escola antes de completar a sua instrucção, não vae desconhecendo os factos contemporâneos da sua vida, ou das épocas mais próximas.”

³⁶⁵⁵ *B.O.*, 2/09/1882, nº 37, pp. 275.

³⁶⁵⁶ *Id. Ibid.*, pp. 276.

Os exames da escola em 1883 constaram de: “leitura”, “gramática”, definições gerais, definições das palavras, sua significação. “Escrita”, “aritmética – noções gerais, quatro operações sobre números inteiros e decimais”, “sistema métrico decimal, medidas lineares, de superfície, volume, capacidade e de peso”. “Problemas sobre as quatro operações de números inteiros e decimais”. Rudimentos de “doutrina cristã”. Música – rudimentos de teoria, prática. Exames das artes e ofícios feitos nas oficinas da escola. São assistidos por júris nomeados para o efeito.³⁶⁵⁷



Por portaria do Governo Geral nº 256 de 4 de Maio de 1889 aprovam-se alterações ao Regulamento Interno da portaria provincial nº 244 de 26 de Agosto de 1882 com o objectivo de

(...) reformar todo o referido regulamento para o tornar devidamente harmónico attendendo-se n'elle, por esta occasião, ao mais racional e largo desenvolvimento a dar á instrucção litteraria e profissional, obrigando-se desde já os alumnos á frequência d'uma aula de desenho industrial que os auxilie nas artes e officios a que se destinam, compellindo-os, igualmente, no interesse da sua educação physica, ao estudo da gymnastica e ao ensino militar correspondente ás escolas de soldado e companhia; (...).³⁶⁵⁸

³⁶⁵⁷ B.O., 8/09/1882, nº 36, p. 247.

³⁶⁵⁸ B.O., 4/05/1889, nº 18, p. 286.

O capítulo I contempla “Do pessoal da escola e suas obrigações”, as obrigações do director, subdirector, capelão, professores, mestre da aula de música, porteiro, fiel da arrecadação, guardas, serventes. No capítulo II, “Do regimen interno”, referem-se a importância da higiene para os alunos, as obrigações dos mestres das oficinas “Artº 16º Os mestres das officinas e todos os que dirigirem a educação e aprendizagem dos alumnos da escola, empregarão sempre meios brandos e suaves, procurando conciliar o respeito com a afeição”.³⁶⁵⁹

A escola deverá ser visitada por um facultativo do quadro de saúde da Província no princípio de cada mês para se inteirar das condições de salubridade do estabelecimento. Alude-se aos casos de doença dos alunos, falecimento, suas roupas, o horário de frequência das oficinas das 8 da manhã às 4 da tarde, as visitas das famílias dos alunos só nos feriados e mediante autorização do director.

No capítulo III, “Do ensino litterario e profissional”, prevê-se que os alunos da escola, durante o tempo em que nela permanecerem com vista à aprendizagem de ofícios, deverão frequentar: instrução primária elementar, instrução primária complementar; ginástica – compreendendo exercícios de ginásio, escolas de soldado e de companhia – música; desenho industrial. Os alunos em condições para tal deverão ser propostos a exame de instrução primária elementar que os habilita à frequência da complementar e de desenho industrial. Os exercícios de ginástica e a aula de música serão obrigatórios durante todo o tempo de frequência.

Os exames profissionais deverão realizar-se nas oficinas do governo, devendo os candidatos apresentar um trabalho seu e esclarecendo o júri quanto ao modo como o realizaram, sendo ouvido o mestre. O ano lectivo decorre de 2 de Novembro a 31 de Agosto, realizando-se os exames em Outubro. Férias decorrem do período que vai do Natal aos Reis, o mês de Setembro, e de quarta-feira de trevas a domingo de Páscoa, as quinta feiras e dias do Carnaval. Seguem-se outros preceitos quanto à forma de classificação dos mestres e do júri de exames. As aulas literárias serão nocturnas, enquanto as de música e ginástica alternam ao longo dos dias, de manhã. Os nomes dos alunos examinados deverão ser objecto de publicação em Boletim Oficial. Será marcado um dia para entrega de prémios aos alunos. Os alunos não aprovados nos exames serão mandados servir nos corpos da guarnição mas a frequência regular no ofício que aprende dará ao aluno a possibilidade de uma prorrogação para realizar o exame no mês de Outubro seguinte.

³⁶⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 286.

O espírito da escola pressupõe uma organização e disciplina que visam, sempre que necessário, fazer a ligação para o serviço militar (em especial se o rendimento do aluno for fraco).

Da instrução primária e elementar constam a “leitura” em prosa e verso, “escrita”, “aritmética”, operações de números, quebrados e complexos, sistema métrico decimal, princípios de história portuguesa, corografia, “doutrina cristã” e “gramática”. Os compêndios adoptados são: “Arte de leitura e cartilha maternal de João de Deus”, “Manual encyclopedico de Monte Verde”, “Grammatica de Caldas Aulet”, “Compendio de systema métrico decimal de Campos”, “Compendio de desenho liniar de Ghira e Motta”, Cathecismo da doutrina christã de Sousa Amado”, Compendio de chorographia portugueza”, “Compendio da historia de Portugal”, “Quadros históricos”.³⁶⁶⁰ Ao mestre de música de caçadores 1 compete reger a aula de música e, na sua falta, ela deve ser regida por indivíduos completamente habilitados.

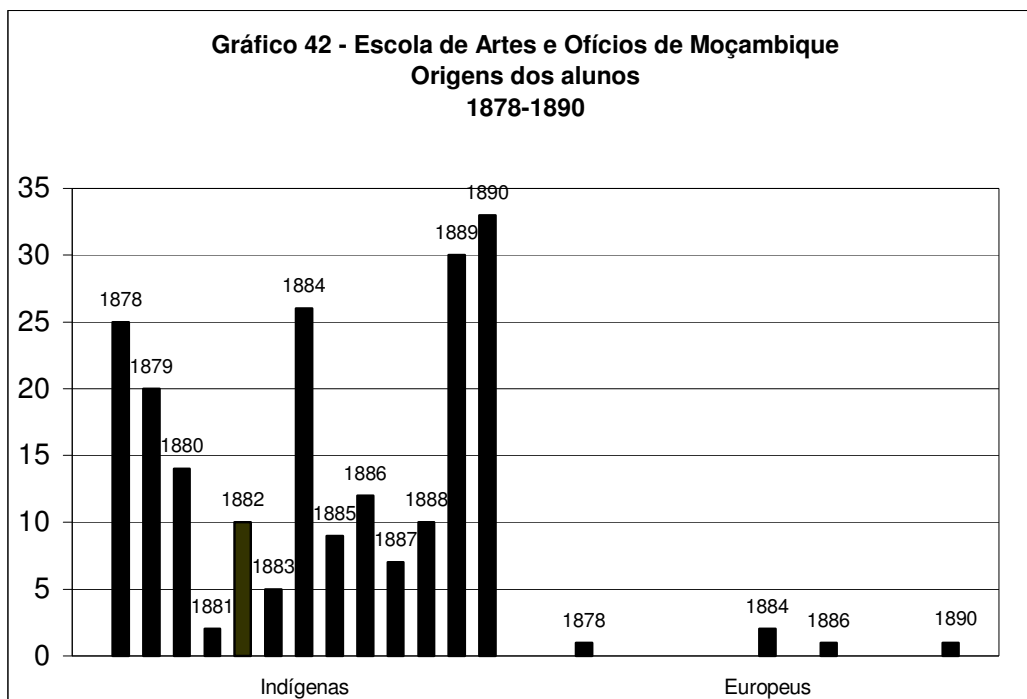
Aos alunos que concluírem o curso será concedido, aquando da sua saída, um enxoval, para além da carta de habilitação como atestado oficial da sua capacidade e bom comportamento. Os escolares deverão vencer, quando trabalhando nas oficinas do governo, um salário a fixar pelo Governo-geral, o mesmo acontecendo quanto ao preço dos artefactos produzidos e à prestação dos escolares músicos.

Outras disposições respeitam à forma de escrituração e contabilidade da escola (capítulo V), à sua administração económica (capítulo VI), castigos e recompensas (capítulo VII), discriminando-se nos castigos: repreensão, privação de recreio e passeio, serviço de faxinas, palmatoadas, prisão até 8 dias, expulsão por incorrigibilidade. As penalizações dependem do director sob informação do sub-director.³⁶⁶¹ Prevêem-se castigos para os empregados – repreensão, suspensão de vencimento até 15 dias, demissão.

Os alunos deverão ainda integrar-se numa educação que os prepare para o exercício militar “Dos exercícios militares, organização da companhia de guerra, armamento, uniforme dos alumnos, fardo de trabalho e enxoval.” (Capítulo VIII). Aqui se tratam a formatura e exercícios militares, o uniforme a usar, o fardamento para músicos corneteiros e tambores. Também se trata do vestuário para trabalho que deverá constar do enxoval.

³⁶⁶⁰ *Id. Ibid.*, p. 288.

³⁶⁶¹ *Id. Ibid.*, p. 289.



18.2. A Instituição: expectativas e realidades

Nos relatórios das comissões de 15 de Janeiro de 1881, analisam-se os exames prestados pelos alunos e o seu “adiantamento literario”. Fazem-se observações quanto ao que o colonizador entende ser o papel da “Instrução” que, na Província,

(...) carece d’uma larguíssima reforma para poder satisfazer as necessidades e aspirações da civilização, com que o governo metropolitano pretende dotar um dos mais brilhantes padrões das nossas passadas glórias; não a reclamam nem a aceitam os povos não illustrados; é por ella todavia que se reconhece o adiantamento ou o atraso das gerações. E’ dever indeclinavel propagal-a como meio único e exclusivo de preparar os conquistados para o recebimento das instituições mais adequadas ao seu desenvolvimento, consegue ella modificar-lhes os costumes pela assimilação espontanea, que naturalmente dá a convivencia com individuos superiores em educação; facilita a troca e aperfeiçoamento dos productos e abrindo novos emporios á actividade humana, traz como consequencia immediata d’um nível intellectual mais elevado, o aperfeiçoamento da industria, o augmento do commercio e o melhoramento e prosperidade da agricultura, segundo as disposições e necessidades dos indigenas e as condições locaes. (...)”.

Aspectos a que se juntam a “(...) impossibilidade de aclimação ao europeu nos paizes abrazadores e cuja insalubridade os inutilisa e dizima” e a necessidade de “(...) pôr ao serviço e auxilio de selvagens, que nem sequer comprehendem tamanha abnegação”, com o objectivo de “(...) arrancar do embrutecimento e da barbaria as desgraçadas victimas d’um acaso pouco

providencial, que lhes deu por berço regiões em muitos pontos inhospitas e ainda hoje quasi incultas e incommunicaveis.”

Passando a apontar as causas do fraco rendimento escolar, a comissão aponta o método de ensino utilizado, “que nem sempre está em harmonia com os sons que se encontram na emissão da palavra e na construcção della”, o atraso do meio em que os alunos viviam e o abandono a que aí teriam vindo a ser votados. Também a inadequação dos livros utilizados, considerados “velharias inúteis”, que deveriam ser substituídos por textos de autores como Silveira de Mota, Julio de Brito, Brito Aranha, entre outros, devendo escolher-se obras aprovadas pelo conselho de instrução pública do reino e adoptadas nas escolas, “(...) livros com que se substitua o Manual Encyclopedico, que veio em tempo supprir uma lacuna que havia nos estudos preparatorios d’essa ephoca, mas que já hoje não corresponde ás exigências dos processos modernos da instrucção.”

A comissão notou que a caligrafia era pouco apurada, recomendando a adopção das pautas caligráficas de Carlos Silva e de Godinho, pois “(...) por ellas se consegue dar á lettra a firmeza necessaria e que os caracteres graphicos sejam convenientemente rasgados, tendo as hastes as inclinações e dimensões precisas, não sendo esta só a sua única vantagem, pois quasi dispensam o professor.” Na “aritmética”, os resultados eram igualmente escassos (mesmo que limitando-se ao ensino das quatro operações), não existindo um único livro na instituição sobre o sistema métrico. Diferente era o panorama no que respeitava à “doutrina cristã”, matéria em que os alunos revelavam estudo. Mas outras deficiências eram extensíveis a geografia, corografia, história pátria que devia incluir “noções sobre as descobertas da Africa”.

Para a instrução profissional aconselha-se a criação de uma aula de desenho linear permitindo melhorar os trabalhos de construção e a produção de artefactos. Recomenda-se o aumento do tempo destinado ao “ensino literário”, tanto mais que sendo permitido aos alunos que

permaneçam no estabelecimento desde a idade de seis annos até terem completado dezoito, ver-se-ha a desnecessidade de os destrair na educação moral, com o pretexto de os instruirem nas occupaões mechanicas, cujo conhecimento se adquire o maximo em seis annos e que com respeito aos de menos de dez annos seria melhor não se lhes consentir a accumulção.

Apesar do elogio ao professor existente, tendo apenas um ajudante para ensino dos 68 alunos, número que tenderia a aumentar, reconhece-se que não lhe é possível o desempenho cabal das suas funções, sendo incapaz de aproveitar as vantagens para frequência e estudo que resultam do facto de os alunos residirem no próprio estabelecimento de ensino.

Enviando mapa das classificações dos alunos, a comissão opina que, apesar de alguns revelarem “dotes naturais”, não existem razões para que seja distribuída qualquer recompensa ou especial menção. Ainda assim sugere-se que, futuramente, a um aluno que venha a distinguir-se seja proporcionado o envio para o Colégio das missões ultramarinas ou, em caso de impossibilidade financeira, lhe sejam fornecidos os instrumentos necessários ao desempenho do seu ofício. As conclusões seriam publicadas com a data de 30 de Abril de 1881 e assinadas pelo secretário-geral, Alberto Carlos Supico, Francisco de Paula Carvalho e Adolpho de Castro Neto de Vasconcellos.

Nos primeiros anos após a criação da escola masculina “destinada a recolher e educar nos diferentes misteres profissionais mais indispensáveis á vida, os menores indígenas sem protectores conhecidos e aquellos para quem seus paes ou tutores reclamarem este beneficio, quando não tenham meios de por si lhes dar a conveniente educação” acabaria rapidamente por fazer-se sentir em relação a ela uma certa desilusão.³⁶⁶² Referia-se, desde logo, em portaria do Governo-geral nº 6, de 14 de Janeiro de 1882, que o estabelecimento de ensino “não tem correspondido completamente” falando-se já de “um programma demasiado grandioso”. Tendo-se esperado que vivesse de uma subvenção das obras públicas, de um subsídio da câmara municipal, de donativos particulares, e do auxílio do governo, apenas subsistia com este último. Apontam-se “más direcções”, um regulamento “em partes inexequível por menos pensado e precipitado” e erros na “administração e ensino escolar”.

Em ofício do secretário-geral Joaquim d’Almeida da Cunha de 6 de Outubro de 1881, encarregado pelo Governador-Geral de syndicar a escola, expunha-se que, apesar de ela não poder recolher todos os “vadios”, o seu papel poderia ser importante, preparando um certo número de indígenas que, posteriormente, seriam apresentados como exemplo aos demais.

Nós não podemos occupar tudo, e quando mesmo Portugal, despovoando-se, nos enviasse todos os seus quatro ou cinco milhões de habitantes, estes se perderiam em uma província que tem poucos reinos na Europa que a excedam em extensão. Portanto o indispensável, o grande problema da civilização africana, é o aproveitamento das raças indígenas, pela sua educação moral e no trabalho.

E acrescenta que até

(...) como casa de correcção, não era de desprezar. Finalmente se o nosso Governo, olhando mais pelo que nos convem exigisse dos régulos, a pretexto de educação, como reféns seus filhos e os dos principaes, a escola prestaria bons e relevantes serviços.

³⁶⁶² B.O., 14/01/1882, p. 11.

A escola como forma de domínio, retendo os filhos dos régulos como “reféns”, parece, pois, não ser um meio a desprezar. Referindo que não se vê em Moçambique pessoa competente para a direcção da escola, aponta como causas de fracasso inicial: a concretização inábil da ideia inicial, a “escolha dos directores infeliz”, a das “commissões inspectoras, completamente desastrada”.³⁶⁶³ Questiona a nomeação do padre Quintão como director, a existência de uma aula particular regida pelo padre Gaspar no edifício da escola da qual retira maiores ou menores proventos do ensino, “confundindo este com o que é propriamente da escola d’offícios”. No que respeita às inspecções sanitárias à escola, não se realizaram pelos mesmos motivos “porque nunca se ordenaram inspecções às casas de viveres, ao matadouro, ao açougue, etc. Esqueceram.” Quanto aos salários dos alunos, defende-se que a aprendizagem é gratuita pelo que as oficinas do Estado pagam pouco, mas, ainda assim, alguma coisa, a alunos que mais não são que aprendizes.³⁶⁶⁴

Em relatório de uma comissão nomeada em 10 de Agosto de 1881, assinado por João Francisco Pillar, secretário da Junta da Fazenda, e João Carlos Thompson, refere-se o estado “lastimoso” de tudo o que respeita à administração da escola. Os salários dos escolares suspensos desde Dezembro de 1879; um inventário de cuja consulta nada se conclui; a impossibilidade de determinar a natureza das despesas efectuadas e das quantias que estão ou deveriam estar em cofre.³⁶⁶⁵

Entre os documentos anexos à portaria que estabelece a reforma do Regulamento da escola de 7 de Janeiro de 1882, encontra-se um relatório do padre José Quintão enquanto seu director. Aponta como problemas: a falta de recursos pecuniários; apenas se acharem montadas duas oficinas – de sapateiros e alfaiates; a fraca vigilância dos mestres sobre os discípulos, que se encontrariam “divagando pelas ruas da cidade em qualquer tempo durante o período que duram os trabalhos diários das oficinas e satisfazendo as exigências dos respectivos mestres que os ocupam em serviços diferentes, fazendo-lhes mandados” o que explica a sua “vadiagem pela ponta da ilha”. Havia pois que manter as oficinas na escola e angariar artífices habilitados e, para os obter urgia enviar do reino “mestres habilitados em substituição dos pretos e mouros que ao presente tem, mas bem remunerados para tomarem a peito o ensino e esmero que se lhe possa exigir”. Também devia melhorar-se o medíocre vencimento que os escolares recebem,³⁶⁶⁶ providenciar mais um ajudante que permitirá que as febres e outros problemas não deixem o professor a trabalhar sozinho, pois é quase “sempre

³⁶⁶³ *Id. Ibid.*, p. 20.

³⁶⁶⁴ *Id. Ibid.*, p. 21.

³⁶⁶⁵ *Id. Ibid.*, pp. 22-24.

³⁶⁶⁶ *Id. Ibid.*, p. 18.

necessaria a assiduidade e cuidado em conservar os alumnos expertos, que continua e naturalmente propendem para o somno, já porque a inércia é um vicio inseparável do indígena, já porque a hora da aula depois das lides diárias e a idade convidam a dormir.” Defende a permanência dos escolares no estabelecimento para os subtrair ao nefasto convívio com “enumeros indígenas e homens sem educação, sem crenças e dominados por todos os vícios”. Também classifica de “insufficientissimo” o quantitativo de 300\$000 réis mensais dispendido pela Junta da Fazenda para que os alunos subsistam.³⁶⁶⁷

Para que a escola de Artes e Ofícios produzisse resultados numa formação que se pretendia global, importava que fossem providenciados outros requisitos que produzissem a socialização dos jovens alunos e futuros profissionais. A 5 de Fevereiro de 1881, uma circular às câmaras municipais propunha a inscrição nos seus respectivos orçamentos de uma verba destinada a criar em Moçambique uma escola para instrução das meninas, que deveria beneficiar toda a Província. Alude-se mesmo ao que se havia feito para a criação da Escola de Artes e Ofícios para a qual mobilizara também o concurso pecuniário das câmaras de toda a Província. Dirigida ao Presidente da Camara Municipal de Moçambique e assinada pelo secretário-geral, Joaquim d’Almeida da Cunha, com a informação de que foram elaborados documentos idênticos para as restantes câmaras e comissões municipais, a circular começa por referir a preocupação da “Europa culta” em levar a África e aos seus povos as artes e indústrias, os conhecimentos e a civilização. Refere-se o pretenso domínio que Portugal teria exercido sobre quase “toda a orla marítima da Africa” e a sua preocupação em concorrer e providenciar os “meios de elevar o nível moral e intellectual dos povos seus subordinados”, de cujo “trabalho civilizador” se encontrariam ainda vestígios, apesar do processo haver sido interrompido pela “decadencia marítima” de Portugal.

Teriam sido os “sentimentos generosos da Europa” e também dos portugueses que levariam ao fim da escravatura, apesar de não estarem “os povos preparados para tamanho beneficio”, daí resultando

que os escravos da rotina criticam de extemporanea a lei gloriosa que proclamou a emancipação do homem em todos os dominios da coroa portuguesa, como se nas disposições da lei se encontrasse a ultima palavra da missão civilizadora, e aos governos e a seus delegados nestas regiões não incumbisse o rigoroso dever de empregar todos os beneficios que a mesma lei lhes quiz dar.

Os novos livres e portugueses precisavam de «protecção» que incluía “educal-os, instruil-os, crear-lhes o habito do trabalho, contrariar-lhes as tendencias viciosas, rehabilital-os aos proprios olhos, n’uma palavra tornal-os dignos da nação a que pertencem.” A nova

³⁶⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 19.

situação exigia medidas apropriadas, uma vez que, enquanto escravos, os povos “podiam ser ignorantes, livres o proprio interesse dos grandes proprietarios da provincia, pondo mesmo de parte a dignidade da nação, exige que sejam instruidos.”

O Governador Geral Francisco Maria da Cunha dinamizara a criação da Escola de Ofícios, possibilitando um espaço às crianças da Província “em que se preparassem para gozar da liberdade”, demonstrando “como os homens, que poucos annos atraz ninguem considerava acima do irracional, alli se educam e affeioam ao trabalho” num exemplo prático do que se poderia fazer com os africanos.

Para que a obra frutificasse impunha-se, contudo, também algum cuidado com a educação da mulher, em toda a parte considerada “um verdadeiro elemento para alcançar a modificação dos habitos inveterados dos povos (...)”. Exigia-se uma instituição que através da educação da mulher complementasse os resultados da Escola de Artes e Ofícios. Dessa forma poder-se-ia nos jovens inculcar “o habito do trabalho, abrir-lhe os olhos a luz da razão, illuminar-lhes as trevas do espirito com a vastidão do saber, alargar-lhes o horisonte com a amplidão de conhecimentos” sem que eles viessem, “no contacto com seres menos favorecidos da sua raça” a perder todos os “benefícios” recebidos, optando pela vadiagem, embriaguez e vício.

Apesar da escassez de recursos, contava-se com a participação de “espiritos verdadeiramente illustrados” esperando que as câmaras previssem no seu orçamento uma verba destinada à aquisição de um edifício para ensino de crianças do sexo feminino, um apoio que se justifica por não se tratar de uma instituição com interesse local, mas para toda a Província cujas meninas deve receber.³⁶⁶⁸

³⁶⁶⁸ B.O., 7/02/1881, nº 6.

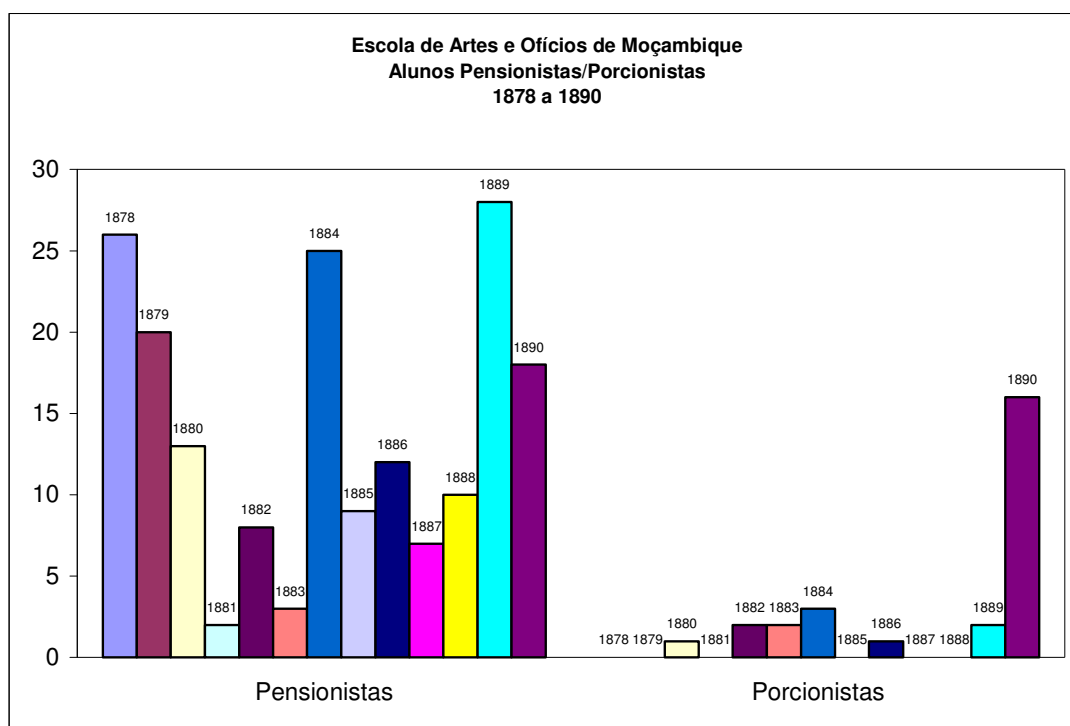


Gráfico 43 – Escola de Artes e Ofícios de Moçambique – Alunos pensionistas e porcionistas – 1878 a 1890.

A escola procura associar-se a determinadas realizações culturais em domínios onde existem enormes lacunas, valorizando a sua acção. O Director da Escola, António de Mello Varajão escreve ao Governador do Distrito do Ibo pedindo que use da sua influência para lhe enviar o maior número de exemplares de história natural para que se possa organizar na Escola de Artes e Ofícios um Museu para estudo dos alunos. Em nota no início da página, escreve-se que o capitão-mor deve ser oficiado no sentido de reunir o maior número de espécies enviando-as para o Governo.³⁶⁶⁹

A Portaria nº 318 de 1 de Junho de 1889 determina a criação de uma biblioteca denominada Biblioteca da Escola Publica de Artes e Ofícios, inspeccionada pelo director do estabelecimento de ensino, exercendo o subdirector as funções de conservador. Para ela devem ser transferidos os livros e espólio da anterior biblioteca e deverá ser dotada de uma quantia a determinar para a sua actualização, expediente e conservação. Desta forma procura-se remediar o facto de a anterior biblioteca, criada em portaria provincial nº 56 de 19 de Março de 1875 e reformulada em 1884, não haver correspondido às intenções que presidiram à sua criação. Segue-se o Regulamento da Biblioteca.³⁶⁷⁰

³⁶⁶⁹ Secretaria da Escola de Artes e Ofícios em Moçambique, 25 de Maio de 1882. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.36, m. 2 (10), doc. 3.

³⁶⁷⁰ *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 347.

Também as classificações e resultados dos alunos são, por vezes, objecto de publicitação. Na relação de 5 de Novembro de 1890 das *classificações obtidas pelos alunos da escola e externos nos exames anuais de Outubro último* classificados entre «aprovado» e «aprovado com distinção», nas áreas de: instrução primária elementar – 14 (10 e 4); instrução primária complementar – 4; desenho industrial – 8 (7 e 1); carpinteiros – 2; serralheiros – 2; latoeiro – 1; sapateiros – 3; tipógrafo – 1; pedreiro – 1.³⁶⁷¹

Por portaria nº 295 do Governo-Geral explicita-se que é inconveniente “por muito trabalhoso” estarem num só indivíduo as direcções da escola de artes e ofícios e do arsenal da cidade há muito tempo acumulados por um só indivíduo. Assim, exonera António Cândido Vidal de Sousa da direcção efectiva da escola de artes e ofícios e João José Lúcio Serejo Júnior da direcção provisória, e nomeia, em substituição, o Dr. Joaquim de Almeida da Cunha.³⁶⁷²

Por portaria nº 132 de 18 de Maio de 1895 é apontado o facto de a direcção da escola de Artes e Ofícios nomear indivíduos que exercem funções públicas por nomeação do governo sem que a mesma direcção ou esses indivíduos peçam prévia autorização podendo prejudicar o serviço e a própria disciplina, nomeadamente quando se trata da classe militar. Ficavam obrigados os funcionários e a direcção a pedir autorização do governo-geral para aceitação de cargos sob pena de exoneração imediata.³⁶⁷³

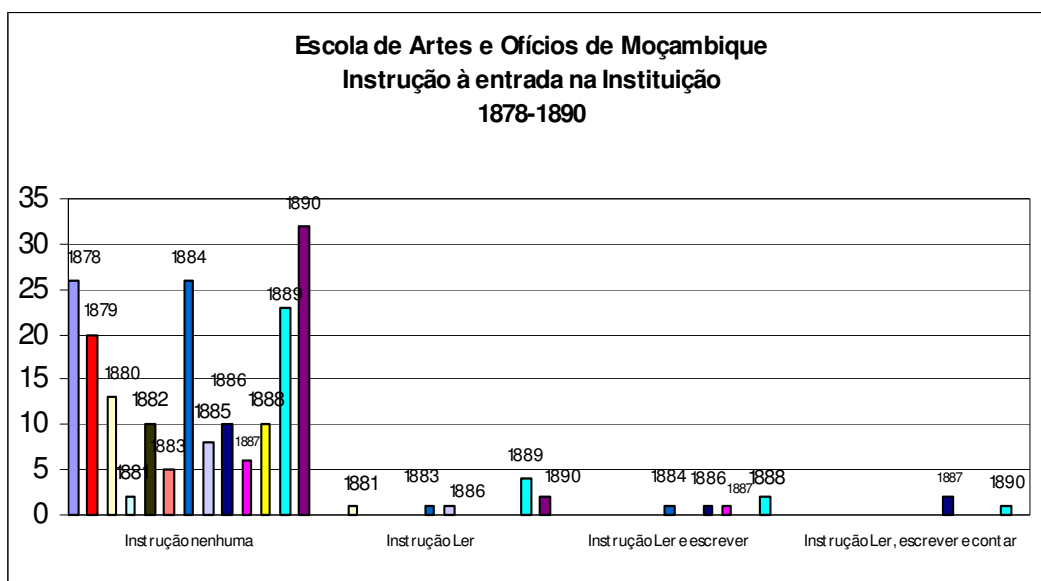
O vestuário dos alunos era considerado uma forma de identificação importante. Por portaria nº 596 de 14 de Novembro de 1893 a pedido do director da escola de artes e ofícios foi adoptado que, como medida provisória, fosse adoptada para os alunos a seguinte indumentária: calças de brim branco substituindo as de flanela e calçado de lona branca suprimindo-se o uso de polainas.³⁶⁷⁴

³⁶⁷¹ B.O., 8/11/1890, nº 45, p. 476.

³⁶⁷² B.O., 2/07/1892, nº 28, p. 262.

³⁶⁷³ B.O., 18/05/1895, nº 20, p. 193-194.

³⁶⁷⁴ B.O., 18/11/1893, nº 46, p. 652



Em alguns momentos notam-se preocupações em actualizar os conteúdos pedagógicos leccionados. Por portaria do Governo-geral nº 526 de 20 de Setembro de 1889 é aprovado, ouvido o conselho inspector de instrução pública, novo programa para o ensino das diversas disciplinas,³⁶⁷⁵ assinado pelo então director, Vidal de Sousa, em 5 de Agosto de 1889. Em primeiro lugar surge a Aula elementar e o *programa de leitura*, leitura auricular, dividindo a palavra em sílabas e partindo destas para a leitura por sílabas e seus elementos. Em observação, explica-se que os “(...) exercícios devem ser feitos sobre pequenas phrases ou trechos de curtos periodos, cujo sentido se possa sempre fazer comprehender pelos alumnos, e de algum modo os interesse. (...)”.³⁶⁷⁶ Em outra observação recomenda-se que podem

(...) ser objecto destas lições: - pequenas historias ou contos moraes accomodados á intelligencia e sentimentalidade das creanças; descripções de jogos que os alumnos possam aprender por estas leituras; historietas ou contos populares que os deleitem; processos de sortes e preparações recreativas que elles possam executar; pequenas composições poéticas próprias para serem decoradas e contendo lição moral ou instructiva, de forma agradável e interessante, etc., etc.³⁶⁷⁷

Especifica-se o *programa de escrita* partindo da elaboração de letras e primeiros exercícios. Também o *programa de aritmética e sistema métrico* deveria desenvolver-se por diferentes fases de cada vez maior complexidade. Quanto ao *programa de moral e doutrina cristã*, ela

(...) deve ser ensinada em todas as classes por meio de contos e historias apropriadas, expostas com as cautellas que demandam a idade e o desenvolvimento das creanças que frequentam cada uma d’estas classes. Estas historias e contos, tendo por fim formar o coração das creanças para o bem e para o justo, devem ser tirados da historia profana, e tambem dos assumptos das lições de leitura. O professor deve principalmente estudar,

³⁶⁷⁵ B.O., 21/09/1889, nº 38, p. 578-584.

³⁶⁷⁶ Id. Ibid., p. 578.

³⁶⁷⁷ Id. Ibid..

no domínio do carácter de seus alumnos, e do modo de proceder d'estes para com os companheiros na escola; pode tirar grandíssimo partido para o ensinamento da moral.³⁶⁷⁸

Este processo é complementado com o estudo dos principais fundamentos da *doutrina cristã*. Quanto ao *programa de gramática*, ele deverá consistir

(...) apenas no seguinte: O professor interrogando os seus alumnos e dialogando com elles a propósito das lições e de tudo a quanto possa estender-se o exame e observação dos seus discípulos, porá o seu principal empenho em corrigir-lhes os defeitos de pronuncia e exigir-lhes a correção grammatical assim na construção da phrase como no emprego dos termos próprios.³⁶⁷⁹

A obsessão da pronúncia é um aspecto comum no «sistema de ensino», um aspecto formal que consistiria num «vício» próprio dos africanos.

No que respeita à *aula complementar*, o programa de “leitura” merece a observação:

O bom êxito d'estes exercícios depende em grande parte do interesse que possam despertar na creança as leituras que servirem de objecto ás lições.

A brevidade das composições deverá permittir que os alumnos comprehendam todo o conjuncto de cada uma d'ellas; e convém ainda que os períodos sejam curtos e muito breves tambem as phrases interrogativas e exclamativas.

As longas dissertações, os pensamentos d'uma vasta comprehensão, as generalisações sobre conhecimentos que as creanças não podem possuir, etc., levam em regra á leitura monótona e sem expressão que tão frequentemente se nota em algumas escolas primarias.

Os alumnos deverão exercitar-se em expor o que tiverem entendido da composição estudada.³⁶⁸⁰

Já no *programa de escrita*, observa-se que era “(...) também conveniente que os assumptos d'esses modelos sejam cartas familiares, officios, facturas, contas correntes, requerimentos, etc.”³⁶⁸¹ É clara a preocupação em servir as necessidades da administração. Segue-se o programa de aritmética, com algumas observações pedagógicas de aplicação prática, nomeadamente na forma de leccionar o conteúdo que respeita ao estudo de fracções, podendo estes exercícios “(...) ser feitos a principio concretamente, empregando para isso uma porção de pequenos objectos que se possam amontoar, como que formando o todo ou o numero de que pretendemos tirar a fracção dada”.³⁶⁸² O *programa de doutrina cristã* repete o de estudo elementar. O mesmo acontece com o *programa de gramática*, trabalhando os vários aspectos de funcionamento da língua com a preocupação de, ao invés “(...) de apresentar abstractamente uma regra qualquer, o professor procurará sempre ensinar praticamente e

³⁶⁷⁸ *Id. Ibid.*, p. 579.

³⁶⁷⁹ *Id. Ibid.*

³⁶⁸⁰ *Id. Ibid.*

³⁶⁸¹ *Id. Ibid.*, p. 580.

³⁶⁸² *Id. Ibid.*

conduzir os discípulos pela observação e raciocínio a formularem elles próprios as regras grammaticaes.”³⁶⁸³

No *programa de corografia*, estabelecem-se: “Exercícios no mappa, breve conhecimento dos differentes termos chorographicos. Indicação, no mappa, das províncias, districtos e cidades, principaes portos, rios, montanhas, cabos, praças, fortes e lagoas da parte continental de Portugal e da colónia de Moçambique.”³⁶⁸⁴ Ambiciosamente dever-se-ão estudar a geografia, portos, clima, divisões administrativas e eclesiásticas de Portugal com as suas forma de governo, religião, população. Mas também haveria espaço para: “(...) Divisão administrativa, ecclesiastica, judicial e militar das possessões ultramarinas, com especialidade de Moçambique: Quais são as capitaes dos districtos?” Igualmente os seus limites, rios, territórios administrados directamente por governadores ou comandantes militares seus delegados, os territórios que não estando sob administração directa do governo são, no entanto, protectorados e têm residentes do governo, os principais monumentos históricos da colónia, os principais produtos industriais e agrícolas exportados, minas conhecidas, e os “(...) factos mais notaveis dos últimos tempos.”³⁶⁸⁵

Quanto aos *elementos da História de Portugal*, existem quatro grandes blocos: I – Fundação da monarquia; II – Dinastia de Avis; III – Dominação espanhola; IV – Dinastia de Bragança.

Para a aula de ginástica são elaboradas listas de exercícios esclarecendo que os exercícios da 1ª e 2ª secção em que figuram “Exercício com pesos, maças e luctas” e “Carreiras. – Marchas a passo gymnastico” representam “(...) aquelles *em* que mais assíduos se deve ser no ensino, por ser a parte mais hygienica da gymnastica, conjunctamente com a escola de soldado, sem e com arma, até á de companhia; os restantes exercícios são de menos importância, n’esta parte.”³⁶⁸⁶ Mais uma passagem em que a ligação dos alunos ao espírito militar se encontra prevista e a incentivar.

A *aula de desenho* compõe-se de uma série de assuntos de geometria. Também bastante extenso é o programa da *aula de música*, dividido em três partes: a primeira contendo Musica; Pauta, figuras de musica, pausas; notas de musica; claves; compassos; sincopa, contra-tempo; escala natural, intervalos naturais. Na *segunda parte* estudam-se: acidentes; tons e modos, modo maior; modo menor; maneira de conhecer os tons e os modos; géneros; intervalos alterados; inversão dos intervalos; andamentos; ligadura, stacato; ornamentos;

³⁶⁸³ *B.O.*, 21/09/1889, nº 38, p. 581.

³⁶⁸⁴ *Id. Ibid.*

³⁶⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 581-582.

³⁶⁸⁶ *Id. Ibid.*, p. 582.

diversos termos e sinais empregados na música. Na *terceira parte*: relação dos sons nas diversas claves; transposição musical; transposição de qualquer trecho de musica escrito em diferentes claves, para uma somente.³⁶⁸⁷

É esclarecedora a argumentação do director António Cândido Vidal de Sousa, com data de 5 de Janeiro de 1890 no Relatório anual da Escola de Artes e Ofícios referente a 1889,³⁶⁸⁸ em que classifica o edifício da escola como um dos melhores que existe na ilha de Moçambique, com boas condições higiénicas ressentindo-se, porém, por não ter sido construído de origem tendo em vista as suas funções. Foi comprada alguma mobília, aparelhos de ginástica, camas de ferro e outros materiais necessários. Providenciaram-se mesas mecânicas para a oficina de sapateiros e ainda roupas, perante o estado “lastimoso” das que existiam, “(...) os dois lençóis das camas estavam em serviço 30 dias, pois de 15 em 15 dias, se collocava um usado da parte superior, passando aquelle a substituir o inferior, que então se destinava a ser lavado; toalhas de rosto não existiam; de mesa havia apenas uma.”³⁶⁸⁹

Significativa quanto aos fins globais a que se destina o estabelecimento de ensino é a notícia de que teriam sido

(...) encomendadas e já aqui estão 80 espingardas completas modelo, das escolas comunaes francezas, por ser bárbaro obrigar creanças de 8 e 10 anos a fazerem uso das pezadas armas que a escola tinha, apropriadas das *Richards* da força militar, as quaes só se podiam admittir transitoriamente emquanto não se adquirissem outras próprias.³⁶⁹⁰

No domínio administrativo e de funcionamento, foi simplificada a escrituração para lhe aumentar eficácia. O rendimento das oficinas aumentou. Segundo o originário regulamento da escola, a câmara da capital deveria inscrever uma verba no seu orçamento para a escola e, ainda que ela fosse frequentada por alunos de quase todos os distrito, só as de Sofala e Quelimane cumpriam essa determinação.

Quanto a aulas e ensino profissional, foi reformado o sistema de estudos, sendo o novo programa aprovado pelo conselho de instrução pública, dividindo-se a instrução primária em elementar e complementar, criando-se esta última e, ainda, o ensino de desenho industrial e ginástica. Nas profissões distribuídas aos alunos, foi restringida a oferta de alfaiate e tipógrafo,

(...) porque quando saíssem da escola com o seu curso terminado se veriam em dificuldades, os primeiros por só existirem na província estabelecimentos d’alfaiate pertencentes a gentios da Índia, os quaes só querem officiaes por diminuto salário; os segundos por o numero de typographias tão pequeno na colónia, tendo a do governo um quadro fixo, que muitos se veriam em dificuldades para ganharem meio de vida;

³⁶⁸⁷ *Id. Ibid.*, p. 583-584.

³⁶⁸⁸ *B.O.*, 8/02/1890, nº 6, pp. 70-73.

³⁶⁸⁹ *Id. Ibid.*, pp. 70-71.

³⁶⁹⁰ *Id. Ibid.*, p. 71.

attendendo-se a outras profissões mais úteis e lucrativas para elles, facilitando ao governo mais vantagens por estar conhecido que os operários europeus devem ser empregados aqui unicamente como mestres e dirigirem o ensino das suas profissões, adoptando-se as machinas que forem de vantagem para mais rápida e perfeita manipulação e empregando n'isso operários indígenas mais baratos e resistindo melhor ao clima.³⁶⁹¹

Registem-se as poucas saídas profissionais para certos misteres após um curto período de funcionamento da escola e também a consciência da distribuição diferente de tarefas a africanos e europeus, cabendo aos últimos as tarefas de direcção.

São referidas as diversas tentativas do governo para criar uma biblioteca pública na capital, inviabilizada pela falta de pessoal fixo e de correspondente verba para a sua gratificação. Por isso propôs o director a instalação de uma biblioteca numa das salas da escola, sendo necessária, no entanto, uma verba de receita para aquisição de obras, concertos, conservação. Conta inaugurá-la brevemente, promovendo, desse modo, a aquisição de alguns volumes em falta nas colecções existentes e aproveitar as ofertas de livros de particulares. Remata, dizendo que

(...) n'uma terra em que se teem visto morrer instituições úteis e que se julgavam com muita vida, a escola chegou até hoje mais ou menos florescente, precisa da protecção da primeira auctoridade da colónia para continuar a avançar e mostrarmos assim áquelles que nos pretendem deprimir como nação colonisadora, que Portugal não só soube dar liberdade aos indígenas na suas possessões africanas, mas sabe tambem educal-os e fazer d'elles homens úteis ao seu paiz; pena é que uma instituição semelhante, mas para raparigas, não tenha tido quem promovesse a sua instituição porque ella seria o complemento da ideia civilisadora que creou a escola d'artes e officios.³⁶⁹²

18.3. Orçamentos e verbas para funcionamento

Através dos produtos manufacturados na escola, procura-se obter meios pecuniários, como intentado no anúncio de 18 de Outubro de 1880, assinado pelo director, tenente Luiz Antonio de Novaes Lara, e pelo sub-director, o tenente Bento Peixoto – “A direcção da escola d'officios faz publico que no estabelecimento da mesma se manufactura toda a qualidade de calçado para homens e senhoras, a prompto pagamento.”.³⁶⁹³

Para as receitas da Escola deveria contribuir significativamente o trabalho dos alunos. Por exemplo, no orçamento de 1 de Dezembro de 1879, relativo ao mês anterior indica-se que 693 alunos trabalharam no arsenal a 50 réis, totalizando 21\$300 réis; 540 na escola de officios, respectivamente 48 a 50 réis, 24 a 75 réis e 142 a 50 réis o que perfaz 21\$626 réis; 100

³⁶⁹¹ *Id. Ibid.*

³⁶⁹² *Id. Ibid.*, p. 72.

³⁶⁹³ *B.O.*, 5/07/1880, n° 42, p. 144.

escolares na imprensa nacional a 50 réis; 47 escolares na imprensa do *África Oriental*, 25 a 100 réis, 22 a 88 réis.³⁶⁹⁴

Também no orçamento de 1 de Junho de 1880, se refere o labor de 648 escolares que trabalharam no arsenal, representando 226\$684 réis; 288 escolares na imprensa nacional por 9\$600 réis; 146 escolares na imprensa do *Africa Oriental* por 8\$760 réis. Os três serviços totalizaram 41\$100 réis.³⁶⁹⁵

As fontes de receita da escola são diversificadas. No balancete de receita e despesa relativo ao mês de Maio de 1881, a escola de ofícios recebeu de subsídio da Junta da Fazenda, 300\$000 réis; do redactor do *Africano* como donativo, 9\$000 réis; do Juiz de Direito, “donativo da multa que a si mesmo impôs”, 10\$000 réis; do director do arsenal por dois terços do salário dos escolares que ali trabalharam na 2ª quinzena de Abril e na 1ª de Maio, respectivamente 9\$100 e 9\$666 réis.³⁶⁹⁶ São então correntemente contabilizados os proventos de trabalhos no Arsenal feitos pelos alunos; na imprensa nacional; *Africa Oriental*³⁶⁹⁷; nas oficinas da própria escola de ofícios³⁶⁹⁸, especificamente na oficina de sapateiros,³⁶⁹⁹ donativos de particulares³⁷⁰⁰; subsídios de 300\$000 réis da Junta da Fazenda; o terço do salário dos alunos “desertados e despedidos, que dos fundos especiaes passa para os fundos da escola.”³⁷⁰¹ Em balancete relativo aos fundos da escola em fins de Agosto de 1884, entre outras fontes encontramos os “proventos da banda de música” no valor de 20\$000 réis.³⁷⁰²

Procuram-se outras opções para angariação de fundos, nomeadamente através de iniciativas de carácter cultural. Algumas delas permitem proceder a declarações sobre a importância concedida ao ensino – real ou um pouco imaginária como a que consta de uma informação, de 4 de Outubro de 1882, do director da escola, António de Mello Varajão, em que, a propósito do agradecimento que faz aos que compareceram a uma récita no pequeno teatro do estabelecimento de ensino, em benefício do seu cofre, declara solenemente:

Cauza verdadeira alegria a revellação d’esse symptoma, que começa de expandir-se n’esta colónia, precursor da intervenção directa que os seus habitantes querem tomar nos cometimentos prestadios do paiz, entre os quaes, no meu sentir, têm o primeiro logar os que, como este estabelecimento, se dirijam á educação e ensino da nova geração indígena, e por tanto á sua regeneração e engrandecimento.³⁷⁰³

³⁶⁹⁴ *B.O.*, 5/01/1880, nº 1, p. 5.

³⁶⁹⁵ *B.O.*, 18/10/1880, nº 27, p. 144.

³⁶⁹⁶ *B.O.*, 13/06/1880, nº 24, p. 144.

³⁶⁹⁷ *B.O.*, 5/07/1880, nº 27, p. 5.

³⁶⁹⁸ *B.O.*, 5/01/1880, nº 1, p. 129.

³⁶⁹⁹ *B.O.*, 7/03/1881, nº 10, p. 54.

³⁷⁰⁰ O redactor do jornal “*O Africano*” ou do Juiz de Direito. *B.O.*, nº 24, 13/06/1881, p. 129.

³⁷⁰¹ *B.O.*, 7/02/1881, nº 6, p. 34.

³⁷⁰² *B.O.*, 4/10/1884, nº 40, p. 187.

³⁷⁰³ *B.O.*, 21/03/1882, nº 44, p. 317. Sobre o teatro a cargo da Escola de Artes e Ofícios para substituir o anteriormente existente na cidade ver Sopa, 1996, p. 51.

A escola recebe proventos da realização de concertos como o de 1 de Dezembro de 1882 no *Club Recreativo* da cidade, que rendeu 76\$880 réis.³⁷⁰⁴

A escola procura entrosar-se com a cidade, obtendo, desse modo, ganhos financeiros. A 3 de Fevereiro de 1883, os habitantes de Moçambique são convidados, pelo seu director, a visitá-la.³⁷⁰⁵

As actividades da escola procuram abranger, pontualmente, outro público potencial, como se exemplifica na secção de “Anúncios” do *Boletim Oficial*:

AULA DE INSTRUÇÃO PRIMARIA – O Presbytero Francisco António Quintão, missionario portuguez ultramarino, capellão do hospital civil e melitar d’esta cidade e professor da eschola de officios, annuncia por este meio e communica ás famílias, cujos filhos são alumnos externos da mesma eschola, e a todas as outras famílias, que desejem educar seus filhos, queiram mandal-os á nova eschola, que com a devida auctorisação do chefe da provincia, tenciona abrir desde as 10 horas da manhã ao meio dia, a principiar desde a data da publicação d’este annuncio no *Boletim Oficial*; pagando cada alumno mensalmente a quantia de seiscentos reis. A casa destinada para esta nova aula é a que serve para a eschola de artes e officios. – P. Francisco António Quintão.³⁷⁰⁶

A 3 de Julho de 1887, o então director da Escola de Artes e Ofícios, Francisco Correa Leotte, solicita ao Governador-Geral que dispense a escola de vender o espólio que lhe caberia por extinção do Club da cidade, onde teriam sido encontrados alguns produtos de primeira necessidade. Invoca as precisões do estabelecimento de ensino, para solicitar que apenas seja vendido em leilão aquilo de que a escola não necessitar, conservando o resto, que lhe seria muito mais útil que o numerário resultante da sua venda.³⁷⁰⁷ Na mesma data, o Governador autoriza que todos os objectos ou mobília necessários à escola sejam conservados em sua posse.

Procura-se o concurso das várias municipalidades da Província para o funcionamento da escola. O seu Director, em Fevereiro de 1892, escreve ao Governador do Distrito do Ibo comunicando que na noite de 29 de Abril será o 14º aniversário da abertura da escola. Deve ser realizado um bazar de prendas em benefício do estabelecimento de caridade. Pede que solicite às damas e cavalheiros do distrito qualquer prenda para o bazar “que tão util e sympathico fim tem.”³⁷⁰⁸ Volta a escrever-lhe, em Janeiro de 1893, com o mesmo fim, pedindo que solicite aos outros oficiais e mais empregados que servem sob as suas ordens

³⁷⁰⁴ *B.O.*, 23/12/1882, nº 53, p. 379.

³⁷⁰⁵ *B.O.*, 3/02/1883, nº 5, p. 48.

³⁷⁰⁶ *B.O.*, 8/03/1880, nº 10, p. 54; *B.O.*, 15/03/1880, nº 11, p. 58.

O padre Francisco António Quintão, pedirá a 8 de Outubro de 1880, o regresso ao Reino, que será deferido. Cumpriu os estatutos do colégio das missões ultramarinas. Foi exonerado do cargo de capellão do hospital militar e civil de Moçambique para que fora nomeado por portaria 20 de Maio de 1878. *B.O.*, 11/10/1880, nº 41 p. 215.

³⁷⁰⁷ *B.O.*, 9/07/1887, nº 28, p. 302.

³⁷⁰⁸ Assinatura ilegível. Secretaria da Escola de Artes e Ofícios em Moçambique, 11/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.36, m. 2 (10), doc. 1.

para que auxiliem na festa de caridade.³⁷⁰⁹ Idêntica comunicação é feita a outros distritos, como o de Quelimane, solicitando dos “cavalheiros e damas” do distrito qualquer prenda para figurar no bazar.³⁷¹⁰

O Director da Escola de Artes e Ofícios em Moçambique, J. Lemos, explicara ao Governador do distrito de Quelimane que, por portaria nº 187 de 22 de Maio de 1890, se determina a obrigatoriedade de as câmaras municipais inscreverem uma verba destinada a subvencionar a Escola de Artes e Ofícios de Moçambique. Todas as câmaras haviam cumprido essa obrigação, com excepção da câmara contactada, que nunca enviara qualquer quantia. Por isso solicitava ao Governador do aludido distrito que ordenasse que no orçamento do concelho em falta fosse incluída a verba, “caso a sua situação financeira o não torne impossível”. Solicita igualmente a intercessão do Secretário do Governo – a quem dirige carta junto do Governador de Quelimane. Especifica-se que as verbas apuradas deste modo se destinam a melhoramentos no estabelecimento e à montagem de uma nova oficina de carpintaria. Indica ainda que, caso o pedido seja satisfeito, o subsídio poderia ser enviado mensalmente, pelo correio, e por meio de “vales de serviço”. Informa também que, pelo facto de haverem saído da escola alguns alunos “que terminaram a sua educação ou atingiram o limite d’idade”, existiam, nessa altura, mais de 20 vagas de alunos “pensionistas do estado”, podendo por isso ser recebidos mais alguns.³⁷¹¹

Na conta de receita e despesa referente ao ano económico de 1883 a 1884 surgem, entre outras fontes de receita, os bazares e corridas no campo de S. Gabriel, 768\$000 réis; o quantitativo recebido do chefe da polícia da cidade, no montante de 10\$000 réis; venda de artigos em exposição, 3\$000 réis; recebido da câmara municipal de Quelimane, 94\$500 réis.³⁷¹²

Por portaria nº 316 de 31 de Maio de 1889 é aprovada a proposta do director da Escola de Artes e Ofícios para que do fundo especial resultante do produto de um terço das férias vencidas pelos alunos em aprendizagem nas diferentes oficinas públicas e particulares fossem fornecidos enxovais aos discípulos que concluíssem o curso.³⁷¹³

Os diversos donativos de particulares são objecto de publicação em Boletim Oficial.³⁷¹⁴

³⁷⁰⁹ Assinatura ilegível. Escola de Artes e Ofícios em Moçambique, 12/01/1893. *A.H.M., Gov. Dist. Cabo Delgado*, cx. 8.36, m. 2 (10), doc. 2.

³⁷¹⁰ Moçambique, 11/02/1892. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 51 m. 1 (22), doc. 1.

³⁷¹¹ Moçambique, 17/03/1898. *Id. Ibid.*, doc. 2.

³⁷¹² *B.O.*, 13/12/1890, nº 50, p. 525.

³⁷¹³ *B.O.*, 1/06/1889, nº 22, p. 346.

³⁷¹⁴ *B.O.*, 26/04/1890, nº 17, p. 206.

Em Janeiro de 1893 concorrem com donativos entre 1\$000 e 7\$000 réis, num total de 53\$500 réis, diversos “cavalheiros”: Cônsul francês e inglês, casa alemã, Divisão naval, coronel Fonseca, secretário geral Gomes Pereira, oficial maior Lima, tenente Rebello, Anacleto Cabral, Manoel Ribeiro da Silva, Pinto & Velloso, comerciante Camilo, Faustino de Sousa, Claudino Fava, Taibo Selemene e um anónimo.³⁷¹⁵

As listas de subscritores que concorrem para a escola aparecem logo após a publicação dos orçamentos mensais, por exemplo em 1892, quando é director João José Lúcio Serejo Júnior, primeiro-tenente, e sub-director Carlos Augusto de Figueiredo, alferes.³⁷¹⁶

A escola subsiste também mediante o recurso a ofertas em retribuição das boas festas dadas pelos alunos, como a de Janeiro de 1894 que renderia 53\$500 réis.³⁷¹⁷

Em 9 de Junho de 1890 é aprovada pelo governo-geral a despesa para a conclusão de duas oficinas no edifício da escola por 988\$230 réis.³⁷¹⁸

Sucedem-se os exemplos de trabalhos efectuados pelos alunos e que representam proventos: 47\$150 recebidos do hospital militar e civil e de Germano H. Cardoso, pela construção de quatro caixões mortuários; 3\$800 de um caixão funerário pago por Luiz de C. e Oliveira; 4\$000 de vinte alunos que foram a um funeral; 8\$850 por aprendizagem dos alunos na imprensa nacional, 8\$940 na capitania dos portos, 7\$920 nas obras públicas, nas oficinas de sapateiros e alfaiates;³⁷¹⁹ de subscritores particulares; caixões para o hospital militar; 20 alunos que vão a funeral; rendimento das oficinas de sapateiros e alfaiates; venda de alpercatas;³⁷²⁰ do cônsul da França Guier como pagamento da educação do aluno nº 2, José Audibert, desde 29 de Outubro de 1889 a 30 de Junho de 1895, no montante de 329\$120 réis. Também os fornecedores deixam a décima parte dos fornecimentos feitos, 150\$520 réis; subsídios das câmaras; acompanhamento de enterros e construção de caixões; 19\$600 de uma guarda de honra feita pelos alunos; trabalhos avulsos e ofertas; do corpo de polícia pela elaboração de 1500 latas, 30\$000 réis; fêria de alunos em aprendizagem em vários organismos – imprensa, capitania; rendimento das oficinas;³⁷²¹ proventos da música;³⁷²² aluguer de instrumentos musicais; venda de água; fêria dos alunos no arsenal, na imprensa nacional;³⁷²³ ofertas;³⁷²⁴ 1\$700 a três alunos que trabalharam na prelazia;³⁷²⁵ produto de bazar

³⁷¹⁵ *B.O.*, 13/01/1894, p. 13.

³⁷¹⁶ *B.O.*, 21/05/1892, p. 184; *B.O.*, 18/06/1892, p. 226.

³⁷¹⁷ *B.O.*, 13/01/1894, nº 2, p. 13.

³⁷¹⁸ *B.O.*, 14/06/1890, nº 24, p. 263.

³⁷¹⁹ *B.O.*, 29/01/1898, nº 5, p. 54.

³⁷²⁰ *B.O.*, 5/02/1898, nº 6, p. 70.

³⁷²¹ *B.O.*, 15/08/1896, nº 33, p. 352.

³⁷²² *B.O.*, 1/08/1896, nº 31, p. 322.

³⁷²³ *B.O.*, 26/01/1895, nº 4, p. 41.

³⁷²⁴ *B.O.*, 20/04/1895, nº 16, p. 152.

³⁷²⁵ *B.O.*, 13/07/1895, nº 28, p. 287.

e bufete, 122\$485;³⁷²⁶ donativos de 1 de Janeiro por ocasião das boas festas dadas pelos alunos, como os referidos pelo director Almeida e Cunha em 4 de Janeiro de 1894: de diversos diplomatas, casas comerciais, instituições militares e civis e particulares, públicos ou anónimos.³⁷²⁷ Rendimento do botequim no mês de Junho, 32\$800; em Junho de 1892 do cofre geral 711\$318 e do de dotação 1000\$000.³⁷²⁸ Lista de pessoas que concorreram com prendas para o bazar da escola, de vários locais – Moçambique; Lourenço Marques; Quelimane; Inhambane; Ibo.³⁷²⁹ Subsídio para a biblioteca anexa à escola de 110\$000; 49\$385 em obras particulares;³⁷³⁰ cauções dos fornecedores para garantia dos contratos; alunos em aprendizagem na estação telefónica; trabalho de caiadores.³⁷³¹

Nas despesas pontificam a manutenção do edifício, o custo das aulas, oficinas, empregados, expediente, medicamentos, compra de material, vestuário e calçado, alimentação.

O aprovisionamento de bens necessários para a escola é objecto de publicitação em anúncios, como o da Direcção da Escola de Artes e Offícios, em 24 de Janeiro de 1882 em que o seu director, António de Mello Varajão torna público

(...) que no dia 2 do próximo mez de Fevereiro pelas 12 horas da manhã, se abrirá praça para a licitação do fornecimento de todos os géneros e mais artigos precisos para a manutenção e vestuário dos alumnos, fornecimento das officinas e dependências da eschola d'artes e officios.

Os fornecimentos serão feitos segundo as bases e condições que se acham d'esde as 10 horas da manhã até as 3 da tarde.

Acceitam-se propostas em cartas fichadas dirigidas ao sub-director da eschola devendo as mesmas cartas serem assignadas pelo proponente e seu fiador.³⁷³²

Vai-se mantendo a prática de o conselho administrativo abrir concurso público para fornecimento de géneros para a escola.³⁷³³

³⁷²⁶ B.O., 27/07/1895, nº 30, p. 303.

³⁷²⁷ B.O., 13/01/1894, nº 2, p. 13.

³⁷²⁸ B.O., 14/01/1893, nº 2, p. 27.

³⁷²⁹ B.O., 26/08/1883, nº 34, p. 505.

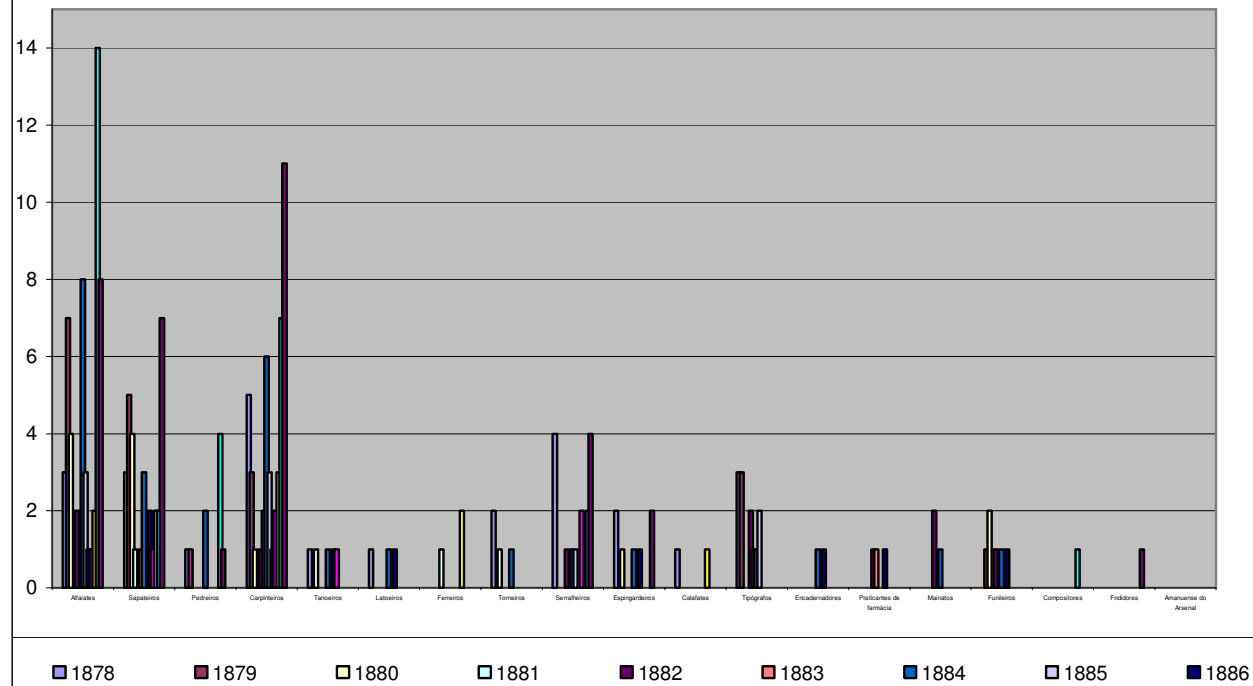
³⁷³⁰ B.O., 12/08/1893, nº 32, p. 481.

³⁷³¹ B.O., 3/03/1894, nº 9, p. 117.

³⁷³² B.O., 25/01/1882, nº 4, p. 46.

³⁷³³ B.O., 5/11/1892, p. 524.

Gráfico 44 - Escola de Artes e Ofícios de Moçambique
Profissões
1878-1890



A 2 de Agosto de 1891 era publicado no Boletim Oficial o Relatório relativo a 1890, datado de 26 de Janeiro de 1891, pelo director António Cândido Vidal de Sousa.³⁷³⁴ Dá conta de que se haviam terminado as oficinas novas para alfaiates e sapateiros. Também dá conta de arranjos realizados, transformando a antiga oficina de alfaiates e uma parte da arrecadação em camarata e de que fora também ocupado um quarto para instalação do aparelho telegráfico “Morse” comunicando com outro a instalar no arsenal e destinando-se à aprendizagem dos alunos que seriam telegrafistas.

No que respeita a mobília, foi adquirida alguma e utensílios, bem como roupas, e manufacturaram-se uniformes, tendo, ainda assim, que mandar trazer calçado da Europa por não haver tempo para o manufacturar ali.

Quanto a castigos, o director congratula-se com a diminuição da sua aplicação aos alunos. Lamenta a falta de um preceptor pela sua actividade “de policia”, coadjuvando os professores e vigiando todos os serviços numa actividade para a qual o regulamento prevê a existência de dois funcionários. De resto, a falta de pessoal faz-se sentir em outros domínios, já que o

(...) pessoal marcado no regulamento foi sufficiente até há pouco mais de um anno, pois a escola nunca tinha attingido numero de alumnos superior a 80, e como o serviço se fazia regularmente nunca se tinha chegado a conhecer a insufficiencia, logo que o numero d’alumnos chegasse a 100, limite máximo dos pensionistas auctorizados, o que hoje se conheceu por se acharem aqui 110 alumnos, numero que nunca chegou a reunir-se, o que traz consigo grande aumento de serviço (...).³⁷³⁵

Também importa a referência à desconfiança dos africanos, pois os

(...) indígenas tinham um certo receio na admissão dos filhos aqui e para isso concorria um pouco não só o saberem que seriam educados nos principios da religião christã, como tambem por julgarem que os maltratavam; há pouco tempo, porém, mudaram de opinião e principiaram a instar pela admissão dos filhos e, por indagações que fiz, concluí que esta mudança de idéas era devida a um motivo muito simples: um de meus filhos quis que lhe fizessem um fato igual ao dos alumnos da escola, os quaes não são feitos como fatos de fantasia para crianças e vendo-o com aquelle trajo acreditaram ser elle alumno, dizendo-me o individuo que interroguei a tal respeito, que já não tinham receio de mandar os filhos para a escola porque tendo eu lá o meu havia de tratar bem os d’elles.³⁷³⁶

Relativamente às aulas e ensino profissional, todas funcionaram regularmente com excepção da ginástica por falta de alguém habilitado para a reger “(...) tendo-se porém, continuado com os exercícos militares a fim de dar movimento aos músculos, tão necessários principalmente a individuos costumados á vida livre e activa das creanças indígenas.”³⁷³⁷

³⁷³⁴ B.O., 1/08/1891, nº 31, p. 311-313.

³⁷³⁵ Id. Ibid., p. 311.

³⁷³⁶ Id. Ibid.

³⁷³⁷ Id. Ibid.

A biblioteca seria inaugurada a 29 de Abril de 1890, tendo já recebidos, nessa altura, alguns donativos de livros e compradas outras obras directamente pela escola. E remata: “Há porém a notar que, depois de inaugurada a bibliotheca publica, não houve quem viesse consultar qualquer livro.”³⁷³⁸

Refere ainda que

(...) o numero dos porcionistas, que nunca passou de 3 ou 4, foi logo no principio do anno elevado a 6, dos quaes um sahiu com os exames terminados, e mais tendo augmentado com a admissão de 14 mancebos de Gaza, dos quaes 3 são filhos do próprio regulo Gungunhana e os outros dos seus principais indunas e grandes; (...).³⁷³⁹

Em 1893, António Enes lembra que o arsenal educa, nas suas oficinas, alunos da escola de artes e ofícios, “(...) o que é uma nota simpática.” Sobre a filosofia que os poderes públicos dispensam a esse estabelecimento de instrução, acrescenta que a

(...) divisão naval, os quartéis, a imprensa, os particulares aproveitam a miude os préstimos do estabelecimento, que, na realidade, não poderia ser eliminado de súbito sem se lhe sentir a falta, porque tem impedido que, pelo menos em Moçambique, se implantem fora dele as artes mecânicas que dentro dele se exercem protegidas pelo subsídio e pela clientela do Estado, e cujos produtos, segundo me afiançam, são geralmente bem acabados.³⁷⁴⁰

A Escola de Artes e Ofícios transitaria para a administração eclesiástica, “(...) no intuito d’esta lhe poder prestar mais cuidado interesse em 1896”.³⁷⁴¹ Em 1910, os objectivos do ensino profissional são claros quanto às suas pretensões discriminatórias.³⁷⁴²

Quanto a professores, foram muitos os que passaram pela escola. Militares, responsáveis pela política, homens de direito e religiosos ali exerceram funções. A sua formação indicia os objectivos de ordem e disciplina que deveriam nortear a instituição.

³⁷³⁸ *Id. Ibid.*

³⁷³⁹ *Id. Ibid.*

³⁷⁴⁰ Ennes, 1946, p. 142.

³⁷⁴¹ Andrade, 1910, p. 343.

³⁷⁴² “Se as funções publicas, nas colonias, não offerecem logar a todos os pretendentes das classes indigenas, a educação theorica representa para elles perda de tempo e de dinheiro. Por outro lado, a ansia pelos empregos publicos distrae um grande numero de braços necessarios á agricultura e a outros trabalhos. Importa, pois, não lhes vedando em absoluto o accesso a taes logares, nem lhes prohibindo aquelles estudos, facultar-lhes o ensino em que, segura e mais facilmente, venham a ganhar os seus meios de subsistencia. Nas escolas profissionaes cuida-se menos do ensino literario e scientifico e mais do que respeita ás artes e officios. O ensino technico terá duas vantagens: sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista de utilidade pratica. Moral, porque o indigena, affeito a respeitar o exemplo que parte de cima, acostumar-se-a a dar o devido apreço ao trabalho manual, quando seja o proprio Governo que o tome sob a sua direcção e ensino; pratico, porque aprenderá a ganhar a sua vida e a sustentar, porventura com lucro, a concorrência vinda de fóra. Vantagem, pois, para elle e para o Governo. Tal regimen, com firmeza seguido, em alguns annos resolverá importantes questões economicas e politicas.” Andrade, 1910, p. 344. “Em todas se estabelece obrigatorio o estudo e o uso da nossa lingua que, como referi na proposta do ensino colonial metropolitano, é um dos mais valiosos instrumentos de assimilação. Esse estudo, porém, será simples, em intuito, no caso bem censurável, de incutir no indigena as finuras grammaticas da nossa lingua, mas de forma a, sem interprete, o funcionario recém-chegado se fazer entender pelos habitantes da terra em que se encontra.” *Id. Ibid.*, p. 345.

19. Língua portuguesa e línguas africanas: relações, confrontos e coabitações

19.1. Divulgação da língua portuguesa – jornais, clubes e associações

“Se ao vencimento da tese segundo a qual o liberalismo português carecia de um projecto consequente e exequível para a Africa Oriental Portuguesa falecessem arrazoamentos, teríamos esse de a imprensa cá ter chegado tão tarde como em 13 de Maio de 1854.”

José Capela, «A Imprensa de Moçambique até à Independência», in *140 Anos de Imprensa em Moçambique: estudos e relatos*, coord. Fátima Ribeiro e António Sopa, Maputo, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 1996, p. 11.³⁷⁴³

A 19 de Abril de 1854, a bordo da fragata «D. Fernando II», chegariam os materiais necessários para o estabelecimento da tipografia – um prelo, caixas de tipo e outros materiais –, que seriam instalados num edifício que havia servido para Escola Primária, Companhia de depósito e Depósito de material de guerra.³⁷⁴⁴ António Joaquim de Carvalho trabalharia sozinho na Imprensa do Governo, publicando o boletim semanal, até Janeiro de 1855, quando se lhe juntaram um tipógrafo, João Sinfrónio de Carvalho,³⁷⁴⁵ e um aprendiz, o soldado Manuel Coelho Guimarães.

O primeiro Boletim do Governo da Província de Moçambique é datado de 1854, 13 de Maio.³⁷⁴⁶ Para os “trabalhos e serviço” da Imprensa Nacional de Moçambique, o Governador

³⁷⁴³ Capela, 1996, pp. 11-27. A esse respeito assinala Ilídio Rocha que Moçambique foi das últimas colónias a que chegou a imprensa: Índia, 1556; Macau, 1588; Brasil, 1808; Cabo Verde, 1842; Angola, 1845; Moçambique, 1854; S. Tomé, 1857; Guiné, 1880. Rocha, 1980, p. 62.

³⁷⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 54.

³⁷⁴⁵ João Sinfrónio de Carvalho foi o primeiro jornalista de Moçambique. *Id.*, *ibid.*, p. 62. É-lhe concedida a renovação da portaria para continuar exercendo os lugares de director, compositor e impressor da imprensa nacional da cidade a João Synfronio de Carvalho em 1867 (BO, nº 1, 4/01/1868, p. 1). Nomeado compositor da imprensa do governo da província a seu pedido e por informação do governador-geral em portaria do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, nº 45 (BO, nº 36, 5/09/1868, p. 188), João Synfronio de Carvalho seria considerado, em 1875, pela Junta de Saúde, como incapaz para todo o serviço e aposentado com dois terços do ordenado. (BO, 12/06/1875, nº 24, p. 139).

³⁷⁴⁶ Dando cumprimento ao decreto de 7 de Dezembro de 1836 de D. Maria II, que previa a impressão de boletins oficiais em cada província. Segundo Ilídio Rocha, seguir-se-iam outras publicações: 1859, *Almanach Civil Ecclesiástico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique*; 1868, *O Progresso*, primeiro jornal de Moçambique; 1876, *África oriental*, na ilha de Moçambique; 1877, *O Africano*, de Quelimane; 1881, *Revista Africana*, literária, na ilha de Moçambique; 1881, *Boletim da Sociedade de Geographia de Moçambique*; 1885, *O Imparcial*; 1886, *Estatística das Alfândegas da Província de Moçambique*; 1888, *Distrito de Lourenço Marques*; 1889, *Boletim Oficial do Governo do Distrito de Lourenço Marques*; 1892, *Boletim da Companhia de Moçambique*; 1892, *Commercio de Lourenço Marques*; 1892, jornal *A Beira*; 1894, *O Futuro de Lourenço Marques*; 1895, *Santo António (comemoração do 7º centenário)*; 1897, *Boletim Meteorológico*; *Boletim Municipal do Concelho de Lourenço Marques*; 1897, no Ibo, *Boletim da Companhia do Nyassa*; 1900, em Macequece, *The Manica Mining Journal*; 1900, *O Nyassa*; 1900, *O Portuguez*. Rocha, 1985, pp. 12-17.

Do mesmo autor, e sobre estas questões veja-se: Rocha, 1996, p. 293; Rocha, 1997, pp. 55-82. Outros jornais referenciados são *O Noticiário de Moçambique*, 1872-73; *o Jornal de Moçambique*, 1873-75; *Noticiário de Moçambique*, 1876-87; *A Verdade*, 1880; *Imparcial*, 1885; *Civilização Africana*, 1886; *Moçambique*, 1888-1889. Alguns dos títulos mencionados por Ilídio Rocha são acompanhados da informação que da sua existência “pouco se sabe”. Rocha, 2000, pp. 42-46. Também em Quelimane, *O Africano*, 1877-1881; *O Quelimanense*, 1881-83; *Correio da Zambézia*, 1886-87; *Gazeta do Sul*, 1889-1891; *Clamor Africano*, 1892-1894; *A Luta* 1893; *Eco da Zambézia*, 1893-1895. Rocha, 2000, pp. 47-50. Em Lourenço Marques nasce o *Boletim Oficial de Gov. Dist. Lourenço Marques* em 1889; em 1890, *A Situação*; *O Comércio de Lourenço Marques*, em 1892; *O Luso Africano*, no mesmo ano e o *Africano*; *A Kermesse* em 1894. Vários destes periódicos foram de existência efémera. Rocha, 2000, pp. 59-62. *O Futuro de Lourenço Marques*, em 1894, é exemplo de jornal bilingue. Ainda *O Futuro de Lourenço Marques*, 1894; *O Futuro*, 1898. Na Beira, em 1892, a Companhia de Moçambique publica o

Geral é autorizado a recrutar em Goa, em 1855, alguns compositores e impressores “(...) que dirijam alguns aprendizes que ali há, e se encarreguem do serviço ordinário, que se interrompe quando adoece o único individuo que se acha à testa d’aquelle estabelecimento, visto constar que em Goa se podem ajustar por módicos preços (...)”.³⁷⁴⁷ Até fins de 1898 será publicado em Moçambique, altura em que a mudança de capital da colónia justifica a sua primeira publicação em Lourenço Marques a 25 de Maio de 1897.³⁷⁴⁸

O compositor e chefe da tipografia continua a ser, em 1857, Antonio Joaquim de Carvalho; acompanham-no o oficial maior da Secretaria do Governo-geral, Frederico Carlos da Silveira Estrella e o oficial ordinário da mesma, Francisco Ferreira de Mello Portugal da Graça. Nesta mesma altura, todos pedem aumento de ordenados que lhes é negado “emquanto não melhorar o estado da Fazenda Publica da Província”.³⁷⁴⁹

Francisco Paula de Carvalho substitui, primeiro interinamente e a partir de 10 de Agosto de 1879 o então director da Imprensa Nacional.³⁷⁵⁰

Em 21 de Janeiro de 1882 é publicado o *Regulamento da Imprensa Nacional de Moçambique*, aprovado por portaria nº 23. O principal objectivo da Instituição consiste na publicação do Boletim Oficial da Província dispondo de oficinas para execução de outros trabalhos servindo o governo-geral, repartições públicas e particulares.³⁷⁵¹ As suas despesas estão a cargo da Junta da Fazenda.

O Boletim Oficial deve ser distribuído gratuitamente, de acordo com as instruções do Governo-Geral. De todas as outras obras e publicações produzidas deverá ser endossado um exemplar gratuito ao Ministério da Marinha e Ultramar, ao governo-geral, ao secretário deste, quatro à biblioteca pública de Lisboa, à biblioteca da marinha e ao arquivo de imprensa.

Publica-se em 1884 outro *Regulamento da Imprensa Nacional de Moçambique*. De acordo com o seu artigo 1º, destina-se especialmente a publicar o Boletim Oficial e trabalhos oficiais mandados publicar pelo governo-geral ou pela Junta da Fazenda.³⁷⁵²

Anexa à imprensa existe uma oficina de encadernação, sendo também aí permitidos trabalhos particulares.³⁷⁵³ Existem exemplos de tarefas de diversa índole executados ao longo

Boletim da Companhia de Moçambique; A Beira, em 1892; *O Correio da Beira*, jornal em português e inglês. Rocha, 1898. Rocha, 2000, p. 68.

Ainda do mesmo autor e referindo a importância do *Boletim Oficial*, único jornal de Moçambique até 1870, em que despontam os primeiros jornalistas locais, entre outros aspectos, veja-se *Id.*, *ibid.*, pp. 32-38. Ou ainda a sua opinião sobre o papel da publicação na “(...) defesa da língua portuguesa, hoje também língua oficial daquela ex-colónia, constituiu, sempre, ponto de honra na prática diária de tipógrafos e revisores, e foi ali mais eficiente do que o de todos os professores de português juntos. (...)”. *Id.*, *ibid.*, p. 38.

³⁷⁴⁷ Paço, 9 de Outubro de 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino – parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 205.

³⁷⁴⁸ Rocha, 2000, p. 69.

³⁷⁴⁹ Paço, 30 de Novembro de 1857. *Id.*, *ibid.*, p. 666.

³⁷⁵⁰ “Francisco Paula de Carvalho, professor da Escola Principal (Escola que parece não ter chegado a existir) e, mais tarde, advogado de provisão, foi também director da Imprensa Nacional, onde substituiu João Sinfrônio de Carvalho aquando da sua aposentação. Primeiro interinamente e, a partir de 10 de Agosto de 1879, efectivo «por – dizia a nomeação – a dita escola principal, ou de instrução secundária, não funcionar, e ele dever ser empregado em posição de categoria igual e que tenha cabimento com as suas habilitações.” Rocha, 2000, pp. 31-32.

³⁷⁵¹ *B.O.*, 21/01/1882, nº 3, pp. 34-36.

³⁷⁵² *Regulamento da Imprensa Nacional de Moçambique a que se refere a portaria nº 101B.O.*, 26/04/1884, nº 17, p. 79.

do tempo. Desempenha importante papel na divulgação de leis mas, de igual modo, na encadernação de obras de vária natureza. No mês de Julho de 1885, entre diversos outros materiais, são publicados 60 folhetos designados *Usos e Costumes de Moçambique*.³⁷⁵⁴ A Imprensa Nacional de Moçambique executa, em Maio de 1892, um “Tratado de philosophia” para um particular.³⁷⁵⁵ Em Dezembro do ano seguinte, encaderna exemplares de *Legislação Novíssima* de 1881-1852; de 1890; de 1891; *Novíssima* de 1883-1884; *Novíssima* de 1889 (dois exemplares); de 1892; *Código do Processo Civil*; *Diccionario chorographico*; *Código Penal*; *Reportório alphabetico* (dois exemplares); *Almanach das Senhoras*; *O Conde de Monte Christo e Mão do finado*; *Pathology and Morbid Anatomy*, entre outros.³⁷⁵⁶ A oficina de encadernação da Imprensa Nacional encadernou, durante o mês de Fevereiro de 1894: *Boletins Officiais* (2 volumes); *Ordens à força armada* de 1892 e 1893; *idem* de 1889; *La Nature* (2 volumes); *Historia de Portugal*; *Tratado da Penitencia*; *A vida de S. Francisco Xavier*; *Flores de Maria ou o Mez de Maio*; *Memorias em defeza da Maçonaria*, entre outros.³⁷⁵⁷

Com os serviços gráficos estabelecidos em Moçambique foram-se sucedendo as actividades da imprensa, nomeadamente sob forma de publicações periódicas.

Em 1859 é editado o *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique*, por José Vicente da Gama, natural de Bardez, brâmane e Cavaleiro da Ordem de Cristo.³⁷⁵⁸

Primeiro jornal não oficial de Moçambique, *O Progresso* foi publicado em 1868.³⁷⁵⁹ Ilídio Rocha salienta o seu papel na defesa de uma certa autonomia para a Província nos primeiros anos do século XX.³⁷⁶⁰ Logo, por ordem nº 243, da Secretaria do governo geral da Província de Moçambique, em 11 de Abril daquele mesmo ano, assinada pelo secretário geral, João Antonio de Souza Junior, em Boletim Oficial, o Governador mandava avisar o encarregado da imprensa nacional de que se não podem publicar no jornal *O Progresso*

(...) artigos, ou correspondencias de natureza politica ou de aggressão pessoal, e como taes estranhos á índole de um jornal puramente litterario; devendo outro sim, o referido encarregado remetter à secretaria geral; antes da tiragem do referido jornal, uma prova

³⁷⁵³ *Id., ibid.*, capítulo I, artigos 2º e 3º.

³⁷⁵⁴ *B.O.*, 1/08/1884, nº 29, p. 203.

³⁷⁵⁵ *B.O.*, 9/07/1892, nº 28, p. 264.

³⁷⁵⁶ *B.O.*, 3/02/1894, nº 5, p. 57.

³⁷⁵⁷ *B.O.*, 10/03/1894, nº 10, p. 126.

³⁷⁵⁸ Rocha, 2000, p. 23.

³⁷⁵⁹ Três dias depois da saída do primeiro número é instituída a censura prévia e suspensa a publicação. Rita-Ferreira, 1985, p. 54. Veja-se também Rocha, 1980, pp. 55-56 e Rocha, 2000, pp. 38-42.

³⁷⁶⁰ “Era exactamente no jornal *O Progresso* e na Câmara Municipal de Lourenço Marques que se encontravam os defensores de uma autonomia ainda que relativa. Ali estavam representadas as principais forças sociais compostas por portugueses (naturais e radicados) que, aqui, residindo se identificavam com os interesses da terra, assumindo-a como o seu país, embora como um prolongamento da metrópole.” Rocha, 1997, p. 64. O autor analisa o nativismo das primeiras décadas do século, referindo-se aos «nativos» de Lourenço Marques, dependendo social e economicamente do sistema colonial. Composto por antigos proprietários, comerciantes e funcionários “(...) cuja vocação natural era a direcção de um poder autónomo, ou regionalista, no seu próprio interesse. De expressão numérica reduzida, entalados entre uma maioria africana esmagadora, com a qual só ao de leve contactam, e a minoria branca, política e economicamente dominante, os «nativos» exilaram-se entre a humildade conciliadora e a ofensiva directa. (...)” Rocha, 1997, p. 81.

de prelo, a fim de se lhe lançar o competente *visto*, sem o qual se não poderá imprimir o mencionado jornal.³⁷⁶¹

A evolução da imprensa moçambicana corre paralela à necessidade de que as publicações periódicas se libertem das pressões a que se encontravam sujeitas. Três títulos se publicam entre 1872 e 1887 criados por Joaquim José Lapa, João Sinfrônio de Carvalho e Francisco Paula de Carvalho.³⁷⁶²

Em 1882, publica-se o *Districto de Lourenço Marques* na cidade do mesmo nome.³⁷⁶³ Em 1890 comemora-se o primeiro 1º de Maio em Lourenço Marques, a que se associaram trabalhadores de diversas áreas e também ligados à imprensa.³⁷⁶⁴

Alguns títulos deixaram a sua marca, nos primeiros tempos, no domínio da imprensa em Moçambique. Certos autores salientam a importância de alguns dos primeiros periódicos aparecidos na segunda metade do século XIX, desde logo, pelo relacionamento com as autoridades coloniais – acidentado, incómodo; ou veiculando estrategicamente informações que a elas interessavam. De qualquer modo a sua existência era mais um elemento – real ou simbólico – da presença de alguns meios que são característicos das sociedades progressivas e «civilizadas» da época. A existência de jornais implica leitores e um público que os lê.³⁷⁶⁵

Em 1876 funda-se a primeira tipografia particular de Moçambique, por Francisco Paula de Carvalho e João Sinfrônio de Carvalho, imprimindo o *África Oriental*.³⁷⁶⁶

Em 1881, publica-se a primeira revista literária na Província, a *Revista Africana*, e inicia-se a impressão do *Boletim da Sociedade de Geografia de Moçambique*.³⁷⁶⁷ Paralelamente, outras publicações contendo informações de interesse para a colónia se vão editando, como em 1886 a *Estatística das Alfândegas da Província de Moçambique*.³⁷⁶⁸

Alfredo de Aguiar, natural de Angola, fundará uma série de jornais – *O Africano*, 1877; *O Vigilante*, 1882; *O Correio da Zambézia*, 1886; *O Clamor Africano*, 1892 – que se caracterizou por um tom crítico em relação às autoridades coloniais.³⁷⁶⁹

Em 1882, Manuel Ribeiro lamenta que a vasta Província apenas disponha, tendo em vista a prestação de elementos que possam fomentar a emigração, dos seguintes

³⁷⁶¹ BO, nº 15, 18/04/1868, p. 70.

³⁷⁶² “Sem capitais e oficinas capazes, os proprietários exercendo, frequentemente, os ofícios de editor, redactor e tipógrafo, a sua existência limitava-se a uma meia dúzia de números criticando esta ou aquela autoridade administrativa – o que constituía, às vezes, todo o seu programa – acabando depois por desaparecer no campo das ideias e na memória dos cidadãos. Foi o que se convencionou designar por “jornalismo político”. Sopa, 1992, pp. 252.

³⁷⁶³ Divulgando as concepções colonialistas da Sociedade de Geografia de Lisboa. Rita-Ferreira, 1985, p. 56.

³⁷⁶⁴ Agrupando trabalhadores do comércio e tipógrafos após a participação de um seu representante no Congresso Socialista Internacional de Paris. *Id.*, *ibid.*, p. 56.

³⁷⁶⁵ Neste domínio deve ser levada em conta a advertência de Manuel Ferreira: “Em Moçambique, com um índice menor de europeus do que em Angola, com uma fixação de população branca mais instável, não deveriam ter sido criadas as condições culturais suficientes para o desenvolvimento de uma actividade literária cujo eco chegasse até aos nossos dias.” Ainda assim o mesmo autor refere as notícias que até nós chegaram de alguns periódicos das últimas décadas do século XIX. Ferreira, 1977, p. 26.

³⁷⁶⁶ Rocha, 2000, p. 31.

³⁷⁶⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 26.

³⁷⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 28.

³⁷⁶⁹ “(...) deu-se início a uma campanha sistemática de crítica e protesto contra a administração colonial, cuja tradição vai servir de émulo, cerca de duas décadas mais tarde, aos fundadores do nativismo moçambicano.” Rocha, 1997, p. 60.

“informadores”: Governador-Geral; Boletim Oficial do Governo; alguns periódicos semanários, na capital; semanários de Quelimane, com destaque para o *Quelimanense*; chefes do serviço de saúde; directores das obras públicas e governadores dos distritos; negociantes.³⁷⁷⁰ Junta a necessidade de um livro de corografia africana, já que: “O que se está ensinando nos cursos de geographia e o que se acha escripto nos livros que servem de texto aos professores é deficientissimo.”³⁷⁷¹

Às condições precárias de funcionamento da imprensa de Moçambique em 1885 se refere João de Azevedo Coutinho:

Em terra, na cidade de Moçambique iam surgindo ou desaparecendo figuras interessantes algumas, outras *ratonas*... Havia o célebre Paula de Carvalho, cuja esposa dava partidas e que publicava o único hebdomário, fôlha de couve autêntica, de Moçambique.

Tinha a redacção tipografia e imprensa, instaladas no casco do velho vapor do Estado «Quelimane», atracado, quási sempre em sêco, a umas janelas da sua casa, que deitavam sobre o pôrto. Assim pela janela se fazia a comunicação da casa do jornalista para a redacção do periódico. Não sei o que ele disse ou escreveu um dia sôbre o Comandante da Divisão Naval, o que é certo é que êste o não tragava..³⁷⁷²

Em 1892, existia na Beira a imprensa particular de um médico goês, Auspício Simões. O governo do território contratava os seus serviços durante um curto período de tempo, acabando por a comprar pouco depois.³⁷⁷³

António Enes louva, nem 1893, os trabalhos das duas imprensas oficiais, uma em Moçambique e outra em Lourenço Marques, chegando mesmo a elogiar a sua montagem e a edição do Boletim Oficial. Mas não deixa de criticar os serviços de ambas ao Estado, que “(...) se reduzem à edição dos Boletins e à impressão de formulários para as repartições, não valem nem metade do que custam, tanto mais que alguns podem ser prestados pela imprensa de Lisboa.”³⁷⁷⁴

A 10 de Junho de 1895, António Enes determina por legislação, em Lourenço Marques, que não é autorizada a publicação de nenhum periódico enquanto durarem as operações militares.³⁷⁷⁵ A censura à imprensa da época mostra as incompatibilidades de uma informação minimamente livre com a guerra.³⁷⁷⁶

³⁷⁷⁰ Ribeiro, 1882, p. 47.

³⁷⁷¹ *Id.*, *ibid.*, p. 49.

³⁷⁷² Coutinho, s.d., p. 36.

³⁷⁷³ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique...* 1902, p. 236.

³⁷⁷⁴ Enes, 1946, p. 170.

³⁷⁷⁵ *Providências publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique António José Ennes*, 1896, p. 53.

³⁷⁷⁶ A 10 e 24 de Junho de 1895 tomam-se providências para que a imprensa seja suspensa durante o período em que durarem as campanhas contra o Ngungunyane. Rocha, 2000, p. 57. Medidas de censura que seriam reafirmadas, de resto, pelo decreto de 27 de Dezembro de 1895 “(...) applicando ao ultramar as ultimas disposições de lei reguladoras do assumpto na metropole, como já o fôra a lei anterior pelo decreto de 1 de Outubro de 1867, lhes proponho as alterações aconselhadas pelas especiaes circumstancias da nossa nascente sociedade ultramarina, onde à indisciplina dos espíritos corresponde a impetuosidade das paixões, sem efficazes meios de repressão, que dispensem restricções preventivas, como era de desejar.” *A Legislação – 1895*, 1896, pp. 975-976.

A 24 de Junho de 1895 é suprimida a imprensa do governo do distrito de Lourenço Marques decidindo-se a aceitação da proposta de aquisição do correspondente material por Alfredo da Silva Sampaio e Eduardo Cândido de Carvalho.³⁷⁷⁷

Em 1900 são aprovados os estatutos e é constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada “Empresa do jornal *O Portuguez*”, cujo fim é editar, gerir e explorar a publicação de um jornal com o mesmo nome.³⁷⁷⁸ O periódico seria o primeiro de cariz republicano da Província.³⁷⁷⁹

A imprensa de Moçambique foi, na análise global de Ilídio Rocha,

testemunho e espelho da história da Colónia no período mais importante da presença portuguesa nas margens do Índico. Quem a fez foram funcionários da administração colonial, militares, comerciantes, proprietários urbanos e rurais, enfim, colonos e alguns “filhos da terra” assimilados a colonos, que, seguindo o trilho do jornalismo político, criticaram polémica e irreverentemente o poder, defendendo os respectivos interesses. Ainda durante o período monárquico irrompeu uma imprensa republicana, dando voz aos anseios de mudança.³⁷⁸⁰

O aparecimento, em diversos locais, de Clubes, Associações, Instituições e Grémios ou Bibliotecas que se apresentavam como recreativas, lúdicas, culturais ou ecléticas é consequência de um certo mimetismo em relação aos padrões europeus. O seu desenvolvimento é desigual e os seus destinos e permanência no tempo são distintos.

José Justino Botelho refere, além da abertura de escolas primárias, a criação de uma “modesta biblioteca”, um museu e uma “imprensa do estado” na cidade de Moçambique, após 1851.³⁷⁸¹ Também ali funda o coronel Tavares de Almeida um museu e uma biblioteca em 1869,³⁷⁸² museu cuja criação apenas seria aprovada, com a designação de Museu da Província de Moçambique em 1875, ainda que só efectivamente inaugurado em 1889.³⁷⁸³

Em 1862 fundava-se em Tete uma sociedade literária.³⁷⁸⁴ O Governador recebera ofício dos moradores da mesma vila propondo a criação de uma biblioteca em 26 de Março desse ano.³⁷⁸⁵ Os Estatutos da *Sociedade Literária de Tete* são publicados em 29 de Julho de 1862.³⁷⁸⁶ A portaria do Governo-geral nº 161,³⁷⁸⁷ propõe a criação de uma biblioteca “(...) afim de que por meio da leitura se esclareça o entendimento e se emprehenda assim algum melhoramento na industria e agricultura”.³⁷⁸⁸ O vigário da vila e a esposa do Governador

³⁷⁷⁷ *Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique* António José Ennes, 1896, pp. 59-60.

³⁷⁷⁸ *B.O.*, nº 26, 30/06/1900, pp. 216-217.

³⁷⁷⁹ Posteriormente suprimido como o foram os outros quatro jornais do seu fundador o livreiro Clemente Nunes de Carvalho e Silva. Este veria a sua tipografia destruída e acabaria por morrer vítima de agressão do tenente João da Silva Casqueiro. Rocha, 1980, pp. 54-63.

³⁷⁸⁰ Neves, 2001, p. 564.

³⁷⁸¹ Botelho, 1921, p. 29.

³⁷⁸² *Id.*, *ibid.*, p. 399.

³⁷⁸³ Sopa, 1996, p. 53.

³⁷⁸⁴ Botelho, 1921, p. 399.

³⁷⁸⁵ *B.O.*, 29/03/1862, nº 13, pp. 49-50.

³⁷⁸⁶ Rocha, 2000, p. 24.

³⁷⁸⁷ *B.O.*, 2/08/1862, nº 31, pp. 128-130.

³⁷⁸⁸ *B.O.*, 2/08/1862, nº 31, p. 129.

figuravam entre os sócios fundadores. Em Outubro de 1884 surgiram novos estatutos para a Sociedade Literária de Tete substituindo os anteriores.³⁷⁸⁹

A sociedade literária em Tete parece haver conhecido alguma reanimação do estado letárgico em que se encontrava, por meados dos anos 80, nela se agrupando as principais pessoas da localidade e tendo-se aumentado a sua biblioteca, que vinha perdendo obras a um ritmo acelerado.³⁷⁹⁰

Tratava-se de uma sociedade literária com estatutos aprovados, e uma biblioteca de que os mais de setecentos volumes vinham desaparecendo, sem casa própria, desde que arderam os paços do concelho, quando se instalou numa sala do edifício da delegação. A sua mobília, outrora boa, fora devastada pelo *muchem* e o local é muito raramente frequentado, encontrando-se quase sempre fechado, o que leva o Governador a desabafar que se

(...) não fosse concorrer para a completa perda d'esta instituição, muitas vezes, em harmonia com os estatutos, eu teria levado a camara municipal a tomar conta d'este legado da qual é herdeira. Mas então acabaria d'uma vez, e assim, melhor é que ella vá existindo mesmo irregularmente pois que ainda é apanágio honroso para esta terra que, primeiro na província, teve uma bibliotheca para recreio e instrucção de seus habitantes.³⁷⁹¹

São aprovados ainda novos estatutos para a Sociedade Literária de Tete em 20 de Abril de 1889.³⁷⁹² Lembra-se, nesse momento, a sua fundação em 26 de Janeiro de 1862 e reafirma-se a continuidade da sua designação, apresentando como fim especial a instrução e recreio. Permite jogos de bilhar e outros que não sejam de azar. É constituída por associados que tenham posse dos seus direitos civis e políticos e ocupem emprego militar, civil ou qualquer outra “profissão decente”.³⁷⁹³ Prevê o empréstimo domiciliário de livros por período não superior a três meses.³⁷⁹⁴

Em Novembro de 1870 surge em Moçambique o *Club Recreativo Regeneração*. Nos seus estatutos enumera, entre os fins que o norteiam: (Artº 2º, 1º) Proporcionar aos sócios um gabinete de leitura, onde se possam encontrar alguns jornais “scientificos, litterarios e politicos”; isto em relação aos meios de que se possa dispor; (2º) Facultar o gozo de todos os jogos lícitos: tavola e carteados. Além de soireés dançantes, dramáticas, saraus científicos, literários e artísticos.³⁷⁹⁵ As agremiações que se vão estabelecendo pretendem ou demonstram intenção de promover a níveis diversos, o que pode ser entendido como actividades, ainda que mínimas, de carácter lúdico e/ou cultural de matriz europeia em terras africanas. A sua menção no Boletim Oficial, a sua correspondente existência, independentemente das fragilidades de funcionamento, da escassez do público a que

³⁷⁸⁹ B.O., 10/10/1874, nº 41, p. 171.

³⁷⁹⁰ B.O., 9/07/1887, nº 28, p. 303.

³⁷⁹¹ B.O., 25/09/1885, nº 8, p. 492-493.

³⁷⁹² B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 253.

³⁷⁹³ Cap. I, artº 2º, B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 253.

³⁷⁹⁴ Cap. V, artº 21º e 22º, B.O., 20/04/1889, nº 16, p. 253.

³⁷⁹⁵ Sobre os clubes na ilha de Moçambique na segunda metade do século XIX, ver Sopa, 1996, pp. 52 e ss.

potencialmente se destinam, do seu sucesso ou fracasso enquanto instituições individualmente consideradas ou como elementos de um movimento que procurava despontar nas comunidades, assinala já a existência em Moçambique de uma sociedade, ainda que reduzida, que intervém e se sente curiosa e ávida de elementos culturais de raiz europeia.

Em Novembro de 1870 regista-se a publicação dos Estatutos para o *Grémio Literário*. Leitura e jogos figuram entre as principais actividades a desenvolver.³⁷⁹⁶

Os Estatutos do *Club Recreativo Litterario* com os objectivos de facultar gabinete de leitura – jornais científicos, literários e políticos, jogos lícitos surgem em Moçambique a 28 de Abril de 1877, assinados pelo Governador-Geral, José Guedes de Carvalho e Menezes.³⁷⁹⁷

Ayres de Soveral nota, em 1887, a existência, na cidade de Moçambique, de um Club literário de que são sócios “as pessoas decentes e de posição official”, ainda que na prática fosse muito pouco frequentado.³⁷⁹⁸ Episodicamente existe teatro na Escola de Artes e Ofícios promovido por militares e praças de algum navio de guerra.³⁷⁹⁹

A 9 de Julho de 1881 é fundada uma *Sociedade de Geographia em Moçambique* sendo os seus Estatutos publicados em Boletim Oficial a 11 de Julho do ano seguinte.³⁸⁰⁰ Entre os seus fins destacam-se o “(...) estudo, discussão, ensino, investigações e explorações scientificas da geographia em todos os seus ramos e applicações”, actividades com especial incidência na África Oriental.³⁸⁰¹ Dividida em secções a sociedade prevê a realização de “(...) sessões, conferências, cursos livres, concursos e congressos scientificos, subsídios de estudos e investigação, viagens, etc.”, para tal fomentando “(...) publicações, formação de bibliothecas, archivos e muzeus, correspondência e relações com outras sociedades idênticas.”³⁸⁰²

Por portaria do Governo-geral nº 406 de 11 de Setembro de 1890 são aprovados os Estatutos do *Club Dramático Musical* na cidade de Moçambique, contemplando, entre os seus fins, os jogos lícitos, carteados ou de tabola, proporcionando soirées dançantes e dramáticas.³⁸⁰³ A portaria do Governo-geral nº 32-A aprova, em 1895, os estatutos da associação *Club dramático recreativo Vasco da Gama*, com os objectivos de proporcionar leitura de jornais, jogos lícitos, organizar soirés, réцитas, bazares de prendas.³⁸⁰⁴

Uma outra portaria do governo-geral de 20 de Dezembro de 1897, nº 263-A, aprova os estatutos do *Club Moçambicense*,³⁸⁰⁵ propondo-se os seguintes fins principais: gabinete de

³⁷⁹⁶ B.O., 12/11/1870, nº 44, p. 183.

³⁷⁹⁷ B.O., 30/04/1877, nº 18, pp. 103-106.

³⁷⁹⁸ Soveral, 1887, p. 14.

³⁷⁹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 14.

³⁸⁰⁰ B.O., 11/07/1881, nº 28, p. 153.

³⁸⁰¹ Cap. I, *Da sociedade e seus fins*, artº 1. B.O., 11/07/1881, nº 28, p. 153.

³⁸⁰² Cap. I, artº 3, *Id.*, *ibid.*

³⁸⁰³ B.O., 20/09/1890, nº 38, p. 406 e B.O., 13/09/1890, nº 37, p. 398.

³⁸⁰⁴ B.O., 1/06/1895, nº 22, p. 211.

³⁸⁰⁵ B.O., 3/01/1898, nº 1, p. 1-4.

leitura para os sócios munido de obras, jornais científicos e literários; jogos lícitos; soirées dançantes; eventuais soirées dramáticas.³⁸⁰⁶

Também em Outubro de 1884, em Quelimane, fora publicado o projecto de Estatutos do *Club União de Quelimane*, apontando como fins a promoção de jogos lícitos, actividades culturais, dramáticas, leitura.³⁸⁰⁷

Em 3 de Julho de 1895 é inaugurada na Beira, pelo Governador Meyrelles, uma pequena biblioteca.³⁸⁰⁸

Fernando Porfírio de Mello Alves, António Barbosa dos Santos, Domingos José da Costa Graça, Augusto Boaventura Codina e Braz Roberto da Silva pediram a aprovação dos Estatutos do *Atheneu Comércio e Industria* que pretendem fundar em Lourenço Marques e que são aprovados a 24 de Abril de 1894.³⁸⁰⁹ Os principais objectivos que o animam consistem em “Promover e auxiliar o desenvolvimento e progresso moral e intellectual dos seus associados diffundindo o ensino de conhecimentos uteis pelos seguintes meios: Creando uma bibliotheca, gabinete de leitura, e escola d’artes e officios; (...)”³⁸¹⁰; acrescentam-se outros desideratos, nomeadamente o usufruto de jogos livres; promoção de conferências, prelecções ou palestras; divertimentos; um museu comercial e industrial, entre outros aspectos.³⁸¹¹

No Boletim Oficial de 18 de Março de 1899 são aprovados os estatutos da *Sociedade Recreativa 1º de Janeiro*, fundada precisamente no primeiro dia desses mês, no ano de 1898, em Lourenço Marques, com fins recreativos, culturais e de instrução.³⁸¹²

Vão-se criando, num território em guerra, algumas realizações de carácter cultural, com maior ou menor existência nominal e independentemente de eventuais objectivos propagandísticos.

É autorizada em 1875 a criação de um museu na capital, dispondo de Regulamento próprio e devendo denominar-se *Museu da Província da Moçambique*. Para além da recolha e conservação de objectos, deveria possuir uma biblioteca.³⁸¹³

A portaria nº 118 de 22 de Fevereiro de 1889 determina a criação de um museu que agrupe os objectos dispersos pela Província e em risco de se perderem, apontando para sua sede a praça de S. Sebastião em Moçambique “sob a vigilância e protecção directa” do governo e por ser muito visitada por “forasteiros ilustres”. Situada sob guarda na praça de S. Sebastião, a ela deverão os governadores de distrito enviar os objectos de eventual valor

³⁸⁰⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 1.

³⁸⁰⁷ *B.O.*, 17/10/1874, nº 42, p. 181.

³⁸⁰⁸ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique* ..., 1902, p. 240.

³⁸⁰⁹ *Estatutos do Atheneu commercio e Industria a que se refere a portaria supra nº 203, B.O.*, 29/04/1893, nº 17, pp. 238-240.

³⁸¹⁰ Capítulo I, artº 2º dos *Id.*, *ibid.*, p. 238.

³⁸¹¹ Capítulo I, artº 2º, alíneas a), b), c) d) e e), *Id.*, *ibid.*, p. 238.

³⁸¹² *B.O.*, nº 11, 18/03/1899, pp. 95-98.

³⁸¹³ *B.O.*, 20/03/1875, nº 12, p. 74-75.

histórico, fazendo-os acompanhar de uma explicação por escrito “da acção, logar ou individuo que elles recordam”. Todos os objectos serão inventariados e o documento remetido ao governo-geral.³⁸¹⁴ A acompanhar a portaria temos uma *Relação dos artigos remetidos ao museu provincial na praça de S. Sebastião*. Quase todos os objectos respeitam a “façanhas” recentes dos portugueses: Diversas “bandeiras de Zanzibar”, “biribire ou batuques de guerra”, “velhas espingardas apreendidas aos inimigos” e “bandeiras portuguesas que flutuaram em territórios adversos”. A acção cultural deveria, deste modo, ilustrar a pretensa «dominação».

Em 1892 é registada a descoberta de um bloco de alvenaria com uma cruz sobreposta que, segundo a tradição, indicava o local em que se situava o antiquíssimo cemitério dos portugueses. Aí fora encontrada uma lápide tumular supostamente soterrada em 1859 e uma pedra em forma de palmatória descoberta em 1867, tendo esculpido na face um *picão*, e no reverso, o *macete* da ordem dos Templários, costumadamente colocado à cabeceira da sepultura dos cavaleiros.

Teria sido nesse local, com toda a probabilidade, o antigo convento, com igreja anexa, da ordem de S. Domingos a que o cemitério pertenceria, estruturas criadas em 1579 quando era vice-rei da Índia o Conde de Atouguia, D. Luiz de Ataíde, que as mandara construir. Acabariam demolidas pelos holandeses que cercaram a ilha em 1607 e 1608. Em memória da resistência aos invasores dos portugueses comandados por Estêvão de Ataíde, existia um pequeno monumento frente ao campo de S. Gabriel e por aqueles feitos seria o comandante nomeado capitão-mor de Sofala, dos Rios de Sena e Moçambique sendo a sede da capitania transferida, depois do cerco, para a ilha. Termina determinando que, pela repartição de obras públicas da capital, sob cuja guarda ficará, se restaure o monumento, tomando-se as providências necessárias.³⁸¹⁵ Os ocupantes parecem buscar na História o fôlego para sustentar o simbolismo da sua presença no local. E o *Boletim Oficial* regista.

Também tendo em vista a sua exposição museológica organizam-se algumas acções para o estudo da flora e fauna do país, cuja importância “(...) está tão profusa e evidentemente demonstrada que seria ocioso, senão impertinente, accentuar a conveniência de animar exploradores e naturalistas a desenvolver tão precioso estudo.”³⁸¹⁶ Assinala-se a importância de que o conjunto de estudos a empreender sejam feitos, de modo a que a administração o “(...) possa imediatamente tornar útil.”³⁸¹⁷ Sublinha-se que, de todas as províncias ultramarinas, a de Moçambique é porventura a menos conhecida do ponto de vista zoológico e botânico, até porque “as varias e frequentes missões exploradoras, revestindo quasi sempre

³⁸¹⁴ B.O., 23/02/1889, nº 8, p. 135. *Relação dos artigos remetidos ao museu provincial na praça de S. Sebastião e aos quaes se refere a portaria supra.*

³⁸¹⁵ B.O., 10/09/1892, nº 37, p. 402.

³⁸¹⁶ B.O., 18/02/1893, nº 7, p. 104. Portaria nº 421 de Moçambique, do Palácio do governo-geral, a 5 de Setembro de 1892.

³⁸¹⁷ *Id.*, *ibid.*.

um carácter mais político do que científico, não teem suprido satisfatoriamente”. Os trabalhos devem ser confiados a homens competentes e saídos dos quadros do funcionalismo, “para que as remunerações especiaes não venham sobrecarregar as finanças com encargos dispendiosos”, pelo que se determina a organização, por iniciativa do governo, de explorações botânicas e zoológicas, confiadas a pessoal dos quadros da Província, especialmente a facultativos e farmacêuticos dispensados do serviço a quem competia por seus empregos sendo-lhes abonada uma gratificação especial, devendo enviar um relatório ao chefe de distrito no fim de cada mês. A cada um dos comissionados serão concedidos dois serventes indígenas para auxílio nos trabalhos de campo.³⁸¹⁸ O século XIX parecia querer «descobrir» Moçambique.

19.2. Mecanismos africanos de apropriação da língua do colonizador

O domínio / o conhecimento da língua portuguesa é visto como uma forma de poder. Para além do problema da existência ou ausência de uma política muito clara no domínio da divulgação da língua portuguesa e da sua relação com as línguas locais, o contacto linguístico exerceu a sua influência por diversos modos.³⁸¹⁹ Começou por se tratar de um contacto ocasional que gerou alguns fenómenos como o do conhecido “Trinta”, a que Capelo e Ivens se referem como “homem que estropiava a língua de Camões pelos matos”, animado pela vontade de promover o pequeno negócio que o levava a internar-se, a partir da costa de onde era natural, pela Zambézia dentro.³⁸²⁰

A importância dos intérpretes é crucial e atesta a dependência europeia. Na expedição da Zambézia, de 1869, havia que comprar alimentos aos negros. As aquisições faziam-se com muita dificuldade pela incompreensão do português falado pelos locais. Joaquim Ferreira assinala, nesta data e aquando da passagem dos portugueses pela Zambézia que as

(...) compras faziam-se lentamente, com muita dificuldade. Os pretos fallavam em portuguez, que ninguém percebia.

Um preto pedia por uma dúzia de galinhas *crianças* (pequenas) uma braça de fazenda (160 réis em dinheiro), outro queria por um porco *homem* (grande) uma peça de lenços (2\$000 réis).

³⁸¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 105.

³⁸¹⁹ Quanto à política linguística nos territórios ultramarinos portugueses “(...) ao contrário do que habitualmente fazem os estudiosos estrangeiros e, sobretudo, os nacionais, asseveramos que a exigência do nosso idioma como única língua veicular autorizada nas escolas e a redução da nativa ao exclusivo campo da catequese missionária – é resultado, como atrás já se tinha sugerido, de uma progressiva influência do modelo doutrinário e prático francês (influência, aliás, que foi ao ponto de se inculcar na constituição da própria estrutura administrativa ultramarina e seu funcionamento). Aquela política linguística será, em particular a partir dos anos 30, cada vez mais intransigente e chegou, até, a ser entendida como um dos pilares daquilo que se apelidou de “integração no todo nacional”, identificando-se o *todo* com o espaço metropolitano. Até ali e mesmo após a extensão ao ultramar do ensino público oficial, decretada em 1845, não houve nunca uma orientação bem definida que os sucessivos governos tivessem perfilhado. (...)” Barreto, 1976, p. 4.

³⁸²⁰ Capelo e Ivens, vol. 2, pp. 52. Autores que, de resto, se referirão, à medida que percorrem o caminho que os conduz ao Zumbo, que a língua portuguesa era falada em muitos lugares ainda que com salvaguarda que se a não ouvia “senão estropiar, a mercadores e sua gente o pobre idioma de Camões (...)” *Id.*, *ibid.*, p. 199.

Um terceiro vendia milho *burro* (grosso), *mapira* (milho miúdo), peixe *pende* (especialidade do Zambeze), repolhos, laranjas, gazellas; e, quando já não tinha nada que vender, offereceu um *bicho*, que tinha em casa, e que cosinhava muito bem.

O *bicho* era simplesmente um moleque seu sobrinho, de que queria desfazer-se em troca d'alguns lenços da côr que os cafres amam particularmente.³⁸²¹

Um importante entrave na condução das operações militares e no relacionamento com os africanos consiste na Língua e no “língua”. O Governador Onofre Lourenço de Andrade, pretendendo intervir na política entre Chaka e seu irmão, tem necessidade de tradutor: “Escolhi um cabo da guarnição do presídio, Sequeira, que me pareceu o mais competente por a outras circunstancias reunir a de fallar a lingua portugueza e a “cafrial.”³⁸²²

Mas também a desconfiança em relação aos intérpretes é uma constante e os europeus devem estar conscientes de que frequentemente aqueles os tentarão enganar.³⁸²³ De qualquer modo, o recurso a tradutores representava um risco necessário que colocava os portugueses em situação difícil, já que traslados inexactos poderiam ter consequências graves ao nível dos relacionamentos.³⁸²⁴

Nas relações com o Ngungunyane a presença dos tradutores é crucial. Para as

(...) embaixadas ou entrevistas, havia interpretes na columna e eram: um indio sargento quartel-mestre de caçadores nº 4 de Inhambane, chamado Augusto Leforte, dois segundos cabos do dito batalhão, um preto paisano e um outro indio a que se chamava Monhé. Este ultimo era o melhor interprete, pois conhecia soffrivelmente o *portuguez* e a lingua dos vátuas; além d'isso sabia de todas as manhas do rei de Gaze e da sua côrte, pois tinha alli servido muito tempo. A sua dedicação aos portuguezes fel-o abandonar o Gungunhana e apresentar-se ao nosso coronel, que tinha por elle muita estima, e com fundada razão, porque este Monhé conservou-se sempre fiel á nossa causa e foi um dos melhores auxiliares que tivemos n'aquella campanha. (...).³⁸²⁵

Havia que compreender as estratégias do “leão de Gaza” para ganhar tempo, reforçadas pelos ataques entretanto perpetrados por Nwamantibiana (Mamatibejana) e Mahazule contra os portugueses em Magule, que motivariam o ultimato dos portugueses.³⁸²⁶

Os tradutores/intérpretes representam igualmente despesas registadas em diversos assentos. No ano económico de 1888-1889, na secretaria do governo-geral, o língua intérprete vence 300\$000 réis³⁸²⁷; nas terras da Coroa, distrito de Mossuril, o intérprete vence de gratificação 72\$000.³⁸²⁸ No orçamento para a Província de Moçambique de 1898 contemplam-se gastos com os tradutores ao serviço de vários departamentos do estado –

³⁸²¹ Ferreira, 1891, pp. 28-29.

³⁸²² Andrade, 1867, p. 16.

³⁸²³ Castel-Branco, 1891, p. 59.

³⁸²⁴ Vilhena, 1996, p. 141.

³⁸²⁵ *A Campanha D'Africa contada por um sargento*, 1896, p. 78.

³⁸²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 79.

³⁸²⁷ *B.O.*, 9/02/1889, nº 6, p. 91.

³⁸²⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 92.

comandos militares, secretarias, entre outros departamentos – que vencem, normalmente, 72\$000 réis.³⁸²⁹ Em 1897 um intérprete pode vencer cerca de 240\$000 a 340\$000 réis.³⁸³⁰

O uso dinâmico da língua portuguesa provoca novas formulações com o objectivo de servir os que a usam na sua comunicação. Em certa ocasião, num baile em Quelimane: “Entre as senhoras convidadas havia muitas naturaes de Quilimane, que fallavam o portuguez, misturando-lhe palavras da lingua do paiz, que é a de que habitualmente usam.”³⁸³¹

A acção cultural visa a difusão possível da língua do colonizador e acompanha as iniciativas de ensino formal junto dos africanos, de que é exemplo a nomeação de Agostinho Pedro Abranches, em Maputo, a 30 de Outubro de 1893, com o rendimento mensal de 30\$000 réis. Correspondia-se, dessa forma, a exposição do Governador do distrito de Lourenço Marques relatando que o residente chefe do Maputo solicitara um professor de língua portuguesa.³⁸³²

19.3. As relações com as línguas africanas

“- (...) Nós precisávamos também, quando viessemos para Africa, trazer umas luzes...de cafre.
- Pois sim, havemos de pensar...
- Vocês tem os apontamentos dos missionários. Há uma gramática de Macua, explêndido trabalho do Padre José Vicente do Sacramento, missionário do Real Padroado da Coroa Portuguesa na Prelazia de Moçambique. Há uma gramática landim, não me lembro agora de quem, também um belo trabalho. Há “Grammar of the Zulu language”, de Lewis Grout de 1859; o “Zulu English Dictionnary”, de Colenso de 1861; e o “Zulu Vocabulary and Phraze book” de 1865.
- Ih!... Tanto trabalho! E Você, tem estudado isso?
- Eu não!... Eu, nestas coisas de línguas gosto mais de um sleeping dictionnary...”

Emílio de San Bruno, *Zambeziana – scenas da vida colonial*, 1927, p. 97.

A investigadora Fátima Mendonça assinala a exclusão, na maior parte da pesquisa histórica, do estudo do confronto linguístico e cultural resultante das situações de contacto violento como o colonialismo.³⁸³³ Estabelece etapas neste confronto, a que chama «assimilação», que, segundo a mesma autora “enquanto teoria esteve sempre presente na política colonial portuguesa”: até 1885, caracterizada pela defesa teórica dos liberais portugueses da vigência das mesmas leis na Metrópole e colónias; de 1885 a 1930, correspondendo a “instituição de regulamentação discriminatória”; 1930-62, política de

³⁸²⁹ Suplemento ao Boletim Oficial nº 26 de 1898, p. 27.

³⁸³⁰ *Providencias publicadas ... Joaquim Mousinho de Albuquerque...*, 1898, p. 163.

³⁸³¹ “Estas senhoras, em geral vestidas luxuosamente, tinham chegado em maxilla com *samatra* (cobertura feita de palha entrançada) para se abrigarem do ar da noite, da furia dos mosquitos que enxameam as ruas, e sobretudo das vistas curiosas dos europeus.” Ferreira, 1891, pp. 133-134.

³⁸³² *B.O.*, 30/10/1893, nº 45, p. 630; *B.O.*, 18/11/1893, nº 46, p. 644.

³⁸³³ Mendonça, 1988, p. 9.

assimilação com correspondente sistema educacional com os interesses do Estado Novo,³⁸³⁴ e finalmente 1962-75, falência da política educacional para os africanos e necessidade de remodelação das condições da sua preparação para o trabalho.³⁸³⁵

Lembra o Governador do distrito de Sofala, no ano de 1887 que em “ (...) todo o districto mal se falla o portuguez, a lingua corrente é a cafreal procurando os brancos antes estudal-a que ensinar a sua, de modo que entre os pretos é muito raro encontrar-se algum que regularmente entenda o portuguez.”³⁸³⁶

Xavier Botelho, no início do século XIX, aponta que os árabes deram aos povos africanos, com os seus costumes, também a sua língua “(...) mui diversa da que fallão os mouros de Marrocos, e de toda a Barbaria, conformando as raizes de muitas palavras arábicas, e cafreaes”.³⁸³⁷ Opina ainda que as línguas africanas, no que respeita a gramática, “(...) póde dizer-se que não a tem.” E o “(...) grande numero de partículas com que arbitrariamente cortão as sílabas e as palavras, e com que as acrescentão no principio e no fim, tornão mui defícil a intelligência desta lingoagem e pode asseverar-se que he quasi impossivel analiza-la.”³⁸³⁸

A relação da língua portuguesa com as línguas bantu foi ganhando complexidade. Alguns termos portugueses terão que integrar o universo das línguas com que entraram em contacto.³⁸³⁹ Os “empréstimos” sucederam-se.³⁸⁴⁰ Certas palavras ganharam novos sentidos. Sendo a língua parte de uma cultura, a sua passagem para um outro universo cultural não pode ser neutra. As especificidades da língua que chega juntam-se às das línguas com que convive. Como nota Liesegang:

Muitos empréstimos do período português designam produtos novos. Muitos são derivados do nome português para o produto utilizável principal, p. e. “karoso” (caju), “fole” (da folha do tabaco), “matomate”, etc. Mandioca e semelhante (mifirinya, mipau, em Angola “farinha de pau” (Chuabo, falinya, Sena, nfarinya, para mandioqueira).

Os contactos na zona de Lamu, Mombassa, Pemba, Zanzibar e Quíloa resultaram num número relativamente grande de palavras de origem portuguesa também para o swahili. Os portugueses, na zona do Índico, eram conhecidos por nomes diferentes: no árabe e na Índia por francos (ferenji), no swahili por vareno (reinois, vindos do reino) e

³⁸³⁴ Para o período colonial, especialmente durante o estado Novo e aproveitando recolhas orais veja-se Errante, 1995, pp. 213 a 231.

³⁸³⁵ Mendonça, 1988, p. 10. A autora explica, ao longo da mesma obra, alguns dos mecanismos que estiveram presentes na adopção da língua portuguesa por certas camadas que no século XX foram acedendo à educação e à possibilidade de produção literária utilizando-a em detrimento das línguas locais de tradição oral. Dito de outro modo, a forma como “(...) a língua portuguesa impondo-se como língua escrita e de prestígio, língua de cultura, abre o caminho para a sua eleição em língua literária – processo necessariamente artificial – não tendo a acompanhá-la qualquer tradição literária”. *Id.*, *ibid.*, p. 15. Associando os primórdios da actividade literária moçambicana aos interesses que implicava a política educacional e de assimilação do Estado colonial português que visava a submissão em relação ao europeu. *Id.*, *ibid.*, p. 19.

³⁸³⁶ *B.O.*, 24/09/1887, n.º 39, pp. 437 e 438.

³⁸³⁷ Botelho, 1835, p. 387.

³⁸³⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 388. O mesmo autor refere ainda o que considera a forma de contar dos negros “formando a numeração de dezenas em dezenas” e as suas correspondentes aplicações em certos actos do quotidiano para concluir que lhe parece “(...) que não he desarresoad a oppinião de que os Cafres não sejam selvagens primitivos sem nenhuma arte nem trato de outros homens, se não povos que decahirão de maior policia, que já houverão em tempos mais remotos de que não há memoria nem tradição.” *Id.*, *ibid.*, p. 393.

³⁸³⁹ Em prólogo ao seu Dicionário, Victor Courtois explica: “Em alguns logares temos admittido palavras de origem portugueza hoje em uso no idioma tetense. Não temos indicado sempre a sua proveniência, porque apparece logo sem difficuldade aos olhos do leitor intelligente.” Courtois, 1899a p. V.

³⁸⁴⁰ Muitas palavras de origem portuguesa se encontram folheando dicionários como, por exemplo, o de Siteo, 1996. Ou manuais e guias como Afido, 1995; Afido, 1997.

em Moçambique por gente vinda de “maka” ou “manga”, dali a designação “vamadji” (e ximadji para portugueses).³⁸⁴¹

Pelo contacto das línguas, nada mais voltará a ser como era. Esbate-se a tradição «pura», o que equivale a dizer a pureza da tradição. As novas formas do português são isso mesmo: novas, para desespero de uma qualquer norma comum que deve sobreviver para além da norma, *conveniente*.³⁸⁴² A riqueza está na diversidade. Também na língua portuguesa.³⁸⁴³

Em certas regiões existiu o sistema de *bilinguismo*, como prática forma de comunicação, pois

(...) quanto à comunicação, os portugueses residentes no território dos Rios de Cuama tinham, além da língua portuguesa uma outra língua que as autoridades adoptaram e impuseram como língua interregional e franca. Estamos a falar da *língua sena* que conviveu com o português num contexto de bilinguismo oficial, completando, assim, o quadro de interpenetração (...). Esta situação não é nova, pois os ingleses utilizaram-na nas suas colónias africanas, apenas com uma diferença: os ingleses adoptaram o sistema bilingue unindo as diversas etnias dos seus territórios, mantendo-se eles próprios à margem; os portugueses, porém, envolveram-se, eles também, no processo, provocando uma corrente sócio-etno-cultural que foi interrompida mais tarde com a implantação das companhias majestáticas que vieram desequilibrar a relação entre *colonizadores*, agora identificados como os *brancos*, e os *colonizados*, agora identificados como os *pretos*. A

³⁸⁴¹ Liesegang, 1992b p. 32.

³⁸⁴² Importa não omitir a advertência de Alfredo Margarido: “Do que não há dúvida é de que a língua não pode ser a pátria de ninguém, como pretendeu Fernando Pessoa, que não dispunha de competência linguística para enunciar as regras associadas à criação e à expansão das línguas. A língua é assim indissociável dos «costumes da nação». O laço interno, íntimo e constante dos costumes e da língua cria por consequência a força singular do **etnismo**, que não pode dissociar uns da outra, como se pretende fazer de maneira tão ligeira como irresponsável com a língua portuguesa.” Margarido, 2000, p. 59.

³⁸⁴³ “Uma parte, relativamente insignificante, da população indígena conhece já hoje o português, aprendido na convivência com os colonos europeus; a difusão da nossa língua só poderá fazer-se mais largamente pelo ensino nas escolas de instrução elementar. Mas como deverá, nessas escolas, ser dada a instrução inicial, isto é, a dos primeiros conhecimentos de leitura e da escripta, sem os quaes não é facil o ensino de qualquer língua (a não ser quando aprendida na convivencia de pessoas que a falem)?

O ensino do portuguez, ministrado juntamente com o ensino da propria lingua, não pode deixar de produzir nos espiritos infantis uma extrema confusão. O simples ensino do alphabeto, se é feito conjunctamente para as duas linguas, sendo a pronuncia das letras diferente, e de molde a augmentar essa confusão.

Por outro lado, o ensino da leitura em portuguez, ao indígena que o não sabe” conduz a fazel-o pronunciar sons de que não conhece a significação, e assim me tem succedido, nas visitas feitas ás escolas, ouvir indigenas lêr regularmente, mas não lhes ser possível traduzirem-me a significação do que leram, porque não a perceberam.

Foi por estes motivos que no programma das escolas para indigenas foi permitido que, nos primeiros annos, o ensino fosse ministrado na lingua indígena, começando-se, porém, desde logo, a ministrar os primeiros conhecimentos de portuguez, pelo ensino dos nomes dos objectos mais vulgares e de uso mais corrente. E julgo que é esta a pratica que deve ser adoptada, em contrario ao parecer de alguns que desejavam e desejam que a lingua portugueza, e não a indígena, fosse a unica admissivel nas escolas elementares.

A escolha dos livros é tambem de importancia não pequena; a fim de interessar os indigenas nas leituras portuguezas, necessario se torna que estas traduzam idéas accessiveis ao espirito não educado do preto, isto é, que se refiram a assumptos que lhe sejam familiares e a que elle esteja habituado.

(...) Aquelles que o quizerem, e que o possam fazer, deverão ser ensinadas as materias do 1º e 2º grau da instrucção primaria sendo os programmas do reino modificados no sentido de lhes dar maior conhecimento da chorographia da colonia e da historia de Portugal, principalmente na parte que se refere ás descobertas dos portuguezes e ás suas conquistas.

O indígena, sobretudo o que se encontra em convívio constante com o europeu e que, em Lourenço Marques e nas capitães dos districtos, se vê frequentar as escolas, aprende com relativa facilidade as materias dos programmas da instrucção primaria, mas não tira de toda a instrucção recebida grande vantagem pratica. A grammatica é para elle uma coisa de que não percebe a applicação, e a arithmetica uma sciencia difficil e intrincada, apesar do indígena estar habituado a fazer as suas contas, quase sempre muito simples, pelos processos rudimentares que conhece. D’estes factos resulta a maneira quasi sempre caprichosa como indígena escreve o portuguez e o curto espaço de tempo em que esquece os principios que lhe ensinaram e de que não percebeu ou comprehendeu a applicação e utilidade. Esta é a regra geral, porque em quasi todas as escolas para indigenas se encontram alumnos, em bem reduzido numero, é certo, que aprendem e comprehendem tudo o que se lhes ensinou.

Provavel é que os processos rudimentares do ensino até agora empregados concorram para a pouca efficiencia do ensino de certas materias, mas muitos annos se passarão, decerto, antes de se poder dar ao indígena o ensino que seja mais adequado ao seu modo de ser, e, por isso julgo que, por emquanto, nos devemos limitar a ensinar o que mais proveitoso é para elle e para nós, isto é, a lingua nacional e a leitura e escripta. Não quero dizer que o indígena não seja susceptivel de aprender mais e muito mais, mas simplesmente que, por ora, não temos maneira de empregar os processos que devem ser precisos para o conseguir e, portanto, que nos devemos limitar ao que podemos fazer e mais rapidamente se pode conseguir, não deixando de fazer o que é bom, á espera de poder obter o que é optimo. Se alguns indigenas manifestarem aptidão especial e desejarem adquirir uma instrucção superior, poder-se-á sempre dar-lh’a, em estabelecimentos de ensino especial, ou em cursos que se poderão organizar em algumas escolas elementares. Andrade, vol. V, 1910, pp. 370-372.

nova situação provocou uma fractura na sociedade que se reflectiu nas línguas até ali em franca convivência.³⁸⁴⁴

A verdade é que cada novo sistema lexical, fonológico, sintáctico ou discursivo espelha as realidades de uma nova cultura que já não é somente exclusiva da língua portuguesa, por um lado, ou das línguas africanas, por outro. Uma outra “pátria” que não se esgota na língua portuguesa, e integra uma diversidade de culturas, mundividências e especificidades.³⁸⁴⁵

Segundo alguns autores, a inexistência de um alfabeto que pudesse veicular as línguas autóctones, isto é, a inexistência de normalização (através, nomeadamente, de uma norma ortográfica) constituiu uma debilidade face à já bem estruturada língua portuguesa.³⁸⁴⁶ Procurando defender a importância da influência do português sobre o africânder Victor Trigo alude a que

(...) a instabilidade duma língua oral, embora administrativamente dominante, mas rodeada por outras línguas de estatuto cultural idêntico e, em alguns casos, até superior, e por uma outra que era, irrefutavelmente, a *língua franca* do território, facilita a sua dialectização, porque não tem meios de controlar os contágios, as interferências e os empréstimos linguísticos. Só a escrita, e já com alguma tradição, poderá combater tais fenómenos de erosão.

A relação das línguas africanas com o português terá de se entender analisando as interacções dinâmicas.³⁸⁴⁷ E também a sua importância para a preservação da «identidade».

A língua “materna” cria um espaço de autonomia e de identidade: o estrangeiro é acima de tudo aquele que não fala nem compreende a nossa língua. É a língua que nomeia as coisas e permite a sua manipulação, autorizando também a criação de formas iniciáticas destinadas a assegurar as relações com os espíritos.³⁸⁴⁸

As várias línguas que se falam em Moçambique correspondem a formulações e visões do mundo de uma riqueza imensa.³⁸⁴⁹ Por exemplo a língua Emakhuwa, do centro-norte de

³⁸⁴⁴ Rosário, 1996, p. 242.

³⁸⁴⁵ “Foi num espaço com identidades diversas que os portugueses impuseram um domínio com certas características nacionais. Os britânicos nos territórios vizinhos também distinguiram os africanos de Moçambique como “East Coast Natives” ou como vindos de “P.E.A.” (Portuguese East Africa). Cerca de 1905-1910 os moçambicanos mais viajados já devem ter conhecido estas diferenças.” Liesegang 1992b p. 34.

³⁸⁴⁶ Ribeiro, 1961, p. 13.

Nos dias de hoje, uma contribuição importante para o estudo e padronização das línguas moçambicanas é levado a cabo pelo Núcleo de Estudo da Línguas Moçambicanas da Universidade Eduardo Mondlane. É da sua lavra a tentativa de sistematização dessas línguas, com propostas de ortografia, sistema ortográfico, quadro alfabético, entre outros aspectos de cada uma delas. Ver I *Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, NELIMO – Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas, 1989.

³⁸⁴⁷ Trigo, 1986, p. 39.

³⁸⁴⁸ Henriques, 2004b, p. 22.

³⁸⁴⁹ “A língua do Grande Grupo Tonga é o «chitonga», diferenciada em vários dialectos. O dialecto «chironga» falado pelos Ba Ka tembe e Ba-rongas -arredores de Lourenço Marques -.O dialecto «chitchangana» é falado pelos Cherindzes (Manhiça), Kossas (Magude, Chibuto, Gaza), Chirimas (Bilene), Matabeles (parte de Chibuto e Bilene), Macuácuas (Vila de João Belo e parte do Chibuto), etc., isto é, pelo povo Tonga-Chengane.

O dialecto «chitchope» é falado pelos Ba-tchopes (Zavala, parte de Homóine, parte de Manjacaze), Bi-tongas (parte de Inharrime, Homóine, Morrumbene, parte de Massinga) .

O dialecto «chitsua» é falado pelos Chênguas e Tsuas (Alto Límpopo, Govuro, Vilanculos, etc.).

Alguns pequenos núcleos ainda falam o dialecto «guitonga», aquele que mais se afasta do «chitonga», a língua-mãe.

O Grande Grupo Caranga fala, principalmente, a língua «chitsena» É o dialecto «chitsua», este último proveniente do sul.

O «chitsena» é falado pelos Senas (de um e outro lado do Zambeze, parte em Manica e Sofala e parte na Zambézia), pelos Má-teves (Chimoio e parte do Búzi), Bá-Rue (Báruê).

O dialecto «chitsua» é falado pelos Vá-ndau (Mussurize e parte de Sofala).

Moçambique, expressa uma mundividência, cultura e ritmo específicos.³⁸⁵⁰ O próprio termo *makhua* designa “indivíduo pagão, cristão e muçulmano” (*mmaka*). O termo *Ammakhua* refere-se aos indivíduos do interior ou *omakhuni* e *omaka* aos da costa. Na língua Emakhuwa existem somente dois tempos verbais, o presente e o passado. Formas específicas de tratamento usadas no meio familiar – por exemplo, a mulher não profere o nome do marido em público – reflectem os diferentes estatutos e formas de interpelação.

A língua é espelho de todo um sistema social, o matrilinear (em que a herança vem da parte da mãe), com o *nihimo*, nome que identifica a origem da linhagem; em que os homens saem para casar (ainda que sejam considerados quando se tratam os problemas da comunidade), sendo os filhos pertença das famílias das mulheres; em que o *Mwene* é o chefe reconhecido por toda a comunidade (apesar de alterações introduzidas pelo sistema colonial num processo em que começa a ser reconhecido como algo «exterior» ao grupo). Todos os irmãos do pai são, em relação ao filho, seus *apaapa*. Não se fala em tia ou tio. Define-se a responsabilidade sobre os jovens. A língua fixa determinadas formas de tratamento,

“(…) regras sociais entre os falantes de makua ditam que o mais velho pode tratar por “**weyo**, **weyaano** ou simplesmente **we** ao seu interlocutor mais novo que ele ou pessoa com quem tem intimidade. O mais novo não deve, nunca tratar o mais velho por **we**. Este deve, sempre, tratá-lo por **nywuo**, **nyuaano** ou simplesmente **nyu**.”

Também no “relacionamento entre os makhuwa, na apresentação de parentes, se o apresentador for mais velho usa sempre o possessivo; usa “*ola mwaana aka*” e não “*ola mwaana*”, para dizer “este é meu filho”. Já em outras situações prevalecem outras fórmulas: *Mpattania aka* (meu amigo); *Olé mmusi aka* (aquele é meu familiar), *Ale aporosore aka* (aquele é meu professor).

Quando o Makhuwa se refere ao «português» pode querer significar a «língua», o «carácter» ou a «pessoa».

Os rituais – *Mukuttho*, *makeyalephepa* – comportam formas de contacto com os antepassados e rituais de transição. A palavra *ekatoa* designa «História».³⁸⁵¹

Os povos do Grande Grupo Nhanja falam, muito especialmente, o «chinianja». É esta a língua dos Macangas, Ansengas, Chipetas, Nhúngues (distrito de Tete), e, como dissemos, também a dos Ngónis, conquanto estes, racialmente, constituam uma ilha do Grande Grupo Tonga. Ao contrário, os Ajaus ou Yaos, servem-se, principalmente, das línguas do Grande Grupo Macua.

No Baixo Zambeze a língua mais corrente é o «etchuabo», predominante entre os Maganjas, Massingir, e outros.

Entre os povos do Grande Grupo Macua as línguas de maior expansão são o «emacua» e o «Kisuhili».

Do lago Niassa à costa, e ao longo desta até aos Podzós da Baixa Zambézia, toda a grande massa indígena fala uma destas duas línguas, por vezes ambas, ou seus falares, isto é, linguagens que se diferenciam por ínfimas alterações fonéticas.

Ajaus e Macuas vieram do norte do Rovuma, e, no vasto Niassa, encontraram já Suahilis, Mueras, Andondes, Macondes, e outros povos do sistema matriarcal com os novos-vindos fortemente aparentados.

O «Kisuhili» tende a tornar-se a língua principal de toda a África Oriental desde o norte da nossa Província até à bacia do rio Tana. (...)” Boléo, 1951, pp. 195-196. Ainda sobre a classificação das línguas faladas em Moçambique importa ver: Rita-Ferreira, 1950, pp. 89-104. Sobre os esforços para uma padronização *I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, NELIMO, 1989.

³⁸⁵⁰ Foi possível recolher muitas informações no ano de 1998 em *curso livre de língua macua* proporcionadas pelo Dr. Pedro Afido, professor da Universidade Eduardo Mondlane.

³⁸⁵¹ *Idem*.

Existem variantes na língua, de região para região, quanto à «melodia», «fonética» sons diferentes nas mesmas palavras e um «vocabulário» implicando palavras mais características de certas zonas.

O Emakhuwa designa um tempo que é cíclico, dividindo-se o *ano* em tempo chuvoso, *Eyiita*; tempo de colheitas e abundância, *Nlaala*; Verão e época de sol, *Elimwe*; a época que precede as chuvas, *Nlakha*.

Os conceitos que implicam já uma apropriação do mundo utilizando o ponto de vista do «outro» têm a sua raiz no português ou no árabe, como é o caso dos meses que são designados por empréstimos do árabe ou do português: *Saneero*, *Fevereero*, *Maarusu*, *Apirili*, *Maayo*, *Suunyu*, *Aakosto*, *Setempuru*, *Owutuupuru*, *Noovempuru*, *Tesempuru*. O mesmo sistema de empréstimos, misturado com o emakhuwa é usado para os dias da semana: *Sukuntafeera*, *Nameeli*, *Namararu*, *Namaxexe*, *Namathanu*, *Saapatu*, *Timinku*. O dia divide-se em quatro partes: *Ohiyu* (noite), *Owicisu* (manhã), *Othana* (período da luz solar), *Osoosilo* (ao entardecer). Quanto às horas, exceptuando as da noite que não são consideradas por consagrarem o período de descanso, frequentemente usam-se os empréstimos do português – *Emmawoora*, *tuwasoora*, *teresoora*, *kwaaturoora*, *sinkoora*, *sesoora*, *seetoora*, *weetoora*, *novoora*, *tesoora*, *onsoora*, *meetiya*.

A influência do português sobre o Emakhuwa é extensa e pode detectar-se nuns quantos exemplos como os nomes – *nakusianti* (negociante), *oxicola* (escola), *naxicola* (estudante), *ufurumeero* (enfermeiro), *patarero* (pedreiro), *kalapintero* (carpinteiro), *sunfeero* (shoffer), *nhufiyathi* (alfaiate), *porossor* (professor).

Durante o século XIX, no território, poucos africanos falariam português. Um decreto de 17 de Dezembro de 1868 pretendia atrair padres seculares para o serviço no Ultramar mediante algumas regalias e especialmente uma gratificação especial quando se ocupassem do magistério primário ou secundário, apesar de reconhecer que

(...) as dificuldades no ensino da língua portuguesa deveriam tornar menos eficiente o propósito do legislador. Torna-se indispensável, como processo de iniciação, conhecer os idiomas bantos. E ainda nesta época faltava, como preparação basilar dos missionários no curso que frequentavam, a prática das línguas indígenas.³⁸⁵²

Para os evangelizadores o estudo das línguas locais era importante, desde logo para ministrar a instrução, mas também para si próprios, já que o seu conhecimento permitia uma mais eficaz evangelização. Também as publicações que elaboravam – dicionários e gramáticas – eram mais propriamente úteis para eles que para os seus alunos.³⁸⁵³ O

³⁸⁵² Azevedo, 1958, p. 127.

³⁸⁵³ Samuels, 1970, p. 63.

conhecimento das tradições dos africanos era importante porque abria perspectivas de uma melhor difusão da mensagem europeia.³⁸⁵⁴

Os missionários cristãos serão os precursores no estudo sistemático das línguas africanas e a eles se deve a criação dos primeiros dicionários.³⁸⁵⁵ Henri Junod empreendeu uma série de trabalhos em que procede ao estudo rigoroso da língua.³⁸⁵⁶ Em 1896 tenta encorajar o interesse pelo conhecimento da estrutura das línguas africanas, declarando, particularmente, que os europeus se interessem pelo conhecimento do *ronga*, língua do Sul.³⁸⁵⁷ Pretenderia que o seu trabalho contribuisse para o bom entendimento entre brancos e negros e para a queda de muitos preconceitos que a barreira da língua fomenta.³⁸⁵⁸ Na segunda metade do século XIX, os religiosos elaboram diversos trabalhos sobre as línguas Xironga, Xitsonga, entre outras.³⁸⁵⁹

Noutra obra, Junod dissecar a própria palavra *tonga* no sentido de indagar a sua origem e significado.³⁸⁶⁰ A influência zulu levou a que a sua língua devesse ser utilizada pelos matonga para a discussão de uma variedade de assuntos e negócios na região de Mandlakazi. Mas há que não esquecer a importância das mulheres e do uso da língua materna na educação das crianças e, portanto, na sua manutenção.³⁸⁶¹

Em diferentes áreas implantam-se línguas distintas, sem correspondências directas com tradicionais ocupações de territórios; este sistema é explicado pela política seguida por Muzilla e Ngungunyane, deslocando os habitantes de uma região do país para outra, desenraizando-os e designando o processo por «política de transplante».³⁸⁶²

A entrada das missões protestantes no território, após 1880, reflectiu-se particularmente nos idiomas, uma vez que as missões protestantes ensinavam, frequentemente, nas línguas africanas, facto que levou à tradução de diversas obras religiosas para as linguagens locais.³⁸⁶³

Apesar de raras vezes se referir ao séc. XIX quanto à influência da língua portuguesa sobre as outras, Pires Prata inventaria-a. A influência da língua portuguesa sobre o Emakhuwa foi necessariamente limitada ao final do séc. XIX e ao período das «campanhas de

³⁸⁵⁴ Referindo-se ao caso da Nigéria, R. L. Okonkwo nota criticamente: "(...) The missionaries conceived that the teaching of Christianity and the skills of reading, writing, and arithmetic had to be accompanied by the adoption of western dress names, food, and life style. They insisted that a good Christian must drink tea and take walks with his wife. They could see little but barbarism in the traditional African institutions and sought to destroy the vestiges of African culture." Okonkwo, 1998, p. 256.

³⁸⁵⁵ Jacob, s.d., p. 95.

³⁸⁵⁶ Comentando os trabalhos de Junod ver; Nogueira, 1958, pp. 26-28.

³⁸⁵⁷ Junod, 1896b, p. 3.

³⁸⁵⁸ *Id.*, *ibid.*..., pp. 4-5.

³⁸⁵⁹ Henri Junod cita Bleek, *Comparative Grammar*, 1869; William White, *Journal of a Voyage from Madras to Columbo and Delagoa Bay*, 1894; E. W. Smith-Delacour, *Shironga Vocabulary*, 1893.

³⁸⁶⁰ Junod, 1896a. Junta que existe outro nome que os portugueses costumam aplicar aos nativos daqueles locais « landim ». Como de resto fazem a muitos indígenas do Zambeze. *Id.*, *ibid.*, p. 4.

³⁸⁶¹ « (...) Sans doute, partout, les hommes ont adopté la mode de parler zoulou, seul langage toléré à Mandlakazi pour la discussion des affaires. Mais les femmes qui représentent toujours l'élément conservateur, n'en ont rien fait, et comme ce sont elles qui font l'éducation des enfants, ceux-ci commencent toujours par apprendre la langue nationale, la langue maternelle. », Junod, 1896a, p. 22.

³⁸⁶² *Id.*, *ibid.*, p. 22.

³⁸⁶³ *História de Moçambique*, vol. 3, 1993, pp. 15-17.

pacificação» e das de «ocupação» no início do séc. XX.³⁸⁶⁴ Apesar da fraca influência da ilha de Moçambique, para o interior dever-se-á considerar a existência de escolas na região.³⁸⁶⁵ Já na região de Quelimane e na língua local, o Echwuabo,³⁸⁶⁶ a contribuição portuguesa dever-se-ia ao facto de a localidade ser uma importante entrada para o interior – rios de Cuama, Sena e Tete. Local de passagem de missionários a caminho das missões da Zambézia onde desenvolveriam pregação, catequese.³⁸⁶⁷ Quanto ao Cisena ou língua de Sena, os missionários foram, ao longo dos tempos e desde o século XVI, executando alguns trabalhos linguísticos.³⁸⁶⁸

As línguas africanas exibem enorme dinâmica no seu relacionamento regional. H. Junod aponta a necessidade de se considerar

(...) que a tribu Thonga foi formada de populações de origens várias, que invadiram a região, vindas de diversas partes. A única conclusão a tirar d'êstes dois factos aparentemente contraditórios é de que aqueles invasores adoptaram a língua das populações primitivas e não tiveram a influência bastante para o impedir de seguir a sua natural evolução... Se assim é, a língua Thonga deve ser considerada como o mais velho elemento da vida da tribu, podendo então compreender-se como ela adquiriu a sua unidade.³⁸⁶⁹

A invasão zulu no séc. XIX alteraria a situação em termos linguísticos, tendo o Isizulu sido adoptado pelos próprios Tsongas enquanto “língua nacional”. Mas as línguas existentes exibem formas naturais de defesa perante qualquer invasor. Tal facto encontra-se bem patente na relação entre as próprias línguas africanas.

Entretanto as mulheres não aprenderam Zulo e são elas a melhor salvaguarda da pureza da língua entre os povos primitivos. Por isso não julgamos que tivessem sido capazes de desarreigar ou destruir a antiga língua falada por muitos séculos no território Thonga.

Tal facto leva H. Junod a concluir que “(...) a língua Thonga foi sempre falada pelos primitivos ocupantes da região há mais de 500 anos e que, conjuntamente com um certo número de costumes, formou um grande laço que ligava as famílias Thongas nos séculos passados”.³⁸⁷⁰ A relação mútua das diversas línguas africanas cria uma dinâmica que se reflecte na própria vida das comunidades.³⁸⁷¹

³⁸⁶⁴ Na ilha de Moçambique e a respeito da influência do português sobre a língua macua “(...) o seu campo de acção e influência, no norte de Moçambique restringiu-se sempre à Ilha, ao Mossurill e às Cabaceiras, Grande e Pequena.” Prata, 1983, p. 55.

³⁸⁶⁵ “Como focos de influência poderão ser consideradas também as escolas então lançadas pelo Governo e a Escola de Artes e Ofícios existentes na Ilha desde há muito.

Até meados deste século eram quase como não existentes, algumas delas apenas eram de catequese.” Refere-se ao séc. XX. *Id., ibid.*, p. 55.

³⁸⁶⁶ A língua tem origem no nome nativo de Quelimane – Shwabo ou Chuabo que “(...) significa fortificação, lugar fortificado, talvez possamos traduzir por fortaleza. Mas esta fortaleza não é de pedras, de alvenaria, mas de altos e grossos paus ao alto, a *pique*. Seria assim a tradução de *erika* ou *eringa* que passou à linguagem portuguesa com a forma de *aringa*. (...)” *Id., ibid.*, p. 117.

³⁸⁶⁷ Refere, de igual modo, a influência da literatura e imprensa em Quelimane. *Id., ibid.*, p. 118.

³⁸⁶⁸ *Id., ibid.*, pp. 135 e ss.. Nos tempos mais recentes, cita dois catecismos e um método de confissão da autoria de Frei Francisco da Trindade; Padre Alexandre Moreira, S. J., uma gramática da língua Sena (traduzida para o inglês); *Gramática do Chissena* do Padre Torrend; *Vademecum da Língua Bantu da Província de Moçambique* ou *Breve Estudo da Língua Chiyao ou Adjaua* do Padre Pedro Dupeyron; *Gramática do E-chwabo* do padre Eugénio Witz.

Torrend, em 1900, publicaria *Gramática do Chisena – A Grammar of the Language of the Lower Zambeze*. Correia S. J., 1991, p. 251.

³⁸⁶⁹ Junod, vol. I, 1917, p. 31.

³⁸⁷⁰ *Id., ibid.*, p. 32.

³⁸⁷¹ “Finalmente faremos uma alusão ao meio de comunicação utilizado pelos intérpretes, nas reuniões e no convívio com o soberano.

Papel a avaliar terão desempenhado determinados indivíduos que dispuseram – raridade da época – de uma literacia suficiente para os animar à demanda da sua afirmação cultural mediante a utilização dos instrumentos que eram transportados pelo colonizador.³⁸⁷²

Mais uma vez as diferentes percepções do tempo encontram a sua expressão adequada no vocabulário africano. O residente de Gaza publica, em 1882, os nomes dos meses do ano em língua “Cingune” e seus equivalentes em português: *Cheganhana*, Outubro, “fruta do mato”; *Mugano-mocuio*, Novembro, “fruta do mato grande”; *Impaia*, Dezembro, “cabra do mato”; *Gungoni*, Janeiro, “vaca do mato”; *Pusse* ou *Engoce*, Fevereiro, “bataque do régulo”; *Mexanga*, Março, “floresce o caniço” ou “gato do mato”; *Devanlgeia*, Abril, “corta caminho”; *Santueia*, Maio, “frio”; *Quéquése*, Junho, “estrela polar”; *Simeia*, Julho, “frio”; *Ucanhana*, Agosto, “milhafre”; *muco-mocuio*, Setembro, “apanha os pintos”.³⁸⁷³

Também o Xironga se apropria de muitas palavras portuguesas, para além de inglesas e holandesas (situação intensificada, nestes dois últimos casos, com a emigração para o Transvaal), movimento que se traduz num conjunto de influências múltiplas em torno dos Rongas.³⁸⁷⁴ No primeiro caso, facilmente se inventariam alguns exemplos: barca – *barjika*; vinagre – *vinagirji*; frigideira – *filidjela*; prato – *parjatu*; prego – *perjeku*; sardinha – *saradinya*; trigo – *tirjiku*; algodão – *ligidau*; balão – *balau*; botão – *butau*; garrafão – *galafau*; pão – *pau*; sabão – *sabau*; jornal – *jurnali*; dedal – *dedali*; quintal – *kintali*; lençol – *lansole*; Português – *um-putukesi*; papel – *papela*.³⁸⁷⁵ Caderno – *kaderunu* (ainda existe a forma *kopi* do inglês “copy”);³⁸⁷⁶ pena (de escrever) – *ma-pena* (na forma de influência inglesa *i-peni* de “pen”);³⁸⁷⁷ tinta – *ma-tinta* (*inki* da forma inglesa “ink”); tinteiro – *ma-tintero*;³⁸⁷⁸ *xi-kole* – escola (também a forma *xi-Kolo*, no zulu *isi-kole* proveniente do inglês “school”).³⁸⁷⁹

Tal como os costumes, também a língua zulu se deixava contaminar pelas línguas locais. Já atrás referimos como, abastardada, ela se veio a fragmentar num número grande de dialectos. Porém, na corte de Gaza, existiam duas línguas principais: a língua dos negócios do estado e a língua familiar. A primeira era a língua dos grandes chefes, a única utilizada nas reuniões do conselho dos grandes e nas grandes cerimónias. Era a língua primitiva dos zulus, mantida intacta durante algum tempo. A segunda era a do convívio familiar, falada no dia a dia, uma língua adulterada, coloquial, distensa.” Vilhena, 1996, p. 142.

³⁸⁷² “(...) The apex of this mestiço community was made up of professionals (doctors, lawyers, civil servants, journalists) who, right from the second half of the nineteenth century, were concerned to give voice to the indigenous population.

It is true that their primary objective was to represent the interests of the “assimilated” mestiço community. It is also true that they considered the ‘native’ African population much in the same way as Europeans did at the time. Nevertheless, over time their concern for indigenous society led them to take into account the interest of the voiceless Africans.

However superior they thought themselves culturally and even racially, mestiços were often the first to speak about and on behalf of Africans in Mozambique. As a result, they were the first either to integrate African culture into modern literary form or to use African culture as source-material. A full history of Mozambican literature would highlight the development of the various cultural groups as well as the many publications which are relevant to a panorama of the genesis of that literature. Suffice it here to fill in this background with broad brush-strokes.” Chabal, 1996, p. 30.

³⁸⁷³ *B.O.*, 11/02/1888, nº 6, p. 89. Em Junior, 1896, p. 113, o mesmo calendário é referido, com pequenas diferenças de terminologia, e em Setembro, *Muco-Mucuio* com o significado de “gavião que apanha os pintos”.

³⁸⁷⁴ “De uma maneira geral podemos, dizer que o povo ronga, particularmente o da zona de Lourenço Marques e seus subúrbios, tem estado submetido às seguintes influências: a) – à dos Portugueses; b) – à dos Ingleses; c) à dos Holandeses; d) à dos Zulos; e) – à dos Xanganas; f) – à dos Indianos.” Nogueira, 1958, 121.

³⁸⁷⁵ Exemplos colhidos em Nogueira, 1958, p. 37-38.

³⁸⁷⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 135.

³⁸⁷⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 151.

³⁸⁷⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 156.

³⁸⁷⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 160.

A importância do Kiswahili é também objecto de muitas referências.³⁸⁸⁰ O seu conhecimento seria uma outra forma de o poder colonial aumentar a eficácia junto dos africanos,³⁸⁸¹ aspecto de que também já vinham dando bem conta franceses e ingleses.³⁸⁸² O seu carácter de língua de comunicação, “franca”, em diversas regiões de África, realça a sua utilidade.³⁸⁸³ A sua utilização como forma de dominação colonial já havia sido experimentada por europeus.³⁸⁸⁴

O kiswahili foi língua franca também em Moçambique até ao século XVI, vindo a desaparecer como língua veicular no final desta centúria,

(...) deixando traços fortes no Sena de Nyungwe e nos dialectos costeiros do Makhua, Makonde e Ndau. Depois, o português interagia directamente com as línguas africanas. Em cada uma das povoações costeiras e do interior o português era, até ao séc. XX, apenas uma língua minoritária, que no entanto era necessária ser dominada para promoções p. e. de militares dentro do sistema colonial português do séc. XVIII-XIX. Daí que mesmo antes do funcionamento de escolas oficiais a partir do fim do séc. XVIII, e meados do século XIX, houvesse professores privados ou aulas para esse efeito.³⁸⁸⁵

Entre os séculos XVIII e XIX surgem muitas publicações em kiswaili para as quais muito contribuíram as missões cristãs interessadas na divulgação de mensagens religiosas.³⁸⁸⁶ Oriundo da costa oriental de África, por volta do século X aglutinava elementos da língua árabe a par de línguas locais e estrangeiras.³⁸⁸⁷ Ao longo do contacto com a língua portuguesa, foram-se transferindo vocábulos entre ambos os idiomas, que espelhavam a natureza dos contactos de índole comercial, marítima, agrícola, administrativa, lúdica e outros aspectos quotidianos.³⁸⁸⁸ Os empréstimos sucederam-se. No que respeita à língua portuguesa eis alguns: carta (*karata*); vinho (*mvinyo*); quintal (*kitalu*); reino (*mreno*); língua portuguesa

³⁸⁸⁰ “Há no litoral muitos pretos que leem e escrevem o soaile cujo ensino se ministra nas mesquitas a que concorrem mojosos mussulmanizados. O macua é a língua falada vulgarmente mas ninguém a escreve.” Borges, 1912, p. 42.

³⁸⁸¹ Prata, 1983. Define o “suahíli” ou *kisahili*, “(...) uma mistura de bântu e de árabe, havendo quem afirme que a percentagem deste é de cinquenta por cento. (...) O suahíli não é uma língua única, mas antes o árabe combinado com as línguas bântus da costa (...). Desta mistura na costa oriental provieram vários dialectos influenciados pelo árabe em maior ou menor percentagem, adaptando as palavras árabes segundo a índole do bântu local, o que veio a manter a diversidade dos dialectos.” *Id., ibid.*, p. 9.

³⁸⁸² “(...) seria de toda a vantagem que entre nós se generalisasse também o conhecimento d’aquella língua, traduzindo alguns manuaes francezes e ingleses, para vantagem dos missionarios e mercadores portuguezes, que vão estabelecer-se n’aquella provincia.” «Notas do Traductor» de Francisco de Lencastre in Cameron, 1879, p. 344.

³⁸⁸³ “Há uma especie de suhahile corrupto, fallado pelos estrangeiros (indios e europeus), e que serve para muitos usos, comquanto não tenha utilidade para os que desejam aprofundar o conhecimento da lingua; mas é uma grande vantagem ser essa espécie de lingua franca comprehendida não só em Zanzibar e no centro d’Africa, mas em quasi toda a costa até Suez, em Madagáscar e nas Comores.” *Id., ibid.*, p. 345.

³⁸⁸⁴ Os ingleses, que são homens práticos em toda a extensão da palavra, reconhecem as enormíssimas vantagens que tira o Estado de serem bem conhecidas as línguas dos povos onde dominam, que obrigam o funcionario (por exemplo na Índia) a estudar os dialectos, e dão-lhe por esse facto um augmento de vencimento.” *Id., ibid.*, p. 345.

³⁸⁸⁵ Liesegang, 1992b pp. 31-32. Explica o mesmo autor que: “Quando africanos do interior se referiam ao exterior, diziam “manga” palavra derivada de “maka” (Mecca), mas significando no séc. XVI-XIX, quando documentado em textos, Ilha de Moçambique, Portugal, “exterior”, “costa”, “norte”, etc... Em designações de plantas não se usa uma composta de “reino” (Reno) ou “Portugal”, com excepção da batata. Assim, amendoim, milho, de vez em quando também algumas outras variedades de plantas recebem inicialmente designações que são compostas de “manga” (mapiramanga, cimanga, timanga), como também a sífilis em algumas zonas, onde é designada por “cimanga”. *Id., ibid.*, p. 32.

³⁸⁸⁶ Mbangale, 1998, p. 67.

³⁸⁸⁷ *Id., ibid.*, p. 76.

³⁸⁸⁸ *Id., ibid.*, p. 106.

(*kireno*); Portugal (*Ureno*); português (*ki portuguese*); cristão (*wakristo*); cristãos (*mkristo*); música (*muziki*).³⁸⁸⁹

Certos aspectos mostram o interesse crescente que as línguas africanas despertam por parte dos poderes coloniais. Na lei de 28 de Maio de 1896, que organiza a instrução secundária, assinada por João ferreira Franco Pinto Castello Branco, prevê-se, no artigo 33º a criação de duas cadeiras, respectivamente para o ensino das línguas principais da costa oriental africana e para o ensino das línguas principais da costa ocidental. O artigo 34º estabelece que a nomeação de professores para estas línguas deveria ser objecto de disposições regulamentares.³⁸⁹⁰

O Governador do distrito de Inhambane, Alfredo Ferreri, em 1889, salienta a sujeição das autoridades coloniais à “tutela do interprete”, que acaba por ser o verdadeiro chefe da circunscrição “na questão dos milandos, por isso que traduzindo erradamente o depoimento das testemunhas e queixosos obriga o commandante a dar justiça muitas vezes a quem a não tem.”³⁸⁹¹ Também a língua é, portanto, um obstáculo a que os europeus chamem a si a tarefa da administração da justiça aos africanos. A língua é instrumento de poder, de informação.

Também é interessante a análise da influência da língua através dos nomes de pessoas – esses nominativos das diversas identidades. Encontramo-los, por exemplo, no registo de óbitos, apesar de em muitos dos óbitos registados nesta altura serem apenas designados “pretos” ou simplesmente pessoas “naturais do país”.

Na atribuição de denominações a mortos, filhos de pais incógnitos ou de quem nada se sabe, é muito corrente a inscrição de nomes simples como “Maria”, “Arcanjo”, “Francisca”. “Nazareth” ou outros.

Escolhidos para designar o seu portador para toda a vida, os nomes são, por vezes, bastante invulgares. No dia 11 de Novembro de 1864 falecia «Cada-Vez», ignora-se a filiação, natural de Beleanne, pagã, idade 5 anos.³⁸⁹² Faleceu em 7 de Outubro de 1864, «Maria Liberta», de filiação ignorada, natural de Inhambane, 19 anos, solteira, de “sobre parto”.³⁸⁹³ Faleceu a 23 de Novembro de 1866, «Sabbado», filha de pais incógnitos, natural de Moçambique, idade ignorada, solteira, “gentia”.³⁸⁹⁴ Faleceu a 27 de Dezembro, «Razão», de quem se ignora-se tudo o mais e “gentio” de religião.³⁸⁹⁵

³⁸⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, pp. 130 e ss.

³⁸⁹⁰ *A Legislação – 1896, 1897*, p. 513.

³⁸⁹¹ *B.O.*, 8/03/1890, nº 10, p. 130.

³⁸⁹² *B.O.*, 13/05/1865, nº 19, p. 84.

³⁸⁹³ *B.O.*, 10/06/1865, nº 23, p. 102.

³⁸⁹⁴ *B.O.*, 15/12/1866, nº 50, p. 220.

³⁸⁹⁵ *B.O.*, 26/01/1867, nº 4, p. 13.

A 26 de Agosto de 1892 morria «Não Tem Razão», filho de pais incógnitos, natural de Macuane, de 18 anos de idade, solteiro, “gentio”, no domicílio, de moléstia ignorada.³⁸⁹⁶ A 30 de Agosto de 1892 morria «Africa», filho de pais incógnitos, natural de Moçambique, de 8 anos de idade, “gentio”, no domicílio, de moléstia desconhecida.³⁸⁹⁷ Em Moçambique, a 11 de Outubro, «Não Esperava», filha de pais incógnitos, natural de Matibane, de 9 anos de idade, “gentia”, faleceu no domicílio, ignora-se a moléstia.³⁸⁹⁸ Em 28, «Nove-vintens», preso do governo n° 319 do depósito dos sentenciados, filiação, estado, idade e religião ignoradas, natural de Moçambique.³⁸⁹⁹ Em Inhambane, a 10 de Julho de 1893, «Não Vale Nada», filho de António Toané, de um ano, natural de Inhambane, religião gentílica.³⁹⁰⁰ Em 16 de Dezembro de 1893 era a vez de «Atrevido», filho de «Marfim», natural de Inhambane, de 30 anos de idade, solteiro, cristão, falecer no hospital de hepatite aguda.³⁹⁰¹ Em 5 de Julho de 1894, «Paciência», filiação ignorada, natural de Macuane, 10 anos, “gentia”, no domicílio, de desintéria.³⁹⁰² A 24 de Março de 1895, «Sabbado», filha de António Augusto Duarte Borges, natural de Moçambique, de 6 anos, cristã, no domicílio, de “hydropesia”.³⁹⁰³ Em Outubro de 1895, a 23, «Quinta», filha de Somaly, natural de Moçambique, de 45 anos, solteira, “gentia”, falecia na praia do Celeiro, ignorando-se a moléstia.³⁹⁰⁴ Em 26, «São Thomé», de filiação ignorada, natural de S. Tomé, de 45 anos de idade, estado desconhecido, cristão, falecendo ao ser transportado para o hospital militar e civil, de febre perniciososa.³⁹⁰⁵ Em Moçambique, em Maio de 1896, era a vez de «Menthira», filiação, idade e naturalidade ignoradas, solteiro, cristão, no hospital militar e civil, de queimadura de 3º grau e feridas por instrumento contundente. Em 4, «Pequenino», ignora-se a filiação, natural de Inhambane, não consta a idade, solteiro, “maometano”, no hospital civil e militar de astenia geral.³⁹⁰⁶

19.4. As línguas africanas enquanto objectos de estudo

Claro que a Língua é sempre um factor de grande importância quando falamos de cultura.³⁹⁰⁷ Ou de domínio. Por isso, alguns propagandistas da fé entenderam necessário desenvolver o trabalho de codificação e estudo das línguas bantu e a sua introdução no ensino.

³⁸⁹⁶ B.O., 10/12/1892, n° 50, p. 601.

³⁸⁹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 602.

³⁸⁹⁸ B.O., 31/12/1892, n° 53, p. 649.

³⁸⁹⁹ B.O., 23/09/1893, n° 38, p. 557.

³⁹⁰⁰ B.O., 16/09/1893, n° 37, p. 548.

³⁹⁰¹ B.O., 10/02/1894, n° 6, p. 66.

³⁹⁰² B.O., 18/08/1894, n° 33, p. 437.

³⁹⁰³ B.O., 25/05/1895, n° 21, p. 206.

³⁹⁰⁴ B.O., 18/04/1896, n° 16, p. 159.

³⁹⁰⁵ B.O., 27/06/1896, n° 26, p. 254.

³⁹⁰⁶ B.O., 11/07/1896, n° 28, p. 277.

³⁹⁰⁷ Teresa Cruz e Silva ressalta a importância da língua como instrumento de “identificação e pertença” e a sua influência em Moçambique. Silva, 1997, p. 2.

E tudo isto não apenas para reforçar a aprendizagem da Língua Portuguesa, mas também para possibilitar o seu uso para além de certos espaços restritos.

O recurso às línguas maternas como auxiliares no processo educativo é decisivo, principalmente, para a alfabetização nos primeiros anos de escolaridade. A Língua Portuguesa, à medida que vai sendo apropriada, é veículo e expressão do processo em construção da identidade.³⁹⁰⁸ É com essa língua que os africanos acedem a outros conhecimentos científicos e técnicos. Surgiram alterações à língua veiculada pelos colonizadores, produzidas pelos contactos com outras línguas, nos domínios fonético, fonológico e do vocabulário (e certamente também aos níveis sintáctico e semântico, embora a estes dois níveis sejam mais difíceis de detectar) – processo que representou um enriquecimento dessas línguas e também da própria Língua Portuguesa.

A importância da língua quer como factor de comunicação quer como instrumento político, constituiu factor nuclear que acompanhou outras formas globais de «contacto» – seja lá isto o que for –, «dominação» ou “pura” relação religiosa, comercial, diplomática.

O reconhecimento do interesse pelo estudo das línguas africanas não era consensual ou pacífico. Em 1878, Teixeira de Vasconcelos, vice-presidente da Sociedade de Geografia, apresenta uma proposta para a criação de um instituto dedicado ao estudo das línguas das possessões do Ultramar, bem como da sua história e geografia. Seria, contudo, rejeitada, no que respeita às línguas, por ser julgado menos útil.³⁹⁰⁹

Ainda no séc. XIX, Joaquim de Almeida da Cunha, citando a *Gramática comparada das línguas sul-africanas*, de Bleek, classifica-a de rara e quase desconhecida em Portugal e nas colónias.³⁹¹⁰ O autor procurava apontar, estudando-as, a “uniformidade das regras gramaticais nas línguas africanas”, mesmo quando faladas a grandes distâncias umas das outras, de que dá o exemplo do Kiswahili, o “zulu” e a “língua de Angola”. Sobre a importância do conhecimento da línguas africanas no contexto do ensino que é ministrado nas escolas sublinha:

Encetamos hoje a publicação d'estes vocabularios com que procuramos preencher uma lacuna nos estudos coloniaes do nosso paiz.

Sabemos que ha quem julgue inutil á administração colonial o conhecimento das línguas indígenas. Não o pensamos assim.

Temos visto nos tribunaes quanto é difficil apurar a verdade, porque o juiz tem de recorrer a um interprete, de cujo conhecimento da língua nem mesmo tem meio de certificar-se.

³⁹⁰⁸ «Identidade» que é objecto de uma construção complexa, dinâmica. “Na verdade, nenhum indivíduo ou grupo numa sociedade primitiva ou moderna tem, como dado adquirido, uma determinada identidade, que defina, de uma vez por todas, o ser desse indivíduo, grupo ou sociedade.

Uma identidade não é mais do que um conjunto problemático de traços em constante mutação, compondo e recompondo configurações identitárias, de acordo com as múltiplas influências, referências e conflitos, encontros e desencontros, trocas e relações que indivíduos e grupos tecem, rompem, tomam e retomam uns em relação aos outros, ao longo dos seus próprios itinerários geográficos e históricos, geracionais e individuais.” Casal, 1998, p. 385. Ainda sobre o conceito de «identidade» veja-se Rosário, 1995, pp. 171-176.

³⁹⁰⁹ Nogueira, 1880, p. 8.

³⁹¹⁰ Cunha, 1886, p. 6.

Defendemos réus, que assistiam ao seu julgamento, sem entender juiz, acusador, advogado, e que só compreendiam de tudo aquilo que ou iam para a rua, ou voltavam para a enxovia.

Sabemos de negociações com régulos, frustradas por infidelidade ou incapacidade dos interpretes.³⁹¹¹

Também o «tempo» é um factor importante a considerar no âmbito do “(...) ritual da palavra, e do tempo de palavra dos Europeus, e o ritual da palavra africano”.³⁹¹² A desvalorização da palavra do africano é, de igual modo, um dos componentes da estigmatização, procurando associar o discurso africano à ideia de inutilidade.³⁹¹³

O domínio, conhecimento e uso das línguas locais assumiu-se, desde cedo, como uma forma de permitir aceder eficazmente à concretização de objectivos bem pragmáticos. Entre os vários países europeus, foi variável esta apetência para o recurso às línguas locais entendida como uma forma sistemática visando o controlo possível das populações.³⁹¹⁴ No século XIX verificou-se, no entanto, a “desvitalização das línguas africanas em proveito do português” tentando ultrapassar as resistências locais que obrigaram a administração nos vários domínios da sua actividade a servir-se de línguas nacionais ou dos intérpretes.³⁹¹⁵

Quanto à escrita, o quotidiano e as necessidades levaram os africanos a contactar com ela e, como sublinha Maria Emília Madeira Santos, “Os africanos aprenderam a usar a escrita antes de saberem escrever, mas quando foram alfabetizados conservaram e transmitiram cuidadosamente esse saber. Passaram a deter a capacidade de «fazer falar o papel»”.³⁹¹⁶

A realidade conturbada da segunda metade do século XIX e correspondente corrida de diversos estados europeus rumo a África acentuou a necessidade de repensar a relação com as línguas locais.

A importância do conhecimento das línguas locais foi uma realidade que, se muitas vezes não era entendida pelos poderosos e pelos políticos, o foi, apesar de tudo, por muitos dos humildes que, uma vez em África, tinham de juntar o seu conhecimento ao das tradições, usos e costumes que tantas vezes adoptaram, num processo que ficou conhecido, nos seus

³⁹¹¹ *Id.*, *ibid.*, p. 10.

³⁹¹² Henriques, 1997b, p. 492.

³⁹¹³ “Esta situação tem naturalmente a ver com o facto de os colonos procurarem desalojar os Africanos das suas próprias línguas. O gramático brasileiro João Ribeiro sublinhou em tempos o juízo sobre a língua portuguesa, que servia essencialmente para dar ordens. E o escritor cabo-verdiano Gabriel Mariano salientava o facto de sua avó, bilingue, recorrer ao português ou quando estava zangada, ou quando queria dar ordens.” *Id.*, *ibid.*, p. 492.

³⁹¹⁴ “Ora, não se conhecerão profundamente os indígenas, se se lhes ignorar o idioma. Há segredos psicológicos que só a língua materna consegue exprimir e desvendar. A colonização portuguesa exerce-se, sem dúvida, através de dois grandes vectores: a religião e a língua. O português será a língua cívica do cidadão português nascido negro em terra africana. Será a língua da unidade, por intermédio da qual compreenderá o seu irmão das outras províncias e da metrópole. Mas os falares indígenas são também, politicamente, línguas portuguesas. São línguas maternas, de mães portuguesas. Tanto basta para que sejam verdadeiramente acarinhadas.” Rego, 1960, p. 87.

³⁹¹⁵ Henriques, 1997b pp. 492-493.

³⁹¹⁶ A autora, aludindo ao caso angolano, inventaria uma série de situações em que a escrita foi usada entre portugueses e africanos – ao nível da administração europeia, dos chefes locais, da Igreja e seus representantes, no comércio e pelos agentes comerciais, no sertanejo, no degredado, no pombeiro. “A questão de reduzir à escrita as línguas faladas em Angola ocupou os africanistas da Sociedade de Geografia de Lisboa logo no início da sua existência (1876). Às objecções dos teóricos de que se tratava de línguas destinadas a desaparecer, cujo estudo teria apenas interesse científico, respondiam os homens do terreno, que o ensino do «negro na sua própria língua será o mais pronto e eficaz».” Santos, 1997a pp. 531-539.

casos mais intensos, por “cafrealização”. É uma outra história mais ou menos anónima, mais ou menos marginal, mas cuja importância no quadro desse fenómeno que ficou conhecido por “colonização” está ainda por apurar.

A língua pode também ser encarada como uma forma de resistência. Em 1880, A. F. Nogueira garante que o ensino dos indígenas na sua própria língua é o mais eficaz e os portugueses necessitam de estudá-la para esse efeito. E reforça a ideia de que ainda “(...) que seja fácil ensinar às crianças uma qualquer língua, (...) não basta criar cadeiras de instrução primaria da lingua portugueza entre os gentios das nossas possessões d’Africa para que estes venham voluntariamente frequental-as, e obrigar-os a isso seria impossível.”³⁹¹⁷

E, se muitos acreditaram num darwinismo social que faria desaparecer certos povos, certas línguas ou ambos, outros havia que duvidavam de tal possibilidade. Tanto mais que a realidade o parecia querer desmentir:

Pensam muitos que as línguas d’Africa devem desaparecer. A experiência de uma dominação de quasi quatrocentos annos protesta contra similhante asserção. Nas nossas colónias do continente africano ainda não conseguimos fazer desaparecer uma língua, e onde mais pudemos inculcar a portugueza, creámos entre o povo um creoulo mais difficil de estudar e de entender.

Enquanto não comprehendermos bem os povos africanos, nem poderemos exercer domínio efficaç, nem dar-lhes ensino proficuo, e muito menos subsistir à d’elles a nossa língua.³⁹¹⁸

Também Ferreira-Deusdado assinala a importância de conhecer as línguas locais para obviar à “triste necessidade dos intérpretes” e explica que não “(...) se comprehende um funcionario portuguez em Angola que não saiba o *quimbundo*, em Moçambique o *macua*, na Índia que não saiba o *concani*, pelo menos, em Macau o *chinez* e em Timor o *tecum*”.³⁹¹⁹ E, numa lógica de como as “raças” avançadas dominam as inferiores, esclarece que existem

(...) hoje na metrópole antigos funcionarios das colónias, ou cidadãos lá nascidos, que podem ser professores d’estas línguas. (...)

Há também quem argumente contra o ensino d’estas línguas, dizendo que as raças conquistadoras impõem a sua língua às conquistadas, e que as línguas representantes de civilizações rudimentares tem de ser substituídas pelas que representam um mais alto grau de evolução. Este argumento é contradictado por vários factos, que podíamos adduzir, além de que, sociologicamente, colonisação não é o mesmo do que conquista. Mas acceito o principio de que as raças superiores absorvem as raças indígenas anthropologicamente inferiores, esse phenomeno de absorção não se produz senão vagarosamente e o processo scientifico e humanitário para o encaminhar é exactamente o conhecimento das línguas, das religiões e de todos os elementos ethnicos de raça ou raças nativas”.³⁹²⁰ Este aspecto da língua é extensível ao sistema judicial onde na “(...) administração da justiça quantas vezes o juiz pela pouca probidade dos interpretes, é induzido a erro.”³⁹²¹

³⁹¹⁷ Nogueira, 1880, p. 211.

³⁹¹⁸ Cunha, 1886, p. 30.

³⁹¹⁹ Ferreira-Deusdado, s.d., p. 8.

³⁹²⁰ *Id.*, *ibid.*

³⁹²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 9.

As autoridades coloniais interessam-se pelas obras que vão aparecendo sobre as línguas africanas, o que denota consciência da sua importância para os objectivos do colonizador. Em portaria nº 5 do governo geral, Augusto de Castilho, a 3 de Janeiro de 1887, regista ter-lhe

(...) sido apresentado um livro intitulado – *Elementos de grammatica da lingua cafreal fallada em Tete* – escripto pelo reverendo padre Victor José Courtois, da companhia de Jesus e missionario da Zambézia, e tendo-me convencido pelo exame do dito livro quanto elle deve vir a ser útil para a diffusão da instrucção e gradual desenvolvimento dos indígenas;

pelo que ordena a sua publicação acompanhada por um louvor ao religioso.³⁹²²

Renato Baptista publica o que classifica como alguns subsídios para o vocabulário falado em Manica e Sofala recolhido pelo cirurgião-mór Baptista Dias e pelo alferes Silva Cruz ressaltando que a língua, essencialmente a mesma, “modifica-se por gradações de Sofala a Maciquece, e n’estes pontos alguns vocábulos são totalmente diversos” e como os carregadores – objecto de estudo – eram da Zambézia, havia a possibilidade de imprecisões. São apresentados vocábulos e seus correspondentes em português e algumas frases mais comuns. A preocupação com o conhecimento da língua é considerada fundamental.³⁹²³

Na viragem do século, e ilustrando a importância do estudo das línguas locais, o padre Pedro Dupeyron publica um curto estudo da “Língua Adjaua” e um correspondente vocabulário, para além de um mapa com a localização das «raças» de Moçambique.³⁹²⁴

A obra *Elementos de Grammatica Tetense – Língua Chi-Nyungue* do missionário da Zambézia, Victor Courtois, é outro exemplo como contributo para o estudo das línguas locais.³⁹²⁵

19.5. A língua portuguesa entre os outros idiomas europeus em África

As línguas acompanham as ambições imperiais. Sobre os idiomas da «nova África», Johnston declara solenemente que serão: inglês, francês, italiano, português, árabe, hausa e kiswahili, juntando que é duvidosa a implantação do alemão.³⁹²⁶

³⁹²² B.O., 8/01/1886, nº 2, p. 5.

³⁹²³ Baptista, 1892, p.28-29.

³⁹²⁴ Pedro Dupeyron, Padre, *Pequeno Vademecum da Lingua Bantu na provincia de Moçambique ou Breve Estudo da Lingua Chi-Yao ou Adjaua comparada com os dialectos de Sena, Tete e Quelimane e seguida d’um vocabulário da mesma lingua*, Lisboa, Administração do Novo Mensageiro do Coração de Jesus, s.d.. Na edição consultada o autor faz dedicatória a Jaime Mauperrin Santos que assina do Colégio de Campolide em 17-08-904.

³⁹²⁵ “*Nyungue* é nome indígena da villa de Tete; *Wa-nyungue* é o nome do povo principal que constituiu antigamente o vasto e celebre imperio do Monomotapa, cujos limites se estendiam até à povoação de Tete, nas margens do Zambeze.” Courtois, 1899b p. X. No prólogo à segunda edição o autor afirma que os *Elementos* então publicados deverão servir “de chave” à obra recentemente publicada, de sua autoria, *Diccionario portuguez-cafre*. Esclarece: “Conhecemos muitos negociantes e mesmo officiaes distinctos que fallam umas poças de línguas africanas, e os filhos da terra, como se diz cá, são os mestres numa lingua que receberam com o leite da mãe: mas, se pedirmos a muitos o *porquê* de tal ou tal regra a *razão* d’esse modo de se exprimir e fallar, difficil será obter uma resposta satisfactoria.” *Id.*, *ibid.*, p. XII.

³⁹²⁶ Johnston, s.d., p. 282.

No «assalto» a África, as vozes europeias esgrimem e defrontam-se. A rivalidade entre elas está bem patente nos topónimos adoptados para regiões como Lourenço Marques, consoante os que ao local se referem forem ingleses ou portugueses. Adulterando os originais elas mantêm alguma semelhança. Por exemplo “(...) o que na cartografia portuguesa eram os rios (de) Manhiça (Incomáti), de Lourenço Marques (Umbelúzi), do Espírito Santo ou da Alagoa (estuário onde confluem os rios Tembe, Umbelúzi e Matorla), na britânica designavam-se King George’s River, Dundas e English River.” O mesmo se passava com a própria baía de Lourenço Marques ou Espírito Santo, designada pelos ingleses como Delagoa Bay.³⁹²⁷

A língua inglesa rivalizava com o português em Lourenço Marques na segunda metade do século.³⁹²⁸ Essa competição traduz a pujança da influência britânica no local e as limitações da língua portuguesa para a acompanhar. Em Lourenço Marques, no início do séc. XX observadores referem que a localidade não “(...) tem muito de portuguez o seu conjunto”, sendo a língua portuguesa “muito menos falada do que se pode imaginar”.³⁹²⁹ Panorama semelhante seria o que se passava em Inhambane.³⁹³⁰

Os problemas em lidar com a língua portuguesa, ao que parece, encontram-se no interior do próprio funcionalismo da Província. No Boletim Oficial nº 1 de 1883, em portaria do Governo Geral nº 62, de 17 de Março desse ano, assinada pelo secretário geral Joaquim de Almeida da Cunha, pode ler-se que fora

(...) enviada à secretaria uma informação mensal, assignada pelo escrivão da Administração do Concelho de Moçambique em data de 9 do corrente, a qual se acha cheia de erros de grammatica, orthographia, algarismos, e de inexactidões, começando por que, devendo referir-se ao mez de Fevereiro, começa: «informação relativa ao período de 1 a 28 de Março de 1883»; o que tudo revela pouca seriedade e nenhum cuidado no desempenho do serviço;

Hei por conveniente determinar que o Administrador do Concelho de Moçambique reprehenda o escrivão da administração João Baptista Virgílio das Dores e Santos, e o advirta para que de futuro tenha mais cuidado a seu cargo.³⁹³¹

Era o exemplo que o colonizador dava ou podia dar e que merece reparos das autoridades portuguesas que, sempre tão atentas aos “vícios da pronúncia dos africanos”, raramente mencionam as suas próprias deficiências.

³⁹²⁷ Lemos, 1995, p. 8.

³⁹²⁸ Péliissier assinala o caso de um viajante britânico, chegado do interior e que afirmava que à entrada de Lourenço Marques a língua inglesa era melhor entendida que a portuguesa. Péliissier, vol.II, 1988, p. 219.

³⁹²⁹ Borges, 1912, p. 12.

³⁹³⁰ “A lingua mais comumente falada pelo gentio é o bitonga. O portuguez, embora haja uma escola regida por missionarios, a poucos pretos alcança mais que aos que tirocinam de moleques em casa dos patrões pois o resultado da aprendizagem escolar para os negros á quasi nula. Existe tambem nas proximidades da vila uma missão evangélica estrangeira que parece dispender o mesmo esforço e obter os mesmos bons resultados que a escola paroquial no que respeita – à difusão pelo gentio de letras e matéria religiosa.” *Id., ibid.*, p. 80.

³⁹³¹ *B.O.*, 6/01/1883, nº 1, p. 69.

20. Religiões e missões

20.1. Instituições católicas

“Já não sei a que propósito é que isso vinha, mas o Senhor Professor disse um dia que as palmas das mãos dos pretos são mais claras do que o resto do corpo porque ainda há poucos séculos os avós deles andavam com elas apoiadas ao chão, como os bichos do mato, sem as exporem ao sol, que lhes ia escurecendo o resto do corpo. Lembrei-me disso quando o Senhor Padre, depois de dizer na catequese que nós não prestávamos mesmo para nada e que até os pretos eram melhores do que nós, voltou a falar nisto de as mãos deles serem mais claras, dizendo que isso era assim porque eles, às escondidas, andavam sempre de mãos postas, a rezar.”

Luís Bernardo Honwana, “As Mãos dos Pretos”, *Nós Matámos o Cão Tinhoso*, 1972

Em Moçambique as realizações culturais e a actividade missionária caminharam a par – com as limitações de ambas – desde 1500.³⁹³² O início do seu declínio ocorreu cerca de 1590, com a queda das fortalezas de Sena e Tete sob pressão dos Zimba.³⁹³³

A actividade missionária decresce novamente no século XVIII, uma quebra que se agrava na primeira metade da centúria seguinte e que se acentua com a falta de religiosos na colónia.³⁹³⁴ De qualquer modo, a penetração cristã nunca fora fácil,³⁹³⁵ ainda que alguns autores sublinhem a importância das missões e sua acção em Moçambique ao longo de diversos períodos,³⁹³⁶ marcada pela precariedade de meios, pelos fracos resultados, escasso enraizamento (sobretudo se comparado com os islâmicos), tendo-se os jesuítas, assim como os dominicanos, deixado “(...) envolver pelo sistema dominial tornando-se senhores de terras e de escravos em pé de igualdade com qualquer outro prazeiro. O que não pouco deve ter prejudicado a sua missão matricial.”³⁹³⁷

O decreto de 1834 extingue as ordens religiosas na Metrópole e colónias. A sua abolição implicou o quase geral desaparecimento dos estabelecimentos que se dedicavam à

³⁹³² “Nevertheless, whatever cultural advantages the African in Angola and Moçambique achieved from 1500 to 1900 were gained through de guidance of the Catholic missions.” Duffy esclarece: “The most outspoken Liberal, frequently anticolonial and anticlerical, was usually willing to admit the necessity of missionaries, albeit secular priests, for the task of civilizing Angola and Moçambique”. Duffy, 1959, pp. 104-105.

³⁹³³ Duffy, 1959, p. 109.

³⁹³⁴ *Id. Ibid.*, p. 112. Acrescenta que em 1825 existiriam na província 10 clérigos, 7 dos quais goeses. O decreto de 1834 abolindo as ordens religiosas pouco significaria para Moçambique, onde elas estariam virtualmente extintas. *Id., ibid.*, p. 112.

³⁹³⁵ Nota Pélissier : « Para os nossos propósitos bastará saber que Portugal sofreu, ao longo de todo o período, de uma extraordinária falta de vocações que o levou a recorrer até 1875 aos Goses – um clero secular depois, a alguns Portugueses (primeiro seculares e, a seguir, Franciscanos) e, em desespero de causa, a ordens em que era notável ou mesmo esmagadora a preponderância estrangeira (Jesuítas, Salesianos, Trapistas, Sociedade do Verbo Divino, etc.). Calcula-se que pelo menos 220 padres exerceram o ministério de 1850 a 1910-1911, data em que os Jesuítas foram expulsos da Zambézia pela república.” Pélissier, vol. I, 1994, pp. 183-184.

³⁹³⁶ Courtois, Victor José, *Notes Chronologiques sur les Anciennes Missions Catholiques au Zambèze*, 1889.

³⁹³⁷ “(...) A missão cristã chegou a Moçambique na segunda metade do século XVI, através da Sociedade de Jesus e da Ordem dos Pregadores. Os jesuítas foram expulsos em 1759. Regressaram em 1881 para a Missão da Zambézia e para serem de novo expulsos em 1913. O último dominicano que exerceu a sua missão em Moçambique faleceu em 1838, extintas que tinham sido as ordens religiosas em Portugal por decreto de 1834. (...)”. Capela, 2000a, p. 132.

educação sem que qualquer mecanismo ou estrutura de substituição. Esta ruptura no sistema é reconhecida como nefasta em 1869 pelo Estado, reconhecendo a potencial utilidade das missões.

A penúria de religiosos é constante. Em 1856, lamenta-se a falta de missionários aptos para o serviço no Ultramar, devendo, em Moçambique, ser colmatada mediante o recurso a indivíduos oriundos de Goa para o expediente indispensável das igrejas, “(...) visto não se poder contar que haja muitos d’este Reino que se prestem áquelle serviço.”³⁹³⁸ Procuravam-se então doze eclesiásticos “instruídos e de bons costumes, que queiram ir servir em Moçambique.”

Em meados do século XIX os resultados de esforços de missionação anteriores pareciam escassos, sobretudo quando se aferiam os seus reais resultados. Alguns autores referem que em 1858 poucas eram as igrejas com pastores, muitos templos estavam em péssimo estado e não existia na Província qualquer missionário, sendo os poucos eclesiásticos existentes oriundos da Índia e “(...) nenhum gosava da reputação de inteligente ou de *typo de moralidade*.”³⁹³⁹ De 1840 a 1875 teriam rumado para Moçambique 23 padres de Goa.³⁹⁴⁰ A alegada ausência quase completa de instrução e educação dos padres indianos levou a que se defendesse a formação dos religiosos das missões na Metrópole.³⁹⁴¹

Procuram-se soluções, mais ou menos pontuais, como a tentada com Pedro Mossuril, nativo de Moçambique que se encontrava na Corte em 1857, ainda não baptizado mas aguardando a cerimónia para, de seguida, ingressar no Seminário de Santarém como aluno do Estado, “(...) convindo habilita-lo, depois de baptizado, com os estudos necessarios para o estado ecclesiastico, em que pode prestar grandes serviços á Religião e á sua Província (...).³⁹⁴² Seria recolhido no Arsenal da Marinha até seguir para o Seminário de Santarém.”³⁹⁴³

Alude-se à necessidade de “formação de um clero indígena”, devendo o Governador-Geral, enquanto não existisse um Seminário para a Província de Moçambique, escolher “até dez mancebos”, enviando-os para Goa com o fim de entrarem num dos seminários do Estado. Comprometem-se os pais ou tutores, mediante declaração, a obrigá-los a exercer na Província durante pelo menos seis anos sob pena de pagamento das despesas efectuadas na sua formação pelos cofres da Província. Estes bolseiros deveriam compensar o Estado.”³⁹⁴⁴

³⁹³⁸ Paço, 29 de Dezembro de 1856. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 345.

³⁹³⁹ *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique, monographia pêra ser presente ao Congresso Colonial promovido pela sociedade de Geographia de Lisboa em 1901, 1902*, p. 122.

³⁹⁴⁰ “(...) e estes indesejáveis”, segundo Boléo, 1961, p. 73. Acrescenta que Tete teria estado doze anos sem um padre havendo apenas, em 1871, oito padres em toda a província. Enes registará em 1893: “Se entre os eclesiásticos índios alguns se assinalam pela limpeza de costumes e sinceridades da fé, muitos mais profanam a unção, e, bons ou maus, todos são prejudicados na autoridade moral pelas prevenções que contra a sua raça nutrem por igual os Europeus e os Africanos.” Enes, 1946, p. 205.

³⁹⁴¹ Botelho, 1921, p. 25.

³⁹⁴² Paço, 3/10/1857. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 477.

³⁹⁴³ Paço, 5/10/1857. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 477.

³⁹⁴⁴ Paço, 5/10/1857. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 477.

Em 1855 fundara-se o Colégio Missionário em Cernache do Bonjardim, o Colégio Missionário dos jesuítas, na antiga residência do priorado do Crato.³⁹⁴⁵ O seminário seria remodelado pelo ministro da Marinha e Ultramar, Pinheiro Chagas. Este decreta em 17 de Dezembro de 1868 algumas regalias para os padres que exercessem no Ultramar – passagens, vencimentos, aposentação e “(...) gratificação especial quando os sacerdotes se dedicassem ao magistério primário ou secundário.”³⁹⁴⁶ O ensino ministrado revelou-se pouco prático e muito académico, levando a que surgissem diversas propostas de reforma.³⁹⁴⁷

Em 1875 chegavam a Moçambique os primeiros três padres de Cernache do Bonjardim.³⁹⁴⁸ Dotados de uma preparação pouco ligada às exigências e especificidades dos locais onde os evangelizadores deveriam servir, procurar-se-ia que a sua formação futura incluísse aspectos ligados à agronomia e tarefas manuais.³⁹⁴⁹

A. F. Nogueira, em 1880, ironiza com a pretensa predilecção dos missionários pelos Açores e pela Madeira, “(...) onde, segundo parece, abundam os pagãos e os herejes.” Salienta a necessidade de reformar o Colégio de Cernache do Bonjardim, postulando que uma boa formação dos missionários contemplasse a aprendizagem das línguas indígenas.³⁹⁵⁰ A esse respeito, evocava Sá da Bandeira e a sua acção, enquanto ministro, para a organização do colégio das missões ultramarinas, em ordem à formação dos padres que deveriam servir nas colónias. Desde logo alertou que a tarefa representaria despesas significativas, cuja rentabilização dependeria de cuidadosas medidas a tomar: escolha dos directores e mestres; programas de ensino; aprendizagem da língua dos povos junto de quem se actuava; domínio de princípios de agricultura, medicina e alguma «arte útil».³⁹⁵¹

Adolpho Coelho, em 1893, foca as potencialidades das missões na articulação entre europeus e os povos que colonizam.³⁹⁵² Uma presença religiosa que conheceria diversas fases, sintetizadas por Silva Rego, a saber de “1840 a 1875, isto é, durante 35 anos, só

³⁹⁴⁵ Azevedo, 1958, p. 126-127.

Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 219.

³⁹⁴⁶ Já em 1855, o Colégio do Bombarral era insuficiente “para os 16 alumnos, e Lentes respectivos”, não só para preparar missionários para a China, como originalmente estipulava o Decreto de 21 de Maio de 1844, mas também para as outras Províncias ultramarinas. Pelo que se tornava conveniente conceder para o mesmo fim o Colégio de Cernache do Bonjardim, no concelho da Sertã, anteriormente pertencente aos Congregados de S. Vicente de Paula. Casa com todas as condições que se encontrava devoluta e à guarda da Fazenda Pública. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 20 de Março de 1853. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., pp. 139-140.* O Reverendo Luiz Bernardino da Natividade, encarregado da direcção do Colégio das missões do Ultramar recebe instruções no sentido de providenciar para que o Seminário de Cernache do Bonjardim seja posto à disposição do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar devendo o mesmo religioso assumir a direcção da instituição. Paço, 15/09/1855. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., pp. 192-193 e pp. 205 – 206.* O colégio será sujeito a reparos nos telhados e janelas. Paço, 15/12/1855. *Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial, vol. I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), s.n., p. 219.* Aí se deveriam formar missionários tendo em vista a acção no Ultramar. Destaca-se o nome de D. António Barroso que governaria eclesiasticamente a província entre 1891-1897. Belchior, (s. d.), p. 8. O ensino ministrado revelou-se pouco prático e muito académico levando a que surgissem diversas propostas de reforma.

³⁹⁴⁷ Samuels, 1970, p. 75.

³⁹⁴⁸ Duffy, 1959, p. 112. “In spite of the frequent animosity of governors and district officials, the number of missions and parishes increased. By 1910 seventy-one catholic missionaries were engaged in Moçambique, thirty-six from the college of Sernache.” Duffy, 1959, p. 113.

³⁹⁴⁹ Em 1884, Manuel Pinheiro Chagas, ministro da Marinha e Ultramar conferiu novos estatutos ao Colégio das Missões Ultramarinas. Serrão, vol. IX, 1989, p. 102 e ss.

³⁹⁵⁰ Nogueira, 1880, pp. 216-217.

³⁹⁵¹ Bandeira, 1873, p. 137.

³⁹⁵² Coelho, 1893, vol. I, p. 4.

partiram para Moçambique uns 23 padres de Goa, escolhidos quase sempre entre os indesejáveis”, período durante o qual “Tete esteve 12 anos seguidos sem um único sacerdote; Lourenço Marques sofreu igual destino por 30 anos”; em “1871, havia apenas em Moçambique 8 padres, sendo 7 de Goa e 1 da metrópole”; em 1871 existiriam apenas 8 padres em Moçambique, 7 de Goa e 1 da Metrópole enviando o Colégio de Cernache, em 1875, 3 missionários.³⁹⁵³ Nesta altura, o “(...) Pe Joaquim Arraiano, recém-chegado, perante a pasmosa falta de clero, pensou fundar um pequeno seminário para clero indígena. Dois anos depois, teve que o fechar, por falta de bons alunos e dinheiro. Não era para já a formação de bom clero indígena. (...)”. Em 1881, sob o impulso de Paiva de Andrade, os Jesuítas tentam enraizar-se na Zambézia onde fundam Quelimane, em 1881, Boroma em 1885, Coloane em 1889, Mongue em Inhambane, Milange ou Tumbine em 1890, Zumbo em 1892, Miruru em 1895, Chipanga em 1896 e Angónia em 1908. Nos trinta anos que se seguiram ao seu regresso à Colónia, mais de cem membros da Companhia de Jesus ali se estabeleceriam e fundariam as missões de Coloane, Milange ou Tumbine, Boroma, Angónia, Miruro, Zumbo, Chupanga e Mongue em Inhambane. Era o regresso dos jesuítas para constituir a Missão da Zambézia.³⁹⁵⁴

Em Junho de 1891, chegariam os franciscanos para fundar, na Beira, a Missão de Nossa Senhora do Rosário.³⁹⁵⁵ Aí criando, em 1905, a Escola de Artes e Ofícios.

De 1890 a 1891 juntaram-se-lhes os Padres Brancos, do Cardeal Lavigerie, que seriam obrigados a abandonar a região de Maponda, perto do rio Chire, na sequência do *Ultimatum*.³⁹⁵⁶

A actividade missionária fazia-se com avanços e recuos, palmo a palmo, minada pela doença, pela escassez de meios e por entraves de diversa ordem. A missão jesuíta de Mopeia fundada no início dos anos 80 seria destruída em 1884.³⁹⁵⁷ Posteriormente reparada, dela se retirariam os religiosos em 1885, acabando entregue a um padre português do Colégio de Cernache.³⁹⁵⁸

³⁹⁵³ “Os padres de Cernache notabilizaram-se desde 1875 até 1910, não só pelos seus esforços missionários propriamente ditos, como também pelos seus trabalhos paroquiais. Do António Barroso, de Cernache, foi prelado de Moçambique (bispo titular de Himeria), de 1891 a 1897. Deve-se-lhe a fundação, em 1893, do Instituto D. Amélia, de Lourenço Marques, de Leão XIII na Cabaceira e outro ainda em Quelimane.

Em 1910, com o advento da República, havia em Moçambique 71 missionários: 36 de Cernache, 15 da Companhia de Jesus, 9 Franciscanos, 3 Salesianos, 2 Trapistas alemães, 4 Goeses, 1 de Coimbra e 1 de Santarém. Eram pois os padres de Cernache a espinha dorsal do movimento missionário em Moçambique. Segundo números fornecidos pelo então prelado de Moçambique, D. Francisco Ferreira da Silva (1904-1920), havia em toda a província nesta altura, 7 vigararias, 15 paróquias e 25 missões.” Rego, 1956, p. 341-343.

³⁹⁵⁴ Duffy, 1959, p. 113. Ver também Boléo, 1961, pp. 72-73; Capela, 1995, p. 172 e ss.; Correia S. J., 1991, pp. 62 e ss..

³⁹⁵⁵ Onde fundaram a Escola de Artes e Ofícios e de onde irradiariam para o interior. Boléo, 1961, p. 74.

³⁹⁵⁶ António Maria Cardoso, em 1889, era acompanhado por três padres que se deveriam instalar na missão de M’ponda para contrapor a sua acção à dos «missionários» da African Lakes. Mas a Missão do Espírito Santo pouco tempo durou. Cardoso enviaria ao M’ponda o major João Teixeira de Sousa para instalar os padres da Missão – o superior, Lechaptois, os padres Merceri e Heurtebise e o leigo Antoine. Coutinho, s.d., p. 105.

³⁹⁵⁷ Correia S. J., 1991, pp. 123 e ss..

³⁹⁵⁸ *Ibid.*, 1991, p. 132.

Os homens da Companhia de Jesus fundariam o Colégio do Bom Jesus em Quelimane, no ano de 1882, sustentado pelos moradores, que encerraria em 1890.³⁹⁵⁹

Em 1885 nascia a Missão de Boroma,³⁹⁶⁰ no prazo do mesmo nome e com um subsídio de três contos anuais, por acção do padre Nepomuceno Hiller.³⁹⁶¹ Em 1886, o P. Courtois obtém 500 hectares de terreno para a Missão de Boroma e o P. Czimmermann fazia avançar as obras no local.³⁹⁶²

Uma pequena missão de seis religiosos franciscanos embarcava de Lisboa em 3 de Junho de 1898, para Moçambique, onde chegaria a 6 de Julho pela rota do Suez. Em 15 do mês seguinte desempenhariam já funções na Beira onde exerceram atribuições pastorais, religiosas, de assistência e ensino.³⁹⁶³ Aí criariam, em 1905, a escola de Artes e Ofícios.³⁹⁶⁴

O Ultimatum desencadeou um interesse e acção sem precedentes, pois

(...) apenas nos anos que ocorreram entre o ultimato e o final da monarquia a emigração portuguesa para o Ultramar fosse superior à que se encaminhou para todos os outros destinos; como o é que, no caso de Moçambique, desta época datem as implantações urbanas mais significativas com excepções como a da cidade de Moçambique.³⁹⁶⁵

À medida que se aproxima o final do século o poder político emergente, através dos seus representantes militares e administrativos na colónia, vai recuperando o valor das missões católicas e a sua acção na educação, desvalorizando, nesse contexto, as realizações dos liberais em matéria de instrução e os seus esforços, apelidando-os de «utópicos». O discurso altera-se de forma a legitimar como papel específico e adequado dos africanos o de reserva de mão-de-obra do colonizador, naturalmente adestrada segundo as necessidades do dominador que não reconhece qualquer valor, para além desse fim «útil» da educação para o “indígena”, a uma instrução de carácter mais teórico e amplo.

No final do século XIX também ganha importância o papel potencial das missões católicas como contraponto à penetração estrangeira materializada nas suas congéneres protestantes e na ameaça que estas representavam para a pretendida soberania colonial. No campo financeiro, havia igualmente interesse em concentrar nas missões católicas e para elas

³⁹⁵⁹ Permitindo, no entanto, a formação de uma pequena elite filha dos senhores. Para além da doutrinação religiosa os jesuítas propunham-se ensinar aritmética, gramática portuguesa, caligrafia, leitura e ditado, preparando futuros empregados públicos e comerciais. Uma inovação em Moçambique. Nas escolas missionárias tanto a doutrina cristã como as primeiras classes eram ministradas na língua local em que chegou a ser produzido material didáctico.” Capela, 1995, p. 176.

³⁹⁶⁰ Os Jesuítas que defrontavam um problema experimentado com o público que deveria frequentar o colégio de Quelimane, e que era o de “(...) quem deveria ser, preferentemente, o alvo da sua acção, se a população rural ou se a dos centros urbanos, isto é, em palavras cruas, se os pretos se os brancos. Quando abriram um externato destinava-se ele a «pretos puros vestidos de panos». Mas «não foi contudo possível fechar as portas a alguns filhos de mozungos, mestiços, que instavam para a frequentar.” José Capela destaca o seu trabalho implicando o combate aos interesses das companhias em matéria de trabalho dos indígenas, causando a sua fuga. Resgatariam crianças da escravatura para as juntar nas missões: 40 em Boroma em 1888; 1893, o padre Czimmermann resgatando 100 crianças e preparando a fundação da missão do Zumbo. Expedição do Zumbo a Manica para compra de crianças para a Missão de Miruro. *Id., ibid.*, pp. 173-174..

³⁹⁶¹ *Id. Ibid.*, p. 175.

³⁹⁶² Correia S. J., 1991, p. 140.

³⁹⁶³ Franco, 1974. Compunham-na o P. Fr. António de Santa Maria, P. Fr. Rafael Maria, P. Fr. José d’Assunção, Fr. Daniel d’Almeida, Fr. Serafim Felisberto e Fr. Salvador Franqueira. Segundo o autor só vestiriam os hábitos franciscanos que tinham que dissimular em Portugal ao aportar a Port Said. *Id., ibid.*, p. 398.

³⁹⁶⁴ E de onde irradiariam para o interior. Boléo, 1961, p. 74.

³⁹⁶⁵ *Id., ibid.*, p. 399.

transferir os reduzidos recursos e o limitado apoio do Estado à instrução tendo em vista a sua rentabilização.

Augusto de Castilho, em 1901, faz elogiosa referência às missões, “(...) a utilíssima criação de missões religiosas dirigidas por Padres instruídos e respeitáveis, como foi a mallograda missão de Muendasi, e como são as de Boroma e de Inhambane (...).³⁹⁶⁶ Critica as concessões feitas às companhias após o Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890, pois acha que nenhuma delas se constituirá nas condições estipuladas nos contratos.³⁹⁶⁷

Um factor determinante nas relações dos africanos com as religiões que lhes chegavam do exterior consiste na convicção daqueles quanto às vantagens que delas poderiam retirar. Tal facto desloca a verdadeira questão um pouco para lá da eficácia dos evangelizadores ou dos meios de que dispunham, quaisquer que eles fossem.³⁹⁶⁸ A poligamia, por exemplo, é um aspecto a que os africanos dificilmente poderiam renunciar, ainda que, em boa verdade, não fosse seu exclusivo.³⁹⁶⁹ Na realidade, é à própria atitude defensiva dos que se pretendia que fossem objecto de evangelização que se deve o facto de tanto “(...) os protestantes como os católicos experimentaram bem o insucesso imposto pelo poder político africano. Os chefes eram Senhores absolutos e eram rigorosamente obedecidos”.³⁹⁷⁰

Do lado europeu, as visões sobre a religião e o correspondente papel das missões são, muitas vezes, de uma simplicidade desconcertante. Johnston, por exemplo, sentenciar em finais do século XIX o que considera o inevitável desaparecimento do paganismo e a divisão do continente entre cristãos e muçulmanos.³⁹⁷¹

³⁹⁶⁶ Ferreira, 1891, p. XLII.

³⁹⁶⁷ *Id.*, *ibid.*, p. XLIII.

³⁹⁶⁸ “Mantendo a sua cultura africana, os africanos tinham mais liberdade de coligação. Mantinham uma identidade diferente da dos seus patrões e amos e uma distância social que correspondia à sua maior dificuldade em adquirir fundos e mercadorias na costa. Se fossem maltratados no sistema português, podiam aliar-se a chefes africanos. Eram, com a sua identidade africana, parceiros possíveis tanto para os prazeiros e comerciantes europeus e indianos como para os chefes africanos.

A religião cristã tinha, entre 1760 e 1860, para a comunidade europeia e goesa em vilas como Tete, Sena (e também Inhambane), um papel relativamente importante na reprodução biológica e social, contrastando com a sua importância quase nula em pontos mais afastados. Praticava-se uma poligamia de facto que obrigou a subterfúgios que os africanos não-cristãos não precisavam. Os subterfúgios não puseram em causa a importância da religião e do casamento. Os africanos podiam ter adotado o novo sistema se tivessem visto uma vantagem na religião católica e tivessem abandonado o seu sistema ou estrutura de reprodução social.” Liesegang, 1998a, p. 63.

³⁹⁶⁹ Importa considerar as observações sobre a poligamia e as suas relações com os aspectos sociais. “Que pensar da justificação segundo a qual os africanos (tanto negros como malgaches) não podiam ser cristianizados por falta de inclinação para a monogamia?

A maioria dos europeus e indianos cristãos que viviam em Moçambique eram na prática tão polígamos como os africanos. Se os africanos não se converteram, o problema não deve ter sido a prática, mas sim o sistema de valores e identidades que exigiam a monogamia, o direito de sucessão, de herança, etc. Deve ter sido a inclusão dos missionários no grupo dos colonos e senhores que limitou a propagação da cultura europeia e do cristianismo. (...) ”

A religião era um instrumento para adquirir ou ostentar uma identidade. No sistema comercial dominado pelos portugueses não havia margem para comunidades de africanos assimilados. Na segunda parte do século XVI e no início do século XVII, foram eliminados os grupos swahilizados e assimilados ao Islão do vale do rio Zambeze. Faltava portanto no sistema político-económico zambesiano um nicho «ecológico» (sócio-económico) para uma comunidade africana islâmica ou cristã. Os membros desta poderiam ter feito concorrência aos europeus. No século XVIII, como no fim do século XIX, ser cristão, vestir-se à europeia, em especial sapatos, era um privilégio concedido apenas a poucos, como descreve a obra de V. Courtois já referida.” *Id. Ibid.*, p. 62.

³⁹⁷⁰ Correia S. J., 1991, p. 49.

³⁹⁷¹ Johnston, *The Colonization of Africa*, s.d., p. 283. Trata-se de uma lógica mais geral a que explica estas ideias quanto à incapacidade dos negros para resistir e que são esclarecidas em outros passos como elucidativamente se explica: “I strongly doubt whether there will be any universal mutiny of the black man against the white. The negro has no idea of racial affinity. He will equally ally himself to the white or to the yellow races in order to subdue his fellow black, or to regain his freedom from the domination of another negro tribe.” *Idem*, pp. 283-284.

As práticas de certos agentes religiosos para fazer vingar o catolicismo em África são frequentemente objecto de crítica e um dos fundamentos que leva a depositar nos missionários as derradeiras esperanças de uma acção eficaz. João de Sousa Machado, citando uma Memoria que atribui ao visconde de Almeida Garret e que acompanhava as bases de contrato de uma Companhia Geral para Moçambique, explica a enorme expansão do islamismo na região de Cabo Delgado pelos

mouros que jamais olvidaram (como bem dizia um missionário portuguez d'aquelles a quem cabia com razão tal nome) os horrores e as barbaridades da conquista (...)” e aos padres católicos que desvirtuam a nossa religião, vexando os pobres escravos e outros dos seus parochianos (alguns dos quaes nem sequer possuem um panno para esconder as partes do corpo, que occultam os povos mais rudes e selvagens) exigindo-lhes quantias, que elles nunca possuiram, para os casarem, baptisarem seus filhos, ou lhes prestarem os derraderos serviços, que os vivos, e mui principalmente os ministros da religião, têm o restrito dever de tributar aos mortos.

E d'ahi resulta abraçarem os negros (entrando nesse numero quasi todos os escravos dos christãos) a religião mahometana, cujos sectários, sem lhes exigirem a mínima retribuição, os *fanam* ou circumcidam com grande pompa, mas sempre no sertão e longe da acção da auctoridade.

Estes comportamentos explicariam também o hábito, entre os negros, de comparar as religiões, maometana e católica, com desvantagem para a segunda.³⁹⁷² Tudo isto reforçaria a importância e urgência da acção de verdadeiros missionários junto dos indígenas.

Em 1887-88 no distrito de Tete, o Governador elogia os melhoramentos promovidos pelos eclesiásticos, nomeadamente no cuidado que dispensam aos paramentos e beneficiações do templo de forma a “(...) ministrar a religião com o esplendor de que ella deve rodear-se para se insinuar no animo de individuos selvagens e embrutecidos.” Lembra, igualmente, o facto de todas as nações coloniais encorajarem as suas missões, independentemente da religião em causa.³⁹⁷³

Porém, Enes, apesar de enaltecer em 1893 o papel dos jesuítas, considera impossível a absoluta confiança numa instituição cujos objectivos raramente se conciliavam com os do Estado.³⁹⁷⁴

A nacionalidade dos padres, independentemente da sua competência pessoal, não é indiferente para o Estado numa época em que as ameaças ao território eram endógenas e

³⁹⁷² “E como os negros não sabem discriminar, entre homens e religião, julgam a catholica mui inferior á mahometana; para o que concorre tambem uma razão mui poderosa entre elles: a sagacidade dos mouros em fazer persuadir ás negras, que o negro incircumciso não é homem, aguçando assim o desprezo daquellas contra os que não seguem as practicas do mahometismo.” Machado, 1855, pp. 16-17.

³⁹⁷³ B.O., 6/07/1889, n.º 27, p. 414.

³⁹⁷⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 222. Expõe a criação de uma *Congregação das missões portuguesas na África Oriental* para educar o clero destinado a Moçambique, na colónia. Desse modo: “Não haverá inconveniente algum em entregar-lhe a instrução pública, hoje tão descurada que envergonha a soberania portuguesa. Em algumas partes poderão as missões substituir ou dispensar os comandos militares, quando eles apenas são padrões de ocupação europeia, e até as residências junto de potentados indígenas. Se os congreganistas adquirirem a instrução prática que, segundo o meu plano, lhes deve ser ministrada, os seus serviços como clínicos, como enfermeiros e como farmacêuticos não deverão ser desaproveitados nas regiões do interior. As granjas da congregação poderão impulsionar, com as suas lições e exemplos, o progresso agrícola da província; os seus párocos e missionários, se forem esclarecidos, algumas vezes farão estudos e trabalhos de carácter científico, e desempenharão certas incumbências de natureza política, que no regime actual é forçoso confiar a comissões e expedições especiais, com subvenções copiosas. Além disso, o excesso de despesa que resultar das dotações do instituto poderá ser atenuado com as economias que na Metrópole se deverão realizar desde que o colégio de Cernache deixe de ser necessário, ao menos a Moçambique, e que esta província já não possa servir de pretexto a generosidades do Estado para com certas associações, cujos serviços ao Ultramar são atestados unicamente pelo orçamento que lhes remunera. Enes, 1946, p. 226.

exógenas e o domínio continuava, na maior parte do território, a ser meramente nominal. Persistia uma certa desconfiança em relação a padres de outras nacionalidades, apesar das dificuldades em conseguir arregimentar religiosos.³⁹⁷⁵

Lamenta o Governador do distrito de Cabo Delgado, em 1889, a inexistência de missionários “hábeis, instruídos e trabalhadores” que pudessem, pela sua acção, propagar a religião de Cristo e instruir o indígena “boçal e ignorante” na agricultura, artes e ofícios. Seria uma forma de contrabalançar os “maometanos” que ali vão recrutando seguidores para junto de si “pela propaganda” e pela “convivência”, pois que a maioria dos indígenas “são *monhês*, e não largam a cabaia e o cofio”.³⁹⁷⁶

As missões em África são um vector importante do colonialismo e deste indissociáveis, embora a acção destas tenha sido muito condicionada pelo alcance e poder da potência colonial, pois se

(...) o colonialismo trouxe o recrutador de mão-de-obra e o cobrador de impostos, em muitas partes de África trouxe também o missionário. E através das redes educacionais das missões havia a esperança de adquirir técnicas que permitiriam ao camponês africano escapar aos estreitos limites da sociedade tradicional e à monotonia da mão-de-obra *chibalo* e contratada.³⁹⁷⁷

Já em 1910 os padres se queixam da emigração do Reino por alterar o panorama educativo e a realidade social em localidades como Quelimane, visto que os mestiços passam agora a ser discriminados no acesso a empregos e as meninas mestiças que dispunham de alguma educação não queriam casar com negros, preferindo concubinar com europeus.³⁹⁷⁸

Em 1893 as paróquias, freguesias e missões existentes em Moçambique eram: S. João Baptista do Ibo; S. Luiz Gonzaga de Querimba; Nossa Senhora da Purificação da Sé Matriz de Moçambique; S. Sebastião de Moçambique; Nossa Senhora da Conceição de Mossuril; S. Luiz Gonzaga de Angoche; Nossa Senhora do Livramento de Quelimane; Nossa Senhora da Conceição de Inhambane; Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques; Nossa Senhora do Rozario de Sena; S. Thiago Maior de Tete; Nossa Senhora dos Remédios do Zumbo; Missão de S. José de L’hanguene; Missão de S. Francisco Xavier; Missão de S. José de Boroma; Missão de S. Pedro Claver do Zumbo.³⁹⁷⁹ No primeiro trimestre desse ano

³⁹⁷⁵ “Que eu saiba, ainda não houve na Africa Oriental, nos tempos modernos, um verdadeiro missionário português; apenas tem havido e há alguns eclesiásticos decorosos. Os estrangeiros que por lá aparecem a militar como voluntários, e que geralmente pertencem à Companhia de Jesus, esses quase sempre têm, se não a vocação, ao menos a escola e a tradição do ministério que exercem, mas são estrangeiros.

O sr. Fernando Pedroso dirá, bem o prevejo, que a palavra do Senhor é a mesma em todas as línguas, e eu próprio não me lembraria de indagar a nacionalidade de missionários que só lidassem na salvação de almas; mas o Estado é que exige algum serviço, além da lida espiritual, àqueles a quem subvenciona. Exige-lhes que quando ensinam a adorar a Cruz ensinem também a reverenciar a bandeira portuguesa, que com a sua autoridade moral fortaleçam e auxiliem a autoridade política, que acostumem os indígenas a orarem a Deus na língua do Rei, e não se pode esperar tanta dedicação de estrangeiros, só devotados a interesses religiosos. Não me consta que os padres não portugueses, que têm missionado na Africa oriental, alguma vez desrespeitassem a soberania portuguesa, mas tão injusto seria tratá-los como inimigos e conspiradores, como seria imprudente contar com eles como se fossem súbditos.” *Id., ibid.*, p. 206.

³⁹⁷⁶ *B.O.*, 29 e Setembro de 1888, nº 39, p. 591.

³⁹⁷⁷ Olivier, e Fage, 1980, pp. 379-380.

³⁹⁷⁸ Correia S. J., 1991, pp. 214-215.

³⁹⁷⁹ *B.O.*, 26/08/1893, nº 34, p. 505.

acrescentam-se à lista: Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira Grande; Nossa senhora de Sofala, Beira; Missão de S. José do Bembe; Missão dos Santos Anjos em Quelimane e volta a referir-se a Missão de S. Francisco Xavier acrescentando “de Milange”.³⁹⁸⁰ No quarto trimestre a diferença é que mas a Missão de Nossa Senhora dos Anjos aparece como de Qualani.³⁹⁸¹ Para o 3º trimestre de 1894 surge também S. Francisco Xavier mas acrescentando-se “de Tumbini”; Nossa Senhora, agora do Rosário, de Sofala, Beira; Missão de S. José de Inhambane – Mongue; não se menciona Missão de S. José do Bembe. E junta-se a de Sant’Anna do Bazaruto.³⁹⁸² Nos primeiro e segundo trimestres de 1896, junta-se a de S. António de Macassene no Maputo.³⁹⁸³ Nos mapas estatísticos referentes ao movimento paroquial das freguesias e missões da prelazia de Moçambique de 1897 e primeiro trimestre de 1898 figuram ainda as seguintes missões: Missão de S. Francisco Xavier de Mopêa; Missão da Imaculado Conceição, da Chupanga e Chire,³⁹⁸⁴ mantendo-se até 1899.³⁹⁸⁵

A portaria nº 3 do Governo Eclesiástico de Moçambique de 27 de Abril de 1889 declara que é

(...) de grande alcance religioso e político o estabelecimento de missões no interior da província de Moçambique, não só para ensinar ao indígena os santos e salutaros princípios da nossa religião, mas para o civilisar, instruir e incutir-lhe amor ao trabalho. Firmando de tal sorte o nosso domínio e criando cidadãos úteis á província e á metrópole; (...).³⁹⁸⁶

Este alcance é tanto mais importante quanto a missão dos párocos da Província se não pode estender para o interior limitando-se a sua acção às capitais dos distritos. Aproveita-se, nessa altura, a oferta do cidadão Romão Jesus Maria, arrendatário do prazo do Marral, propondo criar uma capela e casa de escola no prazo. Fundava-se, deste modo, a Missão no prazo Marral, sob invocação do Sagrado Coração de Jesus, ficando encarregado da sua direcção o padre José Henry, missionário da Zambézia.

O recurso às crenças dos africanos tentando sobre elas alicerçar uma religiosidade de cunho europeu é entendido como veículo da educação e socialização, expediente que deveria ser encarado de forma muito prática. Enes explicava que, quando

(...) fosse possível substituir os padres por moralistas ou por mestre-escolas leigos, perder-se-iam na substituição os especiais meios de acção sobre os indígenas, de que só dispõe quem lhes fala em nome de poderes sobrenaturais. Se os negros são impenetráveis a subtilezas teológicas, basta serem supersticiosos e crédulos para se tornarem facilmente acessíveis à doutrinação religiosa, que se acomode às suas

³⁹⁸⁰ B.O., 10/02/1894, nº 6, p. 65.

³⁹⁸¹ B.O., 12/05/1894, nº 19, p. 258.

³⁹⁸² B.O., 9/03/1895, nº 10, p. 99; Idem no 4º trimestre - B.O., 6/04/1895, nº 14, p. 132.

³⁹⁸³ B.O., 31/07/1895, nº 31, p. 311; B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 203; B.O., 19/12/1896, nº 52, p. 582.

³⁹⁸⁴ B.O., 5/02/1898, nº 6, p. 71; B.O., 2/07/1898, nº 27, p. 281.

³⁹⁸⁵ B.O., 7/10/1899, nº 40, p. 322; B.O., 28/10/1899, nº 43, p. 345; B.O., 10/02/1900, nº 6, p. 64.

³⁹⁸⁶ B.O., 27/04/1889, nº 17, p. 274.

faculdades e saiba aproveitar-lhes as próprias ideias grosseiras para lhes ministrar noções de verdade.³⁹⁸⁷

Trata-se de articular favoravelmente uma dupla realidade – “teologia” para os europeus, “superstição” para os africanos. Um jogo pragmático, que se prolongaria no tempo e no qual se deveriam tentar manipular, de forma hábil, determinadas concepções enraizadas nos africanos, procurando relacioná-las com as práticas religiosas cristãs. Os exemplos multiplicam-se. O culto dos mortos e a devoção às almas do Purgatório pode ser entendido como sucedâneo de anteriores crenças africanas;³⁹⁸⁸ os ritos de iniciação como ponto de partida para divulgação do baptismo;³⁹⁸⁹ o “sensato” aproveitamento das melodias de inspiração africana e o uso de instrumentos indígenas ao redor das cerimónias religiosas.³⁹⁹⁰

No que respeita ao culto divino, o Governador de Tete menciona, no relatório de 1886-87, o pároco e sacerdote da Missão de S. José de Boroma pelo seu empenho em fazer “(...) sair das trevas da ignorância os indígenas”, a maior parte dos quais, ainda que quando se declarem cristãos, apenas têm “(...) leves noções do Ente Supremo a par de superstições absurdas do paiz.”³⁹⁹¹

O processo implicava atenção a certos fenómenos especiais como em 1856, em Cabo Delgado, onde Jeronymo Romero verifica que os habitantes pedem aos mouros orações escritas em caracteres arábicos chamados “irivi”, que são transportadas aos pescoços das crianças para protecção contra feitiços.³⁹⁹² Ou quando se regista que na ilha de Moçambique, em 1882, entre as capelas existentes se encontra a de Santo António, santo por quem “gentios e baneanes”, para além de alguns “maometanos”, têm muita veneração, indo “(...) frequentes vezes em devota romaria visitá-lo, levando velas que accendem diante da imagem, fazendo-lhe supplicas a seu modo, e subscrevem sempre da melhor vontade para as despesas da festa.”³⁹⁹³

Nesta linha metodológica sincrética, os europeus insistem em sublinhar certos sinais, hábitos e costumes que poderiam facilitar a adesão à religião e a algumas práticas do colonizador. Na *Relação de uma excursão apostólica de Tete ás terras de Massangano* em Julho de 1884, Victor José Courtois, padre vigário da freguesia de Tete,³⁹⁹⁴ narra a sua saída da localidade a 21 de Junho, parando, no dia seguinte, no prazo Marangue, onde celebrou missa nas ruínas da antiga capela de N^a Sr^a de Marangue. Convidada a ouvir missa, D. Maria,

³⁹⁸⁷ Enes, 1946, p. 218.

³⁹⁸⁸ Rego, 1960, p. 68.

³⁹⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 75.

³⁹⁹⁰ “E não falta até quem advogue o uso de tantã nas cerimónias religiosas.” Rego, 1960, p. 76.

³⁹⁹¹ *B.O.*, 24/03/1888, n^o 45, p. 211.

³⁹⁹² Romero, 1856, p. 30.

³⁹⁹³ Ribeiro, 1882, p. 31.

³⁹⁹⁴ *Relação de uma excursão apostólica do padre vigário de Tete ás terras de Massangano no mez de julho de 1884*, *B.O.*, 8/11/1884, n^o 45, p. 209. Sobre esta viagem e outras na mesma região veja-se também Correia S. J., 1991, pp. 137-138.

irmã de Chiutare, o Bonga, correspondeu ao convite acompanhada do filho Caetano e “muita gente preta”. O padre Courtois ergueu um altar rústico “(...) com pedras que vesti com melhor panno e verdura; foi ali que puz a minha capella portátil e que offereci a Deus a victima santa que, há mais de um século, era conhecida e adorada pelo povo christão d’aquelle logar.” Entre as pedras e a vegetação vislumbravam-se as ruínas da antiga residência dos padres da companhia de Jesus.³⁹⁹⁵ Chegado a Massangano e recebido por Chiutare a pedido deste, o padre Courtois teria recebido oferta de local para erigir igreja e escola.³⁹⁹⁶

A religiosidade e a devoção europeias, quando adoptadas pelos africanos, assumem certas formas específicas. Em 1885 o Governador do distrito de Tete elogia o pároco da freguesia tanto na sua qualidade de padre como de professor, no entanto, assinala a falta de fundos da paróquia, o estado ruinoso da igreja e as dificuldades da confraria a ela anexa para fazer face às despesas do culto. Sobre o papel da religião enquanto propaganda junto das populações africanas esclarece: “Convem que o indígena fique sufficientemente deslumbrado pelas exterioridades apparatusas que mais facilmente o chamarão á pratica da religião christã e tenho dito já muitas vezes que a religião será um dos mais poderosos conductores da civilisação.”³⁹⁹⁷ Religião e encenação. A imagem e o deslumbramento como essenciais para captar almas.

Em 1887, o relatório do Governador do distrito volta a focar a importância de que as cerimónias religiosas sejam aparatosas, celebradas em templo rico e respeitável à semelhança das vestes utilizadas, aspectos que, naqueles países, deveriam merecer o maior cuidado. Apesar do bom conceito em que tinha os ministros da igreja, reconhece que a dedicação do sacerdote não é suficiente e conclui: “Se não temos forças para operações e para occupação busquemos ao menos vencer pela palavra, e é de crer que colhamos muito com mais pequenos e suaves sacrificios.”³⁹⁹⁸

Sobre a religião no distrito de Tete em 1887, esclarece o Governador que “é, como a de quasi todas as populações cafres, um mixto de religião christã, parte instinctiva, parte produzida pela conveniência e recordações das antigas missões, conjunctamente com as superstições e feitiços do paiz.”³⁹⁹⁹

³⁹⁹⁵ “Nos archivos porém da mesma companhia pertencentes ao anno de 1624, lê-se que os padres jesuitas tinham em Tete o collegio e a residencia do Espírito Santo, e, em Massangano, a christandade de Marangue, cujo P. Antonio Carreiro era superior, o qual, havia pouco, tinha baptizado trezentos cafres e louvava a docilidade de seus neophitos.” *Id. Ibid.*, p. 209.

³⁹⁹⁶ Segundo regista entusiasticamente, Chiutare ter-lhe-ia dito: “«Padre, quer vossa senhoria ter um logar aqui para fazer egreja e eschola? Venha, vamos escolher o sitio... gosto de ter uma casa de padres; talvez com a casa do padre, hão de vir outros europeus estabelecer-se perto de mim...» Eu então vendo as boas disposições do mesmo e aproveitando a offerta generosa que dignava-se fazer-me, escolhi um terreno elevado não muito distante do rio, com vista bonita, aonde desembarcam os que param em Massangano.” *Id. Ibid.*, p. 210.

³⁹⁹⁷ *B.O.*, 25/09/1885, nº 8, p. 491.

³⁹⁹⁸ *B.O.*, 9/07/1887, nº 28, p. 303.

³⁹⁹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 302.

Certos teóricos procuram “sistematizar”, a seu modo, costumes de gente, como a do Ngungunyane, ainda que explicando que, no seu entender e de forma conveniente, os usos e costumes religiosos seriam em todos os povos do interior sujeitos a ligeiras alterações.⁴⁰⁰⁰

Procura-se, nos povos a catequizar, um conjunto de características endógenas, mais ou menos comuns, pretensamente semelhantes e potencialmente adaptáveis pelo colonizador para facilitar a sua conversão. Como a de que os

(...) cafres crem na existência de um Ente Supremo, Deus, Creador de todo o Universo, possuidor de um poder sem limites, auctor de tudo o que de extraordinário acontece no mundo e capaz de desfazer n’um momento toda a obra creada. Chamam-lhe *Muzungú* que quer dizer – Senhor – Patrão.⁴⁰⁰¹

Já os feiticeiros fazem mezinhas como remédios ou feitiço, sobretudo usadas nas guerras e calamidades. Os seus “santos “ são os Manes e os pecados em vida são expiados com a morte, indo a alma para junto do Criador. A única morte considerada natural é a que resulta de calamidade ou catástrofe sendo “santos” os que a ela sucumbem. As restantes mortes seriam causadas pelo malefício de feiticeiros.⁴⁰⁰² Quanto ao baptismo, é privado e solene, e a confirmação, sendo a imposição do nome, é objecto de apaixonada discussão, estando a sua escolha a cargo dos mais idosos.⁴⁰⁰³

Os próprios jesuítas em Boroma aproveitam um grande embondeiro onde antes se faziam sacrifícios para ali colocarem uma imagem de S. José, transformando-a em local de peregrinação do novo credo.⁴⁰⁰⁴

Os religiosos têm, portanto, à semelhança de outros espaços do «Império», que adaptar os seus ritos às condições e cultura dos povos a evangelizar. O padre jesuíta Pedro Dupeyron baptiza, em 1895, expeditamente, 16 negros na varanda da residência em Mutarara, por falta de igreja ou capela.⁴⁰⁰⁵

Educação, religião e trabalho são aspectos que se interligam na mensagem veiculada pelos religiosos, três aspectos que deveriam concorrer, de forma conjunta, para a transmutação dos africanos. A importância da educação integral – implicando adesão aos valores do trabalho – é vital quando se pensa na divulgação eficaz dos princípios religiosos. Comporta uma mudança de mentalidade através de um processo que deveria predispor à aceitação de um conjunto de valores.

O papel estratégico e educativo do trabalho e sua relação com a religião são sublinhados em 1888 no relatório do residente chefe de Gaza. Segundo ele, para que os povos sigam qualquer religião é importante “uma previa educação” e, para tal fim, importa

⁴⁰⁰⁰ Clemente, 1889, p. 71.

⁴⁰⁰¹ *Id.*, *ibid.*, p. 71.

⁴⁰⁰² *Id.*, *ibid.*, pp. 72-73.

⁴⁰⁰³ *Id.*, *ibid.*, p. 75-76.

⁴⁰⁰⁴ Correia S. J., 1991, p. 264.

⁴⁰⁰⁵ *B.O.*, 14/09/1895, nº 37, p. 354.

estabelecer “casas de educação por todo este vasto território, mas que ella seja ministrada aos dois sexos ao mesmo tempo.” Aponta como exemplo de «instituição educativa» a escola de artes e ofícios de Moçambique lembrando, contudo, que lhe falta o que chama o “complemento” uma vez que, quando deixam a escola, os rapazes procuram companhia na “ponta da ilha de Moçambique! O maior foco de immoralidade de toda a província!!”⁴⁰⁰⁶ Salienta a precariedade dos valores inculcados face à cultura das famílias e argumenta que, a partir do “(...) momento que o rapaz educado se ache em tal centro, fica perdido o tempo e educação que se lhe deu;” entendendo, por isso “(...) que é preciso educar a mulher e o homem, para que os nossos trabalhos de civilização obtenham resultados salutareis.” Não basta, pois, instruir, é preciso educar, afastando os educandos do seu meio, já que a “(...) educação do preto não consiste só em ensinal-o a ler e escrever, e as raparigas a costurar; é preciso preparar-lhes o espírito e despô-los a receberem a nossa religião, que elles só comprehenderão depois d’uma educação bem dirigida d’esde creanças, tirando-os do convívio das famílias.”⁴⁰⁰⁷ A necessidade de subtrair os jovens à influência “nefasta” das famílias e do seu meio é uma observação corrente, mas cuja materialização se não revela fácil.

Quanto ao tipo de ensino ministrado, as escolas acompanhavam, estreitamente, a catequese. A instrução ligava-se e visava o doutrinamento e a propaganda, aspectos para cuja eficácia poderia contribuir o uso das línguas locais.⁴⁰⁰⁸ Uso das línguas que é, paralelamente, objecto de interesse por parte de diversos religiosos que procuram, desse modo, fazer os indígenas aceder ao português. As próprias missões protestantes que usam aquelas línguas e o clero local encaram-nas como formas de evangelização e aculturação.⁴⁰⁰⁹

Victor Courtois publicará uma edição de passagens do Evangelho em língua de Tete,⁴⁰¹⁰ o que ilustra a preocupação em fazer com que a mensagem religiosa atinja os africanos da forma mais eficaz, apesar das objecções levantadas pelo próprio autor em relação ao que considera as limitações da linguagem dos negros no que respeita a “abstracções”.⁴⁰¹¹ De resto, os religiosos e missionários usualmente consideram demasiado rudes e lineares as línguas autóctones, tanto no continente americano como africano; no entanto, o número de obras traduzidas revela a importância da língua como instrumento de domínio e transformação.

As missões deveriam centrar esforços no natural objectivo de conversão e na importância que este aspecto implicava no tipo de ensino ministrado. As próprias condições

⁴⁰⁰⁶ B.O., 11/02/1888, nº 6, p. 86.

⁴⁰⁰⁷ Id. *Ibid.*, pp. 86-87.

⁴⁰⁰⁸ Capela, 1995, p. 176.

⁴⁰⁰⁹ Ferreira, 1977, p. 64.

⁴⁰¹⁰ Victor José Courtois, *Evangelho ya Jezu Kristo – yakukondzedua um chi-nyungwe*, 1897.

⁴⁰¹¹ Victor José Courtois, *Elementos de Grammatica Tetense – Língua Chi-Nyungue – idioma fallado no districto de Tete e em toda a vasta região do Zambeze inferior*, 1899, p. 15.

da sociedade levaram a aplicações bem específicas da acção missionária, como o pagamento de crianças que se encontravam nas mãos de mercadores de escravos.⁴⁰¹²

De qualquer modo, e ao contrário do que pretendem alguns autores, as missões católicas desempenharam modesto papel no domínio da instrução no período em apreço,⁴⁰¹³ tanto mais que da missão se esperava uma função social relativamente ampla – incluindo a preparação para o labor produtivo – e que ela dificilmente poderia cumprir.

A articulação entre ensino e religião é um assunto crucial. Em proposta apresentada a 12 de Fevereiro de 1880, a Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa refere a necessidade de trazer o “indígena africano à lei do amor e do trabalho”.⁴⁰¹⁴ Elogiando o Marquês de Sá da Bandeira pela luta que sustentou contra a escravidão, lamenta-se que aquele não tenha podido completar a sua obra libertando o negro da superstição que o mantinha escravizado. Sugere-se a substituição do *fetichismo*, essa “religião primitiva que abate o espírito e aniquila as forças, por uma religião moderna”. Aqui avultaria a importância do missionário, tendo como exemplo a França, a Inglaterra, a Espanha e a Holanda.⁴⁰¹⁵

Se a necessidade do emprego do missionário no esforço colonizador parece não oferecer dúvida, também se reconhece que, perante a amplitude dos objectivos que se lhe impõem, ele deve munir-se de certos requisitos fundamentais, a saber: conhecimento satisfatório das línguas locais; ser versado nas verdades da religião, mas, de igual modo, dominando rudimentos de agricultura e ofícios diversos; conhecimentos das ciências naturais e de medicina. Estes requisitos permitiriam que ele conseguisse autênticos milagres junto dos autóctones, partindo da demonstração de alguns feitos da moderna ciência que seriam por eles vistos como sobrenaturais.⁴⁰¹⁶ Porque as missões se deveriam integrar numa acção global, propõe a Comissão que se continuem explorações geográficas – contemplando não só o

⁴⁰¹² “Os missionários jesuítas na Zambézia, na duas últimas décadas do século, foram testemunhas presenciais da prática escravocrata generalizada. Os fugitivos da fome, ao longo de todo o Zambeze, vendiam crianças e jovens. Anos mais tarde, quando a autoridade colonial já actuava contra o tráfico, no alto Zambeze, onde não chegava essa autoridade, fazia-se o tráfico de escravos em larga escala e o padre J. Merleau pôde resgatar tantos quantos lhe permitiam os seus recursos. Afí o preço era baixo se comparado com o que se praticava em outros locais. Bem entendido que o missionário não procedia ao tráfico de escravos. «Resgatava» «escravos» para, na missão, os catequizar e reintegrar na sociedade, tipo de missionação que outros missionários jesuítas apostrofaram violentamente. Esta actuação integra-se no discurso na medida em que coloca par a par a acção dos negreiros e dos missionários.” Capela, 2002b, pp. 20-21.

⁴⁰¹³ De que um dos mais entusiastas é Ávila de Azevedo: “Quando abriu a era da colonização, na segunda metade do século XIX, as tentativas mais generosas na educação das comunidades gentílicas partiram naturalmente das instituições missionárias. Em muitos casos, quase se poderia dizer em todos os casos, eles precederam de muito longe os agentes da administração, os militares, os técnicos e, sem dúvida, os professores laicos.” Os dados disponíveis e as estatísticas não nos permitem confirmar tal asserção. De resto, o autor acrescenta, de forma esclarecedora quanto às suas intenções: “Nos primeiros tempos da colonização europeia em África, ou seja pelos meados do século XIX, já fora da experiência portuguesa de completa aculturação, (...) os contactos dos Europeus com os Africanos, os contactos educativos, realizaram-se apenas através das missões, missões católicas ou missões protestantes, isto é, associações cristãs.

Quer por umas, quer por outras, aliás dentro da tradição que os Portugueses haviam inaugurado em África, o objectivo essencial era a evangelização ou a cristianização. Todos os meios pedagógicos, e muitos foram postos em prática, se subordinavam a esta intenção de proselitismo que animava os missionários.

Os catecismos e as bíblias traduzidos nas línguas indígenas ocorreram por todos os pontos do sertão. Os catequistas, na mudança que se ia operar, foram os primeiros agentes não só da transformação religiosa, mas da transformação social. No fundo, representaram as primeiras elites qualificadas, segundo os conceitos da civilização ocidental. As catequeses funcionavam como escolas primárias. E os seminários, ou institutos equivalentes, eram os primeiros cursos secundários.” Azevedo, 1963, p. 75.

⁴⁰¹⁴ *Questões Africanas – Sociedade de Geografia de Lisboa, Proposta apresentada em 12 de Fevereiro de 1880 da Sociedade de Geografia de Lisboa pela Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização d’África (Comissão Africana)*, 1880, p. 13.

⁴⁰¹⁵ *Id. Ibid.*, p. 14.

⁴⁰¹⁶ *Id. Ibid.*, p. 16.

conhecimento da geografia mas também a zoologia, a botânica, a geologia, a etnografia, a linguística. Propõe-se também o acompanhamento do alargamento da entrada para o interior, o melhoramento do saneamento das povoações, dessecando pântanos e organizando serviços médicos, objectivos que só poderiam ser conseguidos reformando o ensino do Seminário de Cernache de Bonjardim para uma formação conveniente dos novos evangelizadores.⁴⁰¹⁷

Para António Enes, em 1893, as missões encontravam muitas dificuldades no exercício das suas tarefas e o governador traça delas um retrato desanimador.⁴⁰¹⁸ Descreve um trabalho missionário inglório em que o educando da missão acabaria por, na pressão da sociedade, regressar ao mundo da superstição, aos “(...) seus costumes embrutecidos, às paixões desenfreadas da sua raça e a barbarie, sendo essa regressão ajudada pelos fenómenos fisiológicos, não sei se já estudados, - que paralisam o desenvolvimento intelectual do negro ao sair da infância”.⁴⁰¹⁹ As missões justificar-se-iam se elas privilegiassem na acção com os indígenas o «útil», e esclarece significativamente: “Desgraçados dos brancos que lidam em África, se as missões convencessem os negros da igualdade humana!”.⁴⁰²⁰

Esta componente de artes e ofícios constitui preocupação central das várias estações missionárias. Se as missões encontravam muitas limitações à sua acção «civilizadora», não permaneceram imunes, ao tentar implantar a sua “promoção pelo trabalho”, a muitas críticas de europeus, que acusavam os missionários de explorar o trabalho de crianças.⁴⁰²¹ Em 1904 e de partida para Moçambique, o P^e. Torrend criticava “o palacio de Boroma, os trabalhos forçados e abusos de autoridade” na actividade missionária.⁴⁰²² José Capela cita um escrito daquele jesuíta, condenando a forma como as crianças para as missões haviam sido «compradas» e a cobrança do *mussoco* no enorme prazo em que os membros da Companhia se haviam instalado.⁴⁰²³

⁴⁰¹⁷ *Id. Ibid.*, pp. 19-20.

⁴⁰¹⁸ “As missões que pude conhecer ou de que obtive informações verídicas, não me pareceu que prosperassem. Tinham, em regra, melhor pessoal do que as paróquias, mas numericamente insuficiente, e esse lutava com a escassez de recursos e com a indocilidade ou apatia dos indígenas. O mal-aventurado padre Aloy, a despeito do seu zelo, regrado por uma superior inteligência, tinha fechado, por inútil, a escola de Quelimane, sem ter podido abrir ainda a casa de Colane. O padre Courtois estudava no Bembe o idioma dos bitongas, depois de haver aprendido a língua de Tete, e as suas investigações filosóficas não o haviam distraído dos trabalhos do apostolado; ensinava crianças, catequisava adultos, promovia casamentos católicos, congregava alguns ingénuos crentes numa capela tecida com bambus e capim. De Milange dizia-se que não estava sendo activa nem produtiva a lavra espiritual. Em Boroma, missionários e irmãs hospitaleiras sofriam e morriam intrepidamente, ajudando privações e desgastalhos com o estrago das febres; mas consolavam-se dos sacrifícios com a esperança de ganharem a Deus algumas almas simples. Todavia, as próprias missões que assim vegetavam, poucas, dispersas, pobríssimas, apenas representavam dedicações individuais mais louváveis nos intuitos do que pelos resultados; não constituíam um sistema conexo de propaganda religiosa, nem o seu influxo prometia actuar sensivelmente no estado intelectual e moral dos multidões indígenas. (...)” Enes, 1946, p. 203.

⁴⁰¹⁹ *Id., ibid.*, p. 211. Acrescenta: “Querem quase abruptamente converter um selvagem num santo, uma fera num mártir. Imaginam que basta a educação para obliterar caracteres de raça e neutralizar influxos climatéricos e do meio social; que um preto, desde que o sujeitam a determinadas laborações, fica sendo igual a um branco, com a mesma capacidade do que de para compreender metafísicas religiosas e domar-se a disciplinas virtuosas. Não dispensam nenhuma perfeição ao bronco neófito. Há-de saber toda a doutrina que os padres e os concílios definiram para satisfazer o espírito de exame dos povos filosofantes, e praticar toda a moral que a Igreja opõe às corrupções do mundo civilizado.” *Id., ibid.*, p. 213-214.

⁴⁰²⁰ *Id., ibid.*, pp. 217-218.

⁴⁰²¹ Correia S. J., 1991, p. 380.

⁴⁰²² *Id., ibid.*, p. 301.

⁴⁰²³ Capela, 1995, p. 176.

A adesão dos africanos influentes em cada local é considerada decisiva para a prosperidade da actividade missionária. O apoio dos poderosos poderia significar a correspondente adesão daqueles que deles dependiam. Para Capela, a escassez dos membros da congregação, a falta de preparação explicavam os fracos resultados obtidos:

O método tradicional dos jesuítas de converter as chefias que seduziriam as populações vassalas fracassou totalmente em Moçambique. As conversões súbitas de centenas de escravos denunciam a debilidade dos métodos empregados na doutrinação. Os jesuítas quando regressaram a Moçambique, em 1881, pouco mais do que um século após a retirada, verificaram que apenas muito vagas reminiscências restavam da cristandade que lá tinham deixado. O que os levou a alterar os métodos, prestando atenção às populações mais do que à aristocracia. Não obstante, junto das missões havia as escolas onde o ensino não se limitava à catequese. Ensino ministrado nas línguas indígenas, em que foi produzido material didáctico.⁴⁰²⁴

Apesar desta antiga estratégia não ter proporcionado resultados duradouros e tanto qualitativa como quantitativamente importantes não poderia, pura e simplesmente, ser menosprezada. Em 1885, o padre Victor Courtois e o Governador de Tete, Luiz Joaquim Vieira Braga, corresponderam a um pedido do capitão-mor Cypriano Caetano Pereira, mais conhecido pela denominação cafreal de *Kankuni Sácasaca*, para baptizar a sua família.⁴⁰²⁵ Uma vez chegados à Makanga, o *Kankuni* aparece-lhes e podem-se notar-lhe alguns sinais distintivos, assinalando-se que

(...) o vestimento d'elle é uma camisa e um *Kapundo*, panno comprido que cahe até aos pés, e um barrete encarnado. Falla soffrivelmente o portuguez, sabe ler e escrever alguma cousa. Estudou três annos em Quilimane em casa de D. Florencia.” Nota o missionário que também “o seu filho Luiz lê e escreve tambem alguma cousa.”⁴⁰²⁶

Uns dias depois, a 10 de Julho, o *Kankuni* declara a intenção de manter boas relações com o governo de Tete, permitindo o estabelecimento de um comando militar na Makanga, pagando dívidas antigas e edificando casa para escola e capela perto da *aringa*, mantendo ali um padre residente para “instruir e ensinar o povo” dos seus domínios. No final do almoço, o padre Courtois ter-lhe-ia exposto vários pontos da doutrina cristã que aquele ia ouvindo e traduzindo de cafreal para português, tendo finalmente observado: “- Que bonitas historias, que bem que se entende. Assim me ensinaram na escola. Deixe-me ir chamar as minhas *nhanhas* (mulheres), as creanças, toda a gente minha, porque ellas tambem hão de entender tudo, agora que o *Cacice* falla em cafreal.”⁴⁰²⁷

⁴⁰²⁴ Capela, 2000a pp. 132-133.

⁴⁰²⁵ B.O., 17/07/1886, nº 29, p. 358.

⁴⁰²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 359. É este “lastro” de instrução que durante todo o século XIX a educação ministrada pelos portugueses ainda que episodicamente e com muitas fragilidades, vai deixando em grande parte do território e dos povos que o habitam que se sedimenta na construção da sua individualidade.

⁴⁰²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 360.

O padre Victor Courtois, em viagem à Makanga, a convite de Cypriano Caetano Pereira, capitão-mor, ouve e regista, numa capela em ruínas, a genealogia da autoridade no local.⁴⁰²⁸

As tentativas católicas de expansão enquadram-se num projecto global de difusão da fé, usando, frequentemente, as línguas africanas como veículo da mensagem. Neste domínio como em tantos outros, a reacção africana acolhe ou repudia a mensagem perante as vantagens que da sua adopção poderá retirar, sem, em qualquer dos casos, alienar os seus costumes e as especificidades das suas formas de vida própria. Se após 1890 a acção dos jesuítas sofre um novo impulso com o apoio do governo português – quando três ns desse ano criam a Missão de S. Francisco Xavier entre Milange e Namuli; S. José, no continente junto a Inhambane; SS. Anjos no prazo de Anguaze –, já em 1891 o P^e. Aloy se queixa da fuga dos negros aos religiosos e do carácter refractário daqueles em relação à religião.⁴⁰²⁹

No dia 19 de Dezembro de 1895 seguiriam para Quelimane, os padres da Missão de Boroma, Marques e Dupeyron.⁴⁰³⁰ No dia de Natal desse ano sabe-se que fogem para a Missão de Chupanga, sob o pretexto de que os rapazes da Missão quiseram envenenar os padres.⁴⁰³¹

Em meados dos anos 90 também alguns senhores dos prazos dificultam por diversas formas os trabalhos da mesma Missão.⁴⁰³² Não vêem com bons olhos qualquer actividade que possa representar de forma real ou imaginária uma intromissão no seu poder.

A actividade das missões não esteve isenta de críticas de diversos quadrantes da sociedade portuguesa. Discursando à Sociedade de Geografia nas sessões de 20 e 25 de Abril de 1893, Henrique de Barros Gomes centra-se na censura a determinados argumentos do cónego Boavida, director do Colégio de Cernache, e do seu discurso que, ainda que aludindo a Moçambique, procura primacialmente exemplos, quando se reporta a África, sobretudo em Angola, a que reserva um lugar especial.⁴⁰³³ Começa por perguntar se serão as missões meio eficaz e seguro tendo em vista os objectivos de dominar e educar o negro, afeiçoando-o ao trabalho e iniciando-o na civilização cristã e europeia. Critica a dado momento a ideia de que

⁴⁰²⁸ Numa capela em ruínas a que foi transportado, é informado: o primeiro a conquistar o território da Makanga no tempo dos *Muzimbo*s foi o negociante Pedro Caetano Pereira, oriundo de Goa. Fornecendo armas aos *Muzimbo*s, foi ganhando prestígio e assenhoreando-se da região da Makanga chamaram-lhe “*Chamatowa* ou o derrotador”; sucedeu-lhe o primogénito Pedro Caetano, na língua da terra “*Chekukula*” ou “alimpador”. A ele se deveria a construção da capela; seguiu-se *Kissaka* Pedro, seu filho; após a morte deste sucedeu-lhe *Chinkomokanhama* que seria deposto; o *Kauhenze* entrou na Butaka (bens de família) e construiu a sua aringa nas terras da Makanga; Teria cometido abusos e violências que culminaram com a revolta dos grandes e a ascensão de *Chituza*, Luiz Caetano Pereira, acidentalmente em 17 de Novembro de 1870 seguindo-se-lhe *ChiKuacha*; este seria morto em 1874 pelo sobrinho *Kankuni Sakasaka* ou Cypriano Caetano Pereira. *B.O.*, 17/07/1886, n° 29, p. 361.

⁴⁰²⁹ Correia S. J., 1991, pp. 179-186.

⁴⁰³⁰ *B.O.*, 23/05/1896, n° 21, p. 206.

⁴⁰³¹ Correia S. J., 1991, pp. 267 e ss.

⁴⁰³² *Id.*, *ibid.*, p. 293-294.

⁴⁰³³ *Missões em África, Discurso do Exmº Sr. Conselheiro Henrique de Barros Gomes nas sessões de 20 e 25 de Abril de 1893*, 1893.

os padres saídos de Cernache serão suficientes, o que constituiria um dos pretensos equívocos de Boavida, posteriormente moderado, pois aquele mesmo reconheceu que:

O typo de missões, como o podem constituir os elementos existentes no actual collegio de missões ultramarinas, já não bastaria, em seu entender era mister apellar para as congregações religiosas, mas fazel-o francamente, constituindo-as portuguesas, livres de suspeita de que sejam ou possam vir a ser instrumento da ambição de outras nações.⁴⁰³⁴

Comenta negativamente a escassez de comunicações científicas produzidas pelas missões e a frequente ignorância da língua, dos costumes e hábitos, tornando difícil a acção dos missionários junto das populações. Salienta o valor do que classifica como a “educação do coração” – aceitando o trabalho, prendendo à terra, estabelecendo família –, rudimento da educação cristã que contrapõe às concepções metafísicas ou sequer o dogma católico que “a sua mentalidade não abrange (...)”. Apesar disso, considera que o padre europeu é fundamental, orientando o ensino, embora careça de cultura pelo confronto que experimentará com os evangelizadores europeus de outras nacionalidades.⁴⁰³⁵ À pergunta retórica que formula sobre se o colégio das missões corresponde ao ideal de um seminário superior de missões responde negativamente.⁴⁰³⁶ Considera que a situação de autêntico estado de ruína experimentado na Província de Moçambique se baseia em três constatações: a existência residual da obra de jesuítas e dominicanos; a ameaça das missões protestantes escocesas; o avanço do “maometanismo”.⁴⁰³⁷ Perante o fraco resultado obtido pelos religiosos, pondera a necessidade de criar internatos para rapazes e raparigas que possam fazer a família cristã assumir o seu papel de base na “obra de regeneração do preto”.⁴⁰³⁸ Constatando a insuficiência de “serviço oficial das missões”, chega mesmo a aflorar a possibilidade de recorrer a estrangeiros que se coadunem com os interesses portugueses.⁴⁰³⁹ Aos problemas detectados juntam-se a impossibilidade de manter as missões só com os missionários de Cernache e o facto de os missionários deverem sê-lo para toda a vida e não apenas por 6, 8 ou 10 anos,⁴⁰⁴⁰ facto agravado pela organização oficial do serviço das missões que seria absolutamente “deficiente e ineficaz”.⁴⁰⁴¹ Considera que a “missão científica” seria a alternativa à “religiosa”, mas levanta desde logo o problema de onde se poderiam encontrar meios para ela e para outras necessidades – caminho-de-ferro, conservatório de artes e ofícios, por exemplo, especialmente no interior, bem como o da limitação das expedições de carácter

⁴⁰³⁴ *Id. Ibid.*, p. 6.

⁴⁰³⁵ *Id. Ibid.*, pp. 8-10.

⁴⁰³⁶ *Id. Ibid.*, p. 11.

⁴⁰³⁷ *Id. Ibid.*, pp. 13.

⁴⁰³⁸ *Id. Ibid.*, p. 15.

⁴⁰³⁹ *Id. Ibid.*, p. 16.

⁴⁰⁴⁰ *Id. Ibid.*, p. 20.

⁴⁰⁴¹ *Id. Ibid.*, p. 23.

científico enquanto elemento de consolidação da presença portuguesa. Esclarece que o que não pode

(...) pedir ao sábio e ao viajante é a acção permanente e efficaz, é a educação do indígena, é a cultura da terra, o amor do trabalho, e essa semente de transformação lançada no seu animo, que se traduz na affirmacão de um poder superior, na caridade mutua, na lei do amor, enfim, para abranger a qual basta a intelligencia a mais infantil e o animo o mais primitivo.⁴⁰⁴²

Questiona porque não usar o elemento da fé religiosa, o meio mais económico e eficaz, que classifica como “fanatismo invertido”.⁴⁰⁴³ Aponta o malogro que constituía em Angola, a tentativa de formar aí missionários. Destaca o “maometanismo” como o mais forte elemento de opposição ao domínio europeu e conclui pela superioridade dos missionários regulares.⁴⁰⁴⁴ Citando Ayres de Ornellas, que invoca a inutilidade de uso da força que fomenta a revolta na primeira ocasião, opina, sobre a instrução, “(...) que só fazia bárbaros civilizados, de todos os peiores” o que parece colocar no centro da discussão a pretensa inutilidade da instrução em relação a outras componentes que só as missões contemplam – a fé, o trabalho, entre outros aspectos.⁴⁰⁴⁵ Ornellas sublinharia o papel relevante das missões nas colónias francesas, inglesas, holandesas e espanholas. Porque não também em Portugal? Analisa testemunhos de homens de ciência, exploradores, homens de governo e acção, nomeadamente a simpatia de exploradores ingleses, e de Cameron ou Livingstone, pela acção missionária portuguesa. Atribui aos missionários a introdução de diversos produtos: bananas, ananases, inhames, laranjeiras, macieiras, pitangas, goiabas, entre outros. Cita ainda D. José de Lacerda, Óscar Lenz, explorador austríaco que atravessou a África, ou o alemão Wisseman, que se referiram favoravelmente à acção das missões católicas, de Latrobe Bateman ao serviço do Estado Livre do Congo e até de Cecil Rhodes e da sua “boa intelligencia com os padres jesuítas”.⁴⁰⁴⁶ Sobre as vantagens destas missões em relação às protestantes assinala a vida inteira de permanência na missão e o resgate e conservação da criança negra sob a sua protecção,⁴⁰⁴⁷ tudo, afinal, para ilustrar a ideia de que as missões podem ser instrumento político de defesa e de que é um erro afastá-las desta causa. Lembra ainda a ideia do Padre Leconte, que, fazendo uso da língua portuguesa, defendia a ideia de, com o apoio do governo português, promover a constituição de missões ao longo de uma linha sobre o Zambeze, e entre Angola e Moçambique.⁴⁰⁴⁸ O decreto de 1887 criara a Junta Geral das Missões, criação

⁴⁰⁴² *Id. Ibid.*, p. 25.

⁴⁰⁴³ *Id. Ibid.*, p. 26.

⁴⁰⁴⁴ *Id. Ibid.*, p. 27-29.

⁴⁰⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 31.

⁴⁰⁴⁶ *Id. Ibid.*, p. 33-34.

⁴⁰⁴⁷ *Id. Ibid.*, p. 34.

⁴⁰⁴⁸ *Id. Ibid.*, 1893, p. 37.

criticada por António Enes e defendida por Ferreira do Amaral, que sublinha a utilidade das missões.

No balanço da actividade missionária, diversos autores referem que, na base de alguns dos fracassos, teria estado a sua atitude pouco interessada nos usos, costumes e práticas indígenas, na fraca consideração sobre o mundo espiritual africano e na prévia condenação do mesmo, o que se materializava numa incapacidade em fornecer respostas adequadas aos africanos.⁴⁰⁴⁹

O mimetismo em relação à cultura ocidental potencialmente possibilitado por ela está, no caso português, limitado pelas dificuldades e atrasos intrínsecos, que colocavam a cultura do colonizador num patamar muito irrisório e pouco apetecível.⁴⁰⁵⁰

Em 1910, Freire de Andrade salienta os diminutos resultados da obra missionária, demonstrando necessidade de reformas na educação ministrada em Cernache, que não desenvolvia competências fundamentais para as missões como o conhecimento da língua indígena e rudimentos de medicina e cirurgia, aspectos a que aliavam o desconhecimento dos costumes dos povos a evangelizar.⁴⁰⁵¹ O ensino das missões é também limitado, na sua eficácia, pela resistência natural do africano.⁴⁰⁵² A violência da missionação pretende «converter» sem considerar as características dos povos, tentando incutir-lhes uma metafísica para que não estão preparados, julgando poder alterá-los à força.⁴⁰⁵³

Em 1910, as expectativas quanto às actividades das missões no plano da educação não deixam margem a dúvidas: “Não! Não se pode nem creio que se deva equiparar, socialmente, o preto ao branco.”⁴⁰⁵⁴

Em relatório de inspecção a alguns prazos, publicado em 1911, Francisco de Aragão e Mello frisa que não viu escolas durante a sua viagem. Os seus comentários traduzem as preocupações ou, no mínimo, o discurso adequado aos novos tempos. Explica que poderia “(...) falar também nas escolas dos jesuitas, em Boroma e Miruro; porém, não vale a pena;

⁴⁰⁴⁹ Jacob, s.d., p. 97.

⁴⁰⁵⁰ Silva Rego chama a atenção para estes aspectos a que junta, em relação ao século XIX, a importância de afastar os catecúmenos do mau exemplo e opressão dos europeus. Rego, 1960, p. 17.

⁴⁰⁵¹ Andrade, vol. V, 1910, pp. 282 e ss..

⁴⁰⁵² “Á força de disvellos conseguem os missionarios reunir e disciplinar um punhado de fieis, o que não pode ser celebrado como milagre da religião, porque o negro é dócil, a tudo se sujeita, tudo se lhe ensina; aprende a rezar e a entoar cantochão como a exercer um officio, e tanto se amolda a uma disciplina moral como á disciplina domestica ou militar. Mas se recebe as impressões com a brandura da cera, repelle-as com a elasticidade da borracha. Em regra, o educando das missões, tão depressa deixa de sentir a pressão educativa que lhe deu exterioridades de santo, regressa ás crenças supersticiosas, aos costumes embrutecidos, ás paixões desenfreadas da sua raça e da barbárie, sendo essa regressão ajudada pelos phenomenos physiologicos, - não sei se já estudados, - que paralisam o desenvolvimento intellectual do negro ao sair da infância. Essas crianças que nos quadros apotheticos das missões rodeiam os padres, compostas e edificantes como filhos de boa gente em dia de primeira communhão, são quasi sempre promessas fementidas: quem as seguir com a vista vel-as-á espiarem anciosas as convulsões das gallinhas envenenadas pelo *muave* ou fazerem feitiços, pendurarem ao pescoço dentes commemorativos de homicídios, extenuarem-se nas torpezas da polygamia, tripudiarem nos delirios do *pombe* e da aguardente, retalharem as carnes no batuque das facas. Tem esta regra excepções, não tão raras que pareçam miraculosas, e são essas excepções, divulgadas e encarecidas pela rethorica, que fazem acreditar nos prodígios da missionação; ainda não bastaram, porém, para constituir, num canto qualquer da Africa meridional, uma comunidade, um núcleo de christãos indigenas, soltos da tutela incessantemente vigilante e energicamente autoritária de directores espirituales.” *Id., ibid.*, p. 290.

⁴⁰⁵³ *Id., ibid.*, p. 291.

⁴⁰⁵⁴ Ribeiro, 1910, p. 254.

esta gente tem a sua reputação feita e é tempo perdido estar a dizer que as missões são uma indústria e a apresentar remedios para remediar os malles e evitar as ilegalidades.”⁴⁰⁵⁵ Relatório mordaz em relação a alegadas atitudes de alguns arrendatários que usavam todos os meios, nomeadamente o conhecimento da língua e usos locais, para explorar o indígena. Esclareceria no final que suprimia

(...) a palavra *igualdade*, que forma com a liberdade e a fraternidade, o harmonioso trio que guia as aspirações dos povos modernos e que os há de levar á suprema feicidade, porque seria uma hypocrisia pugnar pela igualdade entre nós e estes indígenas; porém, substituo-a pela *justiça*, que deve ser o lemma de todos os nossos actos.⁴⁰⁵⁶

Acrescenta que a única solução reside na expulsão dos padres, mas entende frisar positivamente o trabalho da Missão de Miruro, com edifícios de tijolo e alvenaria de boa construção “(...) que o Estado não deve desaproveitar quando os jesuitas retirarem,”⁴⁰⁵⁷ depois de notar que havia estudado no colégio de Campolide por cinco anos, o que lhe permitiria entender que a educação moral dos jesuítas “(...) é baseada sobre a espionagem e mentira.” Porque se cruzara no trajecto das missões com indígenas que se lhe dirigiriam dizendo “«Seja louvado Nosso Senhor Jesus Christo!»”, teria abdicado de os interrogar “sobre cobrança do mussoco, trabalho, etc.”, o que acha seria esforço inútil, “(...) pois os espias lá estavam nas povoações a ensinar aos indígenas o que haviam de dizer prontos a accusá-los se dissessem qualquer coisa inconveniente.”⁴⁰⁵⁸

Para muitos dos autores contemporâneos as missões estrangeiras tendiam à desnacionalização.⁴⁰⁵⁹ João de Azevedo Coutinho, no balanço da actividade das missões no século XIX, apontam que, após a conferência de Berlim, a invasão das missões estrangeiras provocara a «desnacionalização» de Moçambique, com consequências na política a adoptar com os africanos, por exemplo, com o Ngungunyane, sendo a acção «desnacionalizadora» agravada pela emigração para o Transvaal a partir do sul de Moçambique, muito exposto à acção protestante. Acrescenta como factores negativos: a ausência de bispo em Moçambique entre 1819 e 1883;⁴⁰⁶⁰ “o retraimento dos negros que só pela força foram submetidos e conquistados”; o contacto com asiáticos e “seus vícios”; as missões protestantes e a propaganda muçulmana, a norte. Ainda o óbice do desconhecimento da língua por parte dos missionários (apesar de salvaguardar que aos religiosos se devem as melhores publicações para o conhecimento das línguas africanas).⁴⁰⁶¹ Estes receios da acção «desnacionalizadora»

⁴⁰⁵⁵ *Relatório da Inspeção a alguns prazos do Distrito de Tete pelo Governador do Distrito*, 1911, p. 50.

⁴⁰⁵⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 54-55.

⁴⁰⁵⁷ *Id.*, *ibid.*.

⁴⁰⁵⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 51.

⁴⁰⁵⁹ Botelho, 1921, p. 23.

⁴⁰⁶⁰ Coutinho, 1934, p. 19.

⁴⁰⁶¹ Cita Courtois e a gramática tetense, o padre Torrend e a gramática comparativa das línguas sul-africanas bantos, para além de diversos jesuítas. Coutinho, 1934, p. 20.

não se circunscrevem, unicamente, às missões protestantes, mas alargam-se em relação a muitos dos membros não portugueses das missões católicas.

A colaboração com as autoridades coloniais é uma necessidade nas diversas fases da actividade missionária – implantação, funcionamento e expansão.

Uma das necessidades reside na mão-de-obra. O missionário da Missão Católica de Kualani, P^e. Julio Torrend S. J., comunica, a 13 de Dezembro de 1893, ao Governador da Zambézia, que, estando o cemitério da Missão em péssimo estado de limpeza e asseio e tendo-lhe sido oferecida pelo governo gente para trabalhar, vem comunicar que este seria o tempo oportuno para isso. Pede que lhe sejam concedidos por alguns dias “os pretos que julgar conveniente”. O padre inscreveu uma nota que explica que foi respondido que os colonos devem ser remunerados cada um com 400 réis semanais e que nestas condições seja indicado o necessário para se requisitar.⁴⁰⁶²

Os missionários requeriam às autoridades a defesa ante certas ameaças. O Superior da Missão Católica da Zambézia, P^e. Pedro Aloy, aproveitando a estada de algumas horas do Governador-Geral da Província, escreve-lhe pedindo protecção para uma das missões. Explica, no início de Julho de 1890, que a Missão de Milange estava a passar uma “prova perigosa”. O Régulo estaria descontente com os missionários, entre outras razões, pelo facto de não serem eles portugueses. Para satisfazer a queixa, enviou o missionário P^e. Carvalho. Pensa que, depois de ler as cartas dos padres de Milange, para a conservação da Missão e para impedir a entrada dos negociantes ingleses no território convém instalar, “com toda a urgência” um pequeno comando militar naquela região. Compreenderia a resposta do Governador qualquer que ela fosse, mesmo que lhe mandasse retirar os missionários de Milange. O P^e. Dupeyron, superior da dita Missão, afirma que estimaria imenso que o Governador enviasse o tenente Lourenço a Milange.⁴⁰⁶³

Noutra ocasião, o Superior das missões da Zambézia, P^e. João José de Moura S. J., pede o auxílio de dois soldados para acompanhar uma expedição composta de indígenas para a Missão Católica de Tumbini-Milange com fornecimentos.⁴⁰⁶⁴

Importante para os missionários era também assegurar a comunicação de informações e os meios de transporte necessários. Em 1893, o P^e. João de Moura,⁴⁰⁶⁵ em Quelimane, explica que seria extraordinariamente vantajoso para mais fácil expediente e segurança que a correspondência dirigida a Boroma fosse já dali separada da de Tete, pedindo que este serviço

⁴⁰⁶² Missão de Kualani, 13 de Dezembro de 1893. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8, 55 m. 1 (9), doc. 1.

⁴⁰⁶³ Quelimane, 2 de Julho de 1890. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8, 49, m. 2 (6), doc. 1.

⁴⁰⁶⁴ Quelimane, Colégio do Bom Jesus, 29 de Abril de 1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8, 49, m. 2 (6), doc. 8.

⁴⁰⁶⁵ Com a saída do Padre Moura para a Europa em 1898 suceder-lhe-ia como Superior o Padre Alexandre Moreira de Aranha Furtado de Mendonça. Correia S. J., 1991, p. 195.

seja dispensado à Missão católica. Em nota ao documento de 21 de Janeiro de 1893, ordena-se que seja oficiado o director do Correio e comunicado ao Superior da Missão que foi satisfeito o pedido.⁴⁰⁶⁶

O apoio para transportes é também crucial. Vemos o mesmo Superior solicitando meios para se dirigir à cidade de Moçambique a pedido do Bispo, para tratar de assuntos referentes às missões do Real Padroado,⁴⁰⁶⁷ e pedindo que sejam fornecidos meios de transporte pelo comando militar de Milange ao Superior da Missão Luiz Dollessimi residente na Missão Tumbini Milange.⁴⁰⁶⁸ Em outra ocasião, faz pedido idêntico para se poder apresentar na capital da Província a convocação do Prelado de Moçambique, Revmo. Sr. António, para tratar de assuntos das Missões do Real Padroado,⁴⁰⁶⁹ assim como forma de transporte para os Missionários João Huberto Vallers e Luiz Gonzaga Dialer que se dirigem à Zambézia e para ele próprio: o primeiro até Inhanguingue, o segundo, até ao Zumbo, e para ele, que os deverá acompanhar até Chupanga.⁴⁰⁷⁰ Solicita para eles o pagamento da ordinária, ajuda de custo que lhes não foi paga apesar de haverem sido apresentadas na Fazenda as guias de passageiros de Estado competentemente visadas. Não se conservaram documentos para apresentar de novo por não ser esse o costume.⁴⁰⁷¹

O Governador é informado que, tendo chegado ao Chinde um missionário e um auxiliar da Missão com guia de passageiros de Estado passada em Lourenço Marques, não se lhes forneceu passagem senão após assinarem um termo de responsabilidade em que se comprometiam a devolver o seu valor caso se não regularizasse a situação em Quelimane. Os referidos missionários partiram rumo à Zambézia e deveriam fazer a viagem do Chinde para cima em cumprimento de ordens superiores. A Intendência do Chinde deveria ter assegurado logo as passagens, pelo que se pede que elas sejam concedidas aos missionários. Em resposta é comunicado ao Superior da Missão o envio de ofício ao Intendente do Chinde.⁴⁰⁷²

Noutra altura, em Junho de 1896, a Delegação de Saúde de Quelimane resolveu que o P^e. Pedro Dupeyron, da Missão da Zambézia, devia ser presente à Junta de Saúde de Moçambique, pelo que solicita passagem, que foi concedida.⁴⁰⁷³ Nesse mesmo ano solicita-se transporte para o P^e. Felix Desmaroux, que, residindo em Quelimane, devia deslocar-se para a Missão de Inhambane.⁴⁰⁷⁴ Em Agosto de 1896, o P^e. Carlos Friedrich com o auxiliar da Missão Miguel Ramos precisam seguir, com necessidade urgente, para a Missão em Boroma

⁴⁰⁶⁶ Casa Católica, 19/02/1893, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 2.

⁴⁰⁶⁷ Colégio do Bom Jesus, 23 de Março de 1893, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 3. Confirmado em 1893 como Superior da Missão. Correia S. J., 1991, p. 187.

⁴⁰⁶⁸ Colégio do Bom Jesus, 5 de Maio de 1893, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 7.

⁴⁰⁶⁹ Quelimane, residência da Missão, 18 de Julho de 1895, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 11.

⁴⁰⁷⁰ Quelimane, residência da Missão, 5/10/1895, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 15.

⁴⁰⁷¹ Quelimane, residência da Missão, 24 de Dezembro de 1895, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 18.

⁴⁰⁷² Quelimane, 9 de Maio de 1896, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 19.

⁴⁰⁷³ Residência da Missão em Quelimane, 13 de Junho de 1896, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 20.

⁴⁰⁷⁴ Residência da Missão em Quelimane, 23 de Julho de 1896, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 21.

e é-lhes assegurada a viagem.⁴⁰⁷⁵ O P^e. José da Cruz Tavares deverá fazer visita à Missão de Inhambane em 1898,⁴⁰⁷⁶ porque chegara à capital da Província, no último paquete, o novo Prelado e, sendo necessário que fale com ele sobre diferentes assuntos relativos às missões a seu cargo, o P^e. João José de Moura pede que lhe seja providenciado meio de transporte.⁴⁰⁷⁷

A 6 de Junho de 1896, é o P^e. Julio Torrend S. J., Superior da Missão de Chupanga a enviar requisição pedindo transporte.⁴⁰⁷⁸ O mesmo padre apresenta requisição, em Junho de 1900 ao governo do distrito da Zambézia, para passagem desde a Missão de Chupanga até Quelimane pelo Chinde em vapor da flotilha e da Companhia Alemã no vapor Adjutant, para os P^e. Julio Torrend, Superior da referida Missão e o irmão auxiliar Roque Martins.⁴⁰⁷⁹

O P^e. Ladislau Menyharth agradece ao Governador da Zambézia ter-lhe dado sete almadias para envio dos objectos da Missão e transporte da bagagem do P^e. José Roza. Alude aos perigos da viagem, uma vez que os missionários, seguindo pelo Chinde, não acompanham os objectos; sabe que a flotilha não faz o transporte dos utensílios por menos de 45000 réis a tonelada; não ousa, por isso, solicitar o transporte de todos eles, que totalizam seis toneladas. Pede que seja concedido apenas para duas toneladas pelo Chinde para os objectos de maior perigo. Compromete-se a pagar as restantes despesas.⁴⁰⁸⁰

O Superior da Missão P^e. Hiller responde ao Governador de Quelimane que existem estradas de pequena dimensão em redor da casa. Há uma estrada que passa pelo prazo Boroma de extensão de 70 quilómetros e segue pelo prazo vizinho, arrendado pelo capitão-mor de Chicoa, Inácio Xavier de Jesus, que terá prometido coadjuvar a Missão. Na Zambézia, não existiam bois para trabalhar, nem mesmo carros, pelo que ninguém precisava de estradas. Todo o transporte fora do rio Zambeze passa pelas “cabeças dos pretos”. Mas este “serviço” está cada vez mais difícil de obter. A Missão propôs-se fazer uma estrada de carros de Boroma até Chicoa, rodeando as cataratas de Quebrabassa, até onde o Zambeze se torna de novo navegável. Para isso foi comprado um carro de ferro visto que naquela região pouco úteis se tornam os carros de madeira. Já estavam mesmo encomendados outros dois. Explica que até ao momento um carro grosso de madeira “como é costume nas aldeias de Portugal” fez um bom serviço (refere que junta fotografia), e que a dureza de desviar o trajecto das estradas é apenas facilitada por não haver propriedades particulares. Em lugares com buracos fundos não se fazem pontes, antes se enchem de pedras e rochedos em que a terra é pródiga, para além de que não há nenhum rio de Tete até Zumbo que justifique a construção de qualquer ponte. Os rios que existem são secos nove meses do ano e só têm água quando

⁴⁰⁷⁵ Residência da Missão em Quelimane, 14 de Agosto de 1896, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 22.

⁴⁰⁷⁶ Residência da Missão em Quelimane, 9 de Março de 1898, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 24.

⁴⁰⁷⁷ Residência da Missão em Quelimane, 21 de Julho de 1898, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 27.

⁴⁰⁷⁸ Quelimane, 6 de Junho de 1896, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (8), doc. 1.

⁴⁰⁷⁹ Quelimane, 21 de Junho de 1900, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 30.

⁴⁰⁸⁰ Colégio, 3 de Maio de 1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (12), doc. 3.

chove, o que logo muda quando pára de chover, restando apenas uma pequena corrente durante alguns dias. Nesses rios basta cortar a margem para subir e descer facilmente. Explica como se enchem esses regatos pequenos: pedras grossas na parte inferior, que não são facilmente levadas pela água; quando chove, a água deposita nessas pedras outras mais pequenas, areia e terra, nivelando-se o regato, por si mesmo, com a estrada. O aperfeiçoamento conseguir-se-ia através do trabalho que os colonos tinham de “limpar os caminhos gratuitamente”, sendo esta “(...) toda arte de fazer estradas aqui”. Resta efectuar 170 Km de estradas no prazo de Inácio Xavier, mas como o terreno apresenta menores dificuldades espera acabar a tarefa, com a ajuda do arrendatário, até ao fim do mês de Março, podendo, então, começar o transporte pelos carros. Depois de acabada a primeira estrada, uma segunda seria começada para ligar a uma mina de carvão a quatro horas da Missão. Para outros locais não há movimento que justifique a estrada, passando a servir e de forma mais barata, o transporte pelo rio. O ponto principal do prazo é a Missão, o resto são serras e rochedos, como todo o terreno de Tete, ricos em minerais como ferro e cobre e mesmo braços de ouro (mas “tão insignificantes que não paga o trabalho” de os extrair). Também seriam bem poucos os terrenos férteis. Refere-se também às sementes de eucalipto que o Governador lhe mandou. Desde 1880 foram muitas delas plantadas sem sucesso. Mesmo bem regadas, chegam à altura de um ou dois metros e morrem. O “país” é quente e seco demais não só para aquela, como para outras culturas. Só o algodoeiro se desenvolve bem e apresenta interesse, se fosse fabricado ali, já que para exportação é o local distante demais.⁴⁰⁸¹

Num momento histórico em que as susceptibilidades podem assumir importante papel, importa que as missões católicas se alinhem com as preocupações patrióticas da administração. O P^e. João Moura enviou modelo de bandeira em Agosto de 1896 e pede autorização para a arvorar em todas as casas da Missão da Zambézia. O fundo é o da bandeira nacional, de forma que apenas são substituídos os “símbolos peculiares nossos” por outros de acordo com as propostas de diferentes missionários da Missão. Termina dizendo que é contudo seu desejo “(...) que a referida bandeira fluctue sempre ao lado das nossas sagradas Quinas.”⁴⁰⁸² Há uma clara manifestação de interesse patriótico por parte dos missionários.

Importa aos religiosos que os governos percebam e valorizem a possível utilidade dos missionários frente a eventuais problemas de soberania perante ameaças estrangeiras. O Superior dos Jesuítas agradece ao Governador do distrito a atenção dispensada à comunicação em que o religioso lhe terá feito chegar ao conhecimento “alguns dadozinhos talvez comprovativos da mais que vulgar ignorância do Comissário Britânico no tocante à situação

⁴⁰⁸¹ Missão de S. José de Boroma, 26 de Dezembro de 1899. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (12), doc. 4.

⁴⁰⁸² Residência da Missão em Quelimane, 22 de Agosto de 1896, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 23.

geographica de ambos os estabelecimentos portugueses dictos de Milange ou Mulange” e ao que ali tem ocorrido: a existência de tropas portuguesas no território do régulo Matapiri ou Matapuiiri desde a criação da Missão em 1890, 1891, em consequência do tratado, passando para a margem esquerda do Mulosa para o monte Tambini juntamente com a Missão Católica; mudança para território da esfera portuguesa, por confissão do dito Comissário, que, ao mesmo tempo, é território do régulo Matapiri, que, não obstante, reside e tem a maior parte dos seus súbditos em terreno da esfera inglesa. Refere que não sabe se as tropas portuguesas se dirigiam ou não para o território do Matapiri. Também não é daquela época que aquele régulo se chama e é considerado como capitão-mor português. Há anos que presta vassalagem “por si e pelos seus” à Coroa portuguesa. Desde essa época se considerou mais como capitão-mor que como régulo e com aquele nome se apresentou a si mesmo numa entrevista com o Superior da Missão Católica em 1890. O uniforme que ostenta pode muito bem ter-lhe sido dado na ocasião em que prestou vassalagem a Portugal. Depois do tratado, nunca os portugueses o tentaram atrair a si mas, como manifestasse maior afeição a Portugal, correu já voz que tentava passar o Mulosa com os seus para território português. Crê o Padre que outras asserções do Comissário Britânico são “perfeitíssimos sonhos”. E está convencido de que nem o comandante militar, nem a Missão católica, nem estabelecimento algum português existem na margem direita do Mulosa, porque ninguém de Portugal contraria que esse afluente do rio continua a formar o limite da esfera das duas potências e não se pensa sequer por parte da autoridade portuguesa levantar fortalezas na região britânica ou conservar um comissariado português junto do Matapiri. Talvez o Comissário Britânico tenha encontrado motivo para as afirmações “infundadas” que produz no nome impróprio que ainda presentemente conservam o comando e missão de Portugal naquelas paragens, pois, embora tenham abandonado o monte Milange onde a princípio se estabeleceram e passado ao monte Tuebini, conservam todavia o nome da primeira residência. Este monte é tão evidentemente inglês como também é português, pelo menos, em parte. Estas são as informações que pode recolher, sobretudo através do Superior da Missão do Milange. Possui ainda notícias que recolheu de alguns pretos vindos daquelas terras, mas renuncia a comunicá-las por lhe parecerem contraditórias.⁴⁰⁸³

Em outra ocasião assinala os repetidos desejos que lhe têm sido manifestados para a criação de uma missão católica e civilizadora nas proximidades de Chupanga, por diversos cavalheiros residentes e pelas autoridades da Companhia de Moçambique. Considerando não só esses benefícios, mas também que “a nefasta propaganda anglo-protestante trabalha seriamente por invadir-nos tão formosos territorios em manifesto desdouro nosso”, apresenta a

⁴⁰⁸³ Quelimane, Colégio do Bom Jesus, 19 de Abril de 1893, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 4.

proposta de fundação de uma Missão Católica e civilizadora nas terras da Chupanga com a criação imediata de escolas e oficinas, “o que se poderá levar a effeito sem grandes despesas para os cofres do Districto, se o Governo pozer à nossa disposição os edificios e terrenos adjacentes que alli possui em boas condições de estabilidade.” Garantido o apoio da Companhia de Moçambique, a direcção da Missão da Zambézia coordenaria o processo.⁴⁰⁸⁴ O Superior das missões da Zambézia, P^e. Alexandre Moreira Aranha Furtado de Mendonça, informa, em resposta a inquérito do Governador, que há uma escola na missão da Imaculada Conceição da Chupanga com 20 alunos do sexo masculino que cursam instrução primária, anotando que, nestas três escolas, os alunos que “estão no caso de poderem” aprendem ofícios mecânicos ou manuais.⁴⁰⁸⁵ Os missionários envolvem-se nos limites das fronteiras, valorizando os seus conhecimentos e presença.

O Padre Luiz Gonzaga Dialer, missionário, escreve ao Governador do Distrito da Zambézia, quanto aos limites do território português a norte do prazo Chauaro, determinados no último contrato “Lusitano/Inglês com o grau 15”, tendo começado com a questão das antigas minas de ouro do lugar de “Pembe” perto da povoação do Mambo Murunguja. Deixaram estas de ser exploradas desde que o então Comandante Militar do Zumbo, major Botelho vulgo Camuchoma, as abandonou em 1861 ou 1863 por causa das desordens ocorridas no Zumbo. As minas estão a norte de um riacho Medzi, que se cruza com o Roanga. Querer-se-ia identificar o dito Medzi num outro riacho Chamurara, que corre paralelo ao primeiro, mas mais a norte, e que também conflui com o Roanga. Fornece ao Governador-Geral certas explicações que possam evitar “complicações serias”. Já no ano anterior haviam chegado com Wiese dois ingleses de uma companhia britânica a Murunguja, declarando que o riacho era limite do território inglês e que só a sul do Medzi se situava o prazo Chauaro. Três semanas antes chegara um inglês, Harrison Clark, residente em Mandourbue, ao Chauaro, dando ao Mambo Fundo um presente desconhecido, dizendo que não pagasse mussoco aos Padres arrendatários porque os ingleses brevemente viriam tomar conta daquela terra. O mesmo inglês, já no ano anterior, havia seguido preso para Quelimane. Declara o seguinte: o riacho Medzi e rio Chamurara não se podem identificar. Qualquer inglês entendido sabe e reconhece que o grau 15 está ao norte de Chamurara; por isso este riacho pode considerar-se limite do território “Português/Inglês”. Porém, por isto mesmo, tende-se a identificar Chamurara e Medzi para que o último fique na fronteira. Pede instruções sobre o que se há-de fazer com o inglês H. Clark, que continua residindo em Mandourbue.⁴⁰⁸⁶

⁴⁰⁸⁴ Na residência da Missão, 6 de Julho de 1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 9.

⁴⁰⁸⁵ Quelimane, 12 de Dezembro de 1899, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 29.

⁴⁰⁸⁶ Missão de S. Pedro Claver de Mazombue, 20/01/1898. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (12), doc. 2.

Importava conseguir a cooperação das autoridades portuguesas na obtenção dos materiais necessárias às actividades de missionação. Quando o superior da Missão explica que são necessárias para o serviço e desenvolvimento da Missão a seu cargo algumas almadias e *mambús* para cana de machila, para os quais não dispõe de meios, pede uma licença gratuita para poder ordenar cortes no prazo Massingire, que foi concedida.⁴⁰⁸⁷ Em Agosto de 1895, nova licença para a reparação do Colégio do Bom Jesus e da residência da Missão no prazo Boror.⁴⁰⁸⁸ Os cortes de madeira poderiam suscitar problemas, como no prazo de Massingire que são contrariados pelo agente da autoridade naquele local ou pelos empregados do arrendatário, a quem se ordena que faça respeitar as ordens do Governador do Distrito que “(...) são sempre baseadas nos regulamentos e leis vigentes.”⁴⁰⁸⁹

Outro religioso da Missão dos Santos Anjos no Kualani, o P^e. Julio Torrend, explica, a 12 de Março de 1894, que lhe foi concedida licença de corte no prazo Macuse para as necessárias construções de 20 vigas, 80 barrotes e 40 “palopalos”. Como nesse prazo não existia essa madeira, a licença ficava por cumprir, pelo que solicitava a sua renovação, mas desta feita no prazo Mahindo ou, em alternativa, em partes, no prazo Andoni e no prazo Boror. Em nota no início do documento, o major Amaral, com data de 12 de Março de 1894, determina que se procedam a cortes no prazo Mahindo.⁴⁰⁹⁰

O mesmo missionário requer, a 6 de Abril de 1894, que lhe seja permitido corrigir o facto de os seus empregados haverem trazido, por engano, do prazo de Mahindo, 110 “palopalos” de *mkandara* que não são seus e, não sabendo de quem são, pede aprovação para mandar cortar nesse mês de Maio e deixar no mesmo lugar outros tantos “palopalos” para o dono dos que retirou.⁴⁰⁹¹ Na mesma data, declara que lhe faltam 100 vigas para o vigamento da casa que se vai levantando na Missão dos Santos Anjos no Kualani, pelo que pede licença para as cortar no prazo Boror.⁴⁰⁹² A 5 de Junho desse ano, comunica que a mesma Missão já dispõe de toda a madeira necessária para acabar o telhado da residência dos missionários, faltando a necessária para o vigamento interior da casa e solicita licença para cortes no prazo Boror.⁴⁰⁹³ A 18 de Julho, pede emprestada uma almadia que está no arsenal para trazer do prazo Mahindo à Missão Católica do Kualani uns cem “palopalos” pequenos cortados naquele prazo.⁴⁰⁹⁴ A 17 do mês seguinte, solicita assentimento para mandar cortar 100 vigotas e 150 palopalos que estão em falta respectivamente nos prazos Inhassuje e Mahindo.⁴⁰⁹⁵

⁴⁰⁸⁷ Quelimane, residência da Missão, 13/07/1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 10. Citado em Correia, 1991, p. 245.

⁴⁰⁸⁸ Quelimane, residência da Missão, 12/08/1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 12.

⁴⁰⁸⁹ Quelimane, residência da Missão, 21/09/1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 13.

⁴⁰⁹⁰ Missão dos Santos Anjos, 12/03/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 2.

⁴⁰⁹¹ Missão dos Santos Anjos, 6/04/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 3.

⁴⁰⁹² Missão dos Santos Anjos, 6/04/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 4.

⁴⁰⁹³ Missão dos Santos Anjos, 5/06/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 5.

⁴⁰⁹⁴ Missão dos Santos Anjos, 18/07/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 6.

⁴⁰⁹⁵ Kualani, 17/08/1894, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 7.

A 27 de Agosto, é a vez de o P^e. Julio Torrend enviar duas requisições de objectos que se encontram na tesouraria e outros artigos que será necessário adquirir de novo para a escola de Kualani, por lhe serem indispensáveis.⁴⁰⁹⁶

Mas a relação com as autoridades não está isenta de problemas mesmo, em questões aparentemente menores. José Henry, a 8 de Março de 1892, sendo Capelão do hospital militar e civil de Lourenço Marques, é castigado por faltar à obediência e respeito ao delegado de saúde e director daquele estabelecimento, sendo-lhe suspensos os vencimentos por três meses;⁴⁰⁹⁷ o missionário, fora nomeado interinamente, a 5 de Fevereiro de 1890.⁴⁰⁹⁸

São também importantes para os padres missionários as relações com particulares como a Companhia de Moçambique. A Missão da Imaculada Conceição de Chupanga foi fundada no fim de Setembro de 1895, ocupando as antigas casas do comando militar no local⁴⁰⁹⁹ e recebendo 100 mil réis mensais de subsídio da Companhia de Moçambique. Admitia alunos de idade inferior a 11 anos, na aula de letras, tendo os internos de pagar 2400 réis para despesas de comida e lavagem de roupa, registando 30 alunos em 1897.⁴¹⁰⁰ Dois anos depois,, ser-lhes-iam aforados dois talhões de terreno com a condição de erigirem capela, casa e escola num local onde, nas proximidades, já os protestantes ingleses dispunham de duas escolas.⁴¹⁰¹ Entrariam em desavenças com a Companhia de Moçambique e a do Luabo, por causa da prestação de trabalhos de certas famílias àquelas e aos religiosos.⁴¹⁰² A relação com a Companhia de Moçambique agravar-se-ia em 1906, tendo esta suspenso o subsídio que, até então, atribuíra à Missão.⁴¹⁰³

Solicitam os missionários ajuda para problemas e conflitos com que se defrontam nas suas relações com os africanos. Teriam sido consideráveis os roubos e prejuízos feitos, em 1895, à Missão Católica de Milange pelos Matapires, excedendo bastante os cinco contos de réis, apoderando-se das provisões que a Missão tinha para mais de um ano: dinheiros e fazenda com que se projectava levantarem uma igreja; objectos de culto de muito valor; arrasando até aos fundamentos a residência dos missionários já edificada. Como os chefes estão presos e têm meios para pagar os prejuízos, é pedida a intercessão do Governador com esse objectivo.⁴¹⁰⁴

Em 10 de Dezembro de 1895, apresentaram-se no comando militar de Tete os padres e irmãs da Missão de S. José de Boroma, comunicando que estava alterada a ordem pública

⁴⁰⁹⁶ Kualani, 27/08/1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55 m. 1 (9), doc. 8.

⁴⁰⁹⁷ Portaria G.G., M1. *B.O.*, 26/03/1892, nº 13, p. 107.

⁴⁰⁹⁸ *B.O.*, 8/02/1890, nº 6, p. 70.

⁴⁰⁹⁹ Correia S. J., 1991, p. 246.

⁴¹⁰⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 247.

⁴¹⁰¹ *Id.*, *ibid.*, p. 249.

⁴¹⁰² *Id.*, *ibid.*, p. 250-251.

⁴¹⁰³ *Id.*, *ibid.*, p. 249.

⁴¹⁰⁴ Quelimane, 24 de Dezembro de 1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 17.

naquele prazo. A lancha canhoneira *Obuz* seguiria no dia seguinte para o local, recolocando-os de novo na Missão, considerando-se que os seus receios eram exagerados e a sua fuga precipitada.⁴¹⁰⁵ De qualquer modo, já havia seguido para Boroma no dia 8 uma força de seis soldados por receio de alteração da ordem pública.⁴¹⁰⁶

No comando militar do Guêngue, a 4 de Setembro de 1893, apresentaram-se alguns negros dizendo-se marinheiros de uns escaleres que transportavam para Tete dois padres da Missão de S. José de Boroma e que na ilha de Inhacarambue foram atacados por gente armada, acabando presos e com as bagagens retiradas. No dia 29, era a vez de se apresentarem os padres José Platzer e João Huberto Valleres, que tinham estado presos com o tenente Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla e seu filho na ilha de Inhacarambue, onde “soffreram bastantes insultos” e lhes foram roubadas as bagagens. Ficaram no comando porque o caminho para Tete não oferecia segurança.⁴¹⁰⁷

Nas relações entre autoridades e religiosos, a burocracia destaca-se e é dominante em todos os actos administrativos. Pedem-se autorizações para apresentação à Junta de Saúde ou à autoridade para regresso ao Reino, como a concedida a 12 de Março de 1898 ao missionário de Quelimane, Cruz Tavares.⁴¹⁰⁸

No final do século XIX tenta-se que as missões acompanhem e reforcem as possibilidades de apoio à administração. Relatório de 1887 confirma que a Casa de Sena fora confiada ao padre João Baptista Dejoux dois anos antes, sendo ele pároco e mestre de escola. Chamara-o nessa altura o superior a Quelimane para tratar de assuntos referentes à Missão. Mandara-o vir, confiando na palavra do Governador Geral, que havia dito ao padre que se poderia transferir para Quelimane em caso de urgente necessidade, havendo que avisar as autoridades, o que fora feito. Entretanto, as autoridades da vila, pensando que o padre havia abandonado o seu posto e não pretendia regressar, retiraram as chaves da Igreja, os registos da paróquia, a mesa da escola que ficara entregue ao cuidado do irmão que ali estava e diziam que não mais consideravam o padre Dejoux como pároco e mestre de escola.⁴¹⁰⁹ O padre entretanto seguiu para Sena celebrando a festa de S. Francisco Xavier em Mopeia e se restabeleceu na casa, esperando justiça. Apesar de ter corrido o boato de que o comandante de Sena o não quis reconhecer como pároco, invocando possuir ordens para o não admitir sem prévia autorização do Governador de Manica. Os padres achavam “(...) estranho que as

⁴¹⁰⁵ B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 206.

⁴¹⁰⁶ B.O., 23/05/1896, nº 21, p. 206.

⁴¹⁰⁷ B.O., 16/12/1893, nº 50, p. 702.

⁴¹⁰⁸ Residência da Missão em Quelimane, 21 de Abril de 1898, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 26 e 30 de Abril de 1898, doc. 28.

⁴¹⁰⁹ Em 1887 o P. Dejoux em Sena e o P. Courtois em Tete, eram párocos e professores da escola oficial, tarefas que lhes não deixariam muito tempo para outras tarefas. Correia S. J., 1991, p. 156.

auctoridades civis possam admittir ou destituir um padre do seu cargo, tendo meios de recorrer ao governo ecclesiastico da província!...”

A autoridade do distrito, em telegrama de 24 de Junho de 1900 para o Intendente do Chire, declara ignorar o que autoriza o Superior da Missão a requisitar passagem para Lisboa, uma vez que as viagens só podem ser abonadas por doença comprovada por delegado de saúde, por motivo de serviço ou ordem superior.⁴¹¹⁰

Importa aos religiosos fazer valer os privilégios previamente acordados junto da administração colonial e seus agentes. O Sr. António do Ó da Silva, encarregado da inspecção da Fazenda, suspendeu o privilégio que a Missão da Zambézia tinha de retirar da alfândega os objectos pertencentes à Missão livres de direitos. Funda a sua atitude na lei das pautas alfandegárias de 1892, posterior às concessões feitas pelo Ministério da Marinha e Ultramar. Mas porque a Missão sempre havia beneficiado do privilégio apesar da referida lei, o Superior das missões da Zambézia, P^e. Alexandre Furtado de Mendonça, espera que o Governador decida pela manutenção do referido privilégio, “(...) principalmente agora que a Missão tantas despesas e sacrifícios está fazendo para socorrer, quanto possível, a miséria de tantos que a fome vai pondo em perigo de vida”.⁴¹¹¹

Em Julho de 1893 pede-se que não sejam levantados entraves ao desembarque de volumes para uso e consumo das Missões na Província de Moçambique.⁴¹¹²

A colaboração com a autoridade colonial é extensível às áreas cultural e de propaganda. O P^e. Ladislau Menyharth, Superior da Missão de S. José em Boroma, organizou uma colecção cronológica de objectos, uma dendrológica de 180 diferentes madeiras e uma pequena colecção de amostras para a Exposição Colonial do Porto. Arruma-as em 5 caixas grandes para as quais pede transporte livre até ao Porto, pedindo também o frete até àquela cidade e não até Moçambique, por causa dos transtornos decorrentes das guerras do Zambeze, tanto mais que, se os objectos tivessem de esperar em Moçambique, não chegariam a tempo.⁴¹¹³

Acordam-se também com as autoridades os estabelecimentos de novas missões. A 22 de Dezembro de 1891 apresentou-se ao comandante militar, alferes Manuel Gomes Marho, o padre Superior da Missão católica de Boroma com guia passada pelo governo de Tete para escolher um local apropriado para o estabelecimento de uma Missão no comando militar do

⁴¹¹⁰ Quelimane, 24 de Junho de 1900, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 30.

⁴¹¹¹ Missão da Zambézia em Quelimane, 12 de Setembro de 1900, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 31.

⁴¹¹² Quelimane, 8 de Julho de 1893, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 31.

⁴¹¹³ Quelimane, Colégio do Bom Jesus das Missões do Real Padroado, 16 de Fevereiro de 1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (12), doc. 1. Citado em Correia, 1991, p. 266. Quelimane, Colégio do Bom Jesus das Missões do Real Padroado, 21 de Fevereiro de 1894. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (12), doc. 2.

Goengue. Em 23 seguiu para o interior, regressando no dia seguinte, uma vez escolhido o ponto denominado *Boa*. Rumaria para Tete no mesmo dia.⁴¹¹⁴

Os padres são, de igual modo, e sempre que necessário, agentes diplomáticos de que o Estado poderia lançar mão.

A 29 de Dezembro de 1882 chega a Tete o padre e sacristão Courtois.⁴¹¹⁵ Religioso, estudioso e professor, a 7 de Outubro de 1884 era louvado o pároco da vila de Tete, Victor José Courtois, pela excursão apostólica realizada às terras de Massangano.⁴¹¹⁶

A acção diplomática do P^e. Ladislau Menyharth que foi chamado pelos “Grandes” do falecido José de Araújo Lobo, “vulgo Matakenha”, dirigiu-se a Panhame a 26 de Setembro. Apresentaram-se os grandes acompanhados da mãe e mulher de Matakenha, fornecendo-lhe notícias dos últimos meses. Contra sua vontade haviam-se visto envolvidos “n’uma guerra detestável” e receavam que o governo os considerasse “rebeldes ao rei”, pelo que pediam que ele comunicasse por escrito o que verdadeiramente acontecera. Quando no princípio do mês de Agosto o Comandante Militar do Zumbo chegou à sua *aringa*, queria proceder ao envio dos espólios do falecido mas eles,

querendo apelar aas autoridades superiores, differiram a entrega dos espolios e assim incorreram quasi uma especie de desobediencia, mas não faziam isso com má vontade, mas faziam na sua perplexidade, sendo postos entre 2 fogos i. é sendo n’uma parte responsaveis ao Governo, devendo obedecer, e da outra parte sendo tambem responsaveis aos seus donos, os quaes deixaram os espolios a sua guarda (...).

Apenas quereriam que não desaparecesse nada, tendo pedido que viessem os filhos herdeiros e para retirar os espólios na sua presença. Mas o Comandante Militar optara pela força, inaugurando a guerra, com recurso a cipaio e duas peças de artilharia, fazendo um “tiroteio terrível”. Acabaria vencido, sendo-lhe retirada uma das peças, alguma munição e diversas espingardas. Na “vehemencia de combate” morreram alguns soldados e prenderam um cabo branco e outros dois militares, mas nunca tinham esquecido o respeito ao rei. Assim que o Comandante sentiu que perdera a guerra e declarou o seu fim, eles logo cessaram hostilidades apesar de ele se encontrar apenas com cinco soldados numa ilha deserta, podendo por eles ser mortos. Deixaram, contudo, que partisse para a Vila. Estão prontos a entregar a peça de artilharia, tudo o que ganharam na guerra e os prisioneiros, aguardando forma de o fazer, tudo para demonstrar respeito e obediência “ao Governo da sua Magestade d’El-Rei”. Pediam que fosse enviado Caetano d’Araujo Lobo para os espólios serem tirados na sua presença. À objecção que o religioso teria feito de que haviam sido eles a provocar o Comandante na noite de 8 de Setembro com tiros e gritos “Kambadjé! Guerra hoje!”,

⁴¹¹⁴ B.O., 2/05/1891, nº 18, p. 176.

⁴¹¹⁵ B.O., 24/02/1883, nº 8, p. 52.

⁴¹¹⁶ B.O., 20/04/1895, nº 16, p. 151.

responderam que não, que na primeira noite, nem haviam respondido ao fogo. À acusação de que haviam fechado o caminho e forçado as malas do correio, contrapunham que de nada tinham conhecimento.⁴¹¹⁷

Vários outros assuntos são tratados, no quadro dos interesses comuns entre o Estado e os religiosos na sua comum acção global, por exemplo, quando o Superior agradece o reconhecimento e prova de confiança dados à Missão Católica da Zambézia, que procurará corresponder mais com obras que com palavras, esperando inaugurar a breve prazo a importantíssima Missão de Maganja da Costa de que resultarão sólidas vantagens para o estado e para aqueles povos.⁴¹¹⁸ Os religiosos e as autoridades partilham a informação mais importante para o domínio.⁴¹¹⁹

No início dos anos 80, existem diligências para a criação de um futuro Colégio. O então Governador-Geral, Visconde de Paço d’Arcos, recebeu pedido do Governador do distrito de Quelimane, funcionários, principais proprietários e habitantes do distrito, em que mostravam a necessidade do estabelecimento na vila, de uma “(...) casa d’educação para seus filhos e para os filhos dos portugueses da alta Zambezia”.⁴¹²⁰ Para esse efeito, haviam os proponentes já subscrito a quantia de doze contos de réis, destinados à construção do edifício próprio, dispondo de internato para trinta educandos. Os requerentes comprometiam-se, sob palavra do Governador de Distrito, a concorrer por subscrição permanente para a manutenção do estabelecimento escolar, assim que o governo votasse uma verba, também permanente, e que se pudesse contar como efectiva (mesmo que relativamente pequena), para que apenas restasse cobrir o resto da despesa. Os requerentes prestavam-se ainda a ceder uma sala do edifício que entretanto construiriam, para nela se criar uma escola régia de primeiras letras, o que comportaria a vantagem de implicar uma economia, à câmara, de treze mil e quinhentos réis mensais, que era quanto esta pagava pela renda da casa onde funcionava a escola. A quantia poupada poderia, se a câmara assim o entendesse, reverter em benefício do novo estabelecimento de ensino, ou em outra aplicação julgada útil.

Os representantes obrigavam-se, ainda, a formular os estatutos do estabelecimento escolar para ulterior aprovação do governo, sob cuja a fiscalização directa deveria encontrar-se. Seriam empregues no mesmo estabelecimento como director e professores os missionarios do Cernache do Bonjardim, “(...) ou aquelles indivíduos que o mesmo governo indique e nomeie, com tanto que a educação dos alumnos, tenha como base o estudo das línguas

⁴¹¹⁷ Missão de S. Pedro Claver, em Zumbo, no caminho aos 28 de Setembro de 1896. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 5 m. 1 (11), doc. 1.

⁴¹¹⁸ Quelimane, Colégio do Bom Jesus, 19 de Abril de 1893, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 5.

⁴¹¹⁹ Quelimane, residência da Missão, 23 de Setembro de 1895, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 14; *B.O.*, 15/12/1894, nº 50, p. 629.

⁴¹²⁰ *B.O.*, 25/02/1882, pp. 96 e 97.

portuguesa, ingleza, franceza, contabilidade commercial, geographia, e principios religiosos.”

⁴¹²¹ Salientam ainda que “(...) é sobre maneira util e absolutamente preciso o estabelecimento proposto; por isso que não é justo que os filhos de portugueses, só porque são nascidos em terra africana, fiquem sem a educação que pode ministrar-se-lhes no reino, e que aqui é impossível na actualidade”. ⁴¹²²

Consideram, também, “(...) que a iniciativa patriótica dos habitantes de Quelimane, é merecedora de toda a contemplação (...)”, tanto mais que “(...) a despeza a fazer por parte da fazenda será pequena em absoluto, e mesmo insignificante com relação ao fim que se pretende; e (...) que a verba orçamental para subsidio a estudantes, e sustentação do seminário da prelazia, não se tem dispendido, nem dispende, por não existir tal seminário, nem haver educandos no reino”. ⁴¹²³

O estabelecimento educativo destina-se “(...) especialmente á educação de jovens do sexo masculino filhos de portugueses dos districtos da Zambezia. E ainda á de jovens d’outros pontos da provincia, que para o estabelecimento sejam mandados por seus pais ou tutores.” Deverá receber alunos internos, semi-internos, e externos, mediante o pagamento a fixar nos estatutos regulamentares. Compromete-se o governo ao financiamento do estabelecimento, reservando para esse efeito o rendimento do mussoco do prazo da Coroa denominado Quelimane do Sal, devendo a quantidade que faltar depois de aplicado o referido rendimento e mensalidades pagas pelos alunos ser preenchida por subscrição publica. A administração das contas do estabelecimento fica a cargo de uma comissão escolhida entre os subscritores fundadores que, com os recursos indicados, pagará ao director e professores, assegurando todas as outras despesas do estabelecimento. ⁴¹²⁴ O rendimento a entregar pela Fazenda apenas será efectuado aquando do início de funcionamento do colégio, devendo os seus estatutos regulamentares ser elaborados pela comissão de subscritores e sujeitos a posterior aprovação do governo em portaria de 25 de Fevereiro de 1882. ⁴¹²⁵

O padre jesuíta Francisco Antunes, Cura de Tete, em Abril de 1882, fora retido em Quelimane e contactado por autoridades e habitantes tendo em vista a direcção do Colégio a fundar na localidade. ⁴¹²⁶ Ainda nesse ano o Colégio do Bom Jesus seria aberto, funcionando em casa alugada por dois anos enquanto se aguardava a construção de novo edificio. Inicialmente teria 20 alunos e, no ano seguinte 30, englobando 20 como “meio pensionistas”. ⁴¹²⁷

⁴¹²¹ *Id.*, *ibid.*

⁴¹²² *Id.*, *ibid.*

⁴¹²³ *Id.*, *ibid.*

⁴¹²⁴ *Id.*, *ibid.*

⁴¹²⁵ *Id.*, *ibid.*

⁴¹²⁶ Correia S. J., 1991, pp. 133, 154 e ss..

⁴¹²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 154.

Pedro Dupeyron S. J. escreve ao Governador do distrito, em 1884, explicando que procura dar “(...) aos filhos dos empregados publicos e de boas familias (...)” da Província uma educação “forte e cultivada” evitando as despesas enormes da sua educação na Metrópole, onde os meninos perdem muitas vezes o afecto dos pais e desistem do “progresso” da colónia. Por outro lado, pretende corresponder aos “ardentes desejos” do Bispo e prelado de Moçambique e dele próprio em “ocupar o mais possível a formação intelectual moral e religiosa dos Cafres” do país, estabelecendo entre eles uma escola onde possam ser educados e se necessário sustentados gratuitamente. Além da “educação moral e religiosa que é sempre o principio e a base fundamental de toda verdadeira civilização (...) importa fornecer aos meninos os meios de rendimento através do ensino da agricultura e as várias artes de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, alfaiate, etc”. Assim, para o Colégio necessita-se de um número considerável de empregados e para a “escola dos Cafres” e respectivo ensino da agricultura e artes um terreno visando o sustento de 100 a 200 negros. Solicita a intercessão junto do Governador-Geral da Província para conseguir 100 hectares de terreno nos prazos Anguasi ou S. Paulo ao Norte da vila.⁴¹²⁸ O mesmo padre, a 21 de Abril de 1890, na sua qualidade de Chefe da Missão de Quelimane e director do Colégio do Bom Jesus, solicita concessão, por aforamento, de um terreno baldio no prazo Anguase. Em Julho, pede que se proceda à medição, demarcação e confrontação, de acordo com o estipulado na portaria provincial nº 142 de 21 de Abril de 1890 que concede o referido terreno, por aforamento, ao Colégio do Bom Jesus.⁴¹²⁹

O colégio exige colaboração da administração colonial para as actividades missionárias. Em Agosto de 1887, o P^o. missionário Victor Courtois, informa que recebeu uma porção de “palopalos” destinados às obras do Colégio, cortados por licença de 13 de Junho no prazo Olinda. A madeira está na praia, perto da casa de José Militão Nunes, para ser verificada e medida.⁴¹³⁰

Em Dezembro desse ano, o P^o. Victor Courtois, como superior, pede que lhe seja abonada passagem para Moçambique, em virtude de ter sido aí chamado pelo Bispo.⁴¹³¹

Em 1887, o relatório da actividade do Colégio do Bom Jesus de Quelimane explica que a Missão da Zambézia confiada aos padres da companhia de Jesus inclui quatro casas: a de Quelimane, Sena, Tete e Boroma.⁴¹³²

A casa de Quelimane foi confiada, desde a sua fundação, aos padres Antunes, Dejoux, Gabriel, então falecido, e ao actual superior Courtois. Em 1887 ali trabalharam Courtois,

⁴¹²⁸ Colégio do Bom Jesus, 11 de Dezembro de 1884. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (6), doc. 1.

⁴¹²⁹ Quelimane, 2 de Julho de 1890. *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (1), doc. 8.

⁴¹³⁰ Quelimane, 4 de Agosto de 1887, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 3 (3), doc. 1. José Militão Nunes, europeu, foi director da alfândega de Quelimane. Morreria, com 54 anos, em 22 de Janeiro 1891. *B.O.*, 7/03/1891, nº 10, p. 91.

⁴¹³¹ Quelimane, 5 de Dezembro de 1887, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 3 (3), doc. 2.

⁴¹³² *Id.*, *ibid.*, p. 274.

Antunes, Rabier (regressado a França); os escolásticos padres André e Ronchi; dois irmãos coadjutores Peraudin e Vandenabeles. O colégio do Bom Jesus está anexo à residência, sendo o seu fim “(...) a educação religiosa e instrução moral e científica dos alumnos de boa índole e de certa condição.” Externos e internos. Abertas as aulas em Junho de 1882, cerca de 180 rapazes foram inscritos. Já sete dos primeiros alunos foram admitidos em Lisboa onde terminariam a educação. No último ano lectivo apenas existiram 26 alunos, 10 internos e 16 externos, número considerado reduzido. Os motivos para tão baixa frequência foram as dificuldades pecuniárias e a falta de meios para instruir maior número de alunos. Apenas metade dos internos podia pagar regularmente as mesadas e entre os externos a frequência de quase todos era gratuita. De uma forma geral, os que pagavam faziam-no mediante a prestação mínima de 500 réis para os que começam a ler e escrever e 1000 réis para os mais adiantados. Os internos pagam 9000 réis incluindo alimentação, cama e fornecimento de mobília e utensílios da escola. A maior parte dos pais não pode pagar “(...) e geralmente há tanto descuido pelos pequenos, que nos vemos obrigados a fornecer-lhes o vestuário, calçado e o mais que lhes é necessário.” Acrescentam que “(...) os pequenos vêm sem nenhuns principios de instrução e por isso é necessário da parte dos professores um grandíssimo trabalho para poderem alcançar algum aproveitamento com tão rudes inteligências!”⁴¹³³ Aconselha-se ainda a existência de uma comissão encarregada de fornecer meios de subsistência aos internos pobres “(...) e que ao menos cada professor, embora não fosse sacerdote, mas proposto pelo superior, recebesse a ajuda do governo a titulo de missionário.”

Esperavam ainda os religiosos “obter alguns favores”, para não serem sobrecarregados de impostos no desempenho da sua missão. Exemplificam com a compra que efectuaram de uma casa para as irmãs da caridade a fim de lhes servir de habitação e a que teria sido imposto o pagamento de décima. Igualmente de uma lancha a vapor necessária para socorro aos missionários estabelecidos no Zambeze, em relação à qual, apesar do pedido de imunidade de direitos de alfândega, tiveram que proceder aos respectivos pagamentos e “(...) o que é mais incrível é uma multa de 30\$000 réis que nos foi imposta dois dias depois, por ter o capitão mudado a dita lancha, para mais perto da nossa casa, sem licença previa (...)”. Lamentam ter de notar “(...) com respeito á alfandega, que ella nos applica, com todo rigor, os direitos das cousas para o consumo d’este collegio, até mesmo o vinho para as missas!” Explicam que, ao terminar a missa, um padre professor ensina o catecismo aos criados de casa, a algumas crianças pobres e pretos de fora, e durante a semana aos meninos que se podem reunir.⁴¹³⁴

⁴¹³³ *Id.*, *ibid.*, p. 275.

⁴¹³⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 274.

Em 1888 realizam-se no Colégio exames nas disciplinas de “bom comportamento”, “instrução religiosa”, “gramática portuguesa”, “ditado”, “francês”, “aritmética”, “geografia de Portugal”, “caligrafia” e “leitura”, presididos pelo Governador do distrito, João Manuel Guerreiro de Amorim.⁴¹³⁵ No relatório desse ano, o P^e. Francisco Antunes mostra que “(...) para que o aluno possa falar de uma maneira razoável o português e desempenhar cabalmente as suas responsabilidades de um emprego, é preciso retirá-lo do meio da família cafre e levá-lo para um internato.”⁴¹³⁶

Outro relatório do mesmo padre datado de 21 de Maio de 1889 indica que, no ano anterior, o padre Victor Courtois deixara a direcção do colégio do Bom Jesus, voltando a Tete como missionário e pároco da vila, ficando o estabelecimento a seu cargo.⁴¹³⁷ Segundo o Regulamento Geral do Colégio, o ano lectivo acaba no fim do mês de Outubro e começa no princípio do mês de Dezembro. Os exames verificaram-se no fim do ano lectivo, depois de 15 de Outubro, durante alguns dias, sendo examinadores o padre José Henry e o professor escolástico (em ordens menores) Emílio André, sob presidência do director do colégio. Os alunos eram interrogados durante quinze minutos por cada um dos examinadores sobre cada uma das matérias. Ao acto, assistem só o pessoal do colégio e os alunos internos e externos. Apesar de exames privados, assumem-se como de grande importância na educação dos alunos.

As expectativas de que os alunos venham a adquirir o que se considera um bom domínio da língua portuguesa não são muito elevadas:

O educando, Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo, permita-me esta reflexão, habituado, desde que repousou nos braços de sua mãe, a não fallar senão a lingua cafre, e que todo e qualquer outro idioma lhe é desconhecido, nunca poderá fallar a lingua portugueza, não digo na sua expressão genérica, mas nem ainda de uma maneira razoável para que possa desempenhar as obrigações de um emprego, que possa vir a ter n'esta província. Há um meio, sem duvida, para se poder evitar esse inconveniente, e tambem será fácil pô-lo em execução uma vez que as famílias dos educandos se deixem compenetrar d'este principio, que é necessario retirar o educando do Meio da família cafre, leval-o para um internato, onde como em um tirocínio possa aprender prática e até theoricamente a lingua portugueza, ou outro qualquer idioma, que tenha a sua grammatica; e estudando-lhe os seus elementos e as regras da sua formação possa ficar hábil para comprehender o seu proprio idioma, para corrigir-lhe os erros e até dar-lhe a forma de uma lingua culta.

O problema da língua só poderia ser resolvido desenraizando o aluno das suas origens.

Aquando da cerimónia da atribuição dos prémios dos exames, foi apresentada uma farsa “Hygiene rural”, tradução de Castilho, e uma comédia em cinco actos traduzida do francês e aumentada, o “Mestre Patalino”, às famílias dos alunos presentes. Seguiram-se as

⁴¹³⁵ Correia S. J., 1991, p. 158.

⁴¹³⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 158.

⁴¹³⁷ *B.O.*, 27/07/1889, n° 20, p. 456.

férias até cinco de Dezembro. No final do ano saíram três alunos internos “dos maiores e mais antigos no collegio” e que as famílias queriam empregar no comércio. Restariam apenas entre oito a dez alunos. A frequência dos externos é muito incerta.

O horário dos alunos é rigorosamente estabelecido: nos dias de aula, o início é às 6 horas com oração da manhã; meia hora depois, missa; 7 horas, estudo até ao almoço e recreio às 7.45 horas; A escola começa às 8 e meia até ao recreio das 10.15; segue-se o curso de francês e novo recreio às 11.15; às 11.30 Jantar e recreio; o período de estudo decorre da 1 às 2 horas, altura do “Terço” e recreio; às 2 e meia novamente “Escola” até ao recreio das 4 e meia; às 5 horas “Estudo” até às 6 e meia, hora da Ceia e recreio; às 8 da noite oração da noite e Deitar. Nos domingos e festas o levantar é às 6 e meia seguido às 7 da Oração da manhã e Estudo até às 7 e 45, altura do Almoço; às 8 é a Missa seguida às 9 pelo Desenho – Academia e Recreio às 10. Às 10.30 Estudo até ao Recreio das 11.15 seguido do Jantar e recreio das 11.30; às 2 é a vez da Civilidade, canto, terço – Recreio seguida, às 3 de Estudo e às 4 da Bênção do Santíssimo Sacramento; às 4.30 Passeio seguido da Ceia às 6 e meia e da Oração da noite – deitar às 8. À Quinta-feira ou feriado simples o Levantar e a Oração da manhã correm pelas 6 horas seguidos pela Missa das 6.30; 7 é a hora para o Estudo até ao almoço das 7.45 e o recreio das 8. Às 9 Desenho – Academia, seguido do recreio das 10 e Estudo meia hora depois; 11.45 novo Recreio até ao Jantar – Recreio às 11.30; Civilidade, canto, terço, recreio às 3 horas; seguida de Estudo até às 4, altura de passeio até às 6.30 Ceia. 8 horas Oração da noite e deitar. O horário é observado com pequenas alterações imprimidas por algum “exercício extraordinário de piedade”, como novenas em preparação para festas, alunos que recebem baptismo ou fazem a primeira comunhão.

Para o sucesso da educação são considerados imprescindíveis: uma acção decidida dos missionários, o apoio das famílias e o do Estado.⁴¹³⁸ Os prémios oferecidos pelo Governador do distrito de Quelimane, João Manoel Guerreiro d’Amorim, distinguem várias áreas – “Bom comportamento”; Instrucção religiosa”; Grammatica portugueza”; “Dictado”; “Francez”; “Arithmetica”; “Chorographia de Portugal”; “Calligraphia”; “Leitura”.

O Colégio encerraria por razões económicas em 1890, enquanto se abria uma escola para externos que seria frequentada por muitos negros e por alguns “muzungos” e mestiços.⁴¹³⁹ A partir desta data funcionará somente como externato, sendo frequentado, no ano seguinte, por 30 a 40 educandos.⁴¹⁴⁰ Em 5 de Agosto de 1894 passaria a chamar-se residência do Coração de Jesus e nesse mesmo ano fecharia a aula de instrução primária

⁴¹³⁸ *Id., ibid.*, p. 456-457.

⁴¹³⁹ Correia S. J., 1991, p. 158.

⁴¹⁴⁰ *Id., ibid.*, 1991, p. 184.

mantida até então, para reabrir no ano seguinte.⁴¹⁴¹ O P^e. Boucher dirige a escola primária dos jesuítas em Quelimane, de 1894 a 1896.⁴¹⁴²

Apesar de religioso, o Colégio do Bom Jesus de Quelimane encontra-se sob a tutela do Estado. O professor Luiz Gonzaga Baccher S. J. envia mapa de movimento da Missão do Sagrado Coração de Jesus em Quelimane dos 1º e 2º trimestres de 1895.⁴¹⁴³ Em 1896, por pedido do Governador de Distrito, a Missão passa a assegurar o ensino público masculino que era ministrado em duas escolas, recebendo os missionários a gratificação que estava anteriormente prevista para os professores.⁴¹⁴⁴ Em Quelimane, no fim de 1899, há escola do sexo masculino a cargo dos missionários da Missão da Zambézia com entre 135⁴¹⁴⁵ a 150 alunos que cursam Instrução Primária⁴¹⁴⁶

Sobre a casa de Tete, relatório de 1877 indica que foi aberta em Agosto de 1881 pelo padre Antunes. Após três meses de actividade, o padre teve de se retirar, por doença, para Quelimane. Em Agosto de 1882 o padre Moulinard tomava posse da paróquia, mas faleceria de febre biliosa em 24 de Outubro. Chegaria, em Dezembro de 1882, o padre Courtois, que fez as vezes de pároco e missionário até ao fim de Julho de 1886, altura em que foi substituído pelo padre Hiller.⁴¹⁴⁷ Sobre a instrução, refere que há muita “indolencia” da parte dos alunos e faltam livros e outros utensílios. Em fins de Outubro desse ano de 1887, 63 alunos frequentavam as aulas.⁴¹⁴⁸ Na Missão de S. Pedro Claver de Resiko, no Zumbo, também decorrem aulas.

No final de século, apesar das dificuldades, a administração procura conhecer e divulgar a frequência de alunos registada. Em 1890 existiriam 70 alunos em Boroma.⁴¹⁴⁹ Em Dezembro de 1892 ali funcionam escolas dos dois sexos. Nessa altura o Governador de Distrito nota que vai “(...) d'ora avante pedir mapas” e que existe no Zumbo uma escola do sexo masculino.⁴¹⁵⁰

Em Março de 1893, no distrito de Tete informa-se que não consta informação das missões de Boroma e S. Pedro Claver do Zumbo,⁴¹⁵¹ situação que se mantém em Outubro de 1895.⁴¹⁵²

O P^e. Ladislau Menyarth envia mapa, em Dezembro de 1895, onde refere uma classe com 4 subdivisões, num total de 118 alunos, 2 externos e os restantes internos. 4 mestiços,

⁴¹⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p. 189.

⁴¹⁴² *Id.*, *ibid.*, p. 263.

⁴¹⁴³ Quelimane, na residência da Missão, 10/08/1895. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 55, m. 3 (8), doc. 1.

⁴¹⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 190.

⁴¹⁴⁵ Quelimane, 12 de Dezembro de 1899, *A.H.M.*, *Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 29.

⁴¹⁴⁶ Segundo Correia S. J., 1991, p. 198.

⁴¹⁴⁷ O P. Hiller compôs um catecismo de doutrina cristã na língua de Tete em 1884. Correia S. J., 1991, p. 137.

⁴¹⁴⁸ *B.O.*, 27/04/1889, nº 17, p. 274.

⁴¹⁴⁹ Correia S. J., 1991, p. 147.

⁴¹⁵⁰ *B.O.*, 8/04/1893, nº 14, p. 208.

⁴¹⁵¹ *B.O.*, 26/08/1893, nº 34, p. 510.

⁴¹⁵² *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182

114 pretos. 100 cristãos, 18 gentios. Em observações lê-se que a escola das raparigas não funcionou registando-se apenas 3 candidatas. Faz-se a distinção “racial” com precisão.⁴¹⁵³

Sabe-se que o Reverendo Luiz Gonzaga Dialer, da Missão do Zumbo é nomeado para serviço em 1 Junho 1896, quando já desempenhava funções desde 1 de Abril.⁴¹⁵⁴

Em 1898, na Missão de S. Pedro Claver em Zumbo, todos os alunos (entre 77 e 87) são crianças.⁴¹⁵⁵ Inclui maioritariamente pretos (72 a 86) e alguns “mestiços” (1 a 7). De religião “cristã”, 60 a 75, “outras”, de 0 a 20, “maometana” de 0 a 10. O mês de maior frequência foi Dezembro com 87 crianças, 1 “mestiço”, 86 “pretos”. 71 de religião “cristã”, 16 em “outras”.⁴¹⁵⁶ A escola parece, pois, integrar uma quase exclusiva presença de africanos.

A paróquia Missão de S. José de Lhanguene foi fundada por D. António Barroso em 21 de Junho de 1892 denominando-se Missão de S. José de Maxanguene, depois Lhanguene. O seu primeiro pároco foi o padre Augusto Soares Pinheiro e o vigário paroquial padre José da Cruz. A capela, construída por mandado do padre António Dias Simões foi dedicada a S. Francisco Xavier, encontrando-se a cerca de 4 km da localidade. A primeira escola começou a funcionar a 3 de Fevereiro de 1893, com 23 alunos. Posteriormente aí seriam criadas oficinas.⁴¹⁵⁷

Nela prestaram serviço homens como Francisco José da Matta, Presbítero, nomeado a 16 Fevereiro de 1894, por portaria nº 12 do Governo Eclesiástico para exercer o lugar de coadjutor da Missão de S. José L'hanguene em Lourenço Marques.⁴¹⁵⁸ Do Reverendo José Rodrigues de Oliveira, encontramos uma primeira nomeação para o Mossuril, a 10 de Julho de 1892, em portaria 318.⁴¹⁵⁹ Novamente nomeado a 16 de Fevereiro de 1894, por portaria nº 11 do Governo Eclesiástico, seria exonerado por parecer da Junta de Saúde, deixando de exercer o lugar de coadjutor da Missão de S. José Lhanguene em Lourenço Marques.⁴¹⁶⁰

A 6 de Novembro de 1895, António Enes publica em Lourenço Marques a extinção da missão de S. José de L'hanguene e a criação de outra em diferente local, por causa dos “grandes ultrajes com o estado de rebelião dos indígenas” e correspondente dispersão da população aí existente.⁴¹⁶¹

Na escola da Missão, no mês de Setembro de 1898, só existiram aulas de manhã.⁴¹⁶² No ano seguinte, foi frequentada por adultos (entre 37 e 48) e crianças (entre 45 e 72). Com uma

⁴¹⁵³ Missão de S. Pedro Claver de Resiko, em Zumbo, s. d.. A.H.M., Gov. Dist. Zumbo, cx. 8.3, m. 2 (62), doc. 1.

⁴¹⁵⁴ B.O., 6/06/1896, nº 23, p. 222.

⁴¹⁵⁵ B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341, B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴¹⁵⁶ B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴¹⁵⁷ Informações retiradas do sítio da Internet www.salesianos.com, da responsabilidade dos Salesianos em Moçambique – Missão de S. José de Lhanguene.

⁴¹⁵⁸ B.O., 24/02/1894, nº 8, p. 106.

⁴¹⁵⁹ B.O., 16/07/1892, nº 29, p. 275.

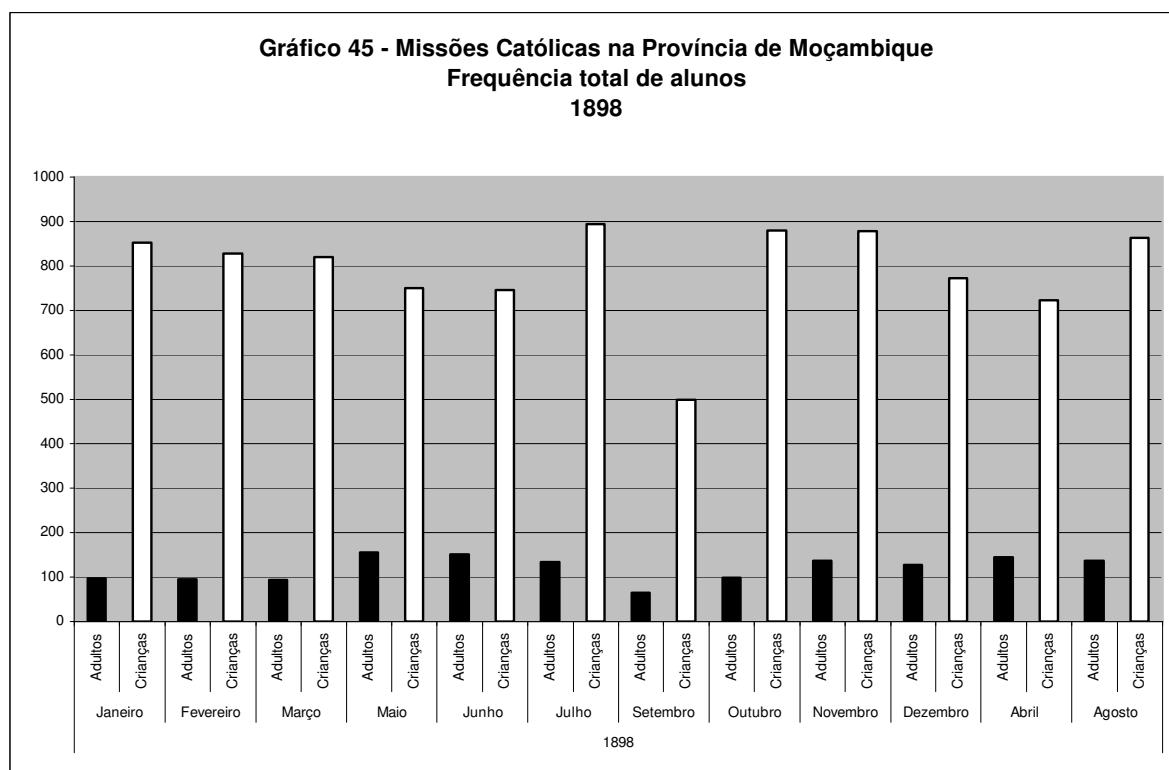
⁴¹⁶⁰ B.O., 24/02/1894, nº 8, p. 106.

⁴¹⁶¹ *Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique* António José Ennes, 1896, p. 87.

⁴¹⁶² B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

frequência essencialmente indígena, foi maioritariamente concorrida por “pretos”, entre 79 e 93 e “mestiços”, entre 7 e 16. De religião “cristã” entre 37 e 55 alunos, “outras” entre 42 e 54. O mês da maior frequência foi Dezembro, com 109 alunos. 37 adultos e 72 crianças. 16 “mestiços” e 93 “pretos”. 55 de religião “cristã”, 54 “outras”.⁴¹⁶³

Na Missão da Zambézia em Quelimane, registamos em 1898 temos um mínimo de 106 em Junho e 135 em Outubro.⁴¹⁶⁴ Das 135 crianças existentes em Outubro, 2 são “europeus”, 1 “branca natural”, 132 “mestiças”. De religião “cristã” 109, 12 “maometanas”, 14 “outras”. Este é o único mês em que todos os alunos aparecem registados como crianças. Nos outros meses existe sempre uma percentagem importante de adultos. Abril, 43 para 65 crianças; Maio, 41 para 71; Junho, 41 para 65; Julho, 40 para 78; Agosto, 39 para 76; Novembro, 48 para 83; Dezembro, 48 para 85. A classificação “mestiços” abrange a maioria dos alunos, entre 107 e 132 e as designações de “europeu”, entre 1 a 2 e “brancos naturais”, entre 1 a 3.⁴¹⁶⁵



Na mesma Missão, no mês de Novembro de 1898, a frequência é de 131 alunos. 48 adultos e 83 crianças que se distribuem por “raças”: 3 “brancos naturais”, 128 pretos. Quanto a religiões, 105 são “cristãos”, 12 “maometanos” e 14 inscrevem-se na categoria de “outras”. Os responsáveis são os padres António Maria dos Reis Arraiano e Eugenio Witz. A

⁴¹⁶³ B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴¹⁶⁴ B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴¹⁶⁵ B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

classificação étnica neste documento é diferente da expressa no Boletim Oficial, onde não aparece a categoria “pretos”.⁴¹⁶⁶

No final de Dezembro de 1898, dos 131 alunos, 48 adultos e 83 crianças, 3 são apresentados como “brancos naturais” e 128 como “mestiços”. Não existem referências a negros. Quanto às religiões, são apresentados 105 como cristãos, 12 como “maometanos” e ainda 14 em “outras”. Os padres responsáveis mantêm-se.⁴¹⁶⁷ Os religiosos levavam os alunos do Colégio do Bom Jesus a representar peças teatrais populares.⁴¹⁶⁸

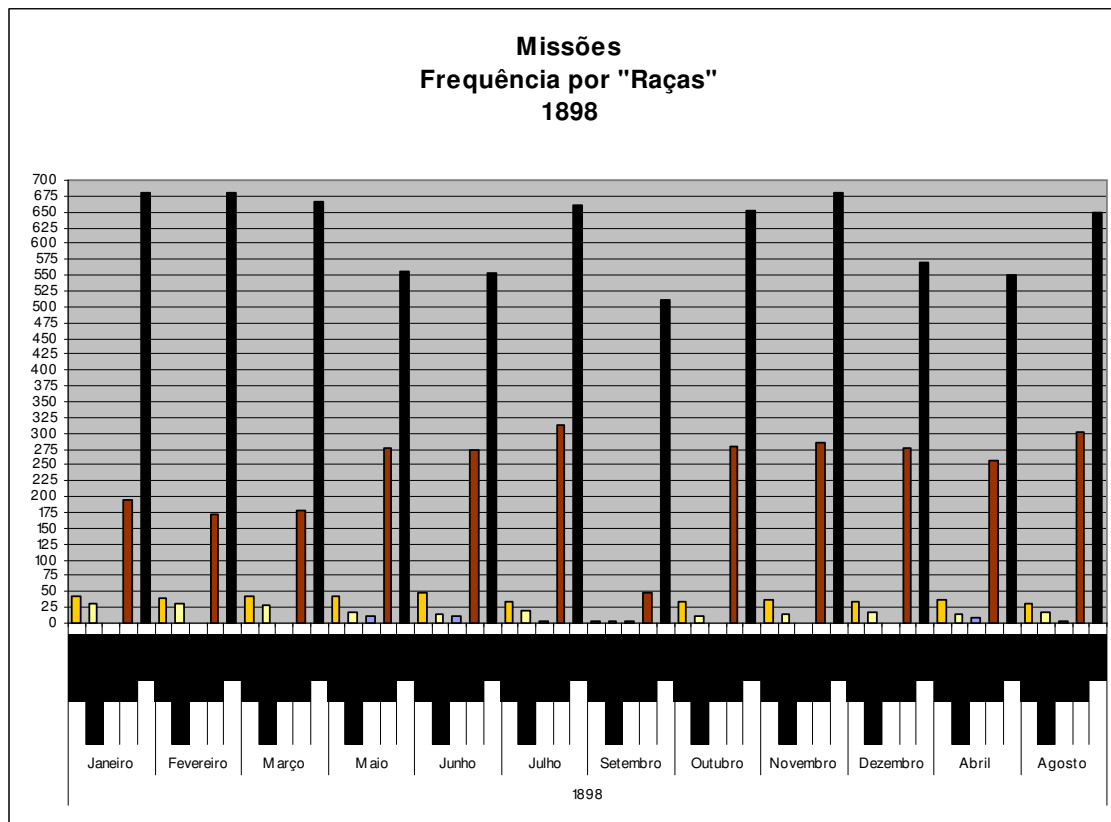


Gráfico 46 – Missões – Frequência por “Raças” – 1898.

Em 13 de Junho de 1895, pelo decreto provincial nº 63, António Enes cria, em Lourenço Marques, território de Maputo, a uma Missão religiosa em Macassene, “Santo António”.⁴¹⁶⁹ Lembra a necessidade de a “auctoridade, além de se fazer respeitar pelos indígenas, se faça estimar d’elles proporcionando-lhes os benefícios da civilização e diligenciando melhora-los intellectual e moralmente;(...)”.⁴¹⁷⁰ Dependerá a Missão do prelado

⁴¹⁶⁶ A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55 m. 3 (10), doc. 1.

⁴¹⁶⁷ Missão da Zambézia, Quelimane, 31 de Dezembro de 1898. A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 55, m. 3 (10), doc. 1.

⁴¹⁶⁸ Capela, 1995, p. 61.

⁴¹⁶⁹ Providencias publicadas pelo commissario régio na provincia de Moçambique António José Ennes, 1896, pp. 53-58. B.O., 6/07/1895, nº 27, p. 273-274.

⁴¹⁷⁰ Id., *ibid.*, p. 273.

da diocese no que se refere aos serviços religiosos; nos demais serviços estará subordinada e fiscalizada pelo Governador de Lourenço Marques. O legislador refere que fundou e dotou

(...) largamente a missão de Santo António de Macassene, segundo um plano que me pareceu conciliar os interesses da religião com o programa duma educação social, prática e adaptada a uma raça inferior e inculta. Os missionários pregariam o cristianismo e a sua moral segundo as leis da igreja, mas seriam também agentes do estado, incumbidos de ensinar aos indígenas o cumprimento de deveres cívicos, ao alcance da sua rudeza, e o exercício de funções económicas, compatíveis com as suas faculdades. Fizessem deles crentes e confessores, uma vez que os fizessem também laboriosos e úteis, e não apenas cantores automáticos de cantichão.⁴¹⁷¹

Disporá de três missionários, um deles superior, coadjuvados por dois ajudantes eclesiásticos ou seculares, preferencialmente portugueses ou estrangeiros, falando e escrevendo correctamente a língua portuguesa, ficando expressamente proibido o uso de qualquer outra língua (além do latim canónico) em qualquer situação.⁴¹⁷² Junta-lhes a língua dos indígenas do Maputo.⁴¹⁷³ Os missionários estão, de resto, obrigados à aprendizagem do idioma dos indígenas do Maputo, num período de três anos, recebendo aumento de 25% do vencimento assim que o conseguirem (ficando obrigados a ensiná-la gratuitamente aos indivíduos designados pelo Governador do distrito de Lourenço Marques), ou devendo ser retirados da Missão, caso não o consigam.⁴¹⁷⁴

Entre os vários departamentos da Missão figuram: enfermaria, observatório meteorológico, gabinete para prover à colecção de exemplares zoológicos e botânicos, fazenda agrícola e oficinas, horto botânico. Deverá dispor, entre outros instrumentos, de utensílios para o observatório meteorológico e gabinete de história natural.⁴¹⁷⁵ Cabe-lhe a constituição de colecções num gabinete de zoologia e botânica. O governo fornecerá de uma só vez os aparelhos necessários para o observatório meteorológico e gabinete de história natural, e estas colecções ficariam pertencendo ao Estado. É recomendada atenção especial ao director do gabinete de história natural em relação ao estudo e recolha de plantas medicinais conhecidas pelos indígenas. Regista-se a existência de uma escola de primeiras letras para ambos os sexos dirigida pelo missionário prelado da diocese, sendo a frequência inteiramente gratuita. Deveria o governo do distrito fornecer edifício mobilado para o seu funcionamento, sendo as restantes despesas de conservação e substituição integralmente da responsabilidade da Missão.⁴¹⁷⁶ Ao Superior competia o envio de mapas de frequência para publicação no

⁴¹⁷¹ Ennes, 2002, pp. 206-207.

⁴¹⁷² *Id.*, *ibid.*, p. 426.

⁴¹⁷³ *Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique António José Ennes*, 1896, p. 53.

⁴¹⁷⁴ Ennes, 2002, p. 426. *Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 54.

⁴¹⁷⁵ *Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique António José Ennes*, 1896, pp. 55.

⁴¹⁷⁶ Ennes, 2002, p. 427.

Boletim Oficial.⁴¹⁷⁷ Prevê-se igualmente uma cerimónia a 13 de Junho de cada ano, contando com a presença do Governador do distrito, para entrega de prémios aos alunos mais distintos.

A área destinada à Missão será de 250 hectares de terreno⁴¹⁷⁸ e nela é proibido o emprego de pessoas que não sejam retribuídas por meio de salário. Uma parte destina-se à criação de um horto. É proibido à Missão, colectiva e individualmente, o exercício do comércio, podendo apenas vender os produtos dos seus terrenos. Poderá a Missão cobrar o imposto de palhota dos indígenas estabelecidos nas suas terras. A Missão terá uma dotação anual, durante quatro anos, de 2000\$000 que só poderá ser aplicada à exploração agrícola. São ainda concedidos à Missão, para residência e instalação de serviços, os edifícios do Estado situados em Macassene (que foram moradia do residente no Maputo e do professorado primário com o seu recheio), ficando a reparação quer do edifício, quer das mobílias, a cargo da Missão.⁴¹⁷⁹ Em tabela especificam-se as diversas gratificações, entre as quais a do missionário encarregado de reger a escola no valor de 250\$000 réis.⁴¹⁸⁰

O decreto provincial nº 58 de 17 de Junho de 1895, assinado por António Enes suprime as cadeiras de instrução primária para o sexo masculino e feminino no Maputo porque o ensino fica a cargo da Missão de Macassene. Os professores que forem de provimento vitalício ficam à disposição do governo da Província para serem empregados.⁴¹⁸¹ Em Janeiro de 1896 N'Guanaze, régulo do Maputo, filho da rainha Zâmbia, anterior governante do Maputo, envolver-se-ia em conflito com os padres da Missão de Santo António de Macassene. Conhecia bem a soberania fictícia dos portugueses sobre o Maputo, atacados no passado recente e por diversas vezes pelos indígenas de Lourenço Marques, em suma, um clima de intimidação constante “(...) e não pouco concorria para isso a atitude dos residentes que tinham de, a todo o transe, não *levantar conflitos* nem crear complicações, e as lisonjas prodigalisadas ao regulo pelas duas professoras que o governo, ignoro para que, lá havia instalado com uma escola.”⁴¹⁸² Em Setembro de 1894, o pedido de auxílio dos portugueses aos maputos recebeu deles a resposta, dada na companhia de um oficial alemão, Bruheim – a quem o governo português apoiaria para dele obter auxílio –, que pretensamente avançavam roubando tudo. Foram desencadeadas razias contra o régulo até conseguir a sua derrota.⁴¹⁸³

⁴¹⁷⁷ *Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique* António José Ennes, 1896, pp. 54.

⁴¹⁷⁸ *Id.*, *ibid.*, 1896, p. 56.

⁴¹⁷⁹ *Id.*, *ibid.*, 1896, pp. 58.

⁴¹⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 59.

⁴¹⁸¹ *B.O.*, 6/07/1895, nº 27, p. 275.

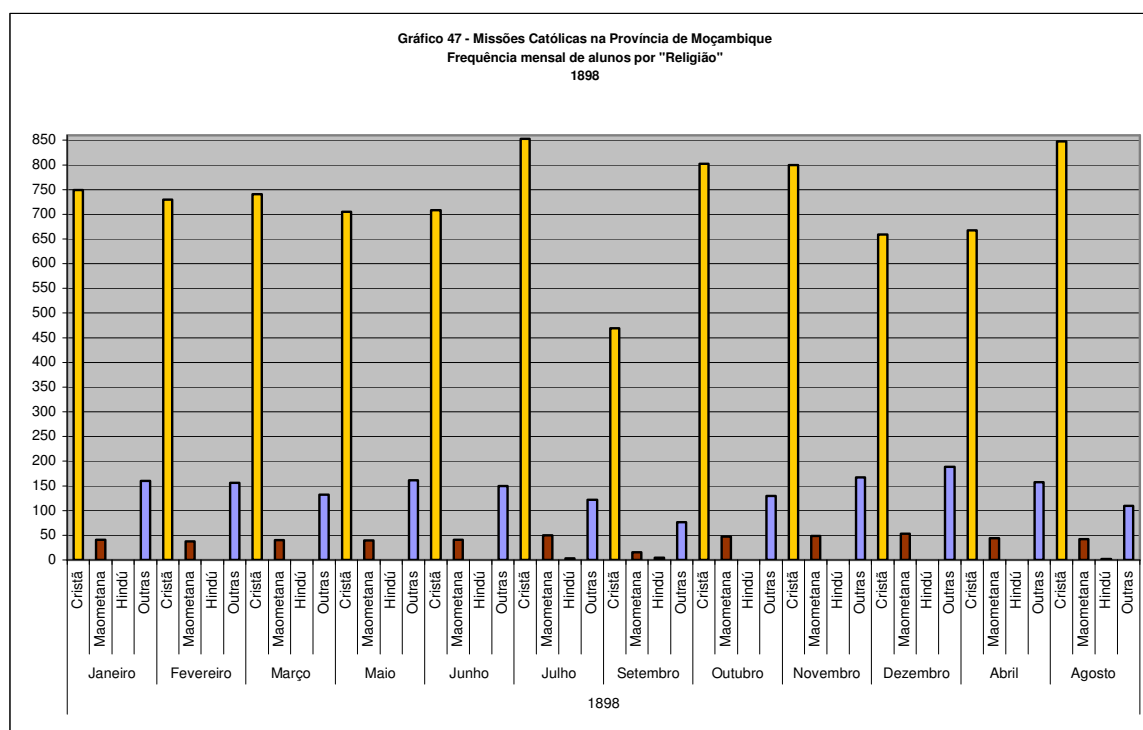
⁴¹⁸² Omellas, Couceiro, Costa e Albuquerque, 1897, pp. 241-243.

⁴¹⁸³ *Id. Ibid.*, 1897, p. 243-244.

No orçamento de 1898, para a Missão de Santo António de Macassene, com despesas de culto, enfermarias, escola, observatório e gabinete de história natural figuram 2500\$000 réis.⁴¹⁸⁴

Estabelece-se em 30 de Junho de 1885, por portaria nº 9 do Governo Eclesiástico de Moçambique, uma estação missionária no prazo da Coroa, Boroma, dirigida pelo presbítero João Hiller, missionário do Real Padroado Português, com a designação de vigário missionário de Boroma.⁴¹⁸⁵ Inicialmente dependente de Tete, em 1887 será Missão independente.⁴¹⁸⁶

Em portaria nº 387 de 24 de Setembro de 1887, o padre João Hiller, vigário da freguesia de S. Tiago Maior da vila de Tete representando a Missão da Zambézia, pede por aforamento um terreno de 500 hectares no prazo de Boroma. Pretende aí edificar uma igreja, escola, oficinas, habitações para os padres e proceder a arroteamentos e cultivo.⁴¹⁸⁷



No ano seguinte, refere que as povoações que se situam perto da Missão enviam as crianças à escola.⁴¹⁸⁸ Nos anos seguintes, a 20 quilómetros de Tete situava-se a Missão jesuíta de S. José, "(...) hoje arrematante do prazo Baroma onde educam umas cinquenta creanças

⁴¹⁸⁴ Suplemento ao Boletim Oficial nº 26 de 1898, p. 71.

⁴¹⁸⁵ B.O., 25/07/1884, nº 30, p. 189.

⁴¹⁸⁶ Correia S. J., 1991, p. 133.

⁴¹⁸⁷ B.O., 24/09/1884, nº 39, p. 436.

⁴¹⁸⁸ Correia S. J., 1991, p. 141.

indígenas ensinando-lhe vários officios e lingua portugueza.”⁴¹⁸⁹ As instalações e estrutura da Missão eram significativas.⁴¹⁹⁰ Existiam 40 crianças, na sua maioria resgatadas da escravatura.⁴¹⁹¹ A partir desse momento, acentua-se o desenvolvimento da Missão.⁴¹⁹² Dois anos mais tarde os padres inscrevem 160 rapazes e 130 raparigas.⁴¹⁹³

A 28 de Maio de 1889, o padre João Hiller, assinando como missionário, envia mapa estatístico da instrução primária da Missão de S. José de Boroma. A Missão tem 50 alunos; 47 internos e 3 externos. Todos frequentam “doutrina cristã”, “História bíblica”, “tabuada”, “língua portuguesa”. 15 deles frequentam “Gramática portuguesa”; 16, “Aritmética de 4 operações”; 26, “Ler”; 23, “Soletrar”; 6, “Ofício de alfaiate”. Em nota ao documento esclarece-se que além “(...) da escola d’instrucção primaria trabalham todos no campo para acostumar-se a uma vida regular e trabalhadora que é o fundamento de toda civilização.” Em “Observações” pode ler-se “1) Para introduzir uma regular agricultura e outros officios faltam a missão os terrenos convenientes, as plantações que a missão começa fazer devem sê-lo fora do prazo Boroma com grande incommodo. 2) Informa-se ainda que os internos são sustentados a custa da missão gratuitamente.”⁴¹⁹⁴

Em Agosto de 1890 o P^e. Courtois abandona Tete deixando as residências de Boroma e da vila sob a responsabilidade do P^e. Czimmermann.⁴¹⁹⁵ No mesmo ano, no mês de Outubro, registam-se 55 alunos internos e 5 externos.⁴¹⁹⁶

Esta prática dos missionários é condenada por muitos, uma vez que, apesar da intenção, não deixa de estimular o mercado de escravos. Em 1892, na sua visita à Missão, o P^e. Moura é informado de que os alunos e a aluna existentes haviam sido comprados para, desse modo, os retirar à escravatura.⁴¹⁹⁷ Do ponto de vista burocrático e nas relações com o governo de distrito há discrepâncias nas informações, nomeadamente no número dos que a frequentam. Faltam os dados e o Governador comenta em Dezembro de 1892 que “No Boroma funcionam escolas dos dois sexos às quais vou, d’ora avante pedir mapas. Há no Zumbo uma escola do sexo masculino.”⁴¹⁹⁸ Em Março de 1893 e ainda sobre a Escola de Instrução Primária da Missão de S. José de Boroma – Oficina Escolas, refere que no distrito de Tete não consta informação das missões de Boroma e Zumbo”⁴¹⁹⁹

⁴¹⁸⁹ Castel-Branco, 1891, p. 189.

⁴¹⁹⁰ José Capela assinala o conjunto das missões de Boroma e Mirurio, em Tete classificando os edifícios de “memoráveis” pela sua “envergadura” ainda que não pela “qualidade architectónica” que é demonstrativo do esforço e empenho dos missionários. Capela, 1995, p. 63.

⁴¹⁹¹ Correia S. J., 1991, p. 145.

⁴¹⁹² *Id.*, *ibid.*, p. 148.

⁴¹⁹³ *Id.*, *ibid.*, p. 147.

⁴¹⁹⁴ Boroma, 28 de Maio de 1889, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (18), doc. 1.

⁴¹⁹⁵ Correia S. J., 1991, p. 143.

⁴¹⁹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 259.

⁴¹⁹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 262.

⁴¹⁹⁸ B.O., 8/04/1893, n° 14, p. 208.

⁴¹⁹⁹ B.O., 26/08/1893, n° 34, p. 510.

Em 1894 e em nova visita à Missão, o P^e. Moura lamenta os fracos resultados da escola.⁴²⁰⁰ Neste ano, registamos uma frequência total de 97, 99, 102 e 107 alunos, respectivamente nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril.⁴²⁰¹ Em Novembro desse ano, a frequência era de 103 alunos.⁴²⁰²

Em Janeiro de 1895 situava-se nos 104 alunos.⁴²⁰³ Já entre Janeiro e Outubro desse ano o Governador continua a assinalar a falta de mapas das missões de Boroma e S. Pedro Claver do Zumbo.⁴²⁰⁴

Em 1896 o orfanato teria, no início, 40 alunos e para o final, 130, a que se juntariam 20 externos aprendendo letras e artes e ofícios. No orfanato feminino existiriam 100 internas e 40 externas, que aprendiam a ler e escrever, para além das tarefas “próprias do seu sexo”.⁴²⁰⁵ Dezembro era reservado para as férias.⁴²⁰⁶

Em 1898 os alunos são todos crianças (entre 142 e 177).⁴²⁰⁷ A grande maioria “pretos” (entre 138 e 166), existindo também alguns “mestiços” (entre 3 e 11). Todos são inscritos como “cristãos”. Janeiro é o mês de mais alta frequência, 177 alunos: 11 “mestiços”, 166 “pretos”.⁴²⁰⁸

Nos nove últimos meses de 1898 é frequentada por crianças (125 a 128) e adultos (13 a 16), esmagadoramente frequentada por “pretos” (129 a 134) e por alguns “mestiços” (9 a 10), a maioria de religião “cristã” (135 a 140) e “outras” 2 a 6. Julho foi o mês com maior número de alunos, 144, dos quais 10 “mestiços” e 110 “pretos”; 139 de religião “cristã”, 5 “outras”.⁴²⁰⁹

O Superior das missões da Zambézia, P^e. Alexandre Moreira Aranha Furtado de Mendonça, informa, no ano de 1899, em resposta a inquérito do Governador, que existem duas escolas – uma do sexo masculino e uma do sexo feminino – na Missão de S. José de Boroma (Tete), com 140 alunos do sexo masculino e 150 alunas do sexo feminino que cursam instrução primária.⁴²¹⁰

Em 1900, a instituição, agora a cargo do Padre J. M. Vollers aumenta o número de alunos e existe uma certa diversificação dos ofícios ministrados. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, frequentados respectivamente o primeiro por 180 alunos e os últimos por 178 cada. Aprendem o ofício de alfaiate 10 a 12 alunos; o de maquinista 4; 7 no de sapateiro; 13

⁴²⁰⁰ Correia S. J., 1991, p. 266.

⁴²⁰¹ *B.O.*, 1/09/1894, nº 35, p. 456, *B.O.*, 20/10/1894, nº 42, p. 546, *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 562, *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 563.

⁴²⁰² *B.O.*, 3/03/1894, nº 9, p. 119.

⁴²⁰³ *B.O.*, 6/04/1895, nº 14, p. 133.

⁴²⁰⁴ *B.O.*, 9/05/1895, nº 19, p. 182, *B.O.*, 16/05/1896, nº 20, p. 190.

⁴²⁰⁵ Correia S. J., 1991, p. 271.

⁴²⁰⁶ *B.O.*, 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁰⁷ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, nº 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, nº 25, p. 209, *B.O.*, 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁰⁸ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341.

⁴²⁰⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 341.

⁴²¹⁰ Quelimane, 12 de Dezembro de 1899, *A.H.M., Gov. Dist. Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 29.

no de pedreiro; no de carpinteiro, 12; no de ferreiro 4 e no de pintor 2. Em cada mês, 128, 126, e 136 alunos foram utilizados em outros trabalhos da casa.

O Superior interino J. M. Vollers comunica, em 31 de Julho de 1900, que a escola dos rapazes conta com 180 alunos. Destes, alguns aprendem ofícios, a saber: pedreiro – 13; carpinteiro – 12; ferreiro – 4; pintor – 2; alfaiate – 10; maquinista – 4; sapateiro – 7. Alguns fazem manteiga, queijo, velas, para serviço da igreja. Dos restantes, alguns ocupam-se, fora das aulas, nos campos e trabalhos da casa.⁴²¹¹ No mês seguinte a frequência mantém-se.⁴²¹²

À semelhança de outras missões, verifica-se uma certa rotatividade dos missionários que aí prestam serviço.⁴²¹³⁴²¹⁴

Em 1898 encontravam-se oito missionários na Missão de Boroma e dois na do Zumbo.⁴²¹⁵ Sobre a vida quotidiana na Missão de Boroma, José Capela assinala, reportando-se à última década de noventa, que os alunos dispunham de duas refeições por dia, que consumiam com o auxílio de um prato de ferro e uma gamela de pau.

A refeição era composta pela invariável farinha de sorgo cozida em água e pelo molho com feijão, carne, peixe ou legumes. Em dias de festa, um prato extraordinário. Era frequente os alunos atearem fogueiras, depois da refeição, sobre as quais suspendiam pelas patas 20 a 30 ratos, que uma vez bem chamuscados saboreavam sofregamente. Quando apareciam, os gafanhotos transformavam-se em petisco especialmente apreciado.⁴²¹⁶

Na escola de Instrução Primária Feminina da Missão de Boroma, em Novembro de 1893, as Irmãs da Missão leccionam a 62 alunas.⁴²¹⁷ Nos primeiros quatro meses do ano seguinte as pupilas oscilam entre aquele número e as 63.⁴²¹⁸ Em Fevereiro de 1895 ascende a 95.⁴²¹⁹ Nos meses de Julho, Agosto e Setembro cifra-se em 144.⁴²²⁰

O Superior das missões da Zambézia, P^e. Alexandre Moreira Aranha Furtado de Mendonça, informa no ano de 1899, em resposta a inquérito do Governador, que a escola de sexo masculino na Missão de S. Pedro Claver em Miruru (região do Zumbo) funciona com 60

⁴²¹¹ Missão de S. José de Boroma, 31 de Julho de 1900, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (23), doc. 1.

⁴²¹² Missão de S. José de Boroma, 31 de Agosto de 1900, A.H.M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (23), doc. 1.

⁴²¹³ João Hiller, Presbítero, é nomeado em 1885, para dirigir a missão recém-criada de Boroma. *B.O.*, 25/07/1885, nº 30, p. 189; Será exonerado, a seu pedido, a 15 Setembro 1888. *B.O.*, 15/09/1888, nº p. 571. Carlos Bich, Boroma, em portaria nº 174 de 29 Março 1889 obtém licença de 120 dias de licença para se tratar no Cabo da Boa Esperança, foi professor interino de instrução primária da missão de Boroma. *B.O.*, 30/03/1889, nº 13, p. 208. Ladislau Menyharth, missionário, foi nomeado a 4 Abril de 1894, como professor de instrução primária do sexo masculino da missão de Boroma, inicia o cargo a 15 de Setembro de 1894. *B.O.*, 13/04/1895, nº 15, p. 144; Foi Superior da Missão. *B.O.*, 1/09/1894, nº 35, p. 456. Luiz Gonzaga Backer, nomeado a 1 Junho de 1896, para a missão de Boroma onde desempenhava funções desde 1 de Janeiro. *B.O.*, 6/06/1896, nº 23, p. 222. José Marques, nomeado a 22 de Janeiro de 1896, por portaria 25, sob proposta do reverendo governador da prelazia. *B.O.*, 25/01/1896, nº 4 p. 36.

⁴²¹⁴ *B.O.*, 30/03/1889, nº 13, p. 208.

⁴²¹⁵ *B.O.*, 21/05/1898, nº 21, p. 233-234.

⁴²¹⁶ Capela, 1995, p. 60.

⁴²¹⁷ *B.O.*, 3/03/1894, nº 9, p. 119. Em 6 de Abril de 1894 seguiram de Tete para a capital as irmãs da missão de Boroma, Maria das Dores e Maria Estephania. *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 563.

⁴²¹⁸ *B.O.*, 1/09/1894, nº 35, p. 456. *B.O.*, 20/10/1894, nº 42, p. 546, *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 562, *B.O.*, 3/11/1894, nº 44, p. 563.

⁴²¹⁹ *B.O.*, 6/04/1895, nº 14, p. 133.

⁴²²⁰ A.H.M., Gov. Dist. Tete, cx. 8.3 m. 3 (23), doc. 1.

alunos que cursam instrução primária.⁴²²¹ Na Missão de Miruru em 1899 os alunos do internato eram 56, tantos quantos os que restavam após a fuga de 30. Em 1900 ascendiam a 74.⁴²²²

O Superior interino J. M. Vollers comunica, no final de Julho de 1900, que a escola das raparigas dirigida pelas Irmãs da Missão conta com 144 alunas. Aprendem “tudo o que concorre a formação d’uma boa mulher: costura, lavar a roupa, passar, engomar, bordar e crochet, ponto de meia, cousinha, fazer pão, trabalhos de campo, etc.”⁴²²³ Os objectivos educativos para as meninas na Missão, visam uma educação de acordo com as bases mínimas que enformam as preocupações europeias.

Em 1907, a Missão de Miruru dispunha de quatro filiais – Campoko, Chinchendza, Nhananka e Ricico –, registando um movimento escolar de 100 rapazes e 20 raparigas.⁴²²⁴ No ano seguinte, haveria na escola central, 120 rapazes e 95 raparigas e 250 rapazes e raparigas nas escolas filiais.⁴²²⁵

Na Missão de S. Francisco Xavier, na Angónia, os responsáveis assinalavam que era aí enorme a vontade em aprender a ler e a escrever, havendo que contrariar a influência protestante.⁴²²⁶ Só em 1909 é que foi possível proceder à criação oficial da Missão.⁴²²⁷ Subsistiu até à expulsão dos religiosos decretada em 8 de Outubro de 1910.⁴²²⁸

Foi o Padre Dupeyron que, em 1890, tentou estabelecer a Missão Católica dos Santos Anjos no Kualani.⁴²²⁹ Em Maio desse ano, o Padre Félix Desmaroux compraria o local onde estabeleceria a Missão. Aí se construirá uma casa de alvenaria concluída pelo Padre Torrend entre 1893-94. O mesmo Padre voltaria a ser encarregado de evangelizar os africanos, a partir de Quelimane, entre 1895 e 1897. Em fins de 1897 o Padre José Marques foi encarregado da Missão até 1900, altura em que seria substituído pelo Padre Domingos Fernandes, fazendo incursões ao local a partir de Quelimane, onde era professor.⁴²³⁰ A estes factos se deve o seu pouco desenvolvimento neste período. Com António Maria Arraiano abrir-se-ia nova fase com o concurso de outros colaboradores, como o Padre Moreira e D. António Moutinho, responsáveis por novas construções de alvenaria.⁴²³¹

⁴²²¹ Quelimane, 12 de Dezembro de 1899, A.H.M., Gov. Dist. *Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 29.

⁴²²² Correia S. J., 1991, p. 298-299.

⁴²²³ Missão de S. José de Boroma, 31 de Julho de 1900, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (23), doc. 1; Missão de S. José de Boroma, 31 de Agosto de 1900, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (23), doc. 1; Missão de S. José de Boroma, 31 de Julho de 1900, A H. M., Gov. Dist. Tete, 8.3 m. 3 (23), doc. 1.

⁴²²⁴ Correia S. J., 1991, p. 304-305.

⁴²²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 305.

⁴²²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 308.

⁴²²⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 312.

⁴²²⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 313.

⁴²²⁹ Residência da Missão em Quelimane, 11 de Março de 1898, A.H.M., Gov. Dist. *Quelimane*, cx. 8. 49, m. 2 (6), doc. 25. “Ao querer o dito missionario tomar posse do referido terreno, oppuzeram-se a isso alguns particulares que já tinham nelles algumas plantações de palmeiras.” Ribeiro, 1910, p. 320. Cita o relatório de 26/11/1909 do Padre Antonio Maria Arraiano.

⁴²³⁰ *Id.*, *ibid.*

⁴²³¹ *Id.*, *ibid.*

Em 1904 a frequência de alunos na Missão de Coalane era de cerca de 30 rapazes.⁴²³² Cinco anos depois, o P^e. Superior Arraiano, de visita, concluía que a escola, sem internato, era inútil.⁴²³³

Em Quelimane existiu o Internato de Santa Joana, Princesa de Portugal. As irmãs do padroado ultramarino ali chegaram em Dezembro de 1899, sendo-lhes distribuído o serviço hospitalar e da escola do sexo feminino. Mais tarde, com o objecto de afastar as alunas do seu meio, tentar-se-ia constituir um internato em 1904, com o apoio da câmara municipal.⁴²³⁴

Na Escola da Missão de S. José do Mongue, José Etterlé, missionário, a 15 de Fevereiro de 1894, é nomeado para o lugar de Superior após o falecimento de Victor José Courtois.⁴²³⁵ No 2º trimestre de 1899 existem na Missão 17 alunos, 4 adultos, 13 crianças; 1 “branco natural”, 7 “mestiços”, 8 “pretos”. 14 cristãos, 3 “maometanos”, orientados pelo P^e José Lopes Rocha, que envia a 31 de Maio de 1899 um mapa de registo onde discrimina um total de 17 alunos: 4, em “Primeiras letras”; 5, “Lêr e escrever”; 6, “Ler, escrever e contar”. Todos aprendem “doutrina cristã”.⁴²³⁶

O missionário professor P^e. José Luis Quintão envia mapa em Agosto de 1900.⁴²³⁷ No 3º trimestre desse ano, temos 24 alunos: 7 adultos, 17 crianças; 1 “branco natural”, 6 “mestiços”, 17 “pretos”; 22 cristãos e 2 “maometanos”.

Em 1903, a Missão foi entregue ao cuidado dos padres do Instituto Missionário Português. Na altura estava eliminada do orçamento, “vencendo o superior d’esta missão como parocho da extincta parochia do Bazaruto, e o coadjutor como coadjutor de Inhambane”. As construções aí existentes encontravam-se muito arruinadas. Em 1904 existiam quinze alunos, todos africanos.⁴²³⁸

Em S. Luiz Gonzaga de Querimba, nos dois primeiros meses de 1898, temos 4 alunos, crianças, “brancos naturais”, de religião “cristã”.⁴²³⁹ Nos meses que se seguiram até Outubro, não houve frequência.⁴²⁴⁰ A partir daí e até final do ano, não forneceu quaisquer elementos.⁴²⁴¹

Em 1898, a escola paroquial de S. Sebastião de Moçambique é frequentada por entre 6 e 11 adultos e 1 criança, durante oito meses.⁴²⁴² Neles se incluem “brancos naturais”, entre 1 e 11 durante 5 meses, “pretos”, 1 em dois meses; “asiáticos”, 10 e 11 apenas nos dois meses de Maio e Junho; “mestiços”, 1 a 10 ao longo de cinco meses. De religião “cristã”, apenas 1 a 2

⁴²³² Correia S. J., 1991, p. 221.

⁴²³³ *Id.*, *ibid.*, p. 222.

⁴²³⁴ Ribeiro, 1910, p. 323.

⁴²³⁵ *B.O.*, 24/02/1894, nº 8, p. 106.

⁴²³⁶ Missão de S. José do Mongue, 31 de Maio de 1899. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (8), doc. 1.

⁴²³⁷ Missão de S. José do Mongue, 8 de Agosto de 1900. *A.H.M.*, *Gov. Dist. Inhambane*, cx. 8.36 m. 1 (8), doc. 2.

⁴²³⁸ Ribeiro, 1910, p. 346.

⁴²³⁹ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341.

⁴²⁴⁰ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341; *B.O.*, 22/10/1898, nº 43, p. 400; *B.O.*, 24/06/1899, nº 25, p. 209; *B.O.*, 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁴¹ *B.O.*, 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁴² *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, nº 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, nº 25, p. 209, *B.O.*, 25/11/1899, nº 47, p. 376.

alunos ao longo de 7 meses, “maometana” de 6 a 11. O mês de maior frequência foi Junho com 12 alunos, 11 adultos e 1 criança, dos quais 1 “branco natural”, 11 “asiáticos”. 1 de religião “cristã”, 11 “maometana”.⁴²⁴³ Em Agosto não houve aula por se proceder a reparações no edifício,⁴²⁴⁴ paragem a que se juntariam as férias, em Setembro.⁴²⁴⁵

No ano seguinte será frequentada por 1 adulto, em nove meses, e entre 8 e 80 crianças ao longo do ano.⁴²⁴⁶ Todos os alunos são “pretos”, tendo como religião “outras”. O mês de maior frequência foi Dezembro com 80 crianças, “pretos”, de religião “cristã”.⁴²⁴⁷ O registo da religião dos alunos é, frequentemente, pouco preciso.

A escola paroquial S. Luiz Gonzaga de Angoche foi frequentada por 25 adultos, nos meses em que dispomos informação de Maio a Julho de 1898.⁴²⁴⁸ Maioritariamente “pretos”, 22 e “mestiços”, 3. De religião “cristã” 1, “maometana” 1, “outras” 21. Em Setembro de 1898 só se leccionou de manhã.⁴²⁴⁹ De Junho a Agosto não houve alunos⁴²⁵⁰ No último trimestre de 1899 não foram fornecidos elementos.⁴²⁵¹

Na Missão de Nossa Senhora do Rosário na Beira e nos primeiros seis meses, para os que dispomos de dados, existiram entre 27 e 38 alunos.⁴²⁵² Apenas 1 dos alunos era adulto e frequentou no mês de Junho. As crianças agrupam-se em: “europeus”, entre 10 e 18, e “pretos”, entre 12 e 20. A única religião declarada é a “cristã”. Fevereiro e Março foram os meses de maior frequência, 38 alunos. Destas crianças, 18 são “europeus” e 20 “pretos”. Não foram fornecidos elementos para os meses de Outubro, Novembro, Dezembro de 1898.⁴²⁵³

Nossa Senhora da Conceição em Mossuril, em 1898, registou uma frequência entre 6 e 26 alunos,⁴²⁵⁴ todos crianças. A maioria deles, 3 a 18, “pretos” e alguns “mestiços”, 1 a 4. Quanto à religião, a maioria dos alunos é inscrita em “outras”, 3 a 24, os restantes em “cristã”, entre 2 e 4. O mês de maior frequência foi Fevereiro, com 26 alunos, 25 “pretos” e 1 “mestiço”; 2 de religião “cristã” e 24 em “outras”.⁴²⁵⁵

Em S. João Baptista do Ibo, a escola, frequentada em 1898 só por crianças registou entre 15 e 20. Apenas 1 “europeu” em Janeiro, entre 6 e 11 “brancos naturais”, 2 a 3 “mestiços”, 4 a 7 “pretos”. Todos de religião “cristã”, com excepção de 1 aluno ao longo de sete meses. Março foi um dos meses com maior número de alunos, 20, dos quais 11 “brancos

⁴²⁴³ B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400.

⁴²⁴⁴ B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

⁴²⁴⁵ *Id.*, *ibid.*.

⁴²⁴⁶ B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341, B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁴⁷ B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁴⁸ B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400.

⁴²⁴⁹ B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

⁴²⁵⁰ *Id.*, *ibid.*.

⁴²⁵¹ B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁵² B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341, B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁵³ B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁵⁴ B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341, B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25/11/1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁵⁵ B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341.

naturais, 3 “mestiços”, 6 “pretos”. 19 de religião “cristã”, 1 “maometana”.⁴²⁵⁶ Com férias em Setembro.⁴²⁵⁷

Em 1885 o P^e João Baptista Dejoux foi nomeado pároco da freguesia de N^a Sr^a do Rosário da vila de Sena e nesse mesmo ano congratula-se com o funcionamento da escola.⁴²⁵⁸ Com a sua morte em 1889, encerraria a residência de Sena.⁴²⁵⁹

Na escola, que continuava, a frequência era modesta. Até Setembro de 1898 entre 5 e 17 alunos.⁴²⁶⁰ A maioria são crianças, entre 5 e 15, existindo alguns adultos, entre 2 e 3. A maioria dos alunos são “mestiços”, 1 a 14, e os restantes “pretos”, 2 a 4. As religiões seguidas seriam a “cristã”, 1 a 14, “hindú”, 2 a 4 e “outras”, 1 a 2. Janeiro registou o maior número de alunos, 17. 15 crianças e 2 adultos; 14 “mestiços” e 3 “pretos”. 14 de religião “cristã”, 1 “maometana”, 2 em “outras”. Para o último trimestre não foram fornecidos elementos⁴²⁶¹

Na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques, entre Julho e Dezembro de 1898, a frequência oscila entre 120 e 137 alunos. Quase todos são crianças, nunca chegando os adultos à dezena. “Europeus” entre 6 e 9, “brancos naturais”, 1, em apenas dois meses, “mestiços” entre 51 e 59, “pretos” entre 52 e 75.⁴²⁶² O mês de maior frequência foi Novembro. Dos 137 alunos, apenas 7 eram adultos. 9 “europeus”, 53 “mestiços”, 75 “pretos”.⁴²⁶³ Dá-se férias em Setembro.⁴²⁶⁴

Na Missão de S. José em Mongo, para 1898 a frequência foi de 7 e 14 alunos ao longo de um processo de aumento ao longo do ano.⁴²⁶⁵ A partir de Julho também é frequentada por adultos, 1 em Agosto e 3 nos meses de Setembro a Dezembro. Os alunos são maioritariamente “pretos”, os restantes “mestiços”. Apenas existe 1 “branco natural” em Dezembro. Neste mês os “mestiços” eram 3 e os “pretos” 10; 11 de religião “cristã”, 3 de “maometana”.

Na Irmandade de S. José de Cluny, feminina, em Moçambique, nos meses de Julho a Setembro de 1898 existem, respectivamente, 14 e 15 meninas.⁴²⁶⁶ Destas 15, 2 são “brancas naturais”, 4 “mestiças”, 9 “pretas”. 12 de religião “cristã”, 3 “maometana”. Não foram fornecidos elementos no último trimestre.⁴²⁶⁷

⁴²⁵⁶ *Id., ibid.*

⁴²⁵⁷ *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209.

⁴²⁵⁸ Correia S. J., 1991, p. 151.

⁴²⁵⁹ “(...) A residência de Tete fechou também cerca de um ano depois e já tinha fechado a de Mopeia; o que nos faz pensar que os jesuítas, ao princípio, andaram a tactear, como que às apalpadelas até acertarem no melhor lugar para se dedicarem de alma e coração ao trabalho com os negros.” *Id., ibid.*, p. 153.

⁴²⁶⁰ *B.O.*, 27/08/1898, n^o 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, n^o 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209,

⁴²⁶¹ *B.O.*, 25/11/1899, n^o 47, p. 376.

⁴²⁶² *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209, *B.O.*, 25/11/1899, n^o 47, p. 376.

⁴²⁶³ *B.O.*, 25/11/1899, n^o 47, p. 376.

⁴²⁶⁴ *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209.

⁴²⁶⁵ *B.O.*, 27/08/1898, n^o 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, n^o 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209, *B.O.*, 25/11/1899, n^o 47, p. 376.

⁴²⁶⁶ *B.O.*, 24/06/1899, n^o 25, p. 209.

⁴²⁶⁷ *B.O.*, 25/11/1899, n^o 47, p. 376.

Em portaria do Governo-Geral nº 133 de 21 de Março de 1893, por proposta do Bispo de Moçambique, sobre a necessidade de criação de um instituto de ensino do sexo feminino, regido por irmãs da Missão, em Lourenço Marques, onde se ministrasse instrução elementar e complementar, português, trabalhos de “Costura”, línguas inglesa e francesa, e música determina-se ceder a casa de ferro para tal fim e o terreno anexo, que lhe pertence. Chamar-se-á Instituto de Ensino Rainha D. Amélia, ficando sob vigilância e direcção do prelado da diocese. O governo concederá subsídio anual de quinhentos mil réis e a câmara deve inscrever um donativo anual a conceder ao Instituto, nunca inferior a trezentos mil réis. As despesas de conservação e limpeza estarão a cargo do próprio estabelecimento de ensino.⁴²⁶⁸

No Instituto Rainha D. Amélia, as meninas oscilam em 1898, entre as 60, no mês de Março, e as 89 de Janeiro. Nas crianças “europeias” temos entre 11 e 26. Incluem “brancas naturais” entre 1 e 3, “mestiças” entre 23 e 51, “pretas” entre 14 e 23. Maioritariamente de religião “cristã”, existem entre 51 e 78; “maometanas” 1 e 3; “outras”, 2 a 16. Em Janeiro, o mês de maior frequência, temos 16 “europeias”, 2 “brancas naturais”, 51 “mestiças”, 20 “pretas”; 71 de religião “cristã”, 2 “maometana”, 16 “outras”.⁴²⁶⁹ Setembro é férias.⁴²⁷⁰

Em 14 de Outubro de 1898, na relação nominal das funcionárias do Instituto enviada pela Irmã Superiora Maria Jeronyma, constavam as irmãs Maria Mathilde de S. José, Philomena do Sagrado Coração, Cecília de Jesus, André da Paixão, Josephina de Jesus, Isabel dos Anjos.⁴²⁷¹

Em Nossa Senhora da Purificação da Sé Matriz de Moçambique, a frequência ronda os 10 e os 20 alunos,⁴²⁷² maioritariamente crianças, entre 6 e 14. Apenas cursa um “europeu” em três meses; 1 a 4 “brancos naturais” em 6 meses; entre 1 e 6 “pretos” e o maior número de 6 a 12 “mestiços”. A maior parte é apresentada como sendo de religião “cristã” e de 1 a 3 em “outras”, ao longo de quatro meses. O mês de maior frequência foi Novembro com 20 discípulos, incluindo 7 adultos e 13 crianças. Destes, 1 “europeu” e 1 “branco natural”, 12 “mestiços” e 6 “pretos”; 17 de religião “cristã” e 3 em “outras”.⁴²⁷³ Em Setembro encontra-se em férias.⁴²⁷⁴

A Missão de S. José de Nhamussua (Inhambane) foi fundada por portaria eclesiástica de 5 de Maio de 1890, tendo por fim obstar à propaganda protestante na região.⁴²⁷⁵ A decisão sobre o local da futura Missão foi oscilando, até se optar pelas imediações do posto militar do

⁴²⁶⁸ B.O., 25/03/1893, nº 12, p. 179.

⁴²⁶⁹ B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341.

⁴²⁷⁰ B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

⁴²⁷¹ Instituto de Ensino D. Amélia, Lourenço Marques, 14 de Outubro de 1898. Fundo do séc. XIX, Gov. do Distrito de Lourenço Marques, cx. 70, m. 4, doc. 20.

⁴²⁷² B.O., 27/08/1898, nº 35, p. 341, B.O., 22/10/1898, nº 43, p. 400, B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209, B.O., 25 de Novembro de 1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁷³ B.O., 25 de Novembro de 1899, nº 47, p. 376.

⁴²⁷⁴ B.O., 24/06/1899, nº 25, p. 209.

⁴²⁷⁵ Correia S. J., 1991, pp. 222-223.

Bembe.⁴²⁷⁶ Acabaria por ser escolhido este local para servir de apoio à Missão definitivamente a estabelecer no Mongue, cujo terreno fora obtido pelos jesuítas em Julho de 1893.⁴²⁷⁷ Em 1896 apenas existiam dois alunos e no ano seguinte a frequência variava entre oito e dez alunos.⁴²⁷⁸ Em Agosto de 1898 seria abandonada pelos jesuítas e tomada pelos Padres do Real Colégio Ultramarino.⁴²⁷⁹

Nossa Senhora da Conceição em Inhambane registou no ano de 1898 uma frequência de 77 em Fevereiro e de 86 em Agosto.⁴²⁸⁰ A maioria dos alunos são crianças, entre 61 e 68, mas existe, normalmente, um conjunto de adultos, entre 16 e 20. A maior parte é constituída por “pretos”, e o resto por “mestiços”. A maioria dos alunos, 61 a 67, é classificada como de religião “cristã”; 10 a 16, de “maometana” e 3 a 5 em “outras”. Dos 86 alunos do mês de Agosto, 16 são adultos e 68 crianças. 20 “mestiços”, 66 “pretos”. 67 de religião “cristã”, 15 “maometana”, 4 “outras”.⁴²⁸¹

A Missão de S. Francisco Xavier de Milange foi criada em Maio de 1890 estrategicamente localizada junto das margens do lago Niassa.⁴²⁸² Em Fevereiro de 1893 existia na Missão uma escola aberta.⁴²⁸³ O Superior da Missão solicitou a mudança de nome, uma vez que o local em que aquela estava instalada não era então já domínio português. Foi autorizado a mudá-lo para Missão de S. Francisco Xavier de Tumbini a 13 de Maio de 1894.⁴²⁸⁴ Os Yao terão dificultado a vida aos missionários,⁴²⁸⁵ um processo difícil que culminaria com o abandono da Missão em 1895.⁴²⁸⁶

O Instituto Leão XIII, de beneficência e educação para o sexo feminino, é administrado pela Prelazia sob direcção das irmãs de S. José de Cluny. É aconselhada a administração do Mossuril a reservar 100\$000 réis para ele. A pedido do comissariado régio chegaram a Moçambique em 1898 duas irmãs da mesma congregação para aula do sexo feminino naquele local. No Instituto, em Julho, Agosto e Setembro de 1898, frequentaram respectivamente 31, 31 e 10 alunas,⁴²⁸⁷ todas crianças. Nos dois primeiros meses frequentam 2 europeias, 2 asiáticas, 12 “mestiças”, 15 “pretas”; todas “cristãs”. Já em Setembro, das 10 alunas existentes, 4 são de religião “cristã” e 6 de “outras”; 4 “mestiças” e 6 “pretas”. No último trimestre de 1898 não foram fornecidos elementos.⁴²⁸⁸

⁴²⁷⁶ *Id., ibid.*, 1991, p. 224.

⁴²⁷⁷ *Id., ibid.*, 1991, p. 227.

⁴²⁷⁸ *Id., ibid.*, p. 230.

⁴²⁷⁹ *Id., ibid.*, p. 231.

⁴²⁸⁰ *B.O.*, 27/08/1898, n° 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, n° 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, n° 25, p. 209, *B.O.*, 25 de Novembro de 1899, n° 47, p. 376.

⁴²⁸¹ *B.O.*, 24/06/1899, n° 25, p. 209.

⁴²⁸² Correia S. J., 1991, p. 231.

⁴²⁸³ *B.O.*, 8/07/1893, n° 27, p. 402.

⁴²⁸⁴ *B.O.*, 10/03/1894, n° 10, p. 128.

⁴²⁸⁵ Correia S. J., 1991, p. 240.

⁴²⁸⁶ *Id., ibid.*, p. 240 e ss.

⁴²⁸⁷ *B.O.*, 24/06/1899, n° 25, p. 209.

⁴²⁸⁸ *B.O.*, 25 de Novembro de 1899, n° 47, p. 376.

Quanto ao movimento total de escolas missionárias e paroquiais, em 1898 oscila entre um mínimo de 564 alunos em Setembro e um máximo de 1028 alunos em Julho. Maioritariamente de religião “cristã”, entre 469 e 853, e de “outras” religiões, entre 76 e 188 alunos; de religião “maometana” 15 a 53 alunos, e religião “hindú”, com apenas 3 a 4 e ao longo de três meses.⁴²⁸⁹

⁴²⁸⁹ *B.O.*, 27/08/1898, nº 35, p. 341, *B.O.*, 22/10/1898, nº 43, p. 400, *B.O.*, 24/06/1899, nº 25, p. 209, *B.O.*, 25 de Novembro de 1899, nº 47, p. 376.

Gráfico 48 - Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais na Província da Moçambique
Movimento Total de alunos
1898

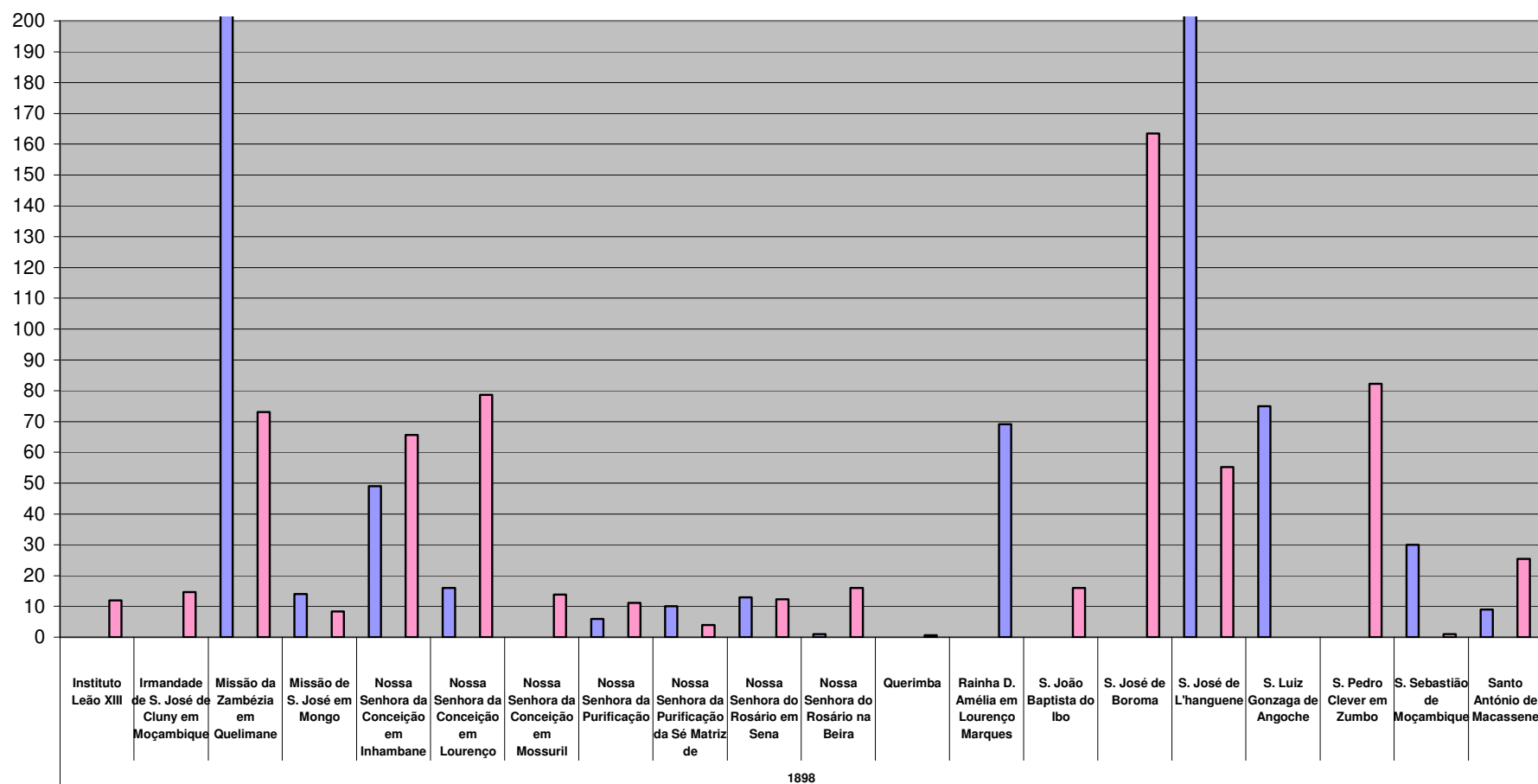


Gráfico 49 - Movimento das Escolas Católicas Missionárias e Paróquias na Província de Moçambique
"raças"
1898

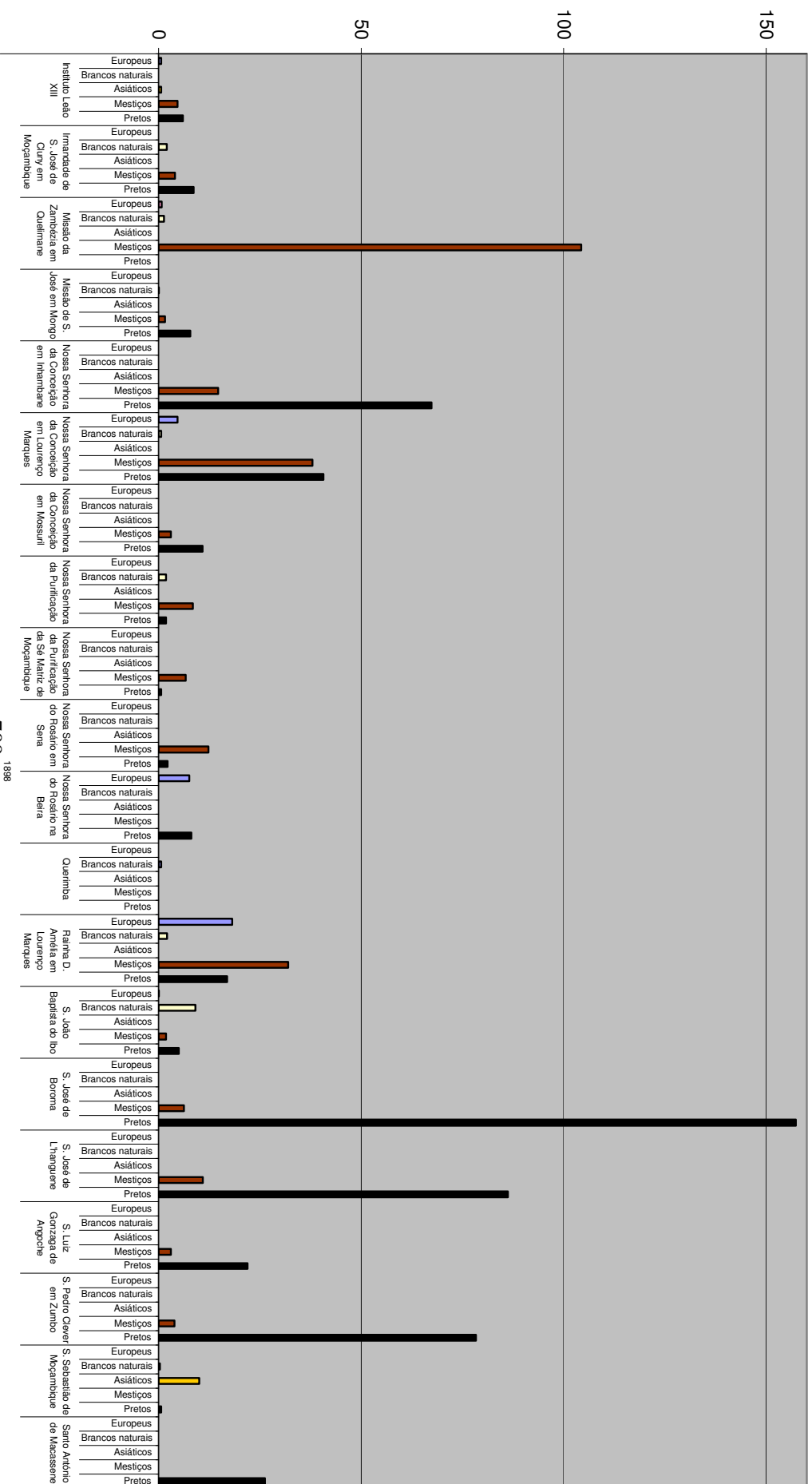
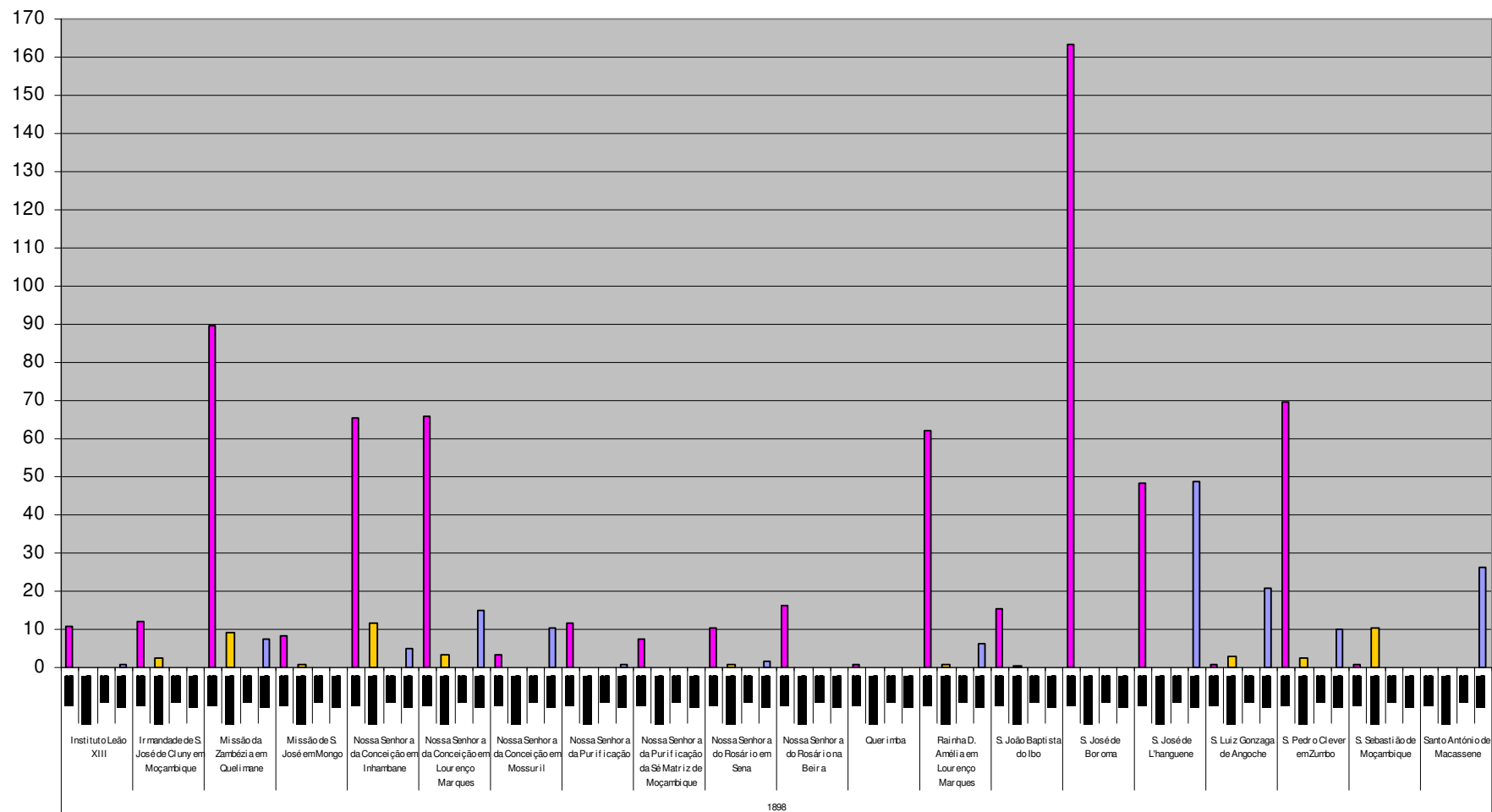


**Gráfico 50 - Movimento de Escolas Católicas Missionárias e Paroquiais
na Província de Moçambique
Alunos em cada estabelecimento por "Religião" - 1898**



20.2. Protestantismo cristão

As missões protestantes entrariam tardiamente no território moçambicano, em finais do séc. XIX, mas viriam a ter grande importância nos tempos seguintes.⁴²⁹⁰ O tratado de 11 de Junho de 1891, ratificado em 27 de Junho do mesmo ano, refere a protecção dos missionários portugueses e ingleses na África Central e Oriental, pertencentes a Portugal e Inglaterra, garantindo a tolerância e liberdade religiosa e de ensino religioso.⁴²⁹¹

A entrada das missões protestantes⁴²⁹² decorreu da Conferência de Berlim, uma vez que os portugueses tinham acordado a liberdade religiosa nas possessões ultramarinas.⁴²⁹³

Entretanto, as missões protestantes tinham estado também activas. Livingstone fora responsável pela fundação da primeira destas, a missão UMCA, nas Terras Altas do Shire, em 1861. Mas foi retirada após um ano e mudada para Zanzibar, de onde tentou penetrar em Moçambique pelo Norte. W.P. Johnston tentou fundar uma missão em Mwembe em 1875, mas esta durou apenas até 1881, e em 1882 a UMCA mudou-se para a ilha de Licoma, no Lago. Licoma veio a integrar o Protectorado da Niassalândia em 1891, mas nessa altura estava já a criar bases ao longo das margens orientais do Lago.

Continuou a ser responsável por uma modesta tarefa missionária entre os Nyanjas do noroeste de Moçambique durante o período colonial. (...) As dinâmicas missões escocesas tinham-se instalado nas Terras Altas do Shire na década de 1870, tentando criar postos avançados em Moçambique entre os Lomwes, mas acabaram por ser encerrados sumariamente pelos militares Portugueses que ocuparam a região de Namuli em 1897. Somente no remoto sul as missões protestantes tiveram um impacte duradouro.⁴²⁹⁴

A origem das missões protestantes situa-se essencialmente nos territórios vizinhos de Moçambique e a sua acção estende-se pelo sul da colónia.⁴²⁹⁵

⁴²⁹⁰ “As missões protestantes que viriam a exercer uma grande influência em áreas bem demarcadas de Moçambique, nomeadamente no sul, apenas chegaram a Moçambique em finais do século XIX, pela mão dos trabalhadores emigrados na África do Sul. Na década de oitenta missionários protestantes eram assinalados a evangelizar no interior do distrito de Lourenço Marques dispondo de meios e de uma preparação aparentemente superior à dos missionários católicos. A incursão protestante nos territórios da Companhia de Moçambique foi ainda mais tardia.” Capela, 2000a p. 133. Sobre as missões protestantes em Moçambique veja-se Gonçalves, 2º vol., 1960. Na mesma obra, veja-se a lista de missões compulsada pelo autor. *Id.*, *ibid.*, pp. 140 e ss..

Para o sul de Moçambique: “De todas as Igrejas, a que mais cedo e profundo se enraizou no sul do Save foi a Missão Suíça (Anabaptistas Calvinistas). Fundada no ano de 1875, entre os Gwamba do Transval, logo se expandiu para Moçambique onde em 1894 já possuía cinco Missões: em Lourenço Marques, Rikatla, (Marrakwene) Antioka (Magude), Mahota e Catembe. Junto de Gungunyana tinha ainda um missionário (Liengme).

Em 1909 tinha uma outra em Chiconela, na margem direita do Limpopo.

Além da referida Missão, em 1894, notava-se já a presença das Igrejas Wesleyana metodista (em Lourenço Marques e Inhambane) da Luterana e da American Board em Inhambane, que havia sido fundada em 1892. (...)” Feliciano, 1998, p. 114.

Sobre a entrada das missões protestantes em Moçambique após 1880 ver *História de Moçambique*, vol. 3, 1993, pp. 15-17.

⁴²⁹¹ Artº 10º do referido tratado. Castro, s.d., p. 75.

⁴²⁹² “Os presbiterianos escoceses chegaram ao lago Niassa em 1875. Inseridos numa sociedade de colonos vitorianos e eles próprios muitas vezes artesãos ou intelectuais autodidactas, estes missionários consideravam que os africanos tinham as melhores condições para adoptar o cristianismo como parte de um pacote cultural mais amplo, que incluía a alfabetização, a tecnologia, o vestuário e as práticas sociais europeias, a par do abandono das crenças e dos padrões familiares africanos. Como escreveu um missionário ilustre «a civilização é para a religião cristã o que o corpo é para a alma». Iliffe, 1999, p. 231.

⁴²⁹³ Samuels, 1970, p. 63.

⁴²⁹⁴ Olivier, e Fage, 1980, pp. 379-380. “A sua penetração no sul de Moçambique foi apenas um dos derivados do trabalho nas minas. As igrejas activas nas regiões mineiras contactavam bastante com os emigrantes moçambicanos e estavam interessadas na criação de postos nas regiões de origem dos seus conversos. Por conseguinte, foi durante as décadas de 1870 e 1880 que começaram a ser fundadas as missões portuguesas. A primeira e mais prestigiosa foi a missão Suisse Romande; que criou os seus primeiros postos em 1875. Seguiram-se-lhe a Comissão Americana das Missões Estrangeiras, a Igreja Episcopal Metodista e os Metodistas Livres e por fim os Wesleyanos, Baptistas e Anglicanos, que criaram a diocese de Lebombo.” *Id.*, *ibid.*

⁴²⁹⁵ “A presença Protestante em Moçambique é uma realidade sobretudo importada dos territórios vizinhos, muito produto de migrações. Pequenos núcleos de Protestantes expandiram-se no território na mesma época da Conferência de Berlim, sendo a primeira instituição

Os missionários protestantes faziam-se acompanhar pelas mulheres. A sua presença despertou a curiosidade pela sua adaptação e acção em África, a começar pela esposa de Livingstone, Mary (1821-1862), ou a própria mãe, Mary Moffat, também companheira de um missionário, o pastor Robert Moffat (com quem casara em 1819 na África do Sul).⁴²⁹⁶ Ainda outras missionárias protestantes vão sendo mencionadas, como as suíças Jeanne Eberhardt e Elizabeth Morganthaler, em Junho de 1896.⁴²⁹⁷

As missões protestantes foram frequentes vezes acusadas de exercer uma acção «desnacionalizadora» e de ensinar utilizando programas não reconhecidos oficialmente pelos portugueses, assim como a língua estrangeira.⁴²⁹⁸

Em 1875 cria-se na margem do Niassa uma Missão protestante que se denominaria Livingstonia, fundada por Young, antigo colega de Livingstone. Seguir-se-iam as de Mandale e Blantyre. Apenas esta última sobreviveria.⁴²⁹⁹ Aos portugueses se colocava o problema de assegurar a segurança dos europeus, contrapondo-lhes missões católicas.⁴³⁰⁰

As missões protestantes defrontaram uma série de resistências à sua implantação em Moçambique.⁴³⁰¹ A American Board, em 1879, avançou a sua missão até Gaza, mas o projecto acabaria, após várias dificuldades, em 1889.⁴³⁰² A Missão metodista, desde 1889-1890, tenta implantar-se no interior de Inhambane. A *Igreja Metodista Episcopal*, teria sido a primeira a estabelecer-se definitivamente em Moçambique em 1883, com a *Missão Metodista Episcopal* com sede em Cambine, embora só fosse reconhecida oficialmente e legalizada em 1909.⁴³⁰³ Abriria outra Missão em 1890, em Chicique.⁴³⁰⁴ A Missão Metodista Episcopal virá a criar um jornal em língua Tsonga em 1904.⁴³⁰⁵

religiosa Protestante a instalar-se em Moçambique a Igreja Metodista Episcopal, em 1883, seguida da Missão Metodista Livre e depois da Missão Suíça. Em 1893, surgem em Chamanculo e em Maciene os Anglicanos, e em 1935, os Adventistas do Sétimo Dia. O principal esforço catequético desenvolvido pelos missionários Protestantes foi no Sul do território". Garcia, 2003, p. 272.

⁴²⁹⁶ Para alguma informação sobre estas, entre outras mulheres que demandaram África nos sécs. XIX e XX, veja-se: Morató, 2004, pp. 27 e ss.

⁴²⁹⁷ Veja-se: Lamas, 1994, pp. 527-533. Jeanne Eberhardt fixa-se por 7 anos em Antiokia estação missionária no curso do rio Inkomati; e Elizabeth Morganthaler em Rikatler, estação missionária vizinha de Marracuene e, posteriormente no Hlamanculo-igreja em Lourenço Marques. *Id., ibid.*, p. 527.

⁴²⁹⁸ Belchior, s. d., p. 8.

⁴²⁹⁹ "Segundo o costume das missões inglesas, tomaram a forma de empresas comerciais: *The African Lakes Company Limited*, a do Sul adoptou a designação de *Central British African Company* e, nas terras de Matabeles e Machonas, *British Bechuana Company*. À medida que a população inglesa aumentava, do sul para o norte, os seus pedidos de isenção de direitos, autorizações para a entrada de armas e munições, a pretexto de se defenderem dos indígenas, etc." Santa-Rita, 1959, p. 116.

⁴³⁰⁰ Mouzinho, 1890, p. 89.

⁴³⁰¹ "The inaccessibility of the highland regions, the priority of Catholic missions along the Zambezi, the hostility of Portuguese administrators in the 1880's and 1890's to any suggestion of English expansion, and the Moslem penetration in the north of the colony have limited Protestant efforts to the area between Delagoa Bay and the mouth of the Zambezi." Duffy, 1959, p. 127.

⁴³⁰² O principal responsável pela *Junta Americana*, Edwin H. Richards passou para a *Igreja Metodista Episcopal* em 1889 que já se radicara em Gaza. Fizera-o por se ter recusado a abandonar o território como lhe fora ordenado pela Junta Americana ingressando na Igreja Metodista de que era bispo William Taylor. Gonçalves, 2º vol. 1960, p. 118.

⁴³⁰³ *Id., ibid.*

⁴³⁰⁴ *Id., ibid.*, 1960, p. 119.

⁴³⁰⁵ O «Kuca Ka Mixo» (o cair da manhã) para os cristãos da região de Inhambane falantes de Tshwa. Silva, 1997, p. 23.

Seguir-se-ia a *Missão Metodista Livre*, com sede em Inharrime.⁴³⁰⁶ A Missão Wesleiana, entre 1880 e 1890, opera em Delagoa Bay.⁴³⁰⁷ Os Metodistas Wesleyanos do Rand, utilizando africanos catequizados, desenvolviam a sua propaganda nas imediações de Lourenço Marques.⁴³⁰⁸

Seguir-se-iam os Anglicanos, fundando em 1893 a Missão Anglicana de S. Cipriano em Chamanculo, a Missão Anglicana de Santo Agostinho, em Maciene, vindo a fixar-se posteriormente, na região do lago Niassa, com duas missões: a de Likoma, na ilha do mesmo nome, e a de M'Sumba ou Messumba, em território português.⁴³⁰⁹

No domínio da religião, pretensamente usada como arma política e de pressão pela Inglaterra, também se exercem inúmeras críticas por parte dos portugueses que a acusam de adoptar

(...) agora outro systema; sob o pretexto capcioso de espalhar biblias entre os negros, mas com a intenção mal disfarçada de abarcar todo o commercio dos sertões, mandaram-se para lá alguns missionarios, que já mercadejam e negociam nos logares em que possuímos feiras e bares. E assim acabaremos de perder o pouco e insignificante commercio dos sertões, que todo reverterá em proveito dos inglezes; e o estado já bastante precário – da provincia tornar-se-ha desesperado.⁴³¹⁰

Existem seis missões inglesas, nos anos 90, em Lourenço Marques, Catembe, Matala, Maguia, Cassini, o que motiva a seguinte observação de João Bentes Castel-Branco:

Estas missões são protestantes e ensinam ao indígena a sua lingua. Isto é perigosíssimo para o domínio portuguez, tornando-se urgentíssimo o estabelecimento de collegios e missões catholicas portuguezas, que possam neutralizar-lhe a influencia e nacionalisar a população infantil que há de formar as novas gerações.⁴³¹¹

Apesar das desconfianças portuguesas, as missões protestantes constituiriam mais um elemento de influência europeia, particularmente sensível no sul de Moçambique.⁴³¹² A acção das missões protestantes acabaria por contribuir para fomentar, junto dos africanos, a necessidade de um relacionamento com o colonizador em que, perante a força militar, fosse adoptada uma atitude de colaboração que permitisse uma forma de vida mais favorável. E as diferenças em relação à actuação dos missionários portugueses eram flagrantes:

Perante essa deliquescência administrativa, os missionários portugueses, em Lourenço Marques, ainda mais pobres e inactivos que os militares, faziam uma triste figura em comparação com os seus concorrentes protestantes. Os Suíços da Missão Romanda estavam instalados em Lourenço Marques (Berthoud e Junod), na Catembe,

⁴³⁰⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 118.

⁴³⁰⁷ Duffy, 1959, pp. 127-128.

⁴³⁰⁸ Gonçalves, 2º vol., 1960, p. 118.

⁴³⁰⁹ *Id.*, *ibid.*, 1960, p. 119.

⁴³¹⁰ Machado, 1855, p. 11.

⁴³¹¹ Castel-Branco, 1891, p. 173.

⁴³¹² “(...) Embora não permitisse andar de cabeça erguida, essa simulação trazia algumas migalhas de inovações técnicas, o desaparecimento dos conflitos intertribais ou étnicos e uma aparência de bem-estar e de progresso. (...)” Pélassier, vol. II, 1988, p. 187.

em Rikatla (ou Rikatala) (ao pé do régulo Mahazuli, da Magaia), em Antioka (Grandjean), no Khocene, onde os Portugueses tinham parado com a construção de um fortim em Magude, e em Manjacaz, junto do Gungunhana (Dr. G. Liengme). «Imperialistas religiosos», gozavam de enorme prestígio na população tsonga e, acessoriamente, em Gaza, talvez porque proporcionavam uma promoção social impossível de obter junto dos Portugueses. A missão anglicana, nos Libombos, era menos rica mas tinha pastores indigenas. Também os wesleyanos tinham um deles no Mafumo, Robert Mashaba, que será deportado para Cabo Verde depois da crise. Os Portugueses continuavam, tradicionalmente, a acusar os missionários protestantes de serem agentes de perturbação nas suas colónias (...).⁴³¹³

A Missão Suíça instalou-se no sul de Moçambique no final do século XIX, através da África do Sul e da Missão de Vaud, no Transvaal do Norte, e dos missionários suíços presbiterianos Creux e Berthoud em 1874.⁴³¹⁴ O próprio Henri Junod lembra a instalação, em 1875, de Paul Berthoud e E. Creux, no norte do Transvaal, em Spelonken, da Missão Suíça e valoriza a sua obra.⁴³¹⁵ Em 1886-87 forma-se em Lourenço Marques uma congregação na sequência da de Spelonken, da qual os suíços assumem a direcção em 1887.⁴³¹⁶ Seria a *Mission Suisse Romande* fundada em Moçambique pelo reverendo Henri Paul Berthoud.⁴³¹⁷ Em 1880 e 1881, um outro membro dessa Missão, Mhalthamhala, oriundo de uma família Tsonga, dirigir-se-ia a Moçambique, fundando, em 1882, uma Missão.⁴³¹⁸ Em 1887 a *Mission de l'Église Libre de la Suisse Romande* dispunha de instalações privativas em Lourenço Marques.⁴³¹⁹

A guerra de ocupação efectiva significou, nas relações com os missionários, o estabelecimento de um ambiente de desconfiança.⁴³²⁰ António Enes refere em Agosto de

⁴³¹³ *Id., ibid.*, pp. 253-254.

⁴³¹⁴ Severino Ngoenha chama a atenção para o facto de que ao longo dos estudos na “(...) busca sociológica da marginalidade relativa das missões protestantes, em nenhum momento emerge uma visibilidade mínima das populações nativas”. Ngoenha, 1999, pp. 425. Nesse sentido salienta a importância de “(...) primeiro tirar os «tsongas» da sua invisibilidade e recolocá-los no quadro do debate regional, como actores sociais, agindo com intenções e objectivos próprios, diferentes dos objectivos e intenções dos actores europeus em presença e, muitas vezes, incompreensíveis para estes.” *Id., ibid.*, p. 426. Tudo isso num quadro de análise que deve considerar que após a queda do império de Gaza “(...) as lógicas da ocupação missionária suíça estavam ameaçadas pelas lógicas da ocupação portuguesa, que levaram à fuga de Liengme e à expulsão de H.-A. Junod. Era o fim de um período de grande ambiguidade em que os portugueses utilizaram Ngungunhane para matar as revoltas das diferentes chefias locais; em que a Missão suíça, através do Dr. Liengme, tentava converter Ngungunhane e os grupos sob a sua dominação; em que admitido no círculo do chamado Leão de Gaza – para penetrar o espírito, sondar os movimentos e, eventualmente, influenciar a política de Ngungunhane; e finalmente, em que Liengme tentava advogar a causa da Missão suíça junto do então governador de Moçambique.” *Id., ibid.*, p. 427.

⁴³¹⁵ Junod, 1896a, p. 25. Nota a publicação, em 1895 de um Novo Testamento impresso por Georges Bridel e Cie. em Lausanne e uma tradução tsua dos quatro evangelhos na língua Hlengoué. Na lista de publicações junta, pela utilidade que teriam representado para o trabalho do autor: Torrend, *Comparative Grammar*, 1891; Jacottet, *Elementary Sketch of Se-Souto Grammar*, 1892; Grout, *The Isizulu*, 1893. Já na Missão de Lourenço Marques Junod indica para consulta dos interessados a existência, em ronga, de um livro de leitura; um folheto contendo os dez mandamentos e a oração dominical; uma brochura “Mamana Lois”, um livro de 120-150 cânticos; um evangelho de S. João seguido da primeira epístola aos Coríntios. *Id., ibid.*, p. 27.

⁴³¹⁶ *Id., ibid.*, p. 25.

⁴³¹⁷ Berthoud, “(...) o primeiro homem a fazer observações meteorológicas naquela colónia”, fundador de uma missão “(...) que desde então se tem dedicado a dar apoio escolar e hospitalar às populações negras. Destacou-se sempre pelo elevado nível cultural e científico dos seus missionários: médicos, antropólogos, linguistas e botânicos principalmente.” Rocha, 1984, p. 43.

⁴³¹⁸ Silva, 1997, pp. 4-5. A mesma autora nota que Henri Berthoud estabelecer-se-ia em 1887 em Moçambique e a ele se juntariam outros pastores nos dois anos seguintes. *Id., ibid.*, p. 17.

⁴³¹⁹ Gonçalves, 1960, p. 119.

⁴³²⁰ Os factores principais no desenvolvimento de tal clima: relações dos suíços com os chefes locais; o desempenho dos mesmos como emissários de Ngungunhane aos portugueses; o estabelecimento do médico suíço Dr. Liengme na corte de Gaza. Acabaria por resultar na perseguição aos missionários, na pressão para que estes abandonassem a região, na proibição da sua permanência. Silva, 1997, pp. 5-6. Sobre o missionário-médico suíço G. Liengme ver informações de Péliissier, vol. II, 1988, p. 192.

1894, aquando da revolta da Magaia, a existência de quatro estabelecimentos funcionando simultaneamente como casa de educação – um em Lourenço Marques; outro nas proximidades de Marracuene; um na Cossine, perto de Magude; outro em Gaza, junto da residência do Ngungunyane.⁴³²¹

A Missão Suíça destacar-se-ia no estudo dos “usos e costumes” dos Tsonga, com Henri Junod.⁴³²² O estudo da língua Tsonga e a tradução da Bíblia para esse idioma foi uma das suas realizações.⁴³²³ Abriu a Missão de Checha no Maputo (Bela Vista) em 1887.⁴³²⁴ Em 1908, a Missão Suíça abriu a sucursal de Chicumbane, denominada Missão Suíça de Chicumbane.⁴³²⁵ António Enes considera Junod homem de “incontestável valor intelectual, variada instrução e activíssimo zelo”, “filólogo distinto, que em curto período se familiarizou com o *rongá*, linguagem dos indígenas, a ponto de não só lhe devassar a íntima estrutura, senão de o falar correntemente. Catequizava em *rongá*, e escreveu uma gramática e um vocabulário do *rongá*, que eu fiz publicar”.⁴³²⁶ Reconhece que da sua Missão saíam com regularidade as únicas observações meteorológicas científicas elaboradas na Província, além de colecções entomológicas que enviava para a Suíça. Cita ainda Granjean, na Cossine, pelos seus estudos geográficos e trabalhos de cartografia.⁴³²⁷

Apesar de tudo, Enes não considera “extensa e sólida” a influência missionária suíça junto das populações, particularmente no que se refere às missões do interior. Caracteriza a acção de Mr. Granjean na Cossine como não conseguindo “(...) mais do que uma tolerância complacente e a frequência, à sua igreja e à sua escola, de alguns curiosos.” Também Liengme, em Gaza, e apesar dos seus esforços, não teria, segundo ele, obtido resultados significativos. Os pais que enviavam os filhos à escola e ao conhecimento da religião europeia pedir-lhe-iam mesmo pagamento por isso. Panorama diferente seria o da Missão de Lourenço Marques, cuja frequência seria alta, agrupando-se, no templo e na escola, centenas de africanos, “principalmente trabalhadores e serviços domésticos”, gente que

(...) sob a habilíssima direcção de Mr. Junod, não só se disciplinava para os exercícios religiosos, mas também aprendia, com facilidade e boa vontade, leitura, escrita, contas, noções de geografia, rudimentos de ciências naturais. Os discípulos mais atentos e

⁴³²¹ Ennes, 2002, p. 168.

⁴³²² De que o melhor exemplo seria precisamente o de Henri Junod (1863-1934) debruçando-se sobre as áreas de linguística, etnologia e etnografia. Silva, 1997, p. 17. A ele se refere José Júlio Gonçalves esclarecendo que foi acusado de conspirar contra a soberania portuguesa por parte de “funcionários pouco letrados” que o veriam sempre com cadernos em que tomava as suas notas. No entanto, o mesmo autor remata: “É certo que a etnologia e a etnografia são bons rótulos para acobertar actividades hostis em África” Gonçalves, 2º vol., 1960, p. 122. Fornece ainda uma lista de publicações em diversas línguas, englobando Bíblias, Catecismos, Colecções de Cânticos, Livros para ensino, entre outros, em línguas locais e português e inglês. *Id.*, *ibid.*, pp. 158-160.

⁴³²³ Nomeadamente de Paul Berthoud, publicando o “buku”, ou livro, em Lausanne em 1883. Assim o exigiam as tarefas da evangelização. Silva, 1997, p. 18. A criação de uma imprensa na própria Missão verificada em 1890. *Id.*, *ibid.*, p. 20.

⁴³²⁴ Gonçalves, 2º volume, 1960, p. 149.

⁴³²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 119.

⁴³²⁶ Ennes, 2002, p. 168.

⁴³²⁷ “(...) pesa-me ter de confessar que foi dos seus mapas do distrito de Lourenço Marques e de diversas zonas do país de Gaza que o comissariado régio e o Estado-Maior da expedição quase exclusivamente se serviram para planear e dirigir as operações.” *Id.*, *ibid.*

dóceis chegavam a modificar os costumes; abstinham-se de bebidas alcoólicas, tornavam-se monógamos e até casavam na igreja.⁴³²⁸

Alguns sucessos reconhecem ainda ao esforço missionário suíço na Zichacha, onde os religiosos teriam atraído a atenção de Namantibiyane.

Também no domínio político os missionários não hesitavam em oferecer os seus serviços. Tal foi o caso, em 1895, de Henri Junod e do Dr. Liengme,⁴³²⁹ que tentaram desempenhar funções de mediação entre os portugueses e o Ngungunyane.⁴³³⁰ Tudo isto, apesar de serem por alguns acusados, nomeadamente Junod, de apoiar a revolta em 1894, posição que Enes declara não sustentar, pois refere nunca ter acreditado “(...) na verdade da acusação. Que interesse tinham eles em lançar os seus catecúmenos numa luta de que era fácil prever que sairiam dizimados e dispersos (...)”. Segundo o mesmo autor, perante o descontentamento dos revoltosos, os missionários teriam tentado separar a causa que defendiam das autoridades portuguesas sem, no entanto, haver prestado qualquer apoio à sublevação, apesar da tentativa que haviam feito de subtrair os negros ao castigo pela sua insurreição, até porque, no rescaldo da “(...) luta, as próprias missões sofreram com ela. A casa de Rikatla foi destruída, parece que por gente da Magaia, e a de Lourenço Marques ficou deserta.”⁴³³¹ Salienta ainda o valor das conversas mantidas com Junod e Granjean que, sem procurarem prejudicar os negros que pretendiam converter, não deixavam de ser fonte de informação segura para os portugueses.⁴³³²

É inegável, contudo, que Liengme era objecto de desconfiança por parte das autoridades portuguesas. Conversando com António Enes, em Junho de 1895, o missionário suíço cometera o «erro» de, enquanto se oferecia para intervir junto de Ngungunyane, discorrer demasiado “apaixonadamente” sobre o seu compromisso moral para com o africano, apesar de Enes declarar que o suíço lhe parecera sincero. Já José de Almeida (em quem Enes igualmente não confiava) apressa-se a negar terminantemente qualquer influência real de

⁴³²⁸ *Id.*, *ibid.*

⁴³²⁹ Liengme é uma das fontes que Liesegang destaca para o estudo da Ngungunyane e da queda de Gaza. Operário qualificado, ofereceu os seus serviços à Mission Suisse Romande que o levou a fazer formação em medicina e teologia. Os seus conhecimentos de cirurgia ser-lhe-iam úteis em Moçambique e na África do Sul. Escreveu sobre Ngungunyane entre 1892 e 1895. Obteve informações do condutor do carro de Ngungunyane, Nyatsi Hamakele Tlakula (ca. 1855-1940). Liengme foi acusado de fornecer armas ao estado de Gaza e deixaria Moçambique em 1895 sendo declarado indesejável pelos portugueses em 1896. Não mais voltaria a Moçambique passando a trabalhar na África do Sul. Liesegang, 1986a pp. 6-7. A Liengme se deve a única descrição pormenorizada de Mandlakazi (“grande força” ou “cidade forte e bela” segundo a tradução do próprio missionário). *Id.*, *ibid.*, pp. 32-33. É também Liengme que assinala, em 15 de Outubro de 1894, que Ngungunyane queria que na escola a abrir se ensinasse apenas em inglês, explorando as questões entre Portugal e Inglaterra. *Id.*, *ibid.*, p. 55. Seria Liengme a tratar feridos depois da batalha de Coolela (Khuvulele) sob ordem de Ngungunyane. *Id.*, *ibid.*, p. 58. Liengme criticaria Ngungunyane severamente, como “bêbado incorrigível”, de “inteligência média” e com uma política “baseada em falsidades” Ao que Liesegang contrapõe a ideia de que o missionário o considerava culpado pelo fracasso da sua actividade missionária. *Id.*, *ibid.*, p. 74. Já António Enes considera que Liengme “(...) era médico, além de evangelizador, e da clínica se valia para inculcar aos indígenas a religião e a moral que pregava.” Enes, 2002, p. 168.

⁴³³⁰ Enes recusaria, logicamente, que Ngungunyane pudesse julgar Mahazule e Nwamantibiyana (Mamatibejana) pois isso representaria o reconhecimento da sua importância. Pélissier, vol. II, 1988, p. 285. A Liengme se deve ainda a recolha de tradição oral nomeadamente pretendendo reconstituir o que teria acontecido nos derradeiros momentos da prisão de Ngungunyane. Pélissier, vol. II, 1988, p. 305.

⁴³³¹ Enes, 2002, p. 171.

⁴³³² *Id.*, *ibid.*, pp. 171-172.

Liengme sobre Ngungunyane.⁴³³³ Em Agosto, António Enes tem conhecimento de correspondência entre Liengme e uma “casa estrangeira de Inhambane” em que se continham informações quanto aos movimentos de Ngungunyane, o que o leva a pensar que o missionário privava com o inimigo. Contacta José de Almeida, que declara não ver razões para a expulsão do religioso das terras de Gaza, uma vez que a sua influência seria pouca e “(...) até recentemente se oferecera para na sua escola fazer ensinar língua portuguesa aos vátuas (...)”. O missionário e suas esposa e filha de poucos meses permaneceriam, apesar das reticências de António Enes.⁴³³⁴ Entre as fontes de Coolela (Khuvulele) referindo o número de combatentes, Enes salienta informações de Liengme para, de seguida, referir que

(...) missionários suíços espalharam que em Coolela só tinham combatido os punhados de guerreiros que o régulo pudera reunir apressadamente, porque ele não esperava já a guerra e havia licenciado as mangas, que algum tempo conservara em armas; mas contra esta versão protestam, além do testemunho de oficiais e soldados, as consequências do combate e o próprio raciocínio.⁴³³⁵

Não é por acaso que são os missionários estrangeiros a produzir obras escritas e informações científicas, visto que a sua formação e instrução nada tinham a ver com a formação rudimentar dos seus rivais portugueses. No final do século XIX e início do seguinte, importa referenciar o reverendo anglicano Yohana B. Abdallah.⁴³³⁶ Trabalhou numa Missão da Província do Niassa, que havia sido fundada em 1893, tendo sido ordenado diácono, antes da partida, em 12 de Agosto do ano seguinte. Mantinha escola às segundas e quinta-feiras na aldeia de Kalange e os dois professores que o acompanhavam leccionavam nas aldeias próximas de Napanda e Chipango. Possuíam também um internato que incluía estabelecimento de ensino.⁴³³⁷

As missões protestantes suscitaram muitas desconfianças dos portugueses, que as consideravam formas disfarçadas de penetração da influência estrangeira, considerando-as animadas

(...) sob o pretexto capcioso de espalhar bíblias entre os negros, mas com a intenção mal disfarçada de abarcar todo o commercio dos sertões (...) nos logares em que possuímos feiras e *bares*. E assim acabaremos de perder o pouco e insignificante commercio dos sertões, que todo reverterá em proveito dos ingleses; e o estado já bastante precário da província tornar-se-há desesperado.⁴³³⁸

⁴³³³ Ennes, 2002, p. 218-219.

⁴³³⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 280.

⁴³³⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 365.

⁴³³⁶ Autor, em 1919, do livro “Os tempos antigos entre os Yao”, conjuntamente com tradução inglesa de Meredith Sanders, “The Yao”. Liesegang, 1988, p. 14. Filho de Abdallah Nakaam Mwatuka, provavelmente, segundo Liesegang, natural da zona de Mecula (Mkula) entre os rios Lugenda e Rovuma onde teria nascido por volta de 1840 ou 1845. Enviado em 1886 para auxiliar o diácono Yao Cecil Majaliwa (antigo escravo que estudou em Inglaterra e seria o primeiro padre africano da U.M.C.A. em Janeiro de 1890). *Id.*, *ibid.*, p. 18. Abdallah estudou em Kiungani, onde existia um colégio teológico entre 1893-94. *Id.*, *ibid.*, p. 19. Ordenado padre a 6 de Março de 1898. Morreria de doença súbita em Medo (Montepuez) em 1924. *Id.*, *ibid.*, p. 22.

⁴³³⁷ Liesegang, 1988, p. 19 e ss..

⁴³³⁸ Machado, 1855, p. 11.

São frequentes, de resto, as críticas dos portugueses à acção dos missionários que, em vez de catequizar, como lhes cumpriria, acabariam por “fazer política”.⁴³³⁹

Sobre os missionários suíços, nota Freire de Andrade, em 1910, que alguns vão para Portugal com o intuito de adquirirem conhecimentos de português e, uma vez chegados a Lourenço Marques, aí permanecem ou dirigem-se para a Missão de Rikatla, onde deverão familiarizar-se com a língua, os usos e costumes cafreais.⁴³⁴⁰ Entre 1880 e 1909 publicam uma série de obras nas línguas locais.⁴³⁴¹ Opiniões como a anterior traduzem o receio de que os evangelizadores estrangeiros constituam um obstáculo ao domínio português sobre os africanos, o seu trabalho, a sua exploração integral.

A presença protestante representa outros incómodos para os portugueses. Significativa e sintomática quanto aos interesses por detrás do discurso é a apreciação de Joaquim Machado de que na cidade de Lourenço Marques o protestantismo avançou entre os pretos de tal modo “(...) que chegava ao exagero, incomodando por isso a população branca cujo creados preferiam, mais do que o rasoável, a igreja e a escola aos serviços que lhes competia executar.” Aproveita também para denunciar o erro português ao não promover as missões católicas.⁴³⁴²

Em 1898, José Larcher manifesta-se contra o apoio dado pelo governo a missões estrangeiras – inglesas, alemãs, americanas –, de que viriam resultando intrigas e guerras.⁴³⁴³ Defende que os negros tendem a inclinar-se para essas missões, porque elas deixariam a catequese para segundo plano e valorizariam o ensino das artes e ofícios.⁴³⁴⁴

As missões protestantes sedimentar-se-iam nas primeiras décadas do século XX. Alexander Hetherwick, chefe da Missão de Blantyre, escreve ao Governador da Zambézia em 1910, pedindo autorização para abrir um ramo no território Lomué na vizinhança da Montanha Namuli. Para o empreendimento assegurara a colaboração do responsável da Companhia da Zambézia. Pede autorização ao Governador para começar as operações sob a autoridade daquele responsável. Relembra que a Missão do Blantyre está estabelecida há duas décadas nas terras altas do Chire na África Central Britânica, desenvolvendo a Religião,

⁴³³⁹ “Pouco nos importam os nomes e as nacionalidades. Em vez de catechese promoveram *meetings*, fizeram politica, ajudaram a provocar a guerra.” Junior, 1896, p. 129.

⁴³⁴⁰ Andrade, vol. V, 1910, p. 312.

⁴³⁴¹ Em língua Tonga: *Bíblia*, com colaboração de muitos missionários; *Historia do Antigo Testamento*, por A. Grangeam; *Catecismo do Antigo Testamento*, por A. Grangeam; *Catecismo*, por P. Berthoud; *Catecismo*, por A. de Meuron; *Collecção de canticos sem musica*, por muitos missionários; *Collecção de canticos com musica*, por muitos missionários; *Collecção de canticos com musica e notas*, por madame P. Berthoud; *Abecedario nº 1*, por H. Berthoud; *Abecedario nº 2*, por E. Thomas; *Geographia*, por H. Berthoud; *Arithmetica*, por H. Berthoud; *Historia da Missão Romande*, por N. Jaques; *Odusina, Tratado religioso*, por N. Jaques; *La trompeta dos Bathongas*, jornal mensal, por N. Jaques; Em língua Ronga: *O Novo Testamento*, por muitos missionários; *Os Psalinos*, por muitos missionários; *Catecismo*, por P. Loze; *Mamana Lois*, por H. Junod. *Abecedario nº 1*, por H. Junod. Andrade, vol. V, 1910, p. 323.

⁴³⁴² Machado, 1889b, p. 21.

⁴³⁴³ Larcher, 1898, p. 11.

⁴³⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. 15-16.

Educação e Trabalho Industrial entre os nativos do distrito. Pretende estender a sua acção ao território Lomué. Solicita permissão e garantia de permanência para fixar uma base em qualquer lugar do vale de Likugu perto da Namuli. Para o conseguir é seu desejo adquirir por arrendamento ou compra um local para os edifícios da Missão, com extensão de terra suficiente para jardins, campos, estradas, em conexão com o trabalho industrial. Esclarece, para dissipar quaisquer dúvidas, que a Missão do Blantyre é protestante e toda a religião e educação dos nativos estavam de acordo com ela, empregando em primeira instância a língua nativa do povo como meio de instrução.⁴³⁴⁵

O inquérito do Governador de Tete sobre as missões da Makanga, suscita várias questões⁴³⁴⁶: o seu desconhecimento da língua portuguesa e a correspondente falta de competência para a ensinar; a ignorância do português pelos alunos; a incompetência dos professores constatada na prestação escrita que efectuaram; os professores que não dispõem de alvarás; as salas de aula que não dispõem de condições mais não sendo que palhotas cafreais ou apenas aulas ministradas ao ar livre; o pagamento dos missionários aos colonos, em fazendas e não em dinheiro; o fraco desenvolvimento por eles imprimido à agricultura, limitando-se a providenciar hortas para uso exclusivo da Missão; o facto de se circunscreverem ao domínio religioso, não privilegiando as artes e ofícios; a prática de solicitar esmolas aos negros nos finais das prédicas; a contribuição para «desnacionalizar» o indígena e não incentivar ao trabalho.⁴³⁴⁷

Freire de Andrade, em 1910, assinala que as missões protestantes e a sua influência são sempre contrárias ao prestígio da autoridade. Contudo, recomenda o uso de tolerância para com elas e questiona: porque não usá-las, já que elas se encontram na Província? ⁴³⁴⁸

A actividade das missões acompanha de forma prática as necessidades dos novos tempos. Começa em finais do século XIX a assentar-se um modelo que marcará a centúria seguinte

A acção missionária acabaria por reflectir-se nas populações africanas de um outro modo, provocando certas

(...) cisões importantes no seio da elite negra local, e de toda a comunidade, derivaram da fidelidade a várias missões e a várias redes de inspiração missionária. Por exemplo, a elite formada por católicos de expressão portuguesa procurava a patronagem do

⁴³⁴⁵ Missão do Blantyre, 13 de Março de 1900, A.H.M., Gov. Dist. Quelimane, cx. 8. 43, m. 4 (15), doc. 1.

⁴³⁴⁶ Castro, s.d., p. 72-73.

⁴³⁴⁷ Acrescente-se ainda que “(...) os alemães mostravam aos indígenas a fotografia do *kaiser* e diziam-lhe: «este é que é o vosso *fumo grande*». Castro, s.d., p. 73. Na zona de influência das missões dificilmente se conseguem serviços “(...) dizendo sempre que estão ao serviço do «molungo» (...) intervindo os missionários sempre em seu favor quando a autoridade portuguesa os requisita para o trabalho”. *Id. Ibid.*

⁴³⁴⁸ Andrade, vol. V, 1910, pp. 301 e ss..

Estado, enquanto a comunidade ligada às missões protestantes e, frequentemente, de expressão inglesa como segunda língua estrangeira, procurava emprego no sector privado de língua inglesa. As diversas redes exacerbavam as divisões, sobretudo no decorrer dos tempos difíceis, quando um número excessivo de candidatos qualificados competia por um número reduzido de empregos. Os católicos sentiam que deviam merecer a preferência do Estado enquanto bons católicos e bons portugueses.⁴³⁴⁹

No seu conjunto, apesar das diferenças que entre as diversas confissões religiosas existiam, as missões acabariam para contribuir, de diversos modos, para uma inclusão mais eficaz dos africanos no sistema colonial.

⁴³⁴⁹ Neves, 2001, p. 563.

21. Conclusão

O principal objectivo desta dissertação foi demonstrar que ao contrário das teses frequentemente defendidas, a implantação do sistema educativo colonialista em Moçambique teve a sua génese na segunda metade do século XIX, na sequência das políticas liberais.

Para atingir este objectivo, foi levada a cabo a análise de abundante documentação, recenseada fundamentalmente em arquivos moçambicanos. Os principais resultados dessa análise conformam toda a segunda parte da presente dissertação, capítulos 7 a 20.

Do estudo realizado, é possível destacar as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, no território/colónia de Moçambique houve um esforço claro, físico, material, ao longo da segunda metade do século XIX, para fazer chegar a “instrução” aos africanos. Esse esforço é, pois, anterior a todos os estudos que o assinalam como parte integrante e exclusiva da colonização do século XX.

Em segundo lugar, os liberais, também neste caso, consideravam que a redenção dos povos passava pela instrução, a luz que os retirava das “trevas”, assim se criando escolas em diferentes e recônditos pontos da Província, estabelecimentos que, para além do seu valor real, têm claramente um significado simbólico. Altera-se a visão do séc. XIX «moçambicano», em que a instrução parece vaga e imprecisa, quase inexistente. Embora o colonialismo se estruture de facto solidamente nas primeiras décadas do século seguinte, as raízes dos fenómenos que o compõem são-lhe pré-existentes. Compreende-se que educação/instrução é uma componente fundamental para o entendimento do sistema colonial e das suas vicissitudes, assim como o conceito de Província e, depois, de País e de Estado. Prova-se que o Reino liberal, apesar das suas parcas condições, cria uma rede pública de ensino das primeiras letras no vasto território moçambicano. «Educar» o africano é uma exigência do poder colonial emergente em ordem à sua própria segurança. Implica a codificação de uma série de novas transgressões, «crimes», que importa reprovar, punir e, sobretudo, apontar como condenáveis, apenas resgatados mediante a prestação de trabalhos, o desempenho da tarefa socialmente útil, com a utilidade marginal de valorizar a acção policial, repressiva, cada vez mais necessária e prestadora de bons serviços. Os discursos apontam para o valor do trabalho pelo seu carácter produtivo intrínseco, mas também como uma forma de dominar os africanos impondo-lhes o hábito e as rotinas que servem os interesses do

colonizador, dominando-os por esse meio e sendo, por isso, um importante instrumento de soberania. Realçar a sua utilidade é um aspecto nuclear do ponto de vista pedagógico, veiculado pela educação ministrada.

Em terceiro lugar, as escolas que se identificaram mostram que: são criadas em todo o território, desde que isso seja possível; são públicas; muitas vezes mistas; maioritariamente os alunos são negros ou mestiços. Mostra-se que em muitos casos se utilizam escolas mistas a fim de se aproveitarem os recursos existentes, incluindo rapazes em escolas femininas, ou vice-versa. Percebe-se que o funcionamento das escolas é intermitente, por doença dos professores, por falta de provimento atempado, por epidemias, pelo ritmo dos acontecimentos políticos em cada localidade. Identificam-se as escolas femininas em que a frequência é normalmente muito mais baixa, se comparada com as masculinas, assim como o nível etário. A irregularidade da frequência das alunas é notória. A escola comporta uma noção de disciplina à qual se sonha submeter o africano e nela se deposita, pelo menos do ponto de vista discursivo, uma esperança imensa, desejo que esbarra com as dificuldades da sua implementação e com o carácter refractário das comunidades em relação à escola, por incompreensão quanto à sua utilidade, mas também pelo carácter disciplinador que ela comporta e que é mais um motivo frequente de rejeição, para a qual podemos encontrar um breve paralelo àquela que se registava quanto ao serviço no exército – com os seus regulamentos, uniformização de vestuário, disciplina, opressão, controlo. A escola torna-se, cada vez mais, uma forma de controlo dos indivíduos, que passa, para ser verdadeiramente eficaz: pelo isolamento das famílias (fonte originária de perdição); pela imposição de uma ordem que antagoniza e estigmatiza as formas de vida africanas; pela imposição de hábitos novos, de uma nova moralidade, imprimindo uma direcção determinada às suas faculdades intelectuais. A escola torna-se numa instituição que permite exercer uma influência global sobre os educandos, desenraizando-os para os conquistar, lançando mão dos métodos, livros, gravuras, preceitos morais e hábitos que veiculem uma educação total. Não é, por estes motivos, de estranhar a esperança depositada nas escolas de artes e ofícios – com suas instalações próprias, com um controlo que vai muito para além da actividade lectiva, com uma organização de carácter para-militar, tentando incentivar o gosto pelo trabalho, enquadrando o aluno numa diferente moral, ao abrigo da perniciosa influência familiar. Também não é de estranhar o reconhecimento progressivo das potencialidades das missões, que acarretam muitos destes aspectos e acentuam a possibilidade de uma actividade educativa integral, de uma vigilância permanente e global. À medida que se reúnem as condições que permitirão um domínio colonial efectivo a escola procura ministrar um ensino que determine

o lugar do africano na sociedade, impondo-lhe com precisão um conjunto de perspectivas e possibilidades que o deverão enquadrar. Uma nova ideologia integra diversos conceitos que a educação não pode deixar de servir – trabalho, arrumação social, ordem, moral – um novo código de justiça contemplando outros crimes. À escola e ao aparelho educativo cabe a construção de um discurso que se apresente como a “verdade”, o referencial, em oposição às formas de educação africanas. Anseia-se por criar grupos de africanos que, mercê da educação, sintam outras necessidades que não as que lhes eram familiares. Na escola como na economia.

Em quarto lugar os docentes que foram identificados provêm de diferentes origens, são recrutados da administração ou do corpo militar. Os que se dedicam exclusivamente às funções lectivas são poucos europeus, muitos da “terra” e de origem indiana. Os professores de origem indiana são cruciais nesta rede de ensino público, mas, à semelhança dos comerciantes ou religiosos, merecem críticas dos responsáveis portugueses – pela sua dicção, fracos conhecimentos ou debilidade nas práticas de culto, censuras que, muitas vezes, rapidamente se generalizam a toda a “raça”. A comunidade indiana, embora minoritária, tem relevância no processo da instrução, quer no desempenho da docência, quer enquanto alunos. Entre os “filhos da terra”, diversos deles desempenham outras funções.

Em quinto lugar, existe um número significativo de alunos, raparigas e rapazes, que vão à escola durante algum tempo, aprendendo, aculturando-se, conhecendo outros valores, comportamentos, ritmos completamente diferentes, uma língua estranha. Conhecem-se os alunos que são, na sua maioria, de escalões etários baixos, pobres, africanos negros, na sua maioria provenientes do local em que se encontrava a escola, embora, residualmente, se recebessem alunos de outros locais da Província. O seu aproveitamento é variável e depende bastante dos critérios utilizados por cada professor para construir as categorias em que os alunos deverão ser agrupados. Clarifica-se que o currículo inicialmente desenvolvido nas escolas oitocentistas no território da Província é igual ao que é ministrado no Reino, a simplificação de conteúdos que gradualmente se fará traduz-se na desvalorização das aprendizagens e dos alunos. Esta alteração é marcada pelos imperativos económicos e ideológicos que implicam um abaixamento dos requisitos teóricos e uma orientação para o trabalho. Acentua-se este processo no final do século XIX, desvalorizando a anterior acção dos liberais. Pontificam os epítetos no inventário dos juízos europeus e particularmente portugueses utilizados para classificar os africanos: “feios”, “desgraciosos”, “indolentes”, “preguiçosos”, “borracholas”, “estupidificados”, impotentes face ao conhecimento moderno, registando-se, em primeiro lugar, a sua incompetência linguística. Estes juízos apoiam-se, a

partir da segunda metade do século XIX, no arsenal da análise anatómica e científica, que culminará, com o decorrer do tempo, no cuidado posto em separar as escolas dos brancos das escolas dos pretos. A língua e a cultura portuguesas seriam, idealmente, marcas que, vinculando os africanos a uma outra mundividência, procuravam aprofundar a sua subjugação pelo uso de uma forma de comunicação «superior». Mas esse instrumento para consolidar a mundividência europeia depara com brechas que as culturas e línguas locais provocam a cada novo esforço do colonizador. Prova-se que o discurso europeu comporta novas possibilidades para os africanos no que respeita à aquisição de outros saberes, mas desde cedo se procura limitar o alcance da instrução a um nível elementar – virado para a exploração do trabalho e para os conhecimentos que a facilitem –, procurando excluir veleidades de uma instrução que privilegie o domínio intelectual, ocioso, perigoso. O sistema de ensino, à medida que caminhamos para o final do século XIX, abandona toda e qualquer ambição que exceda uma educação rudimentar, mesmo que uma tal ambição tenha entretanto presidido à criação do sistema, com as primeiras leis para a educação em Moçambique, procurando-se que os africanos escolarizados – ainda assim muito poucos em termos da população total – constituam um grupo que possa servir os interesses dos colonizadores – numa primeira fase, facilitando a comunicação e as tarefas dos escassos europeus existentes e, num outro momento, arrumando-os numa posição social que não admite senão o adestramento em ordem às necessidades dos emigrantes europeus. Não consentindo que ascendam a uma instrução que possa facilmente questionar a cultura – geralmente baixa – dos colonialistas, não permitindo qualquer concorrência com estes. A “obsessão da pronúncia” que frequentemente se detecta nas observações de professores e responsáveis denuncia sempre esse cuidado de arrumar o africano num lugar demarcado, menor, mesmo quando acedeu ao conhecimento da língua portuguesa.

O esforço da instrução em Moçambique, no século XIX, deixará raízes, contribuirá para a génese da identidade de um espaço, elemento unificado dos povos, elo de ligação, num dado território, espaço geográfico subordinado a vários poderes de natureza jurídica e política.

Ao tomar conhecimento das regras de jogo dos colonialistas, os africanos não assumem um papel meramente passivo e, à medida que delas tomam conhecimento, delas se apoderam, também não hesitando em pervertê-las, usá-las em seu favor, muitas vezes defraudando as expectativas dos que esperavam dominá-los. O uso da língua pelos intérpretes é, claramente, uma modalidade da expressão de poder. Se por um lado o conhecimento e uso da língua do colonizador implica o contacto com ele e o reconhecimento da sua influência,

também permite aos africanos mudar o sentido dessa acção, desvelar as intenções do colonizador, opor-lhe as formas africanas de reacção, a começar pelo domínio da sua própria língua e contrapondo aspectos específicos da sua mundividência, da sua cultura, que constituem outras tantas formas eficazes de salvaguarda da liberdade. Por isso se opõem moralidades distintas, formas diferentes de encarar a sexualidade, o trabalho, a festa, os rituais e todos os aspectos de cultura que a língua ajuda a veicular e compreender, mas que estão longe de nela se esgotar.

O relacionamento entre africanos e europeus desdobra-se numa multiplicidade de aspectos que não permite uma leitura linear e uma gradação rígida que possa classificar, a cada momento, a natureza e intensidade dessa relação. A colaboração pode mais não ser que uma forma dissimulada de antagonismo; a comunicação pode mais não representar que uma forma de esclarecimento da individualidade e salvaguarda de interesses diversos; o aparente “diálogo de surdos” pode permitir a reafirmação de objectivos de sobrevivência, de formas de vida usuais e aprovadas pelas práticas de cada um, de organização, de especificidade, reafirmando identidades que mais se reforçam ao contacto com formas diversas de existir – apropriando-se de alguns dos seus aspectos, rejeitando outros, reforçando os próprios.

As formas de justiça africanas representam também matrizes de poder que dificilmente poderiam ser substituídas pela alçada europeia, suas leis, suas formalidades. Os meios de regulação africanos persistem face aos códigos europeus, à moralidade europeia, como poder que encarnam. Os seus conhecimentos e saberes permitem a manutenção, no essencial, das suas formas de vida. A resistência não é somente na sua forma militar, mas também num vasto conjunto de aspectos que enformam o quotidiano das populações e que se mantêm, mais ou menos incólumes, apesar das agressões, intromissões ou violências. Com elas persiste a manutenção de poderes que, no domínio da cultura e mentalidades, resistem às intenções uniformizadoras europeias, com as suas necessidades económicas e a sua ânsia de dominação. O serviço militar, a prisão, a polícia, as formas de propriedade, as instituições religiosas assistenciais e a escola são alguns dos instrumentos que, de forma paradoxal, podem contribuir para o reforço de antigas identidades – uma vez não entendidas como realidades estanques, paradas no tempo, imutáveis em absoluto, antes reformuladas, à superfície, para fazer prevalecer a sua essência, perante as estruturas coloniais, ansiosas por impor as suas regras, regulamentos, formas de reclusão – toda uma socialização e adestramento ideais –, ansiadas por militares, políticos, professores e outros funcionários. A exploração pretendida sobre os homens e as coisas tarda em fazer-se acompanhar de um poder verdadeiramente eficaz para o conseguir.

As formas de justiça europeia procuram contribuir para a formação de um determinado tipo de sociedade, para as suas divisões, para os seus objectivos. Neste contexto, a prisão é tão disciplinadora como o pretende ser a escola – descobre vícios insuspeitos até então (a “excessiva nudez”, a “embriaguês”, a “vadiagem”, o “não ter profissão”, a inexistência de “residência fixa”, o sistema de propriedade africano, a estigmatização da própria pobreza) e vai apertando os mecanismos de controlo, ao longo do tempo, com resultados desiguais. A nova obrigação dos tempos coloniais que se sedimentam consiste em “ser produtivo” na lógica do sistema capitalista que se difunde a nível mundial. Os africanos reagem e reagirão com as suas especificidades de ocupação do espaço, com a sua mobilidade, as suas línguas, festas, música e formas de educação próprias cujo fim é a integração com os outros, a satisfação de necessidades comunitárias nas quais se saciam as individuais, mantendo o seu direito ao(s) prazer(es), que não se destina a servir os interesses da economia capitalista europeia. A «marginalidade» codificada pelos europeus tem de ser lida, de igual modo, como uma forma de repressão que, se na Europa mais ou menos industrializada era já usual, assume em África a tentativa de imposição de uma dupla tutela que, para o africano, representa a procura de domínio em ordem à integração numa dada moral de produção, mas agora exercida sobre indivíduos a quem não é sequer reconhecida a influência benéfica da «civilização». Assim se poderiam esmagar veleidades de revolta ou sedição que encontrariam a sua explicação no “ócio” próprio do indivíduo não produtivo que não sente o apelo das necessidades que lhe impõem. O álcool que os europeus introduzem em ansiada substituição ou como alternativa às bebidas de fabrico local é apenas mais uma pequena expressão, paradoxal, do vasto discurso com que o poder pretende legitimar a sua acção ao defender uma nova ética que tem como verdade e finalidade das pessoas e dos povos a obrigatoriedade de participar na produção para o vasto mercado.

A colonização e as suas ideias racistas, mais ou menos explícitas, preparam o terreno para que os brancos (cuja presença é mais frequente nos últimos decénios de século XIX) e negros erijam entre si, de forma bem delimitada, as diferenças que resultam dos papéis distintos que lhes são atribuídos e reservados a cada momento, elevando o analfabeto da metrópole a uma posição de proeminência artificial sobre o africano «não civilizado», mesmo quando embaraçosa e levemente alfabetizado.

A «obsessão da pronúncia» sempre tivera, afinal, um papel desqualificador do negro, cuja instrução apenas se destinava a sedimentar uma acção educativa para serviço daqueles que deveriam deter o poder. Alfabetizar os africanos significava incutir uma dada moral, uma ética do trabalho, uma sujeição passível de ser entendida pela sua codificação escrita. Um

nível superior de formação para o negro torna-se, à medida que se aproxima o fim de século XIX, não só inútil como provavelmente nefasto, por potencialmente poder criar formas de oposição quando às armas dos colonizados se juntariam as que estes beberam do colonizador.

O colonialismo tentou substituir os aspectos fundamentais de funcionamento das sociedades africanas ou instrumentalizá-las, de tal modo que lhe fosse permitido explorá-las eficazmente. Nesta estratégia, os ataques à história e cultura dos africanos, a sua desvalorização e menorização eram essenciais. Mas o desgaste não conseguiu produzir inteiramente os resultados pretendidos. As tentativas de “domesticação” revelaram-se incompletas em diversos domínios.

Os africanos procuraram manter certos direitos sobre a terra, em que a família, a comunidade e os indivíduos desempenhavam importante papel. O conceito de propriedade que o colonialismo incentivava não encontrava terreno favorável no quadro da tradição e usos africanos. A mobilidade típica dos africanos não favorecia a fixação dos povos ou a sua locação a espaços como os que foram impostos pelas fronteiras coloniais.

No âmbito mental, a religião tradicional africana teimou em persistir, a ela se juntando cristãos e muçulmanos, favorecendo, em casos mais ou menos frequentes, o crescimento do sincretismo.

As missões acompanham os esforços dos colonizadores e a sua acção na socialização e educação não pode ser menosprezada. Apesar de análises eventualmente díspares quanto aos métodos empregues pelas diferentes missões, elas integram-se numa mesma estratégia de afirmação dos poderes coloniais.

Para construir um poder colonial era importante o aproveitamento de alguns africanos que lhe eram indispensáveis como os intérpretes, os funcionários e os líderes criados pelos próprios colonialistas.

No domínio da justiça tradicional, o processo era marcado pelas “intermináveis reuniões” em que as decisões derivavam de uma participação resultante da possibilidade de que todos os envolvidos se pudessem exprimir. São formas específicas de gestão, o que não anula a preponderância dos poderosos, dos triunfantes e daqueles que os rodeavam. As tentativas de uso das autoridades locais é uma medida estratégica que deriva quer das dificuldades do colonizador, quer das limitações dos meios de que dispõe para assegurar outras soluções, como a imposição de autoridades de sua confiança, mas, em qualquer dos casos, traduzem uma margem enorme de autonomia de que desfrutavam os africanos. Os

intermediários da autoridade colonial acabam, afinal, não só por servi-la, mas também por esbatê-la, conservando para si uma margem do poder que circula.

Para os portugueses não apresentava interesse a alfabetização nas línguas maternas. O facto de diversos missionários estudarem essas línguas tem, sobretudo, objectivo bem pragmático de mais eficazmente difundir a sua mensagem dispensando a sempre incómoda acção de intermediários, o que não impediu, antes explica, algumas das primeiras sistematizações e explicação do funcionamento de determinadas regras básicas das línguas locais, assinalando as potencialidades de transmissão da mensagem europeia mediante o recurso a elas e denunciando as suas fragilidades no que respeitava à possibilidade de transmissão de determinados conceitos, ideias, noções que, deste modo, minorizavam os africanos pela depreciação da sua cultura. E as línguas africanas persistiam, pela influência das mães na educação dos seus filhos, pela sua natureza de poderoso constituinte da identidade, mesmo quando assimilando outras palavras, adequando-as, instrumentalizando-as em seu favor. Também a cultura africana se veiculava pelas diversas línguas, suas expressões concretas e seu lugar nas cerimónias educativas, no conhecimento da natureza, na sua mundividência. Dito de outro modo, em todas as manifestações culturais. É também pelo controlo das línguas que transita o poder.

O domínio de uma língua como a do colonizador permite, desde logo, a capacidade de usá-la ou não, de uma forma consciente, estratégica. E esse conhecimento, mesmo que detido por minorias escassas, não pode ser menosprezado. Nomes, designações, objectos, técnicas são, por esse meio, acessíveis e integrados na identidade dos povos. Não serão suficientes para almejar a substituição das línguas locais, mas influenciam-nas e são por elas afectadas.

A educação europeia tenta o desenraizamento – em relação aos conhecimentos endógenos africanos, às suas formas de sociabilidade, às suas noções de justiça, à sua relação com o meio, ao seu mundo espiritual –, de modo a que os educados questionem o seu ambiente de uma forma radical e fracturante. Trata-se de um projecto global e demasiadamente vasto. Tenta reforçar-se à medida que o imperialismo económico ganhe força e a acção militar eficácia. Mas, no domínio cultural e mental, o africano continua habitando o mundo que sempre conheceu e de que não abdica, mesmo se a esse mundo se juntam, inexoravelmente, novos elementos e realidades com que deve conviver – rejeitando-os, adoptando-os, assimilando-os. Tudo isto num quadro de valores próprios dotado de uma solidez – resultante do tempo, da adaptabilidade ao meio e de experiências acumuladas em diversos domínios de que não pode abdicar senão muito parcialmente.

Importa sublinhar que também os colonizadores, e os portugueses em particular, não podiam ambicionar difundir junto dos africanos muitos aspectos que eram, afinal, altamente descurados ou mesmo ignorados nas suas sociedades. Refiram-se a educação da mulher e a sua menoridade em Portugal, os elevados índices de analfabetismo, os atrasos e diferenças sociais no que respeita à educação, em suma, essas outras tantas formas de subdesenvolvimento em relação a muitos outros países europeus que lhe determinavam uma situação algo marginal na Europa e que não poderiam deixar de reflectir-se na natureza das suas ambições como candidato a potência colonizadora, menos por se tratar de um qualquer império de natureza não económica e mais por se situar na marginalidade económica em relação à Europa.

A análise breve da geografia do território de Moçambique aponta para as raízes da etnicização da África no séc. XIX, que virá a processar-se teórica e praticamente, no século seguinte.

São numerosos os povos que habitam a região que corresponde a Moçambique. A cada um deles corresponde um conjunto de características que o individualizam e todos eles convivem de modo que entre si se estabelecem, rivalidades, confrontos e alianças. A sua mobilidade no espaço e acontecimentos fulcrais como foram as invasões Nguni e o impacto que provocaram nos restantes povos africanos. A necessidade de estabelecer relacionamentos, por diferentes formas, com os portugueses, foi um aspecto que a todos afectou em menor ou maior grau. O domínio africano é inegável na maior parte do território e apenas se atenua nos últimos decénios do século XIX, quando a eficácia militar europeia se acentua. A ideologia de muitos europeus oscilou, por um lado, entre a adopção de princípios mais liberais no tratamento com os africanos, nas tentativas da sua valorização e aproveitamento e, por outro, nas opções que privilegiavam o uso da força para atingir o objectivo de domínio. Nos anos 90 começam a reunir-se as condições para o triunfo desta segunda linha.

É no séc. XIX que se reforça o conhecimento do continente africano, para os europeus, graças à organização de expedições científicas. Os portugueses tinham efectuado algumas no Brasil e eram escassas as suas experiências no continente africano.

A incerteza da ideologia colonialista levou muitos homens políticos a encarar a hipótese da venda das colónias, aceitando as práticas russa, espanhola e francesa, que haviam transaccionado territórios coloniais aos norte-americanos.

A análise dos núcleos de tipo urbano realça a relação entre estes centros e as populações africanas, chamando a atenção para os fenómenos concomitantes: a emigração

começada pelos Tsongas para os territórios anglófonos; a escravidão dissimulada que se registava nos espaços urbanos.

As estruturas sociais africanas persistem através das suas formas de organização social e da sua cultura. O “trabalho cafreal” é de extrema importância e as autoridades coloniais portuguesas visam, acima de tudo, assegurá-lo, num processo acompanhado pela estigmatização do africano através da sua pretensa e falsa “indolência”, aspecto que não pode negar que, seja qual for o tipo de trabalho africano, a verdade é ele ter sido suficiente para permitir a organização e até a reprodução das sociedades. Esta evidência põe, desde logo, em causa a falsa “indolência” enquanto argumento desvalorizador utilizado pelos colonos, que anseiam sobretudo por poder dispor do labor africano sem fornecer em troca a mínima remuneração.

Os “serviços contratados” substituem a mão-de-obra escrava, obedecendo a formas de recrutamento das autoridades europeias e africanas. A “fuga” aparece como resposta africana: de um para outro senhor, de um espaço para outro, umas vezes de forma individual, outras de forma colectiva. De qualquer modo, uma forma de resposta aos europeus e asiáticos, muitas vezes inviabilizando a sua captura. Também o imprescindível recurso dos colonialistas aos carregadores (com cargas individuais estipuladas) perante a falta de animais de tiro – nem cavalos, nem burros, apenas alguns bois no espaço dos boers – e as barreiras criadas pela mosca tsé-tsé, aliada à escassez de rios navegáveis, motivaram resistências por parte dos africanos, constrangidos ao trabalho através da legislação sucessiva, porque as tarefas da colonização não podem ser levadas a efeito sem a sua mobilização maciça. Estes procuram, naturalmente, salvaguardar os seus interesses. O trabalho forçado marca as relações entre os grupos em presença: pretos e brancos, ou antes, africanos, europeus e asiáticos.

A dependência do trabalho cafreal obriga os portugueses a transigir, durante muito tempo, com as exigências que os africanos colocam. Os transportes, as deslocações, uma multidão de serviços assim o exigem. O africano pode fugir ao trabalho – para o sertão ou para junto de chefes em diferentes locais. Com o final – naturalmente adiado – da escravidão, os portugueses lançam medidas mais duras com que pretendem assegurar as suas necessidades do trabalho africano. A desvalorização deste trabalho do africano presente no discurso de diversos colonialistas constitui uma estratégia corrente, que visa esconder a necessidade de o controlar, para o impor, através da legislação e das práticas, num processo que se acentua a partir do Ultimatum, mas em que não é fácil impor novas formas de trabalho e produção aos africanos que têm as suas formas de vida e organização próprias. A criação de novas necessidades nos africanos não se afigura fácil para os colonialistas. Legislação, justiça,

prisão e difusão de uma nova moralidade através de valores veiculados pela educação entrelaçam-se para constituir a malha que prende os africanos.

As produções africanas existem nos diversos locais e são fundamentais para a sobrevivência dos núcleos urbanos de cariz europeu, que utilizam essas produções, necessitam delas, abrem o seu espaço aos negociantes de produtos agrícolas, apesar da desvalorização constante, da desqualificação permanente no domínio do discurso, quanto às técnicas de cultivo utilizadas e ao que os colonialistas consideram o subaproveitamento dos recursos (para, de resto, defender que ele apenas seria superado pela orientação do europeu e a utilização das suas técnicas). Tanto mais que esta produção está ligada à estrutura da família e à maneira como os diferentes membros devem cumprir as tarefas que lhe são destinadas, numa organização em que pontifica o princípio da autoridade patriarcal, na medida em que cada patriarca se subordina ao próprio calendário das actividades produtivas, que não depende do acaso, nem do capricho, seja dos homens, seja dos deuses.

Quanto à História, ela implica considerações sobre a oralidade, assim como a penetração da escrita, injectada no grupo por decisão do colonizador. Todos os grupos possuem a sua história oral, quanto mais não seja para articular as genealogias em que assenta o parentesco. Os europeus negam a funcionalidade dessa história.

A iniciação masculina assinala a passagem da infância, vivida ao lado das mulheres, para a idade adulta, já organizada em função dos homens, enquadrada num processo educativo em que as condições de aprendizagem no mato diferem da aprendizagem nas escolas, recintos que se queriam libertos das marcas do mato.

As estratégias internas africanas desdobram-se, ou para fazer face a conflitos internos ou evidenciando a maneira como os dirigentes africanos procuram manipular os europeus. Se bem que a presença portuguesa seja reduzida, a verdade é que ela obriga os africanos a organizar-se em função da sua existência.

Na segunda metade do séc. XIX, o aumento da pressão europeia, ajudada na primeira fase pelos asiáticos e pelos mestiços (*half-caste*) reforçou o ritmo dos combates até uma «pacificação» resultante das sucessivas derrotas dos africanos. O herói mítico Ngungunyane foi derrotado; todavia a sua figura pode ser recuperada pelo nascente nacionalismo moçambicano, o qual deriva em parte da intervenção dos europeus, boers, ingleses e portugueses misturados.

A importância dos árabes, deve ser colocada na sua real influência, sobretudo como comerciantes e proprietários. Tem importância o Islão que ensina a ler e recitar o Alcorão. Já o mesmo não acontece com os hindus, cuja intervenção se exerce essencialmente na

organização da produção e na comercialização. O pânico português é alimentado pelos missionários católicos face ao Islão. Quando os portugueses conseguiram reconhecer a costa oriental foram obrigados a dar-se conta da forte presença dos árabes que, com alguns hindus, controlavam o comércio a longa distância, intervindo na fixação das próprias actividades produtoras dos africanos, como no caso específico da produção do ouro do Monomotapa. Os portugueses tentam expulsar os árabes, mas a produção decaiu a ponto de desaparecer. Se o comércio árabe fornece o modelo aos portugueses, estes nem sempre souberam utilizar da melhor maneira esta aprendizagem. Em lugares onde desaparecem os comerciantes portugueses continuam a funcionar árabes, tal como os hindus.

Através do ensino, tenta-se organizar em moldes europeus a relação entre as crianças e os adultos (pais, professores), tornando a formação moral, o adestramento, em suma, as potencialidades da educação, em mais um instrumento eficaz para implementar a autoridade. O que se procura é a dominação possível, o poderio, o predomínio, através da influência exercida pelos núcleos urbanos, reforçada pelo crescente poder militar (e a nova tecnologia que o acompanha, por exemplo na evolução do armamento), pela simbologia das instituições que se vão criando – biblioteca, museu, escola. Uma acção global apenas travada pelas dificuldades que vai encontrando na organização africana que limitam o seu poder.

Por detrás do exército, da prisão, da compulsão ao trabalho, da escola, existem as formas de vida africanas, que fogem à sua acção. Estas articulam-se em modalidades de resistência presentes em várias instâncias da vida africana de uma forma ardilosa, hábil, táctica: a fuga a um discurso de superioridade, moralizador, que pretende impor os seus princípios para seu próprio benefício.

A resistência dos valores africanos defronta ou adapta outros usos e religiões, acompanhados pelos seus rituais, festas, costumes. A sua estrutura familiar, produtiva, comportando formas de educação e integração próprias, com suas cerimónias, rituais, música, dança, batuques, componentes da vida social africana veiculados através de uma educação comunitária. Educação em que pontifica o conhecimento da Natureza e as formas de explorar os recursos que ela oferece, nomeadamente as suas potencialidades medicinais ou o domínio dos seus perigos. Trata-se de comunidades africanas que mantêm a sua memória e coesão através da tradição oral, dos ritos, das cerimónias.

Na segunda metade do século XIX existiu um esforço no sentido de implementar um aparelho de educação na Província. Do estudo efectuado infere-se que a “instrução” durante a segunda metade do século XIX vai ser substituída pela “educação” por causa das dificuldades nos recursos materiais e humanos, tanto internos como externos; pelas dificuldades no

domínio do território (muitas nações, povos e guerras); as dificuldades internacionais que pressionam o governo português a uma rápida “absorção” da população africana.

Regista-se a evolução do conceito liberal de domínio e de educação para uma via militarizada e pragmática, espelhada na viragem da “instrução” para a “educação” da mão-de-obra e população africanas que reconheçam e sirvam, por esta via, os desígnios coloniais. Apesar de todos os obstáculos e condicionalismos, há um significativo e paulatino esforço do Estado para: disseminar a “civilização” pela “instrução” no território; criar escolas públicas para alunos do sexo masculino e feminino; estabelecimentos sem distinção (menos por opção política e mais por força das circunstâncias e da realidade) de sexo, raça, cor ou credo; ministrando aprendizagens que deveriam ser semelhantes às do Reino na medida dos escassos recursos materiais e humanos disponíveis; só no final do século serão plenamente substituídos os currículos pela aprendizagem de ofícios; a maioria das escolas (femininas ou masculinas) são frequentadas por alunos mestiços ou negros, ou de outras “raças” que não a branca (com expressão residual). A educação ministrada em escolas multi-religiosas, não se impondo a religião católica como condição de ingresso.

Com o presente trabalho, espera-se ter contribuído, pelo menos, para despertar o interesse pelo estudo mais objectivo da história africana nomeadamente dos territórios colonizados por Portugal e suscitar um diálogo entre as historiografias portuguesa e moçambicana do qual apenas pode resultar uma visão mais clara das nossas realidades.

Bibliografia

A) FONTES

1. MANUSCRITOS

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Fundo do séc. XIX

Governo do Distrito de Tete

Cx. 8.2, m. 1 (4), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 3 (18), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 3 (19), docs. 1 a 18.
Cx. 8.3, m. 3 (20), docs. 1 a 4.
Cx. 8.3, m. 3 (21), docs. 1 a 47.
Cx. 8.3, m. 3 (22), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 3 (23), doc. 1.
Cx. 8.4, m. 1 (5), docs. 1 e 13.
Cx. 8.6, m. 1 (1), doc. 1.
Cx. 8.7, m. 3 (1), docs. 1 a 117.
Cx. 8.8, m. 3, docs. 1 a 38.
Cx. 8.11, m. 3 (25), doc. 1.
Cx. 8.11, m. 2 (43), doc. 1.
Cx. 8. 50, m. 1 (9), doc. 1.
Cx. 8. 50, m. 1 (19), doc. 1.

Governo do Distrito de Inhambane

Cx. 8. 25, m. 1 (4), doc. 1.
Cx. 8. 36, m. 1 (2), docs. 1 a 64.
Cx. 8. 36, m. 1 (3), docs. 1 a 66.
Cx. 8. 36, m. 1 (4), docs. 1 a 25.
Cx. 8. 36, m. 1 (5), docs. 1 a 27.
Cx. 8. 36, m. 1 (6), docs. 1 a 53.
Cx. 8. 36, m. 1 (7), docs. 1 e 2.
Cx. 8. 36, m. 1 (8), doc. 1.
Cx. 8. 36, m. 1 (9), docs. 1 a 9.
Cx. 8. 36, m. 1 (10), doc. 2.
Cx. 8. 36, m. 1 (11), doc. 1a.
Cx. 8. 36, m. 1 (12), docs. 1 a 9.
Cx. 8. 36, m. 1 (13), doc. 1.

Governo do Distrito de Quelimane

Cx. 8. 5, m. 1 (a), docs. 1 a 8.
Cx. 8. 47, m. 2 (1), docs. 1 a 63.

Cx. 8. 48, m. 4 (1), docs. 1 a 5.
Cx. 8. 49, m. 1, docs. 1 a 127.
Cx. 8. 49, m. 2 (6), docs. 1 a 31.
Cx. 8. 49, m. 3 (2), docs. 1 a 18.
Cx. 8. 49, m. 3 (3), docs. 1, 2
Cx. 8. 50, m. 1 (20), doc. 1.
Cx. 8. 51, m. 1 (22), docs. 1 e 2.
Cx. 8. 51, m. 3 (6), doc. 1.
Cx. 8. 52, m. 1 (25), docs. 1 e 2.
Cx. 8.55, m. 1 (2), docs. 1 a 110.
Cx. 8. 55, m. 1 (8), doc. 1.
Cx. 8. 55, m. 1 (11), docs. 1 e 2.
Cx. 8. 55, m. 1 (12), docs. 1 a 4.
Cx. 8. 55, m. 3 (1), docs. 1 a 63.
Cx. 8. 55, m. 3 (2), docs. 1 a 36.
Cx. 8. 55, m. 3 (3), docs. 1 a 39.
Cx. 8. 55, m. 3 (4), docs. 1 a 32.
Cx. 8. 55, m. 3 (5), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 3 (6), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 3 (7), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 3 (8), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 3 (9), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 3 (10), doc. 1
Cx. 8. 55, m. 4 (1), docs. 1 a 43.
Cx. 8. 54, m. 1 (3), docs. 1 a 7.
Cx. 8. 57, m. 1 (18), doc. 1.

Governo do Distrito de Sofala

Cx. 8.5, m. 1 (10), docs. 1.
Cx. 8.5, m. 1 (11), docs. 1 a 8.
Cx. 8.1, m. 3 (7), docs. 1 a 7.
Cx. 8.3, m. 1 (1), doc. 34.
Cx. 8.3, m. 1 (5), docs. 1.
Cx. 8.3, m. 1 (6), docs. 1.
Cx. 8.3, m. 1 (7), docs. 1 a 3.
Cx. 8.3, m. 1 (8), docs. 1 a 3.
Cx. 8.9, m. 3 (1), docs. 1 a 47.
Cx. 8.9, m. 3 (2), docs. 1 a 49.
Cx. 8.9, m. 3 (3), doc. 1.
Cx. 8.9, m. 3 (4), docs. 1 a 10.
Cx. 8.9, m. 3 (14), docs. 1 a 16.
Cx. 8.14, m. 1 (1), docs. 1 a 10.
Cx. 8.14, m. 1 (2), docs. 1 e 2.
Cx. 8.14, m. 1 (3), docs. 1 a 73.
Cx. 8.17, m. 1 (10), doc. 1.
Cx. 8.17, m. 1 (11), doc. 1.
Cx. 8.17, m. 1 (11), doc. 10.
Cx. 8.17, m. 1 (12), doc. 1.
Cx. 8.17, m. 1 (14), doc. 1.
Cx. 8.19, m. 1 (14), docs. s. nº.
Cx. 8.21, docs. 1 a 5.
Cx. 8.21, m. 3 (1), docs. 1 a 31.

Cx. 8.21, m. 3 (2), docs. 1.
Cx. 8.21, m. 3 (4), docs. 1.
Cx. 8.21, m. 3 (5), docs. 2 a 81.
Cx. 8.21, m. 3 (7), docs. 1 a 5.

Governo do Distrito de Lourenço Marques

Cx. 8.10, m. 2 (2), doc. 1.
Cx. 8.70, m. 2, docs. 1 a 140.
Cx. 8.70, m. 3, docs. 1 a 29.
Cx. 8.70, m. 4, docs. 1 a 35.
Cx. 8.134, m. 1 (1), docs. 1 a 10.

Governo do Distrito Militar de Gaza

Cx. 8.3, m. 1 (6), docs. 1 a 5.
Cx. 8.12, m. 1 (21), doc. 1.
Cx. 8.2, m. 1 (5), doc. 1.
Cx. 8.5, m. (a), doc. 1.
Cx. 8.11, m. 1 (5), docs. 1 a 3.
Cx. 8.13, m. 2 (7), docs. 1 a 3.
Cx. 8.15, m. 1, docs. 1 a 4.

Governo do Distrito Militar de Gaza. Intendência Geral dos Negócios Indígenas

Cx. 8.2, m. 3 (13), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 1 (a), docs. 1 a 3.

Distrito de Angoche

Cx. 8.1, m. 1 (13), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (6), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (7), docs. 1 a 6.
Cx. 8.1, m. 3 (1), doc. 1 e 2.
Cx. 8.1, m. 3 (4), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 3 (5), docs. 1 e 2.
Cx. 8.1, m. 3 (6), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 4 (6), docs. 1 a 58.
Cx. 8.1, m. 4 (7), doc. 1.

Distrito de Manica

Cx. 8.1, m. 2 (41), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (42), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (43), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (44), docs. 1 a 5.
Cx. 8.1, m. 2 (45), doc. 1.

Distrito do Zumbo

Cx. 8.2, m. 1 (2), docs. 1 a 5.
Cx. 8.2, m. 1 (3), docs. 1 a 5.
Cx. 8.3, m. 1 (66), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 1 (76), doc. 1.
Cx. 8.1, m. 2 (22), docs. 1 a 3.
Cx. 8.3, m. 2 (59), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 2 (61), doc. 1.
Cx. 8.3, m. 2 (62), doc. 1.

Governo do Distrito de Cabo Delgado

Cx. 8.14, m. 2 (18), doc. 1.
Cx. 8.20, m. 1 (1), docs. 1 a 4.
Cx. 8.20, m. 1 (2), docs. 1 a 31.
Cx. 8.36, m. 2 (10), docs. 1 a 10.
Cx. 8.37, m. 3 (13), docs. 1 a 10.
Cx. 8.44, m. 1 (3), doc. 1.

2. IMPRESSOS

Os acontecimentos de Lourenço Marques (Documentos), Lisboa, Typographia da Empresa do Jornal da Noite, Calçada do Combro, 38, 1888.

Algumas palavras acerca das Operações de Guerra no Districto de Moçambique durante o governo do Exmº Sr. Conselheiro Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel (1903-1904), Separata da revista “Portugal em Africa” n.ºs 130 a 135 – Outubro de 1904 a Março de 1905, Lisboa, Typographia Adolpho de Mendonça, 1906.

ALBUQUERQUE, Antonio Maria Seabra de, coord., *Selecta da Infância. Approvada para uso das escolas primarias em sessão da Junta consultiva de Instrucção Publica de 1 de Junho de 1870*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.

ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Moçambique, 1896-98*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899.

ALFREIXO, Graça e FREIRE, Henrique, *Elementos de Pedagogia para servirem de Guia aos Candidatos ao Magistério Primário*, Lisboa, Livraria Ferreira, 7ª edição, 1886.

ALLEN, W. Pessoa, *Portugal e Africa, primeira parte – A questão do Zaire*, Lisboa, Typ. De Christovão Augusto Rodrigues, Rua do Norte, 104, 1º, 1884.

ALMEIDA, Francisco José Lacerda de, *Diário da Viagem de Moçambique para os Rios de Senna*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

ALMEIDA, J. B. Ferreira de Almeida, *O Interesse Nacional – discurso proferido na câmara dos senhores deputados em 10 de Junho de 1891 sobre a alienação de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

- AMADO, José de Sousa, *Compêndio de Geografia das Províncias e Colónias Portuguesas d'Além Mar, na Europa, Africa, Azia e Australasia. Seguido de nove cartas das mesmas possessões, que são as de Açores, Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Thomé Príncipe, Moçambique, Damão, Goa, Macao e Timor*, Segunda Edição, Aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Publica, Lisboa, 1862.
- O Amigo dos Meninos, Introdução. Primeiros exercícios de leitura, em caracteres variados*, Propriedade do Asylo de infância de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, quarta edição, 1864.
- Annaes do Conselho Ultramarino - parte oficial*, vol I, nº 1 (1854) – nº 8 (1867), Lisboa, s.n..
- Annaes Marítimos e Coloniaes*, dir. da Associação Marítima e Colonial, 1ª série, nº 5, Março de 1841, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.
- Annaes Marítimos e Coloniaes*, dir. da Associação Marítima e Colonial, 4ª série, parte official, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- Annaes Marítimos e Coloniaes*, dir. da Associação Marítima e Colonial, 6ª série, parte official, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.
- ANDRADE, Onofre Lourenço de, *O Presídio de Lourenço Marques - no período de 24 de Novembro de 1859 a 1 de Abril de 1865*, Opúsculo offerecido ao Illmº e Exmº Sr. Marquez de Sá da Bandeira, Lisboa, Ty. Rua do Bemformoso, 153, 1867.
- ARAUJO, António José de, *Os acontecimentos de Lourenço Marques: a questão do caminho de ferro*, Lisboa, Typ. Da Empreza do Jornal da Noite, 1889.
- ARAUJO, Joaquim de, *Primeiras Leituras – Selecta Infantil coordenada para uso das escolas primarias*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, Lugan e Genelioux, Successeurs, 1891.
- AULETE, F. Julio Caldas, *Selecta Nacional – adoptada pelo Conselho Geral de Instrução Publica*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1873.
- AULETE, F. Julio Caldas, *Selecta Nacional – approvada pelo governo para uso dos Lyceus*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1873a.
- AULETE, F. Julio Caldas, *Grammatica Nacional – adoptada pelo Conselho Geral de Instrução Publica*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1874, 8ª edição.
- AULETE, F. Julio Caldas, *Selecta Nacional – Curso Pratico de Literatura Portugueza, obra approvada pelo Governo para uso das Escolas Primarias e dos Lyceus*, Primeira Parte, Quarta Edição, Literatura, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1881.
- AULETE, F. Julio Caldas, *Selecta Nacional – Curso Pratico de Literatura Portugueza, obra approvada pelo Governo para uso dos Lyceus e por elle mandada adoptar como Livro de Leitura e Analyse nas Aulas primarias*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1891, nova edição.
- AZEVEDO, José de Oliveira Serrão de, (chefe do serviço de saúde), «Estudo para o Estabelecimento de um Sanatório na Província de Moçambique», Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1909.
- BANDEIRA, Marquez de Sá da, *O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

- BAPTISTA, Antonio Maria, *Ensaio sobre Educação ou Guia do Educador*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1867.
- BAPTISTA, J. Renato, *Caminho de Ferro da Beira a Manica – Excursões e Estudos efectuados em 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892
- BETTENCOURT, E. A. de, *Noções de Historia de Portugal para uso das escolas de instrucção primaria* e satisfazendo tambem ao programma de historia do primeiro anno do curso normal; Seguidas dos extractos dos QUADROS SYNOPTICOS, da mesma historia, approvados pelo ministério do reino, como subsidio para o ensino de historia patria na instrucção secundaria, Lisboa, Typographia Universal, 1883.
- Boletim Oficial*, Imprensa Nacional de Moçambique, 1854 a 1900.
- BORDALO, Francisco Maria, *Ensaaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar, ou Estatística das Possessões Portuguesas na Africa Occidental e Oriental na Ásia Occidental na China e na Oceânia, começados a escrever de ordem do governo de Sua Magestade por José Joaquim Lopes de Lima e continuados por Francisco Maria Bordalo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, II série, livro IV.
- BORGES, Viriato, *Algumas notas e impressões de Moçambique – Apontamentos de uma comissão ordinária 1908-1909*, Setúbal, Tip. Mascarenhas, 1912.
- Boletim do Conselho Ultramarino: legislação novíssima*, vol. I, ano de 1845, Lisboa.
- Boletim Official de Instrucção Publica*, nº 4, Abril, Imprensa Nacional, Lisboa, 1861.
- BOTELHO, Sebastião Xavier, *Resumo para servir de introdução à memoria estatistica sobre os dominios portugueses na Africa Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.
- BOTELHO, Sebastião Xavier, *Memoria Estatistica sobre os dominios portugueses na Africa Oriental*, Lisboa, Typ. De Jose de José Baptista Morando, 1835.
- BOTELHO, Manuel Francisco de Medeiros, *Projecto de Reforma geral de Instrucção Primaria e Secundaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, p. 5.
- BORDALO, Francisco Maria, *Ensaaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar, ou Estatística das Possessões Portuguesas na Africa Occidental e Oriental na Ásia Occidental na China e na Oceânia, começados a escrever de ordem do governo de Sua Magestade por José Joaquim Lopes de Lima e continuados por Francisco Maria Bordalo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, II série, livro IV.
- Breves Considerações que ao Illmo. E Exmo. Snr. Conselheiro António Augusto d'Almeida Portugal Correa de Lacerda, Coronel do Estado Maior do Exercito e Governador Geral desta Província acerca das vantagens da mudança da cidade de Moçambique para o continente fronteiro, oferecem os principaes habitantes e proprietários da mesma cidade*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1868.
- Breves Reflexões acerca do projecto de reforma do decreto de 20 de setembro de 1844 agora apresentado á Camara dos srs. Deputados, no Parecer da Comissão de instrucção publica*, nº 23, Coimbra, Imprensa do Observador, 1849.
- BULHÕES, Miguel Eduardo Lobo de, *Les colonies portugaises: court exposé de leur situation actuelle*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1878.

- CAMERON, V. L., *Atravez d'Africa, viagem de Zanzibar a Benguella*, traduzida do inglês por Francisco de Lencastre, volume I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C^a, 1879.
- O Caminho de ferro de Lourenço Marques, parecer da comissão africana e informação apresentada pelo vogal Joaquim José Machado*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1882.
- A Campanha D'Africa contada por um sargento*, Lisboa, Empreza do Occidente, Largo do Poço Novo, 1896, p.
- As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos*, prefácio e notas de Marcello Caetano, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa, MCMXLVII.
- A Campanha contra os Namarraes. Relatórios enviados ao ministro e secretario d'estado dos negócios da marinha e ultramar, pelo comissário régio da província de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- CAPELO, Hermenegildo, IVENS, Roberto, *De Angola à Contracosta*, Edição Integral Ilustrada, Publicações Europa-América, 2^o vol., Lisboa, 1998.
- Colónias Agrícolas no Districto de Lourenço Marques, projecto de uma comissão especial*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1890.
- LEME, Luís da Câmara de, *Lourenço Marques: estudo synthetico sob o aspecto histórico politico e moral, precedido de uma exposição previa e de um prologo*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1897.
- LOPES, Valentim José da Silveira, *Carta a Um Professor de Aldeã sobre a Leitura Repentina*, Lisboa, Typographia de A. J. F. Lopes, 1853.
- Do Clima e das Doenças da Província de Moçambique – comprehendendo diversas notícias sobre a Topographia, Meteorologia, Pathologia e Therapeutica; por diferentes médicos navaes e por outros que pertenceram ao quadro de saúde da mesma província*, 1883, Lallemant Frères, Typ. Arques.
- CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Guia do Colono para a Africa Portuguesa, Revista e correcta por muitos dos principaes africanistas portugueses*, Typ. Da Empreza Litteraria e Typographica, Porto, 1891.
- CAMARA, Perry da, *Africa Oriental. Descrição dos Territórios do Districto de Cabo Delgado que fazem parte da concessão feita à Companhia do Nyassa*, Lisboa, Adolpho, Modesto & C^a - Impressores, 1893.
- CAMERON, V. L., *Atravez d'Africa, viagem de Zanzibar a Benguella*, traduzida do inglês por Francisco de Lencastre, volume I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C^a, 1879.
- CAMPAGNE, E. M., *Diccionario Universal de Educação e Ensino, util á mocidade de ambos os sexos, ás mães de família, aos professores, aos directores de collegios, aos alumnos que se preparam para exames, contendo o mais essencial da sabedoria humana e toda a sciencia quotidianamente applicavel em assumpto: 1^o de educação; 2^o de instrucção primaria; 3^o de instrucção seccundaria. Segue Diccionario Etymologico de Todas as Palavras Technicas provenientes das línguas grega e latina, trasladado a Portuguez por Camillo Castello Branco e ampliado pelo traductor nos artigos deficientes em assumptos relativos a Portugal, Porto e Braga*, Livraria Internacional, 1873, 2 vols.

- CASTILHO, Augusto de, *Relatório da Viagem da Canhoneira Rio Lima de Lisboa a Moçambique 1884-1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- CASTILHO, Augusto de, *África Oriental: Portugal em Lourenço Marques*, pub. Por Eduardo Borges de Castro, Porto, T&yp. da Empresa Literária e Typográfica, 1895.
- CASTILHO, Antonio Feliciano de, *Methodo repentino: folhas soltas para uso das escolas*, Ponta Delgada, s. n., 1848.
- CASTILHO, Antonio Feliciano de, *Leitura Repentina – Methodo experimentado e effiacissimo para em poucas licções, e com muito recreio, se aprenderem a ler impressos, manuscriptos e numeração, com recreação de mestres e discípulos aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica do Reino*, Lisboa, Typ. Da Revista Universal Lisbonense, 1850.
- CASTILHO, Antonio Feliciano de, *Noções Rudimentaes para uso das Escolas dos Amigos das Lettras e Artes de San Miguel*, Ponta Delgada, 1850a.
- CASTILHO, António Feliciano de, *Método Portuguez Castilho para o ensino do ler e escrever*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1853.
- CASTILHO, Antonio Feliciano de, *Noções Rudimentaes para uso das Escolas dos Amigos das Lettras e Artes de San Miguel*, Ponta Delgada, 1859.
- CASTRO, Álvaro de, *Africa Oriental Portuguesa – Notas e Impressões*, 1ª série, Lisboa, Livraria Académica, s.d..
- CASTRO, Soares de, *Os Achirimas* (Ensaio Etnográfico), Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1941.
- CIRNE, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos e, *Documentos para a historia das colonias portuguezas: memoria sobre a provincia de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- CLEMENTE, Francisco d' Assis, *Estudos Indianos e Africanos*, Typographia Mattos Moreira, Lisboa, 1889.
- Do Clima e das Doenças da Província de Moçambique – comprehendendo diversas notícias sobre a Topographia, Meteorologia, Pathologia e Therapeutica; por diferentes médicos navaes e por outros que pertenceram ao quadro de saúde da mesma provincia*, 1883, Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.
- COELHO, F. Adolpho, *Os Povos Extra europeus e em especial os Negros d'Africa ante a Civilização Europeia*, Conferências feitas na Sociedade de Geographia de Lisboa, 13 de Maio de 1893, vol. I, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.
- COELHO, F. Adolpho, *Os Povos Extra europeus e em especial os Negros d'Africa ante a Civilização Europeia*, Conferências feitas na Sociedade de Geographia de Lisboa, 17 de Maio de 1893, vol. II, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.
- Collecção official da legislação portugueza – anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, pp. 599-606.
- Comunicação Reservada – Novas explorações africanas. Parecer da Comissão africana sobre a proposta e offerecimento do Exmo. Consocio, Carlos de Mello*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Typ. E Lyt. de Adolpho, Modesto e C^a., 1886.

- COSTA, D. António da, *Necessidade de um Ministério de Instrução Publica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- COSTA, D. António da, *A instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.
- COSTA, D. Antonio da, *Historia da Instrução Popular em Portugal – desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.
- COSTA, D. Antonio da, *Auroras da Instrução pela iniciativa particular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- COSTA, D. António da Costa, *O Ministério da Instrução Pública e a centralização do ensino primário oficial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- COSTA, Eduardo da, *O Distrito de Moçambique em 1898*, Biblioteca da Revista Portuguesa Colonial e Marítima, Livraria Ferin, Lisboa, 1902.
- COURTOIS, Victor José, *Notes Chronologiques sur les Anciennes Missions Catholiques au Zambèze*, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1889.
- COURTOIS, Victor José, *Santo Evangelyo ya Jezu Kristo – yakukondzedua um chi-nyungwe*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- COURTOIS, Victor José, *Diccionario Portuguez-Cafre-Tetense ou Idioma fallado no districto de tete e na vasta região do Zambeze inferior – Mafara Akukonkédua a chizungu na um chisendzi cha ku Nyungue*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899a.
- COURTOIS, Victor José, *Elementos de Grammatica Tetense – Língua Chi-Nyungue – idioma fallado no districto de Tete e em toda a vasta região do Zambeze inferior*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899b.
- COUTINHO, João de Azevedo, *Memórias de Um Velho Marinheiro e Soldado de África*, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d..
- CUNHA, Joaquim d'Almeida da, *Apontamentos para o Estudo das Linguas Falladas pelos Indígenas da província Portuguesa de Moçambique*, Luanda, Imprensa Nacional, 1886.
- Decreto de 20 de Setembro de 1844 sobre Instrução Publica*, Angra, Imprensa do Governo, 1845.
- DEUS, João de, *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, Porto, Livraria Universal, Typ. De Antonio José da Silva Teixeira, 1876.
- DINIZ, Carlos, *Informações sobre a Costa Norte de Moçambique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Direitos de Portugal aos Territorios de Machona e Nyassa – 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.
- Documentos relativos ao Apresamento da Barca Franceza Charles et Georges apresentados às cortes em 1858 e em geral ao engajamento de negros, debaixo da nomeação de trabalhadores livres nas possessões da coroa de Portugal na costa oriental e occidental de Africa para as colónias francezas apresentados ás cortes na sessão legislativa de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.
- DUPEYRON, Pedro, Padre, *Pequeno Vademecum da Lingua Bantu na província de Moçambique ou Breve Estudo da Lingua Chi-Yao ou Adjaua comparada copm os dialectos de Sena, Tete e*

- Quelimane e seguida d'um vocabulário da mesma lingua*, Lisboa, Administração do Novo Mensageiro do Coração de Jesus, s.d.. [Na edição consultada o autor faz dedicatória a Jaime Mauperrin Santos que assina do Colégio de Campolide em 17-08-904.]
- ENNES, António, *A Guerra de África em 1895*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- Encyclopedia das Escolas d'Instrução Primaria composta por distintos escriptores José Maria Latino Coelho*, Lisboa, no Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1857.
- Estatistica da Instrucção Primaria em Portugal – organizada sobre a inspecção extraordinária de 1863 a 1864 tabellas districtaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.
- FEIO, Manuel Moreira, *Indígenas de Moçambique*, Estudos Sociológicos, Lisboa, Typographia do Commercio, 1900.
- FERREIRA-DEUSDADO, *Estudos sobre Criminalidade e Educação (Philosophia e Antropagogia)*, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, Lisboa, 1889.
- FERREIRA-DEUSDADO, *Plano de uma Escola Colonial Portuguesa – alvitre apresentado à grande comissão da subscrição para a defesa nacional e à liga patriótica do norte*, Minerva Avenida, Lisboa, s.d..
- FERREIRA, José Joaquim, *Recordações da expedição da Zambézia em 1869, precedida de uma carta de Augusto de Castilho*, Elvas, Typographia Progresso, 2ª edição, 1891.
- FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de, *Breve Selecta Clássica, para uso das Escolas primarias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845.
- O Folheto Africa Oriental do Sr. Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista e o comandante do corpo expedicionário a Moçambique*, Lisboa, Typ. do jornal As Collonias Portuguezas, 1894.
- GAMA, J. V. da, «Almanach Civil Ecclesiastico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique para o ano de 1859, 3º depois do Bissexto», Moçambique, Imprensa Nacional, 1859.
- GARCIA, Conde de Penha, *A Partilha de Africa – Conferencia realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, em 2 de Março de 1896*, Lisboa, Typographia Universal, 1901.
- GODINHO, Manoel Nunes, *Preceitos Calligraphicos theoricos e prácticos para instrucção da mocidade*, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1850.
- GUZMAN, Miguel Guilherme Sanches de, *Lourenço Marques, colónias agrícolas, estudo e projecto*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1882.
- Importation abusive en Afrique par dès sujets anglais d'armes perfectionées : protestation présentée au Gouvernement Portugais para la Societé de Géographie de Lisbonne*, Lisbonne, Typographie Portugaise, 1889.
- Instrucção Publica em Portugal, volume I – Legislação, Programmas, Regulamentos*, Exposição Universal de 1900 – Secção Portugueza, Lisboa, 1890.
- Instrucções Provisórias para o Serviço de Campanha em Africa por Portaria nº 346 de 27 de Agosto de 1896*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1896. [Elaboradas pelo capitão de estado major Eduardo Costa em 1895 e mandadas pôr em execução pelo coronel Galhardo. São publicadas a 27 de Agosto de 1896 com a assinatura de Ayres d'Ornellas.]

- Instruções para o Funcionamento dos Depósitos Officiaes de Vinhos Portugueses em Africa aprovadas por portaria de 9 de Novembro de 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- JORDÃO, Levy Maria Jordão, *O Orçamento e as Colónias*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867.
- JUNIOR, António de Campos, *Victorias d'Africa, a defesa de Lourenço Marques e as campanhas do valle do Incomati e do paiz de Gaza, 1894-1895*, Lisboa, Typ. Rua do Norte, 1896.
- JUNOD, Henri A., *Grammaire Ronga suivie d'un Vocabulaire ronga-portugais-français-anglais, pour exposer et illustrer les lois du ronga, langage parlé par les indigènes du district de Lourenço-Marquès*, Lausanne, Imprimerie Georges Bridel & Cie., 1896a.
- JUNOD, Henri, *Manuel de Conversation et Doctionnaire – Ronga-Portugais-Français-Anglais*, Lausanne, Imprimerie Georges Bridel & Cie., 1896b.
- LAPA, Joaquim José e Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *Elementos para um Diccionario Chorographico da Província de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geographia, 1889.
- LARCHER, José de Souza, *A Questão Colonial – o Mahometanismo em Africa – Venda, arrematamento ou emancipação da província de Moçambique sob um protectorado inglez*, Empreza Litteraria Lisbonense, Libanio & Cunha – Editores, Lisboa, 1898.
- LAPA, Joaquim José e Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, *Elementos para um Diccionario Chorographico da Província de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geographia, 1889.
- LARCHER, José de Souza, *A Questão Colonial – o Mahometanismo em Africa – Venda, arrematamento ou emancipação da província de Moçambique sob um protectorado inglez*, Empreza Litteraria Lisbonense, Libanio & Cunha – Editores, Lisboa, 1898.
- LEÃO, José Barbosa, *Considerações sobre o Transporte de Pretos entre as Colónias Portuguezas d'Africa*, publicado no «Jornal do Commercio» de Lisboa, de 27 de Fevereiro 1, 4 e 9 de Março de 1864, Lisboa, Typographia Universal, 1864.
- LEDUC, Saint-Germain, *O novo amigo dos meninos – traduzido em vulgar pelo director da escola normal primária de Lisboa Luíz Filipe Leite*, Lisboa, Typographia Universal, 1854, 2 vols.
- A Legislação – 1895*, publicação mensal. Proprietário e director João M. Pacheco Teixeira Rebello, Typographia Gutenberg, Porto, 1896.
- A Legislação – 1896*, publicação mensal. Proprietário e director João M. Pacheco Teixeira Rebello, Typographia Gutenberg, Porto, 1897.
- LUPI, Eduardo do Couto, *Angoche – Breve memoria sobre uma das capitánias-móres do districto de Moçambique*, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar, Typographia do Annuario Commercial, Lisboa, 1907.
- MACHADO, Joaquim José, *Moçambique: comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa nas sessões de 6, 13 e 22 de Dezembro de 1880*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1881.
- MACHADO, Joaquim, *Fornecimento d'armas aos Matabeles, Zambézia Britânica e o Território dos Swasis – comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa na sessão de 11 de Novembro de 1889*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Questões Africanas, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, Lisboa, 1889a

- MACHADO, Joaquim, *Questões Africanas – Maputo-Lourenço Marques-Mossamedes – comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa na sessão de 1 de Abril de 1889*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1889b
- MACHADO, Joaquim, *O Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique, Comunicação á Sociedade de Geographia de Lisboa na sessão de 4 de Março de 1895*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1895.
- MACHADO, João de Sousa, *Memorial e proposta para a formação d'uma Companhia geral para Moçambique*, Lisboa, 1855.
- MACHADO, João de Sousa, *Correspondência Official do Tenente Coronel d'Infanteria de Moçambique dirida ao Exmº Sr. Visconde de Sá da Bandeira, Presidente do Conselho Ultramarino*, no anno de 1852, 1853, 1854, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1854.
- Manica: comunicação e proposta do sócio Joaquim Carlos Paiva d'Andrada e parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geographia*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1882.
- MALHEIRO, Lourenço, *Colonização de África*, Lisboa, Typ. do Diário de Portugal – Rua do Norte, 145, 1879.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *Elementos de Antropologia (Historia Natural do Homem)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1885.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *Portugal em Africa – A Questão Colonial – O Conflito Anglo-Portuguez*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan e Genelioux, Sucessores, 1891.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *O Brazil e as Colónias Portuguezas*, Livraria Bertrand, 3ª edição, Lisboa, 1887.
- MATHERS, E. P., *Zambézia – Englands El Dorado, in Africa being a Description of Matabeleland & Mashonaland & na Account of The Gold Fields of British South Africa*, London, King, Sell & Railton, 1891.
- Melhoramentos na província de Moçambique: consulta e propostas*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1890.
- Methodo Hudson offerecido à Infância e ao Povo*, Rio de Janeiro, Typ. Central de Brown & Evaristo, 1876.
- Missões em África, Discurso do Exmº Sr. Conselheiro Henrique de Barros Gomes nas sessões de 20 e 25 de Abril de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- MONTANHA, Joaquim de Santa Rita, «Relatório da Viagem de Ida Estada e Volta aos Holandeses da República Holandesa Africana, Existente no Interior do Sertão da Costa de África», in *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1ª série, 1857, pp. 317-354.
- MONTEVERDE, Emílio Achilles, *Mimo á Infância ou Manual de Historia sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

- MONTEVERDE, Emílio Achilles, *Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primaria*, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Publica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, décima edição.
- MONTEVERDE, Emílio Achilles, *Methodo Facillimo para Aprender a Ler tanto a Letra Redonda como a Manuscripta no mais curto espaço de tempo possível*, undécima edição, revista e melhorada aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Publica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874a.
- MONTEVERDE, Emílio Achilles, *Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primaria*, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Publica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886a, duodécima edição.
- MONTEVERDE, Emílio Achilles, *Methodo Facillimo para Aprender a Ler e escrever – no mais curto espaço de tempo possível para uso das crianças que frequentão as aulas tanto em Portugal como no Brazil*, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Publica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886b, duodécima edição.
- NEVES, José Accursio das, *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa, e na Ásia*, Lisboa, Lisboa, Na Inpressão Régia, 1830.
- NOGUEIRA, A. F., *A Raça Negra sob o ponto de vista da civilisação da Africa – usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e As Colónias Portuguesas*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1880.
- NOGUEIRA, Joaquim António, *Catão Portuguez ou Cathecismo Constitucional*, Typographia de Manoel de J. Coelho, 2ª edição, Lisboa, 1845.
- Novas Explorações Africanas – comunicação de uma proposta dos srs. Alfredo Augusto Caldas Xavier, S. S. G. L., Joaquim Emygdio Xavier Machado e Miguel Victorino Pereira Garcia. Parecer da Comissão Africana. Relator Ferreira do Amaral.* Lisboa, Typographia de Adolpho Modesto & Cª, Fornecedores da Sociedade de Geographia, Rua Nova do Loureiro, 25 a 43, 1887.
- OLIVEIRA, Delfim José de, *A Província de Moçambique e o Bonga*, Coimbra, Imprensa Académica, 1879.
- ORNELLAS, Ayres de, *Mouzinho de Albuquerque – sua acção em Moçambique – conferência realizada em sessão especial em a noite de 1 de Fevereiro 1902*, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902.
- ORNELLAS, Ayres de, Henrique Couceiro, Eduardo da Costa, Mousinho de Albuquerque, *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1897.
- PENEDA, Tenente António Maria, *Noções Teóricas mais indispensáveis ao recruta indígena de Moçambique*, Colónia de Moçambique – Quartel general, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1930.
- PEREIRA, João Félix, *Compendio de Chorographia Portuguesa para uso das aulas de instrução primaria e secundaria*, 6ª edição, Lisboa, Typographia, Rua da Condessa nº 3, 1855.
- PEREIRA, João Félix, *Resumo de Historia Portuguesa. Para uso das aulas de Instrução Primaria*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1852.

- PERY, Gerard A., *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias, com um atlas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- PIRES, A. De Oliveira, *Algumas Reflexões sobre a Questão do Trabalho nas Possessões Portuguezas d'Africa*, Lisboa, Typographia Progresso, 1874.
- Politica Portuguesa na Africa – Memoria Histórica e Politica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique António José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- Providencias publicadas pelo commissario régio na província de Moçambique Joaquim Mousinho de Albuquerque desde 1 de Dezembro de 1896 até 18 de Novembro de 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- ALMEIDA, António Augusto de Sá e, *A Questão do Maputo – Documentos*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, 1890.
- Questões Africanas – Sociedade de Geografia de Lisboa, Proposta apresentada em 12 de Fevereiro de 1880 da Sociedade de Geografia de Lisboa pela Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização d'Africa (Comissão Africana)*, Lisboa, Casa da Sociedade, 1880.
- Regime dos Prazos da Zambézia – Relatório apresentado ao Conselho Colonial, em Junho de 1915, pelo vogal representante da província de Moçambique, Ernesto de Vilhena. Parecer do mesmo Conselho, de 22 de Outubro desse ano*, Ministério das Colónias, Imprensa Nacional de Lisboa, 1916.
- Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas da Província de Moçambique aprovado por portaria nº 859-A de 30 de Novembro de 1904*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1904.
- Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas da Província de Moçambique aprovado por portaria nº 571-A de 14 de Julho de 1906*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1906.
- Regulamento para os contratos de serviçaes e colonos nas províncias da Africa portuguesa, approved por decreto de 21 de Novembro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.
- Regulamento para os contratos de serviçaes e colonos nas províncias da Africa portuguesa*, Loanda, Imprensa Nacional, 1894.
- Relação de Moçambique – Breves apontamentos para a história do Ultramar*, Lisboa, Imprensa Africana, 1909.
- Relatório da Inspeção a alguns prazos do Distrito de Tete pelo Governador do Distrito*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1911.
- Relatório do Serviço de Saúde da província de Moçambique – Anno de 1905 – Secretaria Geral do Governo da Província de Moçambique, Repartição de Saúde*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907.
- Relatório e Decreto acerca da Exploração de pedras e metaes preciosos na província de Moçambique datado de 6 de Dezembro de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- Relatório apresentado ao Commando Geral do estado Maior pelo capitão do mesmo corpo Eduardo Augusto Ferreira da Costa acerca da Missão desempenhada em Moçambique de Janeiro a Dezembro de 1895, durante a Campanha*, Moçambique, 1895.

- Relatórios enviados ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo Commissário Régio da Província de Moçambique acerca da Campanha contra os Namarraes e do combate de Macontene no território de Gaza, s.l., s.n., 1896.*
- Repertorio Alfabético de todas as Leis, Decretos, Portarias do Ministerio, do Governo Geral de Moçambique, De execução permanente Que se contem no Boletim Official Da Província de Moçambique, Dos annos de 1854 a 1860 Inclusive, Moçambique, Imprensa Nacional, 1862.*
- RODRIGUES, David, *A Ocupação de Moçambique (1869-1909)*, Lisboa, Editado pela Revista de Infantaria, 1910.
- RIBEIRO, José Carmona, *Sumários do Boletim oficial de Moçambique*, 1ª série, anos de 1855-1965, Edição de Barbosa & Xavier, Lda., Braga, s. d..
- RIBEIRO, Manuel Ferreira, *As Conferencias e o Itinerário do Viajante Serpa Pinto atravez das terras da Africa Austral nos limites das províncias de Angola e Moçambique – Biè a Soshong, Junho a Dezembro de 1878*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1879.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira, *A Capital de Moçambique sob o ponto de vista da Immigração e Colonisação*, Porto, Empreza Ferreira de Brito, 1882.
- RIBEIRO, Sousa, *Provincia de Moçambique, Relatorio do Secretario Geral*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.
- ROMERO, Jeronymo, *Memoria acerca do Districto de Cabo Delgado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.
- ROMERO, Jeronymo, *Suplemento á Memoria Descritiva e Estatística do Districto de Cabo Delgado com uma Noticia acerca do estabelecimento da Colónia de Pemba*, Lisboa, Typographia Universal, Rua dos Calafates, 110, 1860.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Émile ou de l'Éducation*, Paris, GF Flammarion, 1966.
- SÁ, Moreira de, *Compendio de historia Nacional – para uso dos alunos que frequentam as aulas de instrucção primaria*, 3ª edição, aprovada pelo Conselho Geral d'Instrucção Publica, Lisboa, Typographia das Horas Romanticas, 1876.
- SÁ DA BANDEIRA, Lisboa, Ty. Rua do Bemformoso, 153, 1867.
- SARMENTO, Augusto César Rodrigues, *O Governador Geral da Província de Moçambique*, Moçambique, Imprensa Nacional, 1881.
- SILVA, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da Silva, *Rezumo das Noticias do Districto de Sofalla e Sertoens vizinhos desde o anno de 1755 em que esta Provincia foi desmembrada dos Estados da Índia até o corrente anno de 1884 in Memórias de Sofala*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.
- SILVA, Joaquim Joze Ventura da, *Regras Methodicas para se aprender a escrever o caracter da letra ingleza offerecidas ao Augustissimo senhor Dom Pedro, Principe da Beira*, Lisboa, s. n.. (18--).
- SILVA, Joaquim Joze Ventura da, *Regras Methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras Ingleza, Portugueza, Aldina, Romana, Gotica-Italica, e Gotica-Germanica; acompanhadas de hum Tratado Complecto de Arithmetica offerecidas ao Augustissimo senhor*

- Dom Pedro, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves*, Lisboa, Imprensa Régia, Segunda Edição, 1819.
- SILVA, Joaquim Joze Ventura da, *Nova Arte de Ensinar, e de Aprender a Ler o Portuguez por Methodo Mui Fácil, e Breve*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1834.
- SILVA, Joaquim Joze Ventura da, *Regras Methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras Inglesa, Portuguesa, Aldina, Romana, Gotica-Italica, e Gotica-Germanica, acompanhadas de hum Tratado Completo de Arithmetica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.
- SILVA, Silvério Augusto Pereira da, *Noticia acerca das Obras do porto de Lourenço Marques*, Lisboa, Typographia do Commercio, Travessa do Sacramento, ao Carmo, 3 a 7, 1901.
- SILVA, Joaquim José Travassos da, *Resumo d'Arithmetica para uso das escolas d'Instrucção Primaria*, Ponta Delgada, Typ. Da Rua do Botelho, nº 42, 1883.
- SOVERAL, Ayres de Carvalho, *Breve Estudo sobre a Ilha de Moçambique acompanhado d'um pequeno Vocabulário Portuguez-Macúá*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chradron, Casa Editora, Lugan e Gnelioux, sucessores, 1887.
- SOVERAL, Visconde de, *Apontamentos dobre o domínio de Portugal no Continente Africano offerecido á Sociedade de Geographia de Lisboa*, extraído do Boletim da Sociedade de geographia de Lisboa, nºs 4 e 5 – 10ª série, traduzido do inglez por Jeronymo P. A. da Camara Manoel.
- O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique, monographia pêra ser presente ao Congresso Colonial promovido pela sociedade de Geographia de Lisboa em 1901*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.
- TESTA, Carlos, *A Influencia Europea na Africa perante a civilização e as relações internacionais – Considerações acerca do tratado de 30 de Maio de 1879 denominado de «Lourenço Marques»*, Lisboa, Typographia Universal, 1880.
- VILHENA, Ernesto Jardim de, *A mão d'obra agrícola em Moçambique – memoria para ser presente ao Congresso Internacional de Agronomia Colonial que se reunirá em Bruxellas em Maio de 1910*, Lisboa, Typographia d'«A Editora», 1910.
- WEALE, Mansel, *The Truth About the Portuguese in Africa*, London, Awan Sonnenschein & Co., Paternoster Square, 1891.

B) ESTUDOS

- A.A.V.V., *História de Moçambique – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos mercadores (200/300 – 1886)*, vol. 1, Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, Cadernos Tempo 3, col. História, 2ª ed., 1998.
- A.A.V.V., *História de Moçambique – Moçambique no Auge do Colonialismo*, vol. 3, Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.
- A.A.V.V., *Para uma história da Educação Colonial*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Porto e Lisboa, Educa, 1996.

- ADÃO, Áurea, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras, As Escolas Régias (1772-1794)*, «Textos de Educação», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1997.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Portugal e a Escravatura em África – cronologia do séc. XV ao séc. XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *História do Colonialismo em África: cronologia*, Lisboa, Estampa, 1978-79, 3 vols.
- AFIDO, Pedro, *Osoma ni Olepa Emakhua – Mi Kinaazuwela Osoma*, A.A.I.M., 1995.
- AFIDO, Pedro, *Olavula Emakhua*, A.A.I.M., 1997.
- AFONSO, Aniceto, «António Enes, o herói civil» in *História de Portugal*, dir. João Medina, , Lisboa, Ediclube, 1994a, vol. IX, pp. 251-255.
- AFONSO, Aniceto, «Mouzinho de Albuquerque, o herói dos heróis» in *História de Portugal*, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1994b, vol. IX, pp. 255-262.
- African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998.
- ALBERTO, Manuel Simões, «Elementos para um Vocabulário Etnográfico de Moçambique» in *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Série C (Ciências Humanas), vol. 7, Lourenço Marques, 1965a, pp. 171-228.
- ALBERTO, Manuel Simões, «Elementos para um Vocabulário Etnológico e Linguístico de Moçambique» in *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Série C (Ciências Humanas), vol. 7, Lourenço Marques, 1965b, pp. 135-170.
- ALEXANDRE, Valentim, «A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX-XX)» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995.
- ALEXANDRE, Valentim, «Situações Coloniais: I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890)» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1998a, pp. 143-181.
- ALEXANDRE, Valentim, «Situações Coloniais: II – O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação (1890-1930)» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1998b, pp. 182-211.
- ALEXANDRE, Valentim, «Do império de antigo regime ao sistema colonial moderno: o nacionalismo imperial e os seus efeitos (1875-1930)» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000^a.
- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil Novas Africas, Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, 2000b
- ALMEIDA, Adelino A. M., «Moçambique e o seu ensino específico: as escolas de artes e ofícios 1878-1974» in *Africana*, nº 2 (Março de 1988).
- ALTUNA, P. Raul Ruiz de Asúa, *Cultura Tradicional Banto*, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Luanda, 1985.

- AMARAL, Ilídio do, «Viver a Cartografia em África» in *As Fronteiras de África*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997, pp. 13-22.
- AMSELLE, Jean-Loup, «Etnicidade e Identidade em África» in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 75-80.
- AMSELLE, Jean-Loup, «Etnia, Tribo, Conceitos Ambíguos» in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 141-142.
- ANDRADE, Alberto de, *Many Races – One Nation. The Traditional Anyi-Racialism of Portugal's Civilizing Methods*, Lisbon, 1956.
- ANTUNES, Luís Frederico, *O bazar e a fortaleza em Moçambique. A Comunidade Baneane do Guzerate e a Transformação do Comércio Afro-Asiático (1686-1810)*, Dissertação de Doutoramento em História (especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, *História da Educação*, Editora Moderna, S. Paulo, 2003.
- ARAÚJO, Helena Costa, *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século – 1870-1933*, Instituto de Inovação Educacional, Memórias da Educação 8, Afrontamento Edições, 2000.
- AREIA, M. L. Rodrigues de, «A etnização da África no contexto das políticas coloniais» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 377-384.
- As Fronteiras de África*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- AZEVEDO, Ávila de, *Política de Ensino em África*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1958.
- AZEVEDO, Ávila de, *Relance sobre a Educação em África (fundamentos e perspectivas)*, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, nº 69, Lisboa, 1963.
- AZEVEDO, Manuela de, *João de Deus Ramos, Vida e obra*, Associação de Jardins Escolas João de Deus, Notícias Editorial, 1997.
- BANDEIRA, Sá da, *O Tráfico da Escravatura e o Bill de Lord Palmerston*, Ulmeiro, Lisboa, 1977.
- BARBEITOS, Arlindo, «Oliveira Martins, Eça de Queiroz, a raça e o homem negro» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 599-614.
- BARRETO, Manuel Saraiva, *Aspectos da Lusofonia em Moçambique*, comunicação apresentada ao I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, Universidade do Minho – Letras e Artes, Lisboa, Novembro de 1976. Exemplar policopiado.

- BEAUD, Michel, *L'Art de la Thèse. Comment préparer et rédiger une thèse de doctorat, un mémoire de D.E.A. ou de maitrise ou tout autre travail universitaire*, Éditions de la Découverte, Paris, 1985.
- BENTO, Carlos Lopes, «A administração colonial portuguesa em Moçambique: um comando militar em Mogincual entre 1886 e 1902» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 274-290.
- BIRMINGHAM, David, «History in Africa» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 31-50.
- BIRMINGHAM, David, *História de Portugal – uma perspectiva mundial*, col. Da História, Terramar, Lisboa, 1998.
- BOLÉO, José de Oliveira, *Geografia Física de Moçambique (Esboço Geográfico)*, Lisboa 1950.
- BOLÉO, José de Oliveira, *Moçambique*, Monografias dos Territórios do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, 1951.
- BOLÉO, José de Oliveira, *História Breve da Evolução do Ensino no Mundo Português*, separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro – Março – Abril – Junho – Emp. Tip. Casa Portuguesa Sucessores, Lisboa, 1973.
- BOLÉO, José de Oliveira, *Moçambique, pequena monografia*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1961.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, *Alguns pontos da história de Moçambique*, separata dos n.ºs 7 a 12 da 39ª série do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.
- BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Editorial Teorema, Lisboa, 1989, p. 138.
- BRUCKNER, Pascal, *O Remorso do Homem Branco*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.
- BRUNO, Emílio de San Bruno, *Zambeziânia – cenas da vida colonial*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1927.
- CABRAL, A. A. Pereira, *Indígenas da Colónia de Moçambique*, Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques.
- CAHEN, Michel, «O Contexto Político-Documental da Investigação em história Contemporânea e Imediata da África Lusófona» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, n.º 17, Abril de 1995, pp. 125-157.
- CALAFATE, Pedro, «O Saber na Escola Portuguesa. Referências Históricas Paradigmáticas (do Humanismo à I República)» in *Pensar a Cultura Portuguesa, Homenagem a Gama Caeiro*, Lisboa, Edições Colibri, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993.

- CAMACHO, Brito, *Política Colonial*, Lisboa, Cadernos Coloniais, Editorial Cosmos, 1936.
- CAMACHO, Brito, *Moçambique, Problemas Coloniais*, Livraria Editora Guimarães & C^a, Lisboa, s. d.
- CAMBI, Franco, *História da Pedagogia*, Editora UNESP, S. Paulo, 1999.
- CAPELA, José e MEDEIROS, Eduardo, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico – 1720-1902*, Maputo, colecção Moçambique e a sua história, Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- CAPELA, José, «O problema da escravatura nas colónias portuguesas» in Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989.
- CAPELA, José, «Negreiros que actuaram no porto de Quelimane» in Ler História, Lisboa, 1991a, pp. 141-155.
- CAPELA, José, *O tráfico de escravos no porto de Quelimane 1793-1830*, in Ler História, 22, 1991b, pp. 19-51.
- CAPELA, José, «O Apriorismo Ideológico na Historiografia de Moçambique», s/c. XV-XX in *Moçambique. 16 Anos de Historiografia*, volume 1, colecção Paineis moçambicanos, Maputo, 1992a, pp. 73-78.
- CAPELA, José, *A República Militar da Maganja da Costa, 1862-1898*, 2^a edição [1^a edição: Maputo, 1988], Colecção: As Armas e os Varões, Porto, Edições Afrontamento, 1992b.
- CAPELA, José, *O Escravismo Colonial em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, Colecção As Armas e os Varões, 1993.
- CAPELA, José, *Moçambique na Literatura Historiográfica Portuguesa*, No encerramento do VI Curso de História da Literatura Portuguesa organizado pela Universidade Eduardo Mondlane e pelos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal, Maputo, 1994.
- CAPELA, José, *Donas, Senhores e Escravos*, Edições Afrontamento, Col. As Armas e os Varões, Porto, 1995.
- CAPELA, José, «A Imprensa de Moçambique até à Independência» in *140 Anos de Imprensa em Moçambique: estudos e relatos*, coord. Fátima Ribeiro e António Sopa, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, Maputo, 1996, pp. 11-27.
- CAPELA, José, «O Ultimatum na Perspectiva de Moçambique – As questões comerciais subjacentes» in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 262-279.
- CAPELA, José, «Moçambique no Século XIX» in *o Império Africano (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000a, pp. 117-134.
- CAPELA, José, «Plantação e trabalho forçado em Moçambique, 1892-1917» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000b, pp. 431-440.
- CAPELA, José, «Dos Cativos Tradicionais para o Escravismo Colonial em Moçambique», in *Escravidão e Transformações Culturais. África – Brasil – Caraíbas*. Actas do Colóquio

- Internacional, Universidade de Évora, organização e prefácio de Isabel Castro Henriques, Editora Vulgata, CEA/FLUL, 2002a, pp. 233-245.
- CAPELA, José, *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, Edições Afrontamento, Coleção As Armas e os Varões/15, Porto, 2002b
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 1996.
- CASAL, Adolfo Yanez, «Da Comunidade à Sociedade, da Tradição ao desenvolvimento» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 363-386.
- CASTRO, Armando de, «A vida económica das colónias portuguesas em África de 1850 até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial», in *Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX*, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, pp. 466-476.
- CAYOLLA, Lourenço, *Sciencia de Colonização*, 2 vols., Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1913.
- CÉSAIRE, Aimé, «Discourse on Colonialism» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, p 222-227.
- CHABAL, Patrick, «Mozambique» in *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*, Patrick Chabal with Moema Parente Augel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite, Caroline Shaw, London, Hurst & Company, 1996, pp. 29-102.
- CHILUNDO, Arlindo, «Quando Começou o Comércio das Oleaginosas em Moçambique? Levantamento Estatístico da Produção e Exportação no Período entre 1850-1875» in *Relação Europa-África no 3º Quartel do Séc. XIX, Actas da I Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, 1989, pp. 511-523.
- CHILUNDO, Arlindo, «Os Carregadores e os Machileiros antes dos Transporte Motorizado no Antigo Distrito de Moçambique» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 95-125.
- COELHO, João Paulo Borges, «Tete, 1900-1926: O Estabelecimento de uma Reserva de Mão-de obra», *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique - Tete*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 10 especial, Outubro de 1991, p. 103-132.
- COELHO, João Paulo Borges, «O Alto Zambeze no primeiro quartel do século XX: transformação do espaço, transformação da população» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 118-122.
- COELHO, João Paulo Borges, *Setentrião*, Lisboa, Ed. Caminho, outras margens, 2005.
- CORREIA S. J., Francisco Augusto da Cruz, *O Método Missionário dos Jesuítas em Moçambique de 1881 a 1910 – Um contributo para a História da Missão da Zambézia*, col. «História da Companhia de Jesus», Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1991.

- CORREIA, Velhinho, *O Ensino e a Educação em Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^{ta}, Praça dos Restauradores, 20, 1907.
- COSTA, Inês Nogueira da, «Importância dos arquivos na Construção e Ensino da História de África: O Arquivo Histórico de Moçambique» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 491-510.
- COUTINHO, João de Azevedo, *Valor e eficiência patriótica das Missões Católicas – conferência*, edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto, 1934.
- COVANE, Luís, *Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928*, in: «Arquivo», nº 2 especial, *Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, Outubro, 1987, pp. 76-84.
- COVANE, Luís António, «Considerações sobre o Impacto na Penetração Capitalista no Sul de Moçambique», in *Relação Europa-África no 3º Quartel do Séc. XIX, Actas da I Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, 1989, pp. 525-534.
- COVANE, Luís, «Conquista Colonial e Trabalho Migratório no Sul de Moçambique» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 155-172.
- COVANE, Luís António, «Agricultura colona, comércio rural e trabalho migratório no vale do Limpopo, 1900-1950» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 431-440.
- CRAVEIRINHA, José, “Ao meu belo pai ex-emigrante”, *Obra Poética I*, Ed. Caminho, Lisboa, 1999.
- DAVA, Fernando P., «A autoridade tradicional no contexto da colonização portuguesa: o caso do Sul de Moçambique, 1895 – c. 1930» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 339-348.
- DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro – Os efeitos do estado-nação em África*, Campo das Letras, col. Campo da História, Porto, 2000.
- DIAS, Jorge, *Os Macondes de Moçambique – Aspectos Histórico e Económicos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1998.
- DIAS, Margot, *Os Maganhas da Costa. Contribuição para o Estudo dos Sistemas de Parentesco dos Povos de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- DIFUILA, Manuel Maria, «Historiografia da História de África» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 51-61.

- DOZON, Jean-Pierre, «África: a família na encruzilhada» in *História da Família*, dir. André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend, 3º volume – O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 259-291.
- DUBY, Georges, *Atlas Historique, l'histoire du monde en 317 cartes*, Paris, Larousse, 1988.
- DUFFY, James, *Portuguese Africa*, Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 1959.
- Education in Africa: A Comparative Survey*, Edited by A. BABS FAFUNWA and J. U. AISIKU, London, GEORGE ALLEN & UNWIN, 1982.
- ERRANTE, Antoinette, «Growing Up Assimilating: An Oral History of Colonial Missionary Education in Mozambique» in AAVV, *Paedagogica Historica, International journal of history of education*, Suplement Series, Volume I, GENT C.S.H.P., 1995, pp. 213-231.
- Escravidura e Transformações Culturais. África – Brasil – Caraíbas*. Actas do Colóquio Internacional, Universidade de Évora, organização e prefácio de Isabel Castro Henriques, col. Rota do Escravo, Editora Vulgata, CEA/FLUL, s. l., 2002.
- EZE, E. Chukwudi, «Modern Western Philosophy and African Colonialism» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, pp. 213-221.
- FAFUNWA, A. Babs, « African Education in Perspective» in *Education in Africa: A Comparative Survey*, Edited by A. BABS FAFUNWA and J. U. AISIKU, London, GEORGE ALLEN & UNWIN, 1982, pp. 9-27.
- FAGE, J. D., *História da África*, Lisboa, Edições 70, 1997.
- FAGE, J. D. e OLIVIER, Roland, *Breve História de África*, Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 12, Maputo, 1998.
- FARINHA, António Dias, *Curso de Árabe*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Línguas Africanas e Orientais, 1971.
- FARINHA, António Dias, *Lingua Árabe e Islamismo*, Lisboa, 1973
- FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC, Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Colecção Mundo de Saberes, Porto, Porto Editora, 1994.
- FERREIRA, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa. Século XIX. Pedagogia e Instrução. Literatura, Política e Sociedade*, Litexa Editora, Lisboa-Porto, 1998.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, *O fim de uma era: o colonialismo português em África*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.
- FERREIRA, Manuel, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, Biblioteca Breve, Série Literatura, Instituto de Cultura Portuguesa, M.E.I.C., Secretaria de Estado da Investigação Científica, 1977.
- FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, edições 70, col. Signos 47, 1988.

- FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, col. Antropos, Relógio d'Água Editores, 3 vols., Lisboa, 1994.
- FRANCO, A. L. de Sousa, *Os 75 Anos das Missões Franciscanas em Moçambique*, Sociedade de Geografia, Lisboa, 1974.
- FREDRICKSON, George M., *Racismo – Uma Breve História*, Porto, Campo das Letras, 2004.
- FREYRE, Gilberto, *A Integração Portuguesa nos Trópicos*, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Vila Nova de Famalicão, 1958.
- FREYRE, Gilberto, *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, Federação das Associações Portuguesas, Rio de Janeiro, 1962.
- FREYRE, Gilberto, *Brasis, Brasil, Brasília*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, col. Livros do Brasil, s.d.a
- FREYRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: A Luso Brasileira*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2ª edição, s.d.b
- GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra – Moçambique – 1964-1974*, Estudos e Documentos, Prefácio, 2003.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Para a História da Educação em Portugal, Seis Estudos*, Porto Editora, Coleção Ciências da Educação, Porto 1995.
- GOMES, Joaquim Ferreira, «O Ensino em Portugal do Século XVI ao Século XX» in A.A.V.V., *Para Uma História da Educação Colonial/Hacia Una Historia de la Educación Colonial*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Educa, Porto e Lisboa, 1996.
- GONÇALVES, José Júlio, *O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português*, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais 10, 1958.
- GONÇALVES, José Júlio, *Protestantismo em África – contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa*, Lisboa, 2º volume, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1960.
- GRAYLING, A. C., *O Significado das Coisas*, Lisboa, col. Filosofia Aberta, Gradiva, 2002.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, vol. 108, 1ª edição, 1986.
- GUICHAOUA, André, «Burundi, Rwanda: Etnias Inventadas?» in *Nações e Nacionalismos*, coord. Serge Cordelier, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998, pp. 99-104.
- HARRIES, Lyndon, «The Rovuma Divide: some Cultural Consequences» in: *In Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1974, vol. II, pp. 215-221.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Armas de fogo em Angola no século XIX: uma interpretação» in *Actas da I Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, 1989, pp. 407-429.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Re-História da África. A História da África e a Reconstrução da Visão do Outro» in *O Lugar e o Papel das Ciências Humanas na « Modernização», na «Integração*

- Europeia» e na «Cooperação Africana» de Portugal Contemporâneo*, Edições Universitárias Lusófonas, Série Ciências Sociais e Humanas I, 1992.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Sal, comércio e poder em Angola no séc. XIX» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 355-367.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Percursos da Modernidade em Angola – Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1997a.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Tempos Africanos, Leituras Europeias. Tentativa de Sistematização» in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Maio, 1997b, pp. 479-499.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *História das Relações Afro-Portuguesas – séculos XV a XX*, relatório sobre o programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático apresentado ao concurso para professor associado do 4º grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme o dec. Lei 448/79, de 13 de Novembro, artº 44º, Lisboa, 1997c (ed. policopiada).
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Espaços e Cidades em Moçambique*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870-1950)» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 71-90.
- HENRIQUES, Isabel Castro, «A (falsa) passagem do escravo a indígena» in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, coord. Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 81-97.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *O Pássaro do Mel, Estudos de História Africana*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença – Relações Portugal – África, Séculos XV-XX*, série Ciências Sociais e Humanas, col. Estudos de História, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004a.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Território e Identidade – a Construção da Angola Colonial (c. 1872 – c. 1926)*, Centro de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004b.
- L'HISTOIRE, *Les Batailles de l'école, de Jules Ferry à François Bayrou*, Septembre, nº 202, 1996.
- L'HISTOIRE, *Mille ans d'école, de Charlemagne à Claude Allégre*, trimestriel, Octobre, H. S., nº 6, 1999.
- História de Moçambique, vol. 1 – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*, dir. Carlos Serra, Maputo, Cadernos Tempo, 1982.

- História de Moçambique, vol 3 – Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, coord. David Hedges, Maputo, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.
- HOCHSCHILD, Adam, *O Fantasma do Rei Leopoldo, Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*, Caminho, Coleção estudos Africanos, Lisboa, 2001.
- HONWANA, Luís Bernardo, “As Mãos dos Pretos”, *Nós Matámos o Cão Tinhoso*, Porto, Edições Afrontamento, Col. Fixões/18, 4ª edição, 1972.
- ILIFFE, John, *Os Africanos – história dum continente*, tradução de Maria Filomena Duarte, Terramar, 1ª ed., 1999.
- 140 Anos de Imprensa em Moçambique: estudos e relatos*, coord. Fátima Ribeiro e António Sopa, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, Maputo, 1996.
- ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara, «Os Prazeiros como Trans-Raianos: Um Estudo Sobre Transformação Social e Cultural» *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique - Tete*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 10 especial, Outubro de 1991, pp. 5-48.
- JACOB, Ernst Gerhard, *Fundamentos da História de África*, Aster, Lisboa, s.d..
- JAEGER, Werner, *Cristianismo Primitivo e Paideia Grega*, Lisboa, Coleção Perfil, História das Ideias e do Pensamento, edições 70, 2002.
- JOHNSTON, Anton, *Study, Produce, and Combat! Education and the Mozambican State, 1962 -1984*, Studies in Comparative and International Education, nº 14, Institute of International Education, University of Stockholm, 1989.
- JUNOD, Henri A., *A Vida de uma Tribu Sul-Africana, I – A vida social*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917.
- Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negreiro. Angola-Cabo Verde- Guiné-Bissau – Moçambique – São Tomé e Príncipe*, coord. Isabel Castro Henriques, Isabel Medeiros, Comité Português de «A Rota do Escravo» - UNESCO, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEA-FLUL), Lisboa, s.d.
- KEITH, Henry H., *Masters and slaves in Portuguese Africa in the Nineteenth Century: First Soundings*, Separata de Studia, nº 33, Lisboa, Dezembro 1971.
- KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária 14, 2 vols., 1979-1980.
- KI-ZERBO, Joseph, *Para quando África? Entrevista de Rebé Holenstein*, coleção Questões Mundiais 2, Campo das Letras, Porto, 2006.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka, *Ualalapi*, col. «Uma Terra Sem Amos», Caminho, Lisboa, 1991.
- KUBIK, Gerhard, «A Abordagem Intracultural na Metodologia de Estudos Africanos» in *Novas Perspectivas em Etnomusicologia – Seminário*, Lisboa, 16 a 20 de Maio de 1983, Ministério da Educação, I. I. C. Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa, 1989, pp. 29-37.
- LAMAS, Estela Pinto Ribeiro, «O Papel da Mulher Missionária Europeia em Terras de Moçambique» in *O Rosto feminino da Expansão Portuguesa*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Congresso Internacional, Lisboa, 1994, pp. 527-533.

- LEMOS, Manuel Jorge Correia de, «Maputo, deste lado da Baía -. Considerações sobre a toponímia da cidade» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 2, Outubro de 1987, pp. 87-124.
- LEMOS, Manuel Jorge Correia de, «Relações de Lourenço Marques com o Transvaal» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 17, Abril de 1995, pp. 5-18.
- LIESEGANG, G. J., «A Survey of the 19th Century Stockades of Southern Mozambique: The *Khokholwene* of the Manjacaze Area in: *In Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Junta de Alta Cultura, JICU, 1974, vol. 1, pp. 303-320.
- LIESEGANG, Gerhard, *Ngungunyane – A figura de Mgungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado*, Arquivo do Património Cultural, Coleção Embondeiro, nº 8, Maputo, 1986a.
- LIESEGANG, Gerhard, *Lourenço Marques antes de 1895*, in: «Arquivo», nº 2 especial, *Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, Outubro, 1987, pp. 19-75.
- LIESEGANG, Gerhard, *Vassalagem ou Tratado de Amizade? História do Acto de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza*, Arquivo Histórico Nacional, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, Estudos 2, 1986b.
- LIESEGANG, Gerhard, com uma contribuição de João Guilherme Sululu, *Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique, I: Yohana Barnaba Abdallah (ca. 1870-1924) e a Missão de Unango*, in: «Arquivo», Maputo, Moçambique, Abril, 1988.
- LIESEGANG, Gerhard, «Achegas para o Estudo das Biografias de Autores de Fontes Narrativas e Outros Documentos da História de Moçambique, IV: José Fernandes Jr., ca. 1872-1965: Testemunho do Período Mercantil e da Implantação do Imperialismo Colonial na Antiga Zona de Influência de Tete» *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique - Tete*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 10 especial, Outubro de 1991, p. 49-82.
- LIESEGANG, Gerhard, «Achegas para o Estudo das Biografias de Autores de Fontes Narrativas e Outros Documentos da História de Moçambique, V: Lawrence Chisui, S. Ntara, E. Mwale, J. Mazula, P. Litumbe e a historiografia Marave com um apêndice: “A História dos Anianja”, de Paulo João Litumbe» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 11, Abril de 1992a pp. 37-65.
- LIESEGANG, Gerhard, «Possibilidades do Estudo de Espaços Antigos e mais Recentes em Moçambique», s/c. XV-XX in *Moçambique. 16 Anos de Historiografia*, volume 1, Maputo, colecção Painele moçambicano, 1992b pp. 29-49.
- LIESEGANG, Gerhard, «Lourenço Marques antes de 1895 – Aspectos da História dos Estados Vizinhos, da Interação entre a Povoação e aqueles Estados e do Comércio na Baía e na Povoação» in *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 17, Abril de 1995, pp. 19-74.
- LIESEGANG, Gerhard, «A Obra Autobiográfica do Missionário Jesuíta M. Thoman (1788) e o Problema das Missões Católicas no Século XVIII em Moçambique» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998a pp. 37-66.

- LIESEGANG, Gerhard, «Territorialidades Sociais e Identidades com Referência a Moçambique», comunicação ao 5º Curso Aberto (Concepção e Direcção de Carlos Serra) *Para uma Sociologia dos Processos Identitários em Moçambique*, sessão de 27-03-1998, Universidade Eduardo Mondlane, 1998b (policopiada).
- LIMA, Alfredo Pires de, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, Edição dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, 1971, 2 vols.
- LIMA, Américo Pires de, *Explorações em Moçambique*, Agência Geral das Colónias, 1943.
- LOBROT, Michel, *Para que Serve a Escola?* Terramar, Lisboa, 1995.
- LOPES, Carlos, «A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 21-29.
- LOVEJOY, Paul E., *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- LUCAS, Maria Manuela, «A «escalada» de África, o surto expansionista europeu e a persistência do projecto imperial português» in *História de Portugal*, dir J. Mattoso, V volume, Círculo de Leitores, 1993, pp. 285-311.
- M'BOKOLO, Elikia, *Afrique Noire, Histoire et Civilizations*, tome II, XIXe-Xxe siècles, Hatier-Aupelf, Paris, 1992.
- M'BOKOLO, Elikia, *África Negra – História e Civilizações*, tomo I, até ao século XVIII, trad. Alfredo Margarido, Vulgata, Lisboa, 2003.
- MAGALHÃES, Justino de (Org.), *Fazer e Ensinar História da Educação em Portugal, Actas do 2º Encontro de História da Educação - Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Secção de História da Educação*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia - Centro de Estudos em Educação e Psicologia - Universidade do Minho, 1996.
- MAGODE, José, «I. Introdução: Etnicidades, nacionalismo e o Estado em Moçambique: uma transição inacabada» in *Moçambique – Etnicidades, Nacionalismo e o Estado – Transição Inacabada*, José Magode (editor), Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, patrocínio da Fundação Friedrich Ebert, Maputo, 1996.
- MAGODE, José e KHAN, Ângela, «II.II. O Estado unitário e a questão nacional – uma reflexão sobre o caso moçambicano» in *Moçambique – Etnicidades, Nacionalismo e o Estado – Transição Inacabada*, José Magode (editor), Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, patrocínio da Fundação Friedrich Ebert, Maputo, 1996.
- MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, Série Africanologia, 1ª edição, 2000.
- MARGARIDO, Alfredo, «Tarzan: Paradigma da Branquealização da África» in *Novas Relações com África: Que Perspectivas?*, coord. Isabel Castro Henriques, Actas do III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico, Lisboa, 11, 12 e 13 de Dezembro de 2001, Vulgata, 2003, pp. 105-121.

- MARSHALL, Judith, *Literacy, Power, and Democracy in Mozambique – The Governance of Learning from Colonization to the Present*, Westview Press, Boulder - San Francisco - Oxford, 1993.
- MARTINEZ, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua Cultura*, Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1989.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, «A expedição militar portuguesa ao Infusse em 1880. Um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 483-498.
- MARX, *O Capital, Crítica da Economia Política, O Processo Global de Produção Capitalista*, 6 vols., Rio de Janeiro, Civilização brasileira, Centro do Livro Brasileiro, s.d..
- MATOS, Leonor Correia de, «Os problemas de fronteiras em Angola e Moçambique», in *Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX*, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, pp. 420-451.
- MATOS, Sérgio Campos, «Política de Educação e Instrução Popular no Portugal Oitocentista» CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série – 2 – Lisboa, 1997, pp. 85-107.
- MAZULA, Brazão, *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985 (Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos)*, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa/Edições Afrontamento, 1995.
- MBANGALE, Machozi Tshopo, *Integração dos Empréstimos Portugueses em Suaíli – Aspectos morfológicos, semânticos e lexicais*, volume I, dissertação de doutoramento em Linguística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, (obra policopiada).
- MEDEIROS, Carlos Alberto, «Os exploradores africanos do último quartel do século XIX» in *História de Portugal*, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1994, vol. IX, pp.189-198.
- MEDEIROS, Eduardo, *Moçambique: Evolução de Algumas Instituições Sócio-familiares*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Centro de Estudos sobre África, col. «Documentos de Trabalho», nº 4, 1985.
- MEDEIROS, Eduardo, MEDEIROS, Eduardo, *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*, Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 4, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1988.
- MEDEIROS, Eduardo, «Etnias e etnicidades em Moçambique» in *Africana*, nº 18, Setembro, Universidade Portucalense, Porto, 1997, pp. 81-105.
- MEDEIROS, Eduardo, «Nota prévia para uma História do Niassa e de Cabo Delgado» in *Africana*, nº 19, Março, Universidade Portucalense, Porto, 1998a, pp. 13-19.
- MEDEIROS, Eduardo, «Reestruturação do poder político Makhua-Mnetthu sob o domínio da Companhia do Nyassa, 1894-1929» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp. 311-329.

- MEDEIROS, Eduardo, «A Escravatura do Norte de Moçambique: Formação de Novos Espaços e Entidades Políticas na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX» in *Escravidão e Transformações Culturais. África – Brasil – Caraíbas*. Actas do Colóquio Internacional, Universidade de Évora, organização e prefácio de Isabel Castro Henriques, Editora Vulgata, CEA/FLUL, 2002, pp. 211-231.
- MEDEIROS, Eduardo, «A Historiografia Moçambicana e a Questão Étnica» in *Novas Relações com África: Que Perspectivas?*, coord. Isabel Castro Henriques, Actas do III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico, Lisboa, 11, 12 e 13 de Dezembro de 2001, Vulgata, Lisboa, 2003, pp. 85-104.
- MEDINA, João, «As campanhas militares em África nos finais do século» in *História de Portugal*, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1994, vol. IX, pp. 230-262.
- MEDINA, João, A «Revolução quase copernicana» de Gilberto Freyre: o auto-retrato luso-brasileiro do Brasil em *Casa Grande & Senzala*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Clio, nova série, volume 6, Lisboa, 2002, pp. 103-118.
- MENDONÇA, Fátima, *Literatura Moçambicana, a história e as escritas*, Faculdade de Letras e Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1988.
- Moçambique – Etnicidades, Nacionalismo e o Estado – Transição Inacabada*, José Magode (editor), Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, patrocínio da Fundação Friedrich Ebert, Maputo, 1996.
- MONTEIRO, Ana Rita Amaro, «Influências Baneane e Islâmica na Ilha de Moçambique, nos finais do Século XIX» in *Africana*, nº 19, Março, Universidade Portucalense, Porto, 1998, pp. 193-236.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, «O Islão: Uma potencialidade integradora» in *Africana*, nº 20, Março, Universidade Portucalense, Porto, 1999, pp. 7-12.
- MORAIS, João Sousa, *Maputo. Património da Estrutura e Forma Urbana. Topologia do Lugar*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- MUKUNA, Kazadi Wa, «Abordagem Interdisciplinar em Etnomusicologia» in *Novas Perspectivas em Etnomusicologia – Seminário*, Lisboa, 16 a 20 de Maio de 1983, Ministério da Educação, I. I. C. Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa, 1989, pp. 25-29.
- NAVARRO, Júlio e SOPA, António, *Moçambique através dos Livros – Subsídios para uma Bibliografia Nacional (Junho 1975 – Agosto 1998)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, Centro Cultural Português – Maputo, 1998.
- NEVES, Dicleciano Fernandes das, ROCHA, Ilídio, *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bóer*, Col. Memória Portuguesa, nº 1, Publicações D. Quixote, 1987.
- NEVES, Joel das, «Tete e o Trabalho Migratório para a Rodésia do Sul, 1890-1913» *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique - Tete*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 10 especial, Outubro de 1991, p. 83-101.
- NEVES, Joel das, «O Início da Emigração de Mão-de-obra Moçambicana para a Rodésia do Sul» in *Moçambique. 16 Anos de Historiografia*, colecção Painele Africano, vol I, Maputo, 1991, pp. 281-294.
- NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias, «Contributos para a História da Maçonaria em Moçambique» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*,

- Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 281-295.
- NEVES, Olga Iglésias, «Moçambique» in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, vol. XI, O Império Africano 1890-1930, coord. de Oliveira Marques, Lisboa, editorial estampa, 2001, pp. 469-584.
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Publicações Europa-América, Biblioteca da História, Lisboa, 1997.
- NGOENHA, Severino Elias, *Filosofia Africana das Independências às Liberdades*, Maputo, Edições Paulistas – África, 1993.
- NGOENHA, Severino Elias, *Lusotopie*, 1999, pp. 425-436.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, *Temas de Linguística Banta. Da Importância do Estudo Científico das Línguas Africanas*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1958.
- NORA, Pierre, «La France est Malade de sa Mémoire» in *Colonies un Débat Français*, Le Monde 2, Hors-Série Le Monde, Mai-Juin 2006, pp. 6-9.
- Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, O Império Africano 1890-1930, coord. de Oliveira Marques, Lisboa, editorial estampa, 2001.
- NÓVOA, António, *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário, Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (sécs. XVI-XX)*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, 1986.
- NÓVOA, António, «A História do Ensino Primário em Portugal -Balanço da Investigação realizada nas últimas décadas», in *Encontro de História da Educação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- NÓVOA, António, *Os Professores. Quem são? Onde vêm? Para onde vão?*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, 1989a
- NÓVOA, António, «Profissão: Professor, Reflexões históricas e sociológicas», in *Análise Psicológica*, nº 1/2/3, série VII, 1989b
- NÓVOA, António, *Inovação e História da Educação*, ver. Inovação, vol. 2, nº 1, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1989c
- NÓVOA, António (organização e Introdução de), *Os Professores e as Reformas de Ensino na viragem do século (1886-1906)*, Edições ASA, 1992.
- NÓVOA, António, *Os Professores e as Reformas de Ensino, na viragem do século (1886-1906)*, Lisboa, Edições ASA, 1993.
- NÓVOA, António, in AAVV, *Paedagogica Historica, International journal of history of education*, Supplement Series, Volume I, GENT C.S.H.P., 1995, pp. 23-61.
- NÓVOA, António, «História da Educação “Novos Sentidos, Velhos Problemas”» in *Fazer e Ensinar História da Educação em Portugal, Actas do 2º Encontro de História da Educação - Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Secção de História da Educação*, Org. de

- Justino de Magalhães, Braga, Instituto de Educação e Psicologia - Centro de Estudos em Educação e Psicologia - Universidade do Minho, 1996, pp. 35-56.
- NÓVOA, António, «Tempos da Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moçambique: Dez Digressões Sobre um Programa de Investigação» in *Currículo Sem Fronteiras*, v. 1, nº2, pp 131-150, Jul/DEZ 2001.
- OKONKWO, R. L., «Cultural Nationalism in the Colonial Period» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, pp 256-259.
- NÓVOA, António, *Evidentemente, Histórias da Educação*, Porto, ed. ASA, 2005.
- OLIVEIRA, Carlos Ramos de, *Notas sobre o parentesco e casamento entre os Tauaras – Contribuição para o estudo dos sistemas de parentesco dos povos de Moçambique*, Sep. Garcia da Orta. Ser. Antropol., Lisboa, 1(1-2), 1973, pp. 27-38.
- OLIVIER, Roland, J. D. Fage, *Breve História de África*, Sá da Costa, 1980.
- OMOREGBE, Joseph I., «African Philosophy: Yesterday and Today» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, pp. 3-8.
- OUTLAW, Lucius, «African, African American, Africana Philosophy» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, pp. 23-42.
- PAPAGNO, Giuseppe, *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, col. Biblioteca de História 8, 1980.
- PARALTA, João Barros, «Expedições militares e de reconhecimento em Angola e Moçambique na segunda metade do século XIX, in Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989, pp. 398-419.
- PEIRONE, Frederico José, *A Tribo Ajaua do Alto Niassa (Moçambique) da sua Problemática Ne-islâmica*, Religiões e Missões I, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Missionários, Lisboa, 1967.
- PÉLISSIER, *História de Moçambique – formação e oposição*, volume II, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.
- PÉLISSIER, René, «Os Franceses em Moçambique» in *Moçambique. Cultura e História de um País*, Actas da V Semana de Cultura Africana, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988, pp. 107-119.
- PÉLISSIER, *História de Moçambique – formação e oposição*, volume I, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- PEREIRA, Rui, «Introdução à reedição de 1998» de DIAS, Jorge, *Os Macondes de Moçambique – Aspectos Histórico e Económicos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1998.
- PIMENTEL, Maria do Rosário, «O Tráfico Negro na Construção e Ensino da História de África» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do

- Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 137-144.
- PRATA, A. Pires, *A Influência da Língua Portuguesa sobre o Suahíli e Quatro Línguas de Moçambique*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1983.
- Provérbios Macuas*, coligidos pelo Padre Valente de Matos, Lisboa, Inst. de Investig. Científ. Tropical, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- RADULET, Cármen M., «O general Joaquim José Machado e a política africana» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 41-45.
- READER, John, *África – Biografia de um Continente*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2002.
- REGO, A. da Silva, *Alguns Problemas Sociológico-missionários da África Negra*, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 32, Lisboa, 1960.
- REGO, A. da Silva, *Curso de Missionologia*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, MCMLVI.
- REIS, João da Encarnação, *A Educação na Literatura Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- RIBEIRO, (P^e) Armando, *601 Provérbios Changanas*, 2^a edição, Lisboa, 1989.
- RIBEIRO, Orlando, «Problemas Humanos de África» in *Colóquios sobre problemas humanos nas regiões tropicais*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 2-22.
- RITA-FERREIRA, António, *Agrupamento e Caracterização Étnica dos Indígenas de Moçambique*, Lisboa, Estudos, Ensaios e Documentos, 50, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, 1950.
- RITA-FERREIRA, António, *Bibliografia Etnológica de Moçambique*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- RITA-FERREIRA, A., «Os Africanos de Lourenço Marques» in *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, série C (Ciências Humanas), vol 9, Lourenço Marques, 1967/68.
- RITA-FERREIRA, António, «Moçambique e o Complexo Mutapa-Rozuí» in: *In memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, J. I. C. U., 1974, vol. 1, 399-422.
- RITA-FERREIRA, A., *Povos de Moçambique – história e cultura*, Porto, Afrontamento, col. As Armas e os Varões, 1975.
- RITA-FERREIRA, António, *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (Até c. 1900)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos, Ensaios e Documentos 139, 1982.
- RITA-FERREIRA, António, «Cronologia Histórica dos Povos Estrangeiros em Moçambique» in revista *História*, nº 80, Lisboa, Junho de 1985, pp. 51-61.

- RITA-FERREIRA, António, «A Sobrevivência do Mais Fraco: Moçambique no 3º Quartel do Século XIX», in *Relação Europa-África no 3º Quartel do séc. XIX, Actas da I Reunião Internacional de História de África, Lisboa, 1989*, pp. 299-534.
- ROCHA, Aurélio, «Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil – século XIX – Tráfico de escravos, relações políticas e culturais» in *Studia*, nº 51, 1992, pp. 61-118.
- ROCHA, Aurélio, «Aculturação e Assimilação em Moçambique – Uma perspectiva histórico-filosófica» in *Actas do Seminários Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 315-350.
- ROCHA, Aurélio, «O Pan-Africanismo em Moçambique (1900-1930)» in *Actas – A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp. 728-752.
- ROCHA, Ilídio, «A Imprensa na Colónia de Moçambique» in revista *História*, nºs 22-23, Lisboa, Agosto/Setembro de 1980, pp. 54-63.
- ROCHA, Ilídio, «Mondlane por ele próprio» in revista *História*, nº 80, Lisboa, Fevereiro de 1984, pp. 34-43.
- ROCHA, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e principais seriados de Moçambique, da introdução da tipografia à independência (1854-19759)*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- ROCHA, Ilídio, *Tábua cronológica da Imprensa, 140 Anos de Imprensa em Moçambique: estudos e relatos*, coord. Fátima Ribeiro e António Sopa, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, Maputo, 1996, p.293.
- ROCHA, Ilídio, «Da Ideia de Autonomia ao Nativismo na Imprensa de Moçambique (1870-1925)» in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Maio, 1997, pp. 55-82.
- ROCHA, Ilídio, *A Imprensa em Moçambique*, Lisboa, Mundo Ibérico, Edição Livros do Brasil, 2000.
- RODRIGUES, Helena Maurício, «A evolução do Serviço de Saúde Pública nas Províncias Ultramarinas do séc. XVIII ao final do séc. XIX» in *Africana*, nº 21, Universidade Portucalense, Porto, Setembro, 1999, pp. 149-206.
- ROSÁRIO, Domingos Artur do, *Makombe – Subsídios à reconstituição da sua personalidade*, Maputo, Colecção Embondeiro 7, 1996.
- ROSÁRIO, Lourenço do, «Contribuição para uma reflexão sobre a ideia de identidade e cidadania em Moçambique» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 171-176.
- ROSÁRIO, Lourenço do, *Singularidades – Estudos Africanos*, Cadernos do Centro de Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Edições Universitárias Lusófonas, Série Cadernos, Lisboa, 1996.

- SAMPAYO E MELLO, Lopo Vaz de, professor catedrático da IXª cadeira e professor interino da IVª cadeira da Escola Superior Colonial, *Etnografia e Ethnologia Coloniais*, s. d., s. l., (exemplar policopiado).
- SAMUELS, Michael Anthony, *Education in Angola, 1878-1914, A History of Culture Transfer and Administration*, Teachers College Press, Teachers College, Columbia University, New York, 1970.
- SANTOS, Álvaro Miranda, «Psicosociologia da Iniciação» in *Moçambique. Cultura e História de um País*, Actas da V Semana de Cultura Africana, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988, pp. 11-14.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 5ª edição, 1996.
- SANTA-RITA, José Gonçalo, *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciência Políticas e Sociais, Lisboa, 1959.
- SANTOS, Eduardo dos, «Regimes das terras» in Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989, pp. 384-397.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar – Instituto de Cultura Portuguesa, Centro de estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1978.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, *Das Travessias Científicas à Exploração Regional em África: Uma Opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Julho/Dezembro/1986.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, «O problema das expedições e da ocupação na África Central» in Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989, pp. 477-496
- SANTOS, Maria Emília Madeira, «Tempos a Apropriação da Escrita pelos Africanos» in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Maio, 1997a pp. 531-539.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, «A Comissão de Cartografia e a Delimitação das Fronteiras Africanas» in *As Fronteiras de África*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997b pp. 23-44.
- SANTOS, Catarina Madeira e TAVARES, Ana Paula, *África Monumentae. A Apropriação da Escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cachenda*, vol. I, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 2002.
- SAVATER, Fernando, *O Valor de Educar*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- SAVATER, Fernando, *O Meu Dicionário Filosófico*, D. Quixote, Lisboa, 2000.
- I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, NELIMO – Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1989.

- SERRA, Carlos, *Combates pela Mentalidade Sociológica*, Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária, Maputo, 1997.
- SILVA, Jorge Manuel Bastos da, «A Sociedade de Geografia de Lisboa e os Estudos Linguísticos» in *Africana*, nº 18, Setembro, Universidade Portucalense, Porto, 1997, pp. 125-131.
- SILVA, Teresa Cruz e, *Colonizadores e Protestantes: o jogo de identidades e diferenças* - comunicação ao 4º curso aberto – Concepção e coordenação de Carlos Serra financiado pelo Capacity Building Project, “Para uma Sociologia dos Processos de Desqualificação do Outro e das suas práticas”, Universidade Eduardo Mondlane, 1997. (ed. policopiada).
- SILVA REGO A. da, *Curso de Missionologia*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, MCMLVI.
- SOPA, António, ROQUE, Pedro, «Obras sobre a Cidade de Maputo Existentes no Arquivo Histórico de Moçambique», *Arquivo – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique - Tete*, A. H. M., Universidade Eduardo Mondlane, nº 2 (suplemento), Outubro de 1987.
- SOPA, António, «Liberdade de Imprensa e Regime de Censura Prévia: o caso moçambicano 1854-1975», séc. XV-XX in *Moçambique. 16 Anos de Historiografia*, volume 1, Maputo, colecção Paineis moçambicanos, 1992, pp. 251-266.
- SOPA, António, «Alguns Aspectos Culturais da Ilha de Moçambique na segunda metade do século XIX» in *Oceanos*, nº 25 (Janeiro/Março 1996), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996.
- SOURNIA, Jean-Charles e RUFFIE, Jacques, *As Epidemias na História dos Homens*, Lisboa, Perspectivas do Homem, Edições 70, 1986.
- SOUTO, Amélia Neves, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Colecção Nosso Chão, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1ª edição, 1996.
- STEINER, Georges, *As Lições dos Mestres*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- TAVARES, Ana Paula e SANTOS, Catarina Madeira (Edição, Introdução, glossário e Textos por), *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cachenda*, volume I, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 2002.
- TELO, António José, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa. 1875-1900*, Lisboa, colecção História Moderna e Contemporânea, Edições Cosmos, 1991.
- TELO, José Telo, «Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)» in *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, 1994, vol. IX, dir. João Medina, pp. 199-218.
- TELO, António José, *Moçambique 1895 – A Campanha de todos os Heróis*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- TEMPELS, Placide, «Bantu Ontology» in *African Philosophy. An Anthology*, Edited by Chukwudi Eze, Blackwell Philosophy Anthologies, Blackwell Publishers, Massachusetts, U.S.A. – Oxford, U. K., 1998, p 429- 437.

- TORGAL, Luís Reis, «A Instrução Pública» in *História de Portugal*, dir J. Mattoso, V volume, Círculo de Leitores, 1993, pp. 285-311.
- TORRES, Adelino, «Legislação do Trabalho nas Colónias Africanas no 3º Quartel do Século XIX: Razões do Fracasso da Política Liberal Portuguesa», in *Relação Europa-África no 3º Quartel do séc. XIX, Actas da I Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, 1989, pp. 65-80.
- TOSCANO, Francisco e QUINTINHA, Julião, *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*, Lisboa, Editora Portugal Ultramar, Lda., 1930.
- TOURE, Ahmadou, « Education in Mali» in: *Education in Africa: A Comparative Survey*, Edited by A. BABS FAFUNWA and J. U. AISIKU, London, GEORGE ALLEN & UNWIN, 1982, p. 188-204.
- TRIGO, Victor Pereira da Rosa Salvato, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid – da Ficção à Realidade*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de estudos, Porto, 1986.
- VALLAUX, Camille, «L'Afrique Portugaise vers le milieu du XIX^e siècle d'après les explorateurs» in *Congresso do Mundo Português, Comunicações apresentadas aos Congressos de História Moderna e Contemporânea (V e VI congressos)*, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp. 471-482.
- VIEIRA, Anselmo da Silva Soares, *A Colónia Portuguesa de Moçambique na Viragem do séc. XVIII para o séc. XIX*, Dissertação de Mestrado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e dirigida pelo Professor Doutor António Borges Coelho, Lisboa, 1996, 2. vols.(policopiada)
- VILHENA, Maria da Conceição, «As Mulheres do Gungunhana» in *O Rosto feminino da Expansão Portuguesa*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Congresso Internacional, Lisboa, 1994, pp. 511-516.
- VILHENA, Maria da Conceição, *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- VILHENA, Maria da Conceição, *Gungunhana. Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999a.
- VILHENA, Maria da Conceição, «As Mulheres do Gungunhana» in *Arquipélago – história*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, 1999b, pp. 407-416.
- ZAMPARONI, Valdemir «Lourenço Marques: Espaço Urbano, Espaço Branco?» in *Colóquio Construção e Ensino da História de África – Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 389-409.
- ZAMPARONI, Valdemir, «Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos – Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940» in *Lusotopie*, 2000, pp. 191-222.
- ZAMPARONI, Valdemir, «As raças dos empregos: Trabalho, raça e classe no contexto colonial de Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-1940» in TRUJILLO (ed.), José Ramón, *África hacia el siglo XXI, Actas del II Congreso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico*, Madrid, Casa de África, SIAL ediciones, 2001, pp. 27-50.

ZAMPARONI, Valdemir, «Chibalo: Trabalho Livre, Trabalho Escravo? As Discussões em Torno do Trabalho Compulsório em Moçambique Colonial», in *Escravidão e Transformações Culturais. África – Brasil – Caraíbas*. Actas do Colóquio Internacional, Universidade de Évora, organização e prefácio de Isabel Castro Henriques, col. Rota do Escravo, Editora Vulgata, CEA/FLUL, s.l., 2002, pp. 81-118.

C - INSTRUMENTOS DE TRABALHO

ALMEIDA Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., 4 vols., Porto, Livraria Civilização, 1967-1971.

ALMEIDA Fortunato de, *História de Portugal*, 6 vols., Coimbra, 1922-1929.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *História do Colonialismo Português em África: cronologia*, Estampa, Imprensa Universitária, Lisboa, 3 vols., 1978-1979.

Atlas Missionário Português, Missão para o Estudo da Missionologia Africana, Centro de estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1962.

BEUAD, Michel, *L'Art de la thèse. Comment préparer et rédiger une thèse de doctorat, un mémoire de D. E. A. ou de maîtrise ou tout autre travail universitaire*, Éditions La Découverte, Paris, 1985.

Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias, Ministério das Colónias, Lisboa, MCMXLIII.

COSTA, Mário, *Bibliografia Geral de Moçambique (contribuição para um estudo completo)*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, MCMXLVI.

COSTA, Avelino de Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, vol. I, 4ª ed., Coimbra, 1983.

COSTA, Avelino, *Normas Gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*, 2ª ed., Braga, 1982.

DARCH, Colin with PACHELEKE, Calisto, in association with the Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, *Mozambique*, World Bibliographical Series, volume 78, Clio Press, Oxford, England. Santa Barbara, California. Denver, Colorado. 1987.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto António Houaiss da Lexicografia de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 6 volumes, 2003.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Verbo, 2001.

Dicionário de História de Portugal, dirig. por Joel Serrão, 6 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975-1978.

Dicionário Ilustrado da História de Portugal, coordenado por José Costa Pereira, 2 vols., Lisboa, Publicações ALFA, 1985-1986.

Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, 3 vols., Lisboa, Editorial Confluência, 1984.

DIAS, João José Alves, MARQUES, A. H. de Oliveira e RODRIGUES, Teresa F., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, 1987.

Diccionario Chorographico da Província de Moçambique, Lisboa, Sociedade de Geographia, 1889.

Diccionario Geografico das Colónias Portuguesas no qual se descrevem todas as ilhas, e porções de continentes, que Portugal possui no Ultramar; Suas producções naturaes, rios, Povoações, Commercio, &c. por um Flaviense, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1842.

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de, *Achegas para a Bibliografia de Moçambique*, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1949.

FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Índices e Catálogos – A Bibliotheca – I Obras Impressas*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Lisboa, 1935 - 1960.

Guia de Fontes Portuguesas para a História de África, Volume I, Instituto Português de Arquivos, C.N.C. dos Descobrimentos Portugueses, Fund. Oriente, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

História de Portugal, dirig. por Damião Peres, vols. III e IV, Barcelos, Portucalense Editora, 1931 e 1932.

História de Portugal, dirig. por José Hermano Saraiva, 6 vols., Lisboa, Publicações ALFA, 1984-1985.

História de Portugal, dirig. por José Mattoso, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993-1994.

História de Portugal, dirig. por João Medina, 15 vols., Lisboa, Ediclube, 1994.

Mesquita, Alberto Cota, org., *Índices Alfabético e Cronológico da Principal Legislação publicada nos Boletins da Colónia de Moçambique, desde 1854 a 1920*, Imprensa Nacional de Moçambique, 1941.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 2ª edição, 3 volumes, Lisboa, 1967.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. I, 12ª ed., Lisboa, Palas, 1985 e vol. II, 10ª ed., Lisboa, Palas, 1984.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.

MARTINS (J. P. Oliveira), *História de Portugal*, ed. crítica com introdução por Isabel de Faria e Albuquerque e prefácio por Martim de Albuquerque, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

NUNES, E. A. Borges, *Álbum de Paleografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1969.

OLIVEIRA (Miguel de), *História Eclesiástica de Portugal*, 4ª ed. Lisboa, 1968.

Portugal no Mundo – Séculos XVIII-XX, vol. III, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989.

- RIBEIRO, José Caramona, *Sumários do Boletim Oficial de Moçambique*, 1ª série, (1855-1965), Braga, s/d.
- RITA-FERREIRA, A., *Bibliografia Etnológica de Moçambique (das origens a 1954)*, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 12 vols., Lisboa, Verbo, 1977-1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1890-1910)*, Ed. Verbo, volume X, Lisboa, 1995, 2ª edição.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1851-1890)*, Ed. Verbo, volume IX, Lisboa, 1989.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, 3 vols., Lisboa, Verbo, 1972-1974.
- SILVA, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1813. Edição fac-similada, 1922.
- SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed. revista por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, 12 vols., Lisboa, Editorial Confluência, 1949-1959.
- SITOE, Bento, *Dicionário Changana-Português*, Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, Maputo, 1996.
- Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 20 vols., Lisboa, 1963-1980.
- VEYNE, Paul, *Como se Escreve a História*, Lisboa, edições 70, 1983.
- VITERBO (Fr. Joaquim de Santa Rosa de), *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente se usaram (...)*, ed. crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1963-1966.

FONTES CARTOGRÁFICAS

- Atlas Colonial Português*, Comissão de Cartografia, Ministério das Colónias, 1914.
- Carta de Moçambique [Material cartográfico / Comissão de Cartografia. - Escala 1:3000000. - Paris : Erhard, 1889.
- Província de Moçambique [Material cartográfico : Rio Pungue / Comissão de Cartografia ; levantada por Emydio Fronteira. - Escala [ca. 1:93000]. - [Lisboa : s.n.], 1885.
- Província de Moçambique [Material cartográfico : limites segundo o tratado com a Inglaterra, de 20 de Agosto de 1890. - Escala [?ca. ?1:3700000]. - Lisboa : Rev. Ilustrada Colónias Portuguesas, 1890.
- Carta da distribuição das missões ultramarinas [Material cartográfico : Angola : Moçambique. - Escala 1:6000000. - [S.l. : s.n.], 1899.

- Reconhecimento hydrographico da Bahia de Bazaruto [Material cartográfico : Costa oriental d'Africa : Provincia de Moçambique / Comissão de Cartographia ; levantada por Guilherme Ivens Ferraz. - Escala 1:200000. - [S.l.] : Cª Nac. Editora, 1894.
- [Carta da] Costa Oriental d'Africa [Material cartográfico : província de Moçambique : reconhecimento hydrographico do rio Chinde / Alfredo Guilherme Howell. - Escala 1:50000. - [S.l. : s.n.], 1897.
- Reconhecimento da bahia e rio Conducia [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia. - Escala [?ca. 1:43000], 4 Milhas [marítimas] = [17,20 cm]. - [Lisboa] : C. C., [189-].
- Bahia de Tungue-parte Oeste [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia. - Escala 1:10000. - [Lisboa] : C.C., 1899.
- Barra e rio Linde [Material cartográfico : reconhecimento hydrográfico até Micahune : Província de Moçambique / Comissão de Cartografia ; Augusto Castilho. - Escala [ca. 1:130000], 6 milhas [marítimas] = [8,30 cm]. - Lisboa : C.C., 1889.
- Reconhecimento hydrografico da barra do rio Tejungo [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia ; levantado por João Carlos Nogueira e Gomes d'Amaral. - Escala 1:25000. - [Lisboa] : C.C., [18--].
- Reconhecimento hydrographico da foz do Pungue [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia ; levantado pelo sr. Hillestrom. - Escala [ca. 1:120000], 6 Milhas [marítimas] = [9,50 cm]. - [Lisboa] : C.C., 1890.
- Reconhecimento hydrographico da barra do rio Licungo (M'Congo) [Material cartográfico : provincia de Moçambique / Comissão de Cartographia ; lev. por J. Affreixo. - Escala 1:10000. - [Lisboa] : C.C., 1895.
- Reconhecimento hydrographico da bahia de Bazaruto [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartografia ; lev. por Guilherme Ivens Ferraz. - Escala 1:200000. - [Lisboa] : C. C., 1894.
- Barras do rio Muite e canaes [Material cartográfico : Impasse : província de Moçambique / Comissão de Cartographia ; levantado por J. Coutinho Siqueira. - Escala [?ca. 1:19000], 1 milha [marítima] = [10,00 cm]. - [Lisboa] : C. C., 1886.
- Reconhecimento da barra do Limpopo [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartografia ; levantada por J. A. Ludovice, Bettencourt e Alves Dias. - Escala 1:5000. - [Lisboa] : C.C., 1894.
- Reconhecimento hydrographico da barra do rio Tejungo [Material cartográfico : província de Moçambique / João Carlos da Silva Nogueira , Cezar Augusto Gomes d'Amaral. - Escala 1:25000. - Lisboa : Comissão de Cartographia, [1899].
- Plano hydrográfico da barra e curso do rio Macuse [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia ; levantado por J. D. Leotte do Rego. - Escala [ca. 1:120000], 6 Milhas [marítimas] = [9,60 cm]. - [Lisboa] : C.C., 1893.
- Reconhecimento hydrografico da foz do Pungue e do Buzio, com parte do curso deste rio [Material cartográfico : província de Moçambique / Comissão de Cartographia ; lev. por G. Ivens Ferraz. - Escala [ca. 1:66000], 6 milhas [marítimas] = [16,90 cm]. - [Lisboa] : C.C., 1891.

- Plano hydrographico da barra e curso do rio Macuse [Material cartográfico : província de Moçambique / J. D. Leotte do Rego ; lith. G. Paul Maedicke. - Escala [ca. 1:120000], 6 milhas [marítimas] = [9,60 cm]. - Lisboa : Comissão de Cartographia, 1893.
- Itinerário da viagem entre Inhambane e Lourenço Marques, feita em 19 de Outubro a 16 de Novembro de 1885 pelo conductor de 2ª. classe J. Armando Longle... [Material cartográfico : Província de Moçambique. - Escala [?ca. ?1:720000]. - [Lisboa] : Lith. da Imprensa Nacional, [18--]. - Sep. Bol. Sociedade de Geografia de Lisboa, 6ª série, 1.
- Atlas escolar portuguez [Material cartográfico / Ricardo Lüddecke. - Gotha : Justus Perthes, 1897.
- Mappa dos caminhos de ferro portuguezes [Material cartográfico : em 1 de Janeiro de 1895 : no continente e no ultramar / publicado pela Companhia de Caminhos de Ferro de Portugal ; des. Goullard e Nogueira. - Escala 1600000-16000000. - [S.l.] : Lith. Matta, [1895].
- Mappa dos caminhos de ferro portuguezes em 1 de Janeiro de 1895 no Continente e no Ultramar [Material cartográfico ; des. Goullard e Nogueira. - Escala 1:1000000. - [Lisboa] : Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal, 1895.
- Plano hydrografico da barra e porto do rio Chinde [Material cartográfico : província de Moçambique / Commissão de Cartographia ; levantado sob a direcção de M. Lourenço de Carvalho. - Escala 1:20000. - [Lisboa] : C. C., 1890.
- Zambezia e Sofálla [Material cartográfico / pelo V. de. de Sá da Bandeira ; gr. Calheiros. - Escala [ca. 1:3500000]. - Lisboa : Lith. Belga, 1861.
- Plano dos portos de Moçambique, Conducia e Mocambo levantados em 1823 a 1826 [Material cartográfico / Pelo capitão Owen. - Escala [ca. 1:280000], 4000 Braças [Portuguesas] = [3,20 cm]. - Lisboa : Lith. R. Nova dos Martyres, [18--].
- Planta da ilha e perspectiva da cidade de Moçambique [Material cartográfico. - Escala [ca. 1:7200], 200 Braças = [6,10 cm]. - Lisboa : [s.n.], 1835.
- Carta de Moçambique [Material cartográfico / Commissão de Cartographia. - Escala 1:3000000. - [Lisboa] : C. C., 1903.
- Limites da província de Moçambique, impostos pela Inglaterra a Portugal [Material cartográfico : esboço geográfico dos territórios que foram portuguezes e dos que ficam restando a Portugal. - Escala 1:6000000. - [Lisboa : s.n.], 1890.
- Mappa de Portugal Ultramarino províncias de Angola e Moçambique [Material cartográfico : para uso dos alumnos que frequentam as escolas primárias / pelo prof. B. A. Ligorne. - 2ª ed. - Escala 1:5000000. - Lisboa : Lith. Universal, [1902].
- [Rio Chire do lago Nyassa ao rio Zambeze] [Material cartográfico. - Escala [ca. 1:730000]. - [S.l. : s.n.], 1862.
- Carta do Delta do Zambeze [Material cartográfico : terrenos adjacentes / Commissão de Cartografia ; [lev.] por Affonso de Moraes Sarmiento. - Escala 1:500000. - Lisboa : Cª Nac. Editora, 1891.
- Carta do delta do Zambeze e terrenos adjacentes [Material cartográfico / por Affonso de Moraes Sarmiento ; gr. A. Briesemmeister. - Escala 1:500000. - Lisboa : Comissão de Cartographia, 1891.
- Carta do delta do Zambeze e terrenos adjacentes [Material cartográfico / Commissão de Cartografia ; levantado por Affonso de Moraes Sarmiento. - Escala 1:500000. - [Lisboa] : Cª Nac. Editora, 1891.

- Expedição africo-portuguesa de 1887 [Material cartográfico : extracto de um mappa africano de A. Petermann (1876) contendo a zona de exploração compreendida entre Bihé e os rios Cunene e Zambeze. - Escala [ca. 1:6000000]. - [S.l. : s.n., 18--].
- Planta hydrographica da Barra de Quelimane [Material cartográfico / Comissão de Cartographia ; levantada por J. D. Leotte do Rego. - Escala 1:50000. - Lisboa : C^a Nac. Editora, 1893.
- Plano de Quelimane tirado em 1827 [Material cartográfico. - Escala [ca. 1:300000], 6 milhas ou 2 Legoa [marítimas] = [3,70 cm]. - Lisboa : Fernando Carlos da Costa, [8--].
- Planta hydrographica da barra de Quelimane [Material cartográfico / J. D. Leotte do Rego ; lith. G. Paul Maedicke. - Escala 1:50000. - Lisboa : Comissão de Cartographia, 1893.
- Plano do porto de Inhambane na África Oriental [Material cartográfico. - Escala [ca. 1:150000], 6 milhas ou 2 Legoa [marítimas] = [7,60 cm]. - Lisboa : Lith. R. Nova dos Martyres, 1827.
- Carta dos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane [Material cartográfico. - Escala 1:1000000. - Lisboa : C^a Nacional Editora, 1894.
- Planta do terreno onde se efectuaram as operações de guerra nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques [Material cartográfico : 1895.
- Zambézia e Sofálla [Material cartográfico : mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portugueses e estrangeiros / pelo Visconde de Sá da Bandeira. - Escala [ca. 1:3600000]. - [Lisboa] : Lith. Belga, 1861.
- Esboço geographico de Angoche [Material cartográfico / A. Paes d'Almeida, A. Oliveira. - Escala [1:640000], 40 Kilom[ètres] = [6,25 cm]. - Lourenço Marques : [s.n.], 1903.
- Carta da bahia e do territorio de Pemba na costa oriental de Africa [Material cartográfico / por Jerónimo Romero. - Escala [ca. 1:190000], 15 kilometros = [7,90 cm]. - [Lisboa] : Lith. Belga, 1860.
- Carta do distrito de Manica e dos territórios circunvizinhos [Material cartográfico / Comissão de Cartographia ; coordenado por A. A. d'Oliveira Carvalho. - Escala 1:2000000. - [Lisboa] : C.C., 1887.
- Carta do districto de Manica e dos territórios circunvizinhos [Material cartográfico / coord. por A. A. de Oliveira ; gr. Carvalho. - Escala 1:2000000. - Lisboa : Comissão de Cartographia, 1887.
- Atlas Colonial Português, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, 1914.
- AMADO, José de Sousa, *Compêndio de Geografia das Províncias e Colónias Portuguesas d'Além Mar, na Europa, Africa, Azia e Australasia. Seguido de nove cartas das mesmas possessões, que são as de Açores, Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Thomé Principe, Moçambique, Damão, Goa, Macao e Timor*, Segunda Edição, Approvada pelo Conselho Geral de Instrução Publica, Lisboa, 1862.
- Derrota de Inhambane para Bazaruto, Chiloane, Sofala, Inhamissengo, Quilimane, Rio Limde, Tejungo, Casuarina, Moma, Angoche e Moçambique (a vapor e à vella) – 1885 in CASTILHO, Augusto de, *Relatório da Viagem da Canhoneira Rio Lima de Lisboa a Moçambique 1884-1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.